SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 23 de Março de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3494

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
ATO DE SUSPENSÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2025.

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Despacho nº 389/26, proferido nos autos do Processo nº 421590/25 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que **determinou, em caráter cautelar, a suspensão dos efeitos da Ata de Registro de Preços nº 002/2025 decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2025**, bem como dos contratos eventualmente firmados;
CONSIDERANDO que a decisão cautelar será submetida à apreciação do Tribunal Pleno, nos termos do Regimento Interno do TCE/PR;
CONSIDERANDO que o CIEDEPAR adotará as medidas cabíveis para apresentação de manifestação técnica, jurídica e administrativa visando demonstrar a regularidade e lisura de todo o procedimento licitatório;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam **suspensos, a partir desta data, todos os efeitos da Ata de Registro de Preços nº 002/2025** oriunda do Pregão Eletrônico nº 002/2025, bem como novas adesões e eventuais contratações dela decorrentes, em estrito cumprimento à decisão cautelar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 2º A presente suspensão permanecerá vigente até ulterior deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 3º Dê-se ciência, à empresa detentora da Ata e demais interessados.

Curitiba, 20 de março de 2026.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Presidente do CIEDEPAR
(Consórcio Intermunicipal de Edcucação e Ensino do Paraná)
Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:4D41ED0C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
ATO DE RETIFICAÇÃO

ATO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DO CONTRATO

Na publicação do Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 25/02/2026. Edição 3476. Ano 2026.

Onde lê-se no PRAZO DE VIGÊNCIA:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO
Homologo/Ratifico a inexigibilidade de licitação nº 006/2026, para eficácia do ato, nos termos do Artigo 74, da Lei nº 14.133/21, de acordo com Aviso de Inexigibilidade e as seguintes condições:
Interessados: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Objeto:Contratação de empresa especializada para planejar e elaboração do Projeto de Trabalho Social – PTS, conforme as diretrizes da Portaria MCID n° 75/2025, para empreendimento habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida / FNHIS Sub-50.
EMPRESA VENCEDORA: TANIA MARA MINETTO, inscrita no CNPJ n° 22.711.153/0001-80.
VALOR: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Fundamento: Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, bem como suas alterações posteriores.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório cima especificado.
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 24 de fevereiro de 2026.
GIVANILDO TRUMI
AUTORIDADE COMPETENTE
EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 18/2026
Modalidade: Inexigibilidade Nº 006/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: TANIA MARA MINETTO, inscrita no CNPJ n° 22.711.153/0001-80.
Objeto: Contratação de empresa especializada para planejar e elaboração do Projeto de Trabalho Social - PTS, conforme as diretrizes da Portaria MCID n° 75/2025, para empreendimento habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida / FNHIS Sub-50.
Valor Total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Prazo de Vigência: 24/02/2026 à 24/02/2027.
Data da Assinatura: 24/02/2026.

Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PP, 24 de fevereiro de 2026.

Leia-se:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026
TERMO DE RATIFICAÇÃO
Homologo/Ratifico a inexigibilidade de licitação nº 006/2026, para eficácia do ato, nos termos do Artigo 74, da Lei nº 14.133/21, de acordo com Aviso de Inexigibilidade e as seguintes condições:
Interessados: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Objeto:Contratação de empresa especializada para planejar e elaboração do Projeto de Trabalho Social – PTS, conforme as diretrizes da Portaria MCID n° 75/2025, para empreendimento habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida / FNHIS Sub-50.
EMPRESA VENCEDORA: TANIA MARA MINETTO, inscrita no CNPJ n° 22.711.153/0001-80.
VALOR: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: Vigência do Contrato é de 18 (dezoito) meses, contados da assinatura do contrato, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do Artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Fundamento: Artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/21, bem como suas alterações posteriores.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE BOA ESPERANCA DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório cima especificado.
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU (PR), 24 de fevereiro de 2026.
GIVANILDO TRUMI
AUTORIDADE COMPETENTE
EXTRATO DO CONTRATO
Número do Contrato: 18/2026
Modalidade: Inexigibilidade Nº 006/2026.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado: TANIA MARA MINETTO, inscrita no CNPJ n° 22.711.153/0001-80.
Objeto: Contratação de empresa especializada para planejar e elaboração do Projeto de Trabalho Social - PTS, conforme as diretrizes da Portaria MCID n° 75/2025, para empreendimento habitacional no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida / FNHIS Sub-50.
Valor Total: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
Prazo de Vigência: 24/02/2026 à 24/08/2027.
Data da Assinatura: 24/02/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/PP, 24 de fevereiro de 2026.

Demais clausulas ficam igual.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:772AD9F8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 019.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 019/2026
Processo N° 032/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa para aquisição de glicosímetros e fitas reagentes compatíveis com os aparelhos destinados à Secretaria de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 8.205,90 (oito mil, duzentos e cinco reais e noventa centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 23/03/2026 às 08h30min do dia 07/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 07/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 07/04/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 20 de março de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:46CCCF49

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 020/2026
Processo N° 034/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada para aquisição de insumos de enfermagem, insumos de fisioterapia e equipamentos destinados à Secretaria de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 113.004,53 (cento e treze mil, quatro reais e cinquenta e três centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 23/03/2026 às 13h30min do dia 07/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h31min até às 13h59min do dia 07/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00min do dia 07/04/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR ITEM.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 20 de março de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:5BB678D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 021.2026

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 021/2026
Processo N° 035/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem dos campeonatos, torneios e eventos de lazer e recreação em diferentes modalidades esportivas, destinados à Secretaria de Esportes e Cultura do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
VALOR TOTAL: R$ 125.220,70 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e vinte reais e setenta centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 23/03/2026 às 08h30min do dia 09/04/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h31min até às 08h59min do dia 09/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 07/04/2026.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br.
CRITÉRIO: MENOR PREÇO, em regime de MENOR PREÇO POR LOTE.
Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.boaesperancadoiguacu.atende.net – Licitações** e **bllcompras.com** ou no Departamento de Licitações, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (46) 3191-1364.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.
BOA ESPERANCA DO IGUACU, 20 de março de 2026.

RENATO GRASSI
Pregoeiro

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:ACB5B524

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3470, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Nomeia servidor público municipal Dirceu Junior De Lara Belentini, para exercer cargo em comissão, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais 718/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica **nomeado** o senhor **Dirceu Junior De Lara Belentini,** portador da carteira de identidade nº. 113.695.479-19 -SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº. 113.695.479-19, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Esporte**,** com 40 horas semanais, símbolo C-7, nomeado a partir do dia 16 de março de 2026.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 16 de março de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:FFA6A35C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3471, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Aprova a programação mensal do Calendário de Eventos organizados pelo Munícipio de Boa Esperança do Iguaçu, e dá outras providências.

GIVANILDO TRUMI, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 797, de 03 de fevereiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a programação mensal dos eventos organizados e realizados pelas Secretarias e Departamentos Municipais, conforme cronograma abaixo

Março
- Treinamento para situações de Emergência em Saúde
- Campeonato Municipal de Bocha em Trio Masculino/Feminino e Casal
- Evento em alusão ao Dia da Mulher.
- Capacitação para as agroindústrias - Encontro Café com o SIM

Abril
- Campanha Abril Verde/Azul – Saúde do Trabalhador e TEA
- Campeonato Municipal de Suíço Masculino e Feminino
- Torneio de Pesca Esportiva ao Lambari
- Campeonato de Canastra Casal
- Participação no 72º Jogos Escolares do Paraná – Bom de Bola
- Evento em comemoração à Páscoa no CMEI Criança Esperança
- Projeto da Rota do Mel junto com as Associações do Município
- Aniversário de 33 anos do Município de Boa Esperança do Iguaçu
- Feira de Exposição de Produtos e Serviços em Comemoração ao Aniversário do Município

Maio
- Campanha Maio Amarelo – Prevenção de Acidentes de Trânsito
- Evento em comemoração ao Dia do Desafio
- Campanha de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil
- Evento em Comemoração ao Dia do Trabalho
- Palestra Mulheres na Agricultura
- Capacitação para as Agroindústrias - Encontro Café com o SIM
- Projeto Visitas à Campo nas Proteções de Fonte do Município

Junho
- Campanha Junho Vermelho – Doação de Sangue
- Festa Junina Escola Municipal Clóvis Cunha Vianna
- Etapa dos Jogos do Sudoeste dos Idosos (Etapa Basquete Relógio)
- Campeonato Municipal de Futsal Masculino/Feminino e Veterano
- Dia de Campo de Conservação e Drenagem de Solo
- Campanha Dia Mundial de Conscientização da Violência contra o Idoso.

Julho
- Festa Julina CMEI Criança Esperança
- Dia de Campo Conservação de Solo
- Capacitação para as Agroindústrias - Encontro Café com o SIM
- Festival Municipal/Regional da Canção
- Evento em comemoração ao Dia do Colono e Motorista

Agosto
- Campanha Agosto Dourado – Aleitamento Materno
- Campanha de conscientização sobre Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres
- Apoio na Etapa Rally das Tilápias
- Visitação ao Show Rural de Inverno Coopavel
- Projeto Abelha Amiga na Escola Municipal
- Jantar do Peixe

Setembro
- Campanha Setembro Amarelo – Prevenção do Suicídio
- Taça Esperança de Futebol Masculino e Feminino
- Campeonato Municipal de Society Feminino e Veterano
- Projeto da Rota do mel junto com as associações municipais
- Dia de Campo de Fruticultura
- Capacitação para as Agroindústrias - Encontro Café com o SIM
- Evento para coleta e análise de silagem, visando participação no Torneio de Silagem
- Feira da Agricultura Familiar
- Evento em comemoração ao Dia da Independência
- Rodeio

Outubro
- Campanha Outubro Rosa – Prevenção do Câncer de Mama
- Curso e Formação sobre Ervas Medicinais
- Evento em comemoração ao Dia do Idoso.
- Evento em comemoração ao Dia das Crianças.
- Evento em comemoração ao Dia do Professor
- Evento em comemoração ao Dia do Servidor Público

Novembro
- Campanha Novembro Azul – Saúde do Homem
- Campeonato Municipal de Voleibol Misto
- Campeonato de Vôlei de Areia adaptado idosos
- Campeonato Futsal de Base
- Capacitação para as agroindústrias - encontro Café com o SIM

Dezembro
- Campanha Dezembro Vermelho – IST/HIV/AIDS
- Apresentações Natalinas CMEI Criança Esperança
- Evento de encerramento do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- Evento de encerramento do CMEI Criança Esperança
- Evento em comemoração ao Natal

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as despesas necessárias a organização e execução dos eventos, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 797 de 03/02/2026.

Art. 3º - O cronograma acima definido poderá sofrer alterações, conforme necessidade administrativa.
Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:85277DD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N° 002/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA N° 002/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI DA CIDADE DE BARRACÃO/PR.

Que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 95.589.255/0001-48, com sede na Av. Vereador Valmir Antônio Alexandre, nº 278, Centro, em Boa Esperança do Iguaçu/PR, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. **GIVANILDO TRUMI,** de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO**; e de outro lada a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.391.258/0001-90, com sede na Rua Arnaldo Braz Prestes, s/n, bairro Industrial, na cidade de Barracão/PR, neste ato representada por sua Presidente Srª **AUREA SPIES,** de ora em diante denominada simplesmente de **APMI**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a vigência e execução do TERMO DE CONVÊNIO N° 002/2024, conforme CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, sendo de 23/03/2026 à 23/03/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
As partes em comum acordo elegem o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente em uma única via, de forma eletrônica.
Boa Esperança do Iguaçu/PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu
GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Associação de Proteção a Maternidade e à Infância -APMI
AUREA SPIES
Presidente

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:823A9EFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 130/2023

TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 130/2023
Termo Aditivo: 003/2026
Licitação: Inexigibilidade n° 2/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:INSTITUTO DE SAUDE DOIS VIZINHOS - ISDV, ESTABELECIDA NA RUA INÊS PINZON, Nº 611 CENTRO NORTE, NA CIDADE DE DOIS VIZINHOS, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: Contratação da empresa INSTITUTO DE SAÚDE DOIS VIZINHOS, para a prestação de serviços médicos como atendimentos, internações, cirurgias e exames complementares caso sejam necessários, para atendimento à população atendida pelo SUS do município de Boa Esperança do Iguaçu/Pr, sendo que o hospital deverá disponibilizar equipes de médicos e profissionais 24 (vinte e quatro) horas por dia, para estarem de plantão, visando minimizar o déficit de leitos existentes e diminuir a necessidade de encaminhamentos de pacientes para outros municípios.
Valor Total: R$ 546.858,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e oito reais)
Prazo de Vigência: 22/03/2026 à 22/03/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:20 de março de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:BA0966C7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 07/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas final do recurso referente ao Programa "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância"..

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente e deliberação em reunião extraordinária realizada em 20 de março de 2026,
CONSIDERANDO a execução do recurso destinado ao Programa "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância";
CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas final pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos;
CONSIDERANDO a análise da documentação técnica, financeira e dos relatórios de execução;
CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria quanto à não utilização integral dos recursos, destacando:
As limitações estabelecidas nas diretrizes do programa, que possuem caráter restritivo quanto à aplicação dos recursos, não permitindo a flexibilização para aquisição de itens diversos daqueles previamente definidos;
As dificuldades na execução integral dos recursos dentro do prazo estabelecido, em razão das exigências legais, operacionais e de compatibilidade com o objeto pactuado;
CONSIDERANDO que o saldo remanescente no valor de **R$ 25.647,66 (vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos)** foi devidamente devolvido conforme normativas vigentes;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar integralmente a prestação de contas final do recurso referente ao Programa "Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade – Primeira Infância".
Art. 2º Reconhecer como justificadas as razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos quanto à não execução total dos recursos, considerando as restrições normativas do programa e as dificuldades operacionais e legais no período de execução.
Art. 3º Registrar que o saldo remanescente no valor de R$ 25.647,66 foi devidamente devolvido, em conformidade com as exigências legais.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 20 de março de 2026.

CRISTIANE ÂNGELA VERDI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:4FD765DE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 08/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas (parcial) do recurso referente ao Incentivo ao Atendimento de Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente e deliberação em reunião extraordinária realizada em 20 de março de 2026,
CONSIDERANDO a execução do recurso destinado ao Incentivo ao Atendimento de Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos;
CONSIDERANDO a análise da documentação técnica e financeira apresentada ao Conselho;
CONSIDERANDO a existência de saldo superior a 30% (trinta por cento) do recurso em conta;
CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, de que, no decorrer do exercício de 2025, fatores como a realização de processos licitatórios e a transição de gestão administrativa impactaram a execução integral dos recursos, sendo estes programados para utilização no exercício subsequente;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a prestação de contas (parcial) do recurso referente ao Incentivo ao Atendimento de Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
Art. 2º Considerar justificadas as razões apresentadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos quanto à não execução integral dos recursos no exercício de 2025.
Art. 3º Registrar que o saldo remanescente superior a 30% deverá ser devidamente reprogramado para execução no exercício subsequente, em conformidade com as normativas vigentes.
Art. 4º Recomendar à gestão municipal o planejamento antecipado dos processos administrativos e licitatórios, visando maior eficiência na execução dos recursos.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 20 de março de 2026.

CRISTIANE ÂNGELA VERDI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:69CF24D3

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
RESOLUÇÃO Nº 09/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Dispõe sobre a aprovação final da prestação de contas do recurso referente ao Incentivo Benefício Eventual para Famílias Indígenas com Crianças e Adolescentes.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente e deliberação em reunião extraordinária realizada em 20 de março de 2026,
CONSIDERANDO a execução do recurso destinado ao Incentivo Benefício Eventual para Famílias Indígenas com Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a apresentação da prestação de contas final pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos;
CONSIDERANDO a análise da documentação técnica, financeira e dos relatórios de execução apresentados ao Conselho;
CONSIDERANDO que os recursos foram executados em conformidade com o objeto pactuado e as normativas vigentes;
CONSIDERANDO o cumprimento das finalidades do programa, garantindo atendimento às famílias indígenas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar **integralmente** a prestação de contas final do recurso referente ao Incentivo Benefício Eventual para Famílias Indígenas com Crianças e Adolescentes.
Art. 2º Declarar que a execução dos recursos atendeu aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e ao interesse público.
Art. 3º Registrar que a prestação de contas encontra-se regular, sem apontamentos de inconsistências que impeçam sua aprovação final.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 20 de março de 2026.

CRISTIANE ÂNGELA VERDI
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente - CMDCA

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:E000EF80

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026

APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026 ALTERAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, por meio do Departamento Municipal de Esportes, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e demais legislações pertinentes, realiza o presente APOSTILAMENTO ao Termo de Fomento nº 09/2026, celebrado com a ACEF – Associação Chopinzinhense de Esportes Femininos, inscrita no CNPJ nº 36.770.205/0001-01. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO APOSTILAMENTO O presente apostilamento tem por objeto a alteração do Responsável Técnico pelas atividades esportivas previstas no Plano de Trabalho vinculado ao Termo de Fomento. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO Fica registrada a substituição do responsável técnico anteriormente designado: • Responsável anterior: Professor Luciano dos Santos Pontes • Novo Responsável Técnico: Professor Marcelo da Silva Grigorio - CREF nº 043957-G/PR. O novo profissional passa a responder pela coordenação técnica das atividades esportivas desenvolvidas pela entidade, assumindo integralmente as atribuições previstas no Plano de Trabalho. CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DO OBJETO A presente alteração não implica qualquer modificação no objeto pactuado, metas, cronograma de execução, plano de aplicação ou valores do Termo de Fomento, mantendo-se integralmente todas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA O presente apostilamento passa a vigorar a partir da data de sua formalização. E por estarem de acordo, firma-se o presente apostilamento para que produza seus efeitos legais.
Chopinzinho/PR, 20 de março de 2026.

GILMAR DE ALMEIDA
Gestor da Parceria
Município de Chopinzinho
Departamento Municipal de Esportes

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:527D0299

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026

Termo de Fomento nº 05/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 05/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Ciclismo - ACHOC, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.886.423/0001-11 com sede na Rua Coronel Santiago Dantas, nº 4702, Centro, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Renilton Evangelista Alves Junior, portador do RG nº 34.685.801-X, inscrito no CPF nº 036.250.419-95, residente e domiciliado na Rua Tapajos, nº 3844, bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85-560-000, Chopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Ciclismo, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 4.285,71 (quatro mil duzentos e oitenta e cinco reais com setenta e um centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014). 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo comMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS

PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 30.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 23.710,00: • Marketing R$ 1.960,00 • Painel R$ 1.200,00 • Locução dos eventos R$ 850,00 • Narração e mídia ao vivo R$ 3.000,00 • Som R$ 700,00 • Cronometragem de prova R$ 5.000,00 • Premiação R$ 6.000,00 • Taxas inscrições R$ 5.000,00 Encargos R$ 2.450,00 • Alvará R$ 500,00 • Seguro atleta R$ 1.350,00 • Seguro dano R$ 600,00 Matérias consumo R$ 3.840,00 • Hidratação R$ 1.600,00 • Alimentação R$ 2.240,00Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento; 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo deMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração. 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas). 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do

veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento; 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook). 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento. 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar. 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou

fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 55844-1. 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária. 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 05/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professoresMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ou necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento; f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos. 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não; b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade

diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administraçãoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execuçãoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo: a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho; b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação

do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade; b) Cumprir a obrigação; c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver. V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014. XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da

legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidades previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

RENILTON EVANGELISTA ALVES JUNIOR
Associação Chopinzinhense de Ciclismo - ACHOC

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:ECEE85A0

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 06/2026

Termo de Fomento nº 06/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 06/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.721.291/0001-60 com sede na Rua 14 de Dezembro, 4466 – Sala 01, centro, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Ricardo Fernando Markus, portador do RG nº 4.972.796-8, inscrito no CPF nº 859.932.809-30, residente e domiciliada na Rua 14 de Dezembro , nº 4489, centro, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 emChopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Voleibol no gênero Feminino, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei

Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 12.857,14 (doze mil oitocentos e cinquenta e sete reais com quatorze centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo com o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 90.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 90.000,00: • Taxas federativas R$ 90.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou

modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração. 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento; 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valorMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook). 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos

bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento. 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 624537. 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 06/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ou necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra

pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos. 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos emMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo: a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade; b) Cumprir a obrigação;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de

contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

RICARDO FERNANDO MARKUS
Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:EF0C0901

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026

Termo de Fomento nº 07/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 07/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de

direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.721.291/0001-60 com sede na Rua 14 de Dezembro, 4466 – Sala 01, centro, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Ricardo Fernando Markus, portador do RG nº 4.972.796-8, inscrito no CPF nº 859.932.809-30, residente e domiciliado na Rua 14 de Dezembro , nº 4489, centro, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 emChopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Voleibol no gênero masculino, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 2.857,14 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais com quatorze centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014). 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo comMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 20.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 20.000,00: • Contratação de equipe técnica R$ 15.000,00 • Materiais esportivos R$ 5.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas,

através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração. 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento; 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valorMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook). 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou

ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento. 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 62436-3. 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 07/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de

eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ou necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos. 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos emMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria

emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo: a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade; b) Cumprir a obrigação;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório

final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não

tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

RICARDO FERNANDO MARKUS
Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:3157D472

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 08/2026

Termo de Fomento nº 08/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 08/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.721.291/0001-60 com sede na Rua 14 de Dezembro, 4466 – Sala 01, centro, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Ricardo Fernando Markus, portador do RG nº 4.972.796-8, inscrito no CPF nº 859.932.809-30, residente e domiciliado na Rua 14 de Dezembro , nº 4489, centro, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 emChopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Futsal no gênero masculino, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 42.857,14 (quarenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais com quatorze centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo com o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização dos projetos contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto. 2.8. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.9. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.10. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.11. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 300.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 300.000,00: • Contratação de equipe técnica R$ 150.000,00 • Bolsa atleta R$ 50.000,00 • Taxas federativas R$ 100.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades

decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração. 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento; 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valorMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os

bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook). 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento. 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 62440-4. 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou

PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 08/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ou necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos. 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos emMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará

obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo: a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade; b) Cumprir a obrigação;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir

irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com

os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

RICARDO FERNANDO MARKUS
Associação Chopinzinhense de Esporte e Lazer – ACEL

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:2DB02E5A

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 09/2026

Termo de Fomento nº 09/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 09/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, ACEF- ASSOCIAÇÃO CHOPINZINHENSE DE ESPORTES FEMININO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.770.205/0001-01 com sede na Rua Antônio Vicente Duarte, nº 3110, Bairro Frei Vito, Chopinzinho - PR, CEP 85560-000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sra. Carla Fabiana Lombardi, portadora do RG nº 9.168.307, inscrita no CPF nº 010.314.359-99, residente e domiciliada na Rua Antônio Vicente Duarte, nº 3110, Bairro Frei Vito, Chopinzinho - PR, CEP 85560- 000 emChopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Futsal, no gênero Feminino, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 100.000,00 (cem mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 14.285,71 (quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais com setenta e um centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014). 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo comMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 100.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 35.000,00: • Taxas de inscrições R$ 5.000,00 • Taxas de arbitragem R$ 30.000,00 Matérias consumo R$ 65.000,00: • Uniformes R$ 30.000,00 • Materiais esportivos R$ 35.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município,

existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento; 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas). 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE

exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar. 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos

e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 90596-1.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária. 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 01/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ouMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento; f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não; b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das

quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnicoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho; b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente

instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Cumprir a obrigação; c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea "a" no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS

SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

CARLA FABIANA LOMBARDI
ACEF- Associação Chopinzinhense De Esportes Feminino

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:BB07EFCE

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 10/2026

Termo de Fomento nº 10/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 10/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Scorpyons de Artes Marciais , pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.401.771/0001- 00 com sede na Rua Frei Everaldo, nº S/N, Bairro Centro, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Gilvani Marafon Turiani, portador do RG nº 8.907.836-9, inscrito no CPF nº 042.502.449-03, residente e domiciliado na Rua Emília Céspedes, nº 3578, bairro Centro, CEP 85-560-000, Chopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Taekwondo em Chopinzinho, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valortotal da parceria é de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 9.285,71 (nove mil duzentos e oitenta e cinco reais com setenta e um centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br

Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo com o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 65.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 65.000,00 Alimentação R$ 7.000,00 Hospedagem R$ 8.000,00 Transporte aéreo R$ 10.000,00 Exames de graduação R$ 10.000,00 Taxas Federativas R$ 15.000,00 Recursos humanos R$ 15.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento; 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas). 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante

deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra-instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; Outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos

eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar. 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Sicredi - Agência 0740 - Conta Corrente 21975-6.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária. 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 10/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ouMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento; f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não; b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnicoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3.

O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho; b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Cumprir a obrigação; c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30

(trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem "b", do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, "b", do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, "b" desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ALVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

GILVANI MARAFON TURIANI
Associação Scorpyons de Artes Marciais

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:004298D1

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 11/2026

Termo de Fomento nº 11/2026
Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 11/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Badminton ACB, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.233.373/0001-60 com sede na Rua Antônio Vicente Duarte, nº 3110, Bairro Frei Vito, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 emChopinzinho - PR, neste ato,

representada pelo Sr. José Nerci Scabeni, portador do RG nº 1.648.494, inscrito no CPF nº 340.686.519-49, residente e domiciliado na Rua Artur Bernardes, nº S/n, bairro São Sebastião, CEP 85-560-000, Chopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Badminton, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 8.571,42 (oito mil quinhentos e setenta e um reais com quarenta e dois centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo com o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 60.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 60.000,00 Alimentação R$ 10.000,00 Hospedagem R$ 4.000,00 Arbitragem R$ 1.000,00 Taxas de inscrições R$ 10.000,00 Uniformes R$ 15.000,00 Materiais esportivos R$ 20.000,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027. 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.2.6. Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento; 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas,

reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividades serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas). 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos; 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados. 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook).Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de

responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município. 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar. 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação. 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco Cresol - Agência 1009 - Conta Corrente 046906-8.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária. 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1. Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 11/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais; c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ouMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento; f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de

pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município. 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não; b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor do termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61 da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e é obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnicoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros

elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto. 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho; b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; e b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) Cumprir a obrigação; c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará: a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas

estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; e b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objetoMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido. c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.

Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

JOSÉ NERCI SCABENI
Associação Chopinzinhense de badminton ACB

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:514CB055

DEPARTAMENTO DE ESPORTES
TERMO DE FOMENTO Nº 12/2026

Termo de Fomento nº 12/2026

Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná Termo de Fomento nº 12/2026 PARTES: Município de Chopinzinho, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.414/0001-60, com sede e foro na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3811, São Miguel, CEP 85.560-000 neste ato representado pelo seu Prefeito, Álvaro Dênis Ceni Scolaro, brasileiro, portador do RG nº 8.124.995-4 SESP/PR, inscrito no CPF nº 009.378.889-40, residente e domiciliado em Chopinzinho - PR; e pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Cassia Três, brasileira, portadora do RG nº 87653870 SSP/PR, CPF nº 053.221.569-92, residente e domiciliado em Chopinzinho, Estado do Paraná, como CONCEDENTE, e de outro lado, Associação Chopinzinhense de Corredores Amadores ACCA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.048.506/0001-28 com sede na Rua Pedro Vidal, nº 3630, Bairro Verdi, Chopinzinho - PR, CEP 85560000 em Chopinzinho - PR, neste ato, representada pelo Sr. Celso José Marafon Junior, portador do RG nº 139880846, inscrito no CPF nº 101.371.879-80, residente e domiciliado na Rua Doutor Vitor, nº 4980, bairro Verdi, CEP 85-560-000, Chopinzinho - PR como PROPONENTE, tendo certo e ajustado o Termo de Fomento, oriundo através de Chamamento público nº 01/2025, conforme integra o presente termo que será regido pelas disposições da Lei nº 13.019/2014, decreto 035/2017, Lei Municipal nº 3.727/2018 e demais legislações aplicáveis, e nas cláusulas e condições a seguir especificadas: 1. DO OBJETO 1.1. O presente termo de fomento tem como objeto a realização de transferências voluntárias de recursos financeiros, para consecução de finalidade de interesse público de projeto esportivo para o exercício de 2026, visando à participação de Organizações da Sociedade Civil. Na modalidade de Corredores de Rua, divulgando e popularizando da modalidade esportiva, promovendo a formação da equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos regionais e estaduais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, bem como, o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva do Projeto, conforme segue: 1.2. Este Termo de Fomento reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, juntamente com o decreto 035/2017, e na Lei Municipal nº 3.727/2018. 2. DOS REPASSES E VALORES PREVISTOS 2.1.O repasse dos recursos, de nível municipal,será efetuado em 7 (sete) parcelas,sendo o primeiro pagamento até o 15º dia útil após a assinatura do termo, em conta específica, aberta pela entidade em banco oficial no Município. 2.2. Para desenvolvimento do Objeto, o valor total da parceria é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). 2.2.1. O total será dividido em 7 parcelas iguais no valor de R$ 2.857,14 (dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais com quatorze centavos) 2.3. Os valores serão repassados mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária (art.53 da Lei 13.019/2014). 2.4. A OSC é responsável pela aquisição de materiais e de custeio, a serem utilizados de acordo comMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná o plano de trabalho apresentado e selecionado para a execução do objeto proposto. 2.5. No valor deverão estar previstas as despesas relativas à realização do projeto contemplado. 2.6. O projeto deverá ser executado no período de 09 de março até 30 de novembro de 2026, de acordo com o calendário aprovado pelo Departamento de Esportes após a aprovação do projeto. 2.7. Deverão utilizar os recursos financeiros recebidos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exclusivamente, nas despesas previstas no objeto do Projeto apresentado. 2.8. Toda e qualquer despesa a ser realizada será de responsabilidade exclusiva do contemplado, a quem é vedado o uso do nome da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes ou de qualquer órgão do Município de Chopinzinho para contratações de serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços. 2.9. O contemplado somente poderá iniciar as despesas previstas no Plano de trabalho após o recebimento dos recursos. 2.10. Nenhuma despesa poderá ser realizada antes ou após o término do prazo de vigência do Termo de Fomento, cabendo à organização da sociedade civil assumir o custo de tais despesas, se realizadas fora dos prazos fixados. 3. DO PLANO DE APLICAÇÃO 3.1. O plano de Aplicação de acordo com o apresentado pela Proponente, conforme segue: PLANO DE APLICAÇÃO FINALIDADE PROJETOS ESPORTIVOS PREVISÃO DE CUSTOS Total Geral R$ 20.000,00 NATUREZA DA DESPESA Despesas de Custeio R$ 14.000,00: • Transporte e hospedagem R$ 8.000,00 • Uniformes R$ 6.000,00 Bens permanentes R$ 6.000,00 • Tenda R$ 3.500,00 • Mesas R$ 1.500,00 • Material esportivo R$ 600,00 • Bandeira R$ 400,00 4. PRAZO DE VIGÊNCIA 4.1. O plano de trabalho deverá ser executado do dia 09 de março de 2026 até o dia 30 de novembro de 2026; 4.2. O Termo de Fomento terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 18 de dezembro de 2026. 4.3. Os referidos incentivos poderão ser alterados por ato unilateral do Município, existindo necessidade de supressão ou ampliação, a fim de auxiliar na implementação e execução deste Termo de Fomento, conforme a Lei Municipal nº 3.727/2018, conforme Art. 57 da Lei Federal 13.019/2014 e decreto municipal 035/2027.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5.1. Os repasses previstos na parceria correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária: Gestão/Unidade: Fonte de Recursos: 06.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 27.812.0022.2.032 - Manutenção e Fomento ao Esporte Manutenção do Departamento de Esporte Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES 3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS Desdobrado: DEMAIS ENT. DO TER. SETOR PARA PROM. DE Empenho: Não se Aplica 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA PROPONENTE 6.1. O presente Termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, sendo vedado à PROPONENTE utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria. 6.2. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à CONCEDENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações: 6.2.1. Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços de forma articulada, visando que seja alcançado o objeto deste Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido; 6.2.2. O gestor da parceria deverá emitir, preferencialmente em plataforma eletrônica, o seu Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e, ao mesmo tempo, enviado à organização, para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais. Conforme previsto art. 64 do decreto municipal 035/2017; 6.2.3. Comunicar à PROPONENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações; 6.2.4. Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de Fomento; 6.2.5. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.2.6. Exercer

atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas; 6.2.7. Informar à PROPONENTE os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento; 6.2.8. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administravas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso. 6.2.9. Disponibilizar sem custos as praças esportivas para treinamentos e competições da OSC, mediante análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.9.1. Em caso de necessidade de utilização de algum bem público, estando já agendado evento da Entidade Parceira para a data pretendida, deverá avisar a mesma acerca da necessidade a fim de permitir o reagendamento do evento pela entidade. 6.2.10. Autorizar do uso dos espaços do Centro Esportivo Municipal Deonisto Debona, para fins de instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros, bem como o uso comercial da cozinha e lanchonete ou locação de espaços, com objetivo de captação de recursos para a consecução dos objetivos sociais da Entidade Parceira, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, através de ata da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.10.1. O uso dos espaços destinados à instalação de publicidade de patrocinadores ou parceiros ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11. Autorizar a utilização dos espaços esportivos, para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, podendo ser ampliado o uso de outros estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas através de ato da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, quando indispensáveis ao Plano de Trabalho proposto pelo Município. 6.2.11.1. O uso dos espaços para fins de instalação de escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste termo de fomento, ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo o uso dos espaços fica autorizada pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar o uso dos referidos espaços. 6.2.11.2. O modo de funcionamento, horário, planejamento, cronograma de instalação e atividades das escolinhas, treinamentos, práticas esportivas, reuniões, entre outras atividades de incentivo ao esporte previstas neste Termo de Fomento, estará sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Departamento de Esportes, podendo as atividadesMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná serem suspensas, extintas ou modificadas de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração. 6.2.12. Autorizar a captação de recursos, mediante cobrança de ingressos de entrada quando da promoção, organização ou realização de eventos oficiais esportivos, nos espaços esportivos, (estádios, ginásios, quadras, campos e demais espaços de práticas esportivas). 6.2.12.1. A captação de recursos ocorrerá conforme a autorização prevista na Lei Municipal nº 3.727/2018, sendo a cobrança de ingressos de entrada autorizada, e com validade para cada período de competição, pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, a quem compete, a qualquer momento, havendo necessidade e interesse, modificar, suspender, alterar, extinguir e autorizar este método de captação de recursos. 6.2.13. Apoiar na realização de feiras, seminários ou eventos voltados ao estímulo e desenvolvimento de atividades Esportivas/Paradesportivas, tais como fornecimento suplementar de materiais esportivos, tendas, palcos, troféus, uniformes, medalhas, brindes, placas informativas, iluminação, sonorização, alimentação, transporte, organização, assessoria e assistência direta ou indireta, contratação de serviços de arbitragem, entre outros materiais e serviços suplementares aos incentivos previstos neste Termo de Fomento, considerando a previsão orçamentária e o interesse público, devendo a Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento aprovar o requerimento de incentivo, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. 6.2.14. Disponibilizar transporte para as competições oficiais, perante solicitação da OSC e análise e autorização do Diretor do Departamento de Esportes de Chopinzinho. 6.2.14.1. A Entidade Parceira deverá requerer o transporte através de protocolo eletrônico (1Doc) endereçado ao Departamento de Esportes, com prazo de 7 (sete) dias de antecedência do evento, informando a necessidade do veículo e a competição, campeonato ou evento que irá participar representando o Município. 6.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste Termo de Fomento, cabe à PROPONENTE cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações; 6.3.1. Cumprir fielmente o Plano de Trabalho aprovado, visando o atingimento das metas previstas e a perfeita execução do objeto pactuado, com estrita observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia; 6.3.2. Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades; 6.3.3. Aplicar os recursos transferidos pela CONCEDENTE exclusivamente na execução do objeto da presente parceria, conforme Plano de Trabalho, observando-se as proibições estabelecidas no art. 45 da Lei 13.019/2014 e neste Termo de Fomento; 6.3.4. Manter escrituração contábil regular; 6.3.5. Manter os registros de cadastros dos usuários e os registros de participação dos usuários nas atividades (listas de presenças/registros fotográficos) devidamente organizados para acesso da equipe de monitoramento e avaliação, bem como demais órgãos de fiscalização, pelo prazo de 10 (dez) anos;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.6. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas; 6.3.7. Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao objeto do Termo de Fomento; 6.3.8. Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, com as seguintes informações: data da assinatura, identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, valores liberados, prazos de vigência e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011; 6.3.9. Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, na forma do art. 51 da Lei nº 13.019/2014; 6.3.10. Garantir o livre acesso dos agentes públicos da Administração Municipal CONCEDENTE, inclusive dos responsáveis pelo controle interno, bem como, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto; 6.3.11. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal; 6.3.12. Prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE, na forma estabelecida no presente instrumento; 6.3.13. Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento: 6.3.13.1. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado; 6.3.13.2. Garantir sua guarda e manutenção; 6.3.13.3. Comunicar imediatamente à CONCEDENTE qualquer dano que os bens vierem a sofrer; 6.3.13.4. Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens; 6.3.13.5. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à CONCEDENTE, além da proposta para reposição do bem, de competência da PROPONENTE; 6.3.14. Manter, durante toda a parceria, as condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014; 6.3.15. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades; 6.3.16. Prestar contas no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SIT - TCE/PR), de forma regular, pelo menos no fechamento de cada bimestre e, obrigatoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias a

partir do encerramento da parceria, declarando todas as informações e apresentando os documentos solicitados; 6.3.17. Comunicar à CONCEDENTE suas alterações estatutárias, após o registro em cartório, bem como, a alteração do quadro dirigente. 6.3.18. O proponente contemplado deverá comparecer às reuniões presenciais, sempre que convocado, promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em datas a serem definidas posteriormente, para acompanhamento e discussão dos projetos contemplados.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.19. Mencionar o apoio recebido em entrevistas ou material audiovisual e nas mídias sociais fazer divulgação do projeto, mencionando em ambos a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes com seus respectivos endereços de comunicação digital (Instagram e Facebook). 6.3.20. Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. 6.3.21. Obrigatoriamente manter nos locais de projetos sociais 01(um) profissional como responsável técnico da área de Educação Física, regulamentado e em dia com o CREF9/PR (Conselho Regional de Educação Física) ou ainda, em casos que a modalidade não exigir registro no CREF9/PR, apresentar documentação equivalente. 6.3.22. Os proponentes deverão estar cientes que não dependerão exclusivamente dos valores (100%) destinados pelo Município de Chopinzinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes para manter suas equipes e para participar das suas respectivas competições. 6.3.23. Realizar a aquisição de materiais esportivos em geral e uniformes para as equipes. 6.3.24. Custear a alimentação de atletas, alunos e equipes em competições fora do Município. 6.3.25. Quando for utilizado um local público, havendo cobrança de ingresso ou a OSC receber inscrição em dinheiro para eventos, torneios e competições, será de responsabilidade da OSC: colocação de material de higiene nos banheiros e vestiários, estrutura de banheiros químicos quando necessário, colocação de toda infra instrutura necessária para seu evento, limpeza do local pós evento, ressarcimento ou recolocação de algum dano causado. 6.3.26. Cumprir com as normas vigentes em relação à capacidade máxima de público quando da utilização do centro esportivo e espaços de uso coletivo, bem como em relação ao número de brigadistas exigidos, sendo os mesmos devidamente uniformizados, identificados e devidamente posicionados, prontos para atender em qualquer eventualidade. 6.3.27. Os bens públicos disponibilizados manterão a finalidade prevista em lei, devendo ser destinados exclusivamente ao funcionamento e desenvolvimento de atividades desportivas, culturais e sociais. 6.3.28. O uso dos espaços de bens públicos pela Entidade Parceira, ocorrerá conforme as determinações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Departamento de Esporte e da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, observado o interesse público, as normas de saúde pública e vigilância sanitária, regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia, modicidade de preços e a oportunidade e conveniência da Administração. 6.3.29. Sem prejuízo de outras disposições aplicáveis, a Entidade Parceira se obriga a abster-se do uso dos espaços e dos bens públicos quando requisitado pelo Município e/ou para os seguintes fins: Disputas de competições, campeonatos e eventos programados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte; Cerimônias cívicas; Realização dos Jogos Oficiais do Paraná ou similares; outros eventos ou atividades definidas pelo Executivo; 6.3.30. Para os fins deste Termo de Fomento, são normas aplicáveis ao uso de bens públicos: 6.3.30.1. A Entidade Parceira não poderá ceder ou autorizar o uso de bens públicos e das instalações, no todo ou em parte, onerosa ou gratuitamente, a outras entidades ou pessoas estranhas ao objeto proposto, sem prévia anuência do Município.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 6.3.30.2. Fica sob a responsabilidade da Entidade Parceira os danos eventualmente causados aos bens públicos, por utilização ou deterioração dolosa ou culposa da entidade, durante a vigência do Contrato de Fomento. 6.3.30.3. A Entidade Parceira obriga-se pela proteção, conservação e manutenção dos bens públicos e de realização de benfeitorias úteis ou necessárias, desde que sejam econômica e financeiramente possíveis de implementar. 6.3.30.4. É vedada a Entidade Parceira dar como garantia, a qualquer título e em qualquer transação legal, os direitos e obrigações decorrentes do Termo de Fomento a ou instrumento congênere ou as edificações, instalações e benfeitorias nele edificadas, ou qualquer bem público, sob pena de resolução do contrato e aplicação das demais penalidades cominadas legal e contratualmente. 6.3.30.5. Resolver-se-á o uso dos espaços, além das causas previstas neste Termo de Fomento, na Lei ou em contrato ou instrumento congênere, na hipótese de extinção da Entidade Parceira ou cessação definitiva das atividades instaladas. 6.3.30.6. O uso dos espaços e bens públicos não poderão ser cedidos por ato negocial, salvo as previsões estabelecidas neste Termo de Fomento, e também na hipótese de sucessão legítima ou testamentária dos respectivos associados ou fundadores, mediante prévia e expressa concordância do Município, bem como mantida a destinação dos bens públicos e os encargos incidentes. 6.3.30.7. O Município não indenizará quaisquer benfeitorias, reparos ou manutenções realizadas pela Entidade Parceira nos bens públicos, nem restituirá valores de qualquer natureza que tenha despendido a Entidade Parceira durante a vigência do Termo de Fomento ou instrumento congênere. 6.3.31. Serão suportadas pela Entidade Parceira todos os ônus fiscais e parafiscais, impostos, taxas, custas ou quaisquer outros ônus e encargos que incidirem ou venham a incidir sobre suas atividades, não existindo qualquer responsabilidade do Município. 6.3.32. Desde a assinatura do Termo de Fomento, a Entidade Parceira fruirá dos bens públicos descritos neste Termo de Fomento para os fins estabelecidos e responderá por todos os encargos civis, trabalhistas, previdenciários, administrativos e tributários que venham a incidir sobre suas atividades, aos associados e suas rendas. 6.3.33. A não observância do disposto neste Termo de Fomento, a modificação da finalidade do uso dos espaços, o desvio de finalidade ou utilização irregular de bens públicos e a extinção da Entidade Parceira, farão com que o imóvel e demais bens públicos, com todas as benfeitorias existentes e instalações nele introduzidas, revertam automaticamente e de pleno direito à posse do Município, as quais, como parte integrante daquele, não darão direito a nenhuma indenização ou compensação. 6.3.34. Protocolar obrigatoriamente relatório bimestral até o 10º dia útil do mês subsequente, contendo: resultados, tabelas, fotos, listas de chamadas, súmulas, público atingido e depoimentos de alguns participantes sobre as atividades realizadas. O não envio do relatório implica na possível paralisação temporária dos repasses financeiros até sua correta apresentação, ou suspensão definitiva caso da não apresentação.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 7. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS 7.1. Os valores a repassar deverão ser depositados pelo CONCEDENTE em conta bancária específica da PROPONENTE, no Banco mercado pago - Agência 0001 - Conta Corrente 75947792610. 7.2. A conta bancária na qual serão mantidos os recursos financeiros repassados pelo CONCEDENTE deverá ser aberta exclusivamente para este fim e restritamente vinculada ao objeto desta parceria, devendo ser isenta de qualquer tarifa bancária. 7.3. Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade. 7.4. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. 7.5. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, sendo que toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica ou PIX, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária. 7.6. Existindo obrigação financeira que não possa ser paga através de transferência bancária ou PIX, a PROPONENTE deve declarar este fato no respectivo Plano de Trabalho, sendo facultado, nesta hipótese, o pagamento em espécie, desde que observado o limite total de R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), relativamente à soma destas despesas, devendo colher nota fiscal e recibo devidamente firmado pelo beneficiado. 7.7. Para fins de transparência, controle e prestação de contas, todas as notas fiscais ou documentos equivalentes apresentados pela Organização da Sociedade Civil, no âmbito deste Termo de Fomento, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações: (conforme artigo 48 do decreto 035/2017) 7.7.1.

Recursos financeiros oriundos do Termo de Fomento nº 12/2026, celebrado com o Município de Chopinzinho CNPJ 76.995.414/0001-60. 7.7.2. A ausência dessas informações nas notas fiscais poderá acarretar a não aceitação da despesa na prestação de contas, salvo justificativa técnica expressa e aceita formalmente pelo gestor. 8. DA CONTRAPARTIDA 8.1. Ao firmar o Contrato de Parceria, a Entidade Parceira deverá implementar e executar as contrapartidas e obrigações no prazo proposto no seu Plano de trabalho. 8.2. O Município poderá exigir da Entidade Parceira as seguintes contrapartidas, durante a vigência do Termo de Fomento, por ato da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e/ou da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial. a) Contratação e/ou disponibilização de determinado número de atletas, técnicos, professores ou profissionais para as escolinhas de atividades esportivas/paradesportivos, sem qualquer ônus ao Município ou munícipes, vedada a concessão da Bolsa Técnico e/ou destinação de recursos ou transferências voluntárias para a remuneração destes profissionais, contratados ou disponibilizados a título de contrapartida pela Entidade Parceira; b) Realização de palestras aos alunos das escolas municipais;Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná c) Realizar formação para os professores que atuam no Departamento de Esportes; d) Apoio na realização de eventos, campeonatos, jogos, entre outras atividades voltadas ao estímulo ao desenvolvimento esportivo/paradesportivos; e) Realização de obras e serviços de conservação, manutenção, benfeitorias úteis ou necessárias em bens públicos, no imóvel e/ou espaços destinados ao uso, quando econômica e financeiramente possíveis, após análise e decisão da Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento; f) Desenvolvimento dos trabalhos buscando garantir à comunidade a participação em ações de lazer e competição, atendendo o máximo de pessoas possíveis, promovendo o desenvolvimento físico, psicológico, afetivo e social dos praticantes; 8.3. A Entidade Parceira obriga-se a participar das competições, campeonatos e eventos proposto no plano de trabalho; 8.4. Haverá isenção de pagamento do valor do ingresso de entrada nos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, nas seguintes situações: a) Agentes públicos em serviço da Administração; b) Pessoas com 60 (sessenta) anos de idade ou mais, crianças até 12 (doze) anos incompletos e pessoas com deficiência; c) Outras isenções estabelecidas mediante Decreto do Poder Executivo. 8.5. Outras contrapartidas poderão ser fixadas por ato unilateral do Município, aderindo automaticamente ao Plano de Trabalho e Termo de Fomento. 8.6. A Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento poderá, mediante deliberação por maioria e publicação da ata no diário oficial, reduzir os preços praticados no fornecimento de produtos da cozinha e lanchonete, ou locação de espaços dos estádios, ginásios, quadras, campos e espaços de práticas esportivas, quando identificado preço acima da média do mercado, observada a modicidade e a indisponibilidade do interesse público. 8.7. Fica autorizado o Município a instituir, por ato unilateral, outras formas de contrapartida da Entidade Parceira. 8.8. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada autorizam, através da assinatura do Termo de Fomento, pelo representante legal da Associação ou Fundação, sem qualquer ônus, encargo ou desembolso de valor por parte do Município, o uso gratuito de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como se comprometem em usar a marca, brasão, bandeira ou logotipo oficial do Município de Chopinzinho e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, em seus uniformes e em matérias de divulgação e marketing. 8.9. A Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, comprometem-se a representar o Município em eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e pelas instituições que compõem o Sistema Nacional do Desporto. 8.10. O quadro técnico da Entidade Parceira deverá usar o uniforme com o nome do Município de Chopinzinho quando do treinamento nas escolinhas e competições. 8.11. A concessão dos benefícios não gera qualquer responsabilidade ou vínculo trabalhista, previdenciário, tributário, empresarial, etc., entre a Entidade Parceira, seus membros, dirigentes, conselheiros, atletas, alunos, técnicos e qualquer outra pessoa vinculada, com o Município.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 8.12. Entende-se como contrapartida a oferta de ações visando a garantir o amplo acesso da população em geral ao resultado esportivo gerado com a execução do projeto contemplado, objetivando com isso a democratização e maior descentralização do acesso aos eventos esportivos. 9. DAS PROIBIÇÕES 9.1. Fica proibido à PROPONENTE: a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não; b) Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total; c) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente; d) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Fomento; e) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração; f) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo; g) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços; h) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias, exceto para pagamento das despesas com a execução do objeto; i) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento; j) Realizar despesas com: Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; k) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; l) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014; m) Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas; n) Pagamento de despesa bancária. 10. DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 10.1. O Termo de Fomento poderá ser alterado ou sofrer modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria, mediante proposta devidamente formalizada e justificada. 10.2. A vigência do Termo de Fomento poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do prazo inicialmente previsto. 10.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado. 10.4. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original. 10.5. Somente poderá ser realizada qualquer alteração, caso haja parecer favorável do gestor doMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná termo e formalização de termo aditivo e apostilamento. 11. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA 11.1. O Termo de Fomento poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. 11.2. Constitui motivo para rescisão da parceria o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo Município a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falta de apresentação das prestações de contas parciais nos prazos estabelecidos, e ainda a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. 11.3. Na desistência ou denúncia imotivada, a Organização da sociedade civil estará obrigada ao ressarcimento dos prejuízos comprovadamente experimentados, se houve dolo ou má fé. 12. DO GESTOR 12.1. O Concedente indicará como GESTOR da parceria, o Diretor de Esportes Sr. Gilmar de Almeida, CPF 039.174.079-22, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento, nomeada através da Portaria nº 339/2025, os quais, dentro dos padrões determinados pela legislação, serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 12.2. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente nas normativas deste termo de fomento. 12.3. O Gestor emitirá parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração este relatório e as demais atribuições indicadas no art. 61

da Lei 13.019/14. 12.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 13. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 13.1. Compete ao CONCEDENTE realizar procedimentos de fiscalização da presente parceria, com caráter preventivo e saneador, podendo, para tanto, proceder ao amplo exame de documentos físicos ou digitais, bem como, realizar visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação da correta execução do objeto e aplicação dos valores repassados e do regular cumprimento da Lei 13.019/2014, do Decreto Municipal nº 35/2017 e do Plano de Trabalho aprovado. 13.2. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em Relatório de Visita Técnica in loco, que será enviado à PROPONENTE para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do CONCEDENTE. 13.3. O gestor da parceria, juntamente com a Comissão de Avaliação e Monitoramento nomeada através da Portaria nº 339/2025, será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Termo de Fomento, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento. 13.4. O gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13019/2014, esse parecer pode ser efetuado a qualquer momento, e éMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná obrigatório ao menos ao final de cada ano civil e no final da transferência, analisando os objetivos atingidos, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, para proceder à homologação. a) Conforme dispõe a Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter: a) Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; b) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; c) Valores efetivamente transferidos pela administração pública; d) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no presente Termo de Fomento; e) Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias. 13.5. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores. 13.6. O CONCEDENTE poderá e, nas condições estabelecidas em regulamento, realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, como subsídio na avaliação da parceria. 13.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor e da Comissão de Avaliação e Monitoramento deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. 14. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 14.1. A PROPONENTE deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos, visando demonstrar os resultados da parceria, apresentando elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance de metas. 14.2. Para fins de prestação de contas anual e final, a PROPONENTE deve apresentar relatório de execução do objeto, contendo: a) A demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas; b) A descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto; c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros; e d) Os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver. 14.3. O relatório de que trata o item 14.2 deve, ainda, fornecer elementos para avaliação: a) Dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas; b) O grau de satisfação do público-alvo, que pode ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; c) Da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná 14.4. As informações de que trata o item 14.3 serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no Decreto Municipal nº 035/2017. 14.5. Caso a PROPONENTE não comprove o alcance das metas, deverá apresentar justificativa, além de relatório de execução financeira, contendo: a) A relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho; b) O comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver; c) O extrato da conta bancária específica; d) A memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso, que deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa; e) A relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; f) Cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor e indicação do produto ou serviço. 14.6. A CONCEDENTE, através de servidor designado para este fim, promoverá a análise do relatório de execução financeira de que trata o item 14.5, observando-se o Decreto Municipal n.º 035/2017. 14.7. A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas ensejará a aplicação das penalidades cabíveis, conforme disposto no presente instrumento. 14.8. Todos os documentos referentes à prestação de contas deverão ser devidamente protocolados, observando-se o procedimento padronizado de protocolo no âmbito do Poder Público CONCEDENTE, dirigidos ao Gestor da parceria. Subcláusula Primeira - Da Prestação de Contas Anual I Caso a parceria seja prorrogada, apresentando vigência superior a 01 (um) ano, assim como nas parcerias inicialmente pactuadas por prazo superior a 01 (um) ano, a PROPONENTE deve apresentar prestação de contas anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho, no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício. II A prestação de contas anual consistirá na apresentação do relatório parcial de execução do objeto na plataforma eletrônica, que deverá observar o Decreto Municipal n.º 035/2017. III Na hipótese de omissão no dever de prestação de contas anual, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a prestação de contas. Se persistir a omissão de que trata este item, aplica-se o disposto no § 2º do art. 70 da Lei Federal nº 13.019, de 2014. IV A análise da prestação de contas anual será realizada por meio da produção de relatório técnico de monitoramento e avaliação, que conterá: a) Os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014; eMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) O parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme o Decreto Municipal n.º 035/2017. V Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a PROPONENTE para, no prazo de 30 (trinta) dias: a) Sanar a irregularidade; b) Cumprir a obrigação; c) Apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação. VI O gestor avaliará o cumprimento do disposto no item anterior e atualizará o relatório técnico de monitoramento e avaliação, conforme o caso. VII Serão glosados valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente. VIII Na hipótese dos itens V e VI, se persistir irregularidade ou inexecução parcial do objeto, o relatório técnico de monitoramento e avaliação: a) Caso conclua pela continuidade da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A retenção das parcelas dos recursos, nos termos do Decreto Municipal n.º 035/2017. b) Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deve determinar: 1. A devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e 2. A instauração de tomada de contas especial, se não houver a devolução de que trata a alínea “a” no prazo determinado. IX O relatório técnico de monitoramento e avaliação será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados de seu recebimento, cabendo ao

gestor da parceria adotar as providências indicadas. Subcláusula Segunda - Da Prestação de Contas Final I A PROPONENTE deve apresentar prestação de contas final, por meio do relatório final de execução do objeto, devendo conter os elementos previstos no Decreto Municipal nº 035/2017, relatório de execução financeira, bem como, se for o caso, o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014 e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias. II O relatório final de execução do objeto deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia da PROPONENTE, devidamente justificada e aceita pelo gestor; III Caso ocorra a notificação da PROPONENTE, esta deve apresentar, ainda, relatório final de execução financeira, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante solicitação prévia, devidamente justificada e aceita pelo gestor. IV A análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho e considerará:Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná a) O relatório final de execução do objeto; b) Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a 01(um) ano; c) O relatório final de execução financeira; d) O relatório de visita técnica in loco, quando houver; e e) O relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver. V Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria, devendo mencionar os elementos de que trata o item III desta clausula. VI Na hipótese de a análise de que trata o item IV desta Subcláusula concluir que houve descumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a organização da sociedade civil para que apresente relatório final de execução financeira, que deverá observar o disposto no item V desta cláusula. VII O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e deve concluir pela: a) Aprovação das contas; b) Aprovação das contas com ressalvas; c) Rejeição das contas. VIII A aprovação das contas ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria, conforme disposto. IX A aprovação das contas com ressalvas ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário. X A rejeição das contas ocorrerá nas seguintes hipóteses: a) Omissão no dever de prestar contas; b) Descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho; c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. XI A rejeição das contas não pode ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, segundo os critérios definidos no Decreto Municipal nº 035/2017. XII A decisão sobre a prestação de contas final cabe ao secretário (a) da pasta à qual se relaciona a parceria. XIII A PROPONENTE será notificada da decisão de que trata item VII desta Subcláusula e poderá: a) Apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, senão reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito, para decisão final no prazo de trinta dias; ou b) Sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período. XIV Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá: a) No caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, indicar as causas das ressalvas; eMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná b) No caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de 30 (trinta) dias: 1. Devolva os recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução do objeto, apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou 2. Solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72, da Lei Federal nº 13.019, de 2014. XV A aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerada na eventual aplicação das sanções de que trata o Decreto Municipal nº 035/2017. XVI A administração pública municipal deve se pronunciar sobre a solicitação de que trata o subitem “b”, do item XIII desta subcláusula, no prazo de 30 (trinta) dias. XVII A realização das ações compensatórias de interesse público não deve ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria. XVIII Compete exclusivamente ao Prefeito autorizar o ressarcimento de que trata o subitem 2, “b”, do item XIV desta subcláusula. XIX Na hipótese do item XIV, “b” desta Subcláusula, o não ressarcimento ao erário ensejará: a) A instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e b) O registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição. XX O prazo de análise da prestação de contas final pela CONCEDENTE será de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que devidamente justificado, não podendo exceder o limite de 300 (trezentos) dias. XXI O transcurso do prazo definido no item anterior, sem que as contas tenham sido apreciadas: a) Não impede que a organização da sociedade civil participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; b) Não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos. 15. DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES 15.1. O Contrato de Parceria poderá ser rescindido: a) Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da Entidade Parceira, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao Município; b) Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do Poder Público; c) A Entidade Parceira reconhece os direitos do Município à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Termo de fomento, conforme prevê a lei 19.133/2014. d) Na hipótese de rescisão por culpa da Entidade Parceira, fica o Município autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito. e) Inexistindo créditos em favor da Entidade Parceira ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o Município oficiará à Entidade Parceira para que esta recolha aosMunicípio de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos. Caso a Entidade Parceira não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo Município será cobrado judicialmente. f) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado. g) Reserva-se ao Município o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de extinção ou dissolução da Entidade Parceira. A não execução do objeto contratado; h) Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao Município; i) Não atendimento das determinações da autoridade ou servidores designados para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato. j) Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do Município, nesta ordem: 1. Manifestação do Fiscal ou órgão de fiscalização, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 2. Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados; 3. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada pelo gestor do Contrato; 4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município; 5. Decisão do Prefeito Municipal; 6. Notificação da Entidade Parceira, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível, salvo pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; k) Caso a Entidade Parceira não observe os dispositivos deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho e seus anexos, bem como das normas aplicáveis, poderá ser suspensa ou impedida de participar do Programa de Incentivo ao Esporte Amador de Chopinzinho, ouvida a

Comissão de Monitoramento e Avaliação, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie, garantidos a ampla defesa e o contraditório. l) Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos pela Entidade Parceira, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 73, de 2023, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal. 16. DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS 16.1. A Proponente compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos: a) Inexecução do objeto; b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido.Município de Chopinzinho | CNPJ: 76.995.414/0001-60 | E-mail: prefeitura@chopinzinho.gov.br Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel, Chopinzinho-Paraná c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência. d) Compromete-se, ainda a Proponente, a recolher à conta da Concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação. e) A restituição do valor não exime a Proponente em cumprir todas as sanções e penalidades previstas no Termo de Fomento e na legislação. 17. DISPOSIÇÕES FINAIS 17.1. O Termo de Fomento deverá ser publicado na íntegra no Diário Oficial do Município. 17.2. O trâmite de documentos e correspondências entre o Município e Entidade Parceira será feito somente através da plataforma 1Doc, disponível em. 17.3. Fica eleito o foro da Comarca de Chopinzinho, PR, para dirimir dúvidas ou questões relacionadas ao Termo de Fomento.
Chopinzinho, 09 de março de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Município de Chopinzinho

CELSO JOSÉ MARAFON JUNIOR
Associação Chopinzinhense de Corredores de Rua

Publicado por:
Patricia Morawski
Código Identificador:39EE2756

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 90013/2026 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM ATENÇÃO A RESOLUÇÃO SESA Nº 860/2022 E RESOLUÇÃO SESA Nº 374/2024 PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90013/2026. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 07 de abril de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisição de Equipamentos em atenção a Resolução SESA nº 860/2022 e Resolução SESA nº 374/2024 para uso da Secretaria Municipal de Saúde. Valor máximo estimado: R$ 111.307,17 (cento e onze mil, trezentos e sete reais e dezessete centavos). Gênero: Bem Patrimonial. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:DAA868BF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90007-2026 - ERRATA DO CONTRATO 66/2026 - PEDREIRA SANTIAGO

ERRATA

Objeto: Pavimentação asfáltico sobre pedras irregulares em vias urbanas em CBUQ, 26.995,26 m2, contendo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
Contrato 66/2026 – PEDREIRA SANTIAGO LTDA

Onde se lê:
"***9.2*** *O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em* ***03/03/2026****, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato*;"
Leia-se:
"*9.2 O reajustamento dos preços será concedido, quando e se for o caso, dentro do prazo de vigência do contrato, quando transcorrer o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento prevista em* ***06/11/2025****, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;"*

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:70FA7734

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90009-2026 - EXTRATO DO CONTRATO 69 - 2026

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90009/2026. AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA PARA FORNECER AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA PRÉ-ESCOLA E NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CHOPINZINHO, EM COMEMORAÇÃO À PÁSCOA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A entrega deverá ser realizada no prazo máximo de 25 de março de 2026, no endereço da Secretaria de Educação – Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811 – Bairro São Miguel, Chopinzinho PR, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h, responsável pelo recebimento Senhora Rosenilda da Silva Vaz. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretarias de Administração e Finanças Gestão/Unidade: 06.02 DEPTO DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. Fonte de Recursos: 103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB e 104 Educação / 25% sobre Impostos. Programa de Trabalho: 1236100032.014 - Manutenção do Ensino Fundamental e 1236500032.015 - Manutenção do Ensino Infantil - Pré Escola. Elemento de Despesa: 3.3.90.30 - Material de Consumo. Desdobrado: 1340/2029 - Outras Despesas Com Gêneros Alimentícios. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato nº 69/2026 - Mang Foods Atacadista Ltda - Contratada, Valor Total do Contrato: R$ 146.211,00 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e onze reais). Data da assinatura: Chopinzinho-PR, 20 de março de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:DE15E9AD

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90009-2026 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº 90009/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Por Item - Compras nº 90009/2026, de 03/03/26, e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à empresa:

EMPRESA	VALOR TOTAL – (R$)
MANG FOODS ATACADISTA LTDA	146.211,00

VALOR TOTAL (R$)	146.211,00

Que apresentou o Menor Preço Por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20/03/26.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:4757466B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS ASSISTENTE SOCIAL

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Alexandra Gessi. CPF: 072.457.339-96. Objeto: Contratação de Assistente Social. Período: 15/09/2025 a 14/09/2026. Valor mensal: R$ 5260,17, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 63.122,04. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 15/09/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Alexandra Gessi.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Antonio Siqueira Cavalcante Neto. CPF: 456.746.202-53. Objeto: Contratação de Assistente Social. Período: 06/10/2025 a 05/10/2026. Valor mensal: R$ 5260,17, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 63.122,04. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 06/10/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Antonio Siqueira Cavalcante Neto.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:6F3E347D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Jessica Paula de Oliveira. CPF: 077.732.149-13. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 26/08/2025 a 25/08/2026. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 11/08/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Jessica Paula de Oliveira.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Emili Adriana Borges. CPF: 054.580.109-57. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 12/03/2025 a 11/03/2026. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 07/03/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Emili Adriana Borges.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Rosina Maria Moraes Ribeiro. CPF: 500.501.689-91. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 12/04/2025 a 11/04/2026. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/04/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Rosina Maria Moraes Ribeiro.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Weslei Rodrigues de Souza Zorzan. CPF: 102.805.139-50. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 17/03/2025 a 16/03/2026. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 13/03/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Weslei Rodrigues de Souza Zorzan.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Steffani Camila Alves da Silva. CPF: 121.047.864-10. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 14/01/2026 a 13/01/2027. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 27/01/2026. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Steffani Camila Alves da Silva.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Evandra Perondi. CPF: 058.011.019-26. Objeto: Contratação de Educador/Cuidador Social. Período: 11/03/2026 a 10/03/2027. Valor mensal: R$ 2851,38, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 34.216,56. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 064/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 11/03/2026. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Evandra Perondi.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:0987A227

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS PROFESSOR

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Sidione Neila Vanzella. CPF: 974.946.829-53. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 02/06/2025 a 01/06/2026. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 22/05/2025. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Sidione Neila Vanzella.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Kamilly Maria Zuconelli Favero. CPF: 111.082.969-80. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 20/10/2025 a 19/10/2026. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data

da Assinatura: 20/10/2025. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Kamilly Maria Zuconelli Favero.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Barbara Stella Ribeiro da Silva. CPF: 086.644.969-86. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 20/10/2025 a 19/10/2026. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 20/10/2025. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Barbara Stella Ribeiro da Silva.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Mariza Gorck. CPF: 030.447.889-00. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 03/11/2025 a 02/11/2026. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 23/10/2025. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Mariza Gorck.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Rafael Carlos Carneiro. CPF: 154.698.979-07. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 03/11/2025 a 02/11/2026. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 24/10/2025. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Rafael Carlos Carneiro.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Eduarda Martini. CPF: 113.611.819-58. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Eduarda Martini.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Leidimara Cristina Goetz. CPF: 073.606.919-40. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 03/03/2026 a 02/03/2027. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Leidimara Cristina Goetz.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Renata Silveira Romig Jasdiskoski. CPF: 108.544.259-42. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Renata Silveira Romig Jasdiskoski.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Beatriz Zelaski Casanova. CPF: 110.503.859-93. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Beatriz Zelaski Casanova.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Thais Gorck Ribeiro. CPF: 107.536.199-03. Objeto: Contratação de Professor Temporário. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 2281,84, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 27.382,08. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 101/2024. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Thais Gorck Ribeiro.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:312C69C4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS PSICÓLOGO

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Luciane de Azevedo. CPF: 082.678.089-06. Objeto: Contratação de Psicólogo. Período: 17/09/2025 a 16/09/2026. Valor mensal: R$ 5927,72, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 71.132,64. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 15/09/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Luciane de Azevedo.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Josiane Marafon Turiani Merlin. CPF: 065.800.329-10. Objeto: Contratação de Psicólogo. Período: 01/10/2025 a 30/10/2026. Valor mensal: R$ 5260,17, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 63.122,04. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 25/09/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Josiane Marafon Turiani Merlin.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Patricia Caroline dos Santos Gonçalves. CPF: 089.554.659-04. Objeto: Contratação de Psicólogo. Período: 19/01/2026 a 18/01/2027. Valor mensal: R$ 5260,17, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 63.122,04. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 27/01/2026. Assinam: Vilmarize Buffon Fraron pelo Município e Patricia Caroline dos Santos Gonçalves.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Aline Leticia Pinto. CPF: 125.115.909-56. Objeto: Contratação de Psicólogo. Período: 03/02/2026 a 02/02/2027. Valor mensal: R$ 5260,17, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 63.122,04. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 080/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 06/02/2026. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Aline Leticia Pinto.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:EA4CAEA0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS VISITADOR DOMICILIAR

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Lillian Jiovana Zuconelli. CPF: 111.081.309-09. Objeto: Contratação de Visitador Domiciliar. Período: 14/07/2025 a 13/07/2026. Valor mensal: R$ 1434,97, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 17.219,64. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 058/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 15/07/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Lillian Jiovana Zuconelli.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Vitor Doglas Borga. CPF: 094.900.859-10. Objeto: Contratação de Visitador Domiciliar. Período: 21/07/2025 a 21/07/2026. Valor mensal: R$ 1434,97, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 17.219,64. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 058/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 15/07/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Vitor Doglas Borga.
Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Andreia da Silva. CPF: 082.876.039-00. Objeto: Contratação de Visitador Domiciliar. Período: 21/07/2025 a 21/07/2026. Valor mensal: R$ 1434,97,

totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 17.219,64. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 058/2025. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 15/07/2025. Assinam: Neide Maria Gasparetto Pasquali pelo Município e Andreia da Silva.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:EAC37688

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EXTRATOS DE CONTRATOS ZELADOR ESCOLAR

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Salete Alves de Lima. CPF: 032.064.159-77. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 10/02/2026 a 09/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Salete Alves de Lima.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Joceli Fernandes. CPF: 040.383.009-51. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 09/02/2026 a 08/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Joceli Fernandes.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Vilma Pires Roegelin. CPF: 020.065.939-19. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 10/02/2026 a 09/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Vilma Pires Roegelin.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Rosecleia Batista. CPF: 067.497.299-67. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 09/02/2026 a 08/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Rosecleia Batista.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Dirlei de Almeida Oliveira. CPF: 000.015.219-69. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 09/02/2026 a 08/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Dirlei de Almeida Oliveira.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Francieli Bocalon. CPF: 064.465.659-09. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 09/02/2026 a 08/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 10/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Francieli Bocalon.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Silvia Miguel de Oliveira. CPF: 046.998.379-56. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Silvia Miguel de Oliveira.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Sirlei Bassanese. CPF: 788.203.409-68. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Sirlei Bassanese.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Rubia Mara Spegiorin. CPF: 060.037.039-97. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Rubia Mara Spegiorin.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Teresinha Antunes da Maia. CPF: 000.913.530-84. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Teresinha Antunes da Maia.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Marlene de Quadros. CPF: 051.239.739-23. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Marlene de Quadros.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Carla Franciele Conoratto. CPF: 046.391.599-27. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Carla Franciele Conoratto.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Ana Franciele Liviz Ferreira. CPF: 057.623.909-77. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Ana Franciele Liviz Ferreira.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Jaiane Schunig. CPF: 086.559.789-81. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Jaiane Schunig.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Francisca da Silva Reogelim. CPF: 967.762.779-15. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Francisca da Silva Reogelim.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Maria Helena Ferreira dos Santos. CPF: 056.192.539-96. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$

1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Maria Helena Ferreira dos Santos.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Rosa Aparecida Maia. CPF: 051.675.619-22. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Rosa Aparecida Maia.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Ivone Wechel. CPF: 028.716.929-47. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Ivone Wechel.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Carla Andreia Alves de Quadros. CPF: 045.659.289-06. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Carla Andreia Alves de Quadros.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Andreia da Silva. CPF: 082.876.039-00. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/02/2026 a 18/02/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Andreia da Silva.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Cristine Posso de Souza. CPF: 097.671.179-62. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Cristine Posso de Souza.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Marizete Danuzo. CPF: 007.915.749-11. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Marizete Danuzo.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Vanderleia Alves Ramos. CPF: 014.154.220-95. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/03/2026 a 18/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Vanderleia Alves Ramos.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Danieli Fernandes de Souza. CPF: 096.659.549-11. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/03/2026 a 18/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Danieli Fernandes de Souza.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Ireni Spegiorin. CPF: 937.797.719-34. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 19/03/2026 a 18/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Ireni Spegiorin.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Gartenia Silva Mota. CPF: 412.530.548-00. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 02/03/2026 a 01/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 19/02/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Gartenia Silva Mota.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Patricia Giacomini. CPF: 114.994.159-66. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Patricia Giacomini.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Daiane Moreira. CPF: 111.191.779-52. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Daiane Moreira.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Raquel de Fatima Ramos. CPF: 055.928.559-07. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Raquel de Fatima Ramos.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Evilane dos Santos. CPF: 068.469.929-01. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Evilane dos Santos.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Jociele Cruz. CPF: 088.436.159-47. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Jociele Cruz.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Caroline Dvojatzki. CPF: 058.087.799-01. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Caroline Dvojatzki.

Espécie: Extrato de Contrato de Trabalho de Servidor Temporário: Município de Chopinzinho. Contratado: Talia da Silva. CPF: 109.547.299-27. Objeto: Contratação de Zelador Escolar. Período: 16/03/2026 a 15/03/2027. Valor mensal: R$ 1.621,00, totalizando para os 12 (doze) meses, R$ 19.452,00. Origem: Processo Seletivo

Simplificado Edital de Abertura nº 001/2026. Fundamento Legal: Leis Complementares 068/2012 e 089/2017. Data da Assinatura: 17/03/2026. Assinam: Cassia Tres pelo Município e Talia da Silva.

Publicado por:
Danieli Lucia Belli Petris
Código Identificador:5712D73D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 318-2026 - EXONERA ANDREINA VITORIA SIQUEIRA

PORTARIA Nº 318/2026

Exonera servidor temporário a pedido.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 678/2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar a servidora Andreina Vitoria Siqueira, RG nº 14.***.*67-7 SESP/PR, matrícula funcional nº 3800-1, do cargo Temporário de Auxiliar de Creche, a partir de 1º de março de 2026, a pedido.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C658AFEC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 319-2026 - FÉRIAS FLAVIA DANIELE RIEDI

PORTARIA Nº 319/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 1.284/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Flavia Daniele Riedi, matrícula funcional nº 766-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2024 a 02 de janeiro de 2025, para fruição de 18 a 27 de março de 2026.

Art. 2º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Flavia Daniele Riedi, matrícula funcional nº 766-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, referente ao período aquisitivo de 03 de janeiro de 2025 a 02 de janeiro de 2026, para fruição de 30 de março de 2026 a 08 de abril de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:8C2E2F54

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 320-2026 - LICENÇA PRÊMIO ERNESTINA DE JESUS DE LIMA

PORTARIA Nº 320/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 732/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 30 (trinta) dias à servidora Ernestina de Jesus de Lima, matrícula funcional nº 2178-3, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao quinquênio aquisitivo de 15 de março de 2018 a 14 de março de 2023, para fruição de 13 de julho de 2026 a 11 de agosto de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E559F3F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 316/2026 - NOMEIA COMISSÃO PSS ASSISTENTE SOCIAL TEMPORÁRIO

PORTARIA Nº 316/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Assistente Social, edital de abertura nº 062/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR os servidores: Keli Fernanda de Souza Oliveira, Clediane Maria Kurpel Calegari e Camila Cancelier para comporem a Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:8DF37557

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PORTARIA N° 317/2026

PORTARIA N° 317/2026

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentação do Decreto nº 305/2023, alterado pelo Decreto 067/2026, de 10 de marçode 2026,
RESOLVE:
Art. 1º Regulamentar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Chopinzinho, Estado do Paraná, as instituições educacionais de difícil acesso e a distância mínima de 16km totais (chegada e retorno) para a concessão de auxílio transporte aos professores:

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	DISTÂNCIA SEDE (TOTAL)
ESCOLA RURAL MUNICIPAL ANGÉLICA DALLA COSTA BATTISTUZ - EIEF	28,6 km
ESCOLA RURAL MUNICIPAL PRESIDENTE COSTA E SILVA - EIEF	26 km
ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARIO BETTEGA - EIEF	32 km
ESCOLA RURAL MUNICIPAL NILO PEÇANHA - EIEF	36,8 km
ESCOLA RURAL MUNICIPAL VISÃO DO FUTURO - EIEF	40,8 km

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.268/2023da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO/PR,
20DE MARÇO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Simone Biava
Código Identificador:CBDEE4DD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 17/2026
Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 10/2026
Modo: Aberto

O Município de CORUMBATAÍ DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia **07 de Abril de 2026, às 08:30 Horas,** por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

OBJETO: Aquisição futura e eventual de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura ferramentas e equipamentos de proteção individual, com base na tabela SINAPI/PR, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

VALOR MÁXIMO: R$ 794.500,00 (setecentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais).

Informações complementares do Edital encontra-se disponível no departamento de Licitação, no horário normal de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, através dos telefones: 44-99935-8828, 44-99935-8839, ou pelo site: www.corumbataídosul.pr.gov.br (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA), ou em www.bnc.org.br, ou ainda através do e-mail: licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL, 20 de Março de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:88F08352

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7792-2026

PORTARIA Nº 7792/2026

Concede Licença Maternidade.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Protocolo nº **05/2026** de **12/03/2025** e o incluso Atestado Médico.

R E S O L V E:

Art.1º - Conceder Licença Maternidade a Servidora **EDIANDRA MAIRA ZUCK**, portadora do RG:**10.100.***-***, nomeada através do Decreto nº **5547/2024** de **01/02/2024**, função **"Professora"**, pelo período de **180** (cento e oitenta) dias, a contar de **11/março/2026** a **06/setembro/2026**, conforme assegura a Lei Municipal nº **073/1994** de **19/09/1994** e Lei n° **711/2010** de **31/03/2010**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas eResponsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:0B372A16

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 90022-2026 – UASG **985473**

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR. torna público que fará realizar no local e data abaixo, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, de acordo com as condições particulares do Edital, Decretos Municipais nº5581/2024,5584/2024, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais normas em vigor que regem a matéria para Contratação de empresa para FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S500 comum, diesel S10) e Arla 32, com fornecimento

contínuo e fracionado, conforme demanda, com a finalidade de garantir o abastecimento, da frota de veículos pertencente e/ou incorporado à Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu/PR.

DATA E HORA DE ABERTURA: 07 de abril de 2026 às 10h00min.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

Edital na íntegra à disposição dos interessados: O Edital e seus anexos podem ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através: No Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=CRUZEIRO%20DO%20IGUA%C3%87U&status=todos&pagina=1
No site oficial do Município com endereço eletrônico:**www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3191-1330.

Cruzeiro do Iguaçu, 20 de março de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:909FF0EE

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO 24

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2026

A Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguacu – PR avisa aos interessados que fará realizar no dia **06 DE ABRIL DE 2026 ÀS 14HS00MIN**, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo MENOR PREÇO POR LOTE, OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas em serviços de apoio à organização, estruturação e execução do evento comemorativo "33º Aniversario do Município", a ser realizado na Prainha Artificial no Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR, promovido por meio do Convênio nº 115/2026, firmado entre a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU) e a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Iguaçu.

Do Protocolo e Sessão de Abertura: **O Credenciamento** e os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser protocolados no dia **06 de abril de 2026**, **até as 14hs00min**. Local do protocolo e da realização da sessão pública do pregão: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do iguacu – PR, situada na Avenida 13 de Maio n 906, centro, na cidade de Cruzeiro do Iguacu – PR. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e no site www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br . Informações complementares através do telefone (46) 3119 1330 pelo e-mail: licitacao@cruzeirodoiguacu.pr.gov.br .

Cruzeiro do Iguaçu, 20 de março de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:BDE598F7

SECRETARIA DE FINANCAS
DISPENSA

EXTRATO DE DISPENSA Nº 013/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 013/2026
	VERZA CHAPEACAO LTDA – CNPJ: 05.750.771/0001-10
OBJETO:	Contratação de Serviço de manutenção do veículo Corolla Altis 1.8 HV no município de Cruzeiro do Iguaçu.
VALOR TOTAL:	R$ 8.433,36 (oito mil quatrocentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos)
DOTAÇÃO:	3.3.9.0.39.00.00 Outros Serviços De Terceiros Pessoa Jurídica

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:F554E8F3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
INSTITUI A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA

PORTARIA N.º 4179/2026

Institui a Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Enéas Marques e designa seus membros.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 71, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOque a Assistência Farmacêutica constitui componente essencial das ações de saúde, voltada à garantia do acesso e do uso racional de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
CONSIDERANDOa necessidade de disciplinar a seleção, padronização, prescrição, dispensação e uso de medicamentos no âmbito da rede municipal de saúde, com base em critérios técnicos, científicos e econômicos;
CONSIDERANDOque a Comissão de Farmácia e Terapêutica é instância colegiada de natureza consultiva, deliberativa e educativa, com papel estratégico no assessoramento à gestão da saúde;
CONSIDERANDO a importância da adoção de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas baseadas em evidências científicas, visando à segurança do paciente, à efetividade dos tratamentos e à racionalização dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a necessidade de promover ações de farmacovigilância, educação permanente das equipes de saúde e avaliação contínua das tecnologias em saúde

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) do Município de Enéas Marques, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e educativo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2ºA Comissão tem por finalidade assessorar a gestão municipal na formulação e execução das políticas relacionadas à assistência farmacêutica, especialmente quanto à seleção, padronização, aquisição, distribuição e uso racional de medicamentos.

Art. 3º Incumbe à Comissão de Farmácia e Terapêutica:
I – selecionar e padronizar os medicamentos a serem utilizados na rede municipal de saúde;
II – elaborar, revisar e atualizar o Guia Farmacoterapêutico Municipal;
III – estabelecer diretrizes e protocolos para prescrição, dispensação e uso racional de medicamentos;
IV – avaliar a incorporação, substituição ou exclusão de medicamentos e tecnologias em saúde, com base em evidências científicas;
V – promover o uso seguro e racional de medicamentos, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais;
VI – assessorar os órgãos da Administração Pública Municipal em matérias relacionadas à assistência farmacêutica;
VII – promover estudos de utilização de medicamentos e de farmacoeconomia, visando à eficiência e sustentabilidade das ações de saúde;

VIII – atuar no monitoramento de eventos adversos, erros de medicação e demais ações de farmacovigilância;
IX – colaborar com ações de educação permanente dos profissionais da saúde;
X – propor indicadores e mecanismos de avaliação das atividades relacionadas ao uso de medicamentos;
XI – desempenhar outras atividades correlatas às suas atribuições, necessárias ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

Art. 4º A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade a ser definida em regimento interno, e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.
Parágrafo único. As reuniões deverão ser registradas em ata e poderão resultar na elaboração de planos de ação e recomendações técnicas.

Art. 5º A Comissão de Farmácia e Terapêutica será composta pelos seguintes membros:

Setor/Serviço	Representantes
Médica do ESF (Estratégia Saúde da Família):	Dra. Angela Marcia Pansini Gonçalves Moreira;
Médico do Pronto Atendimento 24 horas	Dr. Nilo João Melhoranç;
Farmacêuticas da Farmácia Municipal	Dalva Pereira; e Vanusa Camillo;
Enfermeira do Pronto Atendimento 24 horas	Michelle Andressa Woicolesco
Enfermeira do ESF	Neiriellen Hoffelder Cattelan
Odontologista	Dr. Satiro Shimazu
Administração	Leandro Legramanti
Vigilância Sanitária	Claudia Duarte Freitas

Art. 6º A Presidência da Comissão será exercida pelo Sr. Leandro Legramanti, competindo-lhe coordenar, supervisionar e dirigir os trabalhos, bem como convocar e presidir as reuniões.

Art. 7º A Comissão poderá convidar profissionais e especialistas, internos ou externos, para participarem das reuniões, na condição de colaboradores "*ad hoc*", sempre que necessário ao adequado desempenho de suas atribuições.

Art. 8º O funcionamento da Comissão será disciplinado por regimento interno próprio, a ser elaborado e aprovado por seus membros.

Art. 9º Os membros da Comissão exercerão suas funções sem prejuízo de suas atribuições regulares, sendo a participação considerada de relevante interesse público.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENEAS MARQUES/PR
EM 20 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Galvan
Código Identificador:DA9AF110

SETOR DE PESQUISA DE PREÇOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026
CONTRATANTE: Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, com sede à Av. Joaquim Bonetti, 579 – Enéas Marques/PR, inscrito no CGC/MF nº 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, EDSON LUPATINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 49383932 e do CPF/MF nº 861.204.419-72, e
CONTRATADA: S M RESENDE CONSTRUCOES E INCORPORACOES.
OBJETO: contratação para pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 34.669,64m², sendo 3.711,55m² de implantação asfáltica e 30.958,09m² de pavimentação sobre pedras irregulares e recape sobre asfalto existente, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
VALOR: R$ R$ 5.332.999,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e nove reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de março de 2026.
FORO: Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Enéas Marques, 20 de março de 2026.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2026
CONTRATANTE: Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, com sede à Av. Joaquim Bonetti, 579 – Enéas Marques/PR, inscrito no CGC/MF nº 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, EDSON LUPATINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 49383932 e do CPF/MF nº 861.204.419-72, e
CONTRATADA: S M RESENDE CONSTRUCOES E INCORPORACOES.
OBJETO: contratação para pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 34.669,64m², sendo 3.711,55m² de implantação asfáltica e 30.958,09m² de pavimentação sobre pedras irregulares e recape sobre asfalto existente, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
VALOR: R$ R$ 5.332.999,00 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil e novecentos e noventa e nove reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 19 de março de 2026.
FORO: Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Enéas Marques, 20 de março de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Constantino
Código Identificador:5E01BA87

SETOR DE PESSOAL
EXONERA CLAUDIA

PORTARIA Nº 4178/2026

SÚMULA - Exonera a servidora CLAUDIA ROSA, e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 106/2023 de 24/10/2024 e Lei Complementar Municipal nº 109/2023 de 21/12/2023.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora **CLAUDIA ROSA**, portador do RG nº 1.261.555-49 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 083.845.799-11, do cargo de **CHEFE DO SETOR DE SAÚDE DO TRABALHADOR,** a partir de 20/03/2026, agradecendo aos relevantes serviços prestados a esta municipalidade.

Art. 2º Revogando disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO DE ENÉAS MARQUES/PR
EM 20 DE MARÇO DE 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:F69BBF3B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 24/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2026.

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE FÊNIX**, situado na Rua Jangada, 25, centro, Fênix, Estado do Paraná, CNPJ nº 76.950.021/0001-30, neste ato representado por seu **EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR**, portador da cédula de identidade RG nº 6.510.470-9-SSP-PR, inscrito no CPF sob nº 029.715.219-07, e

CONTRATADA: CONSTRUTORA SILVA & CIA LTDA, CNPJ nº 50.550.926/0001-29, localizada Rod PRT-466, km 98,3, Parque Industrial, Jardim Alegre, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **CLAUDEMIR APARECIDO DA SILVA**, portador da cédula de identidade RG nº 7.731.271-4-SESP-PR, inscrito no CPF sob nº 008.599.289-50.

OBJETO: Pavimentação Asfáltica de Estrada Rural em CBUQ, com área de 58.919,75 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trecho: Estrada Rural Bela Vista do Ivaí, Área Pavimentada: 58.919,75 m² - lote 1.

VALOR: R$ 12.270.982,00 (Doze milhões e duzentos e setenta mil, novecentos e oitenta e dois reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 480 (quatrocentos e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 960 (novecentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20/03/2026.

FORO: Comarca de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

Fênix, 20 de março de 2026.

Município de Fênix
Contratante
EURÍPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Representante

Publicado por:
Rubens Humberto Vasconcelos Calixto
Código Identificador:B2B099EA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
128/2026

PORTARIA Nº 128/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **RAQUEL MOLINA SERRANO,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 18/05/2024 a 17/05/2025 a ser usufruída de 13 de março a 11 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 13 de março de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 20 de março de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:003751E2

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
129/2026

PORTARIA Nº 129/2026-RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a (o) servidor (a) **GABRIEL FERREIRA OLIVEIRA URIZZI,** 30 (Trinta) dias de **Férias** a que faz jus, referente ao período de trabalho compreendido de 02/09/2024 a 01/09/2025 a ser usufruída de 17 de março a 15 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Com efeito retroativo a 17 de março de 2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Fênix, 20 de março de 2026.

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:7D470E8C

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO ADEMIR FERREIRA GOMES - ME

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	12/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	20/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos leves, médios e pesados, máquinas e equipamentos de terraplenagem e agrícola da frota da prefeitura municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

04.122.0002.2.201. - Manter o Gabinete do Prefeito.
04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
26.782.0004.2.502. - Conservar Estradas Vicinais
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
15.452.0005.2.602. - Manter a Limpeza Pública.
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar

12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.133. - Manter o Fundo Municipal de Assistência Social.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: ADEMIR FERREIRA GOMES - ME
CNPJ/CPF: 84.994.128/0001-08

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos médios	540	R$ 86,00	R$ 46.440,00
7	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Ônibus	500	R$ 95,00	R$ 47.500,00
8	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Caminhão	575	R$ 92,00	R$ 52.900,00
9	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Tratores	300	R$ 106,00	R$ 31.800,00
10	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Rolo Compactador	180	R$ 107,00	R$ 19.260,00
11	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Pá Carregadeira	525	R$ 109,00	R$ 57.225,00
12	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Retroescavadeira	525	R$ 108,00	R$ 56.700,00
13	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Motoniveladora	180	R$ 107,00	R$ 19.260,00
14	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Equipamentos e Implementos Agrícolas.	420	R$ 104,00	R$ 43.680,00
15	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Pesados – Escavadeira.	180	R$ 109,00	R$ 19.620,00

Valor Total Homologado - R$ 394.385,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 20 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:A62CBBA0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO JV GERVASIO AUTO ELÉTRICA E MECÂNICA

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	12/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	20/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos leves, médios e pesados, máquinas e equipamentos de terraplenagem e agrícola da frota da prefeitura municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

04.122.0002.2.201. - Manter o Gabinete do Prefeito.
04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
26.782.0004.2.502. - Conservar Estradas Vicinais
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
15.452.0005.2.602. - Manter a Limpeza Pública.
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
12.361.0010.2.812. - Manter o Transporte Escolar
27.812.0012.2.903. - Incentivo ao Esporte Amador
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.245.0008.2.133. - Manter o Fundo Municipal de Assistência Social.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: JV GERVASIO AUTO ELÉTRICA E MECÂNICA
CNPJ/CPF: 40.339.553/0001-98

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Leves - LINHA CHEVROLET	624	R$ 83,00	R$ 51.792,00
2	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Leves - LINHA VOLKSWAGEN	812	R$ 84,00	R$ 68.208,00
3	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Leves - LINHA HYUNDAI, CITROEN E RENAULT	480	R$ 84,00	R$ 40.320,00
4	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Leves - LINHA FIAT	385	R$ 84,00	R$ 32.340,00
5	Prestação de serviços mão de obra mecânica preventiva e corretiva para Veículos Leves – TOYOTA, HONDA, JEEP, NISSAN, MITSUBISHI, PEUGEOT, CAOA CHERY E JAC MOTORS.	120	R$ 84,00	R$ 10.080,00

Valor Total Homologado - R$ 202.740,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 20 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:746E9419

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 181/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Conceder 10 (dez) dias de férias em conformidade com a portaria nº 51/2026, à servidora abaixo relacionada:

- ANA CRISTINA PEREIRA, matrícula nº 1025 – Referentes ao exercício: 04/01/2025 à 03/01/2026.

- Ficando 10 (dez) dias de férias a desfrutar posteriormente conforme Lei, 1177/2025.

- Período de férias: 18/03/2026 à 27/03/2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 17 dias do mês de março do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:DD640E73

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2025.

EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2025.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 02/2025 – Transmissão ao Vivo das Sessões.

FORNECEDOR: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSAO AO VIVO LTDA, CNPJ: 11.520.032./0001-34.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JORGE D´OESTE – PR.

VALOR - R$ 10.200,00 (Dez Mil e Duzentos Reais)

VIGÊNCIA: 28/03/2026 a 27/03/2027
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:558FE5F2

CAMARA DE VEREADORES
EXTRATO – TERCEIRO TERMO ADITIVO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2023.

EXTRATO – TERCEIRO TERMO ADITIVO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2023;

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE SEGURO DO VEÍCULO OFICIAL, PLACA: AZC-6773.

FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ: 90.180.605/0001-02.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JORGE D´OESTE – PR.

VALOR: R$ 1.413,78 (um mil, quatrocentos e treze reais e setenta e oito centavos)

VIGÊNCIA: 15/05/2026 A 15/05/2027.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente do Legislativo Municipal de São Jorge D'Oeste - Paraná

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:0DCCB81C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
11º TERMO CONTRATO 70/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 70/2024**, parte integrante do(a) Pregão nº 37/2024
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**AUTO POSTO IRMAOS LOURENCO LTDA – CNPJ nº.** 82.456.989/0002-98
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor dos seguintes produtos;** **LOTE 1 – ITEM 01: DIESEL COMUM (S500) LT: de R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos), para R$ 6,80 (seis reais e oitenta centavos).** **LOTE 1 – ITEM 02: DIESEL S10 LT: de R$ 6,32 (seis reais e trinta e dois centavos), para R$ 7,08 (sete reais e oito centavos).**
Prazo de vigência	**15/08/2026**
Prazo de execução	**15/08/2026**
Data assinatura	17/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:EDB63B2D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 02/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**2º TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 2/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**BENICIO PNEUS EIRELI – CNPJ nº.** 39.535.062/0001-33
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 31/03/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 418.051,49 (quatrocentos e dezoito mil e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos)** **III – o reajuste nos valores em R$ 13.578,89 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**31/03/2027**
Prazo de execução	**31/03/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:3AAF85F0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 03/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 2/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CPX DISTRIBUIDORA S/A – CNPJ nº.** 10.158.356/0001-01
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 31/03/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ R$ 59.805,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e cinco reais).** **III – o reajuste nos valores em R$ 2.007,90 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**31/03/2027**
Prazo de execução	**31/03/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:40586BBA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 04/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 2/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CPX DISTRIBUIDORA S/A – CNPJ nº.** 10.158.356/0001-01
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 31/03/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 142.286,00 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e seis reais)** **III – o reajuste nos valores em R$ 4.776,84 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**31/03/2027**
Prazo de execução	**31/03/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:9FE64082

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 05/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 2/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03

Contratada:	**GAMA PNEUS LTDA – CNPJ nº.** 55.623.647/0001-61
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 31/03/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 96.866,92 (noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos)** **III – o reajuste nos valores em R$ 3.142,92 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**31/03/2027**
Prazo de execução	**31/03/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:95BA4758

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 06/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 6/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 2/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**ZEUS COMERCIAL EIRELI – CNPJ nº.** 34.840.358/0001-44
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 31/03/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 72.805,20 (setenta e dois mil, oitocentos e cinco reais e vinte centavos)** **III – o reajuste nos valores em R$ 2.365,20 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**31/03/2027**
Prazo de execução	**31/03/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:462B174D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ATA 07/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**1º TERMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 6/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**IARA MARIA BASEGGIO LTDA – CNPJ nº.** 10.809.818/0001-03
Objeto:	**O presente Termo Aditivo tem por objeto;** **I - a prorrogação do prazo constante da CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – prorrogada por igual período, até 02/04/2027.** **II - a renovação do quantitativo, nos limites permitidos por lei, diante da necessidade da administração no valor de R$ 5.328,76 (cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos).** **III – o reajuste nos valores em R$ 167,76 pelo índice INPC (IBGE) de 3,357470%, constante na cláusula quarta da Ata de Registro de Preços.**
Prazo de vigência	**02/04/2027**
Prazo de execução	**02/04/2027**
Data assinatura	20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:B5DE048A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 34/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 34/2026 Processo dispensa/N°. 10/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	GENTE SEGURADORA S/A- CNPJ nº. 90.180.605/0001-02
Objeto	**Contratação, por DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamentada no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, da empresa: GENTE SEGURADORA SA, inscrita sob o CNPJ sob o nº 90.180605/0001-02, localizada no logradouro Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-0600, na atenção a realização do Seguro do Ônibus proveniente do projeto "Cuida Mais Paraná", conforme deliberações nº 035/2024 e nº 049/2025 - CEDIPI-PR, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 20/03/2027
Prazo de vigencia	até 20/03/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 20/03/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:75EB9250

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PE 90001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - PROCESSO Nº 10/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, visando à futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de uso hospitalar, odontológico e para fisioterapia, para uso no Centro Municipal de Saúde e demais Unidades de Saúde da Família no Município de São Jorge D'Oeste-PR.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.
EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO POR ITEM.
1 – LOVEMED LTDA – 49.962.490/0001-04. - Itens: 1 – R$ 1.225,00; e 8 – R$ 1.243,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 2.468,00 (Dois mil quatrocentos e sessenta e oito reais).**
2 – C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - 24.864.422/0001-73 - Item: 2 – R$ 3.242,99; Item: 3 – R$ 902,99; Item: 21 – R$ 1.479,99; Item: 24 – R$ 2.398,99; Item: 26 – R$ 14,99; Item: 32 – R$ 699,89; Item: 39 – R$ 4.379,99; **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 27.437,59 (Vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos).**
3 – MORIMED COMERCIAL LTDA - 26.499.522/0001-73 - Item: 7 – R$ 7.000,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 7.000,00 (Sete mil reais).**
4 – NS SILVA LTDA - 58.445.371/0001-67. - Item: 9 – R$ 73,00 e Item: 11 – R$ 495,00 **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 14.850,00 (Quatorze mil e oitocentos e cinquenta reais).**
5 – TEKCAD MOBILIARIO CORPORATIVO - IND. COM. E IMPORTACAO LTDA - 20.315.728/0001-10. - Item: 10 – R$ 339,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 6.780,00 (Seis mil e setecentos e oitenta reais).**
6 – LEV INDUSTRIAL LTDA - 52.795.852/0001-16 - Item: 12 – R$ 14.100,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 28.200,00 (Vinte e oito mil e duzentos reais).**
7 – BHDENTAL COMERCIAL LTDA - 29.312.896/0001-26 - Item: 13 – R$ 245,80; Item: 14 – R$ 249,90; Item: 31 – R$ 278,99 e Item: 46 – R$ 8.135,90. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 11.930,67 (Onze mil novecentos trinta reais e sessenta sete centavos).**
8 – PROSUL COMERCIO E SERVICOS LTDA - 062.110.122/0001-98 - Item: 16 – R$ 197,97. Item: 27 – R$ 9,99; Item: 28 – R$ 11,99; Item: 29 – R$ 69,94; Item: 37 – R$ 1.150,00; Item: 38 – R$ 1.339,00; Item: 47 – R$ 73,00; Item: 48 – R$ 209,00 e o Item: 52 – R$ 54,84. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 17.311,30 (Dezessete mil e trezentos e onze reais e trinta centavos).**
9 – A T C INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS TECNICOS LTDA – 18.016.106/0001-49 - Item: 17 – R$ 2.340,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 2.340,00 (Dois mil e trezentos e quarenta reais).**
10 – K2 INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 20.669.174/0001-59 - Item: 18 – R$ 279,99. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 559,98 (Quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos).**
11 – FRANZON SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - 20.065.097/0001-28 - Item: 22 – R$ 7.900,00 e o Item: 25 – R$ 18.800,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 26.700,00 (Vinte e seis mil e setecentos reais).**
12 – AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA - 37.885.137/0001-80 -

Item: 23 – R$ 135.000,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais).**
13 – BERNINI E ROCHA LTDA - 04.783.677/0001-02 - Item: 33 – R$ 22,59 e o Item: 34 – R$ 42,34. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 649,30 (Seiscentos e quarenta e nove reais e trinta centavos).**
14 – 48.437.027 EDSON LAZDENAS - 48.437.027/0001-72 - Item: 36 – R$ 1.440,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).**
15 – NAIZ & SILVA LTDA - 28.636.965/0001-94 - Item: 40 – R$ 659,90 e o Item: 41 – R$ 474,90. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 7.653,70 (Sete mil e seiscentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).**
16 – TLP MACRO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - 42.581.113/0001-78 - Item: 42 – R$ 362,99. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 752,98 (setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos).**
17– ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA - 60.717.724/0001-82 - Item: 43 – R$ 354,99. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 709,98 (Setecentos e nove reais e noventa e oito centavos).**
18 – PHELCOM TECHNOLOGIES S/A - 24.476.108/0001-13 - Item: 44 – R$ 42.800,00 **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 42.800,00 (Quarenta e dois mil e oitocentos reais).**

São Jorge D'Oeste-PR, 20 de março de 2026.

GILMAR PAIXÃO
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Clodoaldo Blank
Código Identificador:08BC9B0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2026

O Município de Abatiá – Estado do Paraná, torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2026, que tem por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, AFERIÇÃO, ENSAIO METROLÓGICO, CALIBRAÇÃO, SELAGEM E EMISSÃO DE CERTIFICADO DE TACÓGRAFOS ANALÓGICOS E ELETRÔNICOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E COMPONENTES NECESSÁRIOS, PARA ATENDER À FROTA OFICIAL DE 07 (SETE) VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E DE EDUCAÇÃO/TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ/PR.".** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.bll.org.br**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO **ocorrerá no dia 08 de abril de 2026 às 09h00min, no site www.bll.org.br.** A íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas no endereço **licitacao@abatia.pr.gov.br**, em horário de expediente das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, pelo telefone (43) 3556-1222 ou pelo Portal de Transparência no site **www.abatia.pr.gov.br**.

Abatiá PR, 19 de março de 2026**.**

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita

RICARDO JOSÉ DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Ricardo Jose de Carvalho
Código Identificador:EF0CEE8F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N.17/2026

DECRETO Nº 17 DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Abatiá, a realização de despesas por meio do regime de adiantamento, inclusive para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Abatiá, Estado do Paraná, SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município de Abatiá–PR, que confere ao (à) Prefeito (a) Municipal competência para expedir decretos destinados à fiel execução das leis;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal, o disposto no § 2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que instituiu o regime das pequenas compras e das despesas de pronto pagamento;

CONSIDERANDO que determinadas despesas, em razão do reduzido valor ou da baixa recorrência, não justificam a instauração de procedimento formal de dispensa de licitação, tendo em vista que os custos operacionais do trâmite administrativo — tais como publicações oficiais, mobilização de servidores e tempo despendido — podem superar o próprio valor da aquisição;

CONSIDERANDO a existência de demandas administrativas urgentes e imprevisíveis, cujo atendimento imediato é indispensável à continuidade, eficiência e regularidade da prestação dos serviços públicos, não podendo aguardar o rito ordinário de contratação;

CONSIDERANDO, por fim, os princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e continuidade do serviço público, que orientam a atuação da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada no âmbito da Administração Pública do Município de Abatiá, a realização de despesas por meio do regime de adiantamento, inclusive para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 4.320/1964 e do art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
§ 1º Consideram-se pequenas compras ou serviços de pronto pagamento aqueles de valor individual não superior a R$ 13.098,41 (treze mil noventa e oito reais e quarenta e um centavos), na data da publicação deste Decreto, correspondente ao limite previsto no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
§ 2º O valor máximo referido no §1º observará as atualizações anuais promovidas na forma do art. 182 da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo IPCA-E ou por outro índice que venha a substituí-lo, sendo vedada a fragmentação do objeto, devendo ser observado o controle da despesa por natureza no âmbito do exercício financeiro.

Art. 2º Entende-se por regime de adiantamento o numerário colocado à disposição de servidor público ou agente político do Poder Executivo, em efetivo exercício de seu cargo ou função, precedido de empenho na dotação orçamentária própria, para a realização de

despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento que não possam submeter-se ao procedimento ordinário de execução da despesa pública.

Art. 3º As despesas realizadas por meio do regime de adiantamento possuem caráter excepcional e somente serão admitidas quando, cumulativamente:
I – não puderem aguardar o trâmite ordinário de contratação ou aquisição;
II – apresentarem reduzido vulto econômico;
III – exigirem pagamento imediato;
IV – forem devidamente justificadas quanto à necessidade, excepcionalidade e adequação do uso do regime.

Art. 4º A utilização do regime de adiantamento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento observará, obrigatoriamente, a interpretação conjunta do art. 95, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 com o art. 68 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Parágrafo único. A contratação verbal somente será admitida nas hipóteses de pronto pagamento, observados os requisitos deste Decreto.

Art. 5º Poderão ser realizadas sob o regime de adiantamento, desde que atendidos os requisitos deste Decreto, as despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento relativas a:
I – aquisição de material de consumo de uso imediato;
II – contratação eventual de serviços de terceiros;
III – despesas com transporte em geral;
IV – custas, taxas, emolumentos, autenticações, reproduções de documentos e demais despesas judiciais ou extrajudiciais de pagamento imediato;
V – serviços postais, reprográficos, fotográficos, confecção de chaves, carimbos e outros serviços urgentes de pequena monta;
VI – aquisição, renovação ou emissão de certificado digital;
VII – pequenos serviços hidráulicos, elétricos, sanitários ou de manutenção corretiva urgente;
VIII – despesas urgentes com veículos oficiais durante deslocamento, inclusive aquisição emergencial de combustíveis e pequenos reparos indispensáveis à continuidade da viagem ou à segurança do veículo;
IX – despesas realizadas em viagem a serviço, quando não houver contratação vigente ou meio ordinário disponível em tempo hábil;
X – aquisição emergencial de materiais ou contratação pontual de serviços quando inexistente contrato vigente, ata de registro de preços ou outra solução contratual apta ao atendimento imediato da necessidade;
XI – outras despesas de pequeno vulto e pagamento imediato, desde que devidamente justificadas.
§ 1º As despesas previstas neste artigo deverão ser economicamente viáveis e, sempre que possível, precedidas de verificação simplificada de compatibilidade de preços.
§ 2º O objeto adquirido deverá destinar-se ao atendimento de necessidade imediata, sendo vedada a formação de estoque, salvo hipótese excepcional devidamente justificada.
§ 3º É vedada a utilização do regime de adiantamento para despesas de caráter continuado, rotineiro, periódico ou previamente planejável.

Art. 6º É vedada a realização de despesas pelo regime de adiantamento:
I – para despesas enquadráveis como despesa de capital;
II – para aquisição de bens permanentes, salvo hipótese absolutamente excepcional, devidamente motivada e admitida pela legislação aplicável;
III – para despesas já realizadas;
IV – para despesas que possam ser normalmente processadas pelos meios ordinários de contratação;
V – para despesas decorrentes de fracionamento indevido do objeto, com a finalidade de enquadramento nos limites legais;
VI – para pagamento de serviços contínuos ou contratações sucessivas que revelem necessidade administrativa permanente;
VII – em favor de fornecedor impedido de contratar com a Administração Pública, quando essa condição puder ser razoavelmente verificada.

Art. 7º A concessão do adiantamento, nos termos do art. 2º deste Decreto, dar-se-á em nome de servidor público ou agente político, em efetivo exercício, formalmente designado para esse fim, que será o responsável pela aplicação dos recursos e pela respectiva prestação de contas.
§ 1º O responsável pelo adiantamento não poderá ser o mesmo servidor incumbido de atestar o recebimento do material ou a efetiva prestação do serviço, em observância ao princípio da segregação de funções.
§ 2º A concessão do adiantamento dependerá de autorização prévia do Chefe de Gabinete, mediante justificativa formal da necessidade da despesa, caracterizando sua excepcionalidade.

Art. 8º A solicitação de adiantamento deverá constar de processo administrativo próprio e conter, no mínimo:
I – Documento de Formalização de Demanda – DFD, quando aplicável, nos termos da legislação vigente;
II – justificativa detalhada da necessidade e da excepcionalidade da despesa;
III – valor estimado;
IV – verificação simplificada de compatibilidade do preço, quando possível;
V – indicação da dotação orçamentária;
VI – prazo de aplicação;
VII – autorização do Secretário da área demandante.

Art. 9º Não será concedido adiantamento:
I – para despesa já realizada;
II – a servidor ou agente político em alcance;
III – ao responsável por 2 (dois) adiantamentos simultâneos;
IV – a quem não tenha prestado contas de adiantamento anterior no prazo legal;
V – a quem, notificado para regularizar prestação de contas anterior, deixar de fazê-lo no prazo fixado pela Administração.
Parágrafo único. Considera-se em alcance o responsável que deixar de prestar contas no prazo estabelecido, não atender notificação para regularização da prestação de contas, aplicar recursos em desacordo com a legislação ou der causa a prejuízo, extravio, dano ou perda ao erário.

Art. 10. O empenhamento e a liquidação do adiantamento deverão ser prévios à realização da despesa.
Parágrafo único. É vedado o reembolso de despesas realizadas sem prévia emissão da respectiva nota de empenho.

Art. 11. A liberação do adiantamento será realizada, preferencialmente, por transferência eletrônica identificável, PIX institucional, cartão de pagamento ou outro meio eletrônico autorizado pela Administração.

Art. 12. Os recursos concedidos a título de adiantamento deverão ser movimentados, preferencialmente, em conta bancária específica ou por meio eletrônico que permita rastreabilidade e controle da movimentação financeira.

Art. 13. O adiantamento não poderá ser aplicado em despesa de classificação diversa daquela para a qual foi autorizado.

Art. 14. Para cada despesa efetuada será exigido o correspondente documento comprobatório.
§ 1º Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em nome do Município de Abatiá ou do órgão ou entidade municipal concedente.
§ 2º Não serão aceitos documentos com rasuras, emendas, borrões, dados ilegíveis ou emitidos em desacordo com a legislação tributária.
§ 3º Somente serão admitidos documentos originais, ressalvadas as hipóteses de emissão eletrônica ou documento digital fiscalmente válido.

Art. 15. Em todos os comprovantes de despesa deverá constar o atesto de recebimento do material ou da prestação do serviço, firmado por servidor diverso do responsável pelo adiantamento.

Art. 16. Os processos de empenho, liquidação e pagamento de adiantamento terão tramitação preferencial.

Art. 17. O período de aplicação será aquele fixado no ato de concessão, não podendo ultrapassar 30 (trinta) dias, salvo situação excepcional devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente.
Parágrafo único. Nenhum pagamento poderá ser efetuado fora do período de aplicação.

Art. 18. Para fins de contagem do prazo de aplicação, considera-se como data inicial a do efetivo crédito dos recursos, prevalecendo esta sobre a data da emissão da nota de empenho quando houver diferença entre ambas.

Art. 19. O saldo não utilizado deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do término do período de aplicação.
Parágrafo único. O comprovante de recolhimento deverá identificar o responsável e o respectivo processo de adiantamento.

Art. 20. No mês de dezembro, todos os adiantamentos deverão ser encerrados dentro do exercício financeiro, com recolhimento de eventuais saldos remanescentes até o último dia útil do exercício, observadas as orientações da contabilidade e do controle interno.

Art. 21. O responsável prestará contas da aplicação do adiantamento no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do término do período de aplicação, devendo instruir o respectivo processo com o comprovante de recolhimento do eventual saldo não utilizado, nos termos do art. 19 deste Decreto.
§ 1º A cada adiantamento corresponderá uma única prestação de contas.
§ 2º A prestação de contas será instruída em processo administrativo próprio, físico ou eletrônico, conforme os procedimentos adotados pelo Município.

Art. 22. O processo de prestação de contas deverá conter, no mínimo:
I – solicitação de adiantamento;
II – ato de autorização;
III – nota de empenho e, quando cabível, documentos de liquidação e pagamento;
IV – relatório ou demonstrativo de aplicação do adiantamento, com a relação das despesas realizadas;
V – documentos fiscais e demais comprovantes das despesas, em ordem cronológica;
VI – atesto de recebimento do material ou da prestação do serviço;
VII – comprovante de recolhimento do saldo não utilizado, se houver;
VIII – comprovantes da movimentação financeira correspondente.

Art. 23. Não serão aceitos documentos:
I – rasurados, ilegíveis ou incompletos;
II – com data anterior ou posterior ao período de aplicação;
III – emitidos em nome diverso do Município ou do órgão concedente;
IV – referentes a despesa diversa da natureza autorizada.

Art. 24. Compete ao ordenador da despesa, ou à autoridade por ele formalmente designada, a análise da regularidade da prestação de contas, bem como sua aprovação ou rejeição, sem prejuízo da atuação do Controle Interno.

Art. 25. Cada órgão ou entidade concedente será responsável pelo controle dos adiantamentos concedidos, inclusive quanto:
I – ao acompanhamento dos prazos de aplicação e prestação de contas;
II – à verificação dos limites legais por natureza de despesa;
III – à prevenção do fracionamento indevido;
IV – ao registro das ocorrências de inadimplência ou irregularidade.

Art. 26. O responsável pelo adiantamento responderá pessoalmente:
I – pela regular aplicação dos recursos recebidos;
II – pela veracidade das informações prestadas;
III – pela guarda da documentação comprobatória;
IV – pela restituição ao erário dos valores aplicados em desacordo com a legislação, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 27. Decorrido o prazo legal sem prestação de contas, ou verificada irregularidade não sanada no prazo fixado, a autoridade competente deverá adotar imediatamente as providências administrativas destinadas:
I – à notificação do responsável para regularização ou restituição;
II – ao ressarcimento ao erário, quando cabível;
III – à comunicação ao Controle Interno para as providências de sua competência;
IV – à apuração de responsabilidade administrativa, quando for o caso.

Art. 28. Aplica-se, no que couber, as normas de contabilidade pública, controle interno, execução orçamentária e financeira, bem como a legislação federal pertinente.

Art. 29. Compete ao controle interno:
I – fiscalizar a aplicação dos recursos;
II – verificar a regularidade da prestação de contas;
III – comunicar irregularidades à autoridade competente.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal competente em conjunto com o setor de contabilidade e o Controle Interno, observada a legislação vigente.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:E8E63A10

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 31/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 31/2026
Processo Adm: Nº 74/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE UMA BATERIA PARA O VEICULO FORD RANGER 2020, PLACA BEA5E67.
Empresas vencedoras valor total: R$ 799,00(setecentos e noventa e nove reais):EL SUPPLY COM. & CONTRATOS LTDA(63400305000100) com os lotes: 1 no valor total de R$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), sexta-feira, 20 de março de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:C2A25A73

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 32/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2026
Processo Adm: Nº 73/2026

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE DUAS CADEIRAS ODONTOLÓGICAS DA MARCA DENTEMED, MODELO MAGNUS PRIME, SÉRIE 6851 E 6852.
Empresas vencedoras valor total: R$ 5.400,00(cinco mil e quatrocentos reais):49.342.095 RAFAELE POLICARPO DE SOUZA(49342095000110) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 no valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), sexta-feira, 20 de março de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:F5D2D576

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 65/2026

Portaria Nº 65, de 20 de Março de 2026.

Dispõe sobre a homologação e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município de Abatiá/PR.

A Prefeita do Município de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO a realização da eleição do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, ocorrida no dia 10 de março de 2026, nas dependências da Câmara Municipal de Abatiá;

CONSIDERANDO que o processo eleitoral ocorreu de forma regular, com a inscrição de chapa única, devidamente apresentada e validada;

CONSIDERANDO que a referida chapa foi aprovada por votação unânime pelos presentes, assegurando a legitimidade do processo democrático;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que institui o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante do Sistema Municipal de Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Fica homologado o resultado da eleição do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município de Abatiá/PR, realizada em 10 de março de 2026.

Art. 2º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Diretoria Municipal da Cultura
Titular: Sirléia Reginaldo
Suplente: Leila Rocha da Fonseca Soares

Secretaria Municipal da Educação
Titular: Diego de Carvalho
Suplente: Karla de Fátima Ribeiro

Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Edilaine Cristina Guergolett de Oliveira
Suplente: Adriana da Silva Dutra

Departamento de Esportes
Titular: Paulo José Bragança
Suplente: Wilson Rodrigues de Almeida

Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Luana Pitoli Yamagami
Suplente: Ana Paula Sabino

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Fórum Setorial de Artesanato
Titular: Igor Taborda
Suplente: Rafael Martins dos Santos

Fórum Setorial de Música
Titular: Lázaro Magalhães
Suplente: Ricardo Lopes

Fórum Setorial de Teatro
Titular: Elzi Gonçalves dos Santos
Suplente: Adriano da Silva Lima

Fórum Setorial de Dança
Titular: Graziélla Aparecida de Oliveira
Suplente: Walace Paulino Sampaio

Fórum Setorial de Cultura Popular
Titular: Carla Garcia da Silva
Suplente: Nicolas Idney Volps Oliveira

Art. 3º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC constitui-se como instância permanente de participação social, com caráter deliberativo, consultivo e normativo, sendo responsável pela proposição, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas públicas de cultura, conforme diretrizes estabelecidas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º O Conselho deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral, bem como seus respectivos suplentes, em reunião própria, conforme previsto em legislação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Registre-se. Publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 20 de Março de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:4BF03A30

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 66/2026

Portaria Nº 66, de 20 de Março de 2025.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.
RESOLVE:
I – Conceder, ao Servidor **MOISES DE SOUZA,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PEDREIRO,** deste Município, licença pelo prazo de 02 (dois) anos, sem vencimentos, nos termos do artigo 117, da lei Municipal nº 12/93, a partir de **23/03/2026,** com retorno em **23/03/2028.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 20 de Março de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:DF512FAE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 67/2026

Portaria Nº 67, de 20 de Março de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao Servidor, **ANDERSON MARTINS BARROS,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** deste Município**,** as férias que lhe são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2025/2026**, retroagindo seu gozo a partir de **12/03/2026,** com retorno em **11/04/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 20 de Março de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:048351A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 190/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - SERGIO LUIZ DE SOUZA

PORTARIA nº 190/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidor Público Municipal"

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 075/2026, de 20 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal Sr. **SERGIO LUIZ DE SOUZA**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2021/2026.
Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 20 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:BF7CFD16

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 191/2026 - ALTERAÇÃO DE CARGO E NÍVEL SALARIAL DE SERVIDOR PÚBLICO COMISSIONADO - VILDE OLIVEIRA ROSA

PORTARIA nº 191/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre alteração de Cargo e Nível Salarial de Servidor Público Comissionado"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica alterado o Cargo e Nível Salarial do Servidor Público Comissionado, Sr. **VILDE OLIVEIRA ROSA**, portador da RG 2.205.326-4 PR, que passa a ter a seguinte redação:

Carga Horária Semanal	Cargo	Nivel Salarial
40	Chefe de Administração	101- CC – 22

PARAGRAFO ÚNICO – Tendo como atribuições do cargo: Gestor de equipe, supervisionando os setores administrativos, dando assessoria, elaborando relatórios e conduzindo reuniões para que as atividades sejam delegadas e desenvolvidas em conformidade com as normas e procedimentos técnicos. Devendo estar em constante atualização relacionada à área de informática e legislação, além de boa comunicação, responsabilidade, administração do tempo, boa comunicação, e confiabilidade. Dirigindo a execução das políticas governamentais do poder executivo na área Administrativa, auxiliando o Prefeito Municipal na execução macro do programa de governo.
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 099/2025 de 03 de Fevereiro de 2025.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 20 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:6C3DBA0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 192/2026 - NOMEAÇÃO DE FUNÇÃO COM CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA - JEAN NILTON ARAUJO PAIVA

PORTARIA nº 192/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: "Dispõe sobre Nomeação de Função com Concessão de Função Gratificada e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. **JEAN NILTON ARAUJO PAIVA**, portador da RG nº 33.369.903-8 SP**,** para exercer a função de **Chefe da Area de Psicologia do Município de Adrianópolis-PR.**

Parágrafo 1º – Tendo como atribuições da função:Coordenar outros psicólogos, estagiários e técnicos, definindo metas, fluxos de trabalho e supervisionando as atividades. Supervisionar estágios e atividades profissionais, garantindo o cumprimento das normas éticas do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Gestão de Pessoas e Organização.Promoção e o desenvolvimento de talentos, gestão de conflitos e melhoria do clima organizacional.Desenvolver políticas de bem-estar, avaliações de desempenho, diagnósticos psicossociais e programas de apoio ao colaborador. Gerenciar indicadores de saúde

mental, absenteísmo e produtividade, propondo intervenções baseadas em dados concretos e ainda outras atribuições solicitadas pelo executivo.

Parágrafo 2º – O mesmo fará jus a Função Gratificada - FG-03 pelo desempenho da função.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 20 de Março de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:F0FFC129

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
SETOR DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS/PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 001/2026

OBJETO: Constitui aquisição de produtos de gêneros alimentícios para copa e cantina da Câmara Municipal, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência.

EXTRATO DO CONTRATO: Nº 001/2026

CONTRATADA: SUPERMERCADO ROCHA CANDIDO DE LIMA LTDA

CNPJ: Nº 05.088.458/0001-68

VALOR TOTAL DO LOTE 01: R$ 13.983,70 (treze mil novecentos e oitenta e três reais e setenta centavos).

VALOR TOTAL DO LOTE 02: R$ 6.306,50 (seis mil trezentos e seis reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 12 Meses

Adrianópolis-PR, 20 de março de 2026.

SANDRO JUNIOR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Adrianópolis/PR

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:27D262C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026
www.bllcompras.org.br

O **MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL**, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 161/23, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO – POR ITEM,** para contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA SUPORTE BÁSICO - TIPO A, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 23/03/2026 até às 08h00min do dia 07/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES: às 09h00min do dia 07/04/2026.
LOCAL: www.bllcompras.org.br - BLL
O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, na sede da Licitante, telefone (41) 3624-1808, nos *sites* www.bllcompras.org.br, www.agudosdosul.pr.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao@agudosdosul.pr.gov.br

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Debora Nogueira Fagundes Rocha
Código Identificador:D82AA5ED

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 155 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidora para exercer a coordenação da Vigilância Socioassistencial no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 033/2026, que institui e regulamenta a Vigilância Socioassistencial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de estruturação e implementação da Vigilância Socioassistencial como função essencial da gestão do SUAS;
CONSIDERANDO a necessidade de designação de servidor efetivo para coordenação das atividades da Vigilância Socioassistencial;
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora **Jennifer Nogueira Bueno**, matrícula nº **2475**, servidora efetiva, ocupante do cargo de **Auxiliar Administrativo**, para exercer a função de **Coordenação da Vigilância Socioassistencial**, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social.
Art. 2º Compete à Coordenação da Vigilância Socioassistencial:
I – planejar, organizar e coordenar as atividades da Vigilância Socioassistencial no âmbito municipal;
II – organizar e consolidar dados e informações socioassistenciais;
III – apoiar a elaboração e atualização do diagnóstico socioterritorial;
IV – subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação da política de assistência social;
V – definir fluxos, rotinas e instrumentos de coleta, sistematização e análise de informações;
VI – articular com as unidades da rede socioassistencial para qualificação das informações;
VII – elaborar relatórios, indicadores e instrumentos técnicos de apoio à gestão;
VIII – coordenar as atividades da equipe técnica vinculada à Vigilância Socioassistencial;
IX – exercer outras atividades correlatas à área.
Art. 3º As atividades da Vigilância Socioassistencial serão desenvolvidas de forma integrada com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, podendo contar com profissionais de nível superior e médio para apoio na coleta, organização, análise e sistematização das informações.
Art. 4º A designação de que trata esta Portaria não altera o cargo de origem da servidora, sendo exercida sem prejuízo das demais atribuições, conforme determinação da Secretaria competente.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Agudos do Sul, 20 de março de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesse da Rocha Zoellner
Código Identificador:2C40E73C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 011/2026

Dispõe sobre a Organização por Territórios: Saúde com Qualidade e Eficiência no âmbito do Município de Almirante Tamandaré/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR (CMSAT), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Federal nº 8.080/90, Lei Federal nº 8.142/90 e Lei Municipal nº 1.578/2011;

CONSIDERANDOos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a universalidade, integralidade e equidade no acesso às ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDOque a territorialização constitui diretriz estruturante do SUS desde sua instituição, permitindo o planejamento e a organização das ações de saúde conforme as necessidades da população;

CONSIDERANDOa necessidade de organização do acesso aos serviços de saúde de forma planejada, garantindo maior eficiência, qualidade e resolutividade no atendimento;

CONSIDERANDOque a atuação das equipes de saúde em territórios adscritos fortalece o vínculo com a população, possibilitando acompanhamento contínuo e identificação precoce de riscos;

CONSIDERANDOo novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS), que estabelece o componente de vínculo e acompanhamento territorial como critério para repasse de recursos federais;

CONSIDERANDOos indicadores de desempenho instituídos pelo Ministério da Saúde em 2025, que avaliam a qualidade das ações desenvolvidas pelas equipes de saúde da família, equipes multiprofissionais e equipes de saúde bucal;

CONSIDERANDOa necessidade de garantir o uso eficiente dos recursos públicos, por meio da organização territorial, prevenção de agravos e qualificação dos serviços;

CONSIDERANDOas análises territoriais realizadas anteriormente pelo Ministério da Saúde, bem como a revisão recente promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, com base em critérios técnicos, operacionais e na participação da população por meio da ouvidoria;

CONSIDERANDOa deliberação da 3ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada em 18 de março de 2026;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Organização dos Serviços de Saúde por Territórios no Município de Almirante Tamandaré/PR, como estratégia de qualificação da Atenção Primária à Saúde.

Art. 2ºA organização territorial tem por finalidade:

I – garantir o acesso universal, ordenado e equânime aos serviços de saúde;
II – promover o vínculo entre as equipes de saúde e a população adscrita;
III – possibilitar o planejamento das ações conforme as necessidades locais;
IV – assegurar maior eficiência na aplicação dos recursos públicos;
V – fortalecer as ações de prevenção, promoção e acompanhamento em saúde.

Art. 3º As equipes de saúde atuarão em territórios definidos, sendo responsáveis pelo cadastro, acompanhamento e cuidado contínuo da população sob sua responsabilidade.

Art. 4ºA organização por territórios observará:

I – critérios técnicos e epidemiológicos;
II – condições de acesso e mobilidade da população;
III – distribuição equilibrada do número de usuários por equipe;
IV – diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 5ºO financiamento das ações de Atenção Primária à Saúde no município observará os seguintes componentes:
I – componente fixo, baseado no Índice de Equidade e Dimensionamento (IED);
II – componente de vínculo e acompanhamento territorial;
III – componente de qualidade, vinculado ao desempenho das equipes nos indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 6ºO desempenho das equipes será monitorado por meio dos indicadores nacionais, abrangendo:
I – acompanhamento de condições crônicas e ciclos de vida;
II – ações interprofissionais das equipes multiprofissionais;
III – ações e procedimentos de saúde bucal.

Art. 7ºA Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela execução, monitoramento e avaliação da organização territorial, podendo realizar ajustes sempre que necessário, com base em critérios técnicos e participação social.

Art. 8ºA territorialização não restringe o acesso aos serviços de saúde, mas qualifica o atendimento, promovendo maior proximidade das equipes com a população e melhor resolutividade das ações.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante Tamandaré, 20 de março de 2026.

ANTONIO JOSÉ PEDROSO DE MORAES
Presidente CMS

Publicado por:
Antonio Jose Pedroso de Moraes
Código Identificador:C718B26F

CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RESOLUÇÃO Nº 001/2026

Dispõe sobre a aprovação do calendário das reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Imaterial – COMPACI para o exercício de 2026, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E IMATERIAL – COMPACI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.557/2025, que dispõe sobre a proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural, natural e imaterial do Município de Almirante Tamandaré – PR,

Considerando a competência deliberativa e consultiva do Conselho no âmbito da política municipal de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural;

Considerando a necessidade de planejamento, organização e regularidade das atividades institucionais do colegiado ao longo do exercício de 2026;

Considerando os princípios da publicidade, da transparência e da participação social que regem a atuação dos conselhos de políticas públicas;

Considerando a importância de estabelecer previamente o cronograma das reuniões ordinárias, garantindo a adequada participação dos conselheiros e da sociedade civil,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Imaterial – COMPACI para o exercício de 2026, a serem realizadas nas seguintes datas:

08 de abril de 2026;
10 de junho de 2026;
12 de agosto de 2026;
14 de outubro de 2026;
09 de dezembro de 2026.

Art. 2º As reuniões ordinárias ocorrerão às 14h, nas dependências da Casa dos Conselhos, situada na Rua Didio Santos, nº 704, bairro Santa Terezinha, no Município de Almirante Tamandaré – PR.

Art. 3º O local das reuniões poderá ser alterado, em caráter excepcional, mediante comunicação prévia e formal aos conselheiros titulares e suplentes, bem como aos demais interessados.

Art. 4ºPoderão ser convocadas reuniões extraordinárias sempre que houver matéria de relevante interesse público ou caráter urgente a ser apreciada pelo Conselho, mediante convocação do Presidente ou por requerimento da maioria simples de seus membros, observadas as disposições regimentais aplicáveis.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Determina-se a ampla divulgação desta Resolução no sítio eletrônico oficial do Município, bem como nos demais meios institucionais disponíveis, para fins de publicidade e transparência administrativa.

Aprovada em plenária do COMPACI, realizada em 11 de fevereiro de 2026.

Almirante Tamandaré – PR, 11 de março de 2026.

JOSÉ FERRARINI JÚNIOR
Presidente do COMPACI

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:50C15520

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO N 13 2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE
C.N.P.J.: 76.105.659/0001-74
Município: ALMIRANTE TAMANDARÉ
DECRETO N° 13/2026 de 2 de Fevereiro de 2026.

Ementa: Abre Abertura de crédito adicional suplementar e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2563/2025 de 22 de Dezembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1° Fica aberto no corrente Exercício o Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 84.456,23 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

10 - SECR. MUN. DA FAMÍLIA, MULHER E DESENV. SOCIAL	
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0010.2056 - Manutenção do CRAS	
4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0246)	84.455,00
18 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
18.001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO	
04.122.0004.2096 - Manutenção do Departamento de Planejamento	
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0996)	1,23

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação:

Excesso de Arrecadação	84.456,23

Art. 3° Este decreto entra em vigor nesta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, em 2 de Fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Henrique Agner
Código Identificador:594038ED

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCERIA Nº 001/2024 (RETIFICADOR DO 1º APOSTILAMENTO)

Número Do Processo: 0018.000018256/2025.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E INSTITUTO VIDA E SAÚDE – INVISA
CONSIDERANDO que o reequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Parceria n° 001/2024 foi inicialmente registrado por meio do 1° Apostilamento, datado de 12 de junho de 2025;
CONSIDERANDO que a repactuação de preços, por sua natureza, deve ser formalizada por meio de Termo Aditivo bilateral, conforme artigos 124 e 135 da Lei n° 14.133/2021, para maior segurança jurídica;
CONSIDERANDO a necessidade de se promover a **correção do vício de forma do instrumento utilizado**, para substituir o 1º Apostilamento, de natureza
unilateral, pelo presente Termo Aditivo, de natureza bilateral, garantindo a máxima regularidade formal ao ato de repactuação;
Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente **1° Termo Aditivo**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA CORREÇÃO FORMAL
1.1. O objeto deste instrumento é **a correção de vício de forma para substituição do 1º Apostilamento de 12/06/2025 pelo presente 1º Termo Aditivo**, a fim de registrar formalmente, por instrumento bilateral e adequado, o reequilíbrio econômico-financeiro (repactuação) do Termo de Parceria n° 001/2024.
1.2. Este Termo Aditivo convalida e assume todos os efeitos materiais do ato de reequilíbrio anteriormente apostilado
CLÁUSULA SEGUNDA - DO NOVO VALOR DO CONTRATO
2.1. Em decorrência da repactuação ora formalizada, o valor global do Termo de Parceria n° 001/2024 fica alterado de R$ 1.239.853,20 para **R$ 1.298.531,94 (um milhão, duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos)**, conforme cálculos da Secretaria Municipal da Fazenda
(Memorando n° 074/2025-SMF):

Descrição Valor
Valor Original do Contrato R$ 1.239.853,20
Acréscimo (Repactuação CCT 2024/2025 + Vale-Refeição) + R$ 58.678,74
Novo Valor Global do Contrato R$ 1.298.531,94
CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DOS EFEITOS FINANCEIROS
3.1. Os efeitos financeiros decorrentes desta repactuação retroagem a 19 de novembro de 2024, data-base para a incidência dos novos custos trabalhistas, conforme Processo Administrativo n° 0018.000001299/2025.

Data da Assinatura: 13/03/2025.

Almirante Tamandaré, 20 de março de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:3365C757

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
REPUBLICAÇÃO PORTARIA Nº 132/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1˚. CONCEDER a disposição funcional da servidora, Sra. ANDREA NAVES PROSDÓCIMO, RG nº 6.8XXXXX-1, CPF nº 017.XXXXXX-42, para a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, pelo período de 01 de janeiro de 2026 a 28 de fevereiro de 2026, com ônus para o órgão de destino, e de 01 de março de 2026 à 31 de dezembro de 2026, com ônus para a origem mediante ressarcimento, conforme solicitação através do Ofício nº 144/2026-GS, juntado ao processo eletrônico e-protocolo sob n˚ 25.553.227-8.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 12 de março de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:8EA752B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 007/2026

Súmula: Autoriza viagem e pagamento de diárias.

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, Vereador Sergio Mesquita de Oliveira, conforme dispositivos na Lei Municipal nº. 698/2022, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas por lei, resolve:

Art. 1º Autorizar os vereadores: Jean Carlos da Cruz dos Santos de Almeida, portador do CPF/MF nº. ***.729.***-00, Matrícula nº. 91/1 e Maicon de Oliveira, portador do CPF/MF nº. ***.910.***, Matrícula nº. 92/1, com a finalidade de participar de reuniões, com o Deputado Estadual Paulo Rogério Do Carmo e o Deputado Federal Felipe Francischini, na capital Curitiba, para tratar de assuntos institucionais de interesse do Município de Altamira do Paraná, nos termos do Art. 1º, inciso I, da Lei Municipal nº 698/2022. A viagem ocorrerá com saída no dia 23 de março de 2026 e retorno no dia 25 de março de 2026, conforme previsto, totalizando dois pernoites.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias e meia, perfazendo um total de R$ 1.375,00 (Um mil, trezentos e setenta e cinco reais) para cada vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entrará vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:A4FD546C

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
DEPARTAMENTO DE PESSOAL DECRETO Nº 012/2026

Súmula: Altera membros representantes governamentais e representantes da sociedade civil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as indicações formais das respectivas secretarias municipais e entidades da sociedade civil,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam substituídos os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
I – Simone da Silva Vaz Dias, representante titular da entidade Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo substituída por Luzia Andre Araújo de Meireles;
II – Tcheyse Clécia Soares Armando, representante suplente de entidade de Representações religiosas, sendo substituída por Janaina Aparecida Ribeiro de Godoy;

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais representações e composições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Representantes Governamentais:
Secretaria de Assistência Social
Titular: Luzia André Araújo de Meireles
Suplente: Ednalva Alves dos Santos

Secretaria de Saúde
Titular: Dalila Ledo Ferreira
Suplente: Lerida Loyane Ribeiro de Assis da Silva

Secretaria de Educação e Cultura
Titular: Vivian Fugiwara Schirmer
Suplente: Aline Thaísa Verdelho

Departamento: Administração
Titular: Marlize Priscila de Oliveira Souza
Suplente: Maura Rainha de Oliveira

Representantes Não Governamentais
Entidade: APAE
Titular: Karina Rodrigues Caetano Correa
Suplente: Selma Terezinha Locatelli

Entidade: Pastoral caritas
Titular: Miuza Rainha de Oliveira
Suplente: Maria Aparecida Ledo

Entidade: APM – Assoc. de Pais e Mestres
Titular: Sonia Maria Pereira
Suplente: Thais Priscila Costa Dias

Entidade: Representações Religiosas
Titular: Lucimara Alves Godoi
Suplente: Janaina Aparecida Ribeiro de Godoy

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 19 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:68EB5B34

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2025

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o **EDITAL Nº 06/2025 DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Processo Seletivo Simplificado Nº 03/2025 para a contratação por prazo determinado, tendo em vista a necessidade de preenchimento de cargos temporários abaixo relacionados, CONVOCA os seguintes candidatos classificados, para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantú, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital e apresentar os seguintes documentos:
Original e cópia da Carteira de Identidade;
Original e cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Original e cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Original e cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Original e Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Original e Cópia da certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminais.
Cópia do Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade, pré-requisitos mínimos constantes no Edital de Abertura nº 001/2025;
Cópia da Carteira de Habilitação conforme requisito exigido para o cargo;
Cópia dos Títulos apresentados;
Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)
PIS ou PASEP e data de cadastramento;
Exame admissional que comprove a aptidão física e mental para o cargo pretendido.
Declaração, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
Declaração, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);
Declaração de bens e valores, fornecida pelo RH e preenchida no momento da entrega da documentação, que integram o patrimônio privado conforme prescrito no art.32 da Constituição do Estado do Paraná, no Decreto Estadual 4.202 de 30 de maio de 2001, na Lei estadual n. 13.047 de 16 de janeiro de 2001 e na Lei n. 8.429 de 02 de junho de 1992;

1) CARGO: MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS - 40 horas

Candidato(a)	Classificação
João Batista Costa Ribeiro	13º
Paulo Daniel de Figueiredo	14º

Altamira do Paraná, 20 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:7677592F

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2026 CONCURSO PÚBLICO 2024

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a **HOMOLOGAÇÃO** do **RESULTADO FINAL** e **CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS** do **CONCURSO PÚBLICO** através do **EDITAL N. 35/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** e tendo em vista a necessidade de preenchimento do cargo abaixo relacionado, CONVOCA o(a) seguinte candidato(a) classificado(a), para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantu, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital, munido dos seguintes documentos:
(a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
(b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
(c) Registro de nascimento ou certidão de casamento ou Declaração de União Estável;
(d) Carteira de identidade;
(e) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
(f) Título de Eleitor;
(g) Certidão de quitação eleitoral;
(h) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso de candidato do gênero masculino);
(i) Laudo médico com data do mês de contratação, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido;
(j) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
(k) Certidão de nascimentos dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
(l) Comprovante de residência atual;
(m) Certidão negativa de antecedentes criminais;
(n) Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
(o) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

O candidato convocado deverá apresentar fotocópias dos documentos exigidos juntamente com os originais para autenticação. (Item 3.2 do Edital 01/2024 do Concurso Público).

CARGO: Oficial Administrativo 40h

Candidato(a)	Classificação
ANDRÉA DA CRUZ ALVES	8º

Altamira do Paraná, 20 de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:9340C9B4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 832/2026

Súmula: Autoriza o executivo municipal a efetuar a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município de altamira do paraná para o exercício de 2026.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica o Executivo autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Altamira do Paraná para o exercício de 2026, um crédito adicional ESPECIAL no valor de R$ 297.789,10 (Duzentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos), mediante a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

09.001.20.606.0030.2104 - ATIVIDADES OPERACIONAIS DA AGRICULTURA E PECUÁRIA.
4.4.90.39.99 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 297.789,10

Art. 2º O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata esta Lei, decorrerá de excesso de receitas (proveniente de convenio junto ao Governo do Estado do Paraná):

1.7.2.4.99.0.1.05.00.00.00.00. – CONVENIO FEAP - 760/2025.....R$ 297.789,10

Art. 3 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores e metas constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. (18/03/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:FE46AC20

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 833/2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Incentivo à Comercialização Direta de Produtos Locais, denominada Casa do Produtor, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Altamira do Paraná, a Política Municipal de Incentivo à Comercialização Direta de Produtos Locais, denominada Casa do Produtor, destinada ao fortalecimento da economia local e ao apoio aos feirantes e pequenos produtores do Município.

Art. 2º São objetivos da Casa do Produtor:

I – incentivar a comercialização direta de produtos locais;
II – promover geração de renda aos feirantes e pequenos produtores;
III – fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento econômico local;
IV – aproximar produtores e consumidores, estimulando o consumo de produtos do Município.

Art. 3º Para implementação da Casa do Produtor, o Município poderá utilizar imóvel próprio ou proceder à locação de imóvel, observados:

I – o interesse público devidamente justificado;
II – a disponibilidade orçamentária e financeira;
III – a realização de regular processo administrativo;
IV – a observância dos procedimentos de contratação pública previstos na legislação vigente, especialmente na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
Parágrafo único. A locação deverá ser precedida de justificativa técnica quanto à necessidade do imóvel, compatibilidade do valor de mercado e adequação às finalidades previstas nesta Lei.

Art. 4º O espaço destinado à Casa do Produtor poderá ser utilizado por feirantes e pequenos produtores locais, mediante permissão de uso, em caráter pessoal, precário, intransferível e revogável, conforme interesse público.

Art. 5º A seleção dos usuários, os critérios de participação, as regras de utilização dos espaços e o funcionamento da Casa do Produtor serão definidos por decreto do Poder Executivo, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e interesse público.

Art. 6º A gestão, coordenação e fiscalização da Casa do Produtor ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Recursos Hídricos.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. (18/03/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:8F731AF0

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 144/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidores para atuarem como Gestores e Fiscais, no processo de gestão e fiscalização dos contratos administrativos firmados pelo Município de Altamira do Paraná – PR, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, Sra. Elza Aparecida da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública;
Considerando as exigências legais que determinam que a execução dos contratos administrativos seja acompanhada e fiscalizada por representantes formais da Administração;
Considerando as boas práticas de governança e integridade aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos públicos;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora municipal abaixo relacionada para exercer a função de Gestor dos contratos administrativos firmados pelo Município de Altamira do Paraná, salvo os casos que exijam nomeação específica:

I - Nome: Simone Da Silva Vaz Dias
Cargo: Diretor De Compras
Matrícula: 509086

Art. 2º Designar os servidores municipais abaixo relacionados para exercerem a função de Fiscais dos contratos administrativos firmados pelo Município, ressalvadas as exceções previstas nesta Portaria:

I – Secretaria Municipal de Administração

Adriana Pereira Barbosa
Cargo: Auxiliar Administrativo
Matrícula: 508177

Vanderlei Elísio Felix
Cargo: Fiscal De Tributação
Matrícula: 508607

II – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Crislaine Galvão Tavela.
Cargo: Diretora do Centro de Educação Infantil
Matrícula: 508630.

Silmara Figueiredo Rak.
Cargo: Diretora da Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling
Matrícula: 508639.

Sonia Maria Pereira.
Cargo: Supervisora Educacional.
Matrícula: 508176.

Serli Correia Klipe.
Cargo: Professora.
Matrícula: 508655.

Aline Thaisa Verdelho.
Cargo: Nutricionista.
Matrícula: 508559.

Daniel Costa da Silva.
Cargo: Coordenador de Transporte Escolar.
Matrícula: 508183.

Monica do Carmo Fonseca.
Cargo: Chefe de Divisão Cultura e Eventos.
Matrícula: 508991.

III – Secretaria Municipal de Saúde:

Sandra Mayara Coelho dos Santos.
Cargo: Farmacêutica.
Matrícula: 508618.

Lerida Loyani Ribeiro de Assis da Silva.
Cargo: Nutricionista.
Matrícula: 508522.

Rosangela Rolim.
Cargo: Diretor de Transporte e Locomoção de Paciente
Matrícula: 508943.

Eliane Rodrigues da Silva.
Cargo: Nutricionista.
Matrícula: 508261.

Ana Paula Kazmierski Ferreira.
Cargo: Diretora de Administração Hospitalar.
Matrícula: 509062.

Danielle Loureiro Duarte.
Cargo: Farmacêutico.
Matrícula: 508263.

IV – Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

Anderson Roberto de Souza
Cargo: Agrônomo
Matrícula: 508391

André Luiz Antônio de Oliveira.
Cargo: Veterinário.
Matrícula: 508901.

V – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:

Monica Dos Santos Silva
Cargo: Professor de Educação Física
Matrícula: 508465

VI – Procuradoria Geral do Município

Ricardo Maluf Widerski.
Cargo: Procurador Jurídico Municipal.
Matrícula: 508418.

Lais Karoline Silva Rodrigues.
Cargo: Coordenadora Jurídica Geral.
Matrícula: 508964.

VII – Secretaria Municipal de Recursos Humanos

Andréa da Cruz Alves.
Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais.
Matrícula: 508257.

Maura Rainha de Oliveira.
Cargo: Auxiliar Administrativo.
Matrícula: 14070.

VIII – Secretaria de Obras e Urbanismo

Vinicius Augusto Bussola.
Cargo: Engenheiro Civil.
Matrícula: 508914.

Jandir Campanini Neto.
Cargo: Engenheiro Civil.
Matrícula: 509068.

Edivaldo Paulo Antônio.
Cargo: Coordenador da Equipe de Limpeza Pública.
Matrícula: 508272.

João Batista de Sene.
Cargo: Pedreiro.
Matrícula: 3875.

IX – Secretaria de Transporte e Viação

Claudio Adão Serafim
Cargo: Mecânico Temporário
Matrícula: 509102

Ricardo Antonio De Oliveira
Cargo: Mecânico Temporário
Matrícula: 509077

X – Secretaria Municipal de Assistência Social

Andreia Maria de Araújo.
Cargo: Diretor de Administração
Matrícula:508944.

Izilda Aparecida De Ramos
Cargo: Gari
Matricula: 14037

XI – Secretaria da Mulher

Hellen Mariane Barbosa Andrade

Cargo: Diretor (A) De Assistência A Mulher
Matrícula: 508996

Art. 3º Nos contratos cujo objeto envolva execução de obras e serviços de engenharia, a fiscalização será exercida, obrigatoriamente, por engenheiro integrante do quadro de servidores, cuja designação constará expressamente no instrumento contratual.

Art. 4º Quando a natureza do objeto exigir a atuação de Fiscal Técnico, será obrigatória a designação formal de servidor pertencente ao quadro efetivo da municipalidade, a ser identificado no respectivo processo.
Parágrafo único. O servidor designado como Fiscal Técnico deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso, a ser juntado aos autos do processo administrativo correspondente.
Art. 5º Os contratos já firmados no exercício vigente deverão ser adequados às disposições desta Portaria, com os fiscais anteriormente designados passando a exercer as funções de Fiscal Técnico e/ou Fiscal Substituto, conforme o caso.

Art. 6º Compete ao Gestor e ao Fiscal ora designados o exercício de suas atribuições em estrita observância às normas legais e regulamentares vigentes, podendo contar, sempre que necessário, com o apoio técnico do Órgão de Controle Interno e da Assessoria Jurídica.

Art. 7º Para o pleno exercício das funções atribuídas, os servidores designados deverão firmar o respectivo Termo de Ciência e Compromisso e receber a documentação necessária à execução de suas atividades.

Art. 8º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:081CFD97

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº. 145/2026

SÚMULA: DESIGNA O AGENTE DE CONTRATAÇÃO, EQUIPE DE APOIO E PREGOEIRO DE ACORDO COM O ART. 6º E SEUS PÁGRAFOS, DA LEI MUNICIPAL Nº 748/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, Sra. Elza Aparecida da Silva, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Art. 1º: Designar o agente de contratação, equipe de apoio para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento dos certames nas modalidades Pregão, Dispensa, Concorrência e Credenciamento, conforme designação até a conclusão da fase externa dos processos no exercício de 2026 até 31/12/2026, composta pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	Matrícula	FUNÇÃO
Gabriel Loures Caetano	Oficial Administrativo	508896	Agente de Contratação Pregoeiro
Simone da Silva Vaz	Diretora de Compras	509086	Equipe de Apoio
Jadson Moraes dos Reis	Chefe de Divisão de Licitação e Contratos Administrativos	508937	Equipe de Apoio

Art. 2º: Sendo o primeiro qualificado o Agente de Contratação Pregoeira, e Segundo qualificado Agente de Contratação Pregoeiro e os demais componentes Equipe de Apoio, os quais nortearão Processos Licitatórios na modalidade Pregão, Dispensa, Concorrência e Credenciamento, conforme designação deste Município com base na Lei Municipal nº 748/2024.

Art. 3º: Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DE ALTAMIRA DO PARANÁ, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março do ano de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal De Altamira Do Paraná – PR

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:1446ACA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
EDITAL DE CHAMAMENTO 12-2026 - AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI PARA A LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2027.

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 12/2026

Objeto: Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei para a Lei Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2027.

O Poder Executivo e Legislativo, através da Comissão de Finanças e Fiscalização, do Município de Amaporã, Paraná, torna público que fará realizar no dia **14 de abril de 2026**, com início às **16:00** horas, no recinto da Câmara Municipal de Amaporã, a **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, estendida a toda população, com fim específico de apresentação das diretrizes para a elaboração da **Lei das Diretrizes Orçamentárias LDO** para o exercício de 2027.

Amaporã, 16 de Março de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente Câmara Municipal

JULIANO ANTONIO
Presidente da Comissão de Finanças e Fiscalização

Publicado por:
Paulo Rogerio Liones da Silva
Código Identificador:6DC2D4DD

CONTABILIDADE MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2025 - ID 0007

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2025

DAS PARTES:
Contratante: Previdência Social Servidores Públicos Município de Amaporã, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04.
Contratado: MOSAICO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, inscrito no CNPJ nº 15.621.336/0001-49.

DO OBJETO TERMO ADITIVO CONTRATADO:
Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**, do contrato originário, que constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados em consultoria financeira e previdenciária para o Fundo de previdência social dos servidores públicos do Município de Amaporã/PR, abrangendo

assessoria em investimentos, compensação previdenciária, governança, conformidade regulatória e auditoria, para atender as necessidades do Fundo Previdenciário de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Amaporã – AMAPORÃPREV, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações do **Anexo I**, constantes do **Processo Administrativo nº 002/2025**, modalidade de **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025** e seus Anexos, ratificados em 10/03/2025. **DA VIGÊNCIA** – O prazo de vigência deste contrato é de12 meses,sendo renovado via termo aditivo, pelo mesmo período, nos termos, art. 107, da Lei 14.133, de 2021. e suas alterações.

Justificativa: A celebração do presente termo aditivo justifica-se pela necessidade de continuidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos em consultoria financeira e previdenciária para o Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Amaporã – AMAPORÃPREV.

Os serviços prestados, que abrangem assessoria em investimentos, compensação previdenciária, governança, conformidade regulatória e auditoria, são de natureza contínua e indispensáveis para a adequada gestão do regime próprio de previdência social, garantindo segurança, equilíbrio financeiro e atuarial, bem como o cumprimento das exigências legais e normativas vigentes.

Ressalta-se que a manutenção da empresa contratada se mostra vantajosa para a Administração Pública, considerando o conhecimento já adquirido sobre a estrutura, rotinas e especificidades do AMAPORÃPREV, o que assegura maior eficiência, economicidade e continuidade dos serviços, evitando prejuízos decorrentes de descontinuidade ou transição contratual.

Ademais, os serviços prestados vêm sendo executados de forma satisfatória, atendendo plenamente às demandas do Fundo Previdenciário, não havendo registros que desabonem a conduta da contratada.

Dessa forma, a prorrogação do contrato pelo período de 12 (doze) meses mostra-se necessária e devidamente fundamentada no interesse público, visando assegurar a continuidade dos serviços essenciais ao bom funcionamento e à gestão responsável dos recursos previdenciários do Município de Amaporã/PR.

Com base no exposto e de acordo com o artigo 107, da Lei nº 14.133/2021, que permite a celebração de aditivos contratuais para prorrogação de prazo e ajuste de valores justificando o interesse público, solicitamos a aprovação do aditivo para a continuidade dos serviços prestados, com o respectivo ajuste de prazo e valor contratual, conforme as necessidades descritas.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

A **vigência** do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **12.03.2026 a 13.03.2027**.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 3.114,30 (três mil, cento e quatorze reais e trinta centavos),** o valor total da presente contratação é de **R$ 37.371,60 (Trinta e sete mil, Trezentos e Setenta e um Real e Sessenta Centavos)**, que deverão ser faturados conforme CLÁUSULA TERCEIRA do presente contrato.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas decorrentes deste termo correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento geral vigente e identificada através do código:

14001041220001216633903500000 - Serviços De Consultoria

DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 12 de março de 2026.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO
Presidente do Fundo Previdenciário de Amaporã
Contratante

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:428E50F9

CONTABILIDADE MUNICIPAL
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2024 - ID 0005

Processo administrativo nº 001/2024
Dispensa de Licitação nº 001/2024

DAS PARTES:

Contratante: Previdência Social Servidores Públicos Município de Amaporã, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04.

Contratado: Rorato & Molero Ltda Me, inscrita no CNPJ: 20.214.712/0001-10.

DO OBJETO TERMO ADITIVO CONTRATADO:

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**, do contrato originário, que constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa especializada em fornecimento de locação de Licença de uso, por tempo determinado, de sistema web, hospedagem e manutenção do site Oficial, para atender as necessidades do Fundo Previdenciário de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Amaporã – AMAPORÃPREV, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações do **Anexo I**, constantes do **Processo Administrativo nº 001/2024**, modalidade de **Dispensa de Licitação nº 001/2024** e seus Anexos, ratificados em 16/02/2023. **DA VIGÊNCIA** – O prazo de vigência deste contrato é de12 meses,sendo renovado via termo aditivo, pelo mesmo período, nos termos, art. 107, da Lei 14.133, de 2021. e suas alterações.

Justificativa: A necessidade de aditivo decorre da evolução das demandas institucionais do AMAPORÃPREV, que exigem a continuidade dos serviços especializados de fornecimento, locação de licença de uso, hospedagem e manutenção do site oficial do Fundo Previdenciário, especialmente para garantir a atualização contínua e a implementação de novas funcionalidades do sistema web utilizado para atender aos servidores e demais cidadãos.

• **Necessidade de Continuidade dos Serviços:** O contrato original previu um prazo inicial de 22/02/2024, mas devido à natureza dos serviços e às necessidades operacionais contínuas do Fundo Previdenciário, é imprescindível que haja a prorrogação para garantir a continuidade do atendimento ao público e a atualização das informações previdenciárias.
• **Manutenção e Suporte Tecnológico:** A manutenção constante do sistema web e a hospedagem do site oficial exigem que os serviços especializados sejam mantidos, incluindo suporte técnico, ajustes e atualizações que acompanhem o desenvolvimento tecnológico e as modificações nos regulamentos da previdência dos servidores públicos.
• **Adequação ao Interesse Público:** O site oficial do AMAPORÃPREV é uma ferramenta essencial para a transparência da gestão pública e para a comunicação com os servidores, o que justifica a necessidade de aditamento do contrato com vistas à adequação contínua às demandas e à legislação vigente, garantindo que o sistema continue em pleno funcionamento, atualizado e em conformidade com as exigências legais.
• **Atendimento ao Princípio da Legalidade e Eficiência:** O aditivo visa assegurar que os serviços necessários sejam prestados de forma contínua, sem interrupções, atendendo aos princípios constitucionais da legalidade, eficiência e continuidade da administração pública.

Com base no exposto e de acordo com o artigo 107, da Lei nº 14.133/2021, que permite a celebração de aditivos contratuais para prorrogação de prazo e ajuste de valores justificando o interesse público, solicitamos a aprovação do aditivo para a continuidade dos serviços prestados, com o respectivo ajuste de prazo e valor contratual, conforme as necessidades descritas.

DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
A **vigência** do presente termo aditivo do contrato passa a ser de **23.02.2026 a 24.02.2027**.
DO VALOR DO TERMO ADITIVO:
O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 277,79 (duzentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos) mensal,** o valor total da presente contratação é de **R$ 3.333,48 (Três mil e trezentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos)**, **para um período de 12 meses**, que deverão ser faturados conforme CLÁUSULA TERCEIRA do presente contrato.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:
As despesas decorrentes deste termo correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento geral vigente e identificada através do código:

14001041220001216633904000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica.

DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 23 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO
Presidente do Fundo Previdenciário de Amaporã
Contratante

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:485D9068

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATOS - PREGÃO 03/2026

***EXTRATO DO CONTRATO Nº* 045/2026 ID 3627**

Processo Administrativo nº 003/2026
Pregão Eletrônico nº 003/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 77.310.589/0017-16.

DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto **Aquisição de Maquinários, sendo: uma (1) Retroescavadeira sobre rodas e um (1) Trator Agrícola com potência mínima de 130cv, para atender às demandas do Programa Estradas da Integração, no âmbito do Convênio nº 880/2025, firmado entre o Município de Amaporã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)** conforme especificação – **ANEXO I,** do Edital, **homologado em 19/03/2026**

DO VALOR:
O valor total do presente contrato é de **R$ 455.000,00 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil reais).**

DO PRAZO E ENTREGA:

A CONTRATADA deverá entregar as máquinas em perfeito funcionamento **no prazo de até 90 (noventa) dias**, após a assinatura desse instrumento de contrato.

***O transporte para entrega das máquinas será de total responsabilidade da Detentora, ficando o mesmo encarregado de transportar a Máquina, até o local de entrega no Município de Amaporã, o qual deve ser feito de forma segura e sem nenhum ônus para o município*.**

O Município de Amaporã, através da secretaria de infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente, reserva no direito de rejeitar, as máquinas, que venha a apresentar defeitos, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição, sob pena, de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis. Havendo dúvidas quanto à necessária substituição da Máquina, perícia conclusiva deverá ser providenciada a expensas da CONTRATADA, junto à empresa de reconhecida idoneidade e com anuência prévia do Município.

A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos, observados no veículo, após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente licitação correrão através do recurso financeiro, através dotação orçamentária abaixo:

06002206080008203744905200000 – Equipamentos e Material Permanente

DO PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
O prazo de vigência e execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Amaporã/PR, 20 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ
Marcos Marin
Prefeito Municipal

***EXTRATO DO CONTRATO Nº* 046/2026 ID 3628**

Processo Administrativo nº 003/2026
Pregão Eletrônico nº 003/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A; inscrita no CNPJ sob nº 76.527.951/0001-85

DO OBJETO:
O presente instrumento tem por objeto **Aquisição de Maquinários, sendo: uma (1) Retroescavadeira sobre rodas e um (1) Trator Agrícola com potência mínima de 130cv, para atender às demandas do Programa Estradas da Integração, no âmbito do Convênio nº 880/2025, firmado entre o Município de Amaporã e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB)** conforme especificação – **ANEXO I,** do Edital, **homologado em 19/03/2026**

DO VALOR:
O valor total do presente contrato é de **R$ 479.900,00 (Quatrocentos e setenta e nove mil e novecentos reais).**

DO PRAZO E ENTREGA:

A CONTRATADA deverá entregar as máquinas em perfeito funcionamento **no prazo de até 90 (noventa) dias**, após a assinatura desse instrumento de contrato.

O transporte para entrega das máquinas será de total responsabilidade da Detentora, ficando o mesmo encarregado de transportar a Máquina, até o local de entrega no Município de

Amaporã, o qual deve ser feito de forma segura e sem nenhum ônus para o município.

O Município de Amaporã, através da secretaria de infraestrutura, Agropecuária e Meio Ambiente, reserva no direito de rejeitar, as máquinas, que venha a apresentar defeitos, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à CONTRATADA sua substituição, sob pena, de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis. Havendo dúvidas quanto à necessária substituição da Máquina, perícia conclusiva deverá ser providenciada a expensas da CONTRATADA, junto à empresa de reconhecida idoneidade e com anuência prévia do Município.

A CONTRATADA não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos, observados no veículo, após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente licitação correrão através do recurso financeiro, através dotação orçamentária abaixo:

06002206080008203744905200000 – Equipamentos e Material Permanente

DO PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
O prazo de vigência e execução do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Amaporã/PR, 20 de março de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:B833E9FF

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026 ID 3626

MUNICÍPIO DE AMAPORÃ - PR
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2026 ID 3626

Processo Administrativo Nº 009/2026
Pregão Eletrônico nº 002/2026
SRP nº 001/2026

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: IRMÃOS VALERA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.847.222/0001-47

DO OBJETO:
Registro de Preço, do tipo maior percentual de desconto por item, para futuras e parceladas Aquisições de Combustíveis Gasolina e Etanol, do tipo Maior percentual de Desconto sobre o preço semanal da Tabela ANP, durante 12 (doze) meses, conforme a seguir:

Gasolina Comum					
Item	**Quantidade**	**Unidade**	**Especificações**	**Desconto Mínimo Inicial**	**Valor Máximo Total**
1	90.000	Litros	Gasolina Comum	16,8 %	**568.800,00**
Valor Total:.....					**568.800,00**

Etanol					
Item	**Quantidade**	**Unidade**	**Especificações**	**Desconto Mínimo Inicial**	**Valor Máximo Total**
1	20.000	Litros	Etanol	16,00 %	**89.400,00**
Valor Total:.....					**89.400,00**

O Valor Total da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 658.200,00 (Seiscentos e cinquenta e oito mil e duzentos reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2026, e superávit do ano de 2025, através das dotações abaixo:

05001041220003201033903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06001267820006203133903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06001154510006203233903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06001154520007203433903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
07001041220003204533903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
07001123610013204933903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
08001101220003205933903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
08001103010010206033903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
08001103020010206133903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
08001103040010210233903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
08001103050010209733903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06002206080008203733903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06002175120007201933903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
06002185420008203833903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
09001081220003210733903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
09001082440014212033903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
09001082440014214033903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
09001082430014611333903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
09001082430014611433903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 174, de 22 de outubro de 2024, após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.

DA VALIDADE:
Prazo de vigência: A Ata de Registro de Preços terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município.
Os serviços de abastecimento terão início à partir da data de assinatura, quando a tabela inicia uma nova semana para preços.

Amaporã/PR, 20 de março de 2026

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:20AC6AE8

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO 06/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 006/2026

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, Sr. MARCOS MARIN no uso das atribuições legais, que lhes são conferidas, **RESOLVE**:

HOMOLOGAR e **adjudicar** o resultado do certame licitatório contido **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, considerando o Parecer Jurídico Conclusivo nº 044/2026, com abertura em **10/03/2026** e sendo o critério de julgamento menor preço por item, que tem como objeto Aquisição de Equipamentos Agrícolas, para atender as

necessidades dos pequenos e médios agricultores do município de Amaporã, por meio do Plano de Ação nº 09032025-080279/2025 do Governo Federal, que preenchendo os requisitos legais contidos na Lei 14133/21 e nas demais legislações seguintes, foram pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio julgadas habilitada e vencedora do certame a empresa:

DUTRA & DUTRA COMERCIO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº **41.720.898/0001-50** vencedoras do **item: 01** no valor unitário de R$ **82.800,00 (Oitenta e dois mil e oitocentos reais); item: 04** no valor unitário de R$ **4.950,00 (Quatro mil novecentos e cinquenta reais).**

PRIMIUM COMERCIO DE IMPLEMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob nº **56.632.632/0001-10** vencedora do **item: 02** no valor unitário de R$ **74.000,00 (Setenta e quatro mil reais);**

5A MAQUINAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº **60.179.675/0001-71** vencedora do **item: 03** no valor unitário de R$ **22.387,00 (Vinte e dois mil trezentos e oitenta e sete reais).**

A licitante deverá entregar os equipamentos em até 90 (Noventa) dias, após o recebimento do empenho de despesa, de acordo com a necessidade de consumo da secretaria municipal de infraestrutura, agropecuária e meio ambiente para que surta os efeitos legais e consequentemente gere direitos e obrigações para ambas às partes.

Amaporã/PR, em 20 de março de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gusttavo Lucas de Souza
Código Identificador:A41914D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 024/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes atendidos pelo Sistema Único de Saúde e para manutenção da farmácia básica do município de Anahy-PR, conforme especificações contidas no Anexo I. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 23/03/2026 das 09:00 até às 08:00 horas do dia 07/04/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 08:00 às 09:00 horas do dia 07/04/2026. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09:00 horas do dia 07/04/2026. **ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO: R$ 457.440,1000 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e dez centavos)**. Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.pr.gov.br ou por e-mail:licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES: (45) 3249-1149. Anahy-PR, 20 de março de 2026.**

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
David Welinton Carvalho Scappa
Código Identificador:907B440E

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.322/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias a servidora efetiva Daiane Luiza da Silva Pinto, portadora do RG. 10.284.143-3/PR, ocupante do cargo de assistente social, matrícula funcional nº 9830-3, lotada no Departamento de Ação Social.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 02 de julho de 2024 a 01 de julho de 2025, que serão gozadas de: 23 de março à 01 de abril de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 dias do mês março de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:3A7DD68D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Autorizo a dispensa de Licitação nº 012/2026, a despesa e emissão de empenho para a empresa **M.S. DIAS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **54.439.961/0001-26**, no valor **R$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais),** para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OVOS DE CHOCOLATE PARA A PÁSCOA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** em conformidade com o art. 75, III, alínea "a" da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado pelo Decreto nº 9.858/2023.
Andirá, 20 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8C683834

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 041/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 33 -Disco Rígido Externo 1Tb Interface USB 3.0 5Gb/S Transferência 5400Rpm

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA, solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 095/2024,** sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, **convocam-se os licitantes remanescentes**, **em observância à ordem de classificação**, para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **20/03/2026 a 25/03/2026 até às 17h**, manifestem formalmente interesse em contratar o(s) lote(s) indicado(s) acima. A contratação se dará nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, conforme o(s) preço(s) registrado(s) em ata.
Ficam desde já convocadas a(s) seguinte(s) empresa(s), de acordo com a classificação obtida no certame:
2º lugar: REI DOS CARTUCHOS EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
3º lugar: MASTERBIDS SUPORTE EM INFORMATICA LTDA
4º lugar: RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME
5º lugar: PEDRO AUGUSTO DE MATOS BOTELHO
6º lugar: DANIEL PATRICIO DA SILVA CAETANO
7º lugar: J L PEREIRA ARCHILLA
8º lugar: JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA
9º lugar: BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
10º lugar: EXCLUSIVE COMERCIO LTDA
11º lugar: AMMO INFORMATICA LTDA
12º lugar: NBB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA-ME
13º lugar: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA
14º lugar: JOMIM INFORMATICA LTDA
Ressalta-se que, **havendo manifestação de mais de um licitante dentro do prazo estabelecido**, será declarada vencedora a empresa **melhor classificada**, ainda que sua manifestação ocorra em momento posterior às demais, desde que dentro do prazo fixado.
A contratação ocorrerá nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, observados os valores e marca registrados em ata e a legislação vigente.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.
33	Disco Rígido Externo 1Tb Interface USB 3.0 5Gb/S Transferência 5400Rpm	UNID	35	299,00

Andirá/PR, 20 de Março de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 19.915/2026

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BDE16B52

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 041/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 84 -Pente de Memória DDR3 desktop 8Gb 1600hz Pc3-12800

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA, solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 095/2024,** sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, **convocam-se os licitantes remanescentes**, **em observância à ordem de classificação**, para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **20/03/2026 a 25/03/2026 até às 17h**, manifestem formalmente interesse em contratar o(s) lote(s) indicado(s) acima. A contratação se dará nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, conforme o(s) preço(s) registrado(s) em ata.
Ficam desde já convocadas a(s) seguinte(s) empresa(s), de acordo com a classificação obtida no certame:
2º lugar: K. LUMERTZ CARDOSO
3° lugar: DANIEL PATRICIO DA SILVA CAETANO
4º lugar: MASTERBIDS SUPORTE EM INFORMATICA LTDA
5º lugar: CASA DESIGN DISTRIBUIDORA LTDA
6º lugar: RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME
7° lugar: DLB COMERCIO DE PRODUTOS EIRELI
8º lugar: IMPERIO COMERCIO & SERVICOS LTDA
9º lugar: FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA
10º lugar: DANIEL LOPES TOLAINE ME
11º lugar: J L PEREIRA ARCHILLA
Ressalta-se que, **havendo manifestação de mais de um licitante dentro do prazo estabelecido**, será declarada vencedora a empresa **melhor classificada**, ainda que sua manifestação ocorra em momento posterior às demais, desde que dentro do prazo fixado.
A contratação ocorrerá nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, observados os valores e marca registrados em ata e a legislação vigente.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.
84	Pente de Memória DDR3 desktop 8Gb 1600hz Pc3-12800	UNID	60	66,99

Andirá/PR, 20 de Março de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 19.915/2026

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5BA0B926

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 041/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):
LOTE 89 -Placa de Vídeo 2GB de memória DDR3, velocidade 1066MHz, compatível com o padrão PCI-Express 2.0, Saídas DVI, HDMI e VGA

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA, solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 095/2024,** sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, **convocam-se os licitantes remanescentes**, **em observância à ordem de classificação**, para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **20/03/2026 a 25/03/2026 até às 17h**, manifestem formalmente interesse em contratar o(s) lote(s) indicado(s) acima. A contratação se dará nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, conforme o(s) preço(s) registrado(s) em ata.
Ficam desde já convocadas a(s) seguinte(s) empresa(s), de acordo com a classificação obtida no certame:
2º lugar: DANIEL LOPES TOLAINE ME

3° lugar: BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
4º lugar: MASTERBIDS SUPORTE EM INFORMATICA LTDA
5º lugar: RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME
6º lugar: HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
7° lugar REI DOS CARTUCHOS EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA
8º lugar: DATHACOM COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
Ressalta-se que, **havendo manifestação de mais de um licitante dentro do prazo estabelecido**, será declarada vencedora a empresa **melhor classificada**, ainda que sua manifestação ocorra em momento posterior às demais, desde que dentro do prazo fixado.
A contratação ocorrerá nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, observados os valores e marca registrados em ata e a legislação vigente.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.
89	Placa de Vídeo 2GB de memória DDR3, velocidade 1066MHz, compatível com o padrão PCI-Express 2.0, Saídas DVI, HDMI e VGA	UND	30	156,00

Andirá/PR, 20 de Março de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 19.915/2026

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8D957221

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 031/2026– PSS – PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCADOR INFANTIL, PEDAGOGO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ANTES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I /EDUCAÇÃO INFANTIL e PROFESSOR DE ARTES, objeto do Edital nº 004/2024, homologado em 09 de Abril de 2024, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 24 de março de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
56º	ERIKA GABRIELA SOUZA DA SILVA
57º	NATÁLIA LOBO DE CARVALHO

CARGO: EDUCADOR INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATO
15º	ARIANE DANIELE BERTOLA

O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de 2 dois dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com item 12.6 do Edital nº 004/2024.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 21 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:D7640C51

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ANDRE GUSTAVO SANCHES - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/03/2026** e término em **19/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 51.000,00** (cinquenta e um mil reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.03.2026

Pregão Eletrônico n° 005/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

ANDRE GUSTAVO SANCHES
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:8665C52A

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
MARCIO JOSE DANTAS - FUNILARIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/03/2026** e término em **19/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 333.150,00** (trezentos e trinta e três mil cento e cinquenta reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem

justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.03.2026

Pregão Eletrônico n° 005/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

MARCIO JOSE DANTAS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:417A9E3B

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
W C SERAFIM TORNEARIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **20/03/2026** e término em **19/03/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 122.500,00** (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.03.2026

Pregão Eletrônico n° 005/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

WILLIAN CESAR SERAFIM
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:767D4B3A

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 4° E 5° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 028/2024

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **22/03/2026** e término em **21/03/2027**, com fundamento no Art. 57 Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 132.888,00** (cento e trinta e dois mil oitocentos e oitenta e oito reais), com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 20.03.2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2023

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:EAA87D0C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.951 DE 20 DE MARÇO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO que a Servidora Pública Municipal do quadro efetivo, abaixo discriminado, **VALDIRIA IZIDORO LAUTON** atualmente se encontra lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA TURISMO E INOVAÇÃO**,

R E S O L V E:

Art. 1º. Lotar, a partir do dia 19 de março de 2026, a Servidora **VALDIRIA IZIDORO LAUTON** na **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 19 de março de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:7BB21A1C

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – 001/2026
EDITAL N°. 002/2026 - RETIFICAÇÃO

RESULTADO PRELIMINAR DA ANÁLISE DE TÍTULOS DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE *FISIOTERAPEUTA 20HRS* - PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRA - PR.

A Prefeitura Municipal de Andirá – PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1.170/1993 (Estatuto do Servidor Público Municipal), Lei Municipal nº. 2.282/2011 (Lei de Planos de Cargos e Salários) e Lei Municipal nº 2.628/2015 (Lei de Contratação de Pessoal por Prazo Determinado), com as alterações da Lei Municipal nº 2.838/2016.

CONSIDERANDO o Edital Nº. 001/2026 – PMA – Processo Seletivo Simplificado ***FISIOTERAPEUTA 20HRS,*** Prefeitura Municipal de Andirá–PR;

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado preliminar da análise de títulos dos candidatos que realizaram as inscrições no Processo Seletivo Simplificado **FISIOTERAPEUTA 20HRS** na Prefeitura Municipal de Andirá – PR, conforme segue abaixo:

ONDE SE LÊ:

~~NÚMERO INSCRIÇÃO~~	~~NOME DO(A) CANDIDATO(A)~~	~~PONTUAÇÃO~~
~~2~~	~~GLAUCIA DA SILVA BARBOSA~~	~~28,1~~
~~3~~	~~JULIA ROBERTA OLIVEIRA GARCIA~~	~~40,7~~
~~4~~	~~VICTTORIA RODRIGUES DIAS~~	~~2,1~~
~~5~~	~~JOZILMA DE SOUZA ANDRADE~~	~~42,6~~
~~6~~	~~MARIA IRIS ALVES DE SOUSA~~	~~0,1~~
~~7~~	~~ISABELLA MACENA ZAMBARDINO GALLOTTI~~	~~40,3~~
~~8~~	~~JÉMINA ESTER CALIXTO DOS SANTOS~~	~~0~~
~~9~~	~~VITOR MOREIRA GONÇALVES DA SILVA~~	~~42,4~~
~~10~~	~~EVANEIDE PACHECO DA SILVA ALVES~~	~~20,4~~
~~11~~	~~QUITÉRIA MUNIZ LEITE~~	~~20~~
~~12~~	~~GABRIEL FELEX CARNEIRO~~	~~0~~
~~13~~	~~NATHALY RODRIGUES DE CARVALHO ALVES~~	~~0,5~~
~~14~~	~~GEOVANA PIZZAIA PRETTI~~	~~42~~
~~15~~	~~THAMIRES DA SILVA PEREIRA~~	~~0,1~~
~~16~~	~~DOUGLAS CALAZANS~~	~~44,1~~
~~18~~	~~DANIEL GUSTAVO ALBINO~~	~~44,1~~
~~19~~	~~LAURA ISABEL MARTINS DE ALMEIDA~~	~~40,9~~
~~20~~	~~CHRISSIANE SANTOS HONORATO DO NASCIMENTO~~	~~0,1~~
~~21~~	~~LUENNE PAULA ZAMBONI~~	~~20~~
~~22~~	~~ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA~~	~~58,2~~
~~23~~	~~ELIANE MARTINS FERREIRA DINIZ~~	~~20~~
~~25~~	~~ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA~~	~~58,2~~
~~26~~	~~LETICIA GOIS BATISTEL~~	~~0~~
~~27~~	~~JENIFFER BARRETO RIBEIRO~~	~~36,1~~
~~28~~	~~JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS~~	~~26,1~~
~~29~~	~~GISLENE FERREIRA DA SILVA~~	~~0~~
~~30~~	~~ADRIANA APARECIDA SOUZA~~	~~56,3~~
~~31~~	~~CARLA VITÓRIA SOUZA LEITE~~	~~20~~
~~32~~	~~HELEN CAROLINE PEREIRA~~	~~40,1~~
~~33~~	~~BRUNO HENRIQUE SANTANA~~	~~40,1~~
~~35~~	~~THAYMARA GARCIA DOS SANTOS RODRIGUES~~	~~40,2~~
~~36~~	~~NIVEA DE ABREU BELO~~	~~20~~
~~37~~	~~EMELISE KETINU SENA CLARO DE CARVALHO~~	~~40,1~~
~~38~~	~~RAPHAELA TUANNY DE DEUS~~	~~0~~
~~39~~	~~REGIANE DO NASCIMENTO FREITAS~~	~~0,1~~
~~42~~	~~EDUARDA DA COSTA ALMEIDA~~	~~0,4~~

LEIA-SE:

NÚMERO INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	PONTUAÇÃO
2	GLAUCIA DA SILVA BARBOSA	28
3	JULIA ROBERTA OLIVEIRA GARCIA	27
4	VICTTORIA RODRIGUES DIAS	3
5	JOZILMA DE SOUZA ANDRADE	28
6	MARIA IRIS ALVES DE SOUSA	1
7	ISABELLA MACENA ZAMBARDINO GALLOTTI	23
8	JÉMINA ESTER CALIXTO DOS SANTOS	0
9	VITOR MOREIRA GONÇALVES DA SILVA	26
10	EVANEIDE PACHECO DA SILVA ALVES	14
11	QUITÉRIA MUNIZ LEITE	10
12	GABRIEL FELEX CARNEIRO	0
13	NATHALY RODRIGUES DE CARVALHO ALVES	5
14	GEOVANA PIZZAIA PRETTI	32
15	THAMIRES DA SILVA PEREIRA	1
16	DOUGLAS CALAZANS	15
18	DANIEL GUSTAVO ALBINO	25
19	LAURA ISABEL MARTINS DE ALMEIDA	29
20	CHRISSIANE SANTOS HONORATO DO NASCIMENTO	1
21	LUENNE PAULA ZAMBONI	10
22	ADRIANA BERTESIN DE ALMEIDA SILVEIRA	40
23	ELIANE MARTINS FERREIRA DINIZ	10
26	LETICIA GOIS BATISTEL	0
27	JENIFFER BARRETO RIBEIRO	27
28	JOSÉ GUILHERME DOS SANTOS	17
29	GISLENE FERREIRA DA SILVA	0
30	ADRIANA APARECIDA SOUZA	39
31	CARLA VITÓRIA SOUZA LEITE	10
32	HELEN CAROLINE PEREIRA	21
33	BRUNO HENRIQUE SANTANA	21
34	LEONARDO MATHEUS TEIXEIRA BARROS	0
35	THAYMARA GARCIA DOS SANTOS RODRIGUES	32
36	NIVEA DE ABREU BELO	20
37	EMELISE KETINY SENA CLARO DE CARVALHO	31
38	RAPHAELA TUANNY DE DEUS	0
39	REGIANE DO NASCIMENTO FREITAS	1
40	MARIANA DUARTE	1
41	THAMIRES NAYARA PEREIRA	50
42	EDUARDA DA COSTA ALMEIDA	4

Art.2º -ConformeocronogramaestabelecidonoEditalnº001/2026 - PMA,o prazo para apresentação de recursos é de 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação deste Edital.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 20 de Março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal De Andirá

GABRIELA FANTINATTI DE CAMPOS CARVALHATTI
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:BD28D020

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – 03/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – 03/2026

CUIDADORA – CASA LAR

EDITAL Nº. 03/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

Dispõe sobre a classificação provisória do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para preenchimento extraordinário de vagas para Cuidadora na Prefeitura Municipal de Andirá - PR.

A Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, **EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

CONSIDERANDO a Portaria nº. 19.809 de 29 de janeiro de 2026, na qual nomeia a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Cuidadora para atendimento da Casa lar;
CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 do Processo Seletivo Simplificado (nº 03/2026) Cuidadora – Casa-Lar, Prefeitura Municipal de Andirá – PR;
CONSIDERANDO o Edital nº 02/2026 do Processo Seletivo Simplificado (nº 03/2026) Cuidadora – Casa-Lar, Prefeitura Municipal de Andirá – PR;

RESOLVE:
Art. 1º - Publicar a classificação provisória do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Cuidadora – Casa-Lar, Prefeitura Municipal de Andirá – PR, conforme segue abaixo:

CLASSIF.	NOME	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
1º	Rosemari de Melo Silva	330	Documentos entregues conforme

			o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
2º	Elaine Cristina de Souza Prado	125	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
3º	Amanda Naiane Rodrigues de Almeida	120	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
4º	Gracilene Aparecida Braz Pereira	115	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
5º	Valéria Bortolotti	95	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
6º	Janete Campovilla	55	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
7º	Luana Fernanda de Lima	25	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá. Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
8º	Edineia da Silva Visoto	25	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá. Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
9º	Jacqueline Gonçalves Dias	15	Documentos entregues conforme o item 7.4 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
10º	Elaine Aparecida da Silva Santos	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
11º	Nilvia Mara Cunha	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
12º	Lidia de Paula Vital dos Santos	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
13º	Alessandra Cristina Leite	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
14º	Adriana Figueiroba Dantas	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
15º	Renata Leite Fernandes	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
16º	Camila Alves Trabachini	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
17º	Gabriele Libório dos Santos	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.
18º	Kamily Vitória Gessy Paiva Fernandes	0	Critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.

CLASSIFICAÇÃO AFROFESCENTES

CLASSIF.	NOME	PONTUAÇÃO
1º	Amanda Naiane Rodrigues de Almeida	120
2º	Gracilene Aparecida Braz Pereira	115
3º	Jacqueline Gonçalves Dias	15
4º	Nilvia Mara Cunha	0 *
5º	Gabriele Libório dos Santos	0*
6º	Kamily Vitória Gessy Paiva Fernandes	0*

* Foi utilizado o critério de desempate conforme item 10.2 do Edital 01/2026 da Prefeitura Municipal de Andirá.

Art. 2º - A candidata poderá protocolar recurso quanto ao resultado preliminar, seguindo os passos do item 11 do Edital 01/2026 deste Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA, Andirá, 20 de março de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita De Andirá

VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI
Secretária Municipal De Assistência Social E Educação Profissionalizante

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1EF3DDB9

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RESCISÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÕES, SOM E DRONE, EM ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNPESPA E SAMAE,** referente ao item 01, entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **JVO INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 43.231.203/0001-00.

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
Andirá, 20.03.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

JOAO VITOR OLIVEIRA ABREU
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:10568A32

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RESCISÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

TERMO DE RESCISÃO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, E AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORA, ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNPESPA,** referente aos itens 33 / 84 / 89, entre o **MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR** e a empresa **JVO INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 43.231.203/0001-00.

Com fundamento no art. 138, II da Lei 14.133/2021, extinção do contrato consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
Andirá, 20.03.2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

JOAO VITOR OLIVEIRA ABREU
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:F25B3429

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009 – 2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NO PROGRAMA MELHOR EM CASA – EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE ATENÇÃO DOMICILAR (EMAD) E EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS DE APOIO (EMAP) NO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: A partir do dia 23/03/2026.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 09/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 09/04/2026.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 229) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 20 de março de 2026.

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:1F8D5075

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONINA
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Dispensa de Licitação nº 007 /2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 006/2026

Pelo presente instrumento, com base na Lei n.º 14.133/2021, adjudico e homologo o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação n.º 004/2026, critério de menor preço, em favor da empresa **ID BR COMPANY LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº **34.337.539/0001-52** com endereço na Al. Doutor Carlos de Carvalho, 180, Loja 01 Centro, na cidade de Curitiba, Estado PR,80.410-180, pelo valor global de R$ 129,90. O objeto é a contratação é a aquisição de certificado digita A1. A homologação da presente Dispensa de Licitação, é feita nos termos do artigo 71, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação que em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei. Além disso, ratifico a decisão do agente de contratação em relação aos recursos.
A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação em Diário Oficial Eletrônico, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.
Antonina, 12 de Março de 2026.

YURI YORIAKI OSAKI
Presidente

Publicado por:
Rogéria Bezerra
Código Identificador:C1D7131B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO CON. 003/2026

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR
ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.
OBJETO: Construção de Creche - TIPO 2 no Município de Antonina PR, Instrumento 979293, Proposta 036817/2025, Programa Novo PAC - Creches e Pré-Escolas de Educação Infantil, a ser executado no regime de empreitada integral por preço global, nos termos da planilha orçamentária, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA INTEGRAL
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: BENEFÍCIOS CONTIDOS NA LEI 123/2006.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 23/03/2026 às 08h30 do dia 04/05/2026.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/05/2026 às 09h00.
DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br
DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 20 de março de 2026

SIMONE MEDINA VICENÇO CHAVES
Secretária Municipal de Educação e Esporte

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:76F534A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PE 005/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026
AMPLA CONCORRÊNCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA/PR

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em aquisição de trator agrícola de pneu, potência, mínima de 75 CV, Tração 4x4, combustível Diesel, Sistema hidráulico, com capacidade mínima de 2.000kg, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Antonina – PR, conforme convênio 990273/2025 com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional , conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 23/03/2026 às 08h30 do dia 06/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: 06/04/2026 às 09h00.

DA SESSÃO PÚBLICA: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Município de Antonina utilizará o portal de Licitações BLL COMPRAS: https://bllcompras.com/Home/Login para realização deste certame. Os licitantes poderão efetuar

download do edital e seus anexos no site oficial do Município de Antonina: https://antonina.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes e obter informações EXCLUSIVAMENTE na plataforma ou excepcionalmente através do e-mail: licitacao@antonina.pr.gov.br

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS: licitacao@antonina.pr.gov.br

Antonina, 20 de março de 2026.

HALLAN CORDEIRO CORREA
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:FFEB2196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 103/2026 - DISPÕE SOBE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICA CULTURAL DE ANTONINA

DECRETO Nº 103/2026, de 19 de março de 2026

Dispõe sobre a alteração da composição dos segmentos culturais e da representação do Conselho Municipal de Política Cultural de Antonina, nos termos da Lei Municipal nº 70/2025, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 70/2025, que aprova o Plano Municipal de Cultura ;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da representatividade dos segmentos culturais no âmbito do Conselho Municipal de Política Cultural;
CONSIDERANDO o Memorando nº 003/2026 da Secretaria de Governo e Planejamento, que solicita a reestruturação dos setoriais culturais e a ampliação da representação governamental;
CONSIDERANDO o princípio da paridade entre Poder Público e Sociedade Civil na composição dos conselhos de políticas públicas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a organização dos segmentos culturais do Conselho Municipal de Política Cultural, com a subdivisão do Setorial de Manifestações Populares e Tradicionais, passando a vigorar com a seguinte estrutura:
I – Setorial de Manifestações Populares (cultura carnavalesca e cultura de base comunitária);
II – Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais (cultura alimentar, cultura originária e povos tradicionais);
III – Setorial de Instituições Culturais Não Governamentais.

Art. 2º - A representação da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Política Cultural passa a ser composta pelos seguintes segmentos:
I – Setorial de Artesanato, 01 (um) representante;
II – Setorial de Música, 01 (um) representante;

III – Setorial de Instituições Culturais Não Governamentais, 01 (um) representante;
IV – Setorial de Teatro, 01 (um) representante;
V – Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais, 01 (um) representante;
VI – Setorial de Manifestações Populares e Carnavalescas, 01 (um) representante;
VII – Setorial de Dança, 01 (um) representante;
VIII – Setorial de Fotografia, 01 (um) representante;
IX – Setorial de Artes Visuais, 01 (um) representante;
X – Setorial de Audiovisual, 01 (um) representante;
XI – Setorial de Patrimônio Cultural e Literatura, 01 (um) representante.

Art. 3º - A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural passa a ser composta pelos seguintes órgãos:
I – Procuradoria Geral do Município;
II – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico;
III – Secretaria Municipal de Comunicação;
IV – Secretaria Municipal de Educação e Esporte;
V – Secretaria Municipal de Finanças;
VI – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho;
VII – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
VIII – Secretaria Municipal de Saúde;
IX – Secretaria Municipal de Pesca;
X – Secretaria Municipal da Mulher;
XI – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - Fica assegurada a paridade entre os representantes do Poder Público e da Sociedade Civil na composição do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 5º - Os demais dispositivos permanecem inalterados, devendo o Conselho adequar seu regimento interno às disposições deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina/PR, 19 de março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:703B71C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 105/2026 - NOMEIA CMDCA

DECRETO N° 105/2026, de 20 de março de 2026

Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Antonina - CMDCA.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, Prefeita Municipal de Antonina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1°. Nomeia Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, com os seguintes membros:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Assistência Social
TITULAR: CLAUDINEIA CABRAL FREIRE
SUPLENTE: JOÃO LUIZ PAVANELLI DA FONSECA

Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: ANDRÉ LUIS DA COSTA PEREIRA
SUPLENTE: SANDRA ELIAS DO NASCIMENTO

Secretaria Municipal de Educação e Esportes
TITULAR: JULIANA BASTOS DERES
SUPLENTE: ROSEMERI ANDRADE RODRIGUES

Secretaria Municipal de Finanças
TITULAR: GUSTAVO MATEUS FONSECA GONÇALVES
SUPLENTE: RAFAEL NEVES ALVES

Procuradoria Jurídica
TITULAR: PATRIZIA DAYANE CALIXTO DE SOUZA
SUPLENTE: JEAN MULLER DA SILVA REIS

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DOS BAIRROS GRACIOSA DE CIMA, GRACIOSA DE BAIXO E PORTINHO
TITULAR: GILBERTO MARTIN JUNIOR
SUPLENTE: FERNANDA RICARDO PEREIRA ALVES

GRÊMIO RECREATIVO E CULTURAL FILHOS DA CAPELA
TITULAR : CARLOS ALBERTO GONÇALVES DE OLIVEIRA
SUPLENTE: LUCIANO SOUZA SHTORACHE

Associação de pais, mestres e funcionários(APMF - ESCOLA MUNICIPAL PROFº GIL FERES TITULAR: SIRLENE DO PILAR MARCELINO
SUPLENTE: RAFAELA OTERO SIEDSCHLAG

Associação dos Amigos dos Excepcionais de Antonina-PR (APAE)
TITULAR: FERNANDA CECÍLIA RIBEIRO
SUPLENTE: CRISTIAN SEBASTIÃO DE SOUZA

Associação Atlética 29 de maio (A.A 29 DE MAIO)
TITULAR:EDSON RODRIGUES PASSOS
SUPLENTE: AIRTON DA SILVA JUNIOR

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE: CLAUDINEIA CABRAL FREIRE
VICE: JOÃO LUIZ PAVANELLI DA FONSECA
1ºSecretario:FERNANDA CECÍLIA RIBEIRO
2ºSecretario: SIRLENE DO PILAR MARCELINO

Art. 2°. Os integrantes do CMDCA não terão suas atividades remuneradas, sendo consideradas relevantes à sociedade.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita em, 20 de Março de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal de Antonina

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:C41C00A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 045/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 045/2026 – PMA
PROVENIENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2026 - PROAMUSEP
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 044/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA, CNPJ/MF: 23.002.667/0001-29.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura, sob demanda, em formato BIM (Building Information Modeling), para a elaboração de escopo sistemático, detalhado e estruturado, destinado à concepção, ao desenvolvimento e à otimização de mecanismos, dispositivos ou processos de produção de sistemas, estruturas e infraestruturas, voltados a projetos complementares, visando à execução do projeto de pavimentação da Rodovia PR-454, no trecho compreendido entre o Km 35+610 m e o Km 48+180 m, Lote 01, situado entre o Distrito de Tupinambá e a ponte sobre o Rio Pirapó, totalizando uma área aproximada de 7.704,77 m².
VALOR DO CONTRATO: R$ 390.206,16 (trezentos e noventa mil e duzentos e seis reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
10.003.15.451.0010.1.013.4.4.90.51.00.00 - INVESTIMENTOS - DEPTO DE OBRAS, MANUTENCAO E INFRAESTRUTURA - OBRAS E INSTALACOES.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente termo, prorrogável na forma dos artigos 111 da Lei n° 14.133, de 2021, por se tratar de serviço de escopo predefinido, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Marco Aurelio Sacenti.
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:F57B718F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 046/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA – PARANÁ
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 005/2026
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 046/2026
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO ALEPH DE ARTE, CNPJ/MF: 48.729.629/0001-01.
OBJETO: Contratação de instituição especializada para a realização e apresentação do espetáculo teatral "Paixão de Cristo", a ser realizado no dia 30 de março de 2026, às 20 horas, no Complexo Esportivo Municipal, em alusão às celebrações da Semana Santa, no Município de Astorga, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 42.874,02 (quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro reais, dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE REC.	DESCRIÇAO
1476	13004236950016210233903900000	000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contado da assinatura do presente instrumento.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Diego Gonçalves Dias.
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:7E564FB1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 027/2026

MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 027/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** – CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADA: **AAC AR CONDICIONADO LTDA** - CNPJ/MF: 05.102.155/0005-86;
CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente Termo Aditivo tem por objeto a retificação da qualificação da CONTRATADA constante no Contrato Administrativo n° 027/2026, considerando que, por equívoco material, foi informado a qualificação da matriz, quando o correto é o filial responsável pela execução contratual e vencedora do certame.
Dessa forma, onde se lê:
"... e a empresa **AAC AR CONDICIONADO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.102.155/0001-52, com sede no endereço Avenida Gastão Vidigal, n° 165, Aeroporto, Maringá/PR, CEP n° 87050-440..."
Passa-se a ler:

"... e a empresa **AAC AR CONDICIONADO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.102.155/0005-86, sediado(a) na Avenida Euzebio Varaldo, nº 184, Quadra 4, Lote 15, Distrito Porto XV de Novembro, em Bataguassú/MS, CEP n° 79.782-000..."
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 027/2026, Pregão Eletrônico n° 084/2025, não alteradas expressamente por este aditivo.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Sandra Regina Sales.
DATA DO ADITIVO: 12/03/2026.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:2B561752

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°044/2024

MUNICÍPIO DE ASTORGA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°044/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** – CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: NUTRI SAUDE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA – CNPJ: 47.426.022/0001-81
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado, por igual período, o prazo de vigência previsto na cláusula segunda do alusivo termo contratual, ou seja, até o dia 21/03/2027, nos termos do parecer jurídico, conforme solicitado pela Secretária Municipal de Saúde, nos Termos do Parecer Jurídico, com fundamento no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica reajustado os valores contratuais pelo índice INPC/IBGE, no percentual de 4,30% (quatro virgula trinta por cento), nos termos da cláusula sexta do alusivo termo contratual, conforme memória de cálculo em anexo.
CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a prorrogação constante na cláusula anterior, fica acrescido ao valor inicial do contrato o montante de R$ 198.610,85 (cento e noventa e oito mil seiscentos e dez reais e oitenta e cinco centavos), referente a recomposição total do saldo.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Sergio Bergamascho.
DATA DO ADITIVO: 13/03/2026.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:B3B3FB95

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°045/2024

MUNICÍPIO DE ASTORGA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°045/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** – CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: A.C. MATERIAIS MÉDICOS LTDA - ME– CNPJ: 11.138.620/0001-08.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado, por igual período, o prazo de vigência previsto na cláusula segunda do alusivo termo contratual, ou seja, até o dia 21/03/2027, nos termos do parecer jurídico, conforme solicitado pela Secretária Municipal de Saúde, nos Termos do Parecer Jurídico, com fundamento no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica reajustado os valores contratuais pelo índice INPC/IBGE, no percentual de 4,30% (quatro virgula trinta por cento), nos termos da cláusula sexta do alusivo termo contratual, conforme memória de cálculo em anexo.
CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a prorrogação constante na cláusula anterior, fica acrescido ao valor inicial do contrato o montante de R$ 24.822,54 (vinte e quatro mil oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), referente a recomposição total do saldo.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Angela Maria de Oliveira Bergamascho.
DATA DO ADITIVO: 13/03/2026.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:5D444269

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°049/2024

MUNICÍPIO DE ASTORGA
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°049/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 082/2023

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** - CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: K MÉDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA – CNPJ: 10.675.016/0001-58
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado, por igual período, o prazo de vigência previsto na cláusula segunda do alusivo termo contratual, ou seja, até o dia 22/03/2027, nos termos do parecer jurídico, conforme solicitado pela Secretária Municipal de Saúde, nos Termos do Parecer Jurídico, com fundamento no Artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica reajustado os valores contratuais pelo índice INPC/IBGE, no percentual de 4,30% (quatro virgula trinta por cento), nos termos da cláusula sexta do alusivo termo contratual, conforme memória de cálculo em anexo.
CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a prorrogação constante na cláusula anterior, fica acrescido ao valor inicial do contrato o montante de R$ 217.486,00 (duzentos e dezessete mil quatrocentos e oitenta e seis reais), referente a recomposição total do saldo.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Rosa Ferreira Braga.
DATA DO ADITIVO: 13/03/2026.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:5A451AD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO CANCELAMENTO DE ITENS PREGÃO ELETRÔNICO N°007/2026

AVISO
CANCELAMENTO DE ITENS
PREGÃO ELETRÔNICO N°007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°13/2026

A Prefeitura Municipal de Balsa Nova, por meio da Pregoeira, nomeado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, informa aos interessados no Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é a "**aquisição de Medicamentos para atender as necessidades do Centro Médico Bom Jesus, Unidades básicas de Saúde e Farmácia Básica".**
O cancelamento dos itens:
Item 6: ambroxol 3 mg/ml xarope – 1.000 frascos;
Item 56: neomicina (sulfato) 5 mg/g + bacitracina 250 UI/g, pomada 10 g – 600 tubos.
A decisão atende à solicitação do setor demandante, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, após a constatação de sobreposição de medicamentos, divergências nos quantitativos e a necessidade de melhor adequação ao perfil assistencial de cada unidade de saúde.

Os referidos itens são objeto do pregão eletrônico n°17.2026.
O certame permanece inalterado quanto aos demais itens e segue a data prevista em edital.
Balsa Nova, 20 de março de 2026.

RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira
Portaria N°001/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:B09BCBFD

ADMINISTRAÇÃO
AVISO CANCELAMENTO DE ITENS PREGÃO ELETRÔNICO N°017/2026

AVISO
CANCELAMENTO DE ITENS
PREGÃO ELETRÔNICO N°017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°49/2026

A Prefeitura Municipal de Balsa Nova, por meio da Pregoeira, nomeado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, informa aos interessados no Pregão Eletrônico nº 017/2026, cujo objeto é a **"aquisição de medicamentos de distribuição gratuita, através do sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Farmácia Básica, Centro Médico Bom Jesus e das Unidades Básicas de Saúde do município."**
O cancelamento dos itens:
Item 1: acetato de retinol 50.000 UI + colecalciferol 10.000 UI/ml, solução oral, frasco com 10 ml – 800 frascos;
Item 5: butilbrometo de escopolamina 10 mg – 30.000 comprimidos;
Item 11: levomepromazina 40 mg/ml, frasco com 20 ml – 100 frascos.
A decisão atende à solicitação do setor demandante, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, após a constatação de sobreposição de medicamentos, divergências nos quantitativos e a necessidade de melhor adequação ao perfil assistencial de cada unidade de saúde.
Os referidos itens são objeto do pregão eletrônico n°07.2026.
O certame permanece inalterado quanto aos demais itens e segue a data prevista em edital.
Balsa Nova, 20 de março de 2026.

RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Pregoeira
Portaria N°001/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Costa
Código Identificador:16FD0496

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2026 - CHAMADA PÚBLICA 02/2025 - PSS TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO

EDITAL Nº 001/2026

O Secretário Municipal Interino de Educação, Cultura e Esportes, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 02/2025, homologado, pelo Decreto nº. 149/2025 visando a contratação em caráter temporário do cargo de Trabalhador da Educação - Pedagogo, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 1211/2025 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012.

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**, da **CHAMADA PÚBLICA 02/2025** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no dia **24/03/2026, às 09:00 horas**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **PSS-TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO - PEDAGOGO** ou pela opção de desistência provisória com pedido de final de lista conforme item 9.3.

De acordo com o Processo nº.5400/2026 da SMECE, as vagas são:

LOCAL	N° DE VAGAS
Escola Rural Municipal Itambé	1
Escola Municipal Dr. Mário Faraco – Escola em Tempo Integral	1
Escola Municipal Pref. Herculano Schimaleski	1
CMEI Cantinho da Serra	1
Secretaria Municipal de Educação – Ensino Infantil	1

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem classificatória.

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão e/ou manifestar o interesse pelo final de lista, conforme item 9.3 e 9.5.

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
38°	ROSEMARI DE FREITAS NEGRÃO	10940/2025
39°	ITAMAR MAURICIO DOS SANTOS	10285/2025
40°	BRUNA RIBEIRO NASSAR	11519/2025
41°	PATRICIA MELLO LEAL GARRETT	11542/2025
42°	CELIA REGINA JAVORSKI SCHINDA	11450/2025

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

ANEXO II – ROL DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ASSUNÇÃO DO CARGO

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:

1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág. da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.
12) CPF dos dependentes.

Balsa Nova, 20 de março de 2026.

FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal Interino de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:D7DA09CA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 214/2026

PORTARIA N.º 214/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 6173/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ANA KAROLYNE TRZASKOS			
Origem: SMS – UBS Itambé **Destino:** SMS – UBS Elizabeth Nascimento	Assessor de Gestor	541931	23/03/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 20 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:043E5464

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 215/2026

PORTARIA Nº 215/2026

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, pela Lei Municipal nº 1295 de 16 de dezembro de 2022, e considerando o contido no processo administrativo nº 123/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica incluído o adicional de atuação em Regime Diferenciado de Trabalho – RDT, ao servidor relacionado abaixo:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
ERCELY TEREZA MELLO MACEDO	542086	PSS - ENFERMEIRO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/11/2025**,** revogando as disposições em contrário.

Balsa Nova, 20 de março de 2026.

DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:5F4DF4D4

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 216/2026

PORTARIA N.º 216/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 391/2022 e considerando o contido no processo administrativo n.º 6145/2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares a servidora **RAYARA RAISSA DOS SANTOS,** registrada na matrícula nº 47000, ocupante do cargo de "Auxiliar de Serviços Gerais", no período de 23/03/2026 a 22/03/2029.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 20 de março de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:91C06837

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026 NOTA DE EMPENHO Nº 41/2026

Contratante: Câmara Municipal de Balsa Nova
Contratada: Gente Seguradora S/A.
Objeto: Contratação de seguro total para o veículo da Câmara Municipal de Balsa Nova, por meio de empresa especializada na emissão de apólice de seguro automotivo.
Valor Global: R$ 694,24 (Seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).
Data de Empenho: 19/03/2026.
Foro: Foro Regional de Campo Largo
Balsa Nova, 20 de março de 2026

JUCÉLIA LEAL FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Geysiane Kichilevicz
Código Identificador:D76245EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 18/2026 de 02/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$650.986,54 (seiscentos e cinquenta mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
04.002.08.244.0005.2.103		MDS/PSB/SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
375 - 3.3.90.30.00.00	33839	MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00
04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.245.0005.1.356		EXPOCROCHE BARBOSA FERRAZ	
433 - 3.3.30.93.00.00	332035	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.095,61
04.003.08.245.0005.1.357		PROJETO PARANA MAIS VIAGEM	
434 - 3.3.30.93.00.00	332036	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.697,39
04.003.08.245.0005.1.358		NATAL ILUMINADO 2025	
435 - 3.3.30.93.00.00	332037	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.023,63
04.004		FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO	
04.004.08.241.0005.1.293		SIGTV410250520240001 GND3 SUBVENÇÃO LAR	
430 - 3.3.50.43.00.00	33986	SUBVENÇÕES SOCIAIS	174.169,91
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	

		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.1.363		PROGRAMA ESPORTE QUE QUEREMOS - FME	
424 - 3.3.90.39.00.00	332041	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	187.072,40
425 - 4.4.90.52.00.00	332041	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	212.927,60
		Total Suplementação:	650.986,54

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 2 de Março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:BDFF0CE9

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
PORTARIA Nº 120/2026

PORTARIA Nº 120/2026 – Município de Barbosa Ferraz

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, com posse de suas atribuições em 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o funcionário Eduardo Matheus Sanches, RG. nº 12.332.116-2, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretário Municipal de Meio Ambiente, para responder como Gestor do Convênio e como Fiscal, fica designado o funcionário Marcilio Pinto Barbosa, RG. nº 1.662.469-1, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Diretor de Meio Ambiente para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Barbosa Ferraz, 18 de março de 2026

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz -PR

Publicado por:
Kleyton Luis Leme Cracco
Código Identificador:16DCFB14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 1921/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre exoneração a pedido de servidor Cargo Efetivo de Assistente Administrativo que abaixo especifica e dá outras providências.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o requerimento pedido de exoneração protocolado sob nº. 103/2026 em 17/03/2026.

DECRETA:

Artº. 1º – Fica EXONERADO do quadro de servidores públicos municipais, a partir de 24/03/2026, o Srº. Helder Henrique Ferreira Moreno – Matr. 6291, cargo efetivo de Assistente Administrativo, nomeado desde 21/03/2016, conforme portaria nº. 080/2016 de 21/03/2016.

Artº. 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 20 de março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:DCA9E3C9

SEC. MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 031/2026 MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré – Paraná, com posse de suas atribuições em 01 de janeiro de 2025.
RESOLVE:
Art. 1º. Designar o funcionário Marcos Vinicius Juliano da Silva, RG. nº 13.590.139-1, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, para responder como Gestor do Convênio e como Fiscal, fica designado o funcionário Carlos Eduardo da Silva, RG. nº 13.414.726-3, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Diretor do Departamento de Pecuária e Meio Ambiente, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.
Barra do Jacaré, 20 de março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal de Barra do Jacaré

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:F4B638BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 16/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 16/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 07/04/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **Contratação de empresa especializada na locação de brinquedos infláveis, equipamentos recreativos, atrações mecânicas e serviços de alimentação recreativa**, conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$153.955,96 (Cento e Cinquenta e Três Mil, Novecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 23/03/2026 às 08h30min do dia 07/04/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 07/04/2026 às 08h59min do dia 07/04/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 07/04/2026.
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 16/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 23/03/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.

Barra do Jacaré/PR, 20/03/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:B117A630

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 049/2026

DECRETO Nº 049/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

EXONERAR, á pedido

Art.1º: ISADORA DICKEL, RG 13.xxx.xxx-9 SSP/PR, CPF 106.xxx.xxx-50, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade e Patrimônio.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data, , revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:205D545B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 099/2026

PORTARIA Nº 099/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

REVOGAR

Art.1º - O contido na portaria n° 084 de 02 de março de 2026 a qual concede as férias da servidora **PAMELA CRISTINA SILVA**, portador do RG nº 10.XXX.XXX-7 SSP/PR e CPF 067.XXX.XXX-22, ocupante do cargo em comissão de diretora de departamento dos recursos humanos.
.

Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:CEDF530F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL5/2026
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 20/03/2026
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVISÃO DE 10.000 KM DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA DO FABRICANTE, RELATIVO AO VEÍCULO FIAT STRADA VOLCANO PLACAS TBU4E61, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

1398 - FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS (77.396.810/0008-00)

TOTAL GERAL: R$ 627,00

Bela Vista da Caroba, 20/03/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:725E7AA8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR
EDITAL Nº 15/2026, DE 20 DE MARÇO 2026 – CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público torna pública a realização do Processo Seletivo para formação de cadastro de reserva para vagas de estágio remunerado de ensino médio e superior nas unidades da Prefeitura Municipal.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O processo seletivo será realizado pelo Departamento Municipal de Administração Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR.
Poderão participar do processo seletivo estudantes matriculados, que frequentem regularmente cursos de Ensino Superior em Instituições de Ensino Públicas ou Privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação.
O processo seletivo terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.
Não serão convocados estudantes cujo término de curso seja igual ou inferior a 06 (seis) meses da data da convocação.
O Estágio terá jornada de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais, de segunda a sexta-feira, em horários e turnos a serem definidos pela Administração Municipal, conforme edital de convocação, no qual será definida a carga horária.
O valor da bolsa estágio corresponderá a:
R$ 819,11, para jornada de **20** horas /semanais.
R$ 1.228,41, para jornada de **30** horas/semanais.
R$ 50,00, de Vale transporte.

O estagiário terá direito a seguro contra acidentes pessoais, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
O recebimento da bolsa estágio e de qualquer outro benefício concedido ao estudante não caracterizará vínculo empregatício, de acordo com a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.
O Termo de Compromisso de Estágio terá duração de 06 (seis) meses podendo ser prorrogado a cada 06 (seis) meses, até completar 24 (vinte e quatro) meses de estágio.

DOS CURSOS
O processo seletivo é destinado ao preenchimento das vagas de estágio que surgirem durante o período de validade do certame.
Poderão se inscrever estudantes que estiverem matriculados em Instituições de ensino regulares **COM IDADE MÍNIMA DE 16 ANOS COMPLETOS**, conforme os cursos e semestres elencados no quadro a seguir, conforme Lei Municipal e disponibilização de vagas:

CURSO	PERÍODO NO CURSO
Administração	A partir do 1º semestre
Ciências Contábeis	A partir do 1º semestre
Direito	A partir do 1º semestre
Enfermagem	A partir do 3º semestre
Farmácia	A partir do 3º semestre
Odontologia	A partir do 3º semestre
Fisioterapia	A partir do 3º semestre
Psicologia	A partir do 3º semestre
Nutrição	A partir do 1º semestre
Licenciatura: Todas com o grau de Licenciatura na área da educação.	A partir do 1º semestre
Educação Física – Licenciatura e Bacharelado	A partir do 1º semestre

LOCALIDADE
O estágio será realizado nas instalações da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR.
Os estagiários selecionados para as vagas poderão prestar estágio em qualquer uma das unidades da Prefeitura, não sendo facultada a escolha.

DA INSCRIÇÃO
Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos.
Os estudantes deverão preencher a ficha de inscrição e enviar no e-mail: **tscinpitanga@hotmail.com** a Ficha de inscrição juntamente os seguintes documentos: RG / CPF.
As inscrições serão realizadas entre os dias 20/03/2026, até o dia 30/03/2026, conforme cronograma.
Os estudantes com deficiência deverão efetuar sua inscrição e anexar a auto declaração e laudo médico, emitido nos últimos doze meses, informando o tipo de deficiência, com a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) juntamente com os documentos comprobatórios da análise curricular para desempenhar atividades que sejam compatíveis com sua deficiência.
Para fins desse Processo de Seleção de Estágio, consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 59.591, de 14/10/2013.
As pessoas com deficiência participarão do Processo de Seleção de Estágio em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação e às notas exigidas.
O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão, bem como pelas informações prestadas no ato de inscrição.
Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

PROGRAMA DE COTAS
Do total de vagas para estagiar na Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 10% (dez por cento) serão reservadas para os candidatos que se candidatarem no programa de cotas.
O candidato aprovado no processo seletivo que se declarar pessoa com deficiência terá seu nome publicado em lista à parte e figurará, também, na lista de classificação geral.
Caso não entregue o laudo médico, em conformidade com o item 4.5, o nome do candidato figurará apenas na lista geral.
O candidato com deficiência concorrerá às vagas existentes e às que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade do Processo de Seleção, sendo reservado o percentual de 10% destas no presente Processo, nos termos da legislação mencionada no item 4.6.
O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no formulário de inscrições.

DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO
A prova objetiva será realizada na data provável de 12/04/2026. O local será divulgado com antecedência, e o candidato deve atentar-se aos editais para saber onde será realizada a prova.
O processo seletivo consistirá das fases de prova objetiva, análise curricular (documental) e entrevista, conforme o seguinte critério:
Teste seletivo presencial, prova com 40 questões;
Entrevista - A entrevista não terá critério de pontuação, classificação ou eliminação.
Os candidatos classificados comporão lista de classificação, em ordem decrescente, de acordo com os pontos obtidos, sem nota mínima de corte.

7 **DA ANÁLISE CURRICULAR**
7.1 Serão avaliadas as cópias dos documentos comprobatórios indicados pelo edital e fornecidos pelo candidato.
7.2 A não apresentação dos documentos comprobatórios implicará a eliminação automática do candidato.

8 **DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS**
8.1 Os recursos poderão ser interpostos até 72 (setenta e duas) horas após a divulgação dos resultados, com a devida fundamentação, por meio de protocolo de requerimento pelo interessado.
8.2 Os recursos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora em conjunto com a empresa Estágios CIN.
8.3 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo não serão apreciados.
8.4 As respostas aos recursos serão divulgadas na data provável de até 72 (setenta e duas) horas após seu recebimento, e encaminhadas aos interessados através do e-mail ou telefone.
8.5 As listas contarão com os candidatos classificados por ordem decrescente de pontos obtidos no Teste Seletivo, de acordo com o curso para a qual se inscreveram, e com a identificação dos candidatos com deficiência, para fins de garantia dos programas de cotas, conforme item 5 que trata desse tema no edital.
8.6 Caso haja empate entre os candidatos, terá preferência, na seguinte ordem, o candidato que:
a) cursar o maior período;
b) for mais idoso;

9. **DA CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA VAGA E TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO**
9.1 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio será realizados pelo Departamento Recursos Humanos, mediante publicação do edital de convocação no site do município e no Diário Oficial dos Municípios, e contato telefônico.
O candidato terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação no Diário Oficial para comparecer e assumir a vaga, não comparecimento na data estipulada, será considerado desistente.

9.2 O candidato que desistir formalmente do estágio será excluído da lista de classificação.
9.3 O candidato aprovado em todas as fases do processo seletivo será convocado e orientado a entrar no site do Estágios CIN para anexar a seguinte documentação:

Documentos para contratação;
Fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
Fotocópia da carteira de trabalho;
Certidão de nascimento ou casamento;
Título Eleitor;
Número PIS/ NIT;
Comprovante de residência que contenha o CEP da rua;
Número da Conta Corrente e Agência Bancária; Banco do Brasil ou Caixa;
Comprovante de Matrícula atualizado e compatível com o estágio pretendido;
Laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, para estudantes que se declarar com deficiência;

9.4 O candidato que convocado para preenchimento da vaga, que não anexar à documentação será eliminado do processo seletivo.
9.5 No ato da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, o estudante deverá ter idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos.
9.6 Não serão aceitos pedidos de desistências temporárias e deslocamento para o final da lista de classificação dos candidatos aprovados.
9.7 A Celebração do Termo de Compromisso TCE será realizada em estrita observância aos ditames da Lei nº 11.788/2008.
9.8 O candidato que não se apresentar para o início do estágio na data e local informados no ato da convocação será eliminado do processo seletivo.

10 **DAS VAGAS**

Administração	02 + CR	A partir do 1º semestre	Administração
Ciências Contábeis	01 + CR	A partir do 1º semestre	Finanças
Direito	CR	A partir do 1º semestre	Administração
Enfermagem	04 + CR	A partir do 3º semestre	Saúde
Farmácia	01 + CR	A partir do 3º semestre	Saúde
Odontologia	01 + CR	A partir do 3º semestre	Saúde
Fisioterapia	01 + CR	A partir do 3º semestre	Saúde
Psicologia	01 + CR	A partir do 3º semestre	Saúde
Nutrição	01 + CR	A partir do 1º semestre	Educação
Licenciatura: Todas com o grau de Licenciatura na área da educação.	08 + CR	A partir do 1º semestre	Educação
Educação Física – Lic./ Bach.	01 + CR	A partir do 1º semestre	Educação/ Saúde

11. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
11.1 A aprovação no processo seletivo gera para o candidato apenas expectativa de ser convocado para preencher vaga de estágio, ficando a concretização do ato condicionado à existência ou ao surgimento de vaga durante o período de validade do processo seletivo.
11.2 A convocação dos candidatos ocorrerá em número compatível com a disponibilidade orçamentária, a existência de vagas de estágios livres e a necessidade específica de curso e carga horária de cada unidade com vaga disponível para contratação, e permanecendo os classificados no cadastro reserva.
11.3 Durante o período de validade do processo seletivo, o candidato aprovado deverá manter seus dados cadastrais (e-mail, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc.) atualizados junto a Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, sob pena de perder a vaga quando da convocação.
11.4 Serão eliminados candidatos inscritos para áreas que não contemplam o curso no qual o estudante esteja matriculado.
11.5 Ao assinar o Termo de Compromisso de Estágio, o candidato não poderá possuir vínculo de estágio remunerado em outra entidade, pública ou privada, ou vínculo profissional em outra entidade pública federal, estadual ou municipal.
11.6 No caso de esgotamento de candidatos do cadastro de reserva, outra seleção poderá ocorrer dentro do prazo de validade deste processo seletivo.
11.7 O acompanhamento do processo seletivo é de inteira responsabilidade do candidato, que deve sempre manter-se atento ao edital e às publicações oficiais, acompanhando todas as etapas do processo.
11.8 De acordo com a legislação vigente de estágio, o período de permanência do estagiário em uma mesma instituição não pode ultrapassar o limite máximo de dois anos, exceto nos casos previstos em lei. Essa regra tem como objetivo garantir o caráter educativo do estágio e proporcionar ao estudante a oportunidade de vivenciar diferentes experiências ao longo de sua formação.
11.9 As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital, bem como os casos omissos, serão dirimidos pelo Departamento Municipal de Administração por meio do e-mail **rhboaventura1@gmail.com**

11. **CRONOGRAMA**

FASES DO PROCESSO SELETIVO	**DATA**
Início das inscrições às 00:00 horas	**23/03/2026**
Fim das inscrições às 00:00 horas	**30/03/2026**
Divulgação da Relação dos inscritos	**01/04/2026**
Recurso contra a relação dos inscritos	**02/04/2026**
Homologações das inscrições, local, data, horário da prova e Ensalamento.	**07/04/2026**
Data da Prova	**12/04/2026**
Gabarito Preliminar da Prova	**13/04/2026**
Recurso contra Gabarito preliminar	**14 a 17 /04/2026**
Gabarito definitivo da prova	**18/04/2026**
Resultado Classificatório das provas	**20/04/2026**
Recurso contra o resultado preliminar das provas	**21 a 26/04/2026**
Resultado Final Classificatório - homologação	**30/04/2026**

Boa Ventura de São Roque – PR, 20 de março de 2025.

COMISSÃO ORGANIZADORA

ROZANA KENEAR
Presidente

ROSANGELA GULANOSKI
Membro

BEATRIZ FORNARI
Membro

Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque
Teste Seletivo para contratação de estagiários, nos diversos níveis superior - **EDITAL Nº 15/2026, DE 09 DE MARÇO 2026**
Ficha de Inscrição

Nome:	
CPF:	RG:
Nome do Pai:	
Nome da Mãe:	
Escolaridade – Cursando:	
Instituição de Ensino:	
Telefone/WhatsApp de Contato:	
Endereço:	

Declarações
Declaro, para os devidos fins, que as informações acima estão corretas e são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelos dados fornecidos e pelo preenchimento da Ficha de Inscrição.
Declaro-me ciente que o não preenchimento dos campos acima ou a prestação de informações incorretas ou inidôneas incorrerá automaticamente na minha eliminação deste Teste Seletivo.
Declaro-me ciente que esta Ficha de Inscrição deve ser corretamente preenchida com todos os campos, datada, assinada e enviada pelo e-mail que informei acima para o endereço abaixo: **tscinpitanga@hotmail.com**
Estou ciente que receberei um e-mail com a resposta aceitando/rejeitando minha inscrição no e-mail que informei e me responsabilizo por ficar atento às datas e prazos do certame
Boa Ventura de São Roque _____/_____/_____.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:4A162193

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 110/2026

PORTARIA Nº 110/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Eva Elicelia Cucheneri, Matricula de Nº 520-1, nomeada através do decreto 171/2005 para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, 05 (cinco) dias de ferias referente ao período de 01/06/2022 a 31/05/2023 que serão fruídas nos dias 06/04/2026 a 10/04/2026 e adicional de 1/3 de sua remuneração referente ao periodo e mais 10 (dez) dias de abono pecuniário do período de 01/06/2022 a 31/05/2023. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:0146E682

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 111/2026

PORTARIA Nº 111/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Joao Pedro Lopes, matricula de Nº 898-1 nomeado através do decreto 43/2012, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período de 01/03/2025 a 28/02/2026 que serão fruídas de 30/03/2026 a 28/04/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração referente ao período. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:52EFC26C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº113/2026

PORTARIA Nº113/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Gilberto Quirino dos Reis, matricula de Nº 375-1 para exercer o Cargo de motorista, 05(cinco) dias de férias referente ao período de 02/03/2025 a 01/03/2026 que serão fruídas em 23/03/2026 a 27/03/2026 e adicional de 1/3 (um terço) referente ao mesmo período, conforme lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do Servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 20 de março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:A054F80A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 99/2026

PORTARIA Nº 99/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Senhora Mirian Gralak, Matricula de Nº 418044, nomeado através do Decreto 18/2025 Chefe Secão de Apoio, 05 (cinco) dias de férias relativas ao período 10/03/2025 a 09/03/2026 que serão fruídos nos períodos de 23/03/2026 a 27/03/2026 e adicional de 1/3 (um terço) da sua remuneração. Conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 13 de Março de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:CA95C69B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°80/2026
CONSIDERANDO os elementos constantes no presente processo administrativo, devidamente instruído, no qual restou justificada a necessidade da contratação, bem como demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado;
CONSIDERANDO que foram observados os requisitos previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, com a juntada da documentação que comprova a habilitação e a qualificação técnica do contratado para a execução do objeto pretendido;
CONSIDERANDO o parecer jurídico que atesta a regularidade do procedimento e a presença dos requisitos legais para a contratação direta mediante Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, XV da Lei nº 14.133/2021;
ADJUDICO e **HOMOLOGO** o presente procedimento de Dispensa de Licitação nº 04/2026, e, no uso das atribuições que me foram conferidas, especialmente nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, **AUTORIZO** a contratação direta, nos termos abaixo:

Objeto a ser contratado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO VOLTADOS ÀS MULHERES DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE/PR, EM ATENDIMENTO À DELIBERAÇÃO Nº 04/2024 – CEDM/PR.
Contratado:	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, CNPJ: 03.541.088/0003-09.
Prazo de Vigência:	12 (doze) meses
Valor Total:	R$44.150,00 (quarenta e quatro mil cento e cinquenta reais).
Fundamento Legal:	Art. 75, Inc. XV, da Lei 14.133/2021

Publique-se e cumpra-se.

Boa Ventura de São Roque, 19 de Março de 2026

Assinado Digitalmente
NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:DCE6248F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 33/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 33/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FILIPIAK EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, VISANDO A

CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 983403/2025/MCIDADES/CAIXA, PADRÃO POPULAR, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E EXECUÇÃO CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.226.438,78 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: ROSMIR MARCOS DALLABRIDA

Boa Vista da Aparecida – PR, em **20 de março de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:65B36B1C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 33/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 33/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: FILIPIAK EMPREENDIMENTOS LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE 20 (VINTE) UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL (HIS), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 983403/2025/MCIDADES/CAIXA, PADRÃO POPULAR, COM FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA E EXECUÇÃO CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO..

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.226.438,78 (dois milhões, duzentos e vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

FISCAL DO CONTRATO: ROSMIR MARCOS DALLABRIDA

Boa Vista da Aparecida – PR, em **20 de março de 2026**.

RILDO JOSE PELOSO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:8733150E

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 032/2026
INEXIGIBILIDADE N.º 006/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, VISANDO A PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA A ALIENAÇÃO (VENDA) DE BENS DECLARADOS INSERVÍVEIS VIA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO ALTO URUGUAI – CIMAU.

VALOR DO CONTRATO: R$ 278.623,09 (duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, se assim for da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

FISCAL DO CONTRATO: LEANDRO JORGE MORESCO.

Boa Vista da Aparecida – PR, em 20 de março de 2026.

RILDO JOSÉ PELOSO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:8BC36607

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N° 099/2023

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO N° 099/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: DUDACOM MARKETING INTEGRADO EIRELI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E MARKETING A SEREM REALIZADOS NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, COMPREENDENDO O CONJUNTO DE ATIVIDADES REALIZADAS INTEGRALMENTE QUE TENHAM POR OBJETIVO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DA PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, SEMPRE COM CARÁTER EDUCATIVO, INFORMATIVO OU ORIENTAÇÃO SOCIAL AO PÚBLICO EM GERAL, CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE FORMAS DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, EM CONSONÂNCIA COM AS NOVAS TECNOLOGIAS, VISANDO A EXPANSÃO DOS EFEITOS DAS MENSAGENS E DAS AÇÕES PUBLICITÁRIAS.

VALOR ORIGINAL DO CONTRATO: R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais)

VALOR ADITADO DO CONTRATO: R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)

Boa Vista da Aparecida – PR, em 20 de março de 2026.

RILDO JOSÉ PELOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:59CE9ECF

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO C.E. 022/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO

Tendo em vista o parecer do Agente de Contratações, do departamento jurídico e autorização do PARANACIDADE, e estando cumpridas todas as exigências da Concorrência Eletrônica n° 022/2025.

HOMOLOGO E ADJUDICO
O resultado da licitação referente à **contratação de empresa especializada para execução de obra de infraestrutura urbana de lazer, compreendendo a implantação de dois parques infantis, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e administração da obra, incluindo piso drenante emborrachado, base em concreto, equipamentos infantis e demais serviços previstos em projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro aprovados,** conforme abaixo:

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	VALOR GLOBAL
ÚNICO	DELLA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 44.550.728/0001-62	R$ 399.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais).

Boa Vista da Aparecida, em 20 de março de 2026.

RILDO JOSÉ PELOSO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:E5068C84

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 63 2026

PORTARIA nº 63/2026
Data: 20/03/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores municipais efetivos e dá outras providências.

RILDO JOSÉ PELOSO, Prefeito Municipal em exercício de Boa Vista da Aparecida – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o memorando interno da Secretaria Municipal de Saúde nº 99/2026 de 06 de março de 2026,

CONSIDEREANDO o memorando interno da Secretaria municipal de Administração de 13 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias aos servidores municipais efetivos, abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) e 10 (dez) dias, conforme segue:

Nome	Dias de férias	Período de gozo	Período Aquisitivo
Valdecir Gripa da Rosa	30	24/03/2026 a 22/04/2026	2024/2025
	10	13/04/2026 a 22/04/2026	2024/2025

Art. 2º - Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 20 de março de 2026.

RILDO JOSÉ PELOSO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:792F4EBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº647/2026

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N° 647/2026
O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.
Art. 1° - Fica decretada a nova composição do Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Bocaiúva do Sul – PR, ficando assim constituídos:
MEMBROS GOVERNAMENTAIS:
Titular: Paulo Eusebio Broto Rocha – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Suplente: Luiza Siqueira Ribeiro – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Titular: Daiane Brito da Silva – Secretaria Municipal de Assistência Social
Suplente: Jady Heloíse Ferreira de Morais - Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Luciano Ceccon Neto – Secretaria Municipal de Saúde
Suplente: Meliane Cardoso Scremin – Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Marilia Mottin Leonardo – Secretaria Municipal de Educação
Suplente: Liamara Ripplinger - Secretaria Municipal de Educação
MEMBROS NÃO GOVERNAMENTAIS:
Titular: Marineli de Souza
Suplente: Ricardo Bernardes de Oliveira
Titular: Carla Daniela Castro Benatto
Suplente: Mateus Batista de Souza
Titular: Edson Luiz De Mello
Suplente: Luiz Carlos Bassetti Junior
Titular: Paulo Izaias Gonçalves Baldão
Suplente: Juliano Mocelin Polli
Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.
Bocaiúva do Sul -PR, 19 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:C743EFB8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134/2026

PORTARIA Nº 134/26

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, de conhecimento de fato, ouvida a chefia imediata da servidora, RESOLVE:

Conceder:
Licença Maternidade conforme Regime da CLT, de 120 dias a Servidora Solange dos Santos Cordeiro, CPF Nº XXX.727.859-XX, ocupante do Cargo de Agente Comunitária, podendo ausentar-se de suas atividades normais do seu local de trabalho na Secretaria Municipal de Saúde, de 19 de março de 2026 à 16 de julho de 2026, devendo retornar as suas atividades normais em 17 de julho se 2026.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 20 de março de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:BA434286

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - CONTRATO Nº 55/2026 - PREGÃO Nº 10/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS

CONTRATADO: MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA
CNPJ: 07.734.903/0003-07
VALOR: R$ 803.979,00 (oitocentos e três mil, novecentos e setenta e nove reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Bocaiúva do Sul, 20 de março de 2026.

ELIVELTON JOSÉ NODARI
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:0E829B90

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOGAÇÃO - PREGÃO Nº 10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e alterações posteriores, nos termos do Parecer da Procuradoria Geral deste Município e dos trabalhos conclusivos da Comissão Permanente de Licitação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	10/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	20/03/2026
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedores com itens Homologados:
1) MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 07.734.903/0003-07 no valor total dos itens vencidos de R$ 803.979,00 (oitocentos e três mil, novecentos e setenta e nove reais).

Bocaiúva do Sul, 20 de março de 2026.

ELIVELTON JOSÉ NODARI
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:47C29B43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 102-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°102/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 05.689.415/0001-38, com sede na Avenida Natalino Faust, N°610, Bairro Luter King, no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. ANDERSON ROCKEMBACH, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Nº 13.315.345-4 SSP/PR e do CPF Nº 015.061.349-04, residente e domiciliado na cidade de Francisco Beltrão - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO
Ficam aditivadas em **25%** as quantidades dos **itens 1, 4, 6, 9, 10, 11, 12 e 14**, em **21,42%** a quantidade do **item 5** e em **20%** as quantidades dos **itens 15 e 17**, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 35.330,00 (trinta e cinco mil, trezentos e trinta reais).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
-Contratante-

RECAPADORA MARRECAS LTDA - EPP
-Contratada-

MIGUEL MUNIZ DA SILVA
-Secretário de Obras, Viação e Urbanismo-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
ALCIONE MAZZOCATO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1D33A5B1

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 58-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°58/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir

denominado **LOCATÁRIO** e o Sr. **ALFREDO ALVES JACQUES**, brasileiro, residente e domiciliado na Linha Coqueiro, Interior, no município de Bom Jesus do Sul – PR, inscrito no CPF sob nº 282.889.399-53, e CI nº 3.829.741-4 SSP/PR, a seguir denominado **LOCADOR**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 09 de abril de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica aditivado o presente contrato no montante de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)** em conformidade com a prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 20 de março de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Locatário-

ALFREDO ALVES JACQUES
- Locador-

LORIZETE TEIXEIRA SURDI
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:75C3D51A

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 62-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°62/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **JAISSON MARCOS OLIVEIRA DOS REIS 06587167942**, inscrita no CNPJ sob o Nº 46.564.389/0001-07, com sede na Avenida Ipiranga, 271, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul do Sul, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. JAISSON MARCOS OLIVEIRA DOS REIS, brasileiro, portador do RG N°5679577 SSP/SC, inscrito no CPF Nº 065.871.679-42, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 23 de outubro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 20 de março de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

JAISSON MARCOS OLIVEIRA DOS REIS 06587167942
- Contratada-

LORIZETE TEIXEIRA SURDI
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
MARIELE SCHERES

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9362F12E

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 2 DO CONTRATO N°58-2025

TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo do Contrato N°58/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominado **LOCATÁRIO** e o Sr. **ALFREDO ALVES JACQUES**, brasileiro, residente e domiciliado na Linha Coqueiro, Interior, no município de Bom Jesus do Sul – PR, inscrito no CPF sob nº 282.889.399-53, e CI nº 3.829.741-4 SSP/PR, a seguir denominado **LOCADOR**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO
Fica reajustado o valor do **Item 1**, passando o valor mensal de **R$ 500,00 (quinhentos reais)** para **R$ 516,79 (quinhentos e dezesseis reais e setenta e nove centavos)**, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 201,48 (duzentos e um reais e quarenta e oito centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 20 de março de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Locatário-

ALFREDO ALVES JACQUES
- Locador-

LORIZETE TEIXEIRA SURDI
- Gestora do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:21EC4343

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1438/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal nomeado para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais – feminino.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a Servidora Senhora SABRINA FRANCIELI VILLANI**,** matrícula nº 2824, ocupante do Cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais – feminino, nomeada através do Decreto nº 1400/2025 de 01 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 19 de março de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2F1720F0

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 6/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2025

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da Empresa **ROSIMAR ANGST PALESTRAS TREINAMENTO LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob nº 62.419.376/0001-92, com sede na Rua Peperi, nº 180, Centro, na cidade de Belmonte, no Estado de Santa Catarina, para a realização de **Palestra Especializada com Mágica**, intitulada "Diga NÃO à violência e SIM por uma vida mais feliz, com fundamento no parecer do Advogado Municipal e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21.
E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 4.970,00 (quatro mil, novecentos e setenta reais)**, em favor de **ROSIMAR ANGST PALESTRAS TREINAMENTO LTDA-ME**, cujo pagamento far-se-á vista, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 20 de março de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:0B758629

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 118, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Concede diária a servidores municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos servidores municipais abaixo relacionados, 04 (quatro) diárias de viagem para cada, para os dias 23 a 27 de março de 2026, para Cidade de Curitiba – Pr., com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, **onde participarão do evento Saúde em Movimento 2026.**
Lucas Campos de Almeida, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Saúde, matricula nº 590-8/4;
Joarez Telles de Ramos Junior, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, matricula nº 417-0/1;
Marlene Carvalho Pereira, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, matricula nº 729-3/1;
Vanessa Siqueira de Campos, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitária de Saúde, matricula nº 469-3/1;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A6B83D7C

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 119, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Concede diárias de viagem a Servidora Fabiana Magáli Novadzki.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **Fabiana Magáli Novadzki**, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Contabilidade, matricula nº 643-2/3, **3 e ½ (três e meia) diárias de viagem**, para os dias 24 a 27 de março de 2026, com veículo oficial, até a cidade de Cascavel – PR, a serviço da Administração Municipal, para participar do **Simpósio de Serviço Militar 2026**, destinado a atualizar e capacitar Secretários das Juntas de Serviço Militar.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:0A288CD8

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO ADITIVO CONTRATUAL Nº01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2025

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL-PR
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2025
CONTRATADA: VIGIBRAZIL SERVIÇOS DE SEGURANÇA – LTDA - ME
CNPJ: 36.037.055/0001-13
Cláusula Primeira – Vigência
Tendo em vista tratar-se de serviços a serem prestados de forma contínua, cuja continuidade propiciará condições de preço mais vantajosas ao município, uma vez que o preço praticado não será reajustado, fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 meses, passando a ter vigência da data de **10 de abril de 2026 à 09**

de abril de 2027. O valor total da contratação de segurança desarmada para cuidarem dos eventos feitos pela Prefeitura Municipal, segue sendo de **R$24.500,00** (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Cláusula Segunda – Dotação Orçamentária

Os pagamentos decorrentes da contratação prevista na presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária nº 11.00 Departamento de indústria comercio e turismo; 11.01 Divisão de Industria Comercio e Turismo; 2266100142.038 Atividades Operacionais e Apoio a Indústria Comercio e Turismo; 33.90.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Despesa 666.

Cláusula Terceira – Assessoramento Jurídico e Documentação

Em consonância com o que trata o art. 53º §4º da lei nº 14.133/2021, foi realizado assessoramento jurídico por meio de parecer em cumprimento ao controle prévio de legalidade exigido para consentir com a realização do termo aditivo.

Conforme disposição expressa do art. 91 §4º da lei nº 14.133/2021 em anexo constam os documentos que a empresa deve apresentar para possibilitar a elaboração do aditivo contratual, quais sejam, prova de regularidade fiscal, de regularidade com o FGTS e inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho.

Cláusula Quarta – Disposições Gerais

Permanecem em plena vigência todas as demais disposições contratuais que não contrariem o presente aditivo.

Bom Sucesso do Sul - PR, 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:AD729301

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 02/2026 - *Processo Licitatório 13/2026*

Expirado o prazo recursal, de acordo com o parecer jurídico e considerando ainda e Classificação das Propostas e o julgamento da documentação, referente a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/2026, que teve como objeto a seleção de MENOR PREÇO GLOBAL, visando a contratação de empresa para a execução da obra de Pavimentação Asfáltica Local Trecho da Estrada Vicinal, Comunidade de Rancho Alegre Município de Bom Sucesso do Sul/Paraná, Área Pavimentada: 15.027,82 metros quadrados, de acordo com o Projeto Básico, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo em anexo, HOMOLOGO por seus próprios fundamentos determinando que seja ADJUDICADO o seu objeto a favor da empresa F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.461.328/0001-29, com o valor global de R$ 2.595.678,74 (dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

Bom Sucesso do Sul, 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:13EFCE4D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 021/2026

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 021/2026

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 021/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de equipamentos de informática, compreendendo microcomputadores, monitores, mini computadores e notebooks, destinados à modernização e manutenção do parque tecnológico da Prefeitura Municipal de Braganey-PR, visando atender às demandas administrativas dos diversos departamentos municipais.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 612.036,00 (seiscentos e doze mil e trinta e seis reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 07/04/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 07/04/2026.

Braganey – PR, 20 de 03 de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:D04C8730

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR

Processo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 016/2025
Ata de Registro de Preços: nº 26/2025
Contrato Administrativo: nº 026/2025
Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, etanol e óleo diesel) para abastecimento da frota municipal.
Contratada: Auto Posto Nossa Senhora da Salette LTDA – CNPJ nº 07.726.735/0001-46.
Finalidade: Acréscimo dos valores unitários contratados para fornecimento de combustíveis, conforme proposta apresentada pela contratada e aceita pela Administração, em conformidade com o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
Alterações:

Produto	Valor Anterior (R$)	De Alta (%)	Valor Atual (R$)
DIESEL S10	6,49	+10,85%	7,08
DIESEL S500	6,39	+10,48%	6,96
ETANOL	4,29	+2,33%	4,39

Vigência: O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 23/03/2026, mantendo-se inalteradas as demais cláusulas contratuais.
Data da Assinatura: 20 de março de 2026

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:8E4D9537

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 03/2026
DISPENSA Nº 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA – PR, CNPJ nº 02.074.206/0001-91.
Contratada: W. M. DE LIMA – CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 02.090.461/0001-28, com o valor de R$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e manutenção dos serviços para atendimento a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, e em atendimento aos requisitos do eSocial.

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 75, II.

Vigência: 20/03/2027.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:17DFB195

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e manutenção dos serviços para atendimento a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, e em atendimento aos requisitos do eSocial.

Empresa vencedora: W. M. DE LIMA – CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 02.090.461/0001-28, com o valor de R$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 75, II.

CAFEARA (PR), 19 de março de 2026.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:B26C263B

GOVERNO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 18/2026

Pregão Nº. 07/2026

Fica HOMOLOGADO o resultado do Procedimento Licitatório - Pregão nº 7/2026, de 13/02/2026, para o qual tem como objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de combustíveis destinados ao abastecimento da frota municipal de Cafeara/PR, dividido em dois lotes, sendo o Lote 01 composto por Etanol e Gasolina Comum, com abastecimento em posto localizado em até 20 km do ponto de referência definido no Termo de Referência, e o Lote 02 composto por Diesel S500 e Diesel S10, com abastecimento em posto localizado no Município de Cafeara/PR, dentro do perímetro urbano" pelo critério de menor preço por item, sendo vencedor(es) do objeto da licitação a(s) empresa(s):
RENATO GROTTO CIA LTDA CNPJ Nº 51.980.986/0001-44, para o lote 1,no valor total de R$572.000,00 (Quinhentos e Setenta e Dois Mil Reais), Quanto ao Lote 02 (Diesel S500 e Diesel S10), restou fracassado.

Cafeara - Pr, vinte dias de março de 2026.

ELTON FÁBIO LAZARETTI
" Prefeito Municipal"

Cafeara – PR

Publicado por:
Marcelo Galvão
Código Identificador:8CC19250

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 004 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Portaria nº 004 de 20 de março de 2026.

SÚMULA: Designa Servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Projeto Pavimentação asfáltica na estrada rural entre a comunidade Rio Verde e a PR-180.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

CONSIDERANDO o Protocolo **24.309.703-7** do Governo do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o Servidor Público **ROGÉRIO SCHMIDT**, brasileiro, Engenheiro Agrônomo, CREA-PR nº 108623/D, portador do RG sob o nº 8.295.561-5-SSP/PR, CPF sob o nº 033.872.999-23, matricula nº 76991, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Comércio, Indústria e Turismo, para atuar como **GESTOR MUNICIPAL** do Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, referente ao Projeto Pavimentação asfáltica na estrada rural entre a comunidade Rio Verde e a PR-180.

Art. 2º. Fica designado o Servidor Público **FÁBIO CESAR ROZZINI**, brasileiro, engenheiro Civil, CREA-PR 70.344/D, portador do RG sob o nº 6.893.551-2 - SSP/PR, CPF sob o nº 029.877.009-11, matricula nº 75661, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, para atuar como **FISCAL MUNICIPAL** do Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB, referente ao Projeto Pavimentação asfáltica na estrada rural entre a comunidade Rio Verde e a PR-180.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:4BB5CCE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 181/2026 - DRH

PORTARIA N.º 181/2026-DRH

SÚMULA: Exonera pelo término de contrato Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 23/03/2026 pelo término do contrato, a Servidora **ADRIELI DA SILVA DUARTE GLORIA** matrícula 767322480**,** contratada para ocupar o Cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO I - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 20 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:24FFB61A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 182/2026 - DRH

PORTARIA N.º 182/2026-DRH

SÚMULA: Exonera Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 20/03/2026 a Servidora **NATALIA CRISTINA OLIVEIRA CASAGRANDE** matrícula 767323040**,** contratada para ocupar o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada em conformidade com o Oficio Nº 066/2026-SEDUC.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 20 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C1DBE2A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 183/2026 - DRH

PORTARIA N.º 183/2026-DRH

SÚMULA: Concede Gratificação por Exercício Funcional em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - GTIDE à servidora efetiva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com o objetivo de dar cumprimento ao Art. 1º da Lei Municipal nº 1.656 de 28 de junho de 2019,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER à Servidora **VANUSA DA SILVA SANTOS** matrícula 767321826, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA I (CARRO PESADO)**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, a Gratificação por Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – GTIDE, o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o vencimento básico.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/03/2026, revogando em especial a Portaria Nº 930-2025-DRH de 15 de dezembro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 20 de março de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:B7ABA786

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 184/2026 - DRH

PORTARIA N.º 184/2026-DRH

SÚMULA: Concede Gratificação por Exercício Funcional em regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - GTIDE à servidora efetiva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com o objetivo de dar cumprimento ao Art. 1º da Lei Municipal nº 1.656 de 28 de junho de 2019,

R E S O L V E

Art.1º CONCEDER à Servidora **JANETE TEREZINHA ELY SCHWENDLER** matrícula 79991, ocupante do cargo efetivo de **MOTORISTA I (CARRO PESADO)**, lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, a Gratificação por Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – GTIDE, o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) sobre o vencimento básico.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01/03/2026, em conformidade com o Oficio Nº 061/2026-SEDUC.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 20 de março de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:6B305EBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 185/2026 - DRH

PORTARIA N.º 185/2026-DRH

SÚMULA: Exonera Servidor Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 16/03/2026 o Servidor **ALEXSANDRO VALADARES SILVA** matrícula 767323057**,** contratado para ocupar o Cargo de **VIGIA - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada em conformidade com o Oficio Nº 062/2026 - SMA.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 20 de março de 2025.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:BC906A15

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N° 003.2025 - CREDENCIAMENTO CASA DE APOIO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 003/2025
CREDENCIAMENTO N° 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 024/2025

Fundamenta-se a presente contratação na hipótese dos art. 78 e 79 da Lei Federal n° 14.133/2021, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a inexigibilidade de licitação para **CREDENCIAMENTO** para prestação de serviços de hospedagem, transporte e alimentação, destinados aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde para tratamento médico na capital do Estado

Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas para a prestação de serviços de hospedagem, transporte e alimentação, destinados aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde para tratamento médico na capital do Estado. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações, cláusulas e demais condições estabelecidas no **Anexo I - Termo de Referência.**

Nº	Nome/Razão Social do Credenciado	CNPJ
01	CASA DE APOIO BENEVITA LTDA	04.489.149/0001-37

Cafelândia, 17 de março de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:925EB013

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 10/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: MEGMED LTDA
CNPJ/CPF: 16.946.372/0001-45
REPRESENTANTE LEGAL: RUBIA JANTZ
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 8.632,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:79A79841

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 24.586.988/0001-80
REPRESENTANTE LEGAL: RENAN DIEGO RODRIGUES SALLA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 2.771,96
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:83E10C7E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: AVANTI OFFICE LTDA
CNPJ/CPF: 46.186.229/0001-63
REPRESENTANTE LEGAL: LUCAS GABRIEL
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 15.400,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7FE77274

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 13/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EQUIPAMENTOS INDUTRIAIS LTDA
CNPJ/CPF: 51.659.136/0001-49
REPRESENTANTE LEGAL: VIVIANE LOPES FRAGA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 8.218,76
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:A180AA6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 14/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: PERFLEX MOVEIS LTDA
CNPJ/CPF: 06.718.646/0001-95
REPRESENTANTE LEGAL: PATRICIA DE MORAES HINZ
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 6.080,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:AE8DA82F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 15/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: ULTRA HD EQUIPAMENTOS E CONSULTORIA ODONTOMEDICA LTDA
CNPJ/CPF: 63.175.538/0001-57
REPRESENTANTE LEGAL: POLLYANNA TAMARA MORAIS E SILVA MOURA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 14.489,52
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:ED40A396

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/ 2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Arla 32 (agente automotivo obrigatório para a redução da emissão de gases poluentes em veículos movidos a diesel) para as Secretarias do Município.
FORNECEDOR: BRAZMART MULTIPARTS LTDA
CNPJ/CPF: 64.446.992/0001-68
REPRESENTANTE LEGAL: FELIPE ANTONIO BRAZOLOTO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 26.530,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:0EDD2B52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/ 2026

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e "Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.
FORNECEDOR: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA
CNPJ/CPF: 05.593.990/0001-32
REPRESENTANTE LEGAL: JUSSARA DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 11.967,80
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 20/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:7F8EB98D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 8/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 8/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: MICRON ATACADO LTDA
CNPJ/CPF: 44.133.337/0001-42
REPRESENTANTE LEGAL: ANA CAROLINE PHILIPPSEN CRUZ
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 7.672,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:A593FD11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 9

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 9/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/ 2026

OBJETO: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS do município conforme Resoluções da SESA.
FORNECEDOR: GELCIO MOISES GARCIA ME
CNPJ/CPF: 07.760.250/0001-79
REPRESENTANTE LEGAL: MARLETE ADRIANA DE MORAES GARCIA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 11.559,88
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:683D202A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2026

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.
RAZÃO DA DISPENSA: A Administração Pública Municipal emprega e empregará futuramente motoristas e veículos para a prestação de serviços essenciais de alta relevância social, tais como o transporte coletivo de passageiros, o transporte de pacientes, o atendimento de urgência e emergência e o deslocamento de munícipes. Para a adequada execução dessas atividades, é indispensável que os condutores estejam devidamente habilitados e capacitados, em conformidade com a legislação vigente.
Ressalta-se que a Administração Municipal realizará futuras contratações de motoristas, tanto por meio de credenciamento quanto por concurso público, sendo certo que os profissionais a serem admitidos não possuirão, necessariamente, os cursos especializados exigidos pela legislação de trânsito, o que torna indispensável a oferta desses cursos por parte do Município, como condição para o regular exercício das funções.
Nos termos do art. 145 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a habilitação para a condução de veículos de transporte coletivo e de emergência está condicionada à aprovação em curso especializado.
Capítulo XIV – Da Habilitação
[...]
Art. 145
Para habilitar-se nas categorias D e E, ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:
***IV** – ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN.*
Diante dessa obrigatoriedade legal, faz-se necessária a realização de procedimento de contratação cujo objeto seja, exclusivamente, a prestação de serviços educacionais, consistentes na aquisição e execução de cursos especializados para capacitação de motoristas municipais, a serem ministrados por empresa devidamente credenciada junto aos órgãos de trânsito competentes (DETRAN/PR).

A contratação terá por objeto a aquisição de cursos especializados, os quais deverão ser realizados preferencialmente no âmbito do município, garantindo a regularidade documental dos condutores atualmente em exercício e viabilizando a capacitação dos futuros motoristas a serem contratados, assegurando a continuidade e a segurança dos serviços públicos.
O objeto da contratação abrangerá os seguintes cursos:

• Curso Especializado de Transporte Coletivo de Passageiros (CETCP), destinado a até 30 (trinta) motoristas municipais;
• Curso Especializado de Transporte de Veículos de Emergência (CETVE), destinado a até 30 (trinta) motoristas municipais.

Destaca-se que a execução dos cursos poderá ocorrer em mais de uma etapa, de forma parcelada ou por turmas, podendo ser dividida em até quatro vezes, conforme a necessidade do serviço e a conveniência administrativa, ficando a definição do cronograma, da quantidade de turmas e da forma de execução a cargo da Secretaria Municipal de Administração, respeitados os limites contratuais e a legislação aplicável.
A presente aquisição por meio de Dispensa Eletrônica, utilizando o Sistema de Registro de Preços, se faz necessária uma vez que a estimativa de quantidades foi definida a partir de levantamento técnico das necessidades da Administração, considerando demandas atuais e potenciais contratações futuras durante a vigência da ata. Entretanto, em razão da natureza variável dos serviços e da impossibilidade de prever com exatidão os quantitativos que efetivamente serão demandados, as quantidades indicadas possuem caráter estimativo, podendo não ocorrer a utilização integral do saldo registrado. Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada, por não gerar obrigatoriedade de aquisição da totalidade dos itens pelo Município, permitindo maior flexibilidade na gestão das contratações e assegurando a eficiência, a economicidade e o adequado planejamento das contratações públicas.
No caso em questão, verifica-se que a presente contratação se enquadra nos limites estabelecidos no art. 75, inciso II e XLV, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:
[...]
Art. 75. É dispensável a licitação:
II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.
XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contrataçõesfuturas.

Por oportuno, ressalta-se que deverá ser elaborado o competente processo de dispensa eletrônica de licitação, observando-se os trâmites regulares pelo setor responsável.
Por fim, quanto aos preços, verifica-se que estes se encontram compatíveis com a realidade de mercado, podendo a Administração Pública realizar a contratação sem qualquer afronta à legislação que rege os certames licitatórios.
VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais).**

Fornecedor: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA
CNPJ: 05.593.990/0001-32
VALOR: R$ 11.967,80 (onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

Califórnia, 20 de março de 2025.

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:93614CAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 29/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/ 2026
MODALIDADE Pregão Nº 8/ 2026

OBJETO: Seguro veicular para Van da Secretaria de Saúde de California.
FORNECEDOR: SEGUROS SURA S.A.
CNPJ/CPF: 33.065.699/0001-27
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO POZZI PESTANA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.600,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 20/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4F271F59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 30/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 30/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/ 2026
MODALIDADE Pregão Nº 10/ 2026

OBJETO: Aquisição de (01) um veículo utilitário tipo pick up cabine dupla, conforme protocolo eletrônico n.º 20.975.141-0 - Convênio n.º 617/2025
FORNECEDOR: S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCAÇÕES - LTDA
CNPJ/CPF: 22.645.916/0001-31
REPRESENTANTE LEGAL: SILVANO BIONDI NETO
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 114.800,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 20/03/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:F450D861

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 063/2026

PORTARIA Nº 063/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares aos seguintes servidores:

Servidor(a)	Matricula	Período Aquisitivo	Período de Gozo
VALDECIR JOSÉ DE SOUZA	905	10/01/2025 a 09/01/2026	15/04/2026 a 14/05/2026
LUZIA REGINA TOMAZ	1003	21/05/2025 a 20/05/2026	18/05/2026 a 16/06/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 20° dia do mês de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4BF4E1F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 064/2026

PORTARIA Nº 064/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º -Fica homologado o resultado da avaliação dos servidores em Estágio Probatório, aprovados no Concurso Público nº 001/2019, realizada pela Comissão designada pela Portaria nº 039/2025, Lei Ordinária nº 851/2001 art.20, Lei Orgânica nº 002/2008 § 7º, confirmando a estabilidade no cargo efetivo para o qual foram aprovados em concurso e nomeados, por terem sido considerados aptos, na Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório.

Servidor	Matrícula	CPF	Cargo	A partir de:
ROSALINA DA SILVA	821	xxx. 727.728-xx	Aux. De Serviços Gerais	06/02/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 20º dia do mês de março de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:94393EF8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 001/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 001/2026

DO OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.

Fornecedor: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA
CNPJ: 05.593.990/0001-32
VALOR: R$ 11.967,80 (onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$ 11.967,80 (onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).**

Ratifico a Dispensa para o Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:91411DC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 020/2026
Pregão eletrônico nº 09/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Registro de Preço para Aquisição de Arla 32 - (agente automotivo obrigatório para a redução da emissão de gases poluentes em veículos movidos a diesel).**

FORNECEDOR: BRAZMART MULTIPARTS LTDA
CNPJ: 64.446.992/0001-68

LOTE	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Arla 32	litro	7000	R$ 3,79	R$ 26.530,00	OXIPURA

Califórnia, 16/03/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:9770575B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 16/2026
Nº Licitação: 08/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Pregão Eletrônico para aquisição de Seguro veicular

FORNECEDOR: SEGUROS SURA S.A.
CNPJ: 33.065.699/0001-27

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	*Quant*	*Unid.*	*Descrição*	*R$ Unit*	*R$ Total*
1	01	Serv.	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor tipo Van, Placa UAS 1I14, Renavam **01461495811**, **I/CITROEN JUMPY TAWA PAS, 150CV/2184,** 2025/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 227.000,00 Seguro para Danos Corporais: R$ 250.000,00 • Danos Materiais: R$ 250.000,00 • Danos Morais: R$ 25.000,00 • Morte Acidental: R$ 25.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 25.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 25.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).	1.600,00	1.600,00
Total					**R$ 1.600,00**

Valor Total do Pregão: R$ 9.569,95 (nove mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

Total Homologado do Processo: R$ 1.600,00 (quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Manutenção do Centro de Saúde
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 154
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 330 – Red. 154
05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 350 – Red. 154

05.013.10.301.0012.2022 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 154

Califórnia, 20 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:DEF566C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL 2025

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
EXERCÍCIO 2025

NOTA 01 – CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, inscrita no CNPJ nº 02.185.870/0001-08, com sede na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 34, Centro, Campina Grande do Sul – PR, adota o sistema de contabilidade descentralizada. Desta forma, as Demonstrações Contábeis representam as informações contábeis do Poder Legislativo Municipal.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, objetos das Notas Explicativas, foram elaboradas com base nas práticas contábeis aplicadas ao setor público. As Demonstrações Contábeis elaboradas e divulgadas pela Câmara Municipal de Campina Grande do Sul são compostas pelas Demonstrações elencadas na Lei no 4.320/64, com as alterações da Portaria STN 438/12, que alterou a estrutura desses documentos em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela NBCT 16.6, que são:
a. Balanço Orçamentário;
b. Balanço Financeiro;
c. Balanço Patrimonial;
d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
f. Notas Explicativas.

NOTA 03 – PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

O Balanço Público foi elaborado a partir da escrituração contábil realizada pelo método de partidas dobradas e por meio de classes de contas de natureza patrimonial, orçamentária e de controle/compensação, visando evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial, em conformidade com a Lei Federal 4.320/64.
Todos os registros contábeis do exercício de 2025 foram executados através de sistema informatizado, e adequado ao novo PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
Critérios de Mensuração de Ativos: os ativos do Órgão estão avaliados pelo custo de aquisição ou produção.
Critérios para Provisão de Férias e Décimo Terceiro: para o exercício em exame não foi realizado o reconhecimento do passivo de provisão de férias e décimo terceiro.

NOTA 4 – CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas orçamentárias, cujos valores constam do orçamento, são caracterizadas conforme o artigo 11 da Lei Federal nº 4.320/64 e seguem o regime contábil de caixa, sendo consideradas realizadas quando da sua efetiva arrecadação (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64). No entanto, ao Poder Legislativo não é dada competência arrecadatória ou seja, não aufere receita, sendo que, para custeio de seus gastos, obtém repasses efetuados pelo Poder Executivo, através da Prefeitura Municipal, de acordo com o prescrito na Constituição Federal, tendo por base de cálculo a Receita Corrente Líquida – RCL do exercício anterior, dentro dos limites estabelecidos pelo Art. 29-A, parágrafo 1º, incluído pela EC n.25 de 2000 da Constituição Federal, bem como pelo Art. 59, parágrafo 1º, Inciso II da LC 101/2000, sendo executado, mensalmente, o duodécimo previsto na Programação Financeira do respectivo período.

NOTA 5 – CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas orçamentárias, resultantes de autorização legislativa prevista na Lei Municipal nº 1041, de 24 de dezembro de 2024, seguem o regime contábil da competência e a respectiva execução orçamentária prevista no Capítulo III da lei Federal nº 4.320/64, sendo consideradas realizadas quando do seu empenho (art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64) para efeito orçamentário, e quando da liquidação para efeito contábil.
As despesas são apresentadas sem ajuste inflacionário, ou seja, em moeda original do ano de realização, expressos em reais.
As despesas estão listadas pelos seus valores empenhados, liquidados e pagos no exercício.

NOTA 6 – ASPECTOS GERAIS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo que está previsto no artigo 104 e no Anexo 14 da Lei Federal 4.320/64. É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.
Pode-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:
Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.
Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para à entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

NOTA 7 – CRITÉRIOS CONTÁBEIS DE MENSURAÇÃO DOS ATIVOS

Os ativos estão segregados em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de
conversibilidade e exigibilidade.
Os ativos estão classificados como “circulantes” quando satisfazem a um dos seguintes critérios: a)- estão disponíveis para realização imediata;
b)- têm a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos estão classificados como “não circulantes.”
Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os ativos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:
Ativo Financeiro – O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Das contas que compõem o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais.
Ativo Permanente – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que não foi adotada para o balanço de 2017.

NOTA 8 – CRITÉRIOS CONTÁBEIS DE MENSURAÇÃO DOS PASSIVOS

Os passivos estão segregados em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de
conversibilidade e exigibilidade.

Os passivos classificados como circulantes correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos estão classificados como não circulantes. Na presente Demonstração, não restaram saldos nas contas representativas de passivo não circulante.

Já a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 105, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando os passivos em dois grandes grupos, em função da sua dependência ou não de autorização orçamentária para realização, sendo eles:

Passivo Financeiro – O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade.

Passivo Permanente – O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela Entidade.

ATIVO	2025	%	2024	%
ATIVO CIRCULANTE	R$ 261.563,41	17,98%	R$ 128.684,41	10,54%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R$ 1.193.393,44	82,02%	R$ 1.092.102,16	89,46%
TOTAL	**R$ 1.454.956,85**	**100,00%**	**R$ 1.220.786,57**	**100,00%**

PASSIVO	2024	%	2024	%
PASSIVO CIRCULANTE	R$ 0,00	0,00%	R$ 0,00	0,00%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R$ 0,00	0,00%	R$ 0,00	0,00%
PATRIMONIO LÍQUIDO	R$ 1.454.956,85	100,00%	R$ 1.220.786,57	100,00%
TOTAL	**R$ 1.454.956,85**	**100,00%**	**R$ 1.220.786,57**	**100,00%**

O Patrimônio Líquido corresponde a 100,00% (cem por cento), o que demonstra a saúde financeira do Balanço da Entidade.

NOTA 9 – NOMENCLATURAS UTILIZADAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

ATIVO CIRCULANTE - Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

CRÉDITOS A CURTO PRAZO - Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - Compreende os valores dos créditos de dívida ativa tributária inscritos, realizáveis no curso do exercício social subsequente.

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA - Compreende os valores dos créditos de dívida ativa não tributária inscritos, realizáveis no curto prazo.

CREDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER - Compreende o somatório dos valores dos saldos de transferências a receber da cota parte pertencente ao Município no encerramento do exercício, conforme legislação.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO – Compreende os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.

ESTOQUES - Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível.

IMOBILIZADO - Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

BENS MOVEIS - Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por forca alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

BENS IMOVEIS - Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando
comercialmente.

(-) **DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO** - Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, bem como a perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais ou bens aplicados nessa exploração e a perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

ATIVO FINANCEIRO – O ativo financeiro está demonstrado pelo seu valor de realização. Das contas que compõem o ativo financeiro, nenhuma foi atualizada a valor presente e nem monetariamente, constando de seus valores originais.

ATIVO PERMANENTE – Os bens do ativo permanente estão demonstrados ao custo de aquisição, sem correção monetária e sem dedução da depreciação, que não foi adotada para o balanço de 2018.

PASSIVO CIRCULANTE - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO - Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - Compreende outras obrigações não- classificáveis em grupos específicos deste plano de contas, com vencimento no curto prazo.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE - Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO - Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO - Compreende as obrigações financeiras da entidade a titulo de

empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO - Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.
TOTAL DO PASSIVO – Corresponde ao somatório das obrigações presentes do Município, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para à entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.
PATRIMONIO LÍQUIDO – É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
RESULTADOS ACUMULADOS – Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.
RESULTADO DO EXERCÍCIO – Registra os superávits ou déficits do exercício da administração direta, autarquias, fundações e fundos
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – Registra os superávits ou déficits acumulados de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos.
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO – É o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.
PASSIVO FINANCEIRO – O passivo financeiro da entidade está demonstrado ao custo de aquisição ou realização, referem-se aos restos a pagar e aos depósitos e consignações, ou seja, à Dívida Flutuante da entidade.
PASSIVO PERMANENTE – O passivo permanente está representado pelas dívidas de longo prazo contraídas pela Entidade.

NOTA 10 – RESULTADO DO EXERCÍCIO E DEVOLUÇÃO DAS SOBRAS ORÇAMENTÁRIAS

Durante o exercício de 2025, o orçamento destinado à Câmara Municipal de Campina Grande do Sul foi **R$ 5.750.000,00** (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Sendo a Câmara um órgão que não tem receitas próprias, esses recursos são transferidos do Poder Executivo Municipal (Prefeitura) em parcelas mensais conhecidas como duodécimos, que representam a décima segunda parte do valor total anual. Ao final do exercício, o valor não utilizado pela Câmara Municipal no custeio das suas despesas deve ser devolvido ao Poder Executivo Municipal.
No exercício de 2025, a Câmara Municipal fez uso de **R$ 5.385.603,85** (cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e três reais e oitenta e cinco centavos), o que representou **93,66%** (noventa e três inteiros e sessenta e seis centésimos percentuais) do total recebido, realizando a devolução das sobras orçamentárias na importância de **R$ R$ 364.396,15** (trezentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e quinze centavos), equivalente a **6,34%** (seis inteiros e trinta e quatro centésimos percentuais) do seu orçamento anual.
Cabe também ressaltar que dos valores recebidos, a Câmara manteve o saldo bancário de **R$ 242.207,74 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e sete reais e setenta e quatro centavos),** conforme determinação legal, para cobertura dos Restos a Pagar que foram Inscritos ao final do Exercício.
Restos a pagar são as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo- se as processadas (despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (despesas apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

NOTA 11 – ATUALIZAÇÃO DE ESTOQUE DE MATERIAL DE CONSUMO

Foram atualizados por estimativa os valores de estoques de materiais de consumo que já foram utilizados ao longo do tempo que não haviam sido atualizados, trazendo esses valores para mais próximo da realidade.

Campina Grande do Sul, 18 de março de 2026.

ANDRÉ FERREIRA MATTOS DE MOURA
Contador – CRC 075433/O-7 PR

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:9AB0A287

SETOR DE COMPRAS
ERRATA DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 55/2025

GABINETE
ERRATA DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 55/2025
Processo n.º 336/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Onde se lê:

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
A. D. DAMINELLI LTDA	10.749.758/0001-80	R$ 80.753,68

Leia-se:

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
A. D. DAMINELLI LTDA	10.749.758/0001-80	R$ 80.932,78

Ficam mantidas as demais informações da homologação.
Campina Grande do Sul, 05 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:82492CB3

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 32/2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 32/2026
ID nº: 202650
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: A.D. DAMINELLI LTDA**CNPJ:** 10.749.758/0001-80
Valor total: R$ 80.932,78. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:4158A369

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 31 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 31/2026
ID nº: 202649
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME

DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: 2M DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 59.479.274/0001-58
Valor total: R$ 82.190,36. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:454EAD7F

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 33 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 33/2026
ID nº: 202651
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: CELIA DA CUNHA FRANÇA LTDA**CNPJ:** 06.059.923/0001-03
Valor total: R$ 261.731,97. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1AE5A305

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 34/2026
ID nº: 202652
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: J DE BRITO - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**CNPJ:** 32.282.308/0001-63
Valor total: R$ 75.864,40. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:779EAB38

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 35/2026
ID nº: 202653
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: LOGMEDI COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 52.179.963/0001-06
Valor total: R$ 54.073,65. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:DEB309B0

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 36/2026
ID nº: 202654
Pregão nº: 55/2025
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**CNPJ:** 20.918.668/0001-20
Valor total: R$ 12.690,00. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1AAB722E

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 37/2026
ID nº: 202655
Pregão nº: 55/2025

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: OESTE SUL CIRURGICA LTDA**CNPJ:** 61.828.536/0001-94
Valor total: R$ 15.306,55. **Vigência:** 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JESSICA MONIK TENEDINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 5 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:D5973E69

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 45 2026

Extrato de Ata de Registro de Preços
Ata de Registro de Preços nº: 45/2026
ID nº: 202668
Pregão nº: 7/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VENTILADOR MECÂNICO, CONCENTRADORES, CILINDROS DE OXIGÊNIO E RECARGAS, DESTINADOS A ATENDER OS PACIENTES CADASTRADOS NO SERVIÇO DE OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, DE ACORDO COM OS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: ZANATTA EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA CNPJ: 05.647.178/0001-42
Valor total: R$ 995.100,00. Vigência: 12 meses.
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
ADRIANA HORZEY DE SOUZA VOLTOLINI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 17 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:0DB02C69

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO 23 2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 23/2026
ID nº: 202661
Inexigibilidade nº: 20/2026
Objeto:CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE APOIO E DIAGNÓSTICO, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ, REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: CENTRO PARANAENSE DE OFTALMOLOGIA LTDA**CNPJ:** 73.284.374/0001-50
Valor total: R$ 1.350.805,28. **Vigência:** 60 meses
A fiscalização da contratação será de responsabilidade do(s) servidor(es) relacionado(s) abaixo:

Nome	Cargo
JOYCE BERGAMINI JUREKI	FISCAL

Campina Grande do Sul, 13 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1393A6C8

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº: 22/2026

Extrato de Contrato
Contrato nº: 22/2026
ID nº: 202659
Inexigibilidade nº: 16/2026
Objeto: ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA CESSÃO DE 10 (DEZ) SERVIDORES, SENDO 01 (UM) ESTAGIÁRIO ADMINISTRATIVO, 01 (UMA) EDUCADORA INFANTIL E 08 (OITO) PROFISSIONAIS DO QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, VISANDO A OFERTA DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO, GARANTINDO O ACESSO AOS CONTEÚDOS ESCOLARES ADAPTADOS, COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DA AUTO ESTIMA, DA AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL E A APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL
Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - CNPJ 76.105.600/0001-86
Empresa: ASSOC PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC DE CAMPINA GRANDE DO SULCNPJ: 01.270.153/0001-11
Valor total: R$ 0,00. Vigência: 24 meses.

Campina Grande do Sul, 9 de Março de 2026

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:6266C399

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1 DA ATA SRP 229

Termo aditivo nº 1 da Ata SRP 229/2025 decorrente de Pregão 80/2025 de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUÍDOS E MATERIAIS DE LIMPEZA AUTOMOTIVOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AUTOMOTORES PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL E SUAS SECRETARIAS, DE ACORDO COM QUANTITATIVO E DESCRITIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. decorrente do Pregão 80/2025, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a empresa **CJ COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob n.º **62.543.986/0001-01.** Constitui o objeto do presente termo aditivo o pedido de cancelamento da Ata Registro de Preços nº 229/2025, com fundamento no Art. 77, inciso II, do Decreto Federal n° 1949/2023 e na Lei 14.133/2021.CAMPINA GRANDE DO SUL, 19 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:85111CBB

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°. 1 DA ATA Nº. 35/2025

TERMO DE ADITIVO n°. 1 da ATA nº. 35/2025, decorrente do Pregão n° 6/2025, cujo objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ORIGEM GRANÍTICA, SENDO, BRITA GRADUADA, BRITA 4-A, RACHÃO, PEDRISCO LIMPO, PÓ DE PEDRA E BICA CORRIDA PARA UTILIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a empresa MATERIAL DE CONSTRUÇÃO MORRO REDONDO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.727.865/0001-05. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação de vigência da prestação do serviço da *ATA nº 35/2025, por* mais 12 (doze) meses, ou seja, de 16/03/2026 até 16/03/2027, com fundamento no artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.Os preços originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 35/2025 permanecem inalterados, não tendo sido aplicados os reajustes previstos na Cláusula Terceira da referida Ata, tendo em vista que a presente prorrogação ocorre de forma antecipada, antes do transcurso do período mínimo de 12 (doze) meses exigido para a concessão de reajuste. Campina Grande do Sul, 16 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:EA8DC960

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N° 3 TERMO DO CONTRATO Nº.111/2024

Termo de aditivo n° 3 Termo do contrato nº.111/2024, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRAS REMANESCENTES DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS VIAS URBANAS EM CBUQ, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, MEIO FIO E SARJETA, REVESTIMENTO, PAISAGISMO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACAS DE COMUNICAÇÃO VISUAL, NO BAIRRO CICAMP, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS QUE ACOMPANHAM O EDITAL. decorrente de Concorrência n° 3/2024, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a ILHA MNG PAVIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.393.484/0001-23. Constitui objeto do presente Termo Aditivo ***a prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 111/2024***, pelo período adicional de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecendo-se: I – O prazo de vigência do contrato fica prorrogado para o período de **24 de março de 2026 a 20 de setembro de 2026**, com fundamento no art. 6º, inciso XVII e art. 111 da Lei nº 14.133/2021. II – O prazo de execução do contrato fica prorrogado para o período de **20 de março de 2026 a 16 de setembro de 2026**, com fundamento no art. 6º, inciso XVII e art. 111 da Lei nº 14.133/2021. Campina Grande do Sul 17 de março de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2A3C3965

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 9/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 9/2026
Processo nº 501/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 9/2026, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL, PARA ATENDER CIDADÃOS E ÁS FAMÍLIAS EM VIRTUDE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA, EMERGENCIAL E DE CALAMIDADE PÚBLICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ATENDIDAS PELOS EQUIPAMENTOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS., em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
AMORIM PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	61.908.002/0001-78	R$ 9.468,00
LUIZ MINIOLI NETTO EPP	14.221.429/0001-13	R$ 5.558,00
ONE LEVEL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	29.690.865/0001-09	R$ 1.360,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 20/03/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:E9AF51D7

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 99/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 99/2025
Processo nº 454/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 99/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OUTSOURCING DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, INCLUINDO VIDEOMONITORAMENTO, SENSORES, ALARMES, INTEGRAÇÃO COM PLATAFORMAS DE GESTÃO E DEMAIS TECNOLOGIAS CORRELATAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO CONTINUO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
WNI EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	05.092.015/0001-40	R$ 2.894.352,60

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à

disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 20/03/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:6AFE5C80

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 22/2026
Processo nº 60/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 22/2026, que tem por objeto CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES COM E SEM FINS LUCRATIVOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTÊNCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E CULTURA, REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CASA DE APOIO RESIDENCIAL MARIZA LTDA	62.354.929/0001-76	R$ 2.512.295,00

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 20/03/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:44517454

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade nº 23/2026
Processo nº 48/2026
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Art. 72, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021 e considerando os elementos contidos no presente processo de contratação direta e no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **AUTORIZO** e **HOMOLOGO** o presente processo administrativo de Inexigibilidade n°. 23/2026, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE NOVAS LEGISLAÇÕES E DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DESTA MUNICIPALIDADE, em favor do(s) contratado(s) abaixo relacionado(s).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
LEIS LTDA	03.725.725/0001-35	R$ 22.620,96

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br)
Campina Grande do Sul, 20/03/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:749F46C2

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 405/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **MARILDA BARROS DE LIMA SCHWARTZ - Matrícula nº. 301121,** ocupante do cargo de Agente Político de Secretária Municipal de Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para participar do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Transporte Aéreo.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3C640AD6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 406/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **DENIZE MAUERVERCK DE JESUS - Matrícula nº. 328996,** ocupante do cargo em comissão de

Coordenador II, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para participar do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D267F082

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 407/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **MIRIAN PERREIRA SILVA - Matrícula nº. 329308,** ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para participar do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:64FB48D7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 408/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **SANDRA DOS SANTOS BARROS - Matrícula nº. 329001,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador Técnico da Atenção Básica, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para participar do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:30490470

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 409/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, à Servidora **SANDRA KINUE KAVANO ISHIKAWA - Matrícula nº. 328955,** ocupante do cargo em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para participar do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7DF77A3E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Decreto Municipal nº. 1897, de 15 de dezembro de 2022, no qual estabelece os critérios para a liberação de diárias destinadas ao custeio das despesas dos servidores públicos municipais efetivos, ocupantes de cargos em comissão, celetistas, temporários, agentes políticos, conselheiros tutelares ou conselheiros governamentais e não governamentais que se deslocarem do Município,

A U T O R I Z A

A concessão de diária, ao Servidor **EZIQUIEL CARNEIRO - Matrícula nº. 329427,** ocupante do cargo em comissão de Coordenador II, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, conforme abaixo discriminado:

I	Número de diárias;	02 ½ (duas e meia) diárias
II	Valor da diária;	R$ 1.226,50 (Um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)
III	Valor total da diária;	R$ 3.066,25 (Três mil, sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)
IV	Destino;	Foz do Iguaçu – PR
V	Objetivo da viagem;	Deslocamento até a cidade de Foz do Iguaçu para realizar o transporte das servidoras do Município, as quais participarão do evento: **"GESTÃO FINANCEIRA DO SUS, FINANCIAMENTO DA SAÚDE, PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO"**.
VI	Período da viagem;	De 18 a 20 de março de 2026.
VII	Meio de locomoção.	Veículo Oficial.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7B79A1C0

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 8.454/2026;

E X O N E R A

A pedido da Servidora **SALETE VUJANSKI - Matrícula nº. 329441,** ocupante do cargo em comissão de Chefe de Unidade de Saúde, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 17 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 17 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1FFB2B56

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o disposto no Capítulo III, Seção I, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob o nº. 8.557/2026;

P R O M O V E

A partir da presente data, a Servidora **AMANDA YARA DE OLIVEIRA BARBOSA SBRUZZI - Matrícula nº. 327672,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 02 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer o cargo de Professor Classe Especialização - Nível 02 da Lei Municipal nº. 693/2019, considerando a conclusão do Curso de Pós-Graduação, Especialização em "Neuropsicopedagogia".

Campina Grande do Sul, 18 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 18 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:31F00E4B

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

E X O N E R A

O Servidor **MAURO CEZAR TRISTÃO DE SOUZA - Matrícula nº. 329007,** ocupante cargo em comissão de Diretor II, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E39B2829

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso III, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;
Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Servidora **ANDRESSA CALACANS DE OLIVEIRA - Matrícula nº. 328819,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções no Centro Municipal de Educação Infantil Rosiel Dalprá, com efeito retroativo a partir do dia 02 de março de 2026 até 10 de julho de 2026.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0725E997

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso III, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Servidora **CARLINDA TERESINHA CAMPELO DA SILVA - Matrícula nº. 319171**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 06 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul - APAE, com efeito retroativo a partir do dia 09 de março de 2026 até 17 de dezembro de 2026.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1D132E77

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso III, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à Servidora **MARIA ANDREATA - Matrícula nº. 45881,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 16 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul - APAE, com efeito retroativo a partir do dia 09 de março de 2026 até 17 de dezembro de 2026.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:2414B439

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 420/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso III, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 28 (vinte e oito) horas semanais de trabalho à Servidora **DYESKA ALBINO - Matrícula nº. 329154,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves, com efeito retroativo a partir do dia 12 de março de 2026 até 10 de julho de 2026.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0DDCC84A

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 421/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Capítulo V, artigo 26-A, inciso III, da Lei Municipal nº. 693, de 18 de dezembro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 903, de 31 de agosto de 2023;

Considerando a necessidade de garantir a segurança e atenção da comunidade escolar, com vistas, especialmente, a suprir a ociosidade de nossas crianças e alunos, assim como proporcionar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

A U T O R I Z A

Ampliação da jornada de trabalho de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais de trabalho à Servidora **JANACIARA MOREIRA RIBAS - Matrícula nº. 329339,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves, com efeito retroativo a partir do dia 12 de março de 2026 até 10 de julho de 2026.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:1AA95A52

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento protocolado sob nº. 8.794/2026;

R E S O L V E

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do contratado **JORGE LUIZ PEREIRA - Matrícula nº. 329505,** ocupante da função temporária de Profissional de Apoio Escolar - PAE, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:98D81344

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 423/2026

Concede Aposentadoria (Integral) Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, ao servidor Adolfo Otto Goetz, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do servidor Adolfo Otto Goetz;

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido ao servidor **ADOLFO OTTO GOETZ - matrícula nº. 98651**, brasileiro, servidor público municipal de Campina Grande do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Topógrafo, (Nível C30 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012), portador do RG nº. 13.997.186-8-PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. 348.509.889-20, **Aposentadoria (Integral) Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição,** com proventos integrais calculados pelo último salário auferido pelo servidor, com fundamento no art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com o art. 48, da Lei Complementar Municipal nº. 03/2010.

Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 4.385,63 (Quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos).

Parágrafo único: Os proventos da aposentadoria serão revistos em conformidade com o artigo 2° da Emenda Constitucional nº. 47/2005 c/c artigo 7º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.
Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor a partir do dia 20 de março de 2026.

Município de Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:C7AA848A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 173/2026

Republicado por haver incorreções.

Exonera a pedido, KAMILLA DOS SANTOS BRAZ, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:
a) A solicitação feita através do Protocolo n.º 1472/2026.

D E C R E T A

Art. 1º - **EXONERA A PEDIDO,** do cargo comissionado de Assessor Público V, Símbolo AC9, a servidora **KAMILLA DOS SANTOS BRAZ,** matrícula n.º 3148, a partir de 11 de março de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 11 de março de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 20 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:9B3BB291

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 204/2026

Nomeia CRISTIANE DE JESUS DOS SANTOS, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:
a) Memorando SEMEC n.o 018/2026;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 013/2025;
c) O contido na Lei Municipal n.º 947/2017 e no Decreto n.º 094/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 23 de março de 2026, **CRISTIANE DE JESUS DOS SANTOS,** portadora do RG e do CPF n.º 015.***.*23-13, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, de acordo com a Lei Municipal n.º 947/2017 e Decreto n.º 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.

Art. 2º - A referida servidora cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto n.º 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/03/2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 23 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:5DC1DE1B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 205/2026

Nomeia JORGE LUIZ PEREIRA, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:
a) Memorando SEMEC n.o 023/2026;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 012/2025;
c) O contido na Lei Municipal n.º 947/2017 e no Decreto n.º 094/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 23 de março de 2026, **JORGE LUIZ PEREIRA,** portador do RG n.º 15.***.157-9/SESP-PR e do CPF n.º 117.***.*78-76, para ocupar o cargo de Professor, de acordo com a Lei Municipal n.º 947/2017 e Decreto n.º 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.

Art. 2º - O referido servidor cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto n.º 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 23 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:36BE1D2C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 206/2026

Nomeia ADRIANE MACHADO SOARES, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:
a) Memorando SEMEC n.o 023/2026;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 012/2025;
c) O contido na Lei Municipal n.º 947/2017 e no Decreto n.º 094/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 23 de março de 2026, **ADRIANE MACHADO SOARES,** portadora do RG n.º 4.***.592-2/SESP-PR e do CPF n.º 736.***.*09-30, para ocupar o cargo de Professor, de acordo com a Lei Municipal n.º 947/2017 e Decreto n.º 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.

Art. 2º - A referida servidora cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto n.º 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 23 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:F7005778

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 207/2026

Nomeia FERNANDA FURQUIM DE CAMARGO, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista:
a) Memorando SEMEC n.o 023/2026;
b) Processo Seletivo Simplificado – PSS EDITAL 012/2025;
c) O contido na Lei Municipal n.º 947/2017 e no Decreto n.º 094/2024.

D E C R E T A

Art. 1º - **NOMEIA,** a partir de 23 de março de 2026, **FERNANDA FURQUIM DE CAMARGO,** portadora do RG n.º 7.***.612-0/SESP-PR e do CPF n.º 038.***.*29-50, para ocupar o cargo de Professor, de acordo com a Lei Municipal n.º 947/2017 e Decreto n.º 094/2024, com vaga na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SEMEC.
Art. 2º - A referida servidora cumprirá os períodos e exigências do contrato de trabalho em regime especial, constante no Decreto n.º 094/2024, anexo I.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Paço Municipal de Campo Magro,
em 23 de março de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:6AA870DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAMPO MAGRO/PARANÁ - CMDCA - ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 02/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em reunião ordinária nº 01/2026, realizada aos 10 dias do mês de fevereiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Das Atas - Ficam APROVADAS por unanimidade as seguintes atas:
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 01.2026 – CMDCA.
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 06.2025 – CMDCA.
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 10.2025 – CMDCA.
Parágrafo único. Fica estabelecido que, para otimização do tempo das reuniões, as atas serão enviadas com antecedência de 04 (quatro) dias para conhecimento prévio dos conselheiros, dispensando a leitura integral em plenária e mantendo apenas a votação.

Art. 2º - Do Relatório Anual 2025 - Fica registrada a CIÊNCIA do Conselho quanto ao relatório anual de 2025 apresentado pela Coordenação do CREAS, elaborado como material de consulta para compreensão das atividades desenvolvidas.

Art. 3º - Da Estruturação do CREAS - Fica APROVADO o encaminhamento de ofício formal à Gestão da Secretaria de Assistência Social, solicitando informações e prazos sobre: I - A estruturação da equipe mínima do CREAS; II - As melhorias na estrutura física do equipamento, especialmente quanto ao isolamento acústico para garantia do sigilo nos atendimentos.

Art. 4º - Do Plano de Ação e Aplicação do Fundo 2026 - Fica APROVADO o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para 2026, com montante total de R$ 1.035.000,00 (um milhão e trinta e cinco mil reais).

Art. 5º APROVAR, a solicitação de aditivo ao Termo de Fomento nº 003/2025, referente ao Programa de Acolhimento Institucional da Fundação Solidariedade, CNPJ nº 81.652.513/001-89, conforme Plano de Ação e Aplicação apresentado, o qual contempla o repasse do valor de R$ 542.514,60 (quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e quatorze reais e sessenta centavos), proveniente de destinações realizadas em dezembro de 2025. Com o novo repasse, o valor global do Termo de Fomento, que antes era de 801.515,39 (oitocentos e um mil quinhentos e quinze reais e trinta e nove centavos), passa a totalizar o montante de R$ 1.344.029,99 (um milhão trezentos e quarenta e quatro mil vinte e nove reais e noventa e nove centavos) para execução no exercício de 2026.

Art. 6º - Da Atualização de Contatos - Fica APROVADA a atualização dos contatos dos conselheiros para melhor comunicação institucional.

Art. 7º - Da Atualização do Decreto - Fica APROVADO o encaminhamento para atualização do decreto municipal de composição do conselho até a próxima reunião ordinária de 10 de março de 2026.

Art. 8º - Do Programa Família Acolhedora - Fica APROVADA: I - A apresentação da proposta detalhada do Programa Família Acolhedora na reunião ordinária de 10 de março de 2026; II - A destinação da reserva de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) disponível no fundo do conselho para o referido projeto.

Art. 9º - Das Disposições Finais - Ficam os conselheiros CIENTES: I - Da organização do calendário semanal dos conselhos II - Das respostas encaminhadas aos ofícios do Ministério Público nº 802 e nº 762.2025; III - Do agendamento da reunião com o Conselho Tutelar para 24 de fevereiro de 2026.

Art. 10º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 19 de março de 2026.

EDSON PEREIRA DE PAULA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:4E1D9498

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CAMPO MAGRO/PARANÁ - CMDCA RESOLUÇÃO Nº 04.2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em reunião ordinária nº 02.2026, realizada aos 10 dias do mês de março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR, sem ressalvas, as atas da Reunião Ordinária 01/2026 – CMDCA e Reunião Extraordinária 02/2026.

Art. 2° – MANIFESTAR Ciência dos Conselheiros à substituição da Conselheira Suplente Sra. Adriana Faveri de Oliveira, pela Sra. Camila Farias Pereira, nos termos do Ofício 041/2026 SAS.
Parágrafo único: Deverá ser providenciada a publicação do decreto com a devida atualização da composição do Conselho

Art. 3° – APROVAR a celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Campo Magro e a Associação Solar Ita Wegman, CNPJ nº 10.311.690/0001-53, conforme Plano de Trabalho e Aplicação do Projeto Presente do Futuron, nos termos apresentados. Com repasse no valor de R$ 31.460,00 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta reais), integralmente oriundos da emenda impositiva nº 09 ao Projeto de Lei nº 033/2025, que originou a Lei Municipal nº 1.477/2025 - Lei Orçamentária Anual de 2026.

Art. 4º – APROVAR o processo de renovação e inscrição de entidades e serviços, para apreciação na plenária ordinária de junho, com abertura de prazo de 30 (trinta) dias, a contar do envio das orientações oficiais, fixando como data limite, o dia 24 de abril de 2026, incumbindo à Secretaria Executiva, à Comissão de Análise Documental e à PROGE a consolidação e envio das orientações e do formulário padrão, preferencialmente ainda em março, bem como a organização prévia do calendário de visitas.

Art. 5° – APROVAR o envio de Ofício da Secretaria de Assistência Social (SAS) acompanhado da ATA da Reunião Ordinária n. 02/2026

como devolutiva e convidar periodicamente técnicos e coordenadores de cada equipamento para apresentarem realidades, atividades, dados de atendimento e demandas nas plenárias, fortalecendo o vínculo e o diálogo direto.

Art. 6° – APROVAR, em caráter excepcional, e com o objetivo de evitar a descontinuidade do atendimento, a continuidade do Projeto de Equoterapia,parceria entre a Secretaria de Assistência Social (SAS) e Secretaria de Saúde (SESAU) com a Associação Terapêutica e Paradesportiva Cavalaria, CNPJ nº 29.138.520/0001-47 condicionada ao encaminhamento da Ata da Reunião Ordinária nº 02/2026 à Comissão Técnica de Chamamento, para análise, a fim de subsidiar a decisão quanto à continuidade por meio de parceria direta ou à necessidade de realização de chamamento público.

Art. 7° – APROVAR a definição das diretrizes para a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevendo sua realização preferencial no mês de novembro de 2026, observadas as vedações e janelas do ano eleitoral (março a junho ou novembro a dezembro), bem como a eleição da Comissão Organizadora na Reunião Ordinária de abril de 2026, com composição paritária, após análise dos documentos de referência.

Art. 8º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 19 de março de 2026.

DANIEL HAVRO DA SILVA
Vice- Presidente do CMDCA

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:A3C6CBCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA SESAU N.° 01/2026

Nomeia servidores para compor a Comissão de Sindicância Investigativa com a finalidade de apurar os indícios de irregularidades indicadas no Memorando Interno nº 68/2026/CGABI e dá outras providências.

O senhor Secretário Municipal de Saúde, José Calos dos Santos Dias, no uso das atribuições previstas na Portaria nº 009/2019 e o disposto na Lei Municipal n.º 126/2000 alterada pela Lei 1163/2021;

RESOLVE:

Artigo 1°. Cria-se a Comissão de Sindicância para apurar possíveis condutas contrárias ao Estatuto do Servidor do Município de Campo Magro, de apurar os indícios de irregularidades indicadas no Memorando Interno nº 68/2026/CGABI. A comissão será composta pelos seguintes servidores:

-Marcia de Oliveira Santos Assistente de Administração - em extinção Matrícula n° 1567, na função de Presidente;
-Tatiana Kelly Faria Lemos Sabatoski - Diretora de Departamento P1 Matrícula n° 3175, na função de membro;
-Michele Delair Queji- Auxiliar de Enfermagem- em extinção - Matrícula n°1513, na função de membro.

Artigo 2°. A presente comissão nomeará, dentre seus membros, uma secretária para redigir a ata.

Artigo 3°. A Comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos da sindicância, ficando seus membros dispensados do serviço na unidade administrativa durante o curso das diligências e a elaboração do relatório.

Artigo 4°. A sindicância investigativa deverá ser iniciada dentro do prazo de 03 (três) dias, contados a partir do dia seguinte à publicação desta Portaria, e concluída no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de seu início.

Artigo 5°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, em 20 de março de 2026.

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS DIAS
Secretário Municipal de Saúde
Decreto n°034/2026

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:2D6CEAF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
REPUBLICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, após análise da documentação constante no presente processo administrativo de contratação, verificando o cumprimento das formalidades legais e não constatando vícios ou irregularidades, AUTORIZA A DIVULGAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em conformidade com o art. 75, § 3º, para fins de recebimento de eventuais propostas adicionais de interessados.

Objeto da Dispensa:
Contratação de empresa especializada para a implantação e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), conforme especificações constantes no respectivo processo administrativo.

A divulgação do presente aviso de dispensa ocorrerá no período de 23 a 25 de março de 2026, no Diário oficial dos Municípios do Paraná, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Candói e demais meios de publicidade adotados pelo órgão.

Os interessados poderão encaminhar propostas adicionais no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação, exclusivamente por meio do seguinte endereço eletrônico:
E-mail: licitacoes@camaracandoi.pr.gov.br

Após o decurso do prazo estabelecido, a Administração procederá à análise das propostas recebidas, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Eis a decisão.

Gabinete da Presidência, 20 de março de 2026.

JOSÉ EDENILSON VOLENITIS
Presidente

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:EDC982FF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 204/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores a baixo relacionados como fiscal e gestor, do Protocolo N° 18.654.243-6 , Convênio para aquisição de Caminhão Limpa Fossa:

- **EDER SELESTRINO** – Fiscal
- **CHARLES ELOI ECHER** – Gestor

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F84DB5B9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 205/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar o servidor abaixo relacionado, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SERVIDOR (A)	DONIZETE SIQUEIRA
CARGO	CHEFE DE SETOR
CPF Nº	093.xxx.xxx-08

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 10/03/2026.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C8E054A6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 206/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar o servidor abaixo relacionado, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SERVIDOR (A)	DOUGLAS ISAC DOS SANTOS BARBOSA
CARGO	AGENTE ADMINISTRATIVO
CPF Nº	122.xxx.xxx-78

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:1A478029

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 207/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar o servidor abaixo relacionado, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SERVIDOR (A)	JULIANO PEREIRA DA LUZ
CARGO	SECRETÁRIO ESCOLAR
CPF Nº	062.xxx.xxx-74

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4BB00F75

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 208/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar a servidora abaixo relacionada, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SERVIDOR (A)	SILVANA NUNES CARVALHO MARTIM
CARGO	PROFESSORA
CPF Nº	043.xxx.xxx-01

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, em 13 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:64F2E663

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 214/2026

O Prefeito do Município de Candói, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as Normas e procedimentos para utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Candói, instituído pelo Decreto nº084/2002,

RESOLVE

Art.1º Credenciar o servidor abaixo relacionado, para conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Candói, desde que não se encontre com a Carteira Nacional de Habilitação vencida.

LOTAÇÃO	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE
SERVIDOR (A)	MATHEUS SANTOS MENDES
CARGO	ENGENHEIRO CIVIL
CPF Nº	078.xxx.xxx-05

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:2EF97862

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 215/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Revogar a portaria abaixo mencionada:

Portaria n° 204/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito, 17 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:778580CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 216/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **CHARLES ELOI ECHER**, brasileiro, inscrito no CPF nº 068.xxx.xxx-60, ocupante do cargo de Agente Político como **SECRETÁRIO DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE**, para responder como Gestor do Convênio e como fiscal, fica designado o servidor **EDER SELESTRINO,** brasileiro, inscrito no CPF n° 076.xxx.xxx-96, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 17 de março de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:6E55582B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUARIA
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
Contratação de empresa para a execução de 20.034,00m² de Pavimentação de Estrada Rural em CBUQ, em trechos das Comunidades da Linha São Sebastião e Alto Alegre do Iguaçu, no Município de Capitão Leônidas Marques – PR. A execução da obra deverá incluir, serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, assegurando a qualidade e o fiel cumprimento das especificações técnicas estabelecidas nos documentos que integram este processo. A obra será realizada em conformidade com o Convênio 913/2025, firmado entre a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB) e o município de Capitão Leônidas Marques/Pr, observando-se integralmente as condições, prazos e diretrizes previstas no Termo de Referência, Projeto Executivo, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro, memorial e demais documentos técnicos que compõem o processo de contratação.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 4.784.931,63 (quatro milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **05/05/2026 às 08:30h** (horário de Brasília).

Critério de Julgamento:
Menor Preço, Empreitada por Preço Global

Modo de disputa:
Aberto

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou no endereço eletrônico ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail ***licitacaoclm@hotmail.com.***

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:618B4CD2

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
INEX. 021/2026 - EXTRATO CTO 115/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2026.

Processo Adm. Nº 051/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 38.062,08 (trinta e oito mil, sessenta e dois reais e oito centavos), a favor da empresa ***ADAIR JOSE DOS SANTOS 02995814971,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua Felipe Castoldi Mantovani, nº 153, bairro Campo da Baixada, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000,

inscrita no CNPJ sob nº 30.920.673/0001-20, para desenvolver atividades e projetos, junto aos diversos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, atendendo a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026.
Processo Adm. Nº 051/2026.
Solicitação Nº 064/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: ADAIR JOSE DOS SANTOS 02995814971.

OBJETO: Prestação de serviços para desenvolver atividades e projetos, junto aos diversos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, atendendo a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

VALOR: R$ 38.062,08 (trinta e oito mil, sessenta e dois reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 407 – 10.001.08.245.1028.2183.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:C68B989A

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
INEX. 022/2026 - EXTRATO CTO 116/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2026.

Processo Adm. Nº 052/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, ambos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385 de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 16.326,00 (dezesseis mil e trezentos e vinte e seis reais), a favor da empresa ***64.786.639 YASMIN APARECIDA FERREIRA,*** pessoa jurídica de direito privado, sita à Avenida Iguaçu, nº 586, Centro, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-001, inscrita no CNPJ sob nº 64.786.639/0001-27, para desenvolver atividades e projetos, junto aos diversos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, atendendo a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2026.

REF:
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026.
Processo Adm. Nº 052/2026.
Solicitação Nº 065/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: 64.786.639 YASMIN APARECIDA FERREIRA.

OBJETO: Prestação de serviços para desenvolver atividades e projetos, junto aos diversos setores da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, atendendo a Política Nacional e Municipal de Assistência Social e Lei Municipal nº 2.259 de 2017 – Lei do SUAS, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

VALOR: R$ 16.326,00 (dezesseis mil e trezentos e vinte e seis reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da data do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

RECURSOS: A despesa do presente onerará da seguinte dotação orçamentária:
*** 423 – 10.001.08.245.1028.2185.3.3.90.39.00.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:A15B2603

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 015/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 069/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***M. L. COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,*** com sede na Rua Quinze de Novembro, 50, Centro, em Crissiumal, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 98.640-000, inscrita no CNPJ sob n. º 44.651.148/0001-61, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *CARLOS AILTON KRUTZMANN,* portador do CPF sob n. º 029.515.740-29. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 06 (seis) meses a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 13.09.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

M. L. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:A217A149

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL 003/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 003/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
Contratação de empresa, para a execução de obra de pavimentação asfáltica sobre vias atualmente revestidas com pedra irregular, em área total de 13.799,16 m², compreendendo a realização de serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, execução de revestimento asfáltico, implantação de meio-fio e sarjetas, bem como serviços complementares de urbanização, sinalização viária, iluminação pública, realização de ensaios tecnológicos e instalação de placa de comunicação visual da obra, conforme projetos, memorial descritivo e demais documentos técnicos aprovados pela Secretaria de Estado das Cidades – SECID que integram o presente processo, em atendimento ao Convênio nº 1.618/2025.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 2.171.950,19 (dois milhões, cento e setenta e um mil, novecentos e cinquenta reais e dezenove centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **12/05/2026 às 08:30h** (horário de Brasília).

Critério de Julgamento:
Menor Preço, Empreitada por Preço Global

Modo de disputa:
Aberto

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou no endereço eletrônico ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail ***licitacaoclm@hotmail.com.***

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

NATALI APARECIDA PAGEL DA SILVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:B028764A

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 013/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 068/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA,*** com sede na Av. Iguaçu, 322, Fundos, Centro, Município de Capitão Leonidas Marques, Estado do Paraná, CEP: 85.790-000, inscrita no CNPJ sob n. º 56.963.873/0001-54, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *VALDEMIR GALLI,* portador do CPF sob n. 038.948.249-80. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 06 (seis) meses a partir do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 12.09.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 12 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:78EF5AA9

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA Nº 101

PORTARIA n.º 101 DE 09 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Determina a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR em face da empresa MAIS PROJETOS E OBRAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 31.562.686/0001-38, com sede na Rua Joaquim Leonel, nº 503 - Centro, Município de Itapetininga, Estado de São Paulo, e designa membros para compor Comissão e dá outras providências.

CONSIDERANDO a concorrência eletrônica Nº 006/2025 o qual a NOTIFICADA se consagrou vencedora do lote 01 do certame, tendo como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de arquitetura e engenharia para elaboração de estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos, executivos e toda documentação técnica obrigatória para atendimento as secretarias municipais , conforme descritivo em termo de referência;
CONSIDERANDO que a NOTIFICADA recebeu solicitação para fornecimento dos serviços em 11/08/2025 para entrega no prazo de 30 (trinta) dias do pedido, conforme contrato de fornecimento n.º 300/2025,
Elaboração de projetos para:
Construção do almoxarifado;
Ampliação e reforma do Ginásio de Esportes Eugenio e;
Construção do CTG
Aprovação dos projetos de prevenção de incêndio nos banheiros, referente aos itens I-b e I-c descritos acima.

Elaboração de orçamento para projetos acima I-a, I-b e I-c, com respectiva aprovação no órgão competente (PARANACIDADE).
Licenças ambientais e inventario florestal.
Laudo de sondagem.
CONSIDERANDO Em relação ao serviço I, que foi necessário responder aos questionamentos sobre premissas do projeto, foi de comum acordo a entrega dos projetos do item I em data posterior aos 30 dias previstos em contrato, sendo a 1º entrega feita no dia 02/10/2025. Os projetos foram analisados pelo departamento de engenharia municipal e elaborado parecer de analise solicitando correções em ate 20 dias uteis. Os projetos foram entregues no dia 27/11/2025 e aprovados, restando porem o envio das respectivas arts;
CONSIDERANDO que em relação ao item II, entende-se que seria um serviço dependente da aprovação dos serviços do item I. o serviço foi parcialmente executado, restando porem, a aprovação no corpo de bombeiros do estado do Paraná, sendo que desde a data de entrega dos projetos do item I, não foi feita sequer a apresentação dos protocolos de abertura de processo no órgão competente pela análise, extrapolando o prazo limite em contrato.
CONSIDERANDO que em relação ao item III. Entende-se que o serviço foi parcialmente executado, porem não contempla a sua totalidade dos serviços, uma vez que o item II esta ainda esta incompleto, não sendo possível realizar a medição para pagamento do serviço. Após o envio completo, o orçamento será submetido a analise do PARANACIADADE, para aprovação final;
CONSIDERANDO que em relação ao item IV verificou-se que no dia 01/10/2025, fora do prazo iniciou-se algumas solicitações no protocolo do IAT-PR:
Protocolo 24.915.437-7: empreendimento de execução das 25 casinhas, inserido protocolo no dia 02/10/2025
Requerimento nº 318265: dissipador na cohapar;
Protocolo 24.756.050-5: supressão vegetal na rua pinheiro, inserido protocolo no dia 01/10/2025;
Protocolo 24.756.188-9: supressão vegetal na rua Verdes Campos, inserido protocolo no dia 01/10/2025;
Nenhuma licença foi emitida até a data da notificação realizada em 21/01/2026
CONSIDERANDO que é dever da contratada entregar o material conforme características do termo de referência na qual possui contrato firmado com o Município.
CONSIDERANDO o descumprimento está causado diversos transtornos para a Administração, haja vista a necessidade urgente dos projetos e serviços, para suprir a necessidade da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.
CONSIDERANDOa Lei 14.133/21, no Art. 104, onde diz: O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:
I – Advertência;
II – Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
CONSIDERANDOa necessidade de apuração dos fatos, não só para assegurar à apontada o direito ao uso do Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório, mas também para, em se constatando tais fatos, seja declarada a inidoneidade da Empresa, para licitar com a Administração Pública Municipal, haja vista inclusive o fito primordial de reprimir e de coibir situações como as supra citadas;

FABIANO DE HOLANDA GUERRA, Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de Capitão Leônidas Marques, Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Determina a instauração de Processo Administrativo, para apurar as possíveis ocorrências de ilicitudes na entrega do objeto do Processo Licitatório, Pregão Eletrônico nº 300/2025 e empresa **MAIS PROJETOS E OBRAS LTDA**.
Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, nomeia comissão composta por 03 (três) membros da Administração Municipal, que segue abaixo relacionados:
Carlo Giuseppe Lucietto;
Natali Aparecida Pagel da Silveira;
Valdir Giachini
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor com data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 09 de março de 2026

FABIANO DE HOLEANDA GUERRA
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:A5A3F488

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 120/2026 DATA: 20-03-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder a servidora pública abaixo relacionada, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
123412/1	Ivonete Ribeiro Leandro Jarutais	Agente Comunitário de Saúde	13-03-2026	12-06-2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:69169636

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 121/2026 DATA: 20-03-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 107 a 109 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. lº - Conceder à Servidora Pública **Cristina de Fatima do Nascimento Rukat**, ocupante do cargo de Motorista, Licença Maternidade, por 156 (cento e cinquenta e seis) dias, período remanescente dos 180 (cento e oitenta) dias, contados da posse da Servidora, de acordo com a certidão de nascimento apresentada e conforme o atestado de saúde ocupacional, com início em 13-03-2026 e término em 15-08-2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:099D3F15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 122/2026 DATA: 20-03-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 107 a 109 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. lº - Conceder à Servidora Pública **Juliana da Cruz Lermen Sansanowski**, ocupante do cargo de Merendeira, Licença Maternidade, por 154 (cento e cinquenta e quatro) dias, período remanescente dos 180 (cento e oitenta) dias, contados da posse da Servidora, de acordo com a certidão de nascimento apresentada e conforme o atestado de saúde ocupacional, com início em 16-03-2026 e término em 16-08-2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:9707322B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 123/2026 DATA: 20-03-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 90 e 91 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art.º 1º- Conceder a Servidora Pública abaixo relacionada, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano, no seguinte período:

Matrícula	Nome	Cargo	Início	Término
120211/1	Sergio Soares de Gois	Jardineiro	02-03-2026	01-03-2027

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 02 de março de 2026.

Capitão Leônidas Marques - PR, 20 de março de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:F0665354

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS PE 022/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º117/2026 de 18.03.2026.
A Secretária Municipal de Saúde de Cap. L. Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 022/2026 de 25.02.2026,** destinado a aquisição de medicamentos destinados ao uso nas Unidades Básicas de Saúde e na Farmácia Central e à distribuição gratuita aos munícipes atendidos no Sistema Único de Saúde do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, incluindo aqueles provenientes de decisão judicial, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos no Estudo Técnico Preliminar, em atendimento a solicitação nº 037/2026 da Secretaria Municipal de Saúde. Considerando o critério de classificação ***"Menor Preço Por Item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade de acordo com o edital e legislações pertinentes, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*** com os itens n. º 01, 03, 04 e 21 no valor de R$ 13.355,00 – ***ILG COMERCIAL LTDA*** com os itens n. º 05, 18, 20 e 26 no valor de R$ 20.068,50 – ***LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA*** com o item nº 06 no valor de R$ 7.120,00 – ***SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*** com os itens nº 07, 17 e 29 no valor de R$ 21.030,00 – ***ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LDA*** com os itens nº 08, 23 e 27 no valor de R$ 11.197,80 – ***MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA*** com o item nº 09 no valor de R$ 7.665,00 – ***WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA*** com os itens nº 10 e 22 no valor de R$ 9.400,00 – ***METTA FARMACEUTICA LTDA*** com o item nº 11 no valor de R$ 4.480,00 – ***FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA*** com o item nº 12 no valor de R$ 108.900,00 – ***F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA*** com o item nº 13 no valor de R$ 3.523,80 – ***PROMEFARMA MEDICMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA*** com os itens nº 14 e 24 no valor de R$ 16.262,40 **–** ***ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA*** com o item nº 15 no valor de R$ 5.500,00 – ***PONTAMED FARMACEUTICA LTDA*** com o item nº 16 no valor de R$ 274,00 – ***VIGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA*** com o item nº 25 no valor de R$ 2.598,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 231.374,50 (Duzentos e trinta e um mil trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de Março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 100/2026 ao 113/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 022/2026.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ILG COMERCIAL LTDA – LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA– SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LDA– MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – METTA FARMACEUTICA LTDA – FRAGNARI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – PROMEFARMA MEDICMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – PONTAMED FARMACEUTICA LTDA e ***VIGMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.***
OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição de medicamentos destinados ao uso nas Unidades Básicas de Saúde e na Farmácia Central e à distribuição gratuita aos munícipes atendidos no Sistema Único de Saúde do Município de Capitão Leônidas Marques/PR, incluindo aqueles provenientes de decisão judicial, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos no Estudo Técnico Preliminar, em atendimento a solicitação nº 037/2026 da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR: R$ 231.374,50 (Duzentos e trinta e um mil trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:

*** 341 – 09.001.10.301.1039.2162.3.3.90.32.00 – fonte 303, 494 e livre.**
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 18 de Março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:6650FA0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA N. º 040/2021 DE 03.03.2021. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. º 007/2020 DE 29.10.2020.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES*****,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES,* e, de outro lado a empresa ***CONSTRUTORA PROJETO NOVO LTDA*****,** pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Osvaldo Cruz nº 1554, Bairro Neva, CEP 85.802-160 na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.371.074/0001-34, Inscrição Estadual nº 41014502-23, Inscrição Municipal/ISS nº 4708800, neste ato representada pelo Sr. *LUCAS SILVA BANDEIRA*, residente e domiciliado Rua Vicente Machado, 3557, Bairro Canadá, Condomínio Casa 03, município de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.813-251 , portador da CI/RG nº 8.974.118-1 SSP/PR e do CPF/MF nº 063.301.309-90. Fundamentando-se no artigo 65, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
REF.: ***"Construção da Unidade de Atenção Especializada em Saúde, com área total de 2.524,90m², a ser implantada no Lote Urbano nº 325-A, da Gleba 11, continuação da Rua Itararé, s/n, no Município de Capitão Leônidas Marques-PR, conforme Pasta Técnica anexa ao processo licitatório"***
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS:
Constitui objetivos deste Termo Aditivo, a ***prorrogação da vigência excepcional,*** a partir de seu vencimento para até mais 01 (um) mês.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência até 03 de abril de 2026.
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 03 de março de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

CONSTRUTORA PROJETO NOVO LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:1490566E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026 PROCESSO INTERNO Nº 28/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**RICARDO HENRIQUE YOSHITANI – CPF 003.711.469-76**
Objeto	Credenciamento de operador de máquinas, para atender demandas de infraestrutura urbana e rural
Vigência do Contrato	20/03/2026 à 20/03/2027
Valor Contratual	**R$ 31.515,00 (trinta e um mil, quinhentos e quinze reais)**

Dotação Orçamentária
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.36.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
24.010.20.608.0345.2.424.3.3.90.36.00.00. - 301000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretaria Municipal De Administração E Comunicação
Contratante
RICARDO HENRIQUE YOSHITANI
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:B194528B

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2026 CONCORRÊNCIA Nº 04/2025 PROCESSO INTERNO Nº 157/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA, CNPJ 07.248.071/0001-57**
Objeto:	Contratação de empresa cadastrada junto a Copel para prestação de serviços comuns de engenharia elétrica com fornecimento de materiais, equipamentos e projetos para ampliação e manutenção da rede de média e baixa tensão, iluminação pública em espaços públicos próprios e serviços correlatos, mensurados por Unidade de Serviço (US)conforme Manuais Técnicos da Copel
Vigência do Contrato:	20/03/2026 à 20/03/2027
Valor Contratual:	**R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais)**

Dotação Orçamentária
24.001.25.752.0335.2.408.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação
Contratante
STEL - SISTEMAS ELETRICOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:D66BA492

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2026 CONCORRÊNCIA Nº 05/2025 PROCESSO INTERNO Nº 163/2025

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**ENGEOPER TECNOLOGIA DE CONCRETO, MATERIAIS E SOLOS LTDA, CNPJ 36.534.381/0001-36**
Objeto:	Prestação de serviços de sondagens geotécnicas, ensaio com viga benkelman, sondagem SPT com croqui, topografia e geodésia e plotagens colorida e preto e branco
Vigência do Contrato:	20/03/2026 à 20/03/2027
Valor Contratual:	**R$ 19.972,20 (dezenove mil, novecentos e setenta e dois reais e vinte centavos)**

Dotação Orçamentária
24.005.15.451.0349.1.413.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

24.005.15.452.0403.1.414.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
26.004.16.482.0400.2.474.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
30.002.23.695.0356.2.404.3.3.90.39.00.00. - 504 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.1.047.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
32.002.27.812.0362.2.431.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO
Secretária Municipal de Administração e Comunicação Contratante
ENGEOPER TECNOLOGIA DE CONCRETO, MATERIAIS E SOLOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:7135CDE1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 PROCESSO INTERNO Nº 202/2024

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**46.654.732 LUCAS DA SILVA PEREIRA, CNPJ 46.654.732/0001-04**
Objeto:	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender a estrutura administrativa
Vigência do Contrato:	20/03/2026 à 20/06/2026
Valor Contratual:	**R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)**

Dotação Orçamentária
24.001.04.122.0331.2.482.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.438.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.439.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.002.08.122.0331.2.409.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.003.08.243.0076.6.103.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal Turismo e Cultura
Contratante
46.654.732 LUCAS DA SILVA PEREIRA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:42A2C081

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 PROCESSO INTERNO Nº 202/2024

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**MARIO JULIO DE ARRUDA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS - ME, CNPJ 15.166.627/0001-94**
Objeto:	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender a estrutura administrativa
Vigência do Contrato:	20/03/2026 à 20/06/2026
Valor Contratual:	**R$ 477,58 (quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos)**

Dotação Orçamentária
24.001.04.122.0331.2.482.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.438.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.439.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.002.08.122.0331.2.409.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.003.08.243.0076.6.103.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
MARIO JULIO DE ARRUDA MOVEIS E ELETRODOMESTICOS - ME
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:E0641AA8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2024 PROCESSO INTERNO Nº 202/2024

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado:	**SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 46.344.050/0001-97**
Objeto:	Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender a estrutura administrativa
Vigência do Contrato:	20/03/2026 à 20/09/2026
Valor Contratual:	**R$ 4.982,82 (quatro mil, novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos)**

Dotação Orçamentária
24.001.04.122.0331.2.482.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.438.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
27.001.12.365.0501.6.439.4.4.90.52.00.00. - 104 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.002.08.122.0331.2.409.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
28.003.08.243.0076.6.103.4.4.90.52.00.00. - 504 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
Contratante
SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:08DF94C2

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2024 - PROCESSO DE DISPENSA Nº 101/2023 PROCESSO INTERNO Nº 230/2023. (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada pela Senhora Lilian Maria Caetano Claro**,** brasileira**,** portadora da Cédula de Identidade RG nº ---------- SSP PR e inscrita no CPF/MF sob nº ---------- através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **LOCADOR** o Senhor **IVAN CASAGRANDE,** inscrita no CPF sob nº **----------** com sede no Sitio Casagrande, bairro Serraia no município de Guapirama

Paraná, CEP: 86465-000, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto a continuidade na prestação de locação de imóvel para atender demanda da secretaria municipal de saúde para instalações do Centro de fisioterapia na Rua Laurindo Franco de Godoy nº 787, Centro Carlópolis.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor mensal do aluguel será de R$ 2.521,38 (dois mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) totalizando o valor de R$ 30.256,56 (trinta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo estende a vigência do contrato nº 054/2024, de 21 de março de 2026 a 21 de março de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 054/2023.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 19 de março de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretária Municipal de Saúde
Locatário

IVAN CASAGRANDE
Locador

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:3B119C00

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2024 - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024- PROCESSO INTERNO Nº 010/2024(PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como LOCATÁRIO o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato devidamente representada pela Senhora Fabiele Abucarub Miranda Domingues Secretária Municipal de Assistência Social**,** brasileira**,** portadora da Cédula de Identidade RG nº ---------- SSP PR e inscrita no CPF/MF sob nº ---------- através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, e de outro lado como **LOCADORA** a Senhora **ANGELA CRISTINA OIZUMI DA SILVA,** inscrito no **CPF sob nº ----------** com sede a Rua Avenida Turistica Elias Merhi Mansur, 738, Centro, no município de Carlópolis Paraná, Cep: 86420000, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente aditivo, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente aditivo tem por objeto a continuidade na prestação de serviço de Locação de imóvel para atender o Conselho Tutelar para atender demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor mensal do aluguel será de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), totalizando o valor de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA
O presente Aditivo estende a vigência do contrato nº 055/2024, de 21 de março de 2026 a 21 de março de 2027.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas estabelecidas no contrato nº 055/2024

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 19 de março de 2026

FABIELE ABUCARUB MIRANDA DOMINGUES
Secretária Municipal de Assistência Social
Locatário

ANGELA CRISTINA OIZUMI DA SILVA
Locadora

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:84CA1E43

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 027/2026-DP

Súmula: - "Nomeia cargos comissionados, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. – Nomear **BIANCA STEFANI SALES DA SILVA**, portadora do RG nº. 59.XXX.XXX-0-SESP-SP, inscrita no CPF nº 490.XXX.XXX-76, para o cargo comissionado de Chefe de Demanda de Acolhimento de Menores, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º. – Nomear **ETIENE ARAUJO KUSTER**, portadora do RG nº. 8.XXX.XXX-9-SESP-PR, inscrita no CPF nº 057.XXX.XXX-83, para o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Recursos Humanos, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 3º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 4º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-Pr, 20 de março de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:BC4BDE61

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 028/2026-DP

Súmula: - "Exoneração de cargo comissionado, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. –Exonerar **JULIO CESAR DA COSTA DE OLIVEIRA**, Matrícula nº 16.171, portador da RG nº 13.xxx.xxx-x, inscrito no CPF nº xxx.xxx.149-24, do cargo de Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-Pr, 20 de março de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:94562231

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 039/2026 – DP

SÚMULA: Registrar a desistência por não comparecimento e não solicitação de prorrogação de prazo de candidatos convocados nas Portarias: 032/2026-DP, 034/2026-DP e 38/2026 – DP.

.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art.1º. Registrar a desistência por não comparecimento e não solicitação prorrogação de prazo, bem como apresentação de requerimento formal de desistência da vaga dos candidatos convocados nas Portarias: 032/2026-DP, 034/2026-DP e 38/2026 – DP, conforme edital do Concurso Público 001/2024, como segue abaixo;

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – AMPLA CONCORRENCIA	
Candidato	**Classificação Final**
TAMIRES LOURENÇO SOUSA	73
MATHEUS FELIPE DE SOUZA	75
ISABELA GABRIEL FERNANDES	82
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – COTAS RACIAIS	
ISABELA GABRIEL FERNANDES	17

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 20 de março de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Keiko Shimizo de O. Fernandes
Código Identificador:6A6066D8

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO N° 4.294 DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: *"Dispõe sobre a alteração da composição dos membros do Comitê Municipal do Programa Nossa Gente Paraná e do Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná, bem como designa seus novos coordenadores e, da outras providências."*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e,

Considerando o Termo de Adesão Espontânea ao Programa Nossa Gente Paraná entre o Município de Carlópolis e a Secretária da Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF);

CONSIDERANDO a implantação do Programa Nossa Gente Paraná no território do Município de Carlópolis-PR, com o objetivo central de atender às famílias em situação de maior vulnerabilidade social e risco;

CONSIDERANDO a necessidade da promoção da autonomia e o protagonismo das famílias em maior situação de vulnerabilidade social e risco em todo município, por meio da articulação e consolidação de uma rede integrada de proteção, que promova ações intersetoriais planejadas, de acordo com a necessidade de cada família e das especificidades do território onde elas vivem;

CONSIDERANDO as necessidades dos indivíduos e grupos populacionais de forma sinérgica, articulando saberes e práticas para a melhoria da qualidade de vida da população, priorizando a ação intersetorial, que promove a criação de grupos com um entendimento comum da realidade, e que trabalham de forma participativa na construção de intervenções integradas em situações complexas;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de atualização do Comitê Municipal e Local Intersetorial para a execução do programa,

DECRETA

Artigo 1º. Fica alterada a composição do Comitê Municipal do Programa Nossa Gente Paraná e do Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná, para atuar no território das famílias e responsável por mapear e articular em conjunto com a rede de atendimento local, de forma a proporcionar o suporte necessário para a execução das ações pactuadas com cada família em seu plano de ação intersetorial individualizado.

Artigo 2º O Comitê Municipal do Programa Nossa Gente Paraná, ficará composto por representantes das seguintes áreas:

Comitê Municipal do Programa Nossa Gente Paraná		
Membros Municipal TITULAR SUPLENTE		
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social	Fabiele Abucarub Miranda Domingues	Salete Araujo da Silva
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Lilian Maria Caetano Claro	Circe da Cunha Dutra Almeida
Representantes da Secretaria Municipal de Educação	Ana Maria de Lima	Andrea Cristina Soares
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Raphael Fernandes da Silva	Jaqueline Jassek
Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Comunicação	Alana Karolina de Souza Bueno	Kleber José Luiz
Representantes da Secretaria Municipal de Governo	Jorge Alfredo Costa Rubim	Efraim Ferreira Marthos
Representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento Econômico	Francisco Paiva Neto	João Peixoto Elias
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente	Alceu Cardoso Mendes	Rogério Luis Bressan
Representantes da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Idoso	Elisangela Margareth da Silva	Julhana Dolenz Tavares da Silva
Representantes do IDR-Paraná	Giselder Antonio Seno	Luiza Rocha Ribeiro Calixtro

Parágrafo único – Fica designada como Coordenadora do Comite Municipal do Programa Nossa Gente Paraná, Salete Araújo da Silva.

Artigo 3º O Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná será composto por profissionais das seguintes políticas públicas:

Comitê Local do Programa Nossa Gente Paraná		
Membros Municipal TITULAR SUPLENTE		
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social	Alessandra Roberta Rossitto	Valeria Miranda Pinheiro
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Juliana Cristina de Castro	Tatiely Cristina Pereira Soares Luiz
Representantes da Secretaria Municipal de Educação	Andrea Cristina Soares	Ana Maria de Lima
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	Jaqueline Jassek	Ian Carlos Padilha dos Santos
Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Comunicação	Kleber José Luiz	Aguinaldo Domiciano
Representantes da Secretaria Municipal de Governo	Jorge Alfredo Costa Rubim	Efraim Ferreira Marthos
Representante da Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento Econômico	Vilma dos Santos Martins	João Peixoto Elias
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente	Elias Roberto Benedetti Aparecido	Aparecido Antonio Negri
Representantes da Secretaria Municipal da Mulher, Igualdade Racial e Idoso	Julhana Dolenz da Silva	João Aparecido de Camargo
Representantes do IDR-Paraná	Luiza Rocha Ribeiro Calixtro	Giselder Antonio Seno

Parágrafo único – Fica designada como Coordenadora do Comite Local do Programa Nossa Gente Paraná, Ilsemeire Bernadino da Silva Jesus.
Artigo 4º A participação nos Comitês será considerada serviço público relevante, não sendo remunerada.

Artigo 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:42B8A9D6

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4.293 DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: *"Regulamenta a forma de pagamento para o exercício de 2026, referente ao parcelamento da Gratificação Natalina, prevista no § 3º, Art.65 da Lei Municipal nº 1.608/2023 aos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, e dar outras providências"*

NILTON DOUGAS DE MEIRA, Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a faculdade conferida ao executivo municipal, disposto no § 3º, do Art. 65 da Lei Municipal nº 1.608 de 21 de julho de 2023, autorizando o pagamento do Adicional Natalino, em duas parcelas, sendo a primeira em 20 de julho e a segunda até 23 de dezembro de cada ano;
Considerando o fato do município, estar no momento com saúde financeira capaz de proporcionar aos servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, o pagamento em duas parcelas nas datas previstas no § 3º, do Art. 65 da Lei Municipal nº 1.608 de 21 de julho de 2023;
Considerando o que os incisos V e XVII, do artigo 68 da Lei Orgânica Municipal, determina ser de competência do Chefe do Executivo a organização e o funcionamento da administração municipal, bem como dispor sobre ser de sua competência a execução orçamentária do município;

DECRETA

Artigo 1º. Fica determinado para o ano de 2026, que o pagamento do Adicional Natalino para os servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, ocorrerá em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira com o pagamento até 20 de julho de 2026 e a segunda até 23 de dezembro de 2026.

Parágrafo único. Cada parcela do Adicional Natalino equivalerá à 50% (cinquenta porcento), do valor que os servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, por ventura tenham direito em receber.

Artigo 2º. Para os servidores municipais ativos, inativos e pensionistas, que não tenham interesse ao recebimento do Adicional Natalino de forma parcelada, conforme disposto no parágrafo 3º, do Art. 65 da Lei nº 1.608/2023, deverá o interessado formular requerimento formal junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município até o dia 30 de maio de 2026, requerendo pagamento integral em parcela única relativo a Gratificação Natalina, devendo o município proceder o pagamento até dia 23 de dezembro do corrente ano.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Otavio Sanseverino de Paula e Silva
Código Identificador:764875E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO N° 053/2026 - DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO ALTO ALEGRE III

DECRETO N° 053/2026

DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO ALTO ALEGRE III, COM INSTRUMENTO JURÍDICO DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA E LEGITIMAÇÃO DE POSSE E APROVANDO A CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/PR, POR MEIO DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 E DECRETO FEDERAL Nº 9.310/2018.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pela Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1º O deferimento da Legitimação Fundiária e Legitimação de Posse e da Certidão de Regularização Fundiária, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, do núcleo urbano denominado Alto Alegre III, localizado neste município, pertencente à ***matrícula nº 1.010*** de propriedade de Desidério Adão Ninaus e Gerta Helga Ninaus, ***matrícula nº 2.044*** de propriedade de Rosangela Aparecida Dos Santos Camargo e Cleiton Gomes Jakubovski, Terceiro Diretamente Interessado Cresol Toledo, ***matrícula nº 2.128*** de propriedade de Angelino Zanardi, ***matrícula nº 2.355*** de propriedade de Adilson Bulin/Vanda De Oliveira Bulin, ***matrícula nº 2.442*** de propriedade de Gerselino Dos Santos, ***matrícula nº 2.473*** de propriedade de Marta Wendt, ***matrícula nº 2.737*** de propriedade de Adriano Boava De Jesus e Ironilda Da Silva De Jesus, ***matrícula nº 2.849*** de propriedade de Jorge Do Prado, ***matrícula nº 2.938*** de propriedade de Maria Buava De Jesus, ***matrícula nº 2.975*** de propriedade de Joao Maria De Freitas e Marli Aparecida Da Luz Freitas, ***matrícula nº 4.278*** de propriedade de Joao Maria Soares Da Silva, ***matrícula nº 4.311*** de propriedade de Mateus Miranda Da Rocha, ***matrícula nº 4.312*** de propriedade de Marta Wendt, ***matrícula nº 4.323*** de propriedade de Pedro Casemiro Bernalde e Salete Caetano Rodrigues Bernalde, ***matrícula nº 4.350*** de propriedade de Jose Ferreira e Maria Aparecida De Andrade Ferreira, ***matrícula nº 5.078*** de propriedade de Amantina Maria dos Santos Almeida, ***matrícula nº 5.408*** de propriedade de Valdomiro Oliveira Doalto, ***matrícula nº 6.919*** de propriedade de Ercilia Da Luz Xavier, ***matrícula nº 8.715*** de propriedade de Olivina Silveira Maciel, ***matrícula nº 11.388*** de propriedade de Andreia De Fatima Soares, ***matrícula nº 11.868*** de propriedade de Neverson Leandro Fell e Josania Nunes Fell, ***matrícula nº 11.869*** de propriedade de Rosinilda Rodrigues Cabral, ***matrícula nº 12.650*** de propriedade de Salete Caetano Rodrigues Bernalde e Pedro Casemiro Bernalde e ***transcrição 27.735*** de propriedade de Joaquim Slomp, registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas/PR.

Art. 2º Individualização de matrículas para as ruas e servidões, conforme art. 53 da Lei Federal nº 13.465/2017, parágrafo único, para promover manutenções e ordenamento.

Art. 3º Considerando a autonomia municipal como ente federado, respaldada na Lei nº 13.465/2017, que confere institucionalidade dos projetos de regularização fundiária, este município classifica o referido núcleo como de interesse social (Reurb-S) e interesse específico (Reurb-E). O núcleo se encontra apto para fins de regularização fundiária e, consequentemente, para emissão das matrículas individualizadas para cada morador, nas modalidades já mencionadas, sendo este núcleo predominantemente de baixa e média renda.

Art. 4º Deferimento da cobrança do IPTU, em nome do ocupante, independentemente da emissão das matrículas individualizadas.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Catanduvas/PR, 20 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:5D19707C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 052/2026

DECRETO Nº 052/2026

Súmula: Dispõe sobre a demissão de servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2025;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 22/2026;
CONSIDERANDO a decisão administrativa proferida nos autos, que reconheceu o não atendimento dos requisitos legais para o exercício do cargo público;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127, inciso III, 105, 106, 129 e 130 da Lei Municipal nº 389/2025;
CONSIDERANDO a comprovação de inassiduidade habitual, ausência ao serviço sem autorização e desídia no desempenho das funções;

DECRETA:

Art. 1º. Fica DEMITIDA a servidora pública municipal LUANA LEVY DE LARA, CPF nº ***.265.218-**, matrícula funcional nº 100231-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do quadro de servidores do Município de Catanduvas/PR.

Art. 2º. A DEMISSÃO decorre da prática de infrações disciplinares graves, devidamente apuradas no Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2025, consistentes em inassiduidade habitual, ausência ao serviço sem autorização E desídia no desempenho das funções.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 20 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:438D0949

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 54/2026 - DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 54/2026

Súmula: Estabelece, no âmbito do Poder Executivo Municipal, as atribuições dos cargos do quadro de pessoal efetivo e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidas as descrições das atribuições/funções dos cargos dos Servidores Públicos Municipais Efetivos lotados no quadro de pessoal do departamento de recursos humanos da municipalidade, conforme anexo único.

Art. 2º. Este decreto entra em vigência, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 11/2002 e 28/2026.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/Paraná, em 20 de março de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 54/2026
DESCRIÇÃO DOS CARGOS

ASSISTENTE SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Atua na formulação, execução e avaliação de políticas, programas e projetos sociais, com foco na garantia de direitos e na proteção social de indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade. Realiza atendimento, visitas domiciliares, orientações, estudos e intervenções técnicas, além de elaborar relatórios e pareceres sociais. Desenvolve ações socioeducativas, articula a rede de serviços e parcerias institucionais, media conflitos e contribui para a implementação de políticas públicas, promovendo a prevenção e o enfrentamento das diversas expressões da questão social, conforme os princípios éticos e a legislação vigente.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Atuar na formulação, planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e serviços na área social, assegurando a garantia de direitos e a proteção social de indivíduos, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social. Realizar atendimento individual e coletivo, acolhimento, entrevistas sociais e visitas domiciliares, elaborando diagnóstico social com base em estudos técnicos e instrumentais próprios da profissão.
Elaborar, emitir e registrar relatórios, pareceres, laudos e estudos sociais, mantendo prontuários e registros atualizados, resguardando o sigilo profissional e observando os princípios éticos e legais. Orientar usuários quanto ao acesso a benefícios, programas e serviços socioassistenciais, previdenciários, de saúde, educação, habitação e demais políticas públicas, promovendo encaminhamentos à rede de atendimento e acompanhando os casos quando necessário.
Desenvolver e executar ações socioeducativas, palestras, oficinas, grupos de convivência e atividades de orientação voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Atuar na mediação de conflitos, na prevenção de situações de violência e violação de direitos, e na promoção da cidadania e da inclusão social.
Articular parcerias interinstitucionais e integrar equipes multiprofissionais, contribuindo para a construção de fluxos e protocolos de atendimento. Participar da elaboração de planos, projetos e relatórios institucionais, bem como de reuniões técnicas, estudos de caso e processos de planejamento estratégico.
Contribuir para a análise da realidade social do território, identificando demandas, mapeando recursos e propondo estratégias de intervenção que visem à prevenção e ao enfrentamento das diversas expressões da questão social, em conformidade com a legislação vigente, as normativas institucionais e o Código de Ética Profissional do Assistente Social.
Atuar nas políticas públicas de saúde no âmbito do Pronto Atendimento Municipal e das Unidades Básicas de Saúde, integrando equipes multiprofissionais, com o objetivo de garantir direitos, promover a humanização do atendimento e assegurar o acesso universal aos serviços, considerando os determinantes sociais do processo saúde-doença.

Realizar acolhimento, escuta qualificada, atendimentos individuais e familiares, entrevistas sociais, visitas domiciliares e estudos sociais, identificando situações de vulnerabilidade e risco social. Orientar usuários quanto aos seus direitos e aos recursos disponíveis, efetuar encaminhamentos à rede de proteção social e às demais políticas públicas, elaborar relatórios, pareceres e registros técnicos, participar de discussões de casos e reuniões de equipe, bem como desenvolver ações socioeducativas individuais e coletivas.
Contribuir para a prevenção de agravos, fortalecimento da rede intersetorial e implementação de programas e projetos da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Código de Ética Profissional.
A jornada será cumprida nas Unidades Básicas de Saúde e no Pronto Atendimento Municipal, com horários diferenciados conforme escala, quando necessário, atendendo à solicitação da chefia imediata e ao cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Superior em Serviço Social e respectivo registro no Conselho da classe.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

AUDITOR FISCAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Atendimento ao público. Observar escalas de plantão e horários de expediente diferenciados, para fins de fiscalização. Possuir habilitação para condução de veículo automotor na categoria "B".

DESCRIÇÃO DETALHADA
Constituir, mediante lançamento, o crédito tributário;
Elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e de reconhecimento de benefícios fiscais, ressalvadas as competências da PGM;
Executar procedimentos de fiscalização, praticando os atos definidos na legislação específica, inclusive os relacionados com o controle do transporte e da circulação de bens e mercadorias, da prestação de serviços, da circulação e apreensão de bens e mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;
Examinar a contabilidade, as informações fiscais, as declarações de renda, entre outros, de sociedades empresariais, empresários, órgãos, entidades, fundos e demais contribuintes, não se lhes aplicando as restrições previstas nos artigos 1.190 a 1.192 do Código Civil e observado o disposto no art. 1.193 do mesmo diploma legal, incluindo a solicitação de compartilhamento de dados bancários e financeiros, de acordo com a Lei;
Proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à interpretação da legislação tributária;
Prestar informações no âmbito de processo administrativo fiscal;
Supervisionar as demais atividades de orientação ao contribuinte;
Executar procedimentos fiscais, participando de pesquisas e investigações fiscais, junto a estabelecimentos e atividades econômicas formais e informais existentes e/ou praticadas no âmbito Municipal;
Participar de programas de incentivo à emissão de notas fiscais;
Proceder estudos socioeconômicos para análise de capacidades contributivas, realizando pesquisa no mercado imobiliário;
Propor alterações, modificações e revisões de lançamentos, referentes aos tributos municipais;
Realizar diligências para averiguação da existência de estrutura operacional de atividades econômicas dentro e fora do Município;
Efetuar vistorias para a apuração de características gerais e utilização dos imóveis localizados no Município, para fins de fiscalização e de informação em processos administrativos e judiciais;
Participar da elaboração, alteração, revisão, consolidação e codificação da legislação tributária municipal;
Assessorar tecnicamente na área tributária da Secretaria Municipal da Fazenda e demais Secretarias do Município;
Assessorar e recomendar planos e ações de política tributária;
Definir mecanismos de acompanhamento e controle tributário;
Atender o Ministério Público, a PGM, a CGM e demais órgãos públicos, no que tange a informações e procedimentos fiscais;
Elaborar projetos tributários, estatísticas, mapas, gráficos, cronogramas, planilhas e outros instrumentos de apoio gerencial;
Atuar de forma integrada com outros órgãos do Município de Capanema, demais Municípios, Estados e União;
Supervisionar as atividades de orientação aos contribuintes dos tributos do Município;
Analisar e prestar informações em processos de pagamentos a fornecedores contratados pelo Município de Capanema, sob o aspecto tributário;
Orientar a execução de procedimentos relativos à dação em pagamento de débitos tributários, de interesse do Município;
Efetuar programação de fiscalização das empresas de grande, médio e pequeno porte, incluindo as microempresas;
Analisar pedidos de parcelamentos de tributos já inscritos e encaminhá-los à autoridade competente para a respectiva deliberação, bem como emitir as respectivas guias de recolhimento;
Manter e operacionalizar o sistema de cadastro técnico da Secretaria Municipal da Fazenda e do Departamento da Receita Municipal;
Desempenhar atividades de análise e elaboração de pareceres técnicos;
Participar de projetos, estudos e pareceres com equipes multidisciplinares com atividades de avaliação e elaboração de planos e programas;
Auxiliar no treinamento, capacitação e orientação de servidores públicos e da população acerca de tributos;
Participar de comissões, grupos de trabalhos e delegações em áreas estratégicas de interesse do Município;
Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária;
Efetuar investigações em documentos para certificar-se do correto recolhimento dos tributos municipais;
Efetuar cálculos e operar sistemas de cálculos de tributos;
Realizar a fiscalização, o levantamento, o lançamento e a arrecadação de tributos;
Expedir autos de infração e demais documentos de fiscalização previstos na legislação tributária, no Código de Posturas e no Código de Obras do Município;
Aplicar as penalidades previstas na legislação;
Realizar estudos, objetivando o acompanhamento, controle e avaliação da receita, bem como o desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento da fiscalização e arrecadação;
Proceder às diligências necessárias para o correto lançamento e cobrança dos tributos municipais;
Proceder à abertura de processo administrativo fiscal, a realização de levantamento fiscal, diligências fiscalizatórias e investigatórias e lançamento de crédito tributário de ofício, com a prévia autorização do superior hierárquico.
Executar outras atividades e serviços, segundo as especialidades pertinentes à profissão e determinações do superior hierárquico.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino superior completo em Direito, Administração, Ciências Econômicas ou Ciências Contábeis.
Responsabilidade: de acordo com as atribuições específicas.

DENTISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Presta atendimento odontológico a munícipes de todas as faixas etárias, incluindo crianças, adultos, gestantes, idosos e pessoas com necessidades especiais, realizando ações de prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções da cavidade bucal, realiza procedimentos odontológicos. Atua na promoção da saúde bucal, reabilitação funcional e estética, contribuindo para a qualidade de vida da população.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza atendimento odontológico em **crianças, adultos, gestantes, idosos e pessoas com necessidades especiais**, efetuando exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos, instrumentos e técnicas específicas para verificar a presença de cáries e outras afecções;

Prioriza o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção, dor ou situações de urgência;
Identifica as afecções quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos clínicos e exames adequados para estabelecer o plano de tratamento individualizado;
Efetua administração de anestésicos, proporcionando conforto ao paciente e facilitando os procedimentos;
Executa restaurações, extrações, **endodontias, exodontias de terceiros molares**, conforme habilitação profissional e normativas do Conselho Federal de Odontologia (CFO), **observando os protocolos clínicos do SUS, as normas sanitárias e a legislação vigente**, além de realizar raspagens, limpezas profiláticas, aplicação de selantes, aplicação tópica de flúor e demais procedimentos odontológicos necessários;
Realiza a limpeza profilática dos dentes e gengivas, removendo o tártaro e prevenindo a instalação de focos de infecção;
Substitui ou restaura partes da coroa dentária, realizando procedimentos restauradores e/ou reabilitadores, inclusive com colocação de incrustações ou coroas protéticas;
Desenvolve ações de promoção e prevenção em saúde bucal, inclusive em grupos prioritários, escolas e comunidades;
Orienta e aconselha pacientes e/ou responsáveis quanto aos cuidados de higiene bucal e prevenção de doenças odontológicas;
Prescreve e/ou administra medicamentos para prevenção de hemorragias pós-cirúrgicas, controle da dor e tratamento de infecções da cavidade bucal, observando protocolos clínicos;
Participa da equipe multidisciplinar, realizando treinamentos, ações educativas, programas e projetos na área da saúde;
Registra os dados clínicos e procedimentos realizados em prontuários físicos e/ou eletrônicos, acompanhando a evolução do tratamento;
Providencia o preenchimento de fichas, relatórios e demais instrumentos de registro, informando as atividades desenvolvidas;
Colabora com a limpeza, organização e manutenção do ambiente de trabalho, observando normas de biossegurança;
Executa atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, inclusive período noturno, bem como atuação nas Unidades Básicas de Saúde do interior do Município, especialmente nas localidades de Santa Cruz e Ibiracema;
Atua como responsável técnico pelos serviços odontológicos, quando designado, conforme necessidade para cumprimento da legislação vigente, assegurando o atendimento às normas legais, éticas e sanitárias, sem percepção de remuneração adicional;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico e registro no respectivo órgão de classe.
Responsabilidade: Por materiais e equipamentos.

ENFERMEIRO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Planeja, organiza, supervisiona, coordena e executa serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos que possibilitem a proteção, promoção, prevenção e recuperação da saúde individual e coletiva, no âmbito da Atenção Básica, Estratégia Saúde da Família (ESF/PSF) e Pronto Atendimento. Obedecer a escala de plantão e os horários de expediente diferenciados.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Participa da equipe multiprofissional, colaborando na elaboração, execução e avaliação de programas, projetos e ações de saúde coletiva, visando ao aprimoramento e desenvolvimento das atividades institucionais;
Identifica as necessidades de enfermagem da população, realizando diagnóstico situacional, planejamento, coordenação e organização das atividades da equipe de enfermagem para preservação, promoção e recuperação da saúde;
Elabora, implementa, avalia e revisa planos de cuidados, protocolos assistenciais e fluxos de atendimento, incluindo protocolos da Atenção Básica, ESF/PSF e atendimento de urgência e emergência, garantindo qualidade, segurança e eficiência;
Presta assistência de enfermagem direta a pacientes em situações de rotina, urgência e emergência, incluindo administração de medicamentos por vias permitidas, realização de curativos, retirada de pontos, acompanhamento de sinais vitais, classificação de risco, coleta de exames, testes rápidos, medicação intramuscular e endovenosa, entre outros procedimentos previstos na legislação profissional;
Realiza consulta de enfermagem, prescrição de assistência de enfermagem e solicitação de exames complementares, quando previstos em programas de saúde pública e protocolos institucionais, conforme legislação vigente;
Supervisiona, orienta e avalia as atividades de técnicos e auxiliares de enfermagem, garantindo a execução adequada dos procedimentos em todos os serviços sob sua responsabilidade;
Planeja e organiza campanhas de saúde, vacinação, programas de prevenção, promoção da saúde e ações educativas junto à comunidade;
Registra, atualiza e analisa informações em prontuários físicos e/ou eletrônicos, fichas, relatórios e sistemas oficiais de informação em saúde, acompanhando a evolução dos atendimentos e assegurando a fidedignidade dos dados;
Avalia continuamente os procedimentos e protocolos de enfermagem, propondo melhorias para assegurar a qualidade da assistência e a segurança do paciente;
Coordena e executa atividades de educação em saúde, treinamento e capacitação permanente da equipe de enfermagem;
Atua como Responsável Técnico pelos serviços de enfermagem, quando designado, assegurando o cumprimento das normas legais, técnicas e éticas estabelecidas pelo Sistema COFEN/COREN, sem percepção de remuneração adicional;
Mantém controle e previsão de requisição de materiais, insumos e medicamentos necessários ao desempenho adequado das atividades;
Planeja, organiza e elabora escalas de serviço da equipe de enfermagem, garantindo cobertura integral dos atendimentos;
Zela pela organização, limpeza, conservação e adequado funcionamento de equipamentos, materiais e ambiente de trabalho, observando normas de biossegurança;
Executa atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, plantões noturnos, finais de semana, feriados e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema), ESF/PSF e Pronto Atendimento;

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico do cargo e registro no órgão de classe.
Responsabilidade: Administração de medicamentos, materiais, equipamentos e supervisão de terceiros.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Atendimento ao público. Uso de uniforme e/ou crachá. Possuir habilitação para condução de veículo automotor na categoria "B". Observar escalas de plantão e horários de expediente diferenciados, para fins de fiscalização.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Elaborar pareceres técnicos, projetos e execução de trabalhos especializados referentes à preservação do meio ambiente, dentro de sua competência e habilitação profissional;
Elaborar e implantar projetos e programas de controle e recuperação ambiental;
Desenvolver pesquisas, elaborar projetos e fiscalizar a execução de trabalhos relacionados ao meio ambiente;
Realizar levantamentos, inventários, estudos e análises na área de saneamento ambiental do Município;
Analisar e emitir pareceres quanto a projetos de planejamento rural e urbano para o desenvolvimento sustentável, de acordo com a legislação ambiental vigente, propiciando o monitoramento e controle de atividades potencialmente poluidoras no Município;
Acompanhar e orientar tecnicamente as equipes de trabalhos nos procedimentos inerentes aos serviços;
Atuar como assistente técnico nos processos judiciais que envolvam o Município;

Prestar atendimento e orientação ao público, em assuntos relacionados à sua área;
Desempenhar atividades de coordenação, análise e elaboração de pareceres técnicos;
Participar de projetos, estudos e pareceres com equipes multiprofissionais;
Proferir palestras, treinamentos e discussões, bem como ministrar cursos nas áreas de abrangência;
Realizar vistorias, analisar, emitir pareceres, autos de embargo, notificações, autos de infração e demais procedimentos, aplicando a legislação vigente;
Participar de comissões, grupos de trabalhos e delegações em áreas estratégicas de interesse do Município;
Participar do processo de análise para concessão de licenças ambientais de competência do Município;
Orientar demais servidores públicos sobre educação ambiental;
Executar outras atividades e serviços, segundo as especialidades pertinentes à profissão e determinações do superior hierárquico;
Atuar na gestão ambiental do Município, gerindo o sistema de informação ambiental;
Participar de estudos e pareceres técnicos sobre a recuperação ambiental;
Participar ativamente da elaboração, implementação e coordenação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município;
Efetuar a fiscalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) submetidos ao crivo da Administração Pública;
Elaborar, supervisionar e analisar os projetos relativos aos licenciamentos ambientais de obras públicas e privadas, emitindo pareceres, relatórios, laudos e licenças ambientais dentro das competências do Município;
Examinar qualitativa e quantitativamente as modificações introduzidas no mesmo espaço físico territorial do Município;
Participar ativamente dos processos de desenvolvimento de gestão e planejamento ambiental;
Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos concernentes a sua atividade profissional;
Intervir nos processos de produção, aliado ao conhecimento real das imposições legais, tecnológicas e metodológicas auxiliares relativas à resolução e prevenção de problemas ambientais;
Elaborar projetos ou planos de manejo e recuperação de recursos e ambientes degradados do Município a fim de desenvolver sua adequada utilização;
Coordenar, promover e orientar programas e campanhas de educação ambiental que visem conscientizar a população sobre questões que envolvem a interação dos fatores ambientais e desenvolvimento tecnológico da comunidade.
Desempenho de cargo e função técnica.
Executar outras atividades e serviços segundo as especialidades pertinentes à profissão e determinações do superior hierárquico.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior em Engenharia Ambiental ou nomenclatura correlata e registro ativo e regular no órgão fiscalizador de classe.
Responsabilidades: De acordo com as atribuições detalhadas.

ENGENHEIRO CIVIL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Planeja, elabora, coordena e dirige projetos de engenharia civil. Estuda as características técnicas de terrenos e materiais, estabelecendo métodos de trabalho e cronogramas para viabilizar a construção, manutenção e reparo de obras públicas e edifícios. Garante a aplicação das normas técnicas vigentes e assegura a qualidade, economia e durabilidade das estruturas sob sua responsabilidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Planejamento e Projetos.
Avaliação Técnica: Realiza o estudo preliminar de viabilidade, analisando as características do terreno, topografia e dados geotécnicos para determinar a localização e o método construtivo mais adequado.
Elaboração de Projetos: Desenvolve projetos de engenharia (estrutural, hidrossanitário e drenagem) utilizando ferramentas computacionais (CAD/BIM), preparando plantas, cortes e especificações detalhadas.
Compatibilização: Coordena a interface entre projetos complementares, consultando especialistas de outras áreas (elétrica, mecânica, arquitetura) para garantir a integridade e funcionalidade da obra.
Orçamentação e Licitações
Estimativa de Custos: Realiza o levantamento quantitativo de materiais e mão de obra, elaborando composições de custos unitários baseadas em tabelas de referência (SINAPI, SICRO ou similares).
Apoio a Licitações: Elabora Termos de Referência (TR), editais técnicos e orçamentos de referência para subsidiar processos licitatórios e contratações de serviços de engenharia pela Prefeitura.
Gestão de Contratos: Acompanha o cumprimento das cláusulas contratuais por parte das empresas contratadas, analisando pedidos de aditivos e reequilíbrios financeiros.
Execução e Fiscalização
Direção de Obras: Dirige e orienta a execução de projetos de construção, manutenção e reparo, assegurando que o cronograma físico-financeiro seja rigorosamente cumprido.
Fiscalização Técnica: Inspeciona "in loco" a qualidade dos materiais e serviços executados, garantindo a conformidade com as normas da ABNT e as especificações do projeto.
Medições: Efetua a medição periódica dos serviços realizados para fins de faturamento, conferindo a evolução da obra em relação ao planejado.
Vistorias e Laudos
Inspeção Técnica: Realiza vistorias em imóveis e áreas públicas para identificar patologias estruturais ou necessidades de manutenção, emitindo laudos técnicos e pareceres fundamentados.
Conformidade Legal: Responsabiliza-se tecnicamente pelos projetos e obras mediante a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA.
Atividades Complementares
Organização do Setor: Colabora com a organização do ambiente de trabalho e zela pelo acervo de projetos e documentos técnicos da municipalidade.
Suporte à Gestão: Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato, oferecendo suporte técnico às decisões administrativas.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico e registro ativo e regular no órgão fiscalizador de classe.
Responsabilidade: por equipamentos, materiais e projetos.

FARMACÊUTICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Dispensa medicamentos conforme prescrição médica, interpretando as instruções de uso e orientando os pacientes quanto à posologia, conservação e uso seguro. Supervisiona a distribuição, armazenamento e controle de medicamentos, assegurando o cumprimento das normas sanitárias. Emite laudos, pareceres e informações técnicas sobre medicamentos, incluindo avaliação de possíveis reações adversas e efeitos colaterais, contribuindo para o uso racional de fármacos. Obedecer a escala de plantão e os horários de expediente diferenciados, se houver necessidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Dispensar produtos médicos e cirúrgicos, conforme receituário apropriado;
Controlar entorpecentes e produtos equiparados, por meio de mapas, guias e livros específicos, em conformidade com a legislação vigente;
Analisar produtos farmacêuticos, utilizando métodos químicos, a fim de verificar qualidade, teor, pureza e quantidade de cada elemento de sua composição;
Orientar responsáveis por farmácias e drogarias quanto ao cumprimento das normas e legislações vigentes;
Assessorar autoridades superiores na elaboração de informações e documentos relacionados à legislação e à assistência farmacêutica;

Fornecer subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos, quando solicitado;
Supervisionar e realizar testes e análises laboratoriais, investigando amostras, preparando e observando lâminas, com a finalidade de isolar e identificar bactérias e outros microrganismos;
Promover o controle de qualidade dos exames laboratoriais realizados;
Supervisionar, realizar e analisar dosagens bioquímicas no sangue e em outros líquidos corporais;
Controlar a requisição, guarda e armazenamento de medicamentos, drogas e matérias-primas, bem como a preparação e esterilização de vidrarias e utensílios utilizados em laboratórios e farmácias;
Controlar o estoque e a aquisição de medicamentos, observando prazos de validade;
Promover o registro de psicotrópicos requisitados, receitados, fornecidos ou utilizados na dispensação de receitas;
Participar do desenvolvimento de ações de investigação epidemiológica, organizando e orientando a coleta, acondicionamento e envio de amostras para análise laboratorial;
Participar da promoção de atividades informativas e debates com a população, profissionais e entidades representativas sobre temas de saúde pública;
Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato;
Atua como Responsável Técnico pelos serviços, quando designado, assegurando o cumprimento das normas legais, técnicas e éticas estabelecidas pelo Sistema CFF/CRF, sem percepção de remuneração adicional.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, plantões noturnos, finais de semana, feriados e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema), ESF/PSF e Pronto Atendimento.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico e registro no órgão de classe respectivo.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

FISIOTERAPEUTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Realiza atividades fisioterapêutica, Tratamentos de paralisias, sequelas de acidentes vascular-cerebrais e outros como sequelas de meningites, encefalites, doenças reumáticas, empregando ginástica corretiva, cinesioterapia, eletroterapia, hidroterapia, mecanoterapia, massoterapia, fisioterapia desportiva e técnicas especiais de reeducação muscular para obter o máximo de recuperação funcional dos órgãos e tecidos afetados. Obedecer a escala e horários de expediente diferenciados, se houver necessidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Avalia e reavalia o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares e funcionais;
Faz pesquisas de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados;
Planeja e executa tratamentos de afecções reumáticas, sequelas de acidentes vascular-cerebral e outros;
Ensina exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, fazendo demonstrações e orientando a parturiente para facilitar o trabalho de parto;
Presta atendimento à pessoas com membros amputados, proporcionando treinamentos, visando a movimentação ativa e independente com o uso das próteses;
Faz relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade;
Manipula aparelhos de utilidade fisioterápica;
Controla o registro de dados, observando as anotações das aplicações e tratamentos utilizados, para elaborar boletins estatísticos;
Supervisiona e avalia atividades dos auxiliares, orientando-os na execução das tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;
Assessora autoridades superiores em assuntos de fisioterapia preparando informes, documentos e pareceres;
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico e registro no órgão de classe respectivo.
Responsabilidade: Por equipamentos e aparelhos.

FONOAUDIÓLOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Identifica problemas relacionados a comunicação humana, tanto verbal quanto não verbal, empregando técnicas e/ou aparelhos específicos para avaliação, visando o treinamento fonético, dicção e outras para possibilitar o aperfeiçoamento e/ou reabilitação da fala. Obedecer a escala e horários de expediente diferenciados, se houver necessidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Elaborar e desenvolver programas de prevenção em saúde auditiva e comunicação.
Avaliar as deficiências de comunicação do paciente, verbais e não verbais, tais como fala, linguagem oral e escrita, voz, audição, leitura e escrita.
Realizar exames audiológicos e avaliações fonoaudiológicas, aplicando técnicas específicas para diagnóstico dos limiares auditivos e demais alterações, a fim de estabelecer plano terapêutico adequado.
Planejar, desenvolver e supervisionar terapias direcionadas ao treinamento de voz, fala, linguagem e compreensão verbal, bem como atuar na reabilitação de alterações relacionadas à motricidade orofacial e disfagia.
Aplicar e orientar técnicas de respiração, empostação vocal, treinamento fonético e auditivo, dicção e organização do pensamento verbal, visando à reeducação ou reabilitação do paciente.
Auxiliar no diagnóstico de alterações do ouvido externo, médio e interno, fornecendo subsídios para indicação e adaptação de aparelhos auditivos.
Emitir pareceres técnicos sobre evolução, prognóstico e viabilidade de reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar diagnósticos.
Participar de equipes multiprofissionais para identificação e acompanhamento de distúrbios de linguagem e audição, emitindo pareceres de sua especialidade.
Elaborar informes e documentos técnicos em assuntos de fonoaudiologia, contribuindo para a elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e orientações a pais e professores.
Realizar atendimentos domiciliares e pronto atendimento, quando necessário, de acordo com a organização dos serviços e as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema).
Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico e registro no órgão de classe respectivo.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

MÉDICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Aplicar os conhecimentos da Medicina na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação da saúde humana, atuando de forma integral, ética e humanizada, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS), do Conselho Regional de Medicina (CRM) e da Secretaria Municipal de Saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Realizar atendimento médico integral aos usuários, em todas as áreas da Medicina compatíveis com sua formação, competência legal e demanda do serviço;
Receber, examinar e avaliar pacientes, utilizando métodos clínicos, semiológicos e instrumentos adequados, para estabelecer diagnóstico e conduta terapêutica;
Solicitar, analisar, interpretar e registrar exames laboratoriais, de imagem e outros métodos diagnósticos;
Prescrever medicamentos, terapias e procedimentos, observando protocolos clínicos, diretrizes do SUS e disponibilidade da farmácia municipal;
Acompanhar a evolução clínica dos pacientes, ajustando condutas conforme necessidade;
Orientar pacientes e familiares sobre prevenção, tratamento, hábitos saudáveis e cuidados com a saúde;
Registrar adequadamente informações em prontuários, fichas e sistemas oficiais, incluindo diagnósticos, evolução, tratamentos e encaminhamentos;
Emitir atestados, laudos, pareceres e relatórios médicos, inclusive para fins judiciais, administrativos e previdenciários;
Encaminhar pacientes para outras especialidades, serviços de média e alta complexidade, quando indicado;
Participar de ações de vigilância em saúde, inquéritos epidemiológicos, estudos estatísticos, campanhas e programas institucionais;
Atuar em programas de imunização, controle de doenças e promoção da saúde;
Prestar atendimento em situações de urgência, emergência, trauma e intercorrências clínicas;
Realizar atendimentos domiciliares, quando indicado, conforme organização dos serviços;
Atuar nas unidades de saúde do município, incluindo unidades da zona rural, ESF/PSF, penitenciária federal, pronto atendimento e demais serviços vinculados;
Cumprir escala de trabalho, inclusive em horários diferenciados;
Exercer, quando designado, a função de Responsável Técnico, assegurando o cumprimento das normas legais, técnicas e éticas do CRM, sem percepção de remuneração adicional;
Zelar pelos equipamentos, materiais e instalações sob sua responsabilidade;
Colaborar com a limpeza, organização e conservação do ambiente de trabalho;
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior em Medicina e registro ativo no CRM.
Responsabilidade: Equipamentos, materiais, informações, condutas clínicas e éticas.

MÉDICO PLANTONISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Prestar assistência médica integral, contínua e resolutiva em regime de plantão, atuando no atendimento ambulatorial, hospitalar, de urgência, emergência e internação, garantindo o acompanhamento completo do paciente, desde a admissão até a alta ou transferência. Obedecer ao plantão de doze horas consecutivas por trinta e seis horas de descanso, com turnos das sete horas ás dezenove horas ou das dezenove horas às sete horas, inclusive finais de semana e feriados, de acordo com a necessidade da administração e definido pela secretaria municipal de saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realizar atendimento médico em pronto-socorro, pronto atendimento, unidades hospitalares, penitenciária federal (localizada no município) ou outros locais definidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
Atuar em urgências, emergências, atendimentos ambulatoriais e internações;
Realizar visitas médicas aos pacientes internados;
Elaborar e registrar evolução clínica diária;
Prescrever medicamentos, exames, dietas, terapias e procedimentos;
Solicitar, analisar e interpretar exames laboratoriais, de imagem e outros métodos diagnósticos, quando necessários, para definição e adequação da conduta clínica;
Acompanhar a resposta ao tratamento e reavaliar condutas;
Solicitar pareceres e encaminhamentos quando necessário;
Indicar, autorizar e executar altas médicas, transferências e internações;
Garantir a continuidade da assistência ao paciente grave até sua transferência para serviços de referência;
Preencher corretamente prontuários, formulários, relatórios e demais documentos institucionais;
Cumprir protocolos assistenciais, normas técnicas e diretrizes do serviço;
Respeitar e cumprir o Código de Ética Médica;
Zelar pelos equipamentos, aparelhos e materiais sob sua responsabilidade;
Atuar em equipe multiprofissional, colaborando com demais profissionais da saúde;
Colaborar na organização, limpeza e conservação do ambiente de trabalho;
Cumprir rigorosamente a escala de plantão estabelecida;
Exercer, quando designado, a função de Responsável Técnico, assegurando o cumprimento das normas legais, técnicas e éticas do CRM, sem percepção de remuneração adicional;
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

Especificações
Instrução: Curso superior em Medicina e registro ativo no CRM/PR.
Exigência para desempenho das funções junto ao pronto atendimento: Certificação em ATLS (Advanced Trauma Life Support) ou especialização em Urgência e Emergência, ou comprovação mínima de 6 (seis) meses de experiência comprovada na área de urgência e emergência.
Responsabilidade: Equipamentos, materiais, informações, assistência integral ao paciente e conduta profissional.

MÉDICO VETERINÁRIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Planeja, organiza, supervisiona e executa programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, realizando consultas, estudos e pesquisas, aplicando medicamentos, fazendo relatórios, exercendo fiscalização e empregando outros métodos, para assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional e econômica de alimentos e a saúde da comunidade. Obedecer a escala e horários de expediente diferenciados, se houver necessidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Planeja e desenvolve campanhas e serviços de fomento e assistência relacionadas com a pecuária e a saúde pública, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho.
Elabora e executa projetos agropecuários.
Programa e coordena atividades relativas a higiene de alimentos, como inspeção em estabelecimentos de maior risco epidemiológico, tais como aqueles que industrializam e/ou comercializam alimentos de origem animal como frigoríficos, supermercados, açougues e outros.
Realiza inspeções para liberação inicial de licença sanitária em indústrias alimentícias tais como: massas, biscoitos, salgados, produtos em confeitarias e outros.
Orienta, inspeciona e preenche formulários e requisições de registros de alimentos junto a Secretaria ou Ministério da Saúde.
Efetua a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças animais, realizando exames clínicos e de laboratório para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais.
Desenvolve e executa programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações para aumentar a produtividade.
Efetua o controle sanitário da produção animal para proteger a saúde individual e coletiva da população.
Programa, planeja e executa atividades relativas à educação sanitária junto a creches, escolas, orientações ao público consumidor e aos moradores rurais quanto a importância de saneamento básico e riscos de cisticercose.

Atua no programa multiprofissional de controle de teníases e cisticercose, atuando nos focos, inspecionando as condições de saneamento básico e orientando sobre a doença.
Realiza coletas de amostras de alimentos em locais de comercialização, aleatoriamente e de acordo com a programação anual.

Orienta a população em geral, sobre instalações de estabelecimentos alimentares, legislação sanitária e informações técnicas à comerciantes e consumidores.
Inspeciona, orienta e coleta amostras junto aos produtores de hortifrutigranjeiros, fazendo inspeção "in foco" com a finalidade de assegurar a qualidade da água, utilizada na irrigação.
Recolhe dados e emite relatório sobre as atividades do setor de vigilância sanitária realizadas mensalmente.
Participa na elaboração do programa anual de atividades do setor.
Orienta e acompanha casos de zoonoses, agressão por animais e doenças causadas por animais para seu devido controle.
Desenvolve e executa programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações para baixar o índice de conversão alimentar.
Colabora na limpeza e organização do local de trabalho.
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico.
Responsabilidade: equipamentos e materiais.

NUTRICIONISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Planeja, coordena, supervisiona e executa serviços ou programas de nutrição e alimentação no âmbito da saúde pública, educação básica e assistência social. Analisa carências nutricionais, prescreve assistência dietoterápica e gerencia recursos dietéticos para promover a saúde e a segurança alimentar da população.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Controle e Logística: Controla a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares.
Planejamento Dietético: Procede o planejamento e a elaboração de cardápios e dietas especiais para oferecer refeições balanceadas, adaptando-as às necessidades de alunos (PNAE), pacientes clínicos ou grupos vulneráveis.
Capacitação: Desenvolve treinamentos para manipuladores de alimentos e equipes multidisciplinares, visando racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços.
Supervisão Técnica: Supervisiona o preparo, distribuição das refeições, recebimento dos gêneros alimentícios, sua armazenagem e distribuição para possibilitar um melhor rendimento do serviço e conformidade com as normas sanitárias.
Gestão de Custos: Efetua o registro das despesas e das pessoas que recebem refeições, fazendo anotações em formulários apropriados para estipular o custo médio da alimentação e subsidiar processos de licitação.
Saúde Coletiva e Clínica: Realiza atendimento clínico individual e coletivo, com foco em doenças crônicas, saúde da mulher, obesidade e emagrecimento, realizando avaliação antropométrica e diagnóstico nutricional.
Educação Nutricional: Coordena e ministra oficinas culinárias, palestras e atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em escolas e centros de assistência social (CRAS).
Vigilância Nutricional: Alimenta e gerencia sistemas de informação em saúde (como o SISVAN) para monitoramento do perfil nutricional do município.
Segurança e Qualidade: Promove o conforto e a segurança do ambiente de trabalho para prevenir acidentes e realiza a degustação de pratos para controle de qualidade sensorial.
Colaboração Institucional: Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho e participa de equipes multiprofissionais em programas de saúde da família e assistência social.
Outras Atribuições: Executa outras tarefas correlatas e/ou determinadas pelo superior imediato dentro de sua esfera de competência.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico no cargo e registro no órgão de classe.
Responsabilidade: Responsabilidade técnica (RT), contato com a equipe da cozinha, qualidade da alimentação, cardápio e supervisão de terceiros.

CONTADOR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Organiza e dirige os trabalhos contábeis da Prefeitura Municipal, supervisionando, planejando e orientando a sua execução para apurar o orçamento e as condições patrimoniais e financeiras da instituição.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Planeja os trabalhos contábeis, organizando o sistema de registro e operações, possibilitando o controle e acompanhamento contábil e financeiro;
Confere e assina balanços, balancetes e outros documentos contábeis em geral;
Acompanha regularmente a escrituração dos livros comerciais e fiscais verificando possíveis erros;
Supervisiona os trabalhos de contabilização, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar o cumprimento do plano de contas adotado pela Prefeitura;
Procede ou orienta a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos e bens de serviço;
Organiza balancetes, balanços demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira do órgão;
Participa da elaboração do orçamento programa fornecendo os dados contábeis;
Controla e participa dos trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo resultados;
Planeja e executa auditorias contábeis, efetuando perícias, investigações, apurações e exames técnicos, para assegurar o cumprimento as exigências legais e administrativas;
Elabora anualmente relatório analítico sobre a situação patrimonial, econômica e financeira, apresentando dados estatísticos;
Faz apropriação de custos e bens de serviços;
Supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e depreciação de veículos e máquinas do patrimônio municipal;
Assessora os Secretários e o Chefe do Executivo Municipal, em problemas financeiros, contábeis e orçamentários, dando pareceres, contribuindo para a correta elaboração de política e instrumentos de ação;
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico no cargo e registro no órgão de classe.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

EDUCADOR FÍSICO – SAÚDE (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Promove a educação física, através dos meios disponíveis, para pessoas da melhor idade (terceira idade), preservando a individualidade em razão das doenças naturais que afetam a pessoa.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES
Planeja cursos, aulas e atividades físicas, em benefício da pessoa da melhor idade (terceira idade);
Avaliam o processo de ensino-aprendizagem e seus resultados;
Registra o desenvolvimento na ficha individual de cada pessoa da melhor Idade (terceira idade);
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico no cargo e registro no órgão de classe.
Responsabilidade: por equipamentos e materiais.

PSICÓLOGO SOCIAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. E, suas ações devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. A prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social básica, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES
Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos;
Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos;
Atuar de forma Integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais;
Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores;
Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário;
Atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição de ações;
Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade;
Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas;
Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial;
Atuar para além dos *settings* convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações da rede socioassistencial e da comunidade em geral.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico no cargo e registro no órgão de classe.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

AGENTE DE SANEAMENTO (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa tarefas relacionadas a desenvolver trabalhos de educação para a saúde, visitando, fiscalizando e inspecionando estabelecimentos comerciais, industriais, residências e públicos para advertir, multar, apreender produtos, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES
Atende ao público, prestando informações sobre problemas de saúde, sua conservação e preservação;
Inicia e acompanha os processos relativos à atuação de Divisão da Vigilância Sanitária;
Atende a reclamações de interesse de saúde sujeita à Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica;
Elabora ou levanta dados estatísticos para detectar áreas problemáticas, para centralizar a atuação da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, visando melhorar sua eficiência e eficácia do trabalho;
Notifica proprietários de estabelecimentos comerciais, profissionais liberais de alimentos, médicos, odontológicos e industriais, responsáveis por imóveis e/ou seus ocupantes para sanar irregularidades, através de fichas de notificação de advertência;
Lavra autos de infração quando a irregularidade não for sanada após prazo concedido;
Lavra termo de intimação e multa caso não seja cumprida a determinação;
Orienta a população e proprietários de estabelecimentos comerciais, profissionais liberais de alimentos, médicos, odontólogos e industriais, sobre os documentos lavrados, quanto ao prazo de vencimento, recurso, natureza e consequência**;**
Preenche boletins diários dos serviços prestados, relacionando local, responsável, histórico;
Colabora no desenvolvimento de campanhas de saúde pública, promovidas pelo Serviço de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, distribuindo folhetos e ministrando palestras;
Colabora com os órgãos de governo no desenvolvimento de campanhas no combate às doenças endêmicas ou epidêmicas, busca ativa, operação limpeza e arrastão**;**
Promove a manutenção das exigências sanitárias pertinentes à coleta, armazenamento e disposição do lixo doméstico, comercial, industrial e hospitalar;
Efetua visitas domiciliares para controle do saneamento do meio ambiente;
Inspeciona piscinas dos clubes recreativos e residências;
Inspeciona salões de beleza, cabeleireiros, barbeiros e outros estabelecimentos comerciais;
Inspeciona quintais e possíveis locais criadouros ou terrenos para detectar e eliminar focos de mosquitos, através de mutirão de limpeza em quintais, retirada de materiais inservíveis das residências;
Vistoria os locais de trabalho: oficinas, indústrias, açougues, abatedouros e outros estabelecimentos comerciais;
Inspeciona granjas, hortas e outros estabelecimentos comerciais e/ou particulares, quer na zona Urbana quer na zona rural;
Executa reuniões e palestras sobre saneamento do meio, tanto na sede como na comunidade;
Promove o controle dos vetores no município;
Promove treinamentos para escolares e população em geral, visando difundir noções gerais sobre saúde, saneamento e doenças;
Realiza dedetização com bombas especificas, sempre que houver a necessidade;
Presta informações e dá instruções aos estabelecimentos comerciais, locais de produção, comercialização, distribuição e consumo de gêneros alimentícios ou outros produtos de interesse de saúde;
Mantém atualizados os cadastros dos estabelecimentos comerciais industriais, profissionais liberais, cujas atividades são abrangidas pela fiscalização e vigilância sanitária;
Vistoria as edificações e instalações dos estabelecimentos comerciais, de alimentos, industriais, consultórios farmácias, expedindo alvarás de funcionamento**;**
Detecta problemas emergentes nas edificações e instalações;
Orienta os estabelecimentos ou locais de interesse de saúde pública para sua adaptação à legislação sanitária, mantendo-se no cumprimento das exigências sanitárias;
Fiscaliza as exigências sanitárias quanto às instalações de rede da água, garantindo as demandas, a potabilidade, bem como o perfeito funcionamento dos equipamentos e da rede coletora de esgoto;
Efetua coleta de materiais (alimentos, medicamentos e materiais), para análise laboratorial;
Verifica documentação do estabelecimento (licença de funcionamento) e do pessoal (atestado de saúde, vestuário adequado e higiene pessoa!);
Inspeciona estabelecimentos comerciais, industriais, feiras, mercados, etc., verificando as condições sanitárias, para garantias a qualidade do produto;
Colhe amostras de alimentos, embalagens e medicamentos interditando-os e encaminhando-os para análise sanitária;

Lavra auto de infração, expede intimação e aplica penalidade de advertência, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade;
Encaminha as amostras de fontes naturais como poços, minas, bicas, e afins para análise dos pedidos relacionados com os serviços individuais de abastecimento de água;
Recebe solicitação de licença de funcionamento para estabelecimentos comerciais e/ou industriais, consultórios, fazendo registros e protocolos para expedição do respectivo documento;
Vistoria a zona rural no que diz respeito ao saneamento, orientando sobre a adução de água potável, destino de dejetos e uso adequado de agrotóxicos, para manter a saúde da população;
Dirige os veículos necessários para o desenvolvimento da função sempre que necessário, de forma a garantir o bom andamento do trabalho;
Faz captura de morcegos suspeitos de raiva caídos nas residências;
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental Completo
Responsabilidade: por equipamentos, materiais, pareceres, vistorias, laudos, além de todos atos pertinentes ao cargo, como cravado na "descrição das atividades" do cargo.

AGENTE FISCAL (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa unidades técnicas de fiscalização de tributos do tesouro público municipal, elaborando planos, acompanhando e informando processos a fim de contribuir para que a política tributária fiscal do município se compatibilize com as demais medidas de interesse do desenvolvimento nacional, estadual e regional.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Elabora planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação fiscal, para racionalizar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;
Controla e avalia os planos de fiscalização, acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos;
Executa as tarefas de fiscalização de tributos do município, inspecionando estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e demais entidades;
Acompanha a emissão de notas e arrecadação;
Fiscaliza sorteios, concursos, consórcios, venda e promessa de venda de direitos e outras modalidades de captação de poupança, procedendo as necessárias verificações e sindicâncias, para defender a economia popular;
Mantém-se informado a respeito da política de fiscalização, acompanhando as divulgações feitas em publicações oficiais e especializadas;
Verifica negativas de impostos e taxas, protocolo de requerimento, verificação de débitos, confecção da negativa e guias de cobrança;
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino médio.
Responsabilidade: por material de expediente.

AGENTE DE SANEAMENTO (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Realiza atividades básicas nas áreas de saneamento visando a fiscalização e o cumprimento das normas da legislação do programa de saneamento básico/epidemiológico do município.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza ações de saneamento básico, com o atendimento de reclamações públicas, encaminhando as devidas reclamações do inspetor;
Atende ao público em relação a solicitação de liberação de licenças sanitárias, protocolo e arquivo dos estabelecimentos comerciais;
Arquiva fichas de aprovação de projetos e habite-se;
Trabalha para conscientização da população em relação aos riscos de falta de saneamento e higiene;
Preenche relatório diário de atividades;
Coleta amostras de água e outros produtos onde há suspeitas de contaminação e prejuízo à saúde pública, para exames em laboratório;
Inspeciona estabelecimentos de ensino, verificando suas instalações e os comestíveis fornecidos aos alunos, para assegurar as medidas profiláticas necessárias;
Faz a inspeção sanitária nos abatedouros;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e a critério do superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino fundamental preferencialmente completo.
Responsabilidade: por materiais de expediente e equipamentos.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Realiza trabalhos de limpeza em geral a fim de manter as condições de higiene e conservação do local de trabalho, bem como exerce funções de conservação e manutenção dos prédios assegurando o asseio, o cumprimento do regulamento e a segurança.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Limpa diariamente os móveis utilizando flanelas e produtos apropriados;
Limpa paredes, portas, janelas, banheiros, corredores, mesas, carteiras e pisos de todas as dependências do prédio, utilizando água e produtos apropriados;
Prepara e serve o lanche e/ou cafezinho;
Retira o lixo das lixeiras e o coloca em local apropriado para recolhimento;
Limpa lixeiros e demais objetos das salas, corredores e banheiros;
Lava e seca os vidros das portas e janelas, mantendo-os asseados;
Verifica ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo aos usuários do local, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-los;
Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado;
Pode preparar refeições, lavando, descascando, cortando, temperando, refogando, assando e cozendo os alimentos diversos de acordo com orientação superior e atendendo as determinações do programa alimentar estabelecido;
Distribui aos alunos as refeições preparadas;
Efetua o controle das sobras e restos alimentares que possibilitem uma avaliação dos alimentos consumidos;
Recebe e recolhe louças e talheres;
Providencia a lavagem e guarda das louças, bandejas, talheres, bacias, panelas e demais utensílios e equipamentos;
Mantém a ordem e a limpeza da cozinha, zelando pela higiene e segurança no ambiente de trabalho;
Prepara e serve chá e café;
Verifica ao final do expediente, se as janelas estão fechadas;
Zela pela conservação e limpeza do pátio;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental a nível de séries iniciais.
Responsabilidade: por materiais e equipamentos.

AUXILIAR DE TOPOGRAFIA (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Efetua levantamentos da superfície e subsolo da terra, de sua topografia natural e das obras existentes, determinando o perfil, a localização, as dimensões exatas e a configuração de terrenos, campos e estradas para fornecer os dados básicos necessários aos trabalhos de construção e elaboração de mapas.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Analisa mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamentos topográficos, planimétricos e altimétricos;
Efetua o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno, para decidir os pontos de partida, vias de melhor acesso e selecionar materiais e instrumentos;
Realiza levantamentos da área demarcada, posicionando e manejando teodolito, níveis, trenas bússolas, telêmetros e outros aparelhos de medição para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas, referências de nível e outras características da superfície terrestre, de áreas subterrâneas e de edifícios;
Registra nas cadernetas topográficas os dados obtidos, anotando os valores lidos e os cálculos numéricos efetuados, para analisá-lo posteriormente;
Avalia as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando tabelas e efetuando cálculos, baseados nos elementos coligidos para complementar as informações registradas e verificar a precisão das mesmas;
Encaminha para escrituração os lotes da Prefeitura;
Lança avisos para cobrança de pavimentações;
Elabora esboços, plantas e relatórios técnicos sobre os traçados a serem feitos, indicando pontos e convenções, para desenvolvê-los sob a forma de mapas, cartas e projetos;
Supervisiona os trabalhos topográficos, determinando o balizamento, a colocação de estação e indicando referências de nível, marcos de locação e demais elementos, para orientar seus auxiliares na execução dos trabalhos;
Zela pela conservação e manutenção dos materiais, bem como, colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental completo e curso específico.
Responsabilidade: Por equipamentos e materiais.

PEDREIRO (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Realiza trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais similares, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações; utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Assenta tijolos e outros materiais de construção, para edificar muros, paredes, abóbadas, chaminés e outras obras, assentar tijolos de material refratário, para construir e fazer reparos;
Constrói passeios nas ruas e meios fios;
Reveste as paredes, muros e fachadas dos edifícios com argamassa de cimento, gesso ou material similar;
Verifica as características da obra examinando a planta, estudando qual é a melhor maneira de fazer o trabalho;
Mistura as quantidades adequadas de cimento, areia e água para obter argamassa a ser empregada no assento de alvejarias, tijolos, ladrilhos e materiais afins;
Constrói alicerces, muros e demais construções similares, assentando tijolos ou pedras em fileiras ou seguindo o desenho e forma indicadas e unindo-os com argamassa;
Reboca as estruturas construídas, atentando para o prumo e o nivelamento das mesmas;
Faz as construções de “boca de lobo”, calhas com grades para captação de águas pluviais das ruas, com o auxílio do mestre de obras;
Realiza trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outros;
Instala e repara redes de água, esgoto e de eletricidade;
Colabora com a limpeza e organização do local que está trabalhando;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental preferencialmente completo.
Responsabilidade: materiais e ferramentas.

MONITOR (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:
Auxiliar em atividades de orientação, recreação e assistência a crianças da Educação Infantil, estimulando o desenvolvimento da coordenação motora, acompanhando o processo de adaptação dos alunos novos na escola, e zelando pelo seu bem estar psicossocial, físico e emocional.

DESCRIÇÃO DETALHADA:
Conhecer e observar as disposições legislativas que envolvam direitos da criança e do adolescente, as diretrizes e as bases da educação nacional e as demais normas relacionadas às atividades do cargo;
Auxiliar em atividades diárias de recreação e trabalhos educacionais de artes diversas;
Acompanhar grupos e equipe em passeios, vis itas e festividades sociais, oficinas e atividades coletivas;
Efetuar procedimento, orientação e auxílio a grupos e crianças, inclusive pais e responsáveis, no que se refere à higiene pessoal; servir refeições e auxiliar na alimentação;
Auxiliar a criança no desenvolvimento da coordenação motora;
Acompanhar a frequência diária a e mensal das crianças;
Observar a saúde e o bem-estar das crianças, observando prescrições médicas, prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; Manter a organização dos espaços e dos materiais do seu local de trabalho e com essa colaborar;
Responsabilizar-se pelas crianças, garantindo os princípios básicos da convivência, confiando-os aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento;
Higienizar as crianças, procedendo à troca de fraldas e demais cuidados necessários;
Auxiliar na arrumação e na troca de roupa de cama, quando necessário;
Cumprir planos de trabalhos estabelecidos;
Auxiliar na locomoção de cadeirantes ou crianças com mobilidade reduzida, inclusive na frequência ao sanitário;
Promover a interação entre a instituição, seus usuários e a comunidade, inclusive no que se refere a crianças com necessidades especiais;
Comunicar para chefia imediata, pais ou responsáveis, por meio de registros, qualquer incidente, ocorrência ou dificuldade ocorrida durante o atendimento;
Distribuir o material pedagógico segundo a faixa etária;
Acompanhar a sua utilização e zelar pela sua guarda, com a participação da criança; estimular o desenvolvimento da criança, respeitando seus valores, sua individualidade e sua faixa etária;
Participar das reuniões de estudo em busca de uma melhor qualidade no atendimento;
Observar diariamente estado geral das crianças (higiene, saúde etc.);
Acompanhar e assessorar o processo de alimentação, sono e higiene;
Acompanhar atividades pedagógica s e recreativas com as crianças, observando e registrando os fatos ocorridos durante a atividade, a fim de garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio dos mesmos;
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;
Acompanhar o processo de adaptação dos alunos novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas;
Analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa, as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia;
Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho;
Executar outras atividades corre latas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio Completo.
Responsabilidade: Crianças, materiais e equipamentos.

ASSESSOR JURÍDICO (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Exerce atividades de natureza jurídica, consistentes em pesquisar, analisar e interpretar a legislação, regulamentos e demais normas aplicáveis, emitindo pareceres, elaborando minutas, acompanhando processos judiciais e administrativos, e prestando assessoramento técnico-jurídico ao Chefe do Poder Executivo e aos órgãos da Administração Municipal, assegurando a defesa dos direitos e interesses do Município. Poderá exercer suas funções diretamente no Departamento Jurídico ou ser designado para atender determinada Secretaria Municipal, conforme necessidade e critério do Gestor Público. Possuir habilitação para condução de veículo automotor na categoria "B".

DESCRIÇÃO DETALHADA
Representar o Município de Catanduvas/PR, em juízo ou fora dele, atuando em todas as instâncias, tribunais e órgãos administrativos, na defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas legais.
Acompanhar os processos judiciais e administrativos, requerendo providências, apresentando manifestações, petições e recursos, até decisão final.
Analisar processos e documentos administrativos, propondo soluções jurídicas adequadas e seguras.
Emitir pareceres, despachos e manifestações sobre assuntos de natureza administrativa, civil, fiscal, trabalhista, penal, ambiental e outras matérias afins.
Elaborar minutas de leis, decretos, portarias, contratos, convênios, termos de cooperação, editais, notificações e demais atos normativos ou administrativos.
Assessorar diretamente o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais quanto aos aspectos legais de suas decisões e atos.
Orientar e acompanhar procedimentos licitatórios, contratos administrativos e demais instrumentos jurídicos, garantindo a observância da legislação vigente, emitindo pareceres.
Realizar estudos e pesquisas jurídicas, consultando doutrina, jurisprudência e legislação, visando fundamentar os pareceres e decisões administrativas.
Promover medidas conciliatórias e soluções extrajudiciais, sempre que possível e conveniente ao interesse público.
Poderá ser determinado ao Procurador Jurídico que atenda pessoas que não possuam condições financeiras de arcar com honorários advocatícios, desde que haja parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social indicando a necessidade de nomeação de advogado, observadas as normas éticas e legais aplicáveis.
Manter sob sigilo as informações e documentos confidenciais que envolvam a Administração Pública Municipal.
Colaborar para a organização, segurança e limpeza do local de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com a natureza e o nível de complexidade de suas atribuições.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior completo em Direito, com registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
Responsabilidade: Por informações, documentos sigilosos, prazos processuais e orientação técnica às autoridades municipais.

PROCURADOR JURÍDICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Exerce atividades de natureza jurídica, consistentes em pesquisar, analisar e interpretar a legislação, regulamentos e demais normas aplicáveis, emitindo pareceres, elaborando minutas, acompanhando processos judiciais e administrativos, e prestando assessoramento técnico-jurídico ao Chefe do Poder Executivo e aos órgãos da Administração Municipal, assegurando a defesa dos direitos e interesses do Município. Poderá exercer suas funções diretamente no Departamento Jurídico ou ser designado para atender determinada Secretaria Municipal, conforme necessidade e critério do Gestor Público. Possuir habilitação para condução de veículo automotor na categoria "B".

DESCRIÇÃO DETALHADA
Representar o Município de Catanduvas/PR, em juízo ou fora dele, atuando em todas as instâncias, tribunais e órgãos administrativos, na defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas legais.
Acompanhar os processos judiciais e administrativos, requerendo providências, apresentando manifestações, petições e recursos, até decisão final.
Analisar processos e documentos administrativos, propondo soluções jurídicas adequadas e seguras.
Emitir pareceres, despachos e manifestações sobre assuntos de natureza administrativa, civil, fiscal, trabalhista, penal, ambiental e outras matérias afins.
Elaborar minutas de leis, decretos, portarias, contratos, convênios, termos de cooperação, editais, notificações e demais atos normativos ou administrativos.
Assessorar diretamente o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais quanto aos aspectos legais de suas decisões e atos.
Orientar e acompanhar procedimentos licitatórios, contratos administrativos e demais instrumentos jurídicos, garantindo a observância da legislação vigente, emitindo pareceres.
Realizar estudos e pesquisas jurídicas, consultando doutrina, jurisprudência e legislação, visando fundamentar os pareceres e decisões administrativas.
Promover medidas conciliatórias e soluções extrajudiciais, sempre que possível e conveniente ao interesse público.
Poderá ser determinado ao Procurador Jurídico que atenda pessoas que não possuam condições financeiras de arcar com honorários advocatícios, desde que haja parecer prévio da Secretaria Municipal de Assistência Social indicando a necessidade de nomeação de advogado, observadas as normas éticas e legais aplicáveis.
Manter sob sigilo as informações e documentos confidenciais que envolvam a Administração Pública Municipal.
Colaborar para a organização, segurança e limpeza do local de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com a natureza e o nível de complexidade de suas atribuições.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior completo em Direito, com registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
Responsabilidade: Por informações, documentos sigilosos, prazos processuais e orientação técnica às autoridades municipais.

PSICÓLOGO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Procede ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, como testes, para a determinação de características afetivas, intelectuais e motoras e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional; emite parecer técnico; programa, desenvolve e acompanha serviços; participa de equipe multiprofissional.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Avaliar pacientes utilizando métodos e técnicas psicológicas apropriadas, realizando análise, diagnóstico e emissão de parecer técnico para acompanhamento, atendimento ou encaminhamento a serviços especializados.
Elaborar e aplicar testes e instrumentos psicológicos, com base em conhecimentos técnicos e científicos, para identificar nível intelectual, aptidões, traços de personalidade, possíveis desajustes sociais ou profissionais e outros aspectos psíquicos, indicando a intervenção adequada.
Prestar atendimento psicológico de natureza psicoterapêutica e/ou preventiva, por meio de sessões individuais e grupais.
Participar de atividades relacionadas a recrutamento, seleção, acompanhamento, treinamento e capacitação de servidores e estagiários, quando solicitado pela Secretaria competente, utilizando métodos e técnicas apropriados.
Identificar possíveis problemas na área da psicomotricidade, dificuldades de aprendizagem, disfunções cognitivas e outros

transtornos psíquicos, aplicando e interpretando instrumentos psicológicos para orientar condutas e intervenções.
Participar de programas de saúde mental, desenvolvendo atividades junto à comunidade, com foco em orientação, prevenção e promoção da saúde.
Colaborar com os serviços de assistência social, analisando e emitindo pareceres em casos de sua competência técnica.
Participar da elaboração de normas, programas, materiais e instrumentos necessários à execução das atividades da área, visando à padronização e melhoria dos serviços.
Contribuir para o desenvolvimento de programas e medidas de prevenção de acidentes e promoção da saúde no âmbito da Prefeitura.
Integrar equipe multiprofissional em atividades de pesquisa e projetos técnicos, observando padrões científicos, visando ao aprimoramento dos serviços municipais.
Colaborar em processos de readaptação de servidores ou munícipes incapacitados por acidentes ou outras causas.
Colaborar com a organização e manutenção do ambiente de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Realizar atendimentos domiciliares, quando necessário, de acordo com a organização dos serviços e as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema), ESF/PSF e Pronto Atendimento.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior específico.
Responsabilidade: informações e por materiais.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA – TI

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Presta suporte técnico na instalação, configuração, manutenção e atualização de equipamentos e sistemas de informática. Atua no diagnóstico e solução de problemas relacionados a hardware, software, redes e infraestrutura tecnológica, garantindo o pleno funcionamento e segurança dos sistemas informatizados e a eficiência dos processos tecnológicos da instituição.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza instalação, configuração e manutenção de computadores, impressoras, scanners e outros dispositivos de hardware.
Presta suporte técnico aos usuários, diagnosticando e solucionando problemas relacionados a software, hardware e redes.
Instala, configura e atualiza sistemas operacionais, aplicativos e programas utilizados pela instituição.
Monitora e mantém o funcionamento da rede local (LAN), internet, roteadores, switches e cabeamento estruturado.
Realiza backup periódico de dados e restaura informações em caso de falhas ou incidentes.
Implementa e monitora soluções de segurança da informação, como antivírus, firewalls e controle de acessos.
Auxilia na configuração e manutenção de servidores, bancos de dados e sistemas integrados de gestão.
Realiza manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de TI, assegurando sua longevidade e eficiência.
Documenta processos e procedimentos técnicos, registrando soluções de problemas e criando manuais para os usuários.
Participa de projetos de melhorias tecnológicas e implantação de novos sistemas ou ferramentas de TI.
Garante o cumprimento das normas e políticas de tecnologia estabelecidas pela organização.
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Curso superior de técnico em Informática ou analista de sistemas ou similar.
Responsabilidade: Responsabilidade técnica (RT) pelo suporte e manutenção de equipamentos e sistemas de TI. Garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações armazenadas nos sistemas da instituição. Preservação e manutenção dos equipamentos e ferramentas tecnológicas sob sua responsabilidade. Cumprimento de prazos para resolução de chamados técnicos e implementação de soluções.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Planeja, organiza e executa atividades terapêuticas com o objetivo de promover a autonomia e a qualidade de vida dos indivíduos em diferentes contextos, considerando suas condições físicas, emocionais e sociais. Atua em prevenção, habilitação e reabilitação de funções, utilizando estratégias e recursos terapêuticos ocupacionais adaptados às necessidades individuais ou coletivas.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza avaliação individual ou em grupo, utilizando instrumentos específicos para identificar limitações, habilidades e potencialidades dos indivíduos.
Desenvolve planos de intervenção terapêutica ocupacional, promovendo a reabilitação física, mental e social de pacientes.
Planeja e conduz atividades terapêuticas, como exercícios funcionais, simulações de atividades cotidianas e uso de tecnologias assistivas.
Realiza adaptações de ambientes, objetos e materiais, visando facilitar a independência funcional.
Promove ações educativas para familiares e cuidadores, orientando sobre os cuidados necessários e o uso de estratégias para melhorar a funcionalidade do paciente.
Atua em equipes multiprofissionais, colaborando na elaboração e implementação de planos de cuidado integrados.
Desenvolve projetos terapêuticos específicos para diferentes populações, como idosos, crianças, pessoas com deficiência ou com transtornos de saúde mental.
Elabora relatórios técnicos, laudos e pareceres referentes ao acompanhamento e evolução dos pacientes.
Participa de programas de prevenção e promoção à saúde, voltados à comunidade.
Colabora com a organização e manutenção do espaço de trabalho, zelando pelos materiais e equipamentos utilizados nas atividades.
Executar outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato ou pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, compatíveis com a natureza e o nível de complexidade de suas atribuições.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Superior completo em Terapia Ocupacional. Registro ativo no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO).
Responsabilidades: Ética e técnica pelos atendimentos realizados. Preservação e sigilo das informações sobre os pacientes atendidos. Zelar pela segurança e bem-estar dos pacientes durante as atividades terapêuticas. Garantir o uso adequado e a conservação dos materiais e equipamentos utilizados.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar atividades administrativas e de apoio técnico no âmbito da Administração Pública Municipal, realizando atendimento ao público, organização e controle de documentos e processos, elaboração e tramitação de expedientes oficiais, lançamentos e atualizações em sistemas informatizados, bem como apoio às rotinas de pessoal, material, orçamento, organização e métodos, contribuindo para a correta aplicação da legislação, normas e regulamentos vigentes e para a eficiência dos serviços públicos.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Executar atividades administrativas relacionadas a protocolo, controle, organização, tramitação e arquivamento de documentos e processos físicos e digitais.
Elaborar, redigir, revisar e digitar ofícios, memorandos, relatórios, pareceres, certidões, alvarás, declarações, comunicados e demais expedientes administrativos.
Realizar atendimento ao público interno e externo, prestando informações e orientações conforme normas e procedimentos estabelecidos.

Efetuar lançamentos, conferências e atualizações de dados em sistemas informatizados, planilhas eletrônicas e cadastros administrativos.
Realizar cálculos simples e conferências para apoio às rotinas administrativas e financeiras.
Auxiliar nas atividades relacionadas à administração de pessoal, materiais, patrimônio, contratos e orçamento.
Organizar, classificar e manter atualizados arquivos físicos e digitais, garantindo a integridade e segurança das informações.
Consultar e coletar dados, documentos e registros necessários ao desenvolvimento das atividades do setor.
Apoiar na elaboração de estudos, levantamentos e planejamentos administrativos quando solicitado.
Operar equipamentos de informática, sistemas corporativos, telefone e demais recursos tecnológicos necessários ao desempenho das funções.
Zelar pela conservação de equipamentos, materiais e ambiente de trabalho.
Cumprir normas internas, legislação vigente e orientações da chefia imediata.
Executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidade da Administração Pública Municipal.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino médio completo.
Responsabilidade: Responsabilidade por documentos oficiais, informações administrativas, equipamentos de informática, materiais de expediente e atendimento ao público.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa atividades de apoio à assistência à saúde, realizando a aferição e o controle de sinais vitais dos pacientes, como pressão arterial, pulso e respiração, utilizando equipamentos adequados e registrando eventuais anormalidades. Realiza curativos simples, conforme princípios de primeiros socorros e prescrições médicas, visando à prevenção de infecções e à cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações. Prepara pacientes para consultas, exames e procedimentos, posicionando-os de forma correta e segura. Prepara, organiza e esteriliza materiais, instrumentos, ambientes e equipamentos, seguindo normas de biossegurança, possibilitando a realização de exames, tratamentos, pequenas intervenções e atendimentos obstétricos. Orienta pacientes, aplica vacinas, elabora e atualiza carteiras de vacinação e controle de retorno. Administra medicamentos por via intramuscular e endovenosa, conforme prescrição médica, orientando sobre possíveis reações. Realiza coleta de materiais para exames laboratoriais, presta atendimentos domiciliares quando solicitado e colabora com a organização e limpeza do ambiente de trabalho. Executa atividades correlatas conforme orientação da chefia imediata seguindo as orientações em saúde e segurança do trabalho. Obedecer a escala e horários de expediente diferenciados, se houver necessidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Controlar sinais vitais dos pacientes, verificando pulsação, respiração, temperatura e pressão arterial, utilizando equipamentos apropriados e registrando eventuais alterações.
Realizar curativos simples, utilizando técnicas de primeiros socorros ou conforme prescrição, visando ao alívio do paciente e à adequada cicatrização de ferimentos, suturas e escoriações.
Preparar pacientes para consultas e exames, posicionando-os adequadamente para facilitar a realização dos procedimentos.
Preparar e esterilizar materiais, instrumentais, ambientes e equipamentos, conforme normas técnicas, possibilitando a realização de exames, tratamentos, pequenas intervenções cirúrgicas e atendimentos obstétricos.
Orientar pacientes, administrar vacinas e preencher carteiras de controle, estabelecendo prazos para retorno.
Administrar medicamentos por via intramuscular e endovenosa, conforme prescrição médica, orientando quanto às possíveis reações.
Realizar atendimentos domiciliares, quando solicitado e sob orientação do superior imediato.
Efetuar coleta de materiais para exames laboratoriais.
Atuar nos setores designados pelo superior imediato, conforme necessidade do serviço.
Colaborar com a organização e limpeza do ambiente de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, plantões noturnos, finais de semana, feriados e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema), ESF/PSF e Unidade de Pronto Atendimento.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino médio e curso técnico específico na área com registro no respectivo órgão de classe.

Responsabilidade: por equipamentos e materiais.

TÉCNICO DE HIGIENE DENTAL (TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Atua sob a supervisão de um dentista, colaborando em pesquisas, auxiliando o profissional em seu atendimento de consultório, desenvolvendo atividades de odontologia sanitária e compondo equipe de saúde em nível local, a fim de dar apoio às atividades próprias do profissional de odontologia.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Participa de programas educativos de saúde bucal, transmitindo noções de higiene, prevenção e tratamento das doenças orais, para orientar pacientes ou grupos de pacientes.
Recebe os pacientes com horários previamente marcados, identificando suas necessidades.
Realiza trabalho de escovação dentária supervisionada, para que o público infantil consiga fazer uma higiene bucal eficaz.
Faz aplicações tópicas de flúor e selante nos pacientes, mediante indicação do dentista.
Presta instruções aos pacientes, sobre cuidados necessários após a aplicação de flúor nos dentes.
Ministra palestras sobre saúde bucal com demonstração de escovação nas escolas.
Supervisiona a aplicação de flúor nas escolas.
Aplica conhecimentos específicos, executando a remoção de indutos, placas e tártaro supra gengival, fazendo a aplicação tópica de substâncias e realizando demonstrações de técnicas de escovação, para contribuir na prevenção da cárie dental.
Marca os procedimentos realizados, na ficha de cada paciente, que assegurem uma sequência ordenada do trabalho.
Desenvolve atividades complementares, inserindo e condensando substâncias restauradoras, confeccionando modelos, polindo restaurações, removendo suturas, preparando moldeiras e substâncias restauradoras e de moldagens, para contribuir em atividades próprias do consultório.
Elabora relatório mensal dos serviços realizados na clínica odontológica, bem como nas aplicações de flúor.
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho.
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, inclusive no período noturno, finais de semana e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema).

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio Completo e curso específico na área, com inscrição no respectivo Conselho de Classe . (Lei nº 11889/2008 e legislação subsequente)
Responsabilidade: por equipamentos e materiais.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa exames radiológicos, conforme as técnicas exigidas para cada tipo de caso e de acordo com protocolos existentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Subsidiar tecnicamente, na sua área de competência, quando se fizer necessário e requerido por seu chefe imediato ou diretor.
Propor medidas no sentido de assegurar o cumprimento da legislação, das diretrizes e normas oriundas dos órgãos competentes relacionadas ao seu campo de atuação.
Executar programas e projetos na sua área de atuação, propondo e compatibilizando diretrizes e metas, estabelecendo mecanismos de monitoramento e avaliação.
Examinar e avaliar o serviço a ser executado, material e ferramental a ser utilizado, estabelecendo a lógica de realização e efetuando as atividades do procedimento estabelecido para cada situação.
Organizar ambiente de trabalho em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança e código de conduta.
Preparar materiais e equipamentos para exames e radioterapia.
Operar aparelhos médicos e odontológicos para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico e terapia.
Preparar pacientes e realizar exames e radioterapia.
Operar aparelhos de RX fixos e móveis, realizando exames conforme solicitações médicas.
Introduzir o filme na processadora e revelar com técnica correta, obtendo o melhor resultado.
Executar a limpeza e manutenção dos equipamentos e materiais existentes no setor conforme rotinas estabelecidas.
Executar registros relativos ao seu trabalho para fins estatísticos e epidemiológicos, de acordo com a normatização interna.
Efetuar o controle de estoque de filmes, contrastes e outros materiais utilizados.
Manter a ordem e a higiene no ambiente de trabalho seguindo regulamentos de segurança.
Treinar e supervisionar alunos do curso de formação de técnicas radiológicas e auxiliares de serviços de saúde para câmara escura.
Participar de reuniões, treinamentos e desenvolvimento para aperfeiçoamento do processo de trabalho.
Executar atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Responsabilizar-se pelos equipamentos e materiais que lhe forem confiados.
Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho.
Executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino médio completo.
Requisito básico: Formação em "Técnico de Radiologia" e registro no respectivo conselho.

TOPÓGRAFO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Realiza levantamentos topográficos e geodésicos, elaborando mapas e plantas para projetos de construção, urbanismo, agrimensura e infraestrutura. Executa medições de terrenos e áreas, utilizando equipamentos e ferramentas específicas, garantindo a precisão de dados geográficos e altimétricos. Atua na análise, interpretação e desenvolvimento de dados técnicos, assegurando a compatibilidade com normas e projetos estabelecidos.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza levantamentos topográficos e geodésicos utilizando equipamentos como teodolitos, níveis, GPS e estações totais.
Efetua medições de terrenos, áreas urbanas e rurais, coletando dados altimétricos, planimétricos e georreferenciados.
Elabora e interpreta mapas, plantas, croquis e relatórios técnicos para subsidiar projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo.
Executa cálculos de áreas, volumes, alinhamentos, distâncias e coordenadas, garantindo a precisão dos dados coletados.
Coordena a instalação de marcos topográficos e realiza demarcações de terrenos, lotes e áreas de construção.
Realiza análises e interpreta dados coletados em campo, comparando com documentos técnicos, registros cartográficos e legislações aplicáveis.
Fiscaliza e acompanha obras e projetos, assegurando a aplicação correta dos dados topográficos.
Desenvolve relatórios detalhados sobre os levantamentos realizados, especificando metodologias, equipamentos utilizados e resultados obtidos.
Participa da manutenção e calibração de equipamentos topográficos, assegurando a funcionalidade e a precisão nas medições.
Orienta e supervisiona equipes de campo, assegurando o cumprimento das normas técnicas e de segurança.
Atua em projetos de regularização fundiária e demarcação de áreas conforme legislação vigente.
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior hierárquico.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio completo; Curso técnico em Agrimensura, Topografia ou áreas correlatas devidamente reconhecido; Registro no Conselho Regional de Classe.
Responsabilidade: Responsabilidade técnica pela precisão dos levantamentos e dados apresentados. Preservação e cuidado com equipamentos de medição e ferramentas de trabalho. Garantir a conformidade dos trabalhos realizados com normas técnicas e legislações vigentes. Compromisso com a segurança de toda a equipe envolvida nos trabalhos de campo.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa tarefas básicas de informações a indivíduos e grupos, visando a instrução da população em geral para a prevenção de doenças e promoção de saúde.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Orienta a população em geral sobre a importância da higiene e cuidados básicos e/ou primários para a prevenção de doenças.
Ministra medicamentos específicos de acordo com os problemas de saúde básicos detectados, visando solucionar e/ou amenizar as causas dos mesmos.
Efetuar visitas domiciliares, tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme as necessidades do serviço e sob orientação do superior imediato.
Prepara o paciente, verificando os sinais vitais, pesando, medindo pressão arterial e verificando a temperatura.
Presta atendimentos em primeiros socorros.
Faz curativos quando necessário.
Realiza trabalhos relativos a vigilância sanitária e epidemiológica, difundindo informações.
Esterilizar materiais.
Atua em campanhas de prevenção de doenças.
Elabora relatórios de acordo com as atividades executadas, que permitam levantar dados estatísticos e para comparação do trabalho.
Organiza o fichário, fazendo a distribuição e arquivamento de fichas, marcação de preventivos, agendamento de consultas e entrega de exames.
Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho.
Utilizar EPI sempre que o desempenho da função exigir.
Realiza outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio Completo.
Responsabilidade: por materiais e equipamentos.

SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (EM EXTINÇÃO)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa tarefas manuais simples, na construção civil, na limpeza de parques, jardins e outros próprios públicos, promovendo a limpeza, manutenção, reparo e conservação, mantendo-os dentro dos padrões de ordem, higiene e segurança; executa trabalhos inerentes à cultura de árvores a fim de promover o reflorestamento e embelezamento da cidade e outras áreas do município.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Executa o serviço de limpeza das vias, utilizando pás, vassouras apropriadas, ferramentas e máquinas, para manter a conservação e limpeza do município;
Prepara a terra, rebaixando, se necessário, adubando e corrigindo suas deficiências, para receber mudas e plantas;
Auxilia na poda das plantas na época certa, utilizando ferramentas destinadas a este fim, para manter o ambiente harmônico, limpo e agradável;
Combate as pragas e controla as doenças, utilizando produtos químicos naturais, para evitar a propagação e o desequilíbrio da natureza;
Separa os entulhos em tipos, empilhando-os para processar o reaproveitamento ou sucateamento, afim de proteger o ambiente;
Cuida da conservação de áreas internas e externas, executando a limpeza e a manutenção das instalações, restauração de alvenaria, pintura e outros;
Executa serviços de troca de lâmpadas, atendendo a solicitações, para garantir o desenvolvimento dos trabalhos;
Pode executar a ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes ao poder público, verificando se portas, janelas, portões e outras vias acesso estão fechados corretamente, examinando as instalações hidráulicas e elétricas e constatando irregularidades, para possibilitar a tomada de providências necessárias a fim de evitar roubos e prevenir incêndios e outros danos;
Reúne e amontoa a poeira, fragmentos e detritos espalhados pelo pátio, que causem incomodo ou ofereçam perigo, empregando ancinho e outros instrumentos apropriados para recolhê-lo;
Efetua a poda e a capinação de ervas daninhas que prejudiquem o aspecto e asseio do município;
Auxilia na remoção de móveis de uma sala para outras ou de um departamento para outro, quando solicitado;
Realiza pequenos reparos em móveis, divisórias, foros ou outros que se fizerem necessários;
Zela pela conservação dos equipamentos, ferramentas e máquinas utilizadas, observando as normas de segurança e conservação, para obter melhor aproveitamento;
Recebe orientação do seu superior imediato, trocando informações sobre os serviços e as ocorrências, para assegurar a continuidade do trabalho;
Zela pela conservação e limpeza do pátio e locais públicos;
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental preferencialmente completo.
Responsabilidade: materiais e equipamentos.

AGENTE DE APOIO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa atividades operacionais e de apoio relacionadas à limpeza, conservação, manutenção, preparo e organização de espaços, bens e equipamentos públicos, visando manter adequadas as condições de higiene, segurança e funcionamento das unidades municipais.
Poderá exercer suas funções em ambientes internos ou externos, conforme necessidade da Administração, desempenhando tarefas equivalentes às de auxiliar ou servente de serviços gerais, sob supervisão do superior imediato.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realiza a limpeza e conservação de salas, corredores, banheiros, cozinhas, pátios e demais dependências de prédios públicos, utilizando produtos e equipamentos adequados.
Lava e seca pisos, paredes, portas, janelas, vidros e móveis, assegurando as condições de higiene e asseio dos ambientes.
Retira o lixo das lixeiras, acondicionando-o em local apropriado para recolhimento e destinação.
Zela pela organização e segurança dos espaços, verificando o fechamento de portas, janelas e instalações ao final do expediente.
Realiza varrição de ruas, praças e demais logradouros públicos, utilizando ferramentas apropriadas.
Efetua a limpeza e conservação de jardins, pátios, calçadas e demais áreas externas.
Prepara o solo e auxilia na poda, capina, plantio, irrigação e cuidado com plantas, árvores e jardins.
Pode preparar e servir café, lanche ou refeições simples, auxiliando no preparo, distribuição e limpeza dos utensílios utilizados.
Executa pequenos reparos e serviços de manutenção em instalações, móveis, pintura e equipamentos.
Auxilia na carga, descarga e movimentação de móveis, materiais e equipamentos, conforme orientação.
Zela pela guarda, conservação e uso adequado de materiais, ferramentas e equipamentos sob sua responsabilidade.
Cumpre normas de segurança e utiliza adequadamente os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).
Mantém atitudes de colaboração, zelo e respeito no ambiente de trabalho, contribuindo para o bom funcionamento do setor.
Recebe instruções do superior imediato e informa eventuais irregularidades, danos ou necessidades de reparo.
Pode auxiliar em atividades de apoio operacional em eventos, serviços públicos, transporte ou manutenção urbana.
Executará suas atividades em ambiente interno e/ou externo, com exposição a variações climáticas, produtos de limpeza e esforço físico moderado.
Executará outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato, compatíveis com a natureza do trabalho.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental.
Responsabilidade: Por materiais, equipamentos, ferramentas e conservação do patrimônio público.

AGENTE DE ENDEMIAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executa tarefas relacionadas a desenvolver trabalhos de educação para a saúde, visitando, fiscalizando e inspecionando estabelecimentos comerciais, industriais, residências e públicos para advertir, multar, apreender produtos, quando necessário, visando preservar a saúde da comunidade.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realizar pesquisa larvária em imóveis para levantamento de índice, descobrimento de focos, armadilhas (oviitrampas) e pontos estratégicos.
Realizar a eliminação de criadouros tendo como métodos de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.).
Executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico, aplicando larvicida ou adulticida conforme orientação técnica.
Utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual indicados para cada situação.
Coletar exemplares de vetores em armadilhas ou em seu habitat natural.
Observar a "ordem de serviços", para verificação dos produtos (categoria, prazo de validade, condições de uso) e os equipamentos necessários.
Realizar cada serviço como momento único e singular, evitando retornos e reclamações.
Abordar os moradores de forma cortês, identificando-se através do crachá, que deverá ser portado sempre em lugar visível.
Dar oportunidade aos moradores para perguntas e solicitações de esclarecimentos.
Orientar a população de forma clara e precisa.
Dirigir-se ao Encarregado e/ou Coordenador, quando houver dúvida técnica.
Deixar seu itinerário diário de trabalho no posto de abastecimento (PA).
Encaminhar ao serviço de saúde os casos suspeitos de dengue.
Continuação do projeto de recolhimento de pratinhos de planta e sua expansão.
Trabalho em parceria com os “agentes comunitários de saúde” para divulgação das ações de controle da leishmaniose visceral.
Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria c detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientação gerais de saúde.
Prevenir a malária e da dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde.

Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe.
Emitir relatórios, subir escadas para verificação de caixa d'água, calhas e telhados, trabalhando com bombas de aspersão de 40 kg carregar EPI's, bolsa com equipamentos com peso de 15 kg, dentre outras que demandam resistência física. Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho.
Utilizar EPI sempre que o desempenho da função exigir.
Executa outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

ESPECIFICAÇÕES
Responsabilidade: Por materiais, equipamentos, ferramentas e conservação do patrimônio público.
Instrução: Ensino Médio Completo.
.

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL)

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Recepciona as pessoas no consultório dentário, procurando identificá-las e averiguar suas necessidades, para prestar informações, receber recados ou encaminhá-las ao cirurgião dentista e executar tarefas auxiliares ao trabalho do cirurgião dentista, visando a agilização dos serviços.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Efetua o controle da agenda de consultas, verificando horários e disponibilidade dos profissionais.
Recebe os pacientes com horário previamente marcados, procurando identificá-los averiguando as necessidades e o histórico dos mesmos.
Auxilia o profissional, no atendimento aos pacientes, em tarefas tais como: segurar o sugador de saliva, fazer o afastamento lingual e alcançar materiais e instrumentos odontológicos.
Faz a manipulação de material provisório e definitivo usado para restauração dentária.
Prepara o material anestésico, de sutura, polimento, bem como procede a troca de brocas.
Preenche com dados necessários a ficha clínica do paciente, após o exame clínico ter sido realizado pelo dentista.
Faz a separação do material e instrumentos clínicos em bandejas para ser utilizado pelo profissional.
Zela pela boa manutenção de equipamentos e peças.
Prepara, acondiciona e esteriliza materiais e equipamentos utilizados.
Colabora com limpeza e organização do local de trabalho.
Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.
Executar atividades conforme escala de trabalho, podendo incluir horários diferenciados, inclusive no período noturno, finais de semana e atendimento nas unidades do interior do Município (Santa Cruz e Ibiracema).

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio completo e curso específico na área com registro no órgão de classe (Lei nº 11889/2008 e legislação subsequente)
Responsabilidade: Materiais e equipamentos.

COZINHEIRA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar tarefas de preparo de alimentos, refeições e lanches, seguindo cardápios pré-estabelecidos e normas de nutrição, higiene e segurança alimentar, a fim de garantir uma alimentação de qualidade e segura para os usuários dos serviços municipais (alunos, pacientes, cidadãos atendidos pela assistência social e servidores).

DESCRIÇÃO DETALHADA
Preparo e Elaboração de Alimentos: Receber, conferir e armazenar adequadamente os gêneros alimentícios, insumos e materiais, verificando a qualidade, a quantidade e as datas de validade dos produtos. Realizar o pré-preparo dos alimentos, executando tarefas de higienização, seleção, corte, descascamento, moagem e tempero de vegetais, frutas, carnes e demais ingredientes. Preparar e cozinhar refeições (café da manhã, almoço, jantar) e lanches, em conformidade com o cardápio definido pela equipe de nutrição do município, atentando para o sabor, a qualidade e a apresentação dos pratos. Preparar dietas especiais, quando necessário e sob orientação técnica do nutricionista, para atender a restrições alimentares de alunos, pacientes ou usuários com necessidades específicas (alergias, intolerâncias, condições de saúde). Zelar pela correta distribuição das refeições nos horários estabelecidos, garantindo que sejam servidas na temperatura e condições adequadas ao consumo. Controlar as quantidades de alimentos preparados para evitar desperdícios, zelando pelo aproveitamento integral e racional dos gêneros alimentícios. Preparar e servir café, chás, sucos e outras bebidas para servidores e para o público atendido nas repartições, quando solicitado.
Higiene, Segurança e Organização do Ambiente de Trabalho: Manter a cozinha, a despensa e as áreas de armazenamento limpas e organizadas, realizando a higienização de bancadas, pias, pisos, paredes, fogões, coifas e demais instalações. Proceder à limpeza, lavagem e guarda de todos os utensílios, panelas, pratos, talheres e equipamentos utilizados no preparo e distribuição dos alimentos. Utilizar corretamente e zelar pela conservação dos equipamentos de proteção individual (EPIs) fornecidos pelo município, como luvas, toucas e aventais. Seguir rigorosamente as normas da Vigilância Sanitária e o Manual de Boas Práticas de Fabricação, garantindo a segurança alimentar em todas as etapas do processo. Realizar o descarte adequado do lixo orgânico e reciclável, conforme as normas de coleta seletiva e sanitárias vigentes. Comunicar imediatamente à chefia imediata qualquer irregularidade encontrada nos alimentos, equipamentos ou na estrutura física da cozinha que possa comprometer a segurança ou a qualidade do serviço.
Controle e Gestão de Materiais: Controlar o estoque de alimentos e materiais de limpeza da cozinha, informando ao superior a necessidade de reposição para garantir a continuidade do serviço. Zelar pela guarda, economia, conservação e bom uso dos equipamentos, utensílios e demais materiais sob sua responsabilidade.
Atribuições Comportamentais e Institucionais: Trabalhar em equipe, colaborando com os demais membros da cozinha e de outras áreas para o bom andamento do serviço. Tratar com urbanidade, respeito e cordialidade os alunos, pacientes, usuários dos serviços, servidores e o público em geral. Cumprir as ordens e determinações de seus superiores hierárquicos. Participar de cursos, treinamentos e capacitações oferecidos pelo município, visando ao aprimoramento profissional.
Atribuições Específicas Conforme o Local de Atuação: No Ambiente Escolar: Colaborar com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incentivando a formação de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos. No ambiente hospitalar (Pronto Atendimento) Executar atividades relacionadas ao preparo, porcionamento e distribuição de dietas hospitalares, seguindo rigorosamente as orientações da equipe de nutrição quanto aos diferentes tipos de dieta (geral, branda, pastosa, líquida, entre outras); Contribuir para o adequado atendimento nutricional dos pacientes, observando padrões de higiene, qualidade e segurança alimentar; Assegurar o fornecimento de refeições a pacientes, acompanhantes e servidores municipais em serviço no pronto atendimento; No Ambiente do CRAS: Preparar lanches e refeições para eventos, oficinas e atividades coletivas, atendendo ao público em situação de vulnerabilidade social com acolhimento e respeito.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Fundamental completo.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

ELETRICISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva e reparos em sistemas elétricos de baixa e média tensão em prédios públicos, iluminação pública, semáforos e demais instalações municipais, assegurando o funcionamento adequado das redes elétricas e equipamentos, conforme normas técnicas e de segurança vigentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Planejar e organizar o trabalho a ser executado, interpretando projetos, esquemas elétricos e especificações técnicas.
Instalar, montar, testar e reparar redes e instalações elétricas internas e externas de baixa e média tensão.
Executar manutenção e reparos em quadros de distribuição, disjuntores, fusíveis, cabos, condutores, eletrodutos, luminárias, tomadas, interruptores e demais dispositivos elétricos.
Instalar e realizar manutenção em sistemas de iluminação pública, semáforos e rede elétrica de escolas, unidades de saúde e demais prédios municipais.
Realizar ligação de motores monofásicos e trifásicos, chaves magnéticas, contatores e demais componentes eletromecânicos.
Efetuar testes e medições em circuitos elétricos utilizando instrumentos apropriados, a fim de identificar falhas e garantir a segurança da instalação.
Substituir ou reparar componentes danificados, restabelecendo as condições normais de funcionamento.
Executar instalação de sistemas de aterramento e dispositivos de proteção elétrica.
Operar ferramentas manuais, elétricas e equipamentos específicos da área.
Cumprir rigorosamente as normas de segurança do trabalho, utilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e observando as normas técnicas aplicáveis.
Solicitar e controlar materiais necessários à execução dos serviços.
Zelar pela conservação de ferramentas, equipamentos e ambiente de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio Completo e curso técnico/profissionalizante na área.
Responsabilidade: Execução segura dos serviços elétricos, pela integridade das instalações públicas e pela guarda de ferramentas, equipamentos e materiais sob sua utilização.

MECÂNICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores leves e pesados, máquinas pesadas, equipamentos rodoviários e implementos pertencentes ao Município, realizando diagnósticos, desmontagem, reparos, substituição de peças, ajustes, regulagens e testes de funcionamento, assegurando condições adequadas de uso, segurança e conservação da frota e do maquinário público.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Realizar inspeções técnicas e diagnósticos mecânicos em veículos, máquinas e equipamentos.
Executar manutenção preventiva e corretiva em motores a gasolina, etanol e diesel.
Reparar e substituir componentes dos sistemas de transmissão, freios, direção, suspensão, embreagem, alimentação, arrefecimento e lubrificação.
Desmontar, recuperar, montar e ajustar motores, caixas de câmbio, diferenciais e demais conjuntos mecânicos.
Executar serviços de regulagem, retífica simples e ajustes técnicos necessários ao funcionamento adequado.
Realizar manutenção em máquinas pesadas e equipamentos rodoviários, como retroescavadeiras, motoniveladoras, tratores, caminhões e similares.
Executar serviços básicos de manutenção elétrica automotiva, quando compatível com a função.
Operar equipamentos de soldagem e ferramentas elétricas para recuperação de peças e estruturas.
Efetuar lubrificação periódica de veículos e máquinas conforme especificações técnicas.
Testar veículos e equipamentos após manutenção, certificando-se do pleno funcionamento.
Controlar e registrar serviços realizados e peças substituídas.
Solicitar materiais e peças necessárias à execução dos serviços.
Zelar pela conservação da oficina, ferramentas, equipamentos e ambiente de trabalho.
Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) conforme normas de segurança do trabalho.
Cumprir normas técnicas, ambientais e de segurança aplicáveis.
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio Completo e curso técnico/profissionalizante na área.
Responsabilidade: pela manutenção adequada da frota e maquinário, pela correta utilização de ferramentas e equipamentos e pela segurança, qualidade e eficiência dos serviços executados;

MOTORISTA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Conduzir veículos automotores pertencentes ao Município, tais como automóveis, utilitários, caminhonetes, vans, ônibus e caminhões, realizando o transporte de pessoas, pacientes, alunos, servidores, materiais e cargas diversas, observando as normas do Código de Trânsito Brasileiro, legislação pertinente e procedimentos internos, zelando pela segurança, conservação e bom funcionamento do veículo sob sua responsabilidade. Obedecer a escala, se necessário.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Conduzir veículos oficiais em trajetos municipais e intermunicipais, conforme designação da Administração.
Transportar pacientes, estudantes, servidores, equipes técnicas, materiais e equipamentos, garantindo segurança e pontualidade.
Realizar vistoria diária no veículo, verificando condições de pneus, freios, iluminação, níveis de óleo, combustível, água e demais itens de segurança.
Comunicar e registrar falhas mecânicas ou necessidades de manutenção ao setor competente.
Preencher relatórios de viagens, controle de quilometragem, consumo de combustível e demais registros obrigatórios.
Zelar pela limpeza, conservação e guarda do veículo.
Controlar a carga transportada, orientando o correto acondicionamento para evitar danos e acidentes.
Auxiliar no carregamento e descarregamento de materiais, quando necessário.
Portar e manter regular a documentação pessoal e do veículo.
Observar normas de direção defensiva e segurança no transporte de pessoas.
Recolher o veículo à garagem oficial ao término da jornada ou conforme determinação superior.
Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando exigido.
Assumir as multas impostas, em razão de não observância da legislação de trânsito.
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio completo.
Requisitos: Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria D; Cursos específicos quando exigidos (transporte escolar, transporte coletivo, transporte de pacientes, entre outros).
Responsabilidade: Responsabilidade pela condução segura do veículo oficial, pela integridade dos passageiros e cargas transportadas e pela conservação do patrimônio público sob sua guarda.

OPERADOR DE MÁQUINAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Operar máquinas pesadas e equipamentos rodoviários montados sobre rodas ou esteiras, destinados à execução de serviços de terraplanagem, escavação, nivelamento, compactação, pavimentação e manutenção de vias públicas e demais obras municipais, observando normas técnicas, de segurança e procedimentos operacionais. Obedecer a escala, se necessário.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Operar máquinas como retroescavadeira, pá-carregadeira, motoniveladora, rolo compactador, escavadeira hidráulica, trator de esteira e equipamentos similares.
Executar serviços de escavação, movimentação de terra, areia, pedras, cascalho e outros materiais.
Realizar abertura e manutenção de valas, canais de drenagem e sistemas pluviais.
Efetuar nivelamento, patrolamento, compactação e conservação de estradas rurais e vias urbanas.
Operar equipamentos para aplicação e espalhamento de camadas de asfalto, cascalho e outros materiais de pavimentação.
Executar serviços de limpeza urbana, remoção de entulhos e manutenção de áreas públicas.
Auxiliar na recuperação, conservação e readequação de estradas e acessos.
Realizar inspeção diária na máquina, verificando níveis de óleo, combustível, água, sistema hidráulico e condições gerais de funcionamento.
Comunicar defeitos, falhas ou necessidade de manutenção ao setor responsável, registrando as ocorrências conforme procedimentos internos.
Zelar pela conservação, limpeza e correta utilização das máquinas e equipamentos.
Operar os equipamentos observando rigorosamente as normas de segurança do trabalho.
Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para a função.
Colaborar com a organização do local de trabalho.
Executar outras atividades correlatas ao cargo ou determinadas pela chefia imediata.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Médio completo.
Requisitos: Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria D.
Responsabilidade: Responsabilidade pela operação segura das máquinas e equipamentos sob sua guarda, pela conservação do patrimônio público e pela execução adequada dos serviços.

ASSISTENTE EDUCACIONAL

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Desempenha atividades de apoio educacional, administrativo e operacional nas unidades escolares da rede municipal de ensino, colaborando com professores, equipe pedagógica e direção na execução das rotinas escolares, no acompanhamento das atividades dos alunos e na organização dos ambientes de aprendizagem. Auxilia no desenvolvimento de ações voltadas à formação, disciplina, inclusão e bem-estar dos educandos, assegurando condições adequadas ao processo educativo e ao funcionamento da instituição escolar. Obedecer a escala, se necessário.

DESCRIÇÃO DETALHADA
Assistência aos alunos: Prestar apoio aos alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais, em suas atividades diárias, auxiliando na locomoção, alimentação e higiene pessoal; acompanhar alunos, inclusive àqueles com necessidades especiais, em atividades escolares curriculares e extracurriculares, assegurando sua segurança, inclusão e bem-estar. Auxiliar professores no apoio a alunos com dificuldades de aprendizagem; mediar conflitos entre alunos, promovendo um ambiente escolar harmonioso; incentivar a participação dos alunos em atividades e projetos escolares. Suporte em atividades que visam a inclusão e o desenvolvimento de alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais, sob a orientação da equipe pedagógica; cumprir as ordens e determinações de seus superiores hierárquicos; participar de cursos, treinamentos e capacitações oferecidos pelo município, visando ao aprimoramento profissional.
Suporte à equipe escolar: Auxiliar na organização e execução de atividades pedagógicas e recreativas. Preparar materiais didáticos e recursos para as aulas. Colaborar na organização de eventos e atividades escolares; Auxiliar na supervisão de alunos durante os intervalos e recreios. Comunicar à equipe escolar sobre o desempenho e comportamento dos alunos.
Organização e manutenção de espaços escolares: Colaboração na organização e na manutenção de espaços como bibliotecas, laboratórios, pátios e outras áreas de uso comum, contribuindo para um ambiente escolar agradável e seguro.
Apoio em atividades extracurriculares: Auxílio na organização e no acompanhamento de atividades complementares, projetos e eventos escolares.
Outras atribuições: Zelar pela organização e limpeza dos espaços escolares; Auxiliar no controle da entrada e saída de alunos. Realizar outras tarefas relacionadas ao apoio educacional, conforme solicitado pela equipe escolar.
Habilidades e competências desejáveis: Habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal; Paciência, empatia e capacidade de lidar com situações desafiadoras; Organização e responsabilidade; Capacidade de trabalhar em equipe; Conhecimento básico sobre desenvolvimento infantil e necessidades educacionais especiais. É importante ressaltar que o Agente de Apoio Educacional não substitui o papel do professor, mas sim complementa o trabalho da equipe escolar, oferecendo suporte aos alunos e contribuindo para um ambiente educacional inclusivo e acolhedor.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino médio.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais e informações.

PROFESSOR

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
Regente de Classes de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação Especial. Exercer auxílio pedagógico na Regência de Classe. Exercer a função de Coordenação de Escola e/ou CMEI. Exercer a função de Coordenação Municipal na SEMED. Exercer a função de Diretor de Escola e/ou CMEI (através do processo de gestão democrática – eleição, e mantiver na função). Participar da escolha de turma, quando convocado.

DESCRIÇÕES DETALHADAS
Regência de classe.
Ministrar aulas de forma a cumprir com o programa de conteúdo das disciplinas ou séries/ano sob sua responsabilidade.
Participar da elaboração e/ou realimentação do Projeto Político Pedagógico da escola, de acordo com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino.
Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o PPP da escola e com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino.
Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdo a serem trabalhados com os alunos.
Informar à equipe pedagógica os problemas que interferem no trabalho de sala de aula.
Planejar, executar e avaliar atividades pedagógicas que visem cumprir os objetivos do processo ensino aprendizagem.
Participar de reuniões e eventos da unidade escolar.
Propor, executar e avaliar alternativas que visem a melhoria do processo educativo.
Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno, proporcionando meios para seu melhor desenvolvimento.
Acompanhar e subsidiar o trabalho pedagógico visando o avanço do aluno no processo ensino aprendizagem, de forma que ele se aproprie dos conteúdos da série em que se encontra.
Recuperar o aluno com defasagem de conteúdos que esteja sob sua responsabilidade, dando atendimento individualizado;
Buscar o aprimoramento de seu desempenho profissional, através da participação em grupos de estudos, cursos e eventos educacionais, se for dentro da jornada de trabalho, deve haver concordância com a direção da escola e com a secretaria municipal de educação e esporte.
Proceder todos os registros das atividades pedagógicas, tais como: registro de frequência de alunos, registros de conteúdos desenvolvidos, planejamento escolar e relatório das atividades desenvolvidas em sala de aula.
Desenvolver nos momentos das horas atividades o estabelecido no art. 47, parágrafo segundo.
Promover a integração entre escola, família e comunidade, colaborando para o melhor atendimento do educando.
Manter os pais informados do rendimento escolar dos filhos.

Organizar o plano de aula, garantindo maior direcionamento ao seu trabalho. No caso da necessidade de ser substituído, informar os conteúdos a serem trabalhados com a turma para que haja sequência pedagógica.
Participar das atividades do Colegiado da Unidade Escolar.
Manter a pontualidade e assiduidade diária, comprometendo-se com a administração e coordenação pedagógica da escola quanto às obrigações do cargo e as normas do regimento interno da unidade.
Executar suas atividades pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos e às especificidades das crianças, em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, sem discriminação alguma;
Outras atividades inerentes ao cargo.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Formação em nível médio, na modalidade Normal/Formação Docente, Magistério, e/ou nível superior em curso de graduação, licenciatura plena em Pedagogia, com formação para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais, crianças e informações.

PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

DESCRIÇÃO SUMÁRIA
O profissional de educação física promove a saúde das pessoas por meio da prática de atividades físicas, mas suas funções vão além disso. Esse profissional também é responsável por coordenar, planejar e supervisionar programas esportivos e recreativos que visam ao desenvolvimento social dos indivíduos. Participar da escolha de turma, quando convocado.

DESCRIÇÃO DETALHADA (ATIVIDADES EM ESCOLAS e CMEIs)
Ministrar aulas de forma a cumprir com o programa de conteúdo das disciplinas ou séries sob sua responsabilidade.
Participar da elaboração e/ou realimentação do Projeto Político Pedagógico da escola, de acordo com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino.
Participar da elaboração, execução e avaliação do planejamento de ensino, em consonância com o PPP da escola e com a proposta curricular adotada pela rede municipal de ensino.
Participar na elaboração dos planos de recuperação de estudos/conteúdos a serem trabalhados com os alunos.
Informar à equipe pedagógica os problemas que interferem no trabalho de sala de aula.
Planejar, executar e avaliar atividades pedagógicas que visem cumprir os objetivos do processo ensino aprendizagem.
Participar de reuniões e eventos da unidade escolar.
Propor, executar e avaliar alternativas que visem à melhoria do processo educativo.
Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do aluno, proporcionando meios para seu melhor desenvolvimento.
Acompanhar e subsidiar o trabalho pedagógico visando o avanço do aluno no processo ensino aprendizagem, de forma que ele se aproprie dos conteúdos da série em que se encontra.
Recuperar o aluno com defasagem de conteúdos que esteja sob sua responsabilidade, dando atendimento individualizado,
Buscar o aprimoramento de seu desempenho profissional, através da participação em grupos de estudos, cursos e eventos educacionais. Se for dentro da jornada de trabalho, deve haver concordância com a direção da escola e com a secretaria municipal de educação e esporte;
Proceder todos os registros das atividades pedagógicas, tais como: registro de frequência de alunos; registros de conteúdos desenvolvidos, planejamento escolar e relatório das atividades desenvolvidas em sala de aula.
Desenvolver nos momentos das horas atividades o estabelecido de atua;
Promover a integração entre escola, família e com unidade, colaborando para o melhor atendimento do educando;
Manter os pais informados do rendimento escolar dos filhos;
Organizar o plano de aula, garantindo maior direcionamento ao seu trabalho;
No caso da necessidade de ser substituído, informar os conteúdos a serem trabalhados com a turma para que haja sequência pedagógica;
Participar das atividades do Colegiado da Unidade Escolar;
Manter a pontualidade e assiduidade diária, comprometendo-se com a administração e coordenação pedagógica da escola quanto às obrigações do cargo e as normas do regimento interno da unidade;
Reger salas de aula em atividades de educação física, desportivas e de lazer no ensino esportivo;
Atuar no ensino esportivo;
Outras atividades inerentes ao cargo.

ESPECIFICAÇÕES
Instrução: Ensino Superior Formação em "Educação Física" com licenciatura ou bacharelado. Se bacharel, deverá possuir inscrição junto ao CREF – Conselho Regional de Educação Física.
Responsabilidade: Por equipamentos, materiais, crianças e informações.

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:32DC6992

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2026 - REPUBLICADO

DESCRIÇÃO DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA, CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2025 DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI, NA CONDIÇÃO DE ÓRGÃO NÃO - PARTICIPANTE.
EMPRESA: PARANA EQUIPAMENTOS S A
CNPJ: 76.527.951/0012-38
ENDEREÇO: Rua Guerino Lubiani, Nº 630, bairro Dois Córregos, na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo, CEP 13420-823
PREÇO: R$ 763.000,00 (setecentos e sessenta e três mil reais).
PRAZO: Entrega conforme as regras da ata de registro de preços nº 007/2025 – Pregão Eletrônico nº 003/2025. A vigência é de 30 dias, além do prazo contratual.

Catanduvas - PR, 19 de março de 2026.

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:14945657

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 17/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N. 7/2026. AMPLA CONCORRÊNCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 17/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 7/2026.
AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA, POR MEIO DA PLATAFORMA TRANSFEREGOV Nº 980155/2025, COM CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, DESTINADA A ATENDER ÀS DEMANDAS DO SETOR AGRÍCOLA MUNICIPAL..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 09/04/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas ás 09:00 do dia 09/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 09/04/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 275.467,00 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Sessenta e Sete Reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br/.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal Bll** (https://www.bll.org.br/).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – Centenário do Sul-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
Centenário do Sul/Pr, 19 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:587C3091

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 33/2026 PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 18/2026. PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/MEI

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 33/2026
PREGÃO ELETRÔNICO RP N. 18/2026.

O MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM - REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Solicitação de abertura de Processo Licitatório Pregão Eletrônico para a contratação de empresa fornecedora de SUPLEMENTOS ALIMENTARES, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Centenário do Sul..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:45 horas do dia 02/04/2026

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:45 às 09:00 horas do dia 02/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 02/04/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALORESTIMADOPARAA LICITAÇÃO:R$ 431.725,00 (Quatrocentos e Trinta e Um Mil, Setecentos e Vinte e Cinco Reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de CENTENÁRIO DO SUL (www.centenariodosul.pr.gov.br); **no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CENTENÁRIO DO SUL, situado à Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centro E/OU** no **Portal ComprasBR** (http://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente ao Setor de Licitações, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378 – CENTENÁRIO DO SUL-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000.
CENTENÁRIO DO SUL/Pr, 20 de março de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:8ED295F5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 46/2026 - ID Nº 4626

TERMO DE FOMENTO Nº 46/2026 - ID Nº 4626
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2026
PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº7/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - ASILO
OBJETO: Realização de Repasse Financeiro proveniente de Recursos Livre por meio de Celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul/PR, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Associação Nossa Senhora das Graças/PR (Lar dos Idosos-Asilo), aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso-CMDI, por meio da Resolução nº 03/2026, publicado no Diário Oficial do Municípios do Paraná no dia 30/01/2026.
VALOR GLOBAL: R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 20/03/2026

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:FE3D13CC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
TERMO DE FOMENTO Nº 47/2026 - ID Nº 4726

TERMO DE FOMENTO Nº 47/2026 - ID Nº 4726
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2026
PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº8/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS - ASILO
OBJETO: Realização de repasse financeiro proveniente da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do FNAS, por meio de Celebração de Termo de Fomento entre a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul/PR e a Associação Nossa Senhora das Graças/PR (Lar dos Idosos - Asilo), aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio da Resolução nº 02/2026, publicado no diário oficial do Municípios do Paraná no dia 27/02/2026.
VALOR GLOBAL: R$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 20/03/2026

Publicado por:
Jessica Maria da Silva
Código Identificador:769C4346

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL.
CONTRATADA: NEW STAR TOURS AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.

OBJETO: Contratação de Empresa/Agência de Viagem para fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais, para participação do Presidente da Câmara, Vereadores e Assessores Parlamentares no **Congresso Conexão Pública – que ocorrerá em Brasília nos dias 17 a 20 de março de 2026**.

VALOR TOTAL: R$ 39.967,81 (trinta e nove mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2026.

VIGÊNCIA: 90 (noventa dias).

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:1B7D311A

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026
Processo Administrativo nº 003/2026

Pelo presente **TERMO DE RATIFICAÇÃO**, com fundamento no **artigo 74 inciso III, alínea "f"** da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor da empresa **LPB – LIDERANÇA PÚBLICA BRASIL LTDA**, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 59.200.229/0001-12**, contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação legislativa, para participação do Presidente da Câmara, Vereadores e Servidores, no curso: "**Congresso Conexão Pública" –** que ocorrerá em Brasília nos dias **17 a 20 de março de 2026 em Brasília/DF**, conforme a Dispensa de Licitação - Inexigibilidade nº 02/2026. Sendo o valor estimado de **R$ 35.844,00 (trinta e cinco mil oitocentos e quarenta e quatro reais)**.

Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 72 da lei nº 14.133/2021, a vista do **parecer conclusivo exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa de Leis**, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

DETERMINO, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do *artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021*, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Publique-se.

Cerro Azul/PR, 16 de março de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:C66EB1A8

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 267/2026 INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) E INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Cerro Azul, Estado do Paraná, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica Municipal e;
Considerando a observância estrita as disposições da Constituição Federal de 1988, especialmente seus princípios administrativos previstos no artigo 37;
Considerando o dever que a Administração Pública possui de apurar minuciosamente todas as irregularidades e ilegalidades ocorridas em seu âmbito;
RESOLVE:
ART. 1º Designar **ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA *(CPF oculto)***, **ANGELA MARIA HILMAN *(CPF oculto)*** e **MAGALY BRUNA RAMOS *(CPF oculto)***, servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar a responsabilidade funcional da servidora **J. R. (*CPF oculto*)**, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, matricula n° 1***1, em decorrência dos seguintes fatos:
Fato 1 – Irregularidades em Verbas e Consignados:
Indícios de que parcelas de empréstimos bancários particulares (Itaú e Bradesco) tenham sido indevidamente custeadas pelo município de Cerro Azul/PR, gerando prejuízo ao erário, além do descumprimento do limite legal da margem consignável.
Fato 2 – Excesso de Jornada Extraordinária:
Recebimento habitual de horas extraordinárias em patamares superiores ao limite legal estabelecido pelo Art. 103 da Lei Municipal nº 003/2002, sem a devida justificativa formal.
Fato 3 – Inconsistências Financeiras em Folha:
Identificação de pagamentos injustificados na folha de pagamento da servidora em período pretérito, conforme apontado pelo Departamento de Recursos Humanos.
ART. 2º A apuração deverá verificar o cumprimento dos deveres do servidor público, previstos no Art. 195 da Lei Municipal nº 03/2002, especificamente quanto à:
Lealdade às instituições a que servir;
Observância das normas legais, regulamentares e regimentais;
Manutenção de conduta compatível com a moralidade administrativa.
ART. 3º As condutas descritas no Art. 1º configuram, em tese, descumprimento dos deveres mencionados e as infrações disciplinares previstas no artigo 209, incisos IV e X, da Lei Municipal nº 03/2002.
ART. 4º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.
ART. 5º A Comissão acima nomeada terá o prazo de 90 (noventa) dias para emitir relatório conclusivo sobre a eventual responsabilidade da servidora.
ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor após a sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cerro Azul/PR, 20 de março de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:E3330FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 034/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;
DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2022.

DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO: 24/03/2026 às 08:00 até a data de 26/03/2026 às 17hrs.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: licitacoescerroazulpm@gmail.com e/ou licitacao@cerroazul.pr.gov.br

ENDEREÇO PARA O ENVIO DE PROPOSTA IMPRESSA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EM ENVELOPE LACRADO E IDENTIFICADO: Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR.

O MUNICIPIO DE CERRO AZUL, pessoa jurídica, de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.105.626/0001-24, com sede a Rua Barão Cerro Azul, 63, CEP: 83.570-000 – Centro, Cerro Azul/PR, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do Art. nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

OBJETO: A aquisição de chocolates, destinados aos alunos da rede municipal de ensino, bem como às crianças e participantes dos programas e grupos atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, e aos servidores do município, em atendimento às Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Assistência Social.

O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Licitação e Compras, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, nos dias úteis, pode ser visualizado na integra no site oficial da Prefeitura de Cerro Azul: https://www.cerroazul.pr.gov.br. Maiores informações no endereço acima ou pelos telefones: (41) 3662-1222.

Cerro Azul, 20 de março de 2026.

RODRIGO AUGUSTO NAVARETE
Agente de Contratação
Decreto nº 002/2026

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:727E2D36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 261, DE 10 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DAS FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL REGINA DE FATIMA PLATNER MOTTIM, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 261, DE 10 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a revogação das férias concedidas a servidora pública municipal Regina de Fatima Platner Mottim, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando que a servidora foi recentemente remanejada de setor;

Considerando que o seu afastamento poderá ocasionar prejuízo a continuidade e à regularidade dos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar as férias concedidas a servidora pública senhora Regina de Fatima Platner Mottim, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na secretaria municipal de Saúde, anteriormente estabelecida pela portaria n°166, de 13 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23 de fevereiro de 2026, edição n°3474.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 10 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:FB7624FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 262, DE 11 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NEREU LINO DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 02(DUAS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 262, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista **02(duas**) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Nereu Lino do Nascimento, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°146/2026-SD, advindo da Secretaria municipal de Educação e Cultura ,o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022.Para viajar até Curitiba PR transportando alunos para o colégio agrícola e outras demandas da secretaria, nos dias 16 e 20 de março do ano de 2026. Saídas ás 06h00min e retornos as 18h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4567DC60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 263, DE 11 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR ARI HENRIQUE DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 05 (CINCO) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 263, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Senhor Ari Henrique dos Santos, ocupante do cargo de Motorista 05 (cinco) diárias.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Ari Henrique dos Santos ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme o memorando n°147/2026-SD, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$348,05 (trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), para custear despesas com viagens, conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viajar até Curitiba PR transportando Universitários. Nos dias 16,17,18,19 e 20 de março do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:7941E703

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 264, DE 11 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAYSSA THAYANA GOLINELLI, OCUPANTE DO CARGO DE FONOAUDIÓLOGA 01 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 264, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Rayssa Thayana Golinelli, ocupante do cargo de Fonoaudióloga 01 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Rayssa Thayana Golinelli, ocupante do cargo de Fonoaudióloga vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme memorando n º152/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 20 de março do ano de 2026, para participar do lançamento do programa TEA COMESP. Saída 06h00min e retorno as 13h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F5016E6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 265, DE 11 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA CHAVES DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA 1 (UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 265, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Público Municipal Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura 1 (uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;

Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Público Municipal senhora Adriana Chaves da Silva, ocupante do cargo de Secretaria Municipal da Educação e Cultura vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme o memorando n°143/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$104,42 (cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), Com base no Art.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem, até Curitiba PR no dia 20 de março do ano em curso, para participar do lançamento do programa TEA COMESP. Saída ás 05h30min e retorno as 13h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:786CEE72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 266, DE 11 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA DO ROCIO DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 266, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia do Rocio Dias, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°94/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagem de emergência até a cidade de Rio Negro PR no dia 04 de março do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Luiza Marillac. Com horário de saída as 19h00 min e retorno no dia 05 de março as 01h40 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 11 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:FA46D64C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 268, DE 12 DE MARÇO DE 2026 REVOGAR A PORTARIA N°259, DE 10 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 268, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Revogar a portaria n°259, de 10 de março de 2026**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º - Revogar a portaria n°259, de 10 de março de 2026, devido a solicitação do memorando n°113 da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao cancelamento da diária da servidora Simone de Oliveira.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:AB12A446

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 269, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA RAMALHO DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 269, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Marilda Ramalho dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Marilda Ramalho dos Santos ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°99/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Campina Grande do Sul PR, acompanhado pacientes no dia 09 de março do ano de 2026, até o Hospital Angelina Caron. Saída 12h30min e retorno as 20h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:D7B825A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 270, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA PLATNER, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 270, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Patricia Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Patricia Platner, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°100/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Campina Grande do Sul PR, acompanhado pacientes no dia 08 de março do ano de 2026, até o Hospital Angelina Caron. Saída 03h00min e retorno as 09h40min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:05B5300E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 271, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DO CARMO JESUS DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 271, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista 3(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Reinaldo do Carmo Jesus de Souza, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°101/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 04,06 e 07 de março do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:AD6DE0E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 272, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SONIA COSTA FAGUNDES, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 272, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder a servidora pública Municipal Sonia Costa Fagundes, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Sonia Costa Fagundes, ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°98/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens de emergência até Campo Largo PR no dia 06 de março do ano de 2026, acompanhando paciente até o Hospital Rocio Lagoa. Com horário de saída 19h00 min e retorno no dia 07 de março as 00h15min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:A99151FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 273, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSE DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 03(TRÊS) DIÁRIAS.

PORTARIA Nº 273, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao servidor público Municipal Walter Jose do Vale, ocupante do cargo de motorista 03(três) diárias**.**

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Walter Jose do Vale, ocupante do cargo de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°97/2026-SMS, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$208,83(duzentos e oito reais e oitenta e três centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes para tratamento no dia 07,09 e 10 de março do ano de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:FA9BF83C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 274, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 274, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Elon Rangel Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Farmacêutico 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Elon Rangel Ribeiro de Souza ocupante do cargo de Farmacêutico vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°93/2026-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem até Curitiba PR, no dia 10 de março do ano de 2026, por participar da oficina sobre instrumentos de gestãod o SUS ministrada pelo CRESEMS. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:2947617F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 275, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZIANE CORDEIRO LOVATO BESTEL, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 275, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Eliziane Cordeiro Lovato Bestel, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Eliziane Cordeiro Lovato Bestel, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº 104/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022., para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 20 de março do ano em curso, para participar do lançamentos do programa TEA COMESP. Saída 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6A8734BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 276, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VALERIA DE JESUS MANGGER LEONARDO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 276, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Valeria de Jesus Mangger Leonardo, ocupante do cargo de Diretora de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal senhora Valeria de Jesus Mangger Leonardo, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº 105/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022., para custear despesas com viagem, á Curitiba - PR no dia 20 de março do ano em curso, para participar do lançamentos do programa TEA COMESP. Saída 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4A8F962C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 277, DE 12 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CESAR KOGISKI, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO 1(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 277, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Cesar Kogiski, ocupante do cargo de Diretor de Departamento 1(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor Cesar Kogiski, ocupante do cargo de diretor de departamento vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social conforme memorando nº118/2026, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, á Curitiba - PR no dia 09 de março do ano em curso, para acompanhar a menor Ana Julia Pereira Chaves a uma perícia no INSS. Saída 08h00 min e retorno ás 17h00 min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 12 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:D5C8749D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 280, DE 13 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICO.

PORTARIA Nº 280, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares ao servidor público municipal Elon Rangel Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Farmacêutico.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares ao servidor público municipal senhor Elon Rangel Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 06/01/2024 a 05/01/2025. Para usufruir a partir de 16 de março do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:0A1D9753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 281, DE 13 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

PORTARIA Nº 281, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre interrupção de licença para tratar de assuntos particulares.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 90, II da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n°046189, solicitando a interrupção de licença, em conformidade com o disposto no Art. 147, § 3° da Lei Municipal n° 003/2002 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Cerro Azul;

RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER, a partir de 11 de março de 2026, a licença para tratar de assuntos particulares, concedida através da Portaria n° 825, de 08 de julho de 2025, a servidora pública municipal RAYANE BOARD DE FARIAS GLODIS, matrícula 263301, ocupante do cargo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme manifestação Expressa.

Parágrafo único. A servidora deverá reassumir o exercício de suas funções junto a secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 13 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:F123380B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 283, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE BONETE, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 283, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Eliane Bonete, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Eliane Bonete, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de férias de 16/03/2025 a 15/03/2026. Para usufruir a partir de 20 de março do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6AFE01F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 284, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL KURT MARTERER, OCUPANTE DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

PORTARIA Nº 284, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares ao servidor público municipal Kurt Marterer, ocupante do cargo de Educador Social.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulamentares ao servidor público municipal senhor Kurt Marterer, ocupante do cargo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 21/03/2025 a 20/03/2026. Para usufruir a partir de 21 de março do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:9B4CB2CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 285, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLEI CRISTIANE MIGUEL, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 285, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Marlei Cristiane Miguel, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Marlei

Cristiane Miguel, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Governo, referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2025 a 11/03/2026. Para usufruir a partir de 06 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:FADFFD72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 286, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCOS ANTONIO MARCHE, OCUPANTE DO CARGO DE GUARDIÃO.

PORTARIA Nº 286, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados do servidor público municipal Marcos Antonio Marche, ocupante do cargo de Guardião.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados ao servidor Público Municipal Marcos Antonio Marche ocupante do cargo de guardião lotado na Secretaria Municipal de Administração referente ao período aquisitivo de férias de 12/03/2024 a 11/03/2025. Para usufruir a partir de 10 de abril do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:A8DA160F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 287, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADEMAR FERNANDES DE SOUSA, OCUPANTE DO CARGO DE GUARDIÃO.

PORTARIA Nº 287, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados ao servidor público municipal Ademar Fernandes de Sousa, ocupante do cargo de Guardião.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulamentares e 10(dez) dias remunerados ao servidor Público Municipal Ademar Fernandes de Sousa, ocupante do cargo de guardião lotado na Secretaria Municipal de Administração referente ao período aquisitivo de férias de 26/03/2025 a 27/03/2026. Para usufruir a partir de 01 de abril do ano de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:823A3237

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 288, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUANA EDUARDA DE MOURA MACHADO, OCUPANTE DO CARGO DE PEDAGOGA.

PORTARIA Nº 288, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Luana Eduarda de Moura Machado, ocupante do cargo de Pedagoga.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares a servidora pública municipal senhora Luana Eduarda de Moura Machado, ocupante do cargo de Pedagoga, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 29/05/2023 a 28/05/2024. Para usufruir a partir de 31 de março do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:9C3F4A9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 289, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 20(VINTE) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA PEREIRA DE CRISTO, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

PORTARIA Nº 289, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Adriana Pereira de Cristo, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 20(vinte) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Adriana Pereira de Cristo, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de férias de 10/01/2025 a 09/01/2026. Para usufruir a partir de 22 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:4E15F4EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 290, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 05(CINCO) DIAS DE FÉRIAS REGULARES E 10(DEZ) DIAS REMUNERADOS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA MARA MAURE, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 290, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 05(cinco) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal Sandra Mara Maure, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 05(cinco) dias de férias regulares e 10(dez) dias remunerados a servidora pública municipal senhora Sandra Mara Maure, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 24/02/2024 a 23/02/2025. Para usufruir a partir de 02 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:9CAA7D50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 291, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GIOVANNA ZARINA AGAR BILBAO ADAD, OCUPANTE DO CARGO DE DENTISTA.

PORTARIA Nº 291, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal Giovanna Zarina Agar Bilbao Adad, ocupante do cargo de Dentista.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulares a servidora pública municipal senhora Giovanna Zarina Agar Bilbao Adad, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 26/09/2024 a 25/09/2025. Para usufruir a partir de 22 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:05BEF68E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 292, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 10(DEZ) DIAS DE FÉRIAS REGULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WELINTON FELIPE DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

PORTARIA Nº 292, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 10(dez) dias de férias regulares ao servidor público municipal Welinton Felipe da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:
Art. 1º - **Conceder** 10(dez) dias de férias regulamentares ao servidor público municipal senhor Welinton Felipe da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 02/08/2024 a 01/08/2025. Para usufruir a partir de 08 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:93BEAAA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 293, DE 16 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 30(TRINTA) DIAS DE FÉRIAS REGULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LINDACIR DA APARECIDA VAZ, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PORTARIA Nº 293, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre Conceder 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal Lindacir da Aparecida Vaz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 110, da Lei Municipal nº 03, de 02 de julho de 2002, e Lei 001/2020 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - **Conceder** 30(trinta) dias de férias regulares a servidora pública municipal senhora Lindacir da Aparecida Vaz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de férias de 19/03/2024 a 18/03/2025. Para usufruir a partir de 01 de abril do ano de 2026.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:7F181320

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 294, DE 16 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANA DE MOURA E COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 294, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de Agente Administrativo 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de Agente Administrativo vinculado à Secretaria Municipal Finanças, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem á Curitiba PR, no dia 10 de março do ano em curso, por participar do curso defesa civil e assistência social – capacitação sobre intervenção e gestão em desastres. Com saídas às 06h00min e retornos as 17h30min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:DEBF8AC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 297, DE 16 DE MARÇO DE 2026 CONCEDER A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FABIANA DE MOURA E COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO 01(UMA) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 297, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Conceder a Servidora Pública Municipal Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de Agente Administrativo 01(uma) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº68/2025, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora Fabiana de Moura e Costa, ocupante do cargo de Agente Administrativo vinculado à Secretaria Municipal Finanças, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagem á Curitiba PR, no dia 04 de março do ano em curso, por participar da capacitação de capturas de serpentes. Com saídas às 06h00min e retornos as 16h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:29AE7E9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 299, DE 17 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 180(CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA A MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANDRELIZE DO CARMO ASSUMPÇÃO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

PORTARIA Nº 299, DE 17 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade a servidora pública municipal Andrelize do Carmo Assumpção ocupante do cargo de Professora.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 036/2017 Art. 1º que regulamenta o artigo 138 da Lei Municipal nº 003/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade, com início no dia 03 de março do ano de 2026 e termino no dia 29 de agosto de 2026, a servidora pública municipal senhora Andrelize do Carmo Assumpção, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:6CC62351

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 311, DE 17 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE CONCEDER 180(CENTO E OITENTA) DIAS DE LICENÇA A MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALANE ERAT SCREMIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

PORTARIA Nº 311, DE 17 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade a servidora pública municipal Alane Erat Scremin ocupante do cargo de Professora.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 036/2017 Art. 1º que regulamenta o artigo 138 da Lei Municipal nº 003/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipal do Município de Cerro Azul,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 180(cento e oitenta) dias de Licença a Maternidade, com início no dia 11 de março do ano de 2026 e termino no dia 06 de setembro de 2026, a servidora pública municipal senhora Alane Erat Scremin, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de março do ano 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:7D195172

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 316, DE 19 DE MARÇO DE 2026 DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

PORTARIA Nº 316, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre interrupção de licença para tratar de assuntos particulares.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 90, II da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob n°046282, solicitando a interrupção de licença, em conformidade com o disposto no Art. 147, § 3° da Lei Municipal n° 003/2002 Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Cerro Azul;

RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER, a partir de 18 de março de 2026, a licença para tratar de assuntos particulares, concedida através da Portaria n° 1096, de 29 de agosto de 2025, a servidora pública municipal MARTHA LAMBERT LORENSKI, matrícula 2445/1, ocupante do cargo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme manifestação Expressa.

Parágrafo único. A servidora deverá reassumir o exercício de suas funções junto a secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 19 de março do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Ribeiro de Souza
Código Identificador:7C042674

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE RATIFICAÇÃO - Nº 010-2026

Dispensa de Licitação nº 020/2026
Processo Administrativo nº 010/2026

Objeto: A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de mão de obra e fornecimento de materiais, destinados à execução de piso, arquibancada, muro e instalação de rede no barracão da quadra de esportes da Escola Caminhos da Igualdade, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação.

Em favor da empresa: RUDYNEY DE ANDRADE FRANCA (CNPJ: 52.599.809/0001-85).

Valor total: R$ 29.900,00 (vinte e nove mil, novecentos reais).

Pelo presente **TERMO DE RATIFICAÇÃO**, tendo recebido nesta data, Parecer Jurídico, bem como o Processo Administrativo de Dispensa elaborado pela Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 002/2026, e do reconhecimento da presença dos requisitos exigidos pelo Inciso II do Artigo 75 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a referida dispensa bem como encaminho o presente processo para o Departamento competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Cerro Azul/PR, 20 de março de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Augusto Navarete
Código Identificador:F82B7EAB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DO 3° (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2023

EXTRATO DO 3° (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2023
Contratante: Câmara Municipal De Clevelândia – PR
Contratada: Copy Printer Multifuncionais Ltda;
Objeto: Contratação de empresa para locação de equipamentos reprográficos multifuncionais (impressora/copiadora/scanner) para a secretaria deste Poder Legislativo, incluindo fornecimento do equipamento em ótimo estado, serviços de preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo.
Prazo Adicional: 12 (doze) meses.
Vigência do Contrato: 23/03/2026 a 22/03/2027.
Valor Mensal: R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), totalizando R$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais) para o período.
Dotação Orçamentária: 3.3.3.9.0.39.12.00.00.00.00 – Locação de máquinas e equipamentos.
Foro: Comarca de Clevelândia – PR.
Data de Assinatura: 20 de março de 2026.
Clevelândia, 20 de março de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:1B10752E

GABINETE
EDITAL Nº009/2025

EDITAL Nº009/2025

17ª CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

A Prefeita Municipal Rafaela Martins Losi no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital n°009/2025, visando o preenchimento de vaga.

TORNA PÚBLICO, a convocação dos aprovados no Processo Seletivo Público Simplificado.
Art. 1°- Os convocados abaixo relacionados para as vagas, deverão comparecer impreterivelmente até o dia 26/03/2026, junto ao Departamento de Recursos Humanos, para assumir a vaga e distribuição do local de trabalho.

Técnico em Enfermagem – 40 horas	
Classificação	**Nome do Candidato(a)**
5°	Andrieli De Abreu

Art. 2°- O não comparecimento na data e local marcados, para atender o presente edital e confirmar aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito a vaga.

Art. 3°- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Clevelândia, Paraná, 20 de Março de 2026.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:D9040FDC

GABINETE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 005/2026

Conselho Municipal da Assistência Social
Clevelândia-Pr

Resolução de Aprovação do CMAS – Clevelândia/PR

Resolução CMAS nº 005/2026

SÚMULA – Aprova a adesão e o Plano de Ação ao Incentivo para Construção de CREAS, conforme a Resolução Ad Referendum n.º 001/2026 – CEAS/PR,

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS – de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal
n° 1.421/95 alterada pela Lei 2.421/2012 e conforme deliberação em reunião extraordinária, realizada no dia 20 de Março de 2026.

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar a adesão ao Incentivo para Construção de CREAS, conforme a Resolução Ad Referendum n.º 001/2026 – CEAS/PR,
Art. 2° - Aprova o Plano de Ação demonstrado junto ao SIFF;
Art. 3 º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia, 20 de março de 2026.

ALINE DE ARAÚJO
Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:700B8641

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 11/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 – PROCESSO Nº. 16/2026 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E TANGO LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 11/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2025 – PROCESSO Nº. 16/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e TANGO LTDA.
1. DO OBJETO:
1.1 Aquisição de ovos de chocolate
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

2.1 O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a realização da compra e empenho.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 41.816,67 (quarenta e um mil oitocentos e dezeseis reias e sessenta e sete centavos
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.
Clevelândia, 20 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:B17E4774

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA PROCESSO ADMINISTRATIVO: 28/2026 DISPENSA PRESENCIAL: 6/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA
Processo Administrativo: 28/2026
Dispensa Presencial: 6/2026
Tipo Objeto: Compras e serviços O(A) Prefeito(a) Municipal RAFAELA MARTINS LOSI no uso de suas atribuições legais e regimentais com fundamento na Lei 14133/2021 em seu artigo 75: RATIFICO A dispensa de solicitação para contratação da empresa M A RUZZA RISSARDI ELETRICA cujo objeto trata da: Contratação de empresa especializada em mão de obra para Instalação elétrica, montagem e desmontagem de todas as decorações de Pascoa, assim como também a manutenção temporária da elétrica dos itens instalados, solicitadas pelo Município de Clevelândia-PR.
Valor: R$ 23.000,00 (vinte e três mil)
Clevelândia, 20 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:9284BCBC

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE PROCESSO ADMINISTRATIVO: 19/2026 INEXIGIBILIDADE: 8/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Processo Administrativo: 19/2026
Inexigibilidade: 8/2026
Tipo Objeto: Compras e serviços Despacho da Senhora Prefeita Municipal Em face a informação prestada pelo Departamento Contábil, quanto à existência de dotação orçamentária, para fazer frente à obrigação decorrente da contratação comentada no Termo de Referência em anexo, e levando em conta a legalidade do ato, exteriorizada através do respectivo parecer jurídico anexo ao processo, que declarou Inexigibilidade de licitação a contratação sob análise, com fulcro na lei Lei Federal 14.133/2021; Artigo 74; Dispositivo I; aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos RATIFICO a contratação da empresa denominada IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n° 01.258.027/0001-41, na cidade de Florianópolis, Estado Santa Catarina, por intermédio de processo de Inexigibilidade de licitação, visando Outros, Pelo valor global de R$35.753,00 (trinta e cinco mil e setecentos e cinquenta e três reais);
Publique-se.
Clevelândia, 19 de março de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal
CPF/CNPJ: 041.336.149-76

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:6DF8B52D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
O Presidente da Câmara Municipal de Colombo, no uso de suas atribuições regimentais, torna público que realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater questões relacionadas ao abastecimento de água no Município de Colombo e às recorrentes interrupções no fornecimento do serviço à população.
A audiência contará com a presença de representantes da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, convocados para prestar esclarecimentos acerca do tema, bem como com a participação de autoridades públicas, representantes de órgãos de controle, entidades da sociedade civil e da comunidade em geral.

DATA: 09 de abril de 2026.
HORÁRIO: 9h.
LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Colombo, situada à Rua Francisco Busato, nº 8005, Centro.
OBJETIVO: A audiência pública tem como objetivo promover o diálogo entre o Poder Público, a empresa responsável pelo serviço de abastecimento de água e a sociedade civil, possibilitando a apresentação de informações, esclarecimentos e manifestações da comunidade acerca do tema.

Os interessados em participar e encaminhar manifestações deverão realizar inscrição presencial no local da audiência, antes do início dos trabalhos, sendo as falas organizadas conforme a ordem de inscrição e as regras definidas pela Presidência.
A audiência será aberta ao público e poderá ser acompanhada presencialmente ou por meio de transmissão no canal oficial da Câmara Municipal.

Colombo, 19 de março de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:56A02EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 106/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 005/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 017/2026

Processo: 19.002/2025
Contratante: Município de Colombo/PR
Contratada: JORGE MARCO AURÉLIO BIAVATI, CPF n.º XXX.826.XXX-15
Fiscalização: Será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestor de Contrato: Elsio Ricardo Stelzner, matrícula funcional n.º 15.178 - contato: (41) 3562-5887 - Fiscal de Contrato: Marco Antonio da Silva, matrícula funcional n.º 19.399 - E-mail: patrimonio@colombo.pr.gov.br - Fiscal Técnico: Alecsandro Betinardi, matrícula funcional n.º 3607 - especialmente designados através de Portaria Municipal.

Objeto: O contrato tem por objeto o credenciamento de **Leiloeiros Oficiais**, pessoas físicas ou jurídicas, regularmente matriculadas na Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR), com a finalidade de levantar e avaliar, preparar, organizar, elaborar e publicar editais, divulgar e intermediar a venda, por meio de leilões presenciais e eletrônicos, incluindo propagandas e marketing para a realização de leilão, bem como, a realização do leilão e todos os procedimentos decorrentes do mesmo.
Valor: A remuneração do leiloeiro contratado para realizar leilão será constituída exclusivamente da comissão 5% (cinco por cento) sobre móveis, imóveis, semoventes, mercadorias, e outros efeitos calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o Decreto n.° 21.981/32.
Vigência: O prazo de vigência será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data de emissão: Colombo/PR, 19 de março de 2026
Assinatura: Ismailin Schrotter

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:DF4AEE48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2025

Processo: 322/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias.
Contratada: CITYCAR ALUGUEL DE VEÍCULOS S.A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 68.765.049/0001-79.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor da Ata Sr. Edson de França, do fiscal Administrativo de contrato Sr. William Bernardes Silveira Duarte e fiscal técnico Sr. Marco Antônio Arone.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Locação mensal de Veículos, sob demanda, sem limite de quilometragem, sem motorista e sem fornecimento de combustível, incluindo a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, seguros, taxas e impostos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Colombo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos
Valor: R$ 2.962.416,00 (dois milhões e novecentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e dezesseis reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA nº 1882/2025.
Prorrogação: O presente termo aditivo prorroga a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 26 de março de 2026 a 25 de março de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 13 de março de 2026.
Assinatura: Hélder Luiz Lazarotto - Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:3B9ED6BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 18797/2023

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Colombo torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 18797/2023.

AUTUADO: MUNDO DA GULA
CNPJ: 24.580.229/0006-15
ENDEREÇO: Rodovia da Uva, 1243, Bairro Roça Grande - Colombo/PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração nº 7677 de 18 de maio de 2023.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/2001, Art. 63, incisos XIII e VI, c/c Decreto Estadual nº5.711/02, art. 376 e 379.

PENALIDADE IMPOSTA: O PAS nº 18797/2023 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA de 04 UFC (Unidade Fiscal de Colombo)**, com base na Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 55 inciso XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002, art. 532 inciso XI c/c Lei Municipal nº 1.091/2008, art. 4 inciso II.

Publicado por:
Josiane Tiborski Cesar
Código Identificador:EB116F30

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DECISÃO FINAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO Nº 6896/2023

Em cumprimento à legislação vigente, a Secretaria Municipal de Saúde de Colombo torna pública a **DECISÃO FINAL** do Processo Administrativo Sanitário (PAS) nº 6896/2023.

AUTUADO: DROGARIA QUEIROZ FARIA DE LIMA
CNPJ: 16.384.038/0001-45
ENDEREÇO: Rua das Orquídeas, 651, Bairro São Dimas - Colombo/PR
AUTO DE INFRAÇÃO: Auto de Infração nº 7347 de 24 de fevereiro de 2023.
LEGISLAÇÃO INFRINGIDA: Lei Estadual nº 13.331/2001, Art. 63, incisos LI, XXIII, XV e XIII c/c Resolução SESA nº 781/2020, art. 4º e art. 6º item XVII; RDC nº222/2018; Resolução SESA nº590/2014, art. 18 e art. 42; Portaria nº344/98; RDC nº20/2011.
PENALIDADE IMPOSTA: O PAS nº 6896/2023 transitou em julgado em 1ª instância administrativa, tendo sido aplicada a penalidade de **MULTA de 06 UFC (Unidade Fiscal de Colombo) e advertência escrita**, com base na Lei Estadual nº 13.331/2001, art. 55 inciso I e XI c/c Decreto Estadual nº 5.711/2002, art. 532 inciso I e XI c/c Lei Municipal nº 1.091/2008, art. 4 inciso I e II.

Publicado por:
Josiane Tiborski Cesar
Código Identificador:5B3045C4

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO 3009

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). EPÓLIO DE JOSÉ ADEMAR PROCOPIAK, CPF/CNPJ nº 000.564.219-15 que V.Sª foi está notificado conforme Lei Federal 9605/98 art. 70. no Processo Administrativo Ambiental 9280/2026.

Fica V.Sª obrigada a cumprir com o seguinte: descrever obrigações da notificação:
Não promover a queima de resíduos no interior do imóvel (imediato).

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:8CF41564

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) NACIONAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 02.05.092.0151 situado a RUA EGITO Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:D5173EFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025

OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, incluindo implementos para preparo, manejo e conservação do solo e processamento de resíduos vegetais, destinados ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Contenda/PR, com recursos provenientes da Transferência Especial nº 202537050006
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 41.750,00 (quarenta e um mil, setecentos e cinquenta reais)
CONTRATADA: CIDAMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CNPJ nº 32.396.643/0001- 92
VIGÊNCIA: 7 MESES
EXECUÇÃO: 06 MESES
DATA: 13/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4BCC7C92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 072/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 072/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 070/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025**
VALOR: R$ 26.424,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais).
CONTRATADA: ANDRESSA PEREIRA VINHAS inscrita no CNPJ/MF sob nº **64.561.258/0001-40**
DATA: 20/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:F1CFB8C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 071/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 066/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 071/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026
OBJETO: Contratação, por inexigibilidade de licitação, mediante credenciamento, de mecânico, para atendimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, conforme Chamamento Público nº 02/2026
VALOR: R$ 45.504,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e quatro reais).
CONTRATADA: MAXIMO LUIZ RIBEIRO PINTO inscrita no CNPJ/MF sob nº **65.045.865/0001-10**
DATA: 20/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C6602ABD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 064/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ESCOLAR ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025
VALOR: R$ 26.904,00 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais).
CONTRATADA: WILLIAN OPALINSKI, inscrita no CNPJ/MF sob nº **64.282.261/0001-24**,
DATA: 20/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:413E006D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 069/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025
VALOR: R$ 26.904,00 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais).
CONTRATADA: ADRIANA CRISTINA OLECH DO NASCIMENTO inscrita no CNPJ/MF sob nº **63.501.615/0001-11**
DATA: 20/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:48F22C10

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 068/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 068/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025**
VALOR: R$ 26.904,00 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais).
CONTRATADA: ELIETE PADILHA DOS SANTOS inscrita no CNPJ/MF sob nº **64.301.087/0001-10**
DATA: 20/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C90786F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 066/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 073/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 066/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ESCOLAR ATRÁVES DA CHAMADA PUBLICA Nº03/2025
VALOR: R$ 26.904,00 (vinte e seis mil, novecentos e quatro reais).
CONTRATADA: THUANNY CRISTINA BENDLIN DA SILVA, inscrita no CNPJ/MF sob nº **64.259.758/0001-21**
DATA: 20/03/2026

ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:46E36112

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025
OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, incluindo implementos para preparo, manejo e conservação do solo e processamento de resíduos vegetais, destinados ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Contenda/PR, com recursos provenientes da Transferência Especial nº 202537050006
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 34.899,00 (Trinta e Quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais)
CONTRATADA: CLEIA E K THUROW ME, CNPJ nº 16.776.641/0001-72
VIGÊNCIA: 7 MESES
EXECUÇÃO: 06 MESES
DATA: 13/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:96DFE7CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2025
OBJETO: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, incluindo implementos para preparo, manejo e conservação do solo e processamento de resíduos vegetais, destinados ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Contenda/PR, com recursos provenientes da Transferência Especial nº 202537050006
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.20.606.0008.1.002.4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
VALOR: R$ 98.200,00 (noventa, oito mil e duzentos reais)
CONTRATADA: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS, CNPJ nº 23.691.899/0001-31
VIGÊNCIA: 7 MESES
EXECUÇÃO: 06 MESES
DATA: 13/03/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:055D4CE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE DISTRATO CONTRATO Nº 166/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 279/2025

TERMO DE DISTRATO
CONTRATO Nº 166/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO 279/2025

MUNICÍPIO DE CONTENDA, pessoa jurídica de direito público interno, sito à avenida João Franco, nº 400, Centro, na cidade de Contenda, estado do Paraná, CNPJ/MF Sob o nº 76.105.519/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito, **Senhor ANTONIO ADAMIR DIGNER**, brasileiro, casado, CPF/MF sob o nº 660.952.049-68, portador da Carteira de Identidade sob o nº 4.638.701-5, seguir denominado **DISTRATANTE**, e o de outro lado a empresa **63.216.920 MARIANE SILVEIRA PEPES**, CNPJ 63.216.920/0001-61, Rua Leopoldo Bazia nº 183, bairro Pepes, na cidade de Contenda-PR, neste ato representada por **MARIANE SILVEIRA PEPES**, portadora do CPF sob nº 087.720.679-18, residente e domiciliada no mesmo endereço da empresa, a seguir denominada **DISTRATADA**, resolvem efetuar o **TERMO DE DISTRATO do CONTRATO Nº 166/** o que fazem nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto, conforme acordado entre as partes, realizar a RESCISÃO AMIGÁVEL, nos termos do artigo 138, II da Lei 14.133/2021, ao Contrato nº 166/2025, cujo objeto trata **CH/AMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE MERENDEIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, RECEPCIONISTA, MECÂNICO, PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR e ATENDENTE.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO
Revoga-se, portanto, a partir do dia **16 de março de 2026**, todas as cláusulas contidas no **Contrato nº 166/2026**, desobrigando reciprocamente as partes envolvidas, tanto em relação aos direitos como aos deveres e obrigações conferidas pelo contrato rescindendo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS
Fica eleito o foro da Comarca da Lapa para dirimir dúvidas ou quaisquer questões relativas a interpretações e execução do presente TERMO DE DISTRATO, renunciando expressamente as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Firmo o presente TERMO DE DISTRATO
Contenda, 20 de março de 2026

MUNICÍPIO DE CONTENDA
Contratante

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:74742574

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2026

O Município de Contenda por meio do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legaisCONVOCAos (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), selecionados (as) de acordo com o Edital de abertura nº 001/2024 do Processo Seletivo Simplificado e Edital de Homologação do Resultado Final nº 016/2024 para os cargos relacionados abaixo, a comparecerem neste

Departamento sito à Avenida João Franco n° 400, no prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, a partir da data da publicação, a fim de manifestar o interesse em assumir o cargo e entregar a documentação estabelecida neste Edital.

CARGO: ATENDENTE INFANTIL – PSS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
63°	GABRIELI VITORIA DA SILVA

Decorrido o prazo estabelecido, será considerado desistente o candidato que não atender a presente convocação.

Contenda, 20 de março de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

ANEXO I
O candidato convocado terá que apresentar fotocópias e originais dos seguintes documentos:

a) Cédula de identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Comprovante de Quitação Eleitoral;
e) Comprovante de Residência;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento
g) Certidão de Nascimento ou RG de dependentes, devendo também apresentar
obrigatoriamente CPF de cada um.
h) Carteira de Trabalho com número do PIS/PASEP e qualificação cadastral;
i) Comprovante de quitação com o serviço militar (apenas para candidatos do sexo
masculino);
j) 01 foto 3x4;
k) Diploma/certificado que comprove a conclusão do curso e a escolaridade requerida;
l) Registro no Conselho de Classe, quando o cargo exigir, apresentando também certidão do referido conselho ou demais documentos comprobatórios que comprovem a regularidade do registro junto ao órgão;
m) Comprovante do não registro de antecedentes criminais mediante auto declaração, ou pela apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos
Foros das Justiças Federal e Eleitoral, podendo ser obtida nos seguintes endereços
eletrônicos:
▪ Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais, por meio de certidão obtida no site: https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral
▪ Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato dos últimos 05 (cinco) anos, obtida no site:
https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/crimes-eleitorais
▪ Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pelo Foro da Justiça
Federal no site https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
n) Atestado de aptidão física e mental na forma do Anexo II deste edital.
o) Declaração de Bens atualizada ou a última Declaração Completa do Imposto de Renda;
p) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme
disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
(Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).
q) Declaração de Perda de Cargo Público (Disponibilizada pelo Departamento de Recursos Humanos).

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE FÍSICA E MENTAL
1. Identificação:
Nome:_ RG:_ UF:_ CPF:_ Data de Nascimento:_/ / Sexo:_ Estado Civil:_ Escolaridade:_ Endereço:_
2. Cargo pretendido:
3. Parecer do médico examinador
Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se gozando de plena saúde
física e mental, e está:
( ) Apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
( ) Não apto a exercer as funções do cargo inscrito no referido processo
4. Outras informações consideradas relevantes a respeito do estado de saúde do candidato

Local:_ Data:_/_/_

Médico Examinador Assinatura e Carimbo/CRM
Para preenchimento do candidato na data de sua contratação:
Eu,_, RG:_, declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função par a qual estou sendo contratado.

Local:_ Data:_/_/_

Assinatura do candidato

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:10A5EFB6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
NOTIFICAÇÃO DE DESISTÊNCIA TÁCITA Nº 011/2026

O Município de Contenda, por meio do Departamento de Recursos Humanos no uso de suas atribuições legais, torna pública a desistência tácita dos (as) candidatos (as) abaixo relacionados (as), devido ao não atendimento aos prazos estabelecidos nos respectivos editais de convocação:

CARGO: ATENDENTE INFANTIL – PSS	
CLASSIFICAÇÃO	NOME
62°	GABRIELLY APARECIDA BONETTE

Contenda, 20 de março de 2026.

FABIO LUIS MALINOVSKI PADILHA
Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:5166D0CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS 004/2026

RESOLUÇÃO Nº 04 de 19 de Março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida.

Dispõe sobre a apreciação do Relatório Anual de Gestão 2025.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida PR, em reunião ordinária realizada em 19 de Março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.718 de 21 de novembro de 2003; Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde. Considerando o Relatório Anual de Gestão do ano de 2025 apresentado. Considerando a necessidade de avaliar todas

as ações programadas e executadas com metas e objetivos de acordo com os recursos orçamentários do Município de Coronel Vivida.
RESOLVE:
Art. 1º - Apreciar o Relatório Anual de Gestão do ano de 2025, opinando por sua regularidade.
Art. 2º - A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2026.
Publique-se e Registre-se,

GILMAR ANTONIO GIARETTA.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Publicado por:
Flaviane Gubert Siqueira
Código Identificador:50CCFF4A

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS 005/2026

RESOLUÇÃO Nº 05 de 19 de Março de 2026, do Conselho Municipal de Saúde do Município de Coronel Vivida.

Dispõe sobre a apreciação do Plano de Trabalho para aplicação de Emendas Impositivas – Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida PR, em reunião ordinária realizada em 19 de Março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.718 de 21 de novembro de 2003; Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 141, de 13/01/2012; Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde; Considerando o Plano de Trabalho apresentado. Considerando a necessidade apresentada.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho para aplicação de Emendas Impositivas Municipais em ações do Instituto Médico Nossa Vida de Coronel Vivida, conforme segue:
- Serviços Médicos para atendimento de urgência e emergência em Obstetrícia: R$ 170.000,00.
- Serviços Médicos para atendimento de urgência e emergência em Cirurgia Geral: R$ 170.000,00.
TOTAL R$ 340.000,00.
Art. 2º - A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.
Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2026.
Publique-se e Registre-se,

GILMAR ANTONIO GIARETTA.
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Flaviane Gubert Siqueira
Código Identificador:5D1C6D7E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
ADITIVO N° 08 ao Contrato nº 03/2023 - Inexigibilidade nº 02/2023 - Contratante: Município de Coronel Vivida juntamente com o Fundo Municipal de Saúde – Contratada: INSTITUTO MÉDICO NOSSA VIDA DE CORONEL VIVIDA, CNPJ nº 17.340.842/0001-95. A prorrogação e acréscimo, objeto deste aditamento, estão embasados nos termos da Cláusula Terceira e Quarta do Contrato nº 03/2023, com fundamento no Art. 57 e Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através do Processo Adm. 1doc 2.373/2026, RESOLUÇÃO SESA 905/2023, RESOLUÇÃO SESA Nº 1679/2025, parecer jurídico, indicação contábil e Deliberação Superior. Conforme Resolução SESA nº 1679/2025, fica prorrogado o prazo de vigência para execução, por mais 12 (doze) meses, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro/2026, com prazo final de execução dos recursos em dezembro/2026. Fica acrescido o valor de R$ 89.112,54. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 20 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:9CFC347E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação nº 07/2026
Processo Licitatório nº 32/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico, Procurador Municipal, declaro dispensável a licitação nos termos da Lei Federal nº 11.947/2009 do Art. 14, § 1º, do diploma legal invocado. Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para atendimento à Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Contratada: Cooperativa dos Produtores Rurais de Coronel Vivida - COOPERVIVIDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.551.131/0001-50. Valor total estimado de R$ 2.546.230,38 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil duzentos e trinta reais e trinta e oito centavos). O prazo de vigência: de 25 de março de 2026 a 31 de março de 2027. Publique-se. Coronel Vivida, 20 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:7127D991

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026.
COM INVERSÃO DE FASES
O Município de Coronel Vivida torna público que fará realizar, às 09 (nove) horas do dia 09 de abril do ano de 2026, na plataforma BNC (www.bnc.org.br), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Vicinal Líbera Polese Ferri, Zona Rural	Pavimentação de Estrada Vicinal em CBUQ	22.260,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Coronel Vivida e na plataforma BNC (www.bnc.org.br). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Coronel Vivida, 20 de março de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:9B8B3B7B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO EXTRATO DA ATA 87-2026 PE 10-2026

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
Ata de Registro de Preços nº 87/2026 - Pregão Eletrônico nº 10/2026. Contratante: Município de Coronel Vivida. Detentora: IDEAL COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ/MF nº 54.186.728/0001-89. OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE CESTA BÁSICA. Valor total estimado: R$ 89.980,00. Prazo: 01 ano, de 22 de abril de 2026 a 21 de abril de 2027. Coronel Vivida, 20 de março de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:499B2238

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
006/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 018/2026

OBJETO: A presente dispensa de Licitação tem por finalidade a **contratação de empresa especializada para a realização de Projeto de Loteamento Minha Casa minha Vida e Projeto Loteamento Casa Fácil Paraná promovidos pelo Governo Federal e Estadual, destinado a construção de 25 (vinte e cinco) unidades habitacionais nesta municipalidade**, conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, I, da Lei n°14.133/2021.

CONTRATADO: RAMON PIRES ENGENHARIA

VALOR: R$ **80.293,44** (Oitenta mil, duzentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos)

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, ambos juntados aos autos, e considerando os princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, AUTORIZO a contratação direta em epígrafe, por meio da Dispensa de Licitação nº 006/2026, com fundamentação legal no Art. 75, I, da Lei n°14.133/2021.
Cruz Machado, 20 de março de 2026.

CARLOS NOWAK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:2C99EC6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DISPENSA 007/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 024/2026

OBJETO: A presente dispensa de licitação visa **a contratação de Instituição de Ensino/Fundação, para prestação de serviços especializados quanto ao planejamento, organização e realização de Concurso Público para atender as necessidades da Prefeitura do Município de Cruz Machado/PR, conforme especificações em anexo ao processo,** conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, XV, da Lei n°14.133/2021.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA

VALOR: R$ **153.130,39** (Cento e cinquenta e três mil, cento e trinta reais e trinta e nove centavos)

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, ambos juntados aos autos, e considerando os princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, AUTORIZO a contratação direta em epígrafe, por meio da Dispensa de Licitação nº 007/2026, com fundamentação legal no Art. 75, XV, da Lei n°14.133/2021.
Cruz Machado, 20 de março de 2026.

CARLOS NOWAK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:BC788EF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 004/2026
PROCESSO Nº 008/2026

CONTRATANTE: Município de Cruz Machado – PR

OBJETO: A presente dispensa eletrônica visa **a aquisição de banheiros químicos portáteis para uso em eventos esportivos visando garantir condições adequadas de higiene, saneamento e conforto aos usuários em atividades e ações promovidas pela Secretaria de Esportes desta municipalidade**, conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Art. 75, II, da Lei n°14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ **13.197,00** (Treze mil, cento e noventa e sete reais)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Recebimento das propostas: das 13:30 do dia 20/03/2026 às 08:00 horas do dia 30/03/2026.

Abertura e julgamento das propostas das 08:01 às 08:14 horas do dia 30/03/2026.

Início da sessão de disputa de lances: a partir das 08:15.

Tempo de Disputa: 07 horas

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA
https://www.bll.org.br

REFERÊNCIA DE HORÁRIO
Horário de Brasília/DF

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bllcompras.com, na Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Av. Vitória, 251, Centro, Cruz Machado/PR e no site eletrônico: www.pmcm.pr.gov.br link licitações.

Cruz Machado, 19 de março de 2026.

CARLOS NOWAK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:C9E6974B

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 005/2026
PROCESSO Nº 014/2026

CONTRATANTE: Município de Cruz Machado – PR

OBJETO: A presente dispensa eletrônica tem por finalidade a **aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios essenciais para garantir condições adequadas de funcionamento destinados as novas Capelas Mortuárias das localidades de Santana e Linha Vitória desta municipalidade**, conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Art. 75, II, da Lei n°14.133/2021.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 19.088,70 (Dezenove mil, oitenta e oito reais e setenta centavos)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

Recebimento das propostas: das 13:00 do dia 20/03/2026 às 08:15 horas do dia 30/03/2026.

Abertura e julgamento das propostas das 08:16 às 08:29 horas do dia 30/03/2026.

Início da sessão de disputa de lances: a partir das 08:30.

Tempo de Disputa: 07 horas

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA
https://www.bll.org.br

REFERÊNCIA DE HORÁRIO
Horário de Brasília/DF

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
O edital completo estará à disposição dos interessados no site www.bllcompras.com, na Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Av. Vitória, 251, Centro, Cruz Machado/PR e no site eletrônico: www.pmcm.pr.gov.br link licitações.

Cruz Machado, 19 de março de 2026.

CARLOS NOWAK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:D3B355E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO 100/2025

AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO

PROCESSO 208/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 100/2025

A Pregoeira de Cruz Machado, nomeada através da Portaria nº 02/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a **Suspensão temporária** da licitação divulgada através do edital nº 100/2025, modalidade Pregão Eletrônico, marcada para o dia 24/03/2026 às 08:30, tendo por objeto **a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta regular e transporte de resíduos sólidos urbanos recicláveis e não recicláveis, e manutenção e operação do Centro de Triagem, em conformidade com a solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente desta Municipalidade.**
MOTIVO: Em virtude da necessidade da atualização das planilhas de custos e valores máximos estimados no edital. Informamos ainda que a nova data da sessão de disputa será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Cruz Machado, 20 de março de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:5E823B34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2801/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Nomeação de Secretário Municipal, que especifica e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º NOMEAR o Senhor **NERI MOSS**, brasileiro, casado, para ocupar o cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE.** Provimento em Comissão, símbolo CC 1, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste, obedecendo ao Regime Estatutário,
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos dezenove dias de mês de março de dois mil e vinte e seis, revogando-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:1C1EA75E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2802/2026

SÚMULA: Dispõe sobre contratação de Pessoal para ocupar Cargo em Comissão, e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º NONEAR a Senhora**, MARCOS ROBERTO ZANCAN DE LIMA**, brasileiro, casado, para ocupar do cargo de **CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO**, Provimento em Comissão, símbolo CC 4, do quadro de servidores do Município de Diamante D´Oeste, obedecendo ao Regime Estatutário.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos aos dezenove dias de mês de março de dois mil e vinte e seis, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:FA73E6C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 44/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 04(quatro) diárias para o Senhor Amarildo Aparecido da Silva, prefeito municipal, referente à viagem para a cidade de Brasília – DF; nos dias 23, 24, 25 e 26 de março de 2026, para evento do Selo ouro da educação-reconhecimento pelas boas práticas e ações desenvolvida no ano de 2025. Visita ao FNDE-CMEI.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:555FABBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 45/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 04(quatro) diárias para a Senhora Leila Beatriz Silveira Amaral da Costa, professora, lotada na secretaria de educação, referente à viagem para a cidade de Brasília – DF; nos dias 23, 24, 25 e 26 de março de 2026, para evento do Selo ouro da educação-reconhecimento pelas boas práticas e ações desenvolvida no ano de 2025. Visita ao FNDE-CMEI.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:FA642938

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 46/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 04(quatro) diárias para a Senhora Elisiane Vanusa Batista da Silva, secretaria de educação, lotada na secretaria de educação, referente à viagem para a cidade de Brasília – DF; nos dias 23, 24, 25 e 26 de março de 2026, para evento do Selo ouro da educação-reconhecimento pelas boas práticas e ações desenvolvida no ano de 2025. Visita ao FNDE-CMEI.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:0C20EAD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 47/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 04(quatro) diárias para a Senhora Roseli da Silva Freitas, professora, lotada na secretaria de educação, referente à viagem para a cidade de Brasília – DF; nos dias 23, 24, 25 e 26 de março de 2026, para evento do Selo ouro da educação-reconhecimento pelas boas práticas e ações desenvolvida no ano de 2025. Visita ao FNDE-CMEI.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:224EEDA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 20

EXTRATO CONTRATUAL DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 39/2026, Inexigibilidade de Licitação sob nº 20/2026. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada e autorizada pelo fabricante VOLKSWAGEN para fornecimento de peças e prestação de serviços de natureza continuada para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, incluindo reposição de peças e/ou acessórios quando necessário no veículo GOL 1.0, placa BBT7H23, o referido veículo compõe a frota do Município; atendendo a Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 90/2026, datado de 20 de Março de 2026, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 20-09-2026.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"**PARAGUAÇU AUTOMÓVEIS LTDA**", CNPJ/MF. Sob nº 77.747.442/0001-20.	R$ 6.907,76

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:1ECA4B0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026
OBJETO: Aquisição de 01 (uma) motoniveladora e 02 (duas) retroescavadeiras, novas, zero hora, destinadas à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de Diamante do Sul/PR, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.
A Autoridade Competente do Município de Diamante do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021,
RESOLVE:
ADJUDICAR o objeto do presente procedimento licitatório à empresa vencedora abaixo discriminada, conforme resultado final do certame:
LOTE 01 – RETROESCAVADEIRA
Empresa: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A
Valor: R$ 1.095.000,00 (um milhão e noventa e cinco mil reais)
LOTE 02 – MOTONIVELADORA
Empresa: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A
Valor: R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)
A presente adjudicação fundamenta-se no julgamento das propostas, na análise da documentação de habilitação, bem como na decisão final proferida pela autoridade competente quanto ao recurso administrativo interposto, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
Diamante do Sul/PR, 20 de março de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal
Autoridade Competente

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:AC810B99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2026

Objeto: Aquisição de medicamentos essenciais, bem como de medicamentos e insumos destinados ao cumprimento de ordens judiciais no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, visando garantir o abastecimento e o atendimento das demandas da UPA 24h e das Farmácias Municipais, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Pregão Eletrônico

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I

Tipo: Edital

Modo de disputa: Aberto e Fechado

Data de início de recebimento de propostas: 23/3/2026

Data fim de recebimento de propostas: 7/4/2026 às 8h15m (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 19 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F730B258

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DELIBERAÇÃO 001/2026

DELIBERAÇÃO 001/2026

Dispõe da liberação do recurso de custeio do FIA para realizar o pagamento de salgados e dois outdoors para a propaganda do projeto de arrecadação de imposto de renda; 2. Pedidos de Inscrição no Conselho da UDF – União Douvizinhense de Futebol. 3 Alteração dos membros que representam a Secretaria de Assistência Social

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Dois Vizinhos PR, em Reunião Ordinária realizada do dia 17 de março de 2025, no uso de suas atribuições legais:

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação do pagamento de custeio de salgados no valor de R$1.186,00 (mil cento e oitenta e seis reais) para reunião datada em 18/03/2026 na guarda mirim e dois outdoors no valor de R$840,00 (oitocentos e quarenta reais) para divulgação de arrecadação do imposto de renda a ser direcionado para o Fundo da Infância e Adolescência (FIA);
Art. 2º Realizada a abertura de análise de documentação de pedido de inscrição da UDF - União Duovizinhense de Futebol, cujo prazo é de trinta dias a ser analisado pela comissão;
Art. 3º Deliberação de ofício ao Gabinete do poder executivo municipal a fim de indicar novos membros componentes do CMDCA.
Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação;

PUBLIQUE-SE
Dois Vizinhos PR, 20 de março de 2026.

Atenciosamente

ALEX JUNIOR BACHI
Secretário do CMDCA Dois Vizinhos - PR

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:AF4DF1DA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RERRATIFICAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação referente ao Decreto nº 23343/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição nº 3490, página 142) em 17 de março de 2026, em virtude de erro material, sendo que:

Onde se lê:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cientifico, Tecnológico e de Turismo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cientifico, Tecnológico e de Turismo

Leia-se:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Cientifico e Tecnológico

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Cientifico e Tecnológico

Dois Vizinhos, 20 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:A2E995DB

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RERRATIFICAÇÃO

RERRATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos traz a Rerratificação referente ao Decreto nº 23345/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (edição nº 3490, páginas 141) em 17 de março de 2026, em virtude de erro material do Departamento de Gestão de Pessoas, sendo que:

Onde se lê:

DECRETO N° 223345/2026

Leia-se:

DECRETO N° 23345/2026

Dois Vizinhos, 20 de março de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:B8A2CD94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 071/2026 ABRE CRÉDITO ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 71/2026 de 19/03/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.113.		Implantação de Estufas Agrícolas	
542 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	24.000,00
Total Suplementação:			**24.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.052.		Manutenção do Departamento de Agricultura	
359 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	24.000,00
Total Redução:			**24.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador
ABEL DE MOURA E COSTA	
Controle Interno	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:7C4E3D56

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 072/2026 ABRE CRÉDITO ESPECIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 72/2026 de 19/03/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
12.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA	
12.001.20.606.0017.2.113.		Implantação de Estufas Agrícolas	
541 - 4.4.90.52.00.00	11005	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300.000,00
Total Suplementação:			**300.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.01.00000000	Fonte: 11005	300.000,00
Total da Receita:		**300.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE
Contador

ABEL DE MOURA E COSTA
Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:40827D9C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 074/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 74/2026 de 19/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 146.640,39 (cento e quarenta e seis mil seiscentos e quarenta reais e trinta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
110 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	215,52
07.001.10.301.0013.2.045.		Manutenção da Assistência Farmacêutica	
540 - 3.3.90.32.00.00	01303	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	140.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.122.0012.2.035.		Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
149 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.689,50
17.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	
17.001.04.121.0001.2.059.		Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento	
446 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.735,37
Total Suplementação:			**146.640,39**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
06.003.28.843.0000.2.065.		Encargos e Amortização da Dívida Pública	
92 - 4.6.90.72.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA RESGATADO	6.640,39
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.045.		Manutenção da Assistência Farmacêutica	
135 - 3.3.72.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
Total Redução:			**146.640,39**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR	***ELIAS ANDERSON STRAUBE***
Prefeito Municipal	Contador
ABEL DE MOURA E COSTA	
Controle Interno	

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:82C5C8A8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 075/2026 NOMEAR SENHOR FÁBIO ADRIANO MENDES.

DECRETO Nº 0075/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR o senhor FABIO ADRIANO MENDES, portador do CPF/MF nº 039.xxx.xxx-86, no cargo temporário de ENFERMEIRO ESF;

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:669745C0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0076/2026 ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 0076/2026 REGULAMENTO GERAL DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS

DECRETO Nº 0076/2026

SÚMULA: Aprova o Novo Regulamento Geral de Concursos Públicos e Processos Seletivos do Município de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, revoga o Decreto Municipal nº 035/1993 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;
CONSIDERANDO a necessidade de modernizar e padronizar os procedimentos administrativos para seleção de pessoal no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO a importância de valorizar o aperfeiçoamento profissional e a escolaridade adicional dos candidatos em todos os níveis de escolaridade;
CONSIDERANDO as inovações trazidas pela Lei Municipal nº 038/2022 e a necessidade de adequação às normas de segurança tecnológica e jurisprudência atualizada dos Tribunais de Contas;
DECRETA:
Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento Geral de Concursos Públicos, Processos Seletivos e Processos Seletivos Simplificados do Município de Doutor Ulysses, constante no Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º. As normas contidas no referido Regulamento são de observância obrigatória para todos os órgãos da Administração Direta e Indireta e servirão de base para a elaboração dos Editais de cada certame.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 035/1993.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 20 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 0076/2026
REGULAMENTO GERAL DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO E AUTORIDADE

Art. 1º. A realização de concursos para seleção de pessoal para o Quadro Único de Pessoal da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, será autorizada pelo Prefeito Municipal, à vista da existência de vagas e das necessidades da administração.

Art. 2º. A execução dos concursos públicos e processos seletivos do Município de Doutor Ulysses será realizada, preferencialmente, por instituição especializada externa (Banca Organizadora), dotada de capacidade técnica e idoneidade reconhecida, mediante contrato, convênio ou ajuste jurídico pertinente.

§ 1º. Da Comissão Organizadora: Em todos os certames realizados por banca externa, o Prefeito Municipal designará, por ato próprio, uma Comissão Organizadora composta obrigatoriamente por, no mínimo, 03 (três) servidores públicos estáveis, com a atribuição de coordenar o certame, garantir o sigilo interno e validar os atos da instituição contratada.

§ 2º. A atuação da Comissão Organizadora recairá estritamente sobre os aspectos técnicos e pedagógicos da seleção, não se confundindo nem invadindo as atribuições de fiscalização contratual exercidas pelo Fiscal de Contrato designado nos termos da legislação de licitações vigente.

§ 3º. A Comissão atuará como interlocutora oficial entre o Município e a instituição examinadora, zelando pelo cumprimento rigoroso deste Regulamento Geral e do Edital específico.

Art. 3º. Opcionalmente, e a critério do Chefe do Executivo, o certame poderá ser realizado por Banca Própria, mediante comissão especial de servidores designada especificamente para este fim.

§ 1º. Requisitos da Banca Própria: A comissão de execução interna deverá ser composta obrigatoriamente por servidores estáveis, que possuam escolaridade igual ou superior à exigida para os cargos em disputa no certame.

§ 2º. Atribuições na Execução Interna: Compete à Banca Própria o planejamento, a elaboração do edital, a confecção das questões e provas, o julgamento de recursos e o processamento de todos os resultados, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal em caso de irregularidade ou quebra de sigilo.

§ 3º. Suporte Técnico: Na execução por banca própria, o Município poderá requisitar apoio técnico de outros órgãos municipais ou consultorias especializadas para garantir o rigor científico e a segurança das etapas.

CAPÍTULO II – DA VALIDADE E DIREITO À NOMEAÇÃO

Art. 4º. Os concursos serão de provas escritas e/ou práticas de verificação de qualidades e aptidões.

§ 1º. Haverá também provas de títulos para cargos de nível superior e, conforme dispuser o Regulamento Especial (Edital), para cargos de nível médio e técnico, com caráter exclusivamente classificatório.

§ 2º. O concurso público poderá ser realizado para provimento imediato de vagas e/ou para formação de **Cadastro de Reserva**, visando o preenchimento de vagas que vierem a surgir ou forem criadas dentro do prazo de validade do certame.

Art. 5º. O prazo de validade dos concursos é de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado, podendo ser prorrogado, por ato e a critério da administração, por período igual ou inferior.

Parágrafo único. Enquanto houver candidato aprovado dentro do prazo de validade do concurso, a Administração observará a ordem de classificação nas convocações, sendo vedada a preterição arbitrária, podendo realizar novo concurso apenas quando demonstrada a superveniência de novas vagas ou alteração nas necessidades administrativas devidamente motivadas.

Art. 6º. A aprovação em concurso público gera expectativa de direito à nomeação, que será efetivada conforme a ordem de classificação e a necessidade da Administração, observado o direito subjetivo à nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no Edital.

CAPÍTULO III – DOS CANDIDATOS E REQUISITOS

Art. 7º. Poderão candidatar-se aos cargos do Quadro Único de Pessoal da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, todos os cidadãos que preencham os seguintes requisitos:

a) Nacionalidade brasileira;

b) Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

c) Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

d) Idade mínima de 18 anos;

e) Habilitação legal para o exercício do cargo;

f) Saúde física e mental;

g) Atender às condições prescritas no regulamento especial;

h) Apresentar certidões de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, cuja análise observará a compatibilidade de eventual condenação com as atribuições do cargo, nos termos da legislação e da jurisprudência aplicável.

Art. 8º. A limitação de idade e os requisitos exigidos para cada cargo em particular serão estabelecidos em razão da natureza dos mesmos e das disposições legais e regulamentares que disciplinam o assunto.

Art. 9º. A comprovação de todos os requisitos legais exigidos para a investidura no cargo, incluindo idade mínima, nível de escolaridade, titulação técnica, registro em conselho de classe, quitação com obrigações constitucionais e aptidão física e mental, deverá ocorrer obrigatoriamente no ato da posse.

§ 1º. É vedada a exigência de apresentação documental comprobatória de escolaridade ou habilitação legal no ato da inscrição, admitindo-se a declaração do candidato, sob sua responsabilidade.

§ 2º. A exigência de apresentação antecipada de documentos comprobatórios poderá ocorrer apenas nas hipóteses expressamente previstas no Edital, quando necessária para a realização de etapas específicas do certame, como prova de títulos, prova prática ou curso de formação.

§ 3º. A aptidão física e mental será aferida mediante perícia médica oficial do Município, facultando-se à Administração a exigência de exames complementares e laudos especializados, previamente previstos no edital e limitados à estrita verificação da aptidão, os quais correrão às expensas do candidato, ressalvada a possibilidade de realização dos mesmos junto à rede pública de saúde, quando disponível.

§ 4º. A não apresentação de qualquer um dos documentos comprobatórios dos requisitos na data estabelecida para a posse implicará a decadência do direito à nomeação e a consequente eliminação definitiva do candidato do certame.

CAPÍTULO IV – DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO INICIAL

Art. 10. A abertura de concurso far-se-á por edital, que mencione o prazo das inscrições, nunca inferior a 20 (vinte) dias úteis.

Art. 11. No ato da inscrição, seja presencial ou por meio de sistema eletrônico oficial, o candidato deverá fornecer:

a) Documento de Identidade original com foto (RG, CNH ou Carteira de Órgão de Classe);

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Fotografia 3x4 recente (caso o sistema de inscrição exija versão física ou digital);

d) Comprovante de pagamento da taxa de inscrição ou deferimento de isenção;

e) Declaração firme, sob as penas da lei, de que atende aos requisitos de escolaridade e habilitação exigidos para o cargo e que apresentará a respectiva documentação comprobatória integral no ato da posse.

Art. 12. O pedido de inscrição significará a aceitação, por parte do candidato, de todas as disposições deste Regulamento Geral e Editais que forem baixados para cada concurso.

Art. 13. Fica assegurada a isenção da taxa de inscrição para candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e para doadores regulares de sangue ou de medula óssea.

CAPÍTULO V – DA DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE

Art. 14. O candidato aprovado e convocado somente tomará posse se apresentar os seguintes documentos originais e fotocópias:

I. RG e CPF;

II. Título de Eleitor e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

III. Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);

IV. Diploma ou Certificado de Conclusão de Escolaridade, devidamente registrado, acompanhado do registro no conselho de classe, se o cargo assim o exigir;

V. Certidões de Antecedentes Criminais (Estadual e Federal);

VI. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

VII. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (não acúmulo ilícito);

VIII. Laudo médico de aptidão física e mental, expedido pela Perícia Médica Oficial do Município.

CAPÍTULO VI – DO REGULAMENTO ESPECIAL (EDITAL)

Art. 15. Do Regulamento Especial (Edital) para cada concurso, constarão obrigatoriamente:

a) Os cargos a prover, com o respectivo número de vagas e/ou indicação de formação de Cadastro de Reserva (CR), carga horária, carga de trabalho, nível inicial de admissão e salário;

b) Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição, o local e o prazo;

c) Condições especiais para o exercício do cargo referentes ao grau de instrução, diploma ou experiência de trabalho, capacidade física e limite de idade;

d) Natureza, conteúdo e forma de provas e condição e data de sua realização, que não deverá ocorrer antes de 30 (trinta) dias do encerramento das inscrições;

e) Para as provas de conhecimentos, as matérias as quais versarão e o respectivo programa, ou quando não comportarem programa, o nível de conhecimento exigido;

f) Valor relativo de cada uma das provas e critério para determinação da média das provas;

g) O valor e a natureza dos títulos a serem considerados, quando for o caso;

h) Critérios especiais de desempate;

i) Os procedimentos e prazos para a solicitação de condições especiais para a realização das provas, destinados a candidatos com deficiência, lactantes ou que possuam necessidades específicas de saúde e dieta, devidamente comprovadas.

j) Outras informações julgadas necessárias.

CAPÍTULO VII – DAS PROVAS E DO DIA DO EXAME

Art. 16. As provas serão de conhecimentos e/ou de habilidades técnicas, preparadas segundo o disposto no Art. 15 deste Regulamento.

§ 1º. As provas de conhecimentos consistirão em questões objetivas e, quando o cargo exigir ou a Administração assim determinar em Edital, prova de títulos para aferição de escolaridade adicional e aperfeiçoamento profissional.

§ 2º. As provas de habilidades (Provas Práticas) serão realizadas apenas para cargos que exijam demonstração técnica de aptidão no desempenho das funções, conforme expressa previsão no Regulamento Especial (Edital).

Art. 16-A. Da Utilização de Exames Nacionais: O Município poderá, a seu critério e conforme previsão em edital específico, utilizar os resultados da Prova Nacional Docente (PND), organizada pelo Ministério da Educação e aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como etapa única ou complementar nos processos seletivos para ingresso no magistério da educação básica pública, observadas as normas federais, estaduais e municipais aplicáveis.

§ 1º. A forma de utilização da nota da PND (classificatória, eliminatória ou ambas), os critérios de aproveitamento, os prazos e demais procedimentos serão definidos no respectivo edital do processo seletivo.

§ 2º. A utilização da PND não dispensa a realização de processo seletivo próprio pelo Município, que permanece responsável pela elaboração e publicação do edital, bem como pela condução de todas as etapas do certame, em conformidade com os princípios constitucionais da Administração Pública.

§ 3º. A faculdade prevista no *caput* deste artigo estende-se, no que couber, a outros exames nacionais unificados de seleção ou proficiência técnica organizados por órgãos da Administração Pública Federal ou Conselhos Federais de classe, visando o provimento de cargos de outras áreas da Administração Municipal, mediante adesão formal e previsão em edital.

Art. 17. Durante a realização da prova, é vedado ao candidato, sob pena de exclusão:

I. Comunicar-se com terceiros ou outros candidatos;

II. Consultar livros ou apontamentos, salvo fontes declaradas no Edital;

III. Ausentar-se do recinto sem a companhia do fiscal.

Art. 18. Não haverá segunda chamada para nenhuma prova. A ausência do candidato por qualquer motivo, inclusive moléstia ou atraso, implica sua eliminação automática.

CAPÍTULO VIII – DA SEGURANÇA E CONDUTA (ELETRÔNICOS)

Art. 19. Durante a realização das provas é vedado ao candidato utilizar ou manusear aparelhos eletrônicos, tais como telefones celulares, smartwatches, calculadoras, fones de ouvido ou quaisquer dispositivos de comunicação.

§1º. Os aparelhos eletrônicos eventualmente portados pelo candidato deverão permanecer desligados e acondicionados em embalagem fornecida pela organização do certame, permanecendo lacrados até a saída definitiva do candidato do local de prova.

§2º. Caso qualquer aparelho eletrônico emita som, alarme ou vibração durante a realização da prova, ainda que acondicionado em embalagem, o candidato será eliminado do certame.

§ 3º. O tratamento, armazenamento e descarte de dados pessoais e sensíveis dos candidatos colhidos durante o certame observarão as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo a Instituição Organizadora contratada a responsável direta pela segurança tecnológica, sigilo e integridade das informações sob sua guarda.

Art. 20. É vedado o uso de bonés, gorros, chapéus, óculos escuros ou protetores auriculares no recinto de provas, salvo por motivo médico devidamente comprovado ou por razões religiosas.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

Art. 21. Todas as provas objetivas e práticas serão avaliadas na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

§ 1º. Serão habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50% da pontuação máxima da etapa.

§ 2º. Notas e médias serão expressas com aproximação até a casa dos décimos.

Art. 22. O Regulamento Especial (Edital) de cada certame definirá, conforme a natureza e complexidade dos cargos, a metodologia de cálculo da Nota Final, podendo optar por um dos seguintes critérios:

I – Somatório Simples: A Nota Final será o resultado da soma direta da nota da prova objetiva/prática **(valor máximo de 10,0)** com a pontuação de títulos **(valor máximo de 2,5)**, totalizando o teto de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos.

II – Média Aritmética: A Nota Final será a soma das notas de todas as etapas dividida pela quantidade de provas realizadas.

III – Média Ponderada: A Nota Final será calculada através da atribuição de pesos diferenciados para cada etapa (objetiva, prática e títulos), **bem como para as diferentes disciplinas que compõem a prova de conhecimentos**, conforme tabela definida expressamente no Edital.

Art. 23. Dos Títulos: A pontuação máxima atribuída à prova de títulos não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das provas objetivas, garantindo-se a preponderância do exame de conhecimentos sobre a aferição de títulos.

CAPÍTULO X – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 24. É assegurado ao candidato o direito de interpor recurso contra todas as etapas, questões e julgamento de notas.

§ 1º. O prazo para recursos será de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente à publicação do ato.

§ 2º. A Banca disponibilizará vista da folha de respostas e espelho de correção prática em ambiente restrito para fundamentação.

Art. 25. Anulação de Questões: Na hipótese de provimento de recurso que resulte em anulação de questão, o ponto correspondente será atribuído a todos os candidatos que realizaram a respectiva prova, independentemente de terem interposto recurso.

CAPÍTULO XI – DA HOMOLOGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E LOTAÇÃO

Art. 26. Esgotados os prazos e decididos todos os recursos administrativos, a Banca Organizadora apresentará o relatório final e a classificação definitiva à Comissão Organizadora.

Art. 27. O Prefeito Municipal procederá à homologação do concurso, ato que confirma a regularidade de todas as etapas do certame.

Art. 28. O ato de homologação, contendo a lista de aprovados, notas e classificação final, deverá ser obrigatoriamente publicado no Órgão Oficial do Município e no site institucional da Prefeitura.

Parágrafo único. Após a publicação da homologação, não caberá qualquer recurso administrativo quanto ao conteúdo ou julgamento das provas e títulos.

Art. 29. A definição do local de trabalho (lotação) do candidato aprovado e convocado observará os seguintes critérios:

I – Lotação Vinculada: Sempre que o Edital de abertura especificar vagas para unidades administrativas ou localidades geográficas determinadas (como distritos, escolas específicas ou zonas rurais), a lotação será obrigatória e vinculada à vaga escolhida pelo candidato no ato da inscrição, não havendo direito à escolha posterior.
II – Lotação Geral (Audiência de Escolha): Quando o Edital oferecer vagas para o quadro geral do Município sem indicação prévia de unidade de trabalho, a lotação será definida mediante Audiência de Escolha, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação final.
§ 1º. Na hipótese de Lotação Geral (inciso II), a Administração publicará a relação de vagas e unidades disponíveis com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data da convocação.
§ 2º. O não comparecimento do candidato no dia e hora designados para a Audiência de Escolha implicará na sua lotação de ofício pela Administração, em qualquer das unidades remanescentes, sem direito a reclamação posterior.
§ 3º. O candidato que optar por vaga em localidade específica deverá permanecer nela durante o estágio probatório, considerando-se que a escolha da vaga implica aceitação prévia das condições de lotação e exercício, salvo nas hipóteses de necessidade do serviço, interesse público devidamente motivado ou nas demais situações previstas em lei.
§ 4º. A escolha inicial da lotação, seja ela vinculada ou por classificação, não afasta o poder de autotutela da Administração que, por necessidade do serviço e no interesse público, poderá alterar a lotação do servidor ex officio, respeitadas as prerrogativas legais do cargo.

CAPÍTULO XII – CLÁUSULA DE BARREIRA E ELIMINAÇÃO

Art. 30. Será considerado eliminado o candidato que:
I – não atingir a pontuação mínima definida para as etapas eliminatórias;
II – obtiver nota zero em disciplina essencial prevista no Edital.

CAPÍTULO XIII – DAS VAGAS RESERVADAS E COTAS

Art. 31. O resultado final do concurso público será publicado por cargo, contendo três listas distintas de classificação:
I – lista de ampla concorrência (AC), contendo todos os candidatos aprovados;
II – lista de candidatos afrodescendentes, correspondente à reserva de 10% das vagas, nos termos da Lei Municipal nº 038/2022;
III – lista de pessoas com deficiência (PcD), correspondente à reserva de 5% das vagas, nos termos do art. 37, VIII da Constituição Federal.

Art. 32. Dos Gatilhos de Convocação: A convocação dos candidatos obedecerá ao critério de alternância e proporcionalidade, respeitando-se os seguintes gatilhos iniciais:
I – 3ª vaga – 1ª vaga da cota racial.
II – 5ª vaga – 1ª vaga da cota PcD.
III – 13ª vaga – 2ª vaga da cota racial.
IV – 25ª vaga – 2ª vaga da cota PcD.

Art. 33. Perícia e Heteroidentificação: Candidatos às cotas raciais passarão por Comissão de Heteroidentificação para avaliação do fenótipo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Candidatos PcD serão submetidos à Perícia Médica Oficial do Município para confirmação da compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.

Art. 33-A. Os procedimentos específicos para a aplicação da política de cotas raciais, incluindo o detalhamento sobre o arredondamento de vagas, a concorrência concomitante, a reversão de vagas não preenchidas e o rito pormenorizado da Comissão de Heteroidentificação, serão estabelecidos no Regulamento Especial (Edital) de cada certame, em estrita observância à Lei Municipal nº 038/2022 e à jurisprudência aplicável.

CAPÍTULO XIV – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Art. 34. No caso de igualdade de pontuação, o desempate ocorrerá sucessivamente por:
I. Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (Estatuto do Idoso);
II. Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
III. Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
IV. Exercício da função de Jurado (Art. 440 do CPP);
V. Maior idade cronológica (dia, mês e ano).

CAPÍTULO XV – DO ACOMPANHAMENTO E REPRESENTAÇÃO

Art. 35. Em estrito cumprimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses, fica assegurado o direito de acompanhamento e fiscalização das fases públicas do concurso público ou processo seletivo, com o objetivo de garantir a transparência e a lisura do certame, sendo exercido pelos seguintes representantes:
I – 01 (um) representante escolhido entre os candidatos regularmente inscritos no respectivo certame;
II – 01 (um) representante indicado pela entidade sindical que detiver a legítima representação legal da categoria e a base territorial correspondente ao Município de Doutor Ulysses.

Art. 36. A indicação e a habilitação dos representantes mencionados no artigo anterior observarão os seguintes ritos e prazos:
§ 1º. A entidade sindical mencionada no inciso II deverá formalizar a indicação de seu representante mediante a apresentação de ofício assinado por sua diretoria, acompanhado de cópia do registro sindical ativo, devendo o protocolo ser realizado junto à Comissão Organizadora em um prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a realização da primeira etapa pública do cronograma oficial.
§ 2º. O candidato interessado em exercer a representação dos inscritos deverá manifestar seu interesse formal à Comissão Organizadora, por meio de requerimento próprio, em um prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de publicação do Edital de Homologação das Inscrições.
§ 3º. Na hipótese de haver mais de um candidato habilitado e interessado na função de representante, a Comissão Organizadora promoverá um sorteio público, em local e horário previamente divulgados, para a definição do titular e de um respectivo suplente.
§ 4º. O exercício da função de representante é voluntário, não gerando qualquer direito a remuneração, ressarcimento de despesas ou vantagem pecuniária por parte do Município de Doutor Ulysses.
§ 5º. Existindo no Município múltiplas entidades sindicais representativas de categorias específicas, a prerrogativa de acompanhamento de que trata este Capítulo será exercida de forma unificada por apenas 01 (um) único representante, independentemente do número de cargos ou categorias profissionais contempladas no certame.
§ 6º. Na hipótese de concorrência ou divergência entre entidades sindicais pela indicação do representante, a preferência será dada àquela de maior abrangência (Sindicato Geral) ou, na falta de consenso formal entre as entidades dentro do prazo de habilitação, a vaga de observador sindical será declarada deserta pela Comissão Organizadora por ausência de indicação unificada, seguindo o certame regularmente.

Art. 37. São requisitos obrigatórios, cumulativos e indispensáveis para a habilitação de qualquer dos representantes, sob pena de exclusão imediata e nulidade dos atos de acompanhamento:
I – Inexistência de condenação criminal transitada em julgado, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas criminais das Justiças Estadual e Federal;
II – Não ser ocupante de cargo em comissão, função de confiança ou manter qualquer vínculo de natureza temporária com a Administração Direta ou Indireta do Município de Doutor Ulysses;
III – Não possuir parentesco consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, com membros integrantes da Comissão Organizadora do Município, com Agentes Políticos Municipais ou com sócios e membros técnicos da Banca Examinadora contratada para a execução do certame;
IV – No caso específico do representante sindical e seus suplentes, não estar inscrito como candidato em qualquer cargo ou função objeto do concurso público ou processo seletivo sob fiscalização.

Art. 38. O acompanhamento e a fiscalização presencial exercidos pelos representantes restringir-se-á estritamente aos atos públicos realizados dentro da circunscrição territorial do Município de Doutor Ulysses, agindo o representante na condição de observador passivo.
§ 1º. Consideram-se fases e atos passíveis de fiscalização presencial no território municipal:
I – A conferência visual da integridade física dos lacres de segurança dos malotes contendo as provas, nos respectivos locais de aplicação, nos momentos que antecedem o início do exame;
II – O acompanhamento do fechamento, da conferência numérica e da nova lacração dos malotes contendo os cartões-resposta e folhas de

redação, imediatamente após o encerramento da aplicação das provas, visando o transporte seguro;
III – O acompanhamento presencial de audiências públicas destinadas a sorteios de desempate ou sessões de abertura de envelopes de títulos, quando estas ocorrerem nas dependências da Prefeitura Municipal.
§ 2º. Por envolverem protocolos de segurança tecnológica, direitos de sigilo industrial da instituição executora e a proteção de dados sensíveis de terceiros (conforme a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), as etapas de processamento eletrônico de dados, leitura óptica de cartões, correção digital e conferência sistêmica de notas realizadas na sede ou em centros de dados da instituição contratada não comportam a presença física de representantes externos.
§ 3º. A fiscalização das etapas mencionadas no § 2º será exercida pela Comissão Especial do Município, mediante a conferência de relatórios de auditoria, logs de sistema e certificados de integridade emitidos pela instituição executora.
§ 4º. A prerrogativa de acompanhamento e fiscalização prevista neste Capítulo possui natureza meramente observatória e passiva, não conferindo aos representantes poder de veto, ingerência nas decisões técnicas da Banca Organizadora ou interferência direta nos atos administrativos da Comissão.
Art. 39. No exercício de suas atribuições e para a garantia da ordem procedimental, observar-se-ão as seguintes normas de conduta:
I – O representante habilitado deverá apresentar-se portando documento de identidade oficial e crachá de identificação expedido pela Comissão Organizadora, sendo obrigatório o uso em local visível;
II – O representante deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos dos atos previstos, sendo que o atraso injustificado implicará na perda do direito de acompanhamento daquele ato específico, sem prejuízo à continuidade do certame;
III – A prerrogativa de fiscalização é personalíssima, sendo vedada a substituição do representante titular por suplente ou terceiro que não tenha sido previamente habilitado nos termos deste Regulamento.
Art. 40. Fica reservado à Administração Municipal, mediante previsão expressa no Edital Especial de abertura de cada certame, o direito de estabelecer procedimentos complementares de fiscalização, auditoria e segurança, além dos previstos neste Regulamento, visando adequar o processo às inovações tecnológicas ou exigências específicas da Banca Organizadora contratada.
Art. 41. No exercício de suas atribuições, fica terminantemente vedado aos representantes:
I – O manuseio ou o acesso ao conteúdo das questões das provas antes da sua efetiva aplicação aos candidatos;
II – A captação de imagens, áudios ou vídeos em ambientes de logística, salas de prova ou qualquer local onde o sigilo do certame possa ser comprometido;
III – A divulgação pública de informações, relatórios ou juízos de valor em redes sociais ou meios de comunicação que possam ferir a isonomia do concurso, comprometer a segurança do processo ou causar danos à imagem da Administração Pública;
IV – A interferência direta na execução dos trabalhos da instituição executora, bem como a emissão de ordens ou instruções aos fiscais de sala e membros da comissão.
Art. 42. Eventuais irregularidades ou divergências observadas pelo representante deverão ser registradas em Relatório de Ocorrência Fundamentado, devidamente assinado, devendo ser protocolado junto à Comissão Organizadora em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o fato observado.
§ 1º. O relatório de que trata este artigo deverá indicar com precisão o fato ocorrido, o horário, os envolvidos e os elementos de prova que sustentam a observação.
§ 2º. A utilização da prerrogativa de fiscalização para fins de autopromoção política ou para a formulação de denúncias sabidamente falsas sujeitará o autor às penalidades previstas no Artigo 339 do Código Penal (Denunciação Caluniosa), além da imediata exclusão da função de observador e responsabilização civil por danos causados à municipalidade.

CAPÍTULO XVI – DOS PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS (PSS)

Art. 43. Para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, o Município poderá realizar Processo Seletivo Simplificado (PSS), observadas as normas gerais deste Regulamento com as seguintes especificidades:
Art. 44. Dos Prazos e Ritos: Visando a celeridade administrativa, o Edital de PSS poderá adotar prazos diferenciados dos concursos públicos:
I – Inscrições: O prazo de inscrições poderá ser reduzido para o mínimo de 05 (cinco) dias úteis.
II – Divulgação: O intervalo entre o encerramento das inscrições e a realização das provas (ou análise de títulos) poderá ser de, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis.
III – Recursos: O prazo para interposição de recursos será de 02 (dois) dias úteis.
Art. 45. Da Modalidade de Avaliação: O Processo Seletivo Simplificado poderá, a critério da Administração, ser realizado nas seguintes modalidades:
I – Prova de Títulos e Experiência Profissional: Avaliação meramente documental, baseada na escolaridade exigida e no tempo de serviço comprovado na área, com caráter classificatório, podendo assumir natureza eliminatória quando houver exigência de tempo mínimo de experiência profissional previsto no Edital ou na legislação específica.
II – Prova Objetiva e/ou Prática: Realizada de forma simplificada, versando sobre conhecimentos básicos e específicos do cargo.
III – Formato Misto: Combinação das modalidades anteriores.
Parágrafo único. Nos Processos Seletivos Simplificados, a pontuação relativa à prova de títulos e à experiência profissional poderá ter peso diferenciado ou superior ao limite previsto no Art. 23 deste Regulamento, conforme estabelecido no respectivo Edital, considerando a natureza das atividades, a especialidade exigida e a necessidade da contratação temporária.
Art. 46. Da Vigência e Contratação: O Processo Seletivo Simplificado (PSS) terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, sendo vedada a sua prorrogação.
§ 1º. O prazo de validade estabelecido no caput refere-se ao período em que a Administração poderá convocar os candidatos aprovados para contratação, observada a ordem classificatória.
§ 2º. A contratação temporária decorrente de Processo Seletivo Simplificado terá a duração de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, desde que devidamente motivada a necessidade temporária de excepcional interesse público.
§ 3º. A contratação temporária não gera vínculo empregatício permanente nem estabilidade, sendo regida por contrato administrativo de natureza temporária, nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.
§ 4º. Aplicam-se aos contratados por Processo Seletivo Simplificado, no que couber, os requisitos de investidura previstos neste Regulamento.
Art. 47. Da Comissão Especial de PSS: Para os processos simplificados, a Comissão Organizadora poderá ser composta por 03 (três) servidores efetivos sendo ao menos 01 (um) estável, com atribuição para análise documental e validação dos resultados.

CAPÍTULO XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Os casos omissos neste Regulamento Geral e no respectivo Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora, com apoio do órgão jurídico do Município, observadas as disposições legais aplicáveis e os princípios da Administração Pública.
Art. 49. Constitui falta grave, sujeitando o responsável às sanções administrativas, civis e penais, a prática de fraude, quebra de sigilo, favorecimento indevido ou qualquer ato que comprometa a lisura do certame.
Parágrafo único. Verificada irregularidade grave que comprometa a legalidade ou a moralidade do concurso, a Administração poderá determinar a anulação total ou parcial do certame, assegurado o devido processo administrativo.
Art. 50. Os membros da Comissão Organizadora, da banca examinadora ou quaisquer colaboradores envolvidos na elaboração, revisão, aplicação ou correção das provas deverão declarar formalmente a inexistência de impedimento ou conflito de interesses em relação ao certame.
§ 1º. Considera-se impedido de atuar no certame o servidor ou colaborador que:
I – possua cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inscrito no concurso ou processo seletivo;

II – mantenha vínculo profissional direto de preparação ou treinamento de candidatos para o respectivo certame;
III – possua qualquer outra situação que possa comprometer a imparcialidade ou a lisura da seleção.
§ 2º. Verificado o impedimento, o membro deverá declarar-se suspeito e será imediatamente substituído por ato da autoridade competente.
§ 3º. A omissão da declaração de impedimento sujeitará o responsável às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.
Art. 51. Todos os atos do concurso público ou processo seletivo simplificado serão publicados no órgão oficial do Município e no sítio eletrônico institucional da Prefeitura, garantindo ampla publicidade e transparência ao certame.

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:EC4786FD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2024 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2024.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO - *DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2024* - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2024.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, CNPJ nº. 95.422.911/0001-13**.**
CONTRATADA:LIDIANE WESTLEY BOUARD – ME, CNPJ sob n. 10.309.225/0001-88
OBJETO: O Objeto do presente contrato e demais clausulas permanecerá o mesmo.
OBJETIVO: Promover dilatação do Prazo de Vigência por mais 12 (doze) meses a partir de 19 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e desde que não ultrapasse o valor limite definido para Dispensa de Licitação.
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 0004/2024.
CONTRATO Nº: Nº 010/2024
FORO: Comarca de Cerro Azul – Pr.
RATIFICAÇÃO: As demais disposições não alteradas são ratificadas por este instrumento para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Ulysses/PR, 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F1638E93

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2024 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2024.

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO DE PRAZO - *DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2024* - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0010/2024.

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, CNPJ nº. 95.422.911/0001-13**.**
CONTRATADA:LIDIANE WESTLEY BOUARD – ME, CNPJ sob n. 10.309.225/0001-88
OBJETO: O Objeto do presente contrato e demais clausulas permanecerá o mesmo.
OBJETIVO: Promover dilatação do Prazo de Vigência por mais 12 (doze) meses a partir de 19 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e desde que não ultrapasse o valor limite definido para Dispensa de Licitação.
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 0004/2024.
CONTRATO Nº: Nº 010/2024
FORO: Comarca de Cerro Azul – Pr.
RATIFICAÇÃO: As demais disposições não alteradas são ratificadas por este instrumento para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Ulysses/PR, 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:828EF0A6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0023/2026 LOTAR O SERVIDOR ETEOCLIS CUNHA BACELAR, PORTADOR DO CPF/MF N° 038.XXX.XXX-36, ADMITIDO EM 06/02/2025 NO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, A PARTIR DE 17/03/2026.

PORTARIA Nº. 0023/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o ofício nº 391/2026, da secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE

Art. 1° - LOTAR o servidor **ETEOCLIS CUNHA BACELAR**, portador do CPF/MF n° 038.xxx.xxx-36, admitido em 06/02/2025 no cargo Temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, a partir de 17/03/2026;

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 17 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:76B18EE9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 024/2026 - DESIGNAR A FUNCIONARIA JAQUELINE DE PAULA SOUZA PARA RESPONDER COMO GESTORA DO CONVÊNIO E COMO FISCAL

PORTARIA Nº. 024/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a funcionaria Jaqueline de Paula Souza portadora da cédula de identidade RG. nº109.XXX.XXX-1, brasileira, servidora desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretária Municipal de Meio Ambiente, para responder como Gestora do Convênio e como Fiscal, fica designado o funcionário Marcos Adivael Braine, portador da cédula de identidade RG. nº 14.XXX.XXX-8, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra, qual consta no protocolo de n°17.992.164-2.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 20 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:43D954B7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PSS 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
EDITAL 002/2026 CONVOCAÇÃO

PSS 001/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Edital 002/2026 Convocação

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, **ESEQUIEL BESTEL JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a ordem classificatória divulgada através do Edital 005/2025, e em atenção aos princípios da razoabilidade e da eficiência dos atos administrativos;
CONSIDERANDO a observância da legalidade jurídica para o aproveitamento de vagas de candidatos classificados em outras localidades;

RESOLVE

1 - Ficam convocado os candidatos para comparecer no **Departamento de Recursos Humanos** conforme o edital de regulamentação do PSS n°001/2025 Estagiários, no prazo de 03 (três) dias úteis impreterivelmente, conforme discriminação no anexo I;
1.1 – Fica assegurado ao candidato o direito de recusa, sem prejuízo à sua posição na lista original de candidatura;
1.2 – O candidato a vaga de estágio deverá dar ciência de não compatibilidade de horário e/ou acumulo de função na empresa;
1.3 – As vagas destinadas ao CMEI serão nos períodos matutino e vespertino, o candidato com maior pontuação terá prioridade na escolha do turno;

2 - Este edital entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses - Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 20 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I

Auxiliar de Classe – reaproveitamento de vaga para o CMEI Pedagogia Cód. Vaga 100016148/00-01-02-03-04				
Nº	**Candidato(a)**	**Período**	**Data nascimento**	**Pontuação**
10	Sintia Esmari Vidal de Cristo	1º Semestre	14/02/1991	3,0
14	Bruna Mayara Souza Viana	1º Semestre	14/12/2005	3,0

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0C9B2725

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 73/2026 SÚMULA: CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, e considerando a Lei Municipal nº 430/2010 de 21/07/2010,

DECRETA:

Art.1º- Fica concedida, **Aposentadoria Voluntária RP – REGRA PERMANENTE – POR IDADE,** com fundamento no art. 124 da Lei Municipal 430/2010 e no art. 40, §1º, inciso III, "b" da CF, a LIZETE SCHNEIDER, matrícula 301-1, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, a partir de 16/03/2026.
Art. 2º - Os Proventos de Inatividade serão no valor de R$ 1.161,54 (um mil e cento e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes à proporcionalidade ao tempo de contribuição, conforme art. 40, §1º, inciso III, "b" da CF e de acordo com o Processo de Aposentadoria da referida servidora, ficando assegurados os proventos mensais no valor do salário mínimo nacional, cujo valor atual é de R$ 1.621,00 (um mil e seiscentos e vinte e um reais), os quais serão pagos através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DE FERNANDES PINHEIRO-FUNDOFEP.
Art. 3º - Os proventos de inatividade serão **SEM PARIDADE** com os servidores da ativa.
Art. 4° - Fica determinado ao Departamento de Recursos Humanos que efetue o desligamento da servidora a partir de 16/03/2026, ficando exonerada a servidora a partir dessa data.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 16 de março de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:4E271245

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO Nº. 74/2026 SÚMULA: "TORNA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município e com fulcro nas Lei Municipal nº 722/2019, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fernandes Pinheiro, e n° 834/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Fernandes Pinheiro,

DECRETA:

Art.1º - Torna-se estável a servidora ADRIANA DUDA, matrícula 1171-1, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, por ter sido aprovado na análise do estágio probatório, durante o período 13/03/2023 a 13/03/2026.
Art. 2º - Fica concedido Progressão Funcional Horizontal, nos termos do artigo 24 da Lei Municipal 834/2023, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Fernandes Pinheiro, passando sua referência para "II" a partir de 01/04/2026.
Art. 3°- Este decreto entra em vigor nesta data, com efeitos financeiros a partir de 01/04/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CONHECIMENTO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO,
em 16 de março de de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:5E34EEF7

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS Nº 097/2023 REF.: A TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de fechamento em alvenaria de barracão na Escola Municipal Presidente Costa e Silva, localidade de Assungui, Município de Fernandes Pinheiro.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO

CNPJ nº 01.619.323/0001-20
CONTRATADA: CONSTRUTORA SCHAFRANSKI LTDA
CNPJ nº 31.273.085/0001-05

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
§ Único - Constitui objeto do presente termo aditivo de valor, conforme Memorando 371/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO
§ 1º - Conforme pareceres técnico, jurídico e Contábil, fica acrescido o valor de R$ 67.251,58 (sessenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos), correspondente a **18,23%** do valor original contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GLOSA DE SERVIÇOS
§ 1º - Conforme pareceres técnico, jurídico, fica efetuada a GLOSA contratual de serviços no valor de R$ 9.580,45 (nove mil quinhentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a **2,6%** do valor original contratado.
§ 2º – Com esta glosa e acréscimo de serviços neste presente termo aditivo e dos demais já realizados, o percentual acumulado para este contrato é de **20,83%**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR CONTRATUAL
§ Único – O valor global do contrato passará de R$ 368.991,67 (trezentos e sessenta e oito mil novecentos e noventa e um reais e sessenta e sete centavos) para R$ 426.662,80 (quatrocentos e vinte e seis mil seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
§ Único - O valor acrescido ao contrato correrá por conta da seguinte rubrica orçamentária:
06.002.12.361.0601.1-012.4.4.90.51.00.00

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL
§ Único - A Contratada obriga-se a reforçar a garantia na mesma modalidade originalmente prestada, com o valor devidamente atualizado para 5% (cinco por cento) do valor do contrato somado aos acréscimos realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO
§ Único - Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Fernandes Pinheiro/PR, 10 de fevereiro de 2026.

Município de Fernandes Pinheiro
HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Contratante

F Kuchnir LTDA
ELCIO SCHAFRANSKI
Contratada

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:56CFBDDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
AUTORIZAÇÃO ESTUDOS TÉCNICOS

LEI Nº 974/2026

EMENTA: Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal para promover estudos técnicos, adotar providências institucionais e articular medidas junto aos entes federativos competentes visando à alteração dos limites territoriais entre o Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, e o Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, encaminha à Câmara Municipal o seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover, coordenar e custear estudos técnicos, cartográficos, urbanísticos, administrativos, financeiros, sociais e econômicos, com a finalidade de demonstrar a necessidade, a viabilidade e a adequação jurídica da alteração dos limites territoriais entre o Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, e o Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Os estudos referidos no artigo anterior deverão contemplar, no mínimo:

I – levantamento cartográfico e georreferenciado da área urbana e periurbana atualmente administrada de fato pelo Município de Flor da Serra do Sul, mas formalmente situada no Estado de Santa Catarina;

II – identificação dos imóveis, matrículas imobiliárias e registros públicos afetados;

III – análise do uso efetivo de serviços públicos municipais, especialmente nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana, saneamento e assistência social;

IV – estudo de impacto administrativo, financeiro, fiscal e social decorrente da eventual alteração territorial;

V – histórico normativo e cartográfico das divisas interestaduais e intermunicipais envolvidas.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer cooperação institucional com:

I – o Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina;
II – o Governo do Estado do Paraná;
III – o Governo do Estado de Santa Catarina;
IV – as respectivas Assembleias Legislativas;
V – órgãos técnicos federais, estaduais ou municipais, inclusive o IBGE e instituições de geoinformação;
VI – o Congresso Nacional, nos limites da competência constitucional.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá, observada a legislação aplicável, encaminhar ofícios, requerimentos, relatórios técnicos e manifestações formais aos órgãos e entes competentes, com o objetivo de:

I – solicitar a instauração do procedimento constitucional de alteração territorial interestadual;
II – subsidiar eventual convocação de plebiscito, nos termos do art. 18, §3º, da Constituição Federal e da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998;
III – colaborar com a instrução de projeto de decreto legislativo e de lei complementar federal, quando cabível.

Art. 5º A presente Lei não implica, por si só, alteração dos limites territoriais do Município, tampouco usurpa competência legislativa da União ou dos Estados, tendo natureza autorizativa, preparatória e

declaratória, condicionando-se qualquer modificação territorial à observância integral do procedimento constitucional e legal pertinente.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:78620A97

JURIDICO
LEI 973/2026

LEI Nº 973/2026

Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 903/2025, que autoriza o Poder Executivo a adquirir e conceder subsídios para fornecimento de insumos agrícolas aos produtores rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do art. 1º da Lei Municipal nº 903/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***I** – sementes de aveia de verão, em substituição às sementes de milheto, observados os critérios técnicos definidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.*

Art. 2º Fica alterado o § 1º do art. 5º da Lei Municipal nº 903/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***I** – até 3 (três) sacas de 40 kg de sementes de aveia preta de inverno por produtor rural cadastrado, totalizando 120 (cento e vinte) quilogramas por beneficiário.*

Art. 3º Fica acrescido o inciso IV ao art. 1º da Lei Municipal nº 903/2025, com a seguinte redação:

***IV** – fornecimento de adubo químico formulação 08-20-20, limitado a 100 (cem) quilogramas por produtor rural cadastrado, com subsídio de 50% (cinquenta por cento) pelo Município.*

Art. 4º Fica acrescido o inciso V ao art. 1º da Lei Municipal nº 903/2025, com a seguinte redação:

***V** – fornecimento de fertilizante nitrogenado ureia 46-00-00, limitado a 100 (cem) quilogramas por produtor rural cadastrado, com subsídio de 50% (cinquenta por cento) pelo Município.*

Art. 5º A concessão, distribuição, acompanhamento e fiscalização dos insumos previstos nesta Lei observarão os critérios técnicos, procedimentos administrativos e rotinas operacionais já adotados pela Secretaria Municipal de Agricultura, assegurada a continuidade das práticas atualmente utilizadas, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura poderá promover ajustes operacionais necessários à execução desta Lei, desde que não impliquem ampliação de benefícios ou despesas sem prévia autorização legal.

Art. 6° Fica expressamente vedada a cessão, doação, permuta, comercialização ou qualquer forma de transferência a terceiros dos insumos fornecidos no âmbito desta Lei, compreendendo sementes, adubo orgânico, adubo químico e fertilizantes.

§ 1º O beneficiário deverá utilizar os insumos exclusivamente em sua propriedade rural ou na atividade produtiva declarada no cadastro junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará:

I – a exclusão imediata do produtor rural dos programas de incentivo e subsídios da Secretaria Municipal de Agricultura pelo prazo de 2 (dois) anos;

II – a obrigação de ressarcimento integral ao erário municipal dos valores subsidiados, devidamente atualizados, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas e legais cabíveis.

§ 3º A Secretaria Municipal de Agricultura poderá realizar fiscalização, inclusive com visitas técnicas e solicitações de documentos, a fim de verificar a correta utilização dos insumos.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor da Serra do Sul, 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:101B5D0B

LICITAÇÕES
APOSTILAMENTO 03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Apostilamento : 3

Contrato Nº : 32/2025

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : JULIANO DE COSTA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Data do apostilamento : 20/03/2026

Tipo do Apostilamento : Reajuste de Preço Previsto no Contrato Tipo da alteração apostilamento : ACRESCIMO
Descrição : Apostilamento

FLOR DA SERRA DO SUL, 20 DE MARÇO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:E263A3F3

LICITAÇÕES
METALURGICA FREITAS LTDA

Contrato N°	31/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	METALURGICA FREITAS LTDA			
Valor:	26.200,00			
Vigência:	Início:	20/03/2026	Término:	20/03/2027
Licitação:	9/2026			
Objeto da Contratação: Aquisição de grade aradora para atendimento às ações de apoio à agricultura familiar do Município de Flor da Serra do Sul/PR, conforme Plano de Ação nº 09032025-080502.				
Flor da Serra do Sul, 20 de Março de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:26AA2316

LICITAÇÕES
SELECT

ESTADO DO PARANÁ	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL	
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL	
Aditivo : 014/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)	
Contrato Nº : 17/2023	
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL	
Contratada : SELECT SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	
Valor : R$ 448,652.04	
Vigência : Data do Aditivo: 20/03/2026 Nova data final : 20/03/2027	
Objeto : Aditivo 014/2026 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CLASSE II.	
FLOR DA SERRA DO SUL, 20 DE MARÇO DE 2026	
Apostilamento : 2	
Contrato Nº : 17/2023	
Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL	
Contratada : SELECT SERVICOS AMBIENTAIS LTDA	
Data do apostilamento : 20/03/2026	
Tipo do Apostilamento : Reajuste de Preço Previsto no Contrato Tipo da alteração apostilamento : ACRESCIMO	
Descrição : Apostilamento	
FLOR DA SERRA DO SUL, 20 DE MARÇO DE 2026	

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:24E9FA9C

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - PSS

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
RESCISÃO DE CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO A PEDIDO DO CONTRATADO
CONTRATO Nº 001/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL-PR
CONTRATADO: ***OLDAIR LUCKEMEIER***
OBJETO/CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA 40 HORAS– PSS 03.2024
DATA RESCISÃO: 20/03/2026
Flor da Serra do Sul-PR, 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:EE3C051E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 114/2026

PORTARIA Nº 114/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:
Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026, Processo Nº 14/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Aquisição de grade aradora para atendimento às ações de apoio à agricultura familiar do Município de Flor da Serra do Sul-PR., conforme Plano de Ação nº 09032025-080502	Fábio William Benedete
	Fiscal Titular
	César Zanella Lamera
	Fiscal Suplente
	Giovani Luiz Pizatto

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II – Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:FD5F952F

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 115/2026

PORTARIA Nº 115/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **SARAH CAROLINA GUIMARÃES DA ROSA**, inscrita no RG sob nº 82105670 SSP-PR., ocupante do cargo efetivo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, baseando-se na Lei Municipal nº 935/2025, no seu Artigo 137, de forma fracionada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias, referente ao período aquisitivo 2011/2016 a partir de 23 de março de 2026, devendo retornar às suas atividades em 07 de maio de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:A8DC23C7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 116/2026

PORTARIA Nº 116/2026

AUTORIZA RETORNO AO TRABALHO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - AUTORIZAR O RETORNO ao trabalho com restrições, da servidora TEREZINHA FÁTIMA LUZA, que se encontrava em Licença para tratamento de Saúde, considerando Laudo Médico Pericial, emitido após a realização da perícia médica em 19/03/2026, o retorno se dará em 23 de março de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:91A76AB7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 117/2026

PORTARIA Nº 117/2026

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **CLECI APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA**, inscrita no RG sob nº 78022035 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório da Pericia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 23 de março de 2026 até 10 de junho de 2026, devendo retornar ao trabalho em 11 de junho de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:B2EB4BA9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 118/2026

PORTARIA Nº 118/2026

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **SERIMAR TEREZINHA RITTER**, inscrita no RG sob nº 77851887 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 16 março de 2026 até 04 de maio de 2026.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:77BB6E76

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 119/2026

PORTARIA Nº 119/2026

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **NEUSA DE LURDES MATIAS FRANCIOSI**, inscrita no RG sob nº 79989657 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 10 de março de 2026 até 07 de julho de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 10/03/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:571997E2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 120/2026

PORTARIA Nº 120/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **ALINE ZANELLA LAMERA**, inscrita no RG sob nº 13.187.997-0 – SSP-PR, ocupante dos cargos efetivos de PROFESSOR 20 HORAS e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30 HORAS, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 12 de março de 2026 até 27 de abril de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12/03/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:B78AD4C6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 121/2026

PORTARIA Nº 121/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **JUCELANI PATRICIA HENN**, inscrita no RG sob nº 12.825.010-7 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 10 de março de 2026 até 07 de julho de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 10/03/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:8D3CC9F8

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 122/2026

PORTARIA Nº 122/2026

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **NATALINA MOREIRA BARBOSA DE OLIVEIRA**, inscrita no RG sob nº 79374679 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 10 de março de 2026 até 07 de junho de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 10/03/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:B8CF62E0

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 123/2026

PORTARIA Nº 123/2026

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **SIRLEI NINOF**, inscrita no RG sob nº 77724966– SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 09/02/2026 até 09/04/2026, devendo retornar ao trabalho em 10 de abril de 2026, de forma progressiva com redução da duração das caminhadas nos primeiros 15 dias.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09/02/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:6539A8E4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 123/2026

PORTARIA Nº 124/2026

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença para tratamento de saúde, para a Servidora Pública Municipal Sra. **KERLI CANESSO BARIZON**, inscrita no RG sob nº 9829766-9 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, conforme relatório da Perícia Médica realizada em 19/03/2026, a partir de 09/02/2026 tendo retornado ao trabalho em 10 de março de 2026, após término do atestado.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09/02/2026.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:168E99CB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 125/2026

PORTARIA Nº 125/2026

Nomeia Comissões de Avaliação do Estágio Probatório.

O Prefeito do município de Flor da Serra do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 028 de 18 de Junho de 2012, que regulamentou o processo de avaliação do estágio probatório dos profissionais do magistério,

RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão Central de Avaliação de Desempenho, constituída pelos seguintes profissionais:
Andressa Iurko
Solange Rippel Rombaldi
Vanduir Luiz Bortolini
Iliane de Fatima Tavares dos Santos
Suplente: Iliana Rodrigues Ferazzo

Art. 2º Instituir as Comissões de Avaliação dos profissionais do magistério nas instituições educacionais, assim constituídas:
I - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Zilda Valdameri Reina (Turno Matutino):
Período Matutino:
Juliane Vargas dos Reis
Andressa Rimoldi
Gilce Semoni Shorn
Gessica Thais Mignoni
Rosilde Melania Perin Frigo
Suplentes: Adriana Paludo
Rosilde Melania Perin Frigo

II - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Zilda Valdameri Reina (Turno Vespertino):
Vespertino:
Juliane Vargas dos Reis
Mara Tatiane Holscher
Adoriane Turatto
Juliana Bassanesi
Suplentes: Lucilaine Alves de Oliveira
Claudia Ana Pegoraro

III - Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Ensino Fundamental (Turno Matutino):
Vanduir Luiz Bortolini
Tauana Canesso dos Santos
Silvana Valdameri Reina
Giovana Fatima Kunsler Furlan
Suplente: Douglas Horst
Aline Zanella Lamera

IV - Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Ensino Fundamental (Turno Vespertino):
Vanduir Luiz Bortolini
Aline Zanella Lamera
Silvana Valdameri Reina
Douglas Horst
Suplentes: Gessica Thais Mignoni
Tauana Canesso dos Santos

V - Escola Rural Municipal Alice Rubin Bernardi – Ensino Fundamental (Turno Vespertino):
Solange Rippel Rombaldi
Marli Menegazzo Heimann
Maira Regina Schauss
Fabio Ernesto Dal Magro
Suplente: Raquel Gomes da Silva

Parágrafo único. Cada Comissão será presidida pela direção da respectiva instituição educacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 20 de Março 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:E76D9F08

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 126/2026

PORTARIA Nº 126/2026

Nomeia Comissões de Avaliação de Desempenho.

O Prefeito do município de Flor da Serra do Sul, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 027 de 18 de Junho de 2012, que regulamentou o processo de avaliação dos profissionais do magistério para fins de promoção horizontal,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Central de Avaliação de Desempenho, constituída pelos seguintes profissionais:
Andressa Iurko
Solange Rippel Rombaldi
Vanduir Luiz Bortolini
Iliane de Fatima Tavares dos Santos
Suplente: Iliana Rodrigues Ferazzo

Art. 2º Instituir as Comissões de Avaliação dos profissionais do magistério nas instituições educacionais, assim constituídas:
I - Centro Municipal de Educação Infantil Professora Zilda Valdameri Reina.
Turno Matutino
Juliane Vargas dos Reis
Andressa Rimoldi
Gilce Semoni Shorn
Gessica Thais Mignoni
Rosilde Melania Perin Frigo

Suplentes: Adriana Paludo
Rosilde Melania Perin Frigo

Vespertino:
Juliane Vargas dos Reis
Mara Tatiane Holscher
Adoriane Turatto
Juliana Bassanesi
Suplentes: Lucilaine Alves de Oliveira
Claudia Ana Pegoraro

II- Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Ensino Fundamental (Turno Matutino):
Vanduir Luiz Bortolini
Tauana Canesso dos Santos
Silvana Valdameri Reina
Giovana Fatima Kunsler Furlan
Suplente: Douglas Horst
Aline Zanella Lamera

III- Escola Municipal Nossa Senhora da Glória – Ensino Fundamental (Turno Vespertino):
Vanduir Luiz Bortolini
Aline Zanella Lamera
Silvana Valdameri Reina
Douglas Horst
Suplentes: Gessica Thais Mignoni
Tauana Canesso dos Santos

IV- Escola Rural Municipal Alice Rubin Bernardi – Ensino Fundamental (Turno Vespertino):
Solange Rippel Rombaldi
Marli Menegazzo Heimann
Maira Regina Schauss
Fabio Ernesto Dal Magro
Suplente: Raquel Gomes da Silva

Parágrafo único. Cada Comissão será presidida pela direção da respectiva instituição educacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul, 20 de Março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:4B265C3C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 127/2026

PORTARIA Nº 127/2026

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. **OLDAIR LUCKEMEIER**, inscrito no CPF sob Nº 083.*10.**9-12, para o Cargo em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, Símbolo "CC3", a partir de 23 de março de 2026.

A**rt. 2º** - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 20 de março de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:5C793B6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.022, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 5.022, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Nomeia Solange Cristina Ciavolela Santos para o cargo efetivo de Agente Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a habilitação dos documentos apresentados, e considerando as conclusões do atestado de saúde ocupacional admissional

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, Solange Cristina Ciavolela Santos, portadora do CPF nº ***.***.539-53, aprovada no Concurso Público nº 001/2024, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo/40h, vencimento inicial nível 48, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 20 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:92787D23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.549, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.549, DE 13 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a remoção da servidora Ana Paula de Matos Castro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o art.31 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando critérios de oportunidade e conveniência para a Administração

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinada a remoção da servidora Ana Paula de Matos Castro, matrícula nº 2-01295, ocupante do cargo efetivo de Zelador, da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo, para o exercício de suas funções do cargo na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data emissão.

Flórida, 13 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:1993CEB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 6/2026

O Município de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro, 443, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.772.400.0001/14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte da divisão competente e o parecer jurídico emitido, ratifica a DISPENSA de licitação n° 6/2026, nos termos do Artigo 75, caput, XI, da Lei Federal n° 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 6/2026
CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANA - CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65.
OBJETO DO CONTRATO: Formalização de contrato de programa com o CISPAR para o desenvolvimento das seguintes atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial dos seguintes serviços:1) realização de licitações, dentro das áreas de atuação do Consórcio, em nome do MUNICÍPIO DE FLÓRIDA das quais decorram contratos a serem celebrados diretamente pelo município;2) realização de licitações compartilhadas, dentro das áreas de atuação do Consórcio, das quais decorram dois ou mais contratos celebrados pelos municípios ou autarquias integrantes do consórcio;3) aquisição e administração de bens para o uso do município, de forma compartilhada com as demais autarquias integrantes dos municípios consorciados;4) contratação e manutenção de profissionais e técnicos para prestarem serviços em proveito do município, de forma direta ou indireta, sendo esta em caráter auxiliar, notadamente nas áreas de engenharia civil e sanitária, química, jurídica e contábil;5) capacitação técnica do pessoal do município encarregado da prestação dos serviços de saneamento; e6) prestação de serviços de apoio e assistência técnica, com as seguintes especificidades: a) solução de demandas técnicas no saneamento básico; b) intercâmbio com

entidades em nível regional, estadual e nacional, públicas e privadas, e participação em cursos, seminários e eventos correlatos.
VALOR: R$ 20.760,00 (vinte mil setecentos e sessenta reais).
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Paço Municipal aos 20 dias do mês de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:3018696D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 7/2026

O Município de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro, 443, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.772.400.0001/14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte da divisão competente e o parecer jurídico emitido, ratifica a DISPENSA de licitação n° 7/2026, nos termos do Artigo 75, caput, II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 7/2026
CONTRATADA: AMMO INFORMÁTICA LTDA - EPP
CNPJ: 07.300.151/0001-04.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de computadores completos, peças e componentes avulsos de informática necessários ao pleno funcionamento dos sistemas administrativos das Secretarias Municipais.
VALOR: R$ 49.595,00 (quarenta e nove mil quinhentos e noventa e cinco reais).
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Paço Municipal aos 20 dias do mês de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:B9C6B8AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2.550, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.550, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Concede férias regulamentares parcial à servidora Josilene Aparecida Urias Machado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art.87 da Lei Municipal nº 03/2001

RESOLVE:

Art.1º Fica concedida, à servidora Josilene Aparecida Urias Machado, ACS, matrícula 2-01186, 10 (dez) dias das férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/03/2025 a 09/03/2026, para fruição no período de 23 de março de 2026 a 01 de abril de 2026.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida, 20 de março de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:459B1A7E

SECRETARIA DE FAZENDA-DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO N.º 4987 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4987/2026 de 06/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Flórida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 803/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.862.739,32 (dois milhões oitocentos e sessenta e dois mil setecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
04.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRACAO	
04.001.04.122.0002.1.002.		Aquisição de Veículo para a Secretaria de Administração	
591 - 4.4.90.52.00.00	31912	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	134.900,00
592 - 4.4.90.52.00.00	31913	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	270.560,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E URBANISMO	
09.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO	
09.003.15.452.0013.1.029.		Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a Divisão de Serviços Urbanos	
589 - 4.4.90.52.00.00	31914	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	800.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIVISAO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.0014.1.033.		Pavimentação de Estradas Rurais	
514 - 4.4.90.51.00.00	31711	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.657.279,32
		Total Suplementação:	**2.862.739,32**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.14.00000000	Fonte: 31711	1.657.279,32
Receita:2.4.2.2.99.01.21.00000000	Fonte: 31914	800.000,00
Receita:2.4.2.2.99.01.22.00000000	Fonte: 31912	134.900,00
Receita:2.4.2.2.99.01.23.00000000	Fonte: 31913	270.560,00
	Total da Receita:	**2.862.739,32**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Flórida, Estado do Paraná, em 06 de fevereiro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Pereira
Código Identificador:B469C699

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 022/2026

DECRETO Nº 022/2026

SÚMULA: Dispõe sobre os trabalhos e Designa os membros da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis Urbanos e Rurais.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - Ficam regulamentados os trabalhos da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis, conforme prevê o Art. Da Lei Municipal, conforme segue:

Art. 2°- a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis será composta por 5 (cinco) membros, sendo órgão de deliberação coletiva, vinculada à Secretaria de Administração e Secretaria de Finanças.

Art.3º - Os serviços da Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis constituirão na apresentação de laudo específico para utilização em processo de aquisição e alienação de bens imóveis que terá por objetivo avaliar, mediante procedimentos aqui fixados, o valor de imóveis de interesse direto ou indireto da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, deverá constar, detalhadamente as condições e características do imóvel.

Art.4º - A Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis deverá avaliar os imóveis de conformidade com solicitações feitas pelo município, devendo apresentar um relatório onde deverá constar o preço máximo avaliado do imóvel, para fins de aquisição, alienação, locação e leilões.

Art.5º - A Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis terá como atribuição avaliar bens públicos móveis, imóveis ou inservíveis a fim de dar-lhe a devida destinação ou ainda atender a dispositivos legais, bem como avaliar bens particulares caso necessário, estando incluídos valores referentes a aluguéis que o município necessite contratar.

Art.6º - A Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis deverá, para atingir aos seus objetivos exercer as seguintes atividades básicas, possuindo as seguintes atribuições:

I - pesquisar e analisar o mercado imobiliário local e regional;

II - acompanhar sistematicamente as mudanças físicas e conjunturais que influam no valor venal dos imóveis;

III - pesquisar e desenvolver novos métodos de avaliações de imóveis;

IV - requerer dos órgãos integrantes da administração Municipal, direta ou indireta, todas as informações necessárias à concepção de seus objetivos, que lhe serão fornecidos com presteza e exatidão.

V - manter entendimentos com órgãos oficiais federais, estaduais e privados para obter dados necessários à fixação da Planta de Valores Venais;

VI - fornecer subsídios para campanha de esclarecimento público sobre valores venais de imóveis e cobrança de tributos;

VII - Assessorar o Prefeito Municipal, a Secretaria de Administração e a Secretaria de Finanças, naquilo que lhe for solicitado com relação à administração tributária do Município;

VIII - seguir as normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

IX - avaliar os imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de alienação, doação ou permuta;

X - avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;

XI - avaliar as áreas remanescentes de obra pública ou resultantes de modificação de alinhamento;

XII - verificar a compatibilidade do valor locatício pretendido pelo proprietário em relação ao mercado imobiliário local, tratando-se de locação de imóveis particulares pelo Poder Público,bem como em suas revisões;

XIII - elaborar laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Poder Executivo de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem.

Art.7º - Os membros da Comissão exercerão as atribuições enumeradas de forma gratuita e sem prejuízo das funções normais do cargo ocupado na Administração Municipal, sendo o exercício da função considerado na avaliação de desempenho do servidor.

Art.8°- Ficam nomeados para comporem a **COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS** do Município de Foz do Jordão, os seguintes membros;

MEMBROS EFETIVOS:
LUCIANE ARAUJO TEIXEIRA (Responsável pelo Patrimônio)
LUCIANO MATULLE (Engenheiro Civil)
LUCIANO DA SILVEIRA OLIVEIRA (Topografo)
ANDERSON LUIS BATISTA RIBEIRO (Advogado)
ITAMARA PRESA HILARIO (Contadora).

PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE:
IVETE DE FATIMA DA SILVA (Fiscal Tributário)
DIEGO RAPHAEL DALLA CORT (Técnico Agrícola)

Art.09°- A presidência da Comissão Municipal de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis ficara a cargo do Srª IVETE DE FATIMA DA SILVA**.**

Art.10º- Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura revogando o Decreto 047/2025, disposições em contrário.

Foz do Jordão, 20 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:F0DC3369

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 075/2026

PORTARIA Nº 075/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.
R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar o servidor abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
JONIVAL JOSE DE OLIVEIRA	7.071.313-6	05472713582 (categoria B)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 20 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:E704F9A2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 076/2026

PORTARIA Nº 076/2026

O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, para apuração dos fatos conforme memorando nº 02/2026 da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

DOV BRAIAN LEME– PRESIDENTE
WUILLAN RODRIGUES CARVALHO – MEMBRO
ANGELITA DAS GRAÇAS MORAES – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência do Sr. **DOV BRAIAN LEME** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 20 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:1CFA7A9D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 74/2026

PORTARIA Nº 074/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade a seguinte Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomeia a Senhora "**CAMILA SANTA CATARINA"** portadora do RG n° 12.794.738-4 e inscrita no CPF nº 104.952.989-80 ocupante do cargo Efetivo de "**OFICIAL ADMINISTRATIVO",** para exercer função gratificada de **ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, EM VIRTUDE DA IMPLANTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD),** Município de Foz do Jordão Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 02/03/2026, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 20 de março de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:2153DB9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 17 da Lei Municipal nº 1.905, de 04 de abril de 2023, com redação alterada pela Lei nº 2.118, de 23 de setembro de 2025, e considerando o disposto no Anexo III – Quadro de Gratificações da referida legislação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 2, nos termos da Lei Municipal nº 1.905/2023, ao servidor IVANIR PINTO DA LUZ, matrícula nº 81, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal Desenvolvimento econômico e Trabalho, em razão de sua designação para o exercício da função extraordinária de maior responsabilidade e complexidade, a seguir especificada:
Função: **RESPONSÁVEL PELA AGÊNCIA DO TRABALHADOR**
Atribuições da Função:
I – Coordenar as atividades administrativas e operacionais da Agência;
II – Representar oficialmente a Agência perante órgãos públicos e entidades privadas;
III – Supervisionar o atendimento ao público, assegurando a qualidade e eficiência dos serviços prestados;
IV – Organizar e acompanhar programas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e seguro-desemprego;
V – Zelar pela articulação com o Sistema Nacional de Emprego – SINE e demais políticas públicas de trabalho e emprego;
VI – Gerir a equipe de trabalho, distribuindo tarefas e supervisionando o desempenho funcional;
VII – Elaborar relatórios periódicos de atividades e resultados;
VIII – Cumprir e fazer cumprir as normas técnicas e administrativas vigentes.

Art. 2ºA gratificação de que trata esta Portaria será concedida em caráter precário, não cumulativa com outras da mesma natureza, e não se incorporará aos vencimentos da servidora, podendo ser revista, suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de General Carneiro, em 20 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:3D9BB36E

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 17 da Lei Municipal nº 1.905, de 04 de abril de 2023, com redação alterada pela Lei nº 2.118, de 23 de setembro de 2025, e considerando o disposto no Anexo III – Quadro de Gratificações da referida legislação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 2, nos termos da Lei Municipal nº 1.905/2023, ao servidor JARDEL ALEXANDRE ZAHN, matrícula nº 1525, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal Administração e Planejamento, em razão de sua designação para o exercício da função extraordinária de maior responsabilidade e complexidade, a seguir especificada:
Função: **RESPONSÁVEL PELO JUIZADO ESPECIAL E VARA DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO**

Atribuições da Função:
I – Atuar como responsável administrativo local pelo apoio ao funcionamento do Juizado Especial e da Vara da Família do âmbito municipal;
II – Prestar apoio administrativo e operacional às atividades das unidades judiciais conveniadas;
III – Organizar, controlar e acompanhar expedientes, documentos, agendas e fluxos administrativos relacionados às atividades do Juizado Especial e da Vara da Família;
IV – Promover a articulação institucional entre o Município e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, bem como com o Ministério Público, Defensoria Pública e demais órgãos correlatos, quando necessário;
V – Zelar pela conservação, organização e adequado uso das instalações, mobiliários, equipamentos e materiais disponibilizados pelo Município.
VI – Acompanhar e cumprir as obrigações assumidas pelo Município no convênio firmado com o TJ-PR, comunicando à Administração Municipal eventuais intercorrências;
VII - Elaborar relatórios administrativos e prestar informações à chefia imediata ou à autoridade competente, quando solicitado;
VIII – Atender ao público no âmbito administrativo, prestando orientações gerais.

Art. 2ºA gratificação de que trata esta Portaria será concedida em caráter precário, não cumulativa com outras da mesma natureza, e não se incorporará aos vencimentos do servidor, podendo ser revista, suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de General Carneiro, em 19 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:CD1B9662

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 138 DE 20 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente com fundamento no art. 17 da Lei Municipal nº 1.905, de 04 de abril de 2023, com redação alterada pela Lei nº 2.118, de 23 de setembro de 2025, e considerando o disposto no Anexo III – Quadro de Gratificações da referida legislação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada – FG 4, nos termos da Lei Municipal nº 1.905/2023, ao servidor JOÃO VITOR CORREA, matrícula nº 3211, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos em razão de sua designação para o exercício da função extraordinária de maior responsabilidade e complexidade, a seguir especificada:
Função: **FISCALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO DA FROTA**

Atribuições da Função:
I – Fiscalizar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados nos veículos e máquinas da frota municipal;
II – Acompanhar diagnósticos, orçamentos, substituição de peças e prazos de execução dos serviços, certificando a compatibilidade entre o serviço realizado e o cobrado;
III – Controlar a entrada e saída de veículos em oficinas, mantendo registros atualizados das intervenções realizadas;
IV – Conferir notas fiscais, ordens de serviço, relatórios técnicos e demais documentos relacionados à manutenção da frota;
V – Monitorar a periodicidade das revisões obrigatórias, trocas de óleo, pneus, filtros e demais itens de desgaste;
VI – Comunicar formalmente à autoridade competente quaisquer indícios de irregularidade, sobrepreço, desperdício ou inadequação nos serviços executados;
VII – Manter histórico individualizado de manutenção por veículo ou equipamento, visando planejamento, economicidade e controle patrimonial;
VIII – Auxiliar na elaboração de especificações técnicas para aquisição de peças e contratação de serviços;
IX – Acompanhar garantias de serviços e peças substituídas, exigindo seu cumprimento quando necessário;
X – Elaborar relatórios gerenciais periódicos à chefia imediata sobre custos, frequência de manutenção, consumo de peças e condições da frota;
XI – Orientar motoristas e responsáveis quanto às rotinas de zelo, inspeção diária e comunicação de falhas

Art. 2ºA gratificação de que trata esta Portaria será concedida em caráter precário, não cumulativa com outras da mesma natureza, e não se incorporará aos vencimentos do servidor, podendo ser revista, suspensa ou revogada a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de General Carneiro, em 19 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:C252A13C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de redução de jornada de trabalho a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de General Carneiro – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando:a Lei Municipal nº 2.110/2025;o Decreto Municipal nº 353/2025;o Processo Administrativo nº 003/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ANDRIELLE ALINE MIGUEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 2845, ocupante do cargo de Enfermeira, **redução de jornada de trabalho no percentual de 50%**, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º A redução de jornada terá validade pelo prazo de **até 12 (doze) meses**, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada mediante nova avaliação da Comissão Avaliadora, conforme previsto no Decreto Municipal nº 353/2025.

Art. 3º O servidor beneficiado deverá observar as obrigações previstas na legislação municipal, especialmente:

I – Comprovar periodicamente o acompanhamento médico ou terapêutico do dependente;

II – Comunicar imediatamente qualquer alteração na situação que fundamentou a concessão;

III – Utilizar a redução de jornada exclusivamente para acompanhamento e cuidado do dependente.

Art. 4ºA manutenção do benefício poderá ser revista a qualquer tempo pela Administração Municipal, mediante justificativa e assegurado o contraditório.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EA611799

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 140 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de redução de jornada de trabalho a servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de General Carneiro – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando:a Lei Municipal nº 2.110/2025;o Decreto Municipal nº 353/2025;o Processo Administrativo nº002/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CRISTIANE ARLINDA TIBES DE ALMEIDA, matrícula nº 2937, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços diversos, **redução de jornada de trabalho no percentual de 50%**, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º A redução de jornada terá validade pelo prazo de **até 12 (doze) meses**, contados da data de publicação desta Portaria, podendo ser renovada mediante nova avaliação da Comissão Avaliadora, conforme previsto no Decreto Municipal nº 353/2025.

Art. 3º O servidor beneficiado deverá observar as obrigações previstas na legislação municipal, especialmente:

I – Comprovar periodicamente o acompanhamento médico ou terapêutico do dependente;

II – Comunicar imediatamente qualquer alteração na situação que fundamentou a concessão;

III – Utilizar a redução de jornada exclusivamente para acompanhamento e cuidado do dependente.

Art. 4ºA manutenção do benefício poderá ser revista a qualquer tempo pela Administração Municipal, mediante justificativa e assegurado o contraditório.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6EAE4346

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 141 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe: Sobre a ALTERAÇÃO do cargo do Servidor Comissionado

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

ALTERAR o cargo da servidora comissionada Sr.ª **CAROLINE CASTILHO DE OLIVEIRA**, matrícula funcional n.º 3500 de Coordenador de Manutenção e Despesas com a frota da Saúde, passa a exercer o cargo de Coordenador de Despesas com a Frota da Educação.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026

Joel Ricardo Martins Ferreira
Prefeito Municipal

ATO MUNICIPAL	DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	Edição n. º	Páginas	data	Ass. Servidor
			Até	/ /2025	

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:483B5E56

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 142 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe: Sobre a ALTERAÇÃO do cargo do Servidor Comissionado

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

ALTERAR o cargo da servidora comissionada Sr.ª **MARIA EDUARDA LANA DO CARMO**, matrícula funcional n.º 3522 de Coordenador de Vacinação, passa a exercer o cargo de Coordenador de Saúde Mental.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ATO MUNICIPAL	DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	Edição n. º	Páginas	data	Ass. Servidor
			Até	/ /2025	

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1F321258

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 143 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe: Sobre a ALTERAÇÃO do cargo do Servidor Comissionado

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

ALTERAR o cargo do servidor comissionado Sr. **FÁBIO HENRIQUE GRESELLE**, matrícula funcional n.º 3514 de Diretor de Saúde Mental, passa a exercer o cargo de Diretor de Fiscalização, Monitoramento do Rastreador e Controle Estratégico da Frota da Saúde.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026

Joel Ricardo Martins Ferreira
Prefeito Municipal

ATO MUNICIPAL	DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	Edição n. º	Páginas	data	Ass. Servidor
			Até	/ /2025	

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:5D494490

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 144 DE 20 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **ADEMIR SIEGA,** Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo 2021 A 2022, a partir de **23/03/2026 A 27/03/2026** com retorno em **30/03/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de Março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:9AAD4576

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 145 DE 20 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **SARAH DUCAT JAVORSKI,** Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, referente ao período aquisitivo 2024 A 2025, a partir de **23/03/2026 A 27/03/2026** com retorno em **30/03/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de Março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:1139C075

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 146 DE 20 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **JOZANE ONEDA,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2024 A 2025, a partir de **23/03/2026 A 27/03/2026** com retorno em **30/03/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de Março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:111EB56C

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 147 DE 20 DE MARÇO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **IVONEI DAS GRAÇAS LOPES,** Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo 03 referentes ao período aquisitivo 2021 A 2022 e 02 dias referente ao período 2022 a 2023, a partir de **23/03/2026 A 27/03/2026** com retorno em **30/03/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 20 de Março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:4DFF0C1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 044/2026
Pregão Eletrônico N° 016/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM
A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **08 de abril de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **016/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de aventais e camisetas personalizadas, modelo básico unissex, destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como às ações, eventos e campanhas institucionais promovidas pelo Município, conforme especificações técnicas, quantitativos e demais condições estabelecidas, nas quantidades e especificações mencionadas no Termo de Referência.

General Carneiro - PR, 20 de março de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:5F57A47F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 018/2026
Processo Licitatório nº 043/2026
Adjudicação: 20/03/2026
Contratadas: **COMERCIAL OESTE LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR

Objeto: **"Contratação de empresa especializada para 1ª revisão visando manter a garantia de fábrica do veículo VW/ Virtus MB, Placa: UAY-6C86, referente aos 10.000 km."**

Valor da Despesa: R$ 702,27 (setecentos e dois reais e vinte e sete centavos).

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:CD10B5B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 019/2026
Processo Licitatório nº 045/2026
Adjudicação: 20/03/2026
Contratadas: **VERITA VEICULOS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO VISANDO MANTER GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO FIAT ARGO TREKKING 1.3 PLACA: UBA-9E35, REFERENTE AOS 30.000 KM."**

Valor da Despesa: R$ 1.629,12 (um mil seiscentos e vinte e nove e doze centavos).

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:424C999D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº 017/2026
Processo Administrativo Licitatório: 222/2025
Contratante: Prefeitura de General Carneiro - Paraná
Contratada: SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
Vigência: 23/03/2026 à 23/03/2027
Valor da despesa: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Objeto: Pregão eletrônico visando aquisição de 01 (uma) van, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas da Educação Especial, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Demandante	Dotação	Fonte de Recurso
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	361	644

General Carneiro – Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0D60A5F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 222/2025
Pregão Eletrônico nº 083/2025
Adjudicação e Homologação: 20/03/2026
Objeto: Pregão eletrônico visando aquisição de 01 (uma) van, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas da Educação Especial, conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
SOCIÉTÉ COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	01

General Carneiro - Paraná, 20 de março de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0CF20AAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REUNIÃO GERAL ORDINÁRIA 344 (18/03/2026)

Ao décimo oitavo dia do mês de março de dois mil de vinte e seis as 19:00 horas, compareceram à Reunião Ordinária do Conselho

Municipal de Saúde número 344 (trezentos e quarenta e quatro), devidamente convocados 17 (dezessete) interessados, conforme consta no verso da página 58 (cinquenta e oito) e pagina 59 (cinquenta e nove), do livro próprio de assinaturas, dos quais XXX (quatorze) são membros titulares do Conselho Municipal de Saúde com direito a voto, sendo realizado compromisso na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Goioerê/PR, localizada na Avenida Amazonas Nº 280. O atual presidente Jose Antonio de Lima inicia a sessão apresentando a nova Secretária de Saúde Sra. Jacqueline Tonelli Lopes que se apresentou e agradeceu a presença de todos e em seguida informou a nova composição do Conselho Municipal de Saúde dos Representantes do Poder Executivo conforme Decreto Nº 9.706/2026 publicado em diário oficial em 16 de março de 2026. **Item I da ordem do dia – Aprovação das Atribuições das Funções do Fundo Municipal de Saúde:** considerando a Lei Municipal Nº 1933/2010, o Presidente Jose Antônio de Lima fez uso da palavra para atribuir as funções Secretária Municipal de Saúde como gestora do Fundo Municipal de Saúde, solicitando então, a troca das funções do CNPJ do fundo para a atual gestora Sra. Jacqueline Tonelli Lopes. Colocada em votação, pauta aprovada por unanimidade pelos Conselheiros ali presentes com direito a voto. **Item II da ordem do dia**: **Apreciação e Aprovação Relatório Anual de Gestão (RAG) – Exercício de 2025:** o Sra. Andressa Ohara Chignalia, Diretora do Fundo Municipal de Saúde, faz uso da palavra para apresentar o Relatório Anual de Gestão (RAG), que consta todas as atividades da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco); expôs as ofertas do município, referente a Gestão do SUS, Atenção Básica, Vigilância em Saúde, Assistência Farmacêutica, Serviços e Ações de Média a Alta Complexidade, Ouvidoria Municipal do SUS, Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, SAD (Serviço de Atenção Domiciliar), CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), Corpo de Bombeiros, Agencia Transfusional e Prestadores de Serviços. Em seguida a Sra. Gisele Kloster fez uso da palavra para explanar sobre as Receitas e Despesas, repasse da União na modalidade Fundo a Fundo Municipal de Saúde no valor de R$ 44.202.564,49 (quarenta e quatro milhões duzentos e dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta a nove centavos) os recursos referentes ao Estado totalizaram R$ 37.755.153,41 (trinta e sete milhões setecentos e cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos) explicou que de acordo com a Emenda Constitucional número 29 (vinte e nove), que diz respeito sobre a base da cálculo para aplicação mínima é de 15% (quinze por cento) da arrecadação; foi informado que a base de cálculo municipal anual, considerando receitas federais, estaduais e municipais foi de R$ 107.561.764,45 (cento e sete milhões quinhentos e sessenta e um mil setecentos e sessenta e quatro mil reais e quarenta e cinco centavos), sendo que o valor mínimo a ser investido na saúde durante o ano seria de R$ 16.134.264,67 (dezesseis milhões cento e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) porém o percentual médio aplicado durante o ano de 2025 foi de 25,52% (vinte e cinco virgula cinquenta e dois por cento) um montante de R$ 27.446.865,96 (vinte e sete milhões quatrocentos e quarenta e seis mil oitocentos e sessenta e cinco mil reais e noventa e seis centavos). Explanou-se sobre as receitas que são transferidas de recursos da União, sobre receitas oriundas de transferências do estado e receitas de impostos municipais; falou-se também das despesas tais como: vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, outras despesas variáveis, pagamento PSF, obras e instalações, material de consumo, outros serviços PF, outros serviços PJ, consórcio SAMU, contribuições APAE, CISCOMCAM, contratação por tempo determinado, equipamentos e material permanente, contribuições Santa Casa, indenização trabalhistas, consórcio intergestores, serviços de tecnologia, informação e comunicação, diárias, passagens e despesas com locomoção, material, bem ou serviços para distribuição gratuita, obrigações tributárias e contributivas, totalizando as despesas em um valor anual de R$ 52.658.128,71 (cinquenta e dois milhões seiscentos e cinquenta e oito mil cento e vinte oito reais e setenta e um centavos). Após apresentação, foi dada palavra a quem dela quisesse fazer o uso, não havendo nenhum questionamento o Sr. Presidente José Antonio de Lima coloca em votação e pauta foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros ali presentes com direito a voto. **Assuntos Diversos I.** Uma das conselheiras questiona sobre a demora do agendamento de exames e consultas que vem acontecendo desde o ano passado, a Secretaria de Saúde fez da palavra que atualmente a fila de espera do município entre consultas e exames e de 15.000 pessoas, e esclarece que a secretaria irá trabalhar exclusivamente com fila de espera e que quem determina a prioridade é o médico como "urgente", "não urgente" e "emergente" ele mostra a fila de espera atual do município e que a maior parte desses exames e consultas são realizados via CISCOMCAM; Não havendo mais nada a se tratar e tendo sido cumprida a ordem do dia, o Sr. presidente José Antônio de Lima encerrou a reunião ordinária às 19:40 horas. Goioerê/PR, 18 de março de 2026

Jacqueline Tonelli Lopes	
Gisele Kloster	
Cassia Teixeira Gasque Germano	
Helena Meneses de Jesus	
Lilian Andreza Ohara	
Adilson Benatti	
Adriana Aparecida Menezes	
Jose Torres da Silva	
Jose Antonio de Lima	
Ismael Silva Cruz	
Ieda Genoefa Orosco Lima	

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:365FEEBB

CMS - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual de Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Goioerê, relativas ao exercício de 2025, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Goioerê, em reunião ordinária realizada em 18 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal nº 1.464 de outubro de 1997;
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;
Considerando o inciso IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o RAG - Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Goioerê/PR, referente ao ano de 2025.

Goioerê, 18 de março de 2026.

JOSÉ ANTONIO DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:87DB4064

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 002/2026 - LIMPEZA DE TERRENO BALDIO

PROPRIETÁRIO(A) DO LOTE 14, QUADRA 23, RUA TUPINAMBAS, NO BAIRRO JARDIM PRIMAVERA – GOIOERE – PR. Inscrição Imobiliária nº 01.04.062.0112.1

O **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.198.975/0001-63, com sede à Av. Amazonas, nº 280, Jd. Lindóia, por intermédio de seu representante legal, ao final assinado, vem, **NOTIFICAR**, com fulcro no art. 100, parágrafo único, inciso I, da Lei Municipal Complementar nº 49/2020 (Código de Posturas), o **PROPRIETÁRIO(A)** DO LOTE 14, QUADRA 023, inscrição imobiliária 01.04.062.0112.1, DO BAIRRO JARDIM PRIMAVERA, EM GOIOERÊ – PR, para que, no

prazo de 10 (dez) dias, realize a limpeza do imóvel identificado, para o fim de retirar integralmente os resíduos que lá se encontram, tendo em vista que, conforme fiscalização procedida pela Municipalidade, verificou-se a situação de abandono o imóvel particular, com a existência de detritos, o que fere os preceitos de postura local.
O não cumprimento da determinação constante desta notificação, em até 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Edital, acarretará em penalização, na forma do art. 116 da Lei Municipal Complementar nº 49/2020 (Código de Posturas), sem prejuízo do disposto nos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 100, do mesmo diploma legal. Em caso de descumprimento do prazo deste Edital de Notificação sera, emitido Auto de infração de 10 (dez) URM R$ 3.537.90 (Três mil, Quinhentos e Trinta e Sete reais e Noventa Centavos)
Goioerê – PR, em 20 de Março de 2026.
PEDRO DE OLIVEIRA COELHO

Chefe do Poder Executivo do Município de Goioerê

. Art. 100. Os proprietários, inquilinos ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, jardins, pátios, edificações, lotes e glebas.
Parágrafo único. Os proprietários de lotes ou glebas não ocupadas, nas áreas urbanas do Município são obrigados a realizar capinas regularmente, mantendo-os sempre limpos, sendo que:
I - Aos proprietários de lotes ou glebas cobertas de mato ou servindo de depósito de detritos, será concedido prazo de 10 (dez) dias, a partir da intimação ou da publicação em edital, para que procedam suas limpezas e quando for o caso a remoção dos detritos nele depositados;

. Art. 100 (...) II - Expirado o prazo, o Poder Executivo Municipal poderá executar os serviços de limpeza e remoção dos detritos, exigindo do proprietário, além do pagamento de multa, o ressarcimento das despesas efetuadas, acrescidas de 30%(trinta por cento) a título de administração;
III - Vencidos 30 (trinta) dia da notificação do término das obras ou serviços e, não comparecendo o proprietário ou seu representante para quitar o débito, o mesmo será lançado em dívida ativa para imediata cobrança administrativa ou judicial, acumulada de juros e correção monetária.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:79326539

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – COMDEF

COMDEF – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MUNICÍPIO DE GOIOERÊ – PARANÁ

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas referente ao repasse da Deliberação de Incentivo para o Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente ao período de pagamento até 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF, no uso de suas atribuições legais conferidas pela legislação municipal vigente;

Considerando a legislação pertinente à Política da Pessoa com Deficiência;

Considerando a deliberação em plenária realizada no dia 17 de março de 2026, às 14 horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Av. Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê/PR;

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas referente ao repasse da Deliberação de Incentivo para o Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativa ao período de pagamento até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Goioerê, 17 de março de 2026.

CÁSSIA FERNANDA MERCURIO
Presidente do COMDEF

Publicado por:
Patricia Zamprone
Código Identificador:43374F8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2026
OBJETO: Contratação de uma BANDA ARTÍSTICA sendo composto por no mínimo 01(um) tecladista, 01 (um) sanfoneiro, e 01 (um) cantor, para realizar a animação nos bailes do Grupo da Terceira Idade, conforme demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goioerê-Pr.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: 15.094.483 PAULO PEREIRA DA SILVA
VALOR DA DESPESA: R$ 177.000,00

DATA: 20/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Queiroz de Loyola da Silva
Código Identificador:965CE96B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2026
HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERE
OBJETO: Contratação de serviços contínuos da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Município de Goioerê-Recicla Goioerê para realizar triagem, prensagem e destinação ambiental final adequada dos materiais provenientes da coleta seletiva realizada na área urbana do município de Goioerê-PR.
CONTRATADO: ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DO MUNICIPIO DE GOIOERE - RECICLA GOIOERE
VALOR DA DESPESA: R$ 180.000,00
20/03/2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Marçal Dos Santos de Oliveira
Código Identificador:073B0BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador		Convenio/repasse	Data	Valor
FNS		ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	19/03/2026	20.037,60
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FPM	20/03/2026	355.277,29
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	ITR	20/03/2026	1.544,48
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUS	20/03/2026	54.928,96
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	IPM	20/03/2026	7.497,14
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUNDEB	20/03/2026	48.775,48
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	20/03/2026	6.823,42

Goioerê, 20 de março de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:36D25328

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO 08 DE 20 DE MARÇO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS E DAS CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITOS DE NEGATIVA

SÚMULA: Dispõe sobre a fixação do prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa no âmbito do Município de Goioxim/PR, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Constituição Federal, que impõe à Administração Pública os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205 a 208 do Código Tributário Nacional, que asseguram ao contribuinte o direito à obtenção de certidões relativas à sua situação fiscal, não estabelecendo, contudo, prazo de validade para tais documentos;
CONSIDERANDO que o Código Tributário do Município de Goioxim (Lei Municipal nº 556/2017) disciplina a expedição de certidões, sem, entretanto, fixar prazo de validade;
CONSIDERANDO a necessidade de padronizar procedimentos administrativos, conferir segurança jurídica às relações entre Fisco e contribuintes e assegurar a atualidade das informações fiscais certificadas;
DECRETA
Art. 1º A Certidão Negativa de Débitos (CND) e a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), expedidas pelo Município de Goioxim, terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.
Art. 2º O prazo de validade estabelecido neste Decreto fundamenta-se na necessidade de garantir a atualidade das informações relativas à situação fiscal do contribuinte perante a Fazenda Pública Municipal.
Art. 3º As certidões emitidas eletronicamente deverão conter, de forma expressa, a data de emissão e a data de vencimento de sua validade.
Art. 4º A validade da certidão não impede a Fazenda Pública Municipal de apurar, a qualquer tempo, a existência de débitos não abrangidos ou posteriormenteconstituídos.
Art. 5º Este Decreto não restringe o direito do contribuinte à obtenção de certidão, nos termos do Código Tributário Nacional, devendo sua expedição observar os prazos e condições legais.
Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Finanças adotar as medidas necessárias à execução deste Decreto, inclusive a adequação dos sistemas de emissão de certidões.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:317FF999

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Item

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de ferramentas elétricas profissionais, equipamentos portáteis de geração de energia, baterias recarregáveis, carregadores e kits de ferramentas, destinados à execução de atividades operacionais, serviços de manutenção, obras e apoio técnico das Secretarias e unidades da Administração Pública Municipal, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI E REGIONAL.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13h30min do dia 06/04/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 13h31min às 14h29min do dia 06/04/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h30min do dia 06/04/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 20 de março de 2026.

MICHELE TAIS CLARO GUEDES
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:91BC47BA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE SUPRESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2026

OBJETO: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual locação de equipamentos e estruturas para eventos, tipo (de sonorização/iluminação, barracão, grades de isolamento, palco, climatizadores, cabines de banheiro e outros), para atender aos eventos municipais do Município de Guaíra – Paraná, de responsabilidade da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura.

O Município de Guaíra, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 696.2025 de 22/12/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados na presente licitação **PREGÃO ELETRÔNICO N° 035/2026**, a SUPRESSÃO, conforme segue abaixo:

FICA SUPRIMIDO DO ITEM 4.4 DO "ANEXO 05- HABILITAÇÃO" OS SEGUINTES REQUISITOS:

Apresentar LAO – Licença Ambiental de Operação, emitida por órgão competente ou contrato com empresa devidamente licenciada pelo órgão competente, comprovando, comprovando o tratamento e/ou disposição final dos resíduos;

Apresentar LAO - Licença Ambiental de Operação do Tanque para transporte dos resíduos.
Permanecem inalteradas as demais condições do edital, inclusive a data de abertura da presente licitação.

Guaíra/PR, 20 de março de 2026.

GABRIEL RIBEIRO DO MONTE
Pregoeiro

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:C3BE7A0E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 16.868.674/0001-42**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 14.734,50 (quatorze mil e setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:39309323

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **MATTOS CONEXOES E SOLUCOES LTDA, CNPJ nº 41.062.521/0001-50**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 83.495,00 (oitenta e três mil e quatrocentos e noventa cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:A46A9588

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **J FERREIRA POCOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 55.254.505/0001-74**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 180.636,10 (cento e oitenta mil e seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:D895A5D2

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 46.423.434/0001-03**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 10.178,98 (dez mil e cento e setenta e oito reais e noventa e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:287C3F6D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA, CNPJ nº 38.349.410/0001-15**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 44.481,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e um reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:B4CF5B7E

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2026

Pregão Eletrônico nº 168/2025
Processo Administrativo nº 311/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **INSTALART MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ nº 05.117.514/0001-45**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R$ 14.630,00 (quatorze mil e seiscentos e trinta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.
Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:A989EAF6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 140/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 094/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 16.868.674/0001-4**

Objeto do Contrato: Aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas

da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 14.734,50 (quatorze mil e setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:40075B1D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 095/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **MATTOS CONEXOES E SOLUCOES LTDA, CNPJ nº 41.062.521/0001-50**

Objeto do Contrato: Aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 83.495,00 (oitenta e três mil e quatrocentos e noventa cinco reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:80B1C185

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 096/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **J FERREIRA POCOS ARTESIANOS LTDA, CNPJ nº 55.254.505/0001-74**

Objeto do Contrato: Aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 180.636,10 (cento e oitenta mil e seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:68576C83

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 143/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 097/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 46.423.434/0001-03**

Objeto do Contrato: Aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 10.178,98 (dez mil e cento e setenta e oito reais e noventa e oito centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9BE9C278

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 098/2026,
do Edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**
Contratada: **C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA, CNPJ nº 38.349.410/0001-15**

Objeto do Contrato: Aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 44.481,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e um reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **19 de março de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:82369C8D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2026

Decorrente da Ata de Registro de Preços Nº 099/2026, Do Edital de Pregão Eletrônico Nº 168/2025

Contratante: Município de Guaíra, Cnpj Nº 77.857.183/0001-90

Contratada: Instalart Materiais Eletricos Ltda, Cnpj Nº 05.117.514/0001-45

Objeto do Contrato: Aquisição de Equipamentos e Materiais Destinados ao Monitoramento, Controle e Regularização do Consumo de água em Sistemas de Abastecimento, Incluindo a Execução de Testes de Vazão, Análises Físico-químicas e Microbiológicas da água, Bem Como a Realização de Procedimentos Técnicos Necessários à Obtenção de Outorga de Uso Dos Recursos Hídricos, Para Atendimento Das Demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/pr.

Valor Total: R$ 14.630,00 (quatorze Mil e Seiscentos e Trinta Reais).

Prazo de Vigência: o Prazo de Vigência da Contratação é de 12 (doze) Meses, Tendo Início na Data do Presente Instrumento e Término em 19 de Março de 2027, Prorrogável na Forma da Lei N° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 19 de Março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 19 de Março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:9FB29DCA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **JV STUDIO FITNESS LTDA, CNPJ nº 39.755.201/0001-34**

Objeto do Contrato: execução, pela CONTRATADA, de aulas diversas **(capoeira, com fornecimento de local e equipamentos; capoeira; lutas - karatê/muay thai/jiu jit-su)**, conforme proposta aprovada (anexo IV) do edital de **Chamamento Público nº 010/2024**, descrição, características, prazos e demais obrigações e informações constantes no Edital, que dele faz parte integrante.

Fundamentação: artigo 74, inciso II e IV, da Lei 14.133/2021.

Valor Total: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, por cada hora/aula, o valor unitário de **R$ 101,83 (cento e um reais e oitenta e três centavos)** no item 5; de **R$ 80,00 (oitenta reais)** no item 6; e de **R$ 80,00 (oitenta reais)** no item 13;, tendo como limite máximo para contratações o valor total de **R$ 461.363,60 (quatrocentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e tres re-ais e sessenta centavos)**, conforme Anexo II do Edital, devendo este valor teto ser distribuído entre todos os credenciados para o item.

Recursos Orçamentários:

10.01.2063.333903999990000256.000
13.03.2089.333903905000000000.505
08.02.2044.333903905000000000.103

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início em 20 de março de 2026 e término em **20 de março de 2027**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 20 de março de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 20 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:C9EBB732

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 179/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 168/2025 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 168/2025,**

cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais destinados ao monitoramento, controle e regularização do consumo de água em sistemas de abastecimento, incluindo a execução de testes de vazão, análises físico-químicas e microbiológicas da água, bem como a realização de procedimentos técnicos necessários à obtenção de outorga de uso dos recursos hídricos, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente do Município de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:
DIPAR FERRAGENS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 16.868.674/0001-42**, vencedora do item 1 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 14.734,50 (quatorze mil e setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos);**
MATTOS CONEXOES E SOLUCOES LTDA, inscrita no **CNPJ nº 41.062.521/0001-50**, vencedora dos itens 2 e 3 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 83.495,00 (oitenta e três mil e quatrocentos e noventa cinco reais);**

J FERREIRA POCOS ARTESIANOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 55.254.505/0001-74**, vencedora dos itens 4, 5, 6, 7, 8, 9, 24, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 38, 39 e 40 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 180.636,10 (cento e oitenta mil e seiscentos e trinta e seis reais e dez centavos);**

ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 46.423.434/0001-03**, vencedora dos itens 10, 31 e 32 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 10.178,98 (dez mil e cento e setenta e oito reais e noventa e oito centavos);**

C & X DISTRIBUICAO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 38.349.410/0001-15**, vencedora dos itens 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 34 e 35 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 44.481,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e um reais);**

INSTALART MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 05.117.514/0001-45**, vencedora dos itens 23, 25 e 26 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 14.630,00 (quatorze mil e seiscentos e trinta reais);**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:EE7B5BE1

CONSAMU
PORTARIA Nº 016/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o Sr. Jonas Vinicius Reinhardt dos Santos, RG nº 8.147.903-8 SSP PR, do Cargo Comissionado de Assessor III, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 005/2023 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 20 de março de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:866520C3

PROJUR
PORTARIA Nº 180/2026 DATA: 20.03.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 666/2025 e 2.753/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias as Servidoras Públicas Municipais, mencionadas a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Mariana Mendes Gonçalves Lopera	296688-03	2024/2025	06/04/2026 a 30/04/2026
Monica Libanio de Araujo	29416-01	2023/2024	23/03/2026 a 21/04/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:9A3984B2

PROJUR
PORTARIA Nº 181/2026 DATA: 20.03.2026

Ementa: atribui responsabilidade a servidores públicos municipais, conforme especifica, como Gestor e Fiscal do Termo de Convênio do Município de Guaíra, Estado do Paraná, junto ao Instituto Água e Terra – IAT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra, e, considerando o memorando online sob nº 4.400/2025,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designado o servidor público municipal **Sr. LUIS CARLOS LIMA**, Vice-Prefeito e Secretário de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente, matrícula funcional nº 29419-6, como Gestor do Termo de Convênio do Município de Guaíra, Estado do Paraná, perante ao Instituto Água e Terra – IAT.
Art. 2º Fica designado o servidor público municipal Sr. **LUIZ VIEIRA DA SILVA**, Diretor da Diretoria de Meio Ambiente, matrícula funcional nº 29399-1, como Fiscal do Termo de Convênio do Município de Guaíra, Estado do Paraná, perante ao Instituto Água e Terra – IAT.
Art. 3º Caberá aos referidos servidores adotar todas as medidas complementares para a execução e o acompanhamento do objeto conveniado com a IAT.
Art. 4º O exercício das funções descritas nesta Portaria será considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:EC7D66D0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 031/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 11.656,27 (onde mil, seiscentos e cinquenta seis reais e vinte sete centavos), autorizado pela Lei nº 1858 de 02 de Outubro de 2025 dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas:
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 11.656,27 (onde mil, seiscentos e cinquenta seis reais e vinte sete centavos), conforme abaixo:
25 – SECRETARIA DE SAÚDE
001 – Fundo Municipal de Saúde
10 – Saúde
0301 – Atenção Básica
0012 – Mais Saúde
2.045 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.14 – Diárias - Cód. 278..... R$ 10.000,00

30 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
002 – Departamento de Educação
12 – Educação
0361 – Ensino Fundamental
0013 – Mais Educação
2.059 – Manutenção Educação
3.3.90.30 – Material de Consumo - Cód. 498..... R$ 1.656,27

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... R$ 11.656,27

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado recursos provenientes do superávit financeiro e excesso de arrecadação como segue:

Fonte de Recurso 500 – Investimento da Rede de Serviços de Saúde ..... R$ 10.000,00
Fonte de Recurso 11040 – FUNDEB VAAR..... R$ 1.656,27

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO..... R$ 11.656,27

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026

MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:52A6BBB8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **DISPENSA ELETRÔNICA nº 002/2026**, do tipo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATE, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A TODOS OS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E GRUPO INFANTIL DE AÇÕES E ATENDIMENTO DO CRAS, DO MUNICÍPIO DE GUARACI-PR.** A abertura da sessão de disputa que se daria no dia 25 de março de 2026, às 09:00 horas, será realizada no dia **26 de março de 2026, às 09:00 horas**. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. O Aviso estará disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; pelo Portal BLL – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, disponível no endereço eletrônico https:// www.bll.org.br/; ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3260-1133 ou pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 20 de março de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:6247E4FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 70/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000, por intermédio de seu Departamento de Compras e Licitações, torna público, para os fins do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que pretende realizar a contratação direta, por Dispensa de Licitação, do objeto a seguir especificado:

1. ADJUDICO o objeto da presente dispensa de licitação à empresa **MATER SEGURANÇA DO TRABALHO**, inscrito no **CNPJ: 18.102.464/0001-74.**

2. HOMOLOGO, com fulcro no art. 75 inciso II, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a presente contratação direta por dispensa

3. OBJETO: Contratação direta de empresa especializada para a prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, sob a modalidade de **escopo fechado**, objetivando a elaboração técnica, pericial e consolidada da base documental obrigatória de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

4. CONTRATADA: MATER SEGURANÇA DO TRABALHO, inscrito no **CNPJ: 18.102.464/0001-74.**

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:A escolha fundamenta-se pesquisa de mercado, detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), onde a proposta da referida empresa foi a que atendeu a todos os requisitos técnicos do Termo de Referência (TR), apresentando o menor preço.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:A presente contratação direta fundamenta-se noart. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. VALOR TOTAL: R$62.000,00 (Sessenta e dois mil).

8. PRAZO DE VIHEN CIA E EXECUÇÃO:O prazo de vigência e execução será de 12 (doze) meses.

Guaraqueçaba/PR, 20 de Março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D8EA66BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA N.º 1.034 DE 20 DE MARÇO DE 2026

"Altera a Lei n.º 15 de 31.12.1993 e dá outras providências".

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das atribuições legais e de acordo com o que dispõe o artigo 77, inciso V da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º. Fica alterado o art. 65 da Lei Municipal nº 15 de 31.12.1993 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 65.A base imponível é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos.

§ 1º. O valor venal será considerado aquele declarado pelas partes no ato negocial de transferência de bens ou direitos, tais como, a Escritura Pública lavrada em Cartório Tabelionato, observados os seguintes elementos:
I - Preço corrente do mercado;
II - Localização.
III - Características do imóvel, tais como, área, topografia, edificações e acessibilidade e equipamentos urbanos.

§ 2º. Caso as partes declarem valores flagrantemente incompatíveis com o valor dos bens ou direitos que se está transferindo, valores inferiores ou superiores, quando analisado em relação aos preços praticados no mercado, o valor venal para a base de cálculo será determinado obedecendo-se às seguintes exigências:

I – Garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos do Tema n.º 1.113 do STJ, cujos prazos e procedimento devem ser determinados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei.

II – Determinação do valor de mercado realizado por meio de avaliação realizada por Comissão de Avaliação Municipal composta por, no mínimo, 03 (três) servidores públicos concursados OU valor determinado por profissional corretor de imóveis, devidamente credenciado no CRECI, contratado pelo Município de Guaraqueçaba/PR nos termos do disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021.

§ 3º. O início do processo para a verificação do valor de mercado, valor venal, poderá ser instaurado por denúncia:
I – Pela Diretoria de Tributação;
II – Pela Câmara de Vereadores;
III – Por qualquer interessado;
IV – Pela Controladoria do Município de Guaraqueçaba/PR;
V – Pela Procuradoria-geral.

Art. 65-A. Em caso de declaração de valores abaixo do mercado, determinado conforme o § 2º do artigo 65 desta Lei, todas as partes interessadas no negócio jurídico, responderão solidariamente, pela multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de mercado.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, em 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:E878688C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 142/2026 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDOR EFETIVO

Dispõe sobre a designação de servidor público efetivo para o exercício de função gratificada junto ao Departamento de Gestão de Frotas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA, Estado do Paraná, o Sr. **Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o art. 77, inciso XXXI, da Lei Orgânica do Município de Guaraqueçaba.

CONSIDERANDO o art. 9º, § 8º, § 9º e § 10 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guaraqueçaba.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 61/2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa municipal e define as atribuições do Diretor do Departamento de Gestão de Frotas.

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, opinando pela possibilidade de concessão de gratificação a servidor efetivo designado para exercer atribuições de Direção, no âmbito da gestão de frotas.

CONSIDERANDO a necessidade de suprir a vacância do cargo e garantir a continuidade dos serviços públicos relacionados à gestão da frota Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **OSEIAS PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 238, ocupante de cargo efetivo, para exercer as atribuições de Diretor do Departamento de Gestão de Frotas, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. Fica concedida ao servidor designado gratificação pelo exercício de função, a ser percebida cumulativamente com o vencimento do cargo efetivo, nos termos do art. 9º, § 8º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º. O percentual da gratificação será fixado em 60% (por cento) sobre o vencimento base do cargo efetivo do servidor, observado o limite legal conforme Art. 9°, §9° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º Compete ao servidor designado, dentre outras atribuições previstas na legislação municipal:

I – Gerir o controle informatizado da frota municipal;
II – Elaborar planos de manutenção preventiva e corretiva;
III – Administrar o almoxarifado de peças;
IV – Controlar a aquisição e o consumo de combustíveis e lubrificantes;
V – Elaborar relatórios gerenciais e operacionais da frota municipal;

VI – Atuar de forma integrada com todas as Secretarias Municipais, considerando a natureza transversal da gestão de frotas.

Art. 5º. A designação de que trata esta Portaria não gera direito à incorporação da gratificação aos vencimentos do servidor, podendo ser revista ou revogada a qualquer tempo, conforme interesse da Administração Pública.

Art. 6º. Encaminha-se para o Departamento de Recursos Humanos, para anotação em ficha funcional.
.
Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de março de 2026.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, em 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal de Guaraqueçaba/PR

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:9DB94963

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 55/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 55/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 55/2025, celebrado em , cujo objeto é a Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Ação Socia**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
As partes de comum acordo procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 55/2025, relativamente a gasolina, o qual passará de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) o litro, para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) o litro da gasolina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

(228).3.3.90.30.00.00- Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:46261456

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 66/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 66/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 66/2025, celebrado em , cujo objeto é a Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Administração, Secretarias Municipal de Meio Ambiente e Secretarias Municipal de Turismo**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
As partes de comum acordo procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 66/2025, relativamente a gasolina, o qual passará de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) o litro, para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) o litro da gasolina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária

(137).3.3.90.30.00.00- Material de consumo
(436).3.3.90.30.00.00- Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:227F4B8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 47/2025, celebrado em , cujo objeto é o fornecimento de derivados do petróleo (gasolina comum e diesel s10), em atendimento à Secretarias Municipal de Obras e Transporte**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
As partes de comum acordo procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 47/2025, relativamente a gasolina, o qual passará de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) o litro, para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) o litro da gasolina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
(269).3.3.90.30.00.00 - Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:398DA5CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 219/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 219/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 219/2025, celebrado em , cujo objeto é a Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Saúde**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.
As partes de comum acordo procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 219/2025, relativamente a gasolina, o qual passará de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) o litro, para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) o litro da gasolina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.
As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
(162).3.3.90.30.00.00- Material de consumo

(180).3.3.90.30.00.00- Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:E21DD617

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 61/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 61/2025 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR E O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN.

CONTRANTE MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52, com sede à Rua Major Domingos do Nascimento n.º 46 – Bairro Centro – Guaraqueçaba/PR – CEP 83.390-000 representada por seu prefeito senhor **ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF sob n.º 039.773.459-07.

CONTRATADA EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN, inscrito no **CNPJ** nº 00.285.111/0001-91, com sede na Paula Miranda nº 46, **Bairro:** Centro, Guaraqueçaba/PR, **CEP:** 83.390-000 representada pelo senhor **OSMAR SCHOTTEN** empresário, CPF nº 206.912.119-49, Carteira de Identidade nº 13056218, órgão expedidor SESP PR.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, doravante denominado CONTRATANTE e a **OSMAR SCHOTTEN,** inscrito no CNPJ nº 00.285.111/0001-91,doravante denominado CONTRATADA, de comum acordo e com base no processo administrativo protocolado sob n.º 5393/2025 e no disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 01.04.2021, inexigibilidade n.º 08/2025, celebram o presente Termo Aditivo de REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO **CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 61/2025, celebrado em , cujo objeto é a Contratação de empresa para aquisição de combustível, em atendimento à Secretarias Municipal de Educação.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

As partes de comum acordo procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo nº 61/2025, relativamente a gasolina, o qual passará de R$ 7,20 (sete reais e vinte centavos) o litro, para R$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos) o litro da gasolina.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

As despesas para cobertura dos valores oriundos deste termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária
(32).3.3.90.30.00.00- Material de consumo
(32).3.3.90.30.00.00- Material de consumo

CLÁUSULA TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 47/2025, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Guaraqueçaba, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHISKI
CPF:039.773.459-07
Prefeito do Município de Guaraqueçaba/PR

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL OSMAR SCHOTTEN
CNPJ nº 00.285.111/91

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:FB6DF902

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA LICITAÇÃO

Processo de Dispensa de Licitação n.º 02/2026

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e de acordo com o que estabelece o inciso IV, do art. 71, da Lei Federal 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto da presente Dispensa de Licitação em favor da empresa Posto Cometa HS Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º: 81.449.654/0001-07, em razão desta ter apresentado a proposta mais vantajosa para o Poder Legislativo Municipal, atendendo os termos e condições estabelecidos no presente certame. E após verificar a regularidade dos atos e procedimentos relativos ao Processo de Dispensa de Licitação nº 02/2026, **HOMOLOGO** a adjudicação feita em favor da empresa citada, tendo em vista que foram observadas as determinações contidas na Lei de Licitações e no Ato da Mesa Diretora n.º 04/2024.

Honório Serpa, PR, 20 de março de 2026.

ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA ALVES,
Presidente da Câmara Municipal de Honório Serpa.

Publicado por:
José Carlos Cardoso
Código Identificador:A60135E9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 62, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, JOÃO CARLOS GARBIN, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, que dispõe da participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde

(SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; e
CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 521 de 27/08/2013, que dispõe da reformulação do Conselho Municipal de Saúde

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para comporem o Conselho Municipal de Saúde:

USUÁRIOS:
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE HONÓRIO SERPA – ACEHS
Titular: Sheyla Boldori
Suplente: Dilceu Eder de Oliveira

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE HONÓRIO SERPA
Titular: Luiz Carlos Rodrigues
Suplente: Anderson de Almeida

COAMO
Titular: Kelin Maisa da Silva
Suplente: Bruna Aparecida da Silva

CENTRO DE TRADIÇÕES GAUCHAS – CTG QUERENCIA SERRANA
Titular: Cleiton Cristiano Eleutério
Suplente: Adrieli Beims Zanella

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA - APMI
Titular: Eliane Portela Vieira
Suplente: Nilza de Ramos Cardoso

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE HONÓRIO SERPA
Titular: Viviane Klein
Suplente: Ivonete Barbosa Cordeiro

IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS E IGREJA CATOLICA
Titular: Eliabe Silvestro Camargo
Suplente: Roseli Gaio

SICREDI COOPERATIVA DE CRÉDITOS
Titular: Jaqueline Goretti Bertotti
Suplente: Michele Rafain Marin

PROFISSIONAIS DE SAÚDE
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM
Titular: Aline Pizzi
Suplente: Paula Pricila Conte

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA
Titular: Anelize Fornari Cristofoli
Suplente: Angela Haoack

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE
Titular: Cleusa Augustin Martins
Suplente: Maria Luiza dos Santos

VIGILANCIA EM SAÚDE
Titular: Rubens Jose de Souza Sant'ana
Suplente: Daiane Ribeiro Matos

GESTÃO
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE
Titular: José Carlos Peron
Suplente: Joceli Aparecida Colla Vaz

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Mariazinha de Fatima Hennerich Cristofoli
Suplente: Denise Ferreira

PRESTADOR
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE EXCEPCIONAIS – APAE
Titular: Claudinei dos Santos
Suplente: Elisangela Aparecida de Lima

CONSULTÓRIO ACYR JADER DIAS CORREIA
Titular: Acyr Jader Dias Correia
Suplente: Eduarda Lehr

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 66/2023, produzindo efeitos retroativos a 09 de setembro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 20 de março de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:3C96CB0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 062/2026

DECRETO Nº 062/2026

Súmula: Nomeia a Sra. Aline Juliana Aparecida Marchetto e dá outras providências.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando as disposições da Lei Municipal n.º 005/1997 c/c com as disposições do art. 37 ss. da CF/88;

II - Considerando o processo administrativo – CONCURSO PÚBLICO, para fins de preenchimento de cargos e vagas em aberto no âmbito do Poder Executivo desta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital n.º 001/2024;

III - Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado pelo Edital n.º 030/2024, cuja eficácia deu-se aos 04/07/2024, devidamente homologado pelo Decreto n.º 043/2025 datado de 23/01/2025;

IV – Considerando finalmente o atendimento ao Edital de Convocação n.º 014/2026,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. ALINE JULIANA APARECIDA MARCHETTO portadora do CPF/MF sob o n.º 053.***.***-20, para exercer o cargo público efetivo, regido pelo regime estatutário, de PROFESSOR 20 DE INGLÊS HORAS, disciplinado pela Lei Municipal n.º 086/2013.

Parágrafo único: Os efeitos do presente ato administrativo dar-se-ão à partir de 23/03/2026 (inclusive).

Artigo 2º - Este Decreto estará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, aos 20 dias de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A86E975C

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 062/2026

PORTARIA Nº 062/2026

Súmula: Concede Férias ao Servidor Público Municipal que especifica-se.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal n.° 005/1997 – Estatuto dos Servidores Públicos desta municipalidade,

RESOLVE
Art. 1.° - Conceder férias regulares ao Servidor Público Municipal, cuja nominata resta descrita abaixo, em estrita observância aos ditames do art. 90 c/c art. 91 da Lei Municipal N° 005/1997, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná:

DO SERVIDOR			DAS FÉRIAS		
Mat.	**Nome**	**Cargo**	**Período Aquisitivo**	**Qtde. (dias)**	**Período/Fruição**
599/1	VALDEMIR SANTO CANAVEZI JUNIOR	ENFERMEIRO 40 HORAS	2024/2025	15	30/03/2026 À 13/04/2026

Art. 2.° - Determinar a baixa, nos assentos funcionais do Servidor acima descrito, dos períodos de férias alcançados por este Ato, bem como dos devidos registros de “aviso/recibo de férias” devidos, para fins de registro e controle interno.

Art. 3.° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:A9413588

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO CONTRATUAL Nº 030/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

REF.: Contrato nº 030/2026

INEXIGIBILIDADE Nº: 014/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CONTRATADA: R. BUCHI CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO ATUARIAL E TRIBUTÁRIO LTDA, CNPJ nº 31.781.846/0001-30, sediada na Rua Professora Zelina Alves, nº 740, Centro, Paranacity/PR, Cep: 87.660-000.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação em "Credenciamento e Sistema de Registro de Preços (SRP)", destinada ao Setor de Licitações e Contratos desta Administração, para atendimento de 04 (quatro) servidores (sendo 03 inscrições pagas e 01 cortesia), a ser realizado no formato presencial na cidade de Maringá/PR, no período de 30 a 31 de março de 2026, das 09:00 às 17:00 horas, com carga horária total de 13 (treze) horas.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III.

VALOR GLOBAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 60(sessenta) dias

DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:47439FD9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N.º 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de capacitação em "Credenciamento e Sistema de Registro de Preços (SRP)", destinada ao Setor de Licitações e Contratos desta Administração, para atendimento de 04 (quatro) servidores (sendo 03 inscrições pagas e 01 cortesia), a ser realizado no formato presencial na cidade de Maringá/PR, no período de 30 a 31 de março de 2026, das 09:00 às 17:00 horas, com carga horária total de 13 (treze) horas.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iguaraçu, com cadastro no CNPJ sob o n° 75.772.525/0001-44, localizado na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 – Centro – Iguaraçu/PR.

CONTRATADOS: R. BUCHI CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO ATUARIAL E TRIBUTÁRIO LTDA, CNPJ nº 31.781.846/0001-30, sediada na Rua Professora Zelina Alves, nº 740, Centro, Paranacity/PR, Cep: 87.660-000.

DISPOSIÇÕES GERAIS: Vide contrato.

Iguaraçu/PR., 20 de março de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:9717D5B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 42/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária ANDRISE FOLLMANN FRANÇA ROCHA, durante o período de 17/03/2026 a 17/03/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati,19 de março de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente Do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:41EEEA79

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 43/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária ADRIANA FERNANDES VILAR GAMAS, durante o período de 17/03/2026 a 17/03/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati,19 de março de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:6FDDCF42

GOVERNO MUNICIPAL
DECISÃO ADMINISTRATIVA SANITÁRIA Nº 001/2026

Resumo: Decisão Administrativa Sanitária nº 001/2026
Empresa Autuada: C. A. LTDA(CNPJ: 75.643.601/0001-11)
1. Principais Irregularidades
A fiscalização constatou na data da vistoria em 11/12/2025, diversas violações à legislação sanitária estadual (Lei 13.331/01 e Decreto 5.711/02), incluindo:
Falta de Licenciamento:Funcionamento sem licença sanitária, alvará de localização e certificado do Corpo de Bombeiros.
Segurança do Trabalho:Ausência de prevenção de riscos ambientais e a Saúde do ocupacional, falta de sinalização nas áreas de trabalho.
Infraestrutura:Presença de entulhos em áreas de circulação.
Risco Técnico:Ausência de documentação obrigatória da caldeira (prontuário, registro de segurança e proteção).
2. Fundamentação e Defesa
A empresa apresentou defesa dentro do prazo, mas sem os documentos exigidos. Então os argumentos foramrejeitados. A autoridade julgadora entendeu que as provas (fotos e laudos) eram robustas e que a defesa não trouxe fatos novos que pudessem anular as infrações apontadas.
3. Decisão e Penalidade
O auto de infração foi julgadoprocedente na data de 29/01/2026, resultando na:

• Interdição Definitivado estabelecimento.

GILSON KOMAR
Coordenador da Vigilância Sanitária Municipal
Autoridade Sanitária
Decreto 237/2025

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:363D8197

GOVERNO MUNICIPAL
DECISÃO ADMINISTRATIVA SANITÁRIA Nº 002/2026

Resumo: Decisão Administrativa Sanitária nº 002/2026
Empresa Autuada: C. C. A. LTDA(CNPJ: 80.816.101/0001-74)
1. Principais Irregularidades
A fiscalização constatou na data da vistoria em 11/12/2025, diversas violações à legislação sanitária estadual (Lei 13.331/01 e Decreto 5.711/02), incluindo:
Falta de Licenciamento:Funcionamento sem licença sanitária, alvará de localização e certificado do Corpo de Bombeiros.
Segurança do Trabalho:Ausência de prevenção de riscos ambientais e a Saúde do ocupacional, falta de sinalização nas áreas de trabalho.
Infraestrutura:Presença de entulhos em áreas de circulação.
Risco Técnico:Ausência de documentação obrigatória da caldeira (prontuário, registro de segurança e proteção).
2. Fundamentação e Defesa
A empresa apresentou defesa dentro do prazo, mas sem os documentos exigidos. Então os argumentos foramrejeitados. A autoridade julgadora entendeu que as provas (fotos e laudos) eram robustas e que a defesa não trouxe fatos novos que pudessem anular as infrações apontadas.
3. Decisão e Penalidade
O auto de infração foi julgadoprocedente na data de 29/01/2026, resultando na:

• Interdição Definitivado estabelecimento.

GILSON KOMAR
Coordenador da Vigilância Sanitária Municipal
Autoridade Sanitária Decreto 237/2025

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:1E7BD6A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 044/2026

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL EM QUESTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 9º, inciso XXIII, e Artigo 68, inciso XIII, ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda, nos termos dos arts. 2º, 5º, alínea "i", 6º e 15, doDecreto-lei no3.365, de 21 de junho de 1941, com alterações posteriores;

DECRETA;
Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o imóvel adiante especificado, localizado no Município de Iporã-Paraná, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã - Paraná, sob a matrícula 26.925, com as seguintes características, limites e confrontações:

Proprietário: JOSÉ MAURICIO ALARCON E ALESSANDRA APARECIDA MIGUEL ALARCON.	
Local: Iporã-Pr	UF: PR
Matrícula: 26.925	
Área Declarada de Utilidade Pública: **48,2507 hectares**	

PERIMETRO DO IMÓVEL: IMÓVEL RURAL: Lote de terras nº 63-B, 63-C, 64, 64-A, 65 e 65-A, com a área de 48,2507 Hectares, Perímetro (m): 4.047,79 m, Gleba Atlântida, Bairro Jacu, situado no município e Comarca de Iporã, Estado do Paraná. Limites e confrontações: O perímetro tem início no VÉRTICE: AAAG-M-1078, (Longitude: -53°39'04,622", Latitude: -24°00'07,189" e Altitude: 387,927 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1815 | Lote de Terras sob o n° 65-B, no Azimute: 117°11' e Distância: 1510,63 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-M-1079, (Longitude: -53°38'17,079", Latitude: -24°00'29,618" e Altitude: 301,803 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1815 | Lote de Terras sob o n° 65-B, no Azimute: 117°10' e Distância: 35,9 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-V-3310, (Longitude: -53°38'15,949", Latitude: -24°00'30,151" e Altitude: 308,014 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 3236 | Córrego Palmito – Lotes de Terras sob n°s 79-P e ..., no Azimute: 165°18' e Distância: 61,07 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5339, (Longitude: -53°38'15,401", Latitude: -24°00'32,071" e Altitude: 295,475 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 3236 | Córrego Palmito – Lotes de Terras sob n°s 79-P e ..., no Azimute: 118°36' e Distância: 54,61 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5340, (Longitude: -53°38'13,705", Latitude: -24°00'32,921" e Altitude: 294,363 m), deste segue confrontando com

CNS: 08.561-3 | Mat. 3236 | Córrego Palmito – Lotes de Terras sob n°s 79-P e ..., no Azimute: 145°53' e Distância: 54,18 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5341, (Longitude: -53°38'12,630", Latitude: -24°00'34,379" e Altitude: 293,174 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 466 | Córrego Palmito - Lotes de terras sob n°s 79-P e 8..., no Azimute: 159°49' e Distância: 44,97 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5342, (Longitude: -53°38'12,081", Latitude: -24°00'35,751" e Altitude: 292,582 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 466 | Córrego Palmito - Lotes de terras sob n°s 79-P e 8..., no Azimute: 141°47' e Distância: 39,98 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5343, (Longitude: -53°38'11,206", Latitude: -24°00'36,772" e Altitude: 292,325 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 466 | Córrego Palmito - Lotes de terras sob n°s 79-P e 8..., no Azimute: 204°31' e Distância: 35,07 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5344, (Longitude: -53°38'11,721", Latitude: -24°00'37,809" e Altitude: 291,607 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 466 | Córrego Palmito - Lotes de terras sob n°s 79-P e 8..., no Azimute: 182°40' e Distância: 62,43 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5345, (Longitude: -53°38'11,824", Latitude: -24°00'39,836" e Altitude: 291,122 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 310°56' e Distância: 52,12 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5346, (Longitude: -53°38'13,217", Latitude: -24°00'38,726" e Altitude: 291,127 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 263°09' e Distância: 49,56 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5347, (Longitude: -53°38'14,958", Latitude: -24°00'38,918" e Altitude: 291,449 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 278°25' e Distância: 32,37 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5348, (Longitude: -53°38'16,091", Latitude: -24°00'38,764" e Altitude: 291,36 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 277°46' e Distância: 53,46 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5349, (Longitude: -53°38'17,965", Latitude: -24°00'38,529" e Altitude: 292,765 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 275°35' e Distância: 20,19 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5350, (Longitude: -53°38'18,676", Latitude: -24°00'38,465" e Altitude: 292,939 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 1573 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 61-A, no Azimute: 275°29' e Distância: 53,64 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5351, (Longitude: -53°38'20,565", Latitude: -24°00'38,298" e Altitude: 294,107 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 307°13' e Distância: 60,12 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5352, (Longitude: -53°38'22,259", Latitude: -24°00'37,116" e Altitude: 296,722 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 312°43' e Distância: 52,6 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5353, (Longitude: -53°38'23,626", Latitude: -24°00'35,956" e Altitude: 298,563 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 335°11' e Distância: 39,55 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5354, (Longitude: -53°38'24,213", Latitude: -24°00'34,789" e Altitude: 299,479 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 312°39' e Distância: 49,85 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5355, (Longitude: -53°38'25,510", Latitude: -24°00'33,691" e Altitude: 301,127 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 286°51' e Distância: 68,22 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5356, (Longitude: -53°38'27,820", Latitude: -24°00'33,048" e Altitude: 301,223 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 277°40' e Distância: 33,65 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5357, (Longitude: -53°38'29,000", Latitude: -24°00'32,902" e Altitude: 302,99 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 10816 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob n° 62, no Azimute: 300°30' e Distância: 37,4 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5358, (Longitude: -53°38'30,140", Latitude: -24°00'32,285" e Altitude: 305,093 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 270°17' e Distância: 18,6 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5359, (Longitude: -53°38'30,798", Latitude: -24°00'32,282" e Altitude: 302,939 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 292°58' e Distância: 37,21 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5360, (Longitude: -53°38'32,010", Latitude: -24°00'31,810" e Altitude: 303,764 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 287°22' e Distância: 39,15 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5361, (Longitude: -53°38'33,332", Latitude: -24°00'31,430" e Altitude: 306,327 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 226°40' e Distância: 37,53 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5362, (Longitude: -53°38'34,298", Latitude: -24°00'32,267" e Altitude: 305,288 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 275°15' e Distância: 35,9 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5363, (Longitude: -53°38'35,563", Latitude: -24°00'32,160" e Altitude: 310,383 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 301°22' e Distância: 33,8 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5364, (Longitude: -53°38'36,584", Latitude: -24°00'31,588" e Altitude: 307,362 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 214°30' e Distância: 13,07 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5365, (Longitude: -53°38'36,846", Latitude: -24°00'31,938" e Altitude: 306,459 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 331°06' e Distância: 26,74 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5366, (Longitude: -53°38'37,303", Latitude: -24°00'31,177" e Altitude: 307,938 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 295°51' e Distância: 29,27 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5367, (Longitude: -53°38'38,235", Latitude: -24°00'30,762" e Altitude: 310,089 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 270°15' e Distância: 27,59 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-P-5368, (Longitude: -53°38'39,211", Latitude: -24°00'30,758" e Altitude: 307,844 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 693 | Córrego Urubu – Lote de Terras sob o n° 62-A, no Azimute: 289°20' e Distância: 29,36 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-V-3311, (Longitude: -53°38'40,191", Latitude: -24°00'30,442" e Altitude: 309,88 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 691 | Lote de Terras sob o n° 63-A, no Azimute: 299°32' e Distância: 102,1 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-M-1080, (Longitude: -53°38'43,334", Latitude: -24°00'28,806" e Altitude: 327,675 m), deste segue confrontando com CNS: 08.561-3 | Mat. 691 | Lote de Terras sob o n° 63-A, no Azimute: 299°31' e Distância: 833,18 m, daí até o VÉRTICE: AAAG-M-1081, (Longitude: -53°39'08,982", Latitude: -24°00'15,458" e Altitude: 374,126 m), deste segue confrontando com Faixa de Dominio da Estrada Florida, no Azimute: 25°50' e Distância: 282,7 m, até o VÉRTICE: AAAG-M-1078, ponto inicial do perímetro.

Art. 2º - O imóvel descrito no art. 1ºdestina-se à implantação de área industrial, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado do paraná, por meio da SECID/PARANACIDADE.

Art. 3º - Para fins de imissão na posse, serão respeitados as clausuras e condições firmadas entre as partes no termo de compromisso.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício do Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **vinte** dias do mês de **março** do ano de **dois mil e vinte e seis**.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8DE9F6D0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 046/2026
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de Março de 2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.

CONTRATADO:RODOLFO CESAR PEREIRA GUEDES: 019.xxx.xxx-23

OBJETO: Prestar serviços de MOTORISTA DE CAMINHÃO/ONIBUS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, na Secretaria de Assistência à Saúde.
VALOR:R$ 1.621,00 (Hum mil, seiscentos e vinte e um reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 02 de Março de 2026 a 01 de Março de 2027, podendo ser prorrogado conforme interesses de ambas as partes.
BASE LEGAL: aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital N° 004/2025 de 10/09/2025, Edital nº. 036/2025 de 13/10/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 039/2026 de 08/12/2025, para prestar serviços de MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 02 de Março de 2026.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

RODOLFO CESAR PEREIRA GUEDES/
Contratado

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A9DFD3EE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 047/2026
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de Março de 2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ, Estado do Paraná.
CONTRATADO:ODAIR BENITES DA SILVA: 302.xxx.xxx-00
OBJETO: Prestar serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pelo RGPS – Regime Geral de Previdência Social, na Secretaria de Assistência à Saúde.
VALOR:R$ 1.621,00 (Hum mil, seiscentos e vinte e um reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: no período de 12 de Março de 2026 a 11 de Março de 2027, podendo ser prorrogado conforme interesses de ambas as partes.
BASE LEGAL: aprovada em Teste Seletivo, conforme Edital N° 004/2025 de 10/09/2025, Edital nº. 036/2025 de 13/10/2025, que homologou o resultado do Teste Seletivo, e convocada através do Edital n.º. 039/2026 de 08/12/2025, para prestar serviços de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

FORO: Comarca de Iporã, Estado do Paraná.
Iporã (PR), 12 de Março de 2026.

ROBERTO DA SILVA/
Prefeito Municipal

ODAIR BENITES DA SILVA/
Contratado

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:252BD6A7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2026

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE IPORÃ–REFIS 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Iporã – REFIS 2026, com a finalidade de promover a regularização dos créditos tributários, ou não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os já parcelados ou reparcelados, vencidos até o dia 31 de dezembro de 2025.

Parágrafo único. Não serão beneficiados pela presente lei os créditos decorrentes de ação judiciária de caráter indenizatório ao erário público.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao REFIS gozarão dos seguintes benefícios em anistia dos juros e das multas na seguinte proporção:

I – 100,00% (cem por cento) de desconto, para pagamento em até 30 (trinta) dias;
II – 90,00% (noventa por cento) de desconto, para pagamento em até 03 (três) parcelas;
III – 70,00% (setenta por cento) de desconto, para pagamento parcelado em até 06 (seis) parcelas;
IV – 50,00% (cinquenta por cento) de desconto, para pagamento parcelado em até 12 (doze) parcelas.

Parágrafo único. Fica as parcelas iguais e mensais, com prestações não inferiores a 1 (uma) UFM por mês, ficando a data de vencimento do pagamento à vista ou parcelado, no próximo dia útil da semana.

Art. 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção da pessoa física ou jurídica, que fará jus ao regime especial de consolidação dos créditos tributários referidos no artigo 1º desta Lei pelo contribuinte, atual proprietário comprovado documentalmente ou seu representante legal, com requerimento qualificando o sujeito passivo.

§ 1º Os créditos tributários existentes em nome do optante serão consolidados tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS e implicará na inclusão da totalidade dos créditos tributários referidos no artigo 1º.

§ 2º A consolidação abrangerá todos os créditos tributários existentes em nome da pessoa física ou jurídica, por imóvel, CPF ou CNPJ, inclusive os acréscimos legais relativos a juros moratórios e atualização monetária, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, não beneficiados pela presente lei.

Art. 4º O pedido de parcelamento implicará na:
I – confissão irrevogável e irretratável dos créditos tributários;
II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos créditos tributários objeto do parcelamento;
III – obrigação de pagamento de despesas processuais caso haja execução fiscal contra o sujeito passivo requerente do presente programa de recuperação fiscal.

Art. 5º As normas para opção do REFIS serão regulamentadas por ato próprio do Executivo Municipal, mediante Termo de Confissão de Dívida.

Art. 6º Será excluído do REFIS o contribuinte que manter-se nas seguintes condições:

I – o inadimplente por 2 (duas) parcelas consecutivos ou não.

Parágrafo único. A exclusão do optante do REFIS implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago e consequente cobrança extrajudicial ou judicial.

Art. 7º Os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de adesão no REFIS, parcelamento ou reparcelamento de que

trata a presente Lei observarão os regulamentos aplicados aos parcelamentos vigentes, no que couber.

§ 1º Todos os procedimentos para o parcelamento ou reparcelamento do crédito tributário, a base de cálculo será atualizada até a data do parcelamento.

§ 2º Ocorrendo pagamento de qualquer parcela após o vencimento serão aplicadas as penalidades constantes da Legislação em vigor, com incidência de juros e multas sobre a parcela vencida.

Art. 8º O prazo para adesão ao REFIS encerra-se em 30 de dezembro de 2026.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:EEA91C22

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 2008/2026

SÚMULA: ATUALIZA O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica fixado, o piso salarial do profissional do Magistério Público da Educação Básica do Município de Iporã, Estado do Paraná, no valor mensal de R$ 5.130,63 (cinco mil, cento e trinta reais e sessenta e três centavos), para a jornada de trabalho semanal de 40 (quarenta) horas, observada a proporcionalidade em caso de jornada inferior ou superior, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e conforme piso salarial profissional nacional, homologado pela Medida Provisória 1.334/2026.
Parágrafo único. O piso salarial estabelecido através desta Lei, abrange os Professores Municipais ativos, inativos e pensionistas.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:503379CB

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2007/2026

SÚMULA: CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DO PODER LEGISLATIVO, COMISSIONADOS, EFETIVOS, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, E AOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS, DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DOS DIRETORES DO LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica concedida a reposição salarial aos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo, a partir de 1º de março de 2026, sobre os vencimentos e salários, aplicando-se o percentual global de **4,30% (quatro vírgula trinta por cento),** composto pelo seguinte índice:
I – 4,30% (quatro vírgula trinta por cento), a título de reajuste, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado no período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026.
Parágrafo único. A reposição de que trata este artigo é extensiva aos servidores públicos efetivos, comissionados, ativos, inativos e pensionistas de ambos os poderes, bem como aos Conselheiros Tutelares.

Art. 2º Fica concedida a reposição aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Diretores do Legislativo, a partir de 1º de março de 2026, aplicando-se o percentual de 4,30% (quatro vírgula trinta por cento), correspondente exclusivamente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acumulado no período de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026.
Art. 3º O valor do piso salarial a ser pago no âmbito do Município de Iporã obedecerá ao valor do salário mínimo nacionalmente unificado, vigente à época.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros retroativos a partir de 1º de março de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:89AA37AE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2009/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER O USO DE VEÍCULOS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS–APAE DE IPORÃ, E A CUSTEAR AS DESPESAS COM COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, a título gratuito e por meio de Termo de Cessão de Uso, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais–APAE de Iporã, inscrita no CNPJ sob o nº 77.871.135/0001-57, os seguintes veículos de propriedade do Município:
I – Veículo 01: * Marca/Modelo: I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3 * Placa: TAV3C04 * RENAVAM: 01417288911 * Chassi: 8AP359AFRSU406834 * Ano de Fabricação/Modelo: 2024/2025 * Cor: Branca;
II – Veículo 02: * Marca/Modelo: I/FIAT DUCATO MB COMF-19 (Micro-ônibus) * Placa: TAS8C53 * RENAVAM: 01408855515 *

Chassi: ZFA250000R2Y41541 * Ano de Fabricação/Modelo: 2023/2024 * Cor: Branca;
III – Veículo 03: * Marca/Modelo: MARCOPOLO/VOLARE V8L EO (Ônibus) * Placa: BCO-8028 * RENAVAM: 01170939373 * Chassi: 93PB54M10KC098370 * Ano de Fabricação/Modelo: 2018/2019 * Cor: Branca.
Art. 2º A cessão de uso de que trata esta Lei destina-se exclusivamente ao transporte de alunos e assistidos pela APAE de Iporã, para a frequência às atividades educacionais, terapêuticas e de inclusão social promovidas pela entidade.
Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear, integralmente, a manutenção preventiva e corretiva e as despesas com combustível utilizado nos veículos descritos no Art. 1º, enquanto perdurar a cessão de uso e a finalidade prevista no Art. 2º.
Parágrafo único. O custeio das despesas com combustível será realizado mediante dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.
Art. 4º O prazo da cessão de uso será de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura do respectivo Termo, podendo ser prorrogado por igual período, mediante interesse público e acordo entre as partes.
Art. 5º Caberá à APAE de Iporã a responsabilidade pela guarda, manutenção preventiva e corretiva que será custeada pelo Município, seguro e conservação dos veículos, bem como pela regularidade da documentação e habilitação dos condutores.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B93B0CF5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2010/2026

SUMULA: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IPORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei regulamenta a organização, o funcionamento e a utilização do serviço de transporte escolar no âmbito do Município de Iporã, em conformidade com a legislação federal e estadual aplicável.
Art. 2º O planejamento, a execução, a fiscalização e o controle do serviço de transporte escolar serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 3º O serviço de transporte escolar atenderá, observada a disponibilidade de veículos e rotas, a seguinte ordem de prioridade de usuários:
I – **Prioridade Absoluta:**
a) alunos matriculados na rede pública de ensino municipal e estadual, residentes na zona rural ou em áreas de difícil acesso do Município.

II – **Prioridade Secundária:**
a) estudantes universitários residentes no Município;
b) profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único. O atendimento aos usuários de prioridade secundária, conforme o inciso II, fica condicionado à existência de vagas e à comprovação de que não haverá prejuízo ao transporte dos alunos de prioridade absoluta, definidos no inciso I.
Art. 4º Fica autorizado, em caráter excepcional, o transporte de terceiros não elencados no art. 3º, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:
I – existência de vagas disponíveis nos veículos após o atendimento de todos os usuários prioritários na respectiva rota;
II – ausência de prejuízo, desvio de rota ou acréscimo de despesa para o serviço de transporte escolar;
III – autorização prévia e expressa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou da Administração Municipal.
Parágrafo único. A autorização para o transporte de terceiros, conforme o *caput* deste artigo, será concedida exclusivamente para o deslocamento de moradores das seguintes localidades:

a) Distrito de Nova Santa Helena;
b) Distrito de Vila Nilza;
c) Vila Rural;
d) Comunidade do Iverã;
e) Comunidade do Cedro;
f) Comunidade da Flórida;
g) Comunidade da Norte Sul.

Art. 5º Fica autorizado o uso dos veículos do transporte escolar para o transporte de atletas da divisão de esportes, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para participação em competições e eventos esportivos realizados em outros municípios.
Parágrafo único. A utilização dos veículos para o fim previsto no caput deste artigo fica condicionada à ausência de prejuízo ao transporte dos alunos da rede de ensino, devendo ser planejada e autorizada previamente pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, por meio de Decreto Municipal, que disporá sobre os procedimentos para cadastro, solicitação, autorização de uso e demais normas complementares necessárias à sua fiel execução.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:C74C002D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2011/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR O PAGAMENTO DE JORNADA SUPLEMENTAR AOS DIRETORES DE ESCOLAS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEMEIS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DURANTE O PERÍODO DE RECESSO E FÉRIAS ESCOLARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir e a efetuar o pagamento de Jornada Suplementar de Trabalho aos servidores ocupantes do cargo de Diretor de Escola e de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), que tenham sido eleitos para a função.
Art. 2º A Jornada Suplementar de que trata esta Lei será destinada à complementação da carga horária dos diretores, para o cumprimento de atividades administrativas, de planejamento e de gestão que excedam a jornada regular do cargo, inclusive durante os períodos de recesso e férias escolares.
§ 1º A necessidade da jornada suplementar durante o recesso e as férias escolares será justificada pela continuidade das demandas administrativas e pedagógicas da unidade de ensino, tais como:
I – planejamento do ano letivo subsequente;
II – organização de matrículas e transferências de alunos;
III – coordenação de processos de manutenção e reforma predial;
IV – participação em programas de formação continuada;
V – elaboração de relatórios e prestações de contas.
§ 2º A carga horária da Jornada Suplementar será de até 20 (vinte) horas semanais, a ser definida por ato do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a necessidade do serviço e a disponibilidade orçamentária.

Art. 3º O valor da hora-aula relativo à Jornada Suplementar terá como base de cálculo o vencimento do cargo efetivo do servidor, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes, vedada a incidência de gratificações de qualquer natureza.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9ADD9E42

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2012/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS–APAE DE IPORÃ E A REALIZAR REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS NO VALOR DE R$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS).

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais–APAE de Iporã,** inscrita no CNPJ sob o nº 77.871.135/0001-57, e a realizar o repasse de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a título de auxílio financeiro.
Art. 2º O valor de que trata o artigo anterior será destinado à manutenção da entidade, podendo ser utilizado para o custeio de despesas gerais da instituição, visando à continuidade e à qualidade dos serviços prestados à comunidade.
Art. 3º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, em conformidade com a legislação vigente, especialmente o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e demais normas aplicáveis.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6A761C49

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2013/ 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IPORÃ –DEMUTRAN–IPO, A MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Iporã, vinculado à Secretaria da Gestão de Administração, o Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN–IPO.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN–IPO:
I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
II – planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;
III – implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;
IV – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;
V – estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
VI – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;
VII – aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;
VIII – fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;
IX – fiscalizar o cumprimento do disposto no artigo 95, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;
X – implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
XI – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
XII – credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;
XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;
XIV – implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
XV – promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecida pelo CONTRAN;
XVI – planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;
XVII – registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;
XVIII – conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;
XIX – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
XX – fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;
XXI – vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;
XXII – coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;
XXIII – executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;
XXIV – realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

Art. 3º O Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN–IPO terá a seguinte estrutura:

I – a Divisão de Engenharia, Sinalização e de Controle e Análise de Estatística de Trânsito;
II – a Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração;
III – Divisão de Educação de Trânsito.

Art. 4º Ao Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN–IPO compete:
I – a administração e gestão do Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN–IPO, implementando planos, programas e projetos;
II – o planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do Município.
Parágrafo único. O Diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Iporã–DEMUTRAN-IPO é a autoridade competente para aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito.

Art. 5º À Divisão de Engenharia, Sinalização e de Controle e Análise de Estatística de Trânsito compete:
I – planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;
II – planejar o sistema de circulação viária do Município;
III – proceder a estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito;
IV – integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viário para aprovação de novos projetos;
V – elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;
VI – acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados;
VII – coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsitos e suas causas;
VIII – controlar os dados estatísticos da frota circulante do Município;
IX – controlar os veículos registrados e licenciados no Município;
X – elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário.

Art. 6º À Divisão de Fiscalização, Tráfego e Administração compete:
I – administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;
II – administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;
III – controlar as áreas de operação de campo, fiscalização e administração do pátio e veículos;
IV – controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;
V – operar em segurança das escolas;
VI – operar em rotas alternativas;
VII – operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;
VIII – operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).
Art. 7º À Divisão de Educação de Trânsito compete:
I – promover a Educação de Trânsito junto a Rede Municipal de Ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;
II – promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 8º Para execução das atividades de fiscalização de trânsito, o Município poderá designar servidores municipais ou firmar convênios com órgãos de segurança pública.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997.
Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0B3D4D07

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2014/2026

SÚMULA: ALTERA O VALOR DA SUBVENÇÃO SOCIAL DESTINADA À APAE–ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPORÃ, PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 1948/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o valor da subvenção social destinado à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iporã, constante da tabela prevista no artigo 1º da Lei Municipal nº 1948/2025, passando de R$ 112.008,00 (cento e doze mil e oito reais) para R$ 142.008,00 (cento e quarenta e dois mil e oito reais).

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Municipal nº 1948/2025, inclusive os valores destinados às demais entidades.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:54A9FD74

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2015/2026

SUMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES–JARI DO MUNICÍPIO DE IPORÃ–PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelo órgão executivo municipal de trânsito.
Parágrafo único. A JARI atuará junto ao Departamento Municipal de Trânsito–DEMUTRAN.

Art. 2º Compete à JARI:
I – julgar os recursos interpostos pelos infratores contra penalidades impostas pela autoridade de trânsito municipal;
II – solicitar aos órgãos executivos de trânsito informações complementares relativas aos recursos apresentados;
III – encaminhar relatórios periódicos ao órgão executivo municipal de trânsito contendo estatísticas e recomendações para melhoria do sistema de trânsito.

Art. 3º A JARI será composta por 03 (três) membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.
§1º A composição da JARI deverá observar a seguinte representação:
I – 01 representante do órgão executivo municipal de trânsito;
II – 01 representante de entidade representativa da sociedade civil;
III – 01 representante com conhecimento na área de trânsito, indicado pelo Poder Executivo.
§2º Os membros da JARI serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal.
Art. 4º A JARI contará com um Presidente, escolhido entre seus membros, responsável pela coordenação dos trabalhos e condução das sessões de julgamento.

Art. 5º O funcionamento da JARI obedecerá às normas previstas no Código de Trânsito Brasileiro e nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, bem como ao regimento interno a ser aprovado por ato do Poder Executivo.

Art. 6º As sessões de julgamento da JARI ocorrerão com a presença mínima de 03 (três) membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos.

Art. 7º A participação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações–JARI será considerada serviço público relevante, devendo ser remunerada na forma e nos valores definidos em regulamento do Poder Executivo.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de Decreto do Prefeito Municipal, especialmente quanto ao regimento interno da JARI, sua organização, funcionamento, remuneração dos membros e demais procedimentos administrativos necessários à sua plena execução.
Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:9831F506

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2016/2026

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO DE IPORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação Santo Antônio de Iporã, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 21.689.309/0001-00, com sede no Município de Iporã, Estado do Paraná, no valor de até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º A subvenção de que trata esta Lei destina-se a auxiliar na construção de estrutura física no Sítio Recanto Santo Antônio, localizado em área rural deste Município, destinada exclusivamente à realização de atividades de interesse público, tais como:
I – encontros comunitários;
II – eventos sociais, educacionais e culturais;
III – atividades formativas e de integração comunitária;
IV – ações sociais voltadas à comunidade local e regional.

Art. 3º A concessão da subvenção prevista nesta Lei tem por finalidade promover atividades de interesse social e comunitário, contribuindo para:
I – o fortalecimento da convivência comunitária;
II – o desenvolvimento humano e social;
III – a promoção de ações educativas, culturais e assistenciais;
IV – o atendimento à população do Município de Iporã.

Art. 4º A transferência dos recursos será formalizada mediante instrumento de parceria, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, observando-se especialmente:
I – a apresentação de plano de trabalho detalhado;
II – a aplicação dos recursos exclusivamente na finalidade prevista nesta Lei;
III – a prestação de contas dos recursos recebidos.

Art. 5º A entidade beneficiária deverá garantir que o espaço objeto da subvenção seja utilizado estritamente para as finalidades de interesse social e comunitário previstas no Art. 2º, de forma aberta a toda a população, sendo vedada qualquer tipo de discriminação, proselitismo ou a realização de atividades de cunho religioso no local.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:94E91EF3

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2017/2026

SÚMULA: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COMERCIAL NO MUNICÍPIO DE IPORÃ, AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO DE CUSTEIO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Comercial do Município de Iporã, com a finalidade de estimular a instalação de novas empresas, incentivar a ampliação das atividades econômicas já existentes e fortalecer o comércio, a indústria, o setor de serviços e demais atividades produtivas no território municipal.

Art. 2º O Programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico local, estimular a geração de empregos e renda, ampliar a arrecadação municipal e fomentar investimentos que contribuam para o crescimento sustentável do Município.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo econômico, na forma de auxílio de custeio temporário, a empresas que pretendam se instalar no Município, bem como àquelas já estabelecidas que realizem ampliação, modernização ou fortalecimento de suas atividades econômicas.
Art. 4º O auxílio de custeio previsto nesta Lei possui caráter de incentivo econômico temporário, não se caracterizando como doação permanente ou transferência definitiva de recursos públicos, devendo sempre estar vinculado ao interesse público e ao desenvolvimento econômico do Município.

Art. 5º O incentivo poderá consistir em apoio financeiro temporário destinado ao custeio de despesas operacionais necessárias à implantação, manutenção inicial ou expansão das atividades empresariais, conforme análise de conveniência e oportunidade da Administração Municipal.

Art. 6º A seleção das empresas beneficiadas ocorrerá, preferencialmente, por meio de Chamamento Público, para garantir a ampla concorrência e a isonomia.
§1º Subsidiariamente, a concessão poderá ocorrer mediante requerimento direto da empresa interessada, desde que devidamente justificado o interesse público estratégico em processo administrativo próprio.
§2º Em qualquer das hipóteses, a concessão dependerá da apresentação de documentação que demonstre a viabilidade do empreendimento, a regularidade fiscal e jurídica da empresa e a estimativa de geração de empregos ou de impacto econômico positivo no Município.

Art. 7º A concessão do incentivo deverá ser precedida de análise técnica da Secretaria Municipal competente e formalizada mediante termo de compromisso ou instrumento contratual, no qual serão estabelecidas as condições, obrigações e contrapartidas assumidas pela empresa beneficiada.
Art. 8º As empresas beneficiadas pelo Programa deverão comprometer-se a manter suas atividades no Município pelo prazo mínimo estabelecido no termo de compromisso, bem como observar a legislação trabalhista, ambiental, tributária e demais normas aplicáveis.

Art. 9° O auxílio de custeio será concedido por prazo determinado, observando-se a natureza do empreendimento, a relevância econômica da atividade e o interesse público envolvido, podendo ser suspenso ou encerrado caso deixem de existir as condições que justificaram sua concessão.
Art. 10. O Município poderá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiadas, podendo solicitar informações, documentos e relatórios que comprovem a geração de empregos, a manutenção das atividades e o cumprimento das condições estabelecidas no termo de compromisso.

Art. 11. O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada poderá acarretar a suspensão ou revogação do incentivo concedido, sem prejuízo da restituição proporcional dos valores eventualmente recebidos, corrigidos monetariamente, conforme previsto no instrumento firmado entre as partes.

Art. 12. O Poder Executivo dará ampla publicidade a todos os atos de concessão do incentivo, publicando no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência a relação das empresas beneficiadas, os valores concedidos, os prazos e as contrapartidas assumidas, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei por meio de Decreto, no que couber.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:155A52F8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2018/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO COM OUTROS MUNICÍPIOS PARA GARANTIR A CONTINUIDADE E A INTEGRALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios e termos de cooperação com outros municípios, visando assegurar a continuidade e a integralidade na prestação de serviços de saúde à população, especialmente para a realização de procedimentos cirúrgicos e utilização de infraestrutura hospitalar.

Art. 2º A cooperação autorizada por esta Lei permitirá, entre outras ações, que as equipes de saúde do Município de Iporã utilizem as instalações de hospitais de municípios parceiros para a realização de cirurgias e outros procedimentos em pacientes de Iporã, principalmente durante períodos de reformas ou readequação do Hospital Municipal.

Art. 3º Em regime de mútua colaboração, fica o Município de Iporã igualmente autorizado a ceder, mediante interesse público e conveniência administrativa, o uso de suas instalações de saúde a municípios conveniados, desde que não haja prejuízo ao atendimento da população local.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução dos convênios, incluindo eventuais custos operacionais ou de transporte, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5892C1FA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 387/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARCIA CRISTINA DOS SANTOS TOMAZELI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 18 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARCIA CRISTINA DOS SANTOS TOMAZELI**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 040.xxx.xxx-03, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, ocupante do cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 18 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:21B2671E

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 388/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JULIANA SCHMIDT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 18 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JULIANA SCHMIDT,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº 037.xxx.xxx-97, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 18 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4A92D362

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 389/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA MARIA APARECIDA GALVÃO DA COSTA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 17 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **MARIA APARECIDA GALVÃO DA COSTA SILVA,** brasileira, e inscrita no CPF/MF sob nº 021.xxx.xxx-22, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CENTRO II**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 17 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FB97D91A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 390/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VANESSA DE OLIVEIRA GOES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 17 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VANESSA DE OLIVEIRA GOES,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 035.xxx.xxx-90, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 17 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4B4A6B3B

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 391/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 19 de março de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 080.xxx.xxx-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, em regime de Jornada Suplementar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 19 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:241D47B7

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 392/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ROSEMARI GONÇALVES DA SILVA VILAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a parti de 18 de março de 2026, 15 (quinze) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ROSEMARI GONÇALVES DA SILVA VILAR,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 014.xxx.xxx-46, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 18 de março de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 20 de março de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D77FD355

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 178/2026

DECRETO Nº 178/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Faxineira

JOSINETE APARECIDA FERREIRA DA LUZ DOS SANTOS	XXX.XXX.549-65

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 18 de março de 2026.

Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:2B82D039

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 179/2026

DECRETO Nº 179/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
LUCIMARE SPRADA	Secretário Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.839-70

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 17/03/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:6FFDE07F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 180/2026

DECRETO Nº 180/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores aprovados no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para os seguintes cargos:

CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
EVA OCONOSKI	XXX.XXX.139-87	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 17/03/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:EE0B7A31

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 181/2026

DECRETO Nº 181/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores aprovados no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para os seguintes cargos:

CARGO: Professor de Educação Infantil / Lei nº 4.746/2019

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
LUCIMARE SPRADA	XXX.XXX.839-70	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 18/03/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:6EA21EA1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 182/2026

DECRETO Nº 182/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
ANDRESSA DALLAZUANNA	Assessor Técnico II	Secretaria de Administração	XXX.XXX.019-21

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 16/03/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 20 de MARÇO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:254A7C68

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CONCIDADE/IRATI

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CONCIDADE/IRATI

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação de parecer técnico favorável, em caráter preliminar e condicionado, à possibilidade de alteração de zoneamento de áreas destinadas a estudos para implantação de loteamentos no Município de Irati/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE IRATI – CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada em 10 de fevereiro de 2026, convocada nos termos legais;

CONSIDERANDO a apresentação de relatório técnico decorrente de visita in loco realizada por comissão designada;

CONSIDERANDO que as áreas analisadas se encontram classificadas como zonas de proteção ambiental, com potencial de expansão urbana condicionada;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o crescimento urbano com a preservação ambiental e a segurança hídrica do município;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do plenário do CONCIDADE;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o parecer técnico favorável, em caráter preliminar e condicionado, à possibilidade de alteração de zoneamento de áreas em estudo para implantação de loteamentos no Município de Irati/PR.

Art. 2º A presente aprovação:

I – não autoriza o parcelamento do solo;
II – não implica alteração automática do zoneamento vigente;
III – não gera direito adquirido;
IV – está condicionada à tramitação regular dos processos administrativos.

Art. 3º A eventual alteração de zoneamento e implantação de loteamentos ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – preservação integral das áreas de preservação permanente (APPs), nascentes e cursos d'água;
II – elaboração de estudo hidrográfico e hidrológico completo, contemplando mapeamento da drenagem, análise de vazões, simulações técnicas e delimitação de áreas sujeitas a alagamentos;
III – avaliação dos impactos da impermeabilização do solo, com demonstração de que não haverá agravamento de cheias ou sobrecarga da drenagem;
IV – apresentação de projeto urbanístico com soluções de drenagem sustentável;
V – planejamento do sistema viário integrado à malha urbana, garantindo circulação adequada, inclusive para veículos de emergência e transporte coletivo;
VI – previsão de áreas verdes em percentual compatível com o equilíbrio ambiental;
VII – manifestação favorável dos órgãos municipais competentes.

Art. 4º As propostas deverão ser formalizadas por meio de protocolo junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, acompanhadas dos estudos técnicos exigidos.

Art. 5º O CONCIDADE poderá solicitar complementações ou indeferir propostas que não atendam às exigências estabelecidas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Irati, 20 de março de 2026.

DANILO FILLUS DE SOUZA
Presidente do CONCIDADE/Irati

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:CA253455

PROCURADORIA
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CONCIDADE/IRATI

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CONCIDADE/IRATI

Sumula: Dispõe sobre a manifestação favorável, em caráter preliminar e condicionado, à continuidade dos estudos para possível alteração de zoneamento na área conhecida como "Mato do Gomes", no Município de Irati/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE IRATI – CONCIDADE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e
CONSIDERANDO a reunião ordinária realizada em 10 de fevereiro de 2026, convocada nos termos legais;

CONSIDERANDO a apresentação de proposta referente à área conhecida como "Mato do Gomes";

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar desenvolvimento urbano, mobilidade e preservação ambiental;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), que estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável;

CONSIDERANDO a deliberação favorável do plenário do CONCIDADE;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a manifestação favorável, em caráter preliminar e condicionado, à continuidade dos estudos para possível alteração de zoneamento da área conhecida como "Mato do Gomes".

Art. 2º - A presente manifestação:

I – não autoriza o parcelamento do solo;
II – não implica alteração automática do zoneamento vigente;
III – não gera direito adquirido;
IV – está condicionada à análise técnica e aprovação pelos órgãos competentes.

Art. 3º - A eventual proposta deverá observar:

I – preservação das áreas de preservação permanente (APPs), nascentes e cursos d'água;
II – manutenção de área significativa destinada à preservação ambiental;
III – elaboração de estudos técnicos, especialmente hidrográfico e hidrológico;
IV – análise dos impactos da impermeabilização do solo;
V – apresentação de projeto urbanístico equilibrado entre ocupação e preservação;
VI – avaliação da viabilidade de implantação de via de ligação entre bairros, visando melhoria da mobilidade urbana;

Art. 4º -A proposta deverá ser formalizada mediante protocolo junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, acompanhada dos estudos técnicos necessários.

Art. 5º- O CONCIDADE poderá solicitar complementações ou indeferir a proposta caso não atendidos os requisitos técnicos e legais.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Irati/PR, 20 de março de 2026.

DANILO FILLUS DE SOUZA
Presidente do CONCIDADE/Irati

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:F2150D8F

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

A Autoridade Designada do Município de Irati, no uso de suas atribuições informa que devido à um erro de digitação, deve ser considerada a seguinte informação no edital do processo abaixo identificado, conforme valor correto descrito nas páginas iniciais do referido edital.
Concorrência Eletrônica nº 001/2026 - 1º RETIFICADOR.
Processo Administrativo n° 242/2025.
Objeto: Contratação de empresa para execução Barracão Industrial pré-fabricado e fechamento em alvenaria na Rua Sebastião Da Rocha Jardim Aeroporto conforme Convênio n°/Ano: 009146/2024-Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.
ONDE SE LÊ: R$ 505.286,03.
LEIA-SE: R$ 563.982,82.
Permanecem inalteradas as demais informações.

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

PAULO ROBERTO HEJEL
Diretor de Governo – Matrícula nº 5067330
Designado Pela Portaria Nº 119/2025

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:EE0EF504

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2026, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Designa membros para as Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento em virtude de vacância regimental.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as previstas no **Art. 36, incisos XI e XXI**, e no **Art. 60** da Resolução nº 01/94 (Regimento Interno);
CONSIDERANDO a vacância dos cargos nas Comissões Permanentes anteriormente ocupados por este Presidente, em razão da incompatibilidade prevista no **Art. 54, § 2º**, do Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica designado o Vereador **RAFAEL DE ALMEIDA** para integrar, na condição de **Presidente**, a **Comissão de Justiça e Redação**, em substituição ao Vereador Luiz Augusto do Vale.
Art. 2º – Fica designado o Vereador **JOSÉ MARZURA** para integrar, na condição de **Relator**, a **Comissão de Finanças e Orçamento**, em substituição ao Vereador Luiz Augusto do Vale.
Art. 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Sala da Presidência, em 20 de março de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:3B898440

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
PORTARIA Nº 005/2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

e regimentais, especialmente as que lhe são conferidas pelo **Art. 36, inciso XXV**, da Resolução nº 01/94 (Regimento Interno);
CONSIDERANDO a natureza do cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração (*ad nutum*), destinado às atribuições de assessoria direta à Presidência;

Resolve:

Art. 1º - Exonerar **FRANCIELE FAVONE FABRI**, matrícula 1709, do cargo de provimento em comissão de Assessor(a) Jurídico(a) da Presidência, lotada no gabinete da Presidência, a partir de 20 de março de 2026.
Art. 2º – Em decorrência deste ato, cessam todas as responsabilidades e atribuições da referida servidora junto a este Poder Legislativo, na data de publicação deste documento.
Art. 3º – Determine-se à Secretaria da Câmara a realização das anotações necessárias nos registros funcionais e o encerramento do vínculo administrativo no Livro de Termos de Posse de Servidores, conforme o Art. 220, § 1º, VII do Regimento Interno.
Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:75EEACCD

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2026

PROCESSO DE TESTE SELETIVO - 001/2026 – EDUCAÇÃO DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

DIVULGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL Nº 02.01/2026

O Presidente da "Comissão Especial para Teste Seletivo para Contratação de Estagiários" para Rede Municipal de Educação do Município de Itambaracá (PR), **Senhorita Juliane Caroline Santana**, usando das atribuições que lhe são conferidas através da **Portaria nº 135/2026**, vem por meio deste, **TORNAR PÚBLICO** a **Divulgação da Homologação das Inscrições dos Candidatos** inscrito no **Teste Seletivo de 2026**, nos termos que seguem.

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ-PR

	ALINE CORDEIRO PADOVANI
	AMANDA ALINE DE OLIVEIRA NILLO
	ANA BEATRIZ SILVA DE ANDARA
	ANA JÚLIA FERREIRA PEREIRA
	ANDRIELLY CRISTINA GUILHERME BARBOSA
	ANNA LÍVIA TOSTES
	DANIELLY BERALDO RIQUINO
	EMILY VITÓRIA DOS SANTOS MACHADO
	FÁBIO HENRIQUE QUEIRÓZ DE LIMA
	FELIPE GABRIEL IOTTI
	GABRIEL FARABELLO MARTINS
	GABRIEL HENRIQUE MIRANDA
	JÚLIA BEATRIZ DA SILVA FARIA
	JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA PORTO
	LUCAS HENRIQUE NETO
	LUCAS ROBERTO DE ALMEIDA
	LUIZ FELIPE MUNHOZ ALMEIDA
	MÁRIO ALEXANDRE CAMPEZONI PORTO
	MYRELLA MACENA XAVIER
	PEDRO HENRIQUE GAMBARELLI PEDROSO
	RAFAELLA FERNANDA LOPES RUIZ
	THAIS FERNANDA DE ARAÚJO MAIA
	VICTOR HUGO BARROS GALVÃO
	WELLINGTON CARLOS DE OLIVEIRA FILHO
	WITÓRYA GABRIELLY VON KRUGUER DA SILVA

Pulique-se,
Registre-se,]Cumpra-se.
Itambaracá, 18 de março de 2026.

JULIANE CAROLINE SANTANA
Comissão Especial Para Teste Seletivo Para Contratação De Estagiários
Portaria Nº 135/2026

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:6FFC649B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 148/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 346/2026 do Ofício nº 053/2026 da Secretaria de Educação e Cultura que autoriza férias ao Servidor abaixo relacionado:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	Período de Fruição	
				INICIO	FIM
ODAIR JOSÉ DE SOUZA	200845	MOTORISTA	21/10/2023 A 20/10/2024	16/03/2026	14/04/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:4AC3CFFA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 149/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pelo servidor Evaldo Aparecido Roberto, Matrícula 200884, no cargo de Motorista, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 03/03/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 360/2026 do Ofício nº 055/2026 do Diretor Municipal de Serviços Públicos e Obras que autoriza o Retorno de Férias do servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** do servidor público **EVALDO APARECIDO ROBERTO,** no cargo de **MOTORISTA** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **16/03/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:F4FB7263

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026

Ratifico e Homologo por este termo, o ato de **INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026**, proveniente do edital de Chamamento Público nº 02/2025, o qual objetiva a **contratação de pessoa física da área da saúde para atendimento geral, prestação de serviços técnicos e especializados, junto a rede de saúde municipal e de assistência social**, em favor da Profissional JÉSSICA DIAS DE OLIVEIRA, Psicóloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 101.***.865.***-08, no valor global de R$ 29.177,88 (vinte e nove mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos).

A presente contratação excepcional e temporária, em estrita observância dos ditames do art. 74 Inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/21, cujas motivações e procedimentos administrativos devidos instruem o Processo Nº 009/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Itambé/PR, aos 20 de março de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:43D05D6E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 068/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N° 068/2026
DATA: 18.03.2026
SÚMULA: Concede Gratificação as Servidoras Públicas Municipal, abaixo relacionadas.
O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, e a Lei n° 2156/2024.
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida, a partir de 02/03/2026, Gratificação de Função, em conformidade com o inciso IV do art. 75 da Lei nº 2.156/2024, às servidoras que desempenham docência em turma multisseriada, conforme abaixo:
Sra. Tatiane Girardi, matrícula nº 101781-0;
Sra. Eloiza Lucini, matrícula nº 111678-01;
Sra. Fabiana Reolon Felipetto, matrícula nº 112739-01; e
Sra. Tais Naiana Reolon, matrícula nº 101479-01.
Art. 2°) As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto, correrão por conta das dotações do Orçamento Geral do Município.
Art. 3°) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02.03.2026, revogadas as disposições em contrario.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 18 (dezoito) dia do mês de março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:9D12413D

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 179 A Nº 187/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 179/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Alexandre E. Duarte, Matrícula: 101629-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Idosos. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 21/03/2026 as 08h00 e retorno dia 21/03/2026 as 17h00. Destino: Bom Sucesso do Sul. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Visita e Gruta. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 180/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Genair Schuastz, Faio Schuastz, Dejanira Ribeiro com acomp. e Adão Lima com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 16/03/2026 as 03h00 e retorno dia 16/03/2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e quimio. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 181/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Zenaide Soares com acomp. e Nelson Barros com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 17/03/2026 as 03h00 e retorno dia 17/03/2026 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta, exames, aplicação e quimio.

Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 182/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Genair Schuastz com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/03/2026 as 03h30 e retorno dia 18/03/2026 as 16h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e Cirurgia. Local: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 183/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Lucia Soares com acomp. e Alice Herter com acomp. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 19/03/2026 as 03h30 e retorno dia 19/03/2026 as 17h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Braquiterapia. Local: UOPECCAN. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 184/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Thiago T. de Camargo, Matrícula: 017063-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Luiz C. Fidelis com acompanhante, Nelson Barros com acompanhante, Valdir de Avila, Marcia de Avila, Fernando da Silva e Adriane Porochow. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 20/03/2026 as 03h00 e retorno dia 20/03/2026 as 20h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: CEONC e Dr. Prime. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 185/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Julia Bueno e Lenir Pagno. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/03/2026 as 09h00 e retorno dia 20/03/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 625,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: H. Peq. Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 186/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Lenir Pagno, Matrícula: 113131-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Ag. de Saúde. Acompanhantes: Julia Bueno. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/03/2026 as 09h00 e retorno dia 20/03/2026 as 20h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 625,00. Transporte utilizado: HB20 (oficial). Finalidade da viagem: Consulta e exames. Local: H. Peq. Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 187/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Marcelo L. da Silva, Matrícula: 014935-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Roger L. G. Perez, Leonelis A. G. Avila, Gael A. G. Avila, Elizabeth A. Sanchez e Aldaymar de L. A. M. Millan. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 18/03/2026 as 05h00 e retorno dia 18/03/2026 as 18h00. Destino: Guarapuava. Valor de diárias: R$ 125,00. Transporte utilizado: Transit (oficial). Finalidade da viagem: Atualização de Documentos. Local: Policia Federal. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 16.03.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:2444E396

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO : N° 01/2026

EXTRATO DO CONTRATO : N° 01/2026
CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU
CONTRATADO:ADILSON ANTONIO DE FARIA JUNIOR
CNPJ:46.671.980/0001-55
PROCESSO DISPENSA : 01/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.
DO VALOR GLOBAL:R$ 42.241,10 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
DATA DA ASSINATURA:20 DE MARÇO DE 2026.
DATA DA VIGÊNCIA: 23 DE MARÇO DE 2026 A 22 DE MARÇO DE 2027.

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:AA8A77E8

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N º 01/2026

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos nos autos do processo em epígrafe,**RATIFICO**a dispensa de licitação reconhecida pela Procuradoria Jurídica desta Casa para contratar junto à empresa **ADILSON ANTONIO DE FARIA JUNIOR**, CNPJ: **46.671.980/0001-55**, para **AQUISIÇÃO DE COFFEE BREAK PARA OS EVENTOS REALIZADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL** pelo período de 12 meses. O valor global do contrato é de R$ 42.241,10 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos), que será pago conforme dotação orçamentária específica e categoria econômica 3.3.90.30.08.00 – MATERIAL DE CONSUMO. Nessa oportunidade, determino a lavratura do contrato, atendidas as exigências quanto aos documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista.

Itaperuçu. 20 de março de 2026.

ARIEL DE CHRISTO PAULO
Presidente da Câmara Municipal de Itaperuçu.

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:53092C15

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 02/2026- CMDCA DE 20 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 760/2022, E REGULAMENTA A COMPENSAÇÃO DE HORAS (BANCO DE HORAS) NO ÂMBITO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ITAPERUÇU/PR, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 760/2022 de 18 de abril de 2022.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 037/2025, de 20 de maio de 2025, que veda o pagamento de horas extraordinárias e institui o banco de horas no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO as peculiaridades das atividades desempenhadas pelos Conselheiros Tutelares, que atuam em regime de plantão, sobreaviso e atendimentos contínuos;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a compensação de jornada, garantindo a continuidade do serviço público e a segurança jurídica;

CONSIDERANDO reunião extraordinária realizado dia 19 de março de 2026, às 09h00min, na Sala de Reuniões dos Conselhos da Assistência Social, conforme deliberação registrada na Ata nº 03/2026;

RESOLVE:

Art. 1º **APROVAR** a proposta de alteração da Lei Municipal nº 760/2022, de 18 de abril de 2022, com a finalidade de incluir dispositivo que preveja a compensação de horas aos Conselheiros Tutelares que desempenharem suas atribuições além da jornada regular, em razão de atendimentos, plantões, sobreaviso, bem como em finais de semana, feriados e períodos noturnos, devidamente comprovados.

Art. 2º A proposta de alteração legislativa tem por finalidade adequar à Lei Municipal nº 760/2022 às disposições do Decreto Municipal nº 037/2025, que veda o pagamento de horas extraordinárias no âmbito da Administração Pública Municipal e institui o sistema de compensação por meio de banco de horas.

Art. 3º Encaminhar a presente Resolução ao Poder Executivo Municipal, para conhecimento e adoção das providências necessárias à elaboração e envio do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu /PR, 20 de março de 2026.

ALAITE FARIA DE JESUS LARA
Presidente do CMDCA - Itaperuçu/PR

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:F1E375DE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 972/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: *ALTERA O ANEXO VII, DA LEI COMPLEMENTAR N° 003, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018, NA FORMA QUE ESPECIFICA.*

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, Estado do Paraná, aprovou, e eu, **EDILSON RUIZ DE FREITAS**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º - O Anexo VII da Lei complementar nº 003, de 21 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a redação constante do ANEXO desta Lei.

Art. 2º. As Funções Gratificadas de que trata a presente Lei serão providas sempre na forma dos artigos 25º ao 29º da Lei Complementar nº 003, de 21 de dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

ANEXO VII – Lei Complementar 03/2018

FUNÇÕES GRATIFICADAS (SERVIDORES DE CARREIRA)	CÓDIGO	NÚMERO DE VAGAS	VALOR
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG-1	2	R$ 11.500,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 2	4	R$ 9.500,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 3	3	R$ 6.400,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 4	3	R$ 5.750,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 5	7	R$ 5.200,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 6	6	R$ 4.500,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 7	10	R$ 4.000,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 8	7	R$ 3.200,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 9	5	R$ 2.600,00
FUNÇÃO GRATIFICADA	FG - 10	6	R$ 2.200,00
TOTAL DE FUNÇÕES GRATIFICADAS	-	53	-

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:CD74780A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2026

CONTRATO Nº 56/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: ATACADO DA GULA LTDA.
CNPJ: 33.331.309/0001-13.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CAIXAS DE BOMBOM PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COMO BRINDES ALUSIVOS AO PERÍODO DA PÁSCOA.
DO VALOR: R$ 22.575,00 (VINTE E DOIS MIL, QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 20 DE MARÇO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:071FC2CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 66/2025 - PRAZO

CONTRATO Nº 066/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: EMPRESA MORRO REDONDO CONSTRUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA
CNPJ: 04.727.865/0001-05
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA (CBUQ) FAIXA C E F, PARA UTILIZAÇÃO EM OPERAÇÕES DE TAPA BURACO, IMPERMEBIALIZAÇÃO DE ÁREAS E PAVIMENTAÇÕES VIÁRIAS DE BAIXA COMPLEXIBILIDADE, COM E SEM TRANSPORTE."
DATA DA ASSINATURA: 27 DE FEVEREIRO DE 2026
DA VIGÊNCIA: 6 (SEIS) MESES, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2026 Á 28 DE FEVEREIRO DE 2027

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:FF4E08D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 59/2025 - QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 59/2025
MODALIDADE CONCORRENCIA ELETRONICA N° 07/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: LOTIZA DO BRASIL LTDA
CNPJ: 15.045.563/0001-73
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO, PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E RECAPEAMENTO ENTRE AS VIAS BENEDITO VIEIRA GUIMARÃES E AVENIDA ANITA GARIBALDI NO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU – PR
DO VALOR: 56.669,62 (CINQUENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E DOIS).

DATA DA ASSINATURA: 18 DE MARÇO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:7B055CCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 5° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°241/2024 - SUPRESSÃO

CONTRATO: Nº 241/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: Nº 006/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: ENERGYPLUS SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 19.990.629/0001-54
OBJETO: RECAPE ASFÁLTICO EM CBUQ, 12.438,00 M², INCLUINDO SERVIÇO DE REPERFILAMENTO, DRENAGEM, REVESTIMENTO, MEIO FIO E SARJETA, SERVIÇO DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS TECNOLÓGICOS.
DO PRAZO: R$ 64.723,42 (SESSENTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 20 DE MARÇO DE 2026

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:E31D6396

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 006/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA nº 006/2026,** que tem como objeto a "Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ***OVOS DE PÁSCOA*** de chocolate ao leite personalizados para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino em comemoração às atividades pedagógicas da páscoa", cujo vencedor foi: **CIBELI REGINA NODARI SERVICOS COMBINADOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 53.721.246/0001-19,** no valor de **R$ 64.980,00 (sessenta e quatro mil novecentos e oitenta reais),** pelo período de **03 (três) meses.** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e leis complementares.

Itaperuçu, 20 de março de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:F82B1E09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 118/2026

PORTARIA Nº 118/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Vilson Miranda e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pelo servidor e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Vilson Miranda, matrícula nº 834, CPF 276.4**.***-09, com o cargo em comissão de Secretário de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico, lotada na Secretaria Executiva de Administração – Divisão de Obras e Viação, para o período aquisitivo de 2023/2024, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 23/03/2026 e 01/04/2026, totalizando 10 (dez) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:C51DF2D2

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº119/2026

PORTARIA Nº119/2026

Dispõe sobre o retorno ao exercício das atividades de servidora, após avaliação pericial, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o laudo pericial emitido pelo médico perito em 19 de março de 2026, que concluiu pela aptidão da servidora para o retorno às atividades laborais, com necessidade de adequação funcional, nos termos e condições estabelecidos no respectivo laudo;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 83, 84 e 85 da Lei Municipal nº 085/90, a concessão, prorrogação ou cessação de licença para tratamento de saúde depende de avaliação por perícia médica oficial, competindo à Administração decidir com base no respectivo laudo, inclusive quanto ao retorno ao serviço;

CONSIDERANDO que, nos termos do princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública pode rever seus próprios atos quando sobrevierem novos elementos de fato e de direito;

CONSIDERANDO que, à luz do laudo pericial vigente, não subsistem, no momento, elementos que justifiquem a manutenção da prorrogação da licença para tratamento de saúde anteriormente concedida por meio da Portaria nº 113/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o retorno da servidora LUCIANE DOS SANTOS DE LIMA SUMIDA, matrícula nº 292, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, ao exercício de suas atribuições, observada a necessária adequação funcional, nos termos e condições estabelecidos no respectivo laudo pericial.

Art. 2º Fica revogada a prorrogação da licença para tratamento de saúde deferida pela Portaria nº 113/2026, em razão da superveniência de laudo pericial oficial que atestou a capacidade laborativa da servidora.

Art. 3º A servidora deverá retomar o exercício de suas atividades a partir de 23 de março de 2026, junto à sua unidade de lotação, desempenhando as funções inerentes ao cargo.

Art. 4º Eventual nova intercorrência de saúde deverá ser imediatamente comunicada à Administração, ficando condicionada a nova avaliação por perícia médica oficial do Município.

Art. 5º O não comparecimento injustificado ao trabalho após a data fixada será considerado falta funcional, sujeitando a servidora às medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA
Diretora Executiva de Saúde

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:36F5E0D8

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 120/2026

PORTARIA Nº 120/2026

SÚMULA: Concede prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora com Cargo em Comissão Odalia Soares de Andrade Zowtyi, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90 e Lei Complementar Municipal nº 02/2022; **considerando** o atestado médico apresentado pela Servidora; **considerando** os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde, a servidora Odalia Soares de Andrade Zowtyi, matrícula nº 855, CPF 042.0**.***-80, com o cargo comissionado de Ouvidor Geral e da Saúde, lotada na Unidade de Controle Interno e Ouvidoria.

Art. 2º - A prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 20/03/2026 a 18/04/2026, totalizando 30 (trinta) dias conforme atestado médico.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretora Executiva de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:5436D220

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 017/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 (LEI FEDERAL N° 14.133/2021)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 017/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026
(Lei Federal n°14.133/2021)
Tipo de licitação:**MENOR PREÇO**
Modo de disputa: "Aberto"
OBJETO Contratação de empresa para o fornecimento de toners, peças e tintas a serem entregues nas Escolas Municipais.
Valor estimado: **R$ 74.424,92 (Setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos)**
Data de início de acolhimento de PROPOSTAS**: 24/03/2026 a partir das 8h00min.**
Data limite para acolhimento de PROPOSTAS: **09/04/2026 – 08h15min.**
Data de início da fase de LANCES: **09/04/2026 – a partir das 08h30min.**
Os interessados deverão realizar seu prévio cadastro no endereço eletrônico:**https://bllcompras.com**
Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – PR - Fone – (42) - 3122-4673– site: www.ivai.pr.gov.br
Ivaí, 20 de Março de 2026

ALVARO SOMER
Agente de Contratação

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:382C9D1E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PSS 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAI, tendo em vista o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, realizado para admissão no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,

C O N V O C A
FRANCIELE PANKEVICZ PRECZESNIUK, aprovada pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rua Rui Barbosa, 632, munidas dos seus documentos, em horário comercial até o próximo dia 24 de março de 2026.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Processo Seletivo Simplificado.

Ivaí, 20 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:8817A584

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2023 CARGO DE ENFERMEIRO(A) - AMPLA CONCORRÊNCIA- EDITAL Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **ENFERMEIRO – AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,

C O N V O C A
ANA LAURA BINI, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munido de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **01 de abril de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR 20 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:6DC16DCE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO-CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2023 CARGO DE PROFESSOR (A) - AMPLA CONCORRÊNCIA- EDITAL Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, tendo em vista o resultado final do Concurso Público nº 003/2023, realizado para admissão no cargo de **PROFESSOR(A) – AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme Edital nº 001/2024,

C O N V O C A

WELYN TEODOROSKI, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 - Edital nº 001/2024, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí, sito à Rui Barbosa, 632, munida de seus documentos pessoais e dos documentos que comprovem os requisitos constantes no item 10 do Edital nº 001/2024 do Concurso Público, em horário comercial até o próximo dia **01 de abril de 2026**.
O não comparecimento até o prazo fixado, será considerado como desistência perdendo os direitos advindos do Concurso Público.

Ivaí-PR, 20 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:490B3285

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 083/2026

PORTARIA Nº 083/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Sr. **FABIO JOSÉ GRANISKA**, CONTADOR, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de DEZ (10) dias a que tem direito, para o período concessivo de 23 de março de 2026 à 01 de abril de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 20 de março de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:7FDF316D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026-PMI

Após análise dos documentos de habilitação da Inexigibilidade nº. 007/2026-PMI, que tem por objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço técnico através de disponibilização de solução desenvolvida com o objetivo de auxiliar a Administração Municipal na estruturação, formalização, organização e geração assistida de processos administrativos de contratação pública, com foco na fase interna e preparatória, por meio do sistema LICITAPRO, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor de **Onde se lê:** M F GUIMARÃES BRAGA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 10.751.433/0001-32, **Leia-se:** LICITAPRO TECNOLOGIA INOVA SIMPLES, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 54.520.092/0001-60, no valor total de R$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais).

Ivatuba - Pr, 18 de março de 2026
.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:4FB9B00D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 010/2026-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico (SRP) nº. 010/2026-PMI, que tem por objeto Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado a merenda escolar da rede municipal de ensino de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor das empresas: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.496.699/0001-54, no valor total de R$ 45.597,85 (quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), MOLINA& MOLINA, inscrita no CNPJ: 00.942.430/0001-22, no valor total de R$ 113.380,00 (cento e treze mil trezentos e oitenta reais) e SUPERMERCADO SÃO PEDRO LTDA, inscrita no CNPJ: 14.495.185.0001/67, no valor total de R$ 276.454,00 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais)

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:D00514FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)
Nº. 030/2025-PMI

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Eletrônico (SRP) nº. 030/2025-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Gêneros Alimentícios (não perecíveis, hortifrutigranjeiros e açougue e frios) para as Secretarias do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal torna pública a ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do presente objeto, em favor da empresa: BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 44.456.361/0001-120, no valor total de R$ 62.466,23 (sessenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos).

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:74372E72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EEXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 004/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 004/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ – CINDEPAR

CNPJ: 18.273.727/0001-08

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PMF E EMULSÃO RR 1C.

VALOR: R$ 57.800,00 (cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

DATA: 20/03/2026.

Jaguapitã, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:BFE3D44E

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 005/2026

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.° 005/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: EUROMIX CONCRETO LTDA.

CNPJ: 12.253.287/0001-40

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO.

VALOR: R$ 42.880,00 (Quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais).

DATA: 20/03/2026.

Jaguapitã, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ANTONIO PAULINO DE MELLO
Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Publicado por:
Sueli Dos Santos Carrara
Código Identificador:FAB1BE8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA 002/2026 R SOARES DE CARVALHO & CIA LTDA

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA – REITERAÇÃO E CONSTITUIÇÃO EM MORA (FALTA DE ABASTECIMENTO)
Reiteração de Notificação e Advertência de Sanções por Descumprimento Contratual

À: **R. SOARES DE CARVALHO & CIA LTDA**
CNPJ nº: **34.817.226/0001-00**
Nesta:
O **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.970.383/0001-92, na qualidade de **CONTRATANTE**, por meio de seu Departamento de Administração/Divisão de Controle de Frotas, vem, por meio desta, **NOTIFICAR** a empresa **R. SOARES DE CARVALHO & CIA LTDA**, em razão do descumprimento das obrigações contratuais assumidas na Ata de Registro de Preços nº 209-2025 (ID nº 2017), conforme os termos e fundamentos a seguir:
1. DA FUNDAMENTAÇÃO CONTRATUAL
1.1. A Ata de Registro de Preços nº 209-2025 (ID nº 2017), celebrada entre o **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR** e a empresa **R. SOARES DE CARVALHO & CIA LTDA**, estabelece as condições para o fornecimento de combustíveis. Dentre as cláusulas essenciais para a execução do objeto, destacam-se:
1.1.1. A **Cláusula 2.1**, que define o objeto como "o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado, imediato e ininterrupto de combustíveis (Gasolina Comum e Óleo Diesel S-10), para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Jardim Olinda/PR, diretamente no posto da CONTRATADA, conforme especificações e condições

estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2025."
1.1.2. A **Cláusula 2.5**, que determina que "O prazo de entrega dos combustíveis será imediato, mediante requisição do Município de Jardim Olinda/PR."
1.1.3. A **Cláusula 2.6**, que impõe que "Na hipótese de impossibilidade de fornecimento por parte da CONTRATADA, esta deverá comunicar o CONTRATANTE com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados."
1.1.4. A **Cláusula 10.1**, que estabelece que "Considera-se infração administrativa passível de aplicação de sanções o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços ou no contrato dela decorrente, bem como o descumprimento das disposições legais aplicáveis."
1.1.5. A **Cláusula 10.5**, que prevê que "Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação."
1.1.6. O **Item 11.2**, que dispõe que "O registro do fornecedor poderá ser cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços ou do contrato dela decorrente, sem motivo justificado."
1.1.7. A **Cláusula 13.1**, que define o regime jurídico aplicável: "A presente Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes regem-se pelas normas da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis."

2. DOS FATOS

2.1. O **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR** tem enfrentado reiteradas dificuldades no abastecimento de combustíveis para sua frota de veículos e máquinas, essenciais para a prestação de serviços públicos.
2.2. Em 24 de janeiro a empresa negou o abastecimento alegando falta de pagamento o que não justifica uma vez que os pagamentos estavam sendo executados conforme clausulas editalícias e contratuais, sendo então solicitado a retomada imediata no abastecimento tudo isto citado na notificação em 25 de janeiro de 2026.
2.3. Nos dias 04, 05 e 06 de março do mesmo ano a contratada não atendeu as demandas da frota municipal alegando que não tinha combustível disponível, o Município registrou a falta de abastecimento de combustíveis, que estava afetando diretamente todos os departamentos em especial o da Saúde e Educação os quais os serviços não podem serem interrompidos, e que dependem do fornecimento de combustível para o deslocamento de veículos, vans, ambulâncias e ônibus do transporte escolar, impactando gravemente no serviço públicos aos usuários.
2.4. No dia 19 de março de 2026 os veículos da frota foi ao posto da contratada para abastecer com o combustível Diesel S-10 porém não foi abastecido, uma vez que a proprietária alegou que não tinha combustível disponível para abastecer
2.5. Cabe ressaltar que o Município já havia expedido Notificação Administrativa à **R. SOARES DE CARVALHO & CIA LTDA**, em razão da falta de abastecimento do corrente ano, especialmente para veículos de urgência do Departamento Municipal de Saúde e do Departamento de Municipal de Educação. A presente notificação, portanto, configura reiteração de descumprimento contratual.

3. DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO

3.1. Conforme a Cláusula 13.1 da Ata de Registro de Preços, a execução do contrato e as relações dele decorrentes submetem-se integralmente às normas da Lei nº 14.133/2021, que rege as contratações públicas.
3.2. A continuidade do fornecimento de combustíveis é vital para a manutenção dos serviços públicos essenciais, refletindo os princípios da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, que devem nortear toda a execução contratual.

4. DETERMINAÇÕES

Diante do exposto, o **MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR DETERMINA**:
a) A retomada imediata e integral do fornecimento e abastecimento de combustíveis, conforme as condições estabelecidas nas Cláusulas 2.1 e 2.5 da Ata de Registro de Preços nº 209-2025, garantindo a disponibilidade dos produtos para a frota municipal.
b) A apresentação de justificativa formal e documentação comprobatória, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** a contar do recebimento desta notificação, caso a empresa alegue desabastecimento ou ocorrência de caso fortuito/força maior. A justificativa deverá detalhar as medidas adotadas para mitigar o problema e a previsão de normalização do fornecimento.
c) O compromisso de comunicação prévia, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, conforme Cláusula 2.6, em caso de qualquer impossibilidade futura de fornecimento, sob pena de caracterização de descumprimento contratual e aplicação das sanções cabíveis.
d) A apresentação, em prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, de um plano de providências mínimo para contingência de situações de desabastecimento, incluindo, mas não se limitando a, alternativas internas de gestão de estoque ou outras medidas que garantam a continuidade do fornecimento, sem prejuízo das obrigações contratuais.

5. ADVERTÊNCIA DE CONSEQUÊNCIAS

5.1. O descumprimento das determinações contidas nesta notificação, bem como a reincidência na falta de fornecimento de combustíveis, poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e a consequente aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços nº 209-2025 e na Lei nº 14.133/2021.
5.2. As sanções aplicáveis incluem, mas não se limitam a, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, e declaração de inidoneidade, além da possibilidade de cancelamento do registro da empresa, conforme previsto no Item 11.2 da Ata.
5.3. Antes da aplicação de multa, será facultada à empresa a apresentação de defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Cláusula 10.5 da Ata de Registro de Preços.
Sem mais para o momento, renovam-se protestos de consideração.

Jardim Olinda/PR, 20 de março de 2026.

WESLEI SORTE
Fiscal de Contrato

CARLOS CEZAR VERDEIRO
Chefe de Divisão de Controle de Frotas

Publicado por:
Weslei Sorte
Código Identificador:C0FC2177

CONTABILIDADE
DECRETO 279/2026

Decreto nº 279/2026 de 13/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 70.886,50 (setenta mil oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.110. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – INCENTIVO DEMAIS PROGRAMAS
753 - 3.3.90.30.00.00 42494 MATERIAL DE CONSUMO 27.415,18
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.110. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – INCENTIVO DEMAIS PROGRAMAS

754 - 3.3.90.39.00.00 42494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.671,32
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.111. ATENÇÃO PRIMÁRIA – SESA / CUSTEIO - APS
755 - 3.3.90.14.00.00 30495 DIÁRIAS - CIVIL 2.800,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.111. ATENÇÃO PRIMÁRIA – SESA / CUSTEIO - APS
756 - 3.3.90.30.00.00 30495 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.111. ATENÇÃO PRIMÁRIA – SESA / CUSTEIO - APS
757 - 3.3.90.39.00.00 30495 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 15.000,00
Total Suplementação: 0,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná, em 13 de março de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:8BB45971

LICITAÇÃO
3º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 52 DISP 31 2025

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°3 Termo do contrato nº.52/2025, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO COM ÊNFASE NO PLANEJAMENTO INICIAL E FINAL DE PROCESSOS QUE IRÃO FORMAR TODO O CONJUNTO DE AÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SISTEMAS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL RELACIONADOS COM CONVÊNIOS, PROPOSTAS E TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO INCLUSIVE SISTEMA BÚSSOLA DA ITAIPU BINACIONAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. decorrente de Dispensa n° 31/2025, que entre si celebram MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA e a ASSESSORIA DE PROJETOS OPPORTUNITY LTDA-ME inscrita no CNPJ sob nº. 11.063.183/0001-00. aditivam o contrato com término 30/07/2026 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21
Jardim Olinda 27 de fevereiro de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:CCECA6D3

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA através do Pregoeiro e Equipe de Apoio no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 001 de 02 de janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **06 de Abril de 2026, às 09h00min** horas no endereço eletrônico: https://bnccompras.com, Sistema BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme especificado no Edital de Licitação de Pregão nº 04/2026.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no Portal da Transparência do Município.
Objeto da Licitação:
O objeto deste Pregão é o **AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO NOVO 0 KM, DO TIPO PRANCHA FIXA NOS TERMOS DO CONVÊNIO 028/2026, FIRMADO JUNTO A SEAB, CONFORME E-PROTOCOLO Nº 24.681.265-9 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR**, e conforme especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante deste edital

Jardim Olinda, 20 de Março de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal de Jardim Olinda/PR

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:50D6E623

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°86/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 86/2026 – De 16/03/2026 à 18/03/2026 .
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Helder de Moraes de Oliveira	Motorista	Campo Largo	16/03/2026 à 17/03/2026	Ir Buscar usuária SUAS no Centro POP.	R$ 130,00
Deyse Graziela Campos Beck	Psicóloga	Tomazina	18/03/2026	Realizar Acompanhamento Psicossocial de Criança acolhida na Casa Lar CISLAR de Tomazina como medida de Proteção do ECA determinado pelo Juízo da Vara da Infância e Juventude de Ribeirão do Pinhal-PR - Processo 0001695-47.2025.8.16.0145, Processo 0001258-79.2020.8.16.0145 e Processo 0001696-32.2025.8.16.0145.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,19 de Março de 2026.
Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:7003EFFA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 002/2026

CONVENENTES: Município de Jundiaí do Sul/PR, com sede à Praça Pio X, nº. 260 inscrito no CNPJ/MF sob nº. 76.408.061/0001-54 e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jundiaí do Sul/PR, com sede na Rua São Francisco, nº. 882, inscrita no CNPJ/MF sob. nº. 07.450.470/0001-04.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Processo Inexigibilidade de Chamamento Público nº. 007/2026 e Processo Administrativo nº 1840/2025, nos termos da Lei Federal nº. 13.019 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº. 13.204 de 14/12/2015, Decreto Municipal

nº. 10 de 16 de março de 2017, Resolução nº. 28/2011, alterada pela Resolução nº. 46/2018 e Instrução Normativa nº. 61/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 14.133/2021, 01/04/2021, Lei Orçamentária Anual para 2025, sob nº. 767 de 19/12/2024, Lei Complementar nº. 101/2000 e Lei nº. 4.320/64, § 4º, do Art. 38. Da Lei Municipal Nº 754, de 23/08/2024, Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, que versa sobre a Implementação das Emendas Impositivas/Parlamentares fixadas e aprovadas pela Câmara Municipal

OBJETO: Celebração de Parceria para o atendimento Educacional aos alunos portadores com deficiência intelectual grau moderado e severo, deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e/ou transtorno do espectro autista associado a deficiência intelectual e demais transtorno globais do desenvolvimento, que necessitem de apoio especializado, oportunidades de acesso à educação básica e aos serviços de saúde, propiciando o pleno desenvolvimento de suas potencialidades e sua inclusão social, para o exercício de 2026. (EMENDAIMPOSITIVA Nº 01/2024- REPASSE PARA A.P.A.E)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Orçamentária Anual para 2025, sob nº. 802/2025**,** conforme disposto no Plano de Aplicação, repassados mensalmente pelo município de MARÇO a MAIO de 2026, mediante transferência eletrônica sujeita a identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento, obedecendo ao cronograma de desembolso, ficando isento de contrapartida por atender ao interesse público Federal, Estadual e Municipal, na área Educacional e Social, no atendimento a pessoas com deficiências especiais.
Correndo as despesas à conta de recursos orçamentários nas nomenclaturas abaixo identificadas:

Órgão	Conta – Programática Funcional	Natureza da Despesa	Fonte
EMENDAIMPOSITIVA Nº 01/2024- REPASSE PARA A.P.A.E	02040- 14.001.08.245.0032.2084	3.3.50.43.00.00	00000

VIGÊNCIA: 31/12/2026.
VALOR GLOBAL: R$ 194.210,00 (cento e noventa e quatro mil duzentos e dez reais)
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal PR.
Jundiaí do Sul - Estado do Paraná, 19 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:FB873B38

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 124/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e HELENA MARTINIANO GOMES AUERSVALD CPF ***.***.679-87.
ESPÉCIE: TerceiroTermo Aditivo de Prazo de vigência do Contrato Original de Locação nº. 124/2023 – Dispensa nº 21/2023, com autorização legal do artigo 57 e 65, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pelo período estimado de 6 (seis) meses.
OBJETO: Locação de imóvel urbano, com área construída de no mínimo 90m2, em construção de alvenaria, com banheiro, infraestrutura mínima de água, padrão de energia elétrica 110V e pavimentação na área central do Município, destinado ao atendimento da finalidade precípua da Administração.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802/2025de 22/12/2025.
VIGÊNCIA:12(doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026**.**
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 19de setembro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:44DD9A2F

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 047/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Concurso Público Municipal nº 001/2025.

RESOLVE

NOMEAR a partir do dia 09 de março de 2026 os candidatos aprovados abaixo relacionados:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Moysés Guilherme Costa Schimidt	**Inscrição:** 20251042749
Sílvio Roberto da Silva	**Inscrição:** 20251143127

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 20 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:E54795EC

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 048/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Concurso Público Municipal nº 001/2025.

RESOLVE

NOMEAR a partir do dia 16 de março de 2026 o candidato aprovado abaixo relacionado:

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS:

Alessandro Henrique Izaias	**Inscrição:** 20251143505

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 20 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:4B464D18

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 049/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Concurso Público Municipal nº 001/2022.

RESOLVE

NOMEAR a partir do dia 18 de março de 2026 a candidata aprovada abaixo relacionada:

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM:

Silvia Lea Marceno Sumizawa	**Inscrição:** 0004668

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 20 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:7207BD93

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 050/2026

O Prefeito do Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Concurso Público Municipal nº 001/2025.

RESOLVE

NOMEAR a partir do dia 20 de março de 2026 os candidatos aprovados abaixo relacionados:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Júlio Cesar de Paiva	**Inscrição:** 20251042813

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS:

Elizete Aparecida Gaveluk	**Inscrição:** 0004166

Revogam-se as disposições contrárias e com posterior publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Jundiaí do Sul – PR, 20 de março de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito

Publicado por:
Kogi Emoto
Código Identificador:1E364754

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD
RESOLUÇÃO Nº. 07, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Aprova a reprogramação de saldos de Recursos e a Prorrogação de Prazo de vigência do Termo de Adesão, para incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Deliberação N°009/2024- COEDE-PR, para o Município da Lapa/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município da Lapa/PR - CMDPD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal de Criação nº. 3938, de 19/05/2022.

• Considerando o Artigo 15º, da Lei Municipal Nº3938, de 19/05/2022 e seus insisos;

• Considerando a Deliberação Nº009/2024 – COEDE/PR, de 10 de Outubro de 2024;

• Considerando a Resolução n° 03 de 17 de Outubro de 2024, que Aprova o Termo de Adesão e Plano de Ação para incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Deliberação N°009/2024- COEDE-PR, para o Município da Lapa/PR;

• Considerando o Ofício Nº 49, de 19 de Março de 2026, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher, que Solicita a de Reprogramação de Saldo de Recursos e a Prorrogação de Prazo Deliberação nº 009/2024 - COEDE/PR;

• Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 19/03/2026, em reunião extraordinária.

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a Reprogramação de Saldo de Recursos pelo período adicional de 12 (doze) meses, para o exercício de 2026 no valor de R$ 71.127,14 (setenta e um mil, cento e vinte e sete reais e quatorze centavos) para incentivo ao Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, Deliberação N°009/2024- COEDE-PR, para o Município da Lapa/PR.

Art. 2º - Aprovar a Prorrogação do Prazo de vigência do Termo de Adesão, conforme previsto pela Deliberação nº 009/2024 - COEDE/PR, pelo período adicional de 12 (doze) meses, para o exercício de 2026.

Art. 3º- Aprovar a Justificativa apresentada para a execução das despesas, com os recursos reprogramados.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Lapa – Paraná, 19 de Março de 2026.

FRANCIELE RODRIGUES PADILHA
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:54D5FDBB

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 22998/2025

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II – Antonio Jose de Camargo Sodré, brasileiro, inscrita no CPF sob o nº 584.451.299-53, portador da Cédula de Identidade – RG nº 4.018.805-3 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua Ivone Maria Chiambulera, 149, Bairro Dom Pedro II, Lapa-PR;

Considerando que a culpa pelo acidente ao seu veículo Renault Duster 1.6 D 4x2, placa AVT-2416, ano/modelo 2012/2013, foi do MUNICÍPIO;

Considerando que o custo para reparar os danos causados ao veículo modelo Renault Duster 1.6 D 4x2, placa AVT-2416, ano/modelo 2012/2013, em R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização de Antonio Jose de Camargo Sodré pelo MUNICÍPIO, conforme Parecer da Junta Administrativa nº 004/2026, a fim de reparar os danos ocasionados ao seu veículo Renault Duster 1.6 D 4x2, placa AVT-2416, ano/modelo 2012/2013, em R$ 460,00, em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará ao Antonio Jose de Camargo Sodré, o valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente será celebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 06 de março de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

ANTONIO JOSÉ DE CAMARGO SODRÉ
Proprietário do Veículo Danificado

TESTEMUNHA 01 (NOME E CPF)

TESTEMUNHA 02 (NOME E CPF)

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EB4919B7

GABINETE
DECRETO N° 29524, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) BRUNA LUIZA PEDROSO DE MATOS.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 5989/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 11.03.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

BRUNA LUIZA PEDROSO DE MATOS
RG: 14883370-2/PR
CPF: 153.872.619-01
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL
CLASSE B REFERENCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 20 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1E3E64D8

GABINETE
DECRETO N° 29525, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) ALESSANDRA BAIDA CARVALHO.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o Processo Digital nº 5640/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 07.03.2026, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

ALESSANDRA BAIDA CARVALHO
RG: 111.067.179-29
CPF: 111.067.179-29
TECNICO DE ENFERMAGEM
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE A REFERENCIA 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 20 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7569C10A

GABINETE
DECRETO Nº 29523, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a constituição dos membros do Conselho do Esporte do Município de Lapa/PR, conforme a Lei 4474, de 12 de Novembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAPA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como a plena observância da Constituição Federal,

Considerando a Lei Municipal nº 4474, de 12 de Novembro de 2025,

Considerando o Processo Digital nº 6945/2026,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam constituídos os membros do Conselho do Esporte desta municipalidade, conforme abaixo especificado:

Representação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa:
Titular: Leandro Pierein Borges da Silveira
Suplente: Albenir José Carneiro Pawoski

Representação da Executivo:
Titular: Pedro Henrique da Silva
Suplente: Tony Renato Antunes

Representação da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer
Titular: Aliane Sossela Valente
Suplente: Sarah da Luz Pasdiora Schultz

Representação: Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Cleonice Pinheiro dos Santos Dardaque
Suplente: Zeneide de Fatima Dias

Representação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Publicas para a Mulher:
Titular: Nataly Guimarães
Membro suplente:Suplente: Roseli Portes

Representação do Profissional com CREF:
Titular: Fernando Good
Suplente: Guilherme Murbach Ruiz

Representação das Organizações da Sociedade Civil Esporte:
Titular: Joelson Vieira Branderburg
Suplente: Rodrigo de Lima

Representação das Associações Esportivas:
Titular: Juarez Santos Cardoso
Suplente: André Marcondes da Silva

Art. 2º - Considerando a Ata número 02 de 11/03/2026 bem como a reunião extraordinária on-line realizada no dia 19 de Março de 2026, a diretoria eleita ficará com a seguinte composição:

1. PRESIDENTE: Joelson Vieira Brandenburg
VICE-PRESIDENTE: Pedro Henrique da Silva

2. SECRETÁRIO: Aliane Sossela Valente

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 20 de Março de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8852424F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 212, DE 10 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 756, de 4 de julho de 2025, que passa a vigorar com as seguintes alterações**:
Onde se lê:

4478-2	JANE MARA PRESTES	20/03/2024 a 19/03/2025	01/07/2025 a 30/07/2025

Leia-se:

4478-2	JANE MARA PRESTES	20/03/2024 a 19/03/2025	01/02/2026 a 02/03/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:73DF05EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 213, DE 10 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de **férias**.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 137, de 6 de fevereiro de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações**:
Onde se lê:

4856-1	MARCIA HOFFMANN SIBEN	16/05/2024 a 15/05/2025	18/02/2026 a 19/03/2026

Leia-se:

4856-1	MARCIA HOFFMANN SIBEN	16/05/2024 a 15/05/2025	18/02/2026 a 04/03/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:27708CF7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 214, DE 10 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 08, de 7 de janeiro de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações**:
Onde se lê:

10081-3	LEONARDO RIBEIRO PEDROSO	10/07/2024 a 09/07/2025	05/01/2026 a 14/01/2026

Leia-se:

10081-3	LEONARDO RIBEIRO PEDROSO	10/07/2024 a 09/07/2025	23/02/2026 a 04/03/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F67C54B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 215, DE 11 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre realização de junta médica para fins de avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Art. 1º Fica determinada, na forma do ANEXO, a realização de junta médica para avaliação laboral.
Art. 2º Fica designada a equipe médica, abaixo relacionada, para atuarem como membros da Junta Médica Oficial:
I - Amanda Mazzotti de Lacerda, brasileiro, médica, inscrita no CRM nº 40921/PR**.**
II – Daniel Henrique Soldera, brasileiro, médico, devidamente inscrito no CRM nº 36266/PR.
IIl - Hsu Mei O Ramos, Chinesa, médica, devidamente inscrito no CRM nº 29131/PR.
IIIl - Rafaela Maia Hammerschmidt, brasileiro, médica, devidamente inscrito no CRM nº 54.694 /PR**.**
Art. 3º A Junta Médica será realizada no dia 19 de março de 2026, às 16 horas e 30 minutos, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa - LAPAPREVI**,** situado na Rua Tenente Henrique dos Santos, nº 408, Lapa-PR.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 215, de 11 de março de 2026)
Relação de servidores para junta médica.

Matrícula		Nome	Cargo
10829	1	LISANDRO LOURENCO JUNIOR	OFICIAL DE MANUTENCAO

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EA02BAE8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 216, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 08, de 7 de janeiro de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações**:
Onde se lê:

1612-1	WALDIRENE RIBAS PINTO	24/07/2024 23/07/2025	a	20/01/2026 13/02/2026	a

Leia-se:

1612-1	WALDIRENE RIBAS PINTO	24/07/2024 23/07/2025	a	20/01/2026 06/02/2026	a

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4D24E0BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 217, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para repouso à gestante.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido à servidora JESSICA APARECIDA AGUIAR DE CARVALHO, ocupante do cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER, matriculado(a) sob nº 81321-3, LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE, durante 120 (cento e vinte) dias. O período de fruição compreende entre 2 de março de 2026 a 29 de junho de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0D7E3EA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 218, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para repouso à gestante suplementar.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido à servidora JESSICA APARECIDA AGUIAR DE CARVALHO, ocupante do cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER, LICENÇA PARA REPOUSO À GESTANTE SUPLEMENTAR, durante 60 (sessenta) dias. O período de fruição compreende entre 30 de junho de 2026 a 28 de agosto de 2026.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de junho de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D760E309

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 219, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a **Portaria SEMAD nº 1259, de 13 de novembro de 2025, que passa a vigorar com as seguintes alterações**:
Onde se lê:

80817-6	ALEX VIEIRA CEGAN	03/04/2024 02/04/2025	a	03/11/2025 02/12/2025	a

Leia-se:

80817-6	ALEX VIEIRA CEGAN	03/04/2024 02/04/2025	a	03/11/2025 a 17/11/2025

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0FE9BAA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 220, DE 12 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica determinada, na forma do ANEXO, a realização de perícia médica para avaliação laboral.
Art. 2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS, CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica**.**
Art. 3º A perícia será realizada em 13 de março de 2026, a partir das 9 h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

ANEXO
(A que se refere o art. 1º, da Portaria SEMAD nº 220, de 12 de março de 2026)
Relação de servidores para avaliação médica.

Matrícula		Nome	Cargo
313	1/2	CRISTINA HOFFMANN DARDAQUE PAZ	PROFESSOR/ PEDAGOGA
80979	1	JAIR RICETO DE ALMEIDA	AUXILIAR OPERACIONAL
8456	2	JOAO MARIANO DO NASCIMENTO	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA
10677	2	KARINA LEINEKER	COZINHEIRA
81094	1	ROSEMERY DA SILVEIRA BIANCHINI	BIBLIOTECARIO
9405	5	SCHEILA SIQUEIRA MAGALHAES	PROFESSOR
5389	2/3	SUELLEN SCHMIDT STABACK	PROFESSOR
6445	4	VANESSA HELOISA KAZEKER KARAS	EDUCADOR INFANTIL

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0478CE22

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 221, DE 13 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de função gratificada (FG) em caráter de substituição.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida no período de 16/03/2026 a 02/04/2026, função gratificada (ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS HUMANOS – FG-SEMAD-09) ao(a) servidor(a) LIGGIA MARIA DEDA DA CRUZ, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculado(a) sob nº 82680-1, em substituição ao(a) servidor(a) ELIANE ZANDROVSKI HONORIO, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculado(a) sob nº 81408-2.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/03/2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:568AA169

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 222, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de serviço extraordinário temporário.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido, à servidora abaixo especificada, SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO TEMPORÁRIO 100%.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	LOCAL EXERCÍCIO EXTRAORDINÁRIO
81226-3	KELLEN CAMARGO NEU	PROFESSOR	ESCOLA RURAL MUNICIPAL NOSSA S DE LOURDES

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de março de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B04F3825

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 223, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe de prorrogação de prazo dos trabalhos de Comissão Processante.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Foca prorrogado o prazo por mais 90 (noventa) dias, para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante n° 01-11-2025, designada pela Portaria nº 1247 de 12 de novembro de 2025 e alterada pela portaria 1352 de 16 de dezembro de 2025.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5257E6AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 224, DE 16 DE MARÇO DE 2026

Dispõe de prorrogação de prazo dos trabalhos de Comissão de Sindicância.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida PRORROGAÇÃO DO PRAZO por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante n° 07-11-2025, designada pela Portaria nº 1300, de 25 de novembro de 2025.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:1A10D435

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO Nº 001 DE 13 DE MARÇO DE 2026

O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, com sede à Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro Histórico, através da Secretaria Municipal da Fazenda, Depto. de Fiscalização Tributária, nos termos do Art. 67, § 2º da LC nº 03/2011 (Código Tributário Municipal), em face à impossibilidade da intimação direta para ciência do Termo de Intimação nº 17/2026 e do Auto de Infração nº 15/2026 do Processo Fiscal nº 07/2026, Termo de Início de Fiscalização nº 07/2026, INTIMA e NOTIFICA pelo presente Edital, o contribuinte E.S.S. CONSULTORIA LTDA, CNPJ Nº 56.881.050/0001-80, Inscrição Municipal nº 48641, para:

1) No prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação deste Edital, APRESENTAR DECLARAÇÃO INFORMANDO A INEXISTÊNCIA DE RECEITA NO PERÍODO DE: 16/08/2024 a 18/09/2025, período em que o Alvará de Licença/CNPJ permaneceu ativo, considerando o desenquadramento do regime do Simples Nacional ocorrido em 26/09/2025, sob pena de multa no valor de 80% do VRM , bem como, ao arbitramento da receita de serviços.
2) Dar ciência da multa aplicada através do Auto de Infração Acessória nº 15/2026 de 11/03/2026 no valor total de R$ 1.322,29 (hum mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos) referente a penalidade pela ausência de entrega de Declarações, "com ou sem movimento" em mais de um exercício fiscal, consideradas as competências de setembro a dezembro/2024 e janeiro a setembro/2025.
Fica o contribuinte notificado para, querendo, apresentar impugnação junto ao Protocolo Geral deste Município ou efetuar o recolhimento do valor devido, no prazo de 30 (trinta) dias , contados da publicação deste Edital, sob pena de inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal.
O pagamento do débito no prazo legal ensejará a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa de infração, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 52/2024.
A guia para pagamento poderá ser retirada no Depto. de Fiscalização Tributária, à Rua Barão do Rio Branco, 1649, fone: 3547-8012, e-mail: fiscal.lapa.pr@gmail.com.

ALISSANDRA H. DO VALE LORENZEN
Fiscal Tributário

CLAUDIA ANDRÉA K. CARNEIRO
Coordenadora do Dpto de Fisc Tributária

MARCOS ANTONIO CASTILHO
Secretário Municipal da Fazenda

Art. 44 da LC nº 03/2011
Art. 31, V, "a" da LC nº 52/2024
Decreto nº 29330/2026 (VRM = R$ 881,53)
Art. 13 da LC nº 52/2024.
Art. 31, II, "d" da LC nº 11/2017 e LC nº 52/2024
Art. 32 da LC nº 52/2024

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0F933CFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 011/2024

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024 (PD Nº 4889/2024)
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADOR: SRA. MARIA PAULINA VICENTE VENGE, CPF Nº 604.957.319-00.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, SENDO UM BARRACÃO EM ALVENARIA COM APROXIMADAMENTE 950 M², REGISTRADO SOB MATRÍCULA 021478, SITUADO A RUA 13 DE MAIO, 1015, PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO GERAL DA SAÚDE.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 363/2026 (PD Nº 3687/2026) DA SECRETARIA DA SAÚDE E CONSIDERANDO O PARECER JURÍDICO Nº 161/2026/PGM, CONFORME ART. 105 E ART. 107 DA LEI 14.133/2021:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 011/2024, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 22.03.2026 E 21.03.2027, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 107.405,76 (CENTO E SETE MIL, QUATROCENTOS E CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 18/03/2026
DATA ASSINATURA: 18/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FFD85A04

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 056/2024

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2023 (PD Nº 18.725/2023) QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2024
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28430, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADORA: DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA EPP, CNPJ SOB Nº 04.731.983/0001-97, REPRESENTADA POR SUA ADMINISTRADORA NÃO SÓCIA, SRA. ANDREIA FURQUIM DE LIMA OLIVEIRA
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, COM FORNECIMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO LOCAL, REPOSIÇÃO DE TODAS AS PEÇAS E TODOS OS SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL), CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2024 – LOTE 02 (ITENS 1E 2), PARA SEDE E DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
CONSIDERANDO O COMUNICADO FORMAL DE INCORPORAÇÃO, DATADO DE 29.01.2026;
CONSIDERANDO A ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL, REGISTRADO SOB Nº 11517248 EM 26.01.2026; PROTOCOLO Nº 254869254 DE 23.12.2025 E NIRE Nº 4320367766-3;
CONSIDERANDO A CERTIDÃO SIMPLIFICADA COM DATA DE ÚLTIMO ARQUIVAMENTO EM 26.01.2026;
CONSIDERANDO O PD Nº 2447/2026 DO GESTOR DO CONTRATO, SR. JOÃO DARDAQUE NETO;
CONSIDERNADO O PARECER Nº 194/2026/PGM.
FICA ALTERADO OS DADOS DA EMPRESA LOCADORA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 056/2024, PASSANDO A SER:
...EMPRESA TELETONER COMERCIO DE MATERIAIS REPROGRÁFICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 02.312.399/0001-71, COM SEDE LOCALIZADA NA AVENIDA PROTASIO ALVES, Nº 4900, BAIRRO PETRÓPOLIS, PORTO ALEGRE/RS, CEP 91.310-000, E-MAIL: TLT@TLT.COM.BR, / LICITACAO@TLT.COM.BR, TELEFONE (51) 3017-0999 AQUI REPRESENTADA POR TODOS SEUS SÓCIOS, SR. GABRIEL ZANOTTA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 6014122061 SSP/RS E INSCRITO NO CPF SOB Nº 289.331.250-00, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MATHIAS JOSE BLINS, Nº 762, BAIRRO TRÊS FIGUEIRAS, PORTO ALEGRE/RS, CEP 91.330-290 E SRA. JANETE CLEIR NUNES ZANOTTA, BRASILEIRA, CASADA, EMPRESÁRIA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 7022288729 SSP/RS E INSCRITA NO CPF SOB Nº 543.95.060-20, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MATHIAS JOSE BLINS, Nº 762, BAIRRO TRÊS FIGUEIRAS, PORTO ALEGRE/RS, CEP 91.330-290...
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 19/03/2026
DATA ASSINATURA: 20/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A5214CD1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 060/2026

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 (PD 4325/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28430, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: H & D ALIMENTOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 03.770.422/0001-34, REPRESENTADO(A) POR SUA SÓCIA, SRA. DILMA IZABEL TOLOTTI DESTRO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MATERNIDADE MUNICIPAL HUMBERTO CARRANO, SEGUINDO NORMAS DA ABNT, NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA E SECRETARIA ESTADUAL E MUNICIPAL DE SAÚDE / VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ITENS 3, 4, 5, 6, 7, 8 E 9, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 4 (QUATRO) MESES CONTADOS DO (A) ASSINATURA DO CONTRATO.
VALOR GLOBAL: R$ 4.282,76 (QUATRO MIL, DUZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO 392/2026 (PD 4325/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 1321
ÓRGÃO: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 1 - ASSISTÊNCIA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2309 - AUTORIZAÇÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR - AIH
VÍNCULO: 496 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB
SUBELEMENTO: 3339030071200000000 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COPA E CANTINA
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 4325/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 18/03/2026
DATA ASSINATURA: 19/03/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CE47857B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

ATO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, por meio de seu Presidente ADRIANO RODRIGUES BARBOSA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar a publicação do **Termo de Referência** e da **Planilha** referentes à **Dispensa de Licitação nº 03/2026** e ao **Procedimento Licitatório nº 05/2026**, anteriormente veiculados, tendo em vista a ocorrência de erro na matéria publicada.

Art. 2º - O cancelamento se faz necessário em razão de não ter ocorrido a devida publicação de todos os atos obrigatórios na mesma data, comprometendo a regularidade e a transparência do procedimento.

Art. 3º - Determinar que seja realizada nova publicação, com a devida correção e inclusão de todos os documentos e atos exigidos, em observância aos princípios legais que regem as contratações públicas.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal, 20 de março de 2026.

ADRIANO RODRIGUES BARBOSA
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:C7CCFC14

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 010/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 010/2026

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 020/2024, resolve **CONCEDER** diária ao Vereador/servidor, conforme especificado abaixo:

NOME DO SOLICITANTE: DIRCEU BRANDÃO

CPF: 019272169-07 **Banco: Agência: Nº Conta:**
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR
ORIGEM DA VIAGEM: LARANJAL/PR
DESTINO DA VIAGEM: BRASILIA /DF

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída: 22/03/2026 Horário Previsto:08:00
Retorno:26/03/2026 Horário Previsto: 18:00
NATUREZA DA DIÁRIA (assinalar com x no □):

Destinos	Estado do Paraná □		Outros Estados □	
	Sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite	Com pernoite
Até 200 km	R$ 209,67 □	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □	R$ 1.677,35 x
Acima de 200 km	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □		

OBJETIVO DA VIAGEM E/OU ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Encontro de Lideranças Municipalistas do Paraná
QUANTIDADES DE DIÁRIAS:
03 Diária(s) com pernoite

VALOR TOTAL COM PERNOITE
R$ 5.032,25
VALOR TOTAL SEM PERNOITE
00,00
VALOR TOTAL
R$ 5.032,25
MEIO DE TRANSPORTE:
( ) Veículo Oficial do Legislativo
(x) Outros Veículo/Modelo: TUCSON/HYUNDAI
Placa: FHB9D71

Laranjal/PR, 17 de março de 2026

_____
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:8CA7DBEE

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 011/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 011/2026

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 020/2024, resolve **CONCEDER** diária ao Vereador/servidor, conforme especificado abaixo:

NOME DO SOLICITANTE: RONALDO FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 067.969.599-06 **Banco: Agência: Nº Conta:**
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR
ORIGEM DA VIAGEM: LARANJAL/PR
DESTINO DA VIAGEM: BRASILIA /DF

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída: 22/03/2026 Horário Previsto:08:00
Retorno:26/03/2026 Horário Previsto: 18:00
NATUREZA DA DIÁRIA (assinalar com x no □):

Destinos	Estado do Paraná □		Outros Estados □	
	Sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite	Com pernoite
Até 200 km	R$ 209,67 □	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □	R$ 1.677,35 x
Acima de 200 km	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □		

OBJETIVO DA VIAGEM E/OU ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Encontro de Lideranças Municipalistas do Paraná

QUANTIDADES DE DIÁRIAS:
03 Diária(s) com pernoite

VALOR TOTAL COM PERNOITE
R$ 5.032,25
VALOR TOTAL SEM PERNOITE
00,00
VALOR TOTAL
R$ 5.032,25
MEIO DE TRANSPORTE:
( ) Veículo Oficial do Legislativo
(x) Outros Veículo/Modelo: TUCSON/HYUNDAI
Placa: FHB9D71

Laranjal/PR, 17 de março de 2026

_____
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:D377413B

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 09/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 09/2026

O Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei n° 020/2024, resolve **CONCEDER** diária ao Vereador/servidor, conforme especificado abaixo:

NOME DO SOLICITANTE: CELSO KRUK
CPF: 036.474.369-76 **Banco: Agência: Nº Conta:**
CARGO/FUNÇÃO: VEREADOR
ORIGEM DA VIAGEM: LARANJAL/PR
DESTINO DA VIAGEM: BRASILIA /DF

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Saída: 22/03/2026 Horário Previsto:08:00
Retorno:26/03/2026 Horário Previsto: 18:00
NATUREZA DA DIÁRIA (assinalar com x no □):

Destinos	Estado do Paraná □		Outros Estados □	
	Sem pernoite	Com pernoite	Sem pernoite	Com pernoite
Até 200 km	R$ 209,67 □	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □	R$ 1.677,35 x
Acima de 200 km	R$ 419,33 □	R$ 838,67 □		

OBJETIVO DA VIAGEM E/OU ATIVIDADE A SER DESENVOLVIDA: Encontro de Lideranças Municipalistas do Paraná

QUANTIDADES DE DIÁRIAS:
03 Diária(s) com pernoite

VALOR TOTAL COM PERNOITE
R$ 5.032,25
VALOR TOTAL SEM PERNOITE
00,00
VALOR TOTAL
R$ 5.032,25
MEIO DE TRANSPORTE:
( ) Veículo Oficial do Legislativo
(x) Outros Veículo/Modelo: Veículo/Modelo: TUCSON/HYUNDAI - Placa: FHB9D71

Laranjal/PR, 17 de março de 2026

_____
Presidente

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:2F6C497E

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 - ANEXO – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:
1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
1.3 No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
1.4 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas
Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
1.8 Documento de Identificação (Carteira de Identidade, CPF ou CNH) do Empresário Individual e/ou Sócio Administrador.
1.9 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal nº
123/2006, apresentar Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da

Lei Complementar nº 123/2006, com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, além da Declaração – Anexo II.I.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas
Físicas, conforme o caso - CNPJ;
2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à
Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
2.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;
2.6 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;
2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
2.8 A documentação exigida para fins de habilitação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;
2.9 A comprovação desta habilitação será obtida on-line pelo Agente da Contratação, que verificará a validade dos documentos;
2.10 Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Agente de Contratação poderá consultar o documento do fornecedor vencedor nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo;
2.11 Caso o Agente de Contratação não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o fornecedor será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Aviso, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
2.12 As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
2.13 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
2.14 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

3. 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:
3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida nos últimos 3 (três) meses, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
4.1. Não há exigências para o objeto desta licitação.

DECLARAÇÃO, **nos termos do ANEXO I-A e II-A.**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026
Processo Licitatório n° 05/2026

ANEXO I-A – MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa _____ inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o n° _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, **DECLARA**:

Para fins de habilitação jurídica, para demonstrar a capacidade de realizar objeto desta contratação, sob as penas da lei, conforme a Lei de Licitações n° 14.133 de 1° de abril de 2021, que não consta do quadro societário da empresa, nenhuma pessoa que se encontre na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com Agente Público da Administração da Câmara Municipal de _____, inclusive, dos atuais ocupantes de cargo eletivo, e que entre seus dirigentes, sócios, responsável técnico ou legal não figura servidor público, funcionário, empregado ou ocupante de cargo comissionado na Administração Pública Direta ou Indireta do Município de _____.
Conforme disposto no inciso VI, art. 68, da Lei de Licitações n° 14.133 de 1° de abril de 2021, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, até a presente data, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.
Conforme disposto no § 1º, art. 63, da Lei de Licitações n° 14.133 de 1° de abril de 2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
Conforme disposto no inciso IV, art. 63, e o disposto no inciso XVII, art. 92, da Lei de Licitações n° 14.133 de 1° de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
Que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE. Em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei no 13.709/2018, por meio de seu representante legal, **DECLARA** para os fins da presente contratação, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.
Que conhece as condições para o fornecimento do objeto, como também tem conhecimento de todas as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e seus anexos, estando cientes de que não poderemos alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações advindas da presente contratação.
Que tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Laranjal, _____ de _____ de 2026.

_____
(Inserir Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Proponente)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

Processo Licitatório n° 05/2026

ANEXO II-A – MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME); Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI).

Ilmo(a) Sr(a). Agente de Contratação da Câmara Municipal de Laranjal – Pr.

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa_____, estabelecida na _____, Bairro_____, na cidade de_____, nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, se enquadra na condição de:
( ) Microempresa (ME);
( ) Empresa de Pequeno Porte (EPP);
( ) Microempreendedor Individual (MEI);
( ) Outras.

Laranjal, _____ de _____ de _____

_____
Nome e Assinatura do Contador da Empresa
CRC:

OBS:
1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.
2) Deverá ser apresentada juntamente com esta Declaração, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
3) Esta declaração, assim como a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou documento substitutivo, deverá ser entregue durante a fase de habilitação, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:74075F35

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

Considerando o que consta no processo administrativo 37/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DE NATUREZA SINGULAR DENOMINADO "DOCE MANIA", DESTINADO À ANIMAÇÃO DO EVENTO DE PÁSCOA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 0118/2026**, reconheço a possibilidade de inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa **ARTE ENCENADA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.177.087/0001-05, sediada à estabelecida na Rua Caracas 1884, Vila Morangueira Maringá-PR, representada por seu responsável legal, Sra. Mylena Karoline Da Luz Santos, inscrita no CPF 111.856.069-80, observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

LARANJAL-PR, 20 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:E30B39FC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO

Departamento de Compras e Licitações
EXTRATO DE CONTRATO Nº 030/2026
Procedimento Licitatório nº 026/2026
Dispensa eletrônico nº 09/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.

CONTRATADO: MAPFRE SEGURO GERAIS S.A inscrita no CNPJ: 61.074175/0001-38, com o endereço na Av das nações unidas nº 14261 Bairro: vila Gertrudes CEP:04.794-000 MUNICÍPIO: SÃO PAULO, SP, neste ato representado pelo SR º. Raphael de Luca Junior, brasileiro, empresário segurador, inscrito no CPF: 037.583.788-42.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS VEICULARES**,** VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA SECURITÁRIA TOTAL (COMPREENSIVA) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LARANJAL – PR.

DATA DO CONTRATO: 20 de março de 2026

VIGÊNCIA:12 meses.

VALOR TOTAL: R$ 2.642,00 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais)

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:F34CD936

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO

Departamento de Compras e Licitações
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2026
Procedimento Licitatório nº 026/2026
Dispensa eletrônico nº 09/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A inscrita no CNPJ: 90.180.605/0001-02, com o endereço na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 450 BAIRRO: Centro Histórico CEP:90.020-060 MUNICÍPIO: Porto Alegre RS, neste ato representado pelo SR º. Marcelo Wais, brasileiro, empresário segurador, inscrito no CPF: 632.005.380.15,
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS VEICULARES**,** VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA SECURITÁRIA TOTAL (COMPREENSIVA) PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE LARANJAL – PR.

DATA DO CONTRATO: 20 de março de 2026

VIGÊNCIA:12 meses.

VALOR TOTAL: R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:0AFE0166

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 03/2026
PREGAO ELETRONICO nº 01/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.

CONTRATADO: E A V TRANSPORTE LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 19.984.994/0001-56, com o endereço na Estrada Pov. Borboleta Anjo da Guarda s/nº, Bairro Borboleta Anjo da Guarda CEP:85.200-000, cidade de Pitanga/ PR, neste ato representado pelo Srº Elcio Antônio Vieira, Brasileiro, natural de Pitanga PR, casado, empresário, Portador da Cédula de Identidade RG nº 8.372.267-3 SESP/PR, inscrito no CPF: 036.066.349-43 residente e domiciliado na Rua Rosalvo Petrechem nº 511 Residencial Centro CEP: 85.200-100, cidade de Pitanga PR.

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR E DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR.

DATA DO CONTRATO: 20 de março de 2026

VIGÊNCIA: 12 Meses

VALOR TOTAL: R$ 123.658,78 (cento e vinte e três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos).

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:8B957E0D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná.
CONTRATADO: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 07.481.107/0001-48, com endereço na Avenida João Ferreira Neves, 3037 Sala 01 - CEP: 85148000 - BAIRRO: Centro, cidade de Campina do Simão/PR, neste ato representado pelo Sr. GEFERSON JUNIOR WOGNEI, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 81710791 e inscrito no CPF/MF sob o n° 041.420.939-75, residente e domiciliado em RUA SANTOS VICENTIM, 236 CASA - CEP: 85148000 - BAIRRO: CENTRO cidade de Campina do Simão/PR.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E ESCOLAR.
NÚMERO: 3º Termo Aditivo de Prazo e valor
DATA DO CONTRATO: 17/02/2026
VIGÊNCIA.30/08/2026
FORO: Comarca de Palmital - Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:AFDE38D3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2026
Procedimento Licitatório nº 37/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: **Arte Encenada Produções Artísticas LTDA**, inscrita no CNPJ nº 45.177.087/0001-05, sediada à estabelecida na Rua Caracas 1884, Vila Morangueira Maringá-PR, representada por seu responsável legal, Sra. Mylena Karoline Da Luz Santos, inscrita no CPF 111.856.069-80.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DE NATUREZA SINGULAR DENOMINADO "DOCE MANIA", DESTINADO À ANIMAÇÃO DO EVENTO DE PÁSCOA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 0118/2026**.
DATA DO CONTRATO: 20 de março de 2026.
VIGÊNCIA: 60 dias
VALOR TOTAL: **R$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais).**

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:E609386D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

MINUTA DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.684.536/0001-80, com sede à Rua Pernambuco, 501, Centro, Laranjal-PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: J A DA FONSECA LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 43.956.735/0001-04, com sede na Rua Sergipe nº 25 centro CEP: 85.275-000, Cidade de Laranjal PR, neste ato representado pelo Srº Jonas Antunes da Fonseca, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o n° 253.169.558-38, residente e domiciliado no endereço da empresa.
Cláusula Primeira - Do Objeto
O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do contrato administrativo nº 10/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 03/2026, cujo objeto era CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR E DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR (lote 5).
Cláusula Segunda - Do Acordo entre as Partes
As partes, de comum acordo e com fundamento no Art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, resolvem rescindir o ajuste supracitado, declarando a inexistência de quaisquer pendências ou obrigações remanescentes de parte a parte.
Cláusula Terceira - Da Quitação e Ausência de Penalidades
a) Com a assinatura deste termo, Contratante e Contratado dão-se mútua, plena e geral quitação, para nada mais reclamarem um do outro a qualquer título.
b) Fica estabelecido que não haverá aplicação de sanções administrativas ou multas rescisórias, uma vez que a extinção do vínculo ocorre por interesse público e anuência do fornecedor.
Cláusula Quarta - Da Vigência
Este Termo de Rescisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Laranjal - PR, 20 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal (Contratante)

J A DA FONSECA LTDA ME
Representante Legal (Contratado)

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:46DEEEA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 170/2026

PORTARIA Nº 170/2026

SÚMULA: Nomeia servidor para cargo em comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **WINICIUS GABRIEL FERNANDES SCWISK**, portador da matrícula nº **287031**, para exercer o cargo em comissão de **Chefe de Seção – Obras (Código 010043)**, a partir de **19 de março de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de **19 de março de 2026**.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal/PR, em **20 de março de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:FC4EF8F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 171/2026

PORTARIA Nº 171/2026 – Município de Laranjal O Prefeito Municipal de Laranjal, com posse de suas atribuições em 20 de março de 2026. RESOLVE: Art. 1º. Designar o funcionário Danilo Neves, RG. nº 7.500.414-1, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretario Municipal de Planejamento, para responder como Gestor do Convênio e como Fiscal, fica designado o funcionário Everaldo Francisco Trabuco, RG. nº 8.033.997-6, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretario de Meio Ambiente, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra. Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura. Laranjal, 20 de março de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal de Laranja

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:99E0C104

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 - PML

PRORROGAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2026-PML
PROCESSO Nº. 025/2026-PML
MUNICÍPIO DE LOANDA
Em virtude da correção do número lançado no edital

OBJETO: O Município de Loanda, torna público que as 14:00 horas do dia 09 de abril de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:
01 (um) Veículo p/ Transporte de Passageiros (VAN), Valor Total: R$ 383.796,67 (trezentos e oitenta e três mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), Prazo 180 dias.
Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos, poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sitio eletrônico da Prefeitura de Loanda e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.
Loanda-Pr, 18 de março de 2026.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:BE37AEF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de arbitragem, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Turismo, do Município de Loanda-Pr, conforme quantidades e especificações constantes do **Anexo I**, que integra o presente Edital.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:
· **SALOMÃO ARBITRAGEM E EVENTOS ESPORTIVOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº22.529.715/0001-79, vencedora dos Lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, perfazendo o valor global de R$413.953,00(quatrocentos e treze mil, novecentos e cinquenta e três reais);
· **NOVA SOLUÇÕES EM SAÚDE E ESPORTES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº39.778.426/0001-06, vencedora dos Lotes 08, 17, perfazendo o valor global de R$48.488,00(quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito reais);

Loanda, 20 de março de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:E2FBF7C0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 239/2026

PORTARIA Nº. 239/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a solicitação emitida pela Secretaria de Saúde em 16/03/2026.

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas a senhora MARCILENE URSULINO DA SILVA, matricula nº. 966036, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, referente ao período de 15

(quinze) dias de gozo de 06/04/2026 a 20/04/2026, concedidas através da portaria nº 816/2025, para a data de 17/03/2026 a 31/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 20 (vinte) dias do mês de março do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:9822D3B9

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 12/2026 - CMDCA

RESOLUÇÃO 12/2026 - CMDCA

Sumula - Aprovação do Plano de Ação do CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Loanda, Estado do Parana, no uso de suas atribuições dispostas na lei nº030/91 alterada pela Lei nº014/2002 e 043/2006, que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; RESOLVE:
Art.1º Aprova o **Plano de Ação do CMDCA** para os anos de 2026 a 2029, que delibera sorbe a Politica Municipal da Criança e do Adolescente para o município de Loanda, aprovadas em reunião no dia 09 de março de 2026 neste conselho.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Loanda, 20 de março de 2026.

AMANDA CARLA FLORIANI DIAS PETTENUCI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:230F465F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2024
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Lobato – PR, inscrita no CNPJ nº 86.877.743/0001-60.

CONTRATADA: Portal Licitações Municipais LTDA, inscrita no CNPJ nº 30.592.834/0001-02.

CONTRATO ORIGINÁRIO: Contrato Administrativo nº 001/2024, decorrente da Inexigibilidade nº 001/2024.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços referente à contratação direta da plataforma de ensino digital Município 360 – Portal Licitações Municipais LTDA – Plano Mentoria, cujo objetivo é promover a capacitação continuada dos servidores municipais na Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto **a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 001/2024, bem como o reajuste e a atualização do valor contratual**, nos termos do art. 6º, inciso LVIII, e do art. 92, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, c/c o art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/2001.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 25 de março de 2026 e término em 24 de março de 2027.

VALOR E REAJUSTE: Aplica-se ao valor contratual o índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, apurado no período correspondente, passando o valor mensal do contrato de **R$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)** para **R$ 6.090,82 (seis mil e noventa reais e oitenta e dois centavos).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do contrato aditivado correrão à conta de dotação orçamentária própria do exercício financeiro correspondente.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 19 de março de 2025.

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 6, inciso LVIII, 107, 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o art. 3º, §1º, da Lei nº 10.192/2001 em consonância com o entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Lobato – PR, 20 de março de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal de Lobato

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:01CB5338

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº. 014/2026-L - CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 014/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L bem como com o deferimento da Mesa Executiva desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida ao Vereador **Luciano de Souza do Nascimento,** autorização para deslocamento à cidade de Curitiba/PR, no período de 22 a 23 de março de 2026, onde participará da Cerimônia de entrega de novos veículos para as Agências do Trabalhador, bem como acompanhar o Vice-Prefeito Municipal em visitas institucionais aos gabinetes de Deputados Estaduais.

Art. 2º Fica deferida a concessão de 01 (uma) diária e meia ao Vereador, no valor total de R$ 1.080,00 (mil e oitenta reais), conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 20 de março de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:68B06DA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA DE SESSÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026-PML- RERRATIFICADO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO DA EFICIÊNCIA

OPERACIONAL E ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LOBATO/PR.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 25/2026
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 05/2026.
DATA DA SESSÃO VIRTUAL: 08 de abril de 2026 às 09h00min.
Data e horário limite para encaminhar as propostas: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h20min do dia 08 de abril de 2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
LOCAL: www.bnccompras.org.br, "Acesso Identificado", no qual o edital está disponível para "download".
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, Decreto Municipal Nº 021/2024, de 11 de janeiro de 2024, Decreto Municipal n.º 102/2025 de 16 abril de 2025**,** Decreto Municipal n.º 121/2025 de 06 de maio de 2025, Decreto Estadual nº 10086/2022 de 17 de janeiro de 2022 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie.
DEPARTAMENTO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Administração

***Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF).**
O valor máximo estimado para esta licitação é **de R$= 375.470,33 (Trezentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e três centavos), sendo que o valor de cada item se encontra definido no Termo de Referência (anexo 01).**
O edital encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados no Endereço: Rua Antônio Coletto nº 1260, Centro, Cep. 86790-000, Lobato, Paraná, Brasil, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00min ao 12h00 min das 14h00 às 17h00min e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **https://pncp.gov.br/**, no Portal Transparência, através do endereço eletrônico **https://www.lobato.pr.gov.br/** - aba "LICITAÇÕES", e ainda no site **www.bnccompras.org.br.**
Lobato/PR, 20 de março de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto Municipal Nº. 102/2025 de 16/04/2025.

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:1F02DB45

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº006/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: SUCOS FLORAÍ LTDA**, com sede na cidade de FLORAÍ, sito à Estrada da Usina, lote 209, chácara Boa Fé, Bairro zona Rural, cep: 87.185-000 inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.829.344/000-88, representada neste ato pelo **Sr. WESLEY FERNANDES BRAZ.**

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 24/03/2026 até 24/03/2027

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de R$ **49.440,00 (Quarente e nove mil, quatrocentos e quarenta reais)**, para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 20 de março de 2026.

FÁBIO CHICAROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:B3DEAC0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº007/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: R.M. NASSER LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.260.293/0001-08, estabelecida na Rod. PR 317 KM 6,5, S/N Bairro Parque Industrial, CEP:87.065-901, município de Maringá Estado PR., representada neste ato pelo Sr. **RICARDO MICHEL NASSER**.

Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 24/03/2026 até 24/03/2027

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de **R$ 320.957,00 (trezentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e sete reais).** Para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 20 de março de 2026.

FÁBIO CHICAROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara ap Riquena Medeiros de Almeida
Código Identificador:4474B27A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: RPG COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **54.205.260/0001-22**, estabelecida na Rua Castelo Branco, n°.206, Bairro Centro, CEP 86.210-000, município de Jataizinho Estado PR, representada neste ato pelo Sr. Rafael Pires Gonçalves.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 20/03/2026 até 20/03/2027

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de **96.255,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais)**, para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 20 de março de 2026.

FÁBIO CHICAROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:4ADC6EF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº009/2025 - PML PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Sr. FÁBIO CHICAROLI.**
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**: HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº. **55.187.334/0001-08**, estabelecida na Av. Curitiba, n°. 204, Bairro Centro, CEP 87.140-000, município de Paiçandu Estado PR, representada neste ato pelo Sr. Raphael Michel Nasser.
Fundamentação Legal: O presente termo de aditamento obedece às normas fixadas no processo licitatório, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025, c/c com os ditames; da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações**.**

Objeto do Aditamento: Ficam diante das previsões contidas no Artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021, prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços e Renovadas as Quantidades Registradas, tendo em vista o interesse público fundamentado nos autos.
Parágrafo único – O prazo disciplinado no caput findar-se-á em:

Prazo de vigência: 20/03/2026 até 20/03/2027

Por força da prorrogação de vigência e renovação das quantidades registradas, fica acrescido o valor financeiro de R$= , para fins de custeio do fornecimento dos objetos ora aditados.

Demais Condições: As demais cláusulas do pacto primitivo, assim como as disposições não alcançadas pelo presente instrumento, permanecerão inalteradas.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 20 de março de 2026.

FÁBIO CHICAROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:70AAA7FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 131/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026
CONCEDER FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR ALEXANDRA DA SILVA BERNARDES

PORTARIA Nº. 131/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial, a Lei nº. 1.261/2014-E de 08/04/2014,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **30(trinta)** dias de **Férias** a Conselheira Tutelar **Alexandra da Silva Bernardes,** portadora do RG. nº. *.850.***-* e CPF nº. ***.593.269-**, membro do Conselho Tutelar de Lobato a serem usufruídas de **25/03/2026 a 23/04/2026**, referente ao período aquisitivo de **08/01/2025 a 07/01/2026**
.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:3DF201C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, **CONVOCA** o Candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Municipal, realizado no dia 03 de março de 2024, conforme divulgado pelo Edital nº 001/2023.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
1º	Engenheiro Civil	Arthur Bueno de Luz

O aprovado acima, deverá comparecer na Prefeitura Municipal, situada à Pça Pe. Antonio Pozzato, nº 880, nesta Cidade, no período

de **23 a 27/03/2026**, munido dos documentos abaixo relacionados *(original e cópia)*, para manifestar interesse na Contratação pelo Regime Estatutário vinculado ao INSS. Após o recebimento e conferência dos documentos, a candidata será encaminhada para **exame médico**:
- Cédula de Identidade; CPF - Cadastro Pessoa Física; CTPS; Reservista *(se for o caso)*;
- Certidão de Nascimento ou Casamento e Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado *(se for o caso)*;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 06 anos *(se for o caso)*;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais (*Fórum*);
- Declaração constando não ter sido demitido de serviço público por justa causa;
- Declaração sobre exercício de cargo, emprego ou Função Pública; Declaração de Bens;
- Documento que comprove a escolaridade de acordo com o exigido para o cargo e Registro no Conselho *(se for o caso)*.
- Título de Eleitor e comprovante que votou nas últimas eleições;
- 01 foto 3 x 4;

O não comparecimento à presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 20 de março de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Monica Paulossi
Código Identificador:2031943B

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 04/2026

CNPJ: 29.232.203/0001-95
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: DOUGLAS GONÇALVES SANTOS FILHO
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 04/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:8F7E5202

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 05/2026

CNPJ: 41.883.342/0001-84
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: AILTON MORAES DE OLIVEIRA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 05/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:7EC0CDC3

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 06/2026

CNPJ: 20.523.407/0001-00
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: CONSTRUTORA RUIZ
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 06/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:DF7B5614

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 08/2026

CNPJ: 39.880.644/0001-57
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: ADAN HUGO SARTI
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 08/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:70F436FE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 09/2026

CNPJ: 11.852.168/0001-02
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: JOÃO RICARDO DA SILVA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 09/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0D635D38

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 10/2026

CNPJ: 41.317.263/0001-06
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: JOSEMILSON SILVA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 10/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:98101131

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 11/2026

CNPJ: 29.269.820/0001-65
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: MÁRCIA ADRIANA AUGUSTO DE OLIVEIRA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 11/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:6D1BF84A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 12/2026

CNPJ: 19.730.455/0001-90

Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: NUNES E SILVA MARCENARIA LTDA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 12/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A088AA85

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 13/2026

CNPJ: 19.730.455/0001-90
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: NUNES E SILNA MARCENARIA LTDA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 13/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:AA726B68

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 14/2026

CNPJ: 12.427.736/0001-20
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: PEDRO BARBOSA NETO
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (um) BOX, alocado em um imóvel de propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 848, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 14/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:A35134F6

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL N° 15/2026

CNPJ: 20.981.856/0001-00
Pemitente: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Permissionário: AILTON MORAES DE OLIVEIRA
Objeto: Permissão de Uso de Bem Público a título PRECÁRIO e ONEROSO para a exploração de 01 (uma)área medindo 1.200 m², alocado em uma propriedade da PERMITENTE, na Rua Maranhão, nº 1749, no Município de Lupionópolis/PR.
Data da Assinatura do Termo de Permissão de Uso nº 15/2026: 01 de Março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:30579E3D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2026

CONTRATANTE: Município de Lupionópolis – PR, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
CONTRATADA: Forza Distribuidora Ltda, CNPJ nº 46.135.499/0001-45.
PROCESSO LICITATÓRIO: nº 18/2026 – Inexigibilidade nº 05/2026.
OBJETO: Aquisição de caminhão prancha 0 km, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 059/SML/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90082/2025, conforme especificações técnicas constantes no contrato.
VALOR TOTAL: R$ 875.000,00 (oitocentos e setenta e cinco mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias, de 16/03/2026 a 15/04/2026.
VIGÊNCIA: 12 meses, de 16/03/2026 a 15/03/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 06 – Secretaria de Serviços Urbanos
Unidade: 001 – Secretaria de Serviços Urbanos
Funcional Programática: 15.452.0011.2-061
Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
FORO: Comarca de Centenário do Sul – PR.
DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2026.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:29B231C1

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2026

Contrato N° 30/2026 – Processo dispensa nº 8/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA**
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'AGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS, CONFORME O ANEXO I.
Valor Total 3.048,00 (Três Mil e Quarenta e Oito Reais).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES
Conta da despesa - Funcional programática - Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
2560 -08.001.10.302.0008.2043 - 0 - 3.3.90.39.00.00 -Do Exercício
Prazo de execução: 30 dias
Data da assinatura: 20 de março de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:70DE90F3

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº32/2026

Contrato N° 32/2026 – Processo inexigibilidade nº 8/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **Diego da Silva Costa**
Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços técnicos profissionais na área da engenharia e arquitetura, inerentes às necessidades dos Entes Consorciados municipais do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL NCP, em caráter temporário e de abrangência pertinentes à classe, nos termos e condições estabelecidos no presente Instrumento Convocatório, conforme descrito no presente Edital e Termo de Referência
Valor Total 29.494,40 (Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta Centavos).

Funcional Programática:
DOTAÇÕES

Conta da despesa - Funcional programática- Fonte de recurso - Natureza da despesa -Grupo da fonte
1510 - 06.001.15.452.0011.2061 -0 - 3.3.90.36.00.00 -Do Exercício

Prazo de execução: 3 meses
Data da assinatura: 20 de março de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:D6740860

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 06/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 19/2026 Processo inexigibilidade nº 06/2026, a qual tem como objeto: A presente CHAMADA PÚBLICA tem por objeto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA ENGENHARIA E ARQUITETURA, INERENTES ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DE ABRANGÊNCIA PERTINENTES À CLASSE, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 27/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

FIRE POWER CONSULTORIA E EMRPEENDIMENTOS EMPRESARIAL E CIVIL LTDA, no valor total de R$ 39.940,33 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta reais e trinta e três centavos).

Lupionópolis-Pr, 20/03/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:87C1D72C

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGAO 04/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 09/2026 Pregão Eletrônico nº 04/2026, a qual tem como objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NOS SERVIÇOS DA SAÚDE MUNICIPAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA., em favor da(s) Empresa(s) relacionada(s) nos relatórios de classificação em 13/02/2026, saindo-se assim vencedora(s) a(s) Empresa (s):

PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (81706251000198) com os lotes: 8, 13, 16, 23, 45, 57, 69, 76, 91, 93, 95, 107, 161, 167, 168, 170, 179, 180, 185, 189, 200, 204, 207, 219, 225, 226, 232 no valor total de R$ 117.475,20 (cento e dezessete mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). PONTAMED FARMACEUTICA LTDA (02816696000154) com os lotes: 25, 28, 42, 53, 99, 108, 138, 139, 163, 182, 192, 201, 205 no valor total de R$ 35.120,20 (trinta e cinco mil e cento e vinte reais e vinte centavos). WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (04372020000144) com os lotes: 119, 218 no valor total de R$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais). CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI (12418191000195) com os lotes: 62, 65, 103, 113, 162 no valor total de R$ 14.684,00 (quatorze mil e seiscentos e oitenta e quatro reais). MEDINGA COMERCIAL LTDA (57742953000142) com os lotes: 24, 33, 187, 197 no valor total de R$ 23.775,00 (vinte e três mil e setecentos e setenta e cinco reais). LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (04071245000160) com os lotes: 151, 153, 154, 155 no valor total de R$ 27.365,00 (vinte e sete mil e trezentos e sessenta e cinco reais). CIRÚRGICA PARANÁ DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (05746444000194) com os lotes: 112 no valor total de R$ 1.725,00 (um mil e setecentos e vinte e cinco reais). MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (04470877000105) com os lotes: 6, 9, 14, 17, 18, 19, 22, 26, 31, 39, 41, 48, 49, 50, 54, 64, 66, 89, 97, 104, 105, 117, 120, 125, 126, 136, 141, 147, 148, 181, 188, 196, 221, 227, 233 no valor total de R$ 178.549,15 (cento e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e nove reais e quinze centavos). M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (94389400000184) com os lotes: 124 no valor total de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI (24586988000180) com os lotes: 1 no valor total de R$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais). CROSMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA (11606767000185) com os lotes: 52, 129, 213 no valor total de R$ 10.574,00 (dez mil e quinhentos e setenta e quatro reais). DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (02520829000140) com os lotes: 5, 11, 60, 149, 156, 173, 194, 223 no valor total de R$ 21.590,00 (vinte e um mil e quinhentos e noventa reais). NEXXA FARMACÊUTICA LTDA (61812902000117) com os lotes: 63, 150, 152, 186, 230 no valor total de R$ 41.717,50 (quarenta e um mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos). CIRÚRGICA ITAMARATY COMERCIAL LTDA (29426310000154) com os lotes: 32, 75, 176, 222 no valor total de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (00656468000139) com os lotes: 27, 34, 36, 40, 56, 80, 82, 92, 96, 102, 110, 115, 116, 134, 137, 157 no valor total de R$ 39.639,40 (trinta e nove mil e seiscentos e trinta e nove reais e quarenta centavos). ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (00802002000102) com os lotes: 43, 68, 79, 83, 87, 127, 130, 132, 146, 160, 206, 214, 234 no valor total de R$ 61.497,00 (sessenta e um mil e quatrocentos e noventa e sete reais). VERTICE MEDICAMENTOS LTDA (60146737000149) com os lotes: 4, 10, 51, 70, 88, 94, 98, 106, 109, 121, 131, 142, 166, 169, 174, 177, 178, 184, 199 no valor total de R$ 81.389,50 (oitenta e um mil e trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos). DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. (56081482000106) com os lotes: 35, 175, 231 no valor total de R$ 12.660,00 (doze mil e seiscentos e sessenta reais). TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (35959514000153) com os lotes: 12, 30, 37, 38, 44, 55, 58, 77, 86, 100, 101, 111, 118, 122, 133, 135, 165, 171, 191, 203, 236 no valor total de R$ 94.103,00 (noventa e quatro mil e cento e três reais). LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (34223536000198) com os lotes: 3, 71, 74, 208 no valor total de R$ 37.596,50 (trinta e sete mil e quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE DE MEDICAMENTOS LTDA (85247385000149) com os lotes: 72, 73, 128, 209 no valor total de R$ 66.340,00 (sessenta e seis mil e trezentos e quarenta reais). ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (56393363000199) com os lotes: 183 no valor total de R$ 743,00 (setecentos e quarenta e três reais). CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (03652030000170) com os lotes: 15, 21, 29, 46, 47, 61, 81, 84, 85, 143, 144, 145, 158, 159, 172, 190, 193, 220, 224, 235 no valor total de R$ 78.414,00 (setenta e oito mil e quatrocentos e quatorze reais). MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A (05912018000183) com os lotes: 20, 59, 217 no valor total de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A (07752236000808) com os lotes: 2, 7, 123, 202, 210, 211, 212, 215 no valor total de R$ 17.666,50 (dezessete mil e seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

No valor total de R$ 1.030.583,95 (um milhão, trinta mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Lupionópolis-Pr, 20/03/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:DC0D278A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE 06/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 19/2026 Processo inexigibilidade nº 06/2026, a qual tem como objeto: A presente CHAMADA PÚBLICA tem por objeto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA ENGENHARIA E ARQUITETURA, INERENTES ÀS NECESSIDADES DO MUNICIPIO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DE ABRANGÊNCIA PERTINENTES À CLASSE, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO., em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 27/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:
FIRE POWER CONSULTORIA E EMRPEENDIMENTOS EMPRESARIAL E CIVIL LTDA, no valor total de R$ 39.940,33 (trinta e nove mil, novecentos e quarenta reais e trinta e três centavos).

Lupionópolis-Pr, 20/03/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:38B0EB2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 131-A/2026. *REPUBLICAÇÃO PARA CORREÇÃO DE DADOS.

DECRETO N.º 131-A/2026.
*Republicação para correção de dados.

Súmula: Dispõe sobre a exclusão de candidato classificado em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A
Art. 1º - Fica excluído o candidato JOSE CARLOS KOLITSKI, inscrição nº1364, 6º colocado para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, do Concurso Público n° 001/2023, homologado pelo Decreto n° 999 de 04 de abril de 2024, haja vista que convocado pelo Edital n° 005/2026 de 11 de março de 2026, para manifestar interesse na vaga ofertada, deixou transcorrer o prazo estipulado sem manifestação oficial.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 19 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helim Cristina Souza
Código Identificador:C617257F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 010/2026 DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 010/2026

DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2023 – ESTATUTÁRIO

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina o artigo 37, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de suprir vaga existente de cargos público, conforme Processo Cloud nº 000000598/2026;

CONVOCA

O candidato abaixo relacionado, aprovada no Concurso Público nº 001/2023 – Estatutário, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da publicação deste edital se apresentar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet/PR (pessoalmente ou por meio de requerimento junto ao Protocolo Online) para **manifestar interesse na vaga ofertada**.

Art. 1°. Fica convocado o seguinte candidato referente ao seguinte cargo:

I – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO	NASC
1184	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	MARLOM ANTONIO JANISZVEVSKI	6°	04/02/1995

Art. 2°. A manifestação de interesse na vaga poderá ser realizada por meio de protocolo presencial junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mallet, contendo cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto), no prazo indicado no artigo anterior.
§ 1°. A manifestação de interesse na vaga, no prazo indicado anteriormente, poderá ser realizada também por meio do Protocolo Online, disponível no endereço https://e-gov.betha.com.br/protocolo/01038-245/pesquisa_entidade.faces, devendo ser acompanhado, obrigatoriamente, de cópia dos documentos pessoais (RG e CPF ou CNH ou outro documento de identificação com foto).
§ 2°. O candidato convocado que por algum motivo não possa tomar posse dentro do prazo legal, é facultada a possibilidade de solicitação de reposicionamento para o "final de fila", ou seja, o candidato solicitante será reposicionado para o final da lista de aprovados, o que não garante uma nova convocação, mas sim uma possibilidade de que seja convocado novamente. Para tal solicitação o candidato deverá comparecer ao Setor de RH da Prefeitura Municipal ou realizar Protocolo Online, nos termos do art. 2° e parágrafo primeiro, no prazo estipulado.
§ 3°. O candidato que não manifestar o interesse na vaga ou final de fila no prazo estipulado, será automaticamente excluído do certame, permitindo assim que a Administração Municipal convoque o próximo da fila.
Art. 3° - Fica ciente o candidato que manifestado seu interesse em assumir a vaga ofertada, terá o **prazo de 10 (dez) dias úteis**, a contar de sua manifestação de interesse, para apresentar os documentos abaixo relacionados (cópia simples e original), os quais devem ser **presencialmente** entregues ao Setor de Recursos Humanos, no horário de expediente (das 08h às 12h e das 13h às 17h).
I - Requisitos básicos para a contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, comprovação por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;

b) no caso de nacionalidade portuguesa, o candidato deverá estar amparada pelo Estatuto de Igualdade de direitos e obrigações civis entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do Art. 12, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436 de 18/04/72, por meio de documento apto a este fim;
c) ter 18 (dezoito) anos completos na data da contratação, por meio de documento de identificação que assim traga referida informação;
d) apresentar os documentos comprovando a escolaridade, experiência profissional e demais requisitos exigidos para a função, em conformidade com a lei de criação do respectivo cargo, na data da posse, bem como que estar com seu registro ativo no órgão de classe, quando assim o cargo exigir;
e) estar em dia com as obrigações eleitorais, mediante apresentação do título de eleitor e certidão emitida pela Justiça Eleitoral ou comprovantes de votação das 02 últimas eleições;
f) estar quite com o serviço militar, quando do sexo masculino, mediante apresentação do certificado de reservista ou dispensa de incorporação;
g) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, mediante apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pela Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral, dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;
h) não haver sofrido, no exercício de função pública, penalidade por prática de atos desabonadores, mediante declaração própria sobre essa condição;
i) inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
j) comprovante de residência (água, luz ou telefonia) atualizado e em nome próprio ou em nome de seu cônjuge, companheiro ou genitor, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que a candidata reside no respectivo endereço;
k) documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e cadastro de pessoa física – CPF – regularizado;
l) foto 3x4 recente;
m) outros documentos que a Administração venha a solicitar quando da nomeação.
II - Somente serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso a candidata tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
III - Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.
IV - A prova da escolaridade deverá ser feita mediante apresentação de histórico, diploma, certificado, declaração ou atestado de conclusão expedido pela Instituição responsável, devidamente reconhecida pelo órgão competente. No caso da apresentação de declarações ou atestados de conclusão, estes deverão conter as informações de finalização de todas as etapas necessárias para a conclusão do curso. Quanto aos demais requisitos, a candidata deverá fazer prova, mediante apresentação do documento legal, expedido por órgão regulamentador/classe (registro, inscrição, CNH, entre outros).
V - Para fins de registro, é imprescindível que o candidato possua número no cadastro de pessoa física – CPF – regularizado (atualizado).
VI - O preenchimento de todos os requisitos necessários quando da posse, é inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia legível, sujeito ao indeferimento da posse.
Art. 4°. No mesmo prazo do artigo 3°, deverá o candidato comprovar a aptidão física e mental, apresentando os seguintes exames e atestados:
a) Raio X do tórax, somente o laudo.
b) Atestado de médico emitido por **Médico do Trabalho** declarando o candidato apto para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das respectivas atribuições.
Parágrafo único. Os exames deverão ser realizados e pagos pelo candidato interessado, sendo que deverá submeter à análise do Médico do Trabalho, sendo que a não apresentação dos exames ou o resultado conclusivo for "inapto", o candidato será eliminado do concurso.
Art. 5º. Na hipótese de não existir nenhum impedimento, haverá edição de Decreto, nomeando o servidor para, mediante Termo de Posse, investir-se no cargo público, no prazo de 30 (trinta) dias, desde que apresente até o dia da posse os seguintes documentos:
a) declaração do IRRF ou Declaração de Bens;
b) declarar que não percebe proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, mediante declaração própria sobre essa condição;
c) não ter sido demitido do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos na forma do inciso VIII do Art. 8º da Lei nº 4.928/92 e alterações, mediante declaração própria sobre essa condição;
d) declaração de Dependentes;
e) conta salário junto ao Sicredi para recebimento do vencimento;
f) certidão de Casamento ou Nascimento, sendo que na hipótese de existir Escritura Pública de União Estável;
g) comprovante de Endereço atualizado;
h) impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral do eSocial, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos".
Art. 6º. Atendido os documentos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do Decreto de Nomeação, deverá assinar o termo de posse, ao passo que terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em exercício contados da posse.
Parágrafo único. A Administração Pública Municipal reserva-se no direito de designar data e hora para posse dos candidatos nomeados, os quais serão avisados antecipadamente.
Art. 7º. Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexata, o candidato será eliminado do Concurso ou, se empossado, terá sua nomeação declarada nula.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 20 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:2442D508

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº02/2026 - CMAS

Resolução nº 02/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Piso Único de Assistência Social - PAS do período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.310 de 17 de setembro de 2019;
Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;

Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 11 de março de 2026.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Piso Único de Assistência Social - PAS do período de 01/01/2025 a 31/12/2025, valor utilizado neste periodo **R$68.445,67**;
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de março de 2026.

ALINE DE FREITAS CASTANHO
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
Jefferson Henrique Lavoratto
Código Identificador:B78538AF

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº03/2026 - CMAS

Resolução nº 03/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Incentivo de Prot.Social Básica e Ben. Eventual do período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.310 de 17 de setembro de 2019;
Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 11 de março de 2026.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Incentivo de Prot.Social Básica e Ben. Eventual do período de 01/01/2025 a 31/12/2025, valor utilizado neste periodo **R$2.174,64**;
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de março de 2026.

ALINE DE FREITAS CASTANHO
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
Jefferson Henrique Lavoratto
Código Identificador:BF2A7C80

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº04/2026 - CMAS

Resolução nº 04/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Incentivo qualificação da estrutura para CREAS do período de do pagamento até 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Mandaguari - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.310 de 17 de setembro de 2019;
Considerando o disposto do inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 11 de março de 2026.

Resolve:

Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação – FEAS, Incentivo qualificação da estrutura para CREAS do período de do pagamento até 31 de dezembro de 2025, valor utilizado neste periodo **R$706,00**;
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 18 de março de 2026.

ALINE DE FREITAS CASTANHO
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
Jefferson Henrique Lavoratto
Código Identificador:7155B8D1

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026- CMDCA

Resolução nº 05/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação FIA - Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, referente ao período Anual - 01/01 a 31/12/25, valor gasto no período R$930,65, aprovado.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015;
Considerando o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 19 de março de 2026.

Resolve:
Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação FIA - Apoio e Fortalecimento ao Acompanhamento Intersetorial às Famílias com Gestantes e/ou Crianças de 0 a 6 anos de idade - Primeira Infância, referente ao período Anual - 01/01 a 31/12/25, valor gasto no período R$930,65, aprovado.
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 19 de março de 2026.

ROSÁRIA GRAZIELLE VAZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:AF6BBA6A

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 06/2026- CMDCA

Resolução nº 06/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação FIA - Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima, referente ao período Anual - 01/01 a 31/12/25, valor gasto no período R$2.643,89, aprovado.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015;
Considerando o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 19 de março de 2026.

Resolve:
Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação FIA - Incentivo Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima,

referente ao período Anual - 01/01 a 31/12/25, valor gasto no período R$2.643,89, aprovado.
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 19 de março de 2026.

ROSÁRIA GRAZIELLE VAZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:1177A73F

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07/2026- CMDCA

Resolução nº 07/2026

Súmula: Aprovação da Prestação de Contas da Deliberação FIA - Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025, valor gasto no período R$0,00, aprovado.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Mandaguari – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.484/2015 de 12 de maio de 2015;
Considerando o disposto no inciso III, do artigo 30 da Lei Federal 8.742/93;
Considerando a deliberação da plenária realizada em 19 de março de 2026.

Resolve:
Artigo 1º - Aprovar a Prestação de Contas da Deliberação FIA - Incentivo atendimento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025, valor gasto no período R$0,00, aprovado
Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 19 de março de 2026.

ROSÁRIA GRAZIELLE VAZ
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:87A3D558

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 134/2026 - NOMEIA E DÁ POSSE A PESSOAS APROVADAS EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DECRETO Nº 134/2026

Súmula: Nomeia e dá posse a pessoas aprovadas em Processo Seletivo Simplificado - PSS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas e empossadas a pessoas abaixo relacionadas, aprovadas por cargo de classificação, a saber:

NOME	DATA DA NOMEAÇÃO	CARGO - PSS
BIANCA STEFANI DE MELO RIBEIRO	20/03/2026	Educador Infantil - Temporario
IRENIL PEDRO DA SILVA	20/03/2026	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporario
RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	20/03/2026	Motorista Cartegoria D - Temporário
YAISA NAYARA DOS SANTOS ALVES	20/03/2026	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporario

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à respectiva data de admissão.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:1C38B438

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 135/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 135/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.302.0022.2.146		FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS I	
754 - 3.3.90.14.00.00	000	DIARIAS - CIVIL	20.000,00
Total Suplementação:			20.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64:

Redução			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.302.0022.2.146		FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS I	
749 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
Total Redução:			20.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:0ECCAD12

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 139/2026 - REGULAMENTA O §8º DO ARTIGO 27, DA LEI Nº. 3.268/2019, DE 19/06/2019, COM ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 4.416/2025, QUE DISPÕE ACERCA DA FIXAÇÃO DO VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO

DECRETO Nº. 139/2026

Súmula: Regulamenta o §8º do artigo 27, da Lei nº. 3.268/2019, de 19/06/2019, com alteração de redação dada pela Lei nº 4.416/2025, que dispõe acerca da fixação do valor da bolsa-auxílio, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo, para o Serviço de

Acolhimento em Família Acolhedora, no âmbito do Município de Mandaguari, Estado do Paraná e dá outras providências..

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 9º da Lei nº. 3.268/2019, de 19/06/2019, institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Mandaguari;

CONSIDERANDO as alterações promovidas pela Lei Ordinária nº 4.416/2025, especialmente a nova redação do art. 27 e de seus parágrafos;

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do art. 27 da Lei nº 3.268/2019, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a definir, por decreto, o valor da bolsa-auxílio; e

CONSIDERANDO que a Lei 3268/2019 foi alterada por meio da Lei 4.416/2025, advinda do Projeto de Lei 131/2025 o qual foi proposto ao Poder Legislativo, pelo Poder Executivo, acompanhado de impactos orçamentários e financeiros já considerando o novo valor de um salário mínimo e meio,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o §8º do artigo 27, da Lei nº. 3.268/2019, de 19/06/2019, com alteração de redação dada pela Lei nº 4.416/2025, para estabelecer que o valor da bolsa-auxílio mensal a ser concedido por criança ou adolescente acolhido no âmbito do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será de 1 ½ (um e meio) salário mínimo nacional, vigente à época da concessão do benefício.
§ 1º. Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, o valor da bolsa-auxílio mensal será proporcional ao número de acolhidos, observado o disposto no art. 21 da Lei nº 3.268/2019.
§ 2º. Em caso de acolhimento de crianças ou adolescentes com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária com autonomia, doenças graves ou usuário de substâncias psicoativas, devidamente comprovadas por meio de laudo médico e análise social a ser realizada pela equipe técnica, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.
§ 3º. Para fins de apuração e comprovação do parágrafo anterior além do laudo médico e social, poderá ser exigido outros documentos que a equipe técnica julgar necessário para fins de identificação do caso e fixação do valor a ser ampliado, inclusive quanto à proporcionalidade a qual deverá se pautar em fundamentação que correspondente à deficiência e à demanda do acolhido para atividades diárias, especificando as limitações e os seus reflexos na rotina diária do acolhido e da família acolhedora.
§ 4º. A bolsa-auxílio será, excepcionalmente, destinada às famílias extensas, após avaliação da equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, com parecer favorável à reintegração familiar, quando for mais vantajoso ao acolhido.
§ 5º. O valor concedido a título de bolsa-auxílio será depositado em conta bancária específica, indicada para esta finalidade, pelo membro responsável designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.
§ 6º. O valor da bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, compreendendo alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, transporte, saúde, lazer, cultura e demais gastos necessários à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.
§ 7º. Nos casos em que o período de acolhimento seja igual ou inferior a 30 (trinta) dias, a família acolhedora fará jus ao recebimento da bolsa-auxílio de forma proporcional aos dias de permanência do acolhido, assegurando o pagamento mínimo correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal integral da bolsa-auxílio, ainda que o cálculo proporcional resulte em quantia inferior.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº. 188/2021, de 22 de março de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:E508DE55

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 140/2026 - EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 140/2026

Súmula: Exonera servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
96889	MARIA ALDENORA DE BARROS FREITAS	COORDENADOR GERAL DE CULTURA	01/02/2021	20/03/2026	A PEDIDO DO SERVIDOR

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:192CF3F8

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 126/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 126/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 396/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 396/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se

fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 018/2025.

ASSISTENTE SOCIAL 30 HRS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
03	INGRIDY ALVES DE SOUZA	3,3

Mandaguari, 20 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:3625750F

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 127/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 127/2026
CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 395/2024

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 395/2024. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 022/2025.

ENFERMEIRO TURNO DE REVEZAMENTO 12X36

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
08	CRISTIANE MENDES DE CARVALHO CATI	38,5

Mandaguari, 20 de março de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:85B72B5A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 033/2026 - NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº. 033/2026

Súmula: Nomeia, em substituição, servidora pública municipal para integrar a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada através da Portaria Nº 131/2025, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a pessoa abaixo relacionada para compor a **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, nomeada através da Portaria Nº 131/2025, de 17/12/2025, a saber:
Membro: JOSE PELLEGRINE RIBEIRO - Matricula 97294 (Presidente), em substituição à servidora Juliana Donha.
Membro: ANDERSON PINHEIRO DE OLIVEIRA - Matricula 2299 em substituição ao servidor Ronaldo Jacinto Julião
Membro: LUCIANO ANTONIO SOARES - Matricula 96468 em substituição ao servidor Paulo Sergio de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:26F395F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 034/2026 - PRORROGA PRAZO ESTABELECIDO PELA PORTARIA N° 132/2025, DE 17/12/2025,

PORTARIA Nº. 034/2026

Súmula: Prorroga prazo estabelecido pela Portaria N° 132/2025, de 17/12/2025, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 30 (Trinta) dias, o prazo estabelecido pela Portaria N° 132/2025, de 17/12/2025, para que a Comissão constituída pelo mesmo expeça o parecer conclusivo do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:8572E339

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO LEGISLATIVO 002 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2026
De 20 de março de 2026

SÚMULA: Abre crédito Adicional Especial no orçamento do Poder Legislativo Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, no uso das suas atribuições legais em obediência ao contido no artigo 44, II do regimento interno, e devidamente autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 1.501/2025, de 03 de dezembro de 2025 e Lei Municipal nº 1532/2026, de 19 de março de 2026, DECRETA:

Art. 1º Abre crédito Adicional Especial de R$ 225.000,00 no orçamento do Poder Legislativo Municipal, conforme a classificação orçamentária seguinte:
01 - Poder Legislativo
11.001 Câmara Municipal
01.031.0010.2001 Manutenção das Atividades da Câmara
3.3.90.33 – Passagens e despesa com locomoção..... 225.000,00

Art. 2° Para atendimento da alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
01 - Poder Legislativo
11.001 Câmara Municipal
01.031.0010.1003 Construção Sede da Câmara Municipal 225.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de março de 2026

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

GIZELLY APARECIDA LEAL DE CAMARGO
1º Secretária

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:BB2AF6F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2026
UASG 455978

O MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.105.550/0001-37, com sede na Praça Bom Jesus, n.° 44, Centro, Mandirituba, Paraná, CEP 83.800-058, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como das disposições constantes do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, e demais normas aplicáveis. O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, em dias úteis, ser visualizado na íntegra no site: www.mandirituba.pr.gov.br, www.gov.br/compras ou fornecido por solicitação ao e-mail: licitacoes@mandirituba.pr.gov.br.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Data da Sessão: 08 de abril de 2026 às 09h00.
Valor Máximo Estimado: R$ 796.627,68 (setecentos e noventa e seis mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).
Link: www.gov.br/compras
Portal de Compras do Governo Federal – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=MANDIRITUBA&status=recebendo_proposta&pagina=1
Mandirituba, 20 de março de 2026

ANA TERESA DO AMARAL PALÚ
Secretária Municipal de Obras e Urbanismo

Publicado por:
Carla Rafaela de Lima de Bastos
Código Identificador:79B5B918

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO 1845 2026

DECRETO N° 001845/2026 de 19 de Março de 2026

Abertura de crédito adicional especial - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001501/2025 de 05 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 60.270,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.451.0003.2067 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU,

4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0050) 60.270,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - (Grupo/Fonte 0050) 27.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 2.253,43

Art. 4° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

GRUPO/FONTE 0050 31.016,57

Art. 5 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aderbal Pires de Oliveira
Código Identificador:4D409EB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.846/2026

DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: "Revoga a publicação da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 002, de 18 de março de 2026, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 002, de 18 de março de 2026, foi publicada por este Poder Executivo;

CONSIDERANDO que a referida Emenda à Lei Orgânica Municipal foi promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, cabendo ao Poder Executivo tão somente sua publicação oficial;

CONSIDERANDO que a publicação do ato promulgação da Emenda à Lei Orgânica Municipal deve observar rigorosamente os termos do ato emanado do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que, no caso em tela, a publicação realizada incorreu em vício formal que compromete sua validade;

CONSIDERANDO a necessidade de sanear o vício administrativo e restabelecer a regularidade da publicidade dos atos oficiais,

DECRETA

Art. 1º Fica revogada a publicação da Emenda à Lei Orgânica Municipal n.º 002, de 18 de março de 2026, realizada por este Poder Executivo, porquanto eivada de vício formal que a torna insubsistente.

Art. 2º Os efeitos decorrentes da publicação ora revogada cessam a partir da data de publicação deste Decreto, restabelecendo-se a vigência dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal anteriormente vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**, revogadas as disposições em contrário.**

Mandirituba, 20 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:4870B2EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SECRETARIA SAUDE 01/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA – ESTADO DO PARANÁ, FELIPE CLAUDINO MACHADO por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE no uso de suas atribuições legais, e diante do resultado homologado do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, convoca o candidato aprovado, conforme lista abaixo e de acordo com vagas solicitadas pela Secretaria Saúde, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos do Município, na sede da Prefeitura Municipal, Rua Augusto Dissenha, nº 44 – Centro – Mandirituba-PR, com documentos de Identificação, para retirar a relação de documentos necessários para contratação, ou solicitar pelo fone whatsapp: 41 98862 04 63.
Data: 21 de março de 2026.
Horário: das 08:00 as 12:00, 13:00 as 15:00 h
O candidato terá até dia 25 de março de 2026 para entrega de toda documentação exigida, incluindo atestado médico para admissão, de forma que o não cumprimento ou manifestação, implicará em desistência do Processo Seletivo nº 01/2025.

Médico ESF.

Inscrição	Nome	Classificação	Pontuação
361909	Caroline Konzen Klein	13	10

Técnico em Enfermagem.

Inscrição	Nome	Classificação	Pontuação
APP	Kimberli Emanueli da Rocha	17	31

Mandirituba, 20 de março de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida Santiago Pereira
Código Identificador:DCEDC850

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.533/2026

DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Altera dispositivos que especifica da Lei Municipal n.º 1.446, de 26 de fevereiro de 2025, e dá outras providências."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1° Fica alterada a redação do art. 5º da Lei Municipal n.º 1.446, de 26 de fevereiro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto paritariamente por 10 (dez) membros titulares, sendo 05 (cinco) representantes da organização da sociedade civil e 05 (cinco) representantes de órgãos governamentais, para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Parágrafo Único. Não havendo entidades em quantidade suficiente no município para garantir a alternância no Conselho, será permitida a recondução por quantos períodos se fizerem necessários.

I – os representantes da Sociedade Civil serão oriundos de Entidades organizadas, diretamente ligadas à defesa e garantia de direitos, e/ou ao assessoramento, e/ou à representação e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano no município, representantes dos seguintes segmentos:

a) 01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência auditiva:
b) 01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência visual;
c) 01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência física;
d) 01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência intelectual;
e) 01 (um) representante de Entidade que atua na área de deficiência psicológica/sensorial.

§ 1º Não havendo no município Entidades representativas dos segmentos estabelecidos nas alíneas a, b, c, d ou e, do inciso I, a representação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, deverá ser composto por pessoa com deficiência (pessoa física), da respectiva área faltante, participante ativamente na defesa e garantia dos direitos do seu segmento.

§ 2º O representante da Entidade deverá preferencialmente ser pessoa com
deficiência;

II – o Poder Executivo indicará representantes governamentais das seguintes pastas:

I- 02 (dois) da Secretaria Municipal de Assistência Socia, sendo um da proteção social básica e um da proteção social especial;

II- 01 (um) da Secretaria Municipal de Saúde;

III- 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

IV- 01 (um) da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

(...)"

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 9º da Lei Municipal n.º 1.446, de 26 de fevereiro de 2025, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência contará com uma Mesa Diretora, composta de Presidente e Vice - Presidente.

Parágrafo único. O presidente e o vice-presidente serão eleitos entre seus membros para mandato de 01 (um) ano, permitida recondução por igual período, garantindo a alternância entre os segmentos da Sociedade Civil e governamental.

(...)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:DD294211

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
LEI N.º 1.534/2026

DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Revoga a Lei Municipal n.° 1.433, de 23 de dezembro de 2024".

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1° Fica expressamente revogada a Lei Municipal n.° 1.433, de 23 de dezembro de 2024, que "Altera a Lei Municipal nº 988/2018, acrescentando a Semana Municipal da Cultura Evangélica ao Calendário Oficial de Eventos do Município de Mandirituba e dá outras providências".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 20 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:681A27E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 125 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 58/2021;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora**, DENISE RIBEIRO DE LIMA DOS SANTOS,** matrícula 3943, no cargo de **ENFERMEIRO**, Classe 01, Nível A, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de 60% sobre seu salário base, conforme art. 15 da Lei Complementar 58/2021, designada para exercer a função de Coordenadora de Atenção Primaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos de 01 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:69ED791E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 126 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 58/2021;

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor**, DANIEL KYUBIN CHO,** matrícula 3452, no cargo de **MÉDICO ORTOPEDISTA**, Classe 04, Nível D, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de 40% sobre seu salário base, conforme art. 15 da Lei Complementar 58/2021, designado para exercer a função de Diretor Técnico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos de 01 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:0AD78A42

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 127 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 58/2021;

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora**, RENATA FRANCO CLAUDINO ARIATI,** matrícula 3943, no cargo de **NUTRICIONISTA II**, Classe 08, Nível D, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de 40% sobre seu salário base, conforme art. 15 da Lei Complementar 58/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos de 01 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:A6791F46

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 128 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar n. º 58/2021,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar, conforme disposto do Art. 47, da Lei 02/1991, de 22 de fevereiro de 1991, a servidora **TAIS LUCHEMIN DA SILVA,** matrícula n.º 4431, do cargo comissionado de **COORDENAÇÃO II**, símbolo **ACII**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:5A2DC9F5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 129 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Educador Infantil, a servidora **KELLY CRISTINA CALDERARO BATISTA**, matrícula 500447, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de março de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:C8916402

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 130 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **VILCELIA MINICOVSKI VICENTE**, matrícula 500500, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 19 de março de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:7927AD8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 131 DE 19 DE MARÇO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**,no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,
RESOLVE
Art. 1º Admitir as candidatas aprovadas no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionadas abaixo para exercerem as funções em caráter temporário, observada a ordem de classificação, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

PROFESSOR.

Mat.	Nome	Local de Trabalho	Data admissão
500550	Aline Fernanda da Silva Leite	Cmei Sarian J. de Andrade Assis	16/03/2026
500551	Ariane Machado de França	Cmei Sarian J. de Andrade Assis	16/03/2026
500552	Walquiria do Rosario Wengrzynski	Cmei Primeiros Passos	17/03/2026

Art. 2º O contratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Aparecida Santiago Pereira
Código Identificador:CAA9A1F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 132 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 058/2021,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo isolado de provimento em comissão, na conformidade do que dispõe o Inciso II do Art. 14, da Lei 02/1991**, TAIS LUCHEMIN DA SILVA** matrícula **4545**, para o cargo comissionado de **COORDENAÇÃO I,** símbolo **ACI**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**, a qual deverá planejar, organizar, coordenar e executar as atividades relacionadas à gestão de recursos humanos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, bem como os processos de credenciamento de profissionais, especialmente médicos, e a gestão de contratos de prestação de serviços terceirizados, assegurando a conformidade com a legislação vigente e a continuidade dos serviços de saúde. Compete ao cargo coordenar os processos de admissão, lotação, remanejamento e desligamento de servidores, controlar frequência, férias, licenças e afastamentos, elaborar e acompanhar escalas de trabalho, bem como apoiar o dimensionamento de pessoal conforme as necessidades dos serviços. Também é responsável por acompanhar o desempenho funcional, mediar conflitos e garantir o cumprimento das normas trabalhistas, estatutárias e regulamentos internos, mantendo atualizados os registros funcionais dos servidores e apoiando a realização de processos seletivos simplificados e concursos públicos. No âmbito do credenciamento, cabe ao ocupante do cargo coordenar e executar processos de credenciamento de prestadores de serviços de saúde, elaborar editais e termos de referência, analisar documentação de habilitação técnica, jurídica e fiscal, manter cadastro atualizado dos

profissionais credenciados, acompanhar a execução dos serviços, controlar vigência, prazos e renovações, bem como apoiar a organização da oferta de serviços conforme necessidade da rede. Quanto à gestão de contratos terceirizados, compete elaborar, acompanhar e fiscalizar contratos administrativos de prestação de serviços, controlar prazos, aditivos, reajustes e renovações, fiscalizar a execução contratual, conferir relatórios e validar medições para pagamento, atuar em conjunto com os setores de compras e jurídico e adotar medidas administrativas em caso de descumprimento contratual, garantindo o atendimento à legislação vigente, especialmente à Lei nº 14.133/2021. Adicionalmente, deverá elaborar relatórios gerenciais, pareceres técnicos e documentos administrativos, responder demandas de órgãos de controle, como Ministério Público, Tribunal de Contas e Controladoria, apoiar auditorias e participar do planejamento administrativo da Secretaria de Saúde, assegurando a organização dos processos, transparência e eficiência na gestão pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 20 de março de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:5E5898B4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 17-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: 52.197.627 FLAVIO RICARDO COUTINHO VEIGA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 17.724,33(Dezessete Mil, Setecentos e Vinte e Quatro Reais e Trinta e Três Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **09/03/2027**, conforme Pregão nº 6/2025 e Contrato original nº 17/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 20/03/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:FF4917C8

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO 18-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2025
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: A.C DOS SANTOS - CURSOS E TREINAMENTOS
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 42.890,58(Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa Reais e Cinqüenta e Oito Centavos)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **09/03/2027**, conforme Pregão nº 6/2025 e Contrato original nº 18/2025.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 20/03/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:40ECE00C

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 34-2022

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2022
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFANCIA
CLAUSULA PRIMEIRA: Do VALOR
O contrato fica aditivado no valor de **R$ 59.400,00(Cinqüenta e Nove Mil e Quatrocentos Reais)**.
CLÁUSULA SEGUNDA:
EXECUÇÃO DO OBJETO passa a ter a seguinte redação:
O prazo de execução do contrato fica aditivado até **08/04/2027**, conforme Processo inexigibilidade nº 1/2022 e Contrato original nº 34/2022.
CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 18/03/2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:1D7B24A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
CONTRATOS

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 036/2023 – PMM CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: K. ASTRISSI SERVIÇOS E LOCAÇÕES - ME
CNPJ: n. º 14.084. 423/0001-41
CLÁUSULA PRIMEIRA –
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e do prazo de execução contratual referente à prestação dos serviços de locação de veículo tipo caminhão equipado com cesto aéreo, conforme contratado originalmente, destinado ao atendimento das demandas

operacionais da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos do Município de Mangueirinha – PR.
RECURSOS FINANCEIROS – As despesas decorrentes da execução do CONTRATO continuarão a correr à conta das dotações orçamentá-rias já consignadas no instrumento contratual originário e no processo administrativo correspondente.
DATA DA ASSINATURA: 19 de março de 2026
Mangueirinha
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 083/2026 – PMM
REFERENTE A CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 014/2024 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADO: PIRÂMIDE PAVIMENTAÇÃO E CALÇADAS LTDA
CNPJ/MF: n.° 39.741.346/0001-86
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia consistente na prestação de serviço de pavimentação poliédrica (calçamento) em estradas vicinais do Município de Mangueirinha/PR, relativa ao Convênio SPOA/SE/MAPA nº 955826/2024, conforme especificações, quantitativos, projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, Termo de Referência, Edital e proposta apresentada pela Contratada, que passam a integrar o presente instrumento, independentemente de transcrição.
A execução do objeto abrangerá os seguintes trechos:
a) Pouso Alegre (300,00 m);
b) Baixada Schmidt (300,00 m);
c) Serra do Jorjão – Trecho I (200,00 m);
d) Serra do Jorjão – Trecho II (165,00 m);
e) Serra do Jorjão – Trecho III (399,00 m);
f) Comunidade do Portão (150,00 m);
g) Campina Bela/Linha Euzébio (115,00 m).
VALOR: R$ 518.321,60 (quinhentos e dezoito mil trezentos e vinte e um reais e sessenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente do Município de Mangueirinha/PR, observadas as classificações orçamentárias aplicáveis e eventuais atualizações realizadas pelo setor competente.
EXECUÇÃO: Conforme Edital
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2026.
Mangueirinha,
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 007/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: CARLOS R. MENEGHETTI & CIA LTDA - EPP
CNPJ: n° 00.525.128/0001-79
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor mensal da locação, previsto na Cláusula Oitava do contrato original, em face da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de 12 (doze) meses
DO VALOR REAJUSTADO – Fica reajustado o valor mensal da locação o percentual de ***4,60846% (quatro vírgula seis zero oito quatro seis por cento)***, referente à variação do IPCA acumulado entre janeiro/2025 e janeiro/2026.
RECURSOS FINANCEIROS – As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente do Município de Mangueirinha, próprias para atender a despesas desta natureza, conforme classificação programática e funcional constante do processo administrativo cor-respondente.
DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2026
Mangueirinha
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:EDC433AD

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 084/2026

DECRETO Nº. 084, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Nomeia Marcia Regina Lima, para a função de Coordenação de Manutenção, Iluminação e Segurança dos Prédios Públicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a contar de 10 de março de 2026, **Marcia Regina Lima, CI/RG nº 9.***.***-0,** para a função de Coordenação de Manutenção, Iluminação e Segurança dos Prédios Públicos, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas na Lei Municipal nº 2077/2019, com símbolo FG-05.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:7D239DEB

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 085/2026

DECRETO Nº. 085, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Nomeia Eraudo Godinho, para a função de Gestor Ambiental e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado a contar de 10 de março de 2026, **Eraudo Godinho, CI/RG nº 8.***.***-5,** para a função gratificada de Gestor Ambiental, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo Único. As atribuições do cargo estão contidas na Lei Municipal nº 2077/2019, com símbolo FG-05.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:BEABDBE7

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15 PSS ESTAGIÁRIOS 002/2025

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, PR**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Edital nº 002/2025, visando o preenchimento de vagas de estágio não obrigatório e remunerado, TORNA PÚBLICA a **13ª CONVOCAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**, a saber:

CR - Ensino Médio com Técnico em Administração				
N°	Nome	CPF	Situação	Nota
4	Mariane dos Santos Gubert	11392247942	Deferido (a)	9,55
5	Larissa correa de Oliveira	11691388963	Deferido (a)	9,41
6	Giovanna de Lirio Fernandes	9292115960	Deferido (a)	9,23

Os candidatos convocados devem comparecer no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mangueirinha, PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, portando seus documentos pessoais, bem como deverão apresentar número de conta bancária (CAIXA) para pagamento da Bolsa-Estágio. O não comparecimento dentro do prazo estipulado acarretará o chamamento do próximo candidato aprovado.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Mangueirinha, PR, 18 de março de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:AE5F3935

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 003/2026

PORTARIA N.º 003/2026, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para atuar em conjunto com os servidores do IDR - Paraná.

O Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **LEANDRO DORINI**, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o TERMO DE COOPERAÇÃO celebrado entre o Município de Mangueirinha e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR - EMATER para o planejamento, a coordenação e a execução de ações e programas de assistência técnica e extensão rural,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, para atuar em conjunto com os servidores do IDR - PARANÁ; o Servidor Público Municipal Sr. Antônio Carlos Nunes Vilela, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, RG nº 4.***.***-5 e CPF nº 462.***.***-00, com carga horária de 20h semanais.
Parágrafo Único - O servidor acima designado deverá cumprir o expediente de trabalho no Escritório local do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR – EMATER.
Art. 2º. O servidor designado no artigo anterior, está habilitado a desempenhar as atividades pactuadas no Termo de Cooperação Técnica, firmado entre o Município de Mangueirinha e o IDR – PARANÁ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de março de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:538678F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE DESIGNAÇÃO Nº 026/2026

Súmula: Nomeia Gestor e Fiscal de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os Contratos Administrativos nº 028/2026 e nº 029/2026, oriundos do Processo Licitatório na modalidade de Dispensa nº 008/2026, Processo Administrativo nº 025/2026, firmado com as empresas: **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA e DEPÓSITO CONSTRULAR LTDA;**
RESOLVE:
Art. 1º
DESIGNAR a servidora Darlene Barbosa de Souza, matrícula nº 6336, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, como GESTOR DOS CONTRATOS nº 028/2026 E nº029/2026.
Art. 2º
DESIGNAR a servidora Dulce Aparecida de Barros Mota, matrícula nº 6338, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, como FISCAL DOS CONTRATOS nº 028/2026 e nº029/2026
Art. 3º
São atribuições do **Gestor do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Zelar para que o contrato esteja em conformidade com a legislação aplicável;
II – Diligenciar para que a execução contratual ocorra conforme previsto no edital;
III – Acompanhar a execução do contrato, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;
IV – Atuar como interlocutor entre a Administração e a contratada;
V – Prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do contrato;
VI – Zelar pelo cumprimento integral do objeto contratual;
VII – Emitir Termo de Conclusão, atestando o término do contrato e o cumprimento do objeto;
VIII – Registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
Art. 4º
São atribuições do **Fiscal do Contrato**, entre outras pertinentes:
I – Conhecer integralmente o edital, o contrato e seus aditivos;
II – Anotar as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
III – Determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos;
IV – Fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos;
V – Acompanhar a formalização, a execução e a prestação de contas, quando houver transferência de recursos financeiros.
Art. 5º
Revogadas as disposições em contrário, este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 19 de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:445BE9B4

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO/EDITAL DE DISPENSA.

Dispensa por menor valor: nº 008/2026.
Processo Administrativo: nº 025/2026.

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE MARILENA/PR, por meio do Departamento Administrativo, realizará dispensa de baixo valor, com critério de julgamento MENOR PREÇO por lote, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, destinados a atender de forma eficiente as demandas da Secretaria Municipal de Educação, tais como as escolas municipais Padre Nelson Ângelo Rech e Naymi Abrão Nasser e centros de educação infantil José Henrique Palma e Anjo da Guarda, Cozinha Piloto e Motoristas responsáveis pelo Transporte Escolar, do município de Marilena/Pr.**; conforme in/seges 067/2021.
Art. 7º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º.
§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.
§ 5º O procedimento do § 4º será realizado por meio de solicitação formal de cotações a fornecedores.

Data da Publicação no Diário Oficial: 01/08/2025. https://www.diariomunicipal.com.br/amp:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento: III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial. Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão: I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato; II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

INTERVALO MÍNIMO: Dispensado.

Durante o período do intervalo mínimo, ainda que dispensado, a empresa licitante poderá apresentar impugnação ao Aviso de Dispensa, na qual será apreciado e julgado após divulgação do decreto de homologação, em decisão própria ou conjunta a do recurso.

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de
obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;
II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.
OBJETO: Dispensa de licitação por menor valor para aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, destinados a atender de forma eficiente as demandas da Secretaria Municipal de Educação, tais como: escolas municipais Padre Nelson Ângelo Rech e Naymi Abrão Nasser e centros de educação infantil José Henrique Palma e Anjo da Guarda, Cozinha Piloto e Motoristas responsáveis pelo Transporte Escolar, do município de Marilena/Pr.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: **DE R$ 6.498,44 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).**

Marilena-PR, 19 de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

NÚMERO DO PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº008/2026.
N° DO PROCESSO: 025/2026.

CATEGORIA DO ETP: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, DESTINADOS A ATENDER DE FORMA EFICIENTE AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TAIS COMO: ESCOLAS MUNICIPAIS PADRE NELSON ÂNGELO RECH E NAYMI ABRÃO NASSER E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ HENRIQUE PALMA E ANJO DA GUARDA, COZINHA PILOTO E MOTORISTAS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR.

1. INTRODUÇÃO
O PRESENTE DOCUMENTO CARACTERIZA A PRIMEIRA ETAPA DA FASE DE PLANEJAMENTO E APRESENTA OS DEVIDOS ESTUDOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO QUE ATENDERÁ À NECESSIDADE ABAIXO ESPECIFICADA. O OBJETIVO PRINCIPAL É ESTUDAR DETALHADAMENTE A NECESSIDADE E IDENTIFICAR NO MERCADO A MELHOR SOLUÇÃO PARA SUPRI-LA, EM OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS VIGENTES E AOS PRINCÍPIOS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

2. OBJETO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA TRATAR DA NECESSIDADE DE COMPRA DIRETA, POR DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, DESTINADOS A ATENDER DE FORMA EFICIENTE AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TAIS COMO: ESCOLAS MUNICIPAIS PADRE NELSON ÂNGELO RECH E NAYMI ABRÃO NASSER E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ HENRIQUE PALMA E ANJO DA GUARDA, COZINHA PILOTO E MOTORISTAS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR.

3. SECRETARIA REQUISITANTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
RESPONSÁVEL: DARLENE DE SOUZA BARBOSA.

4. LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E COZINHA PILOTO.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
O PRESENTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR TEM POR FINALIDADE ANALISAR A VIABILIDADE DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR.
A CONTRATAÇÃO SE FAZ NECESSÁRIA PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A INTEGRIDADE FÍSICA DOS SERVIDORES QUE DESEMPENHAM SUAS ATIVIDADES NAS UNIDADES EDUCACIONAIS, INCLUINDO AS ESCOLAS MUNICIPAIS PADRE NELSON ÂNGELO RECH E NAYMI ABRÃO NASSER, OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ HENRIQUE PALMA E ANJO DA GUARDA, BEM COMO OS PROFISSIONAIS DA COZINHA PILOTO E OS MOTORISTAS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR

6. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

FUNDAMENTAÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO; (INCISO II DO § 1° DO ART. 18 DA LEI 14.133/21).
DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO,

JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO; (ART. 7°, INCISO IX DA IN 40/2020).

COMENTÁRIOS: O MUNICÍPIO ENCONTRA-SE EM TRANSIÇÃO PARA A NOVA LEI DE LICITAÇÕES, E CONSIDERANDO QUE O MUNICÍPIO POSSUI MENOS DE 20.000 (VINTE MIL) HABITANTES, POSSUÍA A EXCEÇÃO DO ART. 176 DA LEI N° 14.133/2021.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

FUNDAMENTAÇÃO: LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.
(INCISO V DO § 1° DO ART. 18 DA LEI 14.133/2021).
DIANTE DA NECESSIDADE DO OBJETO DESTE ESTUDO, FOI REALIZADO O LEVANTAMENTO DE MERCADO NO INTUITO DE PROSPECTAR E ANALISAR SOLUÇÕES PARA A PRETENSA CONTRATAÇÃO, QUE ATENDAM AOS CRITÉRIOS DE VANTAJOSIDADE PARA A ADMINISTRAÇÃO SOB OS ASPECTOS DA CONVENIÊNCIA, ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA. PARA FINS DE ORÇAMENTAÇÃO E ANÁLISE DE VANTAJOSIDADE DA SOLUÇÃO, FORAM UTILIZADOS ORÇAMENTOS ENVIADOS POR EMPRESAS DO MESMO RAMO DE ATIVIDADE LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O MAIS VANTAJOSO PARA O MUNICÍPIO.

8. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO E QUANTIDADES

FUNDAMENTAÇÃO: ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS
UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DQUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEUSIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (INCISO VI DO § 1° DA LEI 14.133/21 E ART. 7°, INCISO VIDA IN 40/2020).
O CUSTO ESTIMADO FOI ELABORADO COM BASE NOS ORÇAMENTOS FORNECIDOS POR EMPRESAS DO RAMO EM TESE:

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

FUNDAMENTAÇÃO
AS FUNÇÕES EXERCIDAS POR MERENDEIRAS, SERVIÇOS GERAIS E MOTORISTAS ENVOLVE EXPOSIÇÃO A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS, ALÉM DE RISCOS ERGONÔMICOS E MECÂNICOS. DESSA FORMA, A DISPONIBILIZAÇÃO DE EPIS ADEQUADOS ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DAS NORMAS REGULAMENTADORAS VIGENTES, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL.
ADEMAIS, A AQUISIÇÃO CONTRIBUI PARA A CONTINUIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS EDUCACIONAIS PRESTADOS À COMUNIDADE, REDUZINDO AFASTAMENTOS POR ACIDENTES OU DOENÇAS OCUPACIONAIS E PROMOVENDO MAIOR EFICIÊNCIA NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES. ASSIM, A PRESENTE CONTRATAÇÃO MOSTRA-SE NECESSÁRIA E INDISPENSÁVEL PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E PARA A VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO.
FUNDAMENTAÇÃO: JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO. (INCISO VIII DO§ 1° DO ART. 18 DA LEI 14.133/21 E ART. 7°, INCISO VII DA IN 40/2020).

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI TEM COMO OBJETIVO PRINCIPAL GARANTIR A SEGURANÇA, A SAÚDE E A INTEGRIDADE FÍSICA DOS SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR, ABRANGENDO AS UNIDADES ESCOLARES ESCOLA MUNICIPAL PADRE NELSON ÂNGELO RECH, ESCOLA MUNICIPAL NAYMI ABRÃO NASSER, OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ HENRIQUE PALMA E ANJO DA GUARDA, BEM COMO OS PROFISSIONAIS DA COZINHA PILOTO E OS MOTORISTAS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR.
COM A IMPLEMENTAÇÃO DESTA AQUISIÇÃO, PRETENDE-SE ALCANÇAR OS SEGUINTES RESULTADOS:
· **REDUÇÃO DE RISCOS OCUPACIONAIS**, MINIMIZANDO A EXPOSIÇÃO DOS SERVIDORES A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES;
· **PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO**, POR MEIO DO FORNECIMENTO ADEQUADO E CONTÍNUO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO APROPRIADOS ÀS FUNÇÕES EXERCIDAS;
· **ATENDIMENTO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO**, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, ESPECIALMENTE AS NORMAS REGULAMENTADORAS APLICÁVEIS;
· **PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE DE TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL**, CONTRIBUINDO PARA O BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES LABORAIS;
· **AUMENTO DA EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE**, UMA VEZ QUE SERVIDORES DEVIDAMENTE PROTEGIDOS DESEMPENHAM SUAS ATIVIDADES COM MAIOR SEGURANÇA E CONFIANÇA;
· **REDUÇÃO DE AFASTAMENTOS E CUSTOS INDIRETOS**, DECORRENTES DE ACIDENTES E DOENÇAS OCUPACIONAIS;
· **VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**, DEMONSTRANDO O COMPROMISSO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL COM A PROTEÇÃO E DIGNIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO.
DESSA FORMA, A AQUISIÇÃO DOS EPIS SE MOSTRA INDISPENSÁVEL PARA ASSEGURAR O PLENO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS E DE APOIO, GARANTINDO A CONTINUIDADE E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR.

12. PROVIDENCIAS PREVIAS AO CONTRATO.

FUNDAMENTAÇÃO: PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO; (INCISO X DO § 1° DO ART. 18 DA LEI 14.133/21 E ART. 7°, INCISO XI DA IN 40/2020).
COMENTÁRIOS: AS PROVIDENCIAS SERÃO ELENCADAS NO CONTRATO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ASSEGURANDO-SE O MUNICÍPIO DE TODOS OS MEIOS LEGAIS PARA TOTAL EXECUÇÃO, BEM COMO A APLICABILIDADE DE PENAS E SANÇÕES AO LICITANTE EM CASO DE NÃO ATENDIMENTO.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES .
FUNDAMENTAÇÃO: CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES. (INCISO XI DO § 1° DO ART. 18 DA LEI 14.133/21 E ART. 7°, INCISO VIII DA IN 40/2020).
NÃO EXISTEM CONTRATAÇÕES CORRELATAS REFERENTES A ESTE OBJETO.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

OS ESTUDOS PRELIMINARES EVIDENCIARAM QUE A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO PROPOSTA PELO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, MOSTRA-SE POSSÍVEL TECNICAMENTE E FUNDAMENTADAMENTE NECESSÁRIA.
DIANTE DO EXPOSTO, DECLARA-SE SER VIÁVEL ESTA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, DE PESSOA JURÍDICA PARA COMPRA DO ITEM CITADO ACIMA.
ESTA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DECLARA VIÁVEL ESTA AQUISIÇÃO COM BASE NESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

15. RESPONSÁVEIS

_____
DARLENE DE SOUZA BARBOSA
Secretário de Educação e Cultura

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:43F9484F

COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 112/2026.

SÚMULA: HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº008/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº025/2026.

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica Homologado o resultado do Processo de Dispensa de Licitação nº 008/2026, após acatar o resultado de julgamento da Comissão Municipal de Licitação, cujo objeto é **aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI, destinados a atender de forma eficiente as demandas da Secretaria Municipal de Educação, tais como: escolas municipais Padre Nelson Ângelo Rech e Naymi Abrão Nasser e centros de educação infantil José Henrique Palma e Anjo da Guarda, Cozinha Piloto e Motoristas responsáveis pelo Transporte Escolar, do município de Marilena/Pr.**

ARTIGO 2º - Fica Adjudicado o objeto do Processo Licitatório na modalidade Dispensa de Licitação nº 008/2026, em favor das empresas: **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA,** inscrita no **CNPJ:10.675.016/0001-58,** com sua proposta no valor de R$ 4.288,57 (quatro mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) e **DEPÓSITO CONSTRULAR LTDA**, inscrita no **CNPJ:01.256.482/0001-08,** com sua proposta no valor de R$ 2.209,87 (dois mil, duzentos e nove reais e oitenta e sete centavos).

ARTIGO 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, EM 19 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:8D013F25

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 028/2026 E Nº 029/2026

ESPÉCIE: CONTRATO DE AQUISIÇÃO.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADAS: **K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA; CNPJ:10.675.016/0001-58** e **DEPÓSITO CONSTRULAR LTDA**; **CNPJ:01.256.482/0001-08.**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, DESTINADOS A ATENDER DE FORMA EFICIENTE AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TAIS COMO: ESCOLAS MUNICIPAIS PADRE NELSON ÂNGELO RECH E NAYMI ABRÃO NASSER E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOSÉ HENRIQUE PALMA E ANJO DA GUARDA, COZINHA PILOTO E MOTORISTAS RESPONSÁVEIS PELO TRANSPORTE ESCOLAR, DO MUNICÍPIO DE MARILENA/PR

VALOR**:** R$6.498,44 (SEIS MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS)

Fontes de Recursos:
05.001.12.782.0003.2029.3.3.90. – **Transporte Escolar** – MATERIAL DE CONSUMO
151 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
152 - 31118 – PNATE – Transporte Escolar – Exercício Corrente
153 – 31123 – PETE 2007 – Exercício corrente
05.003.12.361.0003.2035.3.3.90. – **Ensino Fundamental(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
191 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
192 - 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica
05.003.12.365.0003.2036.3.3.90. – **Pré Escola(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
205 - 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica
05.004.12.361.0003.2041.3.3.90. – **Ensino Fundamental(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
216 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.004.12.365.0003.2042.3.3.90. – **Pré Escola(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
228 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.005.12.365.0003.2047.3.3.90. – **Creche(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
241 - 1103 – 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
05.006.12.365.0003.2051.3.3.90. – **Creche(1103/1104)** – MATERIAL DE CONSUMO
525 - 1104 – Demais impostos vinculados à educação básica

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O PRAZO DE EXECUÇÃO SERÁ DE 60(SESSENTA) DIAS, E O PRAZO DE VIGÊNCIA SERÁ DE 90(NOVENTA) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.

MARILENA-PR, EM 19 DE MARÇO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito

Publicado por:
Cristiane Spila da Silva
Código Identificador:163A0643

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 113/2026.

MUNICIPIO DE MARILENA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 113/2026 de 20/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2371/2025 de 16/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 9.950,87 (nove mil novecentos e cinqüenta reais e oitenta e sete centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.22.661.0008.1.147.		Construção de Barracão Industrial - L 3	
454 - 4.4.90.51.00.00	850	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.950,87
Total Suplementação:			**9.950,87**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
10.001.22.661.0008.1.147.		Construção de Barracão Industrial - L 3	
455 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	9.950,87
Total Redução:			**9.950,87**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:33B9CB3C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 018/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CELIO LELIS DA MATA, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei:

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 001/2025, a comparecer no Prédio da Prefeitura Municipal no departamento do RH até o dia 24 de Março de 2026, munido dos documentos constante do item 9 e os documentos complementares no ato da posse.

Cargo: Cozinheiro(a)
Classificação: Nome:

06º	**Marli de Alencar Silva Oliveira**

Esclarece também, que o não comparecimento no dia e local determinado implicará em, renuncia tácita do direito de assumir o cargo.
E após, cumprida as exigências legais implícitas no regulamento e nas Leis, os aprovados serão admitidos pelo Município de Marilena.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.
Prefeitura do Munícipio de Marilena, Estado do Paraná aos 20 dias do Mês de Março de 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:EC0B1FC2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO FINANCEIRA AO CONTRATO Nº. 077/2025.

ESPÉCIE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS;

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA - PR, CNPJ Nº 75.971.010/0001-73.

CONTRATADA: PARANÁ PAVIMENTAÇÃO E CONCRETO LTDA - CNPJ 53.594.777/0001-98.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, PARA A CONCLUSÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS EM CBUQ, (CONCLUSÃO SAM62), COM ÁREA DE 6.531,27 M², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO FIO COM SARJETA, SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO DE TRANSITO, DRENAGEM, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM TRECHOS DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR, **SAM 68 PROCESSO N° 02**, CONFORME EDITAL E PASTA TÉCNICA.

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 1.039.990,00 (UM MILHÃO TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

FONTE DE RECURSOS:
09.002.17.451.0009.1123.4.4.90.51 – PAVIMENTAÇÃO E RECAPE DE VIAS URBANAS – PPU 2023 – OBRAS E INSTALAÇÕES
369 – 01000 – RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) – EXERCÍCIO
368 – 619 – BFP – PAV E REC. BARRAC. INDUST. GIN. ESPORT. E URBAN.

MEDIANTE SOLICITAÇÃO E PARECER TÉCNICO PARA FORMALIZAÇÃO DE ADITIVO DE SUPRESSÃO ENVIADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE, AO REFERIDO CONTRATO, SENDO O SEGUINTE:

ALTERA-SE EM REAJUSTE DE VALOR AO CONTRATO: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO MEDIANTE DISPOSTO NO **ART. 124, INCISO I, ALÍNEA 'B'** DA LEI Nº 14.133/2021, ALTERA-SE EM SUPRESSÃO DO VALOR SOBRE O CONTRATO CONFORME MENCIONADO.

DA SUPRESSÃO DO VALOR DO CONTRATO:

MEDIANTE O ART. 124 E 125 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, **FAZ SE A SUPRESSÃO DO VALOR DO CONTRATO** DE APROXIMADAMENTE 2,62% (DOIS VIRGULA SESSENTA E DOIS POR CENTO) SENDO CONSEQUENTEMENTE O VALOR DE **R$ 26.608,50 (VINTE E SEIS MIL, SEISCENTOS E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**. MEDIANTE OS VALORES APRESENTADOS O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL PASSARÁ DE **R$ 1.039.990,00** (UM MILHÃO TRINTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS), PARA **R$ 1.013.381,50** (UM MILHÃO E TREZE MIL, TREZENTOS E OITENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). A REFERIDA SUPRESSÃO FOI FIRMADA UMA VEZ QUE A EMPRESA JÁ EXECUTOU A CONCLUSÃO TOTAL DA OBRA PROPORCIONANDO ECONOMICIDADE AOS COFRES PÚBLICOS.

ESTE EXTRATO ENTRARÁ EM VIGOR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO PERMANECENDO INALTERADAS AS

DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS E NÃO ALTERADAS POR ESTE INSTRUMENTO.

MARILENA-PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
Contratante

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:7F005B83

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI Nº 2398/26

Lei nº 2398/26

Súmula: Denomina a Cancha de Bocha de "Cancha de Bocha Mané Salgado".

Celio Lelis da Mata, Prefeito do Município de Marilena, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc..., faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte,

LEI:

Artigo 1º) - Fica denominada de "CANCHA DE BOCHA MANÉ SALGADO" a cancha de bocha fica localizada no perímetro urbano da cidade de Marilena na área de Lazer do Parque Iracema.

Artigo 2º) – Revogadas às disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marilena, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março de 2.026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:7E0C629E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 4835/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Operação de Crédito para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 3.000.000,00 (três milhões) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
11.001.0015.0452.0111.2040	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	3.000.000,00	00614

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo
Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Operação de Crédito
no valor de 3.000.000,00 (três milhões) na fonte de recurso 00614.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei , fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.

Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei , de - Lei do PPA 2026/2029, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 18 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:5EA21189

GABINETE
DECRETO Nº 4836/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação no valor de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
02.002.0004.0122.0102.2002	3449052000000000000	Equipamentos e material permanente	5.400,00	00515

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, abrir por Superávit Financeiro no valor de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) na fonte de recurso 00515.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 19 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:82BD204C

GABINETE
DECRETO Nº 4837/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 338.011,81 (trezentos e trinta e oito mil, onze reais e oitenta e um centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 338.011,81 (trezentos e trinta e oito mil, onze reais e oitenta e um centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
10.001.0018.0542.0110.2037	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	338.000,00	00772
05.001.0028.0846.0105.4	3333093000000000000	Indenizações e restituições	11,81	00786

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 338.011,81 (trezentos e trinta e oito mil, onze reais e oitenta e um centavos) nas fontes de recursos 00772 e 00786.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 19 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:4FD5F550

GABINETE
DECRETO Nº 4838/2026

Abre o Crédito Suplementar por Anulação de dotação no Orçamento Geral do Município de Matinhos no valor de R $ 60.000,00 (sessenta mil reais) e alterar no PPA 2026/2029 e na LDO 2026 e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento de 2026, em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na forma abaixo especificada:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0112.2028	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	60.000,00	00303

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a Anular dotação no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)** conforme segue abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0302.0112.2028	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	60.000,00	00369

Art. 3º – Fica alterado o Anexo da Lei Municipal n° 2723, de Dezembro de 2025 – PPA 2026/2029, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional, instituindo-se para tal junto à matéria orçamentária em execução.
Art. 4º – Fica alterada a Lei nº. 2724 de 01 de Dezembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026, e suas alterações, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas inerentes a execução da Secretaria.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso Mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 20 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:2C9AD3E4

GABINETE
DECRETO Nº 4839/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 170.329,39 (cento e setenta mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2727 de 01 de dezembro de 2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação para o exercício de 2026 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 170.329,39 (cento e setenta mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
12.001.0010.0301.0112.2027	3319011000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	91.571,73	01064
12.001.0010.0301.0112.2027	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	14.843,90	01064
12.001.0010.0301.0112.2027	3319113000000000000	Contribuições patronais	19.325,25	01064
12.001.0010.0301.0112.2027	3339046000000000000	Auxílio-alimentação	5.170,00	01064
12.001.0010.0302.0112.2028	3319016000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	39.418,51	00303

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, a abrir por Excesso de Arrecadação no valor de R$ 170.329,39 (cento e setenta mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e nove centavos) nas fontes de recursos 01064 e 00303.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2724, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2026, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.
Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2723, de Dezembro de 2025 - Lei do PPA 2026/2029 em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2026.
Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.
Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Matinhos, 20 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EE7230C7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
ATA DA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – MATINHOS PREV

Aos 20 (vinte) dias do mês de março de 2026, às 10:00, reuniu-se, virtualmente, por meio da plataforma Teams, o Comitê de Investimento, presentes, o presidente Alessandro Koiti Ymai, e os membros Marlise Alboit Ramos, Roberta de Oliveira D'Amato e Henrique Buck Zella, ausente Izabel Cristina Cordeiro Pereira, que solicitou sua saída do Comitê de Investimentos devido à assunção de função incompatível com a função de membro do Comitê de Investimentos. O presidente deu início à reunião e apresentou o resultado da carteira de investimentos no mês de fevereiro. A rentabilidade da carteira de investimentos foi de 1,91% no mês, acumulando 3,81%. A meta no mês foi de 1,16%, acumulando no ano 1,96%. O gap acumulado é de 1,85 p.p. O presidente chamou a atenção para o rendimento do fundo de investimento BRAZILIAN GRAVEYARD AND DEATH CARE SERVICES FII (CARE11). No relatório da consultoria contratada, o rendimento foi de 378,57%, equivalente a 1.178.240,00 de reais. Entretanto, de acordo com o extrato da conta, o rendimento foi de (-) 13.440,00 de reais. O saldo em 30/01/2026 era de 313.600,00, referente à 280.000 cotas. O saldo em 27/02/2026 era de 300.160,00 de reais, referente à 56.000 cotas. A redução da quantidade de cotas decorre de inplit ocorrido no mês. O presidente do comitê informou aos membros que solicitará à consultoria contratada a verificação da rentabilidade real da carteira. Na sequência, o presidente do comitê passou a demonstrar o rendimento individual de cada aplicação, informando que o retorno dos ativos foi positivo. Ressaltou, inclusive, a performance positiva dos ativos enquadrados. Ressaltou ainda que os enquadrados são aqueles do art. 7, I, da Res 5.275/2025. Os demais fundos estão desenquadrados e deverão ser realocados nos fundos do art. 7, I. O membro Roberta questionou se a consultoria Lema havia encaminhado o relatório solicitado de análise de alocação dos recursos disponíveis e desenquadrados, ao que respondeu o presidente que, ainda não. Marlise questionou o valor da "Disponibilidade" de 3 milhões de reais que está em conta corrente. O presidente, após conferir as informações, informou que são os valores que estão na conta do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Destes, havia em conta corrente 2,4 milhões de reais na CEF. Parte foi utilizada para pagamento da folha, restando 1,9 milhões. A alocação do recurso do Banco do Brasil já foi decidido na reunião anterior. O presidente então colocou em votação a alocação dos recursos em "Disponibilidade" no banco CEF, dado o fato do valor ultrapassar o percentual em relação ao patrimônio do RPPS de 1%, que permite o Gestor de Recursos realizar resgates e aplicações, conforme definido na Política Anual de Investimentos. O presidente do comitê sugeriu que os recursos fossem aplicados no fundo de investimento CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF, ao que todos votaram, sim. Quanto à parte disponível no Banco do Brasil, depende do credenciamento a ser realizado nesta data. O presidente então perguntou se resta alguma dúvida quanto ao tema, ao que responderam, não. O presidente passou então para o relatório de riscos. Informou que fora definido na política de investimentos, como parâmetro, o VaR de 0,65 para gerenciamento de risco dos ativos de renda fixa. A performance dos ativos de renda fixa do art. 7, I tiveram inferiores ao parâmetro estabelecido, não sendo necessário a adoção de nenhuma alteração. Encerrado o tópico, o presidente do comitê passou as sugestões de alteração da Política de Investimentos, devido ao atual nível no Pró-Gestão do MATINHOS PREV e ao fato de não haver mais a acumulação de funções de presidente previdenciária e gestor de recursos. O comitê aprovou as alterações a seguir discriminadas: i) expansão da descrição do tópico *Unidade Gestora*, detalhando as funções do Presidente Previdenciário, Diretoria Administrativa, Financeira e Previdenciária, Tesoureiro, e Gestor de Recursos, todos conforme determina a Lei Municipal; ii) No tópico *Alçada da Diretoria Executiva*, alterar o percentual limite para deliberação de resgates e aplicação de 1% para 2% do valor do patrimônio e a inclusão de utilização preferencial de recursos em fundos desenquadrados durante o período de transição da Res 5.272/2025 de até 02 anos; iii) alterar a estratégia para que a carteira do RPPS seja constituída apenas de ativos do art. 7,I da REs 5.272/2025 e exclusão do procedimento de alocação *Constant Mix*; iv) excluir os parâmetros de gerenciamento de risco para os segmentos de renda variável e estruturados e do segmento de investimento no exterior, dado que a aplicação nestes segmentos viola a Res 5.272/2025, no nível Pró-Gestão atual do RPPS; v) adequação do texto do tópico do Risco de Crédito para os ativos do art. 7, I da Res 5.272/2025. Na sequência, o presidente apresentou os principais tópicos do relatório de panorama econômico elaborado pela Lema Consultoria para o mês de março. O relatrio constata que os sinais de panorama econômico são mistos. O PIB cresceu 2,3% em relação ao PIB do ano 2024, com destaque para os Setor Agropecuária que cresceu 11,7%. Os setores de Serviços e Indústria cresceram 1,8% e 1,4% respectivamente. Ambiente de juros elevados que iniciou desaceleração do ritmo de expansão. O PMI de fevereiro de 2026 subiu de 49,9 para 51,3 pontos, indicando o retorno ao campo da expansão. A confiança do consumidor apresentou queda de 1,2 ponto, pessimismo com o futuro devido ao endividamento e juros restritivos. O mercado de trabalho demonstrou resiliência, apesar da desaceleração, com abertura de 112,3 mil vagas. O desemprego, de acordo com o PNAD, registrou o menor patamar histórico, 5,4%. O IPCA foi de 0,70%, acumulando em 12 meses 3,81%. A Selic estava em 15%, sinalizando cautela geopolítica e fiscal. No cenário internacional, os EUA registraram o Payroll de fevereiro fraco com -92 mil vagas e manutenção da taxa de juros em 3.5% e 3,75%. Na Europa a inflação acelerou para 1,9% e o crescimento do PIB da Zona do Euro foi modesto, 0,2%. Na china a meta de crescimento para 2026 situa-se entre 4,5% e 5,0%. Exportações robustas (+21,8%), mas consumo interno frágil. Destaque pare tensão geopolítica entre EUA e Irã, elevando o preço do petróleo. A renda variável no Brasil apresentou variação positiva de 4,09%. O S&P um queda de 0,87% e o BDRX com queda de 5,06%. Na renda fixa, o IMA-B 5+ registrou 2,24%, superando o CDI (1,00%). Do relatório Focus, verificou-se o aumento do IPCA, PIB e Selic no ano de 2026 e valorização cambial. Questionados os membros se havia algum tópico que gostariam de acrescentar, foi solicitado pelo membro Roberta o monitoramento diário da resposta do TEC-PR no caso CARE11, pela Procuradoria do Município, ou Controladoria, ou a verificação do acesso para acompanhamento. Aproveitando o tópico, o presidente colocou em votação a possibilidade de venda das cotas ao preço de mercado. Os membros Roberta, Marlise e Henrique, votaram por verificar como outros RPPS estão procedendo quanto ao preço de venda, considerando o fato da Consultoria Contratada sugerir a venda a um preço superior ao de mercado para minimizar perdas, ressaltando a importância do ato de venda. O presidente do comitê votou pela venda a preço de mercado. O membro Roberta lembrou o presidente para registrar em ata a demora dos relatórios solicitados à consultoria contratada. O presidente solicitou o registro em ata de que não houve reunião na sexta-feira da primeira semana considerando não haver quórum, estavam presentes apenas o presidente do comitê e o membro Roberta. O presidente informou ainda que as reuniões já estão determinadas em ata, porém será publicado um calendário com todas as datas para o ano de 2026. O membro Roberta reforçou que trata-se de uma solicitação do TCE-PR. Quanto à aprovação com ressalvas das contas do MATINHOS PREV pelo Conselho Fiscal, o Comitê de Investimentos deliberou por oficiar o conselho fiscal, informando que os documentos por eles informados estão no portal de transparência do MATINHOS PREV. O ofício deverá conter o caminho para localizar os documentos requeridos pelo Conselho Fiscal. Por fim, o presidente informou que verificará se é regular o Gestor de Recursos ser também presidente do Comitê de Investimentos, dada a possibilidade de conflitos nas funções exercidas. O membro Henrique se colocou à disposição para assumir a presidência do comitê. Os demais membros do comitê concordaram com o nome do membro Henrique como presidente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:22. Eu, ALESSANDRO KOITI YMAI, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.

Matinhos, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI	***ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO***
Presidente	Membro
MARLISE ALBOIT RAMOS	***HENRIQUE BUCK ZELLA***
Membro	Membro

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:20960D11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO N°002/2026

Republicado por Incorreção
TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A LIGA SHEKINAH DE TAEKWONDO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE MATINHOS, inscrito no CNPJ sob número 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abraão, nº 22, Centro, Matinhos, Paraná, CEP. 83.260-000, doravante denominado Administração Pública, neste ato respresentado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, sr. Eduardo Antonio Dalmora, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.326.821-5 SESP/PR e CPF sob n° 337.613.459-68 e a LIGA SHEKINAH DE TAEKWONDO, com sede na Rua Manoel Julio Viana,, nº 20, Bairro Sertaõzinho, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 35.723.010/0001-30, doravante denominada Organização da Sociedade Civil ou OSC, neste ato representado(a) pelo(a) Senhora Carine Szatkoski, inscrita no CPF/MF nº 067.842.129-32, resolvem celebrar este TERMO DE COLABORAÇÃO, e que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1. Trata-se de parceria a ser realizada entre o município de Matinhos, pessoa jurídica de Direito Público Interno e a Liga Shekinah de Taekwondo, pessoa jurídica de direito privado, visando a realização do Programa Saberes – Contraturno Escolar na modalidade de Taekwondo, conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de colaboração.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - FUNDAMENTO
Esta parceria decorre de inexigibilidade, objeto do processo digital nº 4393/2026.
PARÁGRAFO SEGUNDO - DOS BENEFICIADOS
Serão beneficiados com esta parceria os discentes da rede pública municipal de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

•
Compete à administração pública:

•
Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, observando o prescrito na cláusula 10;

•
Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

•
Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

•
Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

•
Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão de parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;

•
Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

•
Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a administração pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;

•
Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•
Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

•
Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;

•
Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para sua celebração.

•
Compete à Organização da Sociedade Civil:

•
Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, com as exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;

•
Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela administração pública;

•
Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;

•
Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no plano de trabalho, apresentar à administração pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN Estadual;

•
Adquirir os materiais e/ou serviços somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;

•
Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a administração pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

•

Restituir à administração pública o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

•
quando não for executado o objeto deste instrumento;

•
quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

•
quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

•
Restituir à administração pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

•
Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

•
Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;

•
Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;

•
Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

•
Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

•
Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

•
Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

•
Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;

•
Franquear aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

•
Como condicionante de pagamento, serão exigidos relatórios com fotos e atividades exercidas em cada instituição de ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho proposto e aprovado;

•
Apresentar relação de palestrantes participantes do evento, de acordo com o conteúdo estruturante, elencados no Plano de Trabalho;

•
Cumprir a metodologia proposta elencada no Plano de Trabalho, levando em consideração as especificidades e potencialidades relacionadas à faixa etária de acordo com a idade de cada aluno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

•
Para a realização do objeto da parceria serão repassados à Organização da Sociedade Civil o montante de R$235.782,33 (duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e trine três centavos) distribuídos em parcelas mensais, a serem transferidos conforme tabela de aplicação de recursos (Tabela 1) e o cronograma de desembolso (Tabela 2) e de acordo com o número de dotação informada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

TABELA 1.

•
17. PLANO DE APLICAÇÃO

	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	Despesas salarios e contr		mensal	9,5 MESES
3.1.90.11.01	SALARIOS		R$ 13.506,28	128.309,65
3.1.90.11.42	FÉRIAS		R$ 1.468,89	13.954,44
3.1.90.11.43	13* SALARIO		R$ 1.009,56	9.590,80
3.1.90.13.18	CONTR. P/ O PIS/PASEP S/ A FOLHA DE PGTO.		R$ 171,82	1.632,30
3.1.90.13.02	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS - INSS		R$ 5.745,09	54.578,34
3.1.90.13.01	FGTS		R$ 1.924,40	18.281,79
3.3.90.39.99	CONTADOR		R$ 930,00	8.835,00
3.3.90.39.50	EXAMES MEDICOS		R$ 63,16	600,00
	TOTAL		**R$ 24.819,19**	**R$ 235.782,33**

•
TABELA 2.
18.**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

MÊS		VALOR	MÊS	VALOR	TOTAL	
MARÇO		R$ 12.409,60	AGOSTO	R$ 24.819,19		
ABRIL		R$ 24.819,19	SETEMBRO	R$ 24.819,19		
MAIO		R$ 24.819,19	OUTUBRO	R$ 24.819,20		
JUNHO		R$ 24.819,19	NOVEMBRO	R$ 24.819,20		
JULHO		R$ 24.819,19	DEZEMBRO	R$ 24.819,20		R$235.782,33

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unid	Ação	Elemento	Vínculo
240	08	001	2051	3335043000000000000	00104

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.
CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

•
Os recursos da administração pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para Conta Corrente n° 578884863-2, Agência 3164, Banco Caixa Econômica Federal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.
•
Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

•
A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta corrente de que trata a cláusula 4.

•
Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

•
As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
4.7 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

•
- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

•
- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

•
- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

•
Esta parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

•
É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

•
- Finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;

•
- Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

•
A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

•
Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

•
Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

•
A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

•
A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

•
A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

•
- Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

•
- Relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

•
- Relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

•
- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

•
O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

•
No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

•
Se a duração da parceria exceder 01 (um) ano, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

•

Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o(s) parecer(es) técnico(s) do gestor da parceria deverá(ão), obrigatoriamente, mencionar:

•
- Os resultados já alcançados e seus benefícios;

•
- Os impactos econômicos ou sociais;

•
- O grau de satisfação do público-alvo;

•
- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

•
6.8. Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

•
A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

•
O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

•
O prazo para a prestação final de contas será de 120 (cento e vinte) dias.

•
O disposto na cláusula 6.9 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

•
Na hipótese da cláusula 6.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

•
A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

•
- Aprovação da prestação de contas;

•
- Aprovação da prestação de contas com ressalvas;

•
- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

•
A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

•
As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública.

•
Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

•
O prazo referido na cláusula 6.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

•
Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

•
A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

•
O transcurso do prazo definido na cláusula 6.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

•
- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

•
- Nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.17. As prestações de contas serão avaliadas:

•
- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

•
- irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

•
omissão no dever de prestar contas;

•
descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

•
dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

•
desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.18 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento

ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
6.19 A prestação de contas à administração pública, tratada na cláusula sétima desta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

•
Esta parceria terá vigência de 17 de março de 2026 até 31 de dezembro de 2026, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

•
O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

•
Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

•
A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 7.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

•
. A administração pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

•
As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

•
Serão formalizados por apostilamento:

•
- Utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
– Ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

•
- Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

•
- Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

•
– Alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

•
As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

•
A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a 25% (vente e cinco cento) do seu valor inicial.

•
Para ampliação do objeto da parceria, é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

•
Para a implementação do monitoramento e avaliação, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

•
Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

•
A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologa, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

•
O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

•
- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

•
- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

•
- Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

•
- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

•
- Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

•
Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

•
Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

•
Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

•
São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

•
Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à administração pública na hipótese de sua extinção.

•
No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

•
Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

•
Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação de regência, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

•
Advertência;

•
Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

•
Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

•
A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

•
A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

•
É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

•
Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

•
Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

•
Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

•
A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO

•
Esta parceria poderá ser:

•
- Extinta por decurso de prazo;

•
- Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

•
- Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

•
- Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

•
descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

•
irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

•
omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

•
violação da legislação aplicável;

•
cometimento de falhas reiteradas na execução;

•
malversação de recursos públicos;

•
constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

•
não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

•

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

•
paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

•
quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

•
outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

•
A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da administração pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

•
Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

•
Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis, da abertura de vista do processo.

•
Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

•
É prerrogativa da administração pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração pública assumiu essas responsabilidades.

•
Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

•
A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

•
A parceria será gerida pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Sra. Célia Amaral, portadora do RG. n° 5.886.869-8 e inscrita no CFF sob nº 885.733.389-20 e fiscalizada pela Comissão de Monitoramento das Parcerias Firmados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

•
Fica estabelecido o Foro da Comarca de Matinhos, Paraná, para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Matinhos, ____ de _____ de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***CÉLIA AMARAL***
Prefeito do Município De Matinhos	Secretária Municipal
CPF 337.613.459-68	CPF 885.733.389-20
Concedente	Gestora

CARINE SZATKOSKI
Liga Shekinah de Taekwondo
CPF 067.842.129-32

Testemunha	Testemunha
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:CEB5B4EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
CONVÊNIO 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATO RICO E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

CONVÊNIO 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATO RICO E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Mato Rico, pessoa jurídica de direito público,
inscrito no CNPJ n.º 95.684.510/0001-31, com sede à Avenida das Araucárias, número 1530, nesta cidade
de Mato Rico - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Edelir de Jesus Ribeiro da Silva,
portador da cédula de identidade RG n.º 4.043.712-6-PR e do CPF n.º 454.922.919-72, residente e
domiciliado em Rio Perdido, Mato Rico – PR – CEP 85.240-890, com fulcro na lei municipal nº 729/2025, e
de outro lado o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante
simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente Marcelo José Bernardeli Palhares,
portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e
domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702, em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto
no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente
Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência
Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS
(Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) em quatro
parcelas de R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), as quais deverão ser depositadas em conta corrente
nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de março, junho, setembro
e dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional
Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida)
de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e
oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal
e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta
reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e
utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica
de qualidade.
II - AO CONSÓRCIO:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho
Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes
do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso
financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado
e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade,
estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante
seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade
originada no processo de fabricação ou transporte.
CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - o valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do
presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 08.002.10.301.1001.2029, elemento de
despesa - 3.3.71.70.00.00, Fonte: 1303.
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado
a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem
comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte
inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de
procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo
consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes
termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas
deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua
assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio
deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os
efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas
fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de
pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado
em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas
abaixo firmadas, para publicação e execução.
Mato Rico, 19 de fevereiro de 2026

Prefeito Municipal

Presidente do Conselho

Deliberativo do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Nome, cargo e CPF:
.....
2 – Nome, cargo e CPF:
.....

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:0370904D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
PORTARIA Nº 001/2026

O Prefeito Municipal de Miraselva, com posse de suas atribuições em 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o funcionário Rogério Aparecido da Silva, RG. nº 3.802.398-5, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Chefe da Divisão de Projetos e Captação de Recursos, para responder como Gestor do Convênio e como Fiscal, fica designado o

funcionário José Roberto Bueno, RG. nº 3.819.152-7, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Chefe da Divisão de Agricultura, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Miraselva, 20 de março de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal de Miraselva

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:02A07A7A

LICITAÇÃO
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 01/2026

Aditivo ao termo de Contrato de Fornecimento de combustível, que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MIRASELVA**, Estado do Paraná e a empresa **AUTO POSTO MIRASELVA LTDA - EPP**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRASELVA, com sede na Avenida Dona Madalena, 41, centro, na cidade de Miraselva/Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **JOÃO MARCOS FERRER,** inscrito no CPF sob n° 365.867.819-49.

CONTRATADA: AUTO POSTO MIRASELVA LTDA - EPP *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 15.422.805/0001-09 sediado(a) na* Avenida Dona Madalena, nº 04, Centro, *em* Miraselva/PR doravante designado **CONTRATADO**, *neste ato representada por* **JUAREZ ALVES DUDA**, sócio administrador, portador do R.G. nº 4.748.873-7 e inscrito no CPF nº 964.928.649-72.

As partes acordam em aditivar o presente instrumento, no sentido de REAJUSTAR os preços dos itens abaixo, com base legal na Lei 14.133/21 art. 124 II D, obtendo-se os seguintes Valores:

CONTRATO 002/2026 – INEXIGIBILIDADE 01/2025				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR CONTRATADO**	**PERCENTUAL REAJUSTE**	**VALOR ACORDADO**
03	**ÓLEO DIESEL S500**	**R$ 6,63**	**6,47%**	**R$ 7,06**
04	ÓLEO DIESEL B S10	R$ 7,06	6,68%	R$ 7,53

Continuam inalterados e em vigor os demais dispositivos do referido contrato.

Miraselva, 20 de março de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

JUAREZ ALVEZ DUDA
Representante Legal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:5B2DBABA

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA ANACLAUDIA TOLOVI DE ALBUQUERQUE - ME.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA**, com sede na Avenida Dona Madalena, nº 41, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **JOÃO MARCOS FERRER**, portador do R.G nº 3.870.229-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 365.867.819-49, brasileiro, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **ANACLAUDIA TOLOVI DE ALBUQUERQUE - ME**, sediada na Avenida Papa João XXIII, nº 480, centro, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº **10.558.303/0001-88**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por sua administradora Sra. **Anaclaudia Tolovi de Albuquerque** portadora do **RG nº 9.086.595-1 e do CPF nº 042.573.349-16**, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025**, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 031/2025, cujo objeto consiste no: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, CARGAS DE GÁS E HORTIFRÚTI GRANJEIRO, PARA TODOS OS SETORES E DIVISÕES MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
A vigência da Ata de Registro de Preços nº 031/2025 fica prorrogada por mais **2 (dois) meses, a contar de 24/03/2026 até 23/05/2026**, conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2025 e na própria Ata, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 13 da Lei Municipal n° 670/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta de dotação específica, a saber:

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
002 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
04.122.0007.2047 – Manutenção da Divisão de Serviços Públicos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
011 – Divisão de Conselho tutelar
04.122.0002.6022 – Manutenção da Divisão do Conselho Tutelar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004.2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2035 – Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamental 5% - Escola Municipal
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2036 – Manutenção do Ensino Fundamental 5%
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2040 – Manutenção do Ensino Através do FUNDEB
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2084 – Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
002 – Divisão de Transporte Escolar

12.361.0005.2038 – Atendimento ao Programa Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

07 – Secretaria de Assistência Social
001 – Divisão de Assistência Social - CRAS
08.244.0003.6015 – Manutenção da Divisão de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da ata inicial ora aditivada, especificamente naquilo que não conflitarem com o presente aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Miraselva/PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

ANACLAUDIA TOLOVI DE ALBUQUERQUE - ME
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:031D050B

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA ATAIDE DE OLIVEIRA RODRIGUES & CIA LTDA - EPP.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA**, com sede na Avenida Dona Madalena, nº 41, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **JOÃO MARCOS FERRER**, portador do R.G nº 3.870.229-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 365.867.819-49, brasileiro, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **ATAIDE DE OLIVEIRA RODRIGUES & CIA LTDA - EPP**, sediada na Rua São Paulo, nº 101, centro, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº **05.628.005/0001-87**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. **Sonia Aparecida Costa** portadora do **RG nº 42.970.859 e do CPF nº 561.014.579-15**, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025**, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 032/2025, cujo objeto consiste no: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, CARGAS DE GÁS E HORTIFRÚTI GRANJEIRO, PARA TODOS OS SETORES E DIVISÕES MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
A vigência da Ata de Registro de Preços nº 032/2025 fica prorrogada por mais **02 (dois) meses, a contar de 24/03/2026 até 23/05/2026**, conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2025 e na própria Ata, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 13 da Lei Municipal n° 670/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta de dotação específica, a saber:

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
002 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
04.122.0007.2047 – Manutenção da Divisão de Serviços Públicos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
011 – Divisão de Conselho tutelar
04.122.0002.6022 – Manutenção da Divisão do Conselho Tutelar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004.2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2035 – Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamental 5% - Escola Municipal
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2036 – Manutenção do Ensino Fundamental 5%
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2040 – Manutenção do Ensino Através do FUNDEB
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2084 – Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
002 – Divisão de Transporte Escolar
12.361.0005.2038 – Atendimento ao Programa Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

07 – Secretaria de Assistência Social
001 – Divisão de Assistência Social - CRAS
08.244.0003.6015 – Manutenção da Divisão de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da ata inicial ora aditivada, especificamente naquilo que não conflitarem com o presente aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Miraselva/PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

ATAIDE DE OLIVEIRA R. & CIA LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:292FEBF9

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA F. MERI & CIA LTDA - ME.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA**, com sede na Avenida Dona Madalena, nº 41, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **JOÃO MARCOS FERRER**, portador do R.G nº 3.870.229-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 365.867.819-49, brasileiro, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **F. MERI & CIA LTDA - ME**, sediada na Avenida Papa João XXIII, nº 330, centro, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº **79.977.716/0001-01**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. **Fatima Meri** portadora do **RG nº 3.260.237-1 e do CPF nº 225.045.329-20**, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2025**, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 033/2025, cujo objeto consiste no: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, CARGAS DE GÁS E HORTIFRÚTI GRANJEIRO, PARA TODOS OS SETORES E DIVISÕES MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
A vigência da Ata de Registro de Preços nº 033/2025 fica prorrogada por mais **02 (dois) meses, a contar de 24/03/2026 até 23/05/2026**, conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2025 e na própria Ata, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 13 da Lei Municipal n° 670/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta de dotação específica, a saber:

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
002 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
04.122.0007.2047 – Manutenção da Divisão de Serviços Públicos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
011 – Divisão de Conselho tutelar
04.122.0002.6022 – Manutenção da Divisão do Conselho Tutelar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004.2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2035 – Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamental 5% - Escola Municipal
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2036 – Manutenção do Ensino Fundamental 5%
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2040 – Manutenção do Ensino Através do FUNDEB
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2084 – Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
002 – Divisão de Transporte Escolar
12.361.0005.2038 – Atendimento ao Programa Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

07 – Secretaria de Assistência Social
001 – Divisão de Assistência Social - CRAS
08.244.0003.6015 – Manutenção da Divisão de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da ata inicial ora aditivada, especificamente naquilo que não conflitarem com o presente aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Miraselva/PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

F. MERI & CIA LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:0ABD994D

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA F. MERI & CIA LTDA - ME. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA, COM SEDE NA AVENIDA DONA MADALE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025, QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE MIRASELVA E A EMPRESA L. S. G. BOMGIOVANI ALIMENTOS LTDA - ME.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA**, com sede na Avenida Dona Madalena, nº 41, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **JOÃO MARCOS FERRER**, portador do R.G nº 3.870.229-7 SSP-PR e inscrito no CPF nº 365.867.819-49, brasileiro, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa **L. S. G. BOMGIOVANI ALIMENTOS LTDA - ME**, sediada na Avenida Papa João XXIII, nº 371, centro, na cidade de Miraselva, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº **21.045.228/0001-78**, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. **SUELI DE FATIMA DE ALENCAR BOMGIOVANI** portadora do **RG nº 13.336.582-6 e do CPF nº 221.640.218-43**, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2025**, nos termos que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 034/2025, cujo objeto consiste no: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, CARGAS DE GÁS E HORTIFRÚTI GRANJEIRO, PARA TODOS OS SETORES E DIVISÕES MUNICIPAIS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
A vigência da Ata de Registro de Preços nº 034/2025 fica prorrogada por mais **02 (dois) meses, a contar de 24/03/2026 até 23/05/2026**, conforme previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 04/2025 e na própria Ata, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 e artigo 13 da Lei Municipal n° 670/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta de dotação específica, a saber:

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
002 – Divisão de Obras e Serviços Públicos
04.122.0007.2047 – Manutenção da Divisão de Serviços Públicos
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

03 – Secretaria de Finanças, Administração e Infraestrutura
011 – Divisão de Conselho tutelar
04.122.0002.6022 – Manutenção da Divisão do Conselho Tutelar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

04 – Secretaria de Saúde
001 – Divisão de Atendimento Médico
10.301.0004.2026 – Manutenção do FMS
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2035 – Manutenção das Atividades Escolares do Ensino Fundamental 5% - Escola Municipal
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2036 – Manutenção do Ensino Fundamental 5%
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2040 – Manutenção do Ensino Através do FUNDEB
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
001 – Divisão de Ensino
12.361.0005.2084 – Manutenção das Atividades Escolares da Educação Infantil 5% - CMEI
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
002 – Divisão de Transporte Escolar
12.361.0005.2038 – Atendimento ao Programa Transporte Escolar
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

06 – Secretaria de Educação Cultura e Turismo
003 – Divisão de Cultura
13.392.0011.2051 – Manutenção da Divisão de Cultura
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

07 – Secretaria de Assistência Social
001 – Divisão de Assistência Social - CRAS
08.244.0003.6015 – Manutenção da Divisão de Assistência Social
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da ata inicial ora aditivada, especificamente naquilo que não conflitarem com o presente aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Porecatu, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Miraselva/PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Miraselva
JOÃO MARCOS FERRER
Contratante

L. S. G. BOMGIOVANI ALIMENTOS LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:0D9D765D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES EDITAL Nº 50, DE 20 DE MARÇO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 50, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **23 à 25 de março de 2026**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000.

ENFERMEIRO (A) – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
44	GILBERTO NEVES BATBOSA	18/05/1978	290948423	27928305810
45	IVANETE RODRIGUES	16/06/1980	81159114	03063427900
46	ELIZIANE FATIMA DE LIMA NASS	31/10/1980	72542312	03002631981
47	SILVANI SANTOS MOREIRA	08/08/1981	127535205	31776601823
48	ALMIR LUCIANO FERREIRA DE SOUZA	26/08/1981	58931870	58931870

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
19	LUCIANA MACIEL PANTOJA MENDES	25/02/1982	16036298	73067334272
20	GABRIELA FERNANDA DE OLIVEIRA	16/03/1982	30120184842	30120184842

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:3A7BF982

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO A TERMO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO A TERMO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, órgão da Administração Pública Indireta com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.402.912/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes/PR.

CONTRATADO	N° MATRÍCULA	EMPREGO PÚBLICO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
ALVIR SILVA DE GOUVEIA	39	MÉDICO (A) GENERALISTA	15/02/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado
MARCELO OSORIO CASSIANO	30	MÉDICO (A) GENERALISTA	15/02/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado
SABRINA EMMANUELI DE OLIVEIRA	29	MÉDICO (A) GENERALISTA	15/02/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado
ELCIO ALBERTO RUIZ	32	MÉDICO (A) GENERALISTA	15/02/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado

Este extrato tem validade a contar da data de sua assinatura.

Morretes, 16 de fevereiro de 2026.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:ACFA74F0

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO A TERMO POR INICIATIVA DO EMPREGADO

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO - RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO A TERMO POR INICIATIVA DO EMPREGADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, órgão da Administração Pública Indireta com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.402.912/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes/PR.

CONTRATADO	N° MATRÍCULA	EMPREGO PÚBLICO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
FLAVIA ALVES PIRES	63	ENFERMEIRO (A)	17/03/2026	Rescisão antecipada do contrato a termo por iniciativa do empregado

Este extrato tem validade a contar da data de sua assinatura.

Morretes 20 de março de 2026

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:4792FAA7

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025 ERRATA Nº 05/2025

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025
ERRATA Nº 05/2025
(Referente ao Edital nº 049/2025)

A Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente errata referente ao Edital nº 049/2025, vinculado ao Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025, para fins de correção de informação constante no referido edital.

ONDE SE LÊ:

Período de realização: 18 a 20 de janeiro de 2025.

LEIA-SE:

Período de realização: 18 a 20 de março de 2025.

Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.

Morretes, 20 de março de 2026.

EVERLLIN DINA DE CAMARGO GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:CDB8E83C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 14/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026

AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna pública a abertura de um processo de **CREDENCIAMENTO** vigente do dia **25/03/2026 à 25/03/2027**, cujo objeto deste certame é o credenciamento de Câmaras de Arbitragem para atuarem em demandas do Município de Morretes, conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de credenciamento).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR, Procuradoria Geral do Município no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: procuradoria@morretes.pr.gov.br.

Morretes, 20 de março de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:3359AAEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 122/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Morretes, inscrito no **CNPJ sob o n° 76.022.490/0001-99**, torna público que realizará **às 09hrs do dia 07 de abril de 2026,** na Prefeitura Municipal de Morretes, situada na Praça Rocha Pombo, 10, Centro, Morretes - PR, um **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, que tem por objeto a aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência, destinados à promoção da acessibilidade de alunos com deficiência da rede pública de ensino do município de Morretes, em conformidade com a Deliberação COEDE nº 009/2024, no valor máximo de **R$ 38.254,47 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos),** conforme especificações descritas no Termo de Referência (anexo I do edital de licitação).

INFORMAÇÕES:

Os licitantes poderão efetuar *download* do edital e seus anexos no site oficial do Município de Morretes, https://www.morretes.pr.gov.br/, pela Plataforma da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL COMPRAS, https://bll.org.br/ e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, https://www.gov.br/pncp/pt-br, bem como poderão obter informações complementares na sede da Prefeitura de Morretes, Paço Municipal Nhundiaquara, Praça Rocha Pombo, 10 Centro, Morretes - PR , no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira ou ainda através do e-mail: licitacoes@morretes.pr.gov.br.
Morretes, 20 de março de 2026.

RENAN LUIZ FRAGOSO CARDOZO
Agente de Contratações do Município

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:C8E59A18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23 e RG nº 13.XXX.XXX-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Travessa Cruz Alta, nº 137 – América de Baixo, no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.140.848/0001-15, estabelecida na Rod. BR 277, KM 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo Sr. **DIOGO JOSÉ MOREIRA**, brasileiro, portador

da identidade nº 7.XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 003.XXX.XXX-60.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, cujo objeto é o "*fornecimento de combustível, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura***",** oriunda do Pregão Presencial nº 056/2022, firmam o presente **TERMO ADITIVO PARA REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA GASOLINA LOTES 1 E 2 E DO DIESEL S-500 - LOTES 04 e 05:

De comum acordo, as partes procedem ao reequilíbrio econômico-financeiro do valor dos Lotes 01,02, 04 e 05, referente ao Combustível GASOLINA e DIESEL S-500.

GASOLINA cujo preço passará de R$ 6,48 (Seis reais e quarenta e oito centavos) para R$ 6,57 (Seis reais e cinquenta e sete centavos).

DIESEL S-500 cujo preço passará de R$ 6,35 (Seis reais e trinta e cinco centavos) para R$ 7,33 (Sete reais e trinta e três centavos).

Parágrafo único. Os valores unitários dos objetos do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID 037/2023, vinculado ao Pregão Presencial 056/2022, passam a assim constar, a partir do presente Aditivo:

Lote	Descrição	Unidade	Valor unitário (R$)
1	Gasolina comum A	Litros	6,57
2	Gasolina comum B	Litros	6,57
3	Etanol	Litros	4,09
4	Diesel A	Litros	7,33
5	Diesel B	Litros	7,33

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2023 – ID 37/2023

O valor total do Contrato Administrativo passará de R$ 1.535.200,00 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil e duzentos reais) para R$ 1.671.600,00 (Um milhão, seiscentos e setenta e um mil e seiscentos reais).

Lote	Descrição	Unidade	Valor unitário (R$)	Quantidade de litros	Valor total (R$)
1	Gasolina comum A	Litros	6,57	**75.000**	**R$492.750,00**
2	Gasolina comum B	Litros	6,57	**25.000**	**R$164.250,00**
3	Etanol	Litros	4,09	**15.085,57**	**R$61.700,00**
4	Diesel A	Litros	7,33	**97.500**	**R$714.675,00**
5	Diesel B	Litros	7,33	**32.500**	**R$238.225,00**
					R$1.671.600,00

Parágrafo único. Embora o valor do reequilíbrio econômico-financeiro tenha sido computado dos quantitativos originais no presente Aditivo, **as quantidades não correspondem ao montante original devido aos abastecimentos ocorridos até presente data.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento emitiu parecer financeiro informando que a dotação orçamentária utilizada segue a constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 025/2023 – ID Nº 037/2023, oriunda do Pregão Presencial 056/2022, que estejam em conformidade com o presente termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 19 de março de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretária Municipal de Infraestrutura Interina
Gestora

DIOGO JOSÉ MOREIRA
Representante do Auto Posto Moreira LTDA - EPP
Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:14E8E9F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2696 DE 19 DE MARÇO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2696/2026 de 19/03/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 31.000,00 (trinta e um mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
14		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
14.001		GABINETE DA CONTROLADORIA	
14.001.04.122.0202.2.005		MANUTENCAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
494 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	31.000,00
Total Suplementação:			31.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
14		CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
14.001		GABINETE DA CONTROLADORIA	
14.001.04.122.0202.2.005		MANUTENCAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CONTROLADORIA	
493 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	9.000,00
495 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	20.000,00
14.001.04.122.0202.2.233		REALIZACAO DE AUDITORIAS INTERNAS NOS ORGAOS MUNICIPAIS	
496 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00
Total Redução:			31.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 19 de Março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:C5A75857

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 965 DE 19 DE MARÇO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 965 DE 19 DE MARÇO DE 2026.

"Altera a Lei Municipal nº 742, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a associação do Município de Morretes com a Associação dos Municípios do Paraná -AMPe da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná - AMLIPA e dá outras providências**".**

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2634/2026 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Sebastião Brindarolli Junior). (Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Supressiva

– Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, §1°e 4° do Regimento Interno da Câmara, em 11/03/2026).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei altera a Lei Municipal n° 742, de 16 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a associação do Município de Morretes com a Associação dos Municípios do Paraná -AMPe da Associação dos Municípios do Litoral do Paraná - AMLIPA, a fim de alterar o dispositivo que se refere ao repasse mensal da contribuição associativa. (Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Supressiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, §1°e 4° do Regimento Interno da Câmara, em 11/03/2026).

Art. 2º. Altera-se o art. 3º da Lei Municipal n° 742, de 16 de dezembro de 2022, que passa a constar com a seguinte redação:

"**Art. 3º.** Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir as responsabilidades administrativas e financeiras no que se refere ao repasse mensal da contribuição associativa, sendo possível a atualização anual por Assembleia Geral, nos moldes estatutários." (Nova Redação dada pela Emenda n° 001/2026 – Modificativa e Supressiva – Proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com fulcro no art. 135, §1°e 4° do Regimento Interno da Câmara, em 11/03/2026).

Art. 3º. As demais disposições da Lei Municipal nº 742/2022 permanecem inalteradas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 19 de março de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A4D0FA0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO 01/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação das Contas do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu relativas ao Exercício Financeiro de 2024.

A Comissão Permanente de ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICA, apresentou, o plenário aprovou e eu presidente da Camara Municipal promulgo o presente:

DECRETO LEGISLATIVO.

Art. 1º Fica aprovado o parecer N.º 12/2026, da Comissão de ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICA referente à aprovação das contas do Exercício Financeiro de 2024 do EX. PREFEITO MUNICIPAL SERGIO FAUST.
Art. 2º Entende-se como regular a prestação de contas do Município de Nova Prata do Iguaçu, relativo ao Exercício Financeiro de (2024) dois mil e vinte e quatro.
Art. 3º Fica como parte integrante do presente Decreto Legislativo o parecer da Comissão de ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICA N.º 12/2026.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário o presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, 20 de Março de 2026.

MARCIO RUHNKE
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:A5164DCD

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PARECER 12/2026

PARECER N.º 12/2026

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS.
Processo nº 108344/25 – TC
Origem: Municipio de Nova Prata do Iguaçu
Interessado: SERGIO FAUST
Assunto: Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2024.
ACORDÃO DE PARECER PREVIO N.º 363/2025- PRIMEIRA CÂMARA.
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Trata-se o presente, da Prestação de Contas do Município de Nova Prata do Iguaçu, estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2024, de responsabilidade do Senhor SERGIO FAUST, Prefeito Municipal.
Destarte, considerando o opinativo da Análise em observância ao disposto no artigo n.º 18 da Instrução Normativa n.º 172/2022, de 11 de julho de 2022, a unidade técnica procedeu ao primeiro exame deste processo por meio da Instrução - 723/25 - CONTAS (peça 12), cujo conteúdo englobou a descrição da conjuntura social, econômica e política do município, a avaliação da atuação governamental e a análise da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais. A unidade técnica se pronunciou conclusivamente, posicionando-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. Por força dos artigos 68 e 353, caput, do Regimento Interno, o Ministério Público junto a este Tribunal de Contas, mediante o Parecer - 690/25 - 2PC (peça 28), manifestou-se nos autos.
Decidem os membros da Primeira Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro IVAN LELIS BONILHA, por unanimidade: Emitir Parecer Prévio pela REGULARIDADE das contas do(a) senhor(a) SERGIO FAUST, na qualidade de prefeito(a) do MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, relativas ao exercício de 2024. por RESSALVA em razão do resultado da avaliação da atuação governamental na área referente à Assistência Social (5,06). Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Presidência para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, à Coordenadoria de Medidas Executórias para as anotações pertinentes e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento.

FUNDAMENTAÇÃO DA ANALISE DOS MEMBROS DA COMISSÃO

I.INTRODUÇÃO

A Comissão de Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e regimentais, realizou a análise das contas do Prefeito Municipal referentes ao exercício de 2024. O objetivo deste parecer é apresentar as conclusões e recomendações sobre a aprovação ou rejeição das referidas contas.

II. ANÁLISE DAS CONTAS
1. Documentação Apresentada:
A Comissão recebeu toda a documentação necessária, incluindo:
- Relatório de Gestão Fiscal

- Balanço Patrimonial
- Demonstrações Contábeis
- Parecer do Tribunal de Contas do Estado

2. Parecer do Tribunal de Contas:
O Tribunal de Contas do Estado emitiu parecer favorável à aprovação das contas, destacando que não foram encontradas irregularidades que comprometessem a transparência e a legalidade dos atos administrativos.

3. Execução Orçamentária:
A análise da execução orçamentária demonstrou que o Prefeito Municipal cumpriu as metas fiscais estabelecidas, com destaque para:

-Despesas com pessoal dentro das normas constitucionais.

4. Transparência e Controle:
A Comissão verificou que foram adotadas práticas de transparência na gestão pública, com a Disponibilização de informações em tempo real para a população, conforme exigido pela Lei de Acesso à Informação.

III. CONCLUSÃO

Diante da análise realizada, a Comissão de Finanças e Orçamento conclui que as contas do Prefeito Municipal referentes ao exercício de 2024 estão em conformidade com a legislação vigente e foram apresentadas de forma clara e transparente.

IV. RECOMENDAÇÃO

Assim, a Comissão recomenda a aprovação das contas do Prefeito Municipal, com a ressalva de que sejam continuadas as práticas de transparência e controle na gestão pública. Entende a Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Publicas, em corroboração ao entendimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Acordam, os membros da Comissão de Orçamento Finanças e Contas Públicas, por unanimidade, conhecer do processo, e no mérito dar-lhe provimento pela regularidade das Contas referente ao exercício financeiro de 2024.

Por fim o Parecer da Comissão de Orçamento Finanças e Contas Públicas conforme o Art. 159 do nosso regimento interno é pela Regularidade da Contas sendo essa por unanimidade de votos dos membros desta comissão conforme reunião desta comissão no dia 17 de março de 2026, as 09:00 horas, Presentes nesta reunião os Vereadores Denilson Alfredo Grassi, Vanderlei Orben, Orlei Alves Padilha, Procuradora da Câmara Municipal Dra. Cleusa Damasio Telles e Controlador Administrativo Interno Jaci Giotti.

Nova Prata do Iguaçu, 17 de março de 2026.

COMISSÃO ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICAS.

DENILSON ALFREDO GRASSI
Presidente /Relator

VANDERLEI ORBEM
Vice Presidente/ Membro

ORLEI ALVES PADILHA
Membro

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:E6F0023F

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 01/2026

PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre Aprovação das Contas do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu relativas ao Exercício Financeiro de 2024.

A Comissão Permanente de ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICA coloca em apreciação do Plenário o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o parecer N.º 12/2026, da Comissão de ORÇAMENTO, FINANCAS E CONTAS PÚBLICA referente à aprovação das contas do Exercício Financeiro de 2024 do EX. PREFEITO MUNICIPAL SERGIO FAUST.
Art. 2º Entende-se como regular a prestação de contas do Município de Nova Prata do Iguaçu, relativo ao Exercício Financeiro de (2024) dois mil e vinte e quatro.
Art. 3º Fica como parte integrante do presente Decreto Legislativo o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento N.º 12/2026.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário o presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, 17 de Março de 2026.

Comissão Orçamento, Financas e Contas Pública
DENILSON ALFREDO GRASSI VANDERLEI ORBEM
Presidente /Relator Vice Presidente/Membro

ORLEI ALVES PADILHA
Membro

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:FB69F23F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4053/2026

DECRETO Nº 4053/2026
DATA: 20/03/2026

SÚMULA: Nomeia o Grupo Técnico de Investigação de Óbito, da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, e da outras providencias.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeado o Grupo Técnico de Investigação de Óbito, da Secretaria Municipal de Saúde do municipio de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, composto pelos membros abaixo:

Nome	Representação
Candida Bruna Pereira	Coordenação de Atenção Básica
Francieli Buzim	Coordenação de Epidemiologia
Lucas Vieira	Médico
Magali Meurer	Coordenador Farmaceutico
Ana Maria Zeferino	Enfermeiro ESF
Ionara Belle	Presidente Conselho Municipal de Saude
Vanessa Carleti Guimaraes	Enfermeiro Pronto Atendimento

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março do ano de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:A50C158D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6183/2026

PORTARIA Nº 6183/2026
DATA: 20/03/2026

SÚMULA: Concede férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, conforme segue:

NADIAMARA LOURDES BAGGIO BERTOGLIO, inscrita na matricula funcional nº 11221-01, ocupante do cargo de Medica, lotada na Secretária Municipal de Saúde, relativo ao período aquisitivo de 19/11/2024 a 18/11/2025, a serem fruídas no período de 15/04/2026 a 29/04/2026 (15 dias).

RICARDO CORREA, inscrito na matricula funcional nº 142619-01, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretária Municipal de Agricultura, relativo ao período aquisitivo de 20/02/2025 a 19/02/2026, a serem fruídas no período de 06/04/2026 a 20/04/2026 (15 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:5B7F9CB5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 6184/2026

PORTARIA N.º 6184/2026
DATA: 20/03/2026

SÚMULA: Prorroga licença para tratamento de saúde para Servidora Pública Municipal de Nova Prata do Iguaçu e, dá outras providências.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 891/2008 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar licença para tratamento de saúde para Servidora Pública, abaixo descrita:

CLAMOSINA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Apoio Administrativo, portadora da matricula nº. 13121-2, conforme Perícia Médica (Requerimento nº 009/2026) até 08/07/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu – Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de janeiro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Edilaine Hoepers
Código Identificador:48A25893

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 3/2026

de 20 de março de 2026

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Reconvocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital de Abertura nº 001/2025, de 7 de julho de 2025, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 25 de março de 2026, às 15h30min, munidos de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de MOTORISTA – Categoria "D" ou "E".

Nome dos candidatos	Classificação
Edilson Alves de Oliveira	12º
Cleber Garcia Rosa	13º
Douglas Souza Alves	14º
Mario Emidio Mariano	15º

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível em **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal; **(www.receita.fazenda.gov.br);**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF, da C.N.H. Categoria "D" ou "E" e da Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06(seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do Ofício nº 12/2026, da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná.

Fundação de Educação de Paiçandu, 20 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DCC7402F

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EXTRATO DO CONTRATO 072026 - INEXIGIBILIDADE 06/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, sob o **CNPJ Nº 30.372.351/0001-94**.

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PAIÇANDU-APAE, inscrita no **CNPJ Nº 79.696.647/0001-50**.

OBJETO: Termo de colaboração entre a Fundação de Educação e entidade de Organização da Sociedade Civil, que visa o atendimento educacional especializado nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, promovendo a formação integral dos educandos com deficiência intelectual, visando atender as especificidades educacionais dos alunos, para que estes tenham uma formação humana e possam exercer seus direitos como cidadãos, APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), com vigência de maio de 2026 até abril de 2027, conforme especificações e quantidades abaixo:

ITEM	ÁREA	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Educação especial	12 meses	Atendimento para Alunos com deficiência intelectual e múltiplas deficiências, nos níveis de educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de jovens e adultos. No ano de 2026 a 2027.	Conforme cronograma de desembolso	R$ 703.499,37
TOTAL					R$ 703.499,37

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
2026					
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
R$ 58.624,92	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95
2026		2027			
NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95	R$ 58.624,95

VALOR: R$ 703.499,37 (setecentos e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e sete centavos).
VIGÊNCIA: 12 meses.

Paiçandu, 20 de março de 2026**.**

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Presidente da Fundação de Educação

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:CEFAD8BB

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 130/2026

de 12 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 12 de março de 2026, do Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal AMANDA CAROLINE BARBOSA FERNANDES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.401.099-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.064.629-**, admitida em 13 de março de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 12 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:0CAEDF1E

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 131/2026

de 12 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 12 de março de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal ELISANGELA KREMER BERNARDO FREDIANI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.464.402-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.620.319-**, admitida em 13 de março de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 12 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4C1D57BD

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 132/2026

de 12 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 12 de março de 2026, do Emprego Público de Professora de Educação Infantil (40 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal JANETE ALVES DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.191.060-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.177.629-**, admitida em 13 de março de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 12 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EAD2B520

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 134/2026

de 12 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **16 de março a 14 de abril de 2026**, a Servidora Pública Municipal JANETE APARECIDA FRANZIN, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral 4.431.163-1/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.009.509-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 23 de fevereiro de 1994.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 12 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:22B84120

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 135/2026

de 12 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Revogar, a Portaria Nº 112/2026 de 4 de março de 2026, referente a dispensa por término de contrato, da Servidora Pública Municipal GISELLE GARCIA DE MELO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.268.080-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.506.099-**, ocupante do Emprego Público de Professora (20 horas) – PSS, admitida em 5 de março de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 12 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6D5D9DB3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 156/2026

de 17 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **16 de março a 14 de abril de 2026**, a Servidora Pública Municipal LUZIA EDUARDO MOREIRA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.217.192-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.583.459-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Zeladora** desde 26 de maio de 2003.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 17 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:1551206C

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 157/2026

de 18 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 18 de março de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal YASMIN GARDINAL CONGIO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.312.871-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.303.899-**, admitida em 19 de setembro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 18 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A63FBC12

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 158/2026

de 19 de março de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 19 de março de 2026, do Emprego Público de Professora (20 horas) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal JOICE RAFAELA CALEF MESSIAS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº **.941.222-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.397.259-**, admitida em 20 de março de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 19 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F841CF21

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 159/2026

de 19 de março de 2026
A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir 19 de março de 2026, do Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) – P. S. S., a Servidora Pública Municipal LUCINEIA ROSA CONCEIÇÃO, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.212.566-*-SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº ***.719.349-**, admitida em 20 de março de 2025.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 19 de março de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:56908B5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 85

Fundação de Educação de Paiçandu
Rua Onésio Francisco de Farias, 782 - Centro - Fone: (44)32441049 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.351/0001-94 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 85/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 163.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17009 - ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Funcional - 12.365.0909.1410000 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS ENSINO INFANTIL (CRECHE)	
Despesa - 709 - 449052 - 01039 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**54.477,62**
Órgão - 17 - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU	
Unidade - 17002 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
Funcional - 12.361.0912.1401000 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 790 - 449052 - 01039 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**108.522,38**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**163.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:

171550010000000000 - 608 - Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT – Principal

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 19 de março de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:0F11F4C4

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 16º TERMO DE APOSTILAMENTO – POSTO MACEDO

EXTRATO DO 16º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 16º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 20/03/2026 AS 08:50 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,49
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,39**

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,49
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,49**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:33952BB3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ARP 12-2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICIPIO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52, com endereço R. SETE DE SETEMBRO, 499, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ISMAEL BATISTA** portador da Cédula de Identidade nº 5.028.456-5, e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.229.219-15, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 18/2025, homologado em 04/09/2025, integrante do Processo Administrativo nº 49/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa AMMO INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 07.300.151/0001-04, com endereço AV ADV HORACIO RACCANELLO FILHO, 3235, CEP 87045200,representada por MAXIONILO ROBERTO DE LIMA, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 523.333.029-68, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **Constitui objeto deste edital o Registro de Preços para Aquisição de Material de Processamento de Dados (Informática), Equipamentos de Processamento de Dados (Informática), para as Secretarias pertencentes ao Município de Paiçandu, Estado do Paraná** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

13. Mantiverem sua proposta original.

14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, nocaso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações
estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as

condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
72. DAS PENALIDADES
73. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados,não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
77. CONDIÇÕES GERAIS
78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 20 de março de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ISMAEL BATISTA

AMMO INFORMATICA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 22	Quant.: 1	Num: 645	1.190,00	**Total: 17.850,00**
Item: 22	Unidade: UNIDADE	Marca: FURUKAWA / GigaLAN	Modelo: FURUKAWA / / GIGALAN U/UTP 23AWGX4P CAT.6 LSZH	

Descrição: CAIXA DE CABO U/UTP 100% COBRE, CAT 6 4X24 LSZH - 305M ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO: METRAGEM TOTAL DO CABO NA CAIXA: 305 - CAIXA DE CABO U/UTP 100% COBRE, CAT 6 4X24 LSZH - 305M
Especificações do Produto: Metragem total do cabo na caixa: 305 metros U/UTP: não blindado Ambiente de instalação: Interno Ambiente de operação: Não agressivo Condutor: Fio sólido de 100% cobre eletrolítico nú, recozido, com diâmetro nominal de 23AWG Isolamento: Polietileno de alta densidade com diâmetro nominal 1.0mm. Resistência de Isolamento: 10000 MO.km Quantidade de Pares: 4 pares, 23AWG Peso do cabo: 42 kg/km Temperatura de Instalação 0ºC a 40ºC Classe de flamabilidade:LSZH CM: norma UL 1581-Vertical tray Section 1160 (UL1685) CMR: norma UL 1666 (Riser) Normas Aplicáveis: TIA-568-C.2 e seus complementos ISO/IEC 11801, UL 444 ABNT NBR 14703 ABNT NBR 14705

Quantidade: 15 **Valor Unit.: 1.190,00**

Total Item: 17.850,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 17.850,00

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:8A7EF902

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 14º TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 14º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 14º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 17/03/2026 AS 15:10 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,29
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.

3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,39**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu-PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:1A725778

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 15º TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 15º TERMO DE APOSTILAMENTO – DO PREÇO REGISTRADO
– PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 95/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 29.779.880/0001-28
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 136, I, Lei nº 14133/21.
Fica acertado entre as partes o 15º termo de apostilamento DO PREÇO REGISTRADO, **a partir de 19/03/2026 AS 08:30 HRS,** nos termos do **Artigo 136, I,** da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/21, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e ainda as condições do PREGÃO PRESENCIAL nº 31/2025, cujo objeto do presente contrato é para REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de **COMBUSTÍVEL** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ficando da seguinte forma:
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO
ONDE SE LÊ:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	MARCA	V. UNIT.
3	**DIESEL S-500**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	**R$ 7,49**
4	**DIESEL S-10**	LITROS	BANDEIRA BRANCA	R$ 7,39

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na ARP nº 95/2025 do Pregão nº 31/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.
Paiçandu-PR, 20 de março de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:16C436B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO
PREGÃO Nº 01/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.282.664/0001-52.
CONTRATADO: MGA ESTÁGIOS CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 52.603.103/0001-40.

FUNDAMENTO LEGAL: Na forma da Lei nº 14.133/2021.
Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento ALTERAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a partir 20 de março de 2026**,** nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto é a Contratação de empresa ou entidade pública ou privada, para atuar como Agente de Integração, com sede ou filial representativa no Estado do Paraná, para fins de execução de estágios curriculares remunerados no âmbito da Prefeitura Municipal de Paiçandu, prestados por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de nível médio e profissionalizante, graduação e pós-graduação, para o período de 12 (doze) meses, nos termos da Lei Federal n. 11.788/2008, conforme constante **Anexo I – Termo de Referência, ficando da seguinte forma:**
CLAUSULA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Inclui-se a seguinte dotação orçamentária:
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 14.422.2001-2.704.000 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE POLÍTICAS PARA MULHERES
33.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
FONTE: 00000; FICHA 0342

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO
Altera-se a cláusula quarta, incluindo-se a dotação orçamentaria da cláusula anterior e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Pregão 01/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-Pr.,20 de março de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:097456B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 14 – AUXILIAR DE ARQUIVO - GABRIEL OSTERNACK LIMA - CONCURSO 01/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 14 – AUXILIAR DE ARQUIVO

GABRIEL OSTERNACK LIMA
CONCURSO 01/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2023, devidamente homologado e publicado no dia 28 de novembro de 2023, cumpridos os requisitos previstos no Edital nº 01/2023, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado a comparecer na Sede deste Legislativo, situada na Rua Cel. Vida 211, centro, Cidade de Palmeira/PR, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do dia da publicação, comprove e apresente documentos previstos no item 3 e os listados no subitem 16.6 do edital do Concurso. Todos os documentos devem estar atualizados e apresentados junto com o original. O exame Médico admissional será agendado e comunicado ao candidato.

Classif.:2°
Nome: Gabriel Osternack Lima
CPF:xxx.680649-xx
Cargo: Aux. De Arquivo

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

DIEGO FABRICIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:3308DCA8

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1426/2026 - DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS REFERENTES A PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PORTARIA Nº 1426/2026

Ementa: Designa servidor responsável pelo atendimento das demandas referentes a pedidos de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor Luigi Costa, matrícula nº 111, como responsável pelo atendimento das demandas referentes a pedidos de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal de Palmeira, em atendimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 2º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação, revogando a Portaria nº 1117/2023.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:32F048B2

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1427/2026 - NOMEIA COMISSÃO PARA ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 1427/2026

Ementa: Nomeia comissão para análise dos requerimentos de diárias

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para integrar a comissão de análise de requerimentos de diárias, prevista no § 1º do art. 1º da Resolução nº 82/2011:

Anna Carolina Amorim da Costa Topanotti – Procuradora – matrícula nº 20
João Eraldo Martins Padilha – Diretor Financeiro – matrícula nº 67
Gleicine Aparecida Morais – Auxiliar de Licitação e Compras – Matrícula nº 133

Art. 2º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação, revogando a Portaria nº 1315/2025.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:34560407

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
PORTARIA Nº 1428/2026 - NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO

PORTARIA Nº 1428/2026

Ementa: Nomeia Agente de Contratação e Membros da Equipe de Apoio

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Nacional nº 14.133/2021, que trata das licitações públicas, e a Resolução nº 147/2023 da Câmara Municipal de Palmeira, que regulamenta a Lei Nacional no âmbito do Poder Legislativo do Município de Palmeira,

RESOLVE

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados para desempenhar as funções de Agente de Contratação/Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio, para apreciação e julgamento das licitações na Câmara Municipal de Palmeira.

Agente de Contratação/Pregoeiro:
Paola Gadonski Wrobel – Auxiliar de Licitação e Compras – Matrícula nº 110

Equipe de apoio:
Gleicine Aparecida Morais – Auxiliar de Licitação e Compras – Matrícula nº 133
Elielma Ferreira dos Santos – Contadora – Matrícula nº 126
Priscila Marcondes– Assessora Parlamentar – Matrícula nº 132

Art. 2º Nas licitações realizadas na modalidade pregão, o Agente de Contratação será designado como Pregoeiro, e os Membros da Equipe de Apoio também farão parte da Equipe de Apoio nessa modalidade de licitação.

Art. 3º Esta portaria tem vigência a partir da sua publicação, revogando a Portaria nº 1348/2025.

Registre-se e publique-se.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:FD509A35

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
TERMO DE DESISTÊNCIA 03 - CONCURSO 01/2023

TERMO DE DESISTÊNCIA 03
CONCURSO 01/2023

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a o Concurso Público nº 01/2023, devidamente homologado e publicado no dia 28 de novembro de 2023, cumpridos os requisitos previstos no Edital nº 01/2023, **TORNA PÚBLICO** que a candidata Thayna Dombroski Moreira CPF xxx.229049-xx assinou em 20/03/2026 termo de DESISTÊNCIA da vaga de Auxiliar de arquivo.

Sede da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

DIEGO FABRÍCIO ZANETTI
Presidente

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:43DD5CB0

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
4°. SESSÃO PÚBLICA PRESENCIAL - CONCORRÊNCIA N°.11.2025

A Comissão Especial de Licitações **convoca as licitantes participantes** da **Concorrência Presencial nº 11/2025** para a **entrega e abertura do Envelope nº 05 – Documentos de Habilitação,** a serem realizadas no dia **25 de março de 2026, às 09h00,** na **sede do Município de Palmeira/PR.**
Ficam todas as empresas devidamente cientificadas de que a não apresentação do envelope no prazo acima implicará nas consequências previstas no edital.

Publique-se

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão Especial de Licitações

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:A8B9A225

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 32/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5984/2026

Objeto: Aquisição de veículo tipo sedan pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, através do Convênio nº 1348/2025 – SECID.
Fundamentação: Art. 74, caput, Lei 14.133/21.
Dotação Orçamentária: 16001041270046211544905200000 **Fonte:** 21000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Dotação Orçamentária: 16001041270046211544905200000 **Fonte:** 863 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Empresa Vencedora: PINHEIROS VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 01.692.763/0001-03, com o valor total de R$110.900,00 (cento e dez mil e novecentos reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

20 de Março de 2026
FABIANO BISHOP CASSANTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:EBF0A760

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 33/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6045/2026

Objeto: Aquisição de veículo tipo pick-up, através do Convênio nº1345/2025 SECID.

Fundamentação: Art. 74, caput, Lei 14.133/21.

Dotação Orçamentária: 12001226610028208544905200000 **Fonte:** 1001 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Dotação Orçamentária: 12001226610028208544905200000 **Fonte:** 863 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Empresa Vencedora: PINHEIROS VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 01.692.763/0001-03, com o valor total de R$142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

20 de Março de 2026
ALLYSON HIDEO YAMAGUCHI
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:910B22E7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 34/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5976/2026

Objeto: Revisão de veículo automotivo oficial, incluindo fornecimento de peças e mão de obra para realização serviço, através da empresa RODO SERVICE LTDA.

Fundamentação: Art. 74, inciso I, Lei 14.133/21.

Dotação Orçamentária: 08002082440015204333903000000 **Fonte:** 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
Dotação Orçamentária: 08005041220020205933903000000 **Fonte:** 1001 - MATERIAL DE CONSUMO
Dotação Orçamentária: 08005041220020205933903900000 **Fonte:** 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Empresa Vencedora: RODO SERVICE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 00.688.075/0002-98, com o valor total de R$4.963,22 (quatro mil novecentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos). Mediante o exposto HOMOLOGO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.

Publique-se.

20 de março de 2026

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:E9286826

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 04/2026

Objeto: Recape asfáltico em vias urbanas em CBUQ, 36.664,67 m², incluindo os serviços preliminares, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: · Avenida 7 de Abril (trecho entre a Rua Pedro Sawatzki até a Rua Vicente Machado) - extensão 2.067,11 m · Rua XV de Novembro (trecho entre a Rua José Ernesto Erichsen Pereira até a Rua José Antonio Bordgnon) - extensão 1.000,00 m.

Fundamentação: inciso II, Art.28 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Dotação Orçamentária:

Reduzido	Programática	Fonte
829	14.001.15.451.0036.1.099.4.4.90.51.00.00	595
828	14.001.15.451.0036.1.098.4.4.90.51.00.00	595
635	14.001.15.451.0036.1.098.3.3.90.39.00.00	1001
633	14.001.15.451.0036.1.098.3.3.90.30.00.00	1001

Contratada: - VDL PAVIMENTAÇAO LTDA, CNPJ nº. 04.279.785/0001-34, com valor total de R$4.330.000,00 (quatro milhões e trezentos e trinta mil reais).

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.
Publique-se.

20 de março de 2026

GERALDO VASCO
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:81C3D714

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES EXTRATO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026

Objeto: aquisição sob demanda de Medicamentos, Sob Sistema de Registro de Preços.

Fundamentação: inciso I, art.75 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Solicitação: Secretaria Municipal de Saúde.

Dotação Orçamentária:

Reduzido	Programática	Fonte
733	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	01000
734	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	01303
732	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	494
736	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	01000
737	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	01303
735	15.002.10.301.0042.6.110.3.3.90.30.00.0	494

Contratada: - MMEMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n°.54.514.357/0001-17, com valor total de R$166.933,00 (cento e sessenta e seis mil novecentos e trinta e três reais) - Lotes 01, 04, 06, 08, 09, 10, 16, 17, 20, 25, 26, 31, 34, 36, 37, 38, 41, 44, 47, 48 e 51; - SANTO REMEDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOHOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ n°. 28.643.008/0001-95 com valor total de R$25.180,00 (vinte e cinco mil cento e oitenta reais) - Lotes 02, 13, 22 e 42; - OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA, inscrita no CNPJ n°. 61.828.536/0001-94, com valor total de R$17.799,00 (dezessete mil setecentos e noventa e nove reais) - Lotes 5, 7 e 21 ; - EPG COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ n°. 60.860.141/0001-06, com valor total R$1.859,40 (um mil oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos) - Lote 14; - LICITE SAUDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ n°. 34.223.536 /0001-98, com valor total de R$4.240,00 (quatro mil duzentos e quarenta reais) - Lote 15; - CIRURGICA NOSSA SENHORA – EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 24.586.988/0001-80, com valor total de R$ 718,00 (setecentos e dezoito reais) - Lotes 23 e 39; - BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n°. 21.438.123/0001-89, com valor total de R$11.397,45 (onze mil trezentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos) – Lotes 28 e 40; - CRISMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ n°. 11.606.767 /0001-85, com valor total de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) - Lote 43; e A.D. DAMINELLI LTDA, inscrita no CNPJ n° 10.749.758/0001-80, com valor total de R$ 54.324,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e quatro reais) Lotes 46, 49 e 50.

Mediante o exposto HOMOLOGO e RATIFICO o referido processo, ficando adjudicado o resultado desta contratação.
Publique-se.

20 de março de 2026

KAMILA FERNANDA OLIVEIRA SANSON
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:14A324F4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 02/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 6460/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 02/2026 cujo objeto prevê o credenciamento para contratação de posto de combustível para fornecimento de Óleo Diesel S10, destinada ao abastecimento da frota oficial do Município de Palmeira.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
POSTO PALMEIRA LTDA	21.099.274/0001-50	**7013/2026**	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Ana Beatriz Dos Santos
Código Identificador:A4AF213A

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO LEI Nº 6.310, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER, MEDIANTE TERMO DE COLABORAÇÃO, O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parceria, mediantetermode colaboração, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, visando o repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.487.601/0001-03, com sede na Rua Bento Luis Costa, n° 14, Rocio I, Palmeira, Paraná, nostermos da Lei Federal nº**13.019**, de 31 de julho 2014.

Art. 2° Para os fins de que trata esta Lei, os recursos financeiros serão distribuídos da seguinte forma:
I – a importância de R$1.834.928,16 (um milhão, oitocentos e trinta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), repassado em vinte e quatro parcelas mensais, a qual provém de repasse realizado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), destinados aos pagamentos de profissionais da educação, encargos sociais, indenizações e restituições trabalhistas, serviços de seleção e treinamentos de

profissionais da educação, bem como manutenção e conservação de imóveis;
II – a importância de R$54.972,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e setenta e dois reais) a qual provém do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, acrescido do valor de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) proveniente de recurso livre, repassados em vinte parcelas mensais, destinados aos alunos atendidos pela Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos na modalidade educação Especial a ser utilizada na alimentação dos 232 alunos atendidos;
III – a importância de R$90.000,00 (noventa mil reais), repassado em vinte parcelas mensais, destinado ao Transporte dos Alunos atendidos pela Entidade, para pagamento de despesas com serviços de manutenção veicular, exceto combustível.
Parágrafo único. O Termo de Colaboração autorizado por esta lei será celebrado para execução do Plano de Trabalho referente aos exercícios de 2026 e 2027.

Art. 3º OTermodeColaboraçãose materializará por intermédio da inexigibilidade de chamamento público, consoante ao procedimento disposto nos artigos 31 e 32 da Lei Federal nº**13.019**, de 31 de julho de 2014, em razão da natureza singular do objeto da parceria, cujas metas somente são alcançadas pela entidade identificada do artigo 1º.

Parágrafo único. A Entidade recebedora do recurso financeiro deverá prestar contas do recurso recebido na forma da lei.

Art. 4º O Termo de Colaboração tornar-se-á nulo, independentemente de ato especial, se ao recurso, vier a ser dada destinação diversa daquela prevista no artigo 2º desta Lei, bem como se houver, por parte da beneficiária, descumprimento de quaisquer das obrigações, impostas por esta lei, pelo Termo de Colaboração e/ou demais normas atinentes, ensejando a consequente responsabilização e as sanções cabíveis.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0223673F

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.311, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER, MEDIANTE TERMO DE COOPERAÇÃO, A CESSÃO TEMPORÁRIA DE EQUIPAMENTOS À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL QUE ESPECIFICA.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar parceria, medianteTermode Cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com a Organização da Sociedade Civil **ACIP – Associação Comercial e Industrial de Palmeira**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 77.487.452/0001-74**, com sede na Rua Coronel Macedo, nº 388, Centro, Palmeira, Paraná, visando a cessão temporária de 40 (quarenta) estandes 3x3m em octanorme com chapas de TS branca, para realização da edição de 2026 da Festa Expo Palmeira e Rodeio Country.

Art. 2° As obrigações da entidade deverão ser transcritas no Termo de Cooperação, cujo objeto é a doação dos equipamentos descritos no art. 1º desta Lei, a ser lavrado, especificadamente, para esta finalidade.

Art. 3º O Termo de Cooperação tornar-se-á nulo, independentemente de ato especial, se ao bem cedido vier a ser dada destinação diversa daquela prevista no artigo 1º desta Lei, bem como se houver, por parte da beneficiária, descumprimento de quaisquer das obrigações, impostas por esta lei, pelo Termo de Cooperação e/ou demais normas atinentes, ensejando a consequente responsabilização e as sanções cabíveis.

Art. 4º O Termo de Cooperação poderá ser revogado por ato do Poder Executivo por razões de interesse público devidamente atestado em procedimento administrativo competente.

Art. 5° O Termo de Cooperação se materializará por intermédio da inexigibilidade de chamamento público, consoante ao procedimento disposto nos artigos 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, em razão da natureza singular do objeto da parceria, cujas metas somente são alcançadas pela entidade identificada no artigo 1º.
Parágrafo único. Compete à entidade prestar contas quanto à regular utilização do objeto cedido, na forma e nos prazos fixados pela lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na dará de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:295C93FE

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.312, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR AO PODER LEGISLATIVO OS EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS RECEBIDOS DA RECEITA FEDERAL, PARA FINS DE REPASSE AO PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM, CONFORME PROCESSO 10906.440712/2025

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir à Câmara Municipal de Palmeira os aparelhos eletrônicos descritos no Parágrafo Único deste artigo, recebidos por intermédio do processo nº 10906.440712/2025 – Ato de Destinação de Mercadorias, autuado pela Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Único. Os aparelhos eletrônicos consistem em 18 unidades de Notebook - Apple Jacobo 13INCH AIR M2 256GB 16GB A2681 e possuem os números de patrimônio nº 999948452, nº 999948453, nº 999948454, nº 999948455, nº 999948456, nº 999948457, nº 999948458, nº 999948459, nº 999948460, nº 999948461, nº 999948462, nº 999948463, nº 999948464, nº 999948465, nº 999948466, nº 999948467, nº 999948468 e nº 999948469.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6EFB1317

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.316, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEIO DE ALIMENTAÇÃO DE

DELEGAÇÕES ESPORTIVAS EM COMPETIÇÕES FORA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro para Custeio de Alimentação de Delegação Esportiva, destinado exclusivamente à cobertura de despesas com alimentação de atletas e/ou paratletas que representem oficialmente o Município em competições esportivas realizadas fora do território municipal.
Parágrafo único. O auxílio de que trata esta Lei possui disciplina própria, não se confundindo com o regime de diárias nem com o regime de adiantamento ou suprimento de fundos.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO

Art. 2º O auxílio financeiro de que trata esta Lei será concedido mediante requerimento formal e observância das seguintes condições:
I – a delegação esportiva deve ser composta por atletas e/ou paratletas que representem oficialmente o Município de Palmeira em competições esportivas;
II – a designação, mediante portaria ou despacho motivado e publicação prévia em Diário Oficial ou meio equivalente, do servidor público municipal (professor ou técnico) responsável pela delegação, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que receberá o auxílio financeiro;
III – a competição oficial deve ser realizada fora do território do Município de Palmeira, com participação da delegação previamente autorizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

§ 1º No ato do requerimento deverá constar a relação nominal completa de todos os atletas inscritos na competição.
§ 2º Deverá ser comprovado previamente que a organização do evento não disponibiliza alimentação aos participantes, total ou parcialmente, mediante declaração da organização do evento ou pela ausência de previsão no regulamento oficial da competição, devidamente comprovada.
§ 3º É vedada a concessão do auxílio para eventos recreativos, amistosos ou não oficiais.
§ 4º Para efeitos desta Lei, considera-se competição oficial aquela organizada por federação estadual, confederação brasileira ou entidade esportiva reconhecida pelo Ministério do Esporte, que possua regulamento oficial e calendário pré-aprovado.

CAPÍTULO III
DO VALOR E DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 3º O valor do auxílio corresponderá à soma de 1 (uma) VRM – Valor de Referência Municipal – por dia efetivo de competição, por atleta ou paratleta inscrito, limitado aos dias constantes na programação oficial do evento.
§ 1º Considera-se dia efetivo aquele previsto oficialmente na programação da competição.
§ 2º É vedado pagamento referente a dias exclusivos de deslocamento.
§ 3º O valor possui natureza exclusivamente indenizatória, não remuneratória, não se incorporando à remuneração do servidor responsável, nem gerando qualquer direito de caráter pessoal.
§ 4º Os recursos concedidos deverão ser aplicados exclusivamente no custeio de alimentação necessária e compatível com a permanência da delegação durante os dias efetivos de competição, vedadas despesas supérfluas, bebidas alcoólicas, produtos não alimentícios ou quaisquer gastos que não guardem relação direta com a finalidade pública, sob pena de rejeição da prestação de contas.

CAPÍTULO IV
DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO

Art. 4º O valor global destinado ao custeio do auxílio de que trata esta Lei fica limitado a até 650 (seiscentas e cinquenta) VRMs por exercício financeiro, observado o disposto na Lei Orçamentária Anual e a disponibilidade orçamentária e financeira.
Parágrafo único. O limite estabelecido neste artigo será automaticamente atualizado conforme a atualização anual da VRM prevista na legislação municipal.

CAPÍTULO V
DAS CONDIÇÕES DE CONCESSÃO E EMPENHO

Art. 5º A concessão do auxílio financeiro será precedida de regular processo administrativo, com a devida dotação orçamentária e empenho prévio, em conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§ 1º É expressamente vedado pagamento retroativo ou qualquer forma de reembolso posterior.
§ 2º Não haverá complementação de valores caso as despesas superem o montante concedido, presumindo-se que o responsável pela delegação assume eventual diferença.

CAPÍTULO VI
DO REPASSE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 6º O auxílio financeiro será repassado ao servidor público municipal designado como responsável pela delegação, que será também o responsável pela gestão, correta aplicação e pela prestação de contas dos recursos recebidos.
§1º A prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o retorno da competição, contendo obrigatoriamente:
I – relatório circunstanciado da participação da equipe;
II – comprovante de participação na competição;
III – súmulas oficiais, quando houver;
IV – relatório de passageiros ou documento equivalente que comprove o deslocamento;
V – notas fiscais emitidas em nome do Município, contendo o respectivo CNPJ;
VI – comprovante de restituição ao erário de eventual saldo não utilizado.

§2º Caso o valor concedido seja superior ao efetivamente gasto, o saldo deverá ser restituído aos cofres públicos, e o comprovante de restituição integrará obrigatoriamente a prestação de contas.
§3º Caso as despesas ultrapassem o valor concedido, não haverá complementação por parte do Município.

Art. 7º A prestação de contas será submetida à análise da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, do Setor de Prestação de Contas e da Controladoria Geral do Município.
§1º A aprovação da prestação de contas constitui condição para futuras concessões.
§2º A concessão do auxílio e o resultado da prestação de contas serão publicados no Portal da Transparência.
Art. 8º A não prestação de contas ou sua reprovação, obriga, o responsável designado, sob pena de inscrição em dívida ativa, a restituir integralmente os valores recebidos mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidades, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e/ou do Fundo Municipal de Esporte.
Art. 10 Esta Lei não configura despesa de caráter continuado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Art. 11 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, estabelecendo os formulários, fluxos de autorização, modelos de prestação de contas e demais procedimentos administrativos necessários à sua operacionalização.
Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vedada sua aplicação a eventos ocorridos anteriormente à sua vigência.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:08516339

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.317, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA LEI MUNICIPAL Nº 5.922 DE 03 DE JUNHO DE 2024, QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL (FMSBA) E O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º O artigo 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 5.922 de 03 de Junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"*Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental (FMSBA) e o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município, vinculados à Secretaria Municipal de Meio Ambiente."*
(NR)

Art. 2º O inciso I, do artigo 17, da Lei Municipal nº 5.922 de 03 de Junho de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"*Art. 17*

I----------
a) ----------
b) ----------
c) ----------
d) Um representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI;
e) Um representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
– SMAP;
f) ----------
g) ----------
h) ----------
i)----------"
(NR)

Art. 3º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº5.922 de 03 de Junho de 2024, permanecem inalterados.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D2719498

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 25.860, DE 20 DE MARÇO DE 2026 - DESIGNA PRESIDENTE E CONVOCA OS MEMBROS SUPLENTES PARA ATUAÇÃO EM COMISSÃO PROCESSANTE DE FORNECEDORES I, NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4508/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**Prefeito do Municípiode Palmeira**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere,

Considerando o contido no Decreto nº 16.493, de 22 de setembro de 2023;

Considerando o contido no Processo Administrativo nº 4508/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora *Bruna Fernanda Venc dos Santos*, matrícula: 203857, como **Presidente da Comissão Processante de Fornecedores**, responsável pela condução dos trabalhos no âmbito do Processo Administrativo nº 4508/2026.

Art. 2º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, para atuar em substituição aos membros titulares da Comissão Processante de Fornecedores I, no âmbito do Processo Administrativo nº 4508/2026:

I – Paula Orlonski, matrícula 203634;
II – Marcela Bianca da Silva, matrícula 204391.

Art. 3º A motivação do presente ato encontra-se devidamente justificada nos autos do Processo Administrativo nº 4508/2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:1C75F6D1

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2026

O Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira torna público que às 9 horas do dia 30/03/2026 realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: aquisição de produtos de limpeza, higiene e demais materiais de consumo, visando atender as necessidades da Autarquia.

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras".

Os interessados poderão obter o Aviso de Contratação Direta na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou através do Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/29/licitacoes.

Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42 3252-6798 ou pelo e-mail: compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br

Palmeira, 20 de março de 2026.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:6C22B3D4

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
TERMO DE CANCELAMENTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETÔNICA Nº. 03/2025

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS
TERMO DE CANCELAMENTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETÔNICA Nº. 03/2025
PORCESSO ADMINISTRATIVO Nº 385/2025

O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA – RPPS, por meio de seu Diretor-Presidente, JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021,

Considerando que o procedimento de Dispensa de Licitação – Sistema de Registro de Preços nº 003/2025 foi regularmente processado e homologado;
Considerando que a empresa vencedora MA3 TECH INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.498.396/0001-32, foi devidamente convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços;
Considerando que a referida empresa manifestou recusa em assinar a Ata, sob alegação de variação significativa nos preços de mercado;
Considerando que a justificativa apresentada foi analisada e aceita pela Administração, por evidenciar possível inviabilidade na manutenção da proposta originalmente ofertada;
Considerando que, diante disso, não se configura conduta passível de penalização, nos termos da legislação aplicável;
Considerando que a situação inviabiliza a formalização da contratação nos moldes homologados;
Considerando que a Administração Pública deve zelar pela legalidade, eficiência e interesse público;
Considerando o poder de autotutela administrativa, conforme Súmula 473 do STF;

RESOLVE:

Art. 1º Fica CANCELADA a homologação e adjudicação do Processo Administrativo nº 385/2025, referente à Dispensa de Licitação – Sistema de Registro de Preços nº 003/2025, à empresa MA3 TECH INFORMATICA LTDA, CNPJ sob nº 26.498.396/0001-32, lotes 11 e 12.

Art. 2º Determina-se:

I – a comunicação da decisão aos interessados;
II – a convocação dos fornecedores remanescentes, conforme cadastro de reserva constante no processo;
III – não sendo possível a contratação, a adoção das providências para nova contratação;
IV – a publicação deste ato no Diário Oficial.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Palmeira, 19 de março de 2026.

JULIANO BARAUCE DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do RPPS de Palmeira

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:EE2A9BB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 25.866, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO
JAQUELINE TOCZEK HONÓRIO FERREIRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6901/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*
Dotação: 08.001.04.122.0014.6039.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jaqueline Toczek Honório Ferreira	*834.xxx.xxx-20*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4A82D435

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 25.861, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO
ELISANDRO VOICHICOSKI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6664/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art.1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art.2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 21026

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Elisandro Voichicoski	*026.xxx.xxx-85*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:D058B2CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 25.862, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO
DIRLENE APARECIDA DELFRATE

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6665/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte 21026

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Dirlene Aparecida Delfrate	*541.xxx.xxx-68*	*R$ 60,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6C06F1AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PORTARIA Nº 25.863, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO VITOR RODRIGUES DE LARA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6668/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 21026

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vitor Rodrigues de Lara	*112.xxx.xxx-89*	*R$ 60,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F1FCC5C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PORTARIA Nº 25.864, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO VITOR RODRIGUES DE LARA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6634/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 10.001.12.122.0023.2.077.3.3.90.30.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Vitor Rodrigues de Lara	*112.xxx.xxx-89*	*R$ 300,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:0DE8D1C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DECRETO Nº 19.148 DE 20/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$30.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.314/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
974 - 3.3.90.39.00.00 960 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total: R$30.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.2.4.99.01.02.00000000 Fonte: 960 R$30.000,00

Total da Receita: R$30.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:CB9F9D85

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.149 DE 20/03/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$55.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.315/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
975 - 3.3.90.39.00.00 801 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$55.000,00

Total: R$55.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.7.99.01.01.00000000 Fonte: 801 R$55.000,00

Total da Receita: R$55.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D08AE514

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.314 DE 20/03/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$30.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
974 - 3.3.90.39.00.00 960 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$30.000,00

Total: R$30.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.2.4.99.01.02.00000000 Fonte: 960 R$30.000,00

Total da Receita: R$30.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:FBF4522F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.315 DE 20/03/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$55.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$55.000,00 (cinqüenta e cinco mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

09.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação
09.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Cultura
09.001.13.392.0021.1.063. Fortalecimento dos eventos culturais, acessibilidade a manifestações culturais e valorização da iden
975 - 3.3.90.39.00.00 801 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA R$55.000,00

Total: R$55.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação

abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.7.99.01.01.00000000 Fonte: 801 R$55.000,00

Total da Receita: R$55.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:ADD82A2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 25.867 DE 20/03/2026 - DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE DIAS DE GOZO DAS FÉRIAS DA SERVIDORA KELLY CRISTINA XAVIER, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o processo administrativo nº 4105/2026,
RESOLVE:
ART. 1º: Cancelar 15 dias de gozo das férias concedidas pela Portaria nº 25.722 de 20/02/2026, da servidora **KELLY CRISTINA XAVIER**, matrícula 203771, ocupante do cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:E9BFBCD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1725/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Gestão Pública e Finanças**, Sra. Carla Beatriz Turmina, i**nscrita no CPF/MF sob o n.° 029.704.919-40, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º º 17.882 de 02/01/2025, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **IDEAL GUAPO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º03.626.094/0001-05**, localizada na ROD PR 151 KM 382,7 s/n Vila Rosa – Palmeira- Pr, neste ato representado pelo **Sr. Abrão José Simão Neto**, portador da Cédula de Identificação **RG n.º 3.199.177-3**, inscrito no **CPF/MF sob n.º 410.870.209-30** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do Processo Administrativo n.º 6513/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO 1725/2026**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE: Por meio do presente Termo Aditivo, fica acrescido ao valor do contrato o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), correspondente ao montante de R$ 15.976,16 (quinze mil, novecentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), nos termos da legislação vigente. Em decorrência do referido acréscimo, o valor global do contrato passa de R$ 63.904,64 (sessenta e três mil, novecentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 79.880,80 (setenta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do contrato 1725/2026, não alcançadas por este Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados as partes assinam o presente termo.

Palmeira, 19 de março de 2026

MARIO CESAR DZIADZIO SILVA
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:F45F76EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
PORTARIA Nº 25.868, DE 20/03/2026 - ALTERA A PORTARIA DE Nº 25.204, DE 08 DE OUTUBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O**Prefeito Municipal de Palmeira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, com fundamento na Lei Orgânica Municipal, considerando o contido no Procedimento Administrativo n° 3284/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado inciso II, do art. 1º da Portaria nº 25.204, de 08 de outubro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º*** ----------

II – Fiscal:*Inácio Budziaki, inscrito no CPF sob o nº 506.xxx.xxx-15, matrícula funcional nº 301564.*

----------*"(NR)*

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalterada as demais disposições constantes na Portaria nº 25.204, de 08 de outubro de 2025.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:DF723A27

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 25.858, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO GERALDO NEPOMUCENO DAS NEVES

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6468/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de

entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, ocupante do cargo de Diretor de Segurança e Trânsito, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.
Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 14.003.15.452.0039.2.104.3.3.90.39.00.00.
Fonte 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Geraldo Nepomuceno das Neves	*066.xxx.xxx-07*	*R$ 100,00*

Prefeitura, Sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de Março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EC656F4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 25.859, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO
JOCELAINE PASSONI BARBOSA DA COSTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6188/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014.

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jocelaine Passoni Barbosa da Costa	*030.xxx.xxx-16*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:EB1A0CC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.865, DE 20/03/2026 - ADIANTAMENTO
WILSON CARLOS HASS

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 6819/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Contador, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 15.001.10.301.0041.6.108.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Wilson Carlos Hass	*897.xxx.xxx-34*	*R$ 60,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C1936569

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 012/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 012/2026

SÚMULA: Concede Diária(s) ao Vereador da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.208/2021, resolve CONCEDER diária ao Vereador desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:

Nome do Vereador: ANTONIO MACHADO DE JESUS FILHO
Data início: 22/03/2026
Data fim: 26/03/2026
Nº de Diárias:
04 (QUATRO) DIÁRIAS COM PERNOITE FORA DO ESTADO
VALOR UNIT. R$ 1.000,00 (mil reais).
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO
VALOR UNIT. R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais).
Município de destino/UF: BRASÍLIA/DF
Código do IBGE do Município destino: 5300108
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Participar do Encontro de Lideranças Paranaenses 2026, realizado na Câmara dos Deputados.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo e Transporte Aéreo.

Palmital, 20 de março de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:FFBC5F8D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 013/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 013/2026

SÚMULA: Concede Diária(s) à Servidor da Câmara Municipal e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base nas Leis Municipais nº 1.110/2018 e nº 1.208/2021, resolve CONCEDER diária à Servidor desta Casa de Leis, conforme especificado abaixo:
Nome do Servidor: FERNANDO CARNEIRO
Data início: 22/03/2026
Data fim: 22/03/2026
Nº de Diárias:
01 (UMA) DIÁRIA SEM PERNOITE DENTRO DO ESTADO
VALOR UNIT. R$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 270,00 (duzentos e setenta reais).
Município de destino/UF: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
Código do IBGE do Município destino: 4125506
Tipo objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
Objetivo da viagem: Realizar o transporte do vereador Antonio Machado de Jesus Filho, para embarque no Aeroporto Internacional Afonso Pena.
Meio de Transporte: Veículo Oficial do Legislativo.

Palmital, 20 de março de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:9DF5AFCA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 20 DE MARÇO DE 2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Decreta Luto Oficial por três (3) dias, em virtude do falecimento da Ex-Primeira Dama Sra. Silvania Schmitz e dá outras providências.

CONSIDERANDOo falecimento da Ex-Primeira-Dama Sra. Silvania Schmitz, ocorrido nesta data;

CONSIDERANDOos inestimáveis trabalhos dedicados a toda comunidade palmitalense no decorrer de sua vida como Primeira-Dama e o alto grau de qualidade na prestação de seus serviços;

CONSIDERANDOo consternamento geral da comunidade palmitalense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda desta ilustre cidadã exemplar, de conduta íntegra, respeitável;

CONSIDERANDOque a senhora SILVANIA dedicou-se aos Serviço Sociais e Administrativos do Município de Palmital-PR, que por muito tempo prestou um serviço formidável na área social;

CONSIDERANDO que é dever da Câmara Municipal de Palmital render justas homenagens àquele que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuiu para o bem estar da coletividade;

DECRETA:

Art. 1ºLuto Oficial, por 3 (três) dias, contados a partir desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da Ex-Primeira-Dama Sra. Silvania Schmitz, que, em vida, prestou inestimáveis serviços ao Município de Palmital-PR.

Art. 2ºDurante o período de luto oficial determinado por este Decreto, as bandeiras municipais ficarão hasteadas a meio mastro.

Art. 3° Ficam suspensos os atendimentos ao público na Câmara Municipal do dia 20 de março de 2026, retornando os trabalhos no dia 23 de março de 2026;

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Palmital, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

SALETE APARECIDA DE LIMA
Presidente da Câmara Municipal de Palmital-PR.

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:D918ABF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3 ADITIVO AO CONTRATO 16/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras e Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº07/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 08/2025

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2025
Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, e a empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VIEIRA LTDA,** com endereço à Av. Maximiliano Vicentin,1284 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, inscrita no 17.201.058/0001-04, neste ato por sua representante legal, Sra. MAIARA BRILHANTE VIEIRA, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 16/2025.
CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica aditivado o valor unitário Contrato Administrativo n. 16/2025, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado conforme requerimento da Contratada, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei Federal 14.133/2021.

NÚMERO DO ITEM	VALOR ATUAL (L)	VALOR	VALOR ATUALIZADO (L)
01	R$ 6,15	R$ 0,66	R$ 6,81

CLAÚSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam com as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 11 de Março de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Comercio De Combustiveis Vieira
MAIARA BRILHANTE VIEIRA
Contratada

Testemunhas:

Nome: LIDIANE SIMIANO

Nome: DIEGO PADILHA DE JESUS

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:66FBF120

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
4 ADITIVO AO CONTRATO 16/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Departamento de Compras e Licitações
PREGÃO ELETRÔNICO Nº07/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 08/2025

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2025

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, e a empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VIEIRA LTDA,** com endereço à Av. Maximiliano Vicentin,1284 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, inscrita no 17.201.058/0001-04, neste ato por sua representante legal, Sra. MAIARA BRILHANTE VIEIRA, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 16/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VALOR: Fica aditivado o valor unitário Contrato Administrativo n. 16/2025, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado conforme requerimento da Contratada, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei Federal 14.133/2021.

NÚMERO DO ITEM	VALOR ATUAL (L)	VALOR	VALOR ATUALIZADO (L)
01	R$ 6,81	R$ 0,16	R$ 6,97

CLAÚSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam com as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 17 de Março de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Comercio de Combustiveis Vieira
MAIARA BRILHANTE VIEIRA
Contratada

Testemunhas:

Nome: LIDIANE SIMIANO

Nome: DIEGO PADILHA DE JESUS

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C4C980DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
5 ADITIVO ASO CONTRATO 16/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 14/2025

5º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 16/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE DIESEL S10, DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL-PR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **COMERCIO DE COMBUSTIVEIS VIEIRA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Av Maximiliano Vicentin, 1284 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 17.201.058/0001-04, neste ato representado por MAIARA BRILHANTE VIEIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 094.***.***-54, denominada **CONTRATADO** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 16/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº16/2025 do **Pregão 7/2025**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 18/03/2026 ate 17/04/2026 àquele constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 18/03/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Comercio de Combustiveis Vieira LTDA
MAIARA BRILHANTE VIEIRA
094.***.***-54
Contratada

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:7CE4A891

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 08/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 08/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 30/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DIESEL S-10, DESTINADA AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.**

DATA DE ABERTURA: 02/04/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 20 de março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:A98C6249

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 18 DE 20 DE MARÇO DE 2026

DECRETO Nº 18 DE 20 DE MARÇO DE 2026

DECRETA LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmital, Estado do Paraná, Senhor **ROBERTO CARLOS ROSSI,** no exercício das suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o falecimento na data de hoje, dia 20 de Março de 2026 de **SILVANIA SCHIMITZ,** nascida em 22 de Março de 1974 em Capanema/PR, filha de Arno Schimitz e Celestina Schimitz e mãe de Manuela Schimitz de Souza;

CONSIDERANDO que Silvania foi uma personalidade marcante na história de Palmital exercendo concomitantemente várias funções junto à administração pública Municipal, tais como Secretária Municipal de Administração (2019/2022), Secretária Municipal de Finanças (2018/2022), Secretária Municipal de Esporte e Cultura (2017/2022), Secretária Municipal de Assistência Social (2017/2022) e Primeira-dama no período de 2017 a 2022, sempre pautando sua atuação pela sabedoria, competência e responsabilidade com o desenvolvimento do Município.

CONSIDERANDO também que Silvania foi professora na rede estadual de ensino, lecionando no Município de Palmital por vários anos, sempre respeitando discentes e docentes no exercício de suas funções;

CONSIDERANDO ainda que Silvania foi mais do que uma figura pública, foi uma presença marcante na vida política e administrativa do município, deixando um legado de dedicação, firmeza e compromisso com o bem coletivo, atuando ao longo de sua trajetória com responsabilidade e força, sempre buscando o desenvolvimento da comunidade e a melhoria das condições de vida da população.

CONSIDERANDO por fim que foi uma mulher visionária e determinada, que deixou sua marca no desenvolvimento econômico do município por meio de sua atuação no setor
empresarial, com coragem, dedicação e espírito empreendedor, construiu uma trajetória sólida, gerando oportunidades, empregos e contribuindo de forma significativa para o crescimento local,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE PALMITAL** por 03 dias, pelo falecimento de **SILVANIA SCHIMITZ**.

Art. 2º Em sinal de respeito e reconhecimento, determino as seguintes providências para o dia de hoje:
I. Ficam suspensos os serviços atendimentos ao público no Paço Municipal e demais órgãos, com fechamento de todos os setores e fixação de nota de luto nas portas;
II. Ficam suspensas as aulas, o serviço administrativo e o transporte escolar próprio e terceirizado em todo o território do Município de Palmital;
III. O serviço de saúde funcionará apenas em regime de plantão;

Art. 3º Durante os três dias os pavilhões nacional, paranaense e municipal deverão ser hasteados a meio mastro em sinal de luto.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palmital, 20 de Março de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:502151E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE CONVENIO - CONSORCIO INTERGESTORES DE SAUDE 2026

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2026

CONVÊNIO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de Palmital-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.680.025/0001-82, com sede à Rua Moisés Lupion, 1001 nesta cidade de Palmital - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, prefeito, portador do CPF nº 964.308.079-91, RG nº 5.369.303-2, expedido pelo SSP/PR, residente e domiciliado a Rua Vicente Machado, 416, Centro, município de Palmital, Estado Paraná, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702, em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).
CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:
I – PREFEITURA MUNICIPAL:
a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) em quatro parcelas de R$ 40.000 (quarenta mil) reais, as quais deverão ser depositadas em conta corrente específica do Banco do Brasil, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:
a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da

Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo:
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
002 – Fundo Municipal de Saúde
10.303.1001.2066 – Manutenção da Farmácia Básica
3.3.72.32.00.00 – MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
03850 e 0303.01.02.00.00 - Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%).
CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.
CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.
CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.
CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.
CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução, ou digitalmente, dispensadas as testemunhas, por força do § 4º, do art. 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, Código de Processo Civil Brasileiro.
Palmital-PR, 20 de Fevereiro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho
Deliberativo do Consórcio

Publicado por:
Danilo Amorim Schreiner
Código Identificador:9E5FBA22

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA 067/2026

PORTARIA Nº 67/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Complementares n.º 132/2011 e nº 142/2012, Decreto nº 630 de 06 de Março de 2025, e tendo em vista do processo protocolado sob o nº 17601/2026.

RESOLVE:

I – CONCEDER, férias a servidora abaixo especificado conforme o período concessivo que discrimina:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	INÍCIO	TÉRMINO
90067-3	Claudineia Pinto dos Santos	16/01/2025 à 15/01/2026	10	06/04/2026	15/04/2026
			15	13/07/2026	27/07/2026
			05	10/08/2026	14/08/2026

II – ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 20 de Março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Mariza Voi Frezzatti
Código Identificador:841E9423

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 003/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4529/2026

Objeto: "Aquisição de CARGA DE GÁS DE COZINHA (GLP) 13KG", de modo a atender as necessidades da PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA.

Contratada: ABNE DE ARRUDA MAIA- EPP**,**

CNPJ: 81.121.519/0001-20

Valor Total: R$ 1.428,00 (Um mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

RATIFICO todos os atos praticados no presente procedimento licitatório – modalidade Dispensa de Licitação n° 003/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal n° 14.133/2021.

Em consequência **homologo** o presente procedimento.

Cumpra-se

Paranaguá, em 20 de março de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:82A643B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15

IPM Sistemas Ltda - CNPJ Nº 01.258.027/0001-41.

Objeto: "Dispensa Emergencial de Licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema) de gestão pública integrada, no modo de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento do sistema, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem de cada solução em data center e todas as demais condições constantes no inteiro teor do processo administrativo nº 16.108/2026. A necessidade da contratação emergencial decorre da impossibilidade jurídica de prorrogar o contrato vigente, conjugada com a impossibilidade fática de concluir a nova licitação (PE 11/2026) e implantar o novo sistema antes do vencimento contratual." Contratação através de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, inciso VIIl, da Lei Federal n° 14.133/2021, c/c art. 160 do Decreto Municipal n° 4319/2023, e inteiro teor do processo administrativo nº 16.108/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação.

Valor total da contratação: O valor anual para essa contratação Multientidade será de:

•
R$ 4.508.180,88 – Município de Paranaguá;

•
R$ 239.907,24 – Câmara Municipal de Paranaguá;

•
R$ 148.112,76 – CAGEPAR;

d) R$ 109.589,40 – Paranaguá Previdência.

Dotação Orçamentária – Os recursos orçamentários para a contratação do objeto no presente Processo Licitatório estão indicados abaixo: Ref. 210 – 08.04.2041.3.3.90.40 fonte 1000; Ref. 290 – 10.01.2060.3.3.90.40 fonte 1303; Ref. 323 – 10.01.2062.3.3.90.40 fonte 1303; Ref. 324 – 10.01.2062.3.3.90.40 fonte 1520.

10.2. Os recursos orçamentários da FASP e CAGEPAR serão adicionadas após a locação.

Foro: Paranaguá-Pr

Paranaguá, 20 de Março de 2026.

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:21F55816

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ – CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
MZA MOURAD LTDA - CNPJ nº 19.667.300/0001-57

Objeto: "Locação de Imóvel destinado à implantação da Sede Administrativa do Departamento de Patrimônio, para atender as demandas aos serviços de demanda do município, e, ao desenvolvimento das suas atividades e atribuições a estrutura organizacional. Imóvel com com estrutura física possuindo aproximadamente 500 (quinhentos) m², sediado na área central, na Rua Manoel Pereira, neste Município. Com fulcro no artigo 74, inc. V da Lei Federal Nº 14.133/21, e, inteiro teor do processo administrativo nº 7706/2026, Secretaria Municipal de Administração".

Processo Administrativo nº: 7706/2026

Valor da Contratação: Valor anual de R$ 240.000,00 (Duzentos e quarenta mil reais)

Período de Contratação: 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, a critério da administração, conforme legislação vigente.

Dotação orçamentária: 08.001.2040.004.0122.3339039.1500.1000

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 20/03/2026

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:0015DFCD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - CNPJ nº 76.017.458/0001-15.
ACADEMIA VITORINO & MENDONÇA LTDA - CNPJ Nº 43.434.728/0001-34.

Objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento e Aperfeiçoamento, para Capacitação de Servidores Públicos Municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "Comunicação para Governos e Instituições", na Modalidade Online, destinados `capacitação de servidores que atuam nas áreas de comunicação e gestão estratégica da Administração Pública Municipal, para atualização e aprimoramento das técnicas de comunicação pública, planejamento estratégico da comunicação institucional, transparência das ações governamentais, comunicação digital e relacionamento com a sociedade". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 16.060/2026, em atendimento do Departamento de Comunicação/Secretaria Municipal de Governo.

Processo Administrativo nº: 16.060/2026

Valor da Contratação por participante: R$ 3.000,00 (três mil reais)

Dotação orçamentária: 02.002.2340.004.0131.046.3.339039.4800.1510

Foro: Paranaguá-Pr

Data: 20/03/2026

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:20FA62BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento licitatório – modalidade Dispensa de Licitação nº 012/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 20 de Março de 2026.

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:6DFFC8E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 013/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21

Em consequência homologo o presente procedimento.
Paranaguá, 19 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:BE4E8EF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 20 de março de 2026.

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:D3C70DAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento – Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 20 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:121D6D61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

O Secretário Municipal de Trabalho e Inovação de PARANAGUÁ - PR., no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto nº 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Dispensa de Licitação nº 012/2026, que tem por Objeto: "Dispensa Emergencial de Licitação para Contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema) de gestão pública integrada, no modo de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento do sistema, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem de cada solução em data center e todas as demais condições constantes no inteiro teor do processo administrativo nº 16.108/2026. A necessidade da contratação emergencial decorre da impossibilidade jurídica de prorrogar o contrato vigente, conjugada com a impossibilidade fática de concluir a nova licitação (PE 11/2026) e implantar o novo sistema antes do vencimento contratual." Contratação através de Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 75, inciso VIIl, da Lei Federal n° 14.133/2021, c/c art. 160 do Decreto Municipal n° 4319/2023, e inteiro teor do processo administrativo nº 16.108/2026, em atendimento da Secretaria Municipal de Trabalho e Inovação.

II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada**: IPM Sistemas Ltda - CNPJ Nº 01.258.027/0001-41.**

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

Paranaguá, 20 de Março de 2026.

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:C2C7DC39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026

O Sr Secretário Municipal de Governo de Paranaguá-Pr, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. "Contratação de Empresa Especializada para Execução à Plataforma Eletrônica de Licitações, para utilização no planejamento, operacionalização e acompanhamento de procedimentos licitatórios neste Município de Paranaguá, de forma gratuita, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, decorre da necessidade ampliar a eficiência, transparência, competitividade e segurança jurídica dos procedimentos licitatórios. Os encargos operacionais serão suportados pelos fornecedores que venham a participar dos procedimentos licitatórios, não havendo custos para o município, licença de uso gratuita. Ão há obrigatoriedade de exclusividade, podendo ser utilizado com outras plataformas, com requisitos técnicos mínimos como operação 100% eletrônica via navegador; realização de todas as modalidades eletrônicas. Emissão de atas e relatórios automáticos, integração com sistemas internos, banco de preços e suporte técnico gratuito. Com fulcro no artigo 74 da Lei federal nº 14.133/2021, e, inteiro teor do processo administrativo nº 65888/2025, em atendimento à Secretaria Municipal de Governo.

II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada**: BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL COMPRAS** - CNPJ Nº 10.508.843/0001-38.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 19 de Março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:9292EE22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026

O Secretário Municipal de Administração do Município de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 014/2026, que tem por objeto: "Locação de Imóvel destinado à implantação da Sede Administrativa do Departamento de Patrimônio, para atender as demandas aos serviços de demanda do município, e, ao desenvolvimento das suas atividades e atribuições a estrutura organizacional. Imóvel com com estrutura física possuindo aproximadamente 500 (quinhentos) m², sediado na área central, na Rua Manoel Pereira, neste Município. Com fulcro no artigo 74, inc. V da Lei Federal Nº 14.133/21, e, inteiro teor do processo administrativo nº 7706/2026, Secretaria Municipal de Administração".

II. Adjudico o objeto à Licitante Contratada**: MZA MOURAD LTDA - CPF nº 19.667.300/0001-57.**
III. Este Termo entrará em vigor nessa data.
PARANAGUÁ, 20 de março de 2026.

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:F8470057

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

O Secretário Municipal de Governo de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais, que disciplina o Decreto 831/2018;

R E S O L V E:

I. Fica homologado o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 015/2026, que tem por objeto: "Contratação de Serviços de Treinamento e Aperfeiçoamento, para Capacitação de Servidores Públicos Municipais, na área do curso que se pretende realizar, com o tema: "Comunicação para Governos e Instituições", na Modalidade Online, destinados capacitação de servidores que atuam nas áreas de comunicação e gestão estratégica da Administração Pública Municipal, para atualização e aprimoramento das técnicas de comunicação pública, planejamento estratégico da comunicação institucional, transparência das ações governamentais, comunicação digital e relacionamento com a sociedade". Com fulcro no artigo 74, inciso III, alínea f, e, inteiro teor do processo administrativo nº nº 16.060/2026, em atendimento do Departamento de Comunicação/Secretaria Municipal de Governo.

II. Adjudico o termo de fomento a Contratada: **ACADEMIA VITORINO & MENDONÇA LTDA -** CNPJ Nº 43.434.728/0001-34.

III. Este Termo entrará em vigor nessa data.

PARANAGUÁ, 20 de março de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:44649924

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 009/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução 09/2026– Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dispõe sobre a homologação e publicação das candidaturas habilitadas ao processo eleitoral da Diretoria do CMDCA – mandato 2026/2027.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Paranaguá, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Municipal nº 3.176/2011 e pelo Regimento Interno do CMDCA,

CONSIDERANDO
O Edital nº 01/2026 – CMDCA, que dispõe sobre o processo eleitoral para escolha da Diretoria do Conselho;

O período de inscrições realizado entre os dias **12 de março de 2026 a 18 de março de 2026**;

A análise das inscrições realizada pela Comissão Eleitoral designada pela Resolução nº 03/2026;

A necessidade de dar publicidade às candidaturas habilitadas, garantindo transparência ao processo eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar e tornar pública a relação de candidaturas **DEFERIDAS** ao processo eleitoral para escolha da Diretoria do CMDCA – mandato **01/04/2026 a 31/03/2027**, conforme segue:

I – PARA O CARGO DE PRESIDENTE
Marciney Santos de Oliveira pelo INAT - Instituto Nacional do Trabalhador (OSC)

II – PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE
Tathiane Silva Ferreira pela Secretaria Municipal da Mulher, desenvolvimento social e igualdade social (GOV)

III – PARA O CARGO DE SECRETÁRIO(A)
Israela Thais Lavne pelo Centro de Educação Infantil Perseverança (OSC)

Art. 2º Fica assegurado aos candidatos o direito de ciência quanto ao resultado da análise de suas inscrições.

Art. 3º A eleição para escolha da Diretoria do CMDCA será realizada no dia **25 de março de 2026**, conforme disposto no Edital nº 01/2026.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 20 de março de 2026.

MARCINEY SANTOS DE OLIVEIRA
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:2CC8CFF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
ATA DA 01ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - CIE

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 20 de Março de 2026, reuniu-se na Sede da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Arena Albertina Salmon, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 518/2025, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ADIB MOHAMED BAHY, HÉRICA CRISTINA DE PIERRI RAMOS E ROBERT DE ABREU FIGUEIRA.

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, SHEILA REGINA BATISTA FERREIRA

Iniciada a reunião foram apresentadas as seguintes pautas pelo Sr. Presidente:
- Apresentação de novos pedidos do Programa Auxílio Atleta
- Apresentação de novos candidatos da Chamada Pública nº 13/2025 – Credenciamento de árbitros.
- Apresentação de esclarecimentos quanto a despesas realizadas com gastos de pessoal, da Associação Casa Missionária, referente ao Chamamento Público 001/2025.
- Discussão sobre o item 20.28 do Edital de Chamamento Público nº 014/2025 – Seleção de entidades privadas sem fins lucrativos na área do esporte de formação e rendimento não profissional.
Posteriormente a apresentação das pautas, foi iniciada a avaliação dos pedidos protocolados para contemplação do Programa Auxílio Atleta, sendo deliberados e aprovados os seguintes pedidos:

PROCESSO	REQUERENTE	STATUS	CATEGORIA	DESTINO	VALOR
13208/2026	Fábio Luiz Meduna	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13303/2026	Denise Rocha Torres	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13306/2026	Ricardo Mikoda	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13311/2026	Danilo dos Santos	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13212/2026	Paulo Vitor Ramos Guimarães Souza	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13313/2026	Ingrid Hayane Santana Dias	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13319/2026	Giovana Cordeiro Ramos	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13368/2026	Victor Matheus dos Santos Silva	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13205/2026	Giulian Venancio de Paula Rabello	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13450/2026	Gabriel Cordeiro Ramos	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13456/2026	Cicero Dias dos Santos	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13459/2026	Margareth de Fatima Abreu	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13663/2026	José Ricardo dos Santos	APROVADO	Mountain Bike	Araucária/SC	60 UFM
13517/2026	Yasmin Meduna	APROVADO	Jiu-Jitsu	Barueri/SP	132 UFM
13548/2026	Lauriane Clarice dos Santos Mendes	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM
13682/2026	Luiz Guilherme Ribeiro Reis	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM
13683/2026	Murilo Cruz Reis	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM
13684/2026	Luiz Gustavo Cruz Reis	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM
13984/2026	Pietro Raphael Vela	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM
13990/2026	Marcelo Seiji Kudeken	APROVADO	Jiu-Jitsu	Estados Unidos	860 UFM

Finalizada a avaliação do programa auxílio atleta, foi iniciada a avaliação dos candidatos a credenciamento do Chamamento Público nº 13/2025 – Credenciamento de árbitros, sendo apresentado a todos os membros o protocolo de abertura digital, posteriormente deliberado e acatado por todos, apresentando os seguintes resultados conforme quadro abaixo:

PROCESSO	REQUERENTE	STATUS	FUNÇÃO
17427/2026	ELÍSIO CARLOS DA SILVA MENDES	APROVADO	ÁRBITRO

Posteriormente a finalização da avaliação do Chamamento Público 013/2025, foi solicitado pelo Sr. Robert de Abreu Figueira a dispensa da discussão da próxima pauta, tendo em vista sua atuação na entidade em questão.
Justificada e acatada a dispensa do membro em questão pela comissão, foi lida a apresentação dos esclarecimentos por parte da Associação Casa Missionária, através dos protocolos nº 17695/2026 e 17700/2026, referente a despesas de gastos com pessoal.
Considerando que a Associação Casa Missionária foi contemplada com o valor global de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), a ser executado conforme as disposições do edital e que o referido montante corresponde ao pagamento parcelado ao longo da vigência do projeto, foi identificada divergência quanto aos valores efetivamente repassados ao monitor, não sendo acostados documentos comprobatórios suficientes que justifiquem a diferença apurada.
No uso de suas atribuições, a Comissão de Incentivo ao Esporte – CIE delibera:
Pela obrigatoriedade de regularização dos valores não repassados ao monitor, referentes aos meses anteriores, em conformidade com o que preconiza o Edital de Chamada Pública, suspensão do último repasse financeiro à entidade, até que seja devidamente comprovada a regularização da pendência, sendo estabelecido o prazo improrrogável de 06 de abril de 2026 para a devida regularização e apresentação da comprovação documental.
O não cumprimento da presente deliberação implicará em impedimento da entidade para celebração de novo Termo de Colaboração, especialmente no âmbito da Chamada Pública nº 14/2025, prevista para formalização no mês de maio de 2026.
Finalizada a deliberação e iniciando a última pauta da reunião, iniciou-se a leitura e discussão o item 20.28 do edital de chamamento público 014/2025, sendo aprovada por unanimidade o aditivo de valor de 25% dos programas 05 e 06.
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Gabriel Pereira das Neves, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente.

Paranaguá, 20 de Março de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente

GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Membro

ADIB MOHAMED BAHY
Membro

HÉRICA CRISTINA DE PIERRE RAMOS
Membro

ROBERT DE ABREU FIGUEIRA
Membro

Publicado por:
Adib Mohamed Bahy
Código Identificador:E166B51C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.574

DECRETO Nº 1.574

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de

acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 558.000,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Cultura	
06.004		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
06.004.0013.0392.0004.2022	Promovemos a democratização da cultura, garantindo o acesso à arte e ao conhecimento para todos, com foco especial em comunidades e públicos que tradicionalmente não têm acesso a eventos culturais. Nossas ações incluem a realização de cursos, oficinas, intercâmbios, publicações e eventos, que oferecem experiências diversas e inclusivas, como apresentações artísticas, debates, workshops práticos e lançamentos de obras. O objetivo é criar espaços de interação, aprendizado e valorização das manifestações culturais locais, fomentando a participação ativa e o desenvolvimento criativo de cada indivíduo.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01028 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	R$ 6.260,00
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01650 - M. Turismo Convênio n.º 982073/2025 - EP Tadeu Veneri - CEF 573939781-9	R$ 551.740,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 558.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7868DC68

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.575

DECRETO Nº 1.575

> "Recompõe o Conselho Municipal de Saneamento Básico conforme Decreto nº 866/2018. Revoga o Decreto nº 1.497/2019, conforme a Política Nacional do Saneamento Básico e a Lei Complementar nº 166/2014."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a necessidade de se reestabelecer um procedimento de recomposição do Conselho Municipal de Saneamento Básico - COMSAB, com objetivo de controle social dos serviços públicos, garantindo segurança jurídica, publicidade, participação e isonomia aos administrados;

DECRETA:

Art. 1º Fica composto o Conselho Municipal de Saneamento Básico na forma a seguir:

I - São membros natos, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca, que presidirá o Conselho e o Presidente da Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá que exercerá a função de Secretário do Conselho Municipal de Saneamento - COMSAB;

II - Representante do Conselho Municipal de Saúde, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

III - Representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

IV - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

V - Representantes das empresas prestadoras de serviços de saneamento básico, contratadas pela Administração Pública Municipal, sendo 1 (um) Titular representante da Pavi Ambiental e 1 (um) Suplente representante da Paranaguá Saneamento;

VI - Representante do Observatório Social de Paranaguá, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

VII - Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

VIII - Representante do Conselho Regional de Biologia, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

IX - Representante da União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá - UMAMP, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente

X - Representante da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente;

XI - Representante do Instituto Água e Terra, sendo 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente.

Art. 2º A indicação dos membros ocorrerá por meio de Portaria a ser publicada em 30 dias, contado da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1.497/2019.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS PEDRERO VEGA
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D16873DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.572

DECRETO Nº 1.572

"Dispõe sobre a criação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na área constante da matrícula nº 57.363 do Registro de Imóveis de Paranaguá, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido nos artigos 4º e 11 da Lei Complementar nº 63, de 27 de agosto de 2007, e no Processo Administrativo nº 101.773/2025,

DECRETA:
Art. 1º Fica criada a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na área constante da matrícula nº 57.363 do Registro de Imóveis de Paranaguá, que passará a ser denominada de ZEIS "RIO DOS ALMEIDAS".

Art. 2º A presente Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) tem por escopo a oferta de lotes urbanizados, destinados à habitação popular, implantação de equipamentos sociais e espaços públicos, através de implantação de loteamento com características especiais.

Art. 3º Fica estipulado o prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para ser elaborado, a expensas do requerente, o Plano de Urbanização especifico para intervenção na área, que deverá ser aprovado mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O Plano de Urbanização específico deverá atender o disposto na Lei Complementar nº 63, de 27 de agosto de 2007, e demais Leis Federal, Estadual e Municipal.

Art. 4º Revoga o Decreto nº 1.434, de 02 de abril de 2014.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7E9F296D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.573

DECRETO Nº 1.573

"Dissolve o Grupo de Trabalho para realização de padronizações técnicas necessárias, atualizações legislativas, correções de inconsistências e estruturação das atividades."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

I - Fica dissolvido o Grupo de Trabalho para realização de padronizações técnicas necessárias, atualizações legislativas, correções de inconsistências e estruturação das atividades, instituído pelo Decreto nº 741, de 28 de março de 2025, em razão da finalização dos trabalhos.

II - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7385DA11

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.576

DECRETO Nº 1.576

"Designa Comissão Especial de Chamamento Público para análise e julgamento das propostas vinculadas ao Processo Administrativo nº 6.597/2026."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 6.597/2026,

CONSIDERANDO a necessidade de formalização dos responsáveis pela condução do procedimento de chamamento público referente ao Processo Administrativo nº 6.597/2026,

CONSIDERANDO as orientações constantes na manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município nos autos do referido processo,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis aos procedimentos administrativos de seleção pública,

DECRETA:

Art. 1° Fica instituída a Comissão Especial de Chamamento Público, responsável pela análise e julgamento das propostas apresentadas no âmbito do Chamamento Público vinculado ao Processo Administrativo nº 6.597/2026.

Art. 2° A Comissão Especial de Chamamento Público será composta pelos seguintes servidores: GUSTAVO AMIN HAMMOUD, matrícula: 98.793-1, como Presidente; e JENNIFER DE FREITAS BEZERRA, matrícula: 11.299-1; DIRCEU PEREIRA, matrícula: 98.961-1, como membros.

Art. 3º Compete à Comissão Especial de Chamamento Público:

I - conduzir as etapas do procedimento de chamamento público no âmbito do Processo Administrativo nº 6597/2026;
II - analisar a documentação e as propostas apresentadas pelos interessados;
III - proceder ao julgamento das propostas, observados os critérios estabelecidos no instrumento convocatório;
IV - elaborar atas, relatórios e demais registros necessários à regular instrução do procedimento;
V - praticar os demais atos necessários ao regular andamento do procedimento de seleção.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:DF006990

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.577

DECRETO Nº 1.577

"Exonera Jurema Barbosa Pinto Leysen do cargo em comissão que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

EXONERAR,

JUREMA BARBOSA PINTO LEYSEN, do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Rota Escolar VI, Símbolo DAS-4, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:0BA05B43

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ERRATA

ERRATA:

Considerando o equívoco na publicação da Portaria nº 2.067, datada de 19 de março de 2026, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20/03/2026, ed. nº 3.493, na página 242,

TORNA-SE ANULADA uma das duas publicações da Portaria supracitada, constante na mesma página, por motivo de duplicidade, permanecendo válida a única publicação regular do referido ato.

Paranaguá, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:EC77A6B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.664

LEI Nº 4.664, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre a Política Municipal de Mobilidade e institui o Plano de Mobilidade Urbana (Planmob) do Município de Paranaguá e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Mobilidade e Institui o Plano de Mobilidade Urbana (Planmob) do Município de Paranaguá, e tem por finalidade assegurar o direito de ir e vir a toda população, garantindo os deslocamentos de pessoas e cargas no seu território e o escoamento da produção urbana e rural com acessibilidade, sustentabilidade e a melhor relação custo-benefício social e ambiental, por meio da:

I - diversificação dos usos e das atividades no espaço municipal e do litoral visando à redução da necessidade de deslocamento;
II - integração regional e municipal dos transportes e do sistema viário;
III - o desenvolvimento de ações integradas em mobilidade e adaptáveis à realidade social, ambiental e econômica do Município de Paranaguá.

CAPÍTULO I
DOS CONCEITOS

Art. 2º A Política Municipal de Mobilidade Urbana e o Plano de Mobilidade Urbana do Município serão implementados em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, bem como com as demais normas aplicáveis.

Art. 3º O Planmob Paranaguá é parte integrante do processo de planejamento municipal, o qual incorpora as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município de Paranaguá, e suas diretrizes e prioridades devem ser incorporadas no Plano Plurianual, e demais legislações urbanísticas.

Art. 4º O Planmob Paranaguá abrange a totalidade do território do Município, definindo:

I - a política de mobilidade urbana e transporte do Município de Paranaguá;
II - as políticas públicas de transporte e circulação do Município e sua integração com os demais municípios litorâneos;
III - os Programas e Planos Estratégicos do governo municipal correlacionados à mobilidade urbana;
IV - a gestão do Sistema de Planejamento de Mobilidade Urbana;
V - o fomento da mobilidade sustentável no território municipal.

Art. 5º O Sistema Municipal de Mobilidade Urbana é formado por um conjunto de órgãos, de normas, de recursos humanos e de recursos técnicos utilizados com o objetivo de coordenar ações públicas, em parceria com as entidades privadas e com a sociedade em geral na implementação dos objetivos do Planmob Paranaguá.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Mobilidade Urbana visa o fomento e implantação de diversos programas setoriais com o objetivo de modernização da ação governamental em relação a política de mobilidade e transporte no território municipal.

Art. 6º O Planmob Paranaguá parte da realidade do Município e tem como prazos, curtos (entre 0 e 3 anos); médios (entre 3 e 5 anos) e longos (mais que 5 anos).

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º O Planmob Paranaguá como instrumento estratégico da política de mobilidade urbana municipal rege-se pelos seguintes princípios:

I - inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas de mobilidade qualificada a todos os munícipes;
II - direito à Cidade para todos, compreendendo o direito ao transporte eficiente e de qualidade, ao sistema viário qualificado e integrado, à circulação segura e confortável nos diversos modos de transporte e deslocamento; ao acesso aos serviços públicos, aos equipamentos urbanos, ao trabalho, ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

III - respeito às funções sociais da Cidade e à função social da propriedade, nos termos da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade;
IV - participação da população nos processos de decisão e planejamento, através de gestão democrática;
V - integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação com o objetivo de preservação dos recursos naturais, através do incentivo aos modos de transporte sustentáveis;
VI - acessibilidade universal;
VII - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
VIII - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
IX - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
X - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Municipal de Mobilidade Urbana;
XI - segurança nos deslocamentos das pessoas;
XII - aperfeiçoamento da logística do transporte de cargas no Município de Paranaguá;
XIII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
XIV - ampliação da dinâmica e rede de mobilidade metropolitana;
XV - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
XVI - priorização dos modos não motorizados sob os motorizados, e
XVII - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E INSTRUMENTOS

Art. 8º São Objetivos Estratégicos da Política Municipal de Mobilidade Urbana de Paranaguá ordenar o pleno desenvolvimento da circulação e da mobilidade urbana, através da distribuição socialmente justa do acesso equilibrado e diversificado dos modos de circulação e de transporte viário e hidroviário em seu território, de forma a assegurar a acessibilidade e o bem-estar equânime de seus habitantes mediante:

I - Promoção de um sistema viário seguro, acessível e sustentável, através da:

a) a implementação de infraestrutura urbana de circulação, transporte e serviços e equipamentos públicos de mobilidade urbana;

b) o planejamento do desenvolvimento da Cidade de Paranaguá, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município de modo a evitar e corrigir as distorções de circulação e seus efeitos negativos sobre o ambiente construído e natural;

c) a ordenação e controle do uso do solo, de forma a combater e evitar a proximidade ou conflitos entre usos existentes e propostos e modos de deslocamento e de transporte; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura de mobilidade urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego sem a previsão da infraestrutura correspondente; a deterioração das áreas urbanizadas e os conflitos entre usos e a função das vias que lhes dão acesso;

d) a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, por meio de infraestruturas e serviços de mobilidade, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;

e) a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e urbanístico;

f) a melhora na eficácia da mobilidade litorânea;

g) a complementação, a melhora e o ajuste do sistema viário em especial nas áreas de urbanização incompleta, visando sua estruturação e ligação interbairros;

II - Calibração da pirâmide invertida da mobilidade urbana, através da:

a) a utilização racional dos modos de transporte de modo a garantir uma cidade sustentável, social, econômica e ambientalmente, para as presentes e futuras gerações, fomentando a utilização de modos de transportes não motorizados e do transporte coletivo;

b) melhoria e complementação do sistema de mobilidade urbana, com integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário, hidroviário e de circulação de pedestres, dotando-o de condições adequadas de acessibilidade universal e sinalizações adequadas;

c) a complementação, a melhora e o ajuste do sistema de transporte público coletivo, aprimorando as condições de circulação dos veículos;

d) a complementação, a melhora e o ajuste do sistema cicloviário;

e) a promoção do transporte de passageiros por meio do sistema hidroviário;

f) o incentivo a utilização de veículos motorizados individuais movidos à base de energia elétrica ou a hidrogênio, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a poluição sonora, e a redução de gastos com combustíveis com a utilização de veículos movidos com fontes de energias renováveis ou combustíveis menos poluentes; e

III - Redução das desigualdades e promoção da inclusão social, através da:

a) a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de mobilidade urbana, em atendimento ao interesse social;

b) a adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos da mobilidade urbana, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

IV - Mobilização e difusão dos conceitos da mobilidade em uma gestão democrática, através da:

a) a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de mobilidade urbana;

b) a consolidação da gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

V - Equilíbrio do sistema de mobilidade e da logística de transporte de cargas:

a) a consolidação do Município como centro logístico e de atividades produtivas e geradoras de emprego e renda;

b) o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades;

Art. 9º Para viabilizar a Política Municipal de Mobilidade Urbana, que tem o objetivo de facilitar os deslocamentos e a circulação de pessoas e bens no município, quando for de interesse público e compatível ao estabelecido no Planmob Paranaguá poderão ser adotados os seguintes instrumentos, sem prejuízo aos demais previstos na lei federal que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana:

I - restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de modos motorizados em locais e horários predeterminados;
II - dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados;

III - escalonamento de horários, no sentido de distribuir os deslocamentos urbanos;
IV - estabelecimento da política de estacionamentos rotativos;
V - controle do uso e operação da infraestrutura viária destinada à circulação e operação do transporte de carga, concedendo prioridades ou restrições;
VI - implantação de medidas de associação do uso e ocupação do solo ao sistema de transporte coletivo, como as operações urbanas consorciadas no entorno de corredores de transporte coletivo prioritários existentes ou dos que vierem a ser instalados, que terão as seguintes finalidades para efeito de efetivação da Política Municipal de Mobilidade:

a) obtenção de recursos para ampliação e melhoria da rede de transporte público coletivo;

b) implantação e melhoria de espaços públicos, principalmente os destinados a modos de transporte não motorizado, que devem ser estimulados, com a implantação de um Programa de Calçadas;

c) melhoria e ampliação da infraestrutura e da rede viária, priorizando os transportes coletivos, transportes não motorizados e as ligações regionais e perimetrais que contribuem para a desconcentração e descentralização urbanas;

d) implementação da rede de transportes hidroviário.

VII - definição de políticas de preços dos serviços de mobilidade, incluindo políticas tarifárias para o transporte público, utilização de descontos, subsídios e desoneração tarifária, como instrumentos de direcionamento da demanda para o transporte público, modos coletivos e não motorizados com tecnologias ambientalmente limpas;
VIII - estabelecimento de consórcios, convênios e acordos com o Estado do Paraná e/ou municípios litorâneos com vistas à gestão coordenada dos sistemas de mobilidade urbana, na forma da lei;
IX - estimular o transporte solidário ou compartilhado e a mobilidade corporativa.

Parágrafo único. Fica proibida a implantação de pedágio urbano, isto é, a cobrança de modais motorizados quando pela utilização da malha viária no município bem como de rodízio de placas.

TÍTULO II
DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Art. 10. Respeitado o princípio da autonomia municipal, o Planmob Paranaguá assegurará o pleno funcionamento da integração regional entre os Municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Paranaguá, especialmente transporte público e sistema viário regional.

Art. 11. Constituem-se funções públicas de interesse comum:

I - transporte público e sistema viário e hidroviário regional;
II - promoção de construção de novas vias e novos acessos à rede viária e hidroviária regional e melhorar as interseções existentes, respeitando os modos não motorizados de transporte e, especialmente, aqueles acessos e vias envolvidos nos itinerários do transporte público principalmente entre Paranaguá e seus municípios limítrofes: Antonina, Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Morretes, e Guaraqueçaba através da Baía de Paranaguá;
III - fomento da integração do sistema de transporte público coletivo municipal com o regional;
IV - turismo;
V - o planejamento do uso de ocupação do solo, observados os princípios da Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade;
VI - informações regionais e cartografia.

Art. 12. Constituem-se em Elementos Estruturadores da Região Imediata de Articulação de Paranaguá os eixos que constituem o arcabouço da região, os quais, com suas características diferenciadas, permitem alcançar progressivamente maior integração entre os municípios, entre o tecido urbano e o sítio natural, melhor coesão e fluidez entre suas partes, bem como maior equilíbrio entre as áreas construídas e os espaços abertos, compreendendo:

I - as vias e hidrovias que estabelecem as principais ligações entre as diversas partes do Município e entre este e os demais municípios;
II - as vias que interligam as diversas regiões do Município e atendem à demanda concentrada e organizam a oferta de transporte;
III - as vias que interligam os principais centros e eixos de comércio e serviços consolidados ou em consolidação, e pelos grandes equipamentos urbanos, tais como parques, terminais, hospitais, universidades, aeroporto e por novas centralidades a serem criadas;
IV - os Equipamentos Sociais, que constituem o conjunto de instalações regionais destinadas a assegurar o bem-estar da população mediante a prestação de serviços públicos de saúde, educação, cultura, lazer, abastecimento, segurança, transporte e comunicação;
V - os parques, reservas e unidades de preservação, que constituem o conjunto dos espaços naturais, de propriedade pública ou privada, necessários à manutenção da qualidade ambiental e ao desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 13. A implantação de qualquer projeto, público ou privado no território do Município de Paranaguá deverá, na respectiva área, considerar a implantação dos elementos estruturadores e integradores envolvidos, bem como obedecer às disposições estabelecidas nesta lei e na Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Município, e na legislação urbanística complementar de parcelamento, uso e ocupação do solo e na legislação estadual correlata.

TÍTULO III
DAS DIRETRIZES, PROPOSTAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

Art. 14. Para atingir os objetivos estabelecidos no Planmob Paranaguá e na Política de Mobilidade Urbana do Município deverão observadas as seguintes diretrizes:

I - Incentivo às boas práticas governamentais no âmbito da mobilidade, fomentando o:

a) alinhamento e aprimoramento das atividades e atribuições das equipes municipais com os objetivos estratégicos da Política de Mobilidade Urbana do Município;

b) estabelecimento de práticas coordenadas entre as esferas governamentais e privadas no âmbito da mobilidade urbana.

II - Reestruturação do sistema viário e organização da circulação, através da:

a) qualificação da circulação, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população, através da capacitação, do incremento e da melhoria da malha viária;

b) estabelecimento da hierarquização de vias, com vistas a otimizar o desempenho do sistema de transporte urbano, integradas com ciclovias e estacionamentos em logradouros públicos.

III - Redução do risco e gravidade dos sinistros urbanos, através da:

a) priorização da proteção individual dos cidadãos com a promoção de atividades periódicas e específicas de educação de trânsito;

b) promoção da proteção aos cidadãos nos seus deslocamentos, visando zerar as mortes no trânsito, através da redução da potencialidade de acidentes de trânsito nos espaços públicos por meio de ações integradas, com utilização de recursos da engenharia de tráfego e da fiscalização à obediência da legislação;

IV - Incentivo aos modos ativos e coletivos em detrimento do modo motorizado individual através da:

a) facilitação do deslocamento no município através de uma rede integrada de vias, de estrutura cicloviária e ruas preferenciais ou exclusivas de pedestres, com segurança, autonomia e conforto;

b) promoção e avaliação de estudos para o estabelecimento de políticas públicas que visem à redução do uso do transporte motorizado privado e individual, condicionada à adoção de veículos menos poluentes ou não poluentes e à integração com o sistema de transporte público;

c) promoção de estudo para a implantação de transporte hidroviário;

d) estruturação de medidas reguladoras para o uso de outros sistemas de transporte de passageiros;

e) estabelecimento de política de estacionamentos de uso público e privado, sem pagamento pela sua utilização;

f) implantação de bicicletários aos ciclistas usuários de transporte coletivo, nos terminais de ônibus ou em suas imediações.

V - Promoção da Acessibilidade Universal, através da:

a) promoção da melhoria da acessibilidade e da mobilidade urbana no município;

b) excelência na mobilidade urbana e o acesso ao transporte no atendimento às pessoas com deficiência, com dificuldades de locomoção, com necessidades específicas e aos idosos, conforme legislação específica.

VI - Fomento à Preservação, Acesso e Atratividade dos Setores Tombados, através da:

a) estabelecimento de políticas de mobilidade urbana embasadas nos princípios e recomendações de órgãos federais e estaduais de proteção ao patrimônio histórico e cultural do município de Paranaguá;

b) valorização dos patrimônios históricos, artísticos e culturais do município de Paranaguá a partir da garantia do acesso e circulação adequados, fomentando a atratividade turística destas localidades.

VII - Garantia de Apoio Logístico à Área Portuária e Mitigação os Impactos Ambientais, através da:

a) equação do abastecimento e a distribuição de bens dentro do Município de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação viária e o meio ambiente;

b) estímulo à sustentabilidade e à inovação;

c) compatibilização do planejamento e a gestão da mobilidade urbana para promover a melhoria da qualidade do meio ambiente;

d) implementação de políticas de mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas vias do Município;

e) a adoção de novas tecnologias que visem à redução de poluentes, resíduos e de poluição sonora, priorizando a adoção de fontes de energia renováveis.

CAPÍTULO I
DA ACESSIBILIDADE

Art. 15. A acessibilidade universal é princípio básico para todas as intervenções relacionadas ao Sistema de Mobilidade no Município.

Parágrafo único. Por acessibilidade universal entende-se a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos sistemas que compõem o Sistema de Mobilidade por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Art. 16. São diretrizes para a acessibilidade e garantia de inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, estabelecidas com objetivo de tornar os espaços viários acessíveis:

I - promover a padronização dos passeios públicos garantindo a acessibilidade universal;
II - promover a acessibilidade universal nos veículos de transporte de passageiros;
III - viabilizar Rotas Acessíveis no município;
IV - garantir a conscientização da população quanto à importância da acessibilidade nos passeios públicos.

Art. 17. Para o implemento e efetivação da Política Municipal de Mobilidade Urbana integra o Planmob de Paranaguá e estabelece a política municipal de Acessibilidade, a qual:

I - visa tornar mais homogênea a acessibilidade em toda a área urbanizada da Cidade de Paranaguá;
II - orienta a implementação de medidas para que as calçadas, faixas de pedestres, transposições e passarelas sejam gradualmente adequadas para atender à mobilidade inclusiva, visando a sua autonomia, conforme normas técnicas regulamentares pertinentes;
III - prevê a adaptação dos logradouros para melhorar as condições de circulação de pedestres e de grupos específicos, como idosos, portadores de necessidades especiais e crianças, para implementação de rotas acessíveis;
IV - estabelece as intervenções a serem realizadas no Município, envolvendo os espaços públicos para efetivar a implantação das rotas acessíveis;
V - define ações e áreas de intervenção em equipamentos, sistema de transporte público, e passeios públicos;
VI - prioriza soluções que abranjam o maior público possível, considerando todos os tipos de deficiência e mobilidade reduzida.

CAPÍTULO II
DA PEDESTRIANIZAÇÃO

Art. 18. A pedestrianização significa devolver o acesso às ruas aos pedestres, fazer com que o espaço atenda às pessoas, para uma cidade mais saudável, segura e humana.

Art. 19. São diretrizes para a pedestrianização no território do município:

I - promover a padronização dos passeios públicos garantindo a melhor caminhabilidade dos usuários;
II - incentivar os deslocamentos a pé a partir da qualificação de passeios e cruzamentos;
III - garantir a conscientização da população quanto à importância dos deslocamentos a pé.

Art. 20. Para o implemento e efetivação da Política Municipal de Mobilidade Urbana integra o Planmob Paranaguá as diretrizes para a política municipal de Pedestrianização e Calçadas, a qual:

I - orienta a qualificação e padronização de passeios públicos e travessias viárias;
II - prevê, principalmente, em polos atratores de viagens, a implantação de infraestrutura viária adequada, para promoção da segurança no trânsito;
III - define vias prioritárias para a implantação de estratégias ou reforma de passeios públicos visando a priorização de pedestres;
IV - estabelece ações para conscientização e incentivo da mobilidade ativa no município.

CAPÍTULO III
DA CICLOMOBILIDADE

Art. 21. Sistema Cicloviário é caracterizado por sistema de mobilidade não motorizado e definido como o conjunto de infraestruturas necessárias para a circulação segura dos ciclistas e de ações de incentivo ao uso da bicicleta.

Art. 22. São componentes do Sistema Cicloviário:

I - ciclovias;
II - ciclofaixas;
III - faixas compartilhadas ou ciclorrotas;

IV - passeios compartilhados;
V - bicicletários e demais equipamentos urbanos de suporte;
VI - sinalização cicloviária;
VII - sistema de compartilhamento de bicicletas.

Art. 23. São diretrizes do Sistema Cicloviário municipal:

I - implementar uma política municipal de circulação de bicicletas;
II - promover o planejamento e a implementação de infraestruturas cicloviárias para o transporte por bicicletas;
III - promover atividade de esporte e lazer por meio de Rotas Cicloviárias Turísticas;
IV - incentivar o uso de bicicletas visando a circulação segura e compatibilizada entre modos motorizados e não motorizados.

Art. 24. Para o implemento e efetivação da Política Municipal de Mobilidade Urbana integra o Planmob Paranaguá a política municipal cicloviária, a qual:

I - define ações voltadas à implantação da política municipal de circulação de bicicletas;
II - planeja a implantação e manutenção da rede de estrutura cicloviária, incluindo a existente, segundo critérios de segurança de circulação, visando à redução do número de acidentes envolvendo ciclistas, com especial atenção às interseções viárias;
III - prevê a implantação de sistema de bicicletas compartilhadas integrado à rede de transporte coletivo bem como às malhas cicloviárias do município, pontos turísticos e demais locais de interesse;
IV - desenvolve programas e campanhas educativas objetivando o incentivo a utilização da bicicleta e a difusão das normas de trânsito para a circulação segura e o convívio do trânsito motorizado e não motorizado.

Art. 25. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Cicloviário devem ser orientados segundo o objetivo de estruturar uma rede complementar de transporte, integrando os componentes do Sistema Cicloviário e os demais meios de transporte prevendo a implantação de redes cicloviárias associadas às redes de transporte público coletivo motorizado de alta e média capacidade, e garantir o deslocamento seguro e confortável de ciclistas em todas as vias.

Art. 26. Os programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema Cicloviário deverão estar acompanhados de campanhas de conscientização e incentivo do uso de transportes não motorizados.

CAPÍTULO IV
DA QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM URBANA

Art. 27. A estratégia de Qualificação da Paisagem Urbana tem como objetivo a requalificação da circulação do Município de Paranaguá por meio de ações que garantam a preservação dos valores culturais, históricos e paisagísticos, bem como a plena utilização dos logradouros públicos com conforto, segurança e bem-estar dos usuários da cidade.

Art. 28. É diretriz da política municipal de Paisagem Urbana vinculada à mobilidade urbana aprimorar a segurança viária.

Art. 29. São estratégias da política municipal de Qualificação da Paisagem Urbana:

I - reduzir velocidade máxima permitida em vias urbanas e requalificar as vias das áreas centrais e vias de alto fluxo de circulação;
II - aprimorar a segurança viária através da reestruturação de sinalização vertical e horizontal na proximidade de equipamentos públicos;
III - estabelecer parâmetros adequados à sinalização de trânsito e aos elementos construídos, considerando a capacidade de suporte da região;
IV - estabelecer parâmetros à arborização urbana, considerando o dimensionamento dos passeios, o caráter da via, a compatibilização com as redes de infraestrutura, e a compatibilização com o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) do município de Paranaguá-PR;
V - desenvolver campanhas de educação e conscientização.

CAPÍTULO V
DA HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO

Art. 30. O Sistema Viário é o conjunto de vias do Município de Paranaguá, classificadas e hierarquizadas segundo critério funcional, formado basicamente por:

I - Rodovia: Vias de tráfego de alta velocidade que visam garantir a inserção regional, composta pelas rodovias (federal e estaduais), em trechos urbanos e rurais;
II - Via Arterial: Vias com maior capacidade de fluxo que visam garantir a macro estruturação do tecido urbano, garantem fluidez e conectividade entre os diferentes compartimentos urbanos;
III - Via Coletora: Vias que conectam um ou mais bairros entre si que visam coletar, interligar e distribuir a demanda entre os bairros. Comumente são vias de atração, abastecidas por transporte coletivo e serviços vicinais e de bairros;
IV - Via Estrutural do Porto: Vias que atendem à atividade portuária, de acordo com o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado (PDZPO, 2018);
V - Via Parque: Vias de função similar à coletora e que visam proteger e valorizar as áreas frágeis protegidas por lei e consequente aproveitamento como espaço público. Permitem ocupação fundiária apenas de um dos lados da via, aquele que delimita a área frágil deve receber calçamento adequado e infraestrutura ciclável;
VI - Via Local: Vias que distribuem o fluxo interno aos bairros e que visam garantir acesso aos lotes, não possuem função primária de distribuição e organização viária. No entanto, podem agregar o papel secundário de vias alternativas, portanto, é importante que haja conectividade entre elas;

VII - Vias Exclusivas para Pedestres: Vias que visam garantir a livre e restrita circulação de pedestres com segurança e conforto;
VIII - Via Exclusiva para o Terminal: Vias que visam garantir a livre e restrita circulação dos veículos do transporte coletivo no acesso ao Terminal Urbano de Paranaguá;
IX - Via Compartilhada: Via destinada ao acesso compartilhado entre veículos e pedestres na área central, com a priorização do deslocamento de pedestres;
X - Ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclos, separada fisicamente do tráfego comum;
XI - Ciclorrota: trajeto, que pode ou não ser sinalizado, ligado à circuitos turísticos ou esportivos;

Art. 31. Os objetivos a serem seguidos na Hierarquização Viária constantes do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) em consonância com o Planmob Paranaguá tem como função:

I - induzir uma estrutura urbana linearizada;
II - equilibrar a repartição de fluxos na rede viária;
III - facilitar a circulação entre os diversos eixos, zonas e setores especiais do Município;
IV - promover a continuidade ao sistema viário por meio de diretrizes de arruamento a serem implantadas e integradas ao sistema viário em vigor, especialmente nas áreas de urbanização incompleta;
V - promover tratamento urbanístico adequado nas vias e corredores da rede de transporte, de modo a proporcionar a segurança dos cidadãos e a preservação do patrimônio histórico, ambiental, cultural, paisagístico, urbanístico e arquitetônico do Município;
VI - acomodar os diversos modais de deslocamento, tanto os existentes como os planejados.

Art. 32. Os projetos de novas vias, prolongamentos ou a retificação de existentes depende de avaliação da necessidade destes sistemas, baseado obrigatoriamente em estudos técnicos a serem elaborados pelo Poder Público.

Art. 33. Em quaisquer circunstâncias, a composição das vias urbanas deverá atender aos preceitos instituídos pela Lei Federal nº 9.503/97 –

Código de Trânsito Brasileiro e pela NBR 9050 Acessibilidade às edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

CAPÍTULO VI
DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA E TRÂNSITO

Art. 34. São diretrizes do Planmob Paranaguá para a política municipal relacionadas ao Sistema de Circulação Viária e Trânsito:

I - reestruturar o sistema viário e de circulação intermunicipal para garantir acesso e escoamento regional;
II - reestruturar o sistema viário para organizar a circulação no município;
III - moderar a capacidade da infraestrutura viária nas principais vias de escoamento;
IV - compatibilização da gestão do tráfego de veículos para a qualificação do ambiente urbano.

Art. 35. São estratégias da política municipal de Circulação Viária e de Trânsito:

I - adequar o sistema viário, tornando-o mais abrangente e funcional, visando a conexão e integração regional e interbairros;
II - garantir e melhorar a ligação do Município de Paranaguá com os demais Municípios da Região Imediata de Articulação Urbana de Paranaguá, com o Estado do Paraná e com o País;
III - adequar as condições da circulação de veículos em áreas ou vias previamente analisadas, a fim de facilitar a circulação de pedestres e de incentivar o uso de modais não motorizados e do transporte público coletivo, com medidas de acalmamento de tráfego e de compartilhamento do espaço público, garantidas as condições de segurança;
IV - garantir o abastecimento, distribuição de bens e escoamento, equacionando o sistema de movimentação e armazenamento de cargas, de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação de pessoas e o meio ambiente;
V - implantar novas vias ou melhoramentos viários em áreas em que o sistema viário estrutural se apresente insuficiente;
VI - melhorar a qualidade do tráfego e da mobilidade, com ênfase na engenharia e normatização técnica, educação, operação, segurança e fiscalização;
VII - avaliar constantemente a necessidade da ampliação, soluções e melhorias para os meios de transporte não motorizado;
VIII - mitigar o congestionamento provocado por viagens em horário de pico através do gerenciamento de demanda de viagens.

Art. 36. A criação de novas áreas de restrição de circulação, a sua divisão, o aumento de seus perímetros ou qualquer alteração na delimitação deverá ser definida a partir de estudo técnico e sujeitadas às esferas competentes de análise e orientação técnica.

Art. 37. Compete exclusivamente ao Município estabelecer, dentro dos seus limites, com o objetivo de manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes, dos visitantes e da população em geral, a sinalização do trânsito, a demarcação de faixas de pedestres e vias preferenciais, a instalação de semáforos, a demarcação e a sinalização de áreas de cargas e descargas, as áreas permitidas ao estacionamento controlado e o uso de equipamentos de segurança, bem como a colocação de placas indicativas nas vias públicas de entrada e saída dos seus limites.

Art. 38. É expressamente proibido, em vias ou demais espaços públicos, sem prévia e expressa licença da Secretaria Municipal de Segurança:

I - danificar ou retirar placas e outros meios de sinalização que sirvam como advertência de perigo ou impedimento de trânsito;
II - pintar faixas de sinalização de trânsito, símbolos ou outras formas de identificação;
III - inserir quebra-molas, redutores de velocidade ou quaisquer outros objetos afins, no leito das vias públicas;
IV - lavar veículos;
V - depositar nas vias e logradouros públicos detritos que possam obstar o livre acesso.

CAPÍTULO VII
DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS VINCULADOS AO SISTEMA VIÁRIO

Art. 39. A diretriz da política municipal de infraestrutura de serviços públicos vinculados ao Sistema Viário estabelecida pelo Planmob é a compatibilização do uso do solo com os sistemas de mobilidade urbana para redução da necessidade de deslocamentos.

Art. 40. São estratégias da política municipal de infraestrutura e serviços de utilidade pública:

I - racionalizar a ocupação e a utilização da infraestrutura junto ao sistema viário instalada e por instalar;
II - favorecer o uso do solo misto nas áreas de adensamento já consolidadas;
III - assegurar a equidade na distribuição territorial dos serviços e a garantia da universalização do acesso à infraestrutura urbana e aos serviços de utilidade pública;
IV - garantir o investimento em infraestrutura;
V - instalar e manter os equipamentos de infraestrutura e os serviços de utilidade pública, garantindo o menor incômodo possível aos moradores e usuários do local, bem como exigindo a reparação das vias, calçadas e logradouros públicos.

CAPÍTULO VIII
DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO E PRIVADO

Art. 41. O Sistema de Transporte Público Coletivo é o conjunto de modais, infraestruturas e equipamentos que realizam o serviço de transporte de passageiros, acessível a toda a população, com itinerários e preços fixados pelo Poder Público.

Art. 42. São componentes do Sistema de Transporte Público Coletivo:

I - veículos que realizam o serviço de transporte público coletivo;
II - estações, pontos de parada e terminais;
III - vias, segregadas ou não;
IV - pátios de manutenção e estacionamento;
V - instalações e edificações de apoio ao sistema.

Art. 43. São diretrizes do Sistema de Transporte Coletivo Público e Privado estabelecidas pelo Planmob:

I - ampliar a participação do transporte público coletivo na matriz de deslocamentos;
II - fomentar a redução de emissões de gases poluentes da mobilidade municipal por meio da sustentabilidade ambiental e energética dos meios de transporte;
III - integração modal com vistas à substituição do uso do veículo individual motorizado por modos de transporte coletivo, compartilhado e ativo.

Art. 44. As estratégias do Sistema de Transporte Público Coletivo são:

I - priorizar o transporte coletivo ao transporte individual;
II - vincular o planejamento e a implantação da infraestrutura física de circulação e de transporte público às diretrizes de planejamento contidas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI);
III - garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano proporcionando deslocamentos intra e interurbanos que atendam às necessidades da população;
IV - implantar novos corredores, considerando a viabilização de estrutura viária adequada em eixos de transporte ou em vias que concentrem linhas de ônibus;
V - implantar terminais, preferencialmente, nas localizações que apresentarem os maiores volumes de transferência entre linhas nos horários de pico e forem mais adequadas para a otimização do desempenho operacional do corredor;
VI - requalificar corredores, terminais e estações de transferência de ônibus municipais existentes;
VII - respeitar critérios de sustentabilidade na construção de novos terminais e estações e requalificação dos existentes;

VIII - garantir o transporte público coletivo acessível a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
IX - aperfeiçoar a bilhetagem eletrônica existente, mantendo-a atualizada em relação às tecnologias disponíveis;
X - utilizar indicadores de qualidade do nível de serviço dos ônibus municipais.
XI - O Poder Executivo poderá disponibilizar sistema eletrônico ou aplicativo digital que permita aos usuários do transporte coletivo público acompanhar, em tempo real, a localização dos veículos, os horários previstos de chegada e outras informações relevantes sobre a operação do serviço.
XII - O Poder Executivo poderá desenvolver programas e ações voltados à implantação de rotas escolares seguras no Município, com o objetivo de garantir maior segurança no deslocamento de estudantes entre suas residências e as instituições de ensino, por meio de medidas como:

a) melhoria da sinalização viária nas proximidades das escolas;

b) implantação de faixas de travessia e dispositivos de redução de velocidade;

c) adequação de calçadas e acessos para pedestres;

d) organização do embarque e desembarque de estudantes;

e) ações educativas voltadas à segurança no trânsito no entorno das instituições de ensino;

f) ampliação das rotas de atendimento do transporte escolar, buscando garantir maior cobertura territorial do serviço;

g) adoção de procedimentos de manutenção preventiva e periódica dos veículos utilizados no transporte escolar, visando assegurar condições adequadas de segurança e funcionamento.

XIII - O Poder Executivo poderá disponibilizar sistema digital ou aplicativo que permita aos pais ou responsáveis acompanhar, em tempo real, os itinerários e a localização dos veículos utilizados no transporte escolar municipal, com o objetivo de ampliar a segurança, a transparência e a comunicação entre o serviço de transporte e as famílias dos estudantes.

Parágrafo único. A implantação de novas linhas, corredores e terminais e a modernização dos já existentes, deverão apresentar soluções que compatibilizem a sua inserção ao ambiente urbano, definindo:

I - soluções ambientalmente e tecnologicamente adequadas e gradativas que proporcionem níveis mínimos na emissão de poluentes e geração de ruídos;
II - integração física e operacional com o Sistema de Transporte Público Coletivo existente;
III - integração física e operacional com outros modos de transporte, em especial com o sistema cicloviário, por meio de implantação de bicicletários, permissão de embarque de bicicletas em veículos do sistema, priorização de travessias de pedestres, entre outras medidas;
IV - integração com serviços de compartilhamento de automóveis, possibilitando a realização de viagens articuladas com outros modais;
V - melhorias nos passeios e espaços públicos, mobiliário urbano, iluminação pública e paisagem urbana, entre outros elementos;
VI - preservação de patrimônios culturais e ambientais.

CAPÍTULO IX
DO SISTEMA HIDROVIÁRIO

Art. 45. O Sistema Hidroviário é o conjunto de componentes necessários para realização do serviço de transporte de cargas e passageiros por vias navegáveis.

Art. 46. São componentes do Sistema Hidroviário:

I - rios e represas;
II - canais e lagos navegáveis;
III - barragens móveis e eclusas;
IV - portos fluviais e lacustres e terminais de integração e transbordo;
V - orla dos canais;
VI - embarcações;
VII - instalações e edificações de apoio ao sistema;
VIII - passagens e conexões entre as margens.

Art. 47. As ações estratégicas para implementação futura de sistema Hidroviário Municipal são:

I - adequar interferências existentes nos canais, lagos e represas navegáveis para garantir condições de navegabilidade, bem como garantir que novas obras não provoquem interferências na navegação fluvial;
II - fomentar a expansão da rede hidroviária, por meio da articulação com os demais modais de transporte;
III - colaborar com o desenvolvimento e a implementação do transporte de cargas e passageiros;
IV - implementar o transporte de passageiros, em especial travessias lacustres, integrando-o ao sistema de bilhetagem eletrônica;
V - desenvolver os projetos das hidrovias de forma integrada à requalificação da orla dos canais, represas e lagos navegáveis, transformando-os em espaços de convivência e embarque de passageiros e/ou portos de carga;
VI - elaborar, de maneira participativa, o Plano Municipal Hidroviário, que deverá considerar e compatibilizar suas ações com este Planmob.

CAPÍTULO X
DOS ESTACIONAMENTOS

Art. 48. É diretriz da política municipal de estacionamentos estabelecida pelo Planmob a promoção de Política de Estacionamentos para redução do uso do automóvel motorizado individual.

Art. 49. São estratégias da política municipal de estacionamentos:

I - disciplinar a oferta de locais de estacionamento, em áreas públicas e privadas, de modo compatível com as propostas de uso e ocupação do solo, sistema viário e as condições ambientais;
II - promover medidas de ampliação, aperfeiçoamento, modernização do sistema de rotatividade de vagas de estacionamento nas vias públicas;
III - realizar estudos de localização e de viabilidade referente à implantação e instalação de estacionamentos coletivos, favorecendo a integração intermodal;
IV - possibilitar a participação da iniciativa privada na operação e implantação de estacionamentos coletivos públicos, na forma da lei.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá adotar medidas de restrição e supressão de estacionamentos nas seguintes situações:

I - na via pública ou no interior de lotes, localizados na área central da cidade ou em outras áreas de interesse público visando, dentre outros, estimular o uso do sistema de transporte público coletivo;
II - nas vias públicas e/ou dentro dos lotes privados, visando a implantação de melhorias na operação do transporte coletivo bem como a implantação de vias preferenciais ou exclusivas de pedestres e de infraestrutura cicloviária.

Art. 50. Os estacionamentos públicos e com fins comerciais, localizados em um raio de até 300 (trezentos) metros dos terminais de transporte coletivo de grande porte, poderão ser incentivados através dos seguintes instrumentos:

I - incentivos fiscais;
II - outorga onerosa do direito de construir;
III - uso de térreo comercial e;
IV - outras formas de indução, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XI
DAS PROPOSTAS E AÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 51. Os planos, programas, ações e investimentos, públicos e privados, no Sistema de Mobilidade devem ser orientados segundo os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 52. São propostas para implementação dos objetivos da Política Municipal de Mobilidade Urbana estabelecida nesta Lei:

I - Alinhamento e aprimoramento das atividades e atribuições das equipes municipais com as diretrizes do Plano de Mobilidade;
II - Estabelecimento de práticas coordenadas entre as esferas governamentais e privadas no âmbito da mobilidade;
III - Adequação da circulação em áreas de maior fluxo;
IV - Aprimoramento da circulação em intersecções;
V - Pavimentação das vias urbanas;
VI - Promoção de conexões viárias;
VII - Aprimoramento da infraestrutura de segurança viária em interseções;
VIII - Aprimoramento da infraestrutura de segurança viária em trechos de vias urbanas;
IX - Difusão dos conceitos de circulação em condições seguras e humanizadas;
X - Aprimoramento da fiscalização e registro de acidentes;
XI - Aprimoramento da infraestrutura cicloviária;
XII - Regulamentação e readequação de estacionamentos públicos;
XIII - Integração de modais alternativos ao sistema de mobilidade do município;
XIV - Incentivo ao uso do transporte público individual como alternativa ao transporte privado individual;
XV - Fortalecimento e Incentivo ao Transporte Público Coletivo Hidroviário;
XVI - Criação de condições adequadas para a caminhabilidade;
XVII - da extensão da rota construída dentro dos padrões;
XVIII - Melhoria das condições de caminhabilidade do Centro Histórico;
XIX - Fomento ao turismo em Paranaguá;
XX - Mitigação dos Impactos do Aumento da Capacidade e Expansão Portuária;
XXI - Reestruturação das conexões entre a zona retroportuária e o porto.

Art. 53. O Poder Público Municipal viabilizará os recursos financeiros necessários à implementação das propostas e ações do Planmob Paranaguá, podendo se utilizar de diversas fontes, como:

I - recursos do orçamento municipal, estadual e federal;
II - parcerias públicas privadas – PPP;
III - concessões e permissões onerosas;
IV - fundos;
V - convênios, contratos e acordos entre instituições públicas e entes federativos ou com a iniciativa privada;
VI - financiamentos através dos programas do Governo Federal e de organismos multilaterais, dentre outros.

TÍTULO IV
DO SISTEMA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Art. 54. O Sistema Municipal de Mobilidade Urbana leva em conta o conjunto organizado e coordenado de meios, serviços e infraestruturas, que garante os deslocamentos de pessoas e bens na Cidade de Paranaguá, formado pelos seguintes componentes:

I - sistema viário;
II - sistema de circulação de pedestres;
III - sistema de transporte coletivo público;
IV - sistema de transporte coletivo privado;
V - sistema cicloviário;
VI - sistema hidroviário;
VII - sistema de logística e transporte de carga.

Art. 55. São considerados os meios de transporte urbanos que compõem o Sistema Municipal de Mobilidade Urbana nos termos desta Lei:

I - motorizados: realizados por intermédio de veículos automotores;
II - modos não-motorizados: realizados a pé ou por veículos movidos pelo esforço humano e não motorizados.

Art. 56. Os serviços de transporte urbano que compõem o Sistema Municipal de Mobilidade Urbana nos termos desta Lei são classificados:

I - quanto ao objeto:

a) de passageiros; e

b) de cargas;

II - quanto à característica do serviço:

a) coletivo; e

b) individual;

III - quanto à natureza do serviço:

a) público; e

b) privado.

Art. 57. As infraestruturas que compõem o Sistema Municipal de Mobilidade Urbana nos termos desta Lei são:

I - vias, e demais logradouros públicos, inclusive ciclovias, ciclofaixas, servidões e trilhas;
II - passeios, incluindo a faixa de serviço, a faixa livre e a faixa de acesso;
III - estacionamentos, incluindo os paraciclos e bicicletários;
IV - terminais;
V - hidrovias;
VI - pontos para embarque e desembarque de passageiros e cargas;
VII - sinalização viária e de trânsito;
VIII - equipamentos e instalações;
IX - instrumentos de controle e fiscalização.

CAPÍTULO I
DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA DE TRANSPORTES URBANOS

Art. 58. As estratégias para o aprimoramento da infraestrutura do Sistema de Transportes Urbanos que compõem o Sistema de Mobilidade Urbana no Município de Paranaguá:

I - consolidação do Sistema Viário, definindo as vias principais para o tráfego cotidiano;
II - elaboração do Programa de Calçadas;
III - criação de uma rede de calçadas conectando os principais polos geradores de deslocamentos do Município; e
IV - incentivo a integração intermodal, especialmente entre pedestre, ciclista e o transporte público coletivo.

CAPÍTULO II
DO TRANSPORTE DE CARGAS

Art. 59. São estratégias do Sistema de Mobilidade Urbana para a regulamentação e fiscalização dos transportes de carga que atendam às necessidades do comércio em geral e que não comprometam a integridade das infraestruturas viárias e a fluidez do tráfego:

I - restrição de acesso de veículos de grande porte nas Áreas para Restrição de Circulação, e em áreas objeto de estudo futuro;
II - criação de uma política de controle para carga e descarga, definindo horários e locais específicos para as referidas atividades.

CAPÍTULO III
DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

Art. 60. O transporte público coletivo é a modalidade preferencial de deslocamento motorizado no Município de Paranaguá, devendo ser

organizado, planejado, implementado e gerenciado pela Prefeitura Municipal, respeitando o disposto na legislação em vigor.

Art. 61. Toda e qualquer ampliação e a requalificação da malha viária municipal deverá considerar alternativas para o transporte público coletivo.

Art. 62. O sistema de transporte público deverá atender às necessidades das áreas residenciais, comerciais, de serviço, industriais, turísticas e de lazer através da utilização da rede viária estruturadora em conformidade com o mapa de hierarquização viária constante na legislação municipal específica, garantido sua abrangência.

Art. 63. São direitos dos usuários do transporte público coletivo integrante do Sistema de Mobilidade Urbana de Paranaguá:

I - receber o serviço adequado, nos termos do art. 6º, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ou outra que a substitua;
II - ser informado, de forma gratuita e acessível, sobre itinerários, horários, tarifas e integrações;

III - ter ambiente seguro, confortável e acessível para usufruir dos demais componentes do Sistema de Mobilidade Urbana;
IV - participar do planejamento, da fiscalização e da avaliação da Política de Mobilidade Urbana; e
V - O Poder Executivo poderá disponibilizar, em portal eletrônico oficial, informações atualizadas sobre a prestação do serviço de transporte coletivo público, incluindo itinerários, horários, frota em operação, contratos de concessão ou permissão e eventuais subsídios públicos destinados ao sistema.

Art. 64. Para tornar o transporte público coletivo mais atrativo frente ao transporte individual, em alinhamento as diretrizes e objetivos estabelecidos Política Municipal de Mobilidade estabelecida pelo Planmob Paranaguá o Poder Público priorizará:

I - implantação do transporte público coletivo, com integração dos diversos modais de transporte existentes;
II - ampliação do transporte público coletivo no sistema viário;
III - modernização dos sistemas de informação relacionados ao transporte público coletivo;
IV - ampliação da integração temporal, operacional e tarifária do transporte público coletivo;
V - diversificação dos modos de transporte público coletivo;
VI - desestímulo ao uso do transporte privado individual motorizado, de modo articulado à melhoria do transporte público coletivo;
VII - promoção da modernização tecnológica dos equipamentos de monitoramento e controle do transporte público coletivo e da orientação aos usuários;
VIII - estruturação de política tarifária voltada a proporcionar maior inclusão social;
IX - adequação da infraestrutura e da frota de veículos, em conformidade com os requisitos de segurança, conforto e acessibilidade universal;
X - cobertura espacial e temporal para atendimento do maior número de usuários possível.

Art. 65. Para a melhoria contínua dos serviços, dos equipamentos e das instalações do Transporte Público Coletivo, o Poder Público deverá:

I - implantar sistemas de gestão da qualidade e certificação dos prestadores de serviços, por meio da utilização de indicadores de desempenho;

II - promover continuamente a inovação dos métodos e processos de fiscalização dos serviços de transporte, tornando-os mais eficazes;
III - promover o monitoramento sistemático do grau de satisfação dos usuários em relação à qualidade dos serviços; e
IV - promover a disseminação de informações sobre o sistema de transporte e sua operação, propiciando a escolha otimizada dos modos de deslocamento.

CAPÍTULO IV
DO TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL

Art. 66. Caracteriza-se como transporte público individual o serviço público remunerado prestado a passageiro, com destinação única e não sujeito a delimitação de itinerário, sujeito à concessão, permissão ou autorização do Poder Público Municipal, devendo satisfazer as exigências previstas na Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro ou legislação correlata.

Art. 67. O Município de Paranaguá conforme estabelece o inciso X do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, por meio regulamentação específica, irá regulamentar e fiscalizar o transporte remunerado privado individual de passageiros, assim definido como o serviço remunerado de transporte de passageiros, não aberto ao público, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

Art. 68. Na regulamentação e fiscalização do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, tendo em vista a eficiência, a eficácia, a segurança e a efetividade na prestação do serviço, serão observadas as seguintes diretrizes:

I - efetiva cobrança dos tributos municipais devidos pela prestação do serviço;
II - exigência de contratação de Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT);
III - exigência de inscrição do motorista como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos da alínea h do inciso V do art. 11 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 69. O serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município será regulamentado e fiscalizado pelo Poder Executivo Municipal, observadas as diretrizes da Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.640, e demais legislações aplicáveis, e somente será autorizado ao motorista que cumprir as seguintes condições:

I - possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;
II - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público municipal;
III - emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);
IV - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Art. 70. A exploração dos serviços remunerados de transporte remunerado privado individual de passageiros sem o cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e na regulamentação a ser expedida pelo Município de Paranaguá caracterizará transporte ilegal de passageiros.

CAPÍTULO V
DO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO

Art. 71. Caracteriza-se como transporte não motorizado aquele que utiliza propulsão humana para realizar determinado deslocamento, como a utilização de bicicletas, circulação a pé, meios de transporte autopropelidos, de forma elétrica ou não, criados para percorrer pequenas distâncias, nos termos da Resolução CONTRAN nº 947, de 28 de março de 2022.

Art. 72. O transporte por bicicletas, patinetes ou veículos autopropelidos será incentivado pelo Poder Público Municipal por meio da previsão de rotas estruturantes dessas modalidades estabelecidas no Sistema Cicloviário integrante do Planmob Paranaguá.

SEÇÃO I
DO PEDESTRE

Art. 73. Para fins desta Lei, pedestre é todo aquele que utiliza vias urbanas, passeios e travessias a pé ou em cadeira de rodas, ficando o ciclista, desmontado e empurrando a bicicleta, equiparado ao pedestre em direitos e deveres.

Art. 74. É obrigação dos condutores de veículos, motorizados ou não, dos proprietários de estabelecimentos ou moradores do Município, da sociedade em geral e do Poder Público municipal assegurar ao pedestre a circulação segura e o acesso à cidade.

Art. 75. São objetivos de curto e médio prazo prover a cidade de melhoramentos com vistas a promoção dos seguintes direitos aos pedestres:

I - ir e vir a pé ou em cadeira de rodas nas vias públicas, calçadas e travessias, livremente e com segurança, sem obstáculos e constrangimentos de qualquer natureza;
II - calçadas limpas, conservadas, com faixa de circulação livre e desimpedida de quaisquer obstáculos, públicos ou particulares, fixos ou móveis, com piso antiderrapante, não trepidante para a circulação em cadeira de rodas, em inclinação e largura adequada à circulação e mobilidade;
III - faixas de travessia nas vias públicas, com sinalização horizontal e vertical;
IV - iluminação pública nas calçadas, praças, passeios públicos, faixas de pedestres, nos terminais de transporte público e em seus pontos de paradas;
V - equipamentos, sinalização e mobiliário urbano que facilitem a mobilidade e acessibilidade universal;
VI - assegurar à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida à acessibilidade nas calçadas e travessias, com eliminação de barreiras arquitetônicas que restrinjam ou impeçam a circulação com autonomia e espontaneidade.

SEÇÃO II
DO SISTEMA CICLOVIÁRIO

Art. 76. Sistema Cicloviário é caracterizado por sistema de mobilidade não motorizado e definido como o conjunto de infraestruturas necessárias para a circulação segura dos ciclistas e de ações de incentivo ao uso da bicicleta.

Art. 77. São componentes do Sistema Cicloviário:

I - ciclovias;
II - ciclofaixas;
III - faixas compartilhadas ou ciclorrotas;
IV - passeios compartilhados;
V - bicicletários e demais equipamentos urbanos de suporte;
VI - sinalização cicloviária;

Art. 78. Ao longo da malha cicloviária, deverão ser dispostos paraciclos ou bicicletários em pontos próximos ao comércio, aos equipamentos públicos, notadamente aos equipamentos de transporte público, às escolas, aos postos de saúde, às praças e aos parques.

Art. 79. Em parques urbanos, equipamentos de interesse turístico e demais espaços públicos o Poder Público poderá explorar ou conceder a exploração para o serviço de locação de bicicletas, patinetes ou meios de transportes autopropelidos, de forma elétrica ou não, interconectado pela malha cicloviária.

Art. 80. O sistema cicloviário deverá garantir:

I - o fomento do uso da bicicleta como transporte reconhecido para atividades diárias, através da infraestrutura necessária;
II - a integração aos modos coletivos de transporte por meio da construção de bicicletários e/ou paraciclos junto às estações e terminais e transporte pelos ônibus;
III - a possibilidade de construção e incorporação de ciclovias e ciclofaixas, através da iniciativa privada ou pública;
IV - a construção e incorporação de ciclovias e ciclofaixas.

§ 1º Nas ciclovias não serão permitidos a circulação, parada e estacionamento de veículos motorizados que venham oferecer riscos ao trânsito das bicicletas.

§ 2º Atletas, patins e assemelhados poderão se utilizar das ciclovias, respeitando o caráter preferencial das bicicletas.

SEÇÃO III
DOS PATINETES E VEICULOS DE MOBILIDADE INDIVICUAL AUTOPROPELIDOS

Art. 81. Os patinetes e os veículos de mobilidade individual autopropelidos terão sua circulação nas vias públicas permitidas, transportando apenas o condutor:

I - em áreas de circulação compartilhadas com pedestres, devidamente sinalizadas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, com velocidade máxima de 6 km/h;
II - em ciclovias e ciclofaixas, com velocidade máxima de 20 km/h;
III - nos bordos da pista de rolamento das vias que não disponham de ciclovia ou de ciclofaixa, cuja velocidade máxima regulamentada seja de 40 km/h, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores, sem exceder a velocidade de 20 km/h.

§ 1º Os condutores de patinetes e de veículos de mobilidade individual autopropelidos equiparam-se aos ciclistas em direitos e deveres.

§ 2º Os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, para circulação em via pública, deverão ter indicador de velocidade, campainha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral.

TÍTULO V
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E MONITORAMENTO

Art. 82. O Município de Paranaguá manterá atualizado, permanentemente, o sistema municipal de informações sobre mobilidade urbana e transportes, progressivamente georreferenciadas em meio digital.

§ 1º Deve ser assegurada ampla e periódica divulgação dos dados do Sistema Municipal de Informações.

§ 2º O sistema a que se refere este artigo deve atender aos princípios da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos.

Art. 83. Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município deverão fornecer ao Município de Paranaguá, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem considerados necessários ao Sistema Municipal de Informações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também às pessoas jurídicas ou autorizadas de serviços públicos federais ou estaduais, mesmo quando submetidas ao regime de direito privado.

Art. 84. O Sistema de Informações servirá como suporte no processo de monitoramento como mecanismo de avaliação permanente do Planmob Paranaguá.

Art. 85. O monitoramento do Planmob Paranaguá tem por objetivo:

I - acompanhar a evolução da implementação dos Programas, Planos e as Ações Estratégicas, de seus horizontes de execução e dos indicadores;
II - avaliar a eficácia das ações implementadas, considerando os objetivos de cada Programa;
III - promover o planejamento continuado das políticas de mobilidade, indicando a necessidade de ações corretivas no processo de tomada de decisão.

Parágrafo único. O conjunto de indicadores e informações, bem como as análises resultantes do processo de monitoramento, devem ser disponibilizados à população por meio do portal oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá.

TÍTULO VI
DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE URBANA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E TARIFA ZERO

Art. 86. O Conselho Municipal da Tarifa Zero instituído pelo Decreto Municipal 3396 de 25 de março de 2022, passará a denominar-se de Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero e além das competências estabelecida nas legislações específicas tem como atribuições:

I - acompanhar, formular e analisar políticas, planos, programas e projetos de mobilidade urbana municipal e indicar para Poder Público a incorporação destes aos orçamentos plurianuais, anuais e a lei de Diretrizes Orçamentárias, através de um processo contínuo, dinâmico e flexível, que tem como objetivos:

a) criar canais de participação da sociedade na gestão municipal no que concerne a Política Municipal de Mobilidade Urbana;

b) instituir um processo permanente e sistematizado de acompanhamento da implementação das diretrizes e objetivos estabelecidos no Planmob de Paranaguá;

c) emitir pareceres sobre propostas de alteração deste Planmob de Paranaguá e demais Planos Setoriais a ele correlatos;

d) fiscalizar e avaliar o serviço de transporte urbano de passageiros, em especial o coletivo público, bem como de outros modos regulamentados pelo Poder Público, sugerindo alternativas que viabilizem sua integração;

e) acompanhar a execução do desenvolvimento de programas e projetos relacionados com Planmob Paranaguá;

f) auxiliar no monitoramento do Planmob Paranaguá;

g) auxiliar na avaliação e na proposição de ajustes do Planmob Paranaguá;

h) auxiliar na definição das ações do Planmob Paranaguá à curto, médio e longo prazo.

§ 1º O Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero terá o apoio institucional da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

§ 2º O Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero, poderá instituir, exclusivamente para fins de assessoria técnica interna, Câmaras Temáticas para acompanhar a efetividade local nas diretrizes municipais da política municipal de mobilidade urbana.

§ 3º As Câmaras Técnicas instituídas pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero, deverão contar obrigatoriamente com a participação de representantes do Poder Público Municipal.

Art. 87. Os trabalhos do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero, serão voluntários e não remunerados, sendo considerado como serviço público relevante para os fins de direito e podendo ser suspenso a bem do interesse público ou pela ausência do titular em forma regulamentada regimentalmente.

CAPÍTULO II
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

Art. 88. A Secretaria Municipal de Urbanismo é o órgão técnico do Sistema Municipal de Mobilidade para a gestão e implementação da Política Municipal de Mobilidade e instituída pelo Planmob, a qual, compete:

I - a deliberação e normatização dos Procedimentos Administrativos referentes aos processos de sua competência.
II - a avaliação e licenciamento de obras e atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ao sistema viário consideradas como Polo Gerador de Tráfego - PGT que tem potencial de geração de conflitos, e que possam causar impactos ao sistema viário no âmbito do Município;
III - a determinação de apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV para o licenciamento de atividades e obras e atividades consideradas como Polo Gerador de Tráfego - PGT;
IV - a determinação e a fiscalização do cumprimento de medidas adaptativas, mitigadoras e compensatórias para obras e/ou atividades consideradas como Polo Gerador de Tráfego – PGT.

CAPÍTULO III
DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - EIV

Art. 89. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV se constitui como um dos instrumentos de planejamento política de mobilidade urbana municipal, é uma forma de análise prévia que visa subsidiar a concessão de licenças ou autorizações a empreendimentos e atividades existentes na legislação municipal, públicas ou privadas, que na sua instalação, construção, operação, reforma, ampliação ou funcionamento tem o potencial de geração de conflitos, e que possam causar impactos ao sistema viário no âmbito do Município previsto no PDDI Paranaguá e na Lei Municipal nº 2822, de 03 de dezembro de 2007.

Art. 90. Os projetos apresentados pelos interessados na implantação ou reforma de um empreendimento classificado como PGV serão analisados pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a qual indicará as medidas mitigadoras de minimização dos impactos sobre o Sistema Viário e as eventuais adequações nos projetos viários e/ou de arquitetura, bem como a eventual realização de medidas compensatórias.

§ 1º O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV poderá estabelecer medidas adaptativas, mitigadoras e compensatórias para obras e/ou atividades consideradas como Polo Gerador de Viagens– PGV.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Urbanismo na forma estabelecida no art. 88 o monitoramento e a fiscalização do cumprimento das medidas adaptativas, mitigadoras e compensatórias estabelecidas para obras e/ou atividades consideradas como Polo Gerador de Viagens– PGV.

Art. 91. Dentre as medidas mencionadas no §2º do art. 90 poderá ser estabelecida como Contrapartida para Mobilidade Urbana - CMU mediante recolhimento de valores para o em conta vinculada para a realização de projetos específicos de mobilidade e sistema viário.

Art. 92. O Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no que concerne aos Polo Gerador de Viagens– PGV e a Contrapartida para Mobilidade Urbana - CMU serão regulamentados por legislação específica.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 93. As alterações na presente lei deverão ter parecer favorável do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana e Tarifa Zero, e precedidas de Audiência Pública.

Art. 94. O Planmob Paranaguá deverá ser revisado total ou parcialmente, a cada 10 (dez) anos, no máximo, contados da data de promulgação desta Lei.

Art. 95. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D5748CE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.665

LEI Nº 4.665, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Institui o Programa Esporte para Todos no Município de Paranaguá e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Paranaguá, o Programa Esporte para Todos, com a finalidade de fomentar a prática esportiva, valorizar atletas, incentivar jovens talentos e promover inclusão social por meio do esporte.

Art. 2º Os benefícios previstos nesta Lei possuem natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício ou obrigação trabalhista, previdenciária ou estatutária com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II - DO PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS

Art. 3º O Programa Esporte para Todos tem por objetivo ampliar o acesso da população às práticas esportivas, integrando-se às políticas públicas de educação, saúde, juventude e inclusão social, que constituem as modalidades Bolsa Atleta e Auxílio Atleta.

CAPÍTULO III - DA MODALIDADE BOLSA ATLETA

Art. 4º A modalidade Bolsa Atleta destina-se prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas, os quais representam de alguma forma o município de Paranaguá, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, nas seguintes categorias:

I – Bolsa Atleta Desporto;
II – Bolsa Atleta Paradesporto;
III – Bolsa Atleta Fomento Esportivo.

§ 1º Ficam subdivididas cada uma das categorias em:

I - Talento Esportivo: destinada aos atletas que tenham participado de eventos estaduais, nacionais e/ou internacionais promovidos por Ligas e/ou Federações as quais são legitimamente fomentadoras da modalidade, priorizando as modalidades reconhecidas pelo Ministério do Esporte, Olímpicas e Paralímpicas; aos atletas que participem com destaque das categorias de 14 a 17 anos.
II - Atleta Estadual: destinada aos atletas que tenham participado de eventos estaduais promovidos por Ligas e/ou Federações as quais são legitimamente fomentadoras da modalidade no Estado, priorizando as modalidades reconhecidas pelo Ministério do Esporte, Olímpicas e Paralímpicas;
III - Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de eventos Nacionais promovidos por Ligas e/ou Confederações as quais são legitimamente fomentadoras da modalidade no Estado, priorizando as modalidades reconhecidas pelo Ministério do Esporte, Olímpicas e Paralímpicas;
IV - Atleta Internacional: destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional integrando seleção brasileira ou representando o Brasil e consequentemente o município de Paranaguá em sua modalidade, reconhecida pela respectiva entidade internacional e indicada pela entidade nacional de administração da modalidade.

§ 2º A idade máxima para ser contemplado com a modalidade Bolsa Atleta será de 60 anos no ano da solicitação do benefício.

§ 3º O atleta beneficiário do Bolsa Atleta, de valor igual ou superior a um salário-mínimo é filiado ao Regime Geral de Previdência Social como contribuinte individual.

§ 4º Durante o período de fruição do Bolsa Atleta caberá a Secretaria Municipal da Fazenda e Orçamento efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária, descontando-a do valor pago aos atletas.

Art. 5º O benefício será concedido prioritariamente a atletas das modalidades olímpicas e paralímpicas, sem prejuízo da análise de outras modalidades, conforme planejamento esportivo municipal.

Art. 6º As categorias, valores máximos, critérios de pontuação, limites quantitativos e prazos de concessão serão definidos em Edital de Chamamento Público, observada a disponibilidade orçamentária.

Art. 7º O prazo máximo de fruição da modalidade Bolsa Atleta será de até 48 (quarenta e oito) meses, consecutivos ou não, por beneficiário.

Art. 8º Para concessão do Bolsa Atleta o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos e máxima de 17 (dezessete) anos, completos até o término das inscrições, para obtenção do Bolsa Atleta Talento Esportivo, e a partir de 18 (dezoito) anos para a Bolsa Atleta Estadual, Nacional e Internacional**;**
II - apresentar plano anual de participação em, no mínimo, 4 (quatro) competições oficiais da modalidade e categoria, e de preparação ou treinamento para competições de âmbito estadual, nacional e internacional;
III - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino pública ou privada, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;
IV - não estar cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes;
V - comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude;
VI - não poderão ser beneficiários do auxílio previsto nesta lei atletas ou equipes profissionais, assim caracterizados pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;
VII - ser Natural ou Comprovar vínculo de moradia de no mínimo 03 anos no Município de Paranaguá, se maior de Idade (Através de Declaração emitida pela Justiça Eleitoral, comprovando esse vínculo de 36 meses) e menor de idade através de documento do seu responsável legal (Através de Declaração emitida pela Justiça Eleitoral, comprovando esse vínculo de 36 meses) conjuntamente com declaração de sua instituição de ensino sediada em Paranaguá comprovando seu vínculo dos últimos 36 meses;
VIII - declaração sobre valores recebidos como patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, e qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;
IX - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;
X - ter participado de competições esportivas oficiais em âmbitos municipal, estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior àquela em que tiver sido pleiteada a concessão do Bolsa Atleta;

XI - não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas físicas e jurídicas sem prévia anuência da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude de Paranaguá;
XII - estar em plena atividade esportiva;
XIII - ter participado de competição esportiva em âmbito Estadual, nacional ou internacional no ano imediatamente anterior em que tiver sido pleiteada a concessão do Bolsa Atleta;
XIV - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, exclusivamente para os atletas que pleitearem o Bolsa Atleta Talento Esportivo;
XV - encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pelo referido Edital;
XVI – para atletas maiores de 18 anos, apresentação de Exame Toxicológico de Larga Janela (Detecção 09 meses) e Antecedentes Criminais (Fórum, IIPR, Municipal, Estadual e Federal);
XVII – ter conduta ilibada, com plena idoneidade Moral;
XVIII – declaração de anuência pela sua associação (Para o Bolsa Atleta Associação Fomento Esportivo).

Parágrafo único. Não poderá candidatar-se ao Bolsa Atleta o atleta que:

I - estiver cumprindo suspensão imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, em sentença transitada em julgado, por resultado adverso em exame oficial de antidoping ou violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes;
II - tiver sido condenado, com trânsito em julgado, 01 (uma) ou mais vezes, por Tribunal de Justiça Desportiva, por violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes;
III - Constem condenações criminais transitadas em julgado.

Art. 9º Aos atletas beneficiados pelo Bolsa Atleta que forem enquadrados nas situações descritas no parágrafo único do art. 8º serão imputadas as seguintes penalidades:

I - quando for configurada a situação prevista no inciso I do parágrafo único do art. 8º, suspensão do pagamento da bolsa por período igual ao da suspensão determinada pela Justiça Desportiva;
II - quando for configurada a situação prevista nos incisos II e III do parágrafo único do art. 8º, perda do Bolsa Atleta e vedação de concorrência ao benefício nos 2 (dois) anos subsequentes ao final da última condenação;

Art. 10. Perderá o direito ao recebimento do Bolsa Atleta aquele que:

I - não apresentar a documentação comprobatória de participação nas competições previstas no calendário fornecido no ato da inscrição pelo atleta, como também o da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude;
II - quando convocado, não participar das competições da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude;
III - for transferido para outro município, estado ou país, sem anuência da CIE (Comissão de Incentivo ao Esporte);
IV – sofrer qualquer punição disciplinar aplicada pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude e federações ou entidades nacionais.

Art. 11. O Bolsa Atleta será concedido pelo prazo mínimo de 01 (um) ano e será pago em parcelas mensais até o 5º dia útil de cada mês.

Parágrafo único. A concessão do Bolsa Atleta é individual, eventual, temporária e perdurará enquanto o beneficiário atender as condições estabelecidas nos critérios de avaliação.

Art. 11 - A. Fica assegurada a continuidade do recebimento do benefício Bolsa Atleta às mulheres gestantes ou puérperas, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.614/2023, que garante a proteção à maternidade no esporte.

§ 1º A confirmação da gestação não autoriza a suspensão do pagamento das parcelas mensais do benefício, independentemente da impossibilidade temporária de participação em competições ou treinamentos oficiais durante o período gestacional e de puerpério.

§ 2º Para fins de renovação do benefício no ciclo subsequente, as atletas poderão utilizar os resultados esportivos obtidos no ano anterior ao início da gestação, garantindo-lhes o direito de pleitear a bolsa em igualdade de condições, observados os demais requisitos citados no artigo 8° desta Lei.

Art. 12. Os atletas beneficiados pelo Bolsa Atleta e que conquistarem medalhas nas competições relacionadas em seu plano de trabalho terão prioridade para renovação das suas respectivas bolsas e/ou em novas inscrições de chamadas públicas da modalidade Bolsa Atleta.

§ 1º A prioridade para renovação do Bolsa Atleta não desobriga o atleta ou seu representante ou procurador legal de obedecer a todos os procedimentos, inclusive de inscrição, e prazos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

§ 2º Caberá a Comissão de Incentivo ao Esporte - CIE a criação dos critérios objetivos para concessão das referidas bolsas através de Edital de Chamamento Público de Credenciamento.

§ 3º A quantidade máxima de Bolsa Atleta a serem fornecidos será estipulada em edital do Chamamento Público de Credenciamento, respeitando o orçamento vigente da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

§ 4º Os Atletas não poderão receber mais de uma modalidade de bolsa atleta.

§ 5º Atletas beneficiados com qualquer um dos Bolsas, não poderão solicitar o auxílio atleta.

Art. 13. Os critérios para reconhecimento de competições válidas para a concessão do benefício serão analisados individualmente pela Comissão de Incentivo ao Esporte – CIE.

Art. 14. As formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção do benefício, bem como para a prestação de informações dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados no edital do Chamamento Público de Credenciamento, em formato digital, através de link a ser disponibilizado.

Art. 15. O atleta beneficiado com qualquer um dos Bolsa Atleta oferecerá como contrapartida autorização para o uso de sua imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Paranaguá e da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude de Paranaguá em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing e quaisquer outros materiais informados pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, também deverá confeccionar bandeira oficial do Município em tamanho visível aos seus detalhes e sempre estar de posse da mesma em toda e qualquer premiação nas suas respectivas provas ou eventos correlacionados a sua prática esportiva.

Art. 16. O Bolsa Atleta, será concedido:

a) na Categoria Internacional - para atleta de destaque Pan-Americano, Sul-Americano, Olímpico, Paraolímpico e Mundial, no valor mensal de até 1.050 UFM;

b) na Categoria Nacional - para atleta de destaque nacional no valor mensal de até 650 UFM;

c) na Categoria Estadual - para atleta de destaque estadual no valor mensal de até 450 UFM;

d) na Categoria Talento Esportivo, no valor mensal de até 350 UFM.

Art. 17. Para as associações e entidades vinculadas à Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, de acordo com a Lei Municipal nº

3.655/2017, será instituída a Bolsa Atleta Fomento Esportivo para as entidades desportivas que atuam no desenvolvimento de atletas e Paratletas de alto rendimento, e que busquem representar o Município em competições oficiais no âmbito estadual, nacional ou internacional.

Art. 18. As despesas decorrentes da concessão do Bolsa Atleta correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

CAPÍTULO IV - DO AUXÍLIO ATLETA

Art. 19. A modalidade Auxílio Atleta destina-se ao custeio parcial de despesas com transporte, alimentação, estadia e taxas de inscrição de atletas ou equipes amadoras que representem o Município em competições oficiais.

Art. 20. Não poderão ser beneficiários do Auxílio Atleta, os atletas ou equipes profissionais, assim caracterizados por contrato formal de trabalho ou remuneração fixa.

Art. 21. Não poderão ser custeadas com os recursos previstos no capítulo deste artigo, despesas com estadia e alimentação quando já estiverem incluídas no valor da taxa de inscrição ou quando forem ofertados gratuitamente pela entidade organizadora do evento esportivo; quando decorrentes da participação em Jogos da Secretaria do Esporte do Paraná, ou da qual venha substituir, as quais serão custeadas diretamente pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

CAPÍTULO V - DO REQUERIMENTO

Art. 22. Para requerer o recebimento do Auxílio Atleta, os atletas, delegações ou equipes deverão protocolar requerimento dirigido a Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, contendo:

I - os dados pessoais dos participantes com cópia dos documentos pessoais (RG, CPF e endereço) e do passaporte válido, com visto de entrada, se necessário, quando se tratar de competição internacional fora do âmbito dos países integrantes do MERCOSUL, comprovação de endereço de residência do Município de Paranaguá há mais de 3 (três) anos, ser brasileiro nato ou naturalizado, ser atleta da área desportiva, ter idade mínima de 06(Seis) anos no dia do protocolo do requerimento;
II - a descrição da modalidade esportiva a ser disputada, acompanhada do calendário oficial da competição em que será representado o Município de Paranaguá, ou documento equivalente que comprove a realização do evento; no caso de competição a ser disputada no exterior deverá ser apresentada cópia da convocação, convite ou outro documento equivalente expedido por confederação nacional ou organização internacional que administre a respectiva modalidade esportiva;
III - ser natural ou comprovar vínculo de moradia de no mínimo 03 anos no Município de Paranaguá, se maior de Idade (Através de Declaração emitida pela Justiça Eleitoral, comprovando esse vínculo de 36 meses) e menor de idade através de documento do seu responsável legal (Através de Declaração emitida pela Justiça Eleitoral, comprovando esse vínculo de 36 meses) conjuntamente com declaração de sua instituição de ensino sediada em Paranaguá comprovando seu vínculo dos últimos 36 meses;
IV - a relação dos gastos e os dados da(s) conta(s)-corrente(s) para depósito do valor do Auxílio Atleta;
V - apresentar plano anual de participação em, no mínimo, uma competição oficial da modalidade e categoria;
VI - apresentar autorização do pai ou responsável e comprovante de matrícula em instituição de ensino pública ou privada, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;
VII - não estar cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes;
VIII - comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude;
IX - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva ou entidade de administração desportiva da respectiva modalidade;
X - para atletas maiores de 18 anos, apresentação de Exame Toxicológico de Larga Janela (Detecção 09 meses) e Antecedentes Criminais (Fórum, IIPR, municipal, estadual e Federal)
XI – ter conduta ilibada, com plena idoneidade Moral.
XII - na hipótese de atleta ou membro de equipe ser menor de idade, o requerimento deverá ser firmado por seu representante legal, o qual deverá apresentar também sua documentação pessoal e comprobatória da condição de responsável legal do atleta e, no caso de participação em competição internacional, autorização de viagem expedida por ambos os genitores ou responsável legal passada por escritura pública ou instrumento particular com firma reconhecida;
XIII - O requerente do Auxílio Atleta deverá protocolar o pedido com antecedência de até 60 (sessenta) dias da data do início do evento esportivo que participará.

Parágrafo Único. A apresentação não correta das solicitações elencadas, a presente solicitação do auxílio será INABILITADA.

Art. 23. Não poderá solicitar o Auxílio Atleta, o atleta que possuir condenações criminais transitadas em julgado.

CAPÍTULO VI - DA SELEÇÃO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 24. A análise e deliberação dos pedidos competirão à Comissão de Incentivo ao Esporte – CIE, previstos em lei.

Art. 25. O valor destinado para o custeio das despesas previstas no artigo 19 será fornecido de acordo com a distância do Município de Paranaguá até a cidade que ocorrerá a competição, com exceção das competições internacionais que terão valor fixo, e serão pagos da seguinte forma:

I - Acima de 120 km até 250 km, 150 UFM;
II - Acima de 250 km até 400 km, 250 UFM;
III - Acima de 400 km até 550 km, 320 UFM;
IV - Acima de 550 km até 700 km, 390 UFM;
V - Acima de 700 km até 850 km, 460 UFM;
VI - Acima de 850 km até 1000 km, 530 UFM;
VII - Acima de 1000 km, 480 UFM acrescidos de 75 UFM, e a cada 150 km a mais percorridos;
VIII - Competições internacionais, 1750 UFM.

§ 1º Os valores dos incisos I ao VIII, deste artigo, correspondem ao auxílio financeiro para atletas individuais.

§ 2º No caso de requerimento do Auxílio Atleta para delegação ou equipe esportiva para competição nacional, será pago além do previsto nos incisos I a VII, um adicional de 100 UFM por atleta.

§ 3º No caso de requerimento do Auxílio Atleta para delegação ou equipe esportiva para competição internacional, será pago além do previsto no inciso VIII, um adicional de 600 UFM por atleta.
§ 4º As entidades ou atletas que receberem qualquer apoio através do auxílio atleta deverão divulgar em suas redes sociais a logomarca e a informação do apoio recebido, como também a exposição da logomarca da Prefeitura Municipal de Paranaguá e da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude em meios como uniforme, banners ou outros meios de exposição para a divulgação.

Art. 26. Cada atleta, delegação ou equipe poderá requerer até 05 (Cinco) Auxílios Atleta realizados entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. Serão concedidos os Auxílios Atleta, respeitando os recursos orçamentários destinados para este benefício.

Art. 27. O beneficiário deverá prestar contas das despesas realizadas à Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, no prazo máximo de 10 (dez) dias do término da competição esportiva, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de gastos e de restituição de saldo, quando for o caso, além de informações documentadas sobre o

resultado alcançado na competição, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação aplicável aos responsáveis pelo recebimento de recursos públicos.

§ 1º A Secretaria Municipal de Esportes e Juventude deverá encaminhar a prestação de contas para a Controladoria Geral do Município para exercício das suas atribuições;

§ 2º Na hipótese da não aprovação da prestação de contas ou na falta de sua prestação, os respectivos processos serão remetidos à Procuradoria Geral do Município, para cobrança e ressarcimento, ficando o beneficiário sujeito à devolução do valor recebido, acrescido de multa pecuniária de até 100% (Cem por cento) sobre o valor devidamente corrigido, não eximindo o requerente das demais sanções previstas em lei.

§ 3º No caso de o requerente incorrer no previsto no parágrafo acima, ficará impossibilitado de receber novo Auxílio Atleta, bem como qualquer outro benefício da Prefeitura Municipal de Paranaguá, até que a questão seja regularizada.

§ 4º Caso o beneficiário deixe de participar da competição por qualquer razão, deverá promover a imediata e integral restituição dos valores recebidos, em no máximo 10 dias corridos da data do evento sob pena de responsabilização nos termos do "caput" deste artigo.

CAPÍTULO VII - DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

Art. 28. A concessão dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada à existência de dotação orçamentária suficiente, bem como à prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro e compatibilidade com o PPA, LDO e LOA, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Compete à Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, com apoio e supervisão do órgão de Controle Interno do Município, promover a fiscalização, controle e repasse do auxílio financeiro, mediante emissão de relatório circunstanciado contendo as informações necessárias para efeito de prestação de contas e cadastro dos beneficiários.

Art. 30. As despesas decorrentes da concessão do Auxílio Atleta correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

Art. 31. Os procedimentos administrativos, documentos exigidos, prazos, formulários, modelos de plano esportivo e demais regras operacionais serão definidos por Edital anual, exclusivamente para a modalidade Bolsa Atleta.

Art. 32. Fica revogada a Lei Municipal nº 3.710, de 15 de janeiro de 2018, e demais disposições em contrário.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:C4322BFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.667

LEI Nº 4.667, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Altera a Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, que institui o Conselho Municipal de Segurança Pública de Paranaguá – COMUSEG, para atualizar sua composição, competências e regras de funcionamento, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII e IX, com a seguinte redação, mantidos os atuais incisos I a VII:

"Art. 2º Ao Conselho Municipal de Segurança Pública de Paranaguá caberá, dentre outras atribuições:

(...)

VIII – propor, recomendar e articular ações integradas de prevenção e repressão à violência e à criminalidade, junto aos órgãos competentes, observadas as competências federativas e a legislação vigente;
IX – elaborar Plano de Trabalho anual e Relatório de Atividades, com indicação das ações desenvolvidas e recomendações expedidas, encaminhando-os aos órgãos representados no Conselho."

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Paranaguá será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;
II – 01 (um) representante da Polícia Rodoviária Federal – PRF;
III – 01 (um) representante da Polícia Federal – PF;
IV – 01 (um) representante da Polícia Militar do Paraná – 9º BPM;
V – 01 (um) representante da Polícia Civil – 1ª SDP;
VI – 01 (um) representante da Guarda Civil Municipal – GCM;
VII – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção Paranaguá;
VIII – 01 (um) representante do Rotary Paranaguá;
IX – 01 (um) representante da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá - ACIAP;
X – 01 (um) representante da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;
XI – 01 (um) representante da Associação Paranaense de Supermercados – APRAS;
XII – 01 (um) representante da Capitania dos Portos;
XIII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;
XIV – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
XV–01 (um) representante da Unidade de Segurança Portuária – UASP;
XVI – 01 (um) representante da Polícia Ambiental;
XVII–01 (um) representante do Núcleo Regional de Educação com atuação em Paranaguá.

§ 1º A participação dos órgãos federais e estaduais dar-se-á mediante anuência institucional dos respectivos comandos ou chefias, preservadas suas autonomias administrativa e operacional.

§ 2º A cada membro titular do Conselho corresponderá 02 (dois) suplentes, 1º e 2º, a ser indicado pela mesma entidade ou órgão de origem.

§ 3º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho, na qualidade de membros especiais, com direito a voz e sem direito a voto, representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, do Poder Judiciário, da Defensoria Pública do Estado do Paraná e da Câmara Municipal de Paranaguá, indicados pelas respectivas chefias

institucionais, sem prejuízo das atribuições constitucionais de cada Poder e instituição.

§ 4º Além dos convidados especiais mencionados no § 3º, serão convidados, na mesma qualidade, 03 (três) representantes da sociedade civil, igualmente com direito a voz e sem direito a voto, cuja escolha será realizada pelo Conselho, observados critérios de relevância social, representatividade e notório conhecimento, garantindo-se transparência e pluralidade na seleção."

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução consecutiva."

Art. 4º O art. 5º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, a qualquer título, constituem atividade de grande relevância social e serão consideradas serviço público relevante, para todos os fins."

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º a 3º, com a seguinte redação:

"Art. 6º A direção do Conselho será exercida por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos pelos Conselheiros, cujas atribuições serão definidas no regimento próprio, o qual poderá contemplar outros cargos de direção.

§ 1º O quórum de instalação das reuniões do COMUSEG será de maioria absoluta de seus membros em exercício.

§ 2º As deliberações serão aprovadas por maioria simples dos presentes, ressalvados os casos em que o Regimento Interno exigir quórum qualificado.

§ 3º O Regimento Interno do COMUSEG deverá ser elaborado e aprovado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de posse dos Conselheiros."

Art. 6º Altera o art. 7º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, com acréscimo do Art. 7-A- passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Paranaguá – COMUSEG é órgão de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, com autonomia no exercício de suas funções, vedado o exercício de competências executivas que sejam próprias dos órgãos de segurança pública e demais entes representados.

Art. 7º A - Quando implementado o Fundo Municipal de Segurança Pública de Paranaguá, competirá ao Conselho Municipal de Segurança Pública exercer funções consultivas, propositivas e deliberativas no âmbito de suas atribuições, especialmente quanto à definição de prioridades, diretrizes e recomendações sobre a aplicação dos recursos do Fundo, observado o disposto na legislação específica.

§ 1º As deliberações do Conselho terão natureza normativa interna e orientarão o planejamento das ações financiadas pelo Fundo, abrangendo:

I – a análise e a aprovação das prioridades e diretrizes para aplicação dos recursos;
II – a apreciação do plano anual de aplicação dos recursos do Fundo;
III – o acompanhamento da execução físico-financeira das ações financiadas com recursos do Fundo;
IV – a emissão de parecer sobre a prestação de contas anual do Fundo.

§ 2º A atuação do Conselho sobre o Fundo Municipal de Segurança Pública não implicará assunção de gestão administrativa ou financeira, que permanecerá sob responsabilidade do órgão gestor definido na legislação específica, cabendo ao Conselho apenas a deliberação no âmbito de suas competências e o exercício do controle social."

Art. 7º O art. 8º da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Municipal de Segurança Pública de Paranaguá realizará, no mínimo, 1 (uma) audiência pública a cada 6 (seis) meses, a contar da data da posse dos Conselheiros, com ampla divulgação da data e pleno acesso e participação da população, para:

I – apresentação do Relatório de Atividades e das ações desenvolvidas no período;
II – exposição, em linguagem acessível, das recomendações expedidas e dos encaminhamentos feitos aos órgãos competentes;
III – prestação de informações sobre eventuais recursos públicos destinados ao apoio das atividades do Conselho, observadas a legislação orçamentária e a competência dos órgãos de controle interno e externo.

§ 1º As atas das reuniões, relatórios e recomendações do COMUSEG deverão ser divulgados no Portal da Transparência do Município, garantindo-se a publicidade de seus atos.

§ 2º A audiência pública e os mecanismos de transparência previstos neste artigo têm natureza de controle social e participação cidadã, não se confundindo com aprovação contábil ou financeira das despesas públicas, que permanece sob responsabilidade dos órgãos competentes."

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mantidos os demais dispositivos da Lei nº 4.392, de 16 de fevereiro de 2024.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:7601BFFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.668

LEI Nº 4.668, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Dispõe sobre o cômputo do tempo de serviço não considerado durante a vigência das restrições decorrentes do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, reconhecidas e superadas no âmbito nacional pela Lei Complementar nº 226/2026, no âmbito da Câmara Municipal de Paranaguá, e autoriza o pagamento de valores retroativos aos servidores efetivos que comprovadamente tiveram o tempo não computado e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Paranaguá, o cômputo do tempo de efetivo exercício que deixou de produzir efeitos para aquisição de direitos funcionais durante a vigência das restrições relacionadas ao art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020, consideradas superadas no plano nacional pela Lei Complementar nº 226/2026, exclusivamente para os servidores

efetivos da Câmara que comprovadamente tiveram o período não computado.

Art. 2º O cômputo do tempo de que trata esta Lei produzirá efeitos exclusivamente para fins de:

I - Adicionais por tempo de serviço;
II - Progressões e promoções funcionais previstas no plano de cargos e salários;
III - Demais vantagens cuja aquisição dependa exclusivamente de tempo de efetivo exercício, desde que previstas na legislação vigente no momento do implemento do requisito.

§ 1º O disposto nesta Lei aplica-se exclusivamente aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do quadro próprio da Câmara Municipal.

§ 2º Esta Lei não cria vantagem nova, nem altera critérios de carreira; limita-se a reconhecer efeitos de tempo anteriormente não computado para direitos já previstos na legislação relacionada.

CAPÍTULO II
DO PROCEDIMENTO, COMPROVAÇÃO E CONTROLE

Art. 3º O reconhecimento do direito ao cômputo do tempo de serviço e a apuração dos respectivos efeitos funcionais e financeiros dependerão de processo administrativo individualizado, que poderá ser instaurado:

I - a requerimento do servidor interessado; ou
II - de ofício, por iniciativa do Departamento Administrativo da Câmara Municipal.

§ 1º O processo administrativo deverá ser instruído com:

I - Identificação do período não computado;
II - Documentos funcionais que comprovem o efetivo exercício no período correspondente;
III - demonstrativo técnico de enquadramento do direito na legislação vigente à época do implemento do requisito temporal;
IV - Manifestação técnica do Departamento Administrativo;
V - Parecer jurídico quanto à conformidade legal;
VI - Decisão fundamentada da Presidência.

§ 2º O Departamento Administrativo poderá, por razões de eficiência e organização administrativa, compilar as informações e documentos relativos a múltiplos servidores em um único protocolo ou procedimento administrativo, desde que assegurada a análise individualizada de cada caso, com decisão específica e fundamentada quanto ao preenchimento dos respectivos requisitos legais.

§ 3º É vedado o reconhecimento automático, genérico ou coletivo de direitos sem a devida instrução individual e sem demonstração objetiva do preenchimento dos requisitos legais.

§ 4º A decisão concessiva deverá ser expressamente motivada e indicar, no mínimo:

I - o período reconhecido;
II - o fundamento legal aplicável;
III - a data de implementação do requisito;
IV - os efeitos funcionais e financeiros decorrentes.

CAPÍTULO III
DO PAGAMENTO DOS VALORES RETROATIVOS

Art. 4º Fica autorizado o pagamento dos valores retroativos decorrentes do recálculo funcional resultante do cômputo do tempo reconhecido, observada a prescrição quinquenal e desde que:

I - Exista previsão orçamentária e financeira;
II - Sejam observados os limites e condicionantes de despesa com pessoal e responsabilidade fiscal;
III - haja compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro da Câmara.

Art. 5º O pagamento poderá ser realizado:

I- em parcela única, havendo disponibilidade financeira; ou
II - de forma parcelada, mediante cronograma aprovado por Ato da Mesa Diretora, com previsão expressa nesta Lei, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º O cronograma deverá conter: número de parcelas, periodicidade, critérios de priorização (se houver) e estimativa global do passivo.

§ 2º É vedado o parcelamento que comprometa o cumprimento dos limites legais de despesa com pessoal.

CAPÍTULO IV
VEDAÇÕES E CLÁUSULAS DE CONFORMIDADE

Art. 6º Esta Lei não autoriza, em hipótese alguma:

I - reenquadramento funcional;
II - transformação de cargos;
III - provimento derivado;
IV - alteração de atribuições;
V - concessão de vantagem não prevista na legislação vigente à época do implemento do requisito temporal.

Art. 7º É vedada a interpretação desta Lei para:

I - Permitir retroação para instituir forma de adicional por tempo de serviço não prevista no regime jurídico aplicável (ex.: conversão de quinquênio em anuênio sem previsão legal);
II - reconhecer direito adquirido a regime jurídico de vantagens funcionais diverso do previsto em lei.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal, observada a compatibilidade com a lei orçamentária anual e com as metas fiscais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:9561BE68

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.669

LEI Nº 4.669, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Institui o Dia Municipal da Comunidade Árabe-Muçulmana no Calendário Oficial do Município de Paranaguá e dá outras Providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Municipal da Comunidade Árabe-Muçulmana no Calendário Oficial do Município de Paranaguá, a ser comemorado no mês de março de cada ano.

Art. 2º O objetivo desta lei é reconhecer e valorizar a cultura árabe-muçulmana em nosso município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D9B5A3BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 2.071

PORTARIA Nº 2.071

"Concede diárias a servidora Eliane Costa Mariano, para atender despesas com viagem."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 80 da Lei Complementar 046 de 11 de maio de 2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Paranaguá), o que preceitua a Lei Municipal n° 3.463 de 1° de junho de 2015, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 17.949/2026,

RESOLVE:

I - Conceder a servidora ELIANE COSTA MARIANO, Pregoeiro, matrícula n° 5.730-2, a importância correspondente a 05 (cinco) diárias de 123 UFM (unidade de valor fiscal do Município), totalizando o valor de R$ 2.758,82 (Dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), para atender as despesas de viagem com destino a Foz do Iguaçu - PR, com saída no dia 22 de março e retorno no dia 27 de março do corrente.

II - A servidora, beneficiária das diárias concedidas por esta Portaria, participará do "21° Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação".

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:57800F94

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.072

PORTARIA Nº 2.072

"Dispensa, Mariellen Amaral Santos da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 192/2016 e suas alterações,

RESOLVE:

I – Dispensar, a servidora MARIELLEN AMARAL SANTOS, matrícula nº 12.493-1, da função gratificada de Diretor do Centro Municipal de Educação Infantil "Aurora Xavier Santos", Símbolo FG-D, da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:653E8222

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 055/2023
GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA CNPJ: 21.129.497/0001-12

EXTRATO DE ADITIVO 03 AO CONTRATO N° 055/2023
GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA

CNPJ: 21.129.497/0001-12

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
GRIFON BRASIL ASSESSORIA LTDA

Data: 23/03/2026

Objeto: Aditivo 03 ao Contrato nº **055/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **20 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **19 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação n°: 009/2023
Processo Administrativo n°: 13556/2026

Valor: R$ 1.059,60 (Mil e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:

TIAGO FONTES CÉSAR LEAL
JOAQUIM FONSECA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:5E6DFC1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 027/2024 CLÁUDIO ALEXANDRE DOS SANTOS SOUZA

EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 027/2024
CLÁUDIO ALEXANDRE DOS SANTOS SOUZA
Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CLÁUDIO ALEXANDRE DOS SANTOS SOUZA

Data: 23/03/2026

Objeto: Aditivo 06 ao Contrato nº **027/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **03 (TRÊS) MESES** contados a partir de **21 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **20 DE JUNHO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 03 (três) meses.
Dispensa de Licitação n°: 002/2024
Processo Administrativo n°: 5830/2026

Valor: R$ 47.395,89 (Quarenta e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
CLÁUDIO ALEXANDRE DOS SANTOS SOUZA
FERNANDA SILVA CHIANCA FERNANDES SOUZA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:636F396F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 07 AO CONTRATO N° 033/2019 INTERALLI REALTY LTDA CNPJ: 03.586.490/0001-48

EXTRATO DE ADITIVO 07 AO CONTRATO N° 033/2019
INTERALLI REALTY LTDA
CNPJ: 03.586.490/0001-48

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
INTERALLI REALTY LTDA

Data: 23/03/2026

Objeto: Aditivo 07 ao Contrato nº **033/2019**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **28 DE MARÇO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **27 DE MARÇO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação n°: 006/2019
Processo Administrativo n°: 3435/2026

Valor: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
FABRICIO SLAVIERO FUMAGALLI

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:C6A3D801

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO N° 024/2026 HOPE RESIDENCIA TERAPEUTICA JARDIM BOTANICO LTDA CNPJ: 54.031.763/0001-29

EXTRATO DE CONTRATO N° 024/2026
HOPE RESIDENCIA TERAPEUTICA JARDIM BOTANICO LTDA
CNPJ: 54.031.763/0001-29

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
HOPE RESIDENCIA TERAPEUTICA JARDIM BOTANICO LTDA

Data: 23/03/2026

Objeto: Contrato nº **024/2026**. "O objeto da presente é a contratação de empresa especializada para prestação continuada de serviços de acolhimento no sistema casa de apoio, em período integral para adultos, portadores de deficiência física, patologia mental ou em situação de rompimento de vínculo familiar, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14133/2021 em atendimento à Secretaria Municipal da Mulher, Desenvolvimento Social e Igualdade Racial, pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do contrato, para acolhimento de Alexandre Marum da Silva, autos nº 0003632-43.2025.8.16.0129, conforme inteiro teor do processo administrativo protocolado sob nº 2813/2026."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses.
Dispensa de Licitação n°: 011/2026
Processo Administrativo n°: 2813/2026

Valor: R$ 70.800,00 (setenta mil, oitocentos reais).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
GIOVANI SOARES LIMA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:FBCA0A59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

8ª Reunião Ordinária – 23 de março de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 210/2025, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Município de Paranavaí e receber, mediante doação com encargos da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, imóveis constituídos por área institucional, reserva florestal legal e arruamento, localizados no empreendimento Vila Rural Monte Alto, Distrito de Piracema, e dá outras providências. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 211/2025, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Município de Paranavaí e receber, mediante doação com encargos da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, imóveis constituídos por área institucional, área verde e arruamento, localizados no empreendimento Vila Rural Vereador José Dolvino Garcia, Distrito de Mandiocaba, e dá outras providências. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 225/2025, dos Vereadores **Professor Utrila e Mancha da Saúde**, que inclui inciso LXXXV no art. 8º da Lei

Municipal nº 4.724, de 24 de setembro de 2018, que institui o Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Paranavaí, para instituir o "Dia do Caminhoneiro", a ser comemorado anualmente em 16 de setembro. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 213/2025, do Vereador **Josival Moreira**, que denomina de Rua **ANTÔNIO DAL COL** a Rua Projetada E do Jardim São Pedro. **Em primeira discussão.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 031/2026, da Vereadora **Professora Cida Gonçalves**, que requer ao Chefe do Poder Executivo e Secretaria competente, informações quanto a projetos voltados para conscientização e combate à pobreza menstrual no município. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 032/2026, das Vereadoras **Professora Ivany Azevedo, Maria Clara** e **Professora Cida Gonçalves**, que requerem à Mesa, a criação de galeria de fotos de mulheres parlamentares do Município de Paranavaí, a ser denominada de "Galeria Rosa". **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 033/2026, do Vereador **Rauny Rici Aguiar**, que requer informações ao Poder Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde, sobre a disponibilidade de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e estratégias para suprir faltas eventuais. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 034/2026, do Edil **Rauny Rici Aguiar**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde, que prestem informações a esta Casa de Leis, para fins de esclarecimento público, acerca da existência, implantação ou viabilidade de inclusão do profissional Médico Veterinário da Família nas Equipes Multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (eMulti) no âmbito do Município de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 035/2026, do Vereador **Rauny Rici Aguiar**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria Municipal de Saúde, que informem a esta Casa de Leis, para fins de esclarecimento público, acerca do fornecimento de medicamentos, fraldas geriátricas e materiais para curativos da rede pública municipal e pacientes que apresentem receitas médicas emitidas por profissional da rede privada, conveniada ou cooperada a planos de saúde. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 036/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer, uma vez consultado o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal, à Secretária Municipal de Saúde e ao Chefe da 14ª Regional do Estado da Saúde, para que preste os seguintes esclarecimentos, documentos e informações, objetivando ampliar e melhorar o atendimento de saúde à população: a) qual o meio ou aplicativo em que a saúde pública se baseia para acompanhar e atender as pessoas cujas enfermidades provocam dor? b) qual o grau e escala de dor que a saúde pública adota? c) existe fila de espera para atender as pessoas que padecem de dor? Como é divulgada e como é controlada? d) há acompanhamento das pessoas que padecem de dor e ainda aguardam atendimento? e) qual o tempo médio do aguardo? **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 037/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que requer, uma vez consultado do Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal Maurício Gehlen, à Secretária Municipal de Saúde e ao Chefe da 14ª Regional do Estado da Saúde, para que preste os seguintes esclarecimentos, documentos e informações, objetivando ampliar e melhorar o atendimento de saúde à população: a) quantas e quais auditorias foram realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela 14ª Regional da Saúde? b) a que resultado chegaram e quais as providências implementadas após cada auditoria? c) quantas e quais sindicâncias foram realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela 14ª Regional da Saúde? d) a que resultado chegaram e quais as providências implementadas? e) quantas e quais auditorias foram realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e pela 14ª Regional da Saúde, para apurar a perda de exames e a necessidade de repetição por demora de realização de procedimentos e cirurgias, tendo em vista o fato conhecido tanto pelo Município, quanto pelo Estado, pois tanto é expresso e reiterado em reuniões do Conselho de Saúde, com a presença de representante do Município e do Estado. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 038/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer, consultado o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal Maurício Gehlen, para que preste os seguintes esclarecimentos, documentos e informações, **objetivando ampliar a transparência das licitações**: a) as licitações são precedidas de prévia informação à Associação Comercial, ao Observatório Social, à Controladoria e a outros órgãos? b) quais e quantas licitações foram realizadas desde 1º janeiro de 2025 até agora? apresentar relatório completo; c) quantas e quais exceções ao processo licitatório ocorreram - dispensa e inexigibilidade? **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:C4CEE797

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 45/2026- RETIFICAÇÃO PORTARIA 27/2026

PORTARIA Nº 45/2026

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR), Sr. *Ulisees de Souza*, no uso regular das atribuições legais, estatutárias e administrativas que lhe são conferidas, em estrita conformidade com as diretrizes e deliberações firmadas pelo Conselho de Prefeitos, e fundamentado nos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, com especial ênfase aos princípios da legalidade, da eficiência administrativa, da transparência dos atos públicos e do poder de autotutela administrativa.
CONSIDERANDO a necessidade de promover a escorreita adequação dos registros contábeis e financeiros da instituição, tendo em vista a edição prévia da Portaria nº 27/2026, a qual autorizou a abertura de Crédito Adicional especial no orçamento vigente deste Cis/Amunpar. Este instrumento orçamentário possui a finalidade específica e inadiável de viabilizar a aquisição de equipamentos e material permanente, elementos estruturais que se mostram absolutamente indispensáveis para a manutenção, a continuidade e a efetiva melhoria da qualidade dos serviços de saúde pública que são prestados de forma contínua à população de todos os municípios que integram este consórcio regional.
CONSIDERANDO que a Administração Pública detém a prerrogativa e a obrigação contínua de revisar, retificar e aperfeiçoar os seus próprios atos sempre que identificar a necessidade de adequação à realidade dos fatos e às exigências do interesse público. Neste contexto específico, constatou-se, após revisão minuciosa dos procedimentos de cotação de mercado e do levantamento das necessidades materiais reais das unidades de saúde vinculadas ao consórcio, que o valor originalmente grafado no artigo primeiro da referida portaria, estipulado na quantia de quinze mil reais, apresenta-se insuficiente para a cobertura integral das despesas programadas. A reavaliação técnica e financeira demonstrou de maneira cristalina que a consecução do interesse público almejado e a efetiva compra dos materiais permanentes exigem a fixação do crédito no montante de vinte e cinco mil reais, tornando a presente retificação uma medida de rigorosa e urgente necessidade administrativa.
CONSIDERANDO, por fim, que a alteração do limite financeiro do crédito adicional especial demanda, por força das normas estritas de direito financeiro e das regras da contabilidade pública, a comprovação inequívoca de disponibilidade de caixa e previsão orçamentária de cobertura.

RESOLVE:
Artigo 1º - Promover a retificação expressa, formal e material do Artigo 1º da Portaria nº 27/2026, editada originariamente em 23 de fevereiro de 2026, com a finalidade exclusiva de alterar o limite financeiro do Crédito Adicional especial autorizado para o orçamento em vigor do Cis/Amunpar. A autorização concedida à Contadora da

instituição passa a vigorar, a partir da edição deste ato, com a determinação expressa de abertura do respectivo crédito na importância total de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, em substituição definitiva ao valor originalmente estipulado.

Artigo 2º - Determinar que o novo valor retificado e atualizado, correspondente a **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**, seja integralmente destinado e mantido vinculado à mesma dotação orçamentária já especificada no ato administrativo original, mantendo-se a classificação contábil rigorosamente inalterada sob o código de dotação **01.001.0008.0243.2010.1000.3.4.4.90.52.00.00.00.00**, rubrica esta que se encontra institucionalmente destinada à aquisição de Equipamentos e Material Permanente, devidamente atrelada e amparada pela Fonte de Recurso 20017.

Artigo 3º - Reafirmar e ratificar integralmente, em cumprimento às exigências legais de responsabilidade na gestão fiscal, que a cobertura financeira do crédito adicional especial ora readequado para o montante de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)** será provida de forma integral mediante a utilização do superávit financeiro efetivamente apurado, em estrita observância às normativas orçamentárias vigentes e assegurando a total legalidade da provisão de fundos para a efetivação da despesa pública.

Artigo 4º - Declarar de forma expressa que todas as demais disposições textuais, fundamentos legais, numerações de dotação e diretrizes administrativas que compõem a redação original da Portaria nº 27/2026, e que não sejam incompatíveis ou colidentes com a retificação de valor financeiro determinada por este instrumento normativo, permanecem absolutamente inalteradas, integralmente válidas e com sua eficácia jurídica plenamente preservada para todos os fins de controle, execução e direito.

Artigo 5º - Estabelecer que esta Portaria de retificação entra em pleno vigor na exata data de sua assinatura e publicação, produzindo seus efeitos contábeis, financeiros e administrativos de forma imediata e cogente para a execução do orçamento do ano fluente. Ficam expressamente revogadas quaisquer disposições prévias, regulamentos ou interpretações em sentido contrário que tenham o potencial de impedir, dificultar ou atrasar o regular processamento desta necessária alteração orçamentária nas contas do consórcio.

Paranavaí, 20 de março de 2026.

ULISEES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Katia Simone Soares
Código Identificador:FC978317

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA Nº 44/2026

PORTARIA Nº 44/2026
INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA PRÉVIA

Súmula do Ato Administrativo: Instaura Sindicância Investigativa prévia para apuração de fatos e eventuais infrações éticas e contratuais na prestação de serviços médicos no Ambulatório Médico de Especialidades de Paranavaí, designa Comissão de Apuração composta por servidores efetivos e estabelece diretrizes para a condução do procedimento e elaboração de relatório conclusivo sobre a viabilidade de instauração de Processo Administrativo de Responsabilização.

O **COORDENADOR GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR (CIS/AMUNPAR)**, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe são conferidas pelo estatuto da entidade, e com fundamento expresso no **artigo 164 da Resolução nº 25, de 02 de outubro de 2023**, do CIS/AMUNPAR;

Considerando a instauração do Processo Administrativo Digital nº 437/2026, deflagrado a partir de manifestação formal e escrita registrada pela Ouvidoria do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, a qual relata um incidente de extrema gravidade ocorrido nas dependências do Ambulatório Médico de Especialidades de Paranavaí no dia 28 de janeiro de 2026;

Considerando que a referida manifestação descreve que uma cidadã, usuária do Sistema Único de Saúde, compareceu à unidade pública para receber atendimento especializado em ortopedia devido a uma fratura no dedo do pé, ocasião em que o profissional médico responsável pelo atendimento, o Dr. Diórgnes Silva de Queiroz, teria supostamente iniciado uma abordagem caracterizada por agressões verbais, humilhações e questionamentos de natureza estritamente política e social, antes mesmo de realizar qualquer avaliação clínica da paciente;

Considerando o teor contundente do relato da usuária, o qual indica que o referido médico teria tecido críticas ao seu local de moradia, um assentamento no município de Marilena, e proferido ofensas baseadas nas preferências político-partidárias da paciente, utilizando termos pejorativos e afirmando que ela deveria perder seus direitos sociais, além de supostamente ameaçar danificar o aparelho celular da cidadã quando esta tentou registrar os insultos;

Considerando que, em observância ao princípio democrático do contraditório na fase de coleta preliminar de informações, o profissional médico foi notificado e apresentou sua manifestação defensiva documentada no evento de sequência 02 do processo digital, na qual repudiou de forma categórica e veemente todas as acusações de ameaça, humilhação e discriminação, argumentando possuir um histórico ilibado na saúde pública e invocando seu direito à liberdade de pensamento e convicção política;

Considerando a informação de grande relevância investigativa trazida pela defesa do profissional, que apontou a presença de aproximadamente trinta pessoas aguardando na área externa e contígua à sala de consultas no momento do suposto incidente, afirmando que em nenhum momento alterou o tom de voz ou utilizou vocabulário ofensivo, o que estabelece um evidente conflito de versões materiais sobre a dinâmica dos eventos;

Considerando que a prestação de serviços públicos de saúde deve subordinar-se de maneira inafastável aos princípios basilares da Constituição Federal, com indiscutível prevalência da legalidade, da impessoalidade no tratamento dos administrados e da moralidade no exercício da função pública, sendo terminantemente proibida qualquer espécie de tratamento excludente, vexatório ou discriminatório nas dependências do consórcio público;

Considerando que a gestão das contratações e das infrações cometidas no ambiente do Cis/Amunpar possui regramento metodológico próprio detalhado na Resolução nº 25/2023, a qual consolida o marco normativo garantidor da lisura nas relações contratuais com entes privados e profissionais credenciados;

Considerando a determinação contida no artigo 164 da Resolução nº 25/2023, que autoriza expressamente o Coordenador Geral a determinar a instauração de Sindicância Investigativa prévia em casos de denúncias que necessitem de apuração dos fatos e coleta de indícios mínimos de autoria e materialidade antes da eventual deflagração de um Processo Administrativo de Responsabilização;

Considerando o minucioso parecer jurídico exarado no Memorando nº 218/2026, subscrito pela Assessoria Jurídica da Presidência do CIS/AMUNPAR, que diagnosticou a imperativa necessidade de descortinar a verdade material dos acontecimentos por meio de um rito investigativo e processual formalizado, isento e dotado de idoneidade institucional para aprofundar as oitivas e fornecer o substrato de certeza para futuras decisões administrativas;

Considerando a necessidade de harmonizar o dever irrenunciável de acolher e proteger o cidadão usuário do serviço público com o dever simétrico de assegurar ao prestador do serviço a plenitude de suas prerrogativas de defesa e contraditório preliminar no Estado Democrático de Direito;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica formalmente instaurada, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, a competente **Sindicância Investigativa Prévia**, vinculada ao Processo Administrativo Digital nº 437/2026, com o objetivo central de promover a apuração exaustiva e imparcial dos fatos ocorridos no dia 28 de janeiro de 2026, no Ambulatório Médico de Especialidades de Paranavaí, envolvendo a prestação de serviços médicos pelo ortopedista Dr. Diórgnes Silva de Queiroz.

Artigo 2º - Para a condução diligente e independente dos trabalhos investigativos, fica designada a **Comissão de Apuração Preliminar**, que será composta pelos seguintes agentes públicos, todos ostentando a condição de servidores efetivos do quadro próprio do CIS/AMUNPAR ou a ele formalmente cedidos pelos municípios consorciados, em estrita obediência aos ditames regulamentares:
Primeiro Membro: Fabio Torrezan de Souza, servidor público efetivo, matrícula nº 427-3, que assumirá a **Presidência** dos trabalhos da presente comissão, ou seja, é responsável em dirigir os trabalhos, assinar as convocações, mantém a ordem nas audiências e faz a interlocução com a Coordenadoria Geral.

Segundo Membro: Natália da Costa, servidora pública efetiva, matrícula nº 478-1, que atuará como **membro relatora**, que é a responsável por "escrever" o relatório detalhado, resumir as provas e propor a conclusão (punição ou arquivamento).
Terceiro Membro: Alessandra Katia Scomparini Baroni, servidora pública efetiva, matrícula nº 177-1, que atuará como membro vogal, pela qual analisará o trabalho da relatora, participará da coleta de provas e decide (vota) sobre o destino do caso, servindo como o voto de desempate ou de confirmação.

Artigo 3º - A Comissão de Apuração Preliminar ora constituída terá a competência administrativa e a atribuição funcional de instruir o procedimento com máxima amplitude, devendo promover a coleta probatória documental e testemunhal necessária para elucidar o conflito de versões fáticas.
Parágrafo Primeiro: É dever inafastável da comissão realizar a oitiva formal da cidadã manifestante e do profissional médico investigado, garantindo a redução dos depoimentos a termo ou a sua gravação integral.
Parágrafo Segundo: A comissão deverá realizar o mapeamento e a inquirição detalhada dos empregados públicos, pacientes e acompanhantes que se encontravam presentes na área de recepção e espera do Ambulatório Médico de Especialidades na exata data e faixa de horário dos fatos, visando confirmar ou refutar a existência de alterações de voz, condutas exaltadas ou indícios de violência psicológica e embate político-partidário no local.

Artigo 4º - Fica assegurado ao profissional médico investigado o direito à ciência formal da instauração da presente Sindicância Investigativa, facultando-se a ele o acompanhamento das oitivas, a solicitação de diligências, a juntada de documentos e a indicação de testemunhas que possam auxiliar no esclarecimento dos fatos, em observância ao princípio da ampla defesa na esfera de apuração prévia.

Artigo 5º - Fica estabelecido o prazo administrativo **de 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da publicação do presente ato administrativo, para a conclusão integral dos trabalhos de investigação e instrução probatória por parte da Comissão de Apuração Preliminar.
Parágrafo Único: O prazo estipulado no artigo principal poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante solicitação escrita e devidamente fundamentada pelo Presidente da Comissão ao Coordenador Geral do CIS/AMUNPAR, caso a complexidade das diligências testemunhais e documentais assim o exija.
Artigo 6º - Ao final da etapa de coleta de evidências e encerramento da instrução, a Comissão de Apuração Preliminar deverá emitir um Relatório Final Conclusivo.
Parágrafo Único: O documento mencionado no artigo principal deverá espelhar e esmiuçar os depoimentos colhidos, tecer as considerações valorativas precisas e culminar em apontamento lógico que diagnostique objetivamente a existência ou a inexistência de indícios mínimos de materialidade e autoria de infrações éticas e contratuais, atestando de forma explícita a viabilidade técnica e jurídica de instauração de futuro Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) ou sugerindo o arquivamento fundamentado das apurações por insubsistência fática.

Artigo 7º - Após a emissão e assinatura do Relatório Final Conclusivo pela comissão, os autos do Processo Administrativo Digital nº 437/2026 deverão ser remetidos imediatamente ao Departamento Jurídico do Cis/Amunpar para análise de controle de legalidade e, na sequência, encaminhados à Coordenadoria Geral para a deliberação final aplicável à espécie.

Artigo 8º - Os departamentos administrativos, gerenciais e de tecnologia da informação do Cis/Amunpar deverão prestar todo o suporte logístico, técnico e documental requisitado pela Comissão de Apuração Preliminar para o bom andamento desta sindicância, sob pena de responsabilização funcional por embaraço à apuração.

Artigo 9º - Esta Portaria entra em pleno vigor na data de sua assinatura e publicação no veículo oficial de divulgação dos atos administrativos do Cis/Amunpar, revogando-se as disposições institucionais em contrário.

Paranavaí/PR, 18 de março de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Coordenador Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:3B63F5E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: TM COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA
CNPJ: 55.311.052/0001-70
Endereço: RUA Sophia Suota Toczek, 535 - QUISSISSANA, São José dos Pinhais - PR, E-mail: licitacao@saudetm.com.br
Telefone: (41) 98711-3258

Nome do Representante: THIAGO PEREIRA DE MELLO
CPF: 068.926.939-03

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 2/2026, Pregão Eletrônico nº 5 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
24 - Curativo / Cobertura Aplicação: Para Ferida, Aspecto Físico: Frasco Com Gel, Composição: À Base de Hidrogele com Alginato. Gel hidratante e absorvente para feridas, não-estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica. Bisnaga com 85gr.	UNID	Curatec	800	R$ 12,50	R$ 10.000,00
88 - Curativo / Cobertura Aplicação: Para Ferida, Aspecto Físico: Placa, Composição: À Base de Celulose, componente: Com Prata, Dimensão: Cerca de 10 X 10CM, Estéril. Embalagem Individual, Tipo: Hidrofibra, Sem Borda, Não Aderente.Formato: Quadrado.	UNID	Curatec	300	R$ 19,94	R$ 5.982,00
Total do Lote:					R$ 15.982,00
Total do Fornecedor:					R$ 15.982,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e- mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 16 de março de 2026

_____

THIAGO PEREIRA DE MELLO

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
CPF: 042.081.609-77
Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:9DA874A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 020/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 020/2024

DATA DE ASSINATURA: 18 de março de 2026.

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Srª **ANDREIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, doravante denominado **contratante** e a empresa, **ISABELA DA COSTA RODRIGUES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 64.708.645/0001-66, estabelecida à Av Presidente Tancredo Neves, 3003, Apt. A, CEP: 87.704-270, Paranavaí-PR, e-mail isacostarod.2001@gmail.com, neste ato representada pela Srª **ISABELA DA COSTA ROGRIGUES**, brasileira, solteira, médica, inscrita no CPF 097.915.069-81, doravante denominada **contratada** resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

OBJETO: O objeto do presente contrato é "o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS** para a prestação de serviços médicos nas unidades e programas de saúde do Município de Paranavaí a fim de se realizar substituições tanto nos afastamentos planejados quanto dos não planejados dos servidores públicos efetivos, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.891/2012, através da Secretaria Municipal de Saúde, cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.".

VALOR: Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor total estimado de: Valor/hora de R$ 104,87 (cento re quatro reais e oitenta e sete centavos) para o serviço de Clínica Médica (Atenção Básica de Saúde);
Valor de R$ 125,84 (cento e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos) para o serviço de Plantonista (Serviço de Urgência e Emergência), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
A remuneração pelos serviços prestados se dará por hora efetivamente trabalhada.

ENTREGA: O local e o prazo de entrega/execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam do Anexo I - Especificações do edital e faz parte deste contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado por igual período.

FORO: O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

ANDREIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Isabela da Costa Rodrigues LTDA
Representada Por
ISABELA DA COSTA RODRIGUES
Contratado

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:279A918F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AOS CONTRATOS Nº 20 E 21/2026 (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

TERMO DE APOSTILAMENTO AOSCONTRATOS Nº 20E 21/2026
(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)
(PROCESSO DIGITAL: 15130/2026)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2025

CONTRATOS Nº 20 e 21/2026

TERMO DE APOSTILAMENTO aos Contratos nº **20 e 21/2026** das empresas **DANILO BONIFÁCIO TRANSPORTES & NEGÓCIOS LTDA. e ÓRION EMPREENDIMENTOS LTDA,**na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela pelo(a)Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher eFamília**LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, doravante denominado **contratante**e a empresa **DANILO BONIFACIO TRANSPORTES & NEGOCIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.432.753/0001-58, estabelecida à Rua Otavio Sperandio, 264, Centro, na Cidade de Loanda-Pr., CEP. 87900-000, e-mail: bonitur@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. DANILO BONIFÁCIO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF 063.312.759-08e **ÓRION EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.906.362/0001-53, estabelecida à RUA DAS PALMEIRAS, Nº 187, SALA A, JARDIM SÃO FRANCISCO EM FIGUEIRA/PR, CEP 84.285-000, e-mail: alee.lorenna@gmail.com, neste ato representada pela Srª ALESSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF 063.742.289-95.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O objeto do presente contrato é Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de agenciamento de viagens e turismo para organização e execução de excursão de Paranavaí-PR a Morretes-PR, incluindo transporte, alimentação, passeios turísticos e acompanhamento técnico, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, atendendo ao disposto na Lei estadual nº 21767/2023, que institui o programa Paraná mais Viagem - Projeto "Viaja mais 60 Paraná", com a Deliberação nº 034/2024., cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato,cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Através do presente Terno de Apostilamento em conformidade com o disposto no **art. 136 da 14.133/2021**, fica registrado que a **dotação orçamentária**vinculada aos**Contratosnº 20 e 21/2025**, passa a ser incluída **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, conforme solicitação e justificativa constante no Memorando nº 340/2026, somente para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família.

Contrato 20/2026 Fornecedor: DANILO BONIFÁCIO TRANSPORTES E NEGOCIOS LTDA
Dotação Orçamentária a ser incluída:
• Referência: 980
• Elemento: 3339039000000000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
• Sub elemento: 33390395300000000000 Serviços de assistência social

Contrato 21/2026 Fornecedor: ORION EMPREENDIMENTOS LTDA

Dotação Orçamentária a ser incluída:
• Referência: 2022
• Elemento: 3339039000000000000 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
• Sub elemento: 33390395300000000000 Serviços de assistência social

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições dosContratosOriginais(CONTRATOS Nº 20 e 21/2026), datados em 03 de fevereiro de 2026 e 17 de março de 2026, respectivamente.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura digital.

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:A88DAD39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 074/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, a comparecerem junto à Diretoria de Recursos Humanos, no dia **25 de março de 2026,** das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min:

ENFERMEIRO GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
1º	MARIA APARECIDA IZABEL BERGAMINE	XXX.665.979-XX	AFRO
5º	LUZIMAR BATISTA DOS SANTOS	XXX.307.501-XX	AMPLA
6º	LARUSSA LEONI BORDIN RODRIGUES	XXX.066.579-XX	AMPLA

TÉCNICO DE ENFERMAGEM GERAL			
CLASS.	**CONVOCADO**	**CPF**	**MODALIDADE**
4º	SILVANA FERRER DE SOUZA	XXX.846.889-XX	AMPLA
1º	LUZIA FLAUSINO CAETANO ARAGAO	XXX.107.578-XX	AFRO
6º	IVANETE GUIMARAES BENTO VAROTTO	XXX.816.019-XX	AMPLA

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

a) Uma foto 3x4 recente(dois anos);
b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);
c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;
d) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);
f) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);
i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
k) Título de Eleitor (cópia simples e original);
l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis, da Justiça Estadual (Fórum da Comarca).
n) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis da Justiça Federal, da 4ª região, em 1ª e 2ª instância (documento original) expedida pelo endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
p) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;
s) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:
r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;
r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
r3. Carga horária do outro vínculo;
r4. Horário de trabalho do outro vínculo;
r5. Remuneração do outro vínculo.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito "Antônio José Messias" - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 05 de dezembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:33F147A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 015/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. GENECI DOS SANTOS DA CONCEICAO.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: GENECI DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO
CPF/MF: XXX.216.939-XX

SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 17 DE FEVEREIRO DE 2026 A 17 DE MARÇO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:329ACD8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 053/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. GREICE MORENTE NICOLAU DE OLIVEIRA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: GREICE MORENTE NICOLAU DE OLIVEIRA
CPF/MF: XXX.229.209-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 18 DE FEVEREIRO DE 2026 A 19 DE MARÇO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:51A625B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 136/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. LUANA SOUZA DE OLIVEIRA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 25.437/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ - PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: LUANA SOUZA DE OLIVEIRA
CPF/MF: 120.XXX.XXX-06
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 20 DE MAIO DE 2024 A 22 DE MARÇO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:609C87BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 159/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SRº. LUÍS FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADO: LUÍS FERNANDO SOARES DE OLIVEIRA
CPF/MF: XXX.084.948-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 03 DE ABRIL DE 2025 A 22 DE MARÇO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:6C4D2524

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 558/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de Enfermeiro Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido, da candidata abaixo relacionada, do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, convocada nos termos do Edital n° 057/2026, para o cargo de ocupação temporária de **ENFERMEIRO GERAL,** tendo em vista renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	TIPO DE VAGA	CPF
4º	ROSELI APARECIDA SUSSAI GIBIN	AMPLA	XXX.991.579-XX

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:7CF7E1F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 563/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente Administrativo.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) LILIAN DOS SANTOS SILVA, protocolado sob n° 15079/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **LILIAN DOS SANTOS SILVA,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO –** Matrícula n° 8524-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA,** referente ao período aquisitivo de 04/05/2016 A 03/05/2021 (36 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 15079/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 06 dias, com início em 26/02/2026 e término em 03/03/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 26 DE FEVEREIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:309B1D5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 564/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professora.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) CLAUDIA MEIRE ALBARELLO, protocolado sob n° 15351/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **CLAUDIA MEIRE ALBARELLO,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSORA –** Matrícula n° 3858-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 A 28/02/2018 (40 dias) e 01/03/2018 a 28/02/2023 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 15351/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 60 dias, com início em 23/03/2026 e término em 21/05/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:DE3F1DCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 565/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;

Considerando o processo digital nº 12754/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a serem cumpridas no período matutino, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **LARISSA SERRA BONIFACIO**, matrícula nº 11043-1, ocupante do cargo de Cozinheira, pelo período de 23 de março de 2026 a 22 de março de 2028.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DIAS DE MARÇO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:25141D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REPUBLICAÇÃO - PORTARIA MUNICIPAL Nº 521/2026

Dispõe sobre a desclassificação, a pedido, dos candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2025, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, a pedido dos candidatos abaixo relacionados e tornar sem efeito a nomeação realizada pela Portaria Municipal nº 379/2026, no cargo de provimento efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, tendo em vista a renúncia definitiva ao cargo, conforme solicitação via Termo de Renúncia Definitiva.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	MODALIDADE
23º	PATRICIA CRISTINA DOS ANJOS	XXX.620.289-XX	A.C.
25º	CARLOS VINICIUS LOMES DA CRUZ	XXX.227.579-XX	A.C.
27º	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	XXX.529.839-XX	A.C.
30º	KALEBE LOPES DOS SANTOS	XXX.422.509-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 17 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:632106CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO ETAPA COMPETITIVA - ENVELOPE Nº. 02

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, instituída pela Portaria nº. 23/2025, vem a público divulgar o resultado das etapas competitivas do edital:

Edital de Chamamento Público n°. 001/2026- objeto a execução do Projeto de Assessoramento e/ou de Defesa e Garantia de Direitos voltado à Mulheres, em situação de vulnerabilidade, ofertados de forma isolada ou cumulativa, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Considera-se, **HABILITADA**, a seguinte organização:
PROVOPAR Ação Social

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, desse modo abre o prazo para a interposição de recursos de trata o item 11.4 do edital. Caso a OSC apresente o interesse pela renúncia do prazo recursal em relação a esta etapa, apresentar a declaração assinada pelo presidente da Organização em 5 (cinco) dias úteis.

Paranavaí, 18 de março de 2026.

RAFAELA DOS SANTOS SILVA
Presidente

ALINE CAMARGO SOARES
1º Secretária

ROSANA MARIA MARQUES DE FREITAS
2º Secretária

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:7EB49809

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 556/2.026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Considerando que o "Cartão de Todos" Unidade Paranavaí, realizará a divulgação das vantagens e benefícios oferecidos**,** incluindo consultas médicas acessíveis, descontos em farmácias, cashback e demais serviços para a população em geral.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o espaço localizado no calçadão do Centro, esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, com fundamento no artigo 73-A, parágrafo 5º da Lei Orgânica de Paranavaí;

Art. 2º Fica cedido, precariamente, o espaço no período compreendido das 08h00min às 12h00min, dos dias 21 e 28 de março de 2026.

Art. 3º Dado o caráter precário, esta liberação poderá ser cassada unilateralmente, desde que motivada, por este órgão ou um de seus setores, ficando assim impedido a utilização do espaço cedido, mesmo que parcialmente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 19 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2.026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:ECE1EE93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Concede a "Medalha de Honra ao Mérito da Saúde" ao Doutor Antonio Motizuki.

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO Faço saber que a Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a "Medalha de Honra ao Mérito da Saúde" ao médico cirurgião pediátrico e pediatra clínico, Doutor Antonio Motizuki.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 20 de março de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:7FD11542

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 PROCESSO Nº 42/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para o fornecimento de licença de uso e locação de solução tecnológica de gestão tributária, em ambiente web, destinada à operacionalização e ao controle de tributos, incluindo ITR, ISS, ICMS e ao índice IQEP, visando à migração e a implantação de dados, configuração, parametrização, customização, treinamento básico, atualização corretiva, adaptativa, evolutiva, diagnóstico e suporte técnico operacional, por tempo determinado, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 1.488.393,00
DATA DE ABERTURA: 08 de abril de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.bnc.org.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br

THAIS LOVE PERES
Pregoeira -

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:BFC6ADE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2025. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2024 - PROCESSO N° 124/2024.

PARTES: Município de Pato Branco e Graziela Pereira do Amaral Ltda.OBJETO: Aprestação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, para pessoas em situação de abandono e/ou de vulnerabilidade social, onde a curatela provisória será exercida pelo representante legal da instituição.ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, com base na Lei 14.133/21 no seu artigo 107, bem como na cláusula terceira, inciso IV do contrato original, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 31/03/2027.Dotação Orçamentária:

26289-34470.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições.Pato Branco, 11 de Março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:BACC007A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 01/2026. CONTRATO N° 119/2023. INEXIGIBILIDADE Nº 30/2023, PROCESSO Nº 148/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e Ipnet Servicos em Nuvem e Desenvolvimento De Sistemas Ltda.OBJETO: A contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de subscrição de licenças de uso de softwares do tipo suíte de escritório com direito de atualização e suporte, podendo ser prorrogado, conforme especificações e quantidades indicadas no Termo de Referência, anexo I do Edital.ADITAMENTO: Da Alteração do Contratado, o presente termo aditivo tem por objeto a alteração da empresa contratada, em razão de Incorporação, passando a viger conforme segue: De: Ipnet Servicos em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.578.382/0001-21, sediado(a) na Av. Oscar Niemeyer, nº 2000, Bloco 01, Sala 401, Bairro Santo Cristo, CEP 20.220-297, em Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada pelo Sr. Gustavo Rodrigues de Paula, portador(a) da Carteira de Identidade nº 4584650, DGPC, e CPF nº 024.471.071- 61. Para: Telefonica Cloud e Tecnologia Do Brasil S.A, inscrita no CNPJ nº 35.473.014/0012-60, Sediada na Avenida Cidade Lima, nº 86, Bairro Santo cristo, Rio de Janeiro, CEP: 20.220-710, telefone (11)3130-4125, endereço eletrônico cadastro.fiscal.br@telefonica.com, representada pelo Sr. Fábio Carneiro da Silva, brasileiro, empresário, portador do RG n° 10.313.072-0 DETRAN/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n° 072.547.217-09, endereço eletrônico fabio@ipnet.cloud e pelo Sr. Caio Fagundes Inácio da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n° 11.967.419-0, DETRAN/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n° 117.328.097-98, endereço eletrônico caio@ipnet@.cloud. Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições.Pato Branco, 10 de Março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

FÁBIO CARNEIRO DA SILVA –
Representante Legal.

CAIO FAGUNDES INÁCIO DA SILVA –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:D8FF8588

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 02/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 127/2025. CONCORRÊNCIA N° 12/2025 – PROCESSO Nº 114/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Parcia Construtora E Incorporadora Ltda.OBJETO: A contratação de empresa especializada no ramo da construção civil, visando a realização de reformas em unidades escolares, ao Terminal Rodoviário e ao 13° Batalhão de Bombeiro Militar.ADITAMENTO: Da Supressão, com fundamento no art. 124, inciso I, alínea “b” da Lei 14.133/21, fica suprimido do Item 01, do Lote 07 o valor de R$ 8.453,49 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e três mil e quarenta e nove centavos), passando o valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil) para 76.546,51 (setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos) equivalente a 9,94528235294 % do Lote 07. E passando o valor total do contrato de R$128.567,44 (cento e vinte e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para R$ 120.113,95 (cento e vinte mil, cento e treze reais e noventa e cinco centavos), que corresponde ao percentual de 6,52275462963% do contrato original, conforme Anexo I.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.Pato Branco, 13 de Março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito. Loriane Consuelo

BENDA KALINOSKI PARCIANELLO –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:98C6A630

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 234 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco - PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, “g”, ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado final do concurso para emprego público consubstanciado no Edital nº 002/2024, homologado através da Portaria nº 428, de 27 de maio de 2024 e considerando a solicitação contida no **Memorando nº 1.602** de 21 de janeiro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde.
RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada aprovada em concurso para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde - ACS no Município de Pato Branco, conforme segue:

CARGO/FUNÇÃO	Área 203 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS - REGIÃO SUL Bairros: Alvorada, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, Pinheirinho, Santo Antônio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste, Veneza, Santa Fé, Vila Verde e Santa Terezinha:	
CANDIDATO (A)	**CLASS. AC**	**CLASS. PPP**
Rosani Bonella da Silva	15º	-

Art. 2º A candidata relacionada no art. 1º deverá, obrigatoriamente, residir na área do bairro em que irá atuar, desde, no mínimo, a data da publicação do Edital, ou seja, janeiro/2024, conforme previsto no item 3 do Edital de Abertura nº 002/2024.

Serão aceitos como comprovante de residência os documentos previstos no item 3, letra “L”, do Edital de Abertura nº 002/2024.

A candidata será automaticamente desclassificada caso não comprove domicílio na área de atuação para a qual se inscreveu no concurso público para o emprego de Agente Comunitário de Saúde (ACS) do Município de Pato Branco.

Art. 3º A candidata relacionada no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 4º O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:4F56F1C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 235, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024 e considerando a solicitação contida no Memorando nº 1.602 de 21 de janeiro de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no concurso público regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL			
CANDIDATO (A)	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Adirleia Sutil de Oliveira	23º	-	-

CARGO: ASSISTENTE EM SAÚDE – AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL			
CANDIDATO (A)	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Edilaine de Lima*	3º	-	-

*Candidata reconvocada opção de final de lista

Art. 2º As candidatas relacionadas no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento das candidatas no prazo estabelecido no artigo anterior implicará na **perda do direito à nomeação,** conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C26EE9A4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o pedido formal contido no Protocolo RH nº 8.679, de 20 de março de 2026, protocolado pela empregada;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a empregada pública **MARIA JOCELI PONTES,** Matrícula nº 4446-6, do emprego público de Professora de Apoio, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de março de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:4768C282

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 237, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 43 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 8.691, de 20 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Departamento de Tributação.

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o servidor público **JAILSON PAULO CAPELETTI**, Matrícula nº 10710-7, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo Médio, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:906DFB6F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 238, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o pedido formal contido no Protocolo RH nº 8.735, de 20 de março de 2026, protocolado pela empregada;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, a empregada pública **EMILY DOS SANTOS XAVIER,** Matrícula nº 4452-0, do emprego público de Professora de Apoio, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20 de março de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:05E2464E

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 06/04/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ALF9E79	277510NIC0028601	18/11/2025	50020	R$ 586.94
APZ1E30	277510NIC0028604	18/11/2025	50020	R$ 390.46
AVZ6D19	277510NIC0028596	18/11/2025	50020	R$ 390.46
BAM9880	277510NIC0028597	18/11/2025	50020	R$ 390.46
BBB9J12	277510NIC0028598	18/11/2025	50020	R$ 390.46
BCN6B57	277510NIC0028602	18/11/2025	50020	R$ 390.46
BEF9D16	277510NIC0028605	18/11/2025	50020	R$ 390.46
BEU3J60	277510NIC0028593	18/11/2025	50020	R$ 586.94
EPH9A98	277510NIC0028594	18/11/2025	50020	R$ 390.46
MBT9H56	116100T003342551	02/12/2025	54522	R$ 195.23
RHM7B03	116100T003318085	30/11/2025	56222	R$ 88.38
RXK8B66	277510NIC0028603	18/11/2025	50020	R$ 390.46
RXN8D47	277510NIC0028599	18/11/2025	50020	R$ 390.46
SEG6D83	277510NIC0028595	18/11/2025	50020	R$ 586.94
SGW2J24	277510NIC0028600	18/11/2025	50020	R$ 586.94

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:86118D45

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 30/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHJ4A45	277510NIC0029021	20/01/2026	50020
AKQ4J62	277510NIC0029016	20/01/2026	50020
AOT6I88	277510NIC0028993	20/01/2026	50020
AOV3354	277510NIC0029005	20/01/2026	50020
AVN2101	277510NIC0029006	20/01/2026	50020
AXH3G17	277510NIC0028992	20/01/2026	50020
AYL5B20	277510NIC0028999	20/01/2026	50020
AZX8345	277510NIC0029008	20/01/2026	50020
BAR3243	277510NIC0028997	20/01/2026	50020
BBE7G94	277510NIC0029002	20/01/2026	50020
BBE7G94	277510NIC0029003	20/01/2026	50020
BBI0A87	277510NIC0029004	20/01/2026	50020
BCE8171	277510NIC0028986	20/01/2026	50020
BDH2I55	277510NIC0028996	20/01/2026	50020
BWN6J67	277510NIC0029012	20/01/2026	50020
EFF6D68	277510NIC0029020	20/01/2026	50020
FND4J98	277510NIC0028989	20/01/2026	50020
FZX3F05	277510NIC0029013	20/01/2026	50020
IJB2998	277510NIC0029017	20/01/2026	50020
ISG9J51	277510NIC0028985	20/01/2026	50020
JTE8A25	277510NIC0029010	20/01/2026	50020
MKZ7H12	277510NIC0028988	20/01/2026	50020
PAO2574	277510NIC0029000	20/01/2026	50020
PQB1F51	277510NIC0028994	20/01/2026	50020
QAR9C23	277510NIC0028995	20/01/2026	50020
QPL3G35	277510NIC0028991	20/01/2026	50020
QUD1A45	277510NIC0028998	20/01/2026	50020
QUR3G22	277510NIC0029007	20/01/2026	50020
RHJ9A83	277510NIC0029009	20/01/2026	50020
RHY6I18	277510NIC0029011	20/01/2026	50020
SEO0J59	277510NIC0029001	20/01/2026	50020
SEO1C54	277510NIC0029019	20/01/2026	50020
SEW9H40	277510NIC0029018	20/01/2026	50020
SFM8B94	277510NIC0028990	20/01/2026	50020
SUO0F79	277510NIC0029014	20/01/2026	50020
SXC2C86	277510NIC0028987	20/01/2026	50020
TPS7B88	277510NIC0029015	20/01/2026	50020

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:47509A09

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<
277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 30/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AYV1D33	116100T003438414	31/01/2026	55500

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:27D89C8D

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 016/2026

Altera a Portaria nº 595/2022 de 06 de junho de 2022, que concedeu pensão por morte de servidor ativo Antônio Carlos de Lima e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o processo de pensão por morte protocolo 011/2022;

CONSIDERANDO
Diligências apontas pelo Tribunal de Contas do Paraná – APA 368123/24;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder revisão do valor dos proventos do benefício de **Pensão Por Morte** aos dependentes do servidor público municipal **Sr. Antônio Carlos de Lima,** passando o artigo 1º da Portaria 595/2022, vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Conceder o benefício de **Pensão Por Morte** aos dependentes do servidor público municipal **Sr. Antônio Carlos de Lima,** falecido em 08/03/2022, CPF nº 665.018.579-53**,** ex-servidor efetivo no cargo de **Agente de Apoio – função Agente de Trânsito**, Matricula nº 7200-1, lotado na Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, em favor de seus dependentes, com amparo no art. 6º, da Lei Complementar Municipal nº 89 de 02 de julho de 2021, c/c Art. 40, §7º da Constituição Federal de 1988, ficando o rateio da seguinte forma:

1) 50% (cinquenta por cento) que corresponde a cota no valor de R$ 1.025,16 (Um mil e vinte e cinco reais e dezesseis centavos) de forma vitalícia à Sra. Ieda Magali Giacomet, cônjuge, nascida em 24/04/1965, portadora do CPF 487.xxx.xxx-34.
2) 50% (cinquenta por cento), que corresponde à cota no valor de R$ 1.025,16 (Um mil e vinte e cinco reais e dezesseis centavos) de forma temporária até 22/05/2030 para Tales Prestes de Lima, (filho menor), nascido em 23/05/2009, portador CPF 101.xxx.xxx-03

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 19 de março de 2026.

GERI NATALINO DUTRA **–**
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA **–**
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:5A1ACBE6

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.565, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder a reposição anual de vencimentos aos servidores e empregados públicos municipais, ativos e inativos e aos membros do Conselho Tutelar, na data-base de março de 2026 e dá outras providências

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder, na data base de março de 2026, reposição de vencimentos aos servidores públicos municipais ativos, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou em comissão, aos inativos do Regime Próprio de Previdência do Município de Pato Branco, aos empregados públicos municipais e aos membros do Conselho Tutelar, no percentual de 3,36%, visando à reposição da perda inflacionária apurada no período de março de 2025 a fevereiro de 2026, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

Art. 2º Excetua-se desta Lei os servidores enquadrados no Plano Próprio do Magistério Público Municipal e os empregados públicos ocupantes das funções de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:A5721CA1

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 24, DE 20 MARÇO DE 2026.

Nomeia a Comissão de Análise e Seleção dos Projetos de Venda da Chamada Pública da Agricultura Familiar no Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e considerando o contido no Memorando nº 8.534, de 19 de março de 2026, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão de Análise e Seleção dos Projetos de Venda da Chamada Pública da Agricultura Familiar, conforme a seguir especificado:
I - Ana Claudia Almeida Ferreira - Chefe do Setor de Alimentação Escolar - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
II – *Bruna Rebonatto - Nutricionista;* Setor de Alimentação Escolar - Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
III - *Milene Samaris Walker Ferreira - Nutricionista;* Setor de Alimentação Escolar - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 443, de 27 de fevereiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

Assinado Digitalmente.
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:B0CF78D7

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA GP Nº 25, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Altera dispositivo da Portaria GP nº 117, de 17 de dezembro de 2025, que nomeia a Comissão Central Organizadora (CCO) da INVENTUM 2026 no Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, VII e XXIII, na forma do art. 62, II, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no Decreto Municipal nº 9.830, de 23 de fevereiro de 2024, e considerando o contido no Memorando nº 35.640, de 19 de novembro de 2025 encaminhado pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

RESOLVE:

Art. 1º Altera o inciso I, do art. 2º da Portaria GP nº 117, de 17 de dezembro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....
I - Coordenadora Geral: Rosiclei Caldato Dalagnol;
....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:A9C35DBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 545/2026

DECRETO Nº 545/2026

Autoriza o Executivo Municipal à abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS, Prefeito do Munícipio de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme a Lei Municipal 1.525/2026;
Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.874.925,81 (dois milhões, oitocentos setenta quatro mil, novecentos vinte cinco reais e oitenta um centavos) assim discriminados:

200	Poder Executivo	
205	Sec. Mun. de Assistência Social e Família	
0824100112.023	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
449051.934	Obras e Instalações	2.874.925,81
	TOTAL	**2.874.925,81**

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a tendencia por excesso de arrecadação das próprias fontes de recursos.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paulo Frontin/PR, 17 de março de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:A30C2B5A

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.525/2026

LEI Nº 1.525/2026

Autoriza o Executivo Municipal à abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Ireneu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faço saber, em cumprimento a Lei Orgânica Municipal, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º. Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.874.925,81 (dois milhões, oitocentos setenta quatro mil, novecentos vinte cinco reais e oitenta um centavos) assim discriminados:

200	Poder Executivo	
205	Sec. Mun. de Assistência Social e Família	
0824100112.023	Manutenção do Fundo Municipal do Idoso	
449051.934	Obras e Instalações	2.874.925,81
	TOTAL	**2.874.925,81**

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo Artigo anterior, será considerado como recursos Financeiros, a tendencia por excesso de arrecadação das próprias fontes de recursos.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Paulo Frontin/PR, 17 de março de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:EC14157C

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 001/2026/CMAS

RESOLUÇÃO 001/2026/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.181/2018 de 10 de dezembro de 2018,
Considerando a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2026:

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar em sua totalidade a prestação de contas do recurso FEAS repasse fundo a fundo – Piso Único de Assistência Social - PAS, correspondente ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º. Aprovar e declarar ciência das informações contidas no relatório apresentado pelo Órgão Gestor referente a prestação de contas do recurso Piso Único de Assistência Social – PAS, e da execução do recurso constante no campo "Gestão Financeira".
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 23 de março de 2026.

FELIX BAIAK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:8661944D

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 001/2026/CMDPD

RESOLUÇÃO 001/2026/CMDPD

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Paulo Frontin, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.182/2018;
CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária ocorrida em 20 de março de 2026;
CONSIDERANDO a ausência do Presidente e da Vice-Presidente na referida reunião;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 17 do Regimento Interno, que prevê a condução dos trabalhos por conselheiro indicado pela plenária;

RESOLVE:
Art. 1.º Aprovar na sua totalidade a Prestação de contas do recurso denominado Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º Aprovar e declarar ciência das informações contidas no relatório apresentado pelo Órgão Gestor referente à prestação de contas do recurso "Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência", correspondente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025, quanto ao saldo do recurso em conta e com relação ao preenchimento do campo "Gestão Financeira", sendo aprovada a justificativa de saldo em conta superior a 50%.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin, 20 de março de 2026.

VANIA PAULA DIAS
Presidente ad hoc do CMDPD

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:7D5D68D8

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 002/2026/CMAS

RESOLUÇÃO 002/2026/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.181/2018 de 10 de dezembro de 2018,
Considerando a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar em sua totalidade a prestação de contas do recurso denominado Incentivo Vidas Aquecidas, referente ao período do pagamento até 30 de junho de 2025.
Art. 2º Aprovar e declarar ciência das informações contidas no relatório apresentado pelo Órgão Gestor referente a prestação de contas do recurso "Incentivo Vidas Aquecidas", correspondente ao período do pagamento até 30 de junho de 2025, quanto ao saldo do recurso em conta e com relação ao preenchimento do campo "Gestão

Financeira", sendo aprovada a justificativa de saldo em conta superior a 50%.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 23 de março de 2026.

FELIX BAIAK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:65D12893

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 003/2026/CMAS

RESOLUÇÃO 003/2026/CMAS

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.181/2018 de 10 de dezembro de 2018,
Considerando a deliberação da reunião ordinária realizada no dia 17 de março de 2026,

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar em sua totalidade a prestação de contas do recurso denominado "Incentivo qualificação da estrutura para CRAS", referente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025.
Art. 2º Aprovar e declarar ciência das informações contidas no relatório apresentado pelo Órgão Gestor referente a prestação de contas do recurso "Incentivo qualificação da estrutura para CRAS", correspondente ao período do pagamento até 31 de dezembro de 2025, quanto ao saldo do recurso em conta e com relação ao preenchimento do campo "Gestão Financeira", sendo aprovada a justificativa de saldo em conta superior a 50%.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 23 de março de 2026.

FELIX BAIAK
Presidente do CMAS

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:0CF0CDE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2026-MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2026-MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE

CONTRATANTE: Município de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, com sede à Rua Presidente Costa e Silva, nº 290, Centro, Pérola D'Oeste, PR, inscrito no CGC/MF nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Edsom Luiz Bagetti, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.719.625-8 -SSP-PR e do CPF/MF nº 629.393.609-44, e

CONTRATADA: PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 21.131.546/0001-51, localizada na Rua Butiazeiro, n.º 1921, Sala 01, Centro, Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.650-000, representada por Sr. Vanderlei Piccoli, portador da cédula de identidade R.G. n. º 4.445.374-0 SESP PR , inscrito no CPF sob n. º 627.701.959-72, residente na cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná.

OBJETO: Creche com execução de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás - glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto.

VALOR: R$ 2.423.433,30 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 270 (duzentos e setenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 540 (quinhentos e quarenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de março de 2026.

FORO: Comarca de Capanema, Estado do Paraná.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:E51D72F3

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2025

OBJETO: Reajustas o valor do presente contrato.
CONTRATADA: CURAMED – PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
ORIGEM: Edital De Pregão Eletrônico Nº 12/2025, Processo administrativo nº 36/2025.
VALOR ORIGINAL: R$ 36.872,40 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos).
VALOR COM ADITIVO: R$ 38.*218,34* (trinta e oito mil, *duzentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos*).
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 20/03/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:51D148FA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.
H O M O L O G O:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 08/2025, referente a **Creche com execução de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás - glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; pavimentação e calçamento, paisagismo e**

equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto. conforme Parecer da Assessoria Jurídica e, Comissão de Licitações, com base na Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pela empresa **1) PICCOLI E BOHLER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sua sede social na Rua Butiazeiro, n.º 1921, Sala 01, Centro, Município de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, CEP: 85.650-000, inscrita no CNPJ sob n° 21.131.546/0001-51, neste ato representada pelo Sr. Vanderlei Piccoli, portador do RG sob nº 4.445.374-0 SESP PR e CPF nº 627.701.959-72, declarada vencedora pelo valor de R$ 2.423.433,30 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta centavos).
Total da Licitação
Valor Total: R$ 2.423.433,30 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 20 de março de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri Schwingel
Código Identificador:1328B76A

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
DIARIAS

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIAS

FOLHA DE DIÁRIA Nº: 08/2026

NOME: **Leonardo Serednicki Bagetti** CARGO: **Vereador**

DATA DE SAÍDA: **22/03/2026**	DATA DE RETORNO: **25/03/2026**	DIAS DE AFASTAMENTO: **04**

DESTINO	Nº DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO	**TOTAL A PAGAR**
Brasília -DF	**04**	**1.227,06**	**4.908,24**

Autorizo a concessão e pagamento da diária acima especificada, conforme estabelecido através da **Resolução nº 03/2026, de 16/03/2026**, à Brasília -DF, para participar:

- Em atendimento ao Convite recebido através do Ofício nº 78/2026, do Executivo Municipal.
- Para tratar dos constantes acidentes registrados nos trevos de acesso ao nosso município, e considerando o Requerimento nº 02/2026, solicitando providências.
- Acompanhar ao Exmo. Sr. Edsom Luiz Bagetti, Prefeito municipal, em **agenda em Brasília de 22 a 25 de março, com articulações políticas com os representantes, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).** Com o objetivo é tratar diretamente com os responsáveis sobre a situação enfrentada, apresentando as demandas da comunidade e reforçando a necessidade de intervenções que aumentem a segurança viária nesses pontos críticos.
- Conforme acordado, as despesas decorrentes ao deslocamento aéreo, ficam sob a responsabilidade do vereador.

Matrícula: 100 Número de Empenho: Número da Ordem de Pagamento:

Relatório de Viagem: Trajeto percorrido de avião.

Pérola D'Oeste, 20 de março de 2026.

Mesa Diretora:

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente

MAURO CIRINEU PALHARINI
Vice-Presidente

CLEVERSON RICARDO PIGOSO
1º Secretário

NEUZA TEREZINHA CAPRA PAVANELO
2º Secretário

RECEBI A QUANTIA DE R$ 4.908,24 (Quatro mil novecentos e oito reais e vinte e quatro centavos)

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Vereador

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:4B4D5381

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D´OESTE
PORTARIA Nº 29/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o funcionário Ana Paula Piaia Dallabrida, RG. Nº 9.839.124-0, brasileira, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Chefe do Departamento de Planejamento, para responder como Gestor do Convênio e como fiscal, fica designado o funcionário Joao Paulo Schnell, RG. Nº 10.670.673-5, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o Instituto Água e Terra.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de março de 2.026

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dpto de Projetos e Planejamento
Código Identificador:A2E9D17D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 04/2026

PORTARIA nº 4/2026

Súmula: "Define o período de férias da servidora que especifica".

O Presidente da Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Define o período de férias da servidora Soeli Wendrechovski, ocupante do cargo comissão de Diretora Administrativo, no período de 23 de março de 2026 à 01 de abril de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 24/01/2025 à 23/01/2026.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Câmara Municipal de Piên, Paraná, em 20 de março de 2026.

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente da Câmara Municipal de Piên

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:0C168F18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°106 DE 20 DE MARÇO DE 2026

DECRETO N.º 106 DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 63.698,05.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR
Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 63.698,05, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
11	SECRETARIA DE SAUDE	
11.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.14.2.34	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4292	0518 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
10.305.14.2.36	PROGRAMAS DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4391	0519 Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	53.698,05
	SUBTOTAL	63.698,05
	TOTAL	63.698,05

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....63.698,05

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Superavit do exercício anterior por Fonte de Recurso, de acordo com o inciso I e § 2º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Fonte de Recurso		
Fonte	Descrição	Valor
518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	10.000,00
519	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	53.698,05
	TOTAL	63.698,05

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....63.698,05
Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 20 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:9920643D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 104, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 104, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

ALTERA SÍMBOLO DE REMUNERAÇÃO DE servidor ocupante de cargo de provimento em comissão.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o símbolo de remuneração de **CC3** para **CC2**, a contar de 01 de março de 2026, do Decreto 043 de 04 de fevereiro de 2025, que nomeou a senhora **leila gertler**, portadora da cédula da identidade civil com RG nº 4.4**.***/PR, para ocupar o cargo de **Assessor de Área I- Assistência à Saúde** com as seguintes atribuições: Assessora o Secretário de Saúde no planejamento e coordenação das atribuídas à área de Assistência à Saúde; articula ações, programas e projetos, responsabilizando-se por produtos e resultados específicos; participa e supervisiona a formulação e implementação da política de assistência à saúde, observando os princípios e diretrizes do SUS conforme a Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS-SUS 01/2002 ou outra Normatização que a substituir; assessora no planejamento, orientação e avaliação das ações e serviços prestados para a população; assessora na promoção do desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como eixo estruturante as ações de atenção básica em saúde; participa da elaboração, implantação e implementação de normas, protocolos, instrumentos e indicadores que fortaleçam a qualidade e a capacidade de gestão do SUS no município; assessora na definição dos diferentes fluxos de referência e contra referência para os serviços básicos e de maior complexidade ou de apoio diagnóstico, de acordo com a rede instalada; assessora as ações de saúde desenvolvidas nas unidades de atendimento; participa e coopera em eventos relacionados à promoção e prevenção à saúde da população.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos financeiros a 01/03/2026.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Piên/PR, 20 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:DD5730AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 105 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

DECRETO Nº 105 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

NOMEIA FABIANA MASSANEIRO LENSCHOW para ocupar O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº

001/2023, homologado pelo Edital 016/2023 e os procedimentos preliminares adotados pela Área de Recursos Humanos,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **FABIANA MASSANEIRO LENSCHOW** portadora do CPF 050.***.***-** classificada em 64º lugar, para ocupar o cargo de **Professor** a contar de 23 de março de 2026, segundo as normas estabelecidas nas Leis Municipais 960/2007 e 1.070/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 20 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária De Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:E8F1CA3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:2075/2026
OBJETO: Pavimentação de estrada vicinal em CBUQ, 16.918,86 m2, Trecho: Estrada Palmitos T7, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos e ensaios tecnológicos.

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 001/2026

O Prefeito do Município De Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo nº 2075/2026, bem como o parecer juridico conclusivo e da Comissão de Contratação.

CONSIDERANDOque a licitação foi conduzida estritamente de acordo com a Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDOa regularidade dos procedimentos de licitação, julgamento e habilitação;
CONSIDERANDOque as empresasGKK GUILHERME KUSTER KAMINSKI LTDA - CNPJ nº 19.135.608/0001-51 e EXEPLAN EXECUÇÃO DE OBRAS LTDA - CNPJ nº 62.760.576/0001-04 participantes do CONSÓRCIO PAV PIÊN foram declaradas vencedoras do certame por apresentar a proposta mais vantajosa, conforme ata de julgamento;

RESOLVE:

1. HOMOLOGARo procedimento licitatório na modalidade Concorrência nº 001/2026 tipo MENOR PREÇO/ EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL cujas propostas foram regularmente recebidas e julgadas.

2. ADJUDICARo objeto licitado ao CONSÓRCIO PAV PIÊN – CNPJ – 65.536.696/0001-10 composto pelas empresas EXEPLAN EXECUÇÃO DE OBRAS LTDA - CNPJ nº 62.760.576/0001-04 – e GKK GUILHERME KUSTER KAMINSKI LTDA – CNPJ: 19.135.608/0001-51.

Pelo valor global deR$ 3.556.759,12 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta e nove reais e doze centavos.

3. Empresa LÍDER do CONSORCIO – fica designada como LIDER DO CONSÓRCIO PAV PIÊN a empresa EXEPLAN EXECUÇÃO DE OBRAS LTDA com poderes para representar as consorciadas junto ao Município de Piên/PR em todos os atos.

4. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA: Fica estabelecida a responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, nos termos do art. 15, § 3º da Lei 14.133/2021 e do Instrumento de Consórcio apresentado.

Piên/PR, 20 de março de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:9A4F6DB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE FOMENTO Nº 015/2026

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 015/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2549/2026
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE 046/2026

INSTITUIÇÃO: ASSOCIAÇÃO DESPERTANDO ESTRELAS - ADE

CNPJ: 08.644.293/0001-51

VALOR TOTAL: R$ 8.529,60 (oito mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

OBJETO: Repasse, por intermédio da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil e a organização da sociedade civil ASSOCIAÇÃO DESPERTANDO ESTRELAS - ADE, através de Inexigibilidade de Chamamento Público, visando a execução do Projeto "INGLÊS PARA O FUTURO – FASE II", aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Piên.

Fiscal Administrativo: Larissa do Carmo Honorio

Prazo de Vigência: Se inicia a partir de sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2026.

Data de assinatura: 20 de março de 2026

Coordenação de Contratos.
Compras e licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:C5591AEC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL
RESOLUÇÃO Nº 05, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Aprovar a Comissão de Seleção dos projetos sociais, instituída através de eleição em plenária do CMDPD.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Piên, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei nº 1.483, de 14 de outubro de 2022, de acordo com o Regimento Interno e;

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 17 de novembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a composição da Comissão de Seleção para análise e seleção de projetos voltados à garantia e a Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com vistas ao aprimoramento dos atendimentos prestados em âmbito municipal, a serem apresentados por Organização (es) da Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDPD e interessadas em celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO, financiados por meio de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência – FMDPD, ficando assim constituída:
I – Elizabete Miko Uchino
II – Catarina Michel Adenil Ferreira Pereira
III - Sandrieli Aparecida Ludvinski

Piên, 17 de novembro de 2025

MÉRI PEREIRA DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

*Republicado por incorreção

Publicado por:
Larissa do Carmo Honorio
Código Identificador:1A5A39F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 47/2026

DECRETO 47/2026

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº 1.104/2025 no exercício de 2026**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2026 no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 1094/2025 de 07/10/2025 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº1064/2025 de 06/05/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, nas ações correspondentes
Município de Pinhal de São Bento, em 19 de Março de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1FB1CA1A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3340/2026

PORTARIA Nº 3.340/2026

Designa servidor efetivo para o exercício de Função Gratificada (FG).

O **Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 17/2025, que disciplina a estrutura administrativa e as funções gratificadas;
CONSIDERANDO que a Função Gratificada é atribuída a servidor efetivo para o exercício de encargos de direção, chefia ou assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **designada,** a partir de 02 de março de 2026, a servidora JAQUELINE MARIA FAGUNDES, matrícula nº 5931, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para exercer a **Função Gratificada de Ouvidoria Geral e Saúde (SUS)**, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista na **Lei Complementar nº 17/2026**.

Art. 2º a servidora ora designada perceberá a **gratificação correspondente FG4** e exercerá as **atribuições da Função Gratificada**, nos termos da lei que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.

Pinhal de São Bento/PR, 18 de março de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:12E227DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3341/2026

PORTARIA N.º 3.341/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º PRORROGAR a licença para tratamento de saúde, da Servidora Pública Municipal TATIANE DABILA SCHEID, **matricula** funcional nº 467-1 ocupante do cargo efetivo de Dentista, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal, em conformidade com o atestado médico datado em 19 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A remuneração correspondente ao período de afastamento, o pagamento será efetuado diretamente pelo INSS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data indicada no art. 1º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 20 de março de 2026

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5CBAC8CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2026

RATIFICO a presente contratação por inexigibilidade de licitação na forma do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021,

fundamentado nas informações exaradas no presente processo, bem como **ADJUDICO** à **MUNICIPIO DE CURITIBA (URBS)**, com sede na Av. Candido de Abreu 817 - Centro Cívico – Curitiba/PR – CEP**: 80.530-908**, inscrita no CNPJ sob nº **76.417.005/0001-86**, referente a aquisição de vale transporte para novos servidores , no valor global anual de **R$ 2.928,00** (dois mil novecentos e vinte e oito reais).

Câmara Municipal de Piraquara, em 20 de março de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Mun. De Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:143EA7D7

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

RATIFICO a presente contratação por inexigibilidade de licitação na forma do Art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, fundamentado nas informações exaradas no presente processo, bem como **ADJUDICO** à **ASSOCIACAO METROCARD**, com sede na rua Tibagi 366 - Centro – Curitiba/PR – CEP**:** 80.060-110, inscrita no CNPJ sob nº **10.319.963/0001-06**, referente a aquisição de vale transporte para novos servidores, no valor global anual de **R$ 14.640,00** (quatorze mil seiscentos e quarenta reais).

Câmara Municipal de Piraquara, em 20 de março de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Mun. De Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:2DFB2EEB

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 679/2026

Dispõe sobre a nomeação de servidores para atuarem como Gestores e Fiscais de Contrato no âmbito do Instituto de Previdência do Município de Piraquara - PIRAQUARAPREV, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICIPIO DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, que abaixo subscreve, nomeado pelo Decreto Municipal 13.063/2025, com fulcro da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 11.001/2023, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Nº 862/2006 e pelo Decreto Municipal 3.560/2010, resolve:
Art. 1º Nomear, os servidores abaixo relacionados, para atuarem como Gestores de Contratos do Instituto de Previdência do Município de Piraquara - PIRAQUARAPREV:
I – Sergio Luis Borato Vilar, matrícula nº 624721; (titular)
II – Renato Cardoso dos Santos, matrícula nº 209151; (suplente)
Parágrafo único. As atribuições e competências do Gestor de Contrato são aquelas definidas no Art. 12 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

Art. 2º Nomear, a servidora abaixo relacionada, para atuar como Fiscal de Contrato do Instituto de Previdência do Município de Piraquara - PIRAQUARAPREV:
I – Josimara Nunes Cardoso de Witte, matrícula nº 505981;
II – Sergio Luis Borato Vilar, matrícula nº 624721;
Parágrafo único. As atribuições e competências do Fiscal de Contrato são aquelas definidas nos artigos 13 a 17 do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

Art. 3º A formalização da designação do Gestor e do Fiscal de Contrato deverá ser feita no início da instrução processual, através de Despacho do Diretor Superintendente.
Parágrafo único. No despacho do Diretor Superintendente deverá ser identificado 01(um) Gestor e 01 (um) Fiscal substituto para situações de ausências.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria 663/2026.

Piraquara, 20 de março de 2026.

CRISTOVÃO RODRIGO CHIQUETO
Diretor Superintendente – PIRAQUARAPREV
Decreto 13.063/2025

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:E7E1995E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - N. 09/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 53.151/2025

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **Aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos destinados às ações de manutenção, conservação e limpeza das áreas urbanas, rurais e hídricas do Município de Piraquara**, será realizada no dia **06/04/2026 – 9h** por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo**: R$ 6.834.093,30** (Seis milhões oitocentos e trinta e quatro mil e noventa e três reais e trinta centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019). Piraquara, 17 de março de 2026.

WILLIAN BEETZ BECH -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:30414060

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.537/2026

Dispõe sobre a atualização da composição do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP, para a gestão 2023-2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e:
Considerando as Leis Municipais nº 1004/2009 e nº 1299/2013;
Considerando a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
Considerando o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP;
Considerando o Regimento Interno da XIV Conferência Municipal de Saúde de Piraquara;
Considerando o resultado do processo eleitoral da XIV Conferência Municipal de Saúde, que elegeu os membros deste colegiado para o quadriênio 2023-2026;

Considerando o Decreto nº 10.980/2023, de 20 de março de 2023, e o Decreto nº 13.330/2025, de 18 de março de 2025, que nomearam e alteraram, respectivamente, os membros do Conselho Municipal de Saúde;

DECRETA:
Art. 1º - Fica atualizada a composição do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara – COMUSP – para a gestão 2023-2026, conforme especificado nos incisos abaixo:

Segmento representativo **Usuário**

N°	NOME	INSTITUIÇÃO	TITULARIDADE
1	**Francisca Barros da Silva**	**Morhan**	**Titular**
2	Shirley Terezinha Pereira e Silva	Morhan	Suplente
3	**Neivo João Bertuzzi**	**Igreja Anglicana Tradicional do Brasil Diocese Thomas Beckt**	**Titular**
4	Carla Menghini	AMAP – Associação das Mulheres Amigas de Piraquara	Suplente
5	**Silmara Ribas**	**Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas**	**Titular**
6	Eva Beatriz Gerake	Pastoral da Pessoa Idosa	Suplente
7	**Sonia Henriques de Oliveira**	**APAMEP**	**Titular**
8	Osmar de Souza Silva	APAMEP	Suplente
9	**Luiz Brandão Bastos**	**Conselho Local**	**Titular**
10			
11	**Pedro Marçal**	**Paroquia Nossa Srª Auxiliadora**	**Titular**
12	Lourdes Frohlick Kolling	Rotary Club de Piraquara	Suplente
13	Sueli de Oliveira	Aldeia Araça-í	**Titular**
14	**Valdemir Junior Marcolino**	**Aldeia Araça-i**	Suplente
15	**Osnei Fernandes Machado**	**Assoc. de Morad. Planta Suburbana**	**Titular**
16	Paulo Roberto Alves de Oliveira	Assoc. de Morad. Santiago	Suplente

Segmento Representativo **Trabalhador**

N°	NOME	INSTITUIÇÃO	TITULARIDADE
1	**Marleci de Oliveira Pontes**	**Servidor Público Municipal**	**Titular**
2	Jacira Aparecida Alves	Servidor Público Municipal	Suplente
3	**Vera Lucia Thomaz**	**Servidor Público Municipal**	**Titular**
4	Rubia Mineia Scrobotte Verlinde Torquato	Servidor Público Municipal	Suplente
5	**Louise Blanck Abbud**	**Servidor Público Municipal**	**Titular**
6	Julia Feldmann Uhry Reis	Servidor Público Municipal	Suplente
7	**Thiago da Silva Pereira**	**Sindicato do Servidor**	**Titular**
8	Gerson Santos de Andrade	**Sindicato do Servidor**	Suplente

Segmento Representativo **Prestador de Serviço**

N°	NOME	INSTITUIÇÃO	TITULARIDADE
1	**Marcos Paulo Colla**	**Hosp. De Derm.Sanit. do Paraná São Roque**	**Titular**
2	Maristela Zanella	Hosp. De Derm.Sanit. do Paraná São Roque	Suplente
3	**Alessandra Cordeiro Stabach Chemin**	**Ass. De Amigos e Colaboradores San Julian**	**Titular**
4	Jane de Castro Andrade Gonçalves	**Ass. De Amigos e Colaboradores San Julian**	Suplente

Segmento Representativo **Administração Pública**

N°	NOME	INSTITUIÇÃO	TITULARIDADE
1	**Auli Cardoso**	**SMS de Piraquara**	**Titular**
2	Sacha Testoni Lange	SMS de Piraquara	Suplente
3	**Jose Roberto Jacomel Junior**	**SMS de Piraquara**	**Titular**
4	Karla Renata Cepeda Alvarez	SMS de Piraquara	Suplente

Art. 2º - As eventuais alterações de conselheiros, decorrentes da dinâmica natural do Conselho. Serão realizadas conforme o regimento Interno do COMUSP.
Art. 3º - fica revogado o Decreto nº 13.330/2025, de 18 de março de 2025.
Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais retroativos a 01 de março de 2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 19 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:E634DDC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.538/2026

Concede Progressão por Titulação a Servidora do Executivo Municipal de Piraquara.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o previsto no artigo 10, §3º da Lei Municipal nº 864/2006, regulamentada pelo Decreto nº 12.071/2024, segundo o que estabelece o seu artigo 8º, parágrafo único,
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida Progressão por Titulação a servidora nominada abaixo, conforme solicitação de seu respectivo protocolo:

CARREIRA NÍVEL GESTOR PÚBLICO				
MATRICULA	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**NÍVEL**	**A CONTAR DE:**
811831	GLAUCIA BUSS	Enfermeiro	09	01/02/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais e pecuniários a respectiva data acima listada.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 20 de março de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C37AE94C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 604/2024 - PROCESSO Nº 30.498/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**. CONTRATADA:** VENTURI & ZEN LTDA, inscrita no CPF/MF sob n.° 574.511.849-00.
DO OBJETO: Constitui objeto à Contratação de empresa para a obra de construção de acesso às margens da Rodovia BR-116/PR, do Km 089+300m ao Km 089+900m, sentido sul, na região do Guarituba, com extensão de 1.476,71m e área de 6.392,74m², compreendendo serviços de terraplenagem, pavimentação em CBUQ, ligantes betuminosos, drenagem e obras de arte correntes, serviços complementares, sinalização provisória e definitiva, e iluminação, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos, concorrência nº 07/2024. **DO PRAZO:** O prazo de vigência fica prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 24/03/2026, prorrogando-o até a data de 19/09/2026. **DO REEQUILÍBRIO:** Aplica-se o reequilíbrio econômico-financeiro no valor de **R$ 158.875,28 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e oito centavos)**, passando o valor global do contrato, inicialmente firmado em R$ 4.609.900,00, acrescido do aditivo anterior no valor de R$ 685.942,67, para R$ 5.454.717,95 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e noventa e cinco centavos).**DATA DA ASSINATURA:** 20 de março de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:093052AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 15° CHAMADA

O Município de Pitanga, através do Departamento de Recursos Humanos, **CONVOCA** a aprovada no Processo Seletivo

Simplificado, Edital nº 02/2025, conforme listagem abaixo, a enviar a documentação exigida do Anexo I (de forma digitalizada legível em formato .pdf) no e-mail rh@pitanga.pr.gov.br até o dia **27 de março de 2026 às 17:00hs**.

Auxiliar de Saúde Bucal

Nº da Inscrição	Nome	Classificação
34	SHEILA STASIV	4

Pitanga, 20 de março de 2026.

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor De Recursos Humanos

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1. Documento de Identidade e Registro Geral e CPF;
2. Título de eleitor e comprovante de voto na última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
3. Cartão do PIS/PASEP, ou Extrato Previdenciário Simplificado do INSS – CNIS;
4. Comprovante de residência atualizado;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e dependentes para imposto de renda, com o CPF;
7. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos;
8. Comprovante de conclusão do ensino médio e do curso de ASB;
9. Registro no conselho de classe;
10. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Estadual (Polícia Civil) expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;
11. Certidão negativa de antecedentes criminais expedido pela Justiça Federal expedida em até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação;

Favor nomear o arquivo com o número do item correspondente ao documento digitalizado.

Exemplo: o arquivo contendo a digitalização do RG e CPF deve ter o título "1.pdf".

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1F63D80B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 236, DE 12 DE MARÇO DE 2026
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Instaura Sindicância e designa comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o Memorando nº 3.529/2026 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa com a finalidade de apurar os fatos narrados no memorando nº 3.529/2026, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Para a realização dos trabalhos ficam designados os seguintes servidores efetivos:
Presidente: Jean Marcel Grande Huber - Auxiliar Administrativo - matrícula nº 52969;
Membro: Adriele Andreia Inacio - Assistente Social - matrícula nº 50033;
Membro: Edviges Antonia Iubel Trojan – Oficial Administrativo - matrícula nº 55171.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa, conforme arts. 262 e 264 da Lei Municipal nº 784/1996, para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 12 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:600922D9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 254, DE 18 DE MARÇO DE 2026

Conceder férias ao servidor Vanderlei Neves, matricula nº 505781, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor VANDERLEI NEVES, matrícula nº 505781, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial 44 h, referente ao período aquisitivo 2018/2019, a contar de 19 de março de 2026.

Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 18 de março de 2026.

Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 18 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:FEBDC1A7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 263, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, nos termos do Art. 6º da EC 41/03, à servidora ILZA CARDOZO DE PAULA, no cargo de Professor – 20h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido à servidora **ILZA CARDOZO DE PAULA**, matrícula nº 164971, brasileira, servidora pública municipal de Pitanga, ocupante do cargo efetivo de Professor - 20h, **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, comum - provento integral, com fundamento o Art. 6º da EC 41/03 – com paridade – última remuneração.

Art. 2º Fica estipulado como provento mensal de sua aposentadoria o valor de R$4.373,44 (quatro mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 19 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
JACIELE APARECIDA VIEIRA BRAGA
Diretora de Gestão do Fundo Municipal de Previdência

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:9927295B

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 265, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa Comissão para acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.115, da Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO o despacho 17 do memorando nº 17.816/2025,

RESOLVE

Art. 1º Designa, conforme preceitua o art. 117 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 46, de 14 de março de 2023, a Comissão de acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos municipais.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para composição da Comissão:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Jamil Lourenço dos Santos, matrícula nº 50994;

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
Adryan de Paula Egler, matrícula nº 50150;
Jakson Muniz, matrícula nº 25061 - Contratos referentes à informática e tecnologia da informação;
Joanides Baltazar da Luz Junior, matrícula nº 25054 - Contratos referentes à informática e tecnologia de informação;

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
Alisson Rodrigo Renczenzen, matrícula nº 54508;

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Elivelton Litkoski Hey, matricula nº 52765;
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rodrigo Campanholi, matrícula nº 50039;
Corinne Guntzel Lealdino, matrícula nº 52865;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
Allan Felipe da Silva Vieira, n°50034;
Celia Cedorak Javoski, matrícula nº 50036;
Dilmarise Gonçalves da Luz, matrícula nº 53925;
Everson Pagotto, matrícula n° 25050;
David Luan Mendes, matricula nº 25077;
Francisco Schavaren, matricula nº 25053;
Hellen Lucacheski, matricula nº 25105;
Leila Priscila da Costa, matricula nº 25102;
Noartio Almir Silva, matricula nº 25089;
Odair Jose Chafron, matricula nº50068;
Osnei João Martins Junior; matricula nº 25075;
Rodolffo Andre Chemin, matricula nº 25030;
Vitor Hugo Outeiro, matricula nº 50388;

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO
Anderson Luiz Pauluk, matrícula nº 50301;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
Andreia Katuski, matricula 25048 - Contratos relacionados à informática (processamento de dados);
Jefferson Radião, matricula50978- Fiscal de Demais Contratos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;
Jose Roberto Leandro, matricula 50050 - Contratos relacionados à frota e manutenção de veículos;
Josemary Giraldi, matricula 50820 - Contratos relacionados à programas Estaduais e Federais ;
Maria Rosilene Ribeiro, matricula nº 50727, Contratos relacionados a Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza;

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Welton Thiago dos Santos, matrícula n° 50360, Contratos relacionados aoDepartamento de Desenvolvimento Econômico;
João Reginaldo Oliveira Freitas, Matrícula n°25084, Contratos referentes aoDepartamento de Meio Ambiente;
Rui Sérgio dos Santos, matrícula 25062, Contratos relacionados aoDepartamento de Eventose Turismo.

GABINETE DO PREFEITO
Vanderlei Dionizio de Mello, matrícula nº 25042;

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
Ronaldo Eurich, matrícula 52564.
Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 234, DE 12 DE MARÇO DE 2026.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 20 de março de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C2017046

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LEILÃO Nº 01/2026

AVISO DE LEILÃO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 68/2026
OBJETO: Alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Pitanga/PR, no estado em que se encontram, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, por meio de Leilão Público Oficial na modalidade on-line, conduzido pelo Leiloeiro Oficial Luiz Barbosa de Lima Junior – JUCEPAR nº 10/030-L. O leilão será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica, por meio do portal do leiloeiro no endereço eletrônico: www.lbleiloes.com.br O encerramento do leilão ocorrerá no dia 14 de abril de 2026, às 10h00min, diretamente no portal eletrônico do leiloeiro. O edital completo e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, na opção Processos Licitatórios, ou diretamente no portal do leilão www.lbleiloes.com.br, bem como presencialmente no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve, nº 711, Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP 85.201-606, junto à Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente. Telefone para contato: (42) 3646-1122 – ramal 37. Servidor responsável para informações e agendamento de visitação: Fabio Gonçalves Stoski. Os interessados poderão vistoriar os bens previamente, mediante agendamento junto à Prefeitura Municipal, no horário das 08h às 11h e das 13h às 17h, até a data definida no edital. O procedimento será realizado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto às regras de alienação de bens públicos por meio de leilão.
Pitanga/PR, 20 de março de 2026.

MARCIO SOKOLOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:A938D66F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA N.°07/2026

##ATO AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N 07/2026 OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Revitalização e Melhorias em Praças Públicas no Município de Pitanga/PR, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e ART, em atendimento a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção Processos Licitatórios bem como no sítio https://bnc.org.br ou no endereço Rua Vanderlei João Vieira Cleve n 711 Bairro Santa Regina Pitanga PR CEP 85201 606 Secretaria Municipal de Patrimônio Compras e Logística, Departamento de Licitações e Contratos em horário de expediente, telefone para contato 42 3646 1122, Ramal 21 e 22 e-mail licitacao@pitanga.pr.gov.br. Fim de Recebimento de Propostas em 10/04/2026 ate as 08h00min. Início de Disputa de Preços em 10/04/2026 as 09h01min, horário de Brasília em sessão pública no endereço eletrônico https://bnc.org.br, nos termos do Edital e seus anexos. Critério, Empreitada por preço Global. Modo de Disputa Aberto. Portanto as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo R$ 1.202.880,45 (um milhão, duzentos e dois mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).
DATA: 20/03/2026
ASS Marcio Sokoloski
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:A7E376CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PLACAS DE MESA EM AÇO INOX PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA DE PITANGUEIRAS.
TIPO:MENOR PREÇO
VALOR MÁXIMO:R$ 2.199,00 (dois mil e cento e noventa reais).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:do dia 23/03/2026 às 00h00min ao dia 27/03/2026 às 08h59min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS:dia 27/03/2026 às 08h00min.
ENVIO DAS PROPOSTAS:via e-mail camara@pitangueiras.pr.gov.br.
CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: e-mail camara@pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida São Jorge, nº 73, Pitangueiras-Pr.
ESCLARECIMENTOS:através do telefone (43) 3257-1354, na Rua São Jorge, 73, na cidade de Pitangueiras – PR.
Pitangueiras(Pr), 20 de março de 2026.

HERCÍLIO AMBONI JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:CE64D6C9

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, convoca os Professores e Educadores da Rede Municipal de Ensino, admitidos mediante aprovação no Concurso Público aberto através do Edital nº 001/2025 de 21/03/2025, e homologado através da Edital nº 009/2025 de 25/07/2025, para participarem da **Habilitação Inicial**, no âmbito do programa **"A União Faz a Vida"**, a ser realizada conforme programação abaixo:

Realização: Encontros on-line (via Google Meet)
Datas: 06, 13, 20 e 27 de abril de 2026 (segundas-feiras)
Horário: Das 18h às 20h
Obs.: O link será enviado próximo à data

Pitangueiras, 20 de março de 2026.

VALQUÍRIA DA SILVA SANTOS CORRÊA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:603B214C

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO Nº 81/2022

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: PAULA APARECIDA AVILA 07644392947
CNPJ: 46.295.607/0001- 47
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 aditivar 25% da quantidade referente ao contrato nº 81/2022.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Paula Aparecida Avila
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:F5573A8E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 23/2023

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: SABAUDIA TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 13.197.658/0001-87,
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, nos termos do artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, aditivar à prorrogação da vigência do Contrato nº 23/2023 pelo prazo de 12 meses e consequente renovação de saldo, o prazo de vigência do contrato passa a ser 24/03/2027.
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Osmar da Silva
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:FD75B728

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2024

QUINTO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 220/2024, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 019/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SIM REDE DE POSTOS LTDA.

Aos vinte dias mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no

CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20 e **SIM REDE DE POSTOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 07.473.735/0197-96, com sede na cidade de Campo Largo – PR, neste ato representado pelo Sr. Itacir Neco Argenta, portador do CPF nº 401.397.190-91, resolvem em comum acordo aditivar o Contrato Administrativo nº 220/2024, firmado entre as partes em data de 24 de julho de 2023, cujo objeto é a contratação de empresa com funcionamento 24 horas para fornecimento de combustíveis: Óleo Diesel S10 e Gasolina Comum, para abastecimento exclusivo de veículos pertencentes a frota municipal, com viagens de ida/volta à Curitiba-PR e região metropolitana, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme documentos anexos, comprovamos o aumento dos preços do objeto no mercado nacional, uma vez que o produto originalmente contratado (Óleo Diesel S10) custava R$ 5,93 (cinco reais e noventa e três centavos), atualmente custa junto ao fornecedor R$ 6,78 (seis reais e sessenta e oito centavos) e Gasolina Comum custava R$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), atualmente custa junto ao fornecedor R$ 5,95 (cinco reais e noventa e cinco centavos), sendo assim, fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto), reduzindo o valor unitário do objeto, passando a partir desta data para o valor unitário do Óleo Diesel S10, lote 01 item 01 de R$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos) para R$ 7,34 (sete reais e trinta e quatro centavos) e da Gasolina Comum lote 02 item 01 de R$ 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), R$ 6,10 (seis reais e dez centavos), totalizando o valor total da contratação na importância de R$ 94.642,80 (noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: Diante da circunstância observada "fica aplicada o" aumento no percentual de 26,00 % (nove por cento) e aumento no percentual de 2,5 % (dois virgula cinco) para o item Gasolina Comum a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato Administrativo de Fornecimento de Combustível nº 220/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos.), para o perfeito delineamento da matéria, fixou as balizas necessárias para que se proceda à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com base no art. 124, Capítulo VII. Vejamos:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) **para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.**

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea "d" do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

CLÁUSULA QUARTA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude da redução dos valores dos itens constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 94.642,80 (noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ITACIR NECO ARGENTA
SIM Rede de Postos LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA FATIMA MOMBACH STURM
RG nº 6.772.151-9/ PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:38EFA3F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 115/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 145/2026
Inexigibilidade Nº. 115/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 115/2026, que tem por Objeto: Realização da 2ª ETAPA DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE JET SKI (BRJS) TEMPORADA 2025/2026, nos dias 20, 21 e 22 de março 2026 em Pontal do Sul, Pontal do Paraná. Empresa Contratada: ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE JET-SKI, inscrita no CNPJ n.º 01.856.965/0001-43. Data da ratificação e homologação**:** 20 de março de 2026. Valor homologado: **R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).** Dotação orçamentária: 13.001.27.812.0032.2.060.3.3.90.39.00.00 - CR 689 - FR 1000. Pontal do Paraná, 20 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:E209B882

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO VINCULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2022 CONVÊNIO N.º 12/2026 CONTRATO N.º 308/2022

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato do Segundo Termo de Apostilamento

Vinculação de dotação orçamentária
Tomada de Preços n.º 05/2022
Convênio n.º 12/2026
Contrato n.º 308/2022

Município de Pontal do Paraná, inscrito no CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná;
Unidade Orçamentária – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico
Fundamento legal – Na forma da Lei n.º 14.133/2021.
Fica acertado entre as partes o 1º termo de apostilamento para a vinculação da seguinte dotação orçamentária:
Dotação orçamentária - 07.002.23.695.0012.2.026.3.3.90.39.00.00 - CR 242 - FR 2002 – Valor: R$ 25.950,00 (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta reais).

Pontal do Paraná, 18 de março de 2026.

DANIELLE DA VEIGA ALVES
Equipe de Apoio de Licitações

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:5F478927

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13367/2026 DE 16/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13367/2026 de 16/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$454.673,02 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e setenta e três reais e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14		SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
14.001		DIRETORIA GERAL	
14.001.15.451.0034.1.032		PAVIMENTACAO SEDU	
718 - 4.4.90.51.00.00	31015	OBRAS E INSTALACOES	347.656,57
718 - 4.4.90.51.00.00	3504	OBRAS E INSTALACOES	107.016,45
Total Suplementação:			454.673,02

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 16 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BC3E9B0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13368/2026 DE 16/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13368/2026 de 17/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2791/2026 de 16/03/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$49.702,80 (quarenta e nove mil e setecentos e dois reais e oitenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
06.002		FUNDO MUN DOS DTOS DA CCA E ADOLESCENTE	
06.002.08.243.0008.6.010		GESTAO DE POLITICAS PARA A CRIANCA E O ADOLESCENTE	
785 - 3.3.50.41.00.00	31745	CONTRIBUICOES	30.533,80
786 - 4.4.50.41.00.00	31745	CONTRIBUIÇÕES	19.169,00
		Total Suplementação:	49.702,80

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:017F7C02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13369/2026 DE 16/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13369/2026 de 17/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
461 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	80.000,00
		Total Suplementação:	80.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0063.2.045		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
455 - 3.3.90.30.00.00	104	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
		Total Redução:	80.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:DAFA6400

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13370/2026 DE 16/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO:PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13370/2026 de 17/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.122.0052.1.022		CONSTRUCAO, REFORMA, AMPLIACAO DOS PROPRIOS DA SAUDE	
504 - 4.4.90.51.00.00	303	OBRAS E INSTALACOES	240.000,00
		Total Suplementação:	240.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.302.0055.2.137		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE URGENCIA E	
		EMERGENCIA 24H	
603 - 3.1.90.11.00.00	303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	240.000,00
		Total Redução:	240.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:856D01DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13372/2026 DE 17/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13372/2026 de 17/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
36 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
		Total Suplementação:	50.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.131.0002.2.005		GERENCIAMENTO DAS ACOES DA COMUNICACAO SOCIAL	
39 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
		Total Redução:	50.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 17 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E2DF6286

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13375/2026 DE 18/03/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13375/2026 de 18/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$70.000,00 (setenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO, INOVACAO E TECNOLOGIA	
03.002		FUNDO DE REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS	
03.002.06.182.0036.2.085		GESTAO DOS RECURSOS DO FUNREBOM	
57 - 3.3.90.39.00.00	3515	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	70.000,00
		Total Suplementação:	70.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 18 de Março de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FDB9FDA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.374 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Súmula:“EXONERA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO”.

RUDISNEY GIMENES FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ,Estado do Paraná, considerando as Leis Municipais n. º 2634 /2024 e 2635/2024 e conforme solicitado no Protocolo nº 7.797/ 2026 .

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica exonerado , **á pedido** , do seu respectivo cargo de provimento em comissão **–CD – CHEFE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, o **Sr. DANIEL LEVANDOWSKI,** brasileiro, portador do **RG nº 8274141-0 PR e CPF n. º 045.991.769-23.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de exoneração do(a)referido (a) servidor(a) a partir de **16 de março de 2026.**

Artigo 3º – Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:FA96E49B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 13.376 DE 18 DE MARÇO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação do Pregoeiros/Agentes de Contratação e Equipe de apoio para realização de licitação modalidade Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns no âmbito do Consórcio Intermunicipal para o Aterro Sanitário – CIAS e das outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133/2021 e conforme solicitado no **Memorando nº 1.909/2026.**

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam nomeados(as) os **Pregoeiros/Agentes de Contratação** e respectiva Equipe de apoio para realização da licitação, na modalidade Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, no âmbito do Consórcio Intermunicipal para o Aterro Sanitário – CIAS , conforme abaixo identificados:

PREGOEIROS/AGENTES DE CONTRATAÇÃO

Aurea Munhoz
Gabriela Maria Vieira Martins

EQUIPE DE APOIO:

Danielle da Veiga Alves
Vanice Costa da Silva
Renato Koeke Tramujas

Art. 2º - Caberá aos **pregoeiros/agentes de contratação** e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 14.133/2021, consoante às alterações que lhe forem dadas.

Art.3° - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando o DECRETO N.º 12.546 DE 21 DE JANEIRO DE 2025.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2A3C0E2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 199 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme solicitado no **Protocolo nº 3.371/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º- Colocar a servidora **Renata Cristina Alves de Brito,** ocupante do cargo de **Professora, matricula 164031** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, à disposição da Prefeitura Municipal de Matinhos, em regime de permuta com o senhor **Dinilson Marques ,** ocupante do cargo de **Professor-matricula 70769/1 - Escola Pastor Elias Abrahão** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Matinhos com ônus aos respectivos órgãos de origem.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de **03 de fevereiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.**
Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D2F5D36D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 200 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 7.120/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **FERNANDA MARIA STIVAL BRITTO – MATRICULA : 267191**, ocupante do cargo de **Agente Administrativo**, lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE , CULTURA ,EVENTOS E JUVENTUDE** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2023, LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **60 (sessenta)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir de **10 de março de 2026 a 08 de maio de 2026.**

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:26BE5503

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 201 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para a prestação de serviços de alienação de veículos e

outros bens móveis pertencentes ao Município de Pontal do Paraná e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Memorando nº 25.177/2025.**

RESOLVE:
Art.1º– Nomear os membros da Comissão de contratação do Credenciamento, composta pelos seguintes servidores:

Carlos Eduardo Alves
Rafael Dalha Valhe Correa
Francisco Schwingel de Souza
Edinaldo Correa

PROCEDIMENTO AUXILIAR 03/2026
CREDENCIAMENTO 03/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Credenciamento de Leiloeiros Oficiais para a prestação de serviços de alienação de veículos e outros bens móveis pertencentes ao Município de Pontal do Paraná, por meio de leilão público, garantindo transparência, eficiência e observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data , revogando as disposições contrárias .

Art. 3º - Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F680D7A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 202 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: "Credenciamento de profissionais habilitados para execução de Cursos Livres a serem desenvolvidos pela Escola de Governo do Município de Pontal do Paraná e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no Processo Administrativo **nº 030/2026.**

RESOLVE:

Art.1º– Nomear os membros da Comissão de contratação do Credenciamento, composta pelos seguintes servidores:

Andrea de Cassia Alves Munster
Veviane de Fátima do Rosário de Souza
Adriomara Gonçalves de Araújo

PROCEDIMENTO AUXILIAR 05/2026
CREDENCIAMENTO 05/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Credenciamento de profissionais habilitados para execução de Cursos Livres a serem desenvolvidos pela Escola de Governo do Município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes do Gabinete do Poder Executivo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data , revogando as disposições contrárias .

Art. 3º - Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 18 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:96867BC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 203 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Súmula:"Designa Servidores pela manutenção das informações dos Módulos do SIM- AM a partir do exercício de 2026".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e o contido no **Memorando nº 5749/2026.**

RESOLVE :

Artigo 1º – Designar os servidores relacionados a seguir como responsáveis a partir do **exercício de 2026** pela manutenção das informações dos **MÓDULOS DO SIM- AM 2026** do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob pena das punições previstas na análise das contas do referido exercício financeiro, conforme tabela abaixo:

IdtipoMódulo	Dstipo/Módulo	**Servidor Responsável**	CPF
1	Tabelas Cadastrais	**DANIELLI MENDES DO NASCIMENTO ALVES**	028.168.809-58
2	Planejamento e Orçamento	**MARCELO FABRÍCIO DO AMARAL**	738.335.339-00
3	Contábil	**VIRGINIA MARIA RAMOS SANTANA**	631.043.775-53
4	Tesouraria	**GIOVANI MASCENO RODRIGUES**	022.297.709-42
5	Licitação	**AUREA MUNHOZ**	751.951.135-99
6	Contrato	**DANIELLE DA VEIGA ALVES**	084.327.979-60
7	Controle Interno/Frotas	**CARLOS EDUARDO ALVES**	028.023.089-39
8	Patrimônio	**ISABELA MATIAS DO NASCIMENTO**	105.308.719-55
9	Folha de Pagamento	**HELISSON JUVINSKI GABARDO**	037.466.989-95
10	Tributário	**CRISTIANE LUIZ**	**037.161.269-18**
11	Obras Públicas	**CASSIANE DE CARVALHO MARTINS**	036.052.759-07

Art.2º- O responsável pela coordenação dos trabalhos será o senhor **HENDERSON FLÁVIO RAIMUNDO .**
Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições contrárias .
Art. 4º - Publique-se.
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 20 de março de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:5E123A44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 027/2026

D E C R E T O Nº 027/2026

APROVA UNIFICAÇÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Unificação dos Lotes n° 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 da Quadra n° 07, com frente para a Rua Olimpio Paulo da Silva, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 01 lote que doravante passará a

denominar-se Lote 02 com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 02 / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, nº 3730
Área do Lote: 2000m²
Cadastro Imobiliário: 6188-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 100,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 12, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote nº 01, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para os Lotes n° 31, 30, 29, 28, 27, 26, 25, 24, 23 e 22, medindo 100,00 metros;

Artigo 2º - Fica declarada edificável a área de terra ora unificada, referida no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:FF1F2570

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 028/2026

D E C R E T O Nº 028/2026

APROVA UNIFICAÇÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Unificação dos Lotes n° 03 e 04, da Quadra n° 01, com frente para a Rua Rio Grande do Sul, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 01 lote que doravante passará a denominar-se Lote 03 com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 03 / QUADRA Nº 01
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Rio Grande do Sul, nº 1946
Área do Lote: 407,52²
Cadastro Imobiliário: 6002-0

FRENTE: Para a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 05, medindo 20,41 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote nº 02, medindo 20,34 metros;
FUNDO: Para os Lotes n° 28 e 29, medindo 20,00 metros;

Artigo 2º - Fica declarada edificável a área de terra ora unificada, referida no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:41A14ED7

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 029/2026

D E C R E T O Nº 029/2026

APROVA UNIFICAÇÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Unificação dos Lotes n° 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, e 10 da Quadra n° 08, com frente para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 01 lote que doravante passará a denominar-se Lote 03 com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 03 / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, nº 4340
Área do Lote: 1600m²
Cadastro Imobiliário: 6222-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 80,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 11, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote nº 02, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para os Lotes n° 27, 26, 25, 24, 23, 22, 21 e 20, medindo 80,00 metros;

Artigo 2º - Fica declarada edificável a área de terra ora unificada, referida no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:D3C3BE9C

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 030/2026

D E C R E T O Nº 030/2026

APROVA UNIFICAÇÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Unificação dos Lotes n° 13 e 14 da Quadra n° 08, com frente para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 01 lote que doravante passará a denominar-se Lote 13 com as seguintes medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 13 / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, nº 4240

Área do Lote: 400m²
Cadastro Imobiliário: 6232-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 20,00 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 15, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote nº 12, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para os Lotes n° 16 e 17, medindo 20,00 metros;

Artigo 2º - Fica declarada edificável a área de terra ora unificada, referida no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:589C29AF

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 031/2026

D E C R E T O Nº 031/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do Lote n° 03 da Quadra n° 01, com frente para a Rua Rio Grande Do Sul, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 3 lotes com as seguintes, denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 03-A / QUADRA Nº 01
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Rio Grande Do Sul, n° 1946
Área do Lote: 136,16 m²
Cadastro Imobiliário: 6002-0

FRENTE: Para a Rua Rio Grande Do Sul, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-B, medindo 20,39 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02, medindo 20,41 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 28, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-B / QUADRA Nº 01
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Rio Grande Do Sul, n° 1940
Área do Lote: 135,90 m²
Cadastro Imobiliário: 7256-0

FRENTE: Para a Rua Rio Grande Do Sul, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-C, medindo 20,36 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-A, medindo 20,39 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 27 e 28, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-C / QUADRA Nº 01
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Rio Grande Do Sul, n° 1936
Área do Lote: 135,42 m²
Cadastro Imobiliário: 7257-0

FRENTE: Para a Rua Rio Grande Do Sul, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 05, medindo 20,34 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-B, medindo 20,36 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 27, medindo 6,67;

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:B9B4BD03

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 032/2026

D E C R E T O Nº 032/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do Lote n° 02 da Quadra n° 07 com frente para a Rua Olimpio Paulo da Silva, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 15 lotes com as seguintes, denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 02-A / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3730
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 6188-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-B, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 01, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 31, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-B / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3720
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7269-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-C, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-A, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 30 e 31, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-C / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3716
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7270-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-D, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-B, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 30, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-D / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3710
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7271-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-E, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-C, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 29, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-E / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3696
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7272-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-F, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-D, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 28 e 29, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-F / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3690
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7273-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-G, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-E, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 28, medindo 6,66;

LOTE Nº 02-G / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3686
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7274-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-H, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-F, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 27, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-H / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3680
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7275-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-I, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-G, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 26 e 27, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-I / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3676
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7276-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-J, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-H, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 26, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-J / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3670
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7277-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-K, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-I, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 25, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-K / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3666
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7278-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-L, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-J, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 24 e 25, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-L / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3660
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7279-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-M, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-K, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 24, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-M / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3656
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7280-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-N, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-L, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 23, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-N / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3650
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7281-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 02-O, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-M, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 22 e 23, medindo 6,67;

LOTE Nº 02-O / QUADRA Nº 07
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Olimpio Paulo da Silva, n° 3640
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7280-0

FRENTE: Para a Rua Olimpio Paulo da Silva, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 12, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02-N, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 22, medindo 6,67;

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:C9B3CA86

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 033/2026

D E C R E T O Nº 033/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do Lote n° 03 da Quadra n° 08, com frente para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 12 lotes com as seguintes, denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 03-A / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4340
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 6222-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-B, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 02, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 27, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-B / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4330
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7258-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-C, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-A, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 26 e 27, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-C / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4320
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7259-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-D, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-B, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 26, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-D / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4316
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 7260-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-E, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-C, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 25, medindo 6,66;

LOTE Nº 03-E / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4310
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7261-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-F, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-D, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 24 e 25, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-F / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4306
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7262-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-G, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-E, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 24, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-G / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4300
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7263-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-H, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-F, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 23, medindo 6,67;
LOTE Nº 03-H / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4296
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7264-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-I, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-G, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 22 e 23, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-I / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4290
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7265-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-J, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-H, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 22, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-J / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4286
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7266-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-K, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-I, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 21, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-K / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4280
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7267-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 03-L, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-J, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 20 e 21, medindo 6,67;

LOTE Nº 03-L / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4270
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7268-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 11, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 03-K, medindo 20,00 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 20, medindo 6,67;

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:50502767

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 034/2026

D E C R E T O Nº 034/2026

APROVA SUBDIVISÃO DE LOTES DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:
Artigo 1º - Fica aprovado o Projeto de Subdivisão do Lote n° 13 da Quadra n° 08, com frente para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, do Jardim São Miguel, desta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, em 3 lotes com as seguintes, denominações, medidas, divisas, áreas e confrontações abaixo:

LOTE Nº 13-A / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4240
Área do Lote: 133,20 m²
Cadastro Imobiliário: 6232-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,66 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 13-B, medindo 20,00 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 12, medindo 20,40 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 17, medindo 6,66;

LOTE Nº 13-B / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4236
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7283-0

FRENTE: Para a Rua Rio Grande Do Sul, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 13-C, medindo 20,36 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 13-A, medindo 20,39 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 17, medindo 6,67;

LOTE Nº 13-C / QUADRA Nº 08
Bairro: Jardim São Miguel
Endereço: Rua Vereador Odivar Pereira Donato, n° 4230
Área do Lote: 133,40 m²
Cadastro Imobiliário: 7284-0

FRENTE: Para a Rua Vereador Odivar Pereira Donato, medindo 6,67 metros;
LADO DIREITO: Para o Lote n° 15, medindo 20,34 metros;
LADO ESQUERDO: Para o Lote n° 13-B, medindo 20,36 metros;
FUNDO: Para o Lote n° 16, medindo 6,67;

Artigo 2º - Ficam declaradas edificáveis as áreas de terra ora subdivididas, referidas no artigo anterior deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis (20/03/2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:A02A6206

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 036/2026

DECRETO Nº 036, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Convoca a 3° Conferência Municipal da Cidade de Porecatu.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais são conferidas por Lei, e
CONSIDERANDO as diretrizes nacionais de política urbana definidas pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001);
CONSIDERANDO os princípios fundamentais da política de desenvolvimento municipal constantes no Plano Diretor do Município;

D E C R E T A:
Art. 1º Fica convocada a 3° Conferência Municipal da Cidade de Porecatu
Art. 2º A 3° Conferência Municipal da Cidade de Porecatu terá como objetivo e finalidade:
I. Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município de Porecatu com os diversos segmentos da sociedade, propiciando a participação popular de diversos segmentos da sociedade;
II. Eleição dos membros da Sociedade Civil titulares e suplentes que irão compor o Conselho Municipal da Cidade de Porecatu.
Art. 3º A 3° Conferência Municipal será realizada no dia **02 de abril de 2026**, às 09:30min, no Salão do Centro Social Urbano - CSU, na Rua Horácio Pagano, n° 300, no município de Porecatu, Estado do Paraná.
Art. 4º A 3° Conferência Municipal da Cidade de Porecatu terá como tema: **"O Plano Diretor Municipal e a Participação Social".**
Art. 5º A organização da 3° Conferência Municipal será de responsabilidade da Comissão Municipal Preparatória a ser instituída por Resolução Administrativa.
Art. 6º A 3° conferência será presidida pelo Prefeito Municipal, e na sua ausência, por representante do Poder Executivo na Comissão Municipal Preparatória.
Art. 7º Fica delegada à Assessoria de Planejamento de Porecatu os encaminhamentos necessários ao cumprimento deste Decreto.
Art. 8º As despesas com a realização do evento correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Porecatu.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:F650EFE6

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 037/2026

DECRETO Nº 037, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Convoca a Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porecatu.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais são conferidas por Lei

D E C R E T A:
Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porecatu
Art. 2º A Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porecatu terá como objetivo e finalidade:
I. Propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município de Porecatu com os diversos segmentos da sociedade, propiciando a participação popular de diversos segmentos da sociedade;
II. Eleição dos membros da Sociedade Civil titulares e suplentes que irão compor o Conselho Municipal do Meio Ambiente.
Art. 3º A Conferência Municipal será realizada no dia **02 de abril de 2026**, às 09h30 Salão do Centro Social Urbano - CSU, na Rua Horácio Pagano, n° 300, no município de Porecatu, Estado do Paraná.
Art. 4º A Conferência Municipal do Meio Ambiente de Porecatu terá como tema: **"O Plano Diretor Municipal e a Participação Social".**
Art. 5º A organização da Conferência Municipal será de responsabilidade da Comissão Municipal Preparatória a ser instituída por Resolução Administrativa.
Art. 6º A conferência será presidida pelo Prefeito Municipal, e na sua ausência, por representante do Poder Executivo na Comissão Municipal Preparatória.
Art. 7º Fica delegada à Assessoria de Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente de Porecatu os encaminhamentos necessários ao cumprimento deste Decreto.
Art. 8º As despesas com a realização do evento correrão à conta dos recursos orçamentários do Município de Porecatu.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20.03.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:F599A475

LICITAÇÃO
1°TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°27/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU E A EMPRESA PLANPRO ENGENHARIA LTDA

O **MUNICÍPIO DE PORECATU/PR**, Pessoa Jurídica de Direto Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede RUA BARÃO RIO BRANCO N°344,no Centro da cidade de PORECATU/PRO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN, qualificação**, na cidade de PORECATU/PR, com intervenção da **SECRETARIA MUNICIPAL de ADMINITRAÇÃO**, estabelecida PORECATU/PR, no Centro, desta cidade, neste ato representada por seu Secretário, o Senhor **MARIO JOSÉ PIZONI**, **qualificação**, na cidade de PORECATU/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa PLANPRO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 44.567.965/0001-36, com sede na Rua MARIA CALSAVARA GALO, nº 350, Bairro VALE DOS TUCANOS, na cidade de LONDRINA/PR, com endereço eletrônico planproengenharia@gmail.com, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) KARLA TEODORO, nacionalidade, estado civil, portador (a) da Cédula de Identidade nº 9491643, inscrito (a) no CPF nº 051.958.959-96, residente e domiciliado (a) na cidade de LONDRINA/PR, doravante denominada **CONTRATADA**.
DA AUTORIZAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO: o presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização exarada em despacho constante no Processo Administrativo nº 27/2025, originado pela Dispensa nº 12/2025, que faz parte integrante do epigrafado processo.
DO PREPOSTO INDICADO PELA EMPRESA: Foi indicado como preposto da CONTRATADA na presente contratação, o (a) SR (a) KARLA TEODORO, **qualificação,** com endereço eletrônico para efeitos legais e uso no processo de fiscalização planproengenharia@gmail.com.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO
1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no Artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, e na Cláusula Segunda do contrato original.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 06 (seis) meses, com início em 10 de abril de 2026 e término em 10 de outubro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do contrato original que não conflitem com este termo
E por estarem justos e acertados firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor.

Porecatu, 20 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN -PREFEITO	***PLANPRO ENGENHARIA LTDA***
Contratante	Contratada

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C0ECCEF8

LICITAÇÃO
2°TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°45/2024

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU E A EMPRESA MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO

O MUNICÍPIO DE PORECATU por intermédio do(a) pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 80.542.764/000 1-48, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, nº 344, centro, nesta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr Agamemnon Augusto Araujo Paduan portador do RG. n.º 3.986.654-4., inscrito no CPF/MF sob n.º 709.693.109-00, denominado **CONTRATANTE**, através da Secretaria Municipal de Educação e Administração doravante denominado apenas **SECRETARIA**, e **DE OUTRO LADO MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO** *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* **84.859.321/0001-36***sediado(a) na* Rua São Paulo, n°545, no município de Porecatu/PR, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por Marcos Antonio Taviano Donato* com endereço eletrônico marcosdonato@uol.com.br, *conforme atos constitutivos da empresa*, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº 08/2004 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 06/2024, mediante as seguintes condições:

Cláusula Primeira: Este aditivo tem como finalidade prorrogar a vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir de 22 de março de 2026

Cláusula Segunda: O valor contratual permanece em R$ 21.450,00 (vinte e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

Cláusula Terceira: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e acertados firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor.

Porecatu, 20 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN-	***MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO***
Prefeito	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:482C0183

LICITAÇÃO
2°TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°46/2024

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU E A EMPRESA MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO

O MUNICÍPIO DE PORECATU por intermédio do(a) pessoa jurídica de direito público interno, através do Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob 09.412.450/0001-66, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, nº 344, centro, nesta cidade de Porecatu, Estado do Paraná, neste ato representado pela gestora e Secretária de Saúde, Arilda Batista de Araujo, e representado pelo Prefeito Municipal, Sr Agamemnon Augusto Araujo Paduan portador do RG. n.º 3.986.654-4., inscrito no CPF/MF sob n.º 709.693.109-00, denominado **CONTRATANTE**, e **DE OUTRO LADO MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO** *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº* **84.859.321/0001-36***sediado(a) na* Rua São Paulo, n°545, no município de Porecatu/PR, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por Marcos Antonio Taviano Donato* com endereço eletrônico marcosdonato@uol.com.br, *conforme atos constitutivos da empresa*, tudo registrado e em consonância com o Processo Administrativo nº 08/2004 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações correlatas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 06/2024, mediante as seguintes condições:

Cláusula Primeira: Este aditivo tem como finalidade prorrogar a vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir de 22 de março de 2026

Cláusula Segunda: O valor contratual permanece em R$ 16.291,00 (dezesseis mil duzentos e noventa e um reais).

Cláusula Terceira: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e acertados firmam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor.

Porecatu, 20 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN-	***MARCOS ANTONIO TAVIANO DONATO***
Prefeito	Contratada
Contratante	

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:52760A80

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N°09/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DE EDITAL:
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA REALIZAÇÃO: 02/04/2026
ABERTURA: 08H00MIN
LOCAL: Rua Barão do Rio Branco, 344 – centro (Sala de Reuniões) no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br UASG:987779

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) minicarregadeira nova, zero hora, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação. A contratação será custeada com recursos do Convênio Transferegov nº 979784/2025

Valor: R$ 403.822,21 (quatrocentos e três mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos).

Órgão: 07 - Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação
Unidade Orçamentária: 03 – Divisão do Serviço Rodoviário Municipal
Função: 267820026 - Transporte
Proj. / Ativ./ Ope. Esp.: 1.004 – Aquisição de Veículos/Máquinas/Equipamentos Pesados
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.
Fonte de Recurso: 845 Aquisição Equipamento Agrícola – Convênio 979784/2025 – Min. Int. e do Desenv. Regional
Desdobramento: 4.4.90.52.40 - 1789 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 – 1796

Download do edital: http://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes
Telefone para contato: (43) 3623-3100
E-mail: licitaporecatu@gmail.com

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:FE3069D8

LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N°10/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DE EDITAL:
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
DATA DA REALIZAÇÃO: 02/04/2026
ABERTURA: 14H00MIN
LOCAL: Rua Barão do Rio Branco, 344 – centro (Sala de Reuniões) no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br UASG:987779

OBJETO: Aquisição de equipamentos destinados à implementação e melhoria dos serviços prestados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Porecatu.

Valor: R$ 20.888,57 (vinte mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Órgão: 12 – Secretaria de Serviço Social
Unidade Orçamentária: 02 – Divisão de Assistência Social
Função: 082440024 – Assistência Social
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2005 – Manutenção do Programa Bolsa Família
Natureza da Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 3820 – FNAS APAE – Flavio Arns – Investimento 2
Desdobramento: 4.4.90.52.34 - 1768 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 4.4.90.52 - 1739

Download do edital: http://portaltransparencia.porecatu.pr.gov.br/transparencia/licitacoes
Telefone para contato: (43) 3623-3100
E-mail: licitaporecatu@gmail.com

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
PR

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:CA704FD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETOMADA E RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE N°002/26

AVISO DE RETOMADA, RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA

PROCESSO Nº1905/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026

MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 60 (sessenta) pontos completos de iluminação pública em LED 200W (faixa entre 190W e 210W), a serem instalados em postes já existentes nas seguintes vias do Município de Porto Amazonas/PR, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Em virtude de IMPUGNAÇÃO apresentada ao Edital, comunicamos que a presente licitação havia sido SUSPENSA, e a matéria discutida foi parcialmente deferida, de forma que o certame deve ser retomado com a devida retificação do edital.

NOVA DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 08 de abril de 2026.

NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 08 de abril de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: **R$ 118.035,00 (cento e dezoito mil e trinta e cinco reais).**
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 20 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:19188373

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 18 - PSS

EDITAL Nº 18

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** o candidato nomeado abaixo, classificado no Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2025, para assumir o cargo respectivo, conforme tabela, em anexo.
O não comparecimento no prazo de até 05 (cinco) dias uteis, **implicará na desistência da vaga**, conforme previsto no edital do Processo Seletivo Simplificado, conforme previsto no Item 21, da Contratação.
21.1 "O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Porto Amazonas - PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, contados da data da publicação do Edital de convocação, munido de documento de identidade original, para o fim de declarar se aceita a vaga ou, neste mesmo prazo, o candidato poderá formalizar pedido de opção por final de lista mediante preenchimento e protocolo de formulário próprio, oportunidade em que passará a figurar como último candidato aprovado, sendo neste caso convocado o candidato classificado imediatamente posterior."
21.1.1 "O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado."
Para maiores informações, dúvidas ou agendamentos, entrar em contato com a Divisão de Recursos Humanos pelo e-mail rh@portoamazonas.pr.gov.br.
Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Edifício da Prefeitura de Porto Amazonas/PR, 20 de março de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
O aceite do cargo ocorrerá mediante o comparecimento do candidato no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua Guilherme Schiffer, nº 64, bairro Centro.

CARGO: FARMACÊUTICO II			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**Nota Classificação**	**Modalidade**
1º	LUCIANA SIQUEIRA FRANÇA	54,50	Ampla Concorrência

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:5E70C801

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°018/2026

EXTRATO CONTRATUAL

Documento: Contrato n°018/2026
Data: 20/03/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: GG CONSTRUTORA LTDA
Protocolo: 2020/2025
Licitação: Concorrência Eletrônica n°011/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução global (material e mão de obra), para construção de 35 (trinta e cinco) unidades habitacionais, em conformidade com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) sub 50, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos nos anexos do edital.
Valor global: R$ 4.700.000,00 (quatro milhões e setecentos mil reais)
Fundamento Legal: Lei Federal n°14.133/2021.
Prazo de Vigência: 23/03/2026 à 22/03/2028
Prazo de Execução: 18 (dezoito) meses

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:D103E0FE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO PE 002/2026

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

TERMO:	DECISÓRIO
FEITO:	PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

LICITAÇÃO:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº002/2026
OBJETO:	Contratação para fornecimento de kits de iluminação pública em LED, devidamente instaladas, na Avenida Professor Ivo Mezzadri e Rua Ivo Boutin de Porto Amazonas, Estado do Paraná, com fornecimento de luminárias de LED e todos os demais acessórios necessários para as instalações, bem como a realização de testes de conformidade, execução de projeto *AS BUILT* de atualização de carga e georreferenciamento dos pontos de IP instalados para atualização do cadastro do Município junto a concessionária de energia (COPEL).
IMPUGNANTE:	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ Nº 11.796.575/0001-89
IMPUGNADO:	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N°002/2026

1 DOS FATOS

Trata-se de Pedido de Impugnação do Edital de Pregão Eletrônico nº002/2026, interposto pela empresa **ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ Nº 11.796.575/0001-89**, enviado através da Plataforma BLL, em 10/02/2026 às 16h:42min (comprovante juntado aos autos), considerando o pedido de impugnação encaminhado por seu representante legal MICHEL FAVRETO PETIK.
Alega, em síntese, a existência de inconsistências entre o Termo de Referência e a Planilha Orçamentária, o que comprometeria a adequada formação de preços, a isonomia entre os licitantes e o julgamento objetivo do certame.

2 DA ADMISSIBILIDADE

A apresentação da impugnação ao edital foi enviada através da Plataforma BLL, em 10/02/2026 às 16h:42min, portanto tempestiva, pois a abertura das propostas e disputa de lances do Pregão Eletrônico nº002/2026 estavam definidos para a data de 13/02/2026 às 10:00 horas, através da plataforma BLL.

3 DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

A empresa **ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ Nº 11.796.575/0001-89**, apresentou pedido de impugnação ao Edital Pregão Eletrônico nº002/2026, o qual tem por objeto a Contratação para fornecimento de kits de iluminação pública em LED, devidamente instaladas, na Avenida Professor Ivo Mezzadri e Rua Ivo Boutin de Porto Amazonas, Estado do Paraná, com fornecimento de luminárias de LED e todos os demais acessórios necessários para as instalações, bem como a realização de testes de conformidade, execução de projeto *AS BUILT* de atualização de carga e georreferenciamento dos pontos de IP instalados para atualização do cadastro do Município junto a concessionária de energia (COPEL), alegando incompatibilidade entre os documentos que compõem o edital, especialmente quanto à ausência ou insuficiência de previsão de itens e serviços necessários à execução do objeto.

4 DA ANÁLISE E JULGAMENTO

Primeiramente, faço constar que o edital foi elaborado e definido baseado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de forma que este atendesse as necessidades do departamento solicitante, e ao município de Porto Amazonas, conforme disposições da Lei n°14.133/2021.
O pedido de impugnação foi encaminhado ao Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos, mais precisamente, para o Setor de Engenharia Municipal, o qual, após análise do pedido, informou através do Parecer Técnico (juntado aos autos), manifestando-se quanto as solicitações apresentadas na impugnação.
A análise da presente impugnação deve observar os princípios e normas que regem as contratações públicas, especialmente os previstos na Lei nº 14.133/2021.
O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 estabelece como princípios norteadores das licitações a legalidade, isonomia, planejamento, transparência e julgamento objetivo. Tais princípios exigem que o edital apresente regras claras e suficientes para garantir a comparabilidade das propostas.
No mesmo sentido, o art. 18 da referida lei impõe à Administração o dever de realizar adequado planejamento da contratação, o que inclui a elaboração de documentos técnicos consistentes e compatíveis entre si.

A empresa **ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ Nº 11.796.575/0001-89,** aponta inconsistências no Edital do Pregão Eletrônico n°002/2026, tais como: Ausência de item específico para cabo PP; Descrição genérica das luminárias na planilha; Falta de previsão orçamentária para ensaios, medições e laudos; Ausência de detalhamento dos serviços de engenharia (as built, georreferenciamento, cadastro); Ausência de item para retirada e destinação de materiais e Possível incompatibilidade no item "braços".
No caso em tese, conforme apontado no parecer técnico do Setor de Engenharia, verifica-se ausência ou insuficiência de previsão de itens essenciais (ex.: cabo PP, serviços técnicos e ensaios), o que compromete a formação de preços. Há também, divergência entre a descrição técnica das luminárias na planilha e no Termo de Referência, abrindo margem para propostas não padronizadas e os serviços técnicos especializados (as built, georreferenciamento e cadastro) não foram devidamente contemplados na planilha;
Tais inconsistências violam diretamente os princípios do planejamento, da isonomia e do julgamento objetivo, além de afrontarem os dispositivos legais acima mencionados.
Quanto ao item referente à retirada e destinação de materiais, o parecer técnico concluiu pela improcedência observa-se que não há materiais a serem retirados. Eventualmente, sobras de materiais de inerentes à execução do objeto, deverão ser absorvidos pela licitante e destinados de forma ambientalmente adequada.

5 DO JULGAMENTO E CONCLUSÃO

Do exposto, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e no parecer técnico do Setor de Engenharia, **ACOLHO** o pedido de impugnação, e no mérito, **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao pedido de impugnação interposto por **ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - CNPJ Nº 11.796.575/0001-89**, nos seguintes termos:
- Inclusão ou explicitação do item cabo PP na planilha;
- Compatibilização da descrição das luminárias com o Termo de Referência;
- Previsão orçamentária para ensaios, medições e laudos técnicos;
- Inclusão/segregação dos serviços de engenharia (as built, georreferenciamento, atualização de carga e cadastro);
- Adequação do item "braços" às especificações técnicas;
REJEITO, o pedido de inclusão de item para retirada e destinação de materiais, nos termos da justificativa técnica.
Assim, o edital será retificado com as devidas alterações, revisão do orçamento estimado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e a republicação do edital, com reabertura dos prazos, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, disponibilizado e publicado nos meios oficiais de comunicação do município, visto que esta retificação altera a formulação das propostas.

Porto Amazonas, 20 de março de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:5010E7EE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL Nº 07/2026

EDITAL 07/2026
Resultado preliminar Eleição Extraordinária Conselho Tutelar 2026
Porto Amazonas - PR

CANDIDATOS	QUANTIDADE DE VOTOS
ELIANE SCHITIKOSKI	8
ELISANGELA FERREIRA GARCIA	11
JORDY ALISSON R. GONÇALVES	78
SABRINA DA ROCHA VAZ	10
TATIANE MORAES DA SILVEIRA	152
VIVIANE GRAEFF RAMOS	21
TOTAL DE VOTOS	**280**

*** Total de votantes 281 sendo 1 voto em branco.**

COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL EXTRAORDINÁRIO

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:9B243E64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de elementos de comunicação visual e revestimento de fachada, para a identificação institucional e padronização visual da unidade da Orcispar, localizada na Av. Colombo no. 6464, Maringá – PR.

CONTRATADO: Industria e Com. de Placas Bulmarplac Ltda
CNPJ/CPF: 80.577.232/0001-46
VALOR TOTAL: R$ 38.440,00 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais)

Maringá – PR, 19 de março de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:354455B0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra devidamente instruído, com observância das disposições da Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração.
A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de pequena compra ou serviço de pronto pagamento, com valor estimado inferior ao limite previsto no §2º do art. 95 do referido diploma legal, bem como atende às condições estabelecidas no art. 1º da Resolução nº 02/2026, estando dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP.
Fica, assim, **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Participação em Ensaio de Proficiência (PEP) Interlaboratorial nos parâmetros de Detecção e Quantificação de Coliformes totais e E.coli e Contagem de bactérias heterotróficas em água.

CONTRATADO: Rede Metrológica de Minas Gerais (RMMG)
CNPJ/CPF: 10.698.532/0001-06
VALOR TOTAL: R$ 2.871,00 (dois mil, oitocentos e setenta e um reais)

Maringá – PR, 19 de março de 2026

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Adelaine Rodrigues Spolador
Código Identificador:71E80CDC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025 (SRP)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2025
Processo Administrativo nº 131/2025
Pregão Eletrônico nº 90016/2025 (SRP)
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ – CISPAR
CNPJ: 04.823.494/0001-65
CONTRATADA: TABORDA AUTOMÓVEIS LTDA
CNPJ: 61.629.289/0001-05
FUNDAMENTO: Artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/2021.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do Item 02 da Ata de Registro de Preços nº 16/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, referente à aquisição de veículo pick-up cabine dupla – Renault Oroch Intense.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR TOTAL
2	Veículo pick-up cabine dupla, marca/modelo Renault Oroch Intense, conforme especificações constantes no Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços nº 16/2025.	01	R$ 131.990,00

Maringá, 19 de março de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo do Consórcio CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:4562A111

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 04/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONTRATADA: EJS CONTEINER EIRELI - ME - CNPJ: 26.790.194/0001-60

FUNDAMENTO LEGAL: art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual de prestação dos serviços contratados de 09 de março de 2026 até 09 de março de 2027, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

DO VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2026/2027: R$ 47.400,00 (Quarenta e sete mil, quatrocentos reais).
.

Maringá, 24 de fevereiro de 2026.

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná
CNPJ: 04.823.494/0001-65
VALER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo CISAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:B2C5B7F1

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Levamos ao conhecimento dos interessados que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em obediência ao § 3º do Art. 75, da Lei 14.133/2021, que **08h00min do dia 23 de março de 2026 até às 17h00min do dia 25 de março de 2026**, estará buscando propostas adicionais para a contratação de empresa especializada para a Aquisição de Registrador Eletrônico de Ponto (REP-C), incluindo prestação de serviços de instalação física, configuração inicial e garantia de suporte in loco, devendo o equipamento possuir total compatibilidade e integração nativa com o software de gestão de controle de jornada já utilizado pelo Consórcio, em estrita observância às diretrizes da Portaria MTP nº 671/2021 e legislações correlatas.

Dessa forma, solicita-se o envio de uma proposta de preços para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br até a próxima **quarta-feira (25/03/2026)**, que poderá ser encaminhada por meio do preenchimento do formulário de proposta anexado, ou por modelo próprio que atenda aos requisitos constantes do formulário juntado, documento esse que deverá ser devidamente assinado, carimbado e datado pelo proponente.

Ao formalizar sua proposta, a empresa declara que está de acordo com as condições estabelecidas na versão do Termo de Referência que foi disponibilizado para cotação de preços.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo, sito a Rua Pion. Miguel Jordão Matines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões, Maringá/PR, através do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br e site https://www.consorciocispar.com.br/site/ ou pelo telefone (44) 3123-2800, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Maringá-PR, 20 de março de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:AF7C9912

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026 - DISPENSA Nº 6/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: CHOCONTELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES – CNPJ **03.562.593/0001-78**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLA PROFESSORA MARILENA KUTANI PEDRANGELO (APAE), BEM COMO DE CAIXAS DE BOMBONS DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (LAR DOS IDOSOS), VISANDO À DISTRIBUIÇÃO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES PASCAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES A SEREM DEFINIDAS NESTE ETP E NO TERMO DE REFERÊNCIA
VALOR GLOBAL: R$ 8.037,90 (Oito Mil e Trinta e Sete Reais e Noventa Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **90 dias (Noventa dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 20/03/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:CE35988B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 33/2026 - DISPENSA Nº 6/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA
CONTRATADO: D.CAMP ALIMENTOS LTDA – CNPJ **60.496.699/0001-54**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLA PROFESSORA MARILENA KUTANI PEDRANGELO (APAE), BEM COMO DE CAIXAS DE BOMBONS DESTINADAS AOS USUÁRIOS DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO (LAR DOS IDOSOS), VISANDO À DISTRIBUIÇÃO EM COMEMORAÇÃO ÀS FESTIVIDADES PASCAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES A SEREM DEFINIDAS NESTE ETP E NO TERMO DE REFERÊNCIA
VALOR GLOBAL: R$ 2.065,50 (Dois Mil e Sessenta e Cinco Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de **90 dias (Noventa dias)**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 20/03/2026

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:10AE9BC7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA: 5/2026

HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2026

Objeto: Eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de 500 coquetel, para os eventos desta casa de leis. Que vai ocorrer durante o ano de 2026, em datas a serem definidas pela organizadora. Os serviços referidos a serem realizados no âmbito do Câmara Municipal de Quatro Barras. Conforme especificações constantes no TR. Em consonância com o parecer jurídico 25/2026.
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: COMERCIAL MILLIANE LTDA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: No Valor Total: 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) DESPESA:

01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.30.00.00. - 1001 - MATERIAL DE CONSUMO

Câmara Municipal de Quatro Barras, 20/03/2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:888F289D

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 12/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder férias ao servidor do quadro de provimento efetivo abaixo relacionado:
SERVIDOR: JORGE ALVES DA CUNHA JUNIOR
PERIODO AQUISITIVO: 14/03/2025 A 13/03/2026
PERIODO DE GOZO: 23/03/2026 A 27/03/2026
ABONO PECUNIÁRIO: 28/03/2026 a 06/04/2026
Art. 2º – Pagar conforme legislação em vigor ao mencionado servidor, abono pecuniário e terço de férias referente ao período concessivo.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:1315A7E3

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
PORTARIA Nº 13/2026

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder férias a servidora do quadro de provimento efetivo abaixo relacionada:
SERVIDORA: MERELISA DE LARA
PERIODO AQUISITIVO: 14/03/2025 A 13/03/2026
PERIODO DE GOZO: 30/03/2026 A 03/04/2026
ABONO PECUNIÁRIO: 04/04/2026 a 13/04/2026
Art. 2º – Pagar conforme legislação em vigor a mencionada servidora, abono pecuniário e terço de férias referente ao período concessivo.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

FERNANDO CUNHA
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:6FF88E5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 26/2026

Instaura e constitui Comissão de Sindicância Administrativa.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,
Considerando a solicitação expedida através do Processo Administrativo n° 4204/2026,

Art. 1° Instaura e constitui Comissão de Sindicância Administrativa destinada a apurar eventuais irregularidades apontadas no processo administrativo n° 4204/2026, sendo composta pelos seguintes Servidores Municipais efetivos:

PRESIDENTE: Gleice de Lara Esperanceta, matricula 910;
MEMBROS:
Dinani Prodossimo Ribeiro Pinto, matricula 77;
Cristiane Carina Toledo, matricula 4187;

Art. 2° Os membros desta comissão não receberão qualquer remuneração ou benefício adicional, sendo o desempenho de suas funções considerado serviço público relevante.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:097EFE8B

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 11/2026

Súmula: Reconhecer a exoneração de membro titular, acatar a renúncia ao cargo de conselheiro suplente e, convocar novo membro para assumir o cargo Conselheiro Tutelar Titular junto ao Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Quatro Barras, no uso das atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal nº 009/97, com suas posteriores alterações, as deliberações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, reunido ordinariamente em 13 de março de 2026,

Considerando:

1. A Lei Federal nº 8069 de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente;

2. O Decreto nº 9643/2024 que "nomeia os Membros do Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras, e dá outras providências";
3. O Decreto nº 11504/2026 que exonera o Senhor Divanei Mota da Silva do cargo elegível que ocupa;
4. O Decreto 11538/2026 que nomeia o Senhor Divanei Mota da Silva para o exercício de cargo efetivo;
5. A declaração de Renúncia Expressa ao cargo de primeiro Conselheiro Tutelar Suplente por parte do Sr. Lúcio Mauro Biz arquivada no CMDCA;
6. A deliberação da Plenária.

RESOLVE:

Artigo 1º: Acatar a recente exoneração do cargo de Conselheiro Tutelar
Titular através do Decreto nº 11504/2026 e, subsequente nomeação ao cargo efetivo de Guarda Civil Municipal do **Sr. Divanei Mota da Silva** junto a esta municipalidade por meio do Decreto nº 11538/2026 passando assim a reconhecer o seu desligamento como membro titular do Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras.

Artigo 2º: Aceitar a renúncia expressa ao cargo de primeiro Conselheiro Tutelar Suplente para assumir o cargo de próximo membro titular junto ao Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras, informada ao CMDCA por parte do **Sr. Lucio Mauro Biz**, seguindo-se os termos do contido no Decreto nº 9643/2024.

Artigo 3º: Este colegiado passa a convocar o segundo Conselheiro Tutelar Suplente **Sr. Carlos Roberto de Morais** para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar Titular junto ao Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras, seguindo-se os termos do contido no Decreto nº 9643/2024.

Artigo 4º: O atualmente Conselheiro Tutelar Suplente **Sr. Carlos Roberto de Morais** terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar-se ao CMDCA manifestando formalmente o interesse em assumir o cargo de Conselheiro Tutelar Titular.

Artigo 5º: Essa Resolução tem efeitos retroativos à data de 13 de março de 2026.

Quatro Barras, 19 de março de 2026.

ERNANI LORIVAL RODRIGUES
Presidente CMDCAQB 2025/2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:4F876F25

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 12/2026

Súmula: Alterar a Resolução nº 23/2025 para convocar o próximo membro suplente do Conselho Tutelar do município de Quatro Barras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Quatro Barras, no uso das atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal nº 009/97, com suas posteriores alterações, as deliberações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, reunido ordinariamente em 13 de março de 2026,
Considerando:
1. A Lei Federal nº 8069 de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente;
2. O Decreto nº 9643/2024 que nomeia os Membros do Conselho Tutelar do Município de Quatro Barras, e dá outras providências;
3. A deliberação da Plenária favorável aos períodos de gozo de férias previamente solicitados pelo Conselho Tutelar, conforme Of. n.º 2201/2025/CT, endereçado ao CMDCA com data de 29 de outubro de 2025;
4. A Resolução nº 23/2025/CMDCA que dispõe a respeito da escala de férias dos membros do Conselho Tutelar de Quatro Barras;
5. A Resolução nº 11/2026/CMDCA que convoca o Sr. Carlos Roberto de Morais para assumir o cargo de membro titular junto ao Conselho Tutelar de Quatro Barras;
6. A deliberação da plenária.
RESOLVE:
Artigo 1º: Alterar o Artigo 1º da Resolução nº 23/2025/CMDCA, e em razão do contido na Resolução nº 11/2026/CMDCA convocar a terceira Conselheira Tutelar Suplente **Sra. Emilia Carolina da Silva Halabura**, nos termos do contido no Decreto nº 9643/2024, para tomar posse em substituição aos Conselheiros Tutelares Titulares que estarão em gozo de férias, conforme informação da programação de férias contida no Of. n° 2.201/2024/CT endereçado ao CMDCA.
Artigo 2º: A **Sra. Emilia Carolina da Silva Halabura** terá 48 (quarenta e oito) horas para apresentar-se ao CMDCA manifestando formalmente o interesse em assumir o cargo Conselheiro Tutelar Suplente.
Artigo 3º: Essa Resolução tem efeitos retroativos à data de 13 de março de 2026.

Quatro Barras, 19 de março de 2026.

ERNANI LORIVAL RODRIGUES
Presidente CMDCAQB 2025/2027

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7BE5E075

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

O Secretário Executivo da PREVIBARRAS no uso de suas atribuições, conforme previsto no art. 13, inciso VII da Lei Municipal nº 13/99 e conforme Lei Federal nº 14.133/2021, Parecer Contábil, Parecer nº 11/2026 da Assessoria Jurídica e Exame Técnico CCI nº 05-2026, declarou inexigível o seguinte processo de licitação:

PROCESSO: 30/2026/Previ
DATA: 16/03/2026
OBJETO: Inscrição para o curso SIM-AM – Rotinas Administrativas.
EMPRESA: Elotech Gestão Pública Ltda.
VALOR: R$ 1.097,00 (mil e noventa e sete reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 20.001.09.122.0009.2051.3.3.90.39.00.
EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III, "f" c/c o art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

OSMAR DOMINGUEZ
Secretário Executivo

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:FA4215A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 01 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2025

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de atendimento terapêutico individualizado baseado no método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou outras Neurodiversidades, residentes no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
A Presidente da Comissão de Contratação, no uso das suas atribuições no que lhe confere o Decreto n° 10.808/2025, comunica aos interessados que procedeu a seguinte alteração ao edital em epígrafe:

1. Considerando a decisão contida no Processo Administrativo nº 2755/2026, por reavaliação de conveniência e oportunidade administrativa, ficam ALTERADOS os valores unitários dos itens objeto do Edital do Chamamento Público nº 07/2025:
Vide as alterações na íntegra no Edital Retificado do Chamamento Público nº 07/2025, disponível no portal institucional www.quatrobarras.pr.gov.br – menu Empresas > Licitações – ou no Portal da Transparência do Município. O referido Edital Retificado também está disponível no Portal de Pregões Eletrônicos Compras BR, podendo ainda ser solicitado por meio do e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br.

Ficam mantidas as demais condições do referido Edital. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 20 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:9F74FB65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ITENS DESERTOS E FRACASSADOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 / MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preço para eventual necessidade de aquisição de Medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) e Medicamentos da Unidade de Pronto Atendimento (UPA)., conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, através da Pregoeira Municipal, devidamente autorizada pelo Decreto nº 10.625/2025, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 11/2026, aberto no dia 18 de março de 2026, às 8h30, com o objeto de licitação em epígrafe, teve os itens 31 – ***Clorpromazina solução injetável 5mg/ml*** *(...)* e 98 – ***Proximetacaína – solução oftalmológica*** *(...)* considerados DESERTOS.

E os itens 67 – ***Heparina solução injetável 5000 UI/ML*** *(...);* 72 – ***Levomepromazina – comprimido 25 mg*** *(..)* e 95 – ***Prometazina – solução injetável 25mg/ml*** *(...)* considerados FRACASSADOS.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:48D756BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto refere-se ao "**Registro de Preços para contratação de empresa para locação de brinquedos infláveis, camas elásticas, jogos interativos e serviços de recreação e alimentação, para atendimento das demandas de cinco Secretarias Municipais, sob regime de demanda, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.**" está SUSPENSA para análise, em razão do recebimento de impugnação de Edital. Novas informações serão publicadas através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, na Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras – PR, pelo site: www.quatrobarras.pr.gov.br, e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3671-8800. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 20 de março de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:34E2CB76

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
REQUERIMENTOS DE DIÁRIAS

O Prefeito Municipal de Quatro Barras/PR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal de n° 057/2006, que dispõe sobre o sistema de pagamento de diárias de caráter indenizatório no âmbito do Poder Executivo, na forma de adiantamento para a cobertura de despesas quando houver deslocamento para fora dos limites do Município, AUTORIZA a concessão de diária ao(s) Servidor(es) Municipal(is) listado(s) a seguir, conforme discriminado:

Requerimento de Diária n° 1940/2026
JAQUELINE DE LARA TERZI – CPF. XXX.661.279-XX
I)Processo Administrativo n° 3824/2026
II) Cargo do servidor: ASSESSOR OPERACIONAL – SMCT
III)Período de afastamento: 27/03/2026(07h) a 27/03/2026(18h:30)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para encontro de gestores 2026 promovido pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU), na cidade de Curitiba/PR.

Requerimento de Diária n° 1939/2026
JOÃO LUIZ DA SILVEIRA - CPF. XXX.027.219-XX
I)Processo Administrativo n° 4073/2026
II) Cargo do servidor: SECRETARIO MUNICIPAL ESPECIAL DE PROG. ESTRAT. INT. E ARTIC– SMEPEIA
III)Período de afastamento: 25/03/2026(09h) a 28/03/2026(09h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Entrega de 27 caminhões do Convenio Expansão UVR, na cidade de Maringá/PR.

Requerimento de Diária n° 1946/2026
THAYONA SOUZA DE OLIVEIRA - CPF. XXX.866.419-XX
I)Processo Administrativo n° 4214/2026
II) Cargo do servidor: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL – SMMAABEA
III)Período de afastamento: 25/03/2026(09h) a 28/03/2026(09h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Entrega de 27 caminhões do Convenio Expansão UVR, na cidade de Maringá/PR.

Requerimento de Diária n° 1947/2026
DANILO ABREU CALIXTO - CPF. XXX.678.259-XX
I)Processo Administrativo n° 4285/2026
II) Cargo do servidor: MOTORISTA D – SMMAABEA
III)Período de afastamento: 25/03/2026(09h) a 28/03/2026(09h)
IV) Número de diárias: três diárias integrais
V) valor unitário da diária integral: R$ 890,28 (oitocentos e noventa reais e vinte e oito centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 2.670,84 (dois mil seiscentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos).

VII) objetivo e destino da viagem: Diária para Entrega de 27 caminhões do Convenio Expansão UVR, na cidade de Maringá/PR.

Requerimento de Diária n° 1950/2026
ELISON ALBERTO BATISTA – CPF. XXX.316.789-XX
I)Processo Administrativo n° 4289/2026
II) Cargo do servidor: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – SMS
III)Período de afastamento: 26/03/2026(08h:30) a 26/03/2026(18h)
IV) Número de diárias: uma diária integral
V) valor unitário da diária integral: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) valor total das diárias concedidas: R$ 79,14 (setenta e nove reais e quatorze centavos).
VII) objetivo e destino da viagem: Diária para capacitação do programa integra Paraná e protocolo, na cidade de Curitiba/PR.

Quatro Barras, 20 de março de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loana Cavalli da Conceição
Código Identificador:EC997E41

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°042/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	042/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026		
FAVORECIDO:	MARIA JURACI PERIPOLLI		
CPF:	**660.***.***-72**		
DESTINO VIAGEM:	PATO BRANCO -PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
FÓRUM INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DA PESSOA IDOSA E REUNIÃO AMPLIADA E DESCENTRALIZADA DO CEDIPI.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	24/03/2026		
RETORNO:	27/03/2026		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:4279E32F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°043/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	043/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026		
FAVORECIDO:	EDER VIANA DA SILVA		
CPF:	**045.***.***- 90**		
DESTINO VIAGEM:	PATO BRANCO -PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
FÓRUM INTERNACIONAL 2026- POLÍTICAS PÚBLICAS, CUIDADOS , PROTEÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA E CONSTITUCIONAL PARA A POPULAÇÃO IDOSA E REUNIÃO CEDIPI /PR.			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	24/03/2026		
RETORNO:	27/03/2026		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:218FAE37

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°045/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	045/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026		
FAVORECIDO:	VANDA LUZIA DAS NEVES PEREIRA		
CPF:	**713.***.***- 87**		
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
4° ENCONTRO ESTADUAL PLANIFICA SUS PARANÁ			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	24/03/2026		
RETORNO:	27/03/2026		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:AD09E694

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°049/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	049/2026		
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026		
FAVORECIDO:	Andria Viera		
CPF:	**079.***.***- 26**		
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR		
OBJETIVO DA VIAGEM			
PARTICIPAR DO EVENTO DE ENTREGA DE NOVOS VEÍCULOS PARA AS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR COM A PRESENÇA DO GOVERNADOR ,CARLOS MASSA RATINHO JÚNIOR .			
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO			
PARTIDA:	22/03/2026		
RETORNO:	25/03/2026		
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e½		
	Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	03 e½	**R$573,94**	R$ 2.008,79
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:D064BD94

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°050/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	050/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026			
FAVORECIDO:	OSMARCIA LOURDES MARTINS DA SILVA			
CPF:	**634.***.***- 59**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO EVENTO DE ENTREGA DE NOVOS VEÍCULOS PARA AS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR COM A PRESENÇA DO GOVERNADOR ,CARLOS MASSA RATINHO JÚNIOR .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/03/2026			
RETORNO:	25/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03 e½	**R$573,94**	R$ 2.008,79
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:AB0E5A16

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°051/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	051/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026			
FAVORECIDO:	ALEX SANDRO FERNANDES			
CPF:	**083.***.***- 08**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO EVENTO DE ENTREGA DE NOVOS VEÍCULOS PARA AS AGÊNCIAS DO TRABALHADOR COM A PRESENÇA DO GOVERNADOR ,CARLOS MASSA RATINHO JÚNIOR , REUNIÃO NA SEDESTE /IAT E SETU .				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/03/2026			
RETORNO:	25/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	03 e½			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		03 e½	**R$790,52**	R$ 2.766,82
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.766,82**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:AD0F4353

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.019/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Estado do Paraná
Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000
Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763
CNPJ Nº 73.242.687/0001-45
E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	019/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026			
FAVORECIDO:	RICARDO PAULINO DA SILVA			
CPF:	599.515.919-49			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
ACOMPANHAR O PODER EXECUTIVO EM AGENDAS JUNTO A ORGÃOS GOVERNAMENTAIS NA CIDADE DE CURITIBA-PR: EVENTO PARA RECECIMENTO DE RECURSOS NA SECRETÁRIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIDADE E RENDA-SETR, CASA CIVIL, FOMENTO PARANÁ, SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO-SETUR E SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO-SEAB, NOS DIAS 22 A 25 DE MARÇO DE 2026.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	22/03/2026 ÁS 13:00 HORAS			
RETORNO:	25/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**168,89**	168,89
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.600,99**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

JOSE CARLOS BETTIN
Vice-Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:C0DE065B

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.021/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Estado do Paraná
Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000
Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763
CNPJ Nº 73.242.687/0001-45
E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	021/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026			
FAVORECIDO:	DAINGRI FÉLIX			
CPF:	078.949.509-04			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS			
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:A7F97B36

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.022/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Estado do Paraná
Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000
Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763
CNPJ Nº 73.242.687/0001-45
E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	022/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026			
FAVORECIDO:	ELI MARTA GONÇALVES VOSS			
CPF:	660.980.099-53			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS			
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:5AEA6FD7

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
Estado do Paraná
Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000
Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763
CNPJ Nº 73.242.687/0001-45
E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	025/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026			
FAVORECIDO:	MARIANA NOGUEIRA LIMA			
CPF:	057.931.409-05			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS			
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.
Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:1A6FB68D

LICITAÇÃO
3 TA DISP 03.2025

3º TERMO ADITIVO
CONTRATO N°. 16/2025
DISPENSA 03/2025
Vencimento 25/05/2026

De um lado, o MUNICÍPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 76.973.692/0001-16 com sede à Rua Waldemar dos Santos 1197, nesta cidade, neste ato representada pelo prefeito Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.***-08 e Cédula de Identidade RG 10.***.***-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE.
E, de outro lado a empresa ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES QUERÊNCIA MAIS LIMPA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.508.928/0001-24, sediada na Estrada Municipal Querência a Porto Brasilio, sn, zona rural, CEP 87.930-000, em Querência do Norte PR, neste ato representada por seu Presidente LUCAS PEREIRA JAQUES , portador do RG nº 12.***.347-* e inscrito no CPF nº 091.***.789-**, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 03 (três) meses, a partir de 25 de fevereiro de 2026

CLÁUSULA SEGUNDA
O valor total para o período será de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), conforme abaixo:

item	descrição	unid.	Quant.	Valor máximo Unitário R$	Valor máximo total R$
1	SERVIÇOS DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO CENTRO DE TRIAGEM CORNÉLIO GEMINIANO NERY. -Realizar de forma contínua e eficiente a triagem dos materiais recicláveis, em conformidade com as normas ambientais vigentes e as condições estabelecida; -Manter equipe qualificada e em número suficiente para realização dos serviços; -O deslocamento até o local dos serviços será de responsabilidade exclusiva da contratada, incluindo os custos com transportes e logística para a equipe e os EPI's necessários à execução dos serviços.	Serv	03	18.000,00	54.000,00
			Total	18.000,00	54.000,00

CLAUSULA TERCEIRA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os partícipes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Querência do Norte - PR, 05 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES	***LUCAS PEREIRA JAQUES***
Prefeito	Presidente da associação

TESTEMUNHAS:
_____
_____

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:94BC0AB2

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO INEX 18.2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 18/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 34/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de 56.634.392 CLAUDINEI ALMEIDA REIS, inscrita no CNPJ nº 56.634.392/0001-03, com sede a Rua Belém, nº. 288, centro, Querência do Norte PR, para participar do Credenciamento nº 03/2025, com a intenção de se credenciar para prestação de SERVIÇOS DE PEDREIRO, E AJD DE PEDREIRO, VISANDO MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DE PEQUENOS REPAROS.

Querência do Norte – PR, 20 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:D492F68B

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE DISPENSA 05.2026

COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2026

Com base nas informações constantes no Processo Administrativo nº. **37/2026**, e ante as justificativas que se embasaram no art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº. 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve **DISPENSAR** a exigência de licitação para contratação de serviço de aprofundamento do poço tubular profundo na Comunidade de Porto Felício, em favor da empresa Vieira Santos Perfuração Ltda, CNPJ nº 09.035.558/0001-87.

Querência do Norte (PR), 17 de março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDO
Prefeito

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:7CE69D26

LICITAÇÃO
PE 05/2026 CARTUCHOS E TONER

PREGÃO ELETRONICO Nº 05/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

WP DO BRASIL LTDA.EPP
CNPJ: 04483808000128
TECTONER RECARGA DE TONER LTDA-EPP
CNPJ: 01027088000106
TIAGO CHRISTIANO DI JORGE SANTOS ME
CNPJ: 11138213000109
DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA ME
CNPJ: 10210196000100
Y P RAIS SUPRIMENTOS
CNPJ: 40648281000108
EJD - GESTAO E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 49699264000174
Querência do Norte PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:70E6B8C9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 10/2025 - PMQ

EDITAL DE HABILITAÇÃO
Edital de Credenciamento n° 10/2025-PMQ
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS PARA FORNECIMENTO DE ADUBOS ORGÂNICOS
Conforme sessão pública realizada no dia 13/03/2026, ás 10:30h devidamente registrada em ata e publicada no portal da transparência:
Proponente:
Nome: MENDES MINERACAO TERRAPLANAGEM TRANSPORTE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ: 60.222.646/0001-45
Situação da proponente: INABILITADA
Fica aberto o prazo recursal pelo período de 5 dias úteis, conforme disposição da Edital, para quaisquer apresentação de recursos sobre as propostas.
Quitandinha, 13 de Marçode 2026

MICHELE KARPINSKI
Presidente

Publicado por:
Lucas Ravel Fereirra Santos
Código Identificador:6F9A1D43

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.031, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, para viabilizar a ampliação de escola municipal, área que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:
Art. 1 º - Fica DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE SEU PLENO DOMÍNIO, a ser efetivada mediante acordo ou judicialmente, fração de terra com área de 85,20 m² (oitenta e cinco metros quadrados e vinte decímetros quadrados), parte integrante do Lote 04-A-04-B, da Gleba nº 61-AM do Núcleo Ampére, da Colônia Missões do Município de Realeza, e fração de terra com área de 447,17 m² (quatrocentos e quarenta e sete metros quadrados e dezessete decímetros quadrados), parte integrante do Lote 05-A, da Gleba nº 61-AM do Núcleo Ampére, da Colônia Missões do Município de Realeza para fins de integrar o patrimônio do município, especificamente a matrícula em que está localizada a Escola Municipal do Campo Modesto de Palma e o Colégio Estadual Flor da Serra, com status de bem público de uso comum do povo, a qual possibilitará ampliação e fechamento da quadra poliesportiva que atende às instituições, constituindo-se obra de relevante interesse público.
§1º A área integrante do Lote 04-A-04-B tem o seguinte perímetro: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-02, de coordenadas N 7.163.971,58 m. e E 242.598,47 m., deste, segue por linha seca e reta, confrontando com o Lote (05-A) da mesma Gleba com azimute de 173°32'02" e distância de 30,54 m., até o vértice P-03, de coordenadas N 7.163.941,24 m. e E 242.601,91 m.; deste, segue por linha seca e reta, confrontando com o Lote (04-A-04-B) da mesma Gleba com azimute de 265°06'47" e distância de 2,80 m., até o vértice P-04, de coordenadas N 7.163.941,00 m. e E 242.599,12 m.; deste, segue por linha seca e reta, confrontando com o Lote (04-A-04-B) da mesma Gleba com azimute de 353°32'03" e distância de 30,54 m., até o vértice P-01, de coordenadas N 7.163.971,34 m. e E 242.595,68 m.; deste, segue por linha seca e reta, confrontando com o Lote (04-A-04-

B) da mesma Gleba com azimute de 85°06'53" e distância de 2,80 m., até o vértice P-02, de coordenadas N 7.163.971,58 m. e E 242.598,47 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.
§2º A área integrante do Lote 05-A tem o seguinte perímetro: Parte do Ponto 5, com as coordenadas UTM 22J, X: 242948,0776 m; Y: 7164118,2789 m, segue em linha reta com distância de 6,86 m e azimute de 353°47'57", chegando ao Ponto 6, segue em linha reta com distância de 44,05 m e azimute de 83°22'20", chegando ao Ponto 7, segue em linha reta com distância de 14,17 m e azimute de 89°53'13", chegando ao Ponto 8, segue em linha reta com distância de 15,50 m e azimute de 105°53'01", chegando ao Ponto 9, segue em linha reta com distância de 72,81 m e azimute de 263°54'48", retornando ao Ponto 5.
Art. 2º Fica revogado o Decreto 4.825 de 23 de janeiro de 2025.
Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições ao contrário.
Realeza, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:53AEFD85

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.032, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Declara de utilidade pública área urbana destinada à implantação do Ginásio de Esportes no Município de Realeza/PR.

O PREFEITO EM EXERCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o interesse público na implantação de equipamento comunitário voltado ao esporte, lazer e inclusão social;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da área para execução de obra pública;
CONSIDERANDO a exigência de licenciamento ambiental junto ao Instituto Água e Terra – IAT;
DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a área correspondente à Quadra nº 164, Bairro Cazaca, composta pelas matrículas nº 16.327 a 16.338 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza/PR.
Art. 2º A área destina-se à implantação do Ginásio Esportivo Poliesportivo Municipal.
Art. 3º O presente decreto subsidiará o licenciamento ambiental e a autorização para supressão de vegetação junto ao IAT.
Art. 4º Fica o Município autorizado a adotar todas as medidas necessárias à execução da obra.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Realeza/PR, 20 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:27BAC235

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.033, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, a área destinada à implantação e execução de poço para abastecimento de água da comunidade Saltinho e Nova Brasília.

O PREFEITO EM EXERCICIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, por via amigável ou judicial pelo Município de Realeza, a área de terra abaixo descrita, destinada à implantação e execução de poço para abastecimento de água da comunidade Saltinho e Nova Brasília, com fundamento nos Artigos 2º, 5º, "E" e "H" e 6º do Decreto-Lei nº 3.365/1941, alterado pela Lei nº 2.786/1956.
Área: 101,19 m²
Situação: Área destinada à implantação de poço artesiano e servidão de passagem, situada sobre o Lote nº 5 da Gleba 51-AM, localidade do Saltinho, Município de Realeza – Paraná, com coordenadas UTM SIRGAS 2000 N: 7.161.770,30 m e E: 248.442,51 m, matrícula nº 12.933.
Proprietário: Valentim Ritzel.
Confrontações:
NORTE: por linha seca, confronta com o lote nº 5 da Gleba 51-AM;
LESTE: confronta com a Estrada Municipal;
SUL: por linha seca, confronta com o lote nº 5 da Gleba 51-AM;
OESTE: por linha seca, confronta com o lote nº 5 da Gleba 51-AM.
Art. 2º Fica autorizado ao Município de Realeza promover todos os atos judiciais e extrajudiciais necessários para a efetivação da servidão administrativa.
Art. 3º A servidão administrativa será efetivada conforme projeto técnico para implantação do sistema de abastecimento da comunidade Saltinho e Nova Brasília.
Art. 4º O Município terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para proceder ao registro da área como servidão administrativa.
Art. 5º As despesas correrão por conta do ente público.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.
Realeza, 20 de março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:34DFF50A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.034, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre alteração dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, exercício 2025/2027 e dá outras providências.

DIRCEU PAULO BALDISSERA - PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 686/1995 de 06/09/1995, DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS para mandato 2025/2027, eleitos e referendados na XVI Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no dia 08 de Julho de 2025 e na Reunião Ampliada do CMAS realizada em 26/02/2026:
I- REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
a) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Zaneti de Carli Marcante
Suplente: Jaqueline Gomes Demarchi Grisa
b) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social – CRAS:
Titular: Marina Ventura da Luz
Suplente: Karina Damião Machado
c) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Lizabete Woicik Karnikowski
Suplente: André Felipe Libarde
d) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Sandra de Oliveira da Cunha
Suplente: Vera Lucia Maieski Barbacovi
e) Representantes da Secretaria Municipal de Finanças:
Titular: Vanderson Perico
Suplente: Valdair Pollan
f) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:
Titular: Eliane Maria Baroni Rodrigues Souza
Suplente: Karine Beatriz Rodrigues
II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Representantes de Usuários e/ou organizações de usuários de Assistência Social:
Titular: Jéssica Rodrigues da Silva de Oliveira
Suplente: Fernanda Claudia Gomes Barboza
b) Representantes de Usuários e/ou organizações de usuários de Assistência Social:
Titular: Angelita Susana Neiva dos Santos
Suplente: Marcia Aparecida Gonçalves
c) Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais De Realeza – APAE:
Titular: Sonia Maciel de Souza da Silva
Suplente: Cilaine Dill de Matos
d) Representantes da Pastoral da Criança:
Titular: Carme Consoladora Cerutti
Suplente: Irmão Daniel Maciel Rodrigues
e) Representantes de Trabalhadores da área de Assistência Social:
Titular: Emerson Aparecido Sgarbossa
Suplente: Elison Terebinto
f) Representantes de Trabalhadores da área de Assistência Social:
Titular: Camila Eduarda Lopes
Suplente: Franciele Carolina Ferreira Lorenzoni
Art. 2º Os representantes da sociedade civil foram eleitos na XVI Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no dia 08 de Julho de 2025 e na reunião ampliada do CMAS realizada em 26/02/2026.
Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS não será remunerado, sendo seus serviços considerados relevantes para o Município.
Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:1CCE6278

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.035, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Revoga e altera dispositivos do Decreto Municipal nº 4.559, de 02 de maio de 2023, e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do município de Realeza, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º Fica revogado parcialmente o Decreto Municipal nº 4.559, de 02 de maio de 2023, passando a vigorar com as seguintes alterações:

I – Onde se lê:

Homologa a decisão da Comissão de Regularização Fundiária Urbana e instaura a REURB nos núcleos urbanos informais consolidados: Jardim Telles, Alto Sarandi I, II, III, Santolin II, São José I, São José II e Vida Nova.

Passa a ler-se:

Homologa a decisão da Comissão de Regularização Fundiária Urbana e instaura a REURB no núcleo urbano informal: **São José I**

II – Onde se lê:

Art. 2° Fica instaurada a **Reurb-S** nos seguintes núcleos urbanos informais consolidados:

* ALTO SARANDI I, II, III (PROTOCOLO ON-LINE 5062/2022)
* SÃO JOSÉ I (PROTOCOLO ON-LINE 5349/2022)
* SÃO JOSÉ II (PROTOCOLO ON-LINE 5521/2022)
* SANTOLIN (PROTOCOLO ON-LINE 5322/2022)

* VIDA NOVA (PROTOCOLO ON-LINE 334/2023)
* JARDIM TELLES (PROTOCOLO ON-LINE 5061/2022)

Passa a ler-se:

Art. 2° Fica instaurada a **Reurb-S** (REURB SOCIAL) no seguinte Núcleo Urbano Informal:

SÃO JOSÉ I (Protocolo on-line 5349/2022 e Protocolo 14719/2025) Núcleo inserido no imóvel constante da matricula nº R-3 – 15.915, Lote Rural nº 108-M – Gleba nº 45-AM, Registro de Imóveis de Realeza/PR. O **NÚCLEO URBANO INFORMAL SÃO JOSÉ I** é composto pelas Quadras 585 e 586, com 29 Lotes, situados no perímetro urbano, que são atendidos pela Rua João Maria de Oliveira, Rua Projetada C, Rua Projetada D e Travessa Projetada A.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E3BD598D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.023/2026 18/02/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município,** para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar,** na importância de **R$ 617.698,73 (seiscentos e dezessete mil seiscentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos),** conforme segue:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.1.90.94.00.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas
20000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.822,74

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
24500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	32.923,24

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
44000000	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	15.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.30.00.00	Manutenção de Consumo
62000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	657,92

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1070	Ampliação/Melhoria Rede Física do Ensino Fundamental
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações

91000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	316.900,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
121000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.722,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132400102	FUNDEB 40%
Valor	32.053,10

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
134200102	FUNDEB 40%
Valor	5.912,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2069	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
85200150	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT, mínimo 70%
Valor	38.223,26

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
140500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	8.948,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1103	Aquisição de Imóveis
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis
285000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	13.000,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
22.661.2201.2135	Ações de Fomento à Atividade Empresarial
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
298000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	108.445,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2029	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
324000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.502,50

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
408000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	22.587,97

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2026:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
18000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.822,74

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
24000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	32.923,24

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
45000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	15.000,00

05	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
05.001	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente
18.541.1801.2120	Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
63000510	Taxas – Exercício Poder de Polícia
Valor	657,92

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.1075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
112000103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB
Valor	316.900,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
118000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	10.722,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132000101	Fundeb 60%
Valor	32.053,10

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
132200150	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT, mínimo 70%
Valor	38.223,26

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2078	Manutenção do FUNDEB
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
134000101	Fundeb 60%
Valor	5.912,50

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
140000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	8.948,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
16.482.1601.1111	Aquisição de Imóveis para Unidades Habitacionais
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis
292000000	Aquisição de Imóveis
Valor	13.000,00

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
09.001	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

22.661.2201.2135	Ações da Fomento à Atividade Empresarial
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
296000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	108.445,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2028	Atividades Gerais de Proteção Social
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
326500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	1.502,50

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
407000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	22.587,97

Art. 3º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F60C7867

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.024/2026 18/02/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$1.269.135,64 (um milhão duzentos e sessenta e nove mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme segue:

03	Secretaria de Administração
03.002	Departamento de Defesa Civil
04.182.0402.2022	Atividades do Departamento de Defesa Civil
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
36400944	Recursos Ordinários (Livres) – Defesa Civil
Valor	25.212,27

03	Secretaria de Administração
03.002	Departamento de Defesa Civil
04.182.0402.2022	Atividades do Departamento de Defesa Civil
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais
36600944	Recursos Ordinários (Livres) – Defesa Civil
Valor	4.958,36

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
46201062	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Paço Municipal
Valor	10,54

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
46201062	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Paço Municipal
Valor	2.663,03

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2069	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
84400152	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – Escola Tempo Integral
Valor	20.107,36

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2069	Manutenção da Educação Infantil FUNDEB
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
85800153	Transferências do FUNDEB – Complementação da União – ETI – máximo de 30%
Valor	23.005,05

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
182200355	Transferência de Outros Pagamentos – PROVIGIA Capital
Valor	20.692,62

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
182101077	Transferência de Outros Pagamentos – Dep. Padovani Equipamentos UBS
Valor	182.796,54

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
201200372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento
Valor	453,02

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203400316	Transferência de Outros Pagamentos
Valor	1.739,76

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203201089	Repasse de Incentivo Financeiro de Custeio PROAPS Paraná Resol. 709/2025
Valor	12.755,70

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203301108	Recurso Extra Incremento Temporário PAP – Dep. Zeca Dirceu
Valor	1.208,90

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203101133	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio PAP – Dep. Aliel
Valor	37.168,50

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
206400316	Transferência de Outros Pagamentos
Valor	4.596,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita
206200357	Bloco de custeio das ações e serviços públicos
Valor	20.040,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
208400316	Transferências de Outros Programas
Valor	20.912,55

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa

3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
208601133	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio PAP – Dep. Aliel
Valor	18.792,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2058	Atenção Básica Variável
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Jurídica
213200372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento
Valor	777,58

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2061	Manutenção do CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
227100386	Transferências de outros programas – Resolução SESA 171382023 CAPS
Valor	1.723,26

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
185400372	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento
Valor	649,12

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
189201109	Transferências de outros programas – HOSPSUS - HOSPITAL
Valor	6.080,94

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
189101132	Serviços prestados SUS/faturamento AIHs Produção SUS AIH HOSPITAL NSA
Valor	35.403,09

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção do hospital
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica
191201109	Transferências de outros programas – HOSPSUS - HOSPITAL
Valor	2.358,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2056	Média/alta complexibilidade ambulatorial e hospitalar
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica
197301127	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio MAC – Dep. Federal
Valor	2.477,94

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de obras e Desenvolvimento Urbano
15.452.1501.1104	Ampliar a rede de iluminação pública
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
286000507	CPSIP – contribuição de iluminação pública – Art. 149-A, CF
Valor	804.705,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2030	Fortalecimento da Rede Sócio Assistencial
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais
327501016	Transferências de Outros Programas – SIGTV GND3
Valor	3.846,15

11	Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer
11.001	Departamento de Cultura
13.392.1301.2161	Atividades do Departamento de Cultura
3.3.90.30.00.00	Material de consumo
379101087	Recursos ordinários (livres) - ginastica ritmica
Valor	13.975,36

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Superávit Financeiro Vinculado: R$ 1.218.847,11
II- Excesso de Arrecadação das Alíneas:

- 1.7.1.5.53.0.1.00.00.00.00.00 – Transferências de Recursos do FUNDEB destinados a Criação de Matrículas em ETI - Principal – R$ 20.107,36
- 1.7.3.9.99.0.1.00.00.00.00.00 – Convênio Realeza/ Santa Izabel do Oeste – defesa civil – R$ 30.170,63
- 2.4.2.2.99.0.1.36.00.00.00.00 – Reforma paço municipal – R$ 10,54

Valor Total: R$ 50.288,53

Art. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado e Excesso de Arrecadação.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:EBF7BCB0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.025/2026 02/03/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA**:

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município**, para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 2.853.204,69 (dois milhões oitocentos e cinquenta e três mil duzentos e quatro reais e sessenta e nove centavos)**, conforme segue:

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
47100501	Receitas de Alienações de Ativos
Valor	64.000,00

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
46401114	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SEDU – Magia do Natal
Valor	25.234,55

04	Secretaria de Finanças
04.001	Departamento de Contabilidade e Controle Interno
04.123.0403.2025	Atividades do Departamento de Contabilidade
3.3.90.93.00.00	Indenizações e Restituições
46401114	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SEDU – Magia do Natal
Valor	75,52

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.1051	Equipamentos e Veículos para a Saúde Pública
4.4.90.52.00.00	Equipamentos de Material Permanente
182601126	Transferências de Outros Programas – Resolução SESA 1357/25 Transporte
Valor	450.000,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203700378	Transferências de Outros Programas – Custeio Atenção Básica Dep. Giacobo
Valor	8.844,80

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203600380	Transferências de Outros Programas – Incentivo Farmacêutico Custeio
Valor	6.211,80

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203800387	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) – Dep. Geraldo Mendes
Valor	5.899,90

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203501079	Transferências de Outros Programas – Incentivo Custeio CAPS Resolução
Valor	2.905,05

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203201089	Repasse de Incentivo Financeiro de Custeio PROAPS Paraná Resol. 709/2025
Valor	14.418,85

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
203901092	Emendas Individuais Impositivas – Transferências com finalidade definida - SENADOR
Valor	11.158,47

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
209100375	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) – Incremento PAP
Valor	1.949,07

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
209300378	Transferências de Outros Programas – Custeio Atenção Básica Dep. Giacobo
Valor	8.796,79

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
209200945	Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) – Zeca Dirceu
Valor	2.319,77

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
209601129	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio PAP - Senador
Valor	350.962,65

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
208601133	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio PAP – Dep. Aliel
Valor	40.901,00

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.301.1001.2057	Atenção Básica Fixa
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
208701133	Recurso Extra Incremento Temporário Custeio PAP – Dep. Aliel
Valor	28.018,64

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
191301072	Emendas Individuais Impositivas – Transferências Especial – (Inciso I do Art. 169-A da C.F.)
Valor	2.148,82

07	Secretaria de Saúde Pública
07.001	Fundo Municipal de Saúde
10.302.1001.2053	Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
191101132	Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs- Produção SUS AIH Hospital NSA
Valor	1.479,80

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1094	Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
266500504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias
Valor	293.111,83

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1094	Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
265201106	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio 609/2025 SECID
Valor	1.165.497,14

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1096	Aquisição de Equipamentos
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
269401120	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio Veículo – Prior. 70
Valor	95.000,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1096	Aquisição de Equipamentos
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
269301123	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio Veículo – PICKUP
Valor	125.000,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1096	Aquisição de Equipamentos
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
269801138	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio 1651/2025 SECID
Valor	95.000,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados no CRAS
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
328101064	Transferências de Outros Programas SIGTV CUSTEIO GND3 Portaria 886
Valor	1.416,88

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0801.2031	Proteção Social a Família/Atendimentos Realizados no CRAS
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
333101064	Transferências de Outros Programas SIGTV CUSTEIO GND3 Portaria 886
Valor	31.320,00

10	Secretaria de Assistência Social
10.001	Secretaria de Assistência Social
08.244.0802.1042	Construir/Equipar a Rede de Proteção Especial
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
357101107	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Deliberação 13/2025 – CEDCA/PR
Valor	21.533,36

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante no presente Decreto, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Superávit Financeiro Vinculado: R$ 1.372.632,03
II- Excesso de Arrecadação das Alíneas:
- 1.3.2.1.01.0.1.09.00.00.00.00 – Rendimentos de Aplicações Financeiras – R$ 75,52
- 2.4.2.2.99.0.1.46.00.00.00.00 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SECID 609/25 Pavimentação Vias Urbanas – R$ 1.165.497,14
- 2.4.2.2.99.0.1.47.00.00.00.00 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SECID 1236/25 Aquisição Veículo PICKUP – R$ 125.000,00
- 2.4.2.2.99.0.1.48.00.00.00.00 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SECID 1182/25 Aquisição Veículo – R$ 95.000,00

- 2.4.2.2.99.0.1.49.00.00.00.00 – Transferências Voluntárias Públicas Estaduais – Convênio SECID 1651/25 Aquisição Veículo – R$ 95.000,00

Valor Total: R$ 1.480.572,66

Art. 3º - Fica adequado o Cronograma de Desembolso para o exercício, das fontes que sofreram alterações Adicionais através de suplementações orçamentárias utilizando como recurso de crédito o Superávit Vinculado e Excesso de Arrecadação.

Art. 4º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:06C51AF5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 5.026/2026 02/03/2026

ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO.

DIRCEU PAULO BALDISSERA, Prefeito em Exercício do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei Municipal n.º 2.268, de 04 de dezembro de 2025, **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto ao **Orçamento Geral do Município,** para o **Exercício de 2026,** um **Crédito Adicional Suplementar,** na importância de **R$ 470.763,19 (quatrocentos e setenta mil e setecentos e sessenta e três reais e dezenove centavos),** conforme segue:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.40.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
24500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	15.266,02

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
28.846.0000.0004	Sentenças Judiciais
3.1.90.91.00.00	Sentenças Judiciais
32000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	11.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
121000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	10.495,17

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.1072	Construção de Creche
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
92600104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	420.000,00

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.32.00.00	Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
140500000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	8.638,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Manutenção do Realtran
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
268000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.364,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
408000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

Art. 2º- Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar, a ser aberto em decorrência da autorização constante na presente Lei, serão utilizados recursos oriundos do:

I- Cancelamento da seguinte dotação orçamentária do orçamento de 2026:

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
22000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	11.000,00

03	Secretaria de Administração
03.001	Departamento de Administração Geral
04.122.0402.2017	Atividades do Departamento de Administração
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
24000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	15.266,02

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.361.1201.2075	Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
118000000	Recursos Ordinárias (Livres)
Valor	19.133,17

06	Secretaria de Educação
06.001	Departamento de Educação
12.365.1201.2080	Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
137600104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica
Valor	420.000,00

08	Secretaria de Viação e Desenvolvimento Urbano
08.002	Departamento de Obras e Desenvolvimento Urbano
15.451.1501.1095	Manutenção do Realtran
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente
267600000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	3.364,00

12	Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
12.001	Departamento de Planejamento, Habitação e Urbanismo
15.121.1501.2168	Manutenção da Secretaria de Planejamento, Habitação e Urbanismo
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
407000000	Recursos Ordinários (Livres)
Valor	2.000,00

Art. 3º- Este Decreto vigora a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Realeza, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0D20C25A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.740/2026 20/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a partir da data de hoje 20/03/2026, a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo comissionado de Mãe Social.
MÃE SOCIAL

DAIANA HELENA THIS	RG Nº 13.426.401-2 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B8CF460D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.741/2026 20/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **DGUDI FERANDIN GATTI**, cadastrada sob a matrícula Nº 299391, ocupante do cargo efetivo de Professor, a contar da data do dia de hoje 20/03/2026 até a data de 14/09/2026 para suprir o afastamento de Licença Maternidade + Licença prorrogação da servidora **CARLA MUNIQUE APARECIDA GARDA**, Matricula Nº3106230 em cargo efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:624280DA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.742/2026 20/03/2026

DIRCEU PAULO BALDISSERA, PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a partir da data de **23/03/2026**, a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Auxiliar de Serviços Gerais**, referente ao processo seletivo simplificado Nº01/2026, conforme Edital de convocação Nº06.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LUCIVANE TEREBINTO DANIELI	RG Nº 9.915.976-6 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:76BE521C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMAS N° 07/2026

SÚMULA: Aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2025 do AGILIZASUAS referente aos Serviços e Programas Socioassistenciais, IGD-PBF, IGD-SUAS, e transferência SIGTV / Estrutura SUAS do Município de Realeza-PR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Realeza, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 686/95 de 06/09/95, em reunião ordinária realizada no dia 19 de março de 2026:

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 do AgilizaSUAS referente aos **Serviços e Programas Socioassistenciais.**

Art. 2º: Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 do AgilizaSUAS referente ao **IGD-PBF.**

Art. 3º: Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 do AgilizaSUAS referente ao **IGD-SUAS.**

Art. 4º: Aprovar a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025 do AgilizaSUAS referente as **Transferências SIGTV / Estrutura SUAS.**

Art. 5º: Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza – PR, 19 de março de 2026.

CAMILA EDUARDA LOPES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:B3F3BF24

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE-RP 11

AVISO DE LICITAÇÃO

A P**REFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 09/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE de materiais odontológicos para atender a demanda da Secretaria de Saúde de Realeza- PR,conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 13 de abril de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 23 de março de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET

REALEZA, AOS vinte dias de março de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:3987911B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2026
LICITADOR: MUNICÍPIO DE REALEZA

DETENTORA DA ATA: ANA M.G. DALL AGNOL LTDA.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis conforme condições para atender a necessidade de todas as secretarias do Município, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 80/2025
VALOR TOTAL: R$11.238,70 (Onze Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Setenta Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026
LICITADOR: MUNICÍPIO DE REALEZA
DETENTORA DA ATA: JOSE CARLOS KOZIKOSKI E CIA LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis conforme condições para atender a necessidade de todas as secretarias do Município, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 80/2025
VALOR TOTAL: R$61.998,25 (Sessenta e Um Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026
LICITADOR: MUNICÍPIO DE REALEZA
DETENTORA DA ATA: MC COMERCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis conforme condições para atender a necessidade de todas as secretarias do Município, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 80/2025
VALOR TOTAL: R$11.844,95 (Onze Mil, Oitocentos e Quarenta e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026
LICITADOR: MUNICÍPIO DE REALEZA
DETENTORA DA ATA: MULTINEGOCIOS JMC LTDA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis conforme condições para atender a necessidade de todas as secretarias do Município, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 80/2025
VALOR TOTAL: R$480.428,95 (Quatrocentos e Oitenta Mil, Quatrocentos e Vinte e Oito Reais e Noventa e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2026
LICITADOR: MUNICÍPIO DE REALEZA
DETENTORA DA ATA: SUPERMERCADO LINK LTDA LTDA - EPP
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis conforme condições para atender a necessidade de todas as secretarias do Município
REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 80/2025
VALOR TOTAL: R$94.743,35 (Noventa e Quatro Mil, Setecentos e Quarenta e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 18/03/2026

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:462983BF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO 01

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1/2026

ABERTURA: DIA: 24/02/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE empresa para o fornecimento e instalação de pontos de ônibus conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

-KAIROS SERVIÇOS E NEGOCIOS LTDA ITEM 01, COM VALOR TOTAL DE **R$ 96.410,00** (Noventa e Seis Mil, Quatrocentos e Dez Reais)

REALEZA, AOS vinte e quatro dias de fevereiro de 2026

KELLY CRISTINA MELLO
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:D4B50CC8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO 82

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico N.º 82/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 128/2025

ABERTURA: DIA: 23/02/2026 ÀS 08:30 HORAS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 03 (três) veículos 0 km, 01 (um) descompactador de solo giratório com rolo faca e 03 (três) caminhões compactadores 0 Km para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente – SEDAMA, no âmbito do Convênio SEAB n° 114/2025.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):

-BARIGUI FRANÇA COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA, ITEM 01 COM VALOR TOTAL DE **R$ 255.000,00 (Duzentos e cinquenta e cinco mil reais).**

-CIESCA SOLUÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA, ITEM 02 COM VALOR TOTAL DE **R$ 136.100,00 (Cento e trinta e seis mil e cem reais).**

- FOX DISTRIBUIDORA, ITEM 03 COM VALOR TOTAL DE **R$ 2.490.000,00 (Dois milhões quatrocentos e noventa mil reais).**

COM VALOR TOTAL GERAL DE **R$ 2.881.100,00** (Dois Milhões, Oitocentos e Oitenta e Um Mil e Cem Reais)

REALEZA, AOS vinte e três dias de fevereiro de 2026

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:0305CFC6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 82

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 82/2025, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 03 (três) veículos 0 km, 01 (um)

descompactador de solo giratório com rolo faca e 03 (três) caminhões compactadores 0 Km para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente – SEDAMA, no âmbito do Convênio SEAB n° 114/2025., em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos vinte dias de Março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:0A02ECCF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 01

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 01/2026, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE empresa para o fornecimento e instalação de pontos de ônibus conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,** em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos vinte dias de Março de 2026.

DIRCEU PAULO BALDISSERA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Diana Bamberg
Código Identificador:4DA61C23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 08º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 08ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 24 de Março de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Sétima Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Projeto de Decreto do Legislativo nº001/2026 (baixar para comissões de Justiça Redação e Pareceres)		
Requerimento nº004/2026 do vereador proponente: Luiz Carlos (colocar em votação)		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		
	Convocar todos os Vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 31 de Março de 2026 (terça-feira) às 19:00 horas.	

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:33E33452

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026-PMR

CONTRATANTE: Município de Renascença, Estado do Paraná, com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.205.681/0001-96, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Fabieli Manfredi, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.833.578-1 e do CPF/MF nº 066.323.599-57, e
CONTRATADA: CONSTRUBES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.
OBJETO: Pavimentação Asfáltica em CBUQ sobre Pedras Irregulares, 39.689,00 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
VALOR: R$ 7.390.000,00 (sete milhões, trezentos e noventa mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 330 (trezentos e trinta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 660 (seiscentos e sessenta) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de março de 2026.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Renascença, 20 de março de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:7C54C90F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 051/2026 SÚMULA: NOMEIA EMPREGADA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a Sra. JOCIANE APARECIDA OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº: XXX.405.129-XX, para ocupar o emprego público de Professor Licenciado ou em Formação em Pedagogia, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:BEAA40E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO N°: 053/2026 SÚMULA: NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ANA LETICIA DE FREITAS, brasileira, portadora do CPF sob nº: 115.XXX.XXX-61, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Divisão, lotada junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:27E38737

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 52/2026 - ALTERA MEMBROS CONSELHO DE SAÚDE

DECRETO Nº 052/2026

SÚMULA: ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Art. 1º Altera os membros do Conselho Municipal de Saúde, que passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - DO PODER PÚBLICO
1) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Jefferson Bevervanzo Varnier - Titular
Adriane Giaretta Pagnoncelli – Suplente

2) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO
Eliton José Brazil - Titular
Emily Daiane Machado de Lima – Suplente

3) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DETRABALHADORES DO SUS
Keity Ramos Cortes - Titular
Claudemir Gulak – Suplente

4) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE
Daiane Thais Bueno de Freitas - Titular
Luan Alves Fernandes – Suplente

II – DA SOCIEDADE CIVIL
A) URBANA
1) APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Bruna Dangui Passuk – Titular
Mirian de Abreu Camargo - Suplente

2) ACAMAR – RI - ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS
Marcos Serpa de Lima - Titular
Marinez Pacifico - Suplente

B) RURAL
3) SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
Veronica da Rocha Padilha - Titular.
Juliana Aparecida Ribas - Suplente.

4)COOPAFI – COOPERATIVA INTEGRADA DA AGRICULTURA FAMILIAR
José Lourival Prestes Ribas - Titular
Anderson Chagas – Suplente

Art. 2º Os Conselheiros eleitos terão mandato de duração de 02(dois) com direito a uma recondução.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial do Decreto nº 271/2024.

Gabinete do Prefeito de Reserva do Iguaçu, em 19 de Março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:5706D68A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA N.º 90004/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: TERNOUSKI ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 74.167.396/0001-00, com sede na AV XV DE NOVEMBRO, 2701 - CEP: 85140000 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Processo dispensa 90004/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO/INSTALAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NA UNIDADE DE SAÚDE OSÓRIO SEVERINO DOS SANTOS, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO
VALOR TOTAL: R$ 92.000,00(Noventa e Dois Mil Reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (Doze) meses
DATA DE ASSINATURA:20 de março de 2026

Reserva do Iguaçu, 20 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:C4D9C584

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 177/2025 - PREGÃO N.º 021/2025

EXTRATO TERMO ADITIVO
DE REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

CONTRATANTE: O**MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa juridica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Bairro Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
CONTRATADO: A empresa **MEDICAMENTOS DE AZ. LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.676.256/0001-98, com sede à Rua Octaviano Teixeira dos Santos, n.º 1132, centro, cidade de Francisco Beltrão/PR.
LICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços n.º 177/2025 - Pregão Eletrônico n.º 021/2025
OBJETO: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, inicialmente pactuado da Ata Registro de Preços n.º 177/2025, oriunda do Pregão Eletrônico n.º 021/2025, cujo objeto o: **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE."**
VALOR TOTAL: R$ 230,00 (Duzentos e trinta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 20 de março de 2026 à 11 de agosto de 2026.
DATA DE ASSINATURA:20 de março de 2026.

Reserva do Iguaçu, 20 de março de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:36A326E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 003/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
CONTRATAÇÃO PNC Nº. 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 847/2026
O Prefeito de Reserva do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerado o Processo Administrativo nº 126/2026, o julgamento do Agente de Contratações e equipe de apoio, o parecer juridico com fulcro no art. 7, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o resultado do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026, Objeto: "Aquisição de **ovos de Páscoa** para distribuição às crianças por ocasião da Páscoa de 2026,nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária"., conforme segue:
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021

Nome	Lote	Valor total
59.548.379 MAURO CESAR SMUZCK	001	29.862,00
Valor Total		29.862,00

Data e assinado pelo Sr. Vitório Antunes de Paula, prefeito municipal

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:1743DDAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 25/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 25/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, modo de disputa: aberto, com data de abertura para o dia 07 de ABRIL de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EM JORNAIS DE CIRCULAÇÃO LOCAL (EDITAIS, AVISOS LICITATÓRIOS, EXTRATOS DE CONTRATOS E DEMAIS ATOS OFICIAIS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 20/03/2026 às 07 hr 59 min do dia 07/04/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 07/04/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 20 de MARÇO de 2026.

Rio Azul, 19 de MARÇO de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:83CA1600

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 37/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.112/2022, de 09 de setembro de 2022,

RESOLVE:
Art. 1.º Conceder a servidora **ANDREA MARIA ALIBOSKI ULBRICH**, matrícula n° 2150-1, ocupante do cargo de Professora, Gratificação símbolo – GE1.

Art. 2.º Alterar a Gratificação da servidora **VERA LUCIA PANNO**, matrícula n° 529-1, ocupante do cargo de Professora, para Gratificação símbolo – GE1.

Art. 3.º Extinguir a Gratificação, símbolo GE1, da servidora **LUCIA HALISKI DE MOURA,** matrícula n° 565-1, ocupante do cargo de Professora.

Art. 4.º Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2026, permanecendo inalteradas as demais nomeações e disposições levadas a efeito do Decreto n° 07/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 26 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:63FB8913

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.395/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais)."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
UnidadeOrçamentária: 08.005	Fundo de Habitação de Interesse Social	
FuncionalProgramática: 08.005.0008.0244.0008.2062	**Atividade:**Políticaspúblicas de habitação popular	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoajurídica	00003 - ApoioFinanceiroaosMunicípios - AFM	R$ 134.400,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 134.400,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, 20 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:6B1B741C

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.396/2026

"Dispõe sobre a exoneração de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:
Art. 1º Fica exonerado do cargo de Diretor Nível 1, a partir de 15 de março de 2026, o servidor **WELINTON SALES DE LARA**, com matrícula funcional n° 95125, nomeado pelo Decreto n° 7.650/2025, na Secretaria Extraordinária de Compras e Licitações.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 19 de março de 2026.

KARIME FAYAD
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9D4AF9CF

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
1º ADITAMENTO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO 061.2024

Ata de Registro de Preços: 005/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 061/2024. **Objeto:** Aquisição de Artefatos de Cimento para a Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** INPREART IND DE PRE-MOLDADOS E ART. DE CONCRETO LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 1.387.999,76. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação. **Prazo de Execução:** 22/01/2026 a 21/01/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Publicas. **Fiscal de Contrato**: Edi Carlos Pedroso. **Data da ratificação:** 20/03/2026.

Ata de Registro de Preços: 006/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 061/2024. **Objeto:** Aquisição de Artefatos de Cimento para a Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** L C DA LUZ BUHRER TELAS. **Valor do aditamento:** R$ 917.552,79. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação. **Prazo de Execução:** 22/01/2026 a 21/01/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Publicas. **Fiscal de Contrato**: Edi Carlos Pedroso. **Data da ratificação:** 20/03/2026.

Ata de Registro de Preços: 007/2025. **Modalidade:** Pregão Eletrônico 061/2024. **Objeto:** Aquisição de Artefatos de Cimento para a Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** ROYER PRE MOLDADOS LTDA/EPP. **Valor do aditamento:** R$ 89.250,00. **Motivo:** Aditivo de Prorrogação. **Prazo de Execução:** 22/01/2026 a 21/01/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Obras Publicas. **Fiscal de Contrato**: Edi Carlos Pedroso. **Data da ratificação:** 20/03/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:3C113315

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
2º ADITAMENTO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022

Contrato: 169/2022. **Modalidade:** Pregão Eletrônico Nº 054/2022. **Objeto:** Contratação de Link de Fibra Óptica para interligação dos Equipamentos Municipais e Link dedicado de Internet pelo período de 36 meses. **Dispositivo Legal:** Lei nº 8666/93. **Contratado:** Acessoline Telecomunicações LTDA. **Valor do aditamento:** R$ 7.083,30. **Motivo**: Prorrogação do Contrato (6 meses). **Prazo de Execução:** 27/03/2026 á 26/09/2026. **Vigência:** 25/01/2027. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Administração. **Fiscal de Contrato**: Evandro Bonfim Da Silva. **Data da ratificação:** 20/03/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A017FA7E

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 015/2026

OBJETO: Locação de 1 (um) imóvel localizado na Rua Roraima, nº 352, Santo Antonio, e visa ampliar o espaço físico destinado ao almoxarifado, em razão do elevado volume e diversidade de materiais recebidos e armazenados pela SEMED. O Agente de Contratação designado pelo Decreto nº 7802/2025, considerando o interesse da administração, resolve **REVOGAR** o procedimento em referência, em razão da **desistência do locador**.
Rio Branco do Sul, 20/03/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA CRISTO
Agente de Contratação - Decreto 7.802/2025
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:D4DD5C59

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 392/2026

Dispõe sobre arquivamento e encerramento do Processo de Sindicância nº 32/2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Recomendação da Comissão Processante Especial e a Decisão do Processo de Sindicância nº 32/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Arquivar, o Processo de Sindicância nº 32/2025 aberto pela Portaria n.º 1458, de 22 de setembro de 2025, com a finalidade de averiguar os fatos narrados e documentos constantes no Processo Digital nº 21178/2025 relativos à Ouvidoria nº 803/2025, encerrando o respectivo Processo de Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de março de 2026.

Rio Negro, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E80DE51E

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 393/2026

Dispõe sobre a nomeação para o cargo de Assistente de Administração B, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 01, de 13 de dezembro de 2024, do Concurso Público Municipal – Objetiva Concursos, cujo resultado foi publicado através da Homologação do Resultado Final pelo Edital nº 011, de 9 de maio de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 23 de março do corrente, ***Daiane de Fátima Graf dos Santos,*** matrícula nº 110224-3/1, para o cargo de "Assistente de Administração B" área de atuação: Lageado dos Vieiras por 40 (quarenta) horas semanais, nível II, percebendo mensalmente R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Rio Negro, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AE88A79D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2026 UASG 987823 REPUBLICAÇÃO

Processo: 049/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 23/03/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 23/03/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **08/04/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 20 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:E5460605

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS 015/2026 UASG 987823

Processo: 060/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, BRINQUEDOS E ESTRUTURAS PARA APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 23/03/2026 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 23/03/2026 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **07/04/2026** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados. Rio Negro, 19 de março de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:271B36C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 01 AO CONTRATO N.º 101/2025 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2025 ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA:** CONSTRUTORA ECASA ENGENHARIA LTDA, com sede na Rua Nossa Senhora de Nazaré, Nº 2004, Bairro Boa Vista, na cidade de Curitiba/PR, registrada no CNPJ /MF sob nº 00.707.897/0001-98, neste ato representada por ANTONIO CARLOS ALVES SAMPAIO, inscrito no CPF nº 478.772.519-04, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação da Contratada e anuência da Contratante fica prorrogado o prazo de **execução** por mais (quatro) meses, com efeito retroativo ao dia **17/03/2026**, para **CONSTRUÇÃO (CONTINUAÇÃO DE OBRA) DE EDIFICAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - VILA ZELINDA. CLÁUSULA SEGUNDA –** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, 1**9** de **março de 2026**

Publicado por:
Sheila Cristine Schitt Dums
Código Identificador:B21B081B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
EDITAL 001/2026 – SECULT ROLÂNDIA

CHAMADA PÚBLICA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO (COMTUR) –
BIÊNIO 2026-2028

A PREFEITURA DE ROLÂNDIA, por intermédio da Secretaria de Cultura e Turismo, com sede à Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2170 – Centro, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar, que se acha aberta a presente CHAMADA PÚBLICA, em conformidade com as condições explicitadas a seguir, visando realizar a inscrição e habilitação de representantes da sociedade civil, a fim de apresentarem manifestação de interesse para integrar o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), no período de 2026-2028.

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1° Inscrição de representantes da sociedade civil, com o objetivo de compor o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do

município de Rolândia, visando ao preenchimento de **18 (dezoito) vagas, sendo 9 (nove) titulares e 9 (nove) suplentes**.

Art. 2° O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) será de 2 (dois) anos **(**2026- 2028**)**, permitindo-se a recondução.

Art. 3° Não participarão desta Chamada Pública os representantes do poder público (Secretaria de Cultura e Turismo, Planejamento, Infraestrutura e Câmara Municipal), e de entidades formalizadas, como a Associação Comercial e Empresarial de Rolândia (ACIR) e EMATER (IDR-Paraná), cujas indicações serão realizadas pelos respectivos órgãos.

CAPÍTULO II DO CONSELHO

Art. 4° Conforme a LEI Nº 2652/1998, para implementar a política municipal de turismo, fica criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o Poder Público e a sociedade civil. Ainda de acordo com a mesma Lei, o COMTUR tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições, o incremento e o desenvolvimento de atividade turística no município de Rolândia-Pr.

Art. 5° Integram o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) os seguintes membros, sendo 01(um) titular e 01(um) suplente:

I - Representantes escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, das seguintes secretarias municipais:
a) Secretaria de Cultura e Turismo;
b) Secretaria de Planejamento;
c) Secretaria de Infraestrutura;
II - Representante da Câmara Municipal;
III - Representante escolhido entre os proprietários de hotéis pousadas e similares;
IV - Representante escolhido entre os proprietários de empreendimento ou atrativo turístico urbano ou rural;
V - Representante escolhido entre os proprietários de restaurantes, bares, lanchonetes e similares;
VI - Representante escolhido entre os proprietários de agências de viagens ou guias de turismo local/regional;
VII - Representante dos órgãos de comunicação do Município;
VIII - Representante da ACIR;
IX - Representante da EMATER (IDR Paraná);
X - Representante das associações culturais e folclóricas;
XI - Representante dos artistas plásticos, artesãos e trabalhadores manuais;
XII - Representante das entidades religiosas;
XIII - Representante escolhido entre as associações de moradores da zona urbana ou rural.

Art. 6° Compete ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), nos termos da LEI Nº 2652/1998, suas alterações, e do regimento interno do Conselho:

I - formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;
II - conceber e estimular ações para o desenvolvimento sustentável do turismo;
III - propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
IV - opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
V - Incentivar o desenvolvimento de projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas no município, não servindo em hipótese alguma, a algum interesse político partidário ou pessoal seja a que título for, ou mesmo notoriedade política;
VI - estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover as condições adequadas à implantação do turismo, como infraestrutura, acessibilidade, limpeza, saúde e segurança.
VII - programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico;
VIII - promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
IX - analisar reclamações e sugestões encaminhadas pelos turistas;
X - apoiar, em nome do Poder Executivo, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do município;
XI - Incentivar a realização de convênios com órgãos, entidades e instruções, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico;
XII - emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei;
XIII - examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
XIV - fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;
XV - avaliar os resultados das ações implementadas e se necessário ampliá-las ou modificá-las;
XVI - promover a capacitação de seus membros, através da participação em congressos, seminários e afins relacionados à atividade turística;
XVII - gerenciar o Fundo Municipal de Turismo, fiscalizando a aplicação de seus recursos;
XVIII - organizar seu regimento interno.

CAPÍTULO III
DA QUANTIDADE DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS

Art. 7° Poderão se inscrever como candidatos/as às vagas para a composição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), representantes das categorias abaixo relacionadas:

CATEGORIA	QUANTIDADE DE VAGAS
Hotéis, pousadas e similares	2
Empreendimento ou atrativo turístico urbano ou rural	2
Proprietários de restaurantes, bares, lanchonetes e similares	2
Agências de viagens ou guias de turismo local/regional	2
Órgãos de comunicação do Município	2
Associações culturais e folclóricas	2
Artistas plásticos, artesãos e trabalhadores manuais	2
Entidades religiosas	2
Associações de moradores da zona urbana ou rural	2
TOTAL	18

CAPITULO IV
DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO E HABILITAÇÃO

Art. 8º A inscrição deverá ser feita a partir do dia 23/03/2026 até dia 10/04/2026**,** via protocolo on line à Secretaria de Cultura e Turismo, por meio do site da Prefeitura Municipal.

Art. 9º Deverão ser enviados os seguintes documentos, no momento da inscrição:
Documento de identidade (RG e CPF ou Habilitação)
Comprovante de residência
Cartão CNPJ (caso seja proprietário de meio de hospedagem, restaurante, agência de turismo, órgão de comunicação, entidade cultural ou religiosa)
Anexo I preenchido e assinado

Art. 10 O interessado deverá, ainda, indicar o segmento que deseja representar, de acordo o Art. 7º deste edital.

Art. 11 Poderão ser solicitadas, aos inscritos, informações ou documentos adicionais, caso os responsáveis pela análise julguem necessário, a fim de elucidar dúvidas que possam se interpor no processo de habilitação.

Art. 12 Somente poderão ser habilitadas as representações que encaminharem o Protocolo no período e nos termos indicados neste Edital.

Art. 13 Caso o interessado tenha dificuldades em efetuar o protocolo on line, o mesmo poderá realizar o protocolo presencialmente, na Prefeitura Municipal, munido dos documentos e Anexo I preenchido, conforme previsto no Art. 9º.
Art. 14 O resultado final da habilitação será enviado como resposta ao protocolo on line aberto pelo candidato, e pelos contatos disponibilizados pelos mesmo no momento da inscrição.

Art. 15 Os candidatos inscritos serão convocados para uma assembleia geral, onde cada segmento definirá os representantes – titular e suplente, para o período especificado neste edital, ficando os demais em cadastro reserva, e podendo ser convocados em caso de vacância.

CAPÍTULO V
DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS

Art. 16 Os representantes do Conselho Municipal de Turismo, para o período de 2026 a 2028, serão nomeados através de Decreto do Poder Executivo, publicado em Diário Oficial.

Art. 17 O Prefeito Municipal dará posse aos conselheiros em data a ser definida, posteriormente, pela Secretaria de Cultura e Turismo, que deverá ser informada aos mesmos, com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O exercício das atribuições dos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Turismo é considerado atividade de relevante interesse público, não ensejando qualquer remuneração.

Art. 19 A qualquer tempo, este edital de Chamada Pública poderá ser alterado ou revogado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, desde que fundamentado pelo(s) requerente(s).

Art. 20 Informações adicionais sobre esta Chamada Pública poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=13723&iser=01KM164A5FC6QS87G9XDT7H26Z ou pelo telefone/WhatsApp 43 3906-1086.

Art. 21 Esta Chamada Pública entrará em vigor na data de sua publicação.

Rolândia, 18 de março de 2026

FLAVIA GALBERO COSTA RAMOS
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:98DDBE49

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – PMR. PROCESSO Nº 056/2026.

O MUNICÍPIO DE ROLÃNDIA, torna público que às 13:00 horas do dia 02/04/2026, na plataforma Compras BR (https://comprasbr.com.br/), realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de: OBJETO: Veículo Sedan, QUANTIDADE: 1, VALOR TOTAL: R$ 125.293,33, PRAZO: 90 dias. Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Rolândia e na plataforma Compras BR. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma. Rolândia, 30 de Março de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretaria de Compras, Licitação e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:75FA79E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
PORTARIA N.º 007/2026 - 18 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia os Fiscais dos Contratos do Processo Administrativo Licitatório n.º 047/2025, referente ao Credenciamento de Empresas para procedimentos de Perícias Médicas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024, resolve:

DESIGNAR:

I – O servidor **JOÃO PAULO CAVICHINI SANTOS,** como fiscal.

II - A servidora **MARILSA NILES ZAMBONI,** como suplente do fiscal.

III – As atribuições dos fiscais de contratos são as previstas no artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto n.º 388/2024.

IV - Esta Portaria tem caráter retroativo à 19 de janeiro de 2026 e perdurará durante toda a vigência dos contratos efetivados para este credenciamento.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 de março de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:1B8F6638

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADITIVO DE RENOVAÇÃO Nº.: 01/2026 - CONTRATO Nº: 29/2025

Aditivo de Renovação Nº.: 01/2026 - Contrato Nº: 29/2025
Contratante: Município de Salgado Filho
Contratada.: DAVINIO E RIDINEI ATACADO LTDA
Valor: R$ 62.946,24
Vigência: Início: 25 de abril de 2026 Término: 25 de abril de 2027
Licitação: Pregão Nº.: 16/2025
Recursos: Dotação: 543 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.59 . 0 . 339032 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
Objeto: Aquisição kits de cesta básica, conforme está regulamentado na Lei Municipal n° 27 de 02 de abril de 2024. (REABERTURA)

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho-Paraná, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:A5D6E559

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 17/2026

Contrato Nº: 17/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: KOLSEN COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA LTDA
Valor.....: R$ 19.949,00
Vigência...: Início: 23/03/2026 Término: 23/03/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 47/2025
Recursos...: Dotação: 667 - 1 . 9006 . 8 . 242 . 23 . 2.53 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de itens para uso exclusivo de pessoas que possuem deficiência, conforme prevê deliberação 009/2024 COEDE/PR.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 20/03/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:87949AD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº: 19/2026

Contrato Nº: 19/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - PR
Contratada.: 62.794.639 DIEGO BATISTA SOUSA
Valor.....: R$ 11.150,00
Vigência...: Início: 23/03/2026 Término: 23/03/2027
Licitação..: Pregão Nº.: 47/2025
Recursos...: Dotação: 667 - 1 . 9006 . 8 . 242 . 23 . 2.53 . 0 . 449052 Equipamentos e Material Permanente
Objeto.....: Aquisição de itens para uso exclusivo de pessoas que possuem deficiência, conforme prevê deliberação 009/2024 COEDE/PR.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 20/03/2026

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:F418E754

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 101, DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 101, DE 20 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, **ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais resolve.

DESIGNAR

O servidor público Valmir Deni Rech, matrícula nº 1725, inscrito no CPF sob nº 0**.***.***-*1, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para exercer a função de Gestor de Convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e o Município de Salgado Filho, através do Protocolo nº 24.905.990-0.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito de Salgado Filho

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:9D8A7C62

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 102, DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 102, DE 20 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, **ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais resolve.

DESIGNAR

A servidora pública Barbara Marina Marcon Pastre, matrícula nº 1745, inscrita no CPF sob nº 0**.***.***-*6, ocupante do cargo em comissão de Coordenação de Suporte Administrativo, da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, para exercer a função de Fiscal de Convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e o Município de Salgado Filho, através do Protocolo nº 24.905.990-0.
.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito de Salgado Filho

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:ECDDF917

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 103 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 103 DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Exonera à pedido servidora pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento protocolado sob nº 70/2026 de 20/03/2026;

RESOLVE:
Artigo 1º- Exonerar à pedido, e a partir de 23 de março de 2026, a servidora pública municipal **JUCEMARA DE MORAIS ROMANOSKI** matrícula nº 1624, nomeado pela Portaria nº 107 de 15 de março de 2024, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social com carga horária de 30 horas semanais, Nível/Referência BA-01, do Quadro de Pessoal deste Executivo Municipal.
Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao vigésimo dia do mês março do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:C2472800

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA CMDM 02/2026

02/2026
Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte seis, as quinze horas, reuniu-se de forma presencial, os membros do CMDM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher), em reunião

extraordinária; o encontro foi realizado na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), localizado na Rua Rui Barbosa, número 52, Centro de Salgado Filho, Paraná. Para dar início a gestora de assistência social Edina Riva Duarte, deu as boas-vindas e em sequência apresentou a necessidade de realizar alteração no plano de aplicação da deliberação 04/2024 de Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento As Violências Contras As Mulheres, que foi aprovado no dia 31 (trinta e um) de julho de 2024, onde previa R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com previsão em Capital , sendo que o mesmo será convertido em valor de custeio, para execução do projeto "Recomeçar com força" para trabalhar com vitimas de violência, e a realização de uma viagem exclusiva para mulheres em situação de vulnerabilidade; após debatido segue aprovado por unanimidade dos membros presentes. Sem mais a tratar, segue assinado por mim secretária executiva deste conselho, Alexandra Alves, e pelos demais presentes

Publicado por:
Alexandra Alves
Código Identificador:65A97189

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
DECRETO Nº 1.326 DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Declara de utilidade pública e de interesse social, para fins de uso público específico, de imóveis de propriedade do Município de Salto do Lontra, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 73, VIII e IX da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que os imóveis matriculados sob os números 19.287 e 19.286 do Registro de Imóveis da Comarca de Salto do Lontra já integram o patrimônio público do Município de Salto do Lontra;

CONSIDERANDO a premente necessidade de promover o desenvolvimento e a defesa agropecuária no Município, essencial para a economia local e a segurança alimentar, bem como a importância da prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO que a instalação de um escritório local da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR é de fundamental interesse público, visando à melhoria dos serviços de fiscalização, sanidade e fomento do setor primário municipal e regional;

CONSIDERANDO a localização estratégica e a adequação dos imóveis para a instalação da referida Agência e de outros órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais, que visam a prestação de serviços essenciais à comunidade;

CONSIDERANDO a prerrogativa do Poder Executivo de dispor sobre a utilização e administração dos bens municipais, conforme o Art. 8º, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal, para fins de atender ao interesse público e às necessidades da administração;

D E C R E T A

Art. 1º - Ficam os imóveis, já pertencentes ao patrimônio público do Município de Salto do Lontra, declarados como de **UTILIDADE PÚBLICA E DE INTERESSE SOCIAL** de uso público específico para as finalidades descritas neste Decreto:

I – Imóvel com matrícula nº 19.287, com área de 809 m² (oitocentos e nove metros quadrados), localizado na Quadra 05 do Loteamento COHAPAR II, no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

II – Imóvel com matrícula nº 19.286, com área de 817,49 m² (oitocentos e dezessete metros e quarenta e nove centímetros quadrados), localizado na Quadra 04 do Loteamento COHAPAR II, no Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º – A destinação para uso público específico dos imóveis mencionados no Art. 1º visa prioritariamente a instalação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR (escritório local), para atendimento às atividades de defesa agropecuária, e de outros órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais que venham a ser definidos e que prestem serviços de relevante interesse para a população.

Art. 3º - As despesas necessárias à adequação e manutenção das instalações correrão por conta de dotações orçamentárias próprias de cada órgão ou entidade a ser instalado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL de Salto do Lontra, Estado do Paraná em 20 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:AD74295F

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1327-2026

DECRETO Nº 1327, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

Súmula: Nomeia a Servidora Municipal para o Cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais – 20h, aprovada no PSS 001/2025 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 20 de março de 2026, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - PSS 001/2025.

Nº	Nome	CPF	Cargo	Local
01	Luciana Guelbari	140.180.649-00	Prof. Ed. Inf. Ens. Fund. Anos Iniciais 20h	Educação

Art. 2 º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
.
Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 20 de março de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:7B842900

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
COMPRA DIRETA N. 09/2026

Compra Direta n. 09/2026 – Autorizo a despesa, emissão de empenho, referente a contratação de empresa especializada para a realização de estudo hidráulico e hidrológico, com o objetivo de complementar a documentação de licenciamento junto ao Instituto Água e Terra (IAT), conforme solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, por meio da Demanda nº 03/2026, perfazendo o

valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em favor da empresa **TERRAFORMA ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 57.413.364/0001-10,** nos termos do art. 95, §2º e art. 72, parágrafo único, todos da Lei da Lei 14.133/2021.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:101862E3

GABINETE DO PREFEITO
DESPACHO - SAMAE

DESPACHO

Considerando o teor do Ofício nº 53441/2026 – RLDA/FISCALIZAÇÃO, encaminhado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR), que apontou irregularidades no edital da Dispensa Eletrônica nº 002/2026, especialmente quanto à ausência de exigência de registro das empresas participantes junto ao CREA-PR, em desconformidade com a Lei Federal nº 5.194/1966;
Considerando o teor do Ofício nº 0024/2026 – ADMFISC, encaminhado pelo Conselho Regional de Química da 9ª Região – Paraná (CRQ-PR), em resposta ao Ofício nº 015/2026 desta autarquia municipal que concluiu que o núcleo técnico das atividades descritas no Termo de Referência está diretamente relacionado às atribuições dos profissionais da área da Química, conforme a Lei Federal nº 2.800/1956 e o Decreto nº 85.877/1981, e ainda que algumas atividades possam apresentar caráter multidisciplinar com interface junto ao Sistema CONFEA/CREA;
Considerando que é dever da Administração Pública, a partir da impugnação ao edital, revisar suas cláusulas, valendo-se do poder-dever da autotutela;
Considerando a necessidade de garantir a plena legalidade do processo licitatório, evitando questionamentos futuros, assegurando que as exigências reflitam as reais atribuições e necessidades do SAMAE, evitando incluir atividades que não são essenciais ou que gerem conflito de atribuições;
DETERMINO a anulação da Dispensa Eletrônica nº 002/2026, com a devida publicação e comunicação aos interessados, devendo ser refeito o processo licitatório mediante o lançamento de novo edital com objeto adequado e ajustado às atribuições e necessidades do SAMAE e em conformidade com os apontamentos do CREA-PR, do CRQ-PR e demais legislações pertinentes.
Comunique-se o CREA-PR acerca da presente decisão e publique-se para ciência dos interessados.
Santa Cecília do Pavão, 18 de março de 2026.

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F3C5DC53

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026 - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO.
CONTRATADA: BANCO BRADESCO S/A – CNPJ 60.746.948/0001-12
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de recebimento de (faturas de água, esgoto e outros) serviços prestados pela Autarquia, com as características constantes no Edital de Chamamento Público "Credenciamento" nº 01/2023, Modalidade de Inexigibilidade nº 003/2023 de 03/10/2023, com o qual fica doravante vinculado.
VALOR:

ITEM	Modalidade de Arrecadação	Preço Unitário
01	Recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de **Débito Automático**	**1,49**
03	Recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de **Internet Banking e Aplicativo**	**1,73**
04	Recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através dos **Terminais de AutoAtendimento/Caixa Eletrônico**	**1,84**
05	Recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de **Correspondentes Bancários, Lotéricas e Outros**	**2,12**

VIGÊNCIA: 20/03/2026 à 20/03/2027
DATA: *16*/03/2026

JOSELITO DA LUZ
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:FFAC1623

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 017/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 001/2026**, com sessão realizada às 10h00min do dia 16 de março de 2026, objetivando a **RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ÁREA DE 38.706,45 M², CONTENDO: SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL**, tendo em vista que as empresas participantes foram inabilitadas no certame.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 16 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:86FE098B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

DATA DE ABERTURA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **06 de abril de 2026 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº017/2026**.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – PR.

Valor Estimado: **R$ 384.161,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e cento e sessenta e um reais).**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/ e no site https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 20 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Pregoeira

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:38FCDAE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINSTRATIVO DE CESSÃO DE BENS/EQUIPAMENTOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, E O LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR

CONTRATO ADMINSTRATIVO DE CESSÃO DE BENS/EQUIPAMENTOS QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, E O LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
CEDENTE: Município de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrito no CNPJ/MF sob o n º 75.462.820/0001-02
CESSIONÁRIA: LAR DOS IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 80.611.247/0001-83
OBJETO DO CONVÊNIO: Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso Gratuito de bens adquiridos pelo Termo de Colaboração nº 002/2021, referente aos recursos originários da Programação nº 412330320190006, cadastrada no Sistema de Gestão de Transferências – SIGTV, Ação 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Processo nº 71000.080059/2019-30.
VALOR ESTIMÁVEL: R$ 100.000,00 (cem mil reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: Os bens cedidos permanecerão vinculados à finalidade pública de estruturação das ofertas socioassistenciais reconhecidas nacionalmente no SUAS, na unidade beneficiária indicada na Programação nº 412330320190006, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contados da data da entrega do bem à entidade.
REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2021 - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2021 - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2021

Santa Cruz de Monte Castelo/Pr, 18 de março de 2026

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:AD9569B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DOS CONTRATOS Nº 030 A Nº 047/2026

Extrato do Contrato N.º 030/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ALFONSO DOS SANTOS**, inscrito(a) no CAF de n.º PR032025.01.003235164CAF, agricultor, portadora do CPF de n.º689.***.909-34, residente e domiciliado na Est. Assentamento Osiel Alves Pereira, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 13.907,60** (treze mil novecentos e sete reais e sessenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 031/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MARIA ROSA DE ALMEIDA**, inscrito(a) no CAF de n.º PR052024.01.001475194CAF, agricultora, portadora do CPF de n.º004.***.999-07, residente e domiciliado no Sítio Boa Sorte, Estrada SCC IAN, 661, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 24.215,00** (vinte e quatro mil duzentos e quinze reais);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 032/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MARIA LOURDES DE OLIVEIRA,** inscrita no CAF de nº PR032025.01.003324272CAF, agricultora, portadora do CPF de 031.***.***-99, residente e domiciliada na Chácara São Bernardo, na zona rural, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.998,55** (trinta e nove mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 033/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CLARICE CHRIST,** inscrita CAF de nº PR072024.01.001739456CAF, agricultora, portadora do CPF de 005.***.***-90, residente e domiciliada na Est. SCC IAN, Sítio Primavera, 661, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;

OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 16.096,00** (dezesseis mil e noventa e seis reais);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 034/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA,** portadora do CAF de nº PR032024.01.001257937CAF, Agricultora, portadora do CPF de 007.***.***-45, residente e domiciliada na Vila Rural Santa Cruz, QD 01 LT 22, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 12.178,00** (doze mil cento e setenta e oito reais);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 035/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **SADI MACHADO DO COUTO,** portador do CAF de nº PR032025.01.003235365CAF, agricultor, portador do CPF de 661.***.***-15, residente e domiciliado no Assentamento Paraná, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.042,90** (trinta e nove mil quarenta e dois reais e noventa centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 036/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ANTÔNIO DORÉ GONÇALVES,** portadora do CAF de nº PR022025.01.002625275CAF, agricultor, portador do CPF n° 453.***.***-04, residente e domiciliado na Estrada Scc Ian, 661, Rurais, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.459,50** (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 038/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CLEBER DEBORTOLI DOS SANTOS,** portadora do CAF de nº PR022025.01.002683708CAF, agricultora, portadora do CPF de 106.***.***-29, residente e domiciliada na Estrada Assentamento Osiel Alves Pereira, Cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.964,40** (trinta e nove mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 039/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ANDREI RESENDE COUTO,** portadora do CAF de nº PR022025.01.002713663CAF, agricultora, portadora do CPF de 098.***.***-01, residente e domiciliada na Estrada Assentamento Osiel Alves Pereira, Cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.820,40** (trinta e nove mil oitocentos e vinte reais e quarenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 040/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **SANDRO PEREIRA DE FARIA,** portadora do CAF de nº PR032023.01.000252079CAF, agricultora, portadora do CPF de 617.***.***-72, residente e domiciliada na Estrada Scc Ian, 661909, Cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;

OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 26.956,20** (vinte e seis mil novecentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 041/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CICERO PASTOR DA SILVA,** portador do CAF de nº PR032025.01.003327990CAF, agricultor, portador do CPF de 815.***.***-15, residente e domiciliado na Rua Bolívia, Chácara Nossa Senhora Aparecida, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 15.911,50** (quinze mil novecentos e onze reais e cinquenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 042/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **JAMESON ROBERSON SGORLON,** portador do CAF de nº PR0522024.01.001578136CAF, agricultor, portador do CPF de 070.***.***-52, residente e domiciliado na Rua Espanha, 640, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.978,39** (trinta e nove mil novecentos e setenta e oito reais e trinta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 043/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **CRISTIANE MACEDO B. DE SOUZA,** portador do CAF de nº PR032024.01.001230857CAF, agricultor, portador do CPF de 040.***.***-11, residente e domiciliado na Est. Poeira – Estancia Vsita Alegre – rural, Município de Loanda, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.760,00** (trinta e nove mil setecentos e sessenta reais);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 044/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **LEONARDO SOBRAL ALVES,** portador do CAF de nº PR032024.01.001233752CAF, agricultor, portador do CPF de 032.***.***-90, residente e domiciliado na Vila Rural Santa Cruz, qd 02, lote 00, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.971,10** (trinta e nove mil novecentos e setenta e um reais e dez centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 045/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **DEVANIR FONZAR,** portador do CAF de nº PR092025.01.004123158CAF, agricultor, portador do CPF de 528.***.***-49, residente e domiciliado na Fazenda Santa Maria, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 2.731,60** (dois mil setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 046/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **GUSTAVO RODRIGUES DE SOUZA,** portador do CAF de nº PR042025.01.003360255CAF, agricultor, portador do CPF de 126.***.***-00, residente e domiciliado na Est. Poeira – Estancia Vista Alegre, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;

OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 36.344,00** (trinta e seis mil trezentos e quarenta e quatro centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N.º 047/2026
CONTRATANTE: A Prefeitura de Santa Cruz de Monte Castelo, inscrita no CNPJ de n.º75.462.820/0001-02.
CONTRATADA: **ROGER DE BRITO ANDRADE,** portador do CAF de nº PR022026.01.004523141CAF, agricultor, portador do CPF de 114.***.***-21, residente e domiciliado na Est. Vila Rural Santa Cruz, Qd 02, Lt12, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná;
OBJETO: Credenciamento de produtores da agricultura familiar e empreendedores familiares rurais para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à elaboração da merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme previsto na Lei Federal nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 06/2020, conforme condições, especificações e quantitativos indicados no processo.
VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$ 39.042,90** (trinta e nove mil e quarenta e dois reais e noventa centavos);
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 31/012/2026;
DEMAIS CONDIÇÕES: Condições estabelecidas no Processo Administrativo n.º023/2026, Inexigibilidade nº 007/2026.
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR, 10 de março de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:A425C0FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO 07/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO 012/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sra. **ELIZANGELA MARIA DOS SANTOS,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob n.º 056.166.189-85, residente e domiciliada no município de Santa Fé-PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, acordam:

A CONTRATANTE e a CONTRATADA, em 31/01/2025 firmaram o contrato Nº. 010/2025 com prazo de duração do dia 03 de fevereiro de 2025 a 19 de dezembro de 2025, posteriormente renovado pelo mesmo período, pelo qual a primeira confiou ao segundo serviços de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, como previsto na cláusula 1ª do referido Contrato Administrativo.

A CONTRATADA, por força do instrumento ora DISTRATADO, fica acordado que seus serviços foram prestados até 31 de março de 2026, tendo em vista seu registro no ponto em seu local de trabalho.

A CONTRATADA, por razões próprias, decidiu desistir da continuidade do contrato até agora vigente, resolvendo as partes rescindirem o contrato até então vigente, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia estabelecida na CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato nº 012/2026, proporcionalmente até a data de serviços efetivamente prestados, caso ainda possui subsídios a receber.

A CONTRATADA outorga à CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratado, bem como aos serviços prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas, os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento e eventuais litígios decorrentes do ora acordado.
E, por estarem assim justas e distratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus efeitos legais .

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 20 de março de 2026

ELIZANGELA MARIA DOS SANTOS
Distratada

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Distratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:387B21EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº032/2026.

Exclui gratificação de servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Excluir a gratificação concedia ao Servidor ADRIANO DOS SANTOS DE RESENDE, Advogado-20 horas, matrícula 201398, CPF nº 003.219.841-88, concedida através da Portaria nº038/23, conforme Art. 28, da Lei 1.616/2011, a partir do dia 19 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 19 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:46631CF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº033/2026.

Revoga portaria que concede gratificações de servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 072/25, que concede gratificação a Servidora SONIA APARECIDA MOLINARI, Agente Administrativo - 40 horas, matrícula 201669, CPF nº 775.558.729-00, a partir do dia 20 de março de 2026.

Art. 2º - Revogar a Portaria nº 046/25, que concede gratificação ao Servidor JOUBERT PAULO TEIXEIRA, Agente Oficial Administrativo -40 horas, matrícula 201594, CPF nº 036.964.759-98, a partir do dia 20 de março de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 20 de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:932C6BA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
CONVITE

A Secretária de Fazenda do Município de Santa Fé, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000, convida toda a sociedade civil, entidades representativas e cidadãos para a **1ª Audiência Pública de Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO** para o exercício de **2027**.

A audiência tem por objetivo estabelecer quais serão as metas e prioridades da administração para o ano seguinte, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesta serão discutidos o equilíbrio entre as receitas estimadas e as despesas necessárias para manter o município em crescimento.

A audiência acontecerá no dia **25 de março de 2026**, quarta-feira, às **8h30**, na Sala de Reuniões da **Prefeitura Municipal**.

A participação popular é um direito garantido por lei e um dever cidadão para a fiscalização da gestão dos recursos públicos. Participe!

GEOVANI MINANTI
Secretaria Municipal de Fazenda
Prefeitura Municipal de Santa Fé

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:065FB530

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 072/2026

Dispõe sobre a inclusão e a contemplação das ações do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Plano Plurianual – PPA para o período de 2026 a 2029, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que assegura prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e poder público na garantia dos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e execução de políticas públicas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.411, de 08 de julho de 2025, que institui o Plano Plurianual – PPA para o período de 2026 a 2029;

DECRETA:

Art. 1º Ficam contempladas no Plano Plurianual – PPA do Município de Santa Fé, para o período de 2026 a 2029, as ações, programas, metas e estratégias previstas no Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º As políticas públicas, programas e projetos destinados à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e estarão integrados às ações previstas no Plano Plurianual.

Art. 3º O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações previstas neste Decreto serão realizados de forma conjunta pelo Poder Executivo Municipal e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos dezenove dias do mês de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:BEE54A1B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 073/2026

Dispõe sobre a inclusão e a contemplação das ações do Plano Municipal de Saúde no Plano Plurianual – PPA para o período de 2026 a 2029, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, que assegura prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e execução de políticas públicas voltadas à Saúde no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Municipal de Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.411, de 08 de julho de 2025, que institui o Plano Plurianual – PPA para o período de 2026 a 2029;

DECRETA:

Art. 1º Ficam contempladas no Plano Plurianual – PPA do Município de Santa Fé, para o período de 2026 a 2029, as ações, programas, metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Saúde.

Art. 2º As políticas públicas, programas e projetos destinados à área da Saúde, deverão observar as diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Saúde e estarão integrados às ações previstas no Plano Plurianual.

Art. 3º O acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações previstas neste Decreto serão realizados de forma conjunta pelo Poder Executivo Municipal e pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos dezenove dias do mês de março de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:31C1C523

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 01/2025, DE 30 DE MAIO DE 2025. EDITAL Nº 23/2026 – CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.° 01/2025, de 30 de maio de 2025.

EDITAL Nº 23/2026 – CONVOCAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Regulamento Geral de Concursos e Editais de Concurso nº 01.01/2025, 01.02/2025, 01.03/2025, 01.04/2025, 01.05/2025, 01.06/2025, 01.07/2025 e o disposto no inciso II, Art. 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que a candidata abaixo listada foi aprovada no certame;

CONSIDERANDO, a necessidade de avaliação psicológica para o cargo de **CUIDADOR SOCIAL**;

TORNA PÚBLICA

1 – A convocação da candidata abaixo listada, aprovada para o cargo de **CUIDADOR SOCIAL**, no Concurso Público Municipal aberto pelo Edital nº 01.01/2025 de 30 de maio de 2025, e realizado em 18 de agosto de 2025, homologado pelo Edital de Concurso nº 01.07/2025 de 24 de setembro de 2025, para avaliação psicológica.

CARGO PÚBLICO: CUIDADOR SOCIAL

Classificação	Nome	Inscrição
5º	NADIR LORENZI MORENO	407

2 – Conforme item 3.1.6 do Edital 01.01/2025, havendo a assunção do cargo nos termos do Edital nº 01.13/2025, a candidata fica convocada para **Avaliação Psicológica**, a realizar-se no dia **27 de março de 2026**, às 13h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste, situada na Rua Canela, esquina com a Rua Angico, nº 731, na Sala de Proteção Especial, perante a comissão designada pela Portaria nº 15.564/2025.

3 – O não comparecimento para a avaliação na data e horário estabelecidos implica na **PERDA DOS DIREITOS ADVINDOS DO CONCURSO**, conforme artigo 3, inciso 3.1 e alíneas 3.1.1 a 3.1.12 do Edital de Concurso nº 01.01/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Izabel do Oeste, em 23 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:C4F91BB5

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°66/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 66/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 06/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Clinica Medica LV LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pediatria na Atenção Primária em Saúde e Casa de Saúde Santa Izabel, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do oeste - PR, para um período de 24 (vinte e quatro) meses, com recursos Próprios, Estaduais e Federais, conforme especificações, quantitativos e condições técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).
VIGÊNCIA: 12/03/2028.
VALOR TOTAL: R$ 862.799,52 (oitocentos e sessenta e dois mil setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos).
DATA: 12/03/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:8F5365DA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 09.2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026
OBJETO: Contratação de entidade responsável pela organização do handebol no âmbito estadual, visando ao pagamento das taxas de inscrição necessária à participação do Município de Santa Izabel do Oeste - PR em competição de handebol adulto masculino, conforme regulamentos e exigências estabelecidas pela entidade organizadora.

EMPRESA VENCEDORA:
LIGA DE HANDEBOL DO PARANA – LHPR
CNPJ: 05.356.032/0001-48
RUA: MINISTRO CIRNE LIMA, 4180,
BAIRRO: JARDIM COOPAGRO
TOLEDO - PR
CEP: 85.903-590

VALOR TOTAL: R$ 12.940,00 (doze mil e novecentos e quarenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Ref. Dotação	Órgão/ Unidade	Funcional Programática	Elemento de Despesa	Fonte
319	08.001	27.812.0008.2.031	3.3.3.90.39.05.00	00000

00000 - Recursos Ordinários (Livres)

Homologo a presente inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 20 de março de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:AFE69300

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N° 57/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO: TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N° 57/2026 AO CONTRATO Nº 102/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 271/2022
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E VIGORE SOLUÇOES INTEGRADAS LTDA
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 23/03/2027
DATA: 18/03/2026

Publicado por:
Kamilly Dalletezze Pompermaier
Código Identificador:32C4A6AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016.2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico
Nº 016.2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA – PR.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem para Campeonatos Municipais e Regionais realizados no Município de Santa Lúcia, em atendimento aos programas da Secretaria Municipal de Esportes.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 187.353,80 (cento e oitenta e sete mil trezentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09 de abril de 2026, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item.
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 20 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Gaio
Código Identificador:93E6976E

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 055/2026 DATA 19/03/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por lei,

D E C R E T A

Art.1° Luto Oficial por três dias, em consequência do falecimento ocorrido na data de 19 de março de 2026 do Sr. **PEDRO HENRIQUE DEFANTE**, filho do ex-servidor **SILVESTRE DEFANTE.**

Art. 2º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:80273C95

LEGISLATIVO MUNICIPAL
ATO DA MESA Nº. 14, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial o Art. 25, de seu Regimento Interno, Lei nº. 1241/2025 de 03 de junho de 2025 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os vereadores Dalci Vieira Berti e Dilson Antônio Lopes Pereira a viajarem em missão de representação da Câmara Municipal, a fim de participarem de reuniões na ALEP e nas Secretarias Estaduais nos dias 23, 24 e 25 de março do corrente ano, na cidade Curitiba/PR.

Art. 2º Autorizar a concessão de 03 (três) diárias integrais aos vereadores autorizados no art. 1º deste Ato, para fazer frente às despesas durante a viagem.

Art. 3º Este Ato da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Santa Lúcia, em 20 de março de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente

ODINEI LUIZ PAROLIN
1º Secretário

JOÃO ELTO RANGEL
Vice- Presidente

ZELIA FIORESE CUPINI
2º Secretária

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:1F81224D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

Fundamento legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
A Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, por intermédio de seu Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, visando à aquisição de uniformes destinados aos servidores e vereadores da Câmara Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso e em seus anexos.

Nos termos do § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o presente aviso será divulgado em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a finalidade de obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, sendo selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração.

1 OBJETO

Constitui objeto da presente contratação a aquisição de uniformes personalizados para uso institucional dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

2 ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item 1: 11- (onze) Camisas de tricoline social, manga longa, Bordada no peito do lado esquerdo, com o brasão e na manga com a bandeira do município de Santa Maria do Oeste. Cor cinza. Sendo os tamanhos conforme a necessidade de cada servidor.

Item 2: 23 (vinte e três) Camisas gola polo, cor mescla. Bordada no peito do lado esquerdo, com o brasão e na manga com a bandeira do município de Santa Maria do Oeste. Sendo os tamanhos conforme a necessidade de cada vereador.

3 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de **R$ 3.316,33(Três mil trezentos e dezesseis reais e treze centavos)**, apurado mediante pesquisa de preços constante dos autos.

4 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de **menor preço global**, desde que a proposta atenda integralmente às especificações do objeto.

5 PRAZO E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os interessados deverão encaminhar proposta comercial até as 15:00 horas do dia 26/03/2026, observado o prazo mínimo de 3 (três) dias úteis contados da publicação deste Aviso.

As propostas poderão ser enviadaspara o e-mail institucional camara,camaramunicipalsmo@gmail.com; ou protocoladas fisicamente no endereço da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste/PR A proposta deverá conter, no mínimo:

razão social, CNPJ e endereço da empresa;
nome e contato do responsável;
descrição completa do objeto ofertado;
valor unitário e valor total;
prazo de validade da proposta, não inferior a [60] dias;
prazo de entrega;
declaração de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos.

6 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A empresa vencedora deverá apresentar, no mesmo prazo do orçamento, os seguintes documentos:

comprovante de inscrição no CNPJ;
ato constitutivo ou contrato social atualizado, bem como, documentos pessoais do administrador e representante da empresa;
certidão de regularidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
certidão de regularidade estadual;
certidão de regularidade municipal;
certificado de regularidade do FGTS;
certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
declaração de inexistência de impedimento para contratar com a Administração Pública.
Declaração de não parentesco do quadro societário da empresa com pessoas ligadas ao ente contratante;

7 ENTREGA

O prazo de entrega será de até 30 dias, contados do recebimento da autorização de fornecimento ou nota de empenho.

O local de entrega será a sede da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste/PR, no endereço Alexandre Kordiak, 87. Centro. Santa Maria do Oeste-Pr. CEP 85230 000

8 PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o dia 25º dia do mês subsequente a entrega do objeto, conferência do material e apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações do objeto, apresentarem preço manifestamente inexequível ou estiverem em desacordo com as exigências deste Aviso.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas aplicáveis.

Santa Maria do Oeste/PR, 20 de março de 2026.

TIAGO VARIZA
Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:38CD5016

LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 90/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR, inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA**, inscrita no C.N.P.J. n.º 82.570.342/0001-01, com sede na GLB BANCO DE AREIA-PEDREIRA FAZENDA CRISTALINA, s/n Município Tomazina/PR, neste ato representado pelo Sr. DIENARO PIETROBELLI DELLAI, portador do CPF: 064.839.239-29 e no RG 7092127898, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Art. 124,II, d da Lei 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução, conforme trata a Cláusula sétima do Contrato Administrativo nº 90/2025, referente à **Contratação de empresa para realizar pavimentação com área de cercas de 13 km de estrada rural, conectando áreas agrícolas de assentamento rural, passando pelas comunidades Ouro Verde e Estrela do Oeste até o perímetro urbano do Município de Santa Maria do Oeste-PR, cuja obra deverá ser realizada de acordo com a planilha e demais projetos.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato nº 90/2025 por mais **90 (noventa) dias corridos**, com início em **21 de março de 2026** e término previsto em **20 de junho de 2026**, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 13 de março de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 20 de março de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***PAVILLUZZO PAVIMENTAÇÃO LTDA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:B67D3A99

LICITAÇÃO
7º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2023

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **OSNI IZAIAS CALAUDINO CONSTRUÇÃO E REFORMA**, inscrita no CNPJ n.º 40.761.780/0001-07, situada na Rua Projetada B, Quadra 01, Lote 12, Conjunto Habitacional, Município de Santa Maria do Oeste/Pr, neste ato representado pelo Sr. Osni Izaias Calaudino, inscrito no CPF sob n° 101.873.429-54 e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto no Art. 57, Inciso II e Art. 65 Inciso II Parágrafo 1°, da Lei 8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de execução e vigência de que trata a Cláusula Quinta e Sexta do Contrato Administrativo nº. 012/2023.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 5ª, fica prorrogado por 90 (noventa) dias, com início dia 23 de março de 2026 e término dia 22 de junho de 2026.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O Prazo de execução de que trata a Cláusula 6ª, fica prorrogado por 90 (Noventa) dias, com início dia 23 de março de 2026 e término dia 22 de junho de 2026.
CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original celebrado em 24 de janeiro de 2023, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.
E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Santa Maria do Oeste, 20 de março de 2026

OSCAR DELGADO	_____
Prefeito Municipal	***OSNI IZAIAS CALAUDINO CONSTRUÇÃO E REFORMA***

Testemunhas	
_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:32794823

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 43/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: ECO2 SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.851.968/0001-10, com sede na Rua Leone de Biagio, nº 83, Bairro Jardim Tropical, na cidade de Campo Mourão/PR, CEP:87301-240.

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO AO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, COMPREENDENDO A SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO DE INDIVIDUOS ARBÓREOS NATIVOS JUNTO AO SISTEMA SINAFLOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL (PCA) PARA ÁREA DE TRANSBORDO DE RESIDUOS SÓLIDOS URBANOS, ATENDENDO ÀS EXIGENCIAS DO ORGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

- Valor Total: R$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos reais).
Data de assinatura: 20 de Março de 2026.
Vigência:19/04/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:592607F8

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua José de França Pereira nº 10, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo Secretario Municipal de Administração, **Sr. Luiz Zenaide Gomes**.

CONTRATADA: FERNANDA ALMEIDA SANTOS - PSICOLOGIA, inscrita no CNPJ 30.646.803/0001-89, Localizada na Rua Verci Grande, Centro, nº 100, Santa Maria do Oeste/PR, CEP 85.230-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS DE CARÁTER PEDAGOGICO E MOTIVACIONAL, COM FOCO EM SAÚDE SOCIOEMOCIONAL E BEM-ESTAR NO AMBIENTE ESCOLAR, DESTINADAS A PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE-PR." (DURAÇÃO DE 3 HORAS DE FORMAÇÃO).

- Valor Total: R$ 3.000,00 (Três mil reais).
Data de assinatura: 20 de Março de 2026.
Vigência:19/04/2026

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:C5AEDA7E

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) JORGE A DE ANDRADE LAVACAR, inscrita no CNPJ sob n.º 22.009.753/0001-09, localizada na Rua Projetada D, Vila Pontarolo, Santa Maria do Oeste - Pr.

1 OBJETO:
"SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL"

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	AMBULANCIA	195,00	UN	129,00	25.155,00
6	CAMINHONETE	144,00	UN	98,00	14.112,00
15	VANS	330,00	UN	157,00	51.810,00
16	VEICULOS UTILITARIOS/ LINHA LEVE	1.713,00	UN	72,00	123.336,00
TOTAL					**214.413,00**

O total do item é de **R$ 214.413,00 (Duzentos E Quatorze Mil, Quatrocentos E Treze Reais).**

Data de assinatura: 20 de março de 2026.
Vigência: 19 de março de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:1B0097B4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 46/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) OTAVIO R BIONDARO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 21.942.634/0001-33, localizada na Rua Projetada C, 47, Jardim Santa Rita, Santa Maria do Oeste - Pr.

1 OBJETO:
"SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL"

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
2	CAMINHÃO ¾	74,00	UN	308,65	22.840,10
3	CAMINHÃO 2 EIXOS/ COLETA/ CAVALO MECANICO	178,00	UN	441,30	78.551,40
4	CAMINHÃO 3 EIXOS	144,00	UN	365,32	52.606,08
5	CAMINHÃO/REBOQUE	12,00	UN	387,26	4.647,12
7	ESCAVADEIRA	68,00	UN	668,50	45.458,00
8	KOMBI	40,00	UN	83,01	3.320,40
9	MICRO - ONIBUS	500,00	UN	236,57	118.285,00
10	MOTONIVELADORA	72,00	UN	576,66	41.519,52
11	ONIBUS	350,00	UN	319,01	111.653,50
12	PÁ CARREGADEIRA	24,00	UN	522,16	12.531,84
13	RETROESCAVADEIRA	92,00	UN	500,61	46.056,12
14	ROLO COMPACTADOR	48,00	UN	405,50	19.464,00
TOTAL					**556.933,08**

O total do item é de **R$ 556.933,08 (Quinhentos E Cinquenta E Seis Mil, Novecentos E Trinta E Três Reais E Oito Centavos).**

Data de assinatura: 20 de março de 2026.
Vigência: 19 de março de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:A746B978

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO SRP - PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
SRP - PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026
A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso torna público que fará licitação na modalidade: ***PREGÃO***, na forma: ***ELETRÔNICA***, do tipo: ***menor preço POR ITEM,*** para o seguinte Objeto*:* ***SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINEIROS, DESTINADOS À MINISTRAÇÃO DE OFICINAS DE ATIVIDADES ESPORTIVAS E FÍSICAS, DANÇA E EXPRESSÃO CORPORAL, ARTESANATO, ARTES MARCIAIS, MÚSICA E FANFARRA, EM ATENDIMENTO AO DFD – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA CONSTANTE NO EDITAL,*** conforme relação com quantidade e especificações constantes no **Termo de Referência anexo VIII do Edital**.
Início da Sessão de Disputa: dia **09/04/2026** ás **09h00min** (Horário Oficial de Brasília)
Sistema Eletrônico Utilizado: Bolsa de Licitação e Leilão do Brasil - BLL
A disputa será realizada pelo endereço eletrônico do sistema: http://bll.org.br
Dados para Contato: 0800-000-3879 – **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Endereço: Av. Deputado Nilson Ribas, 886
INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: Edital na íntegra encontra-se a disposição no site oficial do Município: **www.pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br – "LICITAÇÕES"** nos seguintes horários: das **08h00min** às **11h00min** e **13h00min** às **16h00min** de **Segunda** a **Sexta-Feira**, ficando os interessados responsáveis pela verificação de qualquer alteração no site. Maiores Informações e esclarecimentos: **Divisão de Licitações na Av. Deputado Nilson Ribas, 886**, ou através do telefone **0800-000-3879**, ou e-mail: **licitacao@pmsantoantoniodoparaiso.pr.gov.br**
Santo Antonio do Paraíso, em 20 de Março de 2026.

RICARDO GONÇALVES –
Pregoeiro

Publicado por:
Marcelo Feliciano Dos Santos
Código Identificador:4F5B2CE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 018/2026

PORTARIA N.º 018/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICOdeste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**018**		
AUTORIZADO:	**CLAUDECIR ROCHA LOPES**		
CPF N.º	**037.373.239-25**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**8.451.385-7**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**24/03/2026**		
CHEGADA:	**27/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO NS TREINAMENTOS EM GESTÃO PUBLICA, SISTEMA DE CONTROLE DE FRONTAS NOS MUNICIPIOS, FISCALIZAÇÃO DE COMBUSTIVEIS, PNEUS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**20/03/2026**		
ASS.: PRESIDENTE CÂMARA			
ASS.: TESOURARIA			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:FEDE595F

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 019/2026

PORTARIA N.º 019/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**019**		
AUTORIZADO:	**MANFREDO GERMANO KNAPP**		
CPF N.º	**179.891.320-87**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**2.363.280-2**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**24/03/2026**		
CHEGADA:	**27/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO NS TREINAMENTOS EM GESTÃO PUBLICA, SISTEMA DE CONTROLE DE FRONTAS NOS MUNICIPIOS, FISCALIZAÇÃO DE COMBUSTIVEIS, PNEUS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**20/03/2026**		
ASS.: PRESIDENTE CÂMARA			
ASS.: TESOURARIA			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:CA8ACA77

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 020/2026

PORTARIA N.º 020/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao AGENTE POLITICOdeste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DOSUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao AGENTE POLITICO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**020**		
AUTORIZADO:	**TANAL MASSOUD KARAN**		
CPF N.º	**032.142.789-08**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**8.281.625-9**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**24/03/2026**		
CHEGADA:	**27/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO NS TREINAMENTOS EM GESTÃO PUBLICA, SISTEMA DE CONTROLE DE FRONTAS NOS MUNICIPIOS, FISCALIZAÇÃO DE COMBUSTIVEIS, PNEUS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**20/03/2026**		
ASS.: PRESIDENTE CÂMARA			
ASS.: TESOURARIA			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.

PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:9223B43E

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 021/2026

PORTARIA N.º 021/2026

SUMULA: Conceder diária(s) ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas, em conformidade com o disposto no artigo 23º, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, culminado com as disposições do artigo 19º do Regimento deste Legislativo, e com base na **LEI ORDINÁRIA N.º 2.854/2021 de 02 de março de 2021**, resolve:
Artigo I: Concedida(s) a(s) diárias ao SERVIDOR COMISSIONADO deste Legislativo, conforme especificado abaixo:

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA N.º	**021**		
AUTORIZADO:	**CESAR MARCELO DO SANTOS**		
CPF N.º	**717.582.599-49**		
RG N.º / ORG. EXP. / UF	**4.981.309-0**	**SSP**	**PR**
DESTINO:	**CURITIBA – PR**		
SAIDA:	**24/03/2026**		
CHEGADA:	**27/03/2026**		
TOTAL DE DIÁRIA:	**3,5**		
VALOR DA DIÁRIA R$:	**979,39**		
TOTAL AUTORIZADO R$:	**3427,86**		
OBJETIVO:	**CURSO, REALIZAÇÃO NS TREINAMENTOS EM GESTÃO PUBLICA, SISTEMA DE CONTROLE DE FRONTAS NOS MUNICIPIOS, FISCALIZAÇÃO DE COMBUSTIVEIS, PNEUS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS.**		
MEIO DE TRANSPORTE:	**( ) PRÓPRIO ( ) OFICIAL ( ) CONVENCIONAL ( ) AÉREO**		
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR	**20/03/2026**		
ASS.: PRESIDENTE CÂMARA			
ASS.: TESOURARIA			
ASS.: SERVIDOR AUTORIZADO			

Artigo II: Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR.
PUBLIQUE-SE:

VALDIR ANTONIO CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:5FFA8F36

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMS Nº 11 DE 01 DE OUTUBRO DE 2025

RESOLUÇÃO CMS Nº 11 de 01 de outubro de 2025

Dispõe sobre o incentivo financeiro de investimento para obra de construção de UBS Tipo I, conforme Resolução SESA nº 1516/2025.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, do município de Santo Antonio do Sudoeste**,** no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2.165/10, de 19 de novembro de 2010:

R E S O L V E "AD REFERENDUM":

Art.1º Aprovar o incentivo financeiro de R$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para a obra de construção de UBS Tipo I na Vila Aurora, conforme Resolução SESA nº 1516/2025

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DELIA SEGOBIA MACHADO PEREIRA
Presidente CMS

Publicado por:
Cintia Fernanda Lanzarin
Código Identificador:1487F225

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 PROCESSO Nº 233/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

PROCESSO Nº 233/2026

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, em exercício, Senhor JOSÉ DORIVAL BANDEIRA, e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 228/2025, no uso de suas atribuições legais, avisa aos interessados que realizará no dia 06/04/2026, as 09:00 horas, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, menor preço Por item, que tem por objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas (ensiladeiras, carretas agrícolas e distribuidores de adubo), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

Data para cadastrar proposta na plataforma eletrônica vai do dia 24/03/2026, as 08:00 horas até 06/04/2026, as 08:00 horas.

Edital na íntegra, inclusive com anexos, à disposição no Departamento de Licitações, no site www.pmsas.pr.gov.br/licitações ou www.bll.org.br. Demais informações telefone (46) 3563-8000 e ainda por e-mail licitacao1@pmsas.pr.gov.br.

Santo Antonio do Sudoeste, em 20/03/2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício

NATALICIA FRANCISCONI PASTÓRIO
Pregoeira

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:9A076C7C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 538/2025 PROCESSO DISPENSA Nº 101/2025

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 538/2025
Processo dispensa Nº 101/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reparo e manutenção de bancos estofados com tecido automotivo em veículos e máquinas da frota municipal.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: GILMAR STEFANO - ME;
VALOR: R$ 3.017,50Três Mil e Dezessete Reais e Cinqüenta Centavos.
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: GILMAR STEFANO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1F6F753B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 366/2024 PREGÃO Nº 53/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 2 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 366/2024
Pregão Nº 53/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de toda linha de peças de reposição, linha de filtros, óleos lubrificantes em geral, mão de obra de mecânica e transporte (remoção) para ÔNIBUS ESCOLARES, pertencentes à frota do município de Santo Antônio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MECÂNICA BUDEGA, ADILSON & ANICE LTDA - EPP;
VALOR: R$ 4.024,95Quatro Mil e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Cinco Centavos.
DATA DA ASSINATURA: 19/03/2026
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal

e pela contratada: ADILSON LUIZ FAVERO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6D8D01D2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2026 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2026
Processo inexigibilidade nº 028/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ- SEBRAE/PR
CNPJ Nº 75.110.585/0001-00
Representante: CESAR GIOVANI COLINI GONÇALVES
CPF nº 796.679.029-00
OBJETO: aquisição de equipamentos agrícolas (ensiladeiras, carretas agrícolas e distribuidores de adubo), visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do Município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

VALOR TOTAL: R$ 3.000,00 (Três Mil Reais)
VIGÊNCIA: 19/03/2027
Santo Antonio do Sudoeste, em 20/03/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:550A8FD6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, a servidora **EMANUELE SANTOS DA SILVA**, ocupante do cargo em emprego Público de Professora - PSS 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 120 dias de Licença Maternidade, com efeitos retroativos a partir de 26 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 DE MARÇO DE 2026.

Publique – se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em exercício.

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:09D2EA77

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 041/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Lei 2.984/2022 – "*Dispõe sobre a instituição do Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade, e dá outras providências*.

Considerando o disposto no art. 6º da referida Lei, que assim dispõe: *"Art. 6º A servidora que encontrar-se em gozo da Licença-Maternidade, na data da publicação desta lei, ou no período de 02 (dois) meses do final, poderá solicitar a prorrogação da Licença, desde que requerida até 30(trinta) dias após a data de publicação da presente Lei".*
Considerando a recomendação médica, que ficará fazendo parte integrante e inseparável desta portaria. (Anexo I).
RESOLVE:
Art. 1º **CONCEDER**, a servidora NICOLE CRISTINE PASTORINI ocupante do cargo efetivo de FARMACEUTICA, com carga horaria de 40 horas semanais lotada na **SECRETARIA DE SAÚDE**, 120 dias de Licença Maternidade a partir de 09 de março de 2026.
Art. 2º **CONCEDER**, prorrogação de prazo de 60 (sessenta) dias para gozo de licença maternidade a servidora citada acima, com data de retorno em **06/07/2026.**
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor com devida publicação da data de hoje.

Publique – se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 DE MARÇO DE 2026.

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, Em exercício.

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:0A133DBF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 38/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal 2.514/2015,

R E S O L V E:

PROMOVER, para a classe "B" permanecendo no mesmo nível que se encontra, por haver concluído curso de Licenciatura em Pedagogia, a servidora ANA PAULA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professora, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 31 de março de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 DE MARÇO DE 2026.

Publique-se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:E15AAC85

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 39/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal 2.514/2015,

R E S O L V E:

PROMOVER, para a classe "D" permanecendo no mesmo nível que se encontra, por haver concluído curso de Graduação em GRH, Tecnológico em Gestão de Recursos Humanos, o servidor VALDECIR PALOSKI, ocupante do cargo efetivo de Agente de Veículos, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, a partir de 31 de março de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 20 DE MARÇO DE 2026.

Publique-se

JOSÉ DORIVAL BANDEIRA
Prefeito Municipal, em Exercício.

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:001BC780

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 06/2026

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE – CODENOP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI 10.520/2002.

SÚMULA: *Dispõe sobre a prorrogação da validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 e da outras providências.*

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do art. 37, inciso III da Constituição Federal do Brasil, art. 1º bem como item 2.2 do edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, fica prorrogado o prazo de validade pelo período de 01 (Um) ano o referido Processo Seletivo.

Art.2º - As demais exigências e obrigações do edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 permanecem inalteradas, ficando sua vigência até 04/03/2027.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 04/03/2026.

São Jeronimo da Serra, 20 de Março de 2026.

VINICIUS DJALMA ROSA
Presidente

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:AF832966

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 07/2026

O **CODENOP – Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Território Nordeste do Paraná,** através do Presidente VENICIUS DJALMA ROSA, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que o contrato de trabalho firmado com o empregado, **ANA LUIZA BENETTI PINTO,** RG nº 13.174.746-2 PR, CPF 068.410.169-63 *tinha como termo a data de* 18/03/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Declarar extinto o contrato de trabalho nº 02/2025 do empregado **ANA LUIZA BENETTI PINTO,** CPF sob nº 068.410.169-63, RG nº 13.174.746-2– PR, CFMV Nº 21539-VP, que foi nomeada pela Portaria Nº 11/2025 função de MEDICA VETERINÁRIA do Programa de Serviço Inspeção Industrial e sanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal do consórcio CODENOP, tendo em vista aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, homologado pela Portaria nº 13/2023 de 02 de Agosto de 2023, prorrogado pela Portaria nº 09/205.
Art. 2º Autorizar o pagamento das verbas rescisórias asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme respectivo Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros até 18 de Março de 2026.

São Jeronimo da Serra, 20 de Março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do CODENOP

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:D56F5C6B

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 01/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITORIO NORDESTE DO PARANÁ - CODENOP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.146.697/0001-15, neste ato representado pelo Sr Presidente, em pleno exercício de mandato e funções, SR ***VENICIUS DJALMA ROSA,*** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº 8.241.196-8. o CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade de São Jeronimo da Serra/PR.
CONTRATADO: PAMELA KAOANNE DIOGO DE OLIVEIRA pessoa física, brasileira, maior, residente e domiciliado na cidade de São Jeronimo da Serra – Paraná, devidamente inscrita no CPF sob nº 063.718.239-14, RG nº 12.791.660- **CTPS** 3631426 – 0050 -PR, **Objeto: ENGENHEIRA AGRONOMA,** do Programa de Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal, carga horária de 40hrs semanais.

Valor: O Contratante pagará ao Contratado, a título de salário mensal, para a prestação dos serviços a importância de R$ **4.676,72** (Quarto mil, seiscentos e setenta e seis reais, e setenta e dois centavos), vantagens e descontos previdenciários, conforme determina a CLT.
Justifica-se o presente termo Aditivo por se tratar de serviços contínuos, sendo de extrema importância para o consórcio.
CLÁUSULA 1ª – Na forma do Item 2.2 do Edital nº 01/2025 fica prorrogado a vigência do contrato nº. 01/2025, pelo mesmo período. Tendo vencimento em 04.03.2027.

CLÁUSULA 2ª - Os demais termos do contrato permanecem inalterados.

CLAÚSULA 3ª - As partes elegem o Foro da Comarca de São Jeronimo da Serra -Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

São Jeronimo da Serra, 04 de março de 2026.

Contratante
CODENOP
Presidente

Contratado
PAMELA KAOANNE DIOGO DE OLIVEIRA

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:A35937C3

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 002/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

CONTRATADO: ANA LUIZA BENETTI PINTO, pessoa física, brasileira, maior, residente e domiciliado na cidade de São Jeronimo da Serra – Paraná, devidamente inscrita no CPF sob nº 068.410.169-63, RG nº 13.174.746-2- PR, neste ato denominado simplesmente contratada, e de outro lado**: CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE - CODENOP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.146.697/0001-15, neste ato representado pelo Sr. Presidente, em pleno exercício de mandato e funções, ***VENICIUS DJALMA ROSA,*** brasileiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 8.241.196-8 e CPF sob o nº. 036.270.189-07, residente e domiciliado nesta cidade, **rescindem o contrato celebrado em 18/03/2025 nos seguintes termos**:

As partes acima qualificadas firmaram contrato para a Prestação de Serviços **MEDICA VETERINÁRIA,** do Programa de Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal, carga horária de 40hrs semanais, pelo Contratado ao Contratante, para o período de vigência do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, tendo encerrado o presente contrato na data de 18.03.2026, neste ato **RESCINDIR** o referido contrato em todos os seus termos**.**
Por ser expressão de verdade, firma-se o presente para que surtam seus efeitos jurídicos e legais.

São Jeronimo da Serra, 18 de Março de 2026.

CONSÓRCIO CODENOP
Contratante

ANA LUIZA BENETTI PINTO
Contratada

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:5B7FAB39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO NO 089/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 39/2025– CONCORRÊNCIA/ELETRÔNICA NO 006/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na PRAÇA CORONEL DEOLINDO, no 151, em SÃO JERÔNIMO DA SERRA/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o no 76.290.683/0001-20, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Sr(a). Prefeito(a) VENICIUS DJALMA ROSA, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG sob no 8.241.196-8 e inscrito no CPF/MF no 036.270.189.07, residente e domiciliado(a) neste Município e;

CONTRATADA: MONTINI CONSTRUTORA E TRANSACOES IMOBILIARIAS LTDA, CNPJ 56.425.576/0001-55, localizada na Rua Santa Izabel, nº 109, Jardim Caviúna, cidade de Rolândia/PR, endereço eletrônico: imobmontini@gmail.com, telefone: (43) 99957-4425, representada por LUCAS FERNANDO MONTINI SALLE, portador do R.G nº. 128008136 SESP/PR inscrito(a) no CPF sob no 094.116.919-78, residente na cidade ROLÂNDIA/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo a PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 89/2025 celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA e a EMPRESA MONTINI CONSTRUTORA E TANSACOES IMOBILIÁRIAS LTDA, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA A REFORMA DE QUADRA DE ESPORTES DA PREFEITURA NO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, conforme processo administrativo no 39/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Apesar de não ter sido suspensa a execução do contrato, prerrogativa legal esta que pode ser observada nos §§1º, 5º, 6º e 7° do Art. 115 da nova lei de licitações 14.133/2021, a empresa MONTINI CONSTRUTORA E TANSACOES IMOBILIÁRIAS LTDA teve sua mobilização de equipe de trabalhadores e aporte de investimento na obra em questão reduzida e/ ou comprometida em função das seguintes hipóteses legais, conforme podem ser observadas também nos pareceres técnicos e jurídicos:

I - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Não obstante, como se observa nos pareceres anexos, a municipalidade e a convenente entendem como justificável e razoável o pedido de PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO em 120 dias E PRAZO DE VIGÊNCIA em 60 dias do contrato N° 089/2025.

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 120 (cento e oitenta) dias e prazo de VIGÊNCIA do contrato por 60 dias, passando a vencer o prazo de execução em 30/07/2026 e vigência 02/08/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, declarando as partes aceitar as disposições estabelecidas neste instrumento.

São Jerônimo da Serra, 20 de março de 2026.

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR
Contratante

MONTINI CONTRUTORA E TRANSACOES MOBILIÁRIAS LTDA
Contratada

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:15339785

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
65° EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023

65º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DE APROVADOS

A Prefeitura do Município de São Jerônimo da Serra convoca para nomeação o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001/2022, abaixo relacionados (as), para apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis a publicação (Item 15.2), das 08h às 11h30m e das 13h às 17h, portando todos os documentos constantes no Anexo, no Edifício Sede da Prefeitura, sito à Praça Coronel Deolindo nº S/N, Centro. A não apresentação dos documentos em conformidade com o Edital impedirá o efetivo ato de provimento, desclassificando o candidato do Concurso Público, podendo ser chamado o candidato subsequente na ordem de classificação geral.
Para fins de atendimento dos requisitos para posse constante do item 4 do Edital Concurso Público, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, no ESTADO DO PARANÁ**, faculta aos ora Convocados o uso dos modelos de declarações de bens e valores (Anexo I), e de desincompatibilização/desvinculação (Anexo II), nada impedindo, por outro lado, que o convocado adote o modelo que melhor lhe aprouver, desde que atenda ao disposto no art. 13 da Lei Federal 8.429/92 (LIA) para a declaração de bens de valores, bem como cumpra com as disposições editalícias para as demais declarações.

Os anexos estarão disponíveis do Diário Oficial Eletrônico e no site do Município de São Jeronimo da Serra.

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
257997	Pedagogo (a)	Edilaine Correia Batista Mello	6º
258556	Psicólogo (a)	Emanuele Pianelli Caetano Pereira	14º
260526	Fisioterapeuta	Talita Lopes Buranello	3º
259728	Cirurgião (a) Dentista	Hyago Dias Jaouiche	6º

São Jerônimo da Serra, aos 20 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivan Igor de Oliveira Perusso
Código Identificador:37D11747

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO 001/2026

O Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Território Nordeste do Paraná - Codenop, torna público aos interessados, que promoverá a DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO 001/2026, tendo por objeto o**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER DEMANDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE DO PARANÁ - CODENOP,** em conformidade com o disposto no Edital e seus anexos.
VALOR ESTIMADO: R$ 8.884,51 (oito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos)
Realização dia 27 de março de 2026 às 09:00 horas. Informações complementares, bem como, a retirada do Edital Completo, poderão ser obtidas nos sites: https://www.codenop.com.br/www.pncp.gov.br e http://www.bllcompras.com/Home/Login/ (Informações: Unidade Compras – Licitação – (43) 3772-2762. São Jerônimo da Serra, 20 de março de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Presidente do Consórcio

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação (Pregoeira)

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D4CD30AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 014/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA 014/2026

ATO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, por intermédio do **PREFEITO MUNICIPAL SR. VENICIUS DJALMA ROSA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021,
CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade;
CONSIDERANDO que a Dispensa de Licitação nº 014/2026 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MÓVEIS E ELÉTROS PARA CASA LAR DO MUNÍCIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SENDO ESSA UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E QUE SIGA QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS, foi regularmente instaurada;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar maior competitividade, isonomia entre os interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
CONSIDERANDO a reavaliação do cenário administrativo, evidenciando a viabilidade de realização de procedimento licitatório na modalidade pregão;
CONSIDERANDO que a revogação decorre de juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública;
RESOLVE:
Art. 1º Revogar, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a Dispensa de Licitação nº 014/2026 referente ao Processo Administrativo nº 031/2026, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MÓVEIS E ELÉTROS PARA CASA LAR DO MUNÍCIPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, SENDO ESSA UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E QUE SIGA QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANE**XOS.
Art. 2º Determinar a adoção das providências necessárias para a instauração de procedimento licitatório na modalidade **pregão**, visando à contratação do objeto em questão.
Art. 3º Determinar o arquivamento do presente processo administrativo, após as formalidades legais.
Art. 4º Dar ciência aos interessados, assegurando, se for o caso, o exercício do contraditório e da ampla defesa.
Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra, 20 de março de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:CBE9007E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 025/2026 – DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB DO DISTRITO DE SÃO JOÃO DO PINHAL, E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA INSTRUÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana;

CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolado sob nº 045/2026, formulado por interessado legitimado, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover a análise, processamento e eventual regularização de núcleos urbanos informais, observados os requisitos legais, urbanísticos, ambientais e sociais;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como da supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo com a finalidade de proceder a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB) do Núcleo Urbano Informal Consolidado do Distrito de São João do Pinhal, nesta Municipalidade, nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 2º. O processo administrativo referido no artigo 1º será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e executado pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, a ser devidamente constituída por Decreto Municipal, com a estrita colaboração de todas as unidades e departamentos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Para o processo da Regularização Fundiária de Interesse Social referido no artigo 1º, a Comissão especial de Regularização Fundiária adotara as medidas de estilo para a instrução processual, obedecendo às fases estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11

de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 4°. A instauração do procedimento NÃO IMPLICA:

I – Reconhecimento automático da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E);
II – Aprovação de projeto urbanístico;
III – validação de documentos apresentados pelo requerente;
IV – Reconhecimento de domínio, posse ou qualquer direito real;
V – Assunção de responsabilidade pelo Município quanto à área objeto da regularização.

Art. 5°. A classificação da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E) dependerá de análise técnica e social, vedado seu reconhecimento automático com base exclusiva em declaração do requerente.

Art. 6°. O requerente deverá apresentar, no curso do procedimento, toda a documentação técnica exigida pela legislação, incluindo, mas não se limitando a:

I – levantamento planialtimétrico;
II – memorial descritivo;
III – projeto urbanístico;
IV – cadastro socioeconômico dos ocupantes;
V – estudos ambientais, quando exigidos;
VI – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/RRT;
VII – comprovação da cadeia dominial ou situação fundiária.

Art. 7º. A atuação do requerente e de eventuais profissionais envolvidos ocorrerá por sua conta e risco, não gerando qualquer obrigação ao Município quanto à aprovação do projeto ou conclusão da regularização.

Art. 8º. O Município poderá, a qualquer tempo:

I – solicitar complementação documental;
II – realizar diligências;
III – indeferir o pedido, mediante decisão fundamentada, caso não atendidos os requisitos legais.

Art. 9º. A eventual aprovação da regularização fundiária somente ocorrerá após:

I – completa instrução do procedimento;
II – emissão de parecer técnico favorável;
III – emissão de parecer jurídico;
IV – decisão administrativa formal da autoridade competente.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFICIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DE MARÇO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:A6874E7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 026/2026 – DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO BAIRRO DA VILA MADALENA, E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA INSTRUÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana;

CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolado sob nº 039/2026, formulado por interessado legitimado, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover a análise, processamento e eventual regularização de núcleos urbanos informais, observados os requisitos legais, urbanísticos, ambientais e sociais;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como da supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo com a finalidade de proceder a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB) do Núcleo Urbano Informal Consolidado do Bairro da Vila Madalena, nesta Municipalidade, nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 2º. O processo administrativo referido no artigo 1º será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e executado pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, a ser devidamente constituída por Decreto Municipal, com a estrita colaboração de todas as unidades e departamentos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Para o processo da Regularização Fundiária de Interesse Social referido no artigo 1º, a Comissão especial de Regularização Fundiária adotara as medidas de estilo para a instrução processual, obedecendo às fases estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 4°. A instauração do procedimento **NÃO IMPLICA**:

I – Reconhecimento automático da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E);
II – Aprovação de projeto urbanístico;
III – validação de documentos apresentados pelo requerente;
IV – Reconhecimento de domínio, posse ou qualquer direito real;
V – Assunção de responsabilidade pelo Município quanto à área objeto da regularização.

Art. 5°. A classificação da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E) **dependerá de análise técnica e social**, vedado seu reconhecimento automático com base exclusiva em declaração do requerente.

Art. 6°. O requerente deverá apresentar, no curso do procedimento, **toda a documentação técnica exigida pela legislação**, incluindo, mas não se limitando a:

I – levantamento planialtimétrico;
II – memorial descritivo;
III – projeto urbanístico;
IV – cadastro socioeconômico dos ocupantes;
V – estudos ambientais, quando exigidos;
VI – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/RRT;
VII – comprovação da cadeia dominial ou situação fundiária.

Art. 7º. A atuação do requerente e de eventuais profissionais envolvidos **ocorrerá por sua conta e risco**, não gerando qualquer

obrigação ao Município quanto à aprovação do projeto ou conclusão da regularização.

Art. 8º. O Município poderá, a qualquer tempo:

I – solicitar complementação documental;
II – realizar diligências;
III – indeferir o pedido, mediante decisão fundamentada, caso não atendidos os requisitos legais.

Art. 9º. A eventual aprovação da regularização fundiária somente ocorrerá após:

I – completa instrução do procedimento;
II – emissão de parecer técnico favorável;
III – emissão de parecer jurídico;
IV – decisão administrativa formal da autoridade competente.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFICIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DE MARÇO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:566AD16B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 027/2026 – DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – REURB NO BAIRRO DA VILA DO GRILO, E ESTABELECE DIRETRIZES PARA SUA INSTRUÇÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à regularização fundiária urbana;

CONSIDERANDO o requerimento administrativo protocolado sob nº 040/2026, formulado por interessado legitimado, nos termos do art. 14 da Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover a análise, processamento e eventual regularização de núcleos urbanos informais, observados os requisitos legais, urbanísticos, ambientais e sociais;

CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como da supremacia do interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo com a finalidade de proceder a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB) do Núcleo Urbano Informal Consolidado do Bairro da Vila do Grilo, nesta Municipalidade, nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 2º. O processo administrativo referido no artigo 1º será coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e executado pela Comissão Especial de Regularização Fundiária, a ser devidamente constituída por Decreto Municipal, com a estrita colaboração de todas as unidades e departamentos da Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Para o processo da Regularização Fundiária de Interesse Social referido no artigo 1º, a Comissão especial de Regularização Fundiária adotara as medidas de estilo para a instrução processual, obedecendo às fases estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, combinada com o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 4°. A instauração do procedimento **NÃO IMPLICA**:

I – Reconhecimento automático da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E);
II – Aprovação de projeto urbanístico;
III – validação de documentos apresentados pelo requerente;
IV – Reconhecimento de domínio, posse ou qualquer direito real;
V – Assunção de responsabilidade pelo Município quanto à área objeto da regularização.

Art. 5°. A classificação da modalidade de regularização (REURB-S ou REURB-E) **dependerá de análise técnica e social**, vedado seu reconhecimento automático com base exclusiva em declaração do requerente.

Art. 6°. O requerente deverá apresentar, no curso do procedimento, **toda a documentação técnica exigida pela legislação**, incluindo, mas não se limitando a:

I – levantamento planialtimétrico;
II – memorial descritivo;
III – projeto urbanístico;
IV – cadastro socioeconômico dos ocupantes;
V – estudos ambientais, quando exigidos;
VI – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/RRT;
VII – comprovação da cadeia dominial ou situação fundiária.

Art. 7º. A atuação do requerente e de eventuais profissionais envolvidos **ocorrerá por sua conta e risco**, não gerando qualquer obrigação ao Município quanto à aprovação do projeto ou conclusão da regularização.

Art. 8º. O Município poderá, a qualquer tempo:

I – solicitar complementação documental;
II – realizar diligências;
III – indeferir o pedido, mediante decisão fundamentada, caso não atendidos os requisitos legais.

Art. 9º. A eventual aprovação da regularização fundiária somente ocorrerá após:

I – completa instrução do procedimento;
II – emissão de parecer técnico favorável;
III – emissão de parecer jurídico;
IV – decisão administrativa formal da autoridade competente.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFICIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 20 DE MARÇO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:127B04B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 087/2026 – DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: PRORROGAR POR 60 (SESSENTA) DIAS O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ARRECADAÇÃO DE BEM VAGO INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 014/2026 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO *a justificativa apresentada pela Presidente da Comissão Processante;*
CONSIDERANDO *a previsão legal contido no Código Civil referente a Arrecadação de Bem Vago;*
CONSIDERANDO *sobretudo o interesse público;*

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, designada pela Portaria nº 014/2026 em face às razões apresentadas pela Presidente da Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, AOS 20 DE MARÇO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:730EDD55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2026

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suasatribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 029/2021.

CONSIDERANDOo Processo de escolha suplementar dos membros suplentes do Conselho Tutelar Município de São Jerônimo da Serra – Paraná para o restante do quadriênio 2024/2028,

RESOLVE:

Art. 1º -Tornar Público a relação de pessoas que foram convocadas para trabalhar como mesários na eleição para Conselheiros Tutelar de São Jerônimo da Serra no dia 22 de março de 2026, conforme segue:

Seção 1 – São Jerônimo da Serra
Presidente: Fabiane Cunha de Souza
1º mesário: Deise Graziele Palma de Campos
2º mesário: Carina Bernucci Rosa

Seção 2 – São João do Pinhal
Presidente: Heloisa Borges Sampaio
1° mesário: Alana Caroline Sarggin
2° mesário: Mariza de Lourdes Novi Vieira

Seção 3 – Terra Nova
Presidente: Selma da Silva Sampaio Camargo
1º mesário: Sergio Galdino da Silva Neto
2º mesário: Linia Rodrigues Ferreira

Equipe de Apoio
Lillian Gabriella Rodrigues Teixeira Avelar
Quesia Semadar dos Santos Proença

Art. 2º -Os servidores serão convocados para trabalhar em data estabelecida e ficarão à disposição até o término dos trabalhos eleitorais.

Art. 3º - É vedada a participação de servidores cônjuges, companheiros,ascendentes e descendentes, parentes colaterais ou afins até o segundo grau dos candidatos ao cargo de conselheiro tutelar.

Art. 4º -Fica deliberado folga de 2 dias ao servidor convocado para trabalhar nas eleições, sem prejuízo ao trabalho.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra, 19 de março de 2026.

GESSICA DENORA RIBEIRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:325E8378

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 – CMAS

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação da Resolução AD Referendum Nº 001/2026 – CEAS/PR Incentivo para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação ocorrida em Reunião Extraordinária realizada no dia 20 de março de 2026, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e Plano de Ação, referente a transferência de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/PR, nos termos da Resolução AD Referendum Nº 001/2026 do CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/PR Incentivo para a construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São Jeronimo da Serra, 20 de março de 2026.

SÉRGIO GALDINO DA SILVA NETO
Presidente em Exercício – CMAS/SJS.

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:210903AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2025 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a empresa E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA, CNPJ nº** 21.783.673/0001-35, sediada na RUA JOSE BATISTA PROENCA, 1435 - CENTRO, CEP: 86.270-000 na cidade São Jerônimo da Serra / Paraná, e-mail: erickbomfim484@gmail.com, telefone: (43) 3267-1645 (43) 99127-4696 representante Sr. **ERICK HENRIQUE RODRIGUES BOMFIM**, portador do CPF nº 090.152.639-81, de ora em diante

denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **AQUISIÇÃO DE PORCELANATO 72X72, ARGAMASSA AC-III, REJUNTE EPÓXI, NIVELADOR PORCELANATO E CUNHA, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando a anuência e justificativa do Departamento de Saúde;
Considerando a permissão legal contida no art. 125 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;
Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo de valores ao contrato administrativo nº 223/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo de valores, referente acréscimo de 10 unidades do **"ITEM 3- Rejunte Epóxi"** do contrato 223/2025, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente aditivo é de 25%, em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais)**, passando o valor total do contrato de R$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais) para **R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 223/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 19 de março de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:594A28F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2025 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 223/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E a empresa E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA

MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná**,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 76.290.683/0001-20, com sede nesta cidade, na Praça Coronel Deolindo, nº s/n, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8residente e domiciliado nesta cidade e comarca de São Jerônimo da Serra, simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA, CNPJ nº** 21.783.673/0001-35, sediada na RUA JOSE BATISTA PROENCA, 1435 - CENTRO, CEP: 86.270-000 na cidade São Jerônimo da Serra / Paraná, e-mail: erickbomfim484@gmail.com, telefone: (43) 3267-1645 (43) 99127-4696 representante Sr. **ERICK HENRIQUE RODRIGUES BOMFIM**, portador do CPF nº 090.152.639-81, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo como o objeto: **AQUISIÇÃO DE PORCELANATO 72X72, ARGAMASSA AC-III, REJUNTE EPÓXI, NIVELADOR PORCELANATO E CUNHA, PARA ATENDER UMA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – PR**
Considerando a anuência da Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando a anuência e justificativa do Departamento de Saúde;
Considerando a permissão legal contida no art. 125 da Lei 14.133/2021;
Considerando o interesse e concordância das partes na reprogramação destes termos;
Considerando o interesse público;
Resolvem:
Celebrar o presente termo aditivo de valores ao contrato administrativo nº 223/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto
Constitui objeto deste Termo Aditivo de valores, referente acréscimo de 10 unidades do **"ITEM 3- Rejunte Epóxi"** do contrato 223/2025, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, anexo ao processo administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente aditivo é de 25%, em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais)**, passando o valor total do contrato de R$ 2.120,00 (dois mil cento e vinte reais) para **R$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 223/2025.

Assim, estando as partes justas e contratadas, na presença das testemunhas abaixo assinaladas, assinam o presente em três vias de igual forma e teor, para que este aditamento surta os efeitos jurídicos que lhe são desejados.

São Jerônimo da Serra, 19 de março de 2026.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

E. H. R. BOMFIM & SILVA LTDA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:E4BBFD10

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 012/2026 - PREGÃO ELETRONICO 04/2026

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 012/2026
PREGÃO ELETRONICO 04/2026

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 979 - centro, inscrito no CGC/MF nº 77.819.605/0001-33, neste ato representado

pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. FRANCO MARIA ALVES CABRAL
CONTRATADA: **GUERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**
OBJETO: Fornecimento de brindes destinados à comemoração do Dia Internacional da Mulher, para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras – PR
TERMO DE RESCISÃO: Rescisão Unilateral do Contrato nº 012/2026, oriundo do Pregão Eletrônico nº 04/2026, com fundamento no art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DE ASSINATURA:20 de março de 2026.
FORO: Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná.

São José das Palmeiras - PR, 20 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:E5409762

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 065/2026 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO A FIM DE APURAR O DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO N.º 012/2026

PORTARIA N.º 065/2026
DATA: 20 de março de 2026.

SÚMULA: Nomeia Membros para Comporem a Comissão de Processo Administrativo a fim de apurar o descumprimento do Contrato n.º 012/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO.

RESOLVE

Art. 1º - Nomeia membros para comporem a Comissão que deverá abrir processo administrativo, a fim de apurar o descumprimento do Contrato n.º 012/2026, para Contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes destinados à comemoração do Dia Internacional da Mulher, evento público com data previamente definida e amplamente divulgada, organizado pela Secretaria de Assistência Social de São José das Palmeiras/PR.
Membros:
Isabela Aparecida Arboleya (Presidente);
Andreia Cristine Zimpel (membro);
Dulcineia Cristina Lima (membro);
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – Paraná, aos 20 de março de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:603CED00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONVOCAÇÃO

AVISO DE CONVOCAÇÃO

O município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, **CONVOCA** o pessoal abaixo relacionado, classificado no credenciamento nº 03/2026, para comparecer junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná, Avenida Paraná, nº 307, entre os dias **23/03/2026 à 25/03/2026**, das 08:00 às 11:30 horas, para tratarem de assuntos relacionados à contratação dos serviços.

RELAÇÃO DOS CONVOCADOS:

CARGO: MÉDICO CARDIOLOGISTA

ORD	PROTOCOLO	NOME	CNPJ:
1	6758	MJR MAGALHÃES JUNIOR SERVIÇOS MEDICOS LTDA	52.711.054/0001-59

São Pedro do Paraná-PR, 19 de março de 2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:99AD648D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO N°131/2026

DECRETO Nº 131/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 63/2025-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Pregoeira, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 63/2025-PMSPPR de 29 de outubro de 2025, que tomou por objeto a aquisição de equipamentos para atender às demandas das Secretarias Municipais, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 63/2025-PMSPPR de 29 de outubro de 2025.
OBJETO: equipamentos
03.001.04.124.0004.2164 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.122.0002.2007 MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE ASSESSORAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.124.0004.2010 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.124.0004.2163 MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE0
3.001.04.124.0004.2165 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.129.0004.2012 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRIBUTACAO E
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
03.001.04.129.0004.2013 MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TESOURARIA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
04.001.04.122.0009.2020 ADMINISTRACAO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
05.001.12.361.0018.2151 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO
3.3.90.30.00.00- MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

05.001.12.361.0018.2045 ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 5ª SÉRIES - RECURSOS PRÓPRIOS
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
05.002.12.365.0019.2051 CRECHES MUNICIPAIS (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
05.002.12.365.0019.2.052 – ENSINO PRÉ-ESCOLAR (RECURSOS PRÓPRIOS)
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

06.001.27.812.0021.2054 MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DESPORTIVA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.301.0022.1426 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CLINICA DE FISIOTERAPIA
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.301.0022.1430 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.301.0022.2059 ADMINISTRACAO GERAL DO SISTEMA UNICO DE SAÚDE
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
07.001.10.302.0022.2062 PSB - PROGRAMA DE SAUDE BUCAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
08.001.08.244.0023.2063 CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
10.001.18.541.0029.2080 ACOES DIRETAS DE PRESERVACAO AMBIENTAL
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

No Valor Máximo de **R$ 1.140.791,09 (um milhão cento e quarenta mil setecentos e noventa e um real e nove centavos)** em favor dos proponentes:

VMLX ELETRONICOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.800.477/0001-40 com os lotes 37, 68, 87 e 91, no valor total de R$ 26.639,62 (vinte e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos);

L J MONDARDO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.158.848/0001-02 com os lotes 8 e 12, no valor total de R$ 29.550,00 (vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta reais);

EXXITUS COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA E PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.380.856/0001-09 com os lotes 61, 97, 98, 101 e 102, no valor total de R$ 2.444,24 (dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos);

AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.885.137/0001-80 com os lotes 4 e 47, no valor total de R$ 22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais);

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.740.794/0001-60 com os lotes 78 e 79, no valor total de R$ 1.404,85 (um mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos);

MORIMED COMERCIAL EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.499.522/0001-73 com o lote 15, no valor total de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);

VERLUMA COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 63.679.550/0001-07 com os lotes 14 e 17, no valor total de R$ 12.350,00 (doze mil, trezentos e cinquenta reais);

SC COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.758.465/0001-13 com os lotes 23 e 58, no valor total de R$ 3.140,00 (três mil, cento e quarenta reais);

DRS MOVEIS E DECORACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.892.523/0001-70 com os lotes 9, 10, 40, 43, 44, 66, 83, 84, 103, 116 e 121, no valor total de R$ 42.711,36 (quarenta e dois mil, setecentos e onze reais e trinta e seis centavos);

D BERLATO & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.630.233/0001-57 com o lote 2, no valor total de R$ 4.309,98 (quatro mil, trezentos e nove reais e noventa e oito centavos);

PAPERFLEX COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.299.558/0001-69 com o lote 28, no valor total de R$ 3.510,00 (três mil, quinhentos e dez reais);

CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.735.873/0001-04 com os lotes 24, 30, 35 e 94, no valor total de R$ 20.460,00 (vinte mil, quatrocentos e sessenta reais);

C E C IMPORTACAO ECOMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.864.422/0001-73 com os lotes 22, 25, 42, 48, 50, 53, 54, 55, 56 e 77, no valor total de R$ 61.215,74 (sessenta e um mil, duzentos e quinze reais e setenta e quatro centavos);

DORAMEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.932.562/000176 com o lote 21, no valor total de R$ 3.899,97 (três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos);

BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.680.592/0001-51 com os lotes 49, 51, 67, 74, 80 e 100, no valor total de R$ 50.844,13 (cinquenta mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos);

V. A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.770.897/0001-06 com os lotes 39, 41, 57, 90, 92 e 93, no valor total de R$ 28.796,00 (vinte e oito mil, setecentos e noventa e seis reais);

CARLOS AMERICO GALAXE SEGUNDO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.202.546/0001-82 com o lote 107, no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais);

HOMETECH SISTEMAS ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.099.152/0001-10 com os lotes 29, 96 e 118, no valor total de R$ 8.298,00 (oito mil, duzentos e noventa e oito reais);

CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.909.512/0001-67 com o lote 3, no valor total de R$ 2.899,00 (dois mil, oitocentos e noventa e nove reais);

ALFCOMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.581.380/0001-84 com os lotes 36, 106 e 112, no valor total de R$ 27.240,00 (vinte e sete mil, duzentos e quarenta reais);

BERNINI E ROCHA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.783.677/0001-02 com os lotes 5, 62, 63, 64 e 115, no valor total de R$ 4.203,54 (quatro mil, duzentos e três reais e cinquenta e quatro centavos);

LEV INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.795.852/0001-16 com o lote 31, no valor total de R$ 17.899,00 (dezessete mil, oitocentos e noventa e nove reais);

MELIM COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.608.132/0001-90 com o lote 117, no valor total de R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais);

EVA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.040.353/0001-16 como lote 13, no valor total de R$ 31.960,00 (trinta e um mil, novecentos e sessenta reais);

R. A HERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.148.745/0001-04 com o lote 71, no valor total de R$ 4.790,00 (quatro mil, setecentos e noventa reais);

K & M MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.892.801/0001-23 com o lote 119, no valor total de R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais);

AVANTI OFFICE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.186.229/0001-63 com os lotes 27 e 113, no valor total de R$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais);

L A PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.965.390/0001-59 com os lotes 72 e 75, no valor total de R$ 26.630,48 (vinte e seis mil, seiscentos e trinta reais e quarenta e oito centavos);

FRANZON SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.065.097/0001-28 com o lote 99, no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais);

REALMEDE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.580.482/0001-50 com o lote 26, no valor total de R$ 9.360,00 (nove mil, trezentos e sessenta reais);

MAGNA CLINIC ODONTOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.934.049/0001-07 com os lotes 1, 32, 33 e 34, no valor total de R$ 57.392,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e dois reais);

CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.581.101/0001-39 com os lotes 110 e 111, no valor total de R$ 36.398,46 (trinta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos);

IX MEDICAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.131.363/0001-09 com o lote 81, no valor total de R$ 1.554,00 (um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais);

V AMBROZIO INFORMATICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.578.641/0001-90 com os lotes 6, 20, 46, 69, 73, 86, 105 e 114, no valor total de R$ 16.926,40 (dezesseis mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos);

CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.704.499/0002-98 com o lote 11, no valor total de R$ 2.859,64 (dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos);

NUCLEO EPI, SALVAMENTO E OUTROS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.411.904/0001-40 com o lote 104, no valor total de R$ 449,70 (quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos);

MATEUS ARAUJO CAPUTO 05936424146, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.473.417/0001-19 com os lotes 7 e 85, no valor total de R$ 3.321,30 (três mil, trezentos e vinte e um reais e trinta centavos);

GJ MOVEIS E DECORACOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.845.283/0001-02 com os lotes 18, 38 e 95, no valor total de R$ 11.086,00 (onze mil e oitenta e seis reais);

ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.449.927/0001-79 com os lotes 19 e 88, no valor total de R$ 6.830,00 (seis mil, oitocentos e trinta reais);

216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.631.700/0001-51 com o lote 120, no valor total de R$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais);

GRM MAQUINAS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.541.831/0001-02 com o lote 82, no valor total de R$ 9.881,91 (nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos);

MEGA VENDAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.325.189/0001-96 com o lote 10, no valor total de R$ 38.899,00 (trinta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais).

Art. 2º Fica declarados **Itens desertos:** 45, 70, 76, 89 e 109 e **Itens fracassados:** 16, 52, 59, 60 e 65.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 19 de março de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:31C2DEEF

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 130/2026

DECRETO Nº 130/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 07/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pelo Pregoeiro, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 07/2026-PMSPPR de 27 de fevereiro de 2026, que tomou por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de barracas, palco, sistema de som e iluminação, gerador de energia, painel de LED, sanitários químicos, serviços de cerimonial, inserções em rádio AM/FM e camarim, visando atender às necessidades da Festa do Jaú, a ser realizada nos dias 27 e 28 de março de 2026, no Distrito de Porto São José, Município de São Pedro do Paraná, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 07/2026-PMSPPR de 27 de fevereiro de 2026.
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

No Valor Máximo de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais) em favor do proponente:

NEWS PUBLICIDADES E EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº00.173.433/0001-49 com os lotes 2 e 4, no valor total de R$ 20.945,00 (vinte mil e novecentos e quarenta e cinco reais);

F A SOUZA – SOM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº11.953.356/0001-66 com os lotes 1 e 3 no valor total de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 19 de março de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:60A53556

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 08 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

SÚMULA: Aprovar a Prestação de contas do "Piso Único de Assistência Social – PAS anual 2025".

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 010/2019, de 11/02/2019, neste ato representado por sua Presidente Greice Kelli Madureira, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 19 de março de 2026.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de contas "Piso Único de Assistência Social - PAS anual 2025. "

Art. 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 20 de março de 2026.

GREICE KELLI MADUREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Maria Aparecida Xavier da Silva
Código Identificador:A8C1EA38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 08/2026

RESOLUÇÃO Nº 08 de 19 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas, Período Anual 2025 (janeiro/dezembro 2025) referente ao recurso Piso Único de Assistência Social-PAS e *Justificativa do saldo superior a 30% no valor total do recurso e dá outras providências.*

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal nº 1.509 de 11 de outubro de 2017 e nº 1.785 de 27 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS registrada em Ata nº 306, realizada em 19 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º- APROVAR a Prestação de Contas, *anual 2025, período: 01/01/2025 a 31/12/2025* e emitir Parecer Favorável, *referente ao recurso "**Piso Único de Assistência Social-PAS"** cofinanciado pelo Fundo Estadual de Assistência-FEAS/PR em conformidade com a Deliberação nº 59/2023-CEAS/PR.*

Art. 2º - APROVAR a Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em relação ao saldo superior a 30% (trinta por cento) no valor total do recurso "Piso Único de Assistência Social PAS", não executado no período de 01 de janeiro de 2025 à 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 19 de março de 2026.

AMANDA FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA
Presidente Do CMAS

Publicado por:
Irene Tagawa Avila
Código Identificador:6FEB47A0

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO
ATA DA REUNIÃO Nº 01/2026

Às 15 horas e 08 minutos do dia 11 de março de 2026, este Conselho reuniu-se na sede do IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural, sito à Rua Papa João XXIII, nº 1.239, na cidade de São Sebastião da Amoreira – Estado do Paraná, se fazendo presentes os membros componentes deste Conselho representantes das entidades governamentais Eduardo Henrique Baltrusch de Góis, Ademir Rodrigues, Ivone Santina Alves, Maurício Pereira Candido, representantes da sociedade civil, Irene Azzani da Silva; Guilherme Yoshiteru Imoto, Maria Aparecida Fogaça Barbosa. O início da presente reunião ordinária se deu com a explanação, por parte do Presidente, sobre a composição dos membros deste Conselho, uma vez que alguns membros não estão ativos e de acordo com o regimento interno, estes podem/devem ser substituídos. Desta forma, foram indicados nomes representantes da sociedade civil, sendo Vitor Hugo Ikegame de Matos, Nilza Mariano, Geziel Soares de Arzão e ainda novos representantes governamentais, sendo Hariane Thalita Ramalho e Guilherme Braga Soares. Assim, uma vez decidida a nova composição, o Presidente deu andamento na reunião abordando o contido no Relatório Circunstanciado do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico, referente aos repasses do chamado Fundo Azul, uma compensação financeira que a Sanepar repassa a fundos com essa temática para a reparação por ações voltadas ao meio ambiente, saneamento e tratamento de resíduos. Depois de apresentado o conteúdo, o mesmo foi colocado em votação e como resultado: APROVADO. Dando andamento, o senhor Presidente abordou assuntos como as ações, programas e projetos que foram desenvolvidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente em 2025 e o que está sendo planejado para 2026 pela Secretaria. Sem mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião ordinária às 16 horas e 21 minutos do mesmo dia.

EDUARDO HENRIQUE BALTRUSCH DE GOIS

IRENE AZZANI DA SILVA ADEMIR

RODRIGUES MAURÍCIO PEREIRA CANDIDO

IVONE SANTINA ALVES

GUILHERME YOSHITERU IMOTO

MARIA APARECIDA FOGAÇA BARBOSA

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:4B8D410C

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO – CNPJ 47.770.467/0001-84

MUNICÍPIO: SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: DE JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025
Responsável pela Elaboração: Maurício Pereira Candido

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo informar a população amoreirense, a Coordenadoria de Saneamento Básico da Diretoria de Regulação Econômica e a Coordenadoria de Fiscalização da Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços da AGEPAR, sobre a aplicação dos recursos oriundos da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR ao Fundo Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico (FMMASB) no período de janeiro/2025 a dezembro/2025. Aqui, encontrar-se-ão detalhes sobre os projetos realizados, os recursos utilizados e os benefícios gerados para a comunidade.

RECURSOS RECEBIDOS E UTILIZADOS

No período em questão, o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental recebeu os seguintes recursos:

2.1 - Total de Recursos Recebidos: R$ 48.631,98, sendo:

2.1.1 - Repasse da SANEPAR: R$ 48.631,98, dos quais:
R$ 4.097,64 repassados em 30/01/2025, referente ao mês de dezembro/2024;

R$ 3.980,19, repassados em 28/02/2025, referente a janeiro/2025;
R$ 4.146,32, repassados em 28/03/2025, referente a fevereiro/2025;
R$ 3.939,02, repassados em 30/04/2025, referente a março/2025;
R$ 4.080,93, repassados em 30/05/2025, referente a abril/2025;
R$ 3.854,64, repassados em 30/06/2025, referente a maio/2025;
R$ 3.935,08, repassados em 30/07/2025, referente a junho/2025;
R$ 3.752,68, repassados em 29/08/2025, referente a julho/2025;
R$ 3.914,98, repassados em 30/09/2025, referente a agosto/2025;
R$ 4.346,24, repassados em 30/10/2025, referente a setembro/2025;
R$ 4.354,19, repassados em 28/11/2025, referente a outubro/2025; -
R$ 4.230,07, repassados em 30/12/2025, referente a novembro/2025 e;
Aplicação financeira dos recursos: R$ 6.835,99, referente ao ano de 2025.

- Total de Recursos Utilizados: R$ 0,00

Áreas de aplicação:
Projetos de abastecimento de água: R$ 0,00
Projetos de esgotamento sanitário: R$ 0,00
Gestão de resíduos sólidos: R$ 0,00
Educação ambiental: R$ 0,00
Outros: R$ 0,00

- Saldos Finais

Saldo do FMMASB ao final de 2024: R$ 40.140,29.
Saldo do FMMASB ao final de 2025: R$ 95.608,26.

PROJETOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Não foram desenvolvidas atividades com os recursos repassados em 2025, uma vez que os recursos que chegaram ainda não atingiram nível considerado suficiente para viabilizar a promoção de atividades e projetos de políticas públicas alvo deste
Conselho Municipal de Meio Ambiente.

BENEFÍCIOS PARA A COMUNIDADE

Apesar de não haver atividades e projetos desenvolvidos em 2025, há os seguintes benefícios para a população:

- Fortalecimento do FMMASB devido ao aporte anual de recursos;

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental está comprometido com a transparência na aplicação dos recursos. Para garantir o controle social, são realizadas:

Reuniões públicas;

Publicação de ações e avisos em redes sociais;

Disponibilização de informações no portal da Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório demonstra que os recursos do FMSBA foram recebidos, trazendo mais robustez para o desenvolvimento de políticas públicas visando o melhor para o saneamento básico e ambiental do Município.

CONTATO

Para mais informações, entre em contato:
Telefone: 43 92002 5241
E-mail: meioambiente@amoreia.pr.gov.br
Site: https://www.amoreira.pr.gov.br/ (abrir uma sessão nova no site)

EDUARDO HENRIQUE BALTRUSCH DE GÓIS
Presidente do CMMASB

MAURÍCIO PEREIRA CANDIDO
Diretor do Departamento de Finanças e Tesouraria
Portaria nº 075/2025
Secretário Executivo do CMMASB

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:7FFF26D3

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO
RESOLUÇÃO Nº 01 DE 19 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre aprovação do relatório circunstanciado de recursos do Fundo Azul - Sanepar ao Fundo Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico de São Sebastião da Amoreira.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Municipal Nº 1.695/2020.

CONSIDERANDO a deliberação ocorrida na reunião ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico - COMASAB, registrada na Ata nº 01/2026, realizada em 11 de março de 2026.

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, da Resolução nº 010/2022 da AGEPAR.

RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar o relatório circunstanciado de recursos do Fundo Azul - Sanepar ao Fundo Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Sebastião da Amoreira, 19 de março de 2026.

ENG. AGR. DR. EDUARDO HENRIQUE BALTRUSCH DE GOIS
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:15FD9393

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026 – MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA/PR

DATA: 11 de março de 2026. **HORÁRIO:** 15h00min. **LOCAL:** Plenário da Câmara Municipal, Rua Papa João XXIII, nº 1086, São Sebastião da Amoreira - PR. **OBJETO:** Discussão do Projeto de Lei nº 096/2025 – Critérios para instalação e funcionamento de depósitos de sucatas, ferros-velhos e materiais inservíveis.

1. ABERTURA E COMPOSIÇÃO DA MESA
Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas, no Plenário da Câmara Municipal, deu-se início à Audiência Pública convocada pelo Edital nº 01/2026. A mesa foi presidida pela **Excelentíssima Sra. Prefeita Exilaine Gaspar**, contando com a presença de representantes da assessoria jurídica, técnicos da Vigilância Sanitária e do setor de Tributação e Meio Ambiente. Registrou-se a presença de moradores e cidadãos interessados, bem como servidores municipais, conforme lista de presença em anexo.

2. EXPOSIÇÃO TÉCNICA

A palavra foi concedida à equipe técnica da Prefeitura, que realizou a apresentação detalhada do **Projeto de Lei nº 096/2025**. Foram destacados os pontos centrais da norma:

• **Infraestrutura:** A obrigatoriedade de muros de alvenaria com altura mínima definida, cercas e cobertura para materiais que acumulem água, visando o combate ao mosquito *Aedes aegypti*.
• **Zoneamento:** Áreas permitidas para a atividade conforme o Plano Diretor.
• **Licenciamento:** Necessidade de conformidade com o Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Licenciamento Ambiental.
• **Adequação:** Estabeleceu-se o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os depósitos já em operação se ajustem às novas regras.

3. DEBATE E MANIFESTAÇÃO DOS PRESENTES
Após a exposição, a Sra. Prefeita abriu o espaço para intervenções da comunidade.

• **Manifestações:** os participantes discutiram o projeto e concordaram em alterar os seguintes itens: Ferros Velhos com licença da secretaria de ambiente municipal; Retirar a necessidade da vistoria de bombeiros; alterar o valor da multa (diminuir UFM); caso houver reincidência de multa, dobrar o valor; se houver novamente: Interdição; ver com a vigilância sobre os tipos de cobertura permitidos; fazer dedetizações periódicas.

4. ENCERRAMENTO E DELIBERAÇÕES
A Sra. Prefeita agradeceu a presença de todos, ressaltando que as contribuições colhidas serão analisadas tecnicamente para o possível aperfeiçoamento do texto final do Projeto de Lei antes do envio definitivo para votação no Legislativo. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a audiência às 16h horas, da qual eu, Wanderley Ferreira Figueiredo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pela Prefeita e demais membros da mesa.

ASSINATURAS:

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

RESPONSÁVEL PELA ATA/SECRETÁRIO:

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:F73121A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
EDITAL Nº 003, DE 20 DE MARÇO DE 2026

REVOGA O EDITAL Nº 002/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os princípios da supremacia do interesse público e da autotutela administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º – Fica REVOGADO em todos os seus termos o Edital nº 002, de 18 de março de 2026, que convocava a população para a Audiência Pública destinada à apresentação e discussão da proposta de atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), anteriormente agendada para o dia 31 de março de 2026.

Art. 2º – A revogação fundamenta-se na necessidade de readequação do cronograma técnico, revisão dos estudos de impacto financeiro e por conveniência administrativa.

Art. 3º – Uma nova data para a realização da referida Audiência Pública será oportunamente agendada e divulgada pelos canais oficiais da Prefeitura Municipal, garantindo-se o prazo legal para a ampla publicidade e acesso aos documentos técnicos.

Art. 4º – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, em 20 de março de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:2F057370

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 79/2025

1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 79/2025

Pregão 18/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA GABRIEL RODRIGUES LOPES SOM E ALARMES .

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025**,** Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421 , doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **GABRIEL RODRIGUES LOPES SOM E ALARMES,** pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade Arapoti -Pr Rua Ideal Perez , 685 Loja - Cep: 84.990-000 - Centro - Fone: 98418-8800- e-mail: gabriel-som@hotmail.com , devidamente inscrita no CNPJ sob nº 07.550.749/0001-51 neste ato representada pelo Sr. Gabriel Rodrigues Lopes, maior, casado, Empresário, portador do C.P.F. nº 034.676.759-80, e RG nº 7.724.730-0, residente e domiciliado na cidade de Arapoti - Pr, tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Prazo**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação da vigência, conforme o Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.2. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 79/2025 até o dia 15 de abril de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA 4ª - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:AC99D7B2

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 53/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 53/2026

(Apresentação e debate da LDO para o Exercício de 2027)

AUDIÊNCIA PUBLICA

O Prefeito Municipal de Sapopema, na forma do Art. 48 parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal **CONVIDA** a população em geral e as entidades representativas do município para a participação na Audiência Pública a ser realizada no dia 14 de abril de 2026, às 9:00 horas no Auditório da Prefeitura Municipal para a apresentação e debate das prioridades que constarão na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2027.

Sapopema, 20 de março de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:CF0F3CC6

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 78/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 78/2025
Pregão 18/2025.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA Eficaz Locadora Ltda-EPP.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025**,** Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **EFICAZ LOCADORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.311.835/0001-01, sediada na Rua: Belgica,1805,Bairro Jd, Igapó- em Londrina Paraná, Telefone (43) 99955-1047/3343-1604 E-mail licitacao@ativalocacao.com.br: doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Tales Santos Moreira, *portador do CPF: sob nº 371.134.038-59, e, RG sob nº 46.045.890,* residente e domiciliado na cidade de Londrina Pr, *conforme atos constitutivos da empresa,* tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de até 25% do valor do lote, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.0. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 78/2025 até o dia 15 de abril de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA 4ª - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

Sapopema Pr, 20 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:8C7BBB44

SECRETARIA DE SAÚDE
ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO

ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO
Eu Emanuele Antonia Chede Subtil, Secretária Municipal de Administração, CPF: 049.840.419 - 60, na qualidade de Gestora da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sapopema, estado do Paraná, decreto municipal 11/2021 de 06 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Portaria 2616, anexo 1, item 4, venho por meio do presente documento, **DESIGNAR para o Programa de Controle de Infecção Hospitalar:**
- **VALDINÉIA APARECIDA BUENO FONSECA CORRÊA**, RG: 7.682554-8, COREN PR Nº 923.330, representante de nível superior de serviço de Enfermagem para coordenar a *Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - Membro Executor*
- **ANGELA CRISTINA MORES**, RG: 6.130.579-3, COREN PR N° 716.389, Representante do nível técnico de serviço de Enfermagem - Membro Executor
-- **FLORIZA ANGELITA DE CAMARGO SANTOS**, RG: 6.412609-1, CRF Nº 34839, Representante do serviço de Farmácia - *Membro Executor*
- **DR. MARCIO PAULO DE LIMA**, RG 6.987438-0; CRM PR Nº - 43668/PR, Representante de nível Superior de serviço de Medicina - *Membro Consultor*
Diante do exposto, SOLICITO que seja publicado em Edital este documento.
Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevo-me.
Sapopema, 19 de Março de 2026
Cordialmente,

EMANUELE ANTONIA CHEDE SUBTIL
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:9901B91F

SECRETARIA DE SAÚDE
ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO

Eu Emanuele Antonia Chede Subtil, Secretária Municipal de Administração, CPF: 049.840.419 - 60, na qualidade de Gestora da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Sapopema, estado do

Paraná, decreto municipal 11/2021 de 06 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Portaria 2616, anexo 1, item 4, venho por meio do presente documento, **DESIGNAR para o Programa de Segurança do paciente:**
- **VALDINÉIA APARECIDA BUENO FONSECA CORRÊA**, RG: 7.682554-8, COREN PR Nº 923.330, representante de nível superior de serviço de Enfermagem para coordenar a *Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - Membro Executor*

-- **FLORIZA ANGELITA DE CAMARGO**, RG: 6.130,579-3, CRF Nº 716,389, Representante do serviço de Farmácia - *Membro Executor*
- **DR. MARCIO PAULO DE LIMA**, RG 6.987438-0; CRM PR Nº - 43668/PR, Representante de nível Superior de serviço de Medicina - *Membro Consultor*
- ***LILIAN FRANCIELE CAMPOS**, RG 8.608.02-1, Representante de serviço de recepção, Membro Executor*
Diante do exposto, SOLICITO que seja publicado em Edital este documento.
Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevo-me.
Sapopema, 19 de Março de 2026

EMANUELE ANTONIA CHEDE SUBTIL
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:09206DB3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 81/2026/SMSA

Concede Progressão Funcional a servidor pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional ao servidor **JOSÉ CARLOS ALVES MARTINS**, matrícula nº **1451**, ocupante do cargo de **LEITURISTA** do nível **GOAS-14-R-17** para o nível **GOAS-14-R-19**.

Art. 2º Ficarão anexados à ficha funcional do servidor os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 20 de março de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:28EF97B1

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 82/2026/SMSA

Concede Progressão Funcional a servidor pertencente ao quadro efetivo da Autarquia Águas de Sarandi-SMSA e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os artigos 32 a 35 da Lei Complementar nº 397/2022, de 12 de janeiro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional ao servidor **KENZI SATO JUNIOR**, matrícula nº **1231**, ocupante do cargo de **ELETROTECNICO** do nível **GOTP-07-R-18** para o nível **GOTP-07-R-20**.

Art. 2º Ficarão anexados à ficha funcional do servidor os documentos comprobatórios do enquadramento estabelecido neste ato.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 20 de março de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:0A8066DF

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 83/2026/SMSA

Desclassifica candidato nomeado para o cargo de OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

Considerando, o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

Considerando, o Edital de Convocação n° 05/2026 publicado no dia 13 de março de 2026;

Considerando, o art. 23, § 3º da Lei Complementar Municipal nº 10/1992;

RESOLVE:

Art. 1° Tornar Público a Desclassificação do candidato **LUIZ FELIPE CARVALHO MARINHO**, convocado pelo edital nº 005/2026 de 12 de março de 2026, por não cumprir as exigências do Edital de abertura do Concurso nº 001/2023 item 20.8, ou seja, O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Art. 2º Declarar encerrada a lista de candidatos aprovados para o cargo de **OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, em razão da inexistência de candidatos remanescentes no certame para referido cargo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi/PR, 20 de março de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:1827BCB3

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026-CMS

O Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Dionizio Aparecido Viaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores, da Lei 3008, de 2024da Câmara Municipal de Sarandi e demais legislaçõespertinentes,à vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve ratificar e homologar a presente Dispensa de Licitação, nestes termos:

DO PROCESSO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº:**005/2026-CMS**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:**006/2026-CMS**
REQUISIÇÃO DE COMPRAS Nº: **008/2026-CMS**
DFD Nº:**023 e 025/2025-CMS**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
OBJETO HOMOLOGADO: Contratação de empresa especializada para ministrar curso de formação e atualização anual de Brigada de Incêndio, em atendimento à Norma Regulamentadora NR-23 (Proteção Contra Incêndios) e a Norma de Procedimento Técnico (NPT)nº 17/2019 do Corpo de Bombeiros do Paraná, contemplando aulas teóricas e práticas, fornecimento de material didático, certificados individuais e todos os equipamentos necessários para a execução das atividades práticas,conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

DO ITEM E FORNECEDOR:
MATHEUS CAMILO BARROS - B-FORCE CURSOS E TREINAMENTOS
CNPJ: 34.628.616/0001-23

Item	Descrição do Item	Métrica	Qde	Valor Unitário	Valor Total
01	Curso de formação e atualização de Brigada de Incêndio para servidores da Câmara Municipal de Sarandi, Teoria e Prática com certificado individualizado.Com validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	Horas	12	R$ 180,00	R$2.160,00

DO VALOR TOTAL ESTIMADO DO PRESENTE PROCESSO:
R$ 2.160,00 (dois mil, cento e sessenta reais).
DA AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO:
Através deste, autorizo a emissão do Contrato eNota de Empenho correspondentes ao Processo Administrativo 006/2026/CMS.
Sarandi, 20 de março de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:CE3E993A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE REABERTURA DE PRAZO - CHAMAMENTO PÚBLICO — PMS Nº 03/2025

CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO NA(S) ÁREA(S) DE COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DA FUTURA CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.

A prefeitura do Município de Sarandi — Estado do Paraná, por meio da Secretaria Municipal de Administração, torna público a reabertura do prazo para novos credenciamentos de profissionais com formação na(s) área(s) de comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica para análise e julgamento das propostas técnicas da futura Concorrência para contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para o Município de Sarandi – Paraná com a finalidade de ampliar a base de profissionais credenciados.

A sessão de habilitação ocorrerá no dia **09/04/2026 as 09h00**, na Sala de Reuniões de Licitações, Rua Guiapó, 484 — Sala 4 — Sobreloja — Centro — Sarandi/Pr (acesso pela Rua José Emiliano de Gusmão, ao lado do número.575).

O edital completo e as informações complementares poderão ser obtidos na divisão de licitações compras e patrimônio- paço municipal "FONE (0XX44) 3264-8623. E-MAIL: cpl@sarandi.pr.gov.br, ou ser retirado no SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, no portal da transparência.

Os documentos para credenciamento deverão ser encaminhados para o E-MAIL: cpl@sarandi.pr.gov.br até a data do dia **08/04/2026**.
Sarandi, 20 de março de 2026

NEWTON CÉSAR MARTINS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jessica Goncalves Castione Jagas
Código Identificador:7F5AA6D2

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
COMUNICADO PREGÃO ELETRÔNICO 9-0046/2025 - PMS - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

COMUNICADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0046/2025 – PMSUASG 988461
OBJETO: Registro de Preços para futura e, eventual aquisição de uniformes escolares, visando atender às necessidades do Município de Sarandi/PR.

Comunicamos a V.S.ª que, a Análise das Amostras apresentadas para o Lote 02, acontecerá dia **26 de março de 2026**, quinta-feira, às 09:00 horas, na sala de licitações, situada na Rua José Emiliano de Gusmão, nº. 575, Sobreloja – Centro – Sarandi/PR, pela comissão designada conforme Portaria n° **1430/2025**. Sendo transmitido também através do link: https://www.youtube.com/channel/UCLVRqP_fX9yz9pvViFDn8lw, sendo facultado a participação de quem interessar e, estando V.S.ª, através do presente, devidamente convocada.

Sarandi, 20 de março de 2026.

DANIEL DE OLIVEIRA LEITE
Agente de Contratações

Publicado por:
Daniel de Oliveira Leite
Código Identificador:43FE7FCF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 20/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 20/2026**

CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SSF MEDICAL HEALTH LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:C38931D7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 21/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 21/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**NM IWAMOTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:2717D0C5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 22/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 22/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**GABRIELA LOPES RAMOS SERVIÇOS MEDICOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:6D438BA7

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 23/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 23/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**EQUIPE GESTÃO EM SAÚDE LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:FDDB58D8

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 25/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 25/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**BRUNA PENTEADO BERNARDELLI SERVIÇOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:DD65AD49

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 26/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 26/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**LPG SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 19 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:67491917

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 27/2026-PMS

ORIGEM:	**Inexigibilidade de Licitação – nº 27/2026**
CONTRATANTE:	**Prefeitura do Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**MEDPLAN PLANTÕES MÉDICOS LTDA**
OBJETO:	**Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços complementares na saúde pública, contemplando consultas de MÉDICO GENERALISTA em regime de plantão presencial semanal e finais de semana, recesso e feriados, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR**
VALOR TOTAL:	**R$ 55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos reais).**
BASE LEGAL:	Art. 74, inciso IV, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021

Sarandi, 19 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:4D2BBF5E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES NOVA DATA - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0005/2026 - PMS - UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação
NOVA DATA - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0005/2026 – PMS
UASG 988461
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual execução de serviços de roçada manual mecanizada, com roçadeira costal e/ou lateral, em terrenos baldios e áreas públicas, destinados à Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente do Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **dia 24 de março de 2026 às 09:00h.**
LOCAL: http://www.compras.gov.br/
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8600.
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro3@sarandi.pr.gov.br
O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e Portal Transparência

Sarandi, 20 de março de 2026.

DANIEL DE OLIVEIRA LEITE
Agente de Contratações

Publicado por:
Daniel de Oliveira Leite
Código Identificador:F54B0A5C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **27/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 19 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:9AE8B6A9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **26/2026**
Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 19 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:ED9A724F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **25/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:2FFB79D0

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **23/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:7DE2EE4B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **22/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:64FCE769

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **21/2026**

Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:1B54200E

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação n.º **20/2026**
Visto e analisado o Processo em epígrafe, afiguram-me que o mesmo transcorreu de forma regular, estando presente o interesse desta Administração Municipal deu ensejo à instauração do processo, ratifico o presente procedimento para que produza seus devidos e legais efeitos.

Sarandi, 18 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pollyanne Alves Tomaz e Silva
Código Identificador:6C4854B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
REPUBLICAÇÃO DA ERRATA DE RESOLUÇÃO CMDPI

REPUBLICAÇÃO DA ERRATA DE RESOLUÇÃO n.º 01/2026

Dispõe sobre aprovação integralmente das prestações de contas dos Recursos Estaduais - FIPAR - repassados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, referentes ao exercício de 2024, oriundos de deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDI/PR.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa , no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n° 2367/2017 e suas alterações, conforme a deliberação em plenário ordinário no dia 11 de fevereiro de 2026:

- CONSIDERANDO o Estatuto do Idosos e a Lei Municipal n.º 2367/2017 e sua alteração 2832/2022 e a competência deste Conselho no controle social, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da aplicação dos recursos destinados à Política da Pessoa Idosa;

- CONSIDERANDO as deliberações do CEDI/FIPAR: 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60; 019/2023 – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa; 016/2021 – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa;

- CONSIDERANDO a deliberação da Pauta 03: Apresentação e Deliberação do ofício SAS n.º 112/2026 Prestação de contas dos Recursos Estaduais do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR - Deliberação n.º 019/2023 - Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa - Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024; Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa - 2021 - Anual 2024 - FINAL; Del. n.º 024/2023 - Incentivo Paraná Viaja Mais 60 - Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024 e a apresentação do Secretário Municipal da Assistência Social, Diego Miranda;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar integralmente as prestações de contas dos recursos estaduais abaixo relacionados, referentes ao exercício de 2024:
I – Incentivo Paraná Viaja Mais 60

•Deliberação: 024/2023 – CEDI/PR

•Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024

• Valor do Repasse: R$ 10.115,00

•Valor Utilizado: R$ 9.623,33

•Número de Idosos Atendidos: 42

II – Incentivo ao Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa

• Deliberação: 019/2023 – CEDI/PR

• Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 (até 31/12/2024)

• Valor do Repasse: R$ 60.000,00

• Valor Utilizado: R$ 19.580,28

• Forma de Utilização:

• Evento “Sou Idoso, Tenho Direitos”;

•Ações da Proteção Social Especial de Média Complexidade executadas pelo CREAS.

• Número de Idosos Atendidos: 300

Onde se lê:
III – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa

•Deliberação: 016/2021 – CEDI/PR

•Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 – Final

•Valor do Repasse: R$ 180.000,00

•Valor Utilizado: R$ 9.623,33

•Forma de Utilização:

•Almoço dançante com idosos do SCFV 60+;

• Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

•Materiais de expediente para o prédio do SCFV 60+;

•Pacotes de viagens turísticas.

•Número de Idosos Atendidos: 300

Leia-se:
III – Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa

• Deliberação: 016/2021 – CEDI/PR

• Tipo de Prestação de Contas: Anual 2024 – Final

• Valor do Repasse: R$ 180.000,00

Digo:

• Valor Utilizado: **R$ 158.529,72**

•Forma de Utilização:

•Almoço dançante com idosos do SCFV 60+;

•Aquisição de equipamentos e materiais permanentes;

•Materiais de expediente para o prédio do SCFV 60+;

• Pacotes de viagens turísticas.

•Número de Idosos Atendidos: 300

Art. 2º - Aprovar as justificativas de não utilização dos recursos, encaminhadas pela Secretaria de Assistência Social através do ofício n.º 112/2026 SAS, com saldo em conta acima de 50% no período da prestação de contas: Deliberação: 019/2023 – CEDI/PR - Incentivo ao

Serviço de Centro-Dia e outras Linhas de Ação em Prol da População Idosa.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi/PR, 16 de Março de 2026.

LUCÉLIA MENDES DOS SANTOS
Presidente do CMDPI
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:368CF8BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AUTORIZA O FUNCIONAMENTO – DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE E PRÉ ESCOLA- DA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RESSOAR CNPJ 48.204.701/0001-79

RESOLUÇÃO SMED Nº 006
DE 20 DE MARÇO DE 2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria nº 582/2025 de 01/08/2025 considerando: a LDB nº 9394/96, a Deliberação Nº 03/2010 de 01/09/2011 do Conselho Municipal de Educação de Sarandi.
Resolve:
Art. 1º- Autorizaofuncionamento conforme **PARECER Nº 036/2026de 18/03/2026**– CMES da **EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE E PRÉ ESCOLA-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI)RESSOAR CNPJ: 48.204.701/0001-79.–** Rua Pion. José Laurindonº 690, Jd. São Paulo II, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114- 475, para atendimentode Creche (00 a 03 anos) e Educação Infantil (04) quatro e (05) cinco anos.

§ 1º - A representante legal da instituição de ensino deverá solicitar renovação da autorização para o funcionamento do ensino, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.
§ 2º - A Autorização a que se refere esta Resolução terá validade por 03(Três) anos, a contar de **17/03/2026até 16/03/2029**, em conformidade com a Deliberação Nº 03/2014 e 03/2010 e atender as ressalvas apontadas no Parecer emitido pelo **CMES**.
§ 3º - Quando ocorrer à cessação da oferta ou da instituição de ensino, a representante legal deverá oficializar à SMED/CME-Sarandi a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.
Sarandi, 20de Março de 2026.

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da**RESOLUÇÃO**006/2026 da Smedde 20de Março de 2026referente ao Parecer 036/2026 de 17/03/2026-CMES-Sarandi:
PARECER Nº 36/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM: 17/03/2026
INTERESSADOS: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) " RESSOAR" Avenida Pioneiro José Laurindo nº 690 – Jardim São Paulo II, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114- 475.
MANTENEDORA: C.E.I RESSOAR LTDA-CNPJ**48.204.701/0001-79**
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTILPARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 00 (ZERO) MESES A 03 (TRÊS) ANOS DE IDADE CRECHE E 4 (QUATRO) E 5 (CINCO) ANOS – PRÉ-ESCOLA.
Considerandoas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi - Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais, aos Planos Educacionais e às Diretrizes vigentes;
Considerandoa Deliberação nº 03/2010, aprovado em 01/09/2011, que estabelece normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi.

I – RELATÓRIO
A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi encaminhou aeste Conselho o processo referente ao pedido de Renovação daAutorização de Funcionamento da Educação Infantil - Creche (0 a 3 anos)E 4 (Quatro) e 5 (Cinco) anos – Pré-Escola do **Centro de Educação Infantil (CEI) "Ressoar ".**
O processo encontra-se devidamente instruído, constando nos autos a documentação exigida pela legislação vigente para fins de renovação da autorização de funcionamento, em conformidade com as normas que regem o Sistema Municipal de Ensino.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme consta no documento expedido pelo Setor de Estrutura e Funcionamento do Ensino da Secretaria Municipal de Educação, referente à Verificação Prévia para fins de Renovação da Autorização de Funcionamento do **Centro de Educação Infantil (CEI) "Ressoar",**no município de Sarandi – Paraná (documento anexo aos autos), foi realizada vistoria *in loco*em 04 de março de 2026.
Após a verificação das condições estruturais, pedagógicas e administrativas da instituição, os servidores responsáveis pela inspeção — Sr. Paulo Cezar Florindo, Assessor de Estrutura e Funcionamento do Ensino – Pedagogo; Sra. Francieli Chiarato Ribas, Assessora Pedagógica da Evasão Escolar – Pedagoga; Sra. Jane Buettner, Assessora Pedagógica do CMES – Pedagoga - manifestaram-se favoravelmente ao pedido de renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná.
O parecer favorável contempla o atendimento às crianças na faixa etária de 00 (zero) a 3 (três) anos – Creche e 4 (quatro) e 5 (cinco) anos – Pré-Escola, conforme requerido no processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos legais, verifica-se que o processo se encontra devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação vigente para fins de Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil.
Constam nos autos, dentre outros, os seguintes documentos:
Planta Baixa da unidade escolar, demonstrando a organização e adequação dos espaços físicos;
Alvará de Licença Sanitária nº 254/2025, válido até 04/12/2026.
Alvará de Licença nº 20057//2023, vencimento em 10/08/2026;
Certificado do Corpo de Bombeiros – CLCB 3.9.01.26.0001568947-06, com validade até 13 de fevereiro de 2027.
Análise da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, emitida pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), anexa ao processo;
Demais documentos comprobatórios necessários à regular instrução processual.
A documentação apresentada evidencia o atendimento às exigências normativas do Sistema Municipal de Ensino, não se constatando pendências de ordem legal que impeçam o deferimento do pleito.
III – PARECER E VOTO
Após análise detalhada do processo, devidamente comprovado pela documentação constante nos autos, e considerando que as instituições que ofertam Educação Infantil devem assegurar práticas pedagógicas pautadas na equidade, respeitando os direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, este Conselho manifesta-se favoravelmente ao pleito.
Dessa forma, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) aprova a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil – Creche (0 a 3 anos) e Pré-Escola (4 e 5 anos) – do CEI "Ressoar", integrante do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná.
Recomendações:
A Autorização de Funcionamento fica concedida pelo período compreendido de 17 de março de 2026 a 16 de março de 2029. A

aprovação do Parecer é concedida em conformidade com a Deliberação nº 03/2010 deste Conselho.
Este Parecer perderá sua validade a qualquer tempo, caso ocorram alterações nas condições observadas no momento da vistoria, tais como ampliações, mudanças de ocupação ou outras modificações relevantes.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES poderá fiscalizar a instituição a qualquer momento, sem necessidade de prévia comunicação.
Em Plenária realizada no dia 17 de março de 2026, às 13h30h, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES aprovou o presente Parecer, após vistoria *in loco*, realizada em 04 de março de 2026, de acordo com a Portaria nº 342/2025 – Verificação Prévia para Credenciamento e Autorização de Funcionamento da Educação Infantil da instituição supracitada, sendo o parecer votado e aprovado pelo Conselho Pleno.
Este Parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi – PR, 18 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (com voto): Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Soraya Galvão Evaristo, Jaqueline Da Cruz Ribeiro, Cleiton Muller Modos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): CláudiaCristiane Teixeira dos Santos, Cristiane Aparecida D'Agostini,

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:A47098BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AUTORIZA O FUNCIONAMENTO – DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE E PRÉ ESCOLA- DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIRASSOL CNPJ 49.181.959/0001-60

RESOLUÇÃO SMED Nº 007
DE 20DE MARÇODE 2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria nº 582/2025 de 01/08/2025 considerando: a LDB nº 9394/96, a Deliberação Nº 03/2010 de 01/09/2011 do Conselho Municipal de Educação de Sarandi.
Resolve:
Art. 1º- Autorizaofuncionamento conforme **PARECER Nº 037/2026de 18/03/2026**– CMES da **EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE E PRÉ ESCOLA-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI)GIRASSOL CNPJ: 49.181.959/0001-60 –** Rua Cerro Azulnº 373, Jd. Cometa, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.111- 170, para atendimentode Creche (00 a 03 anos) e Educação Infantil (04) quatro e (05) cinco anos.

§ 1º - A representante legal da instituição de ensino deverá solicitar renovação da autorização para o funcionamento do ensino, 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento.
§ 2º - A Autorização a que se refere esta Resolução terá validade por 03(Três) anos, a contar de **17/03/2026até 16/03/2029**, em conformidade com a Deliberação Nº 03/2014 e 03/2010 e atender as ressalvas apontadas no Parecer emitido pelo **CMES**.
§ 3º - Quando ocorrer à cessação da oferta ou da instituição de ensino, a representante legal deverá oficializar à SMED/CME-Sarandi a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.
Sarandi, 20de Marçode 2026.

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da**RESOLUÇÃO**007/2026 da Smedde 20de Março de 2026referente ao Parecer 037/2026 de 17/03/2026-CMES-Sarandi:
PARECER Nº 37/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM: 17/03/2026
INTERESSADOS: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) " GIRASSOL" Rua Cerro Azulnº 373 – Jardim Cometa, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.112- 170.
MANTENEDORA: CEI GIRASSOL LTDA- CNPJ 49.181.959/0001-60
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTILPARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 00 (ZERO) MESES A 03 (TRÊS) ANOS DE IDADE CRECHE E 4 (QUATRO) E 5 (CINCO) ANOS – PRÉ-ESCOLA.
Considerandoas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi - Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art. 8º da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) e na Lei Orgânica do Município de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais, aos Planos Educacionais e às Diretrizes vigentes;
Considerandoa Deliberação nº 03/2010, aprovado em 01/09/2011, que estabelece normas e princípios para a Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi.

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Educação de Sarandi encaminhou aeste Conselho o processo referente ao pedido de Renovação daAutorização de Funcionamento da Educação Infantil - Creche (0 a 3 anos)E 4 (Quatro) e 5 (Cinco) anos – Pré-Escola do **Centro de Educação Infantil (CEI) "Girassol".**
O processo encontra-se devidamente instruído, constando nos autos a documentação exigida pela legislação vigente para fins de renovação da autorização de funcionamento, em conformidade com as normas que regem o Sistema Municipal de Ensino.

II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme consta no documento expedido pelo Setor de Estrutura e Funcionamento do Ensino da Secretaria Municipal de Educação, referente à Verificação Prévia para fins de Renovação da Autorização de Funcionamento do **Centro de Educação Infantil (CEI) "Girassol",**no município de Sarandi – Paraná (documento anexo aos autos), foi realizada vistoria *in loco*em 04 de março de 2026.
Após a verificação das condições estruturais, pedagógicas e administrativas da instituição, os servidores responsáveis pela inspeção — Sr. Paulo Cezar Florindo, Assessor de Estrutura e Funcionamento do Ensino – Pedagogo; Sra. Francieli Chiarato Ribas, Assessora Pedagógica da Evasão Escolar – Pedagoga; Sra. Jane Buettner, Assessora Pedagógica do CMES – Pedagoga - manifestaram-se favoravelmente ao pedido de renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná.
O parecer favorável contempla o atendimento às crianças na faixa etária de 00 (zero) a 3 (três) anos – Creche e 4 (quatro) e 5 (cinco) anos – Pré-Escola, conforme requerido no processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos legais, verifica-se que o processo se encontra devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação vigente para fins de Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil.
Constam nos autos, dentre outros, os seguintes documentos:
Planta Baixa da unidade escolar, demonstrando a organização e adequação dos espaços físicos;
Alvará de Licença Sanitária nº 255/2025, válido até 04/12/2026.
Alvará de Licença nº 20058//2023, vencimento em 10/08/2026;

Certificado do Corpo de Bombeiros – CLCB 3.9.01.26.0001573659-10, com validade até 13 de fevereiro de 2027.
Análise da Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, emitida pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), anexa ao processo;
Demais documentos comprobatórios necessários à regular instrução processual.
A documentação apresentada evidencia o atendimento às exigências normativas do Sistema Municipal de Ensino, não se constatando pendências de ordem legal que impeçam o deferimento do pleito.

III – PARECER E VOTO

Após análise detalhada do processo, devidamente comprovado pela documentação constante nos autos, e considerando que as instituições que ofertam Educação Infantil devem assegurar práticas pedagógicas pautadas na equidade, respeitando os direitos, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, este Conselho manifesta-se favoravelmente ao pleito.
Dessa forma, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES) aprova a Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil – Creche (0 a 3 anos) e Pré-Escola (4 e 5 anos) – do CEI " Girassol", integrante do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná.

Recomendações:

A Autorização de Funcionamento fica concedida pelo período compreendido de 17 de março de 2026 a 16 de março de 2029. A aprovação do Parecer é concedida em conformidade com a Deliberação nº 03/2010 deste Conselho.
Este Parecer perderá sua validade a qualquer tempo, caso ocorram alterações nas condições observadas no momento da vistoria, tais como ampliações, mudanças de ocupação ou outras modificações relevantes.
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES poderá fiscalizar a instituição a qualquer momento, sem necessidade de prévia comunicação.
Em Plenária realizada no dia 17 de março de 2026, às 13h30h, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES aprovou o presente Parecer, após vistoria *in loco*, realizada em 04 de março de 2026, de acordo com a Portaria nº 342/2025 – Verificação Prévia para Credenciamento e Autorização de Funcionamento da Educação Infantil da instituição supracitada, sendo o parecer votado e aprovado pelo Conselho Pleno.
Este Parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi – PR, 18 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de Educação
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros (as) Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (com voto): Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Soraya Galvão Evaristo, Jaqueline Da Cruz Ribeiro, Cleiton Muller Modos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): CláudiaCristiane Teixeira dos Santos, Cristiane Aparecida D'Agostini,

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:A498F1F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ASSISTÊNCIA BETEL - 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 025/2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 022/2026 -**CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ASSISTÊNCIA BETEL - 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 025de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 22/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - BETEL– Rua Carlos Gomes nº 933, Jardim Independência, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.113-100.
MANTENEDORA:ASSISTÊNCIA BETEL - CNPJ: 75.307.553/0001-90
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 02/2026.

O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE

Aspectos Formais

Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 02/2026 da supracitada instituição.

Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.

2. Aspectos Legais

No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.

Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.

III – PARECER E VOTOS

Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - ASSISTÊNCIA BETEL,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.

Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.

Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 18 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.

Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.

Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:8BFDFA14

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I ANJOS DA TERRA- 2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 032/2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 029/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I ANJOS DA TERRA- 2026.**

Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 032de 17 de marçode 2026:

PARECER Nº 29/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.

INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - ANJOS DA TERRA DE SARANDI – Rua Dom João VI,nº 1652, Jardim Independência, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114-060.

MANTENEDORA:M.A DA SILVEIRA CORSI SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA - CNPJ: 07.607.535/0003-36

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026

CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);

CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:

Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;

Ata nº 01/2026.

O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE

Aspectos Formais

Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.

Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.

2. Aspectos Legais

No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.

Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.

III – PARECER E VOTOS

Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - ANJOS DA TERRA,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.

Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.

Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.

Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:BA2AAF8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I CANTINHO DOS BAIXINHOS- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 033/2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 030/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I CANTINHO DOS BAIXINHOS- 2026.**

Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 033de 17 de marçode 2026:

PARECER Nº 30/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.

INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - CANTINHO DOS BAIXINHOS – Avenida João Marangoni, nº 259, Parque Alvamar, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.113-310.

MANTENEDORA:PRÉ-ESCOLA MEU FUTURO CERTO LTDA - CNPJ: 02.748.957/0001-46

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026

CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - CANTINHO DOS BAIXINHOS,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:30F39DE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I CARLOS DRUMMONT DE ANDRADE- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 028/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 025/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I CARLOS DRUMMONT DE ANDRADE- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 028de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 25/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE – Rua Brasilândia nº 302, Jardim Dom-Bosco, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.111-370.
MANTENEDORA:CEI CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE LTDA - CNPJ: 25.260.303/0001-74
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a

Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:22A55B11

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I GIRASSOL- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 029/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 026/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I GIRASSOL- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 029de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 26/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - GIRASSOL – Rua Cerro Azul nº 373, Jardim Cometa, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.112-170.
MANTENEDORA:CEI GIRASSOL LTDA - CNPJ: 49.181.959/0001-60
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº

04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - GIRASSOL,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:2176F2D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I INFANTILIS- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 026/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 023/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I INFANTILIS- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 026de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 23/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - INFANTILIS– Avenida Rio Branco nº 92, Jardim Independência III, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114-230.
MANTENEDORA:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL INFANTILIS - CNPJ: 48.851.892/0001-60
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-

Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 07/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 07/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - INFANTILIS,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 18 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:C0C00A03

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I MANNAIN- 2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 030/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 027/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I MANNAIN- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 030de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 27/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - MAANAIM – Rua Santos Dumont nº 198, Jardim Independência, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.113-290.
MANTENEDORA:EVARISTO E SAKATA LTDA - CNPJ: 35.001.610/0001-94
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi –

Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.

III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - MAANAIM,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:F7200DA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I PEDACINHO DO REINO- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 027/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 024/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I PEDACINHO DO REINO- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 027de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 24/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - PEDACINHO DO REINO– Rua Tiradentes nº 908, Jardim Independência, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.113-060.

MANTENEDORA:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEDACINHO DO REINO LTDA - CNPJ: 00.543.783/0001-50
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 07/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 07/2026 da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - PEDACINHO DO REINO,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 18 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Em conclusão: O Plenário aprova por unanimidade o presente Parecer.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:F9E33FE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I RESSOAR- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 031/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 028/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - C.E.I RESSOAR- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 031de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 28/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - RESSOAR – Avenida Pioneiro José Laurindo da Silva nº 704, Jardim São Paulo II, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114-475.
MANTENEDORA:C.E.I RESSOAR LTDA - CNPJ: 48.204.701/79
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 doCENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI) - RESSOAR,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:B4D1A5B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - CMEI CRISTO REI - 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 035/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 032/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - CMEI CRISTO REI - 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 035de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 32/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRISTO REI – Avenida Henrique Augusto da Silva, nº 270, Parque São Pedro, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.112-510.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED- CNPJ: 78.200.482/0001-10
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 03/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 03/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRISTO REI ,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:3A769C8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - CMEI PROFESSORA MARIA DO CARMO - 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 036/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE

Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 033/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - CMEI PROFESSORA MARIA DO CARMO - 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 036de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 33/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA DO CARMO – Rua Alcides Nunes Ita Jorente, nº 355, Jardim Ouro Verde, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114-166.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED- CNPJ: 61.077.432/0001-95
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARIA DO CARMO,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:437EB3FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES - 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 037/2026

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 034/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES - 2026.**

Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.

Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES

Port. 582/2025 de 01/08/2025

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 037de 17 de marçode 2026:

PARECER Nº 34/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.

INTERESSADO:ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES – Rua Américo Brasiliense, nº 329, Jardim Novo Panorama, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.113-160.

MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED- CNPJ: 01.729.523/0001-36

ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026

CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;

CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;

CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);

CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;

I – RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:

Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;

O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.

II. ANÁLISE

Aspectos Formais

Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026da supracitada instituição.

Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.

2. Aspectos Legais

No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.

Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.

III – PARECER E VOTOS

Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES - EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.

Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.

Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS

Presidente do CMES

Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.

Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:7BBE178F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ESCOLA MUNICIPAL SAGRADA FAMÍLIA- 2026.

ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 034/2026
A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de sua Secretária, conforme as atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 582/2025 de 01de Agostode 2025, considerando a Lei Nº 1531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, conforme as disposições do Art. 211 da Constituição Federal, Art. 8º da LDBEN Nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º -- Homologaro **PARECERnº 031/2026** -CMES de 17de Marçode 2026do Conselho Pleno e, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES): **ASSUNTO:PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - ESCOLA MUNICIPAL SAGRADA FAMÍLIA- 2026.**
Art. 2º -Este atohomologado entra vigor a partir da data do documento, ficando revogados as disposições em contrário.
Sarandi, 20 de marçode 2026

SHEYLA GRASIELE DE SOUZA GONÇALVES
Port. 582/2025 de 01/08/2025
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da Smed 034de 17 de marçode 2026:
PARECER Nº 31/2026- CMES/PR/CP APROVADO EM 17/03/2026.
INTERESSADO:ESCOLA MUNICIPAL SAGRADA FAMÍLIA – Rua Castro Alves, nº 3225, Jardim Independência III, Sarandi – Paraná, CEP nº 87.114-090.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED- CNPJ: 01.890.945/0001-99
ASSUNTO: PARECER DE LEGALIDADE DO APÊNDICE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - 2026
CONSIDERANDO as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na LeiMunicipal nº 1.531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi – Paraná, em consonância com o Art. 211 da Constituição Federal e com o Art. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como com a Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDOa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/1996;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDOa Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que retifica a Instrução Normativa Conjunta nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, dispondo sobre a organização escolar das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
CONSIDERANDO a Deliberação nº 03/2010 – CME/SARANDI, que dispõe sobre normas e princípios para Educação Infantil no Sistema Municipal de Educação de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, aprovada em 20 de outubro de 2023, que estabelece normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Parecer nº 84/2023 – CMES/PR/CP, aprovado em 20 de outubro de 2023, referente à Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 43/2023 – SMED, que homologa o Parecer nº 84/2023 e a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP;
CONSIDERANDOo Manual para Elaboração do Projeto Político-Pedagógico – 2023/2024 – CMES/PR (Ensino Fundamental);
CONSIDERANDOo Parecer nº 123/2024 – CMES/PR/CP, aprovado em 19 de setembro de 2024, referente à análise e aprovação do Manual do Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental para as instituições públicas integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;
CONSIDERANDOo Ato de Homologação nº 90/2024 – SMED;
I – RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), mediante análise realizada pela Assessoria Técnico-Pedagógica, encaminha ao Conselho Pleno o processo referente ao **Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026**, contendo os seguintes documentos:
Apêndice Projeto Político-Pedagógico – 2026;
Ata nº 01/2026.
O referido processo foi instruído conforme as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino e encontra-se apto à apreciação e deliberação pelo Conselho Pleno.
II. ANÁLISE
Aspectos Formais
Conforme documentação encaminhada pela Assessoria Técnico-Pedagógica do Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), constam nos autos do processo a elaboração do Apêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026, a Atada Comunidade Escolarnº 01/2026da supracitada instituição.
Os documentos apresentados encontram-se devidamente organizados e instruídos, atendendo aos requisitos formais exigidos pelo Conselho para a tramitação e apreciação do processo.
2. Aspectos Legais
No que se refere aos aspectos normativos, verifica-se que oApêndice do Projeto Político-Pedagógico – 2026 encontra-se em consonância com as Deliberações emanadas pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES), especialmente aquelas que dispõem sobre a organização escolar, a estruturação do Projeto Político-Pedagógico, o Regimento Escolar e o período letivo no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
A proposta apresentada demonstra alinhamento aos princípios, diretrizes e critérios estabelecidos nas normativas deste Conselho, evidenciando coerência técnica e pedagógica na sua estruturação, organização e sistematização.
Verifica-se, ainda, que o processo atende integralmente às disposições constantes nas Deliberações vigentes do CMES, encontrando-se devidamente instruído e apto à apreciação do Conselho Pleno, não se identificando impedimentos de ordem normativa para sua aprovação.
III – PARECER E VOTOS
Após análise detalhada do processo em questão, comprovada pela documentação apresentada, e considerando que as instituições que atendem às modalidades referidas devem promover práticas pedagógicas equitativas, fundamentadas nos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as necessidades e particularidades de cada estudante, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – Paraná (CMES) **aprova o Apêndicedo Projeto PolíticoPedagógico – 2026 da ESCOLA MUNICIPAL SAGRADA FAMÍLIA,**com validade para este ano de 2026, em conformidade com a Deliberação nº 04/2023 – CMES/PR/CP, Art. 18, § 1º e 2º.
Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), por meio do Conselho Pleno, em Plenária realizada no dia 17/03/2026(dezessete de março de dois mil e vinte e seis), às 13h30, **APROVA**e emite **Parecer Favorável,** ao documento**Apêndice do Projeto Político Pedagógico - 2026** emitida pela referida Instituição de Ensino, com sede no município de Sarandi-Pr.
Este parecer entra em vigor na presente data.
Sarandi-Pr., 19 de março de 2026.

JAQUELINE IGNEZ LUCHETTI DOS SANTOS
Presidente do CMES
Decreto nº 387/2025

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.

Conselheiros (as) Titulares: Aline Honório Machado, Aline Natália Pacífico de Lima da Silva Paganini, Ana Cristina do Nascimento Miranda, Cleiton Muller Modos, ,Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Josefa Aparecida Rodrigues Coelho, Monara Alexandrino Zavan, Natália de Oliveira, Salete Batista Eduardo, Soraya Galvão Evaristo e Siderlene de Souza.
Conselheiros (as) Suplentes (sem voto): Cristiane Aparecida D' Agostini, Claudia Cristiane Teixeira dos Santos.

Publicado por:
Paulo Cezar Florindo
Código Identificador:426AD94B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 969/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 3108/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 72.700,00 (setenta e dois mil setecentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
09.001.18.541.0016.2.201. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DEMEIO AMBIENTE
473 - 3.3.90.47.00.00 01511 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS 22.700,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE URBANISMO
15.001.04.122.0009.2.421. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOSADMINISTRATIVO E PLANEJAMENTO URBANO
1647 - 3.3.90.33.00.00 01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 50.000,00

Total Suplementação: R$ 72.700,00 (setenta e dois mil setecentos reais)

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43,§ 1 º , Inciso III da Lei Federal n º 4.320/64.

Redução
09.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
09.001.18.543.0016.2.202. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PARQUE ECOLÓGICO / FLORESTAL PAPA JOÃO PAULO II
509 - 3.3.90.37.00.00 01511 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA 22.700,00

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE URBANISMO
15.001.04.122.0009.2.421. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DEPARTAMENTOSADMINISTRATIVO E PLANEJAMENTO URBANO
1646 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 50.000,00

Total Redução: R$ 72.700,00 (setenta e dois mil setecentos reais)

Artigo 3 º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, em 16 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciscarla Ragonha
Código Identificador:3C64D66B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.445/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Paola Fernanda Ferreira dos Santos, ocupante do cargo de Escriturário, matrícula funcional de n.º 14691, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, 23(vinteTrês) dias de férias regulamentares, a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 17/01/2024 a 16/01/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:D2624609

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE NÃO ONEROSO

PARTES: MUNICIPIO DE SENGES, e a CONSIGNET SISTEMAS LTDA.

OBJETO: A concessão da licença de uso e a atualização de novas funcionalidades do Software CONSIGNET pela Consignet Sistemas Ltda, registrada no CNPJ sob o n°. 23.112.748/0001-81, ao MUNICIPIO DE SENGES, com o objetivo de permitir que entidades conveniadas e os próprios órgãos comerciais realizem consignações de descontos e outras operações em folha de pagamento por meio da internet.
PRAZO: O presente Contrato de Licença Não Onerosa de Software entrará em vigor a partir do dia 16 (dezesseis) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis) e terá eficácia pelo período de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por meio de termos aditivos sucessivos, observado o prazo máximo total de até 10 (dez) anos, desde que atendidos os requisitos legais previsto na Lei n° 14.133/2021.

DATA DE ASSINATURA: 19 de fevereiro de 2026

FORO: Comarca de Maringá, estado do Paraná

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:FF474E71

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 4.988/2026

SÚMULA–: CONCEDE TIDE

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – CONCEDE a Gratificação Pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva- TIDE, ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Transporte e Viação, conforme seu respectivo cargo e porcentagem.

Matrícula	*Nome*	*Cargo*	*Percentual sobre o Salário Base*
972832	*Eloir Alves Custódio*	*Motorista*	*Trabalho fora do horário habitual da Unidade Administrativa (50%)*

Art. 2º - A concessão do adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto será pelo prazo de 4 (quatro) meses, podendo ser prorrogado
Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01/03/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:0C43EF63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/202026.
O Município de Sengés torna público que fará realizar, às 13 horas e 30 minutos do dia 13 de abril do ano de 2026, na plataforma Bllcompras.com, a **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço COM INVERSÃO DE FASES da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Erva Doce Trecho 4	Pavimentação em Concreto	11.990,70 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Sengés e na plataforma Bllcomrpas.com. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Sengés, 20 de março de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:DCE56626

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

CREDENCIAMENTO N.º 007/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 080/2024.

OBJETO: A presente Chamada pública para o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de forma contínua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, com fornecimento de peças, componentes e acessórios de reposição originais, genuínas, ou alternativas, dos veículos, máquinas e equipamentos de linha leve, média, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

DANIEL DO NASCIMENTO LTDA, CNPJ N.º 37.283.168/0001-61, para fornecer os seguintes:

LINHA RODOVIARIA/AGRICOLA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 187,50	5º COLOCADO

Sengés, 20 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:95F1A79F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE N.º 039/2025 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 285/2025.

OBJETO: contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de Credenciamento nº 007/2024, cujo objeto Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de forma continua, nos serviços de alinhamento e balanceamento de rodas, mecânica em geral, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, pintura, solda, torno, lavagem, higienização, borracharia, vulcanização e recapagem de pneus, estofagem, tapeçaria, manutenção de ar condicionado e recauchutagem de pneus, maquinas e equipamentos de linha leve, media, pesada e equipamentos rodoviários e agrícolas pertencentes à frota Municipal, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Administração, Serviços Urbanos, Transporte e Aviação, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Cultura Esporte Turismo, Industria e Comercio, Educação.

Homologo e Adjudico a Decisão da Comissão Permanente de Licitação, que considerou o fornecedor abaixo listado como **CREDENCIADO**:

DANIEL DO NASCIMENTO LTDA – CNPJ 37.283.168/0001-61, para fornecer os seguintes:

LINHA RODOVIARIA/AGRICOLA				
Item	**Uni**	**Descrição**	**VALOR UNITARIO**	**COLOCAÇÃO SORTEIO**
8	H	Borracharia e vulcanização	R$ 187,50	5º COLOCADO

Sengés, 20 de Março de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:F0353E1E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Licitatório n.º **023/2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de sistema integrado de gestão de assistência social bem como portal do cidadão e aplicativo cidadão, compreendendo implantação,

configuração, parametrização, customização, treinamento, atualização corretiva, adaptativa e evolutiva, diagnóstico e suporte técnico operacional, específico para as atividades da Secretaria de Assistência Social,, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDOR:

IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA(05982200000100) com o lote: 001 no valor total de R$ 93.600,00 (noventa e três mil e seiscentos reais).
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2026

Sengés, 20 de março de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:03F8D697

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº. 061, DE 20 DE MARÇO DE 2026

SÚMULA: Designa a Diretora do Departamento de Assistência Social e o Tesoureiro Municipal, para responderem pelas funções de GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – FMDPD do Município de Sertanópolis.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das prerrogativas legais e, em especial, a que lhe confere a Lei Municipal nº 3.400/2026,

DECRETA:
Art. 1º. Ficam designados, para responderem pelas funções de **GESTORES DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – FMDPD,** a Diretora do Departamento de Assistência Social, a Senhora **HELOÍSA BUZO MÁXIMO DIAS**, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral n.º 4.295.416-0/SSP-PR e inscrita no CPF/MF sob o número 671.368.779-20, e o tesoureiro, o Senhor **SERGIO LUIZ MARTINS**, portador da Cédula de Identidade Registro Geral n.º 12.879.443/SESP-SP, inscrito no CPF (MF) número 006.136.568-81, responsáveis pela movimentação da conta bancária do referido FUNDO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani", 20 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:4CAF58CA

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 DE MARÇO 2026;
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JÚRIDICA DE DIREITO PÚBLICO, COM SEDE NA CIDADE DE SERTANÓPOLIS NO ESTADO DO PARANÁ, À RUA SENADOR SOUZA NAVES Nº 304, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB Nº 78.318.169/0001-81;
CONTRATADA: G SILVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS - ME, SITUADA À RUA JOSÉ VENTURELLI, Nº 140 – PARQUE INDUSTRIAL ARDO E. VENTURELLI, SERTANÓPOLIS, CEP 86170-000, ESTADO DO PARANÁ, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITO NO CNPJ/MF 11.864.233/0001-59;
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PLANEJADO SOB MEDIDA PARA AS SALAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
INÍCIO: 09 DEMARÇO DE 2026;
TÉRMINO: 09 DE MARÇO DE 2027;
EMBASAMENTO LEGAL: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026;
VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R$ 64.580,00 (SESSENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E OITENTA REAIS).
FORO: COMARCA DE SERTANÓPOLIS – PR.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:83DA5F30

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 66/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
N.º 66/2026
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Av. Doutor Vacyr Gonçalves Pereira nº342, inscrita no CNPJ/MF nº76.245.034/0001-08, neste ato representado por sua prefeita municipal, senhora **Ana Ruth Secco**.

CONTRATADO: CASA QUATRRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA E FAMILIA VERCEZI & CIA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

VALOR: R$ 8.991,20(OITO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E VINTE CENTAVOS).

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 20 de março de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:65709FC4

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026 - CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 010/2026 - CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2026 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL
SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE ENVELOPES COM DOCUMENTOS E PROPOSTAS DIA 28 DE ABRIL DE 2026 ÀS 09h.

PREÂMBULO
O **MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS - PARANÁ**, com sede na Avenida Doutor Vacyr Gonçalves Pereira, n.º 342, Centro, em Sertanópolis/PR, através da Comissão de Contratação, nomeada através do Decreto Municipal n.º 093/2023, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO sob o n.º 001/2026**, na forma de **CHAMADA PÚBLICA, para Aquisição de Alimentação Escolar,** para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, nos termos da Lei n.º 14.133/21, Lei n.º 11.947, de 16/07/2009, Resolução n.º 026/2013, Resolução n.º 004/2015, Resolução n.º 006/2020 e Resolução n.º 21/2021, para o período de maio/2026 a maio/2027. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, na Divisão de Compras da Prefeitura Municipal, situado no segundo andar do prédio da Avenida Doutor Vacyr Gonçalves Pereira n.º 342, centro, no horário de 08h às 11:30h e 13h às 17:30h de segunda a sexta-feira, e, ainda, no endereço eletrônico www.sertanopolis.pr.gov.br. A data de recebimento das propostas é o dia **28 de abril de 2026, às 09h**, na Divisão de Compras.
Sertanópolis, 20 de março de 2026.

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Agente de Contratação

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:98690CEF

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE ATA - PREGÃO EETRÔNICO Nº05/2026.

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE-SERMUSA, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, COM SEDE NESTA CIDADE DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, SITO A RUA SENADOR SOUZA NAVES, Nº 487, CENTRO, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 78.318.359/0001-07, NESTE ATO REPRESENTADO PELA DIRETORA SUPERINTENDENTE, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA** RESULTANTE DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO ELETRÔNICO, SOB Nº01/2026**, AQUI DENOMINADA CONTRATADA. FICANDO CONTRATADA AS EMPRESAS.
ATA Nº14/2026 – FORNECEDOR: **JHP AR CONDICIONADO LTDA**, CNPJ N.º 61.941.298/0001-29, COM SEDE NA AV JERÔNIMO MONTEIRO Nº1385, CEP: 29100401, TELEFONE: (44) 9837-5441, REPRESENTADA POR SEU, SR JOÃO HENRIQUE DE PAULI, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM MARINGÁ, RG N.º3409764-0 SSP/PR, CPF N.º532.499929-68. **VALOR TOTAL - R$7.864,00 (SETE MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA

ATA Nº15/2026 – FORNECEDOR**: E.L.A DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ N.º 47.756.514/0001-35, COM SEDE NA RUA WALDEMAR SAKCS Nº428, BANDEIRANTES-PR CEP: 86360-000, TELEFONE: (043) 99131-6581, REPRESENTADA POR SEU, SRA ERIKA LOPIS ARISA, BRASILEIRA, CASADA, RESIDENTE E DOMICILIADO EM BANDEIRANTES-PR, RG N.º8200968-0 SSP/PR, CPF N.º043.067.879-74. **VALOR TOTAL - R$30.263,50 (TRINTA MIL, DUZENTOS E SESSENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº16/2026 – FORNECEDOR: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING LTDA**, CNPJ N.º 30.547.487/0001-98, COM SEDE NA AV ESPERANÇA Nº1899, CAMBÉ-PR CEP: 86.189-353, TELEFONE: (043) 3661-2684, REPRESENTADA POR SEU, SR OSCAR NETTO BOEING, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM CAMBÉ-PR, CNH N.º01059507402 DETRAN/PR, CPF N.º601.706.039-20. **VALOR TOTAL - R$1.532,52 (UM MIL, QUINHENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº17/2026 – FORNECEDOR: K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ N.º 10.675.016/0001-58, COM SEDE NA RUA SOUZA NAVES Nº1145 PARANAVAÍ-PR, CEP: 87702-22, TELEFONE: (44) 3422-1500, REPRESENTADA POR SEU, SRA ROSA FERREIRA BRAGA, BRASILEIRA, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM PLANALTINA DO PARANÁ-PR, RG N.º3.888.709-2 SSP/PR, CPF N.º016.892.629-66. **VALOR TOTAL - R$3.290,37 (TRÊS MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº18/2026 – FORNECEDOR: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA, CNPJ N.º 07.299.558/0001-69, COM SEDE NA RUA ROCHA POMBO Nº2053, CAMPO MOURÃO-PR CEP: 87303-220, TELEFONE: (44) 3016-2725, REPRESENTADA POR SEU, SR FLAVIO PEREIRA GARALUZ, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM CAMPO MOURÃO-PR, RG N.º7.604.345-0 SSP/PR, CPF N.º043.778.839-33. **VALOR TOTAL - R$6.175,00 (SEIS MIL, CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº19/2026 – FORNECEDOR: NS SILVA LTDA, CNPJ N.º 58.445.371/0001-67, COM SEDE NA AV ADV HORÁCIO RACCANELLO Nº6236 MARINGÁ-PR, CEP: 87020-035, TELEFONE: (44)3041-5137, REPRESENTADA POR SEU, SR NOAH VICTOR DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM MARINGÁ, RG N.º14773421-2 SSP/PR, CPF N.º800.548.519-04. **VALOR TOTAL - R$6.600,00 (SEIS MIL, E SEISCENTOS REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº20/2026 – FORNECEDOR: LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ N.º 55.913.536/0001-90, COM SEDE NA RUA 19 DE DEZEMBRO Nº351, CEP: 84950-000, TELEFONE: (43) 93505-9494, REPRESENTADA POR SEU, SR EVERTON VIEIRA DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM WENCESLAU BRAZ-PR, RG N.º12.706.623-0 SSP/PR, CPF N.º072.063.159-92. VALOR **TOTAL - R$3.765,00 (TRÊS MIL, SETECENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
ATA Nº21/2026 – FORNECEDOR: LEV INDUSTRIAL LTDA, CNPJ N.º 52.795.852/0001-16, COM SEDE NA RUA SELMO PEREIRA Nº45, CEP: 8987400 MARAVILHA-SC, TELEFONE: (49) 9940-2020, REPRESENTADA POR SEU, SR RUDIMAR LINCK, BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE E DOMICILIADO EM MARAVILHA-SC, RG N.º404.472.211-6 SSP/SC, CPF N.º653.338.100-87.**VALOR TOTAL - R$33.800,00 (TRINTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS REAIS)** DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA
- OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MARIA CASAGRANDE FAVORETO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERTANÓPOLIS-PR. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
- FORO: AS PARTES EM COMUM ACORDO, ELEGEM COMO FORO PRIVILEGIADO PARA DIRIMIR QUAISQUER DÚVIDAS E QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO RELATIVAS AO PRESENTE CONTRATO, O FORO DA COMARCA DE SERTANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ.
E, POR ESTAREM JUSTOS, CERTOS E CONTRATADOS, ASSINAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS)
VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS CONSTANTES.

SERTANÓPOLIS, 20 DE MARÇO DE 2026

Gestora do Contrato:
THIMOTEO LUCAS MOREIRA DA SILVA
CPF: 021.360.109-56

Fiscais do Contrato:

LUCINEIA APARECDIDA DE SOUZA ANDRADE
CPF: 906.418.849-15

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde - SERMUSA
Contratante

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:1FEC8839

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 22/2026 LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, autarquia municipal inscrita no CNPJ/MF n.º 78.318.359/0001-07, com endereço na Rua Senador Souza Naves n.º 487, representado por sua Diretora Superintendente, **GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA,** brasileira, casada, portadora da cédula de identidade R.G. Nº 648.871.09-9, inscrita no CPF/MF sob n.º 031.604.949-26, residente e domiciliada na cidade de Sertanópolis/PR, e
CONTRATADA: POLIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ 12.512.450/0001-42.

OBJETO: Aquisição de adesivos de parede com temas infantis para sala de vacina e consultório pediátrico e placas de identificação para sala de atendimento da UBS Maria Casagrande Favoreto do Serviço Municipal de Saúde.

VALOR: R$ 3.070,00 (três mil, setenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30(trinta) dias.

EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 20 de março de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora Superintendente

Publicado por:
Jamily Karly da Silva Galindo
Código Identificador:BCD32AC3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
DECRETO Nº 018/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o desmembramento do Lote Urbano nº. 02, da Quadra nº. 02, do Loteamento Residencial Parque das Águas.

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base na Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado para fins de escritura pública, lançamentos e tributos, etc..., o desmembramento do **Lote Urbano nº. 02,** da **Quadra Urbana nº. 02**, do loteamento Urbano do Município, com área de matrícula de **800,00 m2** a ser desmembrado da matrícula **10.769** – Registro de Imóveis de São João – PR., que passará a ser: **Lote Urbano nº 02-A**, com área total de **400,00m2** e **Lote Urbano nº 02-B**, com área total de **400,00m2.** Pertencente à **Schneider & Bilinski LTDA** conforme Requerimento, protocolado nesta Prefeitura Municipal sob nº. 38/2026 de 11 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A área a ser desmembrada no artigo anterior passará a constituir as seguintes confrontações, conforme memorial descritivo assinado pelo Técnico em Estradas, Especialização em Georreferenciamento, VILSO BACH, Registro nº. 53871413968.

Lote Urbano nº.02-A	**NORTE**: Confrontando com a Rua Madre Tereza, com 14,32 metros;
	SUL: Confrontando com Lote Urbano nº 03, com 11,30 metros; SUDESTE: Confrontando com a Estrada Caminho das Águas, com 4,46 metros;
	LESTE: Confrontando com o Lote Urbano nº 01 com 25,00 metros;
	OESTE: Confrontando com o Lote Urbano nº 02-B, com 28,28 metros.
Lote Urbano nº 02-B	**NORTE**: Confrontado com a Rua Madre Tereza, com 14,14 metros;
	SUL: Confrontado com o Lote Urbano nº 03, com 14,14 metros;
	LESTE: Confrontado com o Lote Urbano nº 02-A com 28,28 metros;
	OESTE: Confrontado com **o** Lote Urbano nº 03, com 28,28 metros

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, 20 DE MARÇO DE 2026.

GILBERTO JOAO ROSSI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 20 de março de 2026.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:8B7AA8ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 04/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 25/03/2026
Objeto: aquisição de material de expediente para a Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 20 de março de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:3913684E

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 05/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 25/03/2026
Objeto: aquisição de material de consumo para a Câmara Municipal de Teixeira Soares-PR.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 20 de março de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:EB0F51C8

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 22, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Concessão de diária para os fins que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Autorizar e conceder 01 (uma) diária sem pernoite no valor de R$282,22 (duzentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), a Vereadora Inês Aparecida Ferreira, devido a viagem a ser empreendida na data de 24 de março de 2026 e retorno no mesmo dia, tendo como origem o Município de Teixeira Soares e destino o Município de Curitiba/Paraná, para participação da entrega simbólica das telas interativas que foram liberadas através de Emenda Parlamentar do Deputado Estadual Alisson Wandscheer, que será realizado na Rua Africa, n.º 252, Pinhais, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

INÊS APARECIDA FERREIRA -
Presidente

RAFAEL DE MELLO –
1.º Secretário

RICARDO VIEIRA GUIMARÃES –
2.º Secretário

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:94A705CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº003/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve
TORNAR PÚBLICO:

I - A convocação do(s) candidatos (s) abaixo relacionado (s) , aprovados em Concurso Público conforme edital nº 002/2025 de 17 de setembro de 2025 devidamente homologado por meio do Decreto nº 18, publicado em 29 de janeiro de 2026, em diário Oficial do Município de Teixeira Soares.
II - Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Teixeira Soares-PR situada na **Rua XV de Novembro, nº 135** junto ao **Departamento de Recursos Humanos e Pessoal**, da **Secretaria Geral de Governo**, **no período de 23 de março de 2026 a 27 de março de 2026**, no horário das **09h00 às 11h30** e das **13h30 às 16h30**, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo , conforme descritos:
a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) 1 (uma) foto 3X4 recente;
n) Comprovante de endereço atual;
o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
r) Quanto ao exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função , esses serão agendados durante o procedimento de juntada dos documentos no prazo do item II , ficando assim a cargo da Prefeitura , todavia reafirmando que o candidato deverá constar como apto após o exame para fins de nomeação.
s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pela Município de Teixeira Soares – PR no ato da convocação, dos locais onde residiu nos últimos 05(cinco) anos.

OBSERVAÇÕES:
a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
b) Além dos documentos listados acima, a Prefeitura Municipal de Teixeira Soares – PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

III - Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos pré-admissionais .
IV) O **não comparecimento** do candidato no prazo estabelecido implicará **desistência tácita**, acarretando a perda do direito à nomeação, nos termos do edital do Concurso Público nº 002/2025 e da legislação vigente.

PROFESSOR
AMPLA CONCORRÊNCIA

Classificação	Nome
19 º Lugar	SILVIA MARIA PAVELSKI
21º Lugar	SILVIO KANAREK MARQUES
22º Lugar	SILVANA DOS SANTOS

V- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná , em 20 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago André Kuhn
Código Identificador:E97F4E80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 83/2026

DECRETO Nº-- 83/2026.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, EXECUÇÃO SUBSIDIÁRIA E

COBRANÇA DE CUSTOS RELATIVOS À LIMPEZA DE TERRENOS URBANOS, NOS TERMOS DO ART. 27 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.863.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 1.863, que estabelece a obrigação de manutenção de terrenos urbanos limpos e autoriza a execução subsidiária pelo Município;
Considerando a necessidade de disciplinar o procedimento administrativo de fiscalização e execução dos serviços de limpeza urbana;
Considerando o interesse público na preservação da saúde, segurança e bem-estar da população;

DECRETA:
Art. 1º Fica regulamentado o procedimento administrativo de fiscalização, notificação, execução subsidiária e cobrança de custos relativos à limpeza de terrenos urbanos no Município de Teixeira Soares.
Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio de seus agentes de fiscalização Ambiental, a execução das atividades previstas neste Decreto.
Art. 3º Constatada a existência de terreno em desacordo com as normas de limpeza e manutenção, será expedida notificação ao responsável, concedendo prazo de 15 (quinze) dias para regularização.
Parágrafo único. Em situações que representem risco iminente à saúde pública ou à segurança, devidamente justificadas pela autoridade competente, o prazo previsto poderá ser reduzido.
Art. 4º O responsável poderá, dentro do prazo estabelecido, comunicar ao Município o cumprimento da notificação, mediante declaração ou apresentação de documentação comprobatória.
Parágrafo único. A Administração Municipal poderá realizar vistoria posterior para verificação da regularização.
Art. 5º Decorrido o prazo estabelecido no artigo 3º sem regularização do imóvel, o Município poderá promover a execução subsidiária dos serviços de limpeza.
Art. 6º Os serviços de limpeza poderão compreender roçada, remoção de vegetação, retirada de resíduos e demais medidas necessárias à regularização do imóvel.
Art. 7º A execução dos serviços será devidamente registrada por meio de relatório administrativo, contendo a identificação do imóvel, a descrição dos serviços realizados e, sempre que possível, registro fotográfico.
Art. 8º Os custos dos serviços executados pelo Município serão apurados com base nas despesas efetivamente realizadas na operação.
§1º Para fins de apuração dos custos, poderão ser considerados, dentre outros:
I – mão de obra empregada na execução dos serviços, inclusive quando realizada por servidores públicos municipais, considerando-se o custo correspondente a remuneração e encargos proporcionais ao tempo despendido;
II – utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas;
III – consumo de combustível;
IV – transporte de materiais e resíduos;
V – destinação final dos resíduos;
VI – demais despesas operacionais necessárias à execução dos serviços.
§2ºConsideram-se incluídos nos custos previstos nesse artigo todos os recursos empregados na execução dos serviços, ainda que realizados diretamente pela Administração Pública, por meio de seus próprios servidores, equipamentos e estrutura operacional.
§3º O valor a ser cobrado do responsável corresponderá ao dobro do custo apurado, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº 1.863.
Art. 9º Os valores apurados serão cobrados do responsável pelo imóvel mediante procedimento administrativo próprio.
§1º Aplicam-se, no que couber as disposições da Lei Municipal nº 1158/2003 quanto aos procedimentos de notificação, cobrança e inscrição em dívida ativa.
§2º O não pagamento no prazo estabelecido poderá ensejar a inscrição do débito em dívida ativa e sua cobrança na forma da legislação vigente.

Art. 10 Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.
DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná em 20 de março de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Paula Barbieri
Código Identificador:AC2396E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
PORTARIA Nº 277/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º. DESIGNAR o servidor **CARLOS CEZAR MEDEIROS BEZERRA**, portador do RG nº 923465, inscrito no CPF sob nº 107.830.418-10, ocupante do cargo de Secretário de Meio Ambiente para responder como Gestor do Convênio e como Fiscal, fica designada a servidora **MARA CRISTINA DE PAULA**, portadora do RG n 5.616.823-0, inscrita no CPF sob nº 794.639.839-53, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio a ser firmado com o INSTITUTO ÁGUA E TERRA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. tador do RG ndora MARA CRISTINA DE PAULA,

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:D0F1CD00

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONCORRÊNCIA Nº 10/2024 CONTRATO Nº: 62/2025

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pela Prefeito(a) Municipal Senhor(a) **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20,e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **"HF ENGENHARIA LTDA",** inscrita no CNPJ: 17.877.204/0001-08, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Curitiba, 749 – Centro – Tapejara - PR, neste ato representada pela Srª. **CAROLINE CASSIANA DA SILVA VOLPATO**, portadora do CPF: 062.167.269-60 e RG: 9.705.705-2, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Concorrência nº 10/2024 realizado nos termos da Lei nº14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 62/2025, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS PORTE II DO NOVO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC 2023-2026)** e pelos

termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 24 de março de 2027, com base no Art.107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA

Prorrogar o prazo de execução do referido contrato até 24 de setembro de 2026.

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:A310628E

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2025 ARP Nº: 61/2025

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no 2.003.293-6, inscrito no CPF sob o n° 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**M RAFAEL EMPREENDIMENTOS LTDA",** inscrita no CNPJ sob nº 82.457.763/0001-20, com sede na cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, à PRAÇA SANTOS DUMONT, 248, ZONA UM, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). **MARCEL FRANKLIN RAFAEL,** CPF: 026.131.399-19, RG: 5.763.296-8, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão Eletrônico nº 22/2025 realizado nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada na ARP nº 61/2025, que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL aquisição de gêneros alimentícios de panificadora e confeitaria (doces, salgados, sucos e refrigerantes), em atendimento a esta Prefeitura Municipal** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo a Ata de Registro de Preço em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência da referida Ata de Registro de Preços até 20 de março de 2027, com base no art. 84 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:DC4784E0

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 06-2026

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico a pretendida Inexigibilidade de nº. 06/2026 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no Artigo 74, caput da Lei nº. 14.133/2021, a favor da empresa ENZO CAMINHÕES LTDA inscrita no CNPJ 09.137.236/0001-49, no tocante a aquisição de veículo sendo: Lote 1 - aquisição de 01 (UM) VEÍCULO ÔNIBUS RODOVIÁRIO 49 LUGARES NOVO 0 KM e demais características técnicas constantes no Procedimento Licitatório- Procedimento Licitatório- PREGÃO ELETRÔNICO nº 10/2025- ARP Nº 0038/2025 – Prefeitura Municipal de Tapurah - MT – Convenio nº 282/2026-SECID.
O valor total depreendido com a aquisição será de R$ 1.508.900,00 (Um milhão quinhentos e oito mil e novecentos reais).
Face ao disposto no Artigo 72 da Lei nº. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique.

Terra Boa/PR, 18 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Republicado por erro material

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:72412C69

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao senhor **JOSE CARLOS ISIDORO** servidor desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **01/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:F80CD66D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 269/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao senhor **ANTONIO NONATO SILVA** servidor desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE MAQUINAS E VEICULOS - MOTORISTA, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **21/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E00F12CA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 270/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a senhora **ANA CLAUDIA FACIOLI DE SOUZA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **21/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B2346480

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 271/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **EDINEUSA RUTNEIA MARTINS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **01/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:E2D97143

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 272/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **NATALIA FIGUEIROA DEL VESCO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **01/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B31A2918

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 273/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **DEBORA PEDROSO DAMACENO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **01/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:90C11B29

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 274/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **JULIANA APARECIDA DA SILVA** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **01/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:DB585376

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 275/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a senhora **MARILETE MOREIRA DA ROCHA ZACCHI** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **24/03/2026** a **02/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B66C93B7

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 276/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao senhor **AGRIPINO JOAO ANTONIO** servidor desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE ENDEMIAS, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **30/03/2026** a **28/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:05A646A9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 278/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a senhora **TAIS VENANCIO DE FARIAS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **23/03/2026** a **11/04/2026**.
Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:36A1B1D1

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 279/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 57 da Lei Complementar nº 05/2022, de 21 de setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º AMPLIAR a jornada de trabalho da professora **DANIELLY CARIS SODRE,** Classe A (Magistério), de **24/02/2026** a **13/03/2026** em substituição a Professora **ITALA CHAYANE FIGUEIREDO DA SILVA,** que se encontra de atestado médico.

Art. 2º O valor da ampliação da jornada de trabalho terá como base o salário da referência inicial da Classe A, e terá caráter temporário extinguindo-se automaticamente a partir do momento em que a servidora deixar de exercer as funções objeto da ampliação.

Art. 3º A jornada suplementar constitui-se em vantagem de caráter pessoal, não se incorporando aos vencimentos ou proventos da aposentadoria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 20 de março de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretária de Educação e Cultura

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:D74FF8CA

SECRETARIA DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO Nº 01/2026

Em cumprimento ao Artigo 2º, da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, ficam notificados os partidos políticos, sindicatos afins e Associação Comercial, existentes em Terra Boa, sobre a liberação de recursos financeiros do Governo Federal, em que o Município foi beneficiado, a saber:

DATA	VALOR	ORGÃO REPASSADOR	DESTINAÇÃO DA APLICAÇÃO
27/02/2026	R$ 19.316,75	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
27/02/2026	R$ 18.251,25	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
27/02/2026	R$ 9.163,50	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
27/02/2026	R$ 741,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
27/02/2026	R$ 331,50	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR

17 de Março de 2025.

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:37E3FF0A

SECRETARIA DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO Nº 02/2026

Em cumprimento ao Artigo 2º, da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, ficam notificados os partidos políticos, sindicatos afins e Associação Comercial, existentes em Terra Boa, sobre a liberação de recursos financeiros do Governo Federal, em que o Município foi beneficiado, a saber:

DATA	VALOR	ORGÃO REPASSADOR	DESTINAÇÃO DA APLICAÇÃO
16/03/2026	R$ 19.316,75	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
16/03/2026	R$ 18.251,25	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
16/03/2026	R$ 9.163,50	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
16/03/2026	R$ 741,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
16/03/2026	R$ 331,50	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR

17 de Março de 2026.

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:AD647AEB

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

O Conselho Municipal de Saúde no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.682/2021 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de MARÇO de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º. Aprovar a do Município de Terra Boa para RESOLUÇÕES SESA: Resolução 220/2026, conforme exigencias dos termos de adesão qualificando assim o serviço de saúde.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, Edifício da Prefeitura Municipal, aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

JOSE NUNES CABRAL
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução/COMUS – Terra Boa nº 08/2026, nos termos do parágrafo 2º, artigo 1º da Lei nº 8.142/90.

LEUKTEMBERGG MENEGHETTI DA COSTA
Secretario Municipal de Saúde

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:C71C6AD5

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 09/2026

O Conselho Municipal de Saúde no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.682/2021 e, considerando a deliberação da plenária realizada em 17 de MARÇO de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º. Aprovar o PLANO DE AMOSTRAGEM DA VIGILANCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO do Município de Terra Boa.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, Edifício da Prefeitura Municipal, aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e seis.

JOSE NUNES CABRAL
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução/COMUS – Terra Boa nº 08/2026, nos termos do parágrafo 2º, artigo 1º da Lei nº 8.142/90.

LEUKTEMBERGG MENEGHETTI DA COSTA
Secretario Municipal de Saúde

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:F8C1813B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 87/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **25.341.162/0001-14**.

DOMICÍLIO: DOUTOR LISIMACO FERREIRA DA COSTA, 225 - CEP: 86025090 - BAIRRO: RECREIO, Londrina/PR.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos para as salas odontológicas das unidades básicas de saúde municipais., Pregão N° 8/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 11/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **22.238,04 (Vinte e Dois Mil, Duzentos e Trinta e Oito Reais e Quatro Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, onze dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Mega Dental Importacao, Exportacao e Comercio de Produtos Odontologicos Ltda
CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:F5E7D805

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 101/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: WORLD CAM BRASIL ELETROELETRONICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **26.167.868/0001-74**.

DOMICÍLIO: RUA NAJLA CARONE GUEDERT SALA 03 SETOR 4, 820 - CEP: 88132150 - BAIRRO: Pagani, Palhoça/SC.

OBJETO: Registro de preço para câmeras, peças e serviço de manutenção do sistema de segurança, Pregão N° 9/2026, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 16/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ **19.011,00 (Dezenove Mil e Onze Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, dezesseis dias de março de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

World Cam Brasil Eletroeletronico LTDA
DANIELA CARDOSO ABDO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:B70167DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: PARANASOLO CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **36.986.317/0001-96**.

DOMICÍLIO: RODOVIA BR 376 KM 110, S/N DISTRITO INSDUSTRIAL - CEP: 87720140 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS DA ESTRADA BEIRA RIO (TRECHO REMANESCENTE ATÉ O RIO), do Concorrência 1/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 02/03/2026.

VALOR TOTAL: R$ 6.766.809,83 (Seis Milhões, Setecentos e Sessenta e Seis Mil, Oitocentos e Nove Reais e Oitenta e Três Centavos).
VALOR GARANTIA: R$ 338.340,49 (Trezentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e nove centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 731 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 dias, a partir da emissão da Ordem de Serviços.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 20/03/2026 (vinte dias de março de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Paranasolo Construção e Pavimentação LTDA
LUCAS BERGAMINI FERNANDES
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:45352650

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 182/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LEONARDO SOARES DOLME, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LEONARDO SOARES DOLME,** matrícula Nº 20202202, ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DA DIVISÃO DE TURISMO,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 a 31/12/2025, do Município de Terra Rica, que serão 15 (quinze) dias usufruídos, que compreende entre **23/03/2026 a 06/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:70757FBE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 183/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JOSE FRANCISCO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **JOSE FRANCISCO DA SILVA,** matrícula Nº 431, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MAS),** referente ao período aquisitivo de 21/03/2025 a 20/03/2026, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **23/03/2026 a 21/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:4E660761

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 184/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR LUCAS MIGUEL MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LUCAS MIGUEL MARTINS,** matrícula Nº 20202192, ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DA DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR,** referente ao período aquisitivo de 03/01/2025 a 02/01/2026, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **23/03/2026 a 01/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:7110B309

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 185/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA NATALIA ALVAREZ CAZETTA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **NATALIA ALVAREZ CAZETTA,** matrícula Nº 12267, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 24/02/2023 a 23/02/2024, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **23/03/2026 a 01/04/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:B89184F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 186/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR RILDO FRANCISCO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **LEONARDO SOARES DOLME,** matrícula Nº 20202202, ocupante do cargo em comissão de **DIRETOR DA DIVISÃO DE TURISMO,** referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 a 31/12/2025, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **02/03/2026 a 31/03/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:E373776A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
Processo Administrativo nº 09/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

O Poder Legislativo do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em conformidade com o § 3 do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Legislativo nº 11/2023 torna público que pretende realizar a **Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Terra Roxa/PR,** com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de itens e respectivas quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de **R$ 11.368,50 (onze mil trezentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).**

Interessados em apresentar propostas de preços para fornecimento do objeto do presente procedimento de Dispensa de Licitação, poderão encaminhar até às 23h59min do dia **26/03/2026**, conforme modelo de Proposta de Preços (Anexo II) juntamente com a Declaração de ME e EPP (modelo Anexo III) para o e-mail licitacoes@cmtr.pr.gov.br ou mediante protocolo na Câmara Municipal, situada na Rua Governador Parigot de Souza, nº 78, Centro, CEP 85.990-000, Terra Roxa – Paraná, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 07:30: às 12:00 horas, e das 13:30 às 17:00 horas.

A contratação somente se dará ao fornecedor que apresentar a melhor proposta de preços e estiver em condições de Habilitação, cujos documentos a serem apresentados constam no Termo de Referência (Anexo I) e serão requisitados somente do fornecedor que apresentar melhor proposta de preços.

Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou com a Secretaria do Legislativo diretamente na sede da Câmara Municipal de Terra Roxa, localizada na Rua Governador Parigot de Souza, nº 78, Centro, CEP 85.990-000, Terra Roxa – Paraná, pelo fone/whatsapp (44) 3645-1131, e-mail licitacoes@cmtr.pr.gov.br.

Integram o presente os seguintes anexos:
Anexo I- Termo de Referência;
Anexo II- Modelo Proposta de Preços;
Anexo III- Declaração de ME e EPP;
Anexo IV– Minuta do Contrato;

Terra Roxa, 20 de março de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ulisses Genguini
Código Identificador:F42E585B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 033/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA que, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, IX e XVI da Constituição Federal e sob a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela portaria nº 16902/2025 de 03 de setembro de 2025.

TORNA PÚBLICO

I – A convocação dos candidatos abaixo relacionados aprovados e constantes no Cadastro Reserva - CR, inscritos no Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025 – Edital n.º 53/2025 de 08 de setembro de 2025 e de acordo com a homologação do resultado final pelo Edital n.º 63/2025 de 30 de setembro de 2025.

CARGO: MOTORISTA I - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
PETERSON MACLOURE MARIANO	8.0	7°
ADEMIR APARECIDO DOS SANTOS	7.0	8°
OSMAR LEAL DA SILVA	6.0	9°
RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS	4.0	10°

II – O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme Anexo VII do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 002/2025 – Edital n.º 53/2025 de 08 de setembro de 2025.

III – O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:DF2C69F2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17199/2026

PORTARIA N°. 17199/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3357/2026 em 02/03/2026 e parecer CADE nº 011/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar o servidor **HEMERSON FERMINO DA SILVA**, matrícula n.º 48585-00, ocupante do cargo AGENTE ADMINISTRATIVO, no nível AAD XVII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, ATUALIZAÇÃO PARA SERVIDORES DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E CONVENIADOS, concluído em 25/10/2024, com carga horária de 30 horas. ESPC

Certificado do Curso, ATUALIZAÇÃO PARA SERVIDORES DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E CONVENIADOS, concluído em 24/11/2023, com carga horária de 30 horas. ESPC
Certificado do Simpósio, ATUALIZAÇÃO E NIVELAMENTO DE CONHECIMENTOS DOS SECRETÁRIOS DE JUNTAS DE SERVIÇO MILITAR, concluído em 05/04/2024, com carga horária de 20 horas. EXÉRCITO BRASILEIRO
Certificado do Simpósio, ATUALIZAÇÃO E NIVELAMENTO DE CONHECIMENTOS DOS SECRETÁRIOS DE JUNTAS DE SERVIÇO MILITAR, concluído em 10/04/2025, com carga horária de 20 horas. EXÉRCITO BRASILEIRO

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:9FB0C143

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17200/2026

PORTARIA N°. 17200/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3381/2026 em 02/03/2026 e parecer CADE nº 012/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **REGINA BALONEKR DOS SANTOS**, matrícula n.º 34290-00, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG XVI em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, CRITÉRIOS DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP (TURMA OUT/2025), concluído em 02/10/2025, com carga horária de 60 horas. ENAP
Certificado de Participação, 23° CONGRESSO PREVIDENCIÁRIO DA APEPREV E 2° SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PREVIDÊNCIA, concluído em 12/09/2025, com carga horária de 16 horas. APEPREV
Certificado do Curso, INTRODUÇÃO À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (TURMA DEZ/2025), concluído em 02/10/2025, com carga horária de 30 horas. ENAP

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:6FB94DF7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17201/2026

PORTARIA N°. 17201/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3587/2026 em 04/03/2026 e parecer CADE nº 013/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar o servidor **CLAUDEMIR DOS SANTOS**, matrícula n.º 38253-01, ocupante do cargo CONTADOR, no nível CON VIII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, com aproveitamento de horas excedentes da última progressão pela participação no seguinte curso:

Certificado de Participação, PROGRAMA EM GOVERNANÇA MUNICIPAL, realizado no período de 09/2018 a 02/2019, com carga horária de 330 horas. FACULDADE PÓLIS CIVITAS

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:9B1187EB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17202/2026

PORTARIA N°. 17202/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3913/2026 em 09/03/2026 e parecer CADE nº 014/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **PAMELA SCANDILHEIRO**, matrícula n.º 1238728-00, ocupante do cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, no nível ACS VI em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, TÉCNICA EM AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, concluído em 16/01/2026, com carga horária de 1275 horas. UFRGS

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 09 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:F3A15337

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17203/2026

PORTARIA N°. 17203/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o

requerimento protocolado sob nº 3766/2026 em 05/03/2026 e parecer CADE nº 015/2026
R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **DENISE CRISTINA BRAGA NOGUEIRA ADRIANO**, matrícula n.º 172235-00, ocupante do cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, no nível TEF VIII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, SUPORTE BÁSICO DE VIDAS, concluído em 20/10/2024, com carga horária de 80 horas. VENES
Certificado do Curso, NOÇÕES BÁSICAS DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA (BLS), concluído em 26/10/2024, com carga horária de 40 horas. ABBA CURSOS

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 05 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:B3EF1CD6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17204/2026

PORTARIA N°. 17204/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3613/2026 em 04/03/2026 e parecer CADE nº 016/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **RENATA APARECIDA PEREIRA**, matrícula n.º 132845-02, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG VIII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, CURSO DE MERENDEIRA, concluído em 28/02/2026, com carga horária de 35 horas. CERTIFICADO CURSO ONLINE
Certificado do Curso, CURSO DE BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS, concluído em 02/03/2026, com carga horária de 30 horas. CERTIFICADO CURSO ONLINE
Certificado do Curso, CURSO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR, concluído em 02/03/2026, com carga horária de 55 horas. CERTIFICADO CURSO ONLINE

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:812FAEC6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17205/2026

PORTARIA N°. 17205/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3801/2026 em 06/03/2026 e parecer CADE nº 017/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **MARCIA LUZIA DE SOUZA**, matrícula n.º 78140-01, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG V em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, CAPACITAÇÃO PARA MERENDEIRAS, concluído em 12/02/2019, com carga horária de 12 horas. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Certificado do Curso, FUNDEB, concluído em 25/08/2019, com carga horária de 60 horas. FNDE
Certificado do Curso, PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS - BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO CASEIRA DE CEREAIS - BÁSICO EM MILHO, concluído em 17/06/2016, com carga horária de 16 horas. SENAR
Certificado do Curso, PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS - BENEFICIAMENTO E TRANSFORMAÇÃO CASEIRA DE MANDIOCA - BÁSICO EM MANDIOCA, concluído em 08/04/2016, com carga horária de 16 horas. SENAR
Certificado do Curso, PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS -DERIVADOS DE LEITE, concluído em 12/08/2016, com carga horária de 16 horas. SENAR

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 06 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:F2FB1B1B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17207/2026

PORTARIA N°. 17207/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3994/2026 em 10/03/2026 e parecer CADE nº 019/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **MARINES DA SILVA RAMOS**, matrícula n.º 46620-00, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG XII em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, BOAS PRÁTICAS DE LIMPEZA EM AMBIENTES ESCOLARES, concluído em 06/03/2026, com carga horária de 60 horas. WR EDUCACIONAL
Certificado do Curso, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, concluído em 05/03/2026, com carga horária de 40 horas. WR EDUCACIONAL
ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 10 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:C349A8DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17208/2026

PORTARIA N°. 17208/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 3639/2026 em 04/03/2026 e parecer CADE nº 020/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **JAQUELINE DINIZ DE ALMEIDA**, matrícula n.º 152455-01, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG V em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação no seguinte curso:

Certificado do Curso, SABERES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE, concluído em 04/03/2026, com carga horária de 120 horas. ABELINE

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 04 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:3669D852

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17209/2026

PORTARIA N°. 17209/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 4330/2026 em 13/03/2026 e parecer CADE nº 021/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar o servidor **DANIEL MOREIRA**, matrícula n.º 70041-00, ocupante do cargo AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, no nível ASG X em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:

Certificado do Curso, NR10 - CURSO BÁSICO DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS COM ELETRICIDADE, concluído em 31/08/2024, com carga horária de 40 horas. SESI
Certificado do Curso, introdução a eletricista predial e residencial profissional, concluído em 11/03/2026, com carga horária de 90 horas. Portal IDEA

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 13 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:44370000

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17210/2026

PORTARIA N°. 17210/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 4336/2026 em 13/03/2026 e parecer CADE nº 022/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **SUELI MARIA DE SOUZA CAZARI**, matrícula n.º 96504-02, ocupante do cargo TECNICO EM ENFERMAGEM, no nível TEF V em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação no seguinte curso:

Certificado do Curso, POLÍTICAS DE SAÚDE, concluído em 13/03/2026, com carga horária de 120 horas. ABELINE

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 13 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:2317E42B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 17211/2026

PORTARIA N°. 17211/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 4750/2026 em 19/03/2026 e parecer CADE nº 023/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **SIMONE APARECIDA DA SILVA**, matrícula n.º 134651-01, ocupante do cargo ENFERMEIRO PADRAO, no nível ENFERM VI em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação no seguinte curso:

Certificado do Curso, ATUALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO EM SAÚDE DO TRABALHADOR PARA PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE, concluído em 17/03/2026, com carga horária de 100 horas. ESPPR

ART. 2°. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito retroativo a 19 de março de 2026.

ART. 3°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:ED6F14A4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17206/2025

PORTARIA Nº 17206/2025

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 32 da Lei Municipal nº 1219/2014 e considerando o requerimento protocolado sob nº 4042/2026 em 10/03/2026 e parecer nº 018/2025

R E S O L V E:

Art. 1°. – Conceder ao servidor, MARCOS PAULO ALVES, matrícula n.º 48518-00, ocupante do cargo de Motorista, 5% (cinco por cento) de Retribuição por Nível de Ensino – RNE sobre o vencimento básico, pela conclusão do curso de Pós-Graduação em SAÚDE PÚBLICA, concluído em 22 de dezembro de 2025, Centro Universitário Ingá - UNINGÁ.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:DD962887

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17212/2025

PORTARIA Nº 17212/2025

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 32 da Lei Municipal nº 1219/2014 e considerando o requerimento protocolado sob nº 4720/2026 em 19/03/2026 e parecer nº 024/2025

R E S O L V E:

Art. 1°. – Conceder a servidora, MAURA ELIS MARTINS AVANCI, matrícula n.º 1271571-00, ocupante do cargo de Técnica Em Enfermagem, 5% (cinco por cento) de Retribuição por Nível de Ensino – RNE sobre o vencimento básico, pela conclusão do curso de Graduação em BIOMEDICINA, concluído em 10 de fevereiro de 2012, Universidade Tuiuti Do Paraná - UTP.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:109014F5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17214/2026

PORTARIA Nº 17214/2026

SUMULA: Dispõe sobre a estabilização do Servidor abaixo relacionado, por ter cumprido estágio probatório, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estável o Servidor abaixo relacionado, por ter cumprido 03 (três) anos de estágio probatório na respectiva função.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	A PARTIR DE
VANDECLEI ISAIAS ALMEIDA FARIA	1302825-00	TECNICO DE ENFERMAGEM	20/03/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:04BAD1AE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 107/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 107/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34, com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, ROSILDA ARCANJO DE BRITO, inscrita no CPF sob n° ***.***.759**, neste ato denominada EMPREGADO(A) no cargo de Professora, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 06 (seis) meses, com início em 22/03/2026 e término em 17/09/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.
Terra Roxa, 20 de março de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:493CB566

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECISÃO PAAR N° 001/2026

DECISÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026 INTERESSADO: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - PR **CONTRATADA:** GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (CNPJ nº 05.009.984/0001-95)
Análise do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidades (PAAR) e aplicação de sanções por inexecução contratual.
Trata-se de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR), instaurado pela Portaria nº 17086/2026, com o objetivo de apurar irregularidades na execução do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 009/2025, firmado com a empresa **GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, para a prestação de serviços de limpeza e manutenção dos cemitérios municipais.
A Comissão Processante, designada pela Portaria nº 16616/2025, após regular instrução processual, na qual foram garantidos o contraditório e a ampla defesa — tendo sido, inclusive, declarada a revelia da contratada, citada por edital —, concluiu pela inexecução culposa do contrato.
Conforme apurado, a empresa deixou de cumprir, de forma reiterada, obrigações essenciais como roçagem, limpeza e conservação das áreas, resultando em prejuízo ao interesse público e à adequada conservação do patrimônio municipal.
Diante dos fatos, a Comissão recomendou:
A rescisão unilateral do contrato;
A aplicação da penalidade de multa prevista no instrumento contratual;
A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, nos termos do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021.
Acolho integralmente o relatório e as conclusões da Comissão Processante. A documentação acostada aos autos demonstra, de forma inequívoca, o descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.
A conduta da contratada, que, mesmo notificada, permaneceu inerte e não regularizou a prestação dos serviços, configura inexecução total do contrato, ensejando a aplicação das sanções administrativas cabíveis, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
O artigo 155 da referida lei estabelece que o licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações que cometer, e o artigo 156, por sua vez, elenca as sanções aplicáveis, entre elas a multa e o impedimento de licitar e contratar.
O atraso e a falha na execução do objeto contratado configuram inexecução parcial ou total, que autoriza a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, portanto, é medida que se impõe, visando proteger a Administração de futuros contratos com empresas que demonstram falta de compromisso e capacidade técnica para cumprir com suas obrigações. Conforme o § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
ISTO POSTO com fundamento no poder-dever da Administração Pública de zelar pela correta execução de seus contratos e com base no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo nº 01/2026, DECIDO:
RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrato Administrativo nº 85/2025, firmado com a empresa GLOBAL TEK PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, com base no art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021, por inexecução total das obrigações contratuais.
APLICAR à contratada a penalidade de multa prevista no Contrato Administrativo nº 85/2025, no importe de 10% com base no artigo 156, § 3º da lei 14.133/2021.
APLICAR à contratada a sanção de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Terra Roxa - PR, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 156, II, da Lei nº 14.133/2021.
Determinar a notificação da empresa para o pagamento da multa no prazo legal, sob pena de inscrição em dívida ativa e demais medidas cabíveis.
Autorizar a adoção das providências necessárias para a realização de nova licitação, a fim de garantir a continuidade e a conclusão da obra, resguardando o interesse público.
Promovam-se as intimações necessárias e as providências para os registros das penalidades e inscrição em dívida ativa do valor da multa.
Terra Roxa, 18 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:34EE46CA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL N° 32/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL N° 32/2026 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, Senhor IVAN REIS DA SILVA, e a Comissão Especial de Seleção do PSS 001/2026, no uso de suas atribuições, tornam público aos interessados a HOMOLOGAÇÃO das INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

CARGO DE ENFERMEIRO		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4269/2026	ROSANO ESCOBAR SUAREZ	DEFERIDO
4343/2026	MARIANA BARATTO	DEFERIDO
4417/2026	MICHEL MANDUCA	DEFERIDO
4516/2026	THAIS APARECIDA WESTPHAL	INDEFERIDO*1
4569/2026	LALIDANE BERLANDA ANTONIO	DEFERIDO
4591/2026	MARILENE DE OLIVEIRA	DEFERIDO
4603/2026	ANNE TURRA DE OLIVEIRA	INDEFERIDO*2
4620/2026	ISABELA RAMOS DORNELES DOS SANTOS	DEFERIDO
4626/2026	KARINA SANTANA REGO	DEFERIDO
4652/2026	LETICIA VIANA DOS SANTOS	DEFERIDO
4675/2026	ROZANE ZOTTI	DEFERIDO
4691/2026	INGRID GOMES DA SILVA	DEFERIDO
4696/2026	INGRID BASTOS ALVES	DEFERIDO

OBS.:
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
***2 – LEI MUNICIPAL Nº 318/07;**

CARGO DE FARMACÊUTICO		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4157/2026	MONICA FERREIRA B. DOMINGUES	DEFERIDO
4346/2026	KARLA FERNANDA DA SILVA	DEFERIDO
4501/2026	MARIA SONIA CREMONESI	DEFERIDO
4544/2026	AMANDA VITORIA PINHEIRO	DEFERIDO
4564/2026	SABRINA ROSA RIEDI	INDEFERIDO*1
4641/2026	JULIANA FERNANDES DOS SANTOS	DEFERIDO*
4657/2026	ROGÉRIO LOPES SANGI	DEFERIDO
4682/2026	DANIELA ERNZEN ALVES DOS SANTOS	DEFERIDO
4692/2026	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA DUARTE	DEFERIDO

OBS.:
DEFERIDO* - VAGAS AFRODESCENDENTES
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
-Protocolos para cargo de FARMACÊUTICO cancelados devido à duplicidade de envio do Requerimento de inscrição pelo candidato:
4504/2026; 4653/2026; 4684/2026;

CARGO DE NUTRICIONISTA		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4439/2026	MARIANE BARBOSA	DEFERIDO
4445/2026	KAUANNI FEITOSA PREZOTTI	DEFERIDO
4446/2026	ISABELA MIQUELANTI MIRANDA	DEFERIDO
4637/2026	KARINA LOPES RUBIN	DEFERIDO
4697/2026	SABRINA SOARES SIQUEIRA	DEFERIDO

CARGO DE TECNICO DE ENFERMAGEM		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4238/2026	ELOISA HERBERT	DEFERIDO
4291/2026	MARIA IZABEL ANTONIN	INDEFERIDO*2
4340/2026	SIMONE APARECIDA AMBROSINA S. SANTOS	DEFERIDO

4483/2026	MARA LUCIA DA SILVA	DEFERIDO
4565/2026	JULIANA GABRIEL BENASSI	INDEFERIDO*3
4597/2026	SABRINA FERNANDA MARTINS FARIA	DEFERIDO
4599/2026	ELIARA DE LIMA DA SILVA	INDEFERIDO*3
4634/2026	JOÃO PAULO BARBOSA	INDEFERIDO*3
4661/2026	IZABEL DE OLIVEIRA	INDEFERIDO*1
4701/2026	SERGIO BATISTA ROSA	INDEFERIDO*4

OBS.:
DEFERIDO* - VAGAS AFRODESCENDENTES
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
***2 – LEI MUNICIPAL Nº 318/07;**
***3 - NÃO ATENDEU O ITEM 4.4 DE ACORDO COM EDITAL;**
***4 - REALIZOU A INSCRIÇÃO FORA DO HORARIO.**

CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS/PATROLA		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4200/2026	CRISTIAN CARLOS FRAGALLO	DEFERIDO
4245/2026	LUIZ CARLOS FERREIRA ALVES	DEFERIDO
4418/2026	ARNALDO DA SILVA DE SOUZA	INDEFERIDO*1
4431/2026	OSMARINA CLEUSA SANTOS	DEFERIDO*
4436/2026	JOSE APARECIDO INÁCIO TEIXEIRA	DEFERIDO*

OBS.:
DEFERIDO* - VAGAS AFRODESCENDENTES
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
-Protocolos para cargo de OPERADOR DE MAQUINAS/PATROLA cancelados devido à duplicidade de envio do Requerimento de inscrição pelo candidato:
4189/2026; 4190/2026;

CARGO DE AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4268/2026	FERNANDA SILVA DOS SANTOS	INDEFERIDO*1
4292/2026	ANA APARECIDA BORRI	DEFERIDO
4404/2026	NOELI APARECIDA PIANI	DEFERIDO
4406/2026	NATHIELEN KEMYLY DE OLIVEIRA	DEFERIDO
4416/2026	LEILA APARECIDA LOPES BARBIERI	DEFERIDO
4423/2026	SUZANA MARIA RIBEIRO	DEFERIDO*
4437/2026	VANILZA ZANUTO	DEFERIDO
4521/2026	VALDIRENE DOS SANTOS	DEFERIDO
4605/2026	ROSANGELA CROSARA GUSTMANN	DEFERIDO
4607/2026	IVALDETE DE APARECIDA BORGES	DEFERIDO
4610/2026	MARIA PRISCILA DA SILVA	DEFERIDO
4614/2026	ELAINE MARIANO RODRIGUES	DEFERIDO
4633/2026	CARLA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
4645/2026	SARAH BEATRIZ MARTINS	INDEFERIDO*1
4698/2026	ANA MARIA DE LOURDES LOPES	DEFERIDO*
4699/2026	RUI DE SOUZA FARIA	DEFERIDO*

OBS.:
DEFERIDO* - VAGAS AFRODESCENDENTES
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**

CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4138/2026	ROSEANNE CRISTINA HERBERT FARIA	DEFERIDO
4322/2026	TAISA PRISCILA WONSOVICZ	INDEFERIDO*1
4362/2026	JULIO CESAR MARINI	DEFERIDO
4403/2026	NOELI APARECIDA PIANI	DEFERIDO
4407/2026	RUTE FRANCO DA SILVA	DEFERIDO
4442/2026	MIRIAN FABIANA RAATZ DOS SANTOS	DEFERIDO
4444/2026	DIANE MICHELE FELIX HOLZ	INDEFERIDO*2
4475/2026	ROSANO ESCOBAR SUAREZ	DEFERIDO
4488/2026	ALINE FLAVIA FELETTE RAMOS	DEFERIDO
4518/2026	RAQUEL CROSARA GUSTMANN	DEFERIDO
4556/2026	CARINA MAFRA BILIBIO	DEFERIDO
4566/2026	ROSENY FRANCO DA SILVA	INDEFERIDO*2
4592/2026	RENAN RATIER RIBEIRO	DEFERIDO
4602/2026	EZILDA PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
4604/2026	BIANCA TIMOTEO	DEFERIDO
4624/2026	IRACEMA ROSELI DOS SANTOS CARVALHO	DEFERIDO
4631/2026	ROSELY TERESINHA CORAL	INDEFERIDO*2
4636/2026	FLAVIA CRISTINA PEREIRA	INDEFERIDO*2
4639/2026	JESSICA DE SOUZA FERREIRA DO NASCIMENTO	DEFERIDO
4642/2026	ADAIANA BEILA CASTANHA DA COSTA	INDEFERIDO*2
4667/2026	MARIA VITORIA AZEVEDO COSTA	DEFERIDO
4683/2026	OLIVIA ALMEIDA DE SOUZA	DEFERIDO
4693/2026	VANUZA VIEIRA DE SOUZA	INDEFERIDO*1

OBS.:
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
***2 – LEI MUNICIPAL Nº 318/07;**
-Protocolos para cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE cancelados devido à duplicidade de envio do Requerimento de inscrição pelo candidato:
4694/2026;

CARGO DE AGENTE DE ENDEMIAS		
PROTOCOLO	**NOME**	**SITUAÇÃO**
4139/2026	ROSEANNE CRISTINA HERBERT FARIA	DEFERIDO
4321/2026	TAISA PRISCILA WONSOVICZ	INDEFERIDO*1
4363/2026	JULIO CESAR MARINI	DEFERIDO
4397/2026	LUCAS RAFAEL FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
4402/2026	NOELI APARECIDA PIANI	DEFERIDO
4409/2026	RUTE FRANCO DA SILVA	DEFERIDO
4443/2026	RAFAEL JEAN DE SOUZA DOS SANTOS	DEFERIDO
4490/2026	ALINE FLAVIA FELETTE RAMOS	DEFERIDO
4549/2026	PRISCILA FUENTES ROMERO	INDEFERIDO
4563/2026	DAVI FERNANDO SANTOS SILVA	DEFERIDO
4590/2026	RENAN RATIER RIBEIRO	DEFERIDO
4601/2026	EZILDA PEREIRA DA SILVA	DEFERIDO
4622/2026	IRACEMA ROSELI DOS SANTOS CARVALHO	DEFERIDO
4630/2026	ROSELY TERESINHA CORAL	INDEFERIDO*2
4635/2026	FLAVIA CRISTINA PEREIRA	INDEFERIDO*2
4666/2026	MARIA VITORIA AZEVEDO COSTA	DEFERIDO
4672/2026	SOFIA DOS SANTOS DE ALMEIDA	DEFERIDO
4681/2026	OLIVIA ALMEIDA DE SOUZA	DEFERIDO
4695/2026	SILVANA DOMINGUES DE FRANCA	DEFERIDO
4700/2026	JAILSON MORAIS CARVALHO	DEFERIDO

OBS.:
***1 - NÃO ATENDEU OS ITENS 4.14. E 4.15. DE ACORDO COM EDITAL;**
***2 – LEI MUNICIPAL Nº 318/07;**
-Protocolos para cargo de AGENTE DE ENDEMIAS cancelados devido à duplicidade de envio do Requerimento de inscrição pelo candidato:
4560/2026;

Terra Roxa PR, 20 de março de 2026.

_____
NATÁLIA VIEIRA SILVA KALAF

_____
DANUBIA SERAFIM VIEIRA

_____
CRISTIANE ALVES DOS SANTOS

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:34318809

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
No Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026, Edital N° 24 de 10 de março de 2026. publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11 de março de 2026, Edição 3486, corrige-se as informações, conforme segue:
ONDE SE LE:

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2025

LEIA -SE:

CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2026

Terra Roxa PR, 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:43D73386

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17198/2026

PORTARIA Nº 17198/2026

Dispõe sobre a nomeação de Conselho Julgador para análise e julgamento da Chamada Pública nº 001/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento aos trâmites administrativos referentes à Chamada Pública nº 001/2026, destinada à locação de imóvel para atendimento das demandas da municipalidade;
CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar transparência, lisura e regularidade no processo de seleção;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o Conselho Julgador responsável pela análise, avaliação e julgamento das propostas apresentadas no âmbito da Chamada Pública nº 001/2026, com a seguinte composição:
I – **AUGUSTO BACHIEGA FERREIRA** – Matrícula nº 167118;
II – **ANA PAULA CELLA PALMIERE** – Matrícula nº 1282077;
III – **FERNANDA BOEING** – Matrícula nº 174980.
Art. 2º Compete ao Conselho Julgador:
I – Analisar a documentação apresentada pelos interessados;
II – Avaliar os imóveis ofertados conforme os critérios estabelecidos no edital;
III – Emitir parecer técnico conclusivo quanto à proposta mais vantajosa para a Administração Pública;
IV – Praticar os demais atos necessários à condução do processo.
Art. 3º Os trabalhos do Conselho deverão observar estritamente as disposições do edital da Chamada Pública nº 001/2026 e a legislação vigente.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 20 dias do mês de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:3F3EAF40

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17213/2026

PORTARIA Nº 17213/2026

Instaura Processo Administrativo Disciplinar a ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância Contraditória e Processo Administrativo Disciplinar – PAD, nomeada pela Portaria nº 16714 de 12 de maio de 2025, para apuração dos fatos relatados no Ofício n° 260/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o disposto nos artigos 215 a 248 da Lei Municipal nº 86 de 18 de maio de 1995.

R E S O L V E:
Art. 1º Designar os membros da Comissão Permanente de Sindicância Contraditória e Processo Administrativo Disciplinar – PAD, instituída pela Portaria nº 16714/2025 de 12 de maio de 2025, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Ofício n° 260/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos.
Art. 2º Instaura o Processo Administrativo Disciplinar n° 035/2025.
Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.
Art. 4º O processo administrativo deverá obedecer ao contraditório e a ampla defesa e ao final, encaminhará o relatório conclusivo ao Chefe do Poder Executivo.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, aos 20 dias do mês de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:265665B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°66-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 12/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 17 de março de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr.IVAN REIS DA SILVA , portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: VILELA EMPREENDIMENTOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 59.220.452/0001-21, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. SERGIO VILELA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 047.530.009-23, com endereço à Avenida PRES. CASTELO BRANCO, 4183, CENTRO - 87.560-000, Iporã - PR.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE ARTEFATOS FABRICADOS EM CIMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 239.550,00 (duzentos e trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 4, 5, 33, 37.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:616BB471

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°83-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 19 de março de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: VIA SOM BRASIL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.473.887/0001-96, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. CRISTINA MORO COSTA, Administrador, portador do RG/CI nº e no CPF/MF nº 172.466.788-24, com endereço à Rua Sequoia, 96, jardim pinheiros - 87.043-636, Maringá - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 8, 9.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:A83D38DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL)

1. O Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR, em atendimento às exigências legais, notadamente o § 1.º do Art. 36, da Lei Complementar n.º 141, de 13, de janeiro de 2012, a regulamentação própria desta Unidade Federativa e normas do Ministério da Saúde, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 2025, do Fundo Municipal de Saúde de Terra Roxa/PR, é de parecer pela aprovação das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
2. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, na apreciação dos Relatórios Trimestrais de Gestão e no Relatório de Gestão Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativamente ao exercício financeiro de 2025, conduzidos pelo Conselho Municipal da Saúde segundo o planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem nos seguintes aspectos:
I) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
II) Reuniões ordinárias para acompanhamento da execução orçamentária da saúde;
III) Reuniões extraordinárias para tratar de assuntos que demandavam urgência;
IV) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao setor da saúde;
V) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e à inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
VI) Fiscalização do cumprimento do Plano Municipal de Saúde;
VII) Acompanhamento da execução da Programação Anual de Saúde;
VIII) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos Planos de Aplicação dos recursos da saúde;
IX) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia Programa Saúde da Família;
X) Análise do Relatório de Gestão Municipal da Saúde; e
XI) Acompanhamento, até onde os exames puderam alcançar, do cumprimento do percentual constitucional mínimo de receitas vinculadas à saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas e respectivo rendimento de aplicações financeiras, no ano de 2025, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela E.C. 29/00, destinadas às ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2.º e 3.º da Lei Complementar n.º 141/2012, podendo-se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.
3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Terra Roxa - Paraná, 20 de março de 2026.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa – PR
Decreto Nº 4421/2025

1	Ana Dulce do Nascimento	
2	Caroline de Oliveira Peres	
3	Celia Regina da Silva Mariano	
4	Dulcileia Aparecida de Souza Silva	
5	Cenira de Fátima Costa	
6	Daniele Cristina da Silva	
7	Fernanda Martins da Silva	
8	Iraci Machado Molina	
9	Maura Elis Martins Avance	
10	Marilita de Souza Anderson	
11	Norma Leske Dockhorn	
12	Rosangela Franco da Silva	
13	Terezinha de Jesus Stellato	
14	Wilson Gilberto Costa	

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:F83A9DFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N° 10/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 10/2026, de 20 de março de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Terra Roxa/PR

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2025, do Fundo Municipal de Saúde/Secretaria Municipal da Saúde de Terra Roxa – PR.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR, em Reunião Extraordinária realizada no dia 20 de março de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 087, de 07/05/91, cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata;
Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;
Considerando a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder

Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
Considerando que a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, no Art. 36, §1º, e no Art. 39, §4º, estabelece a competência dos Conselhos de Saúde para avaliar e emitir parecer conclusivo a respeito do Relatório Anual de Gestão (RAG), do respectivo órgão/fundo de saúde;

Considerando o inciso IV, do art. 4.º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os recursos de que trata o art. 3.º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e
Considerando o § 4.º do art. 33, da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG, referente ao exercício de 2025, do Fundo Municipal da Saúde/Secretaria Municipal da Saúde, com total aprovação dos membros.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa – Paraná, 20 de março de 2026.

VITOR GABRIEL VEREDIANO NABÃO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Terra Roxa - PR
Decreto Nº 4421/2025

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:FF76F5AC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 06/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 06/2026
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 06/2026.
Processo Administrativo nº 07/2026.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Aquisição de lanches para o primeiro semestre dos encontros do projeto Câmara Mirim, promovidos pela Câmara Municipal de Tijucas do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.
Valor total máximo estimado: R$ 3.494,84 (três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos).
Dotação orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00- Material de Consumo;
3.3.90.30.07.99 – Outras Despesas com Gêneros Alimentícios.

Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 25/03/2026 às 17:00 horas.
Abertura e julgamento das propostas: 26/03/2026 às 09:00 horas.
Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br.
O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.
Tijucas do Sul, Paraná, 20 de março de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:03FB6E91

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 02/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 03/2026
Processo de dispensa de licitação pelo valor nº 02/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, e nos Decretos Municipais nº 4792/2024 e nº 4794/2024, decide que fica dispensada de licitação, **RATIFICA**, **ADJUDICA E HOMOLOGA** a despesa abaixo especificada:
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços nas áreas de medicina do trabalho, saúde ocupacional e segurança do trabalho, em observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR1, NR7, NR9, NR17, entre outras legislações), bem como para gerenciar e atualizar o módulo de Saúde e Segurança do Trabalho – SST do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), para a Câmara Municipal de Tijucas Do Sul.
CONTRATADA:
INOVA CENTRO DE SAÚDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **30.215.246/0001-41**, com endereço na Rua Monteiro Lobato, nº 673, Bairro Centro, Agudos do Sul, Paraná.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 20.915,09 (Vinte mil, novecentos e quinze reais e nove centavos).

Dotação Orçamentária: 01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul; 01 – Legislativo Municipal; 2001 – Legislativo Municipal; 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 3.3.90.39.05.00 – Serviços Técnicos Profissionais.

Tijucas do Sul, 20 de março de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andreia de Fatima Silveira do Vale
Código Identificador:6F409033

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6130, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Nomeia o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Turismo, com as seguintes representações e representantes, conforme a Lei Municipal nº 965/2024:

Presidente: Jefferson Rocha de Lima, R.G. nº 9.612.830-4;
Vice-Presidente: Ezequias Juliatto, R.G. nº 3.371.440-4;
Secretária: Janice Maria Coelho Zys, R.G. nº 3.143.747-4.

Representantes da Sociedade Civil:
Titular: Joel de Freitas, R.G. nº 5.348.726-2/PR;
Suplente: André Vinicius Carbornar, R.G. nº 9.851.117-2/PR;

Titular: Jane Beatriz Dissenha Fagundes, R.G. nº 3.220.582-8/PR;
Suplente: Jucinéia das Graças Farias, R.G. nº 428.163-0/PR;
Titular: Janice Maria Coelho Zys, R.G. nº 3.143.747-4/PR;
Suplente: Marcos Antonio Kerscher, R.G. nº 4.255.894-0/PR;
Titular: Ezequias Juliatto, R.G. nº 5.371.440-4/PR;
Suplente: Walter Leão Guimarães, R.G. nº 18R1456438/SC (ACETIS).
Representantes do Poder Público:
Titular: Magnun Rodrigo da Silva, R.G. nº 10.294.293-0/PR (IDR-PR);
Suplente: Fabiano da Cruz Melo, R.G. nº 5.822.118/PR (Secretaria de Agricultura);
Titular: Jefferson Rocha de Lima, R.G. nº 9.612.830-4/PR (Secretaria de Cultura e Turismo);
Suplente: Antônia Nelci Batista Bilau, R.G. nº 3R2612670/SC (Secretaria de Cultura e Turismo);
Titular: Everaldo Schlosser, R.G. nº 9.059.354-4/PR (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);
Suplente: Elves Marcelo Leprevost, R.G. nº 5.402.250-6/PR (Secretaria de Desenvolvimento Econômico);
Titular: Paulo Obrzut, R.G. nº 9.327.928-0/PR (Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude);
Suplente: Evandro Krachinski Duarte, R.G. nº 8.269.280-0/PR (Secretaria de Administração e Planejamento).

Art. 2º O mandato dos Conselheiros, descritos neste Decreto, será até a data de 02 de julho de 2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5663/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:0DC6E459

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6131, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Nomeia Membro da Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a seguinte servidora para compor, juntamente com os demais membros, nomeados por meio do Decreto nº 6094, de 26 de fevereiro de 2026, a comissão de que trata este decreto:

- **Cristiane do Carmo da Silva**, portadora da cédula de identidade com R.G. 9.295.225-8/SSP/PR, titular do cargo efetivo de Motorista B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:8710BA94

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6132, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Exonera ANGENITA MARIANO DE BOMFIM do cargo de Coordenador II

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada **ANGENITA MARIANO DE BOMFIM**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.532.641-6/SSP/PR, matrícula funcional nº 119643, do cargo de Coordenador II, nomeada por meio do Decreto nº 5475, de 04 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **19 de março de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:03B5E16C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6133, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Nomeia ANGENITA MARIANO DE BOMFIM para o cargo em comissão de Coordenador I

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada **ANGENITA MARIANO DE BOMFIM**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.532.641-6/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador I, símbolo ACI, desenvolvendo suas atividades de coordenação na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos e demais funções descritas no Art. 16 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:3B07E3B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Designa membros da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH do Hospital Nossa Senhora das Dores.

O **Prefeito do Município de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Designar os membros da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar – CCIH do Hospital Municipal Nossa Senhora das Dores,

de acordo com a Lei nº 9.431, de 06 de janeiro de 1997, e o Decreto Municipal nº 4.502, de 15 de março de 2023:

Membros Consultores:

Membros:
Wilson Roberto Correa Junior, portador da cédula de identidade com RG n° 8.324.122-5/SSP/PR.
Palloma Loise Moreira, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.742.714-7/SSP/PR.
Flávio Wagner Aguilera Machado, portador da cédula de identidade com RG n° 51964608.
Bruno Marthiel Favarin Silva, portador da cédula de identidade com RG n° 83308338.
Larissa Roberta da Cruz, portadora da cédula de identidade com RG n° 13.519.168-0.

Membros Executores:

Presidente:
Eva Larise da Cruz Lima, portadora da cédula de identidade com RG n° 8.484.920-0/SSP/PR.
Vice-presidente:
Suellen Lourenço de Oliveira, portadora da cédula de identidade com RG n° 8.118.473-9/SSP/PR.
Secretária:
Larissa Welker Costa, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.773.584-4/SSP/PR.
Membros:
Tânia Cristina Santos Nicolio, portadora da cédula de identidade com RG n° 13.955.251-2/SSP/PR.
Wilson Roberto Correa Junior, portador da cédula de identidade com RG n° 8.324.122-5/SSP/PR.
Palloma Loise Moreira, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.742.714-7/SSP/PR.
Flávio Wagner Aguilera Machado, portador da cédula de identidade com RG n° 51964608.
Anelise Suzete Almeida dos Santos, portadora da cédula de identidade com RG n° 5.100.098-6/SSP/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:3613FE42

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Concede férias ao servidor PEDRO CARLOS DE LIMA

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 23 de março a 01 de abril de 2026, ao servidor **PEDRO CARLOS DE LIMA,** matrícula funcional nº 1518, portador da cédula de identidade com R.G. nº 4.031.513/SSP/SC, ocupante do cargo de Motorista B, referente ao período aquisitivo de 2021/2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:A67161BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 134, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Revoga Portaria nº 87, de 03 de março de 2026 e reconduz servidor

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 87, de 03 de março de 2026 que concedeu licença prevista no art. 83 da Lei nº 50/2005 ao servidor Douglas Lima da Cruz, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 118847.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a **23 de março de 2026**.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:74EE5926

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 135, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa a servidora BIANCA LOYSE ROCHA para o exercício de Função Especial e concede gratificação

O **Prefeito Municipal de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 8º, da Lei Municipal nº 1.082/2026,

RESOLVE

Art. 1° Designa a servidora, **BIANCA LOYSE ROCHA**, portadora da cédula de identidade civil com R.G. nº 10.956.851-1/SSP/PR, matrícula funcional nº 1279, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, para desempenhar a função especial de fiscal de contrato.

Art. 2º Em virtude da designação referida no artigo anterior, concede à servidora a gratificação para desempenho de função especial no nível GFE5, no valor de 3,50 UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **18 de março de 2026**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:145A3BA8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 136, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa o servidor ROBISON RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA para o exercício de Função Especial e concede gratificação

O **Prefeito Municipal de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 8º, da Lei Municipal nº 1.082/2026,

RESOLVE
Art. 1° Designa o servidor, **ROBISON RIBEIRO DOS SANTOS OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade civil com R.G. nº 10.826.334-2 /SSP/PR, matrícula funcional nº 119322, ocupante do cargo de Enfermeiro, para desempenhar a função especial de Responsável pela Vigilância Epidemiológica e pelo Comitê Materno Infantil.

Art. 2º Em virtude da designação referida no artigo anterior, concede ao servidor a gratificação para desempenho de função especial no nível GFE5, no valor de 3,50 UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **18 de março de 2026**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:4A9473EB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 137, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa o servidor CARLOS ALBERTO WUST para o exercício de Função Especial e concede gratificação

O **Prefeito Municipal de Tijucas do Sul**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 8º, da Lei Municipal nº 1.082/2026,

RESOLVE

Art. 1° Designa o servidor, **CARLOS ALBERTO WUST**, portador da cédula de identidade civil com R.G. nº 3.915.814/SSP/SC, matrícula funcional nº 1568, ocupante do cargo de Enfermeiro, para desempenhar a função especial de Responsável Técnico UBS Central.

Art. 2º Em virtude da designação referida no artigo anterior, concede ao servidor a gratificação para desempenho de função especial no nível GFE5, no valor de 3,50 UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **18 de março de 2026**.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:AF033637

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE REPROVAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA - P.E. Nº 05/2026

AVISO DE REPROVAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL/PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

A Pregoeira do Município de Tijucas do Sul/PR, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispões o item 11. Do termo de referência, e pelo parecer da **comissão nomeada através do Decreto nº 6012/2026, responsável pela analise e julgamento das amostras**, segue decisão tomada pelos membros:

Empresa: Papelaria São Bento Ltda, CNPJ Nº 07.634.816/0001-16
Item 84 e 157: **Reprovadas.**
Marca ofertada: Coamo Originale.

Empresa: Franchini Comercio de Café Ltda, CNPJ Nº 36.939.275/0001-32
Item 145 e 146: **Reprovadas.**
Marca ofertada: Made in Brasil.

Com a reprovação das marcas acima, convoco as próximas proponentes classificadas, a enviar amostra dos itens 84, 145, 146 e 157, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme determinado em edital.

Empresas convocadas:
Café Duarte Ltda, CNPJ Nº 01.414.675/0001-40
Item 145 e 146;
G M Distribuidora Ltda, CNPJ Nº 21.604.118/0001-07
Itens: 84 e 157;

*11.5. As amostras deverão ser enviadas, em até **3 (três) dias úteis**, para a Prefeitura Municipal, Rua XV de Novembro, nº 1458, Centro, CEP 83.190-150, Tijucas do Sul/PR.;*

As licitantes que não enviarem a amostra dentro do período estipulado serão desclassificadas.

Tijucas do Sul, 20 de março de 2026

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeira

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:B1FC5C73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2024

Considerando a necessidade de correção no extrato do 6º termo aditivo do contrato nº22/2024, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.
Onde se lê:
EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 22 - ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 22/2024	Concorrência N° 03/2023	Aumento qualitativo.	ALOM CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 12.406.332/0001-50	13/03/2026

Leia-se:

EXTRATO DO 6° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 22 - ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 22/2024	Concorrência N° 03/2023	Prorrogação de prazo de vigência/execução (26.05.2026) e aumento qualitativo.	**ALOM CONSTRUÇÕES LTDA** CNPJ: 12.406.332/0001-50	13/03/2026

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:30AA79B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 15/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:
O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO TÉCNICA EM ESCUTA ESPECIALIZADA, COM CARGA HORÁRIA DE 24 HORAS, DESTINADA AOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE TIJUCAS DO SUL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE TIJUCAS DO SUL/PR.**
Contratado:
INSTITUTO UNITI DE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA – CNPJ: 23.475.062/0001-55
Valor: 12.300,00 (doze mil e trezentos reais).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 15/2026.

Dotação Orçamentária:
05 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres
003 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
08.243.0008.2008 Gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
1595 (0973) 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 20 de março de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:AE500020

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 130/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **JOISANE VENANCIA ALVES SOUSA**, portador(a) do CPF de nº 008.XXX.XXX-70, para o Cargo de "MONITOR", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 23 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 02, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 394/2015 de 05/11/2015, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:30AF1DA6

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 131/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA**, portador(a) do CPF de nº 066.XXX.XXX-74, para o Cargo de "PROFESSOR(A)", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 23 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:3515C608

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 132/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **CARMEM LUCIELE RODRIGUES GOMES**, portador(a) do CPF de nº 036.XXX.XXX-23, para o Cargo de "PROFESSOR(A)", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 23 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em

20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:6A885076

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 133/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear o(a) Sr.(a) ALINE GALVÃO VELASCO, portador(a) do CPF nº 314.XXX.XXX-33, para o Cargo de "ASSISTENTE SOCIAL", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga, a partir de 23 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado na LEI Nº 539/2022 de 19/07/2022, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:8150673E

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 134/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **REBECA REIS BARBOSA LEMES LEAL**, portador(a) do CPF de nº 078.XXX.XXX-74, para o Cargo de "PROFESSOR(A) DE INGLÊS", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 23 de março de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:3B6C3A41

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026

Objeto: Aquisição de Ovos de Páscoa para distribuição nas unidades da rede municipal de ensino, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Tomazina-PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório, realizado em sessão de 19/03/2026, relativo à Licitação – Modalidade Dispensa Eletrônica nº 02/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor dos licitantes, as empresas:

JOSÉ LUIZ P. DA SILVA LTDA - CNPJ 40.981.450/0001-27 – lote: 1 – valor total de R$ 10.500,00 (Dez mil e Quinhentos reais).
Valor total do processo: valor total de R$ 10.500,00 (Dez mil e Quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.
Junte-se ao procedimento;
Publique-se;

Tomazina, 20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

Contratado: JOSÉ LUIZ P. DA SILVA LTDA - CNPJ 40.981.450/0001-27
Objeto: Aquisição de Ovos de Páscoa para distribuição nas unidades da rede municipal de ensino, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Tomazina-PR, de acordo com as quantidades e especificações contidas no ETP, TR e neste Edital.
Valor: R$ 10.500,00 (Dez mil e Quinhentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação no Diário Oficial.

Tomazina, 20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:26A99D16

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2025

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2025

Contratado: A C O INVICTA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 54.151.413/0001-04
Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Educação de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação
Valor: R$ 97.405,52 (noventa e sete mil e quatrocentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos).
Vigência: 20/03/2026 a 20/03/2027.

Tomazina, 20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2025

Contratado: TEIXEIRA SANTOS DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n. 51.005.852/0001-02
Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Educação de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação
Valor: R$ 45.037,79 (quarenta e cinco mil e trinta e sete reais e setenta e nove centavos).

Vigência: 20/03/2026 a 20/03/2027.

Tomazina, 20 de março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:5B274969

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA 1277/25

PORTARIA Nº1277/2026
Data 19.03.2026

Ficam contratados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS n° 001/2025 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam contratados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, por prazo determinado, conforme contrato, sendo os que seguem:

PROFESSOR

Nome	Matricula	Simbolo
Tainá Maria Marchioro	1915-1/1	PDA -1

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 19 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:D7A5D1D9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PORTARIA N°1278/2026

PORTARIA Nº1278/2026
Data 20.03.2026

Ficam contratados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS n° 001/2025 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam contratados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 001/2025, por prazo determinado, conforme contrato, sendo os que seguem:

PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA

Nome	Matricula	Simbolo
Barbara Tartari	24021-4/1	PDA -1

PROFESSOR

Nome	Matricula	Simbolo
Heloisa Correia Garcia	1899-6/1	PDA -1
Nilseia Fornasa	1901-1/1	PDA -1

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 20 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:6267C6E6

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO E HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026.

Em cumprimento ao disposto na legislação, torna-se público o resultado da classificação das propostas, julgamento e habilitação da licitação em epígrafe.

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/JULGAMENTO

1º LUGAR – CONSTRUTORA ZAVAREZZI LTDA – CNPJ Nº 18.216.654/0001-12 – R$ 205.000,00 (Duzentos e cinco mil reais)

2º LUGAR – JOGGAR CONSTRUÇÕES ESPORTIVAS, IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA – CNPJ Nº 11.293.766/0001-28 – R$ 240.120,30 (Duzentos e quarenta mil cento e vinte reais e trinta centavos)

EMPRESA HABILITADA

CONSTRUTORA ZAVAREZZI LTDA – CNPJ Nº 18.216.654/0001-12.

EMPRESAS DESCLASSIFICADAS

NÃO HOUVE.

EMPRESAS INABILITADAS

CONSTRUTORA DE OBRAS LUNICA LTDA-ME – CNPJ Nº 15.566.795/0001-77.
DELLA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – CNPJ Nº 44.550.728/0001-62

Três Barras do Paraná/Pr, 20 de março de 2026.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:C5562834

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

Processo Adm: Nº 06/2026

Objeto:CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER), CONTENDO: PLAYGROUND E PAISAGISMO. SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTOS DE PISO E PAVIMENTAÇÃO
Empresas vencedoras valor total: R$ 205.000,00(duzentos e cinco mil reais):**CONSTRUTORA ZAVAREZZI LTDA**(18216654000112) com os lotes: 1 no valor total de R$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 20 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:381420DF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR 001/2026 EDITAL 004/2026 DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES LOCAIS

CONSULTA À COMUNIDADE ESCOLAR 001/2026
EDITAL 004/2026
DESIGNAÇÃO DAS COMISSÕES LOCAIS
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TUNAS DO PARANÁ**, por meio da Comissão Organizadora constituída nos termos do Decreto Municipal nº 060/2026 e do Edital 001/2026, torna pública a designação de comissões locais, para o processo de nomeação de diretores dos estabelecimentos municipais de ensino, para a gestão 2026/2027.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O presente Edital tem por finalidade tornar pública a composição das Comissões Locais designadas para atuarem nos estabelecimentos de ensino em que houve inscrição homologada, nos termos do Edital 001/2026 e do Decreto Municipal nº 060/2026.

1.2 As Comissões Locais atuarão exclusivamente no estabelecimento de ensino ao qual estão vinculadas, sendo vedada a interferência de seus membros no processo de outro estabelecimento.

1.3 O exercício das funções atribuídas às Comissões Locais não ensejará remuneração adicional, sendo considerado relevante serviço prestado ao Município, nos termos do Decreto Municipal nº 060/2026.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES LOCAIS

2.1 Compete às Comissões Locais:
a) organizar a campanha de apresentação dos Planos de Ação e Metas no estabelecimento de ensino, dentro dos prazos estipulados no Edital 001/2026;
b) acompanhar o candidato na exposição de seu Plano de Ação e Metas nas salas de aula e na reunião geral a ser agendada pela Comissão Local;
c) promover a postagem diária de material de campanha nos grupos institucionais de WhatsApp, verificando previamente se os conteúdos estão em conformidade com as regras estabelecidas no Edital 001/2026;
d) fiscalizar os materiais gráficos e visuais utilizados pelos candidatos;
e) coordenar e fiscalizar o processo de votação no âmbito do estabelecimento de ensino;
f) garantir a lisura, a transparência e a regularidade do pleito;
g) preparar a listagem de votação com os nomes e CPFs dos eleitores aptos a votar;
h) preparar as cédulas de votação, apondo rubrica dos membros da Comissão Local no verso de cada cédula;
i) colher a assinatura de todos os votantes na lista de presença;
j) contabilizar os votos ao término da votação;
k) receber, conferir e encaminhar à Comissão Organizadora os documentos relativos à votação;
l) zelar pelo fiel cumprimento das normas estabelecidas no Edital 001/2026 e no Decreto Municipal nº 060/2026;
m) lavrar ata circunstanciada ao término do processo de votação, encaminhando-a à Comissão Organizadora no prazo estabelecido;
n) manter diálogo permanente com a Comissão Organizadora, dirimindo dúvidas e dando ciência dos atos desenvolvidos ao longo do processo.

DA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES LOCAIS

3.1 Escola Municipal Professora Abgail Cândido Krasota
a) Edinéia Maria Rasoto Batista, matrícula nº 67;
b) Iraci Maria Batista Belemer, matrículas nº 64 e nº 400;
c) Jane de Fátima Farias Santos, matrícula nº 107.

3.2 Centro de Educação Municipal Infantil Professora Gelta Santos Taborda de Faria
a) Edilaine Batista de Souza da Silva, matrícula nº 1243;
b) Naimara da Silva Farias, matrícula nº 1385;
c) Rosi Prestes Assunção, matrícula nº 1250.

DOS CASOS OMISSOS

4.1 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora da Consulta à Comunidade Escolar 001/2026, com observância das normas do Edital 001/2026 e do Decreto Municipal nº 060/2026.

DA VIGÊNCIA

5.1 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 19 de março de 2026.

BRUNO JACKSON DE MELO ANGELO
Matrícula 955 – Procurador do Município

MARGARIDA ELIANE BERTICELLI
Matrícula 241 – Técnica em Ensino Fundamental

EZULINA APARECIDA BURKNER RIBEIRO
Matrícula 383 – Membro do Conselho Municipal de Educação

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:EA62DBDB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 013 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 013 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ALAN IZAC LEMOS DE LIMA**, matrícula nº 1, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSOR II** junto ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:9C56FCCF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 014 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 014 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **BRUNO JACKSON DE MELO ANGELO**, matrícula nº 955, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSOR II** junto ao Gabinete do Prefeito, com atribuições de assessoramento jurídico na elaboração de projetos de lei, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:B0178DB2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 015 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 015 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **DORACI NOEL LUCIO**, matrícula nº 47, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISOR** junto ao Departamento de Recursos Humanos vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:5190493E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 016 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 016 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ÉDIPO DAMASCENO DE ALMEIDA**, matrícula nº 863, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSOR II** junto ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com atribuições de assessoramento jurídico na elaboração de pareceres em processos licitatórios, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:5E5F9BA0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 017 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 017 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **ELENIANI ANDREOLA**, matrícula nº 340, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISORA** junto ao Departamento de Odontologia, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:E032E129

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 018 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 018 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **EVERSON FARIAS BATISTA**, matrícula nº 118, para exercer a Função Gratificada de **COORDENADOR** por ser Presidente do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Tunas do Paraná, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:404793B2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 019 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 019 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **EZULINA APARECIDA BURKNER**, matrícula nº 383, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSORA I** junto ao Departamento Pedagógico da Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4B79B5D7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 020 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 020 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **GISELE DA CRUZ OLIVEIRA**, matrícula nº 774, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISORA** junto a Secretaria Municipal de Educação, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:5546B9FA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 021 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 021 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JOÃO DOS SANTOS DE BRITO**, matrícula nº 116, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSOR II** junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DCDF1DC4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 022 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 022 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR**, matrícula nº 839, para exercer a Função Gratificada de **COORDENADOR** junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:4234DCBC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 023 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 023 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **LENI DA APARECIDA LOURENÇO**, matrícula nº 478, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISORA** junto ao Departamento de Epidemiologia da Secretaria Municipal de Saúde, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A152312F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 024 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 024 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidora para o Encargo de Pregoeira, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 13 e 15 e Anexo III da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **MARCELA CRISTINA DOS SANTOS PIAZZA**, matrícula nº 341, para exercer o encargo de **PREGOEIRA** junto ao Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, fazendo jus à Gratificação por Encargo de Agente de Contratação/Pregoeiro prevista no Anexo III da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026, enquanto perdurar a designação e o efetivo exercício na condução de procedimentos de contratação pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:9226DA2D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 025 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 025 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **NILSON ANTÔNIO DOS REIS**, matrícula nº 30, para exercer a Função Gratificada de **COORDENADOR** junto ao Departamento de Planejamento e Gestão da Secretaria Municipal de Governo, com as atribuições previstas no Anexo I e remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:12BA5F65

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 026 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 026 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,
RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **PATRICIA GRACIELY MACHADO ANDRADE**, matrícula nº 859, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISORA** junto a Secretaria Municipal de Saúde, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:D8072013

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 027 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 027 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **RAQUEL SKORA SANTOS**, matrícula nº 144, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSORA II** junto ao Gabinete do Prefeito, com atribuições de assessoramento jurídico na elaboração de pareceres em processos licitatórios, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:F151DFB6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 028 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 028 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para responder por Responsabilidade Técnica, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 13 e 19 e Anexo III da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **RICARDO CAZURA FERNANDES VASCO**, matrícula nº 958, como **Responsável Técnico** pela unidade de castração móvel do Município, vinculada ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, fazendo jus à Gratificação por Responsabilidade Técnica prevista no Anexo III da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026, enquanto vigente a designação e a necessidade do serviço.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:ADE71570

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 029 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 029 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 10 da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **RONALDO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 840, para exercer a Função Gratificada de **ASSESSOR II** junto ao Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com atribuições voltadas ao assessoramento contábil do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com as atribuições previstas no Anexo I e remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:B5473A5F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 030 DE 20 DE MARÇO DE 2026

PORTARIA Nº 030 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Designa servidor para o exercício de Função Gratificada, nos termos da Lei Municipal nº 1.046/2026, e dá outras providências.

MARCO ANTONIO BALDÃO, Prefeito Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos arts. 3º, 5º, 6º, 8º e 9º da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026;
RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **ADÃO DA SILVA FERNANDES**, matrícula nº 662, para exercer a Função Gratificada de **SUPERVISOR** junto ao Departamento de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, com as atribuições previstas no Anexo I e fator de remuneração conforme Anexo II da Lei Municipal nº 1.046, de 04 de março de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:F9AF6A6D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente a Concorrência Pública n.º 10/2025, cujo objeto é **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, ESCOLA MUNICIPAL PILAR SANCHEZ, CONFORME PROJETOS EXECUTIVOS, REFERENTE A PROPOSTA 4316/2024 – TERMO DE COMPROMISSO Nº 964211/2024 – ESCOLA TÉRREA 9 SALAS, PADRÃO FNDE – PROGRAMA NOVO PAC". CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO PROJETO E DEMAIS ANEXOS AO EDITAL,** para as empresas:

J. COSTA CONSTRUÇAO CIVIL LTDA – CNPJ: 190428810001-31
LOTE 01: no valor total de **R$ 8.435.000,00 (**Oito milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil**).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº14.135/2021.
Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:3CF79E80

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026
PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa **BOM PASTOR SERVIÇOS FUNERÁRIOS,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. **49.522.842/0001-00.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato é a **Prestação de Serviços funerários,** visando atender à necessidade imediata da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família, conforme descrito abaixo:

Item	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	Urna mortuária – infanto juvenil, enfeite floral em tecido, véu em tecido, roupa e preparação simples do corpo.	1	SERV.	R$ 838,06	**R$ 838,06**
2	SERVIÇOS DE TRANSLADO INTERMUNICIPAL	196	Km Serviço	R$ 2,87	**R$ 562,52**
Total do Auxilio					**R$ 1.400,58**

CLÁUSULA SEGUNDA: Integram e complementam o presente Contrato, independentemente de transcrição, o PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2026 –, e a proposta da **Contratada**.
CLÁUSULA TERCEIRA: Os recursos para pagamento dos serviços correrão por conta da dotação, previsto no orçamento geral do Município de Tunas do Paraná (PR)**.**

07.002.08.244.0007.2031 Ações Socioassistenciais Básicas às Famílias			
Cód. Reduzido	Elemento de Despesa		Fonte
291	3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1001

DATA: Tunas do Paraná, 19 de março de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - PREFEITO MUNICIPAL E
BOM PASTOR SERVIÇOS FUNERÁRIOS, POR **LUIZ RICARDO INDRZICAD**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:DA01D51D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 14/2026, cujo objeto é Aquisição de Ovos de Páscoa, Caixas de Bombom e Sacola Kraft, conforme o anexo I - Termo de referência, para as empresas.

DOCE ENCANTO FABRICACAO DE DOCES LTDA – CNPJ: 19.684.050/0001-63
LOTE 01: no valor total de R$ 33.990,00 (Trinta e três mil, novecentos e noventa reais),

MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUÇAO PONTES LTDA– CNPJ: 42.433.719/0001-66
LOTE 03: no valor total de R$ 14.986,64 (Quatorze, novecentos e oitenta e seis reais com sessenta e quatro centavos),
ELIEZER COUTO GONÇALVES ELI ELETRONICOS – ME – CNPJ: 19.865.772/0001-14
LOTE 04: no valor total de R$ 1.550,00 (Hum mil, quinhentos e cinquenta reais),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:76608511

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 13/2026, cujo objeto é Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Gêneros Alimentício do Programa Alimentação Escolar, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

MERCADO & MATERIAL DE CONSTRUÇAO PONTES LTDA– CNPJ: 42.433.719/0001-66
LOTE 08: no valor total de R$ 497,70 (Quatrocentos e noventa e sete reais e setenta centavos),
LOTE 12: no valor total de R$ 3.841,95 (Três mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos),
LOTE 14: no valor total de R$ 2.355,40 (Dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos),
LOTE 25: no valor total de R$ 17.749,45(Dezessete mil setecentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos),
LOTE 26: no valor total de R$ 488,88 (Quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos),
LOTE 30: no valor total de R$ 529,20 (Quinhentos e vinte e nove reais e vinte centavos),
LOTE 31: no valor total de R$ 1.987,44 (Um mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos),
LOTE 32: no valor total de R$ 22.798,65 (Vinte e dois mil setecentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos),
LOTE 39: no valor total de R$ 51.996,00 (Cinquenta e um mil novecentos e noventa e seis reais),
LOTE 40: no valor total de R$ 1.092,00 (Um mil e noventa e dois reais),

NUTRICESTAS ALIMENTOS LTDA – CNPJ: 14.156.181/0001-54
LOTE 01: no valor total de R$ 8.898,33 (Oito mil oitocentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos),
LOTE 02: no valor total de R$ 1.947,75 (Um mil novecentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos),
LOTE 03 : no valor total de R$ 13.546,40 (Treze mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos),
LOTE 04: no valor total de R$ 11.745,30 (Onze mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos),
LOTE 05: no valor total de R$ 14.243,70 (Quatorze mil duzentos e quarenta e três reais e setenta centavos),
LOTE 07: no valor total de R$ 24.144,75 (Vinte e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos),
LOTE 09: no valor total de R$ 9.243,56 (Nove mil duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos),
LOTE 10: no valor total de R$12.098,10 (Doze mil e noventa e oito reais e dez centavos),
LOTE 11: no valor total de R$ 2.179,80 (Dois mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos),
LOTE 13: no valor total de R$ 5.444,46 (Cinco mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e seis centavos),
LOTE 15: no valor total de R$ 7.279,44 (Sete mil duzentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos),
LOTE 16: no valor total de R$ 5.607,00 (Cinco mil seiscentos e sete reais),
LOTE 17: no valor total de R$ 11.878,65 (Onze mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco reais),
LOTE 20: no valor total de R$ 4.000,08 (Quatro mil reais e oito centavos),
LOTE 22: no valor total de R$ 3.492,72 (Três mil quatrocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos),
LOTE 23: no valor total de R$ 2.594,13 (Dois mil quinhentos e noventa e quatro reais e treze centavos),
LOTE 24: no valor total de R$ 10.944,15 (Dez mil novecentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos),
LOTE 27: no valor total de R$ 7.549,92 (Sete mil quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos),
LOTE 28: no valor total de R$ 3.292,80 (Três mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta centavos),
LOTE 29: no valor total de R$ 12.035,10 (Doze mil e trinta e cinco reais e dez centavos),
LOTE 33: no valor total de R$ 64.486,80 (Sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos),
LOTE 34: no valor total de R$ 24.746,40 (Vinte e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos),
LOTE 36: no valor total de R$ 19.894,96 (Dezenove mil oitocentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos),
LOTE 37: no valor total de R$ 19.842,90 (Dezenove mil oitocentos e quarenta e dois reais e noventa centavos),
LOTE 38: no valor total de R$ 44.780,40 (Quarenta e quatro mil setecentos e oitenta reais e quarenta centavos),
LOTE 41: no valor total de R$ 54.293,40 (Cinquenta e quatro mil duzentos e noventa e três reais e quarenta centavos),
LOTE 42: no valor total de R$ 18.097,80 (Dezoito mil e noventa e sete reais e oitenta centavos),

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.
Tunas do Paraná, 20 de março de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:25E9C0BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública em cumprimento ao que determina oartigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos a todos os munícipes que:
CONSIDERANDO que esta municipalidade deverá cumprir o que determina o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000) e art. 44 da Lei nº 10.257/01.
RESOLVE:
Art. 1ºFica designada para o dia 10 de abril do corrente ano, audiência pública para apresentação, discussão e conclusão da Leidas Diretrizes Orçamentária 2027.
§ 1° A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no espaço do auditório da Câmara Legislativa deste município às 14h.
§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem como todos os munícipes, para tomar ciência, fazer avaliação, discussão e conclusão da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027.
Gabinete do Prefeito Municipal de Turvo, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:82ECE9C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 124-2026.

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 124/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Edineia Bahls de Campos**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Auxiliar de Saúde Bucal, na Secretaria Municipal de Saúde.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.902,43 (um mil novecentos e dois reais e quarenta e três centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 23 de março de 2026, com prazo de encerramento em 22 de março de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos

	previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Turvo-PR, 19 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EABC71B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL N° 125-2026.

PSS 03-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 125/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO:	**Joice Fatima de Ramos**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Auxiliar Educacional, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	20 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.621,00 (um mil seiscentos e vinte e um reais).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 23 de março de 2026, com prazo de encerramento em 22 de março de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 19 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9235C90B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 52/2025
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 06/2025

Contrato Administrativo nº 27/2026 – Inexigibilidade de Licitação n° 52/2025 (Chamamento Público n° 06/2025) – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – Contratada: BANCO DO BRASIL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, com sede Q Saun Quadra 5 Bloco B Torre I, II, III, SN Município de Brasília/DF, CEP 70.040-912, representada por Ieda Aparecida de Moura Cagni, CPF nº 820.132.251-72 - Objeto: Credenciamento de Instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos, taxas, dívida ativa e demais receitas municipais, por meio da Guia de Arrecadação Municipal (GAM), com código de barras padrão FEBRABAN, com prestação de contas por meio magnético (arquivo de retorno) e demais condições previstas neste instrumento – Prazo de Vigência: tendo sua vigência compreendida entre 19/03/2026 a 18/03/2027, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/21 - Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:67A9F4E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 181-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1˚ Autorizar a conversão em abono pecuniário de10(dez) dias das férias regulares do servidor efetivo **Luiz Carlos Golanoski Junior**, Médico Clinico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, concedida através da Portaria nº 1021/2025.

Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 05(cinco) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado na portaria nº 1021/2025, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:3A93C8C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 182-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1˚ Autorizar a conversão em abono pecuniário de10(dez) dias das férias regulares da servidora efetiva **Jhenneffer Fernanda Golanoski**, Médica Clinico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concedida através da Portaria nº 1021/2025.

Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 05(cinco) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado na portaria nº 1021/2025, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 18 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:FFC65115

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 183-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 31 (trinta e um) dias de licença para tratamento de saúde para a servidora **Soeli de Fatima Galvão Zampier Meira**, ocupante do cargo efetivo Servente de Limpeza, lotada na Escola Municipal Frida Rickli Naiverth, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 13 de março de 2026 a 12 de abril de 2026,em atenção ao laudo da perícia médica.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 13 de março de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 19 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C653324E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 184-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 14 (quatorze dias) dias de licença para tratamento de saúde para a servidora **Andrieli Izidoro Martins de Deus**, ocupante do cargo efetivo Professora, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Escola Municipal do Campo Santa Anita, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 13 de março de 2026 a 26 de março de 2026,em atenção ao laudo da perícia médica.
Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 13 de março de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 19 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9EC04BC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 185-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar o período de férias regulares do Conselheiro Tutelar **Hélio Bueno de Oliveira**, concedida através da Portaria nº 90/2026, a qual deverá ser usufruída no período de 11 de março de 2026 a 25 de março de 2026, 15(quinze) dias de férias.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 15(quinze) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 19 de março de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0445C5C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/03/160.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: Este objeto de contratação não acarretará nenhum custo para a Administração Pública, tendo em vista que a remuneração da pessoa física a ser contratada será remunerada diretamente pelo arrematante/comprador do Leilão, conforme dispõe o art. 42, § 2º, do decreto Federal n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932.

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da pessoa física: **a Srª. Jaqueline Sperança, inscrita no CPF sob nº ***.917.759-****, para a prestação de serviços de leiloeiro oficial, com vistas à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Umuarama-PR, sob a égide da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Estadual nº 19.140 de 27 de setembro de 2017, do Decreto Federal 21.981 de 19 de outubro de 1932, Decretos Municipais nº 067/2023 e nº 123/2025 e demais legislações aplicáveis à espécie e das disposições do Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – PMU - Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial, Pessoa Física ou Jurídica, através de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o artigo 74, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/03/160, de 19 de março de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 20 de março de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:B38447C8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 3/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA

O Município de União da Vitória, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, inscrito no CNPJ sob n° 75.967.760/0001-71, a seguir denominado **CONVENENTE**, neste ato representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL**, Senhor **ARY CARNEIRO JUNIOR,** portador do RG n. 744175-4 SESP/PR, CPF n. 168.827.259-34, em pleno exercício de seu mandato e funções, e **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA**, inscrita no CNPJ nº 81.644.718/0001-12, com sede na Rua Dr. Cruz Machado, nº 615, União da Vitória/PR, CEP 84600-000, neste Município, a seguir denominada **CONVENIADA**, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **LODEMIR CANELO,** portador da carteira de identidade sob n° 949.770 SC, e inscrito no CPF/MF sob n° 067.426.029-53**,** celebram o **1° TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N° 3/2025**, mediante adoção das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO e CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA,** que ficam com as seguintes redações:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a realização do objeto do Convênio a CONVENENTE, nos exercícios de 2025 a 2027, poderá repassar a importância de até R$ 1.754.322,24 (um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil,

trezentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos), os recursos serão repassados em parcelas mensais, sendo:

ANO 2025 - De ABRIL A DEZEMBRO - até R$ 71.558,26 mensal
ANO 2026 - De JANEIRO A MARÇO - até R$ 71.558,26 mensal
ANO 2026 - De ABRIL A DEZEMBRO - até R$ 74.635,26 mensal
ANO 2027 - De JANEIRO A MARÇO - até R$ 74.635,26 mensal

Os recursos necessários para a execução do objetivo deste convênio correrão a conta da dotação orçamentária: 0801 - Secretaria Municipal de Saúde - 2025 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde: 3.3.50.43 - Subvenções Sociais.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio é de 01 de ABRIL de 2025 a 31 de MARÇO de 2027, podendo ser rescindido a qualquer momento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas as demais cláusulas contidas no Convênio 3/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro de União da Vitória para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, firmam o presente convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

União da Vitória, 13 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito Municipal

LODEMIR CANELO
Presidente APMI

SONIA REGINA GUZZONI DROZDA
Secretária Municipal de Saúde

Testemunhas:
ASS: ASS:
NOME: NOME:
CPF: CPF:

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:99AB1D23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO Nº 81/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025 – PROCESSO Nº 91/2025

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Vigência.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de carregamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, de acordo com a legislação vigente, dos resíduos sólidos oriundos da limpeza das vias públicas após as enchentes do Rio Iguaçu, doravante denominados de Resíduos Sólidos de Desastre Natural (RSDN), com fornecimento de todos os veículos, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.*
CONTRATADO: ECOUNIÃO GESTÃO EM MEIO AMBIENTE LTDA – CNPJ nº 34.845.950/0001-39.
DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; o prazo de vigência do Contrato n.º 81/2025 fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a iniciar 18/03/2026 e a terminar em 17/04/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 107º da Lei Federal n.º 14.133/21 e Cláusula 2ª do Contrato nº 81/2025.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 17 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:F8DB3369

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
8º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 98/2023
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 42/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Supressão do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 12.406.332/0001-50.
OBJETO DO CONTRATO: *Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023.*
DA SUPRESSÃO DO QUANTITATIVO: Fica suprimido do contrato principal, conforme Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexo ao processo, o valor de R$ 272.560,51 (Duzentos e setenta e dois mil quinhentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos), correspondente ao percentual de -2,07% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65º, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:F7BF7E93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
9º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO N.º 98/2023
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2023 – PROCESSO Nº 42/2023

OBJETO DO ADITAMENTO: Do Acréscimo do Quantitativo.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória - PR
CONTRATADO: ALOM CONSTRUÇÕES EIRELI – CNPJ nº 12.406.332/0001-50.
OBJETO DO CONTRATO: *Construção do Ambulatório Médico de Especialidades – AME da 6ª Região de Saúde, no município de União da Vitória, que posteriormente será gerenciado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Iguaçu - CISVALI, constituindo-se como um ponto de atenção ambulatorial especializado para a organização da Rede de Atenção à Saúde do Estado do Paraná, conforme Convênio n.º 007/2023.*
DO ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO: Fica acrescido ao contrato principal, conforme Relatório Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento anexo ao processo, o valor de R$ 782.839,57 (Setecentos e oitenta e dois mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), correspondente ao percentual de 5,95% do total contratado.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65º, § 1°, da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.

FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:04CEEA11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 127/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:
Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **ANGELA FAGUNDES DE OLIVEIRA**, do cargo de **ZELADORA**, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:6B6954CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 128/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **ANA CLAUDIA RIBEIRO SUTIL ROZA**, do cargo de **ZELADORA-PSS**, da Secretaria Municipal de Trânsito, Vigilância e Fiscalização, a partir de 23 de março de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:0CA2BF22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 129/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO,** referente ao Edital de Chamamento Público nº 01/2026, Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, provenientes da Lei Federal Nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e Edital de Chamamento Público nº 02/2026, Prêmio Cultura Viva, Rede Municipal de Pontos e Pontões de Cultura do Município de União da Vitória, sem ônus, conforme abaixo:

Presidente da Comissão:
MARCOS RENATO MACHADO DE SOUZA

Membros
EDSON LUIZ CARNEIRO
LICIA SONIA WILLUWEIT GAERTNER
SOLANGE GARCIA BEHRENS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:CAF64DDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 131/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada candidata aprovada em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

CARGO: PROFESSOR (A)

COLOCAÇÃO	NOME	ADMISSÃO
428º	STEFANY APARECIDA BENKERT	23/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 20 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:04423892

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 132/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeadas candidatas aprovadas em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2025,** conforme **PORTARIAS** nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026**,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

Cargo: MERENDEIRA

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
11°	PATRICIA DE FÁTIMA GUET	19/03/2026

Cargo: PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
2°	SAMIRA SOUZA DE OLIVEIRA	19/03/2026
3°	JOÃO VICTOR NOVAK	19/03/2026
5°	EVELIN HORTIZ	19/03/2026
29°	AMÁBILE VIEIRA MISSAU	19/03/2026

Cargo: ZELADOR (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
4°	MARCIA APARECIDA MASSANEIRO DOS SANTOS	19/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 20 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:EB3F3756

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 133/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados candidatos aprovados em **CONCURSO PÚBLICO,** para o cargo abaixo, **EDITAL Nº 001/2022,** conforme **PORTARIAS nº 2, 3 e 4/2023,** nos termos que fundamentam este Decreto, as pessoas abaixo identificadas, conforme a respectiva data:

CARGO: PROFESSOR (A)

COLOCAÇÃO	NOME	DATA
430°	PRICILA POLETTO DE SOUZA	20/03/2026
434°	JULIANO DILKIN	20/03/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

União da Vitória, 20 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:82B96A7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 176/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Ref.: (Concorrência Eletrônica n.º 15/2025 – Processo Administrativo n.º 103/2025)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, Estado do Paraná, com sede à Rua Dr. Cruz Machado, n.º 205, Centro, CEP 84.600-900, União da Vitória/PR, inscrito no CGC/MF nº 75.967.760/0001-71, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, ARY CARNEIRO JUNIOR, e
CONTRATADA: EPG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ N.º 34.605.142/0001-02, localizada à Rua Barão do Rio Branco, nº 1163, Bairro Santa Rosa, CEP 89.400-000 – Estado de Santa Catarina, representada por EDESON PAULO GAN.
OBJETO: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 42.311,75 m2, incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos. SAM 124. CONVÊNIO N.º 1310/2025 - SECID.
VALOR GLOBAL: *R$10.010.000,00 (Dez milhões e dez mil reais)*, daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".
PRAZO DE EXECUÇÃO: em até 360 (trezentos e sessenta) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 (setecentos e vinte) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 16/03/2026.
FORO: Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná.
GESTOR: JAMAR ROSSONI CLIVATTI (Secretário Municipal de Planejamento)
FISCAL: Sr. (a) Vanessa Max Soroka – Matrícula nº 991505932.
FISCAL SUBSTITUTO: Mariana Kauva Munhoz - Matrícula Funcional n.º 991505710. Engenheira Civil.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:CD696373

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 177/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
CARMEN LINDA GOMES MACHADO	991505250	2025/2026	PROFESSORA	02/04/2026 A 01/05/2026
CARMEN LINDA GOMES MACHADO	1512241	2025/2026	PROFESSORA	02/04/2026 A 01/05/2026
CRISLAINE RITTER	310	2024/2025	AGENTE COMUNITARIO SAUDE - FUSA	24/03/2026 A 22/04/2026
IRENE BIELLA	1498001	2025/2026	ASSISTENTE SOCIAL	08/04/2026 A 17/04/2026
LUCAS VALDAMERI	991505053	2025/2026	ENGENHEIRO CIVIL	22/04/2026 A 01/05/2026
SIMONE FRONCHETTI	991506024	2025/2026	TECNICO DE ENFERMAGEM	08/04/2026 A 17/04/2026
VANESSA LUANA WISNIEWSKY	506	2024/2025	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	17/03/2026 A 05/04/2026
VITOR ANDRE BRANDAO MULLER	991505005	2024/2025	ADVOGADO	25/05/2026 A 03/06/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 19 de março de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F2E7B6C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 179/2026

TORNA PÚBLICO EDITAL Nº 1/2026 DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, por meio de seu representante legal, **TORNA PÚBLICO** o presente:

EDITAL Nº 1/2026 DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS.

Art. 2º O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR**, vem por meio deste comunicar a todos os estudantes interessados em concorrer

a uma **BOLSA DE ESTUDOS,** regulamentada pelo **DECRETO nº 188/2025, tendo como base** o **ISS** recolhido pela **UGV – CENTRO UNIVERSITÁRIO,** considerando o valor recolhido no exercício imediatamente anterior.

Item I - A concessão da **BOLSA DE ESTUDO**, trata-se de um Programa de Inclusão Social, implementado pelo Município de União da Vitória, por meio da Secretaria Municipal de Educação e pela Secretaria Municipal de Finanças, por meio de uma Comissão responsável pela sua execução.

Item II - Os estudantes interessados poderão fazer a sua Inscrição **no PERÍODO DE 23 DE MARÇO A 06 DE ABRIL DE 2026**, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de União da Vitória, no seguinte horário: das 13:00 às 17:00 horas, na Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, União da Vitória – PR.

Item III - Para a realização da Inscrição, o candidato deverá preencher a **FICHA DE INSCRIÇÃO** e anexar os seguintes documentos abaixo, conforme preceitua o Art. 17 do Decreto nº 188/2025:

Ficha de inscrição de concessão da bolsa de estudo, devidamente preenchida e assinada
Cadastro Único (CRAS)
RG (fotocópia)
CPF (fotocópia)
Comprovante dos últimos 36 meses de residência em União da Vitória (fotocópia)
Histórico Escolar (fotocópia)
Comprovante de renda do Candidato
Comprovante de renda dos membros da família
Cópia da declaração de imposto de renda do candidato e ou declaração de bens e valores
Cópia da declaração de imposto de renda dos membros da família e ou declaração de bens e valores
Comprovante de quitação das obrigações eleitorais
Declaração de Matrícula 2026

§1º Os candidatos deverão entregar os documentos numerados, ordenados conforme relação acima e rubricados, em envelope lacrado, contendo na parte externa somente o nome e contato do candidato interessado na bolsa de estudos.

§2º A falta de um dos documentos solicitados, desclassificará automática o candidato do processo de concessão de bolsa de estudos.

Item IV - Os documentos juntados irão gerar um Processo Administrativo, e ser encaminhado para entrevista com a (as) assistente (s) social (is), do Município de União da Vitória para análise dos documentos e estudo social.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 20 de março de 2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

SIDNEI ALVES DE LIMA
Presidente da Comissão

FICHA DE INSCRIÇÃO UGV/2026
BOLSAS DE ESTUDOS ISS

NOME: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____CIDADE:_____
ESTADO_____
DATA DE NASCIMENTO:_____RG:_____
_CPF:_____
E-MAIL:_____
TELEFONE:_____
_____CURSO:_____ PERIDO QUE ESTARÁ CURSANDO EM 2025_____
PEDIODO: ( ) DIURNO ( ) NOTURNO
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:_____
O(a) acadêmico(a) contemplado(a), terá que prestas 100 (cem) horas sociais por ano, nos programas municipais conforme Lei 4448/14 regulamentada pelo Decreto 188/2025.
Declaro residir em União da Vitória, nos últimos três anos, que resido com familiares, **e declaro que não conclui nenhum outro curso superior.**
Estou ciente que o(a) bolsista não pode ser beneficiário(a) de outro tipo de incentivo ou programa restituível como PROUNI E FIES.
Declaro estar ciente, que poderei responder civil e criminalmente pelas informações inverídicas prestadas nesse processo.
Declaro conhecer minhas responsabilidade, mediante o beneficio concedido, conforme Lei 4448/14, Decreto 188/2025, e me comprometo a cumpri-las na sua integralidade.
Declaro que estou ciente que a falta de qualquer documento me exclui automaticamente do processo de seleção.

DOCUMENTOS ANEXADOS:
( ) Cadastro único (CRAS).
( ) RG – Fotocópia.
( ) CPF – Fotocópia.
( ) Comprovante de residência dos últimos 36 meses em União da Vitória.
( ) Histórico escolar – Fotocópia.
( ) Comprovante de renda do(a) candidato(a).
( ) Comprovante de renda dos membros da família.
( ) Cópia da declaração de IR do(a) candidato(a) ou declaração discriminando os bens com seus valores, caso não tenha bens, fazer declaração afirmando que não tem.
( ) Cópia da de IR, dos membros da família e ou declaração discriminando os bens, como seus devidos valores, caso não possua bens, fazer declaração afirmando que não tem.
( ) Comprovante de quitação eleitoral.
( ) Comprovante de quitação serviço militar.
( ) Declaração de matricula 2026.

União da Vitória, ____, de _____ de 2026.
(As páginas que compõe esse processo de inscrição, deverão ser numeradas pela ordem de sequência. e anexadas em um envelope lacrado e protocolado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de União da Vitória, no seguinte horário: das 13:00 às 17:00 horas, na Rua Dr. Cruz Machado, 205, Centro, União da Vitória – PR. Na parte da frente do envelope deverá constar nome do acadêmico, instituição e telefone de contato.)

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:1703955A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 181/2026

DIVULGAÇÃO DO GARABARITO E RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO 01/2026 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º O Município de União da Vitória, do Estado do Paraná, juntamente com o agente de integração Universidade Patativa do Assaré, no uso de suas atribuições tornam público o Gabarito Preliminar e Resultado Preliminar das Provas, referente ao teste seletivo Nº 01/2026, podendo ser consultado no site *https://universidadepatativa.com.br/site/processo-seletivo-para-provimento-de-vagas-para-estagio-para-cadastro-reserva-em-nivel-medio-tecnico-e-nivel-superior-em-diversas-graduacoes-licenciaturas-edital-01-2026*

Art. 2° A interposição de recursos contra o gabarito o Gabarito e Resultado Preliminar será na data 23/03/2026, conforme previsão em edital.

União da Vitória, 20 de março de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:3710C987

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.O 21/2026

Revoga concessão de funções gratificadas.

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso VIII, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 220/2006, e, conforme Lei Municipal nº 5262/2025 e Lei Estadual nº 22.859/2025,

RESOLVE:

Art. 1.º - Revoga Função Gratificada concedida pelas portarias n.º 65/2020, nº 37/2024 e nº 35/2023.
Art. 2º - Esta Portaria tem efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2026.

União da Vitória, 16 de março de 2026.

PROF. DR. LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Andréia Aparecida Soares Meyer
Código Identificador:AD2CC50B

UNIUV - FUNDAÇÃO MUN. CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE DE UVA
PORTARIA N.º 22/2026

O Reitor da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - Uniuv, nomeado pelo Decreto Municipal n.º 12, de 18 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso VIII, do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 220/2006,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão Funcional, alterando o nível da mesma classe, ao servidor:

Nome do Servidor	N.° Matricula	Classe	Nível
Filipe de Souza dos Santos	453	Assistente	IV

Art. 2º - A presente Portaria tem efeitos retroativos à 1º de fevereiro de 2026.

União da Vitória, 16 de março de 2026.

LÚCIO KÜRTEN DOS PASSOS
Reitor

Publicado por:
Andréia Aparecida Soares Meyer
Código Identificador:481BAD2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

CAMARA MUNICIPAL DE VITORINO
RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

RESULTADO DAS PROPOSTAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
Em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o município tornou público que a Administração pretende realizar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de Link de internet e telefonia para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vitorino - PR, onde os eventuais interessados podem apresentar proposta de no prazo de 03 (três) dias úteis, iniciando-se às 00:00h do dia 16 de março de 2026 e encerrando-se às 23:59h do dia 19 de março de 2026.
Os interessados que apresentaram propostas:**AMPERNET – TELECOMUNICAÇÕES - LTDA, CNPJ: 04.596.419/0001-09, com o valor total de R$ 4.774,80.**
VERO S.A, CNPJ: 31.748.174/0108-08, com o valor total de R$ 2.880,00.
Classificação das propostas: primeira classificada, proponente **VERO S.A** com valor de **R$ 2.880,00,** segunda classificada, proponente: **AMPERNET – TELECOMUNICAÇÕES - LTDA,** com o valor total de **R$ 4.774,80.**
Dessa forma, a **VERO S.A** foi classificada como a primeira colocada no certame. Em razão disso, a Câmara encaminha o resultado às proponentes, solicitando à **VERO S.A** a apresentação da documentação necessária para dar continuidade ao processo.
Vitorino, 20/03/2026

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Fernando Turra
Código Identificador:F845F83B

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
15 TERMO CONTRATO 253/2023

DECIMO QUINTO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 253/2023

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056xxxxxx98 doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa CENTRO AUTOMOTIVO VITORINO LTDA situada à Rua AV. BRASIL ARGENTINA, S/N, ********, Bairro Centro, Vitorino, inscrita no CNPJ sob nº 10688757000173, neste ato representada por ANTONIO STANG, inscrito no CPF/MF sob nº 723xxxxxx91, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com a portaria 002/2021ADM, parecer jurídico e protocolo 7059, 7567/2023, 525, 3153, 5703/2024, 528, 2288/2025, 755, 2022/2026.

Cláusula Primeira: Dos Valores - Fica Acrescido o valor global de R$ 71.580,76, ao contrato original, passando os valores unitários para:
I – do Item 01, de R$ 6,00, mantido;
II – do Item 02, de R$ 5,89, para R$ 6,99;
III – do Item 03, de R$ 5,83, para R$ 6,89;

Cláusula Segunda: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.
E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma. Vitorino, em 20/03/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

ANTONIO STANG
Contratada
Centro Automotivo Vitorino LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:AA405E4C

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
3º TERMO CONTRATO 97/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO N º 97/2023

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA situada à Rua presidente Kennedy, 1160, Bairro Centro, Ampére, inscrita no CNPJ sob nº 04596419000109, neste ato representada por THIAGO PARISOTTO LUQUINI, inscrito no CPF/MF sob nº031XXXXXX71, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições, em conformidade com o protocolo 1272/2023 e parecer jurídico.
Cláusula Primeira: Do Valor - Contrato Original fica acrescido o valor de R$ 7.320,00.

Cláusula Segunda: Da Vigência – passa sua vigência para 21/03/2027.

Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 20/03/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

THIAGO PARISOTTO LUQUINI
Contratada
AMPERNET Telecomunicações LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:8FADD647

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.136, DE 19 DE MARÇO DE 2026

Decreto 6.136, de 19 de março de 2026

Súmula: Atualiza os valores das diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal, conforme índice de revisão geral anual.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITORINO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 1.319/2013, com redação dada pela Lei nº 2.160/2025, que prevê a atualização anual das diárias por meio de decreto;
CONSIDERANDO a concessão de revisão geral anual aos servidores públicos do Poder Executivo no percentual de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), conforme Lei nº 2.201/2026;

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados, no percentual de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), os valores das diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal, passando a vigorar com os seguintes valores:

I – para o Prefeito Municipal:
a) R$ 1.264,80 para viagens à capital da República;
b) R$ 790,50 para viagens às demais localidades;

II – para o Vice-Prefeito, Secretários Municipais e ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento:
a) R$ 632,40 para viagens à capital da República;
b) R$ 474,30 para viagens às demais localidades;

III – para os demais servidores:
a) R$ 474,30 para viagens à capital da República;
b) R$ 316,20 para viagens às demais localidades;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:D1375D91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.144, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Decreto 6.144, de 20 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Graciele Brum, portadora do CPF/MF n.° 020.839.xxx-xx, aprovada no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem I, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 20 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:8090C1B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 119, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Portaria 119, de 20 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 1 (uma) diária para o servidor Fabiano de Moura – Motorista, conforme requerimento de diárias n. º 80/2026, protocolo n. º 2081/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 19 de março de 2026, utilizando o veículo oficial placa UAW -8l43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 20 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:2997BFFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 120, DE 20 DE MARÇO DE 2026

Portaria 120, de 20 de março de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 03 (três) diárias ao servidor Ricardo Bertoncello – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Indústria e Comércio, para participar de reuniões e tratativas de assuntos de interesse do Município junto à Secretaria de Estado das Cidades – SECID, Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL, Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP, Casa Civil do Estado e na Secretaria de Estado de Estado da Saúde – SESA, além da Participação no IV Fórum Estadual de Gestores Públicos em Curitiba/PR, nos dias 23 a 26 de março de 2026.
II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, 20 de março de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Indrya Samara Eschembach
Código Identificador:1BEA2211

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NPC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 71, IV, da Lei no. 14133/21, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, ratifica a homologação/adjudicação PARCIAL do Lote 1, efetuada em 12 de março de 2026, atestando a legalidade de todo o processo referente ao Pregão Eletrônico n°. 002/2025 - Processo Administrativo nº. 025/2024, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL aquisição de UNIFORMES e TÊNIS ESCOLARES para os alunos da rede pública municipal dos municípios integrantes ao Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região – CISMEL, conforme descrito no presente Edital e Termo de Referência, ADJUDICADO à empresa abaixo:

VESTISUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.411.384/0001-00.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	
1	1	Camiseta Manga Curta - Vestisul	Unid	330.000	R$ 28,70	R$ 9.471.000,00	
	2	Camiseta Manga Longa - Vestisul	Unid	110.000	R$ 29,05	R$ 3.195.500,00	
	3	Regata - Vestisul	Unid	110.000	R$ 28,00	R$ 3.080.000,00	
	4	Bermuda - Vestisul	Unid	220.000	R$ 43,20	R$ 9.504.000,00	
	5	Short Saia - Vestisul	Unid	220.000	R$ 43,30	R$ 9.526.000,00	
	6	Jaqueta - Vestisul	Unid	110.000	R$ 99,22	R$ 10.914.200,00	
	7	Calça - Vestisul	Unid	220.000	R$ 59,05	R$ 12.991.000,00	
	8	Japona com Capuz - Vestisul	Unid	110.000	R$166,80	R$ 18.348.000,00	
	9	Blusão - Vestisul	Unid	110.000	R$ 79,90	R$ 8.789.000,00	
	10	Meia Escolar	Par	220.000	ANULADO	ANULADO	
	11	Meia com Solado	Par	40.000	ANULADO	ANULADO	
VALOR LOTE 01						R$ 85.818.700,00	

Londrina/PR, 20 de março de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO

Presidente do CISMEL/NPC

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:A16A8AF7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
EDITAL 061/2026 - INSCRITOS PSS TÉCNICO DE ENFERMAGEM TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 061/2026

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM

O Presidente da Comissão Organizadora, Executora e Julgadora de Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Técnico de Enfermagem, da Prefeitura do Município de Chopinzinho, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas pelo edital de abertura nº 045/2026, por este Edital, seus anexos e demais disposições atinentes à matéria,

TORNA PÚBLICO

Art. 1º - A relação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado para o cargo temporário de Técnico de Enfermagem, em ordem alfabética, constante no Anexo I.

Art. 2º - Mantêm-se em vigor as demais determinações editalícias e publicações complementares.

Chopinzinho, PR, 20 de Março de 2026.

MARCELLI CRISTINA CERVO LEONARCHIK

Presidente

EDITAL Nº 061/2026 – ANEXO I

QUADRO 1 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM – AMPLA CONCORRÊNCIA

INSCRIÇÃO	NOME	NASCIMENTO
8678	ALAOANA CRISTINA DAS CHAGAS	24/11/1992
8791	ANA PAULA FERREIRA	27/01/1996
8794	ANDREIA FERREIRA SIQUEIRA	25/01/1987
8658	ANDREIA VANESSA DE LARA	22/06/1986
8753	ANDRIELLEN RAYNE SANTOS	28/06/2002
8709	BRUNA FERNANDA DE RESENDE NIENDICKER	27/07/1986
8664	CAMILA ZUCONELLI DA SILVA	04/07/2002
8669	CLENIR DA SILVA	04/04/1986
8665	DANIELI DE OLIVEIRA	19/03/1994
8660	EDIVANE SALETE DE MATTOS	29/09/1980
8659	EDUARDA REMUSSI	11/05/2005
8662	EDUARDA VITORIA MONTEIRO WECHEL	19/03/2005
8663	ELIANE JAQUELINE NICOLLI DOS SANTOS	09/06/1981
8674	ELIDIANE MENDES	21/08/1998
8670	ELOISE CAROLINE MAGIERO OLIVO	08/04/1996
8738	EMELI MAIRA LOURENCO	04/02/1987
8661	FABIANA ELEUTERIO DA LUZ	07/12/1978

8792	GABRIELI DA SILVA VOGEL	11/08/2000
8682	IVETE KOOP	21/09/1992
8668	JANAI EUFRASIO	18/04/2002
8765	JENNIFER JESUS DE OLIVEIRA	04/05/1986
8686	JOCECLEIA DOS SANTOS	19/04/1987
8680	JULCINEIA APARECIDA DOS SANTOS RODRIGUES	07/07/1982
8673	KAROLINE MARTINS	26/12/1996
8675	KAUANE SCHIMANKO	25/09/2005
8760	KELLY EDUARDA BARBOZA	04/11/2002
8733	LEANDRO CEZAR DE RAMOS	24/07/1978
8683	LEIDIANE PRESTES	23/10/1997
8773	LUCILENE XAVIER DA SILVA	02/06/1986
8754	MACLEISE MARIA BONETI	30/07/1977
8679	MAIARA APARECIDA SOUZA FERREIRA	21/06/2001
8667	MAIRA ELIZA BELLONI GIRELLI	06/08/2003
8681	MARCIA SOUZA DE LIMA	09/09/1992
8793	MARIA LUISA DA SILVA STOPASSOLA	27/03/2005
8767	MARIA MARILVA MAESTRO	24/10/1979
8764	MARLI DELANE	26/12/1981
8777	NARAIANA DO AMARAL	16/06/1991
8677	PAULA DALIANE MACHADO DA FONSECA LOPES	19/07/1986
8761	PAULA VANESSA SOARES	04/09/1988
8685	RAFAELA DE OLIVEIRA	16/01/1994
8676	ROSENILDA JONEN ROSSA	18/05/1995
8666	SEDIMAR MIRANDA	23/12/1991
8795	SILVANA SOUZA	13/04/1993
8672	VALDEREIS SALETE COSTA E SÁ	20/10/1967
8684	VANESSA KELLY BIRH	17/01/1996

QUADRO 1 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PCD – PESSOA COM DEFICIENCIA

Não houve inscritos.

QUADRO 1 – TÉCNICO DE ENFERMAGEM – PN – PESSOA NEGRA

Não houve inscritos.

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:692FE7D6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 062/2026 - ABERTURA PSS ASSISTENTE SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 062/2026

ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL

O Prefeito de Chopinzinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 089/2017, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital estabelece instruções para seleção e contratação temporária de Assistente Social, conforme disposto no Quadro 1, para atuar junto ao Poder Executivo do Município de Chopinzinho. Na época oportuna, respeitada a conveniência da Administração e a ordem de classificação, será lavrado contrato administrativo de trabalho temporário pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

1. DOS REQUISITOS, REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA:

QUADRO 1 – ASSISTENTE SOCIAL TEMPORÁRIO

Função	Assistente Social Temporário
Carga Horária	30 horas Semanais
Remuneração	Salário Base: R$ 5.260,17 Auxílio Alimentação: R$ 320,14
Escolaridade Mínima	Graduação em Serviço Social e Registro no Órgão de Classe
Vagas	01 (uma), mais cadastro de reserva

2. CRONOGRAMA:

2.1 Este Processo Seletivo Simplificado será composto das seguintes fases:

Impugnação do Edital de Abertura	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Inscrições	Das 09h00 do dia 26 de março de 2026 às 17h00 do dia 09 de abril de 2026
Upload Laudo Médico PCD	Das 09h00 do dia 26 de março de 2026 às 17h00 do dia 09 de abril de 2026
Upload Auto Declaração Pessoa Negra	Das 09h00 do dia 26 de março de 2026 às 17h00 do dia 09 de abril de 2026
Comprovante de Inscrição	Imediato
Publicação dos Inscritos (Ampla Concorrência, PCD e Pessoa Negra)	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 13 de abril de 2026
Recursos quanto às Inscrições	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação das Inscrições	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 17 de abril de 2026
Convocação para Prova Objetiva e Prova de Títulos	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 17 de abril de 2026
Realização da Prova Objetiva	**Na data provável de 25 de abril de 2026**
Publicação da Prova Objetiva e Gabarito	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 27 de abril de 2026
Recursos quanto à Prova Objetiva e Gabarito	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Classificação Provisória	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 30 de abril de 2026
Recurso quanto à Classificação Provisória	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Convocação para Proced. de Heteroidentificação Étnico-racial	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 30 de abril de 2026
Realização do Proced. de Heteroidentificação Étnico-racial	**Na data provável de 06 de maio de 2026**
Classificação Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 07 de maio de 2026
Recursos quanto à Classificação Final e Proced. De Heteroidentificação	Até 02 (dois) dias úteis após a publicação
Homologação do Resultado Final	No endereço www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável de 13 de maio de 2026

3. MEIO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL:

3.1 A divulgação oficial do inteiro teor deste edital e dos demais editais relativos às etapas deste Processo Seletivo Simplificado, dar-se-á com a publicação no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e também no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp.

4. DAS INSCRIÇÕES:

4.1 As inscrições serão realizadas no site do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, no link destinado à inscrição, no período previsto no CRONOGRAMA deste Edital.

4.2 O candidato deverá se cadastrar no sistema de Processo Seletivo Simplificado para poder realizar a inscrição. A mera realização do cadastro no sistema de Processo Seletivo Simplificado não implica em inscrição.

4.2.1 Para o cadastro, deverá ser utilizado o número do CPF. O candidato estrangeiro que desejar se cadastrar, deverá ter CPF emitido no Brasil.

4.3 A inscrição será efetivada desde que não haja qualquer interrupção antes da finalização dos procedimentos.

4.4 O comprovante de inscrição poderá ser emitido imediatamente após o encerramento da inscrição.

4.5 Após efetivar a inscrição, não será possível incluir ou alterar as informações. A inscrição poderá ser excluída e novamente realizada durante o período de inscrição.

4.6 Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições fora do prazo, provisórias ou condicionais.

4.7 A homologação da inscrição ficará vinculada à verificação do cumprimento integral dos requisitos exigidos para a mesma.

4.8 O candidato é responsável pelas informações fornecidas no momento da inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, civil e penal.

4.9 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.10 A participação no presente Processo Seletivo Simplificado está isenta do pagamento de taxa de inscrição.

4.11 É facultada à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente no momento das inscrições.

5. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

5.1 Fica assegurado à pessoa com deficiência (PCD) o direito de inscrever-se no processo seletivo simplificado, desde que as atribuições da função escolhida sejam compatíveis com a sua deficiência.

5.2 Às pessoas com deficiência (PCD) que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.109/2013, é assegurado o direito de inscrição, ficando asseguradas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.

5.2.1 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos PCD, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

5.2.2 As nomeações incidirão, proporcional e concomitantemente, sobre as listas de candidatos aprovados no concurso geral e específica das pessoas com deficiência (PCD), observando-se, em relação a esta última, sempre o percentual de reserva de vagas fixado no respectivo edital.

5.2.3 Ocorrendo a nomeação do mesmo candidato, inscrito nos termos desta lei, simultaneamente nas listas geral e específica;

I – Prevalecerá à nomeação pela lista geral, ficando o candidato automaticamente excluído da lista específica;

II – No lugar do candidato excluído, na forma do inciso anterior, será automaticamente nomeado o candidato subsequente da lista específica, respeitada a ordem de classificação desta.

5.2.4 Não havendo candidatos aptos na condição de pessoa com deficiência (PCD), as vagas existentes, ou que venham a surgir durante a vigência do processo seletivo simplificado, serão destinadas a lista geral de candidatos.

5.3 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoa com deficiência (PCD).

5.3.1 Para comprovação da deficiência, no momento da inscrição, o candidato deverá fazer upload de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a sua provável causa da deficiência.

5.3.2 O candidato na condição pessoa com deficiência (PCD) deverá, no ato da inscrição, requerer o tipo de atendimento especial que necessitará para a realização da prova, se for o caso.

5.4 Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção através do uso de lentes ou aparelhos específicos.

5.5 O candidato que se inscrever como pessoa com deficiência (PCD) concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.

5.6 O candidato com deficiência participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital, bem como no que se refere a conteúdo, avaliação, duração, horário e local de realização da prova.

5.7 Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência (PCD), se convocados para a realização dos procedimentos pré-admissionais, deverão submeter-se à perícia médica, com profissional indicado pela Divisão de Recursos Humanos, que verificará sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do emprego.

5.7.1 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico emitido até 60 (sessenta) dias antes da realização da referida perícia. O laudo médico deverá conter:

a) a espécie, o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a causa da deficiência;

b) indicação se faz uso de órteses, próteses ou adaptações;

c) se com deficiência auditiva: o laudo deverá estar acompanhado de audiometria recente, datada de até 6 (seis) meses a contar da data de início da convocação para assumir a vaga;

d) se com deficiência múltipla: constando a associação de duas ou mais deficiências;

e) se com deficiência visual: o laudo deverá estar acompanhado de acuidade em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual.

5.8 A não observância do disposto no subitem 5.6.1, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à perícia, acarretará perda do direito aos quantitativos reservados aos candidatos em tais condições.

5.9 O candidato que prestar declarações falsas em relação à sua deficiência será excluído do processo seletivo e responderá civil e criminalmente pelas consequências decorrentes do seu ato.

5.10 Após a investidura no emprego, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação e/ou aposentadoria por invalidez e/ou concessão de horário especial.

6. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS NEGRAS:

6.1 Às pessoas negras que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas nos termos do disposto da Lei Municipal nº 3.991/2022, é assegurado o direito de inscrição, ficando reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas na presente seleção.

6.2 Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos negros, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente em caso de fração igual ou maior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

6.3 O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas na forma deste item concorrerá também, além das vagas reservadas por força de lei, às vagas de ampla concorrência.

6.4 Para fazer jus à reserva de vagas de que trata este item, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a opção pessoas negras.

6.4.1 O candidato deverá ainda, no momento da inscrição, fazer upload da declaração constante no Anexo II deste Edital se auto declarando negro de acordo com os critérios de raça e cor utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que, pelo fenótipo, são assim vistos e reconhecidos como tal pela sociedade.

6.5 A auto declaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.

6.5.1. Sem prejuízo do disposto no caput, a auto declaração do candidato será confirmada mediante Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.5.2 A presunção relativa de veracidade de que goza a auto declaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial e Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.6 Considera-se Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial a identificação da condição autodeclarada pelo candidato realizada pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico- racial criada especificamente para este fim.

6.7 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial submete-se aos seguintes princípios e diretrizes:

Respeito à dignidade da pessoa humana;

Observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal;

Garantia de padronização e de igualdade de tratamento entre os candidatos submetidos ao procedimento de heteroidentificação promovido no mesmo concurso público;

Garantia da publicidade e do controle social do procedimento de heteroidentificação, resguardadas as hipóteses de sigilo previstas neste Decreto;

Atendimento ao dever de autotutela da legalidade pela administração pública; e

Garantia da efetividade da ação afirmativa de reserva de vagas a candidatos negros no ingresso no serviço público do Município de Chopinzinho.

6.8 Os candidatos que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital, deverão se submeter ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.8.1 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será promovido sob a forma presencial, mediante utilização de recursos de tecnologia de comunicação.

6.8.2 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial considerará as características fenotípicas dos candidatos.

6.9 A convocação para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

6.10 O candidato que não comparecer ao Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e concorrerá somente na lista da ampla concorrência.

6.7 A Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-racial utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no Processo Seletivo Simplificado.

6.7.1. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação étnico-racial.

6.7.2. Não serão considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

6.8 O Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial será filmado e seus registros serão utilizados na análise de eventuais recursos interpostos pelos candidatos perante a Comissão Recursal de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.8.1 O candidato que recusar a realização da filmagem do procedimento, nos termos deste caput, será eliminado do processo seletivo simplificado, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

6.9. Serão eliminados do processo seletivo simplificado os candidatos cujas auto declarações não forem confirmadas em Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, desde que comprovado má fé.

6.9.1 A eliminação de candidato, nos termos deste caput, por não confirmação do auto declaração, não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o Procedimento de Heteroidentificação Étnico-racial.

6.9.2. Não comprovada má-fé na auto declaração, no caso de sua não confirmação, nos termos da Lei 3.991/2022, pela Comissão Ordinária de Heteroidentificação Étnico-Racial, ou em sede de recurso, pela Comissão Recursal de Heteroidentificação, o candidato será eliminado da lista de reserva de vagas para negros e passará a concorrer, exclusivamente, nas vagas oferecidas para ampla concorrência.

6.10 Das decisões da Comissão Ordinária de Heteroidentificação caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, dirigido à Comissão Recursal de Heteroidentificação.

6.11 No julgamento dos recursos referidos no item 6.10 serão considerados: a filmagem do procedimento de Heteroidentificação, o parecer elaborado pela Comissão Ordinária, bem como, o conteúdo de recurso interposto pelo candidato.

6.12 As decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação serão publicadas no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br.

6.13 Das decisões da Comissão Recursal de Heteroidentificação não caberá recurso.

7. DA DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS:

7.1 A lista dos candidatos inscritos será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

7.2 Da divulgação da lista dos candidatos inscritos caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

8. DA PROVA OBJETIVA:

8.1 A prova objetiva será aplicada na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital, em local a ser determinado juntamente com o ensalamento e a convocação para a prova.

8.2 O portão será aberto às 08 horas e 30 minutos e fechado pontualmente às 08 horas e 55 minutos.

8.2.1 O não comparecimento do candidato no horário acima especificado implicará na sua desclassificação.

8.2.2 Não será permitido ao candidato entrar no local de realização da prova após o horário previsto para o fechamento do portão.

8.3 O candidato deverá comparecer ao local designado para a Prova Objetiva munido de:

a) caneta esferográfica azul ou preta;

b) Documento Oficial com foto;

8.4 O tempo de duração da prova será de 02 (duas) horas, incluído o tempo para o preenchimento da Folha de Respostas.

8.5 O candidato somente poderá entregar a Folha de Respostas e sair do local de prova transcorrido 30 (trinta) minutos do início da aplicação da mesma, sob pena desclassificação do certame.

8.6 Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto, a fim de acompanharem os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes.

8.7 Após a identificação e assinatura da lista de presença na sala, o candidato receberá do fiscal uma única via do caderno de questões e uma única via da Folha de Respostas.

8.8 Será eliminado desta seleção o candidato que:

a) chegar ao local de prova após o fechamento dos portões;

b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada;

c) utilizar-se de livros, códigos, impressos, máquinas calculadoras e similares, pagers, telefones celulares, ponto eletrônico ou qualquer outro tipo de consulta durante o período de realização de sua prova, quer seja na sala ou nas dependências do local de prova;

d) desrespeitar membro da equipe de fiscalização, assim como proceder de forma a perturbar a ordem e a tranquilidade necessária à realização da prova;

e) descumprir quaisquer das instruções contidas na capa do caderno de questões;

f) não realizar a prova;

g) ausentar-se da sala de prova sem autorização e acompanhamento, após ter assinado a lista de presença;

h) deixar de devolver o caderno de questões e/ou assinar a lista de presença;

i) não atender às determinações do presente edital e seus anexos;

j) recusar-se a entregar a Folha de Repostas ao término do tempo destinado para tal;

8.9 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicos não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

8.10 Durante a realização da prova, candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente; documento de identificação; uma garrafa com água, transparente e sem rótulo.

8.10.1 O Município e a Comissão Organizadora não se responsabilizam por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal, dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

8.11 O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto na Folha de Respostas.

8.11.1 O caderno de questões poderá ser levado pelo candidato, caso desejar.

8.11.2 Em nenhuma hipótese o caderno de questões será considerado para a correção e respectiva pontuação.

8.12 A Folha de Resposta é o único documento válido e utilizado para a correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção pois não poderá ser substituído.

8.12.1 O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas em cada questão.

8.12.2 O candidato, ao terminar a prova, deverá entregar obrigatoriamente ao fiscal de sala a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada.

8.12.3 A não entrega da Folha de Resposta, bem como a falta de assinatura neste, implicará na automática eliminação do candidato.

8.12.4 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na Folha de Respostas, estiver em desconformidade com as instruções; não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada; emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

9. DAS DISCIPLINAS E PONTUAÇÕES:

9.1 A prova conterá 20 (vinte) questões, sendo 05 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Conhecimentos Gerais e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos, com o seguinte peso a cada questão:

Disciplinas	Nº de Questões	Valor por Questão	Peso Total
Língua Portuguesa	05	0,25	1,25
Conhecimentos Gerais	05	0,25	1,25
Conhecimentos Específicos	15	0,50	7,50
Total	**20**	-	**10,0**

9.2 Cada questão apresentará 04 (quatro) alternativas, sendo apenas 01 (uma) delas a correta.

9.3 Serão classificados apenas os candidatos que atingirem a nota mínima na prova objetiva: 5,00 (cinco) pontos.

9.4 O conteúdo programático consta no Anexo I deste Edital.

10. DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA:

10.1 A classificação provisória será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: https://www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

10.2 A classificação provisória se dará conforme a nota da prova objetiva.

10.3 Da divulgação da classificação provisória caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

11. DO DESEMPATE:

11.1 Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate processar-se-á com os seguintes critérios:

a) maior idade, considerando-se o ano, mês e dia de nascimento;

b) persistindo o empate entre os candidatos, após aplicado o critério acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio, que será realizado junto ao auditório do Paço Municipal ou em outro local determinado pela Comissão Organizadora, com a presença dos candidatos interessados e dos membros da Comissão.

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

12.1 Após a análise conclusiva dos recursos quanto a classificação provisória e os critérios de desempate, a Classificação Final será publicada no site oficial do Município: www.chopinzinho.pr.gov.br e no órgão de imprensa oficial do Município: www.diariomunicipal.com.br/amp, na data provável prevista no CRONOGRAMA deste Edital.

12.2 Da divulgação da classificação final caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13. DOS RECURSOS:

13.1 Serão admitidos recursos quanto:

a) ao indeferimento/não processamento da inscrição;

b) à prova objetiva e gabarito;

c) à classificação provisória, compreendendo neste, a nota da prova objetiva e da prova de títulos;

d) à classificação final, compreendendo neste, a decisão da banca de heteroidentificação;

13.1 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação nos meios oficiais da decisão, endereçados à Comissão Organizadora, Executora e Julgadora.

13.2 Os recursos deverão ser fundamentados e apresentados através do formulário disponível no link do Processo Seletivo Simplificado, constante no site oficial do Município.

13.3 É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo Simplificado.

13.4 O candidato deverá interpor 01 (um) recurso por questionamento apresentado, salvo quando o recurso envolver várias questões, situação em que bastará 01 (um) único recurso para questionar uma ou várias questões.

13.4.1 Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato, com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovações ao requerimento anterior, independente da vigência de prazo recursivo.

13.5 Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo e/ou cujos dados solicitados não estejam devidamente preenchidos e/ou quando não contiverem fundamentação mínima.

13.6 Os recursos serão analisados pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora, a qual emitirá parecer conclusivo.

13.6.1 A Comissão Organizadora, Executora e Julgadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão outros recursos administrativos.

13.7 As decisões proferidas nos recursos serão conhecidas coletivamente, através do site oficial do Município, no link de Processo Seletivo Simplificado.

13.8 Este edital poderá ser impugnado em até 02 (dois) dias úteis após sua publicação.

14. DAS ATRIBUIÇÕES

14.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo para o qual se inscreveu, conforme descrição a seguir:

ASSISTENTE SOCIAL

I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, grupos de interesse e organizações populares;

II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

V - Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VI - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VII - Assessorar e prestar consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta;

VIII - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais mantidas pela administração pública no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

IX - Planejar, organizar e administrar o Serviço Social dos setores onde este se fizer necessário e também de Unidade de Serviço Social;

X - Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta;

XI - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

XII - Assessorar e prestar consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta em matéria de Serviço Social;

XIII - Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

XIV - Desenvolver ações integradas com outros órgãos, possibilitando o recolhimento e distribuição de doações a entidades carentes;

XV - Desenvolver ações no sentido de alocar recursos financeiros para a execução de projetos sociais;

XVI - Levantar dados e indicadores de apoio aos programas sociais junto à comunidade, para implantação e execução dos mesmos;

XVII - Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos que objetivem a melhora das condições socioeconômicos dos servidores do Município de Chopinzinho;

XVIII - Promover acompanhamento individual de servidores, através de entrevistas com a família, visando diagnosticar a situação socioeconômica dos mesmos;

XIX - Organizar o cadastro funcional dos servidores atendidos, registrando dados referentes às doenças, afastamentos, problemas apresentados e outros;

XX - Acompanhar famílias de servidores que necessitem de atendimento funerário, por ocasião do falecimento de ente, na tentativa de minimizar angústias;

XXI - Participar das avaliações da Coordenadoria de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, quando solicitado, através da complementação de dados, orientação e acompanhamento de casos;

XXII - Realizar ações educativas junto a servidores e chefias;

XXIII - Prestar atendimento direto aos servidores e chefias no ambiente de trabalho, em Unidades de Saúde ou no domicílio;

XXIV - Realizar entrevistas com familiares de servidores;

XXV - Avaliar e orientar os servidores, encaminhando-os ou acompanhando-os ao setor competente, quando necessário;

XXVI - Realizar pesquisas na área de saúde ocupacional;

XVII - Assessorar os superiores em assuntos de sua competência;

XXVIII - Prestar assistência às crianças nos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais, participando de projetos e/ou prestando atendimentos atinentes ao Serviço Social;

XXIX - Promover a organização de grupos de famílias na comunidade para discussão de problemas relativos à prevenção de excepcionalidade, identificação, atendimento, encaminhamento e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais;

XXX - Atuar nos postos de saúde, colaborando no tratamento de doenças orgânicas e psicossomáticas, atuando na remoção dos fatores psicossociais e econômicos que interferem no tratamento, para facilitar a recuperação da saúde;

XXXI - Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual;

XXXII - Supervisionar o desempenho de estagiários de serviço social;

XXXIII - Estudar e analisar as causas de desajustamento social, estabelecendo planos de ações que busquem o restabelecimento da normalidade do comportamento dos indivíduos em relação a seus semelhantes ou ao meio social;

XXXIV - Ajudar as pessoas que estão em dificuldades decorrentes de problemas psicossociais, como menores carentes ou infratores;

XXXV - Dirigir veículo oficial para locomoção para realizar trabalhos inerente a função;

XXXVI - Desempenhar outras atividades correlatas.

15. DOS DEVERES

15.1 Os contratados deverão desempenhar as atividades inerentes ao cargo, com:

assiduidade;

pontualidade;

urbanidade;

discrição;

lealdade;

respeito às instituições constitucionais e administrativa a que servir;

observância das normas legais e regulamentares;

obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência;

guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;

se apresentar decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública;

submeter-se a perícia médica quando determinado pela autoridade competente.

Respeitar os deveres, obrigações e proibições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Chopinzinho.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1 A contratação do candidato para assumir a vaga está condicionada aos requisitos para o exercício da atividade, juntamente com os itens descritos abaixo, a serem comprovados no momento da convocação:

Ser brasileiro, de acordo com o que dispõe o art. 37, inc. I, da Constituição Federal de 1988, a Lei Municipal nº 3.200/2013 e demais legislações específicas.

Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data da contratação.

Comprovar, por meio de documentos, as informações dadas no momento da inscrição.

Ter sido aprovado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital;

No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis Entre Brasileiro e Portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, inciso II, §1º, da Constituição Federal e Decreto Federal nº 70.436/72, de 18/04/1972;

Gozar de boa saúde física e mental para o desempenho da função;

Não acumular cargo, emprego ou função pública, excepcionados os casos permitidos pela Constituição Federal, apresentando declaração própria sobre essa condição;

Ter a situação regularizada perante o serviço militar, se do sexo masculino;

Ter situação regularizada perante a Justiça Eleitoral;

Não ter sido condenado por sentença penal ou civil, já transitada em julgado, que leva à perda do cargo, se servidor;

Não ter sofrido nenhum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial nos últimos 05 (cinco) anos;

Não ser dependente de álcool ou substância entorpecente;

Não acumular proventos e vencimentos ou optar por vencimento se for servidor aposentado em órgão público.

16.2 Para a contratação e exercício da função, o candidato deverá também apresentar a seguinte documentação:

a) Carteira de Identidade – RG (original e cópia);

b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal – CPF (original e cópia);

c) Título de Eleitor (original e cópia);

d) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;

e) Comprovante de endereço atual (original e cópia);

f) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se candidato do sexo masculino e com idade inferior a 45 anos (original e cópia);

g) Comprovante de Escolaridade, conforme o cargo (original e cópia);

h) Certidão de Nascimento ou Casamento (original e cópia);

i) Exame admissional, realizado por Médico do Trabalhado nomeado no Município;

i.1) Na realização do exame admissional, o médico analisará clinicamente o candidato e também os laudos dos exames apresentados.

i.2) O candidato será eliminado do certame, caso, no exame admissional ficar constatado sua incapacidade laborativa, quer seja parcial ou total.

j) Certidão de Quitação Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

k) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais, expedida pelo Tribunal Regional eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

l) Certidão Negativa Criminal emitida por Cartório Distribuidor do Fórum da cidade onde reside, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Estadual, do estado que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Federal, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;

o) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05(cinco) anos, nem perdido o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, devendo estar firma reconhecida em cartório ou atestada por verdadeira por servidor público;

p) Declaração de que não é servidor público vinculado à Administração Pública Direta, Indireta do Poder Executivo do Município de Chopinzinho e não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.;

q) Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio privado e do cônjuge, se for o caso;

r) Declaração de que não recebe proventos de aposentadoria por conta de RGPS ou qualquer outro RPPS em âmbito Federal, Estadual ou Municipal decorrentes de cargos, empregos ou funções públicas;

s) Declaração que não participa de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, salvo a participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros, e exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista ou cotista;

t) Declaração de que não possui parentesco com os organizadores e/ou examinadores do Processo Seletivo Simplificado;

u) Documentação legal comprovando os quesitos registrados no ato da inscrição;

16.3 A falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a contratação e/ou exercício da função ou a não apresentação dos documentos comprobatórios declarados, bem como daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente ou que forem considerados necessários, impedirá a contratação do candidato implicando sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

16.4 Verificada a falsidade dos documentos apresentados, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, com nulidade da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 A inscrição no Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários implica, desde logo, a ciência e tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e em editais complementares ou de retificações.

17.2 Antes de efetuar a inscrição, é de responsabilidade do candidato conhecer todas as determinações referentes ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores temporários e certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar provas, documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o exercício do cargo por ocasião da contratação, se aprovado e convocado.

17.3 Comprovada, a qualquer tempo, ilegalidade nos documentos apresentados ou declaração falsa, ou inexata, o candidato em fase de avaliação será excluído deste Teste Seletivo ou, se já contratado, terá seu contrato rescindido, observada a ampla defesa e o contraditório.

17.4 Não serão fornecidos por telefone, pessoalmente ou por meio eletrônico, informações que constem neste edital.

17.5 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos e editais referentes a este Processo Seletivo Simplificado e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o processo.

17.6 As despesas relativas à participação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado, em todas as etapas, correrão às expensas do próprio candidato.

17.7 Os candidatos aprovados serão convocados, gradualmente, em época conveniente oportuna, de acordo com as necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e as vagas existentes.

17.7.1 A mera aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não implicará obrigatoriamente na sua investidura.

17.8 Caso a localização e condições da vaga para a qual o candidato foi convocado não atendam às suas expectativas e este não aceite a convocação, o referido candidato deverá optar pela desistência da vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

17.9 O não comparecimento do candidato, quando da sua convocação, no prazo estabelecido em Edital, implicará na desistência automática do mesmo.

17.10 Terá seu contrato rescindido o candidato que não se apresentar na unidade para a qual foi designado, a partir data de início da vigência do contrato, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho.

17.11 Este Processo Seletivo Público terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

17.12 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, Executora e Julgadora do Processo Seletivo Simplificado.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 20 DE MARÇO DE 2026.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO

Prefeito

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUADRO 1 – ASSISTENTE SOCIAL	
Língua Portuguesa	Interpretação de texto; Tipos e gêneros textuais; Ortografia Oficial; Acentuação gráfica e Sinais de Pontuação; Classes de palavras e seus empregos; Regência e Concordância Verbal e Nominal; Sentido Conotativo e Denotativo.
Conhecimentos Gerais	Atualidades; Ética; Política; Economia; Cultura e sociedade; Tecnologia; Saúde Pública e Desenvolvimento Sustentável.
Conhecimentos Específicos	Conhecimento e procedimentos de pesquisa para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida das populações. Seguridade Social no Brasil. Serviços, Programas, Benefícios e Projetos da Política de Assistência Social. Movimentos Sociais, Participação Social e Controle Social. Trabalho Social com Famílias em Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS, Acolhimento Familiar e Institucional. Direção e coordenação de CRAS, CREAS. Elaboração, monitoramento e avaliação do Plano de Assistência Social. Lei Orgânica da Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de proteção social. Desenvolvimento local (concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais). Família (novas modalidades e metodologias de abordagem). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei que regulamenta a profissão. Código de Ética Profissional. Projeto Ético-Político. Dimensões teóricas-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Trabalho do/a Assistente Social; ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, políticas da educação. Interseccionalidade. Trabalho com povos tradicionais. Questões de gênero e igualdade racial.

ANEXO II

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

Eu, _____, abaixo assinado (a), de nacionalidade_____, nascido (a) em ___/___/_____, no Município de _____, UF _____, filho (a) de _____ e de _____, estado civil_____, residente no endereço _____, Município de _____RG nº _____, UF___, expedido em ____/____/_____, órgão expedidor _____ e de CPF nº _____ INSCRITO(A) na lista de pessoas negras do Processo Seletivo Simplificado, do Municipio de Chopinzinho, declaro, sob as penas da lei, que sou pessoa negra, apresentando características fenotípicas negróides. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Chopinzinho, _____ de _____de _____.

_____

Assinatura do (a) candidato(a)

*A validade deste documento estará sugeita à homologação pela Banca de Heteroidentificação em conformidade com a Lei Municipal nº 3.991/2022 e Decreto nº211/2023.

"Decreto-Lei nº2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – Falsidade Ideológica. Art. 299: omitir, em documento público ou particular, delcaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da qe devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular."

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:18094C0A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO APUCARANA AUTO PECAS S/A

O prefeito Municipal, CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2026
b) Licitação nº:	11/2026
c) Modalidade:	Pregão:
d) Data da Homologação:	20/03/2026
e) Objeto da Homologação:	Aquisição de 01 (um) veículo automóvel tipo sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2026, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gabinete, em conformidade com as especificações técnicas mínimas estabelecidas no Modelo 07 – PAM 2025 – SECID.

04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: APUCARANA AUTO PECAS S/A

CNPJ/CPF: 75.263.558/0003-20

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	aquisição de 01 (um) veículo automóvel tipo sedan, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2026: O veículo deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: • Capacidade para 05 (cinco) passageiros; • 04 (quatro) portas; • Motorização com potência mínima de 115 CV; • Combustível flex (gasolina e etanol); • Transmissão automática, com no mínimo 06 (seis) marchas à frente; • Direção hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica; • Sistema de freios com ABS; • Sistema elétrico de 12 volts; • Cor predominante branca; • Vidros elétricos dianteiros, trava elétrica e ar-condicionado; • Sistema de infotainment com rádio FM; • Itens de segurança obrigatórios, incluindo no mínimo 02 airbags frontais (motorista e passageiro), cintos de segurança de 3 pontos e encostos de cabeça, além dos demais exigidos pela legislação vigente; • Kit de ferramentas conforme normas do CONTRAN; • Adesivação conforme padrão do Programa (PAM 2025 – SECID); • Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da entrada em operação; • Entrega técnica a ser realizada pelo fornecedor. O bem deverá atender integralmente às exigências constantes no edital e seus anexos, bem como às normas do CONTRAN e demais legislações aplicáveis. A contratada será responsável pelo primeiro emplacamento do veículo, incluindo taxas, tributos, registro, licenciamento e demais despesas correlatas, devendo o bem ser entregue registrado e emplacado em nome do Município de Nossa Senhora das Graças – PR, livre e desembaraçado de quaisquer ônus.	1	R$113.800,00	R$113.800,00

Valor Total Homologado - R$ 113.800,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 20 de março de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:1DC3F5DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

PROCESSO Nº 330/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ALLSET TECNOLOGIA LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 55.149.591/0002-36

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos de processamento de dados para as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Abatiá

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA (TANK) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA HEAT-FREE MICROPIEZO; - RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 5760 X 1440 DPI - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES; - INCLUSO CABO USB; - CAPACIDADE DE ENTRADA DO PAPEL: 100 FOLHAS DE PAPEL A4	UNID	5,00	R$ 1.170,54	R$ 5.852,70

	- CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL: 30 FOLHAS DE PAPEL A4 - TAMANHOS DE PAPEL SUPORTADOS PADRÃO: A4, CARTA, OFÍCIO (215.9 X 355.6MM), MEXICO-OFICIO (215.9 X 340.4MM), OFICIO 9 (214.9 X 315MM), FÓLIO (215.9X330.2MM), EXECUTIVO, MEIA CARTA, A6 - FOTO: 10X15 CM (4X6 IN), 16:9 WIDE (102X181 MM), 13X18 CM (5X7IN); - ENVELOPES: #10; - DEFINIDO PELO USUÁRIO: 54X86 TO 215.9X1200 MM - TIPOS DE PAPEL SUPORTADOS: COMUM E PAPÉIS ESPECIAIS - RESOLUÇÃO MÁXIMA DO SCANNER: 1200 X 2400 DPI - PROFUNDIDADE MÁXIMA DO SCANNER: 48-BIT INTERNA (24-BIT EXTERNA) - ÁREA DE ESCANEAMENTO: 21,6 X 29,7 CM; - VELOCIDADE MÁXIMA DE ESCANEAMENTO: 11 SEGUNDOS POR PÁGINA EM PRETO E 28 SEGUNDOS POR PÁGINA EM CORES (200 DPI); - CONEXÕES: USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE / WIRELESS / WI-FI DIRECT; - VOLTAGEM: AC 100 - 240 V / 50 – 60; HZ - CONSUMO ELÉTRICO: 12 W EM OPERAÇÃO E 0,7W EM REPOUSO. ITENS INCLUSOS: - MULTIFUNCIONAL, 1 KIT DE GARRAFAS ORIGINAIS TINTAS (PRETO, CIANO, MAGENTA E AMARELO) - CABO DE ALIMENTAÇÃO; - CABO USB;				

	- CD DE INSTALAÇÃO E SOFTWARES; - GUIA DE INSTALAÇÃO RÁPIDA; - GARANTIA DO PRODUTO.				

VALOR TOTAL: R$ 5.852,70 (cinco mil oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: 19/03/2026 a 18/03/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:BC085E50

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO Nº 44/2026

Decreto n° 44/2026 de 10/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$119.036,18 (cento e dezenove mil e trinta e seis reais e dezoito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

03		PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
03.001		PROCURADORIA GERAL		
03.001.03.092.0003.2.008		Apoio Administrativo à Procuradoria Municipal		
24 - 4.4.90.52.00.00	31501	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		4.940,00
08		SECRETARIA DE SAÚDE		
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE		
08.001.10.301.0010.2.060		Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde		
366 - 3.3.90.30.00.00	31002	MATERIAL DE CONSUMO		30.000,00
371 - 3.3.90.39.00.00	31002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		20.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001		DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
09.001.08.244.0014.2.120		Gestão das Atividades do CRAS e SCFV		
508 - 3.3.90.39.00.00	3900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		3.502,37
508 - 3.3.90.39.00.00	31900	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		60.593,81
		Total Suplementação:		119.036,18
	Art	**2º** - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á	os	

recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

em contrário.

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 10 de Março de 2026.

Publicado por:
Paulo Rogerio Liones da Silva
Código Identificador:B088A1F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
6° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 132/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2023

PARTES:

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR

E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 948,54** (novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), contados a partir de **01/03/2026 a 10/04/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Lote	Item	Descrição	Unid.	Último Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA	1	1	1 (UM) JARDINEIRO 44 HORAS SEMANAIS EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.063,19	R$ 4.774,71	R$ 711,52

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 19 de Março de 2026

pregão eletrônico n° 008/2023

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

EVA TEREZA LIMA DOS SANTOS MARTINS

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:1E54B888

GABINETE DA PREFEITA
6° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 133/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2023

PARTES:

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR

E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 1.897,07** (mil oitocentos e noventa e sete reais e sete centavos), contados a partir de **01/03/2026 a 10/04/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Lote	Item	Descrição	Unid.	Último Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA	1	2	1 (UM) JARDINEIRO 44 HORAS SEMANAIS EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.063,19	R$ 4.774,71	R$ 711,52
E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA	1	2	1 (UM) JARDINEIRO 44 HORAS SEMANAIS EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.063,19	R$ 4.774,71	R$ 711,52

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 19 de Março de 2026

pregão eletrônico n° 008/2023

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

EVA TEREZA LIMA DOS SANTOS MARTINS

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A8DEA979

GABINETE DA PREFEITA
6° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 134/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2023

PARTES:

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR

E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 3.059,11** (três mil e cinquenta e nove reais e onze centavos), contados a partir de **01/03/2026 a 09/07/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Lote	Item	Descrição	Unid.	Último Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA	1	4	1 (UM) JARDINEIRO 44 HORAS SEMANAIS EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.063,19	R$ 4.774,71	R$ 711,52

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 19 de Março de 2026

pregão eletrônico n° 008/2023

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

EVA TEREZA LIMA DOS SANTOS MARTINS

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5947534A

GABINETE DA PREFEITA
6° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DE CONTRATO Nº 135/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2023

PARTES:

MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR

E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância de **R$ 5.904,79** (cinco mil novecentos e quatro reais e setenta e nove centavos), contados a partir de **01/03/2026 a 09/11/2026**, com fundamento no Art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.

Empresa	Lote	Item	Descrição	Unid.	Último Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor Inicial e Atual
E.T.L. DOS SANTOS MARTINS LTDA	1	5	1 (UM) JARDINEIRO 44 HORAS SEMANAIS EM LOCAL A SER DEFINIDO CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	MÊS	R$ 4.063,19	R$ 4.774,71	R$ 711,52

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 19 de Março de 2026

pregão eletrônico n° 008/2023

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA

Prefeita Municipal

EVA TEREZA LIMA DOS SANTOS MARTINS

Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:EA58A923

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 343/2025

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ILUMINAÇÕES, SOM E DRONE, EM ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNPESPA E SAMAE**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 061/2025**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 01 -COMPUTADOR CPU PROCESSADOR: Núcleos (Cores): Entre 6 e 8 núcleos físicos. threads: entre de 12 e 16 threads. Frequência Base: Mínimo de 3.4 GHz, Frequência Turbo Máxima: Mínimo de 4.5 GHz, Cache: Mínimo de 20 MB de memória cache total (soma dos níveis L2 e L3). Arquitetura: 64 bits, Placa de Vídeo Integrada: GPU integrada com suporte a: Resolução mínima Full HD (1920x1080); Reprodução de vídeos em alta definição; Saídas compatíveis com HDMI e/ou DisplayPort, conforme a placa-mãe, Compatibilidade: Suporte a sistemas operacionais modernos (Windows)

PLACA-MÃE: Compatível com processadores de no mínimo 6 núcleos e 12 threads, com frequência base de 3.5 GHz, frequência turbo de 4.5 GHz e vídeo integrado, Socket: Compatível conforme a arquitetura adotada. Chipset: Compatível com chipsets de entrada/intermediários que ofereçam suporte pleno às funcionalidades do processador especificado, incluindo vídeo integrado. Memória: Suporte a memória DDR5, Frequência mínima 4800 MHz, Suporte a dual-channel, Capacidade mínima de 32 GB (expansível via slots livres). Armazenamento: Mínimo de 1 slot M.2 compatível com SSD NVMe, Mínimo de 1 portas SATA III para unidades adicionais. Vídeo Integrado: Suporte a vídeo integrado via saídas compatíveis com a GPU do processador, Mínimo de 1 saída HDMI, 1 saída DisplayPort ou VGA. Conectividade: 1 porta Ethernet (RJ-45) de 1 Gbps, Mínimo de 4 portas USB (sendo pelo menos 2 USB 3.0 ou superior); Suporte a áudio P2 integrado. Áudio: Áudio de alta definição (HD Audio), BIOS/UEFI: Interface gráfica com suporte a atualização por pendrive (Flash BIOS ou equivalente).

MEMÓRIA RAM: Capacidade Instalada: Mínimo de 16 GB, Tipo: DDR5, Frequência: Frequência mínima de 4800 MHz, Tecnologia: Módulo de memória com suporte a arquitetura dual-channel. Compatibilidade: Compatível com placas-mãe que suportem memória DDR5.

ARMAZENAMENTO: Tipo: Unidade de estado sólido (SSD) com interface NVMe. Formato: M.2 2280 (ou equivalente, conforme padrão NVMe da placa-mãe). Capacidade: Entre 400 e 500GB/s . Desempenho Mínimo: Leitura Sequencial: Mínimo de 3500 MB/s. Escrita Sequencial: Mínimo de 3000 MB/s.

FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Potência Nominal: Mínimo de 600 Watts reais. Eficiência Energética: Certificação mínima 80 Plus Bronze (ou superior). Compatibilidade Elétrica: Compatível com redes de energia 100-240V. Padrão ATX: Compatível com gabinetes no formato ATX ou superior.

GABINETE: Formato: Compatível com o padrão da placa-mãe especificada. Material: Estrutura em aço galvanizado ou material metálico de alta resistência. Sistema de Resfriamento: Suporte à instalação adicional de ventoinhas, com fluxo de ar otimizado. Conectividade Frontal: Mínimo de 1 porta USB 3.0; Mínimo de 1 porta USB 2.0, Conectores de áudio padrão P2 (fone de ouvido e microfone separados ou combo), Botões de power/reset. Suportes Internos: Mínimo de 2 baias internas compatíveis com SSDs, Fonte de Alimentação: suporte a fontes padrão ATX, Espaço Interno: Capacidade para instalação de placa de vídeo de tamanho padrão (mínimo 300 mm) e refrigeração a ar de CPU com altura compatível. Compatibilidade Geral: Compatível com os demais componentes descritos neste termo, garantindo montagem adequada e eficiente.

GARANTIA:

Mínimo de 12 meses, com suporte técnico especializado.

A empresa**JVO INFORMÁTICA LTDA, solicitou a rescisão da Ata de Registro de preços 010/2026,** sendo assim, conforme orientação da Procuradoria Municipal, **convocam-se os licitantes remanescentes**, **em observância à ordem de classificação**, para que, no prazo de **03 (três) dias úteis**, compreendido entre **20/03/2026 a 25/03/2026 até às 17h**, manifestem formalmente interesse em contratar o(s) lote(s) indicado(s) acima. A contratação se dará nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, conforme o(s) preço(s) registrado(s) em ata.

Ficam desde já convocadas a(s) seguinte(s) empresa(s), de acordo com a classificação obtida no certame:

2º lugar: MAGIBE INDUSTRIA E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA

3º lugar: BERGAMO & CAVALCANTE INFORMÁTICA LTDA

4º lugar: TECHFORT SOLUCOES LTDA

5º lugar: GDAI INDUSTRIA & COMERCIO ELETRONICOS EIRELI

6º lugar: MAC COPIADORA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

7º lugar: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA

8º lugar: HS COMERCIO, LOCACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA

9º lugar: TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA

10º lugar: ELITE DIGITAL LTDA

11º lugar: THADS SERVIÇOS EIRELI

12º lugar: L. DE SOUSA CONCEIÇÃO E SERVIIÇOS LTDA

13º lugar: RL INFORMÁTICA LTDA

14º lugar: 58.291.882 ROZANGELA DA SILVA GUEDES

15º lugar: V. DE MELO ARAUJO EMPREENDEDOR

16º lugar: LIFEGOV LTDA

Ressalta-se que, **havendo manifestação de mais de um licitante dentro do prazo estabelecido**, será declarada vencedora a empresa **melhor classificada**, ainda que sua manifestação ocorra em momento posterior às demais, desde que dentro do prazo fixado.

A contratação ocorrerá nas mesmas condições de valor ofertadas pelo licitante vencedor, observados os valores e marca registrados em ata e a legislação vigente.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.
01	COMPUTADOR CPU PROCESSADOR: Núcleos (Cores): Entre 6 e 8 núcleos físicos. threads: entre de 12 e 16 threads. Frequência Base: Mínimo de 3.4 GHz, Frequência Turbo Máxima: Mínimo de 4.5 GHz, Cache: Mínimo de 20 MB de memória cache total (soma dos níveis L2 e L3). Arquitetura: 64 bits, Placa de Vídeo Integrada: GPU integrada com suporte a: Resolução mínima Full HD (1920x1080); Reprodução de vídeos em alta definição; Saídas compatíveis com HDMI e/ou DisplayPort, conforme a placa-mãe, Compatibilidade: Suporte a sistemas operacionais modernos (Windows) PLACA-MÃE: Compatível com processadores de no mínimo 6 núcleos e 12 threads, com frequência base de 3.5 GHz, frequência turbo de 4.5 GHz e vídeo integrado, Socket: Compatível conforme a arquitetura adotada. Chipset: Compatível com chipsets de entrada/intermediários que ofereçam suporte pleno às funcionalidades do processador especificado, incluindo vídeo integrado. Memória: Suporte a memória DDR5, Frequência mínima 4800 MHz, Suporte a dual-channel, Capacidade mínima de 32 GB (expansível via slots livres). Armazenamento: Mínimo de 1 slot M.2 compatível com SSD NVMe, Mínimo de 1 portas SATA III para unidades adicionais. Vídeo Integrado: Suporte a vídeo integrado via saídas compatíveis com a GPU do processador, Mínimo de 1 saída HDMI, 1 saída DisplayPort ou VGA. Conectividade: 1 porta Ethernet (RJ-45) de 1 Gbps, Mínimo de 4 portas USB (sendo pelo menos 2 USB 3.0 ou superior); Suporte a áudio P2 integrado. Áudio: Áudio de alta definição (HD Audio), BIOS/UEFI: Interface gráfica com suporte a atualização por pendrive (Flash BIOS ou equivalente). MEMÓRIA RAM: Capacidade Instalada: Mínimo de 16 GB, Tipo: DDR5, Frequência: Frequência mínima de 4800 MHz, Tecnologia: Módulo de memória com suporte a arquitetura dual-channel. Compatibilidade: Compatível com placas-mãe que suportem memória DDR5. ARMAZENAMENTO: Tipo: Unidade de estado sólido (SSD) com interface NVMe. Formato: M.2 2280 (ou equivalente, conforme padrão NVMe da placa-mãe). Capacidade: Entre 400 e 500GB/s . Desempenho Mínimo: Leitura Sequencial: Mínimo de 3500 MB/s. Escrita Sequencial: Mínimo de 3000 MB/s. FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Potência Nominal: Mínimo de 600 Watts reais. Eficiência Energética: Certificação mínima 80 Plus Bronze (ou superior). Compatibilidade Elétrica: Compatível com redes de energia 100-240V. Padrão ATX: Compatível com gabinetes no formato ATX ou superior. GABINETE: Formato: Compatível com o padrão da placa-mãe especificada. Material: Estrutura em aço galvanizado ou material metálico de alta resistência. Sistema de Resfriamento: Suporte à instalação adicional de ventoinhas, com fluxo de ar otimizado. Conectividade Frontal: Mínimo de 1 porta USB 3.0; Mínimo de 1 porta USB 2.0, Conectores de áudio padrão P2 (fone de ouvido e microfone separados ou combo), Botões de power/reset. Suportes Internos: Mínimo de 2 baias internas compatíveis com SSDs, Fonte de Alimentação: suporte a fontes padrão ATX, Espaço Interno: Capacidade para instalação de placa de vídeo de tamanho padrão (mínimo 300 mm) e refrigeração a ar de CPU com altura compatível. Compatibilidade Geral: Compatível com os demais componentes descritos neste termo, garantindo montagem adequada e eficiente. GARANTIA: Mínimo de 12 meses, com suporte técnico especializado.	UND	50	R$ 2.688,00

Andirá/PR, 20 de Março de 2026.

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA

Pregoeira

Portaria n° 19.915/2026

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:2B07853B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 002/2026

(LEI FEDERAL N. 14.133/2021)

ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE ASTORGA

MODALIDADE DE COMPRA: DISPENSA ELETRÔNICA

AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021 Art. 75, II; Decreto Municipal nº 049/2023.

TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

DATA DA PUBLICAÇÃO NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO: 23/03/2026

DATA DA SESSÃO: 26/03/2026

LINK: HTTP: **www.gov.br/compras/pt-br**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: INÍCIO AS 08h00min, COM 06 HORAS DE DURAÇÃO, TÉRMINO ÀS *14h00min.*

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realizar serviços de comunicação visual no novo Pronto Atendimento Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e Edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 32.010,00 (trinta e dois mil e dez reais)

FORMA DE EXECUÇÃO: Conforme TR e Edital.

(E DEMAIS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MEDIDA	QTD	VLR. UNIT.	VLR TOTAL
1	1	PLACA EM PVC (INSTALAÇÃO INCLUSA) - (MEDIDAS CXA 61,5CM X 16CM) - PLACA DE PVC BRANCO COM FITA DUPLA FACE (VHB) REVESTIDO DE ADESIVO VINILICO (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 – PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VÍNCULO RECORTADO NA COR BRANCA –FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO	UN	40	R$ 30,00	R$ 1.200,00

		NA COR VERDE (C100 M0 Y100 K10 -PANTONE 7482C)—CONFORME PROJETO				
1	2	PLACA EM PVC (INSTALAÇÃO INCLUSA) -(MEDIDAS CXA 65CM X 30CM) - PLACA DE PVC BRANCO COM FITA DUPLA FLACE (VHB) REVESTIDO DE ADESIVO VINILICO (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 -PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA -FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 M0 Y100 K10 -PANTONE 7482C)- CONFORME PROJETO	UN	8	R$ 60,00	R$ 480,00
1	3	PLACA DIRECIONAL DE PAREDE (INSTALAÇÃO INCLUSA) – BASE EM MDF ENCAIXADO NO PERFIL METÁLICO"U" FIXADO NA PAREDE ATRAVÉS DE PARAFUSOS (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL(C100 M50 Y0 K0 - PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA -FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 M0 Y100 K10-PANTONE 7482C) PICTOGRAMA EM ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR BRANCA; DISCO DE PVC 3MM C/ APLICAÇÃO DE MARCA EM VINIL ADESIVO –CONFORME PROJETO	UN	4	R$ 190,00	R$ 760,00
1	4	PLACA DIRECIONAL DE PAREDE (INSTALAÇÃO INCLUSA) -BASE EM MDF FIXADA NA PAREDE ATRAVÉS DE PARAFUSOS OCULTOS PELAS PLACAS DE PVC 3MM (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 KO – PANTONE 7461C);TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA – FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 MO Y100 K10 - PANTONE 7482C); PICTOGRAMA EM ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR BRANCA; DISCO DE PVC 3MM C/ APLICAÇÃO DE MARCA EM VINIL ADESIVO - CONFORME PROJETO	UN	4	R$ 190,00	R$ 760,00
1	5	PLACA EM PVC (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS CXA 61,5 CM X 25 CM) – PLACA DE PVC BRANCO COM FITA DUPLA FACE (VHB) REVESTIDO DE ADESIVO VINILICO (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 - PANTONE 7461 C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA - FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C 100 M0 Y100 K10 -PANTONE 7482C) – CONFORME PROJETO	UN	20	R$ 50,00	R$ 1.000,00
1	6	PLACA DE GUICHÊ (INSTALAÇÃO INCLUSA) - (MEDIDAS CXA 20CM X 20CM) - PLACA DE PVC BRANCO COM FITA DUPLA FLACE (VHB) REVESTIDO DE ADESIVO VINILICO (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0KO - PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA -FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 M0 Y100 K10 - PANTONE 7482C) - CONFORME PROJETO	UN	4	R$ 20,00	R$ 80,00
1	7	PLACA DE IDENTIFICAÇÃODE LEITOS (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS CXA 25CM X 25CM) - PLACA DE PVC BRANCO COM FITA DUPLA FLACE (VHB) REVESTIDO DE ADESIVO VINILICO (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 – PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA -FONTE GOTHAM BLACK; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C 100 M0 Y100 K10 - PANTONE 7482C) - CONFORME PROJETO	UN	6	R$ 25,00	R$ 150,00
1	8	LETREIRO DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (MEDIDAS APROXIMADAS CXA 10,30M X 40CM - LETRA CAIXA EM CHAPA GALVANIZADA 3MM NA COR BRANCO, ESPESSURAS 5CM – CONFORME PROJETO	UN	1	R$ 4.700,00	R$ 4.700,00
1	9	LETREIRO DE IDENTIFICAÇÃO EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) – PAM - (MEDIDAS APROXIMADAS CXA 3,30M X 1,80M) - LETRA CAIXA EM CHAPA GALVANIZADA 3MM NA COR PANTONE 7477C (C30 M0 Y0 K80) E DETALHE NA COR PANTONE 485C (CO M100 Y100 K0) – ESPESSURAS 5CM – CONFORME PROJETO	UN	1	R$ 5.300,00	R$ 5.300,00
1	10	BRASÃO DO ESTADO DO PARANÁ (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS APROXIMADAS CXA 1,50M X 95CM) - EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO – ESPESSURAS 5CM - MARCA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NO FORMATO VERTICAL. A MARCA DEVE SER APLICADA EM CONFORMIDADE COM 0 PADRÃO E NORMAS DO MANUAL DE USO DE MARCA DO GOVERNO. CONFORME PROJETO	UN	1	R$ 4.600,00	R$ 4.600,00
1	11	BRASÃO DO MUNICÍPIO DE ASTORGA (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS APROXIMADAS CXA 1,15M X 95CM)- EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO – ESPESSURAS CM – A MARCA DEVE SER APLICADA EM CONFORMIDADE COM 0 PADRÃO ESTABELECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO. CONFORME PROJETO	UN	1	R$ 4.400,00	R$ 4.400,00
1	12	QUADRO DE AVISOS GERAIS (INSTALAÇÃO INCLUSA)-EM VIDRO TEMPERADO LISO 6MM, NAS DIMENSÕES 1M X 0,70CM (LARGURA X ALTURA) –FIXADO COM 4 ESPAÇADORES EM AÇO INOX CROMADO – CONFORME PROJETO	UN	3	R$ 490,00	R$ 1.470,00
1	13	PLACA DE ESTACIONAMENTO (INSTALAÇÃO INCLUSA)(MEDIDAS APROXIMADAS CXA 75 CM X 45 CM)-PLACA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3MM, CORES VARIADAS, COM PINTURA ELETROSTÁTICA E DETALHES COM PELÍCULA REFLEXIVA E VERNIZ PU.FIXADA COM SUPORTE TUBULAR – CONFORME PROJETO	UN	3	R$ 490,00	R$ 1.470,00
1	14	PLACA EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS CXA 1,20M X 40CM) - PLACA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3MM, COM PINTURA ELETROSTÁTICA COR CINZA ESCURO(PANTONE COOL GRAY 11C). APLICAÇÃO DE TEXTO EM FONTE MIRYAD PRO BOLD (H=55MM), NA COR BRANCA, EM PELÍCULA REFLETIVA. APLICAR VERNIZ PU SOBRE TODA A PLACA PARA MAIOR PROTEÇÃO E DURABILIDADE. FIXAÇÃO EM DOIS SUPORTES TUBULARES DE SEÇÃO o=2“ A UMA ALTURA DE 80CM DO PISO ACABADO. OS SUPORTES DEVEM SER FIXADOS AO PISO COM CHUMBADORES. CONFORME PROJETO	UN	2	R$ 690,00	R$ 1.380,00
1	15	PLACA DE PAREDE EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS CXA 65 CM X 30 CM) – PLACA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3MM, COM PINTURA ELETROSTATICA (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 - PANTONE 7461C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA - FONTE GOTHAM BLACK -H=55MM; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 M0 Y100 K10 - PANTONE 7482C) - APLICAR VERNIZ PU SOBRE TODA A PLACA PARA MAIOR PROTEÇÃOE DURABILIDADE. FIXAÇÃO NA PAREDE POR PINOS DE ENCAIXE. CONFORME PROJETO	UN	10	R$ 170,00	R$ 1.700,00
1	16	PLACA DE ADVERTÊNCIA EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) - (MEDIDAS CXA 20 CM X 28 CM)- PLACA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1MM COM PINTURA ELETROSTATICA CONFORME LAYOUT ESPECIFICADO EM NORMA. PODE SER FIXADA EM GRADIL METÁLICO, ALVENARIA OU TELA TIPO ALAMBRADO. APLICAR VERNIZ PU SOBRE TODA A PLACA PARA MAIOR PROTEÇÃO E DURABILIDADE. CONFORME PROJETO	UN	2	R$ 70,00	R$ 140,00
1	17	PLACA DE ADVERTÊNCIA EXTERNA (INSTALAÇÃO INCLUSA) - (MEDIDAS CXA 20CM X 15CM) – PLACA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1MM COM PINTURA ELETROSTATICA CONFORME LAYOUT ESPECIFICADO EM NORMA. PODE SERFIXADA EM GRADIL METALICO, ALVENARIA OU TELA TIPO ALAMBRADO. APLICAR VERNIZ PU SOBRE TODA A PLACA PARA MAIOR PROTEÇÃO E DURABILIDADE. CONFORME PROJETO	UN	2	R$ 70,00	R$ 140,00
1	18	PLACA DE PORTÃO (INSTALAÇÃO INCLUSA) (MEDIDAS CXA 65CM X 30CM) – PLACA EM CHAPA DE AÇO 3MM, COM PINTURA ELETROSTATICA (FUNDO: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR AZUL (C100 M50 Y0 K0 – PANTONE 7461 C); TEXTO: ADESIVO VINICULO RECORTADO NA COR BRANCA - FONTE GOTHAMBLACK - H=44MM; DETALHE: ADESIVO VINILICO RECORTADO NA COR VERDE (C100 M0 Y100K10 - PANTONE 7482C) - APLICAR VERNIZ PU SOBRE TODA A PLACA PARA MAIOR PROTEÇÃO E DURABILIDADE. FIXAÇÃO NO PORTÃO COM REBITES DE FIXAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO. CONFORME PROJETO	UN	2	R$ 190,00	R$ 380,00

1	19	PICTOGRAMA RECORTADO (MEDIDAS MÁXIMAS CXA 68 CM X 80 CM) EM PVC 3MM (SENDO BRANCO OU AZUL ESCURO) FIXAÇÃO POR FITA DUPLA FACE INSTALAÇÃO INCLUSA – CONFORME PROJETO	UN	10	R$ 190,00	R$ 1.900,00

OBS: A integra do Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet pelos seguintes endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br** e www.astorga.pr.gov.br. Paço Municipal de Astorga - PR.

Astorga, 20 de março de 2026.

ALLISON MACKENZIE MOSSATO

Agente de Contratação

Portaria nº 1142/2025

Publicado por:
Allison Mackenzie Mossato
Código Identificador:47BD4323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 38/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2026

PROTOCOLO Nº 3518/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: GEOMAPA ENGENHARIA LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 03.339.646/0001-96 com sede na Avenida Barão do Rio Branco, nº 99, Sala 02, Bairro Budag, CEP: 89.165-472 na cidade de Rio do Sul/SC.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	Projeto de estrutura de contenção	M²	84	93,68	7.869,12
1	2	Projeto de terraplanagem - Edificações	M²	1.050	4,00	4.200,00

Total: R$ 12.069,12 (doze mil e sessenta e nove reais e doze centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRIÇÃO
06001154510004103144905100000	303	OBRAS E INSTALAÇÕES
06001154510004103144905100000	3000	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 20 de Março de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:02E72AF7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ

ESTADO DO: PR

Exercício: 2026

Decreto n° 19/2026 de 03/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$454.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
02.001		ASSESSORIA DE GABINETE E CONTROLE INTERNO	
02.001.04.122.0002.2.099		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO	
11 - 4.4.90.52.00.00	1001	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500,00
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	

03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
24 - 3.3.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.003		ADMINISTRAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AÇÃO SOCIAL	
04.003.08.243.0005.2.077		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	
89 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	12.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
117 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
188 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
08.001.10.303.0050.2.210		MANUTENÇÃO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE	
202 - 4.4.71.70.00.00	1039	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.500,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
224 - 3.3.90.30.00.00	21494	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00
225 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.367.0006.2.017		SUBVENÇÕES A INSTITUIÇÕES D ENSINO CONVENIADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
273 - 3.1.50.43.00.00	1024	SUBVENÇÕES SOCIAIS	70.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.1.363		PROGRAMA ESPORTE QUE QUEREMOS - FME	
436 - 3.3.90.30.00.00	332041	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
12.001.27.812.0062.2.221		MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
314 - 3.3.90.30.00.00	1001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
317 - 3.3.90.36.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
		Total Suplementação:	454.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.303.0050.2.210		MANUTENÇÃO CONSÓRCIO PARANÁ SAÚDE	
201 - 3.3.72.30.00.00	1039	MATERIAL DE CONSUMO	1.500,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
226 - 3.3.90.39.00.00	21494	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	35.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
239 - 3.3.90.33.00.00	1001	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	334.500,00
09.001.12.367.0006.2.017		SUBVENÇÕES A INSTITUIÇÕES D ENSINO CONVENIADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
274 - 3.3.50.43.00.00	1024	SUBVENÇÕES SOCIAIS	70.000,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
12.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
12.001.27.812.0062.1.363		PROGRAMA ESPORTE QUE QUEREMOS - FME	
424 - 3.3.90.39.00.00	332041	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	13.000,00
		Total Redução:	454.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 3 de Março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:CDF88D30

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ

ESTADO DO: PR

Exercício: 2026

Decreto n° 23/2026 de 05/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$8.017.460,85 (oito milhões, dezessete mil e quatrocentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	
04.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
04.002.08.244.0005.1.374		DELIBERAÇÃO CEDM/PR 15/2025 - DIREITOS DA MULHER	
428 - 4.4.90.52.00.00	32052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	60.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO EPROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.1.208		CONVÊNIO Nº 685/2019-SEDU - CONSTRUÇÃO DE BARRACÕESINDUSTRIAIS	
429 - 4.4.90.51.00.00	31908	OBRAS E INSTALAÇÕES	70.000,00
06.001.15.127.0011.1.277		SECID - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA - MEUCAMPINHO	
431 - 4.4.90.51.00.00	31972	OBRAS E INSTALAÇÕES	10.026,40
06.001.15.127.0011.1.369		FECAP - RECONTRUÇÃO DE PONTES E REPAROS EMEDIFICAÇÕES	
365 - 4.4.90.51.00.00	32049	OBRAS E INSTALAÇÕES	3.234.392,12
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.1.375		CONVÊNIO 092/2026 SETU - XI CAMINHADA DA NATUREZA	
432 - 3.3.90.39.00.00	32053	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	47.359,52
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
09.002.13.392.0007.1.215		APOIO EMERGENCIAL PARA O SETOR CULTURAL LEI ALDIRBLANC Nº14017/2020	
426 - 3.3.90.31.00.00	31982	PREM.CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTIF.DESPORT.E OUTRAS	50.898,67
427 - 3.3.90.36.00.00	31982	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.784,14
437 - 3.3.90.39.00.00	31982	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	15.000,00
370 - 4.4.90.52.00.00	31982	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	25.000,00
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS.	
11.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS RURAIS	
11.001.26.782.0015.1.301		PAVIMENTAÇÃO ESTRADA DE OURILÂNDIA - ADEQUAÇÃO DEESTRADAS RURAIS	
392 - 4.4.90.51.00.00	31993	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.500.000,00
		Total Suplementação:	8.017.460,85

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.9.60.0.1 TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE	95.682,81
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.04 DELIBERAÇÃO CEDM/PR 15/2025 - DIREITOS DA MULHER - Fonte:	60.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.01 CONVÊNIO Nº 685/2020 - SECID - CONSTRUÇÃO DE BARRACÕES	70.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.02 PAVIMENTAÇÃO ESTRADA DE OURILÂNDIA - ADEQUAÇÃO DE	4.500.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.03 SECID TERMO DE CONVÊNIO 506/2023 MEU CAMPINHO	10.026,40
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.05 CONVÊNIO 092/2026 SETU - XI CAMINHADA DA NATUREZA -	47.359,52
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.06 FECAP - RECONTRUÇÃO DE PONTES E REPAROS EM	3.234.392,12
Total da Receita:	8.017.460,85

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 5 de Março de 2026.

CARLOS ROSA ALVES

Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:FAC074B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 65/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 65/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRANTE:** MARIA DE FATIMA F GIMENES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 17.440.086/0001-76, com sede na Rua Rui Barbosa, n.º 798, Bairro Centro, Barra do Jacaré – PR, CEP: 86385-000.

Objeto - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE BORRACHARIA, CONSERTO E FORNECIMENTO DE ACESSÓRIOS.

O valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 19.480,00** (**dezenove mil, quatrocentos e oitenta reais**).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	200	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	230	02.001.04.122.0002.2002	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	680	03.001.04.122.0004.2006	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	1990	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	2070	05.001.10.301.0006.2017	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	3110	06.001.08.122.0007.2024	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3450	06.001.08.243.0007.6029	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3600	06.001.08.243.0007.6030	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	3700	06.001.08.244.0007.2031	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4050	06.002.08.122.0007.2037	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4340	06.002.08.244.0007.2040	940	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4830	07.001.20.606.0008.2047	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4840	07.001.20.606.0008.2047	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4850	07.001.20.606.0008.2047	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4860	07.001.20.606.0008.2047	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	4890	07.001.20.606.0008.2047	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4900	07.001.20.606.0008.2047	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	4990	07.001.20.606.0008.2048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5570	08.001.15.452.0010.2058	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	5810	08.002.15.122.0011.2061	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	6740	09.001.12.361.0014.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6750	09.001.12.361.0014.2068	102	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	6850	09.001.12.361.0014.2068	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	6860	09.001.12.361.0014.2068	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	7270	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	7330	09.001.12.365.0013.2070	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	8050	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8080	10.001.13.392.0017.2075	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2026	8420	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2026	8430	11.001.27.812.0018.2081	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Fiscal, Carlos Eduardo da Silva. Gestor, Marcos Vinicius Juliano da Silva.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 19 de março de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***MARIA DE FATIMA FERNANDES GIMENES***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ **Marcos Vinicius Juliano da Silva.**	_____ **Carlos Eduardo da Silva**
Secretario/Gestor	Diretor/Fiscal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:87725FBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02-2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 02-2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 02-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

O Fundo Municipal De Previdência Social De Ventura De São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, sita na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 450, 0, Centro Histórico, EDIF, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) MARCELO WAIS, portador (a) do CPF sob nº632.005.380-15, domiciliada na RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 450, Centro, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme contrato firmado no dia 25/03/2024, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual**, acrescentando o valor de 2.085,29 (dois mil, oitenta e cinco reais e vinte e

nove centavos), e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência -** Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 20/03/2027.

Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
02	1	93617	SEGURO CHWV/ONIX PLUS 10TMT- LT1. TURBO SEDAN 2023/2024 PLACA SEW-0C59 CHWV/ONIX PLUS 10TMT- LT1. TURBO SEDAN. 2023/2024 PLACA SEW-0C59 CHASSI 9BGEB69H0RG128120	UNIDADE	1	2.085,29	2.085,29
TOTAL							2.085,29

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	05151	08.243.0703.2110	01066	3.3.90.30.00.00	Recursos de Exercícios Anteriores

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 20/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***MARCELO WAIS***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:6B526E3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2024

2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 03-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

O SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Boa Ventura de São Roque, com sede à Rua Moises Miranda, 422 - Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, sita na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 450, 0, Centro Histórico, EDIF, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) MARCELO WAIS, portador (a) do CPF sob nº632.005.380-15, domiciliada na RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 450, Centro, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme contrato firmado no dia 25/03/2024, altera-se a **Cláusula Segunda – Valor Contratual**, acrescentando o valor de 2.137,61 (Dois mil e cento e trinta e sete reais e sessenta e um centavos), e a **Cláusula Décima Terceira – Vigência -** Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 20/03/2027.

Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
11	1	93617	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CS ANO 2023/2023 PLACA SEX-1B95 VW/SAVEIRO CS RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1B95 CHASSI 9BWFL45U4PP07815	UNIDADE	1	2.137,61	2.137,61
TOTAL							2.137,61

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	05151	08.243.0703.2110	01066	3.3.90.30.00.00	Recursos de Exercícios Anteriores

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 20/03/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***MARCELO WAIS***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:E2ACE2DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 23-2024

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 23-2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º123-2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa GENTE SEGURADORA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, sita na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 450, 0, Centro Histórico, EDIF, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) MARCELO WAIS, portador

do CPF sob nº632.005.380-15, domiciliada na RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 450, Centro, Porto Alegre/ RS, CEP: 90020060 - Porto Alegre/RS, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 25/03/2024, altera-se a **Cláusula Segunda**

– Valor Contratual, acrescentando o valor de 30.705,09. (Trinta mil, setecentos e cinco reais e nove centavos) sendo este o valor referente à Secretaria de Administração e a **Cláusula Décima Terceira –**

Vigência - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 20/03/2027.

Itens:

ITENS							
Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Preço unit.	Total
1	1	26334	SEGURO CHEVROLET/SPIN 1.8L AT LT 7P/111CV 2023/2024 PLACA SEW-0E26 / CHEVROLET/SPIN 1.8L AT LT 7P/111CV 2023/2023 PLACA SEW-0E26 CHASSI 9BGJJ7520PB245719 SEGURO CHEV/SPIN 1.8 AT LTZ/PLACA: TBQ0D93/ 2024/2025 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	2,00	2.086,00	4.172,00
4	1	26336	SEGURO UNID. MOV. ODONTOLOGICA FORD Modelo: TRANSIT L2H3 2023/2024 / UNIDADE MOVEL ODONTOLOGICA - FORD Modelo: TRANSIT L2H3 2023/2024 PLACA SEW-6D42 CHASSI WFOBTTVDOPU009150 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA VALOR DETERMINADO R$ 346.000,00 DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 11.000,00 PARA-BRISA : R$ 500,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 500,00 RETROVISORES:R$ 300,00 LANTERNAS:R$ 200,00 FARÓIS:R$ 300,00 LATERAIS: R$ 100,00	UNIDADE	1,00	4.134.87	4.134,87
5	1	26331	SEGURO VEICULO CHWV/ONIX 10MT HB ANO 2023/2024 PLACA- SEW-0B70 / CHWV/ONIX 10MT HB 2023/2023 PLACA SEW-0B70 CHASSI 9BGEA48A0RG171738 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A	UNIDADE	1,00	2.086,00	2.086,00

			TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00				
6	1	26332	SEGURO VEICULO CHWV/ONIX 10MT HB ANO 2023/2024 PLACA- SEW-0E27 / CHWV/ONIX 10MT HB 2023/2024 PLACA SEW-0E27 CHASSI 9BGEA48A0RG171692 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	1,00	2.086,00	2.086,00
7	1	26409	SEGURO VEICULO CHWV/ONIX 10MT HB ANO 2023/2024 PLACA- SFH-4H07 / CHWV/ONIX 10MT HB 2023/2023 PLACA SFH-4H07 CHASSI 9BGEB48A0RG185742 COBERTURAS: COLISÃO	UNIDADE	1,00	2.086,00	2.086,00

			INCENDIO, ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00				
8	1	26420	SEGURO VEICULO CHWV/ONIX 10MT LT2 ANO 2023/2024 PLACA-SFH-4H04 / CHWV/ONIX 10MT LT2 2023/2024 PLACA SFH-4H04 CHASSI 9BGEB48A0RG200521 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO, ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	1,00	2.086,00	2.086,00
9	1	26324	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CD ANO 2023/2023 PLACA SEX-1B91 / VW/SAVEIRO CD RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1B91 CHASSI 9BWJL45U6PP057521 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	1,00	3.682,56	3.682,56
10	1	26325	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CD ANO 2023/2023 PLACA SEX-1B93 / VW/SAVEIRO CD RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1B93 CHASSI 9BWJL45U1PP057541 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO	UNIDADE	1,00	3.682,56	3.682,56

			24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00				
12	1	26326	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CS ANO 2023/2023 PLACA SEX-1C31 / VW/SAVEIRO CS RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1C31 CHASSI BWKL45U1PP078572 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO	UNIDADE	1,00	2.229,59	2.229,59

			DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00				
13	1	26327	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CS ANO 2023/2023 PLACA SEX-1C32 / VW/SAVEIRO CS RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1C32 CHASSI 9BWKL45U5PP078607 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	1,00	2.229,59	2.229,59
14	1	26328	SEGURO VEICULO VW/SAVEIRO CS ANO 2023/2023 PLACA SEX-1C36 / VW/SAVEIRO CS RB MPI 2P 0.64CC 116CV 2023/2023 PLACA SEX-1C36 CHASSI 9BWKL45U4PP078503 COBERTURAS: COLISÃO INCENDIO,ROUBO/FURTO, INTERPERES DA NATUREZA FIPE 100% DANOS MATERIAIS A TERCEIRO R$ 250.000,00 DANOS CORPORAIS R$ 250.000,00 MORTE ACIDENTAL R$ 100.00,00 INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE R$ 50.000,00 DANOS MORAIS R$ 50.000,00 GUINCHO 24 HORAS 7 DIAS POR SEMANA ILIMITADO DE KM FRANQUIAS MÁXIMAS: VALOR MÁXIMO DA FRANQUIA DO CASCO: R$ 4.000,00 PARA-BRISA : R$ 220,00 VIDRO TRASEIRO: R$ 220,00 RETROVISORES:R$ 140,00 LANTERNAS:R$ 180,00 FARÓIS:R$ 245,00 LATERAIS: R$ 90,00	UNIDADE	1,00	2.229,59	2.229,59

TOTAL							30.705,09.

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSO FINANCEIRO

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do orçamento geral vigente:

Dotações					
Exercício	**Conta**	**Funcional programática**	**Fonte**	**Natureza**	**Grupo da fonte**
2025	05151	08.243.0703.2110	01066	3.3.90.30.00.00	Recursos de Exercícios Anteriores

CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de publicação.

As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 20/03/2026.

Contratante

NESTOR KENEAR

Prefeito Municipal

Contratado

MARCELO WAIS

Representante

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:01297F63

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO Nº 10/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2.021, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista da Ata de abertura e Julgamento exarado pela Comissão Permanente de Licitação, resolve:

ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	10/2026
Modalidade nº:	Pregão
Data Adjudicação:	20/03/2026
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedores com itens adjudicados:

FORNECEDOR: MPM COMERCIO DE MAQUINAS, PECAS E SERVICOS LTDA - CNPJ: 07.734.903/0003-07

Valor Total do Fornecedor: 803.979,00 (oitocentos e três mil, novecentos e setenta e nove reais).

Ordem	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	RETROESCAVADEIRA - DESCRIÇÃO TÉCNICA: RETROESCAVADEIRA NOVA, TRAÇÃO 4X4, MOTOR DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 95 HP, CABINE FECHADA COM AR-CONDICIONADO, CONCHA FRONTAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,0 M³ E RETROCONCHA COM ALCANCE DE ESCAVAÇÃO SUPERIOR A 4,3 METROS. DEVE POSSUIR TRANSMISSÃO POWER SHUTTLE OU SIMILAR, PNEUS AGRÍCOLAS COMPATÍVEIS E SISTEMA HIDRÁULICO COM CONTROLE POR ALAVANCAS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	LiuGong 764A	UN	1	R$ 349.989,00	R$ 349.989,00
2	ROLOCOMPACTADOR - DESCRIÇÃO TÉCNICA: ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO LISO, NOVO, AUTOPROPELIDO, MOTOR DIESEL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 11.000 KG, LARGURA DE TAMBOR DE NO MÍNIMO 2.100 MM. DEVE CONTAR COM CABINE FECHADA, ROPS/FOPS COM AR-CONDICIONADO, SISTEMA DE VIBRAÇÃO, ACIONAMENTO	LiuGong 6612E	UN	1	R$ 453.990,00	R$ 453.990,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 803.979,00 (oitocentos e três mil, novecentos e setenta e nove reais)

Lavre-se o Termo de Homologação o Instrumento Contratual e após autorizo a emissão das notas de empenho correspondentes.

Bocaiúva do Sul, 20 de março de 2026.

ELIVELTON JOSÉ NODARI

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:EAF347E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO PATRIMÔNIAL DO EXERCICIO DE 2025

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:**Adriano Junior Dias	
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				**Chave de autenticação:1442-4126-499**	
Anexo 14 da Lei N° 4.320/64 - Balanço Patrimonial					
Valores em R$ - Período: 01/01/2025 até 31/12/2025					
				Despesa realizada: Empenhada	
Ativo			**Passivo**		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Ativo Circulante	**15.779.297,71**	**13.641.068,32**	**Passivo Circulante**	**324.794,82**	**527.127,69**
Caixa e equivalentes de caixa	15.496.716,62	13.074.171,00	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	0,00	0,00
Créditos a curto prazo	282.581,09	286.139,57			
Créditos tributários a receber	225.697,24	185.515,47	Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	324.794,82	527.127,69
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00	Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	56.883,85	100.624,10	Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Demais obrigações a curto prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	280.757,75			
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00			
Variações patrimoniais diminutivas pagas					
antecipadamente	0,00	0,00	**Passivo não Circulante**	**0,00**	**46.913,81**
Ativo não Circulante	**77.019.004,39**	**65.549.272,57**	Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	0,00	46.913,81
Ativo realizável a longo prazo	26.085,55	24.892,20			
Créditos a longo prazo	26.085,55	24.892,20	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	24.980,85	23.787,50	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00	Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00	Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	1.104,70	1.104,70	Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00	Resultado diferido	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	0,00	0,00			
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00			
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**324.794,82**	**574.041,50**
Estoques	0,00	0,00	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Variações patrimoniais diminutivas pagas	0,00	0,00			
antecipadamente			**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Investimentos	469.750,16	352.457,82	Patrimônio social/capital social	19.428.052,52	19.428.052,52
Participações permanentes	469.750,16	352.457,82	Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	469.750,16	352.457,82	Reservas de capital	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00	Ajustes de avaliação patrimonial	18.432,15	18.432,15
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Reservas de lucros	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00	Demais reservas	2.199,00	2.199,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00	Resultado acumulado	73.024.823,61	59.167.615,72
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Resultado do exercício	13.857.207,89	9.426.528,82
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00	Resultado de exercícios anteriores	59.167.615,72	49.741.086,90
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00	Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00	Outros resultados	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00	Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR				**Usuário:**Adriano Junior Dias	
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br				**Chave de autenticação:1442-4126-499**	
Anexo 14 da Lei N° 4.320/64 - Balanço Patrimonial					
Valores em R$ - Período: 01/01/2025 até 31/12/2025					
				Despesa realizada: Empenhada	
Ativo			**Passivo**		
Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Imobilizado	76.523.168,68	65.171.922,55	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**92.473.507,28**	**78.616.299,39**
Bens móveis	25.077.840,28	21.363.531,34			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-257.940,78	-257.940,78			
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	51.703.269,18	44.066.331,99			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			

(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00	**TOTAL**	**92.798.302,10**	**79.190.340,89**
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	**92.798.302,10**	**79.190.340,89**			
ATIVO FINANCEIRO	**15.496.716,62**	**13.354.928,75**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**4.061.435,82**	**1.013.483,08**
ATIVO PERMANENTE	**77.301.585,48**	**65.835.412,14**	**PASSIVO PERMANENTE**	**0,00**	**46.913,81**
SALDO PATRIMONIAL				**88.736.866,28**	**78.129.944,00**

COMPENSAÇÕES

Especificação	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**Especificação**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Saldo dos atos potenciais do ativo			**Saldo dos atos potenciais do passivo**		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR — **Usuário:** Adriano Junior Dias

CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br — **Chave de autenticação:1442-4126-499**

Anexo 14 da Lei N° 4.320/64 - Balanço Patrimonial

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
0 - Recursos Ordinarios	4.741.246,81	5.871.181,87
3 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	4.003,26	1.608,39
102 - Recursos FUNDEB 30%	265.462,49	75.528,21
104 - Recursos 25% sobre demais impostos	512.389,76	174.023,60
105 - Rec.Alienação de Ativos da Educação - Exerc.Corr.	84.875,93	76.568,65
107 - Rec.Repasse Salário Educação	39.968,29	72.507,48
111 - Rec.transf.União para o Transp.Escolar.	7,05	7,05
303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.	3.441,33	0,00
304 - Receita Alienção de Bens Moveis Saude	4.011,86	3.619,19
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.506.631,84	834.185,77
495 - Atenção Básica	39.121,72	37.384,32
500 - Bloco de Investimento na Rede Serviço de Saude	0,00	0,88
501 - Alienação de Bens Móveis Recursos Livres	1.330.129,94	144.647,12
504 - Outros Royalties e Compens.Financ. e Patrimoniais	4.916,91	4.916,91
505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional / Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	13.377,98	5.770,18
507 - COSIP - Contribuicao Ilum.Publica, art. 149-A, CF	531.276,53	250.125,57
510 - Taxas -Exercício Poder de Polícia	215.607,84	125.257,66
511 - Taxas - Prestação de Serviços	96.667,51	63.515,48
512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1o.-B)	25.121,14	11.926,64
518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	381.036,50	288.994,19
555 - SANEPAR - Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	35.133,93	25.551,74
875 - Transf. Conv. 752/2023 - SECID, Pavimentação asfaltica.	0,00	1.195,32
878 - Transf. Conv. 113/2024 - SECID, AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN.	149,21	0,00
880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	2.011,59	742,98
881 - Transf. Conv. 071/2024 - SEAB, PAVIMENTAÇÃO POLIEDRICA 25.200,00M²	349.690,32	12.221,19
882 - Transf. Conv. 052/2024 - SEAB, AQUISIÇÃO DE 01 ENSILADEIRA.	0,00	15.103,49
883 - Transf. Conv. 442/2024 - SECID, PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS.	618,13	560,99
884 - Transf. Conv. 458/2024 - SECID, CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL.	449,01	115,54
885 - Transf. Conv. 137/2024 – SEAG, aquisição de 400 toneladas de calcário dolomítico	1.352,10	44.239,60
900 - Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011 FMDCA	4.900,78	4.898,40
934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica(SUAS)	57.614,26	119.339,05
935 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial – SUAS	0,00	91.247,15
936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS)	969,08	6.233,83
940 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Familia e do Cadastro Unico	35.915,85	19.587,55
1002 - Desvinculação das Receitas dos Municípios – DRM	14.169,01	14.169,01
1013 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	7.897,05	34.789,92
1015 - Cessão Onerosa – Pré-Sal – Lei nº 13.885/2019	1.105,13	1.105,13
1016 - Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 169-A da E.C. 105/2019)	414.518,90	862.368,93
1018 - Emendas Individuais Impositivas – transferência com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	275.339,03	419.197,50
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	280.746,97	0,00
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR	116.311,39	6.339,72
1042 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	458,87	2.788,15
1043 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	10.306,76	7.712,26
1050 - Recursos Vinculados a Fundos	32.000,00	32.000,00

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR — **Usuário:** Adriano Junior Dias

CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br — **Chave de autenticação:1442-4126-499**

Anexo 14 da Lei N° 4.320/64 - Balanço Patrimonial

1051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	6.072,00	8.663,80
1052 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	1.489,70	445,22
1056 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Educação	1.223,01	1.223,01
1057 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Livres	18.151,34	18.151,34
1060 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	38.028,83	3,26
1061 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	10.619,81	7.450,97
1062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	9.506,38	0,00
1063 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	2.288,22	51.326,81
1064 - Assistência financeira da união destinada á complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	1.566,57	0,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997.	106.121,88	92.891,25
1072 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	439.080,83	2.159.753,73
1082 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - máximo de 30% estabelecido no inciso XIV do art. 212-A da CF	49.460,61	0,00
1888 - Transferência Contrato de Repasse 9711956/2024 Pavimentação em vias urbanas.	23.266,07	0,00

1889 - CONVÊNIO Nº 180/2025 – Protocolo n.º 23.791.161-0, aquisição de equipamentos rodoviários.	-1.407.014,85	0,00
1891 - Transf. Conv. 1083/2025 – SECID, AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK UP CD	-115.000,00	0,00
7007 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	313.560,78	0,00
7008 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF) e com finalidade definida – (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019	64.535,94	85.289,74
7009 - Bloco de Investimentos – FEAS	1.255,48	1.255,48
7012 - Transferências de Outros Programas F1011 estadual SUAS	389.791,99	141.512,78
7013 - Bloco de financiamento da Proteção Social Especial (SUAS) (Estadual)	40.324,12	0,00
21017 - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) Assistência Social	0,03	10.201,67
TOTAL	**11.435.280,80**	**12.341.445,67**
Nota: Considerados os valores intra-orçamentários		
Nota: 1 - O Balanço Patrimonial foi elaborado com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. As receitas e despesas orçamentárias Foram codificadas e registradas em conformidade com o Elenco de Contas editado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Considerou-se o regime de competência para receitas e despesas, Sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores.		

HELIO JOSÉ SURDI	*EDUARDO DIAS SCHOSSLER*	*ADRIANO JUNIOR DIAS*
Prefeito	Controlador Interno	Contador
		CRC PR-069034/O-7

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:CCD223AB

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 6/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº14.133/21 a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL6/2026

b) Modalidade: Inexigibilidade

c) Data de homologação: 20/03/2026

d) Objeto da licitação: Contratação de serviços profissionais para a realização de Palestra Especializada com Mágica, intitulada “Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Diga NÃO à violência e SIM por uma vida mais feliz”, destinada a públicos de todas as idades.

e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7514 - ROSIMAR ANGST PALESTRAS TREINAMENTO LTDA (62.419.376/0001-92)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	32928 - Contratação de Palestra Especializada com Mágica, intitulada: “Diga NÃO à violência e SIM por uma vida mais feliz” Conteúdo programático: ? Palestra show de mágica com cunho informativo e educativo para as crianças, adolescentes e adultos sobre combate à violência e exploração sexual infantojuvenil; ? A fala é de forma clara e transparente, mas usando a linguagem da criança ou adolescente, ilustrando com mágicas e ilusionismo educativo; ? Ajudar a vítima a dizer não e se defender, buscar ajuda na rede de atendimento ou pessoas de sua confiança; ? Identificar o que é relação afeto/cuidado e abuso e traumas; ? Saber que existe o mal e o bem; ? Distinguir quais são as expressões de carinho que são saudáveis e quais são abusivas. (Deverá estar incluso os valores de deslocamento, estadia, alimentação e nota fiscal).	OUN		2	2.485,00	4.970,00
Total (R$):						4.970,00

Bom Jesus do Sul-PR, 20/03/2026.

HELIO JOSE SURDI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3EFCCE99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE 05/2026

MUNICIPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – ESTADO DO PARANÁ.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

Processo Licitatório 33/2026

(PROTOCOLO 2025/12/292728

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL, CNPJ nº 80.874.100/0001-86.

CONTRATADOS: AGRICULTORES FAMÍLIARES (FORNECEDORES INDIVIDUAIS E GRUPOS FORMAIS)

FORNECEDORES INDIVIDUAIS		
Nº	NOME DO AGRICULTOR(A)	CPF
01	AGLAER OBERDAN GIRARDI	009.744.749-83
02	CLEONICE LUCZKIEVICZ	051.679.359-46
03	WELLINGTON AUGUSTO PANSERA	104.427.219-86
04	JANETE SIMÃO	056.709.789-78
05	JARLEI LUIZ SFOGGIA	495.890.599-53
06	JOÃO POPOVIZ	411.373.889-00
07	JOSÉ BENOSKI	177.047.239-87
08	LUCILDA GIRARDI PANSERA	840.102.589-34
09	MARISTELA ROZIN PANSERA	053.630.019-42
10	MIRACI SALETE RIBEIRO DA ROSA	955.933.149-34
11	NEREU CAMILO DE ALMEIDA	285.506.509-78
12	RODOLFO FERNANDO TASCA	042.377.159-06
GRUPOS FORMAIS		
	RAZÃO SOCIAL DA COOPERATIVA	CNPJ
01	COOPERVEREDA - COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS E AGROECOLOGICOS DO SUDOESTE DO PARANA	22.808.515/0001-55

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, durante o ano letivo de 2026, aos alunos das escolas municipais de Bom Sucesso do Sul, conforme especificações do Edital de

Chamada Pública 01/2026.

RELAÇÃO DE FORNECEDORES E VALORES: Abaixo a relação de fornecedores individuais com seus produtos e valores:

FORNECEDORES INDIVIDUAIS

Fornecedor: AGLAER OBERDAN GIRARDI – CPF: 009.744.749-83					
Produto	Unid.	Quant.	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total do Item
CARNE BOVINA MOÍDA (ACÉM) congelada, no máximo 10% de sebo e gordura. Com cor, cheiro e sabor próprio, isenta de cartilagens, ossos e aponeuroses, não possuir as características de PSE e DFD. Embalada em embalagem primária de plástico atóxico própria para alimentos, devidamente selada e isenta de material estranho em pacotes de 01 kg atendendo as condições determinadas pelas normas do RIISPOA, ANVISA, SIM, SIP, SIF ou SISBI. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	500	Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio	38.10	19.050,00

CARNE BOVINA (MÚSCULO) cortada EM CUBOS uniformes com dimensões de 03cm x 03cm x 03cm, congelada, no máximo 10% gordura. Com cor, cheiro e sabor próprio, não possuir as características de PSE e DFD. Embalada em embalagem primária de plástico atóxico própria para alimentos, devidamente selada e isenta de material estranho em pacotes de 01 kg atendendo as condições determinadas pelas normas do RIISPOA, ANVISA, SIM, SIP, SIF ou SISBI. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	**400**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**44.50**	**11.800,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 30.850,00(trinta mil oitocentos e cinquenta reais)					
Fornecedora: CLEONICE LUCZKIEVICZ – CPF: 051.679.359-46					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 05: ACELGA fresca, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Un	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,48**	**R$1.272,00**
ITEM 09: ALFACE fresca, lisa ou crespa, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Un	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,00**	**R$ 1.800,00**
ITEM 10: ALFACE CRESPA, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 200g	Un.	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5.50**	**R$ 1.100,00**
ITEM 16: BETERRABA fresca, de 1ª qualidade, com casca íntegra e com características organolépticas mantidas. no ponto de maturação adequado para o consumo. intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos.	Kg	**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,99**	**R$873,75**
ITEM 18: BROCOLIS fresco, de primeira qualidade, sem danos, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Un	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**17,25**	**R$2.587,50**
ITEM 27: CENOURA, não lenhosas, limpas, com coloração uniforme e característica, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.		**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,67**	**R$ 845,00**
ITEM 33: COUVE FLOR fresca, de primeira qualidade, sem danos, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente, com peso médio entre 800g e 1200g por unidade.	Un	**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**25,59**	**R$ 3.198,75**
ITEM 40: FEIJÃO CARIOCA, isento de matéria terrosa, parasita, detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, manchados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade, produção de última safra. Embalagem em pacotes de 1 kg atóxico e resistente.	Kg	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,59**	**R$ 767,20**
ITEM 41: FEIJÃO PRETO, isento de matéria terrosa, parasita, detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, chochos, imaturos, manchados, mofados, carunchados e descoloridos que prejudiquem sua aparência e qualidade, produção de última safra. Embalagem em pacotes de 1 kg atóxico e resistente.	Kg	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,11**	**R$ 2.733,00**
ITEM 43: HORTELÃ FRESCO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,16**	**R$ 942,00**
ITEM 54: MANJERICÃO FRESCO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,00**	**R$ 400,00**
ITEM 83: REPOLHO VERDE, cabeças fechadas, de boa qualidade, sem ferimentos, firmes, sem manchas e coloração uniforme, embaladas em plástico transparente.	Kg	**115**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,55**	**R$ 638,25**
ITEM 89: TEMPERO VERDE maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes, embaladas em plástico transparente.	Maços	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,60**	**R$ 330,00**
Valor Total da Fornecedora R$ 17.487,45(dezessete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)					
Fornecedor: WELLINGTON AUGUSTO PANSERA – CPF: 104.427.219-86					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 19: CARNE BOVINA (PATINHO) ISCAS, peso do corte 10g a 15g congelada, no máximo 10% de sebo e gordura. Com cor, cheiro e sabor próprio, isenta de cartilagens, ossos e aponeuroses, não possuir as características de PSE e DFD. Embalada em embalagem primária de plástico atóxico própria para alimentos, devidamente selada e isenta de material estranho em pacotes de 01 kg atendendo as condições determinadas pelas normas do RIISPOA, ANVISA, SIM, SIP, SIF ou SISBI. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	**500**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**46,80**	**R$23.400,00**
ITEM 20: CARNE BOVINA (PATINHO) BIFE, peso por unidade 80g a 100g congelada, no máximo 10% de sebo e gordura. Com cor, cheiro e sabor próprio, isenta de cartilagens, ossos e aponeuroses, não possuir as características de PSE e DFD. Embalada em embalagem primária de plástico atóxico própria para alimentos, devidamente selada e isenta -de material estranho em pacotes de 01 kg atendendo as condições determinadas pelas normas do RIISPOA, ANVISA, SIM, SIP, SIF ou SISBI. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**47,50**	**R$ 7.125,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 30.525,00 (trinta mil quinhentos e vinte e cinco)					
Fornecedora: JANETE SIMÃO – CPF: 056.709.789-78					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 50: MACARRÃO CASEIRO TIPO CABELINHO DE ANJO, contendo ovos e farinha, deve ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca, embalagem rotulada conforme a legislação vigente. Apresentar licença sanitária atualizada. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**23,26**	**R$ 2.020,80**
ITEM 51: MACARRÃO CASEIRO TIPO ESPAGUETE, contendo ovos e farinha, deve ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com 25,00as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca, embalagem rotulada conforme a legislação vigente. Apresentar licença sanitária atualizada. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**25,26**	**R$ 7.578,00**
MACARRÃO CASEIRO TIPO TALHARIM, contendo ovos e farinha, deve ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca, embalagem rotulada conforme a legislação vigente. Apresentar licença sanitária atualizada. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**25,26**	**R$ 5.052,00**
Valor Total da Fornecedora R$ 14.650,80 (quatorze mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta centavos)					
Fornecedor: JARLEI LUIZ SFOGGIA – CPF: 495.890.599-53					
Produto	**Unid.**	**Quan.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**

ITEM 01: ABACATE fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente, em adequado grau de maturação para consumo.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,05**	**R$1.357,50**
ITEM 02: ABOBORA CABOTIA de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal.	Kg	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,44**	**R$ 675,00**
ITEM 03: ABOBORA CABOTIA CONGELADA descascada, picada, coloração uniforme embaladas em sacos transparentes.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**15,04**	**R$ 2.256,00**
ITEM 04: ABOBRINHA VERDE de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal.	Kg	**75**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,80**	**R$ 660,00**
ITEM 09: ALFACE AMERECIANA fresca, lisa ou crespa, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 400g	Un	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,00**	**R$ 1.800,00**
ITEM 10: ALFACE CRESPA, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 200g	Un.	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,50**	**R$ 1.100,00**
ITEM 14: BANANA PRATA, em pencas, de primeira, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, embalagem transparente, atóxica, contendo identificação do produto.	Kg	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**7,18**	**2.154,00**
ITEM 15: BATATA DOCE, boa qualidade, cheiro e sabor característico, com cozimento garantido, compacta e firme.	kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,80**	**R$ 1.020,00**
ITEM 33: COUVE FOLHA MANTEIGA, folhas firmes, de primeira qualidade, com coloração e tamanho uniformes, sem manchas, bem desenvolvidas, livre de parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, Maços com 500 g, sem as raízes, embaladas em plástico transparente.	Maços	**110**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10,90**	**R$ 1.199,00**
ITEM 45: LARANJA COMUM, peso médio 200g, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10,42**	**R$ 1.042,00**
ITEM 48: LIMÃO COMUM, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,39**	**R$ 161,70**
ITEM 53: MANDIOCA CONGELADA tipo branca ou amarela, grau normal de evolução no tamanho, frescas, sem ferimentos, não fibrosa, descascadas e lavadas, embaladas em plástico transparente.	Um.	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10,50**	**R$3.150,00**
ITEM 77: PEPINO fresco, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Kg	**250**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,20**	**R$ 1.550,00**
ITEM 83: REPOLHO VERDE, cabeças fechadas, de boa qualidade, sem ferimentos, firmes, sem manchas e coloração uniforme, embaladas em plástico transparente.	Kg	**120**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,55**	**R$ 666,00**
ITEM 89: TEMPERO VERDE maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes, embaladas em plástico transparente.	Maços	**75**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,60**	**R$ 495,00**
ITEM 90: TOMATE, de 1° qualidade, sem danos mecânicos ou causados por pragas, embalagem de plástico – Kg.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,22**	**R$ 1.644,00**
ITEM 93: VAGEM casca lisa, firme, sem ceder à pressão dos dedos, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**16,90**	**R$ 2.535,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 23.465,20 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)					
Fornecedor: JOSÉ BENOSKI – CPF: 177.047.239-87					
Produto	**Unid.**	**Quan.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**do Item**
ITEM 62: MORANGO IN NATURA de primeira qualidade, em grau médio de maturação. Acondicionado em pacote plástico específico para alimentos, com 1 kg cada embalagem.	Kg	**450**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**40,75**	**R$18.337,50**
ITEM 63: MORANGO CONGELADO de boa qualidade, armazenado higienizados, sem galhos. Acondicionado em pacote plástico específico para alimentos, com 1 kg cada embalagem.	Kg	**250**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**30,00**	**R$ 7.500,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 25.837,50 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)					
Fornecedor: JOÃO POPOVIZ – CPF: 411.373.889-00					
Produto	**Unid.**	**Quan.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 17: BERGAMOTA casca lisa, firme, sem ceder à pressão dos dedos, ponto certo de maturação.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,75**	**R$1.750,00**
ITEM 28: CHUCHU, limpos com coloração uniforme e característica livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,99**	**R$ 989,50**
ITEM 45: LARANJA COMUM, peso médio 200g, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10.42**	**R$ 2.084,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 4.823,50 (quatro mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)					
Fornecedora: LUCILDA GIRARDI PANSERA – CPF: 840.102.589-34					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 71: PANIFICADOS CUCA tradicional com cobertura, sem recheio. Embaladas em saco plástico, atóxico, resistente, contendo rótulo, validade mínima de 7 dias a partir da data de entrega. Unidades de 500g.	Kg	**500**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**16.72**	**R$8.360,00**
ITEM 72: PANIFICADOS CUCA ISENTA LACTOSE tradicional com cobertura, sem recheio. Embaladas em saco plástico, atóxico, resistente, contendo rótulo, validade mínima de 7 dias a partir da data de entrega. Unidades de 500g.	Kg	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**20.72**	**R$ 2.072,00**
ITEM 73: PANIFICADOS PALITINHO SALGADO, produzido artesanalmente com ingredientes selecionados. Embalado em porções de kg em embalagens devidamente fechada. (Condições higiênico sanitária de entrega de acordo com a resolução N° 275 de 21 de outubro de 2002 portaria N° 326 de 30 de julho de 1997.	Kg	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**40,00**	**R$ 4.000,00**
ITEM 74: PANIFICADOS PÃO CASEIRINHO produzido de acordo com as boas práticas de manipulação de alimentos. Sem uso de conservantes ou outros aditivos de uso industrial. Unidades de 50 g acondicionados em embalagens com 20 unidades cada.	Kg	**500**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**1.05**	**R$ 525,00**

ITEM 75: PANIFICADOS PÃO DE LEITE CASEIRO, deverá ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca. Embalagem plástica transparente de 500g, rotulada de acordo com a legislação vigente.	Kg	**400**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**26,49**	**R$10.596,00**
PANIFICADOS PÃO CENOURA com aspecto e sabor característico, fresco e em consistência e crescimento adequados, deverá ser preparado com matérias- primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca. Embalagem plástica transparente de 500g, rotulada de acordo com a legislação vigente.	Un	**400**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**26,49**	**R$10.596,00**
Valor Total da Fornecedora R$ 36.149,00 (trinta e seis mil cento e quarenta e nove reais)					
Fornecedora: MARISTELA ROZIN PANSERA – CPF: 053.630.019-42					
				Preço de	**Aquisição**
Produto	**Unid.**	**Quan.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço Unitário (divulgado na chamada pública)**	**Preço Total do Item**
ITEM 66: BOLACHA CASEIRA DE FUBÁ de primeira qualidade, embalado em plástico atóxico de 2 kg transparente e incolor, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**35,56**	**R$ 7.112,00**
ITEM 67: BOLACHA CASEIRA de primeira qualidade, embalado em plástico atóxico de 2 kg transparente e incolor, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**35,12**	**R$ 7.024,00**
ITEM 68: BOLACHA CASEIRA INTEGRAL de primeira qualidade, embalado em plástico atóxico de 2 kg transparente e incolor, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas.	Kg	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**36,56**	**R$ 3.656,00**
ITEM 69: BOLACHA DE POLVILHO DOCE contendo ovos, polvilho doce, margarina, leite, açúcar, farinha de trigo, salamoníaco. Deve ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação. Produzida dentro das normas da ANVISA, estando embalada e rotulada de acordo com a legislação vigente. Deve estar acondicionado em pacotes de 1kg.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**36,23**	**R$ 7.246,00**
ITEM 70: BROA DE MILHO contendo ovos, sal, gordura, água, farinha de milho, farinha de trigo, fermento químico, deverá ser preparado com matérias-primas sãs, limpas, em perfeito estado de conservação e de acordo com as boas práticas de fabricação, com consistência adequada, fresca. Embalagem plástica transparente de 500g, rotulada de acordo com a legislação vigente.	Kg	**600**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**22,32**	**R$13.392,00**
Valor Total da Fornecedora R$ 38.430,00 (Trinta e oito mil quatrocentos e trinta reais)					
Fornecedor: MIRACI SALETE RIBEIRO DA ROSA – CPF: 955.933.149-34					
				Preço de Aquisição	
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço Unitário (divulgado na chamada pública)**	**Preço Total do Item**
ITEM 04: ABOBRINHA VERDE de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, isenta de materiais terrosos e umidade externa anormal.	Kg	**75**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,80**	**R$660,00**
ITEM 09: ALFACE AMERICANA fresca, lisa ou crespa, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 400g	Un	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,00**	**R$ 1.800,00**
ITEM 10: ALFACE CRESPA, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 200g	Um.	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,50**	**R$1.100,00**
ITEM 11: ALECRIM LIMPO SECO, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes.	Um.	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,00**	**R$450,00**
ITEM 12: ALHO de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, isento de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, embalagem transparente, atóxica, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**35,95**	**R$1.797,50**
ITEM 13: ALHO-PORÓ, fresco, de primeira qualidade, com talos firmes, crocantes e de coloração uniforme. Isento de pragas, doenças, ou danos mecânicos. Embalado de forma adequada para garantir a conservação e higiene, com origem certificada em cultivo orgânico.	Kg	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**24,50**	**R$1.225,00**
ITEM 15: BATATA DOCE, boa qualidade, cheiro e sabor característico, com cozimento garantido, compacta e firme.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,80**	**R$1.020,00**
ITEM 16: BETERRABA fresca, de 1ª qualidade, com casca íntegra e com características organolépticas mantidas. no ponto de maturação adequado para o consumo. intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos.	Kg	**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,99**	**R$ 876,75**
ITEM 18: BROCOLIS fresco, de primeira qualidade, sem danos, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**17,25**	**R$2.587,50**
ITEM 27: CENOURA, não lenhosas, limpas, com coloração uniforme e característica, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	Kg	**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,76**	**R$845,00**
ITEM 25: CEBOLA DE CABEÇA BRANCA, bulbo de tamanho médio, firmes, com coloração e tamanhos uniformes típicos da variedade, com casca lisa, sem brotos, bolores, ferrugem, rachaduras ou outros defeitos que possam alterar sua aparência, de primeira qualidade, nacional ou importada. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014.	Kg	**350**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,12**	**R$ 2.842,00**
ITEM 26: CEBOLA DE CABEÇA ROXA, bulbo de tamanho médio, firmes, com coloração e tamanhos uniformes típicos da variedade, com casca lisa, sem brotos, bolores, ferrugem, rachaduras ou outros defeitos que possam alterar sua aparência, de primeira qualidade, nacional ou importada. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014.	Kg	**120**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**8,26**	**R$ 991,20**
ITEM 29: COLORAU EM PÓ FINO, homogêneo. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduo ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem transparente atóxica de 500gr. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem conforme a resolução SESA 748/2014. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,22**	**R$737,60**
ITEM 33: COUVE FLOR fresca, de primeira qualidade, sem danos, tamanho e coloração uniformes, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente, com peso médio entre 800g e 1200g por unidade.	Un	**125**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**25,59**	**R$3.198,75**
ITEM 35: ENDRO SECO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
ITEM 36: ESPINAFRE, folhas firmes, de primeira qualidade, com coloração e tamanho uniformes, sem manchas, bem desenvolvidas, livre de parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, sem as raízes, embaladas em plástico transparente. Peso mínimo 300g.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**11,20**	**R$ 336,00**
ITEM 37: ERVA BALEEIRA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
ITEM 38: ERVA CIDREIRA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$282,00**

ITEM 38: ERVA DOCE SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$282,00**
ITEM 49: LIMÃO TAITI, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,47**	**R$ 164,10**
ITEM 55: MANJERONA FOLHA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
ITEM 58: MELISSA FOLHA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$282,00**
ITEM 60: MILHO VERDE EM ESPIGA DESCASCADO de boa qualidade, grãos sem ferimentos, firmes, sem manchas e coloração uniforme.	Kg	**400**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**15,42**	**R$ 6.168,00**
ITEM 64: ORÉGANO SECO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 470,00**
ITEM 79: PIMENTÃO VERDE, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, firme, intacto, isento de material terroso, sem parasitas ou larvas, embaladas em plástico transparente.	Kg	**60**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10,93**	**R$ 655,80**
ITEM 81: POEJO SECO limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
ITEM 83: REPOLHO VERDE, cabeças fechadas, de boa qualidade, sem ferimentos, firmes, sem manchas e coloração uniforme, embaladas em plástico transparente.	Kg	**115**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**5,55**	**R$638,25**
ITEM 84: RUCULA, fresca, sem danos mecânicos ou causados por pragas, de 1ª qualidade embalados em pacotes de plástico – Maço com no mínimo 300g.	Maço	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**7,66**	**R$ 612,80**
ITEM 85: SÁLVIA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**20**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 188,00**
ITEM 86: SIDRÓ FOLHA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$282,00**
ITEM 88: STEVIA FOLHA SECA limpa, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
ITEM 89: TEMPERO VERDE maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes, embaladas em plástico transparente.	Maços	**75**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**6,60**	**R$495,00**
ITEM 91: TOMILHO SECO limpo, com aspecto, cheiro aromático e sabor próprio, livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, embalado em embalagem transparente atóxica de 50gr, com rotulagem e prazo de validade adequado as legislações vigentes. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas.	Un.	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,40**	**R$ 282,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 32.679,25 (Trinta e dois mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte cinco centavos)					
Fornecedor: NEREU CAMILO DE ALMEIDA – CPF: 285.506.509-78					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 46: LARANJA BAHIA, peso médio 200g, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**12,19**	**R$ 2.438,00**
ITEM 78: PÊSSEGO In natura, de primeira; livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e madura; com polpa firme e intacta;	Kg	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**11,44**	**R$ 3.432,00**
ITEM 82: PONCÃ de primeira qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvida e madura; com polpa firme e intacta;	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**9,63**	**R$1.926,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 7.796,00 (sete mil setecentos e noventa e seis reais)					
Fornecedor: RODOLFO FERNANDO TASCA – CPF: 042.377.159-06					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
CONSERVAS DE VEGETAIS, pepino, couve-flor, vagem, cenoura, beterraba, rabanetes, brócolis, embalagem de pote de vidro aproximadamente 500g, devidamente rotulado e identificado, com prazo de validade, procedência de fabricação e demais informações necessárias.	Un	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**14,80**	**R$2.220,00**
ITEM 31: DOCE DE FRUTAS CASEIRO COM AÇÚCAR, produzido com produtos frescos, sadios, maduros, que não apresentem partes estragadas, batidas ou podres. Devem ser embalados em vidros de conserva, devidamente fechados como compotas. Deve conter rótulo com nome do fabricante, data de fabricação e data de validade. Sabores variados.	Un	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**30,30**	**R$4.545,00**
ITEM 32: CONSERVAS DOCE DE FRUTAS CASEIRO SEM AÇÚCAR, produzido com produtos frescos, sadios, maduros, que não apresentem partes estragadas, batidas ou podres. Devem ser embalados em vidros de conserva, devidamente fechados como compotas. Deve conter rótulo com nome do fabricante, data de fabricação e data de validade. Sabores variados.	Un	**60**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**50,00**	**R$3.000,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 9.765,00 (Nove mil setecentos e sessenta e cinco reais)					
GRUPOS FORMAIS Fornecedor: COOPERVEREDA - COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGANICOS E SUDOESTE DO PARANA – CNPJ: 22.808.515/0001-55 AGROECOLOGICOS DO					
Produto	**Unid.**	**Quant.**	**Periodicidade de Entrega**	**Preço de Aquisição**	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	**Preço Total do Item**
ITEM 06: ACHOCOLATADO NATURAL, composto por açúcar mascavo e achocolatado, de sabor doce e característico, de boa qualidade, sem adição de conservantes artificiais, embalado de forma adequada para garantir frescor e evitar contaminação.	Un	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**33,52**	**R$25.600,00**
ITEM 07: AÇÚCAR MASCAVO, embalagem de 1 kg, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Apresentar licença sanitária	Kg	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**15,69**	**R$ 470,70**

atualizada.					
ITEM 08: AGNOLINE DE FRANGO FRESCO, produzido com farinha de trigo, primeira qualidade, com recheio de frango, e sem aditivos artificiais, isenta deformações ou odores. Deve estar embalado de forma adequada para garantir higiene e conservação, respeitando a temperatura ideal para transporte e armazenamento. Produto embalado em porções de 1kg	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**48,20**	**R$7.230,00**
ITEM 24: CARNE FRANGO CAIPIRA, frango abatido em pedaços, todas as partes congeladas, de 1° qualidade embalados em pacotes plásticos informando a data do abate e validade. A embalagem deve estar em conformidade com a Legislação Vigente.	Kg	**200**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**43,40**	**R$ 8.680,00**
ITEM 42: FUBA de cor amarela, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas, enriquecido com ferro e ácido fólico. Ingredientes: fubá amarelo, ferro e ácido fólico. Embalagens de polietileno transparente de 1 kg. Validade: mínimo de 6 meses após o ato da entrega.	Kg	**150**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**7,80**	**R$ 1.170,00**
ITEM 44: IOGURTE TIPO A COM POLPA DE FRUTAS, iogurte produzido com leite tipo A, sem adição de soro. Embalagem garrafa plástica contendo 850 gramas. Ingredientes: leite integral pasteurizado tipo A, preparado de morango ou coco (com polpa), conservante sorbato de potássio e fermento lácteo. Com registro de legislação vigente e identificação de procedência, data de validade e número do lote, bem como informação nutricional	Un	**350**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**19,15**	**R$6.702,50**
ITEM 47: LEITE PASTEURIZADO TIPO A, homogeneizado, com teor de gordura mínimo de 3%, validade mínima de 10 dias a partir da data de entrega, embalado em pacote de polietileno leitoso, armazenado a temperatura de 0 a 7 C, contendo 1 litro. Produto sujeito a verificação no ato de entrega.	Litros	**300**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**7,33**	**R$2.199,00**
ITEM 56: MARACUJÁ ORGANICO, devendo estar fresco, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor, com estagio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo humano. Deve ainda obedecer aos padrões estabelecidos pela ANVISA, livre de enfermidades, ausência de sujidades, parasitos e larvas, sem lesões de origem mecânica ou por insetos.	Kg	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**15,36**	**R$768,00**
ITEM 57: MEL produto natural elaborado por abelhas a partir do néctar. Características gerais: o mel não poderá conter substâncias estranhas. O produto não deve apresentar cristalização, caramelização ou espuma superficial. Deverá apresentar aspecto: líquido denso. Cor: levemente amarelada a castanho escura. Cheiro e sabor: próprios. Sem adição de corantes, aromatizantes, espessantes, conservadores e edulcorantes. O produto deve possuir registro no Ministério da Agricultura. Deve estar acondicionado em pote plástico transparente, com tampa bem vedada. Embalagens de 1 kg.	Kg	**30**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**46,41**	**R$ 1.392,30**
ITEM 59: MILHO DE CANJICA: de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo; isento de sujidades, parasitas e larvas; admitindo umidade máxima de 14% por peso; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico.	Kg	**50**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**10,65**	**R$ 532,50**
ITEM 61: MOLHO DE TOMATE ORGÂNICO, embalagem pote de vidro 560g validade mínima de 1 ano. Apresentar licença sanitária atualizada e rotulagem de acordo com a legislação.	Un	**350**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**17,64**	**R$ 6.174,00**
ITEM 80: PINHÃO ORGÂNICO, de primeira qualidade, fresco, com casca intacta e sem rachaduras, livre de pragas, impurezas ou contaminantes. De coloração e sabor característicos, proveniente de cultivo orgânico certificado. Embalado de forma adequada para garantir sua conservação e frescor.	Kg	**80**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**18,00**	**R$ 1.440,00**
ITEM 87: SUCO DE UVA ORGÂNICO, sem adição de açúcar, ou corantes. Apresentação na forma líquida, engarrafas em embalagens de vidro 1,5 l, com identificação do produto, rótulos com ingredientes, valor nutricional, data de fabricação, data de validade.	Un	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**32,63**	**R$3.263,00**
ITEM 92: TORTEI FRESCO, elaborado com farinha de trigo, recheado com abóbora, de primeira qualidade, isento de defeitos ou contaminações. Deve ser embalado de forma adequada para garantir sua integridade. Produto embalado em porções de 1kg.	Kg	**100**	**Conforme a necessidade respeitando o cardápio elaborado pela nutricionista do Munícipio**	**36,60**	**R$ 3.660,00**
Valor Total do Fornecedor R$ 69.282,00 (sessenta e nove mil duzentos e oitenta e dois reais)					

VALOR TOTAL DA INEXIGIBILIDADE: R$ 341.740,70 (trezentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: Da publicação do contrato no PNCP – Portal Nacional de Contratações Publicas, **até a entrega total dos produtos ou até 31 de dezembro de 2026**, podendo ser aditivado as quantidades e o prazo de vigência, através de termo aditivo, desde que em concordâncias de ambas as partes.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes da Dotação Orçamentária n.º 09.00 – Departamento de Educação, Cultura e Esporte; 09.01 – Divisão de Ensino; 1236100102.031 – Merenda Escolar; 3.3.90.32 – Material, bem ou serviço para Distribuição. Despesa: 396. **JUSTIFICATIVA**: §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resoluções do FNDE relativas ao PNAE (com base na Resolução/CD/FNDE n° 26, de 17 de junho de 2013, na Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015, na RESOLUÇÃO Nº 18 DE 26 DE SETEMBRO DE 2018 e as mais recentes, **Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020,** Resolução CD/FNDE nº 20 de 02 de dezembro de 2020 e Resolução CD/FNDE nº 21 de 16 de novembro de 2021). Art.74 Inc. I da LEI 14.133/2021, **Lei 15.226/2025.** (Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;). Bom Sucesso do Sul, 19 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:60A660D0

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ					
EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2026					
DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2026 – (Processo Licitatório 29/2026). DATA DO AVISO: 11/03/2026.					
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.					
CONTRATADA: DIEGO DA ROCHA 00735091919 - ME – CNPJ: 28.556.541/0001-10.					
OBJETO: **Contratação Direta de pessoa jurídica para aquisição de prestação de serviços de vídeos e fotos FESTA DAS MÃES E PROJETO NATAL DE LUZ 2026,** conforme descritivo abaixo:					
Item	**Descrição dos Itens:**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total (R$)**
1	Vídeo e Foto - Captação de imagens em alta resolução – Equipe 2 pessoas - 01 Câmeras formato 1920x1080 – 01 Fotógrafo para cobertura do evento 3 horas Túnel infinity com pista de led (vídeos) 3 horas: Plataforma giratória 360° Aérea 3 horas: Espelho mágico – Edição de um Clipe para o Município. – Disponível todas as imagens em link digital. Coletar das imagens das crianças na escola data a ser definida Captação nas escolas Montagem Produção Colorização e Finalização.	Unid.	1	R$ 12.850,00	R$ 12.850,00
	02 de maio Evento das Mães				

2	Vídeo - Captação de imagens em alta resolução – Equipe 4 pessoas- 03 Câmeras formato 1920x1080 - 01 Drone Entrega de material bruto por link. Edição de um Clipe para o Município. Equipe disponível com 2 fotógrafos. Disponível todas as imagens em link Filme para Redes Sociais e Transmissão ao Vivo Foto digital - 02 fotógrafos.	Unid.	1	R$ 12.750,00	R$ 12.750,00
	20 de Novembro Natal de Luz				
Total dos Itens: R$ 25.600,00					

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 12.850,00 (doze mil oitocentos e cinquenta reais), será pago após o evento do dia das mães**, e **R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais) será pago somente após o evento do Natal de Luz de 2026,** totalizando o valor de **R$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)** pagos até dez dias conforme descrito acima.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: aquisição 09.00 - Departamento de Educação, Cultura e Esportes; 09.03 - Divisão de Cultura; 1339200112035- Apoio ao Desenvolvimento de atividades Culturais; 33.90.39 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa: 662.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:D7E71173

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL - PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2026 – (Processo Licitatório 30/2026). DATA DO AVISO: 12/03/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – CNPJ: 80.874.100/0001-86.

CONTRATADA: F.T VIZIMED – LTDA -ME – CNPJ: 21.487.789/0001-27.

OBJETO: **Contratação de empresa para realização de Avaliação Ergonômica Preliminar de Riscos Psicossociais e realização de Exames Toxicológicos para os funcionários que necessitarem fazer e envio do eSocial,** conforme especificações abaixo:

Item	Descrição dos Itens:	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	AEP - Avaliação Ergonômica Preliminar de Riscos Psicossociais - A Avaliação Ergonômica Preliminar de Riscos Psicossociais é um processo sistemático e essencial, conforme estabelecido pela Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que visa identificar e analisar fatores psicossociais que podem impactar a saúde e o bem-estar dos colaboradores no ambiente de trabalho. | Objetivos: Identificação de Riscos: Detectar fatores psicossociais que podem gerar estresse, ansiedade e outros problemas de saúde mental entre os trabalhadores. Promoção da Saúde Mental: Contribuir para a criação de um ambiente de trabalho saudável, que favoreça o bem-estar psicológico e emocional dos colaboradores. Conformidade Normativa: Garantir que a empresa cumpra as exigências legais relacionadas à saúde e segurança no trabalho. Metodologia: Coleta de Informações: Realizamos entrevistas, questionários e perguntas para mapear as condições de trabalho e as interações sociais entre os colaboradores. Análise de Dados: Avaliamos os dados encontrados para identificar fontes de estresse, carga de trabalho excessiva, falta de apoio social e outros fatores que possam comprometer a saúde mental. | Relatório de Resultados: Apresentamos um relatório detalhado com os principais achados, recomendações de orientações e um plano de ação para mitigação dos riscos identificados. | Benefícios: Ambiente de Trabalho Positivo: A implementação de ações corretivas contribui para a satisfação e motivação dos colaboradores. Redução de Afastamentos: Ao tratar das questões psicossociais, minimizamos a ocorrência de problemas de saúde que podem levar a afastamentos e perda de produtividade.	Unid.	1	R$ 3.980,00	R$ 3.980,00
2	Realização de Exames Toxicológicos e a gestão do envio ao eSocial.	Unid.	50	R$ 150,00	R$ 7.500,00
Total dos Itens: R$ 11.480,00					

VALOR E PAGAMENTO: Pela prestação de serviços a Contratante pagará à Contratada o valor de **R$ 11.480,00 (onze mil quatrocentos e oitenta reais)** com pagamento para o 5º dia útil do mês.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão suportadas pelo Orçamento Municipal, à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº: 03.00 – Departamento de Administração e planejamento; 03.01 – Divisão de Administração e planejamento; 0412200032006 – Atividades Operacionais do departamento de administração e planejamento; 3.3.90.39 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica; Despesa 588.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

Bom Sucesso do Sul, 20 de março de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:4D8FEA8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ANEXO 12 - BALANÇO

Unidade gestora: Câmara Municipal de Cafeara					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**		**Data de**	**19/03/2026**	
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)		1.600.000,00	1.600.000,00	1.470.308,09	(129.691,91)
TOTAL (V) = (III+IV)		1.600.000,00	1.600.000,00	1.470.308,09	(129.691,91)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	0,00	0,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		1.475.000,00	1.570.000,00	1.465.236,39	1.465.236,39	1.465.236,39	104.763,61
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.168.500,00	1.108.500,00	1.070.632,91	1.070.632,91	1.070.632,91	37.867,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		306.500,00	461.500,00	394.603,48	394.603,48	394.603,48	66.896,52
DESPESAS DE CAPITAL		125.000,00	30.000,00	5.071,70	5.071,70	5.071,70	24.928,30
INVESTIMENTOS		125.000,00	30.000,00	5.071,70	5.071,70	5.071,70	24.928,30
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		1.600.000,00	1.600.000,00	1.470.308,09	1.470.308,09	1.470.308,09	129.691,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)		1.600.000,00	1.600.000,00	1.470.308,09	1.470.308,09	1.470.308,09	129.691,91
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		1.600.000,00	1.600.000,00	1.470.308,09	1.470.308,09	1.470.308,09	129.691,91

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		0,00	1.054,09	1.054,09	1.054,09	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	1.054,09	1.054,09	1.054,09	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	34.804,66	34.804,66	34.804,66	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	34.804,66	34.804,66	34.804,66	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	35.858,75	35.858,75	35.858,75	0,00	0,00

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:						
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas

5 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Conforme Art. 102. Da Lei Nº 4320/1964: O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Assim a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 659/2024) fixou as despesas do Poder Legislativo em R$ 1.600.000,00 (um milhão, e seiscentos mil reais) para o exercício financeiro de 2025. Desse valor, foram devolvidos ao Poder Executivo em 29 de dezembro de 2025 R$ 129.691,91.

Não houve no exercício de 2025 Restos a Pagar não Processados para o exercício de 2026.

Quanto às dotações orçadas inicialmente, a Câmara Municipal realizou seis alterações no orçamento por meio de Crédito Adicional Suplementar quais sejam: Ato 01 - Decreto Legislativo nº 01/2025 no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: MATERIAL DE CONSUMO.

Ato 02 - Decreto Legislativo nº 04/2025 no valor de R$ 50.000,00 suplementando a conta de: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Ato 03 - Decreto Legislativo nº 06/2025 no valor de R$ 30.000,00 suplementando a conta de: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Ato 04 - Decreto Legislativo nº 07/2025 no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: MATERIAL DE CONSUMO.

Ato 05 - Decreto Legislativo nº 08/2025 no valor de R$ 15.000,00 suplementando a conta de: DIÁRIAS PESSOAL CIVIL.

Ato 06 - Decreto Legislativo nº 09/2025 no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

As alterações totalizaram o valor de R$ 155.000,00. A legislação citada está publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no Portal Transparência da Câmara Municipal de Cafeara, e estão arquivadas na ATOTECA do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO	*ISAAC MAIA LEMES*	*LETICIA APARECIDA ALVES*
Contador (a)	Presidente	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:895A9544

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Unidade gestora: Câmara Municipal de Cafeara					
BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13					
Exercício 2025	**Balanço Anual**		**Data de 19/03/2026**		
INGRESSOS			**DISPÊNDIOS**		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orcamentária (I)	0,00	0,00	**Despesa Orçamentária (VI)**	1.470.308,09	1.306.946,12
Ordinária	0,00	0,00	**Ordinária**	1.470.308,09	1.306.946,12
Vinculada	0,00	0,00	**Vinculada**	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	1.600.000,00	1.500.000,00	**Transferências Financeiras Concedidas (VII)**	129.691,91	193.053,88
Recebimentos Extraorçamentários (III)	284.804,15	327.492,01	**Pagamentos Extraorçamentários (VIII)**	320.662,90	343.677,90
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	35.858,75	52.044,64	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)**	0,00	35.858,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.858,75	52.044,64	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	35.858,75
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	1.920.662,90	1.879.536,65	**TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)**	1.920.662,90	1.879.536,65

Notas Explicativas

6 - BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/1964: O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Conforme constam no Balanço Financeiro, foram recebidos no exercício de 2025 a título de Transferências Financeiras Recebidas o montante de R$ 1.600.000,00 sendo que desse valor R$ 284.804,15 refere-se a Recebimentos Extra orçamentários que são compostos por Retenções em caráter consignatório retidas de funcionários e vereadores, e rendimentos de aplicações financeiras. Quanto às despesas orçamentárias ordinárias são da ordem de R$ 1.470.308,09 e as Transferências Financeiras Concedidas na ordem de R$ 129.691,91 que se referem a devolução de recursos à Prefeitura.

MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO	*ISAAC MAIA LEMES*	*LETICIA APARECIDA ALVES*
Contador (a)	Presidente	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:9D392011

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL			**Exercício 2025**
Balanço Anual			
Câmara Municipal de Cafeara			
ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO CIRCULANTE		0,00	35.858,75

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	35.858,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		0,00	35.858,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	35.858,75
CONTA ÚNICA		0,00	35.858,75
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		0,00	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		176.600,94	172.434,15
IMOBILIZADO		176.600,94	172.434,15
BENS MOVEIS		396.071,54	356.195,18
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO		396.071,54	356.195,18
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		46.335,61	36.596,21
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO		11.281,00	6.301,00
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS		3.710,00	3.710,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		31.344,61	26.585,21
BENS DE INFORMÁTICA		126.479,55	96.654,89
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		99.907,55	96.654,89
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		26.572,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		86.633,30	86.633,30
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		3.022,00	3.022,00
MOBILIÁRIO EM GERAL		83.611,30	83.611,30
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		25.532,45	25.532,45
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO		25.532,45	25.532,45
VEÍCULOS		76.000,00	76.000,00
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA		76.000,00	76.000,00
DEMAIS BENS MÓVEIS		35.090,63	34.778,33
OUTROS BENS MÓVEIS		35.090,63	34.778,33
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		(219.470,60)	(183.761,03)
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO		(219.470,60)	(183.761,03)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		(219.470,60)	(183.761,03)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		(43.005,26)	(39.118,01)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA		(51.113,43)	(33.359,90)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		(53.530,15)	(46.954,63)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		(1.574,52)	(1.268,52)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS		(53.200,00)	(50.476,37)
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS		(17.047,24)	(12.583,60)
TOTAL		**176.600,94**	**208.292,90**

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
PASSIVO CIRCULANTE		39.128,13	26.554,45
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		39.128,13	26.554,45
PESSOAL A PAGAR		37.079,02	25.715,22
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		37.079,02	25.715,22
PESSOAL A PAGAR		37.079,02	25.715,22
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS		0,00	0,00
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO		0,00	0,00

PASSIVO

ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FÉRIAS		37.079,02	25.715,22
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		2.049,11	839,23
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-INTER OFSS - UNIÃO		2.049,11	839,23
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		2.049,11	839,23
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES		2.049,11	839,23
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS		0,00	0,00
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR		0,00	0,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RETENÇÕES - PLANOS DE SEGUROS		0,00	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00	0,00
OUTROS CONSIGNATARIOS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS		0,00	0,00
DIARIAS A PAGAR		0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		**39.128,13**	**26.554,45**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício**
RESULTADOS ACUMULADOS	137.472,81	181.738,45
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(44.265,64)	91.176,49
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	181.738,45	90.561,96
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**137.472,81**	**181.738,45**
TOTAL	176.600,94	208.292,90

ATIVO FINANCEIRO	0,00	35.858,75	**PASSIVO FINANCEIRO***	0,00	35.858,75
ATIVO PERMANENTE	176.600,94	172.434,15	**PASSIVO PERMANENTE**	39.128,13	26.554,45
SALDO PATRIMONIAL				**137.472,81**	**145.879,70**
*Passivo Financeiro: Inclui Restos a Pagar Não Processados					

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS A EXECUTAR		0,00	0,0
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A RECEBER		0,00	0,0
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR		0,00	0,0
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR		0,00	0,0
TOTAL		**0,00**	**0,0**
Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS A EXECUTAR		0,00	0,0
OBRIGAÇÕES CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES A LIBERAR		0,00	0,0

Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
ESPECIFICAÇÃO	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	9	277.597,08	288.212,52
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR		0,00	0,00
TOTAL		**277.597,08**	**288.212,52**
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
FONTES DE RECURSOS	**Exercício Atual**		**Exercício Anterior**
1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)	0,00		0,00
94 Retenções em caráter consignatório	0,00		0,00
TOTAL	**0,00**		**0,00**

Notas Explicativas

7 - BALANÇO PATRIMONIAL

Sob a égide da Lei de Finanças Públicas, qual seja, a Lei Federal nº 4320/1964, citada acima, ela traz em seu artigo 105 a forma que será elaborado o Balanço Patrimonial das Entidades do Setor Público:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, em que o pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Assim, o Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Cafeara, encerrou o exercício de 2024 conforme as análises abaixo.

ATIVO

Disponibilidade

Não restaram, em 31/12/2025, valores em disponibilidade de caixa.

Patrimônio

O Imobilizado da Câmara está na ordem de R$ 176.600,94. Os ativos da Câmara são reconhecidos com base do valor de aquisição. A Câmara não possui Ativo Intangível, e o seu patrimônio é composto basicamente por bens de pequeno valor unitário; alguns móveis, e um veículo automotor adquirido para locomoção dos vereadores. O valor de depreciação acumulado ao fim do período ficou em R$ 219.470,60.

PASSIVO

Passivos

A Entidade manteve em seu Passivo circulante os valores referentes a Provisões de Férias dos servidores, tendo em vista que o décimo terceiro salário é pago integralmente em dezembro. Assim, restaram de Provisões de Férias a pagar o valor de R$ 37.079,02; e os encargos provisionados sobre as férias ficaram em R$ 2.049,11. Totalizando o passivo em R$ 39.128,13.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultado do Exercício

O resultado do exercício foi igual a R$ (44.265,64), tendo em vista que não houve aquisições significativas de bens durante o ano; o Resultado Acumulado ficou em R$ 137.472,81, que foi o total do Patrimônio Líquido no exercício de 2025. Assim o balanço Patrimonial de 2025 fechou em R$176.600,94.

8 - TABELA DE ATIVO E PASSIVO: FINANCEIRO, E PERMANENTE

Ativo Permanente

De acordo com o MCASP (BRASIL, 2021)

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Assim, encerrou-se o exercício de 2025 sem valores empenhados e não pagos dentro do exercício, ou seja, sem restos a pagar para o exercício seguinte.

O Ativo Permanente compreenderá: os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. Nesse sentido, o saldo de Ativo Permanente da Entidade é de R$ 176.600,94 valor esse referente aos bens da Câmara, o Ativo Imobilizado, saldo do Balanço Patrimonial findo no exercício 2025. O MCASP diz ainda que: No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (BRASIL, 2021.)

Desse modo, ao tomarmos para análise o Balanço Patrimonial de 2025, o Passivo Financeiro ficou em R$ 0,00 e o Passivo Permanente em R$ 39.128,13.

9 - SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Obrigações Contratuais a Executar

Analisando o MCASP, pode-se notar que ao observarmos o Quadro das Contas de Compensação: Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados. (BRASIL, 2021).
O saldo de Obrigações contratuais a executar da Entidade ficou em R$ 277.597,08.

MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO	***ISAAC MAIA LEMES***	***LETICIA APARECIDA ALVES***
Contador (a)	Presidente	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:1D544443

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
EXERCÍCIO:2025	**PERÍODO(MÊS):DEZEMBRO**		**DATA EMISSÃO:19/03/2026**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**1.600.000,00**	**1.500.799,50**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		**0,00**	**0,00**
IMPOSTOS		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE COMERCIO EXTERIOR		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTRA OFSS		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO E A RENDA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO		0,00	0,00
IMPOSTOS EXTRAORDINÁRIOS		0,00	0,00
OUTROS IMPOSTOS		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLICIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		0,00	0,00
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00

(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTO SANITÁRIO - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA CIDADE - INTER OFSS -		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA EXPANSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RURAL - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		**0,00**	**0,00**
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO SEGURADO AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS E MILITARES - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RGPS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OU O FATURAMENTO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOBRE RECEITA DE CONCURSO DE PROGNOSTICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DO IMPORTADOR DE BENS OU SERVIÇOS DO EXTERIOR		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATÉGORIAS PROFISSIONAIS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		**0,00**	**0,00**
VENDA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE PRÓPRIO - PAÍS		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO VEGETAL		0,00	0,00
VENDA DE ESTOQUE DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS		0,00	0,00
VENDA DE LIVROS PERIOD. MAT. ESC. E PUBLICID.		0,00	0,00
VENDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE MERCADORIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00

VENDA DE PRODUTOS		0,00	0,00
VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDA BRUTA DE PRODUTOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA VENDA BRUTA DE PRODUTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS		0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DO VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		**0,00**	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
MULTAS E JUROS CRÉDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES		0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DE MULTAS E JUROS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS INTERNOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICIPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00

REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		**1.600.000,00**	**1.500.000,00**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		1.600.000,00	1.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.600.000,00	1.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		1.600.000,00	1.500.000,00
REPASSE RECEBIDO		1.600.000,00	1.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA DE CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**799,50**
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	799,50
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	799,50
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	799,50
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	799,50
REAVALIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS		0,00	799,50
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM AJUSTE DE GANHOS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DOS GANHOS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
GANHOS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS APREENDIDOS		0,00	0,00
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR PRODUÇÃO		0,00	0,00

OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REVERSÃO DE REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**0,00**	**0,00**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO POSITIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE OUTROS INVESTIMENTOS		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00
POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS		0,00	0,00
REVERSÃO DE AJUSTES DE PERDAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE DESÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS		0,00	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**1.644.265,64**	**1.409.623,01**
PESSOAL E ENCARGOS		**1.134.433,33**	**1.014.914,73**
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		959.698,63	878.350,04
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS		420.923,51	376.383,24
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSOLIDAÇÃO		420.923,51	376.383,24
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS		420.923,51	376.383,24
VENCIMENTOS E SALÁRIOS		355.168,78	321.832,02
13. SALÁRIO		27.086,08	27.202,44
FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO		23.768,98	10.958,30
FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL		14.899,67	16.390,48
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS		538.775,12	501.966,80
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSOLIDAÇÃO		538.775,12	501.966,80
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS		538.775,12	501.966,80
VENCIMENTOS E SALARIOS		93.372,71	85.738,85
FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS		7.618,91	0,00
13. SALARIO		11.016,46	7.164,20
FERIAS - ABONO CONSTITUCIONAL		2.301,78	7.132,56
SUBSÍDIOS		424.465,26	401.931,19
OUTRAS VPD VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL - RGPS		0,00	0,00
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS		123.507,96	94.745,58
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		54.979,21	48.864,84
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTRA OFSS		51.146,52	48.864,84
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS		51.146,52	48.864,84
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		3.832,69	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - RPPS		3.832,69	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS		68.528,75	45.880,74
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDAÇÃO		67.318,87	45.880,74

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS		67.318,87	45.880,74
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO		1.209,88	0,00
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - RGPS		1.209,88	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS		0,00	0,00
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS		0,00	0,00
OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL		51.226,74	41.819,11
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS		51.226,74	41.819,11
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		51.226,74	41.819,11
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS		0,00	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL - MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS		0,00	0,00
PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**0,00**	**282,40**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		0,00	0,00
APOSENTADORIAS - RPPS		0,00	0,00
APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS - PESSOAL CIVIL		0,00	0,00
APOSENTADORIAS - RGPS		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
RESERVA REMUNERADA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS RESERVA- PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
REFORMA - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PROVENTOS REFORMA - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
OUTRAS APOSENTADORIAS		0,00	0,00
PENSÕES		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS		0,00	0,00
PENSÕES - RPPS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PENSÕES - RGPS		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR		0,00	0,00
PENSÕES - PESSOAL MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PENSÕES		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO IDOSO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	0,00
AUXÍLIO POR NATALIDADE		0,00	0,00
AUXÍLIO POR MORTE		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS POR SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA		0,00	0,00
BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM CASO DE CALAMIDADE PÚBLICA		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	282,40
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL		0,00	282,40
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL - CONSOLIDAÇÃO		0,00	282,40
SALARIO-FAMILIA		0,00	282,40
SALARIO FAMILIA - ATIVO PESSOAL CIVIL		0,00	282,40
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - RGPS		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - MILITAR - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SALARIO-FAMILIA		0,00	0,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		0,00	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		**380.140,40**	**201.372,00**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		52.137,42	25.823,17
CONSUMO DE MATERIAL		52.137,42	25.823,17
CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO		52.137,42	25.823,17
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS		2.978,16	4.268,22
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO		49.159,26	21.554,95
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS		292.293,41	153.779,56
DIÁRIAS		62.452,00	41.847,00
DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		62.452,00	41.847,00
OUTRAS DIÁRIAS		62.452,00	41.847,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ		229.841,41	111.932,56
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO		229.841,41	111.932,56
LOCAÇÕES		79.285,87	72.225,77
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS		0,00	0,00
CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00		0,00	0,00
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		35.709,57	21.769,27
DEPRECIAÇÃO		35.709,57	21.769,27
DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		35.709,57	21.769,27

DEPRECIAÇÃO DE IMOBILIZADO		35.709,57	21.769,27
DEPRECIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		35.709,57	21.769,27
AMORTIZAÇÃO		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO		0,00	0,00
EXAUSTÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		**0,00**	**0,00**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTRA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA MOBILIARIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS INTERNOS OBTIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS DE MORA		0,00	0,00
MULTAS DEDUTÍVEIS		0,00	0,00
MULTAS INDEDUTÍVEIS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INTRA OFSS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - NÃO PARCELADAS		0,00	0,00
MULTAS E JUROS SOBRE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - PARCELADAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA INTERNA - INTER OFSS MUNICÍPIO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE DÍVIDA MOBILIARIA EXTERNA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- UNIÃO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - INTER OFSS- MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETARIAS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO NEGATIVA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DO BANCO CENTRAL		0,00	0,00
MANUTENÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM SENTENÇAS JUDICIAIS		0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS EM INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		**129.691,91**	**193.053,88**
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		129.691,91	193.053,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		129.691,91	193.053,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		129.691,91	193.053,88
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		129.691,91	193.053,88
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		129.691,91	193.053,88
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
FUNDO EM REPARTIÇÃO		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS		0,00	0,00
DISTRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL DE RECEITAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - ESTADO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS - INTER-OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A ENTES - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS		0,00	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		**0,00**	**0,00**
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS IMÓVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIOS		0,00	0,00
AJUSTE PARA PERDAS EM EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A SEGURADOS DO RPPS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS E DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES		0,00	0,00

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO DE DEMAIS ATIVOS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM INTANGÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES		0,00	0,00
PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM ESTOQUES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTRAS PERDAS INVOLUNTÁRIAS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - ESTADO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DAS TAXAS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DAS DEMAIS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		**0,00**	**0,00**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
IMPOSTOS		0,00	0,00
IMPOSTOS- CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
TAXAS		0,00	0,00
TAXAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		**0,00**	**0,00**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS - CPV		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS - CSP		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**0,00**	**0,00**
PREMIAÇÕES		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CULTURAIS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES ARTÍSTICAS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES CIENTIFICAS		0,00	0,00
PREMIAÇÕES DESPORTIVAS		0,00	0,00
ORDENS HONORIFICAS		0,00	0,00
OUTRAS PREMIAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		0,00	0,00
RESULTADO NEGATIVO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		0,00	0,00
OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
JUROS		0,00	0,00
POSIÇÃO DE NEGOCIAÇÃO		0,00	0,00

POSIÇÃO DE INVESTIMENTOS		0,00	0,00
CORREÇÃO CAMBIAL		0,00	0,00
OUTRAS VPD DE OPERAÇÕES DA AUTORIDADE MONETÁRIA		0,00	0,00
INCENTIVOS		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CIÊNCIA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA		0,00	0,00
INCENTIVOS A CULTURA - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE		0,00	0,00
INCENTIVOS AO ESPORTE - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
OUTROS INCENTIVOS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		0,00	0,00
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS - CONSOLIDAÇÃO		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE DEBÊNTURES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE PARTES BENEFICIARIAS		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES DE INSTITUIÇÕES OU FUNDOS DE ASSISTÊNCIA OU PREVIDÊNCIA DE EMPREGADOS		0,00	0,00
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
VPD DE PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA REPARTIÇÃO DE CRÉDITOS		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA RISCOS DECORRENTES DE CONTRATOS DE PPP		0,00	0,00
VPD DE PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL		0,00	0,00
VPD DE OUTRAS PROVISÕES		0,00	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS/SPSM		0,00	0,00
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PRÓPRIOS		0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM BONIFICAÇÕES		0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO EM INVESTIMENTOS		0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - INTER OFSS - UNIÃO		0,00	0,00
COMPENSAÇÕES AO RGPS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS		0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(44.265,64)	**91.176,49**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(decorrentes da execução orçamentária)		**0,00**	**0,00**
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		39.876,36	128.740,55
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	0,00
Notas Explicativas			
10 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. (Art. 104 da Lei nº 4320/1964).			
De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais a Câmara possui Variação Patrimonial Aumentativa no exercício de 2025 na ordem de R$ 1.600.000,00 referentes ao Duodécimo repassado pela Prefeitura Municipal. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas, os itens que mais se destacam são: Remuneração a Pessoal R$ 959.698,63 e			
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo R$ 380.140,40.			
MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO	***ISAAC MAIA LEMES***	***LETICIA APARECIDA ALVES***	
Contador (a)	Presidente	Controle Interno	
Entidades Consolidadas:			
Câmara Municipal de Cafeara			

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:DAC52EF3

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
2025		
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO	**DATA EMISSÃO: 19/03/2026**	
DESCRIÇÃO	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	1.884.804,15	1.791.633,26
RECEITAS DERIVADAS	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas	0,00	0,00
RECEITAS ORIGINÁRIAS	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Originárias	0,00	0,00

Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	1.884.804,15	1.791.633,26
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	1.600.000,00	1.500.000,00
Recebimentos Extraorçamentários	284.804,15	291.633,26
DESEMBOLSOS	1.920.662,90	1.807.819,15
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	1.070.632,91	970.426,33
LEGISLATIVA	1.070.632,91	970.426,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	850.029,99	837.392,82
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	435.533,93	352.705,68
Transferências Financeiras Concedidas	129.691,91	193.053,88
Pagamentos Extraorçamentários	284.804,15	291.633,26
Outros Desembolsos	0,00	0,00
Perdas de Investimentos/Redução Valor Recuperável	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	(35.858,75)	(16.185,89)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(35.858,75)	(16.185,89)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	35.858,75	52.044,64
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	0,00	35.858,75
Notas Explicativas		
11 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
De acordo com a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Câmara não houve geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício de 2025.		
MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO	***ISAAC MAIA LEMES***	***LETICIA APARECIDA ALVES***
Contador (a)	Presidente	Controle Interno
Entidades Consolidadas:		
Câmara Municipal de Cafeara		

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:551A205D

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CAFEARA

Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

NOTAS EXPLICATIVAS – EXERCÍCIO DE 2025

I – CONTEXTO OPERACIONAL	
NOTA 01	A Câmara Municipal de Cafeara constitui-se em órgão integrante da Administração Direta do Município de Cafeara, Estado do Paraná, dotado de personalidade jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.074.206/0001-91, com sede administrativa na Avenida Brasil nº 188, Centro.

	O Poder Legislativo exerce suas competências conforme a Constituição Federal (arts. 29 a 31) e a Lei Orgânica do Município, com funções legislativa, fiscalizadora e de controle externo.
II – BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES	
NOTA 02	As demonstrações foram elaboradas conforme: - Lei nº 4.320/1964 - Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) - NBC TSP - MCASP - PCASP - Normas do TCE-PR
III – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	
NOTA 03	O regime contábil adotado na Câmara é o misto, conforme a Lei Federal nº 4.320 de 1.964, seguindo o regime de competência para as despesas e o regime de caixa para a receita. No que se refere à avaliação e mensuração do Imobilizado: na mensuração, a câmara opta pelo registro pelo valor de aquisição do bem. É feito mensalmente o procedimento de depreciação dos bens pelo uso, adotando o método linear para tal.
IV – DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
NOTA 04	Dos Balanços O artigo 101 da Lei nº 4320/1964 dispõe que "Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais. " Nesse sentido, as demonstrações contábeis que se referem ao exercício de 2025 da Câmara Municipal de Cafeara, publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná são: · Anexo 12 - Balanço Orçamentário, - **nota 05** · Anexo 13 - Balanço Financeiro, **nota 06** · Anexo 14 - Balanço Patrimonial, **notas 07, 08 e 09** · Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, **nota 10** · Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa **nota 11**, e · Notas Explicativas.

NOTA 05	**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** Conforme Art. 102. Da Lei Nº 4320/1964: "O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. " Assim a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 659/2024) fixou as despesas do Poder Legislativo em R$ 1.600.000,00 (um milhão, e seiscentos mil reais) para o exercício financeiro de 2025. Desse valor, foram devolvidos ao Poder Executivo em 29 de dezembro de 2025 R$ 129.691,91. Não houve no exercício de 2025 Restos a Pagar não Processados para o exercício de 2026. Quanto às dotações orçadas inicialmente, a Câmara Municipal realizou seis alterações no orçamento por meio de Crédito Adicional Suplementar quais sejam:

	Ato 01 - Decreto Legislativo nº 01/2025 – no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: **MATERIAL DE CONSUMO**. **Ato 02 - Decreto Legislativo nº 04/2025** – no valor de R$ 50.000,00 suplementando a conta de: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**. **Ato 03 - Decreto Legislativo nº 06/2025** – no valor de R$ 30.000,00 suplementando a conta de: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**. **Ato 04 - Decreto Legislativo nº 07/2025** – no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: **MATERIAL DE CONSUMO**. **Ato 05 - Decreto Legislativo nº 08/2025** – no valor de R$ 15.000,00 suplementando a conta de: **DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL**. **Ato 06 - Decreto Legislativo nº 09/2025** – no valor de R$ 20.000,00 suplementando a conta de: **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**. As alterações totalizaram o valor de R$ 155.000,00. A legislação citada está publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no Portal Transparência da Câmara Municipal de Cafeara, e estão arquivadas na ATOTECA do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

NOTA 06	**BALANÇO FINANCEIRO** De acordo com o art. 103 da Lei nº 4.320/1964: "O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte." Conforme constam no Balanço Financeiro, foram recebidos no exercício de 2025 a título de Transferências Financeiras Recebidas o montante de R$ 1.600.000,00 sendo que desse valor R$ 284.804,15 refere-se a Recebimentos Extra orçamentários que são compostos por Retenções em caráter consignatório retidas de funcionários e vereadores, e rendimentos de aplicações financeiras. Quanto às despesas orçamentárias ordinárias são da ordem de R$ 1.470.308,09 e as Transferências Financeiras Concedidas na ordem de R$ 129.691,91 que se referem a devolução de recursos à Prefeitura.
NOTA 07	**BALANÇO PATRIMONIAL** Sob a égide da Lei de Finanças Públicas, qual seja, a Lei Federal nº 4320/1964, citada acima, ela traz em seu artigo 105 a forma que será elaborado o Balanço Patrimonial das Entidades do Setor Público: Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará: I - O Ativo Financeiro; II - O Ativo Permanente; III - O Passivo Financeiro; IV - O Passivo Permanente; V - O Saldo Patrimonial; VI - As Contas de Compensação. § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, em que o pagamento independa de autorização orçamentária. § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a

afetar o patrimônio.

Assim, o Balanço Patrimonial da Câmara Municipal de Cafeara, encerrou o exercício de 2024 conforme as análises abaixo.

ATIVO

Disponibilidade

Não restaram, em 31/12/2025, valores em disponibilidade de caixa.

Patrimônio

O Imobilizado da Câmara está na ordem de R$ 176.600,94. Os ativos da Câmara são reconhecidos com base do valor de aquisição. A Câmara não possui Ativo Intangível, e o seu patrimônio é composto basicamente por bens de pequeno valor unitário; alguns móveis, e um veículo automotor adquirido para locomoção dos vereadores. O valor de depreciação acumulado ao fim do período ficou em R$ 219.470,60.

PASSIVO

Passivos

A Entidade manteve em seu Passivo circulante os valores referentes a Provisões de Férias dos servidores, tendo em vista que o décimo terceiro salário é pago integralmente em dezembro. Assim, restaram de Provisões de Férias a pagar o valor de R$ 37.079,02; e os encargos provisionados sobre as férias ficaram em R$ 2.049,11. Totalizando o passivo em R$ 39.128,13.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultado do Exercício

O resultado do exercício foi igual a R$ (44.265,64), tendo em vista que não houve aquisições significativas de bens durante o ano; o Resultado Acumulado ficou em R$ 137.472,81, que foi o total do Patrimônio Líquido no exercício de 2025. Assim o balanço Patrimonial de 2025 fechou em **R$176.600,94.**

8 - TABELA DE ATIVO E PASSIVO: FINANCEIRO, E PERMANENTE

Ativo Permanente

De acordo com o MCASP (BRASIL, 2021)

§1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Assim, encerrou-se o exercício de 2025 sem valores empenhados e não pagos dentro do exercício, ou seja, sem restos a pagar para o exercício seguinte.

O Ativo Permanente compreenderá: *"os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa."* Nesse sentido, o saldo de Ativo Permanente da Entidade é de R$ 176.600,94 valor esse referente aos bens da Câmara, o Ativo Imobilizado, saldo do Balanço Patrimonial findo no exercício 2025.

O MCASP diz ainda que:

No Balanço Patrimonial, o passivo é classificado em passivo financeiro e passivo permanente (não financeiro) conforme o art. 105 da Lei nº 4.320/1964:

§3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

§4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (BRASIL, 2021.)

Desse modo, ao tomarmos para análise o Balanço Patrimonial de 2025, o Passivo Financeiro ficou em R$ 0,00 e o Passivo Permanente em R$ 39.128,13.

9 - SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

	Obrigações Contratuais a Executar Analisando o MCASP, pode-se notar que ao observarmos o "Quadro das Contas de Compensação": *Este quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. Os valores dos atos potenciais já executados não devem ser considerados." (BRASIL, 2021).* O saldo de "Obrigações contratuais a executar" da Entidade ficou em R$ 277.597,08.

	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
NOTA 10	A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. (Art. 104 da Lei nº 4320/1964). De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais a Câmara possui Variação Patrimonial Aumentativa no exercício de 2025 na ordem de R$ 1.600.000,00 referentes ao Duodécimo repassado pela Prefeitura Municipal. Quanto as Variações Patrimoniais Diminutivas, os itens que mais se destacam são: Remuneração a Pessoal – R$ 959.698,63 e Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – R$ 380.140,40.
NOTA 11	**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA** De acordo com a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Câmara não houve geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício de 2025.

Cafeara (PR), 31 de dezembro de 2025.

X

ISAAC MAIA LEMES

Presidente da Câmara 2025-2026

X

MICHELE APARECIDA SILVA DO CARMO

Contadora CRCPR nº 065.926-O/6

X

LETÍCIA APARECIDA ALVES

Controladora Interna

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:58037FA5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2025.

Extrato do 1° Termo Aditivo À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 074/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675

.

Contratado: empresa **INFOELETRO CONSOLATA LTDA-ME,** sediada na Avenida Presidente Juscelino, 908 Sala 02 - Cep: 85415000, Bairro: Centro, Telefone: (45) 3241-3393, e-mail: infoeletro@infoeletro.com.br, na cidade de Cafelândia/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.497.038/0001-35, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **Ricardo Cardoso**.

Objeto: Fica alterada a cláusula **terceira (da vigência)** da Ata de Registro de Preços originário, aditando em mais **12 (doze) meses,** findando-se em **10/03/2027**, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Viação e Obras e Serviços Públicos, Anuência do Contratado, Relatório do Fiscal e Parecer Jurídico, passando a vigorar a partir do dia **11/03/2026.**

A cláusula segunda **(Dos Preços, Especificações e Quantitativos)** fica renovado os quantitativos originais da Ata de Registro de Preços, e reajustado os valores dos acréscimos dos quantitativos conforme índice dos últimos 12(doze) meses do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,44% (quatro virgula quarenta e quatro por cento), conforme tabela abaixo:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	42353	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS CÓDIGO SINAPI: 96113.	M²	800,00	60,58	48.464,00
1	2	42354	ACABAMENTOS PARA FORRO (MOLDURA DE GESSO). AF_08/2023 CODIGO SINAPI: 96120	M²	400,00	4,18	1.672,00
1	3	42355	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA BIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS CODIGO SINAPI: 42355	M²	1.000,00	72,06	72.060,00
1	4	42356	RODAFORRO EM PVC, PARA FORRO DE PVC, COMPRIMENTO 6 M CODIGO SINAPI: 36250	M	500,00	6,53	3.265,00
1	5	42357	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6 M2, COM VÃOS. AF_07/2023_PS CODIGO SINAPI: 36959	M²	400,00	108,62	43.448,00
1	6	42358	DIVISÓRIAS EM PAINEIS DE MADEIRA DE MEDIA DENSIDADE MDF (EUCATEX), PADRÃO COMERCIAL, ESPESSURA DE 35MM, ACABAMENTO LISO NAS DUAS FACES FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO CODIGOP SINAPI: C-005	M²	400,00	119,06	47.624,00
1	7	42359	GESSEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	HR	500,00	24,02	12.010,00

			CODIGO SINAPI: 88269				
1	8	42360	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES CODIGO SINAPI: 88309	HR	1.000,00	34,47	34.470,00
1	9	42361	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES CODIGO SINAPI: 88316	HR	1.000,00	20,68	20.680,00
TOTAL							283.693,00

Valor total do aditivo: R$ 283.693,00 (Duzentos e Oitenta e Três Mil, Seiscentos e Noventa e Três Reais).

Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das Secretarias do Município, através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
04.001	04.122.00032-008	339039	0	0890- Administração Geral
07.001	10.122.00062-016	339030	303	2020- Manutenção Da atenção básica
08.001	12.361.00082-030	339030	103	4070- Manut. Ensino Fundamental
08.001	12.365.00092-035	339030	103	4740- Manut. Da Educação Infantil
08.002	13.392.00102-041	339030	0	5340- Manutenção Das Atividades Culturais
09.001	08.122.00142-044	339030	0	5560- Serv. Administ. E Suporte Físico
10.001	15.451.00162-057	339030	0	6450- Manutenção Divisão de Obras
10.001	26.782.00162-060	339030	0	6640- Manut. Conserv. Malha Viária
11.001	15.452.00172-061	339030	0	6900- Manut. Serv. Limpeza Pública
11.001	20.608.00172-067	339030	0	7280-Manut.Coord.Agric. e Meio Ambiente
12.001	27.812.00112-072	339030	0	7530-Manut. E Desenv. Do Esporte

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas

Assinaturas: Junior Motter, **Ricardo Cardoso**.

Data da Assinatura: 11/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:19DB3180

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 002/2025.

Extrato do 1° Termo Aditivo À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 075/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 002/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675

.

Contratado: empresa **INFOELETRO CONSOLATA LTDA-ME,** sediada na Avenida Presidente Juscelino, 908 Sala 02 - Cep: 85415000, Bairro: Centro, Telefone: (45) 3241-3393, e-mail: infoeletro@infoeletro.com.br, na cidade de Cafelândia/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.497.038/0001-35, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **Ricardo Cardoso**.

Objeto: Fica alterada a cláusula **terceira (da vigência)** da Ata de Registro de Preços originário, aditando em mais **12 (doze) meses,** findando-se em **10/03/2027**, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Viação e Obras e Serviços Públicos, Anuência do Contratado, Relatório do Fiscal e Parecer Jurídico, passando a vigorar a partir do dia **11/03/2026.**

A cláusula segunda **(Dos Preços, Especificações e Quantitativos)** fica renovado os quantitativos originais da Ata de Registro de Preços, e reajustado os valores dos acréscimos dos quantitativos conforme índice dos últimos 12(doze) meses do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,44% (quatro virgula quarenta e quatro por cento), conforme tabela abaixo:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO DO PRODUTO/SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	42277	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACIÇO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO.	UND	100,00	508,67	50.867,00
1	2	42278	POÇO DE INSPEÇÃO CIRCULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M, PROFUNDIDADE = 1.50M	UND	40,00	725,63	29.025,20
1	3	42279	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) 300 MM - ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 300 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS	M	300,00	19,72	5.916,00
1	4	42280	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) 400 MM - ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO (SIMPLES) PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS	M	800,00	30,10	24.080,00
1	5	42281	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 600 MM - ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS.	M	600,00	41,52	24.912,00
1	6	42282	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 800 MM ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS	M	600,00	52,94	31.764,00
1	7	42283	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 1000 MM ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA	M	200,00	64,36	12.872,00
1	8	42284	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 1200 MM ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1200 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS.	M	100,00	85,12	8.512,00
1	9	42285	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO 1500 MM A 2000 MM ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1500 MM A 2000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS.	M	60,00	113,15	6.789,00
1	10	42286	GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO GUIA (MEIO-FIO) CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO OU RETO COM EXTRUSORA, 11,5 CM BASE X 22 CM ALTURA	M	1.000,00	22,84	22.840,00
1	11	42287	FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAS OU GRADES DE BOCA DE LOBO FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TAMPAS OU GRADES DE BOCA DE LOBO, (DIMENSÃO MÉDIA 120X90X8)	UND	200,00	178,55	35.710,00
1	12	42288	INSTALAÇÕES DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO INSTALAÇÕES DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO	UND	200,00	65,40	13.080,00
1	13	42289	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DN 100 MM TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS	M	500,00	5,71	2.855,00
1	14	42290	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DN 150 MM TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS.	M	500,00	6,54	3.270,00
1	15	42291	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DN 200 MM TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS.	M	300,00	7,37	2.211,00
1	16	42292	SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO /CONSTRUÇÃO--SERVENTE SERVIÇOS. HORA SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--SERVENTE SERVIÇOS DRENAGEM COM ENCARGOS. HORA	HR	1.920,00	24,91	47.827,20
1	17	42293	SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--PEDREIRO. HORA. SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--PEDREIRO SERVIÇOS DRENAGEM COM ENCARGOS. HORA.	HR	1.920,00	35,30	67.776,00
1	18	42294	SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--SERVENTE. MÊS SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--SERVENTE SERVIÇOS DRENAGEM COM ENCARGOS. MÊS	MÊS	24,00	4.671,45	112.114,80
1	19	42295	SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--PEDREIRO. MÊS SERVIÇOS DIVERSOS DE MANUTENÇÃO / CONSTRUÇÃO--PEDREIRO SERVIÇOS DRENAGEM COM ENCARGOS. MÊS	MÊS	24,00	5.917,17	142.012,08
TOTAL							644.433,28

Valor total do aditivo: R$ 644.433,28 (Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Trinta e Três Reais e Vinte e Oito Centavos).

Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das Secretarias do Município, através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
04.001	04.122.00032-008	339030	0	0730- Administração Geral
07.001	10.122.00062-016	339030	303	2020- Manutenção Da atenção básica
08.001	12.361.00082-030	339030	103	4070- Manut. Ensino Fundamental
08.001	12.365.00092-035	339030	103	4740- Manut. Da Educação Infantil
08.002	13.392.00102-041	339030	0	5340- Manutenção Das Atividades Culturais
09.001	08.122.00142-044	339030	0	5560- Serv. Administ. E Suporte Físico
10.001	15.451.00162-057	339030	0	6450- Manutenção Divisão de Obras

10.001	26.782.00162-060	339030	0	6640- Manut. Conserv. Malha Viária
11.001	15.452.00172-061	339030	0	6900- Manut. Serv. Limpeza Pública
11.001	20.608.00172-067	339030	0	7280-Manut.Coord.Agric. e Meio Ambiente
12.001	27.812.00112-072	339030	0	7530-Manut. E Desenv. Do Esporte

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas

Assinaturas: Junior Motter, **Ricardo Cardoso**.

Data da Assinatura: 11/03/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:66FC7030

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO

DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 06/2026

Dispensa Eletrônica nº 01/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro, designado pela **Portaria nº 048/2025 TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.

Fornecedor: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRANSITO LTDA

CNPJ: 05.593.990/0001-32

Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Empresa especializada na realização de Curso especializado de Transporte Coletivo de passageiros (TCP) para motoristas municipais.	Serviço	Serv.	60	99,465	5.967,90
2	1	Empresa especializada na realização de Curso especializado de Transporte de veículos de emergência (TVE) para motoristas municipais.	Serviço	Serv.	60	99,998	5.999,90
Total: R$11.967,80							

Valor Total da Dispensa: R$ 11.967,80 (onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

Califórnia, 24 de fevereiro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS

Pregoeiro

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:E12913AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO 03/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO

DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 04/2026

Pregão nº 03/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS's do município conforme Resoluções da SESA.**

FORNECEDOR: GELCIO MOISES GARCIA ME

CNPJ: 07.760.250/0001-79

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	12	UNID	Armário de Aço Alto, com 2 Portas de Abrir Material Confeccionado em Chapa de Aço Carbono de alta qualidade, com espessura mínima de Chapa 24 (0,60 mm) no corpo e nas portas. Dimensões Mínimas Altura: 190 cm; Largura: 90 cm; Profundidade: 40 cm. Acabamento Tratamento antiferruginoso e acabamento em Pintura Eletrostática a Pó (Epóxi), resistente a riscos e de fácil limpeza. Cor: Cinza padrão ou a ser definida pela Administração. Portas e Fechamento Duas portas de abrir, com reforços internos (tipo "ômega" ou similar) para maior rigid ez. Fechamento por fechadura cilíndrica tipo Yale ou similar, com chave duplicada. Puxadores embutidos ou de polipropileno/metálicos. Prateleiras Mínimo de 04 (quatro) prateleiras internas (podendo ser 01 fixa e 03 reguláveis) com reforço para suporte de peso. Capacidade mínima de carga por prateleira de 40 Kg (distribuídos uniformemente). Montagem O armário deve ser entregue montado e pronto para uso (ou com serviço de montagem incluso). Garantia Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	599,99	7.199,88	COMAÇO
5	40	UNID	Cadeira Fixa Estofada de Quatro Pés Estrutura de Sustentação Estrutura dos pés e base confeccionada em tubo de aço carbono (aço tubular) com diâmetro e espessura de parede adequados para uso institucional. Acabamento da Estrutura Tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi) de alta resistência na cor Preta ou Cinza Padrão. PésQuatro pés fixos (estrutura tipo ski ou quatro pernas independentes). Devem possuir ponteiras ou sapatas de polipropileno/nylon para proteção do piso. Assento e Encosto em chapa compensada multilaminada com espessura mínima de 10 mm. Estofamento (Espuma) Espuma injetada, de formato anatômico, com espessura mínima de 30 mm (milímetros) e densidade mínima D-33. Revestimento do assento e encosto em Tecido de Alta Resistência (100% poliéster), de fácil higienização e durabilidade. Dimensões Altura Total: 80 cm (aproximada); Largura do Assento: 45 cm (mínimo); Profundidade do Assento: 45 cm (mínimo). Capacidade de Carga de suporte de peso estático de, no mínimo, 120 Kg (quilogramas). Garantia mínima de 12 (doze) meses para estrutura e estofamento contra defeitos de fabricação.	109,00	4.360,00	AMAFLEX
TOTAL:					**R$ 11.559,88**	

FORNECEDOR: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 51.659.136/0001-49

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
2	3	UNID	Aspirador de Pó e Líquidos (Uso Profissional) Função Aspirador que permita a aspiração de Pó (sólidos) e Líquidos (água e resíduos úmidos). Capacidade do Reservatório Capacidade total do reservatório (tambor) mínima de 15 (quinze) litros. Material em aço inoxidável ou polipropileno de alta resistência. Potência mínima do motor de 1.200 W (Watts). Recursos Deve possuir função soprador e rodas giratórias (mínimo 04) para facilitar a movimentação. Filtro Sistema de filtragem eficiente, com filtro lavável e/ou filtro HEPA (desejável) para retenção de micropartículas. Acessórios Inclusos Acompanhar, no mínimo: 1. Mangueira flexível de alta resistência (mínimo 1,5m); 2. Bico para cantos e frestas; 3. Bico para estofados; 4. Bico para pisos (comutável para seco/líquido); 5. Tubos prolongadores (mínimo 02 unidades). Alimentação Voltagem: Bivolt automático (ou 220V, conforme necessidade). Cabo elétrico com comprimento mínimo de 3,0 (três) metros. Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	385,60	1.156,80	LAVOR
10	6	UNID	FORNO MICRO-ONDAS Capacidade Capacidade volumétrica interna mínima de 30 (trinta) litros Potência Potência de saída (consumo) mínima de 900 W (Watts). Tipo de Controle Painel de controle	599,88	3.599,28	MIDEA

			digital e programável, com display de LED ou LCD. Deve possuir teclado de membrana ou touch screen e teclas de acesso rápido. Recursos Possuir, no mínimo, as funções de: 1. Descongelamento programado por peso e/ou tempo; 2. Programas pré-definidos para alimentos básicos; 3. Timer e relógio digital; 4. Trava de segurança (para evitar uso por crianças). Acabamento Interno Cavidade interna em aço inoxidável ou esmalte de alta resistência e fácil limpeza. Deve possuir luz interna .Prato Giratório Prato giratório em vidro temperado, removível e resistente ao calor. Gabinete Gabinete externo em aço ou polímero de alta resistência. Cor: Branco, Preto ou Inox. Alimentação Voltagem: Bivolt (com chave seletora) ou 220V, conforme a necessidade do local a ser instalado. Frequência de 60 Hz Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica (NBRs). Garantia Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
14	4	UNID	Lavadora de roupas Semiautomática (Tanquinho). Capacidade de LavagemCapacidade mínima de 10 Kg (quilogramas) de roupa seca. Sistema de Lavagem Turbilhonamento Vertical com agitador gigante, preferencialmente com eixo em aço inox, para garantir alta eficiência de lavagem. Programas Mínimo de 05 (cinco) programas de lavagem pré-definidos (incluindo ciclos para roupas leves, normais e pesadas), controlados por Timer Analógico ou Mecânico. Material da Cuba Cuba e Gabinete em Polietileno injetado ou Plástico Especial (ou material similar de alta resistência, que não enferruje). Dispenser Possuir Dispenser com separação para, no mínimo, Sabão e Amaciante. Filtragem Possuir Filtro (tipo "coluna d'água" ou similar) para retenção de fiapos. Entrada e Saída de Água Entrada de Água Manual (necessita de torneira) e Saída de Água Manual (por gravidade, através de mangueira). Economia Deve ser classificada como Classe A de Eficiência Energética pelo INMETRO/PROCEL. Tampa Tampa superior em material plástico ou acrílico transparente ou que permita a visualização do processo. AlimentaçãoVoltagem: Monovolt 127V. Regulamentação Possuir Certificação e Selo do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Acessórios Acompanhar mangueira de entrada de água.	865,67	3.462,68	LIBELL
TOTAL:					**R$ 8.218,76**	

FORNECEDOR: AVANTI OFFICE LTDA

CNPJ: 46.186.229/0001-63

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
6	40	UNID	Cadeira Giratória Executiva Tipo e Tamanho Cadeira Giratória, modelo Executivo, tamanho médio. Estrutura Interna Assento e Encosto confeccionados em compensado multilaminado de espessura mínima de 12 mm. Estofamento (Espuma) Espuma injetada, de formato anatômico, com espessura mínima de 45 a 50 mm. Densidade: Média (entre 50 kg/m³ e 60 kg/m³). Revestimento Tecido de alta resistência (100% poliéster). Espessura mínima do tecido de 1 mm. Cor: Azul Escuro ou a ser definida pela Administração. Bordas de acabamento em PVC em todo o contorno do estofado. Mecanismo Tipo Back System, com as seguintes funcionalidades: 1. Regulagem de inclinação do encosto através de alavanca com travamento multiponto; 2. Ajuste automático da frenagem (tensão) do reclinador por molas para retorno; 3. Regulagem de altura do encosto para apoio lombar. Regulagem de Altura Coluna central com sistema de pistão a gás (amortecedor de impacto ao sentar), com regulagem acionada por alavanca. Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico com rolamento axial. Base giratória tipo aranha com 5 hastes, confeccionada em nylon (ou polipropileno de alta resistência) na cor preta. Rodízios duplos (duplo giro), de nylon ou poliuretano, com esferas de aço para maior durabilidade e fluidez Braços injetados em poliuretano (PU) com alma interna em aço. Devem possuir regulagem vertical (altura) e horizontal. Dimensões Mínimas Encosto: Altura de 35 cm (mínimo) X Largura entre 40 cm (mínimo) e 55 cm (máximo). Assento: Profundidade de 45 cm e Largura de 46 cm. Base giratória com diâmetro total de 67 cm. (Tolerância de variação de +/- 10%). Normas e Garantia Fabricada em estrita conformidade com as normas de ergonomia e segurança da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Garantia mínima de 01 (um) ano para defeitos de fabricação.	385,00	15.400,00	MAQPEL
TOTAL:					**R$ 15.400,00**	

FORNECEDOR: ULTRA HD EQUIPAMENTOS E CONSULTORIA ODONTOMEDICA LTDA

CNPJ: 63.175.538/0001-57

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
12	4	UNID	Laser para tratamento odontológico Tipo de Laser Diodo (Ga-Al-As ou similar), de Baixa Potência (Classe 3B), devendo atuar na faixa terapêutica. Comprimentos de Onda Deve operar, no mínimo, com 02 (dois) comprimentos de onda distintos na mesma unidade e podendo ser usado de forma simultânea sendo eles: 1. Laser Vermelho (Visível): Comprimento de onda entre 620 nm a 690 nm (nano metros); 2. Laser Infravermelho (Invisível): Comprimento de onda entre 780 nm a 980 nm (nano metros). Potência Média (Output) Potência mínima de saída (do diodo) de 100 mW (miliwatts) ou superior para cada comprimento de onda, com emissão contínua. Modo de Operação Totalmente digital e microprocessado, permitindo a seleção de dose (Joules) ou tempo de aplicação (Segundos). Display Painel de controle (display de LED ou LCD/Touchscreen) que permita a fácil visualização dos parâmetros de tratamento: comprimento de onda, tempo e energia/dose (em Joules). Apresentação Modelo Portátil ou de Bancada (dependendo da necessidade), leve e com design ergonômico, facilitando o uso clínico. Acessórios Inclusos Acompanhar, no mínimo: 02 (dois) Óculos de Proteção (01 para o operador e 01 para o paciente) com certificação para bloqueio dos comprimentos de onda emitidos; 01 Bico ou Ponteira para uso em acupuntura/auriculoterapia, se aplicável; Manual de Operação em Língua Portuguesa. Alimentação Fonte de alimentação Bivolt Automático (90 V a 240 V). Regulamentação O equipamento deve possuir Registro ativo e válido na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na classe de risco correspondente e ser certificado pela ABNT/INMETRO. Garantia	3.622,38	14.489,52	SMILE HAND

			Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
TOTAL:					**R$ 14.489,52**	

FORNECEDOR: MEGMED LTDA

CNPJ: 16.946.372/0001-45

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
15	1	UNID	Maca de Transporte Hospitalar com Sistema de Elevação Hidráulica Estrutura Estrutura tubular em aço carbono de alta resistência com tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi) ou estrutura em Aço Inoxidável. Base carenada, facilitando a limpeza e ocultando o sistema hidráulico. Sistema de Elevação Sistema de elevação de altura por bomba hidráulica (pedal) acionada por pedal em ambos os lados da maca. Deve permitir a variação de altura, no mínimo, entre 40 cm (mínima) e 80 cm (máxima) (do piso à superfície do leito). Posicionamentos O leito (estrado) deve ser bipartido e articulável, permitindo a regulagem de posições através de amortecedores a gás ou sistema mecânico, como: 1. Fowler (Dorso) por acionamento pneumático; 2. Trendelenburg e 3. Reverso de Trendelenburg (mínimo de 12º). Capacidade de Carga Capacidade de carga estática e dinâmica mínima de 250 Kg (Quilogramas) para pacientes, além do peso dos acessórios. Leito (Estrado) Leito fabricado em chapa ou laminado compacto, preferencialmente radiotransparente (permitindo uso com Raio-X ou intensificador de imagens) e de fácil higienização. Rodízios e Freios Rodízios giratórios, blindados, com diâmetro mínimo de 6 (seis) a 8 (oito) polegadas. Possuir sistema de freio total ou centralizado acionado por pedal em, no mínimo, dois rodízios (Sistema de Freio Total e Direcional). Direcionamento Possuir 5ª Roda (Roda Direcional) de acionamento por pedal, para auxiliar na manobrabilidade e no controle direcional em corredores longos. Segurança do Pacient eGrades laterais retráteis (escamoteáveis ou de abaixar), construídas em aço inoxidável ou polipropileno de alta resistência, com sistema de acionamento rápido e seguro. Acessórios Acompanhar 01 Colchonete em espuma de alta densidade (mínimo D33), revestido em material impermeável e resistente; 01 Suporte de Soro (IV pole) em aço inox, telescópico e com ganchos; Pára-choques de borracha nas quatro extremidades. Regulamentação e Documentação Possuir Registro ou Cadastro ativo na ANVISA. O licitante deve fornecer manuais e certificações de conformidade técnica e ensaios de capacidade de carga. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	8.632,00	8.632,00	RENOVAR
TOTAL:					**R$ 8.632,00**	

FORNECEDOR: MICRON ATACADO LTDA

CNPJ: 44.133.337/0001-42

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
16	4	UNID	Maquina de lavar roupas 12kg Tipo de Lavadora Totalmente Automática, com ciclos completos de lavagem, enxágue e centrifugação. Capacidade Nominal mínima para lavar até 12 Kg (doze quilogramas) de roupa seca. Abertura Superior (Top Load) com tampa de fechamento suave (soft close). Tampa de vidro temperado ou acrílico resistente, com sistema de segurança.Cesto (Tambor)Cesto (tambor) interno fabricado em Aço Inoxidável (Inox) para maior durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Programas de Lavagem Mínimo de 10 (dez) Programas de Lavagem pré-definidos (incluindo ciclos para roupas delicadas, normais, pesadas, e lavagem rápida). Painel de Controle Eletromecânico ou Digital, externo, resistente a respingos e de fácil leitura e operação. Níveis de Água Possuir, no mínimo, 04 (quatro) Níveis de Água ou Função de Nível Automático (Sistema Smart Sense ou similar) para otimização do consumo. Dispenser com compartimentos separados para, no mínimo, Sabão (Líquido ou em Pó), Amaciante e Alvejante. Recursos Operacionais1. Centrifugação: Velocidade mínima de centrifugação de 650 RPM (Rotações por Minuto). 2. Filtro: Possuir filtro eficiente para retenção de fiapos (Pega-Fiapos ou similar). 3. Reuso de Água: Possuir função que permita o reaproveitamento da água da lavagem para outras finalidades (desejável). Eficiência Deve ser classificada como Classe A de Eficiência Energética pelo INMETRO/PROCEL. Gabinete externo em aço ou material plástico de alta resistência. Cor: Branca ou Inox. Possuir pés niveladores ajustáveis. Alimentação Voltagem: Bivolt. Frequência de 60 Hz. Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	1.918,00	7.672,00	CONSUL
TOTAL:					**R$ 7.672,00**	

FORNECEDOR: PERFLEX MOVEIS LTDA

CNPJ: 06.718.646/0001-95

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
71	20	UNID	Mesa de Escritório Material Principal Confeccionada em painel de fibra de madeira MDP (Medium Density Particleboard) de alta densidade e resistência. Revestimento em Laminado Melamínico de Baixa Pressão (BP) em ambas as faces. Espessura do Tampo Tampo superior (superfície de trabalho) com	304,00	6.080,00	PRÓPRIA

			espessura mínima de 25 mm (milímetros) para garantir maior resistência e durabilidade. Espessura da Estrutura Pés painel (laterais e saia frontal) com espessura mínima de 15 mm ou 18 mm. Dimensões Padrão Comprimento: 120 cm (mínimo); Largura/Profundidade: 60 cm (mínimo); Altura: 74 cm (padrão ergonômico). Acabamento das Bordas Todas as bordas (tampo, laterais e saia) devem ser revestidas com fita de PVC/ABS, com espessura mínima de 0,45 mm, colada a quente e perfeitamente acabada. Pés Tipo Pé Painel (em madeira, com a mesma cor da mesa) ou Pé Metálico (tubo de aço com tratamento antiferrugem e pintura epóxi). Deve possuir sapatas niveladoras ou ponteiras plásticas para proteção do piso. Passagem de Cabos O tampo deve possuir, no mínimo, 01 (um) passa-cabos circular ou retangular, com capa plástica de acabamento, para organização e passagem de fiação de computadores. Cor A cor do revestimento melamínico (Ex: Branco, Carvalho, Cinza ou cores madeiradas) será definida pela Administração no ato da Autorização de Fornecimento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e descolamento de bordas.			
TOTAL:					**R$ 6.080,00**	

FORNECEDOR: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – LTDA

CNPJ: 24.586.988/0001-80

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
18	4	UNID	Sistema de Iluminação LED Wireless para Espéculo Vaginal Tipo de Iluminação Fonte de luz por tecnologia LED (Luz Fria), de alta intensidade, com emissão de luz branca e nítida. Formato e Acoplamento Dispositivo wireless (sem fio), leve, ergonômico e de fácil manuseio. Deve possuir sistema de encaixe rápido e seguro para acoplamento ao espéculo vaginal. Compatibilidade deve ser compatível com a linha de Espéculos Vaginais Descartáveis. Iluminância Iluminância (intensidade luminosa) mínima de 3.000 (três mil) LUX ou superior, para garantir uma visualização profunda e clara da cavidade vaginal e colo uterino. Alimentação Bateria interna de íons de lítio (Li-ion) ou similar de alta durabilidade e baixo peso. Deve ter autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos de uso contínuo por carga. Carregador Acompanhar carregador elétrico bivolt automático (110V/220V), com LED indicativo de status da carga da bateria. Segurança e Higiene O cabeçote da fonte deve ser de fácil limpeza e desinfecção (superfície lisa, resistente a álcool 70%). Deve ser fornecido com um kit de Protetores Descartáveis (capas plásticas transparentes) para a fonte de luz, a fim de evitar a contaminação cruzada. Acessórios Inclusos Manual de operação em Língua Portuguesa, carregador bivolt e um kit inicial de, no mínimo, 100 (cem) protetores de fonte descartáveis. Regulamentação O equipamento deve possuir Registro ativo e válido na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e cumprir as normas de segurança elétrica e biocompatibilidade. Garantia mínima de 12 (doze) meses para o equipamento principal e para a bateria contra defeitos de fabricação.	692,99	2.771,96	KOLPLAST
TOTAL:					**R$ 2.771,96**	

Califórnia, 05/03/2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS

Pregoeiro

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:C23713ED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO Nº 08/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO

DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 16/2026

Pregão nº 08/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 048/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Pregão Eletrônico para aquisição de Seguro veicular**

FORNECEDOR: SEGUROS SURA S.A.

CNPJ: 33.065.699/0001-27

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	***Quant***	***Unid.***	***Descrição***	***R$ Unit***	***R$ Total***
1	01	Serv.	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor tipo Van, Placa UAS 1I14, Renavam **01461495811**, **I/CITROEN JUMPY TAWA PAS, 150CV/2184,** 2025/2025, cor branca - Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: R$ 227.000,00 Seguro para Danos Corporais: R$ 250.000,00 • Danos Materiais: R$ 250.000,00 • Danos Morais: R$ 25.000,00 • Morte Acidental: R$ 25.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 25.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 25.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).	1.600,00	1.600,00
Total					R$ 1.600,00

Califórnia, 19/03/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS

Agente de contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4CAC1222

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO PREGÃO Nº 10/2026

RESULTADO DO JULGAMENTO

DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 24/2026

Pregão nº 10/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 048/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: **Pregão eletrônico para Aquisição de (01) um veículo utilitário tipo pick up cabine dupla, conforme protocolo eletrônico n.º 20.975.141-0 - Convênio n.º 617/2025.**

FORNECEDOR: S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCAÇÕES - EIRELI

CNPJ: 22.645.916/0001-31

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE					
ITEM	***QUANT***	***UNID***	***DESCRIÇÃO***	***VALOR UNITÁRIO R$***	***TOTAL R$***
01	01	UNID	Aquisição de (01) um veículo utilitário tipo pick up cabine dupla, novo, zero km, ano e modelo 2025 ou superior, potência mínima de 95 CV (g) e 105 (E), combustível flex (gasolina e etanol), Transmissão manual ou automática, câmbio de no mínimo 5 (cinco) marchas a frente, Direção Hidráulica, Elétrica ou Eletro Hidráulica, Sistema de freios ABS, Sistema elétrico 12 Volts, capacidade de carga no mínimo 600(seiscentos) litros, Capacidade de passageiros sentados 5 (cinco) lugares; com cintos de segurança, ar-condicionado, vidros elétricos na dianteira, trava elétrica, Pneus da linha de montagem, Estepe da linha de montagem, Espelhos retrovisores, protetor de caçamba, sistema de som com rádio FM, kit de ferramentas conforme lei e normas do Contran, Adesivo da logomarca do programa, Itens de segurança: 02 (dois) air-bags, cinto 3 (três) pontos, Encosto de cabeça, e demais previstos na legislação, cor predominante Branca, garantia 12 (doze) meses da entrada da operação; A entrega do bem deverá ocorrer com o tanque de combustível completamente cheio; Entrega técnica pelo fornecedor, Frete CIP.,	114.800,00	114.800,00
				TOTAL R$	**114.800,00**

Califórnia, 19/03/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS

Agente De Contratação

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:5A24B9F1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 006/2026

Nº Licitação: 001/2026

Modalidade: Dispensa

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.

Fornecedor: CESPTRAN - CURSOS ESPECIALIZADOS DE TRÂNSITO LTDA

CNPJ: 05.593.990/0001-32

Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Empresa especializada na realização de Curso especializado de Transporte Coletivo de passageiros (TCP) para motoristas municipais.	Serviço	Serv.	60	99,465	5.967,90
2	1	Empresa especializada na realização de Curso especializado de Transporte de veículos de emergência (TVE) para motoristas municipais.	Serviço	Serv.	60	99,998	5.999,90
Total: R$11.967,80							

Valor Total da Dispensa: R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais).

Total Homologado do Processo: R$ 11.967,80 (onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Manutenção do Transporte da Saúde

05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 303 – Red. 238

05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 494 – Red. 238

Manutenção do Transporte Escolar

07.017.12.782.0006.2053 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red.

449 07.017.12.782.0006.2053 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 449

Valor Total R$ 29.800,00.

Califórnia, 20 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:6C4BFDE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO 09

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 020/2026

Nº Licitação: 09/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preço para Aquisição de Arla 32 - (agente automotivo obrigatório para a redução da emissão de gases poluentes em veículos movidos a diesel).

FORNECEDOR: BRAZMART MULTIPARTS LTDA

CNPJ: 64.446.992/0001-68

LOTE	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Arla 32	litro	7000	R$ 3,79	R$ 26.530,00	OXIPURA

Valor Total do Pregão: R$ 26.810,00 (vinte e seis mil, oitocentos e dez reais).

Total Homologado do Processo: R$ 26.530,00 (vinte e seis mil quinhentos e trinta reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Manutenção da Frota Municipal

04.002.26.782.0006.2019 – 3.3.90.30 Fonte 1000 – Red. 156

Manutenção do Transporte da Saúde

05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.30 Fonte 303 – Red. 237

05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.30 Fonte 494 – Red. 237

05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.30 Fonte 495 – Red. 237

Manutenção do Transporte Escolar

07.007.12.782.0006.2053 – 3.3.90.30 Fonte 103 – Red. 448

07.007.12.782.0006.2053 – 3.3.90.30 Fonte 104 – Red. 448

07.007.12.782.0006.2053 – 3.3.90.30 Fonte 107 – Red. 448

Califórnia, 20 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:A1B7072C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO 10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 24/2026

Nº Licitação: 10/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de (01) um veículo utilitário tipo pick up cabine dupla, conforme protocolo eletrônico n.º 20.975.141-0 - Convênio n.º 617/2025.

FORNECEDOR: S3 EMPREENDIMENTOS COMERCIO E LOCAÇÕES - EIRELI

CNPJ: 22.645.916/0001-31

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE					
ITEM	***QUANT***	***UNID***	***DESCRIÇÃO***	***VALOR UNITÁRIO R$***	***TOTAL R$***
01	01	UNID	Aquisição de (01) um veículo utilitário tipo pick up cabine dupla, novo, zero km, ano e modelo 2025 ou superior, potência mínima de 95 CV (g) e 105 (E), combustível flex (gasolina e etanol), Transmissão manual ou automática, câmbio de no mínimo 5 (cinco) marchas a frente, Direção Hidráulica, Elétrica ou Eletro Hidráulica, Sistema de freios ABS, Sistema elétrico 12 Volts, capacidade de carga no mínimo 600(seiscentos) litros, Capacidade de passageiros sentados 5 (cinco) lugares; com cintos de segurança, ar-condicionado, vidros elétricos na dianteira, trava elétrica, Pneus da linha de montagem, Estepe da linha de montagem, Espelhos retrovisores, protetor de caçamba, sistema de som com rádio FM, kit de ferramentas conforme lei e normas do Contran, Adesivo da logomarca do programa, Itens de segurança: 02 (dois) air-bags, cinto 3 (três) pontos, Encosto de cabeça, e demais previstos na legislação, cor predominante Branca, garantia 12 (doze) meses da entrada da operação; A entrega do bem deverá ocorrer com o tanque de combustível completamente cheio; Entrega técnica pelo fornecedor, Frete CIP.,	114.800,00	114.800,00
				TOTAL R$	**114.800,00**

Valor Total do Pregão: R$125.490,00 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e noventa reais).

Total Homologado do Processo: R$ 114.800,00 (cento e quatorze mil e oitocentos reais).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA

09.001.20.608.0026.206 - 4.4.90.52.00.00 - Fonte 908 – Red. 542

09.001.20.608.0026.206 - 4.4.90.52.00.00 - Fonte 1000 – Red. 542

Valor Total R$ 89.084,50

Califórnia, 20 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:18A4FAAB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 04/2026

Nº Licitação: 03/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de equipamentos médicos e odontológicos para estruturação das UBS's do município conforme Resoluções da SESA.

FORNECEDOR: GELCIO MOISES GARCIA ME

CNPJ: 07.760.250/0001-79

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1	12	UNID	Armário de Aço Alto, com 2 Portas de Abrir Material Confeccionado em Chapa de Aço Carbono de alta qualidade, com espessura mínima de Chapa 24 (0,60 mm) no corpo e nas portas. Dimensões Mínimas Altura: 190 cm; Largura: 90 cm; Profundidade: 40 cm. Acabamento Tratamento antiferruginoso e acabamento em Pintura Eletrostática a Pó (Epóxi), resistente a riscos e de fácil limpeza. Cor: Cinza padrão ou a ser definida pela Administração. Portas e Fechamento Duas portas de abrir, com reforços internos (tipo "ômega" ou similar) para maior rigid ez. Fechamento por fechadura cilíndrica tipo Yale ou similar, com chave duplicada. Puxadores embutidos ou de polipropileno/metálicos. Prateleiras Mínimo de 04 (quatro) prateleiras internas (podendo ser 01 fixa e 03 reguláveis) com reforço para suporte de peso. Capacidade mínima de carga por prateleira de 40 Kg (distribuídos uniformemente). Montagem O armário deve ser entregue montado e pronto para uso (ou com serviço de montagem incluso). Garantia Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	599,99	7.199,88	COMAÇO
5	40	UNID	Cadeira Fixa Estofada de Quatro Pés Estrutura de Sustentação Estrutura dos pés e base confeccionada em tubo de aço carbono (aço tubular) com diâmetro e espessura de parede adequados para uso institucional. Acabamento da Estrutura Tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi) de alta resistência na cor Preta ou Cinza Padrão. PésQuatro pés fixos (estrutura tipo ski ou quatro pernas independentes). Devem possuir ponteiras ou sapatas de polipropileno/nylon para proteção do piso. Assento e Encosto em chapa compensada multilaminada com espessura mínima de 10 mm. Estofamento (Espuma) Espuma injetada, de formato anatômico, com espessura mínima de 30 mm (milímetros) e densidade mínima D-33. Revestimento do assento e encosto em Tecido de Alta Resistência (100% poliéster), de fácil higienização e durabilidade. Dimensões Altura Total: 80 cm (aproximada); Largura do Assento: 45 cm (mínimo); Profundidade do Assento: 45 cm (mínimo). Capacidade de Carga de suporte de peso estático de, no mínimo, 120 Kg (quilogramas). Garantia mínima de 12 (doze) meses para estrutura e estofamento contra defeitos de fabricação.	109,00	4.360,00	AMAFLEX
TOTAL:					**R$ 11.559,88**	

FORNECEDOR: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ: 51.659.136/0001-49

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
2	3	UNID	Aspirador de Pó e Líquidos (Uso Profissional) Função Aspirador que permita a aspiração de Pó (sólidos) e Líquidos (água e resíduos úmidos). Capacidade do Reservatório Capacidade total do reservatório (tambor) mínima de 15 (quinze) litros. Material em aço inoxidável ou polipropileno de alta resistência. Potência mínima do motor de 1.200 W (Watts). Recursos Deve possuir função soprador e rodas giratórias (mínimo 04) para facilitar a movimentação. Filtro Sistema de filtragem eficiente, com filtro lavável e/ou filtro HEPA (desejável) para retenção de micropartículas. Acessórios Inclusos Acompanhar, no mínimo: 1. Mangueira flexível de alta resistência (mínimo 1,5m); 2. Bico para cantos e frestas; 3. Bico para estofados; 4. Bico para pisos (comutável para seco/líquido); 5. Tubos prolongadores (mínimo 02 unidades). Alimentação Voltagem: Bivolt automático (ou 220V, conforme necessidade). Cabo elétrico com comprimento mínimo de 3,0 (três) metros. Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	385,60	1.156,80	LAVOR
10	6	UNID	FORNO MICRO-ONDAS Capacidade Capacidade volumétrica interna mínima de 30 (trinta) litros Potência Potência de saída (consumo) mínima de 900 W (Watts). Tipo de Controle Painel de controle digital e programável, com display de LED ou LCD. Deve possuir teclado de membrana ou touch screen e teclas de acesso rápido. Recursos Possuir, no mínimo, as funções de: 1. Descongelamento programado por peso e/ou tempo; 2. Programas pré-definidos para alimentos básicos; 3. Timer e relógio digital; 4. Trava de segurança (para evitar uso por crianças). Acabamento Interno Cavidade interna em aço inoxidável ou esmalte de alta resistência e fácil limpeza. Deve possuir luz interna .Prato Giratório Prato giratório em vidro temperado, removível e resistente ao calor. Gabinete Gabinete externo em aço ou polímero de alta resistência. Cor: Branco, Preto ou Inox. Alimentação Voltagem: Bivolt (com chave seletora) ou 220V, conforme a necessidade do local a ser instalado. Frequência de 60 Hz Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras de segurança elétrica (NBRs). Garantia Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	599,88	3.599,28	MIDEA
14	4	UNID	Lavadora de roupas Semiautomática (Tanquinho). Capacidade de LavagemCapacidade mínima de 10 Kg (quilogramas) de roupa seca. Sistema de Lavagem Turbilhonamento Vertical com agitador gigante, preferencialmente com eixo em aço inox, para garantir alta eficiência de lavagem. Programas Mínimo de 05 (cinco) programas de lavagem pré-definidos (incluindo ciclos para roupas leves, normais e pesadas), controlados por Timer Analógico ou Mecânico. Material da Cuba Cuba e Gabinete em Polietileno injetado ou Plástico Especial (ou material similar de alta resistência, que não enferruje). Dispenser Possuir Dispenser com separação para, no mínimo, Sabão e Amaciante. Filtragem Possuir Filtro (tipo "coluna d'água" ou similar) para retenção de fiapos. Entrada e Saída de Água Entrada de Água Manual (necessita de torneira) e Saída de Água Manual (por gravidade, através de mangueira). Economia Deve ser classificada como Classe A de Eficiência Energética pelo INMETRO/PROCEL. Tampa Tampa superior em material plástico ou acrílico transparente ou que permita a visualização do processo. AlimentaçãoVoltagem: Monovolt 127V. Regulamentação Possuir Certificação e Selo do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Acessórios Acompanhar mangueira de entrada de água.	865,67	3.462,68	LIBELL
TOTAL:					**R$ 8.218,76**	

FORNECEDOR: AVANTI OFFICE LTDA

CNPJ: 46.186.229/0001-63

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
6	40	UNID	Cadeira Giratória Executiva Tipo e Tamanho Cadeira Giratória, modelo Executivo, tamanho médio. Estrutura Interna Assento e Encosto confeccionados em compensado multilaminado de espessura mínima de 12 mm. Estofamento (Espuma) Espuma injetada, de formato anatômico, com espessura mínima de 45 a 50 mm. Densidade: Média (entre 50 kg/m³ e 60 kg/m³). Revestimento Tecido de alta resistência (100% poliéster). Espessura mínima do tecido de 1 mm. Cor: Azul Escuro ou a ser definida pela Administração. Bordas de acabamento em PVC em todo o contorno do estofado. Mecanismo Tipo Back System, com as seguintes funcionalidades: 1. Regulagem de inclinação do encosto através de alavanca com travamento multiponto; 2. Ajuste automático da frenagem (tensão) do reclinador por molas para retorno; 3. Regulagem de altura do encosto para apoio lombar. Regulagem de Altura Coluna central com sistema de pistão a gás (amortecedor de impacto ao sentar), com regulagem acionada por alavanca. Coluna central desmontável, fixada por encaixe cônico com rolamento axial. Base giratória tipo aranha com 5 hastes, confeccionada em nylon (ou polipropileno de alta resistência) na cor preta. Rodízios duplos (duplo giro), de nylon ou poliuretano, com esferas de aço para maior durabilidade e fluidez Braços injetados em poliuretano (PU) com alma interna em aço. Devem possuir regulagem vertical (altura) e horizontal. Dimensões Mínimas Encosto: Altura de 35 cm (mínimo) X Largura entre 40 cm (mínimo) e 55 cm (máximo). Assento: Profundidade de 45 cm e Largura de 46 cm. Base giratória com diâmetro total de 67 cm. (Tolerância de variação de +/- 10%). Normas e Garantia Fabricada em estrita conformidade com as normas de ergonomia e segurança da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Garantia mínima de 01 (um) ano para defeitos de fabricação.	385,00	15.400,00	MAQPEL
TOTAL:					**R$ 15.400,00**	

FORNECEDOR: ULTRA HD EQUIPAMENTOS E CONSULTORIA ODONTOMEDICA LTDA

CNPJ: 63.175.538/0001-57

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
12	4	UNID	Laser para tratamento odontológico Tipo de Laser Diodo (Ga-Al-As ou similar), de Baixa Potência (Classe 3B), devendo atuar na faixa terapêutica. Comprimentos de Onda Deve operar, no mínimo, com 02	3.622,38	14.489,52	SMILE HAND

			(dois) comprimentos de onda distintos na mesma unidade e podendo ser usado de forma simultânea sendo eles: 1. Laser Vermelho (Visível): Comprimento de onda entre 620 nm a 690 nm (nano metros); 2. Laser Infravermelho (Invisível): Comprimento de onda entre 780 nm a 980 nm (nano metros). Potência Média (Output) Potência mínima de saída (do diodo) de 100 mW (miliwatts) ou superior para cada comprimento de onda, com emissão contínua. Modo de Operação Totalmente digital e microprocessado, permitindo a seleção de dose (Joules) ou tempo de aplicação (Segundos). Display Painel de controle (display de LED ou LCD/Touchscreen) que permita a fácil visualização dos parâmetros de tratamento: comprimento de onda, tempo e energia/dose (em Joules). Apresentação Modelo Portátil ou de Bancada (dependendo da necessidade), leve e com design ergonômico, facilitando o uso clínico. Acessórios Inclusos Acompanhar, no mínimo: 02 (dois) Óculos de Proteção (01 para o operador e 01 para o paciente) com certificação para bloqueio dos comprimentos de onda emitidos; 01 Bico ou Ponteira para uso em acupuntura/auriculoterapia, se aplicável; Manual de Operação em Língua Portuguesa. Alimentação Fonte de alimentação Bivolt Automático (90 V a 240 V). Regulamentação O equipamento deve possuir Registro ativo e válido na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) na classe de risco correspondente e ser certificado pela ABNT/INMETRO. Garantia Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.			
TOTAL:					**R$ 14.489,52**	

FORNECEDOR: MEGMED LTDA

CNPJ: 16.946.372/0001-45

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
15	1	UNID	Maca de Transporte Hospitalar com Sistema de Elevação Hidráulica Estrutura Estrutura tubular em aço carbono de alta resistência com tratamento antiferruginoso e acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi) ou estrutura em Aço Inoxidável. Base carenada, facilitando a limpeza e ocultando o sistema hidráulico. Sistema de Elevação Sistema de elevação de altura por bomba hidráulica (pedal) acionada por pedal em ambos os lados da maca. Deve permitir a variação de altura, no mínimo, entre 40 cm (mínima) e 80 cm (máxima) (do piso à superfície do leito). Posicionamentos O leito (estrado) deve ser bipartido e articulável, permitindo a regulagem de posições através de amortecedores a gás ou sistema mecânico, como: 1. Fowler (Dorso) por acionamento pneumático; 2. Trendelenburg e 3. Reverso de Trendelenburg (mínimo de 12º). Capacidade de Carga Capacidade de carga estática e dinâmica mínima de 250 Kg (Quilogramas) para pacientes, além do peso dos acessórios. Leito (Estrado) Leito fabricado em chapa ou laminado compacto, preferencialmente radiotransparente (permitindo uso com Raio-X ou intensificador de imagens) e de fácil higienização. Rodízios e Freios Rodízios giratórios, blindados, com diâmetro mínimo de 6 (seis) a 8 (oito) polegadas. Possuir sistema de freio total ou centralizado acionado por pedal em, no mínimo, dois rodízios (Sistema de Freio Total e Direcional). Direcionamento Possuir 5ª Roda (Roda Direcional) de acionamento por pedal, para auxiliar na manobrabilidade e no controle direcional em corredores longos. Segurança do Pacient eGrades laterais retráteis (escamoteáveis ou de abaixar), construídas em aço inoxidável ou polipropileno de alta resistência, com sistema de acionamento rápido e seguro. Acessórios Acompanhar 01 Colchonete em espuma de alta densidade (mínimo D33), revestido em material impermeável e resistente; 01 Suporte de Soro (IV pole) em aço inox, telescópico e com ganchos; Pára-choques de borracha nas quatro extremidades. Regulamentação e Documentação Possuir Registro ou Cadastro ativo na ANVISA. O licitante deve fornecer manuais e certificações de conformidade técnica e ensaios de capacidade de carga. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação	8.632,00	8.632,00	RENOVAR
TOTAL:					**R$ 8.632,00**	

FORNECEDOR: MICRON ATACADO LTDA

CNPJ: 44.133.337/0001-42

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
16	4	UNID	Maquina de lavar roupas 12kg Tipo de Lavadora Totalmente Automática, com ciclos completos de lavagem, enxágue e centrifugação. Capacidade Nominal mínima para lavar até 12 Kg (doze quilogramas) de roupa seca. Abertura Superior (Top Load) com tampa de fechamento suave (soft close). Tampa de vidro temperado ou acrílico resistente, com sistema de segurança.Cesto (Tambor)Cesto (tambor) interno fabricado em Aço Inoxidável (Inox) para maior durabilidade, resistência à corrosão e facilidade de limpeza. Programas de Lavagem Mínimo de 10 (dez) Programas de Lavagem pré-definidos (incluindo ciclos para roupas delicadas, normais, pesadas, e lavagem rápida). Painel de Controle Eletromecânico ou Digital, externo, resistente a respingos e de fácil leitura e operação. Níveis de Água Possuir, no mínimo, 04 (quatro) Níveis de Água ou Função de Nível Automático (Sistema Smart Sense ou similar) para otimização do consumo. Dispenser com compartimentos separados para, no mínimo, Sabão (Líquido ou em Pó), Amaciante e Alvejante. Recursos Operacionais1. Centrifugação: Velocidade mínima de centrifugação de 650 RPM (Rotações por Minuto). 2. Filtro: Possuir filtro eficiente para retenção de fiapos (Pega-Fiapos ou similar). 3. Reuso de Água: Possuir função que permita o reaproveitamento da água da lavagem para outras finalidades (desejável). Eficiência Deve ser classificada como Classe A de Eficiência Energética pelo INMETRO/PROCEL. Gabinete externo em aço ou material plástico de alta resistência. Cor: Branca ou Inox. Possuir pés niveladores ajustáveis. Alimentação Voltagem: Bivolt. Frequência de 60 Hz. Regulamentação Possuir Selo de Certificação e Segurança do INMETRO e ser fabricado em conformidade com as normas brasileiras. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	1.918,00	7.672,00	CONSUL
TOTAL:					**R$ 7.672,00**	

FORNECEDOR: PERFLEX MOVEIS LTDA

CNPJ: 06.718.646/0001-95

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
71	20	UNID	Mesa de Escritório Material Principal Confeccionada em painel de fibra de madeira MDP (Medium Density Particleboard) de alta densidade e resistência. Revestimento em Laminado Melamínico de Baixa Pressão (BP) em ambas as faces. Espessura do Tampo Tampo superior (superfície de trabalho) com espessura mínima de 25 mm (milímetros) para garantir maior resistência e durabilidade. Espessura da Estrutura Pés painel (laterais e saia frontal) com espessura mínima de 15 mm ou 18 mm. Dimensões Padrão Comprimento: 120 cm (mínimo); Largura/Profundidade: 60 cm (mínimo); Altura: 74 cm (padrão ergonômico). Acabamento das Bordas Todas as bordas (tampo, laterais e saia) devem ser revestidas com fita de PVC/ABS, com espessura mínima de 0,45 mm, colada a quente e perfeitamente acabada. Pés Tipo Pé Painel (em madeira, com a mesma cor da mesa) ou Pé Metálico (tubo de aço com tratamento antiferrugem e pintura epóxi). Deve possuir sapatas niveladoras ou ponteiras plásticas para proteção do piso. Passagem de Cabos O tampo deve possuir, no mínimo, 01 (um) passa-cabos circular ou retangular, com capa plástica de acabamento, para organização e passagem de fiação de computadores. Cor A cor do revestimento melamínico (Ex: Branco, Carvalho, Cinza ou cores madeiradas) será definida pela Administração no ato da Autorização de Fornecimento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação e descolamento de bordas.	304,00	6.080,00	PRÓPRIA
TOTAL:					**R$ 6.080,00**	

FORNECEDOR: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – LTDA

CNPJ: 24.586.988/0001-80

Item	Quant	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	Marca
18	4	UNID	Sistema de Iluminação LED Wireless para Espéculo Vaginal Tipo de Iluminação Fonte de luz por tecnologia LED (Luz Fria), de alta intensidade, com emissão de luz branca e nítida. Formato e Acoplamento Dispositivo wireless (sem fio), leve, ergonômico e de fácil manuseio. Deve possuir sistema de encaixe rápido e seguro para acoplamento ao espéculo vaginal. Compatibilidade deve ser compatível com a linha de Espéculos Vaginais Descartáveis. Iluminância Iluminância (intensidade luminosa) mínima de 3.000 (três mil) LUX ou superior, para garantir uma visualização profunda e clara da cavidade vaginal e colo uterino. Alimentação Bateria interna de íons de lítio (Li-ion) ou similar de alta durabilidade e baixo peso. Deve ter autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos de uso contínuo por carga. Carregador Acompanhar carregador elétrico bivolt automático (110V/220V), com LED indicativo de status da carga da bateria. Segurança e Higiene O cabeçote da fonte deve ser de fácil limpeza e desinfecção (superfície lisa, resistente a álcool 70%). Deve ser fornecido com um kit de Protetores Descartáveis (capas plásticas transparentes) para a fonte de luz, a fim de evitar a contaminação cruzada. Acessórios Inclusos Manual de operação em Língua Portuguesa, carregador bivolt e um kit inicial de, no mínimo, 100 (cem) protetores de fonte descartáveis. Regulamentação O equipamento deve possuir Registro ativo e válido na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e cumprir as normas de segurança elétrica e biocompatibilidade. Garantia mínima de 12 (doze) meses para o equipamento principal e para a bateria contra defeitos de fabricação.	692,99	2.771,96	KOLPLAST
TOTAL:					**R$ 2.771,96**	

Valor Total do Pregão: R$ 150.328,88 (cento e cinquenta mil trezentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 74.824,12 (setenta e quatro mil, oitocentos e vinte e quatro reais e doze centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção do Centro de Saúde

05.013.10.301.0012.2022 – 4.4.90.52 Fonte 330 – Red. 162

Valor Total R$ 150.328,88.

Califórnia, 19 de março de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE

Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:C23833AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ANEXO XII BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO/2025 ATÉ DEZEMBRO/2025				
Exercício: 2025				
R$ 1,00				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d) = (c - b)
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d) = (c - b)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DÉFICIT(IV)	5.750.000,00	5.750.000,00	5.385.603,85	-364.396,15
TOTAL (V) = (III+IV)	**5.750.000,00**	**5.750.000,00**	**5.385.603,85**	**-364.396,15**
SALDOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionai	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial (e)**	**Dotação Atualizada (f)**	**Despesas Empenhadas (g)**	**Despesas Liquidadas (h)**	**Despesas Pagas (i)**	**Saldo da Dotação (j) = (f-g)**
DESPESAS CORRENTES	5.640.000,00	5.377.800,00	5.095.077,30	5.027.396,11	5.027.396,11	282.722,70
Pessoal e Encargos Sociais	4.272.000,00	4.197.000,00	4.145.854,79	4.137.531,37	4.137.531,37	51.145,21
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.368.000,00	1.180.800,00	949.222,51	889.864,74	889.864,74	231.577,49
DESPESAS DE CAPITAL	110.000,00	372.200,00	290.526,55	116.000,00	116.000,00	81.673,45
Investimentos	110.000,00	372.200,00	290.526,55	116.000,00	116.000,00	81.673,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	**5.750.000,00**	**5.750.000,00**	**5.385.603,85**	**5.143.396,11**	**5.143.396,11**	**364.396,15**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	**5.750.000,00**	**5.750.000,00**	**5.385.603,85**	**5.143.396,11**	**5.143.396,11**	**364.396,15**
Superávit (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	**5.750.000,00**	**5.750.000,00**	**5.385.603,85**	**5.143.396,11**	**5.143.396,11**	**364.396,15**
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		**Liquidados (c)**	**Pagos (d)**	**Cancelados (e)**	**Saldo a Pagar (f) = (a+b-d-e)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**				
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo a Pagar (e) = (a+b-c-d)**
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)**			
Despesas Correntes	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL	18/03/2026 - 09:51:55
Notas Explicativas	
ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA	***PEDRO APARECIDO CAFE***
Contador	Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:52A2DE64

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ANEXO XIII BALANÇO FINANCEIRO 2025

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL		
BALANÇO FINANCEIRO		
JANEIRO/2025 ATÉ DEZEMBRO/2025		
	Exercício: 2025	R$1,00
INGRESSOS		
	2025	**2024**
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**
Ordinária	**0,00**	**0,00**
Vinculada	**0,00**	**0,00**
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**5.750.000,00**	**6.221.000,00**
Recebimentos Extraorçamentários (III)	**1.271.945,59**	**1.090.489,61**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	242.207,74	93.713,42
Realizável - Inscrição Cisão, Fusão ou Extinção	0,00	0,00
Valores Restituíveis	1.029.737,85	996.776,19
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	93.713,42	25.835,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	93.713,42	25.835,74
Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	7.115.659,01	7.337.325,35
DISPÊNDIOS		
	2025	**2024**
Despesa Orçamentária (VI)	5.385.603,85	4.826.776,54
Ordinária	5.385.603,85	4.826.776,54
Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art 166 da CF)	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa – Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	377.216,12	1.397.783,65
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.110.631,30	1.019.051,74
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	80.893,45	22.275,55
Realizável - Cancelam/Baixa Cisão,Fusão,Extinção	0,00	0,00
Valores Restituíveis	1.029.737,85	996.776,19
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	242.207,74	93.713,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	242.207,74	93.713,42
Realizável	0,00	0,00
DISPÊNDIOS		
	2025	**2024**
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	7.115.659,01	7.337.325,35
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL 18/03/2026 - 09:52:40		
Notas Explicativas		
ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA	***PEDRO APARECIDO CAFE***	
Contador	Presidente	

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:0E31DC85

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ANEXO XIV BALANÇO PATRIMONIAL 2025

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL		
BALANÇO PATRIMONIAL		
JANEIRO/2025 ATÉ DEZEMBRO/2025		
R$ 1,00		
Exercício: 2025		
	2025	**2024**
ATIVO ATIVO CIRCULANTE	261.563,41	128.684,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	242.207,74	93.713,42

Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Crédito de Transferências a Receber	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	762,76	699,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	18.592,91	34.271,99
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.193.393,44	1.092.102,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber a Longo Prazo	0,00	0,00
Clientes a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
Dívida Ativa Não Tributária a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques a Longo Prazo	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00
Propriedades para Investimento	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
Imobilizado	1.193.393,44	1.092.102,16
Bens Móveis	968.084,37	866.793,09
Bens Imóveis	225.309,07	225.309,07
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	**1.454.956,85**	**1.220.786,57**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	**0,00**	**0,00**
Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Patrimônio Líquido	**1.454.956,85**	**1.220.786,57**
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	1.454.956,85	1.220.786,57
Resultado do Exercício	314.580,20	80.409,92
Resultado de Exercícios Anteriores	1.140.376,65	1.140.376,65
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Outros Resultados	0,00	0,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	**1.454.956,85**	**1.220.786,57**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.454.956,85**	**1.220.786,57**
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
(Lei no 4.320/1964)		
Ativo Financeiro	242.207,74	93.713,42
Ativo Permanente	1.212.749,11	1.127.073,15
Total do Ativo	**1.454.956,85**	**1.220.786,57**
Passivo Financeiro	242.207,74	93.713,42
Passivo Permanente	0,00	0,00
Total do Passivo	**242.207,74**	**93.713,42**
Saldo Patrimonial (III) = (I – II)	**1.212.749,11**	**1.127.073,15**
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
(Lei no 4.320/1964)		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00

Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	6.763,72
Total dos Atos Potenciais Ativos	**0,00**	**6.763,72**
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	**0,00**	**0,00**

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO				
(Lei no 4.320/1964)				
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
000 - Recursos Ordinários (Livres)	0,00	0,00	0,00	0,00
001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	242.207,74	242.207,74	0,00	0,00
002 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	0,00	0,00	0,00	0,00
003 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00
040 - Regime Próprio de Previdência Social RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
068 - Fundo Especial da Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
069 - Receitas Intra-Orçamentárias P. 869/05 STN	0,00	0,00	0,00	0,00
075 - Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
094 - Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração / Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
101 - Fundeb 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
102 - Fundeb 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
103 - 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
104 - Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
105 - Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
303 - Saúde Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 15%)	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	0,00	0,00	0,00	0,00
369 - Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	0,00	0,00	0,00	0,00
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
495 - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00
497 - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
498 - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00
499 - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
500 - Investimentos na Rede de Serviços de Saúde Portaria 204-GM, de 2007	0,00	0,00	0,00	0,00
501 - Receitas de Alienações de Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
502 - Receita de Alienação de Ativos COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00
503 - Receitas de Alienações de Ativos ECA/FMDCA	0,00	0,00	0,00	0,00
504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional / Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00
506 - Receitas de Alienações de Ativos FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00
507 - COSIP Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	0,00	0,00	0,00	0,00
508 - Fundo de Reserva Depósitos Judiciais (Lei 10819/03, art. 3º e Lei Complementar nº 151/2015)	0,00	0,00	0,00	0,00
509 - Gerenciamento do Trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
510 - Taxas Exercício Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00
511 - Taxas Prestação de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	0,00	0,00	0,00	0,00
513 - Penalidades Administrativas Lei n. 8069/90 Art. 214-ECA/FMDCA	0,00	0,00	0,00	0,00
514 - Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas	0,00	0,00	0,00	0,00
515 - FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00
516 - Precatórios E.C. 062/2009	0,00	0,00	0,00	0,00
517 - ROYALTIES/ANP - Produção de Petróleo e Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00
518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
550 - Receita de Extinção da Entidade Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
551 - Compensação entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
552 - Alienação de Ativos para amortização dívida/capitalização do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
556 - Transferências Lei 9615/98	0,00	0,00	0,00	0,00
879 - Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais ECA/FMDCA	0,00	0,00	0,00	0,00
880 - Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	0,00	0,00	0,00	0,00
900 - Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	0,00	0,00	0,00	0,00
932 - IGDMSuas Portaria MDS 754/2010 (3% Conselho de Assistência Social)	0,00	0,00	0,00	0,00
933 - IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	0,00	0,00	0,00	0,00
934 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
935 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
936 - Componente para Qualificação da Gestão SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
937 - Bloco de Investimentos SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00
938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	0,00	0,00	0,00	0,00
939 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	0,00	0,00	0,00	0,00
940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	0,00	0,00	0,00	0,00
941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00
999 - Reservas de Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00
1000 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
1001 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
1002 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
1003 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
1004 - Recursos de Contratos de Rateio dos Consórcios Públicos destinados a Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
1005 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	0,00	0,00	0,00	0,00

1006 - Transferências Voluntárias Públicas Federais	0,00	0,00	0,00	0,00
1007 - Outras Transferências Voluntárias Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
1008 - Transferências Voluntárias Privadas Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
1009 - Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
1010 - Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
1011 - Transferências de Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00
1012 - Transferências Voluntárias Privadas Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
1013 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	0,00	0,00	0,00	0,00
1014 - Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00
1015 - Cessão Onerosa Pré-Sal Lei nº 13.885/2019	0,00	0,00	0,00	0,00
1016 - Emendas Individuais Impositivas transferência especial (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	0,00	0,00	0,00	0,00
1017 - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	0,00	0,00	0,00	0,00
1018 - Emendas Individuais Impositivas transferência com finalidade definida (Inciso II do Art. 166-A da E.C. 105/2019)	0,00	0,00	0,00	0,00
1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Coronavírus (COVID- 19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1020 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Coronavírus (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1021 - FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual - COVID- 19	0,00	0,00	0,00	0,00
1022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1023 - Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no Fundo Estadual de Saúde - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1024 - Auxílio Financeiro para ações de Saúde Assistência Social para enfrentamento à COVID-19 L.C nº 173/2020 Inciso I, art. 5º.	0,00	0,00	0,00	0,00
1025 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) Lides que o ente é parte	0,00	0,00	0,00	0,00
1026 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) Lides que o ente é parte	0,00	0,00	0,00	0,00
1027 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 94/2016) Lides de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1028 - Depósitos Judiciais (E.C. nº 99/2017) Lides de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1029 - Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
1030 - Outras Transferências Voluntárias Privadas - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1031 - Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural - Lei Federal nº 14.017/2020 - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1032 - Recursos de Custeio para Oferta de Leitos de Unidade de Terapia Intensiva Resolução SESA nº 864/2020 - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1033 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0	0,00	0,00	0,00	0,00
1034 - Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde - (COVID-19)	0,00	0,00	0,00	0,00
1035 - Incentivo Financeiro aos Municípios - (COVID-19) - Escolas Públicas da Rede Básica de ensino - Portaria nº 1857/2020 do Ministério da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1036 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAF percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
1037 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAF máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
1038 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, mínimo de 70% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF	0,00	0,00	0,00	0,00
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1041 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0,00	0,00	0,00	0,00
1042 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,00	0,00	0,00	0,00
1043 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	0,00	0,00	0,00	0,00
1044 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
1045 - Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
1046 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
1047 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00
1048 - Recursos de Depósitos de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
1049 - Compensação entre Regimes Previdenciários - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
1050 - Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
1051 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	0,00	0,00	0,00
1052 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00
1053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00	0,00	0,00
1054 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
1055 - Assistência Financeira Transporte Coletivo - Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1056 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1057 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Recursos Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
1058 - Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
1059 - Receitas de Alienações de Ativos - Recursos Vinculados ao RPPS (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00
1060 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
1061 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
1062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
1063 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	0,00	0,00	0,00
1064 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	0,00	0,00	0,00	0,00
1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997.	0,00	0,00	0,00	0,00
1066 - Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019.	0,00	0,00	0,00	0,00
1067 - Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem	0,00	0,00	0,00	0,00
1068 - Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas FECAP Lei Estadual nº 21.720/2023	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE	**SALDO DA FONTE**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**SUPERÁVIT FINANCEIRO**	**DÉFICIT FINANCEIRO**
1069 - Recursos de Precatórios do FUNDEF	0,00	0,00	0,00	0,00
1070 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
1071 - Transferências Federais Destinadas às Situações de Emergência e de Calamidades Públicas.	0,00	0,00	0,00	0,00
1072 - Transferências Voluntárias Públicas Federais - ITAIPU BINACIONAL - PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1073 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	242.207,74	242.207,74	0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL		18/03/2026 - 09:53:23		
ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA		***PEDRO APARECIDO CAFE***		
Contador		Presidente		

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:D09799FA

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ANEXO XV DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2025

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
JANEIRO/2025 ATÉ DEZEMBRO/2025			
Exercício: 2025			
R$ 1,00			
	Nota	**2025**	**2024**
Variações Patrimoniais Aumentativas			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		5.750.000,00	6.221.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Impostos		0,00	0,00
Taxas		0,00	0,00
Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
Contribuições		0,00	0,00
Contribuições Sociais		0,00	0,00
Contribuições de Intervenção do Domínio Econômico		0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		0,00	0,00
Venda de Mercadorias		0,00	0,00
Venda de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos		0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras		0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas		5.750.000,00	6.221.000,00
Transferências Intragovernamentais		5.750.000,00	6.221.000,00
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Delegações Recebidas		0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos		0,00	0,00
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		5.515.829,72	6.278.684,30
	Nota	**2025**	**2024**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Pessoal e Encargos		4.137.531,37	4.000.421,83
Remuneração a Pessoal		3.700.540,01	3.671.843,89
Encargos Patronais		436.991,36	328.577,94
Benefícios a Pessoal		0,00	0,00
Custo de Pessoal e Encargos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		0,00	0,00
Benefícios Previdenciários		0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas		0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00
Benefícios Assistenciais		0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada		0,00	0,00
Benefícios Eventuais		0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		0,00	0,00
Outros Benefícios Assistenciais		0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		980.050,56	844.069,77
Uso de material de consumo		104.286,52	201.618,47
Serviços		861.055,32	632.322,63
Depreciação, Amortização e Exaustão		14.708,72	10.128,67
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.937,06	36.318,11
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.937,06	36.318,11
Transferências e Delegações Concedidas		377.216,12	1.397.783,65

Transferências Intragovernamentais		377.216,12	1.397.783,65
Transferências Intergovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências ao Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada		0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos		0,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
	Nota	**2025**	**2024**
Variações Patrimoniais Diminutivas			
Perdas com Alienação		0,00	0,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
Tributárias		94,61	90,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		94,61	90,94
Contribuições		0,00	0,00
Custo com Tributos		0,00	0,00
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas		0,00	0,00
Custo dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7.000,00	0,00
Premiações		7.000,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Incentivos		0,00	0,00
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		0,00	0,00
Custo de Outras VPD		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		0,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		**234.170,28**	**-57.684,30**
Variações Patrimoniais Quantitativas			
Incorporação de Ativos		116.000,00	29.480,00
Desincorporação de Passivos		0,00	0,00
Incorporação de Passivos		0,00	0,00
Desincorporação de Ativos		0,00	0,00
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL			18/03/2026 - 09:54:00
ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA		***PEDRO APARECIDO CAFE***	
Contador		Presidente	

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:8B6B0267

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ANEXO XVIII DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL		
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
JANEIRO/2025 ATÉ DEZEMBRO/2025	Exercício: 2025	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**2025**	**2024**
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outras Receitas / Ingressos Operacionais	0,00	0,00
Desembolsos	**5.027.396,11**	**4.703.583,12**
Pessoal e demais despesas	4.951.123,32	4.638.002,92
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	76.272,79	65.580,20
Outros desembolsos operacionais	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	**-5.027.396,11**	**-4.703.583,12**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	**5.259.396,11**	**58.960,00**
Aquisição de ativo não circulante	116.000,00	29.480,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	5.143.396,11	29.480,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	**-5.259.396,11**	**-58.960,00**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamento	0,00	0,00
Desembolsos	**0,00**	**0,00**
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00

Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	**0,00**	**0,00**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**-10.286.792,22**	**-4.762.543,12**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	242.207,74	93.713,42
Caixa e Equivalente de caixa final	-10.044.584,48	-4.668.829,70
QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Correntes Recebidas	**0,00**	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	5.143.396,11	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
a Consórcios Públicos	5.143.396,11	0,00
Intragovernamentais	76.272,79	65.580,20
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	**5.219.668,90**	**65.580,20**
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR	**FUNÇÃO**	
Legislativa	4.951.123,32	4.638.002,92
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**4.951.123,32**	**4.638.002,92**
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**
Notas Explicativas		

PEDRO APARECIDO CAFE	***ANDRE FERREIRA MATTOS DE MOURA***
Presidente	Contador

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:572E5883

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente e,

Considerando o Acordo de Cooperação nº. 001/2026 de 09 de março de 2026 firmado entre este Município e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul - APAE;

A U T O R I Z A

A disposição funcional dos servidores abaixo, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor do Quadro Único do Magistério Municipal, para prestar serviço junto a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul - APAE, com ônus para o órgão de origem, com efeito retroativo a partir do dia 09 de março de 2026 até 08 de março de 2028.

Matrícula	Nome	Carga Horária
329180	ANELIZE LEAL FERREIRA	20 horas
328932	ARIANE MENDES DO ROSARIO	20 horas
319171	CARLINDA TERESINHA CAMPELO DA SILVA	20 horas
45881	MARIA ANDREATA	20 horas
329314	PATRICIA GOMES DOS SANTOS SILVA	20 horas

Campina Grande do Sul, 19 de março de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO

Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 19 de março de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:5F88DF48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 02.2026 – CMDCA

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 09h00, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada em formato híbrido, tanto por meio da plataforma Google Meet quanto presencialmente, na Sala dos Conselhos, situada na Av. Gumercindo Boza, nº 13.440, bairro Samambaia, em Campo Magro. Durante a reunião, estiveram presentes os(as) conselheiros(as) governamentais: **Sonia** Maria Gonçalves Kudlawiec; **Karina** Alves da Silva; **Mauro** Benthien Cavichiollo; os(as) conselheiros(as) da sociedade civil: **Amanda** Adele Lovato; **Ana** Heloísa Baratto Milleo; **Josiane** Silva Fernandes; **Daniel** Havro da Silva; **Tabata** Ferreira de Andrade; bem como os(as) convidados(as) e observadores(as): **Elinise** Alpendre; **Letícia** Vilela; **Kaue** Lacerda; **Marta** Pereira; **Juliane** Fogaça; a residente técnica **Ariane** Lara Luz Oliveira dos Santos e **Claudiane** Ribeiro de Souza, Secretária Executiva.	2ª Reunião Ordinária do CMDCA 10/03/2026
O Vice-Presidente, Daniel Havro, agradeceu a presença de todos e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
1. Ata de Reunião Ordinária n° 01/2026 - CMDCA. 2. Substituição de Conselheiro (a) SAS e substituição da residente técnica. 3. Ofício n° 09/2026 - Solar Ita Wegman. 4. Processo de renovação de inscrição de entidades e serviços. 5. Ofício CMDCA n°. 03/2026. 6. Protocolo do Plano de Aplicação e Projeto Técnico, Equoterapia. 7. Calendário para Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente. 8. Escala do Conselho Tutelar.	Pautas
Após a abertura da reunião, excepcionalmente, pelo vice-presidente Daniel, em razão da ausência justificada do presidente Edson e confirmado o envio e leitura prévios dos materiais, a Conselheira Amanda, reforçou o combinado de análise prévia,. Em seguida os conselheiros confirmaram a realização da leitura prévia das atas. Indagados sobre correções ou necessidade de republicação, não houve apontamentos. Os Conselheiros manifestaram-se pela aprovação. Dessa forma, foram aprovadas, sem ressalvas, as atas da Reunião Extraordinária 02/2026 – CMDCA e da Reunião Ordinária 01/2026 – CMDCA. Ficou registrado o comentário do vice-presidente de que as atas recentes estão mais detalhadas devido ao uso de transcrição, e a sugestão de que, quando desejarem a transcrição literal de falas, os conselheiros indiquem expressamente peço que conste em ata. Encerrada a Pauta 1 e acatada a sugestão pelos participantes, passou-se ao item seguinte.	1.Ata de Reunião Ordinária n° 01/2026 - CMDCA.
A Secretária Executiva realizou a leitura do Ofício n. 041/2026 - SAS, prestando ciência formal ao colegiado sobre as novas indicações para a representação da SAS e	2.Substituição de Conselheiro (a) SAS e substituição

a consequente necessidade de atualização do decreto de composição. Esclareceu que, embora estivesse prevista a apresentação do Decreto atualizado na reunião, optou-se primeiramente por dar ciência do teor do ofício para viabilizar o correto prosseguimento. Registrou-se a ciência unânime dos conselheiros quanto às mudanças. Como encaminhamentos, ficou aprovado: i) solicitar à Procuradoria-Geral do Município de Campo Magro a publicação do decreto de composição atualizado; ii) após a publicação, publicar a resolução referente ao plano de ação e de aplicação do Fundo com os nomes já atualizados; e iii) na sequência, enviar comunicação a cada Secretaria e órgão competente informando os recursos aprovados. Dando sequência à Pauta 2, a Secretaria Executiva informou a substituição de Izabel e apresentou Ariane como nova residente técnica de apoio administrativo. Ariane cumprimentou o colegiado, informou ser formada em Direito e cursar pós-graduação em Direito Civil, com interface em Direito Administrativo, e colocou-se à disposição de todos os conselhos para colaborar nas rotinas da Secretaria Executiva. Em seguida, Daniel Havro deu as boas-vindas, ressaltou a importância das residências técnicas e estágios para aproximar os conselhos da academia e fortalecer a produção de conhecimento aplicada às políticas públicas, e agradeceu à Secretaria de Assistência Social (SAS) pela rápida transição do suporte administrativo. Registraram-se mensagens de boas-vindas no chat. Sem outras manifestações, o colegiado tomou ciência da atuação da equipe. Sem outras manifestações, a Pauta 2 foi considerada cumprida e encerrada.	da residente técnica.
Na Pauta 3, Daniel declarou-se parte interessada por ser representante da OSC proponente, registrou o conflito de interesse e informou que a condução da votação e eventual aprovação ficaria a cargo de Claudiane. Em seguida, apresentou o ofício da Associação Solar Ita Wegman, CNPJ nº 10.311.690/0001-53 solicitando a aprovação para celebração de termo de fomento do Projeto Presente do Futuro, conforme Plano de Trabalho e Aplicação anexos. Recordou que o projeto, autorizado para captação outubro do ano anterior, visa complementar o ambiente escolar de estudantes do ensino médio por meio de metodologias ativas, com foco nos eixos de educação financeira, linguagens, ciências e educação ambiental, buscando dialogar com as estruturas existentes e deixar legado nas escolas. Explicou que, embora a autorização inicial previsse R$141.460,00 (cento e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta reais), foram efetivamente captados R$ 31.460,00 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta reais), provenientes de emenda impositiva nº 9 à Lei Orçamentária Anual (LOA) municipal. Apresentou ainda Elenise e Letícia, parceiras técnicas da Associação, responsáveis pela condução do piloto e que estarão à frente da execução. Em razão do montante disponível, o plano de trabalho foi adequado para uma versão reduzida, estratégia considerada oportuna para iniciar as atividades, aprender com a implementação e, posteriormente, buscar recursos complementares para expandir o alcance e atender às metas originais e futuras. Daniel destacou que os recursos decorrem de emenda impositiva, não de captação via Banco de Projetos nem de mecanismos de dedução do imposto de renda, não se enquadrando, portanto, na Lei Municipal 1.252/2022. Ressaltou que o diagnóstico e as seções iniciais do projeto permanecem os mesmos apresentados no ano anterior. Concluída a introdução, Daniel passou a palavra a Elenise e Letícia para apresentarem os detalhes da versão reduzida, o número de atendidos e o formato de atuação, permanecendo à disposição para complementar. Dando continuidade à pauta, Elinise abriu a apresentação e convidou Letícia para complementar, apresentaram as principais partes do projeto e o Daniel registrou que, em razão da redução orçamentária, a execução ocorrerá em uma única escola, ao contrário do escopo inicial. No plano de aplicação, Daniel explicou que os indicadores seguem, em grande parte, os do projeto já chancelado e que o detalhamento foi sintetizado conforme orientação do Tribunal de Contas, com rubricas agrupadas (material pedagógico; serviços técnicos e profissionais de gestão; acompanhamento do projeto; serviços de educadores), resultando em um plano simples e enxuto. Ressalta ainda, que fontes de recurso concentram-se integralmente na emenda impositiva nº 9 à LOA municipal, sem previsão inicial de rendimentos financeiros, ainda que eventuais rendimentos possam subsidiar aditivos futuros. Relata, que o cronograma de desembolso prevê parcela única após a tramitação do termo de fomento. Daniel abriu para manifestações, em especial da assessoria jurídica (Dra. Marta) e dos conselheiros e não havendo perguntas ou observações, encaminhou-se a votação, com abstenção de Daniel e Tabata por serem partes interessadas. Após aprovação por unanimidade dos presentes, Daniel, agradeceu e informou que o projeto será protocolado conforme o rito padrão da prefeitura (comissão técnica de chamamento, controladoria e procuradoria), solicitando a exibição do comprovante de destinação e a íntegra da emenda do Vereador Professor Gilson (emenda nº 9), a qual prevê a criação do projeto de atividade "Projeto Presente do Futuro", da Associação Ita Wegman, no valor de R$ 31.460,00. Foi esclarecido que a tramitação ocorrerá via Fundo da Criança e Adolescente (Fundo da Infância), por já constar o cadastro e por ser o mecanismo de destinação indicado pelo vereador, assegurando o acompanhamento pelo Conselho de Direitos e a fiscalização contratual pela SAS. Não havendo mais considerações, passou-se à próxima pauta.	3.Ofício n. 09/2026
Daniel apresentou a pauta referente à renovação e inscrição de entidades e serviços, incluindo serviços governamentais, com vistas à aprovação das declarações de renovação de inscrição no máximo até a plenária ordinária de junho, uma vez que as declarações vigentes tem validade até 30 de junho de 2026. Inicialmente cogitou-se prazo de entrega até 8 de maio, porém houve forte preocupação com a realização das visitas dentro do tempo disponível. Josiany Fernandes destacou que as visitas demandam agenda robusta e defendeu a realização de calendário prévio, execução em duplas (governamental e não governamental) e comprometimento dos conselheiros. Amanda pontuou que o fluxo anterior foi muito corrido, sugerindo prazo menor de envio (três semanas) para iniciar visitas e análises à medida que os documentos chegassem, admitindo visita individual apenas em caráter excepcional para não travar o cronograma. A assessora jurídica Dra. Marta Pereira, propôs que Secretária Executiva, Comissão de Análise Documental e Procuradoria consolidem rapidamente as orientações e validem modelo de relatório/plano de trabalho, abrindo prazo de 30 dias às entidades a partir do envio da comunicação. **Deliberação:** aprovada a abertura de prazo de 30 dias contados do envio das orientações às entidades e serviços, com a condição expressa de que o prazo final de entrega não pode ultrapassar 24 de abril de 2026. **Encaminhamentos:** A Secretária Executiva, em coordenação com a comissão e a Procuradoria (PROGE), enviará orientações e formulário padrão o mais breve possível (com expectativa ainda em março). A Comissão de Análise Documental organizará, bem como elaborará o calendário de visitas. O ajuste assegura tempo hábil para visitas, eventuais correções documentais e apreciação em junho.	4.Processo de renovação de inscrição de entidades e serviços.
Na Pauta 5, Daniel apresentou a análise do Ofício 03/2026 da Secretaria de Assistência Social (SAS), que listou as equipes mínimas dos equipamentos socioassistenciais e da própria SAS. De acordo com o conselheiro, as equipes listadas a princípio cumprem a NOB-RH/2006 e normas complementares, garantindo a interdisciplinaridade. Registrou como ponto de atenção, apesar de não caracterizar descumprimento de normas, quanto ressalvada a situação do CREAS, onde o psicólogo Leonardo exerce cumulativamente a função de coordenação, circunstância que pode comprometer a qualidade e a efetividade do atendimento técnico, em razão da sobreposição de atribuições. Destacou ainda preocupação com a terceirização dos educadores sociais nas unidades de acolhimento familiar, pelo risco de rotatividade e fragilidade de vínculos, recomendando acelerar a reestruturação do cargo para ingresso por concurso ou contratação estável. Dra. Marta da PROGE informou que já há lei aprovada para contratação de educadores com formação específica e concurso previsto para este ano. A Secretaria Executiva e Kauê Lacerda reforçaram a alta rotatividade na Unidade de Acolhimento Institucional por baixos salários e complexidade do trabalho, apontando a necessidade de estabilidade das equipes. Kauê confirmou a correção dos dados do Conselho Tutelar no ofício e sugeriu a necessidade de um auxiliar de serviços gerais apenas para o Conselho Tutelar, haja vista, atualmente ter uma auxiliar de serviços gerais emprestada do CRAS, que os auxilia apenas uma vez por semana. Josiany propôs, além do documento, ouvir diretamente CRAS, CREAS e Abrigo Institucional em plenária para qualificar o diagnóstico; Daniel concordou, ressaltando o papel do conselho em apoiar a qualificação dos serviços com visão macro. **Encaminhamentos:** enviar o ofício da SAS acompanhado da ata desta reunião como devolutiva e convidar periodicamente técnicos e coordenadores de cada equipamento para apresentarem realidades, atividades, dados de atendimento e demandas nas plenárias, fortalecendo o vínculo e o diálogo direto.	5. Ofício. 03/2026 - CMDCA.
Na Pauta 6, a Secretaria Executiva apresentou o plano de aplicação e o projeto técnico de atendimento de equoterapia protocolados pela Associação Terapêutica e Paradesportiva Equocavalaria (ATPE), CNPJ nº 29.138.520/0001-47. Daniel explicou tratar-se de parceria do Município, por meio das Secretarias de Assistência Social (SAS) e de Saúde, com a OSC, para oferta de equoterapia a crianças com deficiência na unidade do Tarumã, financiada com recursos livres da SAS (não pelo FMDCA), renovada anualmente por termo de fomento ou aditivo. Alguns conselheiros manifestaram desconforto em aprovar sem avaliação formal das Secretarias sobre os resultados do último ano, conforme deliberações anteriores, e solicitaram a presença de representantes. Juliane da Vigilância Socioassistencial registrou que, pela Assistência Social, no momento não há crianças em atendimento, devido a dificuldades como a distância, comprometendo-se a verificar a situação junto ao CREAS. Amanda acompanhará o tema nas reuniões da Rede de Proteção e trará atualizações ao conselho. **Deliberação:** Diante do caráter emergencial (termo renovado em março), a plenária deliberou pela aprovação do projeto, condicionada à entrega, pela SAS, até 20 de março de 2026, de informações detalhadas sobre o projeto e o aproveitamento das vagas. Recomendou-se encaminhar a ata à Comissão Técnica de Chamamento para análise das informações prestadas pela SAS e pelo CREAS, a fim de subsidiar decisão sobre a continuidade do serviço ou necessidade de chamamento público, garantindo a não interrupção do atendimento das crianças já vinculadas. A pauta foi aprovada sem ressalvas com os encaminhamentos.	6. Protocolo do Plano de Aplicação e Projeto Técnico, Equoterapia.
Na pauta 7, considerando o Ofício Circular no 01/2026 – CEDCA-PR e os documentos encaminhados como suporte. Daniel informou que a última Conferência Municipal ocorreu em 2022 e que, conforme Ofício Circular nº 01/2026 – CEDCA-PR, em ano eleitoral a realização deve ocorrer entre março e junho ou entre novembro e dezembro, sendo vedado o período de agosto a outubro. Considerou-se junho inviável pelos prazos de licitação e organização, e deliberou-se pela realização preferencial em novembro, permitindo planejamento, mobilização e contratação de palestrantes. Definiu-se ainda que a eleição da Comissão Organizadora ocorrerá na reunião de abril, de forma paritária, após análise dos documentos de referência. Durante o debate, a Conselheira Joziany questionou e pediu registro expresso em ata sobre o esvaziamento da plenária pela ausência de representantes da SAS e de outras secretarias essenciais como a SESAU, manifestando indignação e ressaltando que a ausência de representantes da Secretaria de Assistência Social (SAS) compromete a qualidade técnica das discussões, fragiliza o processo deliberativo e esvazia o conteúdo decisório em temas de relevante interesse., visto que a maior responsabilidade e vinculação administrativa do trabalho recai sobre essa pasta. A Secretária Executiva informou que fará controle de presenças. **Deliberação:** Pauta aprovada, definindo que a data seja preferencialmente em novembro de 2026. Após a análise dos documentos em abril, será realizada a eleição da Comissão Organizadora.	7. Calendário para Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente
Após o exposto, eu, Claudiane Ribeiro de Souza, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
CLAUDIANE RIBEIRO DE SOUZA	***DANIEL HAVRO DA SILVA***
Secretária Executiva	Vice-Presidente do CMDCA

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:946157FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026 CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 PROCESSO INTERNO Nº 028/2026

Alana Karolina de Souza Bueno, Secretária Municipal de Administração e Comunicação , através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, Inexigibilidade nº 08/2026**,** realizado no dia 11 de fevereiro de 2026 (Proposta e Habilitação), objetivando a possível **Credenciamento de operador de máquinas, para atender demandas de infraestrutura urbana e rural,** ficando assim **ADJUDICADO** o **Credenciamento nº 002/2026** em favor do credenciado abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: RICARDO HENRIQUE YOSHITANI - CNPJ: 003.711.469-76

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
3	1	Prestação de serviço de operador de máquinas		HR	1.500	21,01	31.515,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 31.515,00 (trinta e um mil, quinhentos e quinze reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 31.515,00 (trinta e um mil, quinhentos e quinze reais).

Carlópolis, 20 de março de 2026.

ALANA KAROLINA DE SOUZA BUENO

Secretária Municipal de Administração e Comunicação

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:E6949ED6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Prefeitura Municipal de Catanduvas-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)	Em Reais	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.724.457,00	706.183,41
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	391.200,00	24.698,09
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	746.600,00	32.700,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.869.590,00	445.536,06
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.717.067,00	203.249,26
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	59.436.700,00	8.911.575,75
2.1- Cota-Parte FPM	35.897.400,00	5.333.051,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	32.634.000,00	5.333.051,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	3.263.400,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	20.484.300,00	2.726.097,37
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	275.000,00	41.079,29
2.4- Cota-Parte ITR	590.000,00	23.204,63
2.5- Cota-Parte IPVA	2.190.000,00	788.142,57
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**65.161.157,00**	**9.617.759,16**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**11.234.660,00**	**1.782.314,87**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**5.055.629,25**	**622.124,64**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**

6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	9.777.000,00	1.631.087,48
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.777.000,00	1.609.910,41
6.1.1- Principal	9.727.000,00	1.601.053,87
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	8.856,54
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	21.177,07
6.2.1- Principal	-	21.177,07
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	**(1.507.660,00)**	**(181.261,00)**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	134.039,49
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	134.039,49
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**1.765.126,97**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	10.045.078,98	1.566.334,82	1.566.334,82	1.566.334,82	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.045.078,98	1.566.334,82	1.566.334,82	1.566.334,82	-
10.1.1 - Educação Infantil	2.219.344,00	565.074,02	565.074,02	565.074,02	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	7.698.054,98	981.427,90	981.427,90	981.427,90	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	58.140,00	9.065,42	9.065,42	9.065,42	-
10.1.4 - Educação Especial	69.540,00	10.767,48	10.767,48	10.767,48	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	-	-	-	-	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.298.255,84	1.298.255,84	1.298.255,84	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.298.255,84	1.298.255,84	1.298.255,84	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	-	-	-	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)**	**DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.298.255,84	1.298.255,84	1.298.255,84	-	-	-

13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.141.761,24	1.298.255,84	1.298.255,84	79,59
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	163.108,75	332.831,64	332.831,64	169.722,89	20,41

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	134.039,49	-	268.078,98	-	(268.078,98)	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.904.780,00	779.904,87	697.392,26	696.448,35	-
20.1- Educação Infantil	1.604.000,00	280.937,06	277.937,06	277.937,06	-
20.2- Ensino Fundamental	4.277.780,00	497.667,81	418.955,20	418.011,29	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	7.000,00	500,00	500,00	500,00	-
20.4- Educação Especial	16.000,00	800,00	-	-	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	15.815.819,49	2.212.200,20	2.129.687,59	2.128.743,68	-
21.1- Educação Infantil	3.823.344,00	846.011,08	843.011,08	843.011,08	-
21.1.1- Creche	1.340.470,00	616.015,49	613.015,49	613.015,49	-
21.1.2- Pré-escola	2.482.874,00	229.995,59	229.995,59	229.995,59	-
21.2- Ensino Fundamental	11.992.475,49	1.366.189,12	1.286.676,51	1.285.732,60	-

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	697.392,26
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.782.314,87
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	169.722,89
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)	347,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**2.309.637,24**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.404.439,51	2.309.637,24	24,01

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	14.332,30	13.985,30	13.985,30	347,00	-
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	14.332,30	13.985,30	13.985,30	347,00	-
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.513.000,00	213.636,94
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.052.000,00	176.902,15
31.1.1- Salário-Educação	702.000,00	150.167,61
31.1.2- PDDE	-	-
31.1.3- PNAE	229.000,00	23.744,76
31.1.4- PNATE	121.000,00	6,88
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	-	2.982,90
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.100.000,00	-
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	361.000,00	36.734,79

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	5.924.020,12	344.183,23	141.784,30	141.784,30	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	265.000,00	55.550,85	-	-	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.117.211,48	92.283,12	23,40	23,40	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	200.000,00	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.000,00	-	-	-	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	6.954,17	6.954,17	-	-	-
32.8- OUTRAS	1.333.854,47	189.395,09	141.760,90	141.760,90	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	21.873.879,10	2.690.422,92	2.405.511,38	2.404.567,47	-
33.1- Despesas Correntes	18.225.190,08	2.690.422,92	2.405.511,38	2.404.567,47	-
33.1.1- Pessoal Ativo	11.960.658,98	1.830.068,40	1.830.068,40	1.830.068,40	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	200.000,00	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.064.531,10	860.354,52	575.442,98	574.499,07	-
33.2- Despesas de Capital	3.648.689,02	-	-	-	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.648.689,02	-	-	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	138.417,36	585.933,48
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.631.087,48	150.167,61
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.432.295,33	-
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	337.209,51	736.101,09
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	337.209,51	736.101,09

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT	*JULIANO APARECIDO DO AMARAL GUEDES*	*EDILSON MALAVSKI*
Prefeito	Secretário De Finanças	Controle Interno
GEFFERSON PAVAN		
Contador		
CRC PR-058882/O-0		

Publicado por:
Gefferson Pavan
Código Identificador:4FB853A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
BALANÇO PATRIMONIAL ANO BASE 2025 - ANEXO 14

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo **XIV, da Lei nº 4.320/64**					
EXERCÍCIO: 2025	PERÍODO: 1 a 12			DATA EMISSÃO: 19/03/2026	
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Curto Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**506.230,75**	**195.830,86**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Longo Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00			
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	506.230,75	195.830,86	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	331.057,69	113.131,69			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-9.782,62	-9.782,62			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	184.955,68	92.481,79	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	506.230,75	195.830,86
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	310.399,89	107.981,79
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	195.830,86	87.849,07
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**506.230,75**	**195.830,86**
TOTAL	**506.230,75**	**195.830,86**	**TOTAL**	**506.230,75**	**195.830,86**
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00	PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
ATIVO PERMANENTE	506.230,75	195.830,86	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**506.230,75**	**195.830,86**
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres 0,00		0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT**	**SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR**
501 - Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Notas Explicativas

1 - 1 - Apresentação do Município:

O Município de Diamante D'Oeste, situado no Estado do

Paraná, conta atualmente com uma população, estimada pelo IBGE, de 4.557 habitantes,apresenta

um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,644, um médio Índice IPARDES de desempenho municipal(IPDM)

de 0,6251, está

situado à 576,70 km da capital Curitiba

e possui uma extensão territorial total de 311,399 km².

O município apresenta uma situação atípica para a região, pois conta com

duas aldeias indígenas e um assentamento. Maiores informaçõesmunicipais podem

consulte o caderno estatístico do IPARDES pela página http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85896.

2 - Ativo Circulante - Contempla o numerário e outros bens e

direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. O item citado não apresenta valor,

sem saldo financeiro no final do exercício.

3 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos

com livre

movimentação para aplicação nas operações da entidade e

para os quais não haja restrições para uso imediato. O item não apresenta valor, com o saldo

financeiro e os rendimentos de aplicações financeiras no final do exercício

contábil, sendo devolvido para o poder Executivo

Municipal

4 - Demais créditos e valores a curto prazo:

O ítem não apresenta valor, sem saldo financeiro no final do exercício.

5 - Ativo não Circulante: Contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. O item citado teve um aumento

de R$310.399,89 em relação ao exercício anterior, sendo reflexo dos resultados positivos do Ativo Imobilizado nos Bens Móveis e Imóveis durante o

exercício financeiro de 2025. A origem deste aumento é a

aquisição de equipamentos e material permanente e de execução de Obras e Instalações na Câmara

Municipal de Diamante D´Oeste-PR, oriundos da Dispensa de Licitação

nº10/2025, no valor: R$92.473,89; Dispensa de licitação nº. 01/2025 no valor de

R$28.290,00; Dispensa de licitação nº. 11/2025 no valor de R$16.700,00;

Pregão Eletrônico nº. 01/2025 no valor de R$131.099,00; Dispensa

de Licitação nº.

14/2025 no valor de R$19.500,00; Dispensa de Licitação

nº. 05/2025 no valor de R$9.893,00 e Dispensa de Licitação nº. 15/2025 no valor de

R$12.444,00.

6 - Passivo circulante - Contempla as obrigações que não foram pagas durante o ano corrente. Sendo que todas as obrigações, encargos e fornecedores foram

totalmente pagos durante o exercício contábil.

7 - Ativo não Circulante: Contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. O item citado teve um aumento de R$310.399,89 em relação ao exercício anterior, sendo reflexo dos resultados positivos do Ativo Imobilizado nos Bens Móveis e Imóveis durante o exercício financeiro de 2025. A origem deste aumento é a aquisição de equipamentos e material permanente e de execução de Obras e Instalações na Câmara Municipal de Diamante D´Oeste-PR, oriundos da Dispensa de Licitação nº10/2025, no valor: R$92.473,89; Dispensa de licitação nº. 01/2025 no valor de R$28.290,00; Dispensa de licitação nº. 11/2025 no valor de R$16.700,00; Pregão Eletrônico nº. 01/2025 no valor de R$131.099,00; Dispensa de Licitação nº. 14/2025 no valor de R$19.500,00; Dispensa de Licitação nº. 05/2025 no valor de R$9.893,00 e Dispensa de Licitação nº. 15/2025 no valor de R$12.444,00

NILSON SEVERINO DO NASCIMENTO	***ORESTES CLAUDIO BASTISTA***
Contador	Presidente
SALETE LUCIO DA COSTA	
Controle Interno	

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:5C977850

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 073/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES

Estado do Paraná

Exercício: 2026

Decreto nº 73/2026 de 19/03/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.100.000,00 (um milhão cem mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
543 - 3.3.90.30.00.00	3174	MATERIAL DE CONSUMO	150.000,00
546 - 3.3.90.30.00.00	31017	MATERIAL DE CONSUMO	145.000,00
516 - 3.3.90.30.00.00	32250	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00
545 - 3.3.90.39.00.00	31017	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.000,00
544 - 4.4.90.52.00.00	31017	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00

16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.13.392.0022.1.056.		Promoção e Realização de Atividades Culturais e Festivas	
501 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00
Total Suplementação:			**1.100.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR

Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE

Contador

ABEL DE MOURA E COSTA

Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:38CEADD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.712/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.162.400,00 (um milhão e cento e sessenta e dois mil e quatrocentos reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$150.000,00
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	150.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$200.000,00
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	200.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.608.4.1007-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$800.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	800.000,00
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.002 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
17.002.23.695.3.2075-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$12.400,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	12.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$800.000,00
00002.00002.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	800.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$200.000,00
01045.01045.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Outros Recursos não Vinculados	200.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$150.000,00
00504.00504.99.99.00.00.2.704.0000 (SF) - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	150.000,00
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.002 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
17.002.23.695.3.2075-3.1.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$4.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.002 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
17.002.23.695.3.2075-3.3.50.43.00.00.00.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R$4.500,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.500,00
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.002 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
17.002.23.695.3.2075-4.4.50.42.00.00.00.00 - AUXÍLIOS	R$3.400,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.400,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.

Goioerê - Paraná, 20 de março de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO

Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:624D38B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Pregão Eletrônico** **Para Obras e Serviços de Engenharia**

	1/2026 **Processo Administrativo: 2/2026**

Ao Sr(a). TEREZA CAMILO DOS SANTOS tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 6/2026.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 1/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
1099434 - PURE ENGENHARIA LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e ativação de sistema completo de geração de energia solar fotovoltaica do tipo on-grid, interligado à rede elétrica da concessionária COPEL, Sistema de Geração Fotovoltaica com potência mínima de 30,5 kWp, composto por módulos fotovoltaicos de no mínimo 610 Wp (com certificados Tier 1, eficiência mínima de 22%) e inversor trifásico de 30 kW, (Com Proteção AFCI - Arc Fault Circuit Interrupter - para prevenção de incêndios causados por arco elétrico). Faixa de tensão de entrada compatível com os módulos propostos. Múltiplos rastreadores MPPT de acordo com a instalação do sistema proposto. Inversor homologado pela COPEL. Estrutura de fixação compatível com a cobertura metálica do edifício-sede da Câmara Municipal de Guaíra - PR e de acordo com as exigências do fabricante (trilhos de 2,36 metros cada), incluindo mão de obra qualificada, materiais e equipamentos com certificação INMETRO, elaboração dos projetos técnicos, homologação junto à concessionária (COPEL) e atendimento às normas técnicas vigentes.	UNIDADE		1	R$48.800,00	R$48.800,00
				Total do Fornecedor:		R$48.800,00

Guaíra, 19 de março de 2026.

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:BA2FE10F

PROJUR
DECRETO 153/2026 DATA: 20.03.2026 EMENTA: ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 171/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra,

Considerando o Decreto nº 171/2023 de 05 de julho de 2023, que institui a Comissão Permanente dos Procedimentos Correcionais;

Considerando o memorando online sob nº 1.608/2022,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Comissão Permanente dos Procedimentos Correcionais, conforme Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Revoga-se integralmente o Decreto nº 084/2026 de 10.02.2026, ficando validado todos os atos praticados por seus integrantes.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 171/2023 de 05 de julho de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Ref. Decreto nº 153/2026 de 20/03/2026

Ordem	Secretaria	Servidor (a)	Matrícula
1	GABINETE	Diogenes Giovani Ferrari	29484-08
2	GABINETE	Eduarda Van de Sand Zimmer	30490-03
3	GABINETE	Roberto Carlos de Lima	3352-01
4	SEMST	Ivanio Worms	29332-01
5	SEMST	João Carlos Gambim Junior	29363-01
6	SEMST	Emanuele Cavalcante Gomes	30289-04
7	SEMST	Paulo Henrique da Silva	24996-01
8	SEMST	Willian Renan da Silva Bonifacio	25690-01
9	SEMST	Leandro Rohde	30648-02
10	SEMST	Ednilson Benck	17116-02
11	SEMST	Luana Delmondes	17779-01
12	SEMST	William Silva de Souza	30640-02
13	SEMST	Lauana de Lima Tosti	30647-02
14	SEMST	Debora Neves de Oliveira Andrade	30645-02
15	SEMST	Camila da Silva Lourenço	30630-02
16	SEMST	Edson da Silva	30629-02
17	SEMST	Ronicleia Fermino Vieira	30639-02
18	SEADM	Fernando Oyama	29381-01
19	SEADM	Lucas Mateus Brum de Oliveira	30599-01
20	SEADM	Rogerio Pereira	16675-02
21	SEADM	Gabriel Ribeiro do Monte	31065-01
22	SEADM	Barbara da Silva Costa	29778-01
23	SEADM	Josiane Graciano Ribeiro	30851-02
24	SEADM	João Vitor Felix Paixão	30308-04
25	SEADM	Marcos Antonio Santana	19780-01
26	SEADM	Michele Tais Claro Guedes	30316-03
27	SEADM	Kayla Maria Aguayo de Lima	30158-04
28	SEADM	Aline Priscila de Souza	29515-05
29	SEADM	Jenifer Fortunato Coutinho	31006-01
30	SEFAZ	Gelsi Mari Becker	30502-01
31	SEFAZ	Fabiane Cristina Lopes Zimmermann	29797-03
32	SEFAZ	William Grecco	29454-02
33	SEFAZ	José Donizete Alves	27405-03
34	SEFAZ	Rosislaine de Lima Balastrelli	30553-01
35	SEFAZ	Lucas Juliano Liebsch Marques	30790-01
36	SMED	Edina Diniz Meira	9113-03
37	SMED	Alex Santos Barbosa	22896-02
38	SMED	Fernanda Souza Lima	29982-01
39	SMED	Michael Bitencourt Gomes Aleixo	30671-01
40	SMED	Manoel Jose dos Santos	29460-01
41	SMED	Tatiane Diubate Libaneo	29574-02
42	SMED	Claudia Cristina Pereira	30988-01
43	SMED	Adriane Aparecida de Souza Lopera	30249-01
44	SMED	Maria Luisa Garcia Canato	29571-02
45	SMED	Antonio Alcenir Mendes	30896-02
46	SMED	Geovani Engel Padilha	30100-03
47	SMED	Fernanda Lopes Marcante Baches	29324-01
48	SMED	Tamires Cristiane Tramarin	29883-02

49	SMS	Flavia Leticia Gonçales Chibinski Malta	29430-01
50	SMS	Liviston Ruberti Silva	14850-03
51	SMS	Franciele Granziera Giacomin	17345-01
52	SMS	Thiago Ferreira Barbiero	28010-01
53	SEMAIM	Julio Cesar Juvenal	20460-01
54	SEMAIM	Luiz Vieira da Silva	29399-01
55	SEMAIM	Regiane Gonçalves de Souza	30501-01
56	SEMAIM	Eder Jelson Rocha da Silva	29626-02
57	SEMAS	Andre Rafael de Marchi	29450-03
58	SEMAS	Igor Moscovits Queiroz	30496-01
59	SEMAS	Mariana Aparecida Zavodini Dias	30529-02
60	SEMAS	Angelica Cristina de Matos	29529-05
61	SEMAS	Mariana Mendes Gonçalves Lopera	29688-03
62	SEMAS	Gisele Costa de Oliveira Zotti	30562-01
63	SEMAS	Quendra Ramos da Silva	30157-03
64	SEDE	Cristiane Rodrigues De Mattos Venancio da Silva	29961-02
65	SEDE	Adriana Ocampos Vitorino	30598-01
66	SEDE	Nicole Giovana Teles da Silva	30052-03
67	SETI	Felipe Bittencourt	31115-01
68	SETI	Guilherme Vitor de Souza Melo	29505-01
69	SEMTEC	Juliana Gonçalves Pinto	29504-01
70	SEMTEC	Zelia Gladis Zanelatto	30497-01

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:1FBAE099

PROJUR
DECRETO Nº 148/2026 DATA: 19.03.2026

Ementa: cria fontes de despesas e abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT financeiro do exercício de 2025 e anteriores no valor de R$ 1.677.080,18 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, oitenta reais e dezoito centavos), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com o artigo 7º, I da Lei Orçamentária Anual nº 2.446 de 05/12/2025, e igualmente com o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, e, considerando o memorando on-line sob o nº 390/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a dotação para ORÇAMENTO GERAL DO MUNÍCIPIO DE GUAIRA, PARANÁ, do exercício de 2026, as fontes de recurso para despesa ID USO 101, 102, 304, 344, 501, 509, 511, 570, para atender as disposições contidas na Portaria Nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64, no valor de R$ 1.677.080,18 (um milhão, seiscentos e setenta e sete mil, oitenta reais e dezoito centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 2 - Governo Municipal			
Unidade: 6 - Diretoria de Comunicação Social e Imprensa			
Ação: 2010 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E IMPRENSA			
Funcional: 0004.0131.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1876	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	501	70.000,00

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 1 - Diretoria de Transito			
Ação: 2014 - QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0128.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1877	3339014000000000000 - Diárias - civil	509	10.000,00

1878	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	509	15.000,00
Ação: 2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE TRÂNSITO			
Funcional: 0006.0181.0003			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
125	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	509	100.000,00

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 1003 - CONSTRUÇÃO PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Funcional: 0016.0482.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
262	3449051000000000000 - Obras e instalações	570	258.520,86

Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
572	3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	101	8.446,11
620	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	102	697,72

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saude			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
987	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	304	34.093,24
991	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	501	158.612,09
Ação: 2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE ODONTOLOGIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1872	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	304	99.368,80
Ação: 2064 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HS			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1873	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	344	2.931,84
1874	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	304	6.779,68
Ação: 2066 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1875	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	304	12.629,84

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2091 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEMAIN			
Funcional: 0004.0122.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1514	3339030000000000000 - Material de consumo	511	50.000,00
Ação: 2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE OBRAS			
Funcional: 0015.0451.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1483	3339030000000000000 - Material de consumo	511	180.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Urbanismo			
Ação: 2083 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO URBANISMO			
Funcional: 0015.0451.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1539	3339030000000000000 - Material de consumo	511	80.000,00
1547	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	80.000,00
1549	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	511	40.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente			
Ação: 2080 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COLETA SELETIVA			
Funcional: 0017.0512.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1555	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	50.000,00
Ação: 2085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE			
Funcional: 0018.0541.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1562	3339030000000000000 - Material de consumo	511	50.000,00
1569	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	50.000,00
Unidade: 5 - Diretoria de Estrada de Rodagem			
Ação: 2089 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ESTRADAS RURAIS			
Funcional: 0026.0782.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1601	3339030000000000000 - Material de consumo	511	80.000,00
1607	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	80.000,00
Unidade: 6 - Diretoria de Agropecuária			
Ação: 2084 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA AGROPECUARIA			
Funcional: 0020.0608.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1616	3339030000000000000 - Material de consumo	511	80.000,00
1623	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	511	80.000,00
TOTAL			**1.677.080,18**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária das receitas oriundas do Exercício de 2025 e anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

P

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:89BD09EB

PROJUR
DECRETO Nº 149/2026 DATA: 19.03.2026

Ementa: abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.218.869,63 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), anula dotação orçamentária de igual valor, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 5º, da Lei Municipal nº 2.446, de 05/12/2025, bem como no artigo 43, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, e considerando o memorando sob o nº 390/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.218.869,63 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			
Ação: 2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
221	3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	505	3.500,00
Ação: 2024 - IMPLANTAÇÃO METODOLOGIA BIM			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
235	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	54.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 1003 - CONSTRUÇÃO PROGRAMA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL			
Funcional: 0016.0482.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
261	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	115.954,89
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Funcional: 0012.0361.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
587	3319094000000000000 - Indenizações e restituições trabalhistas	101	220.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2115 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR			
Funcional: 0008.0243.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1287	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	25.000,00
Ação: 1029 - CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL			

Funcional: 0008.0245.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1246	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	270.414,74
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Fundo da Criança			
Funcional: 0008.0243.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1403	3339048000000000000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	0	20.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 2081 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE OBRAS			
Funcional: 0015.0451.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1481	3339030000000000000 - Material de consumo	505	900.000,00
1489	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	400.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente			
Ação: 2085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE			
Funcional: 0018.0541.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1570	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	200.000,00
Ação: 2088 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE ANIMAL E SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIMPOA)			
Funcional: 0018.0609.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1593	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	10.000,00
TOTAL			**2.218.869,63**

Art. 2° Os recursos necessários à execução do contido no Art. 1° deste Decreto decorrerão da anulação orçamentária, a saber:

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			
Ação: 2021 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
223	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	119.454,89
Ação: 2024 - IMPLANTAÇÃO METODOLOGIA BIM			
Funcional: 0004.0127.0005			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
237	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	54.000,00
Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação			
Unidade: 1 - Diretoria de Educação			
Ação: 2044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL			
Funcional: 0012.0365.0009			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
656	3319013000000000000 - Contribuições patronais	101	220.000,00
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assistência Social			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Assistência Social			
Ação: 2072 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA GESTÃO SUAS			
Funcional: 0008.0122.0017			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1266	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	85.000,00
1272	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	120.000,00
Ação: 2117 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS			
Funcional: 0008.0245.0019			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1309	3319016000000000000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	0	20.000,00
Ação: 2122 - SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA (LA e PSC)			
Funcional: 0008.0245.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1353	3339030000000000000 - Material de consumo	505	20.000,00
1357	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	40.414,74
Unidade: 2 - Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente			
Ação: 6004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - Fundo da Criança			
Funcional: 0008.0243.0020			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1397	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	30.000,00
Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente			
Unidade: 2 - Diretoria de Obras			
Ação: 1015 - MOBILIDADE URBANA E RODOVÍARIA			
Funcional: 0015.0451.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1462	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	1.000.000,00
Ação: 1021 - INFRAESTRUTURA DE LOTEAMENTOS E ÁREAS NOVAS			
Funcional: 0015.0451.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1474	3449051000000000000 - Obras e instalações	505	500.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Meio Ambiente			
Ação: 2088 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONTROLE ANIMAL E SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SIMPOA)			
Funcional: 0018.0609.0012			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**

1585	3339030000000000000 - Material de consumo	505	10.000,00
TOTAL			**2.218.869,63**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:869C07B8

PROJUR

DECRETO Nº 150/2026 DATA: 19.03.2026 EMENTA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 289.976,69 (DUZENTOS E OITENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS), POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 7º, II da Lei Orçamentaria Anual nº 2.446, de 05/12/2025, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 390/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito suplementar no valor de R$ 289.976,69 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos), por excesso de arrecadação, na forma abaixo discriminada:

Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2060 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA			
Funcional: 0010.0301.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
987	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	304	32.675,29
Ação: 2064 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HS			
Funcional: 0010.0302.0010			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1873	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	344	556,11
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 1 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2100 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FOMENTO À CULTURA			
Funcional: 0013.0392.0013			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1731	3339031000000000000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	564	230.000,00
1736	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	564	26.745,29
TOTAL			**289.976,69**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de excesso de arrecadação de receitas oriundas do exercício de 2026.

Art. 3º Os recursos referentes ao Vínculo 564, necessários para a cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por excesso de arrecadação de receitas provenientes das transferências concedidas pela União, com fundamentação na Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, oriundas do exercício de 2026.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, 19 de março de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:485494DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 01-G, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, referente ao Edital de Abertura nº 01-A/2026.

O **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, por meio da Comissão de Organização, Avaliação e Julgamento, designada pela Portaria nº 08, de 24 de fevereiro de 2026, e **CONSIDERANDO** o disposto no item **4. DO CRONOGRAMA,** do Edital nº 01-A/2026, **TORNA PÚBLICO** o que segue:

Art. 1º Comissão de Organização, Avaliação e Julgamento, designada pela Portaria nº 08, de 24 de fevereiro de 2026, vêm, através deste, divulgar a **PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026,** referente ao Edital de Abertura nº 01-A/2026:

Nome Completo	Cargo	DATA DE NASCIMENTO	PONTUAÇÃO	COLOCAÇÃO
Camila Moreira Ribeiro	Agente comunitário de saúde	14/06/1995	60	01º
Patrícia Fragoso	Agente comunitário de saúde	18/02/1991	32	02º
Fabiana De Lima	Agente comunitário de saúde	01/03/2002	17	03º
Marilei Menezes Vieira	Agente comunitário de saúde	06/02/1980	12	04º
Gislene Marcia Rodrigues De Oliveira	Agente comunitário de saúde	25/05/1987	12	05º
Marieli Rodrigues Rossoni De Lima	Agente comunitário de saúde	31/08/1987	12	06º
Gliciane Regina Gregolon Wachtel	Agente comunitário de saúde	02/07/1988	12	07º
Jeferson De Medeiros Matt	Agente comunitário de saúde	19/09/1997	12	08º
Izabel Cristini Oliveira	Agente comunitário de saúde	29/01/2000	12	09º
Tuana Carolina Da Silva Camargo Biazolo	Agente comunitário de saúde	26/03/2000	12	10º
Valdineria Aparecida Ferreira De Oliveira Palhano	Agente comunitário de saúde	13/12/1977	5	11º
Edson Vicente Hermann	Agente comunitário de saúde	22/01/1973	0	12º
Rosane Da Silva Do Nascimento	Agente comunitário de saúde	01/10/1988	0	13º
Eliane Rodrigues Da Silva	Agente comunitário de saúde	13/07/1989	0	14º
Nilva Ramos Da Silva Perão	Agente comunitário de saúde	20/09/1990	0	15º
Cassia Wasczuk	Agente comunitário de saúde	05/05/1995	0	16º
Thayná Aparecida De Brito	Agente comunitário de saúde	12/09/1998	0	17º
Ilisiane Cristina Refati Santos	Agente comunitário de saúde	26/05/2001	0	18º
Priscila Antunes Pedrozo	Agente comunitário de saúde	09/09/2005	0	19º
Gracieli Santos De Quadros	Assistente Social	26/06/1991	79	01º
Ana Paula Moreira	Assistente Social	19/01/1992	60	02º - AFRO
Roselaine Da Conceição Dos Santos	Assistente Social	19/02/1979	37	03º - AFRO
Daiane Marth	Assistente Social	17/03/1995	30	04º
Fabiana Colla Vaz	Atendente Consultório Odontológico	16/01/2001	43	01º
Joanna Karoline Moreira	Atendente de Farmácia	13/02/1998	59	01º
Isadora Garbin	Atendente de Farmácia	23/12/2005	23	02º
Marcos Paulo Martim	Auxiliar Administrativo	17/11/2006	66	01º
Graciele Da Silva	Auxiliar Administrativo	26/10/1983	52	02º
Rafaela Tamanho	Auxiliar Administrativo	03/10/2007	47	03º
Cassiano Acosta Pereira	Auxiliar Administrativo	17/02/2006	36	04º
José Veiga De Oliveira Junior	Auxiliar Administrativo	29/03/2006	29	05º
Ana Caroline Ribeiro	Auxiliar Administrativo	22/11/2002	18	06º
Josiane Letícia Sacon	Auxiliar Administrativo	07/12/2004	17	07º
Patricia Marcolina De Quadros	Auxiliar Administrativo	20/07/1980	5	08º
Laura Natiely Oliveira Lucatelli	Auxiliar Administrativo	22/08/2005	5	09º
Bruno Atilho De Brito	Auxiliar Administrativo	22/11/2005	5	10º
Adrieli Aparecida Mezaroba	Auxiliar Administrativo	01/06/1995	0	11º
Geslaine Aparecida Sacon	Auxiliar Administrativo	23/11/2000	0	12º
Naydion Querino	Auxiliar Administrativo	12/06/2005	0	13º

Kaoane Da Silva Wasczuk	Auxiliar Administrativo	17/10/2007	0	14º
Rosemari Aparecida Pagotto	Auxiliar de Serviços Gerais	01/08/1978	40	01º
Roselei De Fatima Pilantil	Auxiliar de Serviços Gerais	20/12/1981	22	02º
Jhennifer Amaral Brinkman Vieira	Auxiliar de Serviços Gerais	19/04/1983	10	03º
Cleonice Aparecida Urbano Dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	23/02/1981	5	04º
Keisy De Oliveira Mendes	Auxiliar de Serviços Gerais	22/02/1991	1	05º
Marcos Antonio Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	16/05/1969	0	06º
Jusara Aparecida Da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	22/07/1978	0	07º
Odair José Rezende	Auxiliar de Serviços Gerais	05/08/1980	0	08º
Vanderleia Jesus Dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	01/10/1986	0	09º
Valeria Fernanda Witchak	Auxiliar de Serviços Gerais	23/12/1996	0	10º
Gabriele De Lourdes Tavares Taborda	Auxiliar de Serviços Gerais	16/03/1999	0	11º
Sandro Blaser Gouvêa	Cirurgião Dentista	15/07/1979	82	01º
Juliana De Fátima Sáber	Cirurgião Dentista	16/10/1975	78	02º
Gabriel Godoy Do Amaral	Cirurgião Dentista	19/04/1998	73	03º
Ercilio Faria Coronheiro	Cirurgião Dentista	25/06/1986	66	04º
Telma Marques Da Silva	Cirurgião Dentista	12/05/1984	62	05º
Andressa Gass	Cirurgião Dentista	28/07/1986	62	06º
Luan Machado	Cirurgião Dentista	13/10/1991	62	07º
Jordan Sander Batista Santos	Cirurgião Dentista	07/04/1993	62	08º
Bruna Aparecida Hennerich	Cirurgião Dentista	21/02/1990	60	09º
Denise Damo	Cirurgião Dentista	05/07/1995	57	10º
Antonio Rodolfo Dos Santos Matos	Cirurgião Dentista	03/05/1997	55	11º
Júlia Kanandha Cavalcante Simões De Medeiros	Cirurgião Dentista	28/07/2000	47	12º
Heloísa Cardoso	Cirurgião Dentista	05/07/2002	42	13º
Gezanilda Dos Santos De Moraes	Cirurgião Dentista	06/04/1987	40	14º
Daniela Carolina Philippsen	Cirurgião Dentista	15/08/1990	37	15º
Larissa Andreoni Lermen	Cirurgião Dentista	03/07/2001	30	16º
Adriana Dias Miranda	Cirurgião Dentista	30/06/1990	28	17º
Kamila Vitoria Busatto	Cirurgião Dentista	21/11/2001	27	18º
Lunara Venceslau	Cirurgião Dentista	09/10/2000	25	19º
Vitoria Camili Pasqualotto	Cirurgião Dentista	07/01/2003	25	20º
Maria Luiza Adriano Souza Lima	Cirurgião Dentista	15/10/1999	24	21º
Gabriel Deitos Dall Santo	Cirurgião Dentista	28/06/2000	24	22º
Débora Cristina Schenkel	Cirurgião Dentista	12/04/2003	24	23º
Rafael Wallace Cordeiro Manso	Cirurgião Dentista	05/05/1992	20	24º
Millena Barreto Ronden	Cirurgião Dentista	03/10/2000	20	25º
Laira Vitória Lima Dias	Cirurgião Dentista	26/02/2002	18	26º
Laís Maciel Weber	Cirurgião Dentista	01/07/2002	18	27º
Sabrina Marques Moreira	Cirurgião Dentista	23/01/1996	0	28º
Heitor Tonin Lopes	Cirurgião Dentista	02/05/2003	0	29º
Edevania Aparecida Modesto Da Cruz	Enfermeiro Padrão	25/02/1979	90	01º
Jocelma Santos	Enfermeiro Padrão	20/11/1976	84	02º
Darliciane Cantelli	Enfermeiro Padrão	16/07/1981	80	03º
Adriane Terezinha Barbosa	Enfermeiro Padrão	06/11/1994	52	04º
Caroline Baú	Enfermeiro Padrão	14/05/2002	41	05º
Andressa Maira Lopes De Paula	Engenheiro Civil	01/03/1996	68	01º
Dayanne Dos Santos Santos	Engenheiro Civil	10/04/1996	54	02º
Millena Manfé Zandonai	Engenheiro Civil	28/10/1999	48	03º
Sandoval Schmitt	Engenheiro Civil	06/04/1968	46	04º
Nivia Elenira Borges Dos Anjos	Farmacêutico-Bioquímico	07/07/1999	55	01º
Gabriela Albino	Farmacêutico-Bioquímico	30/11/1997	46	02º
Jones De Almeida	Farmacêutico-Bioquímico	01/11/1980	44	03º
Jessica De Carvalho Santana Goncalves	Farmacêutico-Bioquímico	30/06/1985	41	04º
Getulio Vargas Dornelles	Médico Veterinário	16/11/1961	32	01º
Cleberson Augusto Santos Maciel De Vargas	Motorista Caminhão/Ônibus	17/06/1997	42	01º
Jose Claudio De Vargas	Motorista Caminhão/Ônibus	02/01/1989	38	02º
Edemar Martins Moreira	Motorista Caminhão/Ônibus	03/01/1985	25	03º
Felipe Domingos Costa	Motorista Caminhão/Ônibus	04/05/1991	14	04º
Weverton Luiz Lamonato	Motorista Caminhão/Ônibus	16/05/1999	12	05º
João Maria De Brito	Motorista Caminhão/Ônibus	02/11/1963	0	06º
Julhano Mattana	Motorista Caminhão/Ônibus	01/08/1985	0	07º
Neiriberto Dall Santo	Motorista de Veiculos Leves	04/03/1971	34	01º
Julcineia Ap Dos Santos Rodrigues	Motorista de Veiculos Leves	07/07/1983	12	02º
Rodrigo José Arruda Lopes	Motorista de Veiculos Leves	05/03/1999	12	03º
Bertolino Morais Palhano	Motorista de Veiculos Leves	25/09/1973	10	04º
João Maria Turibio	Motorista de Veiculos Leves	29/10/1968	0	05º
Milson Mateus Fontes Barreto	Motorista de Veiculos Leves	01/12/1981	0	06º
Diego Pedro Pagotto	Motorista de Veiculos Leves	31/12/1989	0	07º
Hadilson Arruda De Oliveira	Motorista de Veiculos Leves	18/04/1991	0	08º
Calita Moreira Da Silva	Motorista de Veiculos Leves	11/07/2000	0	09º
Sidnei De Lima	Motorista de Veiculos Leves	20/06/2005	0	10º
Elisangela Modesto Da Cruz Fornari	Nutricionista	30/05/1981	80	01º
Orlando Vilela Junior	Nutricionista	10/11/1980	76	02º
Rebecca Carvalho Rodrigues	Nutricionista	10/02/1994	74	03º
Keila Maria Moreira	Nutricionista	10/04/1997	70	04º
Andressa Carine Kretschmer	Nutricionista	22/10/1991	67	05º
Silmara Pelizzer	Nutricionista	02/11/1982	53	06º
Schelka Monalisa Linden	Nutricionista	03/04/1984	48	07º
Tamiris Andressa Leite	Nutricionista	30/01/1998	40	08º
Marilene De Oliveira	Nutricionista	04/07/1977	2	09º
Vilson Luiz Sieben	Operador de Maquinas Rodoviária	02/04/1964	0	01º
Katiane De Oliveira Camargo	Supervisor Técnico do Programa Criança Feliz	19/06/1993	61	01º - AFRO
Samuel Barbosa Mendes	Técnico Agrícola	14/03/1985	12	01º
Lucia Maria Zamarchi	Técnico em Enfermagem	10/08/1965	76	01º
Ivonete Alves Ozório	Técnico em Enfermagem	06/08/1981	72	02º
Carolinda Rodrigues Da Silva	Técnico em Enfermagem	26/04/1964	69	03º
Regiane Alves Ribeiro	Técnico em Enfermagem	26/05/1984	66	04º

Luciana Do Nascimento Guilhermino	Técnico em Enfermagem	22/05/1982	62	05º
Marinez Fornari	Técnico em Enfermagem	12/07/1964	57	06º
Ione Dos Santos	Técnico em Enfermagem	13/11/1973	45	07º
Sedimar Miranda	Técnico em Enfermagem	23/12/1991	45	08º
Rosangela Zanin	Técnico em Enfermagem	30/06/1976	40	09º
Vanessa Kelly Birh	Técnico em Enfermagem	17/01/1996	23	10º
Veronice Maciel De Vargas	Técnico em Enfermagem	29/09/1975	8	11º
Francieli Fragoso	Técnico em Enfermagem	14/03/1988	4	12º
Alesandra Severiano Da Silva	Técnico em Enfermagem	29/08/1986	0	13º
Sandra Alves Machado De Quadra	Técnico em Enfermagem	20/04/1989	0	14º
Catarina Silvana De Vargas	Visitador Social do Programa Criança Feliz	28/05/1975	75	01º
Amanda Kanofre Da Silva	Visitador Social do Programa Criança Feliz	01/09/2001	67	02º
Marisa Ribeiro Dos Santos	Visitador Social do Programa Criança Feliz	25/11/1982	62	03º
Verônica Pinto De Oliveira Da Silva	Visitador Social do Programa Criança Feliz	14/06/1980	39	4º - AFRO
Lucimar Araujo Domingos	Visitador Social do Programa Criança Feliz	25/01/1966	17	05º
Keila Cristina Pereira Lima	Visitador Social do Programa Criança Feliz	02/04/1985	0	06º
Wagner Morais De Mello	Visitador Social do Programa Criança Feliz	18/02/1990	0	07º
Viviane Da Cruz Querino Arruda	Visitador Social do Programa Criança Feliz (Pinho Fleck e comunidades Arredores)	17/12/1999	91	01º
Kelly Jhovana Farrapo	Visitador Social do Programa Criança Feliz (Pinho Fleck e comunidades Arredores)	15/06/2003	31	02º

VAGAS DESTINADAS A CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

Ana Paula Moreira	Assistente Social	19/01/1992	60	02º - AFRO
Roselaine Da Conceição Dos Santos	Assistente Social	19/02/1979	37	03º - AFRO
Katiane De Oliveira Camargo	Supervisor Técnico do Programa Criança Feliz	19/06/1993	61	01º - AFRO
Verônica Pinto De Oliveira Da Silva	Visitador Social do Programa Criança Feliz	14/06/1980	39	4º - AFRO

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

Portaria Nº 08 De 24 De Fevereiro De 2026.

Publicado por:
Ana Luiza Pedrozo Quirino
Código Identificador:D19D1D6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR N° 002/2026

SÚMULA: ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 013/2011 (TABELA DE ZONEAMENTO E ÍNDICES URBANÍSTICOS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR.

Art. 1º Fica alterado o rodapé/observações do Anexo IV – Tabela de Zoneamento e Índices Urbanísticos da Zona Residencial 2 – ZR2, da Lei Complementar nº 013/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ *recuo dispensado em uma das laterais quando não houver aberturas em construções geminadas, em residências multifamiliares os recuos laterais são dispensados quando não houver aberturas voltadas para as linhas de divisas.

**em casos de desmembramento de lotes com dimensões superiores ao estabelecido para a zona, deve-se manter a área mínima admitindo-se a testada do lote de 6,00m (seis metros), desde que o lote esteja conectado à rede de esgoto.

***nos terrenos de esquina, a frente com maior dimensão deve ter recuo de no mínimo 2,00m (dois metros), exceto em construções multifamiliares, nas edificações destinadas as atividades comerciais e institucional social poderão ser inferiores ao mínimo conforme tabela acima até 1,00m (um metro) ou poderá ser dispensado os recuos mínimos exigidos.

****nas residências multifamiliares transversais ao alinhamento predial poderão ter recuo mínimo de 1,50m.”

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Complementar nº 013/2011, e suas alterações.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

ROBERTO DA SILVA

Prefeito Municipal

Anexo IV - Tabela de zoneamento e índices urbanísticos ZONA ZR2				
Zona Residencial 2		Índices Urbanísticos		
Usos permitidos		Área mínima do Lote	meio	125,00 m²
Residencial Unifamiliar;			esquina	150,00 m²
Residencial Multifamiliar;		Testada mínima do Lote**	meio	6,00 m
			esquina	7,50 m
Residencial Geminado;				
Comércio de Apoio;				
Institucional Social Educacional;				
Institucional Social Cultural;				
Institucional Social de Lazer;				
Institucional Social de Saúde;				
Indústrias Primárias;				
Usos sujeitos a análise		Coeficiente de aproveitamento	mínimo	0,1
Serviços e Comércio Varejista Central;			máximo	1,6
Institucional Social Administrativo;		Taxa de ocupação	Base	85%
			Torre	85%

Indústrias Leves;			
Usos proibidos	Recuos***	Frente	3,00 m
		Lateral	1,50 m *
Todos os demais	Recuo****	frente	1,50 m
	Taxa de permeabilidade	mínimo	15%
	Altura em pavimentos	máximo	15

*recuo dispensado em uma das laterais quando não houver aberturas em construções geminadas, em residências multifamiliares os recuos laterais são dispensados quando não houver aberturas voltadas para as linhas de divisas.

**em casos de desmembramento de lotes com dimensões superiores ao estabelecido para a zona, deve-se manter a área mínima admitindo-se a testada do lote de 6,00m (seis metros), desde que o lote esteja conectado à rede de esgoto.

***nos terrenos de esquina, a frente com maior dimensão deve ter recuo de no mínimo 2,00m (dois metros), exceto em construções multifamiliares, nas edificações destinadas as atividades comerciais e institucional social poderão ser inferiores ao mínimo conforme tabela acima até 1,00m (um metro) ou poderá ser dispensado os recuos mínimos exigidos.

****nas residências multifamiliares transversais ao alinhamento predial poderão ter recuo mínimo de 1,50m

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D7E48C54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

PROCURADORIA
EDITAL Nº 001.5/2026 – 1ª CONVOCAÇÃO

EDITAL nº 001.5/2026 – 1ª Convocação

Irati, 23 de março de 2026.

A Prefeitura Municipal de Irati-PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, considerando as Leis Municipais nº 1.243 , 4.614 e 4.137, que tratam da contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como os Decretos Municipais nº 003/2026, que autoriza a realização do Processo Seletivo Simplicado e Decreto Municipal nº 002/2026 que institui a Comissão do Processo Seletivo Simplificado (Presidente: Francieli Dwulatka; Menbros Gerson Arnold e Julio Alberto Bacil Rodrigues) publicados no Diário Oficial do Município em 06/01/2026, Edição 3441, **TORNA PÚBLICO a primeira convocação dos candidatos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado – PSS/SMASDH visando a contratação temporária de profissionais de nível médio e superior, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, em Regime Especial de Contratação, de acordo com as normas instituídas no Edital nº 001.1/2026, para que se apresente a Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Rua Doutor Correia, nº 471, Centro, até o dia 26 de março de 2026, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 apresentando os seguintes documentos, conforme disposto no item 8. do edital e relacionados abaixo.**

Cuidador(a) Social

Nº	CANDIDATO	Grupo I (100)	Grupo II (100)	Grupo III (50)	Grupo IV (250)	TOTAL	Classif.
045	ELIS CARINA PINHEIRO	25	100	0	250	375	1
050	HELENA TERLUK	20	100	0	250	370	2
102	SILVANA LIQUEZ PENTEADO CHIQUETTO	10	100	0	250	360	3
001	EUNICE BIANCO SOPZIK	0	100	0	242	342	4
064	VALDIRENE CASTRO VAZ	0	90	0	250	340	5
063	ROSANE APARECIDA ZARPELLON	10	90	0	233	333	6
131	JOMILDA MARIA FFERREIRA	0	80	0	250	330	7
020	JÉSSICA RENATA GONÇALVES	10	70	0	250	330	8
016	JAQUELINE PEREIRA DE OLIVEIRA	0	100	0	229	329	9
115	SILVANA FERREIRA DA SILVA BAUM	75	0	0	250	325	10

Conforme disposto no item 8.3 para o exercício da Função Pública obrigatoriamente o candidato convocado deverá entregar os seguintes documentos:

a) Cópia do número da inscrição com uma foto 3x4;

b) Carteira de Identidade – RG (cópia);

c) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal - CPF (cópia);

d) PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar o cartão cidadão (cópia);

e) Carteira de Trabalho (CTPS) física, contendo número, série e dados pessoais (cópia) ou se digital, contendo os dados pessoais (cópia). Caso o candidato ainda não possua, deverá providenciá-la até a data da entrega dos documentos comprobatórios;

f) Título de Eleitor (cópia);

g) Certidão de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, no site: www.tse.jus.br (original);

h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino (cópia);

i) Certidão de Casamento (se couber, cópia);

j) Certidão de Divórcio (se couber, cópia);

k) Comprovante de endereço atual (cópia);

l) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é titular de cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual, Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do artigo 37, da Constituição Federal;

m) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não é aposentado em cargo, emprego ou Função Pública (Federal, Estadual Distrital e Municipal), inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, § 10, do artigo 37, e bem como § 6º, do artigo 40, da Constituição Federal;

n) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

o) Atestado Médico, expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde - RMS, de que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para desempenhar a função de concorrência da vaga. Deve conter o nome, assinatura, carimbo com o número do CRM ou RMS do médico que forneceu o atestado de saúde, conforme ANEXO e ter prazo máximo de 90 (noventa) dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação (original);

p) Laudo médico se o candidato se inscreveu como Pessoa com Deficiência, se o candidato for inscrito como Pessoa com Deficiência deverá apresentar laudo médico com as informações conforme modelo do ANEXO II. O laudo médico comprovando a deficiência deverá ter prazo máximo de 120 dias de expedição a contar da data da publicação da Convocação. Será de responsabilidade do candidato providenciar com antecedência o laudo médico a ser apresentado na reunião de convocação de apresentação de documentos comprobatórios;

q) Comprovação de escolaridade e formação exigida para o exercício da Função Pública deste Edital;

r) O cargo de Terapeuta Ocupacional deverá apresentar documento que comprove o número de registro ativo e regularidade no respectivo Conselho Profissional, conforme exigência legal da categoria;

s) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida pela Vara de Execução Penal - VEP em fóruns da Justiça Estadual do município que o candidato reside, expedida de até 6 (seis) meses anteriores à data da convocação. O candidato deverá entregar o documento original com a devida validação.

A não entrega dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de quaisquer dos requisitos exigidos no Edital de Convocação ou daqueles que vierem a ser estabelecidos em legislação superveniente, impedirá a contratação do candidato implicando na sua eliminação do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O candidato convocado que, por qualquer motivo, não se apresentar na data e horário estipulados será eliminado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a referida função pública, não sendo permitido, o deslocamento para o final da lista classificatória em nenhuma situação.

FRANCIELI DWULATKA

Decreto nº 002/2026

Presidente do PSS

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:83779404

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 150/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 361/2026 do Ofício nº 056/2026 do Diretor Municipal de Serviços Públicos e Obras que autoriza o gozo de Férias do servidor abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CLAUDINEI JORGE	200893	PEDREIRO	01/08/2023 A 31/07/2024	16/03/2026	30/03/2026

Art.2 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 20 DE MARÇO DE 2026.

AMARILDO TOSTES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:96E25559

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2026-PMI PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 030/2025-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Gêneros Alimentícios (não perecíveis, hortifrutigranjeiros e açougue e frios) para as Secretarias do Município de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 030/2025-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ: 44.456.361/0001-12.

CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
1	Pacote	10	Achocolatado em pó instantâneo, solúvel, obtido pelo cacau e conter vitaminas A, C, D e vitaminas do complexo B, cálcio e ferro. Na embalagem deve conter indicação do fabricante, ingredientes, data de validade e lote. Sache, com peso mínimo de 01 (um) kg. Validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			28,46

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
2	Caixa	152	Água de Coco, caixa com no mínimo 200 ml - Ingredientes: Água de coco, água de coco concentrada reconstituída, sacarose (menos de 1% para padronização do produto) e conservador INS 223. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Embalagem: caixa tetra pack contendo no mínimo 200 ml, sem estufamento, amassamento ou danificações. Validade: 120 dias e com prazo máximo de fabricação 30 dias
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,04

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
4	Galão	20	Água mineral, sem gás, galão retornável de 20 litros.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			18,66

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
5	Und	820	Água mineral, sem gás, garrafa pet de mínimo 500 ml, totalmente transparente, incolor, descartável, com rótulo de identificação do produto.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			1,52

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
6	Und	368	Água mineral, com gás, garrafa pet de mínimo 500 ml, totalmente transparente, incolor, descartável, com rótulo de identificação do produto.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			2,44

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
7	Und	25	Amido de milho, produto amilácio extraído do milho, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitos, não podendo estar úmidos, fermentados ou rançosos, sob a forma de pó. Embalagem de 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,97

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
8	Pacote	20	Arroz tipo 1, classe longo fino, cor branca, constituído de grãos inteiros, perfeitos e sadios, isentos de impurezas, sem sujidades, parasitas, larvas e bolores, grãos in natura, não necessidade de escolha e lavagem do produto. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, transparente, resistente, hermeticamente fechado, rotulado conforme legislação vigente. Pacote mínimo de 5 kg. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			30,50

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
10	Und	20	Azeitona tipo verde, sem caroço, fatiadas, em conserva. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínima 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**

BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12	16,06

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
11	Pacote	347	Biscoito água e sal, sem recheio e sem cobertura, sem gorduras trans, saco de polietileno atóxico, resistente, lacrado, pacote mínimo de 350 gramas, contendo 3 blisters individuais por pacote. Validade mínima de 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,03

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
12	Pacote	347	Biscoito doce maisena, sem recheio e sem cobertura, sem gorduras trans, saco de polietileno atóxico, resistente, lacrado, pacote mínimo de 350 gramas, contendo 3 blisters individuais por pacote. Validade mínima de 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,03

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
14	Pacote	30	Canela em pó, 100% canela. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo de 10g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			2,13

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
16	Pacote	10	Coco ralado, sem açúcar, a base de polpa de coco desidratado, procedentes de frutos sãos e maduros, aspecto fragmentos soltos, cor branca, cheiro e sabor próprios. Não poderá apresentar cheiro alterado ou rançoso. Embalagem íntegra. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 200g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			13,26

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
17	Pacote	19	Colorau, ingrediente urucum. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo de 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			11,41

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
18	Und	60	Creme de leite original UHT, sabor suave, consistência firme, embalagem cartonada ou lata, peso líquido mínimo 200 gramas. Possuir na embalagem data de fabricação e lote e número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,90

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
19	Pote	20	Doce de leite tradicional, cremoso ou pastoso, em potes plásticos transparentes, não amassados nem estufados, com lacre em alumínio e tampa em polietileno resistente que garanta a integridade do produto até o consumo. Possuir no pote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses. Pote mínimo de 400g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			12,98

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
20	Und	02	Ervilha verde em conserva, embalagem de no mínimo 170 gramas - ingredientes: ervilha e salmora (água e sal), informações nutricionais na embalagem. Validade mínima de 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,61

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
21	Und	48	Extrato de tomate tradicional, ingredientes: polpa de tomate, sal e açúcar, isento de peles e sementes, sem conservantes e temperos. Embalagem de no mínimo 310 gramas. Validade mínima de 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,10

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
22	Pacote	20	Farinha de mandioca torrada, mínimo 1 kg, grupo seca, classe fina baixa acidez, tipo 1, embalada em pacote de papel limpo, não violado, resistente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,67

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
23	Pacote	15	Farinha de milho flocada, grão amarelo, pré-cozida, adicional fortificada com ferro e ácido fólico. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Pacote mínimo de 1 kg.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,75

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
24	Pacote	10	Farinha de rosca, mista de mandioca e milho para empanar. Embalagem transparente. Possuir no pacote ingredientes, data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses. Pacote mínimo 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,18

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
25	Pacote	100	Farinha de trigo especial, enriquecida com ferro e ácido fólico, produto obtido a partir do cereal limpo, primeira qualidade, pó fino branco. Pacote mínimo 1kg. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,51

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
26	Pacote	10	Farinha de trigo integral, uso doméstico. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 1kg.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,27

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
27	Pacote	50	Farofa de mandioca temperada tradicional, sem pimenta, embalagem aluminizada, mínimo 500 gramas. Possuir no pacote ingredientes, data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,08

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
28	Pacote	10	Fécula de mandioca, tipo amido, base de mandioca, grupo fécula, acidez polvilho azedo. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			10,38

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
29	Pacote	09	Feijão carioca tipo 1, grãos inteiros e íntegros, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, na cor característica e tamanho e formato naturais maduros, limpos e secos. Embalagem plástica transparente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses. Embalagem mínimo 1kg.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,98

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
30	Und	50	Fermento biológico seco instantâneo, sachê de 10g. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			1,40

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
31	Und	15	Fermento químico em pó, a base de amido de milho, fosfato de monocálcio, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Acondicionados em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses. Embalagem mínimo 100 gramas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,82

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
32	Pacote	10	Frutas cristalizadas em cubinhos. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Pacote mínimo de 500g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			21,28

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
33	Pacote	30	Fubá amarelo de milho, obtido de grãos sadios, coloração homogênea, ausência de matéria estranha, carunchus, mofo, odores estranhos, enriquecido com ferro e ácido fólico. Embalagem mínimo de 500 gramas. Embalagem plástica transparente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,47

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
34	Caixa	30	Gelatina em pó sem sabor, incolor. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Mínimo 24g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,61

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
35	Caixa	100	Gelatina em pó, sabores variados, pó de sabor artificial. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Mínimo 20g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			2,57

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
36	Pote	15	Doce de Goiaba Cremoso, mínimo 400g, com consistência cremosa, embalado em pote plástico transparente, atóxico, limpo e não violado, resistente. Possuir no pote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,53

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
37	Caixa	60	Leite condensado integral tradicional, embalagem aluminizada, mínimo 395 gramas. Possuir no pacote ingredientes, data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,40

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
38	Garrafa	10	Leite de coco natural concentrado tradicional, acondicionado em embalagens garrafa de vidro apropriados. Possuir na garrafa data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Garrafa mínimo 200ml.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,36

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
39	Litros	100	Leite de vaca UHT integral, acondicionado em embalagem tetra pak, íntegra, sem amassados. Embalagem de 1 litro. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,04

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
40	Und	20	Leite em pó integral, tradicional, origem leite de vaca, solubilidade instantâneo. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 400g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			25,89

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
41	Pacote	40	Macarrão de sêmola, tipo espaguete 8, embalagem transparente com informações de validade e lote e nutricionais, 1 Kg. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,16

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
42	Pacote	10	Macarrão de sêmola, tipo parafuso, embalagem transparente com informações de validade e lote e nutricionais, 500g. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,70

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
43	Und	32	Maionese tradicional, composto a base de ovos pasteurizados, sal, açúcar e óleo, de consistência cremosa, cor, cheiro e sabor característicos. Embalagem plástica sachê mínimo 1 Kg. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.

EMPRESA/CNPJ	VALOR UNITÁRIO
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12	22,44

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
44	Und	132	Margarina com sal, óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal, soro de leite, leite em pó desnatado, vitamina A estabilizante: mono e diglicerídeos e ácidos graxos e lecitina de soja, conservadores: sorbato de potássio e benzoato de sódio, aromatizante idêntico ao natural, acidulante ácido cítrico, antioxidante: TDHQ e DTA e BHT, urucum e cúrcuma. Embaladas em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o conteúdo do pote. Pote mínimo de 1 kg.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			20,16

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
45	Pacote	100	Milho de pipoca, grupo duro, classe amarela, tipo 1, qualidade premium. Embalagem mínimo de 500 gramas. Embalagem plástica transparente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,95

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
46	Und	22	Milho verde em conserva, embalagem de no mínimo 170 gramas - ingredientes: milho verde e salmora (água e sal), informações nutricionais na embalagem. Validade mínima de 06 meses. Possuir data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,64

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
47	Und	10	Nata fresca. Possuir no pote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 30 dias. Pote mínimo de 200g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			16,72

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
48	Und	48	Óleo de soja pet 900 ml, vegetal comestível, tipo refinado, embalagem pet íntegra. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 06 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,27

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
49	Pacote	28	Orégano desidratado para tempero, constituído de folhas acompanhados ou não de pequenas unidades florais, sãs, secas e limpas, embalagem plástica transparente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Pacote mínimo de 500 gramas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			38,94

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
50	Pacote	30	Pão de forma fatiado, massa branca e leve, tradicional, farinha de trigo, fermento, sal, açúcar, gordura vegetal e água, com casca. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 20 dias. Pacote mínimo de 400g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			10,42

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
51	Pacote	10	Pimenta do reino em pó, embalagem plástica transparente. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Pacote mínimo de 30 gramas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,39

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
52	Und	50	Polpa de fruta congelada, 100% polpa de fruta, em embalagens individuais de mínimo 100g, saquinho plástico transparente e resistente, sabores variados (abacaxi, abacaxi com hortelã, maracujá, acerola, morango, laranja, uva, entre outros). Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,73

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
53	Pacote	10	Queijo parmesão ralado, 100% parmesão. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 50g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,00

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
55	Und	353	Refrigerante sabor cola, embalagem pet transparente de mínimo 2,5 litros. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			13,46

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
56	Und	15	Requeijão cremoso tradicional, derivado do leite, sem amido, embalagem de plástico tipo copo com tampa e lacrado com papel alumínio. Possuir no pote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 40 dias. Pote mínimo de 200g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			11,17

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
57	Pacote	06	Sal refinado iodado tradicional. Possuir no pacote data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Pacote mínimo de 1kg.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			2,47

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
58	Und	150	Suco de laranja em garrafa pet, suco natural 100% laranja, sem adição de açucar e conservantes, com fonte de vitaminas e sais minerais. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 03 meses. Mínimo 1,7 litros.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			31,08

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
59	Caixa	135	Suco de nectar da fruta, caixinha 1 litro, sabores variados (uva, laranja, pêssego, manga e etc), simples, composto líquido com vitaminas, açucar, estabilizante, antioxidante e conservantes, qualidade obtida pela mistura no mínimo de 50% de suco e polpas integrais de frutas, processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo, frutas maduras e sãs, água potável, açucar, ácidos orgânicos e outras substâncias permitidas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, conforme recomendação da embalagem, validade mínima de 06 meses a apartir da data de entrega e 3 dias após aberto sob refrigeração, acondicionado em caixa acartonada. Possuir na embalagem a data de fabricação e lote.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,66

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
60	Caixa	200	Suco de nectar da fruta, caixinha com no mínimo 250 ml, sabores variados (uva, laranja, pêssego, manga e etc), simples, composto líquido com vitaminas, açucar, estabilizante, antioxidante e conservantes, qualidade obtida pela mistura no mínimo de 50% de suco e polpas integrais de frutas, processamento tecnológico adequado submetido a tratamento que assegure sua apresentação e conservação até o consumo, frutas maduras e sãs, água potável, açúcar, ácidos orgânicos e outras substâncias permitidas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, conforme recomendação da embalagem, validade mínima de 06 meses a apartir da data de entrega e 3 dias após aberto sob refrigeração, acondicionado em caixa acartonada. Possuir na embalagem a data de fabricação e lote.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,55

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
61	Und	10	Uva passa escura, sem semente, isenta de fermentações e manchas, não contém glúten. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Embalagem mínimo 100g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,94

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
62	Und	20	Vinagre branco, contendo fermento acético de álcool, água e conservador, padronizado, refinado, pasteurizado, com acidez de 4,0%, sem corante, sem essência, sem açucares, acondicionado em garrafas pet, integra, limpa, sem amassados. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Mínimo 750ml.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,59

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
63	Und	20	Vinagre de maçã, acondicionado em garrafas pet, integra, limpa, sem amassados. Possuir na embalagem data de fabricação e lote. Data de validade de no mínimo 12 meses. Mínimo 750ml.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			10,30

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
64	Kg	50	Abacaxi, in natura, variedade Havaí ou pérola, frutos sãos, grau de maturação médio, sabor adocicado, casca e polpa intactas e firme, tamanho médio.

EMPRESA/CNPJ	VALOR UNITÁRIO
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12	6,99

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
65	Kg	30	Abóbora Cabotiá. Produtos deverão ser limpos e de boa qualidade, sem defeitos e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			3,82

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
66	Und	100	Alface crespa, verdura in natura, tamanho médio, folhas sadias, íntegras e firmes.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,00

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
67	Und	100	Almeirão, de no mínimo 200g, produtos devem ser limpos e de boa qualidade, sem defeitos e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidas rachaduras, perfurações e cortes.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,18

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
68	Kg	10,5	Alho, a granel, representação natural, sem sinais de apodrecimento, firmes, de coloração uniforme, casca lisa, fina e sem excesso de sujidades.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			37,74

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
69	Kg	185	Banana nanica, in natura, tamanho médio, casca lisa, cor uniforme e de vez (por amadurecer).
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,84

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
71	Kg	20	Berinjela, com coloração e tamanho uniforme, típico da variedade, sem manchas. Não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,45

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
72	Kg	05	Beterraba, in natura, tamanho grande ou médio, sem folhas, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,28

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
73	Und	50	Brócolis, in natura, tamanho médio, folhas e flores íntegras, livre de sujidades, limpas, sem lesões de origem física ou mecânica.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,77

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
74	Kg	42	Cebola branca, de cabeça, in natura, não brotada, casca lisa, tamanho grande ou médio, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,81

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
75	maço	30	Cebolinha verde, in natura, folhas verdes, frescas, sem sinais de amarelamento, maço de no mínimo 120g, tamanho grande ou médio, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			8,41

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO

76	Kg	35	Cenoura, in natura, com coloração típica da variedade, tamanho grande ou médio, consistência firme, lisa, sem reentrâncias, sem folhas, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,71

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
77	Und	50	Couver flor, in natura, tamanho médio, folhas e flores íntegras, livre de sujidades, limpas, sem lesões de origem física ou mecânica.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			11,85

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
78	Kg	30	Chuchu verde, novo, sem brotos, de primeira qualidade, de tamanho médio, não poderão estar murchos, com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,62

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
79	Kg	200	Laranja pera, in natura, casca lisa e brilhante, sabor adocicado, madura, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,98

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
80	Kg	06	Limão taiti, in natura, casca lisa e brilhante, sabor característico, madura, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,27

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
81	Kg	131	Maçã gala, íntegra, bem desenvolvida e madura, polpa intacta e firme, casca lisa, adocicada, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			16,15

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
82	Kg	60	Mamão formosa, parcialmente maduro, consistente, casca íntegra, tamanho comercial, adocicada, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,19

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
83	Kg	100	Mandioca, amarela, in natura, sem casca, pré lavada (sem presença de terra), frescas e sãs, em pedaços, livre de umidade externa anormal, sem podridão, rachadura, ferimentos e lesões escurecidas, sem lesões de origem física ou mecânica.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,66

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
84	Kg	300	Melancia, tamanho grande, madura, nova, íntegra, casca lisa, polpa firme e suculenta, sem sinais de maturação excessiva (passada), sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			4,65

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
85	bandeja	15	Morango, in natura, fruto com coroa de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade, fresco, limpo, de vez (por amadurecer), e coloração uniforme, apresentando grau de maturação que permita manipulação, não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos. Bandeja de no mínimo 250g.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			17,65

Item	**Undd**	**Qtdd**	**DESCRIÇÃO**
86	dúzia	50	Ovos de galinha, tipo branco, tamanho grande, classe A especial, em embalagem própria de papelão resistente, 12 ovos por caixa, a gema íntegra, clara translúcida, homogênea e consistente, validade mínima de 15 dias a partir da entrega, informada na embalagem.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			12,36

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
87	Kg	13	Pepino japonês, com coloração verde e tamanho uniforme, típico da variedade, sem manchas. Não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			11,90

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
88	Kg	5	Pimentão amarelo, in natura, fresco, coloração uniforme, apresentando grau de maturação que permita manipulação, não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			14,66

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
89	Kg	5	Pimentão verde, in natura, fresco, coloração uniforme, apresentando grau de maturação que permita manipulação, não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			14,19

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
90	Unidade	38	Repolho verde comum, in natura, tamanho médio, folhas íntegras, livre de sujidades, limpas, sem lesões de origem física ou mecânica.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			5,80

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
91	Maço	100	Rúcula Maço. Apresentação: Unidade embalada individualmente. Peso mínimo de 200g o maço. Características: Verde in natura, com folhas graúdas. Deverá estar fresca, sem manchas, coloração e tamanho uniformes, isenta de terra, parasitas, larvas e danos físicos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			6,13

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
92	Maço	20	Salsinha, in natura, folhas verdes, frescas, sem sinais de amarelamento, maço de no mínimo 120g, tamanho grande ou médio, sem lesões de origem física ou mecânica, limpas.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			7,96

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
93	Kg	62	Tomate, legume in natura, tipo salada, extra, graúdo, ponto de maturação adequado, com polpa firme e intacta, não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			9,91

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
94	Kg	25	Vagem verde, legume in natura, leguminosa deve estar tenra, firme e intacta, não poderá apresentar manchas, machucaduras, partes moles, bolores ou sujidades, sem lesões de origem física ou mecânica, limpos.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			18,78

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
95	Kg	50	Acém bovino moído, carne fresca, conservada refrigerada, isenta de nervo e cartilagem, deve apresentar odor e cor característicos, moído e porcionado na hora da entrega, conforme pedido. O estabelecimento deve ter registro de compra de carne inspecionada e alvará sanitário.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			37,41

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
96	Kg	17	Bacon suíno defumado, de primeira qualidade, em mantas, limpo, pouca gordura, produto deve apresentar as características normais de conservação, estando isento de sujidades de qualquer natureza, parasitas e bolores, acondicionado em embalagem plástica transparente que deve apresentar rótulo com as devidas especificações do produto. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da entrega.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			40,77

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
97	Kg	165	Coxa e sobrecoxa de frango sem osso, resfriado, isenta de cristais de gelo, penas, penugens, perfurações, coágulos de sangue e queimadura por congelamento, aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo, e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Acondicionado em saco plástico e atóxico, limpo, não violado e resistente. Com rotulagem contendo dados como identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de validade, peso, número do serviço de inspeção sanitária. Ter impresso em sua embalagem o prazo de validade para consumo, que não pode ser inferior a quarenta e cinco dias. Possuir Registro nos órgãos de Inspeção Sanitária.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			11,62

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
98	Pacote	39	Linguiça calabresa, embutido, resfriada, embalagem de mais ou menos 1 kg, embalada em saco plástico a vácuo com transparência, com rotulagem contendo dados como identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de validade, peso. Prazo de validade mínimo de 06 meses a partir da entrega.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			34,20

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
101	Kg	44	Mortadela fatiada, cozida, 100% de carne suína, a granel, fatiada e porcionada na hora da entrega, conforme quantidade do pedido.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			42,60

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
102	Kg	95	Paleta de porco desossada e sem pele, cortada em cubos para churrasco, conservada refrigerada, isenta de nervo e cartilagem, deve apresentar odor e cor característicos, porcionado na hora da entrega, conforme pedido. O estabelecimento deve ter registro de compra de carne inspecionada e alvará sanitário.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			22,68

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
103	Kg	50	Peito de frango, filé, in natura, sem osso e sem pele, resfriado, isenta de cristais de gelo, penas, penugens, perfurações, coágulos de sangue e queimadura por congelamento, aditivos ou substâncias estranhas ao produto que sejam impróprias ao consumo, e que alterem suas características naturais (físicas, químicas e organolépticas), aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Acondicionado em saco plástico e atóxico, limpo, não violado e resistente. Com rotulagem contendo dados como identificação do produto, marca do fabricante, lote, data de validade, peso, número do serviço de inspeção sanitária. Ter impresso em sua embalagem o prazo de validade para consumo, que não pode ser inferior a quarenta e cinco dias. Possuir Registro nos órgãos de Inspeção Sanitária.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			24,20

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
104	Kg	50	Presunto cozido, presunto de pernil, sem capa de gordura, a granel, resfriado, fatiado e porcionado na hora da entrega, conforme quantidade do pedido.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			31,87

Item	Undd	Qtdd	DESCRIÇÃO
105	Kg	44	Queijo mussarela, de primeira qualidade, derivado do leite, a granel, resfriado, fatiado e porcionado na hora da entrega, conforme quantidade do pedido.
EMPRESA/CNPJ			**VALOR UNITÁRIO**
BEEF HOUSE CARNES ESPECIAIS LTDA – 44.456.361/0001-12			52,80

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2026.**

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **17 de novembro de 2026.**

FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:523F2608

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 012/2026-PMI PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 010/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado a merenda escolar da rede municipal de ensino de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 010/2026-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 60.496.699/0001-54.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Qntd	Und	Especificação dos Produtos	Marca	Valor unt	Valor Total
1	80	Pacote	**Açúcar:** cristal branco especial de origem vegetal, contendo no mínimo 98,3% de sacarose de cana-de-açúcar, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, parasitos, detritos de qualquer origem. Aparência, coloração uniforme e cheiros próprios de açúcar, não deverá empedrar. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 5kg.	DOURO	14,00	1.120,00
3	80	Pacote	**Achocolatado em pó instantâneo:** a base de cacau em pó, contendo no máximo 75% de açúcar na sua composição, baseado na porção. Não deve conter edulcorantes. Embalagem intacta. Pacote que contenham de 500 - 560 gramas.	APTI	15,89	1.271,20
4	20	Pacote	**Alecrim:** desidratado sem adição de corantes, aromatizantes, conservantes e outros aditivos alimentares. Embalagem transparente atóxica com rotulagem adequada. Embalagem de 06 á 10 gramas.	CATEMAR	1,49	29,80
7	30	Pacote	**Arroz Agulhinha Integral:** tipo 1, longo fino. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1kg.	SABOR SUL	6,49	194,70
8	550	Pacote	**Arroz Agulhinha:** tipo 1, longo fino. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 5kg.	RAMPINELI	20,50	11.275,00
9	80	Lata	**Atum ralado:** atum ralado, água, óleo comestível e sal'. Apresentando aspecto, cor, cheiro e sabor próprio; isento de ferrugem e danificação nas latas, acondicionado em lata com tampa de sistema "abre fácil", peso líquido 170 gramas	NAUTIQUE	9,49	759,20
13	60	Pacote	**Batata palha:** sabor natural, livre de gordura trans, sem glúten, sequinha. Embalagem com no mínimo de 400 gramas, contendo informação nutricional, data de validade e lote.	O SABOR DA BATATA	7,50	450,00
16	150	Pacote	**Biscoito Doce:** 0% gordura trans. de boa qualidade, sem recheio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço – embalagem em pacotes lacrados. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem primária plástica transparente e secundária contendo todas especificações de rótulo, tendo de 330 à 350 gramas.	TODESCHINI	4,00	600,00
17	150	Pacote	**Biscoito Salgado:** de boa qualidade, sem recheio. O biscoito deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, serão rejeitados biscoitos mal cozidos, queimados e de caracteres organolépticos anormais, não podendo apresentar excesso de dureza e nem se apresentar quebradiço. Embalagem primária plástica transparente e secundária contendo todas especificações de rótulo, tendo de 350 à 400 gramas.	TODESCHINI	4,00	600,00
19	40	Pacote	**Cacau em pó: 100%,** apresentando cor, cheiro e sabor característicos. Máxima pureza e sem adição de açúcares. Isento de traços de leite, lactose e glúten. Embalagem em plástico atóxico, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, validade e peso líquido. Validade mínima 10 meses a contar da data de entrega. Pacote de 500 gramas.	CELLI	31,99	1.279,60
22	40	Pacote	**Canjica Branca:** tipo 1, contendo no mínimo 80% de grãos inteiros preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas e detritos animais ou vegetais, com no máximo de 15% de umidade. O produto deverá		4,00	160,00

			apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Pacote com 500 gramas.	CATEMAR		
23	100	Caixa	**Chá Mate:** Tostado, sabor natural, livre de sujidades, galhos, folhas. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Caixa de 500 gramas.	CAPIMAR	7,00	700,00
24	300	Pacote	**Chimichurri:** Desidratado, sem pimenta, contendo salsa, cebola, alho, sal. Embalagem em plástico atóxico, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 10 meses a contar da entrega. Pacote de 50 gramas.	CATEMAT	2,87	861,00
25	40	Pacote	**Chocolate granulado ao leite:** Preparado com cacau em pó, açúcar, amido de milho, adicionado de leite e outras substâncias. Embalagem plástica transparente atóxica, com data de fabricação e validade. Embalagem mínimo de 400 gramas.	CATEMAR	11,00	440,00
26	50	Pacote	**Coco ralado:** sem açúcar, desidratado e parcialmente desengordurado. Pacote de 100 gramas.	INGA COCO	5,00	250,00
27	30	Pacote	**Colorau:** (urucum) em pó fino, homogêneo, e coloração vermelho vivo. Deve ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduo ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 500 gramas.	CATEMAR	9,99	299,70
28	15	Pacote	**Cravo da índia:** Obtido do botão floral de espécime genuína, de coloração pardo escura, cheiro e sabor próprios, com teor e umidade máxima de 16%. Isento de detritos e impurezas. Pacote a partir de 10 gramas.	CATEMAR	1,89	28,35
31	120	Sachê	**Ervilha:** sem conservantes, sem adição de sal e açúcar, embalagem integra, que não deve estar rompido e/ou danificado. Embalagem com 170g.	FUGINI	2,19	262,80
33	220	Embalagem	**Extrato de Tomate <u>sem açúcar e sem sal</u>:** extrato de tomate simples, concentrado. Ingredientes: tomate. Não deve conter na sua composição sal e/ou açúcar. A embalagem deve estar intacta e conter as seguintes informações. Embalagem: 300g	FUGINI	6,99	1.537,80
34	40	Pacote	**Farinha de Mandioca: T**orrada de primeira qualidade, classe fina, baixa acidez, grupo seca. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico/papel, contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacotes de 500gramas.	DIOKA	6,00	240,00
35	50	Pacote	**Farinha de Mandioca tipo Biju:** De primeira qualidade. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico, contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número de registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem de 500gramas.	AMAFIL	7,99	399,50
36	50	Pacote	**Farinha de Milho tipo Biju:** De primeira qualidade. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico, contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número de registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Embalagem de 500gramas.	D PEDRO	6,99	349,50
38	800	Pacote	**Feijão Carioca:** Safra nova, tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, constituído de no mínimo de 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. Isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas, mofo, carunchos, insetos mortos ou vivos ou qualquer outro tipo de praga, e não deverá conter mistura de outras variedades e espécies. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	OURO DO CAMPO	7,79	6.232,00
39	60	Pacote	**Feijão Preto:** Safra nova, tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, constituído de no mínimo de 90% a 98% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. Isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas, mofo, carunchos, insetos mortos ou vivos ou qualquer outro tipo de praga, e não deverá conter mistura de outras variedades e espécies. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1 kg.	OURO DO CAMPO	6,99	419,40
42	120	Pacote	**Fubá:** Do tipo amarelo, produto obtido pela moagem do grão de milho, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidos ou rançosos, com umidade máxima de 15%. Enriquecido com Ferro e Ácido fólico. Apresentação em embalagens plástica de polietileno atóxico. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Pacote de 01 kg.	SINHA	2,50	300,00
43	100	Caixa	**Gelatina:** Cor e cheiro característicos, embalagem com informações nutricionais. Validade mínima de 10 meses a partir da entrega. Embalagem com 20 gramas.	BOM GOSTO	1,00	100,00
44	30	Pacote	**Gelatina incolor:** gelatina em pó incolor e sem sabor, cor e cheiro característicos, embalagem plástica de 24g.	APTI	4,79	143,70
48	10	Frasco	**Leite de coco:** Contendo espessante carboximetilcelulose e carragena, conservador sorbato de potássio, benzonato de sódio e dióxido de enxofre, acidulante ácido cítrico e estabilizante goma guar. Sem glúten. Frasco de 200 ml.	INGA COCO	4,50	45,00
52	30	Pote	**Maionese:** emulsão cremosa obtida com ovos e óleos vegetais; com adição de condimentos; substancias comestíveis, consistência cremosa; na cor amarelo claro; com cheiro e sabor próprios; isento de sujidades. Com validade mínima de 10 meses a contar da data da entrega, embalagem hermeticamente fechada e contendo todos descritivos no rotulo. Pote de 500g	PRAMESA	9,00	270,00
61	100	Pacote	**Milho Pipoca:** Tipo 1, super Premium, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isenta de sujidades e outras misturas de espécies. Pacote de 500gramas.	CATEMAR	2,49	249,00
62	210	Sachê	**Milho Verde:** sem conservantes, sem adição de sal e açúcar, embalado integra, que não deve estar rompido e/ou danificado. Embalagem com 170g	FUGINI	2,10	441,00

63	220	Sachê	**Molho de Tomate Concentrado**, tendo como ingredientes tomate, cebola, sal, salsa e alho, sem aditivos químicos. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Sachê de 300 gramas.	QUERO	1,48	325,60
70	30	Pacote	**Polvilho azedo:** Grupo I fécula, tipo 1, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Apresentação em embalagens de polietileno. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote com 500g.	LOPES	5,00	150,00
71	30	Pacote	**Polvilho doce:** Grupo I fécula, tipo 1, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Apresentação em embalagens de polietileno. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote com 500g.	LOPES	5,00	150,00
73	50	Pacote	**Quirera fina de milho:** subproduto do grão de milho cor amarela, fina, livre de umidade e fragmentos estranhos. Embalagem todas informações do produto, com 500g.	SILOT	4,00	200,00
76	200	Pacote	**Sal:** Refinado extra iodado, isento de umidade, aspecto uniforme cor característica, cheiro e sabor próprios, ausência de sujidades. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Embalagem em polietileno atóxico contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. Pacote de 01 kg.	GARÇA	1,99	398,00
78	40	Garrafa	**Suco de uva tinto integral natural:** sem adição de água, açúcar ou corantes, coloração vermelho rubi de boa intensidade. Embalagem de 1,5L	DELL NOVO	14,00	560,00
79	40	Pacote	**Trigo para quibe:** com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em embalagem plástica, contendo 500g.	LOPES	2,65	106,00
81	30	Garrafa	**Vinagre branco:** acondicionado em embalagem primária tipo garrafa de polietileno, própria para alimentos. Deve constar na embalagem informações conforme legislação vigente. Garrafa de 750mL.	NEVAL	2,00	60,00

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2026.**

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:894BE97B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2026-PMI PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 010/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado a merenda escolar da rede municipal de ensino de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 010/2026-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: MOLINA& MOLINA, inscrita no CNPJ: 00.942.430/0001-22.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Qntd	Und	Especificação dos Produtos	Marca	Valor unt	Valor Total
138	40	Kg	**Bacon suíno defumado**: de primeira qualidade, em mantas, limpo, pouca gordura, em peça,resfriadas, isentas de aditivosou substâncias estranhas ao produto, que sejam impróprias ao consumo e quealterem suas características naturais (físicas,químicas e organolépticas), inspecionadas pelo ministério da agricultura. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso, data.Entregues em embalagens de aproximadamente 2kg.	RIBEIRO	44,50	1.780,00
141	550	Kg	**Carne bovina tiras/iscas:** De primeira qualidade, corte "coxão mole" fatiada em tiras/iscas de aproximadamente 2x2x5, fresca, refrigerada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa, isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponevrose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada. Sem vestígios de descongelamento e recongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	RIBEIRO	48,50	26.675,00
142	650	Kg	**Carne Bovina pedaço:** De primeira qualidade corte "acém" picado em cubos (aproximadamente 4x4cm), fresca, refrigerada proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa, isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponevrose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada. Sem vestígios de descongelamento e recongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	RIBEIRO	39,90	25.935,00
143	600	Kg	**Carne Bovina pedaço :** De segunda qualidade, corte "músculo" cortado em cubos (aproximadamente 4x4 cm), fresca, refrigerada, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa, isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponevrose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada. Sem vestígios de descongelamento e recongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	RIBEIRO	39,50	23.700,00
144	40	Kg	**Carne Bovina seca:** Do tipo traseiro de boa qualidade, isenta de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais (física, químicas e organolépticas) deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico, atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ações de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg.	TRÊS LAÇOS	66,00	2.640,00
149	400	Kg	**Carne suína**: (aproximadamente 4x4 cm) carne suína de primeira, corte "pernil" refrigerada ou congelada, desossado proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa, isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponervose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada. Sem vestígios de descongelamento e recongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico, atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ações de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg.	RIBEIRO	23,50	9.400,00
152	120	Kg	**Linguiça de frango:** Fresca de primeira qualidade, preparada com carne de frango. Com aspecto normal, firme, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas. Mantida em temperatura e refrigeração adequada, acondicionada em embalagem apropriada.	COPACOL	27,50	3.300,00
153	350	Kg	**Filé de tilápia:** congelado, sem couro ou pele, sem espinhos, entrefolhadas, com cor, cheiro e sabor próprios, sem manchas esverdeadas e parasitas, filés entre 80g e 120g.	BELAGAMASSI	57,00	19.950,00

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2026.**

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:33CAD51D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2026-PMI PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº. 010/2026-PMI

ORGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para Aquisição de Gêneros Alimentícios destinado a merenda escolar da rede municipal de ensino de Ivatuba, conforme especificações constantes no Anexo 01 do edital, e conforme especificações nos autos do processo de Pregão Eletrônico (SRP) nº. 010/2026-PMI.

PREÇOS REGISTRADOS DO FORNECEDOR: SUPERMERCADO SÃO PEDRO LTDA, inscrita no CNPJ: 14.495.185.0001/67.

CLASSIFICAÇÃO E CADASTRO DE RESERVAS DE ACORDO COM OS VALORES OFERTADOS

Item	Qntd	Und	Especificação dos Produtos	Marca Referencia	Valor unt	Valor Total
2	60	Pacote	**Açafrão (cúrcuma):** açafrão-da-terra especiaria apresentada em pó. Embalagem com informação do produto, marca do fabricante, data de validade e peso. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. Embalagem de **50** gramas.	GRANEL	2,00	120,00
5	30	Pacote	**Amendoim:** in natura, descascado, grãos puros tipo único. Apresentação em embalagem plástica atóxico. Embalagem de 500 gramas.	GRANEL	4,00	120,00
6	80	Pacote	**Amido de Milho:** Produto amiláceo do milho, com aspecto cor, cheiro e sabor próprio; isento de sujidades, parasitas e larvas. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Caixa de 500g	AMAFIL	4,50	360,00
10	40	Caixa	**Aveia Flocos Finos:** 100% natural produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação sem glúten ou contaminação pelo glúten durante o processo de fabricação. Acondicionada em embalagens primária: pacote de plástico atóxico e secundária: caixa de papelão em perfeito estado, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Caixa de 450 gramas.	GRANEL	9,00	360,00
11	100	Garrafa	**Azeite de Oliva:** Tipo extra virgem, puro, sem mistura, acidez de até 0,8%. Embalagem escura com identificação do produto, e prazo de validade ideal para consumo. Embalagem de 500ml.	RENATA	23,50	2.350,00
12	60	Sachê	**Azeitona verde sem caroço:** em conserva, acondicionada em embalagens plásticas integras, contendo todas as especificações de rótulos. Sachê 120 ás 150 gramas.	ATALAIA	3,40	204,00
14	300	Pacote	**Bebida láctea**– Produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivado de leite, reconstituído ou não, com adição de polpa de frutas ou preparado de frutas. Sabores: Morango, frutas vermelhas, salada de frutas. Deve apresentar o certificado de Inspeção federal ou estadual. Embalagem	CAMPO VIVO	14,00	4.200,00

			primária: Sacos de polietileno leitoso com bordas hermeticamente fechados, com identificação: data de fabricação e de validade. Embalagens de 900g a 1kg.			
15	40	Garrafa	**Bebida Láctea Sem Lactose** – Produto obtido a partir de leite ou leite reconstituído e/ou derivado de leite, reconstituído ou não,com adição de polpa de frutasou preparado de frutas. Sabores: Morango, frutas vermelhas, salada de frutas. ISENTO DE LACTOSE. Deve apresentar o certificado de Inspeção federal ou estadual. Embalagem, garrafa hermeticamente fechada, com identificação: data de fabricação e de validade. Embalagens de 850g a 1kg.	CAROLINA	20,00	800,00
18	30	Pacote	**Biscoito sem glúten e sem lactose:** de boa qualidade**,** podendo ser de arroz, polvilho, tubérculo ou outra farinha sem glúten.Sem recheio. Deve ser isento de glúten, trigo, lactose e leite de vaca. Devem apresentar sabor e cheiro característicos do biscoito e agradáveis. Embalagens a partir de 100g.	LOWÇUCAR	20,90	627,00
20	20	Pacote	**Canela em pau:** Obtida da casca de espécimes vegetai genuínos; sãos e limpos, de coloração pardo amarelada ou marrom claro.Com aspecto cheio e sabor próprios. Livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico atóxico. Pacote de 50 gramas.	GRANEL	3,50	70,00
21	20	Pacote	**Canela em pó:** Pura (Condimento)**.** Homogênea, obtida da casca de espécimes vegetai genuínos; sãos e limpos, de coloração pardo amarelada ou marrom claro.Com aspecto cheio e sabor próprios. Livre de sujidades e materiais estranhos a sua espécie, acondicionada em saco plástico atóxico. Pacote de 50 gramas.	GRANEL	2,00	40,00
29	250	Caixa	**Creme de leite:** UHT, com teor de 17 à 20% de gordura, homogeneizado. Embalagem TETRA BRIK, com dados de identificaçãodo produto, marca do fabricante e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Embalagem de 200 gramas.	ITALAC	2,50	625,00
30	30	Caixa	**Creme de leite zero lactose:** UHT, com teor de 17 à 20% de gordura, homogeneizado. Para dietas com restrição de lactose.ISENTO DE LACTOSE. Embalagem TETRA BRIK, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministérioda Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Embalagem de 200 gramas.	PIRACANJUBA	7,50	225,00
32	20	Garrafa	**Essência de baunilha:** aroma artificial de baunilha, contendo água, álcool etílico, corante caramelo e aromatizante. Embalagem de 50ml.	ATALAIA	10,00	200,00
37	70	Pacote	**Farinha de Trigo:** Especial, tipo 1, com aspecto em pó fino, cor branca, cheiro e sabor próprio do produto. Apresentação em embalagem de papel resistente. Produto obtido a partir de cereal limpo desgerminado e sãos. Produto livre de sujidades, parasitas e larvas. Não podendo ser úmido, fermentado ou rançoso. O produto deverá apresentar validade mínima de 120 dias a partir da data de entrega. Pacotes de 5 kg.	COAMO	15,45	1.081,50

40	100	Frasco	**Fermento químico:** De primeira qualidade, produto formado de substâncias químicas que por influência do calor e/ou umidade produz desprendimento gasoso capaz deexpandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas,aumentando-lhes o volume e a porosidade. Apresentação em embalagem plástica com tampa de rosca. Validade mínima de 06 meses. Frasco de 250g.	ROYAL	13,50	1.350,00
41	15	Pacote	**Fermento tipo biológico seco:** Variedades regular, aplicação: elaboração de produtos de panificação e massas. Pacotes de 60 gramas.	DONA BENTA	5,00	75,00
45	60	Unidade	**Iogurte natural:** contendo Leite integral pasteurizado e fermento/cultura láctea. Embalagem própria, atóxica. Contendo todas as informações de ingredientes, do fabricante, data de fabricação e de validade. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem: 170g.	CAROLINA	6,00	360,00
46	70	Caixa	**Leite condensado:** Leite integral, açúcar, leite em pó integral e lactose. Homogêneo, isento de granulações, coloração branca. Embalagem longa vida com todas as informações nutricionais, data de fabricação e validade, lote. Embalagem de 395 gramas.	PIRACANJUBA	6,00	420,00
47	10	Caixa	**Leite condensado zero lactose:** contendo leite integral, açúcar e enzima lactase. Para dietas com restrição de lactose. Embalagem contendo 395g.	PIRACANJUBA	11,00	110,00
49	350	Saco	**Leite pasteurizado:** leite integral, com teor de gorduras de 3 a 5%, que tenha recebido tratamento térmico de pasteurização,refrigerado com temperatura de 2°C a 4°C no ato da entrega. Embalado individualmente em embalagem plástica atóxica de 1 L, hermeticamente fechadas que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. O rótulo deve conter informações que comprove a procedência do produto (Laticínio de origem data da manipulação, data da validade e lote). O leite deve apresentar todas as características organolépticas dos cortes como cor, textura e odor. Embalagem 1L.	CAMPO VIVO	7,85	2.747,50
50	120	Litro	**Leite UHT Zero Lactose:** semidesnatado para dietas com restrição de lactose - ZERO LACTOSE. Embalagem tetra pak individual de 1 litro.	ITALAC	6,00	720,00
51	30	Pacote	**Louro:** desidratado em folhas, sem adição de corantes, aromatizantes, conservantes e outros aditivos alimentares. Embalagem atóxica com rotulagem adequada. Embalagem de 4 a 7g.	GRANEL	1,10	33,00
53	20	Pacote	**Manjericão desidratado:** Produto constituído por folhas de espécies vegetais, sãs, limpas e secas, aspecto de folha seca, cheiro e sabor próprios.Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, data de validade e peso líquido. Embalagem de 5 a 7 gramas.	GRANEL	1,10	22,00
54	80	Pote	**Manteiga com sal:** de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata). Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos edeverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis.Embalagem contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura.	CAMPO VIVO	17,50	1.400,00

			Deverá ser transportado em embalagens e temperaturas corretas (10ºc ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando as características do produto. De modo que as embalagens não se apresentem estufadas ou alteradas. Embalagem de 200 gramas.			
55	80	Pote	**Margarina:** Cremosa com sal, em 10g do produto deverá conter no mínimo 72 kcal, 8g gorduras totais, 65% de lipídeos, 0% de gordura trans., 45 mcg de vitamina A. Apresentação, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos e deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis. O produto deverá apresentar validade mínima de 6meses a partir da data de entrega. Embalagem de 500 gramas.	DORIANA	5,00	400,00
56	300	Unidade	**Massa de pizza grande:** aproximadamente 30cm, acondicionadas em embalagens plásticas intactas, sem nenhum sinal de ruptura, massa apresentando odor característico e coloração correspondente, sem bolor, sem manchas impróprias, sem ressecamento.	DACASA	8,90	2.670,00
57	150	Unidade	**Massa de Pastel:** rolos de 1kg, embalados separadamente, sem rupturas, sem machas escuras, sem ressecamento, com odor e características correspondente ao produto.	ROBERTOS	17,00	2.550,00
58	230	Pacote	**Massa (Macarrão) tipo Ave Maria**: de sêmola com ovos, de primeira qualidade, 0% gordura trans., Cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e ovos, isento de qualquer substância estranha ou nociva. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1kg.	FLORIANI	4,80	1.104,00
59	200	Pacote	**Massa (Macarrão) tipo Espaguete nº 08:** de sêmola com ovos, de primeira qualidade, 0% gordura trans., Cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e ovos, isento de qualquer substância estranha ou nociva. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1kg.	FLORIANI	5,20	1.040,00
60	280	Pacote	**Massa (Macarrão) tipo Parafuso:** de sêmola com ovos, de primeira qualidade, 0% gordura trans., Cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e ovos, isento de qualquer substância estranha ou nociva. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1kg.	FLORIANI	5,20	1.456,00
64	500	Garrafa	**Óleo de Soja:** Com aspecto, cheiro, sabor e cor característicos. Isentos de ranço e outras características indesejáveis. Apresentação em embalagem plástica do tipo pet transparente. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega Frasco contendo 900ml.	COAMO	6,80	3.400,00
65	80	Pacote	**Orégano:** (Origanum vulgare) desidratado, sem adição de corantes, aromatizantes, conservantes e outros aditivos alimentares. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico**.** Pacote de 40-50g	GRANEL	3,40	272,00
66	15	Pacote	**Pão de fatia ou tipo caseiro sem glúten e sem lactose**: Base dos ingredientes: farinha de arroz ou outra farinha livre de glúten.Não poderá conter glúten e lactose. Na embalagem deve conter data de fabricação, validade e ingredientes. Embalagem: 200 a 500g.	JASMINI	35,00	525,00

67	200	Pacote	**Pão de forma:** Pão embalado fatiado, cada fatia deve ter em média 25 gramas. Deve apresentar superfície lisa e macia commiolo consistente, não devendo ser quebradiça ou esburacada e nem apresentar partes cruas. Deve apresentar sabor característico e ausência de bolores. Embalagem de 450 - 500g	VO NEUZA	10,00	2.000,00
68	200	Pacote	**Pão de hambúrguer:** deverá apresentar casca fina e macia, miolo elástico e homogêneo, a cor deve ser uniforme e apropriada ao tipo de pão,sem manchas, bolores ou coloração indesejada,apresentar-se no formato arredondado contendo em média de 80g a unidade.Embalagem intacta contendo de 6 à 8 unidades.	VO NEUZA	16,00	3.200,00
69	70	Pacote	**Páprica doce:** tempero produzido a partir no pimentão vermelho. Embalagem constando como ingrediente apenas páprica doce, não acrescido de nenhum outro ingrediente,isento de sujidades e materiais estranhos a sua espécie. Acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, resistente e hermeticamente vedado. Embalagem com identificação do produto, fabricante, prazo de validade. Embalagem mínima de 50 gramas.	GRANEL	3,00	210,00
72	100	kg	**Queijo mussarela fatiado:** produto elaborado com leite de vaca, com aspecto de massa semidura, cor branco creme homogênea, cheiro próprio,sabor suave, levemente salgado. Embalagem de polietileno transparente com identificação do produto. Entregue separadamente em embalagens de 400 – 500g	DOUTOR ABREU	41,00	4.100,00
74	40	Copo	**Requeijão cremoso:** homogêneo e consistência cremosa, coloração branca e sabor suave, sem adição de amido na composição. Acondicionado em potes plásticos atóxicos, com validade mínima de 180 dias, peso de 190 - 200g	CAMPO VIVO	13,00	520,00
75	30	Pacote	**Sagu de mandioca:** grupo 2 tapioca, subgrupo sagu artificial, tipo 1. Embalagem primária plástica atóxica, transparente, termo selada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso liquido. Embalagem de 500 gramas.	AMAFIL	6,00	180,00
77	130	Lata	**Sardinha:** em óleo comestível. Apresentando aspecto, cor, cheiro e sabor próprios; isento de ferrugem e danificação nas latas. Acondicionado em lata com tampa de sistema "abre fácil", peso 125 gramas, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.Validade mínima 24 meses a contar da entrega.	PESCADOR	4,40	572,00
80	25	Pacote	**Uva passa escura:** sem semente, desidratada, sem substâncias estranhas a sua composição normal, com cor, cheiro e sabor característico do produto.Ausência de sujidades, parasitas ou larvas. Embalagem integra, contendo todos os dados, peso de 150-200g.	GRANEL	3,60	90,00
82	450	Kg	**Abacaxi:** Apresentar consistência firme, cor própria do produto, aparência agradável, pouco amadurecimento, sabor adocicado estar em perfeitas condições, ter tamanho médio por unidade.	CEASA	5,90	2.655,00
83	120	Kg	**Abóbora cabotiá:** Apresentar consistência e cor própria do produto, estar em perfeitas condições, ter tamanho médio e casca integra.	CEASA	3,90	468,00
84	80	Kg	**Abóbora Paulista:** Apresentar consistência e cor própria do produto, estar	CEASA	3,90	312,00

			em perfeitas condições, ter tamanho médio e casca integra.			
85	150	Unidade	**Acelga:** Unidade (pés) de tamanhos médios, folhas amplas, macias e sem presença ou picadas de insetos.	CEASA	5,00	750,00
86	100	Unidade	**Alface americana:** Deverá apresentar folhas bem definidas, bem formadas, coloração viva, ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho,aroma e cor da espécie.Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Não serão aceitas peças murchas.	CEASA	4,00	400,00
87	700	Unidade	**Alface crespa:** Deverá apresentar folhas bem definidas, bem formadas, coloração viva, ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie.Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Não serão aceitas peças murchas.	CEASA	4,00	2.800,00
88	60	Unidade	**Alface roxa:** Deverá apresentar folhas bem definidas, bem formadas, coloração viva, ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho, aroma e cor da espécie.Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Não serão aceitas peças murchas.	CEASA	5,00	300,00
89	200	Kg	**Alho:** produto de boa qualidade, com dentes grandes, sem sinais de apodrecimento, firmes, de coloração uniforme, casca lisa,fina e sem excesso de sujidades.	CEASA	19,00	3.800,00
90	300	Unidade	**Almeirão:** Folhas integras, frescas, cor característica, sem manchas ou picadas de insetos.	CEASA	4,00	1.200,00
93	80	Kg	**Batata doce: D**eve estar tenra, ser transportada limpa, sem lesões mecânicas e microbianas que comprometam o produto,apresentar características organolépticas adequadas.	CEASA	3,80	304,00
94	900	Kg	**Batata inglesa especial: D**eve estar tenra, ser transportada limpa, sem lesões mecânicas e microbianas que comprometam o produto,apresentar características organolépticas adequadas.	CEASA	3,40	3.060,00
95	20	Kg	**Beringela:** Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, ser fresca, tamanho, aroma e cor da espécie.Estar livres de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica. Não serão aceitas peças murchas, com rachaduras, perfurações e cortes.	CEASA	6,00	120,00
96	140	Kg	**Beterraba: T**amanho médio, com coloração normal, consistência firme, meio lisa, sem reentrância, sem folhas,sem lesões mecânicas ou microbianas que comprometam o produto.	CEASA	4,00	560,00
97	180	Unidade	**Brócolis:** Deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, ser fresco, ter atingido o grau máximo no tamanho,aroma e cor da espécie. Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência e qualidade.	CEASA	7,00	1.260,00
98	200	Kg	**Caqui tipo chocolate:** De 1ª qualidade, frescos e sãs. No ponto de maturação adequado para o consumo. Intactos, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificadas por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos pretos ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas.	CEASA	8,90	1.780,00

99	240	Kg	**Cebola de cabeça:** Cebola de 1ª qualidade, classe, deve apresentar as características de qualidade, bem formadas com coloraçãoprópria, superfície lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, estar em perfeitas condições de conservação e maturação. ter atingido o grau máximo no tamanho.	CEASA	3,50	840,00
101	120	Maço	**Cebolinha verde:** Folhas verdes, frescas, sem manchas e/ou picadas de insetos.	CEASA	2,50	300,00
102	230	Kg	**Cenoura:** Deve ter tamanho médio, com coloração normal, consistência firme, meio lisa, sem reentrâncias, sem folhas, sem lesões mecânicas ou microbianas que comprometam o produto.	CEASA	4,00	920,00
103	40	Unidade	**Chicória:** Tipo extra, deverá ser procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, ser fresca, ter atingido o grau máximo no tamanho,aroma e cor da espécie.Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência. Não serão aceitas peças murchas.	CEASA	5,00	200,00
104	100	Kg	**Chuchu:** Cor verde claro, procedente de espécimes vegetais genuínos e sãos, ser fresco, ter atingido o grau máximo no tamanho e aroma.Estar livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência e qualidade.	CEASA	4,00	400,00
105	80	Maço	**Couve folhas:** Folhas inteiras frescas, sem picadas de insetos, coloração verde e sem presença de manchas amarelas.	CEASA	4,00	320,00
107	350	Kg	**Goiaba** de ótima qualidade, apresentando tamanho, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firmesem danos físicos e mecânicos. Acondicionadas em caixa apropriada	CEASA	7,00	2.450,00
108	40	Kg	**Inhame:** Deve estar tenra, ser transportada limpa, sem lesões mecânicas e microbianas que comprometam o produto, apresentar características organolépticas adequadas.	CEASA	6,00	240,00
109	50	Kg	**Kiwi:** de 1º qualidade apresentando cor e características naturais ao produto, casca sã e sem rachaduras, tamanho e ponto de amadurecimento médio,limpos e devidamente acondicionados.	CEASA	38,00	1.900,00
110	1.300	Kg	**Laranja pêra; U**nidades firmes, casca lisa e brilhante, sabor adocicado, sem lesões mecânicas e microbianas.	CEASA	4,00	5.200,00
111	180	Kg	**LIMÃO TAITI:** 1ª qualidade, casca lisa, sã e sem rupturas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isento de terra aderente, sujidades, parasitas e larvas e defensivos agrícolas.	CEASA	8,00	1.440,00
112	1.500	Kg	**Maçã gala:** Unidades de tamanhos médios, casca lisa, sem amassamento ou lesões microbianas, cor e sabor característicos do produto.	CEASA	16,00	24.000,00
113	700	Kg	**Mamão formosa:** Deverá estar parcialmente maduro e com a casca íntegra, sem amassamento e lesões microbianas, com sabor adocicado.	CEASA	10,00	7.000,00
114	50	Kg	**Mandioca caipira:** de 1ª qualidade, descascada, sã e sem rupturas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	CEASA	12,60	630,00
115	40	Kg	**Mandioca salsa:** Deverá estar pré lavada (sem presença de terra). Sã e sem rupturas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	CEASA	18,50	740,00
116	500	Kg	**Manga:** de ótima qualidade, tamanhos médios, cor e conformação uniformes, bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicose mecânicos oriundos do manuseio e transporte,	CEASA	10,00	5.000,00
117	2.000	Kg	**Melancia:** Unidade de tamanho grande, casca lisa e sem leões microbianas ou mecânicas. Polpa firme e suculenta, sem sinais de maturação excessiva (passada).	CEASA	5,50	11.000,00
118	900	Kg	**Melão:** Fresco, aroma, cor e sabor próprios da espécie, deverá apresentar grau de maturação tal que permita suportar a manipulação, o transporte e aconservação em condições adequadas para o consumo. Não serão permitidos defeitos de natureza física ou mecânica que afete sua	CEASA	8,50	7.650,00

			aparência. A casca e a polpa deverão estar intactas e firmes.			
119	1.200	Kg	**Mexerica:** De ótima qualidade, fresca e firme, isenta de sujidades, e defeitos de natureza física ou mecânica. Tamanho e coloração uniforme conforme características próprias.	CEASA	11,50	13.800,00
120	50	Kg	**Morango:** de ótima qualidade, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundos domanuseio e transporte, para evitar maiores danos devem estar acondicionado em embalagem menores.	CEASA	34,00	1.700,00
121	50	Dúzia	**Ovos de galinha:** Produto proveniente de estabelecimento sob inspeção oficial, com peso mínimo de 50 (cinquenta) gramas classe A especial. A gema deve ser translúcida, homogênea,firme, consistente e sem manchas. A câmara de ar fixa.	CEASA	12,30	615,00
122	250	Kg	**Pepino caipira:** Sem imperfeições, larvas ou parasitas, deve-se evitar danos mecânicos que comprometam o produto, sem sinais de amadurecimento excessivo.	CEASA	7,50	1.875,00
123	60	Kg	**Pepino japonês:** de 1ªqualidade, de tamanho médio, liso, com polpa intacta e limpa, tamanho e coloração uniforme, sem manchas, sem bolores, sem sujidades, sem ferrugem, sem lesões de origem física ou mecânica.	CEASA	8,90	534,00
124	500	Kg	**Pêra:** De ótima qualidade, fresca e firme, isenta de sujidades, e defeitos de natureza física ou mecânica. Tamanho e coloração uniforme conforme características próprias.	CEASA	18,50	9.250,00
125	200	Kg	**Pêssego:** De ótima qualidade, fresca e firme, isenta de sujidades, e defeitos de natureza física ou mecânica. Tamanho e coloração uniforme conforme características próprias.	CEASA	19,90	3.980,00
126	15	Kg	**Pimentão colorido:** (amarelo, vermelho), selecionado, de primeira qualidade, tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem danos mecânicos e físicos.	CEASA	24,80	372,00
127	15	Kg	**Pimentão verde:** de 1ª qualidade inteiro, apresentando folhas sãs, livre de rachaduras e/ou amassados, folhas firmes, limpo, livre de contaminação e devidamente acondicionados.	CEASA	14,00	210,00
128	30	Kg	**Quiabo:** Fresco, com cor, sabor e aroma próprios da espécie. Sem lesões de origem mecânica, perfurações e cortes.	CEASA	18,00	540,00
129	30	Kg	**Rabanete:** Deverá ser fresco, com aroma e cor próprios da espécie, livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não estar danificado por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	CEASA	18,00	540,00
130	300	Unidade	**Repolho:** As folhas internas devem ser turgescentes e sem imperfeições, o peso unitário deve ser em torno de 2 ½ kg, sem larvas, parasitas e danos mecânicos que comprometam o produto. Devem estar acondicionados em embalagem que permita a ventilação.	CEASA	8,00	2.400,00
131	40	Unidade	**Repolho Roxo:** de 1ª qualidade inteiro, apresentando folhas sãs, livre de rachaduras e/ou amassados, folhas firmes, limpo, livre de contaminação e devidamente acondicionados	CEASA	9,00	360,00
132	300	Maço	**Rúcula:** Deverá ser fresca, com aroma e cor próprios da espécie, livre de enfermidades, insetos e sujidades. Não apresentar folhas murchas, e não estar danificada por qualquer lesão de origem física ou mecânica.	CEASA	7,50	2.250,00
133	100	Maço	**Salsinha:** Folhas integras, frescas, cor característica, sem manchas ou picadas de insetos.	CEASA	3,80	380,00
134	800	Kg	**Tomate:** Produto íntegro, sem manchas, picadas de insetos ou sinais de apodrecimento. Estar em ponto de maturação próprio para consumo.	CEASA	11,00	8.800,00
135	30	Kg	**Tomate cereja:** grau médio de amadurecimento, de primeira qualidade, são, sem rupturas, sem sinais de apodrecimento.	CEASA	17,00	510,00
136	350	Kg	**Uva sem semente:** De ótima qualidade, sem defeitos graves, apresentando tamanho e coloração uniforme, com polpa e casca firmes e intactas, sem lesões físicas e/ou mecânicos, deverá ser fresca.Ser bem desenvolvida	CEASA	23,00	8.050,00

			e madura, livre de sujidades, parasitas e larvas			
137	40	Kg	**Vagem verde:** É uma leguminosa que deve estar tenra, de cor característica do produto, no ponto, sem lesões mecânicas, sem parasitas e ser de fácil cozimento.Estar acondicionada de forma que não prejudique a qualidade do produto.	CEASA	19,50	780,00
139	200	kg	**Bisteca Suína:** de primeira qualidade, fresca, refrigerado, cortada em bifes, proveniente do corte central da parte do dorso do porco, coloração característica,livre de acúmulo de sangue, ausente de excesso de gordura e outras substâncias. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso, data. Embalagens de aproximadamente 2kg.A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	FRIELLA	26,00	5.200,00
140	1.000	Kg	**Carne Bovina moída**: De primeira qualidade, corte "patinho" moído, fresco, refrigerado, proveniente de animais sadios, abatidos sob inspeção veterinária, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico e aspecto próprio não amolecido e nem pegajosa, isento de: excesso de gordura, cartilagem e aponevrose, coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada.Sem vestígios de descongelamento e recongelamento, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substancia contaminante. Acondicionado em embalagem plástica atóxica,transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	RIBEIRO	40,00	40.000,00
145	900	Kg	**Carne de Frango (coxa e sobrecoxa):** de boa qualidade, fresca, cortes refrigerados e não temperados, deverão ser separados a coxa da sobrecoxa, podendo ser solicitado em algum momento que sejam cortadas em mais partes, deverá apresentar aspecto firme, cor amarelo rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas, sem sinais de descongelamento e recongelamento, acondicionado em embalagem atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. A carne resfriada deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	LEVO	11,00	9.900,00
146	200	Kg	**Fígado bovino:** em bife, fresco, refrigerado de 1ª qualidade; com aspecto próprio, firme, não pegajoso; isento de manchas esverdeadas, com cheiro e sabor próprio, coloração viva, sem sinais de descongelamento e recongelamento, acondicionado em embalagem atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data. Embalagens de aproximadamente 2kg. Deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.	RIBEIRO	19,00	3.800,00
147	400	Kg	**Linguiça Toscana:** Preparada com carne não mista, toucinhos e condimentos, com aspecto normal, firme, sem umidade, não pegajosa, isenta de sujidades, parasitas e larvas, mantida em temperatura de refrigeração adequada. sem	SEARA	22,00	8.800,00

			sinais de descongelamento e recongelamento, acondicionado em embalagem atóxica, transparente e resistente, isenta de sujidades e ou ação de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data.Embalagens de aproximadamente 2kg. Deve ser entregue com uma temperatura máxima de 7°C.			
148	600	Kg	**Peito de frango:** carne de boa qualidade, fresco, refrigerado, não temperado, **sem osso, sem pele,** com aspecto firme, cor amarelo rosada, sem escurecimento ou manchas esverdeadas, sem sinais de descongelamento e recongelamento, acondicionados em embalagens plástica, contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de validade e carimbos oficiais de acordo com a portaria do ministério da agricultura.Apresentação em embalagens de polietileno atóxico em quantidade conforme solicitação.	CANÇÃO	24,00	14.400,00
150	100	kg	**Carne suína Costelinha SEM pele:** A carne deve ser de boa qualidade, apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas,livres de parasitas, sujidades e qualquer substânciacontaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. Deverá ser acondicionada em embalagem primária constituída de plástico, atóxico transparente, isenta de sujidades e ou ações de microrganismos. Na embalagem deverá conter: a identificação do produto, peso e data.	FRIELLA	29,00	2.900,00
151	40	Kg	**Linguiça calabresa:** carne suína pura e limpa, de 1ª qualidade, adicionada de toicinho e condimentos naturais, em proporções adequadasao tipo calabrês, submetida ao processo de cura, embalada a vácuo, em sacos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto. A embalagem deverá conter externamente, os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e número do registro no ministério da Agricultura.	FRIMESA	40,00	1.600,00

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INÍCIO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2026.**

TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **20 de março de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu, Paraná.**

Ivatuba/Pr, 20 de março de 2026.

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:2E36F46A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO EXTRATO DO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026-PMI

CONTRATO Nº. 023/2026.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**

Onde se lê: CONTRATADA: **M F GUIMARÃES BRAGA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 10.751.433/0001-32.**

Leia-se: CONTRATADA: **LICITAPRO TECNOLOGIA INOVA SIMPLES, inscrito no CNPJ/MF sob nº.: 54.520.092/0001-60**

OBJETO: **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço técnico através de disponibilização de solução desenvolvida com o objetivo de auxiliar a Administração Municipal na estruturação, formalização, organização e geração assistida de processos administrativos de contratação pública, com foco na fase interna e preparatória, por meio do sistema LICITAPRO.**

FISCAL DESIGNADO: **Luiz Henrique Lazaretti, lotado na Secretaria De Agropecuária, Claudete Ghelere Dos Santos, lotada na Secretaria De Assistência Social, Luciane Grazielli Lopes Vercezi, lotada na Secretaria Da Educação e Cultura, Rafael Gomes Floriano, lotado na Secretaria De Esportes e Lazer, Franciele Diniz Zordan, lotada na Secretaria da Fazenda, Rosilaine De Fátima Dante Murata, lotada na Secretaria de Industria e Comércio, Roseli De Fátima Celestino, lotada na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Renato Umbelino Da Silva, lotado na Secretaria De Obras e Serviços e Silvana Mori Padovan lotada na Secretaria De Saúde.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição / Especificação	Marca	Valor Unt. R$	Valor Total R$
01	Mensal	12	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço técnico através de disponibilização de solução desenvolvida com o objetivo de auxiliar a Administração Municipal na estruturação, formalização, organização e geração assistida de processos administrativos de contratação pública, com foco na fase interna e preparatória, por meio do sistema LICITAPRO	LICITAPRO	7.650,00	91.800,00

VALOR: **R$ 91.800,00 (noventa e um mil e oitocentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DA VIGÊNCIA: **18 de março de 2026.**

TERMINO DA VIGÊNCIA: **18 de março de 2027.**

FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 18 de março de 2026

VARLEI VERCEZI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Diniz Zordan
Código Identificador:896A559F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

1. Normatização

Descrever as fases de implementação do Sistema de Controle Interno no

Consórcio, indicando, inclusive:

os Atos expedidos para sua criação:

Não existe ato de criação do sistema de Controle Interno do Consórcio, pois o ente não possui quadro próprio;

os Atos normativos que regulamentaram ou que promoveram alterações no Sistema de Controle Interno: (Em análise)

Em Assembleia do Conselho de Prefeitos delegou ao Município de Quatiguá a nomeação do controle interno para o exercício de 2023, pois o Consórcio não possui estrutura própria.

Para o exercício de 2025 foi nomeada a servidora do Município de Joaquim Távora, a senhora Simone de Souza Corrêa por meio da Portaria 03/2024.

Qualificação do(s) responsável(is) pelo Controle Interno no exercício de 2025 e pela emissão deste relatório

CONTROLADOR ATUAL	
Nome: **Simone de Souza Corrêa**	CPF: **003.xxx.xxx-06**
Período de responsabilidade: 01/01/2024 a 31/12/2026	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (X) SIM ( ) NÃO	
Nome do cargo efetivo ocupado:	
Origem do Servidor: ( ) Próprio (X) Cedido, Município de joaquim Távora	
Formação Acadêmica: ( ) Ensino Fundamental (Apresentar cópia do documento ( ) Ensino Médio/Técnico comprobatório) (X) Superior (X) Pós-graduação/Mestrado/Doutorado	
Realizou cursos de capacitação relacionados à atividade desempenhada nos últimos 60 meses? (X) Sim, apresentar cópia dos certificados dos cursos recentes. ( ) Não, justificar	

CONTROLADOR NO EXERCÍCIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
Nome: **Simone de Souza Corrêa**	CPF: **003.xxx.xxx-06**
Período de responsabilidade: 01/01/2025 a 31/12/2025	
Servidor ocupante de cargo efetivo? (X) SIM ( ) NÃO	
Nome do cargo efetivo ocupado:	
Origem do Servidor: ( ) Próprio (X) Cedido, Município de joaquim Távora	
Formação Acadêmica: ( ) Ensino Fundamental (Apresentar cópia do documento ( ) Ensino Médio/Técnico comprobatório) (X) Superior (X) Pós-graduação/Mestrado/Doutorado	
Realizou cursos de capacitação relacionados à atividade desempenhada nos últimos 60 meses? (X) Sim, apresentar cópia dos certificados dos cursos recentes. ( ) Não, justificar	

3 . Relação de Servidores

Não possui equipe de apoio

Relacionar os servidores lotados no Sistema de Controle Interno no período das contas.

MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO			
Nome:		CPF:	
Servidor ocupante de cargo efetivo?		( ) SIM	( ) NÃO
Nome do cargo efetivo ocupado:			
Data de lotação:			
Origem do Servidor: ( ) Próprio	( ) Cedido		
Se Servidor cedido, informar o Município/órgão de origem:			
Nome:		CPF:	
Servidor ocupante de cargo efetivo?		( ) SIM	( ) NÃO
Nome do cargo efetivo ocupado:			
Data de lotação:			
Origem do Servidor: ( ) Próprio	( ) Cedido		
Se Servidor cedido, informar o Município/órgão de origem:			

Relação dos Entes Consorciados

Relacionar, no quadro a seguir, todos os municípios consorciados com os respectivos valores estabelecidos no contrato de rateio para o exercício de 2025, bem como os valores efetivamente pagos deste contrato pelos municípios até 31/12/2025 e, caso existam, as diferenças:

Município	Valor em R$ do Contrato de Rateio		Total do Contrato de Rateio (C) = (A + B)	Valor Pago em R$ até 31/12/2023 (D)	Diferença em R$ (E) = (C - D)
	Parte Fixa (A)	Parte Variável (B)			
Joaquim Távora	36.000,00	369.756,97	405.756,97	405.756,97	0
Quatiguá	36.000,00	242.742,83	278.742,83	278.742,83	0
Conselheiro Mairinck	36.000,00	111.732,71	147.732,71	147.732,71	0
Guapirama	36.000,00	133.944,15	169.944,15	169.944,15	0
Jundiaí do Sul	36.000,00	131.802,10	167.802,10	167.802,10	0
Ribeirão Claro	30.000,00	280.046,50	310.046,50	310.046,50	

Justificativas para as diferenças indicadas no item 4

Todos os Municípios cumpriram com o contrato de Rateio.

Atividades desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2023

Nº	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada (1)	% ou amostra avaliada	Conclusão
01	01/01/2025 a 31/12/2025	Contábil	Empenho, liquidação e Pagamento	Verificação das notas de Empenhos, das	100%	Regular
				notas fiscais que		
				deram suporte as		
				liquidações, e dos		
				pagamentos		
				realizados		
02	01/01/2025 a 31/12/2025	Contábil/Financeir o	Transferencias realizadas pelos	Acompanhamento das transferencias	100%	Regular
			Consorciados	realizadas pelos entes		
				consorciados		
03	01/01/2025 a 31/12/2025	Contábil	Envio do SIM-AM	Acompanhamento atraves da agenda de	100%	Regular
				obrigações		

Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 6

Sem recomendação

Síntese das avaliações

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)
Contrato de Programa	
Cumprimento das obrigações assumidas entre os Entes para com o Consórcio	REGULAR
Contrato de Rateio	
Cumprimento Consorciados do Contrato de Rateio pelos Entes	REGULAR
Medidas adotadas pelo Consórcio para com os Entes Consorciados inadimplentes	REGULAR
Orçamento do Consórcio Público	
Fornecimento de informações para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias anuais dos Entes Consorciados observando o disposto no art. 7º da Portaria STN nº 274/2016	REGULAR
Execução Orçamentária	
Realização da Receita e Renúncia Fiscal	REGULAR

Adequação da execução orçamentária e financeira pelo Consórcio quando o Ente Consorciado estiver impossibilitado de cumprir com sua obrigação orçamentária e financeira assumida em contrato de rateio (art. 14, parágrafo único do Decreto Federal nº 6.017/07)	REGULAR

Alterações Orçamentárias	
Créditos Suplementares	REGULAR
Créditos Especiais	REGULAR
Transparência	
Divulgação do Orçamento do Consórcio na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Divulgação dos Contratos de Rateio na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Divulgação das Demonstrações Contábeis previstas nas normas gerais de Direito Financeiro e sua regulamentação na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Divulgação do RREO na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Divulgação do RGF na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Divulgação do Estatuto na internet/jornal (Indicar no item 9 o endereço eletrônico para consulta)	REGULAR
Servidores do Consórcio	
Criação de empregos públicos com previsão no Contrato de Consórcio Público, contendo forma e requisitos para provimento; remuneração; adicionais; gratificações; etc.	Não se aplica
Estatuto possui dispositivo que trata das atribuições administrativas; hierarquia; avaliação da eficiência; lotação; jornada de trabalho e denominação dos cargos	Não se aplica
Prestação de Contas aos Consorciados	
Prestação de Contas periódica das despesas realizadas com os recursos entregues via Contrato de Rateio a cada Município consorciado	REGULAR
Fornecimento das informações necessárias para consolidação nas contas dos entes consorciados de todas as despesas realizadas com recursos oriundos do Contrato de Rateio, conforme disposto no § 4º, do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05	REGULAR
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas	
Compatibilidade dos dados enviados ao Tribunal em relação ao Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal (SIM-AM) com os sistemas da entidade, como por exemplo as demonstrações contábeis	REGULAR

(*) Programa mínimo indicado pelo Tribunal de Contas

(**) Avaliação = Regular, Irregular ou Ressalva

Considerações relevantes quanto ao item 8 do Relatório

Foram minuciosamente verificados os registros contabeis, entre eles, à execução das despesas em todas as suas fases (empento, Iguidação é pagamento). Destacamos que foi realizada à verificação de todos os

documentos, em visita in-loco, pois durante todo o exercício de 2025 os empenhos do consórcio foram apenas 113 (cento e treze), facilitando assim o exame de todos os documentos.

Foram conferidas todas as transferências dos municípios constantes nos extratos bancários do consórcio em comparação ao valor registrado na contabilidade.

Verificamos o atendimento integral à agenda de obrigações do TCE, sem atraso nas entregas dos dados.

Indicação dos endereços eletrônicos - Transparência	
1 - Orçamento	http://164.163.98.154:7474/transparencia/
2 - Contrato de Rateio	http://164.163.98.154:7474/transparencia/outrasPublicacoes?formulario.i dGrupoPublicacao=4
3 - Demonstrações Contábeis	http://164.163.98.154:7474/transparencia/

4 - RREO	http://164.163.98.154:7474/transparencia/
5 - RGF	http://164.163.98.154:7474/transparencia/
6 - Estatuto	http://164.163.98.154:7474/transparencia/outrasPublicacoes?formulario.i dGrupoPublicacao=3

SIMONE DE SOUZA CORRÊA

Controle Interno Atual

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:4BD8E1C2

DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026/CMDPCD

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DO RECURSO REFERENTE À DELIBERAÇÃO 005/2025 DO COEDE/PR REFERENTE AO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL, ESTADO DO PARANÁ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 745/2024 e;

CONSIDERANDO a Deliberação 05/2025 do COEDE/PR que estabelece os procedimentos de repasse de recursos na modalidade fundo a fundo para incentivo ao fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

CONSIDERANDO a deliberação da plenária ocorrida em 20 de março de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o **PLANEJAMENTO DA EXECUÇÃO DO RECURSO** referente à Deliberação 005/2025 do COEDE/PR quanto ao município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, conforme ANEXO I.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiaí do Sul/PR, 20 de março de 2026.

ALCIONE APARECIDA LEITE KOZLOWISKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ANEXO I

DELIBERAÇÃO Nº 005/2025 – COEDE/PR

PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DO RECURSO

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 – Dados Cadastrais do Órgão Gestor:

Município: Jundiaí do Sul		**CNPJ:** 76.408.061/0001-54
Endereço: Rua São Francisco – 465 – Centro		**CEP:** 86.470-000
Telefone: (43)3626-1558		**E-mail Institucional:** assistenciasocial@jundiaidosul.pr.gov.br
Nome do Secretário Municipal responsável pela Política da Pessoa com Deficiência: Ivanise de Lima Silva		
Telefone: (43)3626-1558	**Celular:** (43)9.9984-93XX	**E-mail:** ivanisesilva975@gmail.com

Nome do Programa/Serviço

Fortalecimento da Política Municipal da Pessoa com Deficiência e da Rede de Atendimento Especializado em Jundiaí do Sul/PR.

Local / endereço onde será executado o programa/serviço

Departamento Municipal de Assistência Social

APAE Paulo Fogaça de Jundiaí do Sul

2. DIAGNÓSTICO

O município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná, fica localizado ao norte do estado e tem uma população de 3.333 (três mil trezentos e trinta e três) habitantes segundo o último CENSO/IBGE de 2022 e uma população projetada de 3366 (três mil trezentos e sessenta e seis) para o ano de 2025 segundo dados do IPARDES. O município possui uma área territorial de 317.736 km².

É considerado um município de pequeno porte, sua população se concentra mais predominantemente na área urbana (2097 pessoas) do que na área rural (1236 pessoas) e o IDH-M (índice de desenvolvimento humano do município) é de 0,688 sendo que a projeção para o Estado do Paraná é de 0,749 sendo uma medida que avalia o desenvolvimento da cidade, considerando a longevidade, a educação e a renda.

Ainda em relação aos dados públicos do Censo 2022 apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município possui cerca de 471 crianças e adolescentes do sexo masculino com idade entre 0 a 18 anos de idade e 388 crianças e adolescentes do sexo feminino com idade entre 0 e 18 anos de idade.

O município possui o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência que está devidamente funcionando desde 2024, sendo um conselho recente para a gestão municipal e também para os membros do conselho. Sendo assim, pretende-se providenciar capacitações para os membros do conselho e também para a gestão municipal sobre o conselho, suas finalidades e atribuições, de modo a proporcionar o devido funcionamento do mesmo.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Jundiaí do Sul é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, essencial para a comunidade, atuando na promoção da qualidade de vida e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Sua principal finalidade é promover a habilitação, reabilitação e o desenvolvimento integral de seu público-alvo, garantindo-lhes o pleno exercício da cidadania.

O foco principal da APAE de Jundiaí do Sul está nas pessoas com deficiência intelectual e deficiências múltiplas (como a combinação de deficiência intelectual com deficiência física ou auditiva), atendendo crianças, jovens e adultos do município e suas famílias. Sua área de atuação concentra-se na Educação Especial, sendo a mantenedora da Escola "Paulo Fogaça". Por meio desta escola, são oferecidas modalidades de ensino adaptadas, como Educação Infantil, Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos (EJA), assegurando a escolarização especializada e o desenvolvimento contínuo dos alunos.

Além da educação, a APAE de Jundiaí do Sul desenvolve um trabalho integrado que abrange a Assistência Social, oferecendo suporte e orientação às famílias em situação de vulnerabilidade. Sua legitimidade e compromisso com o município são reforçados pela manutenção de convênios e

parcerias com a Prefeitura Municipal. Dessa forma, a APAE se estabelece como um pilar fundamental de apoio especializado, promovendo a inclusão social e o bem-estar dos indivíduos com deficiência em toda a área de sua jurisdição.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA/SERVIÇO

Este programa está fundamentado na Deliberação COEDE/PR nº 05/2025, que estabelece critérios e diretrizes claras para a aplicação de recursos visando o fortalecimento das Políticas Estadual e Municipal da Pessoa com Deficiência.

A iniciativa totaliza um investimento de R$ 39.401,02 e orienta-se pela Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). O objetivo primordial é destinar os recursos para ações coordenadas de capacitação, estruturação de serviços, promoção da inclusão e garantia de direitos no município.

A alocação financeira do programa foi definida para atacar os pontos críticos identificados no município de Jundiaí do Sul. Do valor total, R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) serão destinados diretamente à APAE "Paulo Fogaça" para o fortalecimento material e estrutural de seus serviços. O restante, R$ 9.401,02 (Nove Mil, Quatrocentos e Um Reais e Dois Centavos), será aplicado integralmente na capacitação continuada dos membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPcD) e dos servidores vinculados à gestão municipal. Essa divisão busca responder simultaneamente à carência de estrutura física na única entidade de atendimento e à necessidade urgente de uniformizar e qualificar os atendimentos.

O programa busca responder diretamente às diretrizes do COEDE/PR, que apontam para a urgência de fortalecer a política da pessoa com deficiência, especialmente em municípios de pequeno porte. A destinação dos R$ 30.000,00 à APAE é crucial, visto que a instituição enfrenta dificuldades materiais e estruturais que comprometem a qualidade de seus atendimentos pedagógicos e terapêuticos. Paralelamente, a capacitação do CMDPcD, financiada com os R$ 9.401,02, é vital para que o Conselho possa exercer plenamente suas funções de controle social, fiscalização e proposição de políticas públicas, garantindo a sustentabilidade e a eficácia das ações a longo prazo.

4. PÚBLICO-ALVO:

Departamento Municipal de Assistência Social:

16 Conselheiros do CMDPcD e demais profissionais vinculados a área da gestão municipal (5 pessoas) diretamente vinculados ao conselho.

APAE PAULO FOGAÇA:

Crianças, adolescentes, Jovens e Adultos com deficiência intelectual e múltiplas atendidas pela APAE sendo:

7 alunos do apoio a Educação Infantil

9 Educação Infantil

9 Educação Infantil Multianos

17 Ensino Fundamental

24 EJA (Educação de Jovens e Adultos)

TOTALIZANDO 66 alunos entre eles as famílias em situação de vulnerabilidade social que dependem do suporte da Instituição.

5. OBJETIVOS

Geral:

Fortalecer a Política Municipal da Pessoa com Deficiência do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná, através de capacitações para os conselheiros e demais atores vinculados e fortalecer as ações de atendimento da APAE Paulo Fogaça, principal entidade de atendimento de pessoas com deficiência do município de Jundiaí do Sul, estado do Paraná.

Específicos:

Capacitar os conselheiros municipais dos direitos da pessoa com deficiência sobre a legislação vigente, políticas públicas e diretrizes do controle social, visando o aprimoramento de suas atribuições e competências.

Garantir a oferta regular e adequada de alimentação aos usuários da APAE Paulo Fogaça, suprindo a demanda diária nutricional e promovendo a segurança alimentar no ambiente institucional.

Adquirir uniformes padronizados e acessíveis, que atendam às necessidades específicas dos estudantes/usuários com deficiência, promovendo inclusão, identidade institucional e conforto.

Equipar a sala de fisioterapia com materiais adequados e atualizados, assegurando atendimentos terapêuticos eficazes, contínuos e adaptados às necessidades dos usuários com deficiência física e motora.

Adquirir computadores, tablets e outros recursos tecnológicos acessíveis, visando fortalecer os atendimentos pedagógicos e terapêuticos por meio de metodologias inovadoras e inclusivas.

6. METAS DE ATENDIMENTO

Meta	Descrição	Local	Valor Previsto
100%	16 Conselheiros do CMDPCD e demais profissionais vinculados a área da gestão municipal (5 pessoas) diretamente vinculados ao conselho.	CMDPCD/Gestão Municipal	9.401,02 Execução Direta
100%	Crianças, adolescentes, Jovens e Adultos com deficiência intelectual e múltiplas atendidas pela APAE sendo: 7 alunos do apoio a Educação Infantil 9 Educação Infantil 9 Educação Infantil Multianos 17 Ensino Fundamental 24 EJA (Educação de Jovens e Adultos) TOTALIZANDO 66 alunos entre eles as famílias em situação de vulnerabilidade social que dependem do suporte da Instituição.	APAE Paulo Fogaça	30.000,00 A ser repassado para execução pela entidade através da Lei 13.019/2014

7. METODOLOGIA DE TRABALHO

A metodologia adotada para a execução deste plano está fundamentada na Deliberação COEDE/PR nº 05/2025, que estabelece diretrizes para a aplicação de recursos destinados à implementação, consolidação e monitoramento da política pública voltada às pessoas com deficiência nos municípios paranaenses.

A execução será dividida em etapas operacionais, com foco em planejamento participativo, execução eficiente, monitoramento contínuo e avaliação de resultados, conforme descrito a seguir:

Etapa 1 – Planejamento e Articulação Intersetorial

- Reunião inicial com representantes da Prefeitura, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPcD), APAE Paulo Fogaça e demais atores vinculados à rede de atendimento.

- Definição do cronograma de capacitações, compras e atividades previstas.

Etapa 2 – Capacitação dos Conselheiros e Atores Vinculados (Objetivo Específico 1)

- Realização de oficinas e seminários temáticos com especialistas nas áreas de:

- Legislação e direitos da pessoa com deficiência (LBI, Convenção da ONU, Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- Políticas públicas setoriais (educação, saúde, assistência social, acessibilidade, mobilidade urbana).

- Controle social e funcionamento dos conselhos.

- Produção e distribuição de material didático acessível (impresso e digital).

- Avaliação do conhecimento antes e depois das capacitações.

Etapa 3 – Melhoria das Condições de Atendimento da APAE Paulo Fogaça (Objetivos Específicos 2 a 5)

3.1 – Segurança Alimentar

- Levantamento da demanda alimentar diária dos usuários da instituição.

- Aquisição de gêneros alimentícios conforme padrões nutricionais recomendados.

- Acompanhamento por nutricionista (quando possível) para orientar a elaboração dos cardápios.

3.2 – Uniformes Acessíveis

- Consulta às famílias e profissionais para definição de modelo de uniforme padronizado.

- Contratação de empresa para produção de uniformes com atenção à acessibilidade (tecidos leves, velcro, modelagem inclusiva).

- Distribuição dos uniformes aos usuários.

3.3 – Equipamentos de Fisioterapia

- Diagnóstico técnico das necessidades atuais da sala de fisioterapia.

- Aquisição de equipamentos específicos (ex: bola terapêutica, esteiras, andadores, barras paralelas, entre outros).

- Treinamento da equipe para o uso adequado dos novos recursos.

3.4 – Recursos Tecnológicos

- Avaliação pedagógica e terapêutica da necessidade de dispositivos eletrônicos.

- Aquisição de computadores, tablets e softwares com recursos de acessibilidade (ex: leitores de tela, teclados adaptados, aplicativos pedagógicos).

- Integração dos recursos nas rotinas educacionais e terapêuticas.

Etapa 4 – Monitoramento, Avaliação e Prestação de Contas

- Elaboração de relatórios periódicos com registros fotográficos, listas de presença, notas fiscais, e pareceres técnicos.

- Aplicação de indicadores de impacto e satisfação junto a usuários, famílias e profissionais.

- Apresentação de resultados à comunidade e aos órgãos de controle (inclusive ao COEDE/PR, se for o caso).

8. ATIVIDADES E CRONOGRAMA

Etapas / Ações	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Planejamento e articulação intersetorial	x			
Levantamento de demandas da APAE	x	x		
Capacitação dos conselheiros e atores vinculados	x	x	x	x
Aquisição de alimentos		x	x	x
Aquisição e entrega dos uniformes		x	x	
Compra de equipamentos de fisioterapia		x	x	x
Aquisição de computadores e tablets		x	x	
Implementação pedagógica e terapêutica com tecnologias			x	x
Avaliação dos resultados (técnica e comunitária)				x
Prestação de contas e divulgação dos resultados				x

*Considerando a aprovação para o início da execução do recurso financeiro.

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA OU MODALIDADE

Definição de indicadores de processo (número de conselheiros e profissionais capacitados) e de resultado (quantidade realmente capacitados).

Realização de reuniões periódicas para acompanhar a execução das ações e analisar os dados coletados com emissão de relatórios.

Elaboração de relatórios de monitoramento e avaliação para identificar avanços, desafios e propor ajustes no programa.

Realização de uma avaliação final do programa com a participação de todos os envolvidos para identificar os aprendizados e as recomendações para a sustentabilidade da execução do recurso.

Nome do Técnico responsável pela elaboração do programa:	Denis Nunes de Macedo
Telefone:	(43)3626-1558 - contato institucional
E-mail:	assistenciasocial@jundiaidosul.pr.gov.br
Formação / Registro no Conselho:	Serviço Social – CRESS 11.977 – 11ª Região – CRESS/PR

Jundiaí do Sul/PR, 20 de março de 2026.

IVANISE DE LIMA SILVA

Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social

Gestora da Pasta Vinculada a Política da Pessoa Com Deficiência

Publicado por:
Ivanise de Lima Silva
Código Identificador:558B4A06

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°85/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 85/2026 - De 18/03/2026 à 18 /03/2026.

Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Amanda Antônia Perole de Oliveira	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Camila Aparecida Keller	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Edneia Fátima de Souza	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Francisco Reginaldo de Macedo	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Gabriely Cristine de Souza	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Marcia Maria de Macedo	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00

Pamela Alves Alaver	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Rozinha Francisca Zava	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Marcela Elania Alves Correa	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Neuza Luciana Pinto de Almeida Campos	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Nilma Aparecida Rosa Bueno	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Paula Marianne Pinto Rabelo Zava	Professora	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00
Ademar Marcilio Bernardes	Motorista	Santo Antônio da Platina	18/03/2026	Levar Professores Participar do ProLEI Paraná/SAP (Programa de Formação Continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil).	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,18 de Março de 2026. .

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:D7EC03A5

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°87/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 87/2026 - De 23/03/2026 à 26/03/2026.

Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Cassia Regina Paiva	Diretora do Departamento Municipal de Saúde	Curitiba	23/03/2026 à 26/03/2026	Participar da Saúde em Movimento 2026 Planifica SUS Paraná	R$ 1.720,00
Delaine de Campos Pulcineli	Auxiliar Administrativo	Curitiba	23/03/2026 à 26/03/2026	Participar da Saúde em Movimento 2026 Planifica SUS Paraná	R$ 1.720,00
Samanta Menezes dos Santos	Enfermeira	Curitiba	23/03/2026 à 26/03/2026	Participar da Saúde em Movimento 2026 Planifica SUS Paraná	R$ 1.720,00
Marta Magares dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	Curitiba	23/03/2026 à 26/03/2026	Participar da Saúde em Movimento 2026 Planifica SUS Paraná	R$ 1.720,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,19 de Março de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:4F7BAC23

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 - ANEXO II – PLANILHA DE COTAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

ANEXO II – PLANILHA DE COTAÇÃO

Pesquisa realizada entre 16/03/2026 15:36:19 e 17/03/2026 10:18:50

Relatório gerado no dia 18/03/2026 10:47:28 (IP: IP: 2804:19b8:508e:0:947f:ec5:cf51:4e7e)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de julho de 2021 (Lei nº 14.133)

LOTE 01					
Item	DESCRIÇÃO	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNI**	**VALOR TOTAL**
1	**SABÃO EM BARRA** Glicerinado neutro de primeira qualidade com 5 unidades	Emb.	25	13,19	**329,75**
2	**ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE** de espuma fibra, retangular, utilizada para limpar utensílios domésticos anti- bacteriana.	Und.	50	3,03	**151,50**
3	**PAPEL HIGIÊNICO** folha dupla na cor branca (100% branca), neutro, de alta qualidade, pacote c/ 12 rolos de 30 mt.	Fardo	50	19,97	**998,50**
4	**SACO DE LIXO**, com 20 sacos 39cmX58 cm 15 litros	Emb.	50	3,18	**159,00**
5	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 59cmX62 cm 30 litros	Emb.	50	7,00	**350,00**
6	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 63cmX80 cm 50 litros	Emb.	50	16,95	**847,50**
7	**DETERGENTE** para lavagem de louças líquido, neutro, frasco 500 ml - Para limpar: louças panelas, plásticos, metais, vidros espelhos., eficiente na remoção de gordura e sujeira e alto poder de limpeza	Frasco	120	2,53	**303,60**
8	**ÁLCOOL ETÍLICO** para limpeza geral e desinfecção de superfícies. Líquido em concentração entre 60% a 90% - 1 lt	Litro	25	7,07	**176,75**
9	**ÁLCOOL GEL** 70% com ampla ação anticéptica - frasco 500ml	Frasco	20	10,42	**208,40**
10	**LIMPA VIDRO**, 3 em 1 (antipó, antichuva, antipoluição), líquido, frasco plástico de 500ml.	Frasco	20	6,29	**125,80**
11	**VASSOURACOM CABO**, cerdas macias na parte externa e cerdas firmes na parte interna. ideal para a varrição de todos os tipos de pisos.	Und.	10	17,50	**175,00**
12	**LUVA DE BORRACHA** Reforçada, antiderrapante para limpeza Multiuso P/m/g/xg. Embalagem com um par.	**Emb.**	10	11,38	**113,80**
13	**RODO DE ESPONJA COM CABO**, Lava Piso e Azulejo.25 x 7 x 7 cm.	Und.	10	16,09	**160,90**
14	**RODO DE BORRACHA COM CABO** Plastificado30 cm	Und.	10	16,81	**168,10**
15	**DESINFETANTE LÍQUIDO** a base de pinho, para uso geral, 99,9 % de ação bactericida, germicida e fungicida, emb. 01 litro	Und.	30	8,62	**258,60**
16	**ESPONJA DE AÇO** para limpeza geral, abrasivo, lembra superfícies dar brilho e remover sujeiras mais difíceis (pacote c/ 08 unidades)	Pacote	50	3,47	**173,50**
17	**ÁGUA SANITÁRIA** 2l, à base de cloro	Und.	20	6,54	**130,80**
18	**LIMPADOR DE USO GERAL/ MULTI-USO** - Usado em superfícies laváveis de cozinha, banheiro, pisos e azulejos. 500 ml	Und.	25	6,27	**156,75**
19	**SABÃO EM PÓ**, uso geral, lava roupas brancas e coloridas, limpeza, 100% biodegradável, embalagem de 800 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação, indicação do responsável técnico, Registro na Anvisa e prazo de validade.	Und	100	13,17	**1.317,00**
VALOR TOTAL DO LOTE		**R$ 6.305,25**			

ELIZANE DE FÁTIMA OLIVEIRA SANTOS

Agente de Contratação

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:0B2ED2C2

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 - ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de produtos de limpeza e higienização, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Laranjal/PR.

LOTE 01					
Item	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNI**	**VALOR TOTAL**
1	**SABÃO EM BARRA** Glicerinado neutro de primeira qualidade com 5 unidades	Emb.	25	13,19	**329,75**

2	**ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE** de espuma fibra, retangular, utilizada para limpar utensílios domésticos anti- bacteriana. 01 unidade	Und.	50	3,03	**151,50**
3	**PAPEL HIGIÊNICO** folha dupla na cor branca (100% branca), neutro, de alta qualidade, pacote c/ 12 rolos de 30 mt.	Fardo	50	19,97	**998,50**
4	**SACO DE LIXO**, com 20 sacos 39cmX58 cm 15 litros	Emb.	50	3,18	**159,00**
5	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 59cmX62 cm 30 litros	Emb.	50	7,00	**350,00**
6	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 63cmX80 cm 50 litros	Emb.	50	16,95	**847,50**
7	**DETERGENTE** para lavagem de louças líquido, neutro, frasco 500 ml - Para limpar: louças panelas, plásticos, metais, vidros espelhos., eficiente na remoção de gordura e sujeira e alto poder de limpeza	Frasco	120	2,53	**303,60**
8	**ÁLCOOL ETÍLICO** para limpeza geral e desinfecção de superfícies. Líquido em concentração entre 60% a 90% - 1 lt	Litro	25	7,07	**176,75**
9	**ÁLCOOL GEL 70%** com ampla ação anticéptica - frasco 500ml	Frasco	20	10,42	**208,40**
10	**LIMPA VIDRO**, 3 em 1 (antipó, antichuva, antipoluição), líquido, frasco plástico de 500ml.	Frasco	20	6,29	**125,80**
11	**VASSOURACOM CABO, cerdas macias na parte externa e cerdas firmes na parte interna. ideal para a varrição de todos os tipos de pisos.**	Und.	10	17,50	**175,00**
12	**LUVA DE BORRACHA Reforçada, antiderrapante para limpeza Multiuso P/m/g/xg. Embalagem com um par.**	**Emb.**	10	11,38	**113,80**
13	**RODO DE ESPONJA COM CABO, Lava Piso e Azulejo.25 x 7 x 7 cm.**	Und.	10	16,09	**160,90**
14	**RODO DE BORRACHA COM CABO Plastificado30 cm**	Und.	10	16,81	**168,10**
15	**DESINFETANTE LÍQUIDO** a base de pinho, para uso geral, 99,9 % de ação bactericida, germicida e fungicida, emb. 01 litro	Und.	30	8,62	**258,60**
16	**ESPONJA DE AÇO** para limpeza geral, abrasivo, lembra superfícies dar brilho e remover sujeiras mais difíceis (pacote c/ 08 unidades)	Pacote	50	3,47	**173,50**
17	**ÁGUA SANITÁRIA** 2l, à base de cloro	Und.	20	6,54	**130,80**
18	**LIMPADOR DE USO GERAL/ MULTI-USO** - Usado em superfícies laváveis de cozinha, banheiro, pisos e azulejos. 500 ml	Und.	25	6,27	**156,75**
19	**SABÃO EM PÓ,** uso geral, lava roupas brancas e coloridas, limpopeza, 100% biodegradável, embalagem de 800 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação, indicação do responsável técnico, Registro na Anvisa e prazo de validade.	Und	100	13,17	**1.317,00**
VALOR TOTAL DO LOTE		**R$ 6.305,25**			

1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Lei nº 14.133/2021, art. 6°, inciso XIII).

1.3. Em regra, conforme Inc. III do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras públicas deverão buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado no que diz respeito à aplicação do princípio do parcelamento.

1.3.1. Considerando as especificidades do presente objeto a **demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável**, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

1.3.2. Nesse sentido, colhe-se o precedente do TCU consubstanciado no verbete de sua Súmula n°. 247 que expressa:

"é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (Destaques nossos).

1.3.3. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por lote, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia em escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes. Sendo assim, a divisão do objeto da presente manifestação não representa perda de economia de escala, além de ser tecnicamente e economicamente viável.

1.4. As condições de fornecimento do objeto, vigência, preços, faturamento, pagamento, reajustes, obrigações, sanções, cancelamento, e foro estão contidas neste Termo de Referência – Anexo I.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.1333/2021.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.7. O objeto da aquisição é caracterizado como bens de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente Termo de Referência foi instruído nos termos da Lei 14.133/21 e de outras legislações e normas vigentes.

2.2. A presente aquisição dos produtos figura-se pela necessidade de suprir as necessidades constantes de higiene e limpeza, nas dependências desta Câmara Municipal de Vereadores de Laranjal, com a finalidade de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins deste Poder Legislativo.

2.3. Tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição é imprescindível para manutenção das atividades diárias desenvolvidas pelos setores administrativos e legislativos desta Casa de Leis.

2.4. Sendo assim, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ele ser sempre contínuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários.

2.5. No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no tópico 2.1 deste Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

2.6. Diante do exposto, torna-se de suma importância a aquisição pretendida, objetivando, de forma satisfatória, às constantes demandas, na obtenção da aquisição para o desenvolvimento das atividades diárias dos setores da Câmara Municipal.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2025, disponibilizado no Portal da Transparência do endereço eletrônico da CâmaraMunicipal:http://www.camaralaranjal.pr.gov.br/portal/portal-publicacoes.php

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A contratação em questão visa a aquisição de produtos de higiene e limpeza, a fim de atender a Câmara Municipal de Laranjal-PR.

3.2. A solução especificada e que se pretende adquirir, refere-se à compra, via dispensa de licitação, com entregas parceladas. Acredita-se que este modelo, torna o processo mais enxuto e reduz desperdícios de tempo e informação, facilitando a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, com redução de procedimentos administrativos, além de se reduzir custos financeiros, bem como, viabilizar o critério de economicidade e sustentabilidade para a Administração.

3.3. A aquisição dos produtos de forma parcelada, conforme demanda, faz-se necessário tendo em vista o espaço pequeno de almoxarifado para alojar os produtos.

3.4. Ademais, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Dispensa e julgamento por **MENOR PREÇO POR LOTE**. Além disso, não faz necessário análises adicionais acerca dos mesmos, pois o padrão de qualidade é facilmente definido e praticado no mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental, devem ser atendidos nos requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme nova Lei de Licitação nº 14.133/21.

4.2. A empresa CONTRATADA deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental.

4.3. A empresa CONTRATADA deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto licitado.

4.5. A Contratada deverá executar diretamente o objeto contratado, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pela Câmara Municipal de Laranjal/PR.

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.6.1. a compra se dará por entrega imediata, após o recebimento do Autorização de Compra ou documento equivalente;

4.6.2. o valor baixo dos itens a serem licitados;

4.6.3. baixo risco de não entrega por se tratar de produtos comuns no mercado;

4.6.4. risco moderado da exigência de garantia onerar os produtos.

Especificação da Garantia, manutenção e assistência técnica

4.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Da exigência de amostra

4.8. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Indicação de marcas ou similaridades

4.9. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações contidas na descrição do objeto.

Padronização

4.10. Não há especificações a serem definidas para fins de padronização no presente caso.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condição e local de entrega

5.1 A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos conforme prazo e quantidade contidos na Autorização de Compra ou documento equivalente emitida pela Contratante.

5.2 O prazo de entrega dos produtos não poderá ultrapassar a 2 (dois) dias úteis do recebimento da Autorização de compra ou documento equivalente pelo Fornecedor Beneficiário.

5.2.1. O fornecedor será comunicado, de forma eletrônica, para a retirada ou aceitação da Autorização de Compra ou documento equivalente.

5.2.2. Será considerada como confirmação do recebimento: mensagem eletrônica (via e-mail ou aplicativo de WatsApp) pelo licitante vencedor.

5.2.3. Todos os prazos decorrentes de comunicação fluirão a partir da confirmação de recebimento.

5.2.4. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado e justificado pela empresa por escrito, e protocolado com pelo menos 01 (um) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, junto aos fiscais da contratação e/ou ao gestor de contrato responsáveis pelo recebimento.

5.3. A Contratada não deverá efetuar ou permitir a prestação de qualquer produto ou quantidade que não esteja estipulado na Autorização de Compra ou instrumento equivalente, sob pena de aplicação de penalidade cabível.

5.4. Quando da entrega, os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, as quais deverão constar a identificação completa do produto (composição, unidade de medida, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação do consumidor) de forma a permitir a completa segurança.

5.4.1. Os produtos deverão obrigatoriamente atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas estabelecidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade, cuja apresentação em desconformidade ensejará aplicação de sanções administrativas cabíveis.

5.4.2. As embalagens deverão ser fornecidas em invólucros em caixas ou fardos ou rolos ou unidades, conforme o caso, com embalagem sem cortes ou deformações que comprometam sua integridade.

5.4.3. Os produtos devem ser transportados e armazenados em sistemas que garantam a sua temperatura.

5.4.4. No ato da entrega dos produtos, a embalagem deverá constar a data de fabricação e prazo de validade, poderá ter transcorrido o número máximo de dias da data de fabricação conforme apontado na descrição da especificação de cada produto.

5.5. Os produtos deverão ser entregues em embalagens que permitam a conservação de suas características originais, intactas e livres de quaisquer tipos de resíduos e sem violações.

5.5.1. A empresa deverá fornecer os produtos em perfeito estado e, em caso de necessidade, deverá trocá-los sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal de Laranjal/PR.

5.6. O(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) estará(ão) disposto(s) no Anexo I – Termo de Referências, ocorrerá mediante entrega parcelada, podendo a Administração promover as aquisições de acordo com suas necessidades, através de Autorização de Compra expedida pela Contratante.

5.7 A Contratada deverá fornecer equipamentos necessários para os descarregamentos das mercadorias, mantendo seus funcionários identificados para acesso às dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Laranjal.

5.8 A Contratada, por ocasião da entrega e execução, deverá apresentar nota fiscal a qual deverá constar o período do mês de referência, descrição do produto, quantidade, preço unitário, valor total. Não serão aceitos produtos/serviços sem nota fiscal, recibos ou outros comprovantes de entrega.

5.9 O local de entrega dos itens demandados será na Câmara Municipal de Laranjal/PR, situada à Rua Pernambuco, nº 451, centro, Laranjal, Paraná, conforme agendamento prévio realizado pelo e-mail laranjalcamara@gmail.com, com acompanhamento de um servidor designado a esta contratação, o qual procederá com a verificação da conformidade dos produtos e especificações técnicas.

5.10 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, das 8:00 às 11:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

5.11. Deverão ser cumpridos integralmente a entrega dos produtos conforme quantidade, local, dias e horários pré-agendados, após a emissão e recebimento da Autorização de Compra.

5.12. Todos os custos de entrega serão por conta da Contratada.

Considerações Gerais

5.13. A Contratada deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O acompanhamento da execução da contratação consiste na verificação da conformidade da execução/fornecimento do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, podendo ser exercido por um ou mais representantes da Contratante, designados pelo setor competente.

6.2. A execução/fornecimento da contratação será acompanhada pelo servidor nomeado.

6.3. Ao servidor designado acima incumbirá acompanhar a execução/fornecimento dos itens do objeto e respectiva análise de conformidade com as especificações e critérios dispostos neste Termo de Referência, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da contratação.

6.3.1. Os produtos/serviços serão recebidos, no prazo máximo de 24 horas, por quem de direito, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências deste instrumento. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

6.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3.3. Para efeito de recebimento, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução da Autorização de Compra ou documento equivalente, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.3.6. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.3.7. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

6.3.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.3.9. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.3.10. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.3.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. A Contratante reserva-se o direito de rejeitar a execução/fornecimento dos itens entregues, se em desacordo com as normas técnicas ou com os termos deste instrumento.

6.5. Os itens recusados deverão ser repostos em, no máximo, 02 (dois) dias corridos;

6.6. Quaisquer custos referentes à reexecução/aquisição dos objetos contratados, em razão de sua não conformidade com os requisitos do Termo de Referência, deverão correr por conta da Contratada.

6.7. A Contratada deverá remover, às suas expensas, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações técnicas e/ou com danos decorrentes do acondicionamento e transporte.

6.8. Quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto contratado deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

6.9. O acompanhamento do recebimento da execução/fornecimento do objeto será exercido no interesse da Câmara Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.10. O recebimento definitivo e aceitação do objeto ficarão a cargo de servidor designado, obedecendo ao disposto nas alíneas “a” e “b”, inciso I e II, do art. 140, bem como ao disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

6.11. Será declarado o recebimento definitivo após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, qualitativa e quantitativamente, devidamente atestado pelo servidor designado, constando o atendimento às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.12. A ação ou omissão da Contratante no acompanhamento do fornecimento dos itens não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os itens fornecidos, o cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

6.13. A Autorização de Compra deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.14. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Autorização de Compra, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.15. As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Obrigações da Contratante

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal nº 14133/2021 e demais normas pertinentes, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições do Aviso da Contratação Direta, seus anexos e os termos de sua proposta.

6.17. Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada conte com as melhores condições para fornecer os itens, bem como fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

6.18. Cumprir pontualmente todos os compromissos financeiros com a Contratada.

6.19. Indicar seu representante junto à Contratada, ao qual caberá o acompanhamento do recebimento da execução/fornecimento do objeto pela Contratada.

E-mail: laranjalcamara@gmail.com

Rua Pernambuco, 451– Fone (42) 3645-1228

CEP: 85275-000 – Laranjal – Paraná

6.20. Manter os entendimentos com a Contratada sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas.

6.21. Exercer o acompanhamento do fornecimento por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.22. Conferir, vistoriar e aprovar os produtos e/ou serviços fornecidos pela Contratada.

6.23. Atestar a efetiva prestação do fornecimento/execução dos itens, bem como a qualidade dos mesmos.

6.24. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

6.25. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na prestação do fornecimento/execução dos itens, fixando prazo para a sua correção.

6.26. Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

6.27. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Câmara Municipal, para a execução dos serviços e/ou fornecimento dos itens, desde que devidamente credenciados.

6.28. Prestar à Contratada as informações eventualmente necessárias para o fornecimento/execução dos itens.

7.29. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.30. Efetuar o pagamento pela execução do objeto contratado, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

6.31. Aplicar à Contratada, mediante o inadimplemento da CONTRATADA as sanções administrativas previstas neste Termo e na legislação vigente.

6.32. Garantir à CONTRATADA as condições e acesso para a execução/entrega, no horário de expediente estabelecido.

Obrigações da Contratada

6.33. Atender a demanda de acordo com as especificações e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e a responder a todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto.

6.34. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, como taxas, fretes ou impostos.

6.35. Manter cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; conforme inciso XVII do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021

6.36. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.37. A Contratada deverá priorizar a utilização de materiais menos perigosos, duráveis, certificados, recicláveis e/ou reutilizáveis, de forma a atender a legislação vigente relativa ao tema.

6.38. É de responsabilidade total da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental, economia de recursos e destinação de resíduos.

6.39. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da contratação, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.

6.40. A Contratada deverá fornecer itens novos, garantindo a melhor qualidade dos produtos, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, quando cabível, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto.

6.41. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até as dependências da Contratante, como também pelas despesas a eles inerentes e sua respectiva execução.

6.42. A Contratada deve disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.

6.43. Entregar os produtos nos prazos, especificações, quantidades, local e condições estabelecidos neste instrumento, a contar data do recebimento da Autorização de Compra, conforme requerido pelo responsável.

6.44. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 2 (dois) dias corridos, a contar da notificação, todos os produtos recusados na fase de recebimento ou entregues em desacordo com a especificação.

6.45. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do objeto, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, o acompanhamento pela Contratante.

6.46. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes no fornecimento do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.47. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos e sua execução neste órgão.

6.48. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.49. Permitir à CONTRATANTE fiscalizar a execução/entrega do objeto, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento de execução/entrega que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.

6.50. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento dos itens, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

6.51. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto.

6.52. Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

6.53. Fica terminantemente vedada à Contratada a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, devendo, no entanto, a Contratada cumprir rigorosamente com todas as suas condições e cláusulas.

6.54. Informar imediatamente à contratante qualquer fato superveniente que altere a sua condição habilitatória ou da condição de execução do Contrato;

6.55. Comunicar, por escrito, imediatamente, à Fiscalização, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação do Contrato, para a adoção das providências cabíveis;

6.56. Entregar durante toda a vigência do Contrato, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.

6.57. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

Das Sanções

6.58. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, resguardado o direito à ampla defesa, contraditório e devido processo Legal.

7. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação à Contratante da Nota fiscal/fatura discriminativa, contendo o detalhamento do produto, do número da Autorização de Compra ou documento equivalente, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da Contratada e a descrição clara e sucinta do objeto.

7.2. A empresa contratada deverá apresentar, quando da assinatura, os dados bancários em Instituição Financeira.

7.3. Os dados bancários deverão ser da mesma titularidade da emissora da Nota Fiscal.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentre dos limites do art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.5. Para fins de liquidação, o setor competente para proceder o pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.5.1. o prazo de validade;

7.5.2. a data de emissão;

7.5.3. os dados da ata de registro de preços ou Autorização de Compra ou documento equivalente e do órgão contratante;

7.5.4. o período respectivo de execução da ata de registro de preços;

7.5.5. o valor a pagar; e

7.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.7. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133/2021.

7.8. A contratada deverá apresentar, por ocasião dos pagamentos, todos os documentos solicitados pela contratante.

7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, para a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas diretas.

7.10. Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

7.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não se procederá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.16. O pagamento somente será autorizado após a emissão de Atesto de Recebimento pelo(s) servidor(es) designados, e verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços e/ou produtos efetivamente fornecidos e, eventualmente, aos materiais empregados.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

7.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das

seguintes fórmulas:

EM= I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =(TX)

I =(6/100)/365

I = 0,00016438

TX = percentual da taxa anual (6%).

7.20. A Contratante se reserva o direito de descontar o valor da(s) multa(s) aplicada(s) quando do pagamento da(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada e/ou proceder a execução direta do débito.

7.21. A empresa deverá enviar eletronicamente a fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da Câmara Municipal, para o seguinte e-mail:

laranjalcamara@gmail.com, contendo o arquivo da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) .pdf e o arquivo com extensão .xml correspondente à nota fiscal eletrônica na data de suas emissões, indicando inclusive os dados bancários completos para depósito.

7.22. A contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela contratada.

7.23. Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.24. Os pagamentos efetuados pelo Contratante não isentam a Contratada de suas obrigações e responsabilidade.

8. FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. A forma e o critério de seleção do fornecedor serão por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por processo de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta mais vantajosa, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE.**

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R$ 6.305,25 (seis mil, trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos).**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação

orçamentária própria, prevista no Orçamento da Câmara Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO – 01 – Poder Legislativo;

UNIDADE - 001 – Câmara Municipal;

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - 01.031.0101.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo;

NATUREZA DA DESPESA - 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo;

FONTE DE RECURSO - 001- Recursos do Tesouro (Descentralizados)

Laranjal, 20 de março de 2026.

ELIZANE DE FÁTIMA OLIVEIRA SANTOS

Agente De Contratação

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:3EA78D03

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 - ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2026

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Denominação Social: _____

CNPJ:_____

E-mail: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Telefone(s): _____

Representante: _____

À CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL-PR

Rua Pernambuco, 451, centro, Laranjal – Paraná. CEP 85275-000.

1. OBJETO

1.1 Aquisição de produtos de limpeza e higienização, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Laranjal/PR, em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência – ANEXO I.

LOTE 01							
Item	**Produto**	**Descrição**	**Unid**	**Quant.**	**Marca**	**Valor uni**	**Valor total**
1	SABÃO EM BARRA	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	25			
2	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE	* Conforme Anexo I -Termo de Referência	Und.	50			
3	PAPEL HIGIÊNICO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Fardo	25			
4	SACOS DE LIXO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	50			
5	SACOS DE LIXO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	50			
6	SACOS DE LIXO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	50			
7	DETERGENTE	* Conforme Anexo I -	Frasco	120			

		Termo de Referência					
8	ALCOOL ETÍLICO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Litro	25			
9	ALCOOL GEL	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Frasco	20			
10	LIMPA VIDRO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Frasco	20			
11	VASSOURA COM CABO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	10			
12	LUVAS DE BORRACHA	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	10			
13	RODO DE ESPONJA C/ CABO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	10			
14	RODO DE BORRACHA C/ CABO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	10			
15	DESINFETANTE	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	30			
16	ESPONJA DE AÇO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Emb.	50			
17	AGUA SANITARIA	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	20			
18	LIMPADOR PERFUMADO DE USO GERAL/ MULTI-USO	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	25			
19	**SABÃO EM PÓ,** uso geral, lava roupas brancas e coloridas, limpopeza, 100% biodegradável, embalagem de 800 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação, indicação do responsável técnico, Registro na Anvisa e prazo de validade.	* Conforme Anexo I - Termo de Referência	Und.	100			
VALOR TOTAL DO LOTE R$							

VALOR TOTAL EM EXTENSO: R$ _____

_____)

1) Declaramos que elaboramos nossa proposta atendendo a todas as condições previstas no

Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos, e que cumpriremos todas as exigências e prazos contidos nos mesmos para a execução do objeto desta licitação.

2) Declaramos que no preço cotado estão incluídas todas as despesas com mão de obra, material, inclusive de consumo, taxas, inclusive de administração, emolumentos, custo de apólice e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto da licitação.

3) Declaramos que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4) Fica compreendido e acordado que, desta contratação, fazem parte, como peças integrantes, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 E SEUS ANEXOS E A PROPOSTA DE ___/___/_____.

5) Validade da Proposta: _____ (no mínimo 90 dias).

OBSERVAÇÃO: Ao agente de contratação reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos, tais como: folders, prospectos e materiais de divulgação adicionais, que facilitem a análise dos produtos/serviços ofertados.

Laranjal, ____ de _____ de _____.

_____

(Inserir Nome e Assinatura do Diretor ou Representante Legal da Proponente)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

Processo Licitatório n° 05/2026

ANEXO II-A – MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaração de Enquadramento de Microempresa (ME);

Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou

Microempreendedor Individual (MEI).

Ilmo(a) Sr(a). Agente de Contratação da Câmara Municipal de Laranjal – Pr.

Declaro sob as penas da lei, para os devidos fins e a quem interessar possa que a empresa_____, estabelecida na _____, Bairro_____, na cidade de_____, nos termos da Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, se enquadra na condição de:

( ) Microempresa (ME);

( ) Empresa de Pequeno Porte (EPP);

( ) Microempreendedor Individual (MEI);

( ) Outras.

Laranjal, _____ de _____ de _____

_____

Nome e Assinatura do Contador da Empresa

CRC:

OBS:

1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

2) Deverá ser apresentada juntamente com esta Declaração, Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com prazo de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

3) Esta declaração, assim como a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou documento substitutivo, deverá ser entregue durante a fase de habilitação, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:6AF41F86

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 -ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

Processo Licitatório n° 05/2026

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE FAZEM ENTRE SI CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ E A XXX (NOME DO CONTRATADO).

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL, ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ nº 95.684.775/0001-30, com sede na Rua Pernambuco, 451, na cidade de Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Presidente **ADRIANO RODRIGUES BARBOSA,** brasileiro, residente e domiciliado no município de Laranjal, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) XXX (nome do contratado) inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXX, sediado(a) na XXX, em XXX, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por XXX (nome, RG, CPF e função do contratado), tendo em vista o que consta no Processo nº XXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº XXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

1.1 O objeto do presente instrumento é a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha e produtos de limpeza e higienização, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Laranjal, conforme especificações técnicas e as condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

1.2 Este instrumento não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas no Termo de Referência, podendo a Administração promover as aquisições de acordo com suas necessidades.

1.3 Objeto da contratação:

	LOTE 01					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND.**	**QTDE**	**VALOR UNIT**	**MARCA**	**VALOR TOTAL**
1	**SABÃO EM BARRA** Glicerinado neutro de primeira qualidade com 5 unidades	Emb.	25	R$ xx,xx		R$ xx,xx
2	ESPONJA PARA LOUÇA DUPLA FACE de espuma fibra, retangular, utilizada para limpar utensílios domésticos anti- bacteriana.	Und.	50	R$ xx,xx		R$ xx,xx
3	**PAPEL HIGIÊNICO** folha dupla na cor branca (100% branca), neutro, de alta qualidade, pacote c/ 12 rolos de 30 mt.	Fardo	25	R$ xx,xx		R$ xx,xx
4	**SACO DE LIXO**, com 20 sacos 39cmX58 cm 15 litros	Emb.	50	R$ xx,xx		R$ xx,xx
5	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 59cmX62 cm 30 litros	Emb.	50	R$ xx,xx		R$ xx,xx

6	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 63cmX80 cm 50 litros	Emb.	50	R$ xx,xx		R$ xx,xx
7	**DETERGENTE** para lavagem de louças líquido, neutro, frasco 500 ml - Para limpar: louças panelas, plásticos, metais, vidros espelhos., eficiente na remoção de gordura e sujeira e alto poder de limpeza	Frasco	120	R$ xx,xx		R$ xx,xx
8	**ÁLCOOL ETÍLICO** para limpeza geral e desinfecção de superfícies. Líquido em concentração entre 60% a 90% - 1 lt	Litro	25	R$ xx,xx		R$ xx,xx
9	**ÁLCOOL GEL** 70% com ampla ação anticéptica - Frasco 500ml	Frasco	20	R$ xx,xx		R$ xx,xx
10	**LIMPA VIDRO**, 3 em 1 (antipó, antichuva, antipoluição), líquido, frasco plástico de 500ml.	Frasco	20	R$ xx,xx		R$ xx,xx
11	**VASSOURAMULTIUSO COM CABO**, cerdas macias na parte externa e cerdas firmes na parte interna. ideal para a varrição de todos os tipos de pisos.	Und.	10	R$ xx,xx		R$ xx,xx
12	**LUVA DE BORRACHA** Reforçada, antiderrapante para Limpeza Multiuso P/m/g/xg. Embalagem com um par.	Emb.	10	R$ xx,xx		R$ xx,xx
13	**RODO DE ESPONJA COM CABO**, Lava Piso e Azulejo.25 x 7 x 7 cm.	Und.	10	R$ xx,xx		R$ xx,xx
14	**RODO DE BORRACHA DUPLA COM CABO** Plastificado30 cm	Und.	10	R$ xx,xx		R$ xx,xx
15	**DESINFETANTE LÍQUIDO** a base de pinho, para uso geral, 99,9 % de ação bactericida, germicida e fungicida, emb 01 litro	Und.	30	R$ xx,xx		R$ xx,xx
16	**ESPONJA DE AÇO** para limpeza geral, abrasivo, lembra superfícies dar brilho e remover sujeiras mais difíceis (pacote c/ 08 unidades)	Pacote	50	R$ xx,xx		R$ xx,xx
17	**ÁGUA SANITÁRIA** 2l, à base de cloro	Und.	20	R$ xx,xx		R$ xx,xx
18	**LIMPADOR PERFUMADO DE USO GERAL/ MULTI-USO** - Usado em superfícies laváveis de cozinha, banheiro, pisos e azulejos. 500 ml	Und.	25	R$ xx,xx		R$ xx,xx
19	**SABÃO EM PÓ,** uso geral, lava roupas brancas e coloridas, limpopeza, 100% biodegradável, embalagem de 800 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação, indicação do responsável técnico, Registro na Anvisa e prazo de validade.	Und.	100	R$ xx,xx		R$ xx,xx
VALOR TOTAL DO LOTE				**R$ xx,xx**		

1.4 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.4.2 O Aviso de Contratação Direta;

1.4.3 A Proposta de Preços do CONTRATADO; e

1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5 No preço acima indicado estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos e indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto do presente instrumento, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão por conta e risco do Contratado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021, prorrogável na forma dos art. 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV E VII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

3.1 Os termos em relação ao regime de execução contratual, do modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, da entrega e do recebimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 As aquisições dos produtos ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências da Câmara Municipal e serão autorizadas, caso a caso, pelo Presidente deste Poder Legislativo e/ou a quem de direito e mediante a emissão do documento denominado de Autorização de Compra ou documento equivalente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no do Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA

5.1 A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos parceladamente conforme prazo e quantidade contidos na Autorização de Compra ou documento equivalente emitida pela Contratante.

5.2 O prazo de entrega dos produtos não poderá ultrapassar a 2 (dois) dias do recebimento da Autorização de compra ou documento equivalente pelo Fornecedor Beneficiário.

5.2.1 O fornecedor será comunicado, de forma eletrônica, para a retirada ou aceitação da Autorização de Compra ou documento equivalente.

5.2.2 Será considerada como confirmação do recebimento: mensagem eletrônica (via e-mail ou aplicativo de WhatsApp) pelo licitante vencedor.

5.2.3 Todos os prazos decorrentes de comunicação fluirão a partir da confirmação de recebimento.

5.2.4 O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado em caso de força maior, devidamente comprovado e justificado pela empresa por escrito, e protocolado com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, junto aos fiscais da contratação e/ou ao gestor de contrato responsáveis pelo recebimento.

5.3 A Contratada não deverá efetuar ou permitir a prestação de qualquer produto ou quantidade que não esteja estipulado na Autorização de Compra ou instrumento equivalente, sob pena de aplicação de penalidade cabível.

5.4 Quando da entrega, os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, as quais deverão constar a identificação completa do produto (composição, unidade de medida, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação do consumidor) de forma a permitir a completa segurança.

5.4.1 Os produtos deverão obrigatoriamente atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas estabelecidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade, cuja apresentação em desconformidade ensejará aplicação de sanções administrativas cabíveis.

5.4.2 As embalagens deverão ser fornecidas em invólucros em caixas ou fardos ou rolos ou unidades, conforme o caso, com embalagem sem cortes ou deformações que comprometam sua integridade.

5.4.3 Os produtos devem ser transportados e armazenados em sistemas que garantam a sua

temperatura.

5.4.4 No ato da entrega dos produtos, a embalagem deverá constar a data de fabricação e prazo de validade, poderá ter transcorrido o número máximo de dias da data de fabricação conforme apontado na descrição da especificação de cada produto.

5.5 Os produtos deverão ser entregues em embalagens que permitam a conservação de suas

características originais, intactas e livres de quaisquer tipos de resíduos e sem violações.

5.5.1 A empresa deverá fornecer os produtos em perfeito estado e, em caso de necessidade, deverá trocá-los sem quaisquer ônus para a Câmara Municipal de Laranjal.

5.6 O(s) fornecimento(s) do(s) produto(s) estará(ão) disposto(s) no Anexo I – Termo de Referência, ocorrerá mediante **entrega parcelada**, podendo a Administração promover as aquisições de acordo com suas necessidades, através de Autorização de Compra expedida pela Contratante.

5.7 A Contratada deverá fornecer equipamentos necessários para os descarregamentos das mercadorias, mantendo seus funcionários identificados para acesso às dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Laranjal.

5.8 A Contratada, por ocasião da entrega e execução, deverá apresentar nota fiscal a qual deverá constar o período do mês de referência, descrição do produto, quantidade, preço unitário, valor total. Não serão aceitos produtos/serviços sem nota fiscal, recibos ou outros comprovantes de entrega.

5.9 O local de entrega dos itens demandados será na Câmara Municipal de Vereadores de Laranjal/PR, situada à Rua Pernambuco, nº 451, centro, Laranjal, Paraná, conforme agendamento a ser realizado pelo telefone (42) 3645-1228 ou pelo e-mail laranjalcamara@gmail.com, com acompanhamento de um servidor designado a esta contratação, o qual procederá com a verificação da conformidade dos produtos e especificações técnicas.

5.9.1 A entrega deverá ocorrer em dias úteis, das 8:00 às 11:00 horas e das 13:30 às 16:00 horas.

5.10 Deverão ser cumpridos integralmente a entrega dos produtos conforme quantidade, local, dias e horários pré-agendados, após a emissão e recebimento da Autorização de Compra.

5.11 Todos os custos de entrega serão por conta da Contratada.

Considerações Gerais

5.12 A Contratada deverá incluir, no preço ofertado, todas as despesas diretas e indiretas e todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto.

6. CLÁUSULA SEXTA - GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 O acompanhamento da execução da contratação consiste na verificação da conformidade da execução/fornecimento do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste,

podendo ser exercido por um ou mais representantes da Contratante, designados pelo setor

competente.

6.2 A execução/fornecimento da contratação será acompanhada pelo servidor responsável para exercer a função.

6.3 Ao servidor designado acima incumbirá acompanhar a execução/fornecimento dos itens do objeto e respectiva análise de conformidade com as especificações e critérios dispostos neste Termo de Referência, determinando à Contratada as providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento da contratação.

6.3.1 Os produtos/serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 horas, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências deste instrumento. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

6.3.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança

oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.4 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.3.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução da Autorização de Compra ou documento equivalente, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.3.6 Os produtos/serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade de produtos e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos.

6.3.7 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de

obrigações.

6.3.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

6.3.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

6.3.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.3.11 Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.3.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e

quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-

se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4 A Contratante reserva-se o direito de rejeitar a execução/fornecimento do objeto entregues, se em desacordo com as normas técnicas ou com os termos deste instrumento.

6.4.1 Os itens recusados deverão ser repostos em, no máximo, 03 (três) dias corridos;

6.4.2 Quaisquer custos referentes à reexecução/aquisição dos objetos contratados, em razão de sua não conformidade com os requisitos do Termo de Referência, deverão correr por conta da Contratada.

6.5 A Contratada deverá remover, às suas expensas, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações técnicas e/ou com danos decorrentes do acondicionamento e transporte.

6.6 Quaisquer exigências da Contratante inerentes ao objeto contratado deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

6.7 O acompanhamento do recebimento da execução/fornecimento do objeto será exercido no interesse da Câmara Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada,

inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.8 O recebimento definitivo e aceitação do objeto ficarão a cargo de servidor designado, obedecendo ao disposto nas alíneas “a” e “b”, inciso I e II, do art. 140, bem como ao disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

6.9 Será declarado o recebimento definitivo após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, qualitativa e quantitativamente, devidamente atestado pelo servidor designado, constando o atendimento às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10 A ação ou omissão da Contratante no acompanhamento do fornecimento dos itens não exime a Contratada de sua total e exclusiva responsabilidade sobre os itens fornecidos, o cumprimento dos prazos e quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

6.11 A Autorização de Compra deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.12 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Autorização de Compra, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.13 As comunicações entre a Câmara Municipal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Obrigações da Contratante

6.14 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei Federal nº 14133/2021 e demais normas pertinentes, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as disposições do Aviso da Contratação Direta, seus anexos e os termos de sua proposta.

6.15 Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a Contratada conte com as melhores condições para fornecer os itens, bem como fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação por escrito da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

6.16 Cumprir pontualmente todos os compromissos financeiros com a Contratada.

6.17 Indicar seu representante junto à Contratada, ao qual caberá o acompanhamento do recebimento da execução/fornecimento do objeto pela Contratada.

6.18 Manter os entendimentos com a Contratada sempre por escrito, ressalvados os casos determinados pela urgência das medidas.

6.19 Exercer o acompanhamento do fornecimento por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.20 Conferir, vistoriar e aprovar os produtos e/ou serviços fornecidos pela Contratada.

6.21 Atestar a efetiva prestação do fornecimento/execução dos itens, bem como a qualidade dos mesmos.

6.22 Rejeitar, no todo ou em parte, os itens que a CONTRATADA entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

6.23 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais falhas na prestação do fornecimento/execução dos itens, fixando prazo para a sua correção.

6.24 Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

6.25 Permitir o acesso dos empregados da Contratada às dependências da Câmara Municipal, para a execução dos serviços e/ou fornecimento dos itens, desde que devidamente credenciados.

6.26 Prestar à Contratada as informações eventualmente necessárias para o fornecimento/execução dos itens.

6.27 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.28 Efetuar o pagamento pela execução do objeto contratado, na forma convencionada no presente instrumento, desde que atendidas as formalidades previstas.

6.29 Aplicar à Contratada, mediante o inadimplemento da CONTRATADA as sanções administrativas previstas neste Termo e na legislação vigente.

6.30 Garantir à CONTRATADA as condições e acesso para a execução/entrega, no horário de expediente estabelecido.

Obrigações da Contratada

6.31 Atender a demanda de acordo com as especificações e critérios estabelecidos neste Termo de Referência e a responder a todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto.

6.32 Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento, como taxas, fretes ou impostos.

6.33 Manter cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; conforme inciso XVII do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021.

6.34 Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

6.35 A Contratada deverá priorizar a utilização de materiais menos perigosos, duráveis, certificados, recicláveis e/ou reutilizáveis, de forma a atender a legislação vigente relativa ao tema.

6.36 É de responsabilidade total da Contratada o cumprimento das normas ambientais vigentes atinentes à aquisição pretendida, associadas à poluição ambiental, economia de recursos e destinação de resíduos.

6.37 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da contratação, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas.

6.38 A Contratada deverá fornecer itens novos, garantindo a melhor qualidade dos produtos,

atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, quando cabível,

assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto.

6.39 Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos até as dependências da Contratante, como também pelas despesas a eles inerentes e sua respectiva execução.

6.40 A Contratada deve disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.

6.41 Entregar os produtos nos prazos, especificações, quantidades, local e condições estabelecidos neste instrumento, a contar data do recebimento da Autorização de Compra.

6.42 Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de até 2 (dois) dias corridos, a contar da

notificação, todos os produtos recusados na fase de recebimento ou entregues em desacordo

com a especificação.

6.43 Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, resultante da negligência ou conduta inadequada de seus empregados durante a execução do objeto, bem como, quando da utilização de materiais e equipamentos, independentemente de culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, o acompanhamento pela Contratante.

6.44 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes no fornecimento do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

6.45 Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos fornecidos e sua execução neste órgão.

6.46 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.47 Permitir à CONTRATANTE fiscalizar a execução/entrega do objeto, prestando todos os

esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, podendo os mesmos sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer fornecimento de execução/entrega que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou terceiros.

6.48 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento dos itens, bem como prestar, prontamente, os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

6.49 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto.

6.50 Acatar e cumprir as normas internas da Administração.

6.51 Fica terminantemente vedada à Contratada a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, devendo, no entanto, a Contratada cumprir rigorosamente com todas as suas condições e cláusulas.

6.52 Informar imediatamente à contratante qualquer fato superveniente que altere a sua condição habilitatória ou da condição de execução do Contrato;

6.53 Comunicar, por escrito, imediatamente, à Fiscalização, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação do Contrato, para a adoção das providências cabíveis;

6.54 Entregar durante toda a vigência do Contrato, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta.

6.55 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se e arcar por quaisquer taxas ou emolumentos

concernentes ao objeto da presente licitação, bem como demais custos, encargos inerentes e necessários para a completa execução das obrigações assumidas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação à Contratante da Nota fiscal/fatura discriminativa, contendo o detalhamento do produto, do número da Autorização de Compra ou documento equivalente, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da Contratada e a descrição clara e sucinta do objeto.

7.1.1 A empresa contratada deverá apresentar, quando da assinatura, os dados bancários em

Instituição Financeira.

7.1.2 Os dados bancários deverão ser da mesma titularidade da emissora da Nota Fiscal.

7.2 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentre dos limites do art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.3 Para fins de liquidação, o setor competente para proceder o pagamento deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do

documento, tais como:

7.3.1 o prazo de validade;

7.3.2 a data de emissão;

7.3.3 os dados da ata de registro de preços ou Autorização de Compra ou documento equivalente e do órgão contratante;

7.3.4 o período respectivo de execução da ata de registro de preços;

7.3.5 o valor a pagar; e

7.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.5 A Nota Fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da lei nº 14.133/2021.

7.5.1 A contratada deverá apresentar, por ocasião dos pagamentos, todos os documentos solicitados pela contratante.

7.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, para a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas diretas.

7.7 Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.9 Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.1 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não se procederá a retenção

tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.12 O pagamento somente será autorizado após a emissão de Atesto de Recebimento pelo(s) servidor(es) designados como Fiscal de Contratos e Gestor de Contratos, e verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços e/ou produtos efetivamente fornecidos e, eventualmente, aos materiais empregados.

7.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

7.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

EM= I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga

I= Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I =(TX)

I =(6/100)/365

I = 0,00016438

TX = percentual da taxa anual (6%).

7.16 A Contratante se reserva o direito de descontar o valor da(s) multa(s) aplicada(s) quando do pagamento da(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada e/ou proceder a execução direta do débito.

7.17 A empresa deverá enviar eletronicamente a fatura/nota fiscal ao Setor de Contabilidade da Câmara Municipal, para o seguinte e-mail: laranjalcamara@gmail.com, contendo o arquivo

da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) .pdf e o arquivo com extensão .xml correspondente à nota fiscal eletrônica na data de suas emissões, indicando inclusive os dados bancários completos para depósito em observância aos subitens 7.1.1 e 7.1.2.

7.18 A contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela contratada.

7.19 Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, serão

realizados desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das

exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

7.20 Os pagamentos efetuados pelo Contratante não isentam a Contratada de suas obrigações e responsabilidade.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (ART. 92, V DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do Contrato.

8.1.1 Após o prazo de interrupção de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, o índice IPCA-E IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o prazo de interrupção mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7 O reajuste será realizado por meio do apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

9.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

9.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021,

bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.3 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

9.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.3.3 Indenizações e multas.

9.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei n.º 14.133, de 2021).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	01 – PODER LEGISLATIVO
UNIDADE	001 – CÂMARA MUNICIPAL
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	0103101012001
NATUREZA DA DESPESA	3390300000
FONTE DE RECURSO	001

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

11.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo aplicando multa com o percentual descrito a seguir:

13.1.1 Nos termos do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicado Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações;

13.1.2 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos

previstos nos incisos I ao VII do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.1.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.1.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.1.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.1.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.1.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.1.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.1.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação seguirão as estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.11 As sanções previstas serão aplicadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Laranjal/PR.

13.1.12 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ASSINATURAS

14.1 O Contrato Administrativo poderá ser assinado, inclusive pelas testemunhas, de forma manuscrita ou por meio eletrônico, através da assinatura digital, conforme a Infraestrutura de

Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21, principalmente no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, para fins de garantia a ampla publicidade.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO (ART. 92, §1º DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

16.1 É eleito o Foro da Comarca de Palmital, Estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

XXX (Local), XX (dia) de XXX (mês) de 20XX (ano).

_____

Representante Legal Do Contratante

_____

Representante Legal Do Contratado

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:84312795

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026 - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 05/2026

CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL - PR

OBJETO

Aquisição de produtos de limpeza e higienização, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Laranjal/PR.

VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

R$ R$ 6.305,25 (seis mil, trezentos e cinco reais e vinte e cinco centavos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por lote

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Da data da publicação até o dia **27/03/2026**

Horário: até as **17h00min**

FORMA DE ENVIO DE PROPOSTAS

Presencialmente, mediante protocolo na secretaria da Câmara Municipal de Laranjal, sito na Rua Pernambuco, 451, Centro, Laranjal-PR. CEP 85275-000, no horário de 8h às 11:30h e das 13h às 17h00min, em dias uteis, até a data e horário limite, **OU AINDA,** através do e-mail: laranjalcamara@gmail.com, caso em que o proponente deverá entrar em contato com o Setor de Licitações, a fim de confirmar o recebimento da correspondência eletrônica.

O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial da Câmara Municipal: http://camaralaranjal.pr.gov.br/ ou através do E-mail: laranjalcamara@gmail.com

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3645-1228.

E-mail: laranjalcamara@gmail.com

Rua Pernambuco, 451

Fones (42) 3645-1228

CEP: 85275-000

Laranjal – Paraná

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2026.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 05/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, por meio do Setor de Licitações, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Resoluções n° 01/2024, 02/2024 e demais legislações aplicáveis.

A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período mínimo de 03 (três) dias úteis, a partir da ata da divulgação no Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal, Diário Oficial dos Municípios, sitio eletrônico e Portal da Transparência da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa, por Dispensa de Licitação para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, produtos de limpeza e higienização, visando suprir as necessidades da Câmara Municipal de Laranjal/PR, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 Os itens a serem fornecidos devem observar as especificações e os quantitativos estimados conforme tabela abaixo:

LOTE 01					
Item	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QUANT.**	**VALOR UNI**	**VALOR TOTAL**
1	**SABÃO EM BARRA** Glicerinado neutro de primeira qualidade com 5 unidades	Emb.	25	13,19	**329,75**
2	**ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE** de espuma fibra, retangular, utilizada para limpar utensílios domésticos anti- bacteriana. 01 unidade	Und.	50	3,03	**151,50**
3	**PAPEL HIGIÊNICO** folha dupla na cor branca (100% branca), neutro, de alta qualidade, pacote c/ 12 rolos de 30 mt.	Fardo	50	19,97	**998,50**
4	**SACO DE LIXO**, com 20 sacos 39cmX58 cm 15 litros	Emb.	50	3,18	**159,00**
5	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 59cmX62 cm 30 litros	Emb.	50	7,00	**350,00**
6	**SACO DE LIXO**, com 10 sacos 63cmX80 cm 50 litros	Emb.	50	16,95	**847,50**
7	**DETERGENTE** para lavagem de louças líquido, neutro, frasco 500 ml - Para limpar: louças panelas, plásticos, metais, vidros espelhos., eficiente na remoção de gordura e sujeira e alto poder de limpeza	Frasco	120	2,53	**303,60**
8	**ÁLCOOL ETÍLICO** para limpeza geral e desinfecção de superfícies. Líquido em concentração entre 60% a 90% - 1 lt	Litro	25	7,07	**176,75**
9	**ÁLCOOL GEL 70%** com ampla ação anticéptica - frasco 500ml	Frasco	20	10,42	**208,40**
10	**LIMPA VIDRO**, 3 em 1 (antipó, antichuva, antipoluição), líquido, frasco plástico de 500ml.	Frasco	20	6,29	**125,80**
11	**VASSOURACOM CABO, cerdas macias na parte externa e cerdas firmes na parte interna. ideal para a varrição de todos os tipos de pisos.**	Und.	10	17,50	**175,00**
12	**LUVA DE BORRACHA Reforçada, antiderrapante para limpeza Multiuso P/m/g/xg. Embalagem com um par.**	**Emb.**	10	11,38	**113,80**
13	**RODO DE ESPONJA COM CABO, Lava Piso e Azulejo.25 x 7 x 7 cm.**	Und.	10	16,09	**160,90**
14	**RODO DE BORRACHA COM CABO Plastificado30 cm**	Und.	10	16,81	**168,10**
15	**DESINFETANTE LÍQUIDO** a base de pinho, para uso geral, 99,9 % de ação bactericida, germicida e fungicida, emb. 01 litro	Und.	30	8,62	**258,60**
16	**ESPONJA DE AÇO** para limpeza geral, abrasivo, lembra superfícies dar brilho e remover sujeiras mais difíceis (pacote c/ 08 unidades)	Pacote	50	3,47	**173,50**
17	**ÁGUA SANITÁRIA** 2l, à base de cloro	Und.	20	6,54	**130,80**
18	**LIMPADOR DE USO GERAL/ MULTI-USO** - Usado em superfícies laváveis de cozinha, banheiro, pisos e azulejos. 500 ml	Und.	25	6,27	**156,75**
19	**SABÃO EM PÓ,** uso geral, lava roupas brancas e coloridas, limpopeza, 100% biodegradável, embalagem de 800 gramas, contendo nome do fabricante, data de fabricação, indicação do responsável técnico, Registro na Anvisa e prazo de validade.	Und	100	13,17	**1.317,00**
VALOR TOTAL DO LOTE		**R$ 6.305,25**			

2.5 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.5.1 que não atendam às condições desta Contratação Direta, Aviso e seu(s) anexo(s);

2.5.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.5.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,

trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo

econômico;

2.5.3.2 Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e 2.5.5 sociedades cooperativas.

2.5.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. A DISPUTA NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

3.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2 A contratação será dividida em lotes conforme tabela acima. Havendo mais de um lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, acontecera o recebimento de propostas, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 A proposta deverá ser ofertada pelo valor total de cada lote.

4.3 Havendo propostas de valores iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e protocolado primeiro na secretaria da Câmara Municipal.

4.4 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de apresentação de propostas, haverá o seu encerramento, com a divulgação da proposta vencedora.

5 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5.2 Encerrado o período de apresentação das propostas, será verificada a conformidade das propostas classificadas em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.3 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.3.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3.3 Sempre que convocado, o licitante detentor da proposta vencedora terá o prazo de máximo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação pelo setor competente, para responder à convocação de negociação, se for o caso, observados os itens 5.3.1 e 5.3.2.

5.3.4 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa de licitação.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 Será desclassificada a proposta que:

5.5.1 Contiver vícios insanáveis;

5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na apresentação das propostas.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

f) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR(http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx)

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.3 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item (quando houver), ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7 CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação

Direta.

7.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir de assinatura do Contrato e poderá ser prorrogável por igual período, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8 SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

8.1.9 fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.10.2 Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337- F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.

8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10 % (dez por cento) a ser calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. 8.6 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.7 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de

2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste Aviso.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas

propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos,

independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

9.12.2 ANEXO II – Planilha de Cotação;

9.12.3 ANEXO III – Documentação exigida para Habilitação;

9.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços;

9.12.5 ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

Laranjal, 20 de março de 2026.

ELIZANE DE FÁTIMA OLIVEIRA SANTOS

Agente De Contratação

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:B5656B7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074/2026 - PML

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: C. A. ARAÚJO TELEFONIA - ME

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de locação de central telefônica PABX e SIP e eventual aquisição de equipamento, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Serviços Urbanos, Agricultura, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Habitação, Indústria e Comércio, Esportes, Lazer e Turismo, Meio Ambiente e Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

LOTE 01 - Valor do Lote: R$ 155.976,00 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e seis reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	1 PONTO LOCAÇÃO DE CENTRAL SIP / TELEFÔNICA IP DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 CANAIS SIP E 50 LINHAS DDR, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO REFERENTE IMPLANTAÇOES DOS EQUIPAMENTOS INCLUSO DAS DISTRIBUIÇOES DAS REDES E ORIENTAÇOES AOS SEUS USUARIOS E ASSISTENCIA TECNICA, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO DE EXTRUTURA CABEAMENTOS INTERNOS ENTRE 50 RAMAIS, INCLUSO DAS LICENÇAS ENTRE TRONCOS E RAMAIS IP, CONTENDO A IMPLANTAÇAO DE 01 INTERNET IP FIXO NO LOCAL PARA USO EXCLUSIVO DA CENTRAL CIP ACOMPANHADA DE 30 EQUIPAMENTOS DE GATWER 08 PORTAS FXS PARA SER DISTRIBUIDOS ENTRE AS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO COM DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA ENTRE OS RAMAIS REDE LOGICA E ELETRICA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSARIOS PARA AS IMPLANTAÇOES, CABEAMENTOS, INCLUSOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE MAO DE OBRA COMPLETO PARA AS IMPLANTAÇOES; TENDO 02 MÓDULOS DE TERMINAL TELEFONISTA IP COM SEUS ACESSORIOS PARA O PAÇO MUNICIPAL, COM PROTEÇÕES ELETRICAS E DE REDE INTERNA, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO TECNICO NO MAXIMO EM 02 DUAS HORAS QUANDO SOLICITADO PARA SOLUÇAO E REPARAÇAO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇAO INCLUSO OS DEMAIS SETORES EXTERNOS INTERLIGADOS NO TOTAL DE 30 (TRINTA) PONTOS EXTERNOS, JUNTO AO SERVIÇO SIP DO PAÇO MUNICIPAL QUANDO NECESSARIO COM CAPACITAÇAO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES E SUAS CERTIFICAÇOES, PARA INSTALAÇÃO CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO AOS SEUS USUARIOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS INCLUSO DE FORNECIMENTOS DE PEÇAS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA AS MANUTENÇOES FUTURAS, ENTRE A CENTRAL DO PAÇO MUNICIPAL E DAS DEMAIS SECRETARIAS ADIMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO COM TECNOLOGIA IP.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	3.172,00	38.064,00
2	5 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 CANAIS E 32 RAMAIS INTERNOS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUARIOS INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS CABEAMENTOS GERAL DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FIAÇAO CABEAMENTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; TERMINAIS COM MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO TECNICO NO MAXIMO EM 02 DUAS HORAS QUANDO SOLICITADO PARA SOLUÇAO E REPARAÇAO QUANDO NECESSARIO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	2.633,00	31.596,00
3	6 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 06 CANAIS E 20 RAMAIS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUARIOS, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	2.058,00	24.696,00
4	6 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 CANAIS E 12 RAMAIS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUSARIOS, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	1.656,00	19.872,00

5	15 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA SEM FIO IP COM BASE E 05 RAMAIS CADASTRADOS COM CAPACIDADE DE 01 CANAL E 05 RAMAIS, INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS IN LOCO COM KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO INTERNA E EXTERNA, E FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSARIOS, INCLUSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA AS MANUTENÇOES MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES COM ATENDIMENTO NO MAXIMO EM 02 HORAS APÓS SOLICITAÇAO, PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	3.479,00	41.748,00

LOTE 02 - Valor do Lote: R$ 28.920,00 (vinte e oito mil e novecentos e vinte reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	AQUISIÇAO DE ATAS 2 PORTAS FXS PADRAO ANATEL, INCLUSO DE INSTALAÇAO E IMPLANTAÇAO DOS MESMOS, CONFIGURAÇOES COM CABEAMENTOS DE REDE INDIVIDUAL, A SEREM IMPLANTADOS NAS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.	INTELBRAS	UN	30	964,00	28.920,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos deverão ser entregues e instalados nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação. Os serviços de manutenção, assistência, deverão ser realizados de forma presencial (*in loco),* no prazo máximo de 02 (duas) horas. A empresa contratada deverá possuir representante no município para a realização dos atendimentos, sempre que houver necessidade.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 12 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

CARLOS ALBERTO ARAÚJO

C. A. Araujo Telefonia - ME

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026 – PML

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026-PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LOANDA

EMPRESA DETENTORA: C. A. ARAÚJO TELEFONIA - ME

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de locação de central telefônica PABX e SIP e eventual aquisição de equipamento, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Serviços Urbanos, Agricultura, Políticas Públicas para Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Habitação, Indústria e Comércio, Esportes, Lazer e Turismo, Meio Ambiente e Educação e Cultura, do Município de Loanda-Pr conforme a seguir:

LOTE 01 - Valor do Lote: R$ 155.976,00 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e setenta e seis reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	1 PONTO LOCAÇÃO DE CENTRAL SIP / TELEFÔNICA IP DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 CANAIS SIP E 50 LINHAS DDR, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO REFERENTE IMPLANTAÇOES DOS EQUIPAMENTOS INCLUSO DAS DISTRIBUIÇOES DAS REDES E ORIENTAÇOES AOS SEUS USUARIOS E ASSISTENCIA TECNICA, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO DE EXTRUTURA CABEAMENTOS INTERNOS ENTRE 50 RAMAIS, INCLUSO DAS LICENÇAS ENTRE TRONCOS E RAMAIS IP, CONTENDO A IMPLANTAÇAO DE 01 INTERNET IP FIXO NO LOCAL PARA USO EXCLUSIVO DA CENTRAL CIP ACOMPANHADA DE 30 EQUIPAMENTOS DE GATWER 08 PORTAS FXS PARA SER DISTRIBUIDOS ENTRE AS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO COM DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA ENTRE OS RAMAIS REDE LOGICA E ELETRICA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSARIOS PARA AS IMPLANTAÇOES, CABEAMENTOS, INCLUSOS DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E SERVIÇOS DE MAO DE OBRA COMPLETO PARA AS IMPLANTAÇOES; TENDO 02 MÓDULOS DE TERMINAL TELEFONISTA IP COM SEUS ACESSORIOS PARA O PAÇO MUNICIPAL, COM PROTEÇÕES ELETRICAS E DE REDE INTERNA, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO TECNICO NO MAXIMO EM 02 DUAS HORAS QUANDO SOLICITADO PARA SOLUÇAO E REPARAÇAO DOS SETORES DA ADMINISTRAÇAO INCLUSO OS DEMAIS SETORES EXTERNOS INTERLIGADOS NO TOTAL DE 30 (TRINTA) PONTOS EXTERNOS, JUNTO AO SERVIÇO SIP DO PAÇO MUNICIPAL QUANDO NECESSARIO COM CAPACITAÇAO EM ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES E SUAS CERTIFICAÇOES, PARA INSTALAÇÃO CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO AOS SEUS USUARIOS, COM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS INCLUSO DE FORNECIMENTOS DE PEÇAS E ACESSORIOS NECESSARIOS PARA AS MANUTENÇOES FUTURAS, ENTRE A CENTRAL DO PAÇO MUNICIPAL E DAS DEMAIS SECRETARIAS ADIMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO COM TECNOLOGIA IP.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	3.172,00	38.064,00
2	5 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 CANAIS E 32 RAMAIS INTERNOS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUARIOS INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS CABEAMENTOS GERAL DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FIAÇAO CABEAMENTOS PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; TERMINAIS COM MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO TECNICO NO MAXIMO EM 02 DUAS HORAS QUANDO SOLICITADO PARA SOLUÇAO E REPARAÇAO QUANDO NECESSARIO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	2.633,00	31.596,00
3	6 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 06 CANAIS E 20 RAMAIS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUARIOS, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	2.058,00	24.696,00
4	6 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA IP (PABX) DIGITAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 04 CANAIS E 12 RAMAIS, COM SERVIÇOS GERAL IN LOCO NAS IMPLANTAÇOES E ASSISTENCIAS COM ORIENTAÇOES AOS USUSARIOS, INCLUINDO: KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA REDE INTERNA E EXTERNA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	1.656,00	19.872,00
5	15 PONTOS LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA SEM FIO IP COM BASE E 05 RAMAIS CADASTRADOS COM CAPACIDADE DE 01 CANAL E 05 RAMAIS, INCLUINDO TODOS OS SERVIÇOS IN LOCO COM KIT DE INSTALAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO INTERNA E EXTERNA, E FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSARIOS, INCLUSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA AS MANUTENÇOES MÓDULOS DE EXPANSÃO E PROTEÇÕES; SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO COM ACOMPANHAMENTO DE ENGENHARIA ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇOES COM ATENDIMENTO NO MAXIMO EM 02 HORAS APÓS SOLICITAÇAO, PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA; TECNOLOGIA IP E TI DIGITAL.	INTELBRAS E ACESSÓRIOS	MÊS	12	3.479,00	41.748,00

LOTE 02 - Valor do Lote: R$ 28.920,00 (vinte e oito mil e novecentos e vinte reais).

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	AQUISIÇAO DE ATAS 2 PORTAS FXS PADRAO ANATEL, INCLUSO DE INSTALAÇAO E IMPLANTAÇAO DOS MESMOS, CONFIGURAÇOES COM CABEAMENTOS DE REDE INDIVIDUAL, A SEREM IMPLANTADOS NAS SECRETARIAS ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.	INTELBRAS	UN	30	964,00	28.920,00

01.1 As quantidades constantes no(s) quadro(s) acima são estimativas de consumo, não se obrigando a administração à aquisição total.

01.2 A(s) quantidade(s) do(s) objeto(s) estimado(s) no presente certame, não poderá(ão) ser(rem) ampliada(s) por meio de aditamento, sendo vedado, dessa forma, aumento quantitativo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Os objetos deverão ser entregues e instalados nos locais determinados pelas Secretarias Municipais solicitantes, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação. Os serviços de manutenção, assistência, deverão ser realizados de forma presencial (*in loco)*, no prazo máximo de 02 (duas) horas. A empresa contratada deverá possuir representante no município para a realização dos atendimentos, sempre que houver necessidade.

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: A validade desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período mediante anuência do fornecedor e comprovado o preço vantajoso.

Loanda, 12 de março de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

CARLOS ALBERTO ARAÚJO

C. A. Araujo Telefonia - ME

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:F61DACE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026- PML

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2026-PML

OBJETO. O presente Chamamento Público tem por objeto o Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na eventual prestação de serviços de oficineiros, para realização de atividades culturais, esportivas e educativas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Serviço Social, do Município de Loanda-Pr.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, após análise e parecer favorável da Unidade de Controle Interno do Município e no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o processo de credenciamento em favor das pessoas físicas a seguir nas quantidades e valores estabelecidos no termo de referência.

Proponentes HABILITADOS:

INSTRUTOR DE ATIVIDADES MUSICAIS: - 01 VAGA

1º Lugar - DANIEL FERREIRA PAULINO DOS SANTOS, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 072.006.039-70, protocolo de nº 729/2026, de 29/01/2026, as 08:12:41 horas.

INSTRUTOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS: 01 VAGA

1º Lugar - NEILSON BRUNO FERREIRA ZORZATO, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 107.099.399-90, protocolo de nº 732/2026, de 29/01/2026, as 08:19:28 horas.

INSTRUTOR DE ATIVIDADES DE ARTESANATO: 02 VAGAS

1º Lugar - VILMA PEIXOTO ALENCAR DO NASCIMENTO, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 929.918.829-72, protocolo de nº 730/2026, de 29/01/2026, as 08:14:53 horas.

2º Lugar - DANIELLA FRANCIOLI DE AQUINO, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 824.668.231-87, protocolo de nº 735/2026, de 29/01/2026, as 08:24:52 horas.

EDUCADOR SOCIAL: 01 VAGA

1º Lugar - HEITOR GUSTAVO BARBOSA PEREIRA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 800.401.339-23, protocolo de nº 733/2026, de 29/01/2026, as 08:21:37 horas.

Item	Cargos	Formação	Vaga	Limite máximo de horas semanais	Limite máximo de horas mensais	Valor Hora R$	Valor Máximo Mensal R$
01	Instrutor de atividades de músicas	Ensino médio completo	01	22	110	23,35	2.568,50
02	Instrutor de atividades Desportivas	Ensino Superior Educação Física	01	30	150	27,00	4.050,00
03	Instrutor de atividades Artesanato	Ensino médio completo	02	40	200	17,00	3.400,00
04	Educador Social	Ensino médio completo	01	40	200	16,28	3.256,00

Loanda, 20 de março 2.026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DD172996

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA PARA FINS DE CREDENCIAMENTO 013/2025 - PML

Chamamento Público nº. 013/2025-PML Processo nº. 155/2025-PML

OBJETO: Credenciamento de pessoas Físicas e Jurídicas, interessadas na eventual Prestação de Serviços Gerais Saúde para Limpeza Hospitalar, conforme cargo do Município, de forma complementar, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme disposto no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, do município de Loanda-PR.

RESULTADO DE JULGAMENTO FINAL CLASSIFICATORIO

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, torna-se público o resultado de julgamento de Habilitação de Credenciamento, conforme a seguir:

Proponentes **HABILITADA CADASTRO DE RESERVA:**

1º lugar - JANETE ASSIS ALFENAS DE OLIVEIRA, devidamente inscrita no CPF/MF sob nº 027.893.909-08, protocolo de nº 2067/2026, de 12/03/2026, as 16:48:49 horas. SITUAÇÃO REGULAR

Item	Descrição	Carga Horaria	Período mês	Vagas	Valor Max. Mensal R$	Valor Max. Global R$
01	SERVIÇOS GERAIS SAÚDE	40h	12	01	2.958,79	35.505,48

Comunica, outrossim, que dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação deste aviso, o Agente de Contratação, dará vistas ao processo licitatório a qualquer interessado, para interposição de recurso.

Loanda-Pr, 20 de março de 2026.

MARCOS PARRA MENDONÇA

Agente de Contratação

ADEMILSON MUSULINO RODRIGUES

Equipe de Apoio

SIMONE REGINA DA SILVA

Equipe de Apoio

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:DBC51931

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº001 ARP Nº035/2025-PML

TERMO ADITIVO Nº 001

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2025-PML

PREGÃO ELETRÔNICO Nº006/2025-PML

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº008/2025-PML

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LOANDA

EMPRESA CONTRATADA: BOTELHO & BOTELHO LTDA

Pelo presente instrumento particular que celebram o **MUNICÍPIO DE LOANDA**, Estado do Paraná, já qualificado na Ata de Registro de Preços ora aditivada, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. José Maria Pereira Fernandes, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº.2.045.879-8 SSP/PR e do CPF/MF nº.389.032.969-15, e a Empresa **BOTELHO & BOTELHO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sito na Estrada do Moinho, s/n, KM4, Gleba Ribeirão do Tigre, CEP: 87.970-000,Telefone: (44) 999117-7315, na cidade de Nova Londrina, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.388.930/0001-70, neste ato por seu representante legal, Senhor Edvandro Garcia Botelho, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 695.236.909-06, RG nº 5.350.329-2 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, nº 109, Centro, na cidade de Loanda, Estado do Paraná, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços de nº035/2025-PML, Pregão Eletrônico nº006/2025-PML, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A presente Ata tem como objeto Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual locação de Trator Esteira e Pá Carregadeira, para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente e Agricultura, do Município de Loanda-Pr.

CLÁUSULA SEGUNDA

O TERMO ADITIVO Nº 001 a Ata de Registro de Preços nº035/2025-PML, possui amparo no Art.84 da Lei 14.133/2021 com observancia ao §5º Inciso IV do mesmo Artigo, onde dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência das Atas de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes, por conveniência administrativa e com respaldo no Art.84 da Lei 14.133/21, resolvem aditivar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº035/2025-PML, por mais 12 (doze) meses, considerando a vantajosidade de sua prorrogação devidamente comprovada pela Divisão de Compras.

CLÁUSULA QUARTA

Considerando a prorrogação do prazo de vigência a data de vencimento da Ata de Registro de Preços nº035/2025-PML passará a ser dia 05/03/2027.

CLAUSULA QUINTA

A presente prorrogação não implicará **atualização periódica dos preços registrados,** permanecendo os valores já pactuados.

O fornecimento dar-se-á mediante **a utilização do saldo remanescente, sem o restabelecimento de saldo da Ata de Registro de Preços,** observado o quantitativo e o limite financeiro conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unid	Quant. Estimada	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)

1	LOCAÇÃO DE TRATOR ESTEIRA, COM O MÁXIMO 08 ANOS DE USO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 165 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17.500 KG, LÂMINA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 2,5 M3. INCLUSO OPERADOR, TRANSPORTE E EQUIPAMENTO, COMBUSTÍVEL DO MAQUINÁRIO, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	HORAS	200 (saldo remanescente)	477,00	95.400,00
2	PÁ CARREGADEIRA HIDRÁULICA DE RODAS, COM PESO MÍNIMO DE 13.000 KG, POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 HP, TRAÇÃO 4 X 4, CAPACIDADE MÍNIMA DE CAÇAMBA DE 2,6 M³. INCLUSO OPERADOR E COMBUSTÍVEL.	HR/MAQ	1.288,30 (saldo remanescente)	274,00	411.000,00
SALDO TOTAL.....R$448.394,20					

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº035/2025-PML, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº035/2025-PML, em 03 (três) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Loanda Pr, 12 de março de 2.026.

Contratante:

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES

Prefeito Municipal de Loanda

Empresa Detentora:

EDVANDRO GARCIA BOTELHO

Botelho & Botelho LTDA

Testemunhas:

_____

_____

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D0019CDF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 130/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026 AUTORIZAR A REALIZAÇÃO DO CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COM O TEMA "SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA"

PORTARIA Nº. 130/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar a realização do Curso de Capacitação aos servidores públicos municipais, com o tema **"Saúde e Qualidade de Vida",** ministrado pela Enfermeira Lilian Cristina Bento dos Santos – COREN/PR 249.206, de acordo com o cronograma abaixo descrito:

DATA	HORÁRIO	CONTEÚDO	HORAS
24/03/2026	**19:00 às 23:00 horas**	Saúde física e hábitos saudáveis; Alimentação saudável e auto-cuidado; Qualidade de vida no trabalho.	4h
		Atividades Complementares	**6h**
		TOTAL DE CARGA HORÁRIA	**10h**

Art. 2º- O curso será realizado no Complexo Cultural, situado na Rua Castro Alves, nº. 1075.

Art. 3º- **Esta Portaria** entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Lobato, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIO CHICAROLI

Prefeito Municipal

Publicado por:
Milena Telles Ribeiro
Código Identificador:777CBBE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 136/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 136/2026

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$281.625,77 (duzentos e oitenta e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
02.001.04.122.0002.2.004		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO	
5 - 3.3.90.30.00.00	000	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00
10 - 3.3.90.40.00.00	000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E	25.000,00
		COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		Fundo Municipal de Saúde	
07.001.10.122.0017.2.114		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DE SAÚDE	
623 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	10.000,00
07.001.10.301.0020.2.134		FORTALECIMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE	
		ASSITÊNCIA FARMACÊUTICA E DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO (CAF)	
705 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
07.001.10.301.0020.2.139		FORTALECIMENTO E MANUTENÇÃO DAS	
		ATIVIDADES MULTIDISCIPLINARES E SENSORAIS NA ATENÇÃO A SAÚDE	
718 - 3.3.90.39.00.00	303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	15.000,00
07.001.10.302.0023.2.155		PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL NO PROAMUSEP (SAMU)	
791 - 3.1.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	56.205,67
792 - 3.3.71.70.00.00	303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	60.420,10
Total Suplementação:			281.625,77

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Superávit financeiro, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso I da Lei Federal 4.320/64:

Superávit Financeiro nas Fontes:				
1002	Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	000		125.000,00
1040	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercícios Anteriores	303		156.625,77
Total Superávit Financeiro:				281.625,77

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:68A451D8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 137/2026 - EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 137/2026

Súmula: Exonera servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores públicos municipais abaixo relacionados, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98186	ISABELA VENERINA PEREIRA SCHIAVON DOMINGUES	Facilitador De Oficinas Por Meio De Inclusão Digital	01/04/2025	13/03/2026	a pedido do servidor
98132	SONIA CRISTINA SIQUEIRA FLORESTA	Assistente Social - Temporario	18/02/2025	13/03/2026	a pedido do servidor
98264	ANA GABRIELA NUNES XAVIER	Auxiliar Educacional Temporário	11/06/2025	16/03/2026	a pedido do servidor
98073	YAISA NAYARA DOS SANTOS ALVES DA SILVA	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporário	03/02/2025	16/03/2026	a pedido do servidor

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (20/03/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO

Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:66074095

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS

Processo Seletivo nº 01/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS, por intermédio do Senhor Prefeito Municipal, Sr. MARIO EDUARDO LOPES PAULEK, faz saber a quem possa interessar a realização de Processo Seletivo, para formação de cadastro de reserva e para preenchimento de vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Município de Mariópolis, que será regido pela legislação em vigor, em especial as Leis Municipais nº 016/2025 e 054/2025 e pelas normas estabelecidas no presente Edital.

1. DO CRONOGRAMA

DATA	ATO
20/03/2026	1. PUBLICAÇÃO DO EDITAL
20/03/2026 a 21/03/2026	2. PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
23/03/2026 a 22/04/2026	**3. PERÍODO DE INSCRIÇÕES:**
23/03/2026 a 12/04/2026	4. PERÍODO DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE, MEDULA E HIPOSSUFICIENTES
12/04/2026	5. ÚLTIMO DIA DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO PARA CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE, MEDULA E HIPOSSUFICIENTES
13/04/2026	6. PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO
13/04/2026 a 14/04/2026	7. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUANTO AO INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO
12/04/2026	8. ÚLTIMO DIA PARA A REALIZAÇÃO DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
22/04/2026	**9. ÚLTIMO PRAZO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – ATÉ ÀS 18:00 HORAS**
23/04/2026	10. PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES E OS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA
23/04/2026 a 24/04/2026	11. PRAZO DE RECURSOS CONTRA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS
27/04/2026	12. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS
24/04/2026	13. PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES, DIVULGAÇÃO DO ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS E DO LOCAL DA PROVA OBJETIVA
10/05/2026	**14. DATA DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA – 09:00 ÀS 11:00 H**
12/05/2026	15. DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA
12/05/2026 a 13/05/2026	16. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA
15/05/2026	17. DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA
15/05/2026	**18. DIVULGAÇÃO DA ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**
15/05/2026 a 18/05/2026	19. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
19/05/2026	**20. DIVULGAÇÃO DA ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Municipal de Fiscalização do Processo Seletivo nomeada, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.2. Este Processo Seletivo será executado sob a responsabilidade da Empresa **FÊNIX INSTITUTO LTDA, CNPJ nº 07.141.784/0001-17, sediada na Rua Gilberto Lunardi, 83 – Bairro Bela Vista – Xaxim – SC.**

1.3. A fiscalização e a supervisão deste Processo Seletivo estarão a cargo do Município de Mariópolis e da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo.

1.4. As publicações serao realizadas no site oficial do Municipio de Mariópolis, no site da Banca , no DIOENS, e no Jornal de Beltrão. Nas datas prevista no cronograma deste edital, cabendo ao candidato a responsabilidade de acompanhar as publicações.

1.5. O Edital do Processo Seletivo, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações para provas e todos os demais atos do Processo Seletivo, serão publicados no site oficial do Processo Seletivo na Internet: https://institutofenix.selecao.net.br.

1.6. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações, comunicados, mensagens eletrônicas (e-mails) e demais documentos divulgados e/ou enviados referentes ao presente Processo Seletivo.

1.7. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme item 2.1 e legislação em vigor, deverão ser comprovados no ato da posse após a convocação.

1.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações, relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivesse transcrito e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. Quadros de cargos/regime de contratação, vagas, carga horária semanal, regime de contratação, habilitação mínima, vencimento, valor das inscrições e tipo de prova:

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Cargo	Vagas **	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R$	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Valor da Taxa de Inscrição
1. SERVENTE	03 + CR	40 horas	2.083,42	Ensino Fundamental Incompleto	Objetiva	R$ 50,00
2. AUXILIAR DE EDUCADOR / CUIDADOR SOCIAL	03 + CR	36 horas	2.083,42	Nível Fundamental - Capacitação específica ofertada pelo Departamento de Assistencia após a convocação .	Objetiva	R$ 50,00

CARGO DE NÍVEL MÉDIO

Cargo	Vagas **	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R$	Habilitação/Escolaridade Exigida	Tipo de Prova	Valor da Taxa de Inscrição
3. EDUCADOR / CUIDADOR SOCIAL	03 + CR	36 horas	2.523,64	Nível Médio- Capacitação específica ofertada pelo Departamento de Assistencia após a convocação	Objetiva	R$ 80,00

** CR – Cadastro Reserva 4

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços e contatos atualizados no Setor de Recursos Humanos do Município de Mariópolis durante todo o período de validade do Processo Seletivo.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pela internet, através dos sites https://institutofenix.selecao.net.br e www.mariopolis.pr.gov.br, as publicações de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo e até sua homologação final.

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir e apresentar os seguintes documentos:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima para o cargo especifico, conforme o exigido na lei local;

2.5.3 - Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo comprovada mediante exame e atestado médico.

2.5.4 - Comprovar habilitação legal para o cargo exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.8 - Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento, casamento ou união estável;

2.5.12 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;

2.5.13 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;

2.5.14 - Comprovante de endereço atualizado;

2.5.15 - Carteira de Trabalho CTPS e PIS/PASEP.

2.5.16- Certidão de antecedentes criminais atualizado.

2.6 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a legislação vigente no Município de Mariópolis.

2.7. A comprovação da escolaridade e o preenchimento dos demais requisitos legais indispensáveis à nomeação no cargo público será exigida unicamente quando da posse no cargo público. A não apresentação, naquela ocasião, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo Seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação neste Processo Seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e condições estabelecidas neste edital.

3.2. A inscrição será efetuada exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site https://institutofenix.selecao.net.br, onde terá acesso ao Edital e seus anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição.

3.2.1. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá acessar o endereço eletrônico https://institutofenix.selecao.net.br em “Concursos – Em andamento”, “inscrições abertas”, selecionar o Município de Mariópolis - Edital de Processo Seletivo nº 01/2026;

3.2.2. Baixar e Ler atentamente o edital completo, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas.

3.2.3. Clicar em “Realizar inscrição”, cadastrar-se, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde bem essa senha pois será útil em todos os acessos futuros).

3.2.4. Preencher a Inscrição, conferindo os dados informados, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder.

3.2.5. Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário, referente à taxa de inscrição, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

3.2.6. Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

3.2.7. É de responsabilidade do candidato manter atualizados os endereços, e-mails e números de telefones informados. Eventual mudança de endereço, até a data de publicação do resultado final do Processo Seletivo, deverá ser atualizada no cadastro online do candidato, através da sua área restrita, e deverá ser comunicado a empresa Fênix Instituto Ltda por correspondência eletrônica (e-mail) enviada para: fenixinstituto2022@gmail.com. Após a data de publicação do resultado do Processo Seletivo, deverão ser comunicadas diretamente ao Município.

3.2.8. Não será aceita inscrição via postal, por Sedex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional ou, ainda, fora do prazo estabelecido.

3.3. O candidato deverá imprimir e pagar o boleto no valor determinado até a data limite, constante no respectivo documento.

3.3.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.3.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.3.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital, acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

3.3.4. A inscrição só será aceita quando o banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento. A confirmação das inscrições será diária.

3.3.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão de fundos.

3.3.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente não será restituído.

3.3.7. A empresa Fênix Instituto Ltda e o Município de Mariópolis não se responsabilizarão por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

3.3.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

3.4. O candidato deverá acompanhar a publicação da relação de candidatos inscritos para confirmar o processamento de sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar recurso, conforme prazo determinado neste edital.

3.5. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento. Sendo que serãoa ceitas inscrições somente para um dos cargos deste edital.

3.5.1. Ao se inscrever o candidato concorda com a divulgação de seu nome e data de nascimento, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo, para fins exclusivos de divulgação dos resultados relativos ao certame, sendo garantido o sigilo dos demais dados apresentados, nos termos da LGPD.

3.6. O Município e a Empresa Fênix Instituto Ltda não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via *internet*, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas, incompletas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.1. Será nula a inscrição de candidato que, por qualquer meio, faça uso de informação ou documento falso ou oculte informação ou fato a ela relevante, sem prejuízo das sanções judiciais cabíveis.

3.7.2. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.7.3. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

3.7.4. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, **o próprio candidato deve entrar na área restrita do site,** com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

3.7.5. Não será permitido alterar a escolha do(s) cargo(s) após a realização da inscrição.

3.8. O candidato que necessitar de **condição especial (local de fácil acessibilidade, tempo adicional, uso de aparelhos de audição, ledor (não haverá prova em braile), prova com fonte ampliada e etc.)** para a realização das provas deverá solicitá-lo encaminhando eletronicamente até o dia útil subsequente ao último dia de inscrições, através da "Área do Candidato" em "Minhas Inscrições" (acessando o endereço eletrônico https://institutofenix.selecao.net.br) acessando este edital, clicar em "gerenciar inscrições", e selecionar a opção do campo do assunto a que se refere o documento, inserindo o Anexo II preenchido e assinado bem como Atestado/Laudo Médico confirmando a condição especial.

3.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade e de acordo com o laudo médico específico ao candidato a ser apresentado. No caso de uso de equipamentos especiais, estes deverão ser obtidos pelo candidato e apresentados antecipadamente ao fiscal de sala e/ou coordenador local da empresa Fênix Instituto Ltda para que verifique e autorize seu uso.

3.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior acompanhado de laudo médico específico que ateste a necessidade de condição especial para realização da prova objetiva, o candidato não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

3.8.1.2. O candidato que necessitar de **cadeira adaptada para canhoto** deverá apenas encaminhar o Anexo II preenchido e assinado, não sendo necessário encaminhar laudo médico para tal condição.

3.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, durante o período da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

3.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário de início das provas.

3.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

3.8.2.3. A candidata lactante, o acompanhante e a criança devem chegar ao local da prova com a antecedência mínima de trinta minutos.

3.8.2.4. Para a amamentação o lactente deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação do Processo Seletivo.

3.8.2.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por fiscal volante, e neste momento não poderá dialogar com o responsável pela guarda da criança.

3.8.2.6. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não poderá realizar as provas.

3.8.2.7. A candidata é responsável pelos atos do adulto acompanhante, caso esse venha causar algum transtorno durante a realização das provas, a candidata será automaticamente eliminada do certame.

4. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência, fica assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para o cargo reserva cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, em um percentual de 5% (cinco por cento) de total de vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o Art. 37, Inciso VIII, da Constituição Federal.

Parágrafo Único: Em observância ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mandado de Segurança nº 27.710, bem como ao princípio da reserva legal de vagas às pessoas com deficiência, o candidato classificado em primeiro lugar na lista específica de pessoas com deficiências será convocado para ocupar a **5º vaga** que vier a ser provida durante a vigência do certame. As convocações subsequentes ocorrerão para as **21º, 41º, 61º vagas,** e assim suecessivamente, observada a ordem de classificação e o número total de vagas efetivamente providas, de forma a garantir o percentual mínimo legal destinado às pessoas com deficiência.

4.2. O candidato com deficiência concorrerá na vaga do cargo oferecida, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

4.3. Caso a aplicação do percentual de que trata o ítem 4.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

4.4. Considera-se pessoa com deficiência aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ou nas categorias discriminadas no Art. 2º da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015; no Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, com as alterações do Decreto Federal nº 5.296/2004; no Parágrafo Primeiro do Artigo 1º da Lei nº 12.764/2012 (Transtorno do Espectro Autista) e no

Enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (Visão Monocular), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.929/2009.

4.5. O candidato que deseje se habilitar a concorrer à vagas deste Concurso Público como PCD – pessoa com deficiência, deverá apresentar:

a) **"Requerimento Pessoa com Deficiência"**: Aqueles que em virtude de deficiência necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova, deverá indicar neste requerimento;

b) **Laudo Médico**: Expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), bem como a provável causa da deficiência de que é o portador.

4.6. No ato de inscrição, o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo público para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

4.7. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo descrevendo qual atendimento diferenciado necessita e/ou selecionando o tipo de condição especial, tipo: **prova ampliada, sala de fácil acesso, lactante, PCD ou outra necessidade**.

4.8. A pessoa com deficiência que não especificar no Requerimento a necessidade de tratamento diferenciado no dia da prova, não poderá fazê-lo em momento posterior, de mesmo modo, as solicitações de condições especiais preenchidas de forma incompleta, ou ainda, com os campos obrigatórios em branco, ou seja, sem preenchimento, **serão indeferidas**.

4.9. Os documentos indicados nos itens anteriores devem ser encaminhados dentro do período de inscrição para PCD. Não será considerado o pedido de inscrição como PCD – Pessoa Com Deficiência solicitado fora do prazo do cronograma. Também não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou retirada de documentos após o período de inscrição.

4.10. O candidato com deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, realização, data, horário e local das provas, obedecidos aos procedimentos neste Edital, excetuando-se as **condições especiais**, já mencionadas.

4.11. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas às PCD - Pessoas Com Deficiência que deixarem de atender, ao prazo e condições determinadas neste Edital, em especial às relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como PCD indeferida.

4.11. Para fins de posse, a deficiência de que é o portador deverá obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições do cargo para o qual se classificou, uma vez que, em hipótese alguma dessas atribuições serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PCD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições do cargo à utilização de adaptação do ambiente de trabalho.

4.12. Não provida a vaga destinada à pessoa com deficiência, por falta de candidatos ou por reprovação no concurso, ela será preenchida pelos demais candidatos, observada a ordem de classificação.

4.13. Após a contratação, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença por motivo de saúde ou aposentadoria por invalidez.

4.14. Serão eliminados da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas às pessoas com deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato de inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo.

4.15. Serão reservados para candidatos portadores de deficiência física os direitos relacionados às condições especiais para a realização da prova escrita objetiva.

5. DA RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

5.1 - Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no ato na inscrição, se declarar como de cor preta ou parda e como pertencendo à etnia negra, mediante preenchimento da autodeclaração constante do ANEXO IV deste edital, devendo tal informação integrar os registros cadastrais de servidores/empregados, conforme disposto no § único do artigo 4º da Lei Estadual n.º 14.274/2003, sem prejuízo de eventual entrevista de convalidação da condição de Afrodescendente.

5.2 - Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.

5.3 - A autodeclaração do candidato gozará de presunção relativa de veracidade, logo, terá validade somente para este processo seletivo, podendo ser confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

5.3.1 A presunção relativa de veracidade prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito do fenótipo do candidato.

5.3.2 O candidato que não efetuar a inscrição com observância do previsto no subitem 8.2, deste Edital, não concorrerá às vagas reservadas a candidatos afrodescendentes, mas automaticamente às vagas de ampla concorrência.

5.3.3 - As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, respondendo esse por qualquer falsidade.

5.3.4 - Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

5.3.5 - Os candidatos afrodescendentes aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.3.6 - Em caso de desistência de candidato afrodescendente aprovado em vaga reservada, essa será preenchida pelo candidato afrodescendente posteriormente classificado.

5.3.7 - Na hipótese de não haver número de candidatos afrodescendentes aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e essas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

5.3.8 - A convocação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos afrodescendentes.

5.3.9 - O candidato afrodescendente participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas para aprovação, conforme artigo 2º da Lei Estadual nº 14.274/2003.

5.3.10 - O candidato aprovado pelas cotas, na ocasião de sua convocação para a apresentação dos documentos citados no deste Edital, assinará uma declaração reafirmando a sua condição de pessoa preta ou parda.

5.3.11 - Caso seja detectada falsidade na declaração a que se refere o subitem 5.4 deste Edital, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, com anulação de todos os atos e efeitos já produzidos, enquanto for candidato, podendo ser exonerado após ser contratado, conforme previsto no artigo 5º da Lei Estadual n.º 14.274/2003.

5.3.12 - O candidato que, no ato de inscrição, não declarar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas pretas ou pardas, conforme determinado no item 8 e seus subitens, deixará de concorrer a essas vagas e não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6. DO VALOR DAS INSCRIÇÕES, DAS ETAPAS DESTE PROCESSO SELETIVO E DAS ISENÇÕES

6.1. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos de Nível Fundamental: **R$ 50,00 (cinquenta reais);**

b) Para cargo de Nível Médio: **R$ 80,00 (oitenta reais).**

6.2 Este Processo Seletivo constará de uma única etapa:

6.2.1. Primeira e única etapa, de caráter classificatório, constando de Prova Objetiva para os cargos constantes do item 2.1.

6.2.2 São isentos da taxa de inscrição neste Processo Seletivo:

a) Os candidatos doadores de Sangue fidelizado e Doadores de Medula Óssea;

b) Os candidatos que estiverem inscritos no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal – CADúnico por serem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos).

6.2.2.1. Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por serem doadores de Sangue fidelizado e os Doadores de Medula Óssea:

6.2.2.2. Considera-se para enquadramento ao benefício previsto somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

6.2.3 A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora. O documento previsto por este item deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes anuais, considerando-se os 12 (doze) meses que antecederam a abertura do presente edital, **sendo obrigatória a apresentação do mesmo, em forma digitalizada, junto com o pedido de isenção, sob pena de indeferimento do pedido de isenção.**

6.2.3.1 A comprovação da pessoa doador de Medula Óssea se dará através da apresentação de sua inscrição no REDOME – Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea ou ainda declaração expedida por órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, hemocentros e nos bancos de sangue dos hospitais, devidamente atualizado.

6.2.3.2 Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, encaminhar eletronicamente a documentação acima através da "Área do Candidato" em campo específico para tal.

6.2.3.3 A constatação de falsidade dos documentos exigidos, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

6.2.4 **Para os candidatos que solicitarem isenção da taxa de inscrição por estarem inscritos no CADúnico**:

6.2.4.1 Os candidatos deverão no momento da inscrição on-line, solicitar a isenção (CADúnico) e preencher o nº do NIS que comprove o Cadastramento (CadÚnico) fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à Fome.

6.2.4.2 No caso de pedido de isenção por estar inscrito no CADúnico, será consultado o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Soial, Família e Combate à Fome - MDS para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

6.2.4.3 Para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato" e para tanto é necessário que as informações solicitadas (nome completo, data de nascimento, nome da mãe e município) sejam idênticas àquelas informadas no momento do cadastramento, ou o candidato deve estar cadastrado a mais de 45 dias para ser possível acessar as informações.

6.2.4.4 A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Processo Seletivo.

6.2.5 Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

6.2.6 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

6.2.7 O candidato que efetivar mais de uma inscrição com pedido de isenção de pagamento, para o mesmo cargo, terá analisada e **confirmada apenas a última inscrição**, sendo as demais canceladas.

6.2.8 Não será permitida, após a entrega do requerimento de isenção, acompanhado dos documentos comprobatórios, a complementação da documentação.

6.2.9 Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda fora do prazo.

7. DA ETAPA ÚNICA DO PROCESSO SELETIVO: PROVA OBJETIVA

7.1 PROVA OBJETIVA (PO) de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas e 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente edital e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo I, **a ser aplicada para todos os candidatos.**

7.2 Serão considerados aprovados neste Processo Seletivo os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco).

7.2.1 A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), dependendo do cargo, utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 6.3.

7.2.2 **A prova objetiva para todos os cargos será realizada na data provável de 10 de maio de 2026 no período matutino, das 09:00 às 11:00. A saída do(a) candidato(a) da sala de provas, após o início das provas objetivas, só será permitida após decorridos 45 minutos do início das provas, com a seguinte programação:**

Evento	**Horário**
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	08h20min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	**08h50min**
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequência início das provas.	08h50min
Início da resolução da prova.	09h00min
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	09h45min
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta.	11h00min

7.2.3 O tempo total de realização das provas será de no máximo 2h:00min (duas horas), já compreendendo o tempo necessário para preenchimento do cartão-resposta.

7.2.4 A empresa Fênix Instituto Ltda, por motivos técnicos ou de força maior, poderá retardar o início da prova escrita ou transferir suas datas e ou horários. Eventuais alterações serão comunicadas no site do Processo Seletivo na Internet, por mensagens enviadas para o e-mail informado, ou por aviso fixado na entrada principal ou mural do local anteriormente determinado, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

7.3 A Prova Objetiva será composta do seguinte programa de provas, para todos os cargos:

DISCIPLINAS	**NÚMERO DE QUESTÕES**	**VALOR DE CADA QUESTÃO**	**TOTAL POR TIPO DE PROVA**
Língua Portuguesa	05	0,20	1,00
Matemática	05	0,20	1,00
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do cargo	10	0,70	7,00
TOTAL	**25**	**10,00**	

7.4. Normas para ingresso no local de provas e prestação da prova objetiva:

7.4.1. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével e de material transparente, com antecedência de pelo menos trinta minutos.

7.4.1.1. Serão considerados documentos de identidade: Rg, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997). Como o documento não ficará retido, será exigida a apresentação do original, não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas, porém serão aceitos documentos de identificação digital expedidas por órgãos públicos.

7.5. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.6. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, (30) trinta dias.

Neste caso será realizada a identificação especial através da coleta de impressão digital para posterior averiguação. 7.7. A não apresentação do documento de identidade, nos termos desse edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

7.8. Em face de eventual divergência a empresa Fênix Instituto Ltda poderá exigir a apresentação do original do Comprovante de pagamento da taxa de inscrição, com a devida autenticação bancária, não sendo válida cópia mesmo que autenticada.

7.9. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.10. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos.

7.11. É vedado ao candidato, durante a realização da provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal, ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização, comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos, tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

7.12. Não será permitido ao candidato realizar as provas portando arma(s) de qualquer espécie; óculos escuros e artigos de chapelaria, tais como boné, chapéu, viseira, gorro ou similares, ressalvados aqueles exclusivamente de livre manifestação religiosa como o “quipá” e “véu”, desde que avaliados pelo fiscal de prova e que não apresentem nenhum indício de utilização indevida, com a finalidade de violar os itens do Edital, especialmente aqueles que vedam qualquer tipo de consulta; aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio com calculadora, smartphones, tablets, ipods, pen drives, câmera fotográfica, aparelho para surdez (quando não houver a comprovação exigida no item 3.9), tocadores MP3 ou similares, gravadores, alarmes de qualquer espécie, fones de ouvido ou qualquer transmissor, gravador ou receptor de dados, imagens, vídeos e mensagens, dentre outros); dicionário; apostila; material didático; livros; manuais; impressos; anotações; bebidas com rótulos, dentre outros. Todos estes materiais e/ou equipamentos deverão ser entregues voluntariamente, no momento do ingresso na sala de prova, ao fiscal de sala, que os orientará sobre o correto acondicionamento de seus pertences na sala de provas.

7.13. A simples posse, mesmo que desligado de aparelhos eletrônicos, ou de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

7.14. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.15 O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo e retirado da sala de provas.

7.16. A empresa Fênix Instituto Ltda, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Processo Seletivo poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo.

7.17. A empresa Fênix Instituto Ltda e o Município de Mariópolis não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

7.18. Os candidatos com diagnóstico de doença infecciosa/contagiosa, no dia da realização das provas, deverão apresentar atestado de liberação do médico para a Coordenação da empresa executora, atestando que podem frequentar lugares públicos, juntamente com os cuidados a serem tomados durante a realização da prova.

7.19. Para pessoas com sintomas gripais, recomenda-se o uso de máscara de proteção durante a realização das provas. A empresa executora fornecerá eventualmente máscaras aos candidatos com os sintomas, quando os mesmos não dispuserem da referida proteção, no dia da prova.

7.20. As despesas decorrentes da obtenção ou entrega de documentos, bem como as de transporte e ou alimentação são de inteira responsabilidade dos candidatos, mesmo que a prova venha a ser transferida por qualquer motivo.

7.20.1. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

7.20.2. Em hipótese alguma haverá segunda chamada, após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

7.20.3. Os envelopes contendo as provas poderão ser abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos, via ata de sala.

7.21. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para o cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.22. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO- RESPOSTA.

7.23. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.24. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas ou marcadas com mais de uma alternativa, emendadas ou rasuradas, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.25. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO- RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame;

7.26. Serão considerados sem efeito, os cartões-resposta entregues sem a assinatura do candidato.

7.27. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, bem como o caderno de provas, que será oportunizado posteriormente.

7.28 Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que ainda não a efetuaram, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da entidade, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

7.29. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, o candidato que precisar utilizar o banheiro deve, antes de entregar o cartão resposta e sair de sala com seus pertences, solicitar ao fiscal o acompanhamento até os sanitários.

7.29.1 No local da prova, os 03 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o verso dos cartões-resposta dos presentes no certame, termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades, caso houverem, serão apontadas no referido termo (ata de sala).

7.30. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, ao representante da empresa executora do Processo Seletivo.

7.31. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, durante o período recursal, as mesmas serão consideradas como respondidas **corretamente** por todos os candidatos.

7.32. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, a resposta será corrigida no gabarito final.

7.33. Será atribuída nota 0,00 (zero) à resposta de questões objetivas:

7.33.1. Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

7.33.2. Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);

7.33.3. Contendo mais de uma opção de resposta assinalada;

7.33.4.Que não estiver assinalada no cartão de respostas;

7.33.5. Preenchida fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova;

7.33.6. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

7.33.7 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

8. DAS NOTAS, DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E DA CLASSIFICAÇÃO

8.1 Para todos os cargos, valerá somente a somatória das questões da prova objetiva multiplicando-se pelo valor da questão, totalizando-se a nota final, na fórmula:

Número de Acertos x Valor da questão = Nota Final

8.2 Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

8.2. 1 Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais casos, será:

8.2.2 Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Específicos e Legislação;

8.2.3 Que obtiver maior nota na prova de Língua Portuguesa;

8.2.4 Que obtiver maior nota na prova de Matemática;

8.2.5 Que obtiver maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

8.2.6 Que tiver maior idade;

8.2.7 O sorteio público, a ser divulgado em data, horário e local em edital próprio, será realizado com a presença de representantes da comissão do Processo Seletivo e da presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão. Se os candidatos não se fizerem presentes no local, dia e horário marcado para a realização do sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que ao final será lavrada ata pela comissão com os resultados do sorteio público.

9. DOS RECURSOS

9.1 Serão admitidos os seguintes recursos:

9.1.2 Impugnação do presente Edital;

9.1.3 Do indeferimento do pedido de inscrição e do indeferimento do pedido de isenção das taxas de inscrição;

9.1.4 Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

9.1.5 Da nota da prova objetiva;

9.1.6 Da classificação provisória.

9.2 A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Prefeitura do Município ou diretamente no site da empresa, em campo próprio, acessando o Edital respectivo.

9.3 Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Fênix Instituto Ltda: https://institutofenix.selecao.net.br, da seguinte maneira:

9.3.2 Acessar a área do candidato no site https://institutofenix.selecao.net.br, e realizar login identificando- se.

9.3.3 Na área do candidato em “minhas inscrições” localizar o Processo Seletivo Edital nº 01/2026 de Mariópolis, clicar em gerenciar inscrições;

9.3.4 Na coluna “opções” deslize o mouse sobre o botão e clique em "Solicitar Recurso".

9.3.5 Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

9.3.6 No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

9.3.7 Para cada questão deverá ser enviado um único formulário de recurso.

9.3.8 Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compacta-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: .pdf, e doc, com tamanho máximo permitido de até 20 megabytes.

9.3.9. Clicar em “enviar”.

9.4 Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente.

9.4.2 No caso de recursos contra questões ou gabarito, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão e conter cópia da bibliografia mencionada. **Simples pedidos de revisão de questões não serão analisados.**

9.5 A banca examinadora da entidade executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

9.6 A empresa Fênix Instituto Ltda não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.7 Recursos com teor ofensivo que desrespeite a banca examinadora serão preliminarmente indeferidos.

9.8 As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site https://institutofenix.selecao.net.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

9.9 Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e/ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e/ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e/ou classificação superior ou inferior.

9.10 A decisão exarada nos recursos, pela empresa executora é irrecorrível na esfera administrativa.

10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Este Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar de sua homologação final. Podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, conforme necessidade da administração municipal.

10.2 Os candidatos aprovados serão admitidos obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida e as vagas existentes.

10.3 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro de servidores, sendo que a admissão é de competência do Município, dentro da validade do Processo Seletivo ou de sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das demais condições estabelecidas neste edital.

10.4 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato.

10.5 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município.

10.6 Caso o candidato convocado possua outro cargo/emprego, cargo ou função pública, acumulável na forma do artigo 37, inciso XVI, alíneas “a”, “b” e “c”, da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce suas funções, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

10.7 Por ocasião da convocação que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no Edital.

10.8 A convocação que trata o item anterior será realizada EXCLUSIVAMENTE através de Edital de Chamamento publicado no site Prefeitura Municipal de Mariópolis, o candidato deverá apresentar-se à Prefeitura do Município de Mariópolis na data estabelecida no mesmo.

10.9 Caso haja necessidade, a Prefeitura do Município de Mariópolis poderá solicitar documentos complementares aos candidatos.

10.10 A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.11 Por ocasião da admissão, o candidato aprovado no Processo Seletivo fica sujeito ao regime empregatício adotado pela Prefeitura do Município de Mariópolis e às normas regulamentadoras atinentes aos servidores municipais, condicionando-se a investidura à aprovação emexame médico admissional a ser realizado por médico do trabalho, o qual servirá de avaliação de aptidão para o desempenho do cargo/emprego, nos termos deste documento.

10.12 O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.

10.13 Caso o candidato admitido para assumir a vaga não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato ficará automaticamente impedido de assumir outra vaga do mesmo cargo durante o ano letivo.

10.14 O candidato classificado se obriga a manter atualizado seu endereço para correspondência perante a Prefeitura do Município de Mariópolis, após o resultado final.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste edital de Processo Seletivo serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Mariópolis, Diário Oficial dos Municípios (DOM) e nos sites https://institutofenix.selecao.net.br e www.mariopolis.pr.gov.br.

11.1 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site: https://institutofenix.selecao.net.br.

11.2 Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o Edital.

11.3 Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas.

O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

11.4 O Município de Mariópolis e a empresa Fênix Instituto Ltda não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos.

11.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora e a empresa executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.6 **Todas as despesas referentes aos deslocamentos, hospedagem e alimentação dos candidatos correrão por sua própria conta**, eximindo-se a empresa Fênix Instituto Ltda e o Município de Mariópolis da responsabilidade por essas despesas e outras decorrentes, inclusive no caso de eventual reaplicação de provas.

11.7 Toda a documentação relativa ao certame, como Ata(s) de Sala(s) e cartões-resposta, permanecerão à disposição do Município pelo prazo de até 30 (trinta) dias. Após este período, ficarão em poder da empresa executora somente os arquivos digitais do referido certame.

11.8 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Conteúdo Programático da Prova Objetiva.

b) Anexo II - Requerimento de Condições Especiais para Realização de Prova.

c) Anexo III - Atribuição do Cargo.

Mariópolis – PR, 19 de março de 2026.

MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK

Prefeito Municipal

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS CARGOS LÍNGUA PORTUGUESA (para cargos de Nível Fundamental):

Interpretação de textos: Leitura e compreensão de informações. Identificação de ideias principais e secundárias.

Intenção comunicativa. Vocabulário: Sentido de palavras e expressões no texto. Substituição de palavras e de expressões no texto. Sinônimos e antônimos. Aspectos linguísticos: Grafia correta de palavras. Separação silábica. Localização da sílaba tônica. Acentuação gráfica. Relação entre letras e fonemas, identificação de dígrafos e encontros consonantais e diferenças entre sons de letras. Família de palavras. Sinais de pontuação (reconhecimento e regras de uso).

MATEMÁTICA (para cargos de Nível Fundamental):

Sistema de numeração decimal. Números naturais: operações (adição, subtração, multiplicação e divisão), expressões numéricas. Múltiplos e divisores: critérios de divisibilidade, números primos, decomposição em fatores primos, mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, massa e tempo. Porcentagem.

LÍNGUA PORTUGUESA (para cargos de Nível Médio):

Leitura e compreensão de textos: Assunto. Estruturação do texto. Ideias principais e secundárias. Relação entre as ideias. Efeitos de sentido. Figuras de linguagem. Informações implícitas: pressupostos e subentendidos.

Coesão e coerência textuais. Léxico: Significação de palavras e expressões no texto. Substituição de palavras e de expressões no texto. Estrutura e formação de palavras. Aspectos linguísticos: Relações morfossintáticas.

Ortografia (emprego de letras e acentuação gráfica, sistema oficial vigente). Relações entre fonemas e grafias.

Flexões e emprego de classes gramaticais. Vozes verbais e sua conversão. Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase). Pontuação (regras e implicações de sentido). Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.

MATEMÁTICA (para cargos de Nível Médio):

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações;

Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções;

Estatística: Cálculo de média aritmética simples e média aritmética ponderada, moda e mediana. Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer;

Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas.

CONHECIMENTOS GERAIS (para todos os níveis de escolaridade):

História e Geografia do Mundo, do Brasil, do Estado e do Município. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, do Estado e do Município. Atualidades do Brasil e do mundo, do ano de 2022 até os dias atuais. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS DO CARGO E LEGISLAÇÃO:

SERVENTE

Lei Orgânica do Município de Mariópolis. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariópolis.

Limpeza e Conservação: Procedimentos e técnicas de limpeza de móveis, tetos, portas, janelas, escadas, pisos, paredes, calçadas, banheiros e copas. Métodos de remoção de pó, varrição e lavagem de áreas internas e externas. Normas de segurança e uso correto de produtos e equipamentos de limpeza, incluindo a aplicação de sabão, detergente e desinfetante em ambientes de uso coletivo, como sanitários e copas. Higiene Pessoal e Ambiental: Princípios básicos de higiene pessoal e ambiental. Importância da higienização em ambientes de saúde e educacionais para prevenção de contaminações. Procedimentos para a esterilização de roupas, lençóis, toalhas e demais itens de uso coletivo, Classificação de resíduos: orgânicos, recicláveis, infectantes e rejeitos. Métodos de coleta e separação de lixo, incluindo resíduos contaminados em serviços de saúde, com procedimentos para incineração e encaminhamento adequado ao aterro sanitário. Manutenção e Conservação de Áreas Externas: Técnicas de limpeza e conservação de áreas externas, como calçadas, pátios, jardins e imediações dos prédios municipais. Procedimentos para roçagem, capinação, e manejo de vegetação ornamental. Práticas de jardinagem, incluindo rega e cuidados com plantas em áreas públicas. Almoxarifado e Logística: Procedimentos para recebimento, armazenamento e distribuição de materiais e equipamentos.

Normas para organização de almoxarifados e controle de estoque. Métodos de transporte, carregamento e descarregamento de viaturas, móveis e equipamentos, conforme normas de segurança no trabalho. Segurança no Trabalho: Normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, incluindo o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a prevenção de acidentes laborais. Procedimentos de segurança na

manipulação de equipamentos e produtos químicos de limpeza. Norma Regulamentadora NR 6 sobre EPIs e NR 32 sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde.

AUXILIAR DE EDUCADOR / CUIDADOR SOCIAL

Lei Orgânica do Município de Mariópolis. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariópolis.

Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Educação em saúde: higiene, saúde e cuidado. Direitos Humanos. Ética. Violência e suas formas. Violência de Gênero. Política Nacional de Assistência Social.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Legislação Constituição Federal de 1988: Capítulo da Ordem Social;

Direitos Sociais. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8609/90 e suas alterações. Lei Maria da Penha Lei nº 11.340. Estatuto do Idoso Lei nº 10.741. Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Lei nº 12764/2012.

EDUCADOR / CUIDADOR SOCIAL

Lei Orgânica do Município de Mariópolis. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mariópolis.

Democracia. Direitos Sociais. Seguridade Social. Cidadania. Proteção Social e Educação Social e

Comunitária. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Educação em saúde: higiene, saúde e cuidado.

Direitos Humanos. Ética. Articulação em Rede e Trabalho Intersetorial. Visita Domiciliar. Planejamento, execução e avaliação de projeto. Elaboração de relatório. Violência e suas formas. Violência de Gênero.

Política Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF e PAEFI (PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e PAEFI: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos). Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Legislação Constituição Federal de 1988: Capítulo da Ordem Social; Direitos Sociais. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8609/90 e suas alterações. Lei Maria da Penha Lei nº 11.340. Estatuto do Idoso Lei nº 10.741. Estatuto da Pessoa com Deficiência Lei nº 13.146. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Lei nº 12764/2012.

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

Eu _____, portador do documento de identidade nº_____ , inscrito no CPF n.º_____ residente e domiciliado a Rua , nº_____ , Bairro_____ , Cidade _____, Estado_____ , CEP: _____ , inscrito no PROCESSO SELETIVO nº_____ da Prefeitura Municipal , inscrição número_____ , para o cargo de requer a Vossa Senhoria:

I – ( ) Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte Nº_____ da Fonte_____

II – ( ) Sala de Amamentação:

Nome do acompanhante: _____

III – ( ) Intérprete de Libras.

IV – ( ) Outra necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Data: _/_ /_ .

_____

(assinatura do candidato)

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

SERVENTE

Auxiliar em atividades operacionais e de manutenção, seguindo orientações; plantar, adubar e podar árvores, flores e gramas, utilizando facões, tesouras e outros instrumentos manuais, a fim de zelar pela conservação e ornamentação de praças, parques e jardins e demais logradouros públicos; executar tarefas manuais rotineiras que exigem esforço físico constante; utilizar equipamentos braçais de atividade rotineira; realizar todo e qualquer tipo de trabalho braçal, tais como serviços de roçada com foice, capina, limpeza do local, limpeza de bueiros e escoadouros nas estradas rurais, vias urbanas e outros bens públicos; auxiliar na pintura e limpeza em geral de ruas, praças, jardins e demais logradouros público; executar o serviço de tapar buracos, escavar valas, fossas, abrir picadas, fixar piquetes; fazer o assentamento de pedras irregulares, visando à pavimentação de ruas; executar a pavimentação de leitos de estradas, ruas e obras similares, com paralelepípedos, bloquetes, asfalto ou outro material; proceder à limpeza e abetura de valas de infiltração e filtração, manutenção das caixas secas; executar a construção de muros e cercas; executar atividades de manutenção da ordem pública, sanitária e higiênica, inclusive bueiros, redes de saneamento de água e esgoto, abastecimento, capitação, distribuição e destinação; atuar com ajudante de serviço de pedreiro, de borracheiro, de coleta de lixo e limpezas do cemitério municipal inclusive nas agtiviades de funeral como abertura de covas, manutenção de jazigos; preparar superfícies para pintura; remover pinturas antigas; aplicar tintas e/ou materiais correlatos em paredes, estruturas, objetos de madeira, metal ou outro material; executar trabalhos de montagem edesmontagem de pneumáticos; vulcanização de câmaras e pneumáticos; revisar pneus para fins de recauchutagem; lavagem de utensílios, máquinas e veículos municipais; reparar fechaduras, dobradiças, batentes, trincos e fechos, desempenando, regulando ou substituindo,montando ou desmontando, aparafusando, soldando e esmerilhando oeças para mantê-las em bom estado; executar serviços de retirada e reposição de materiais, máquinas e equipamentos, sempre que solicitado; transportar materiais de construção, móveis, equipamentos e ferramentas, de acordo com instruções recebidas; pulverizar inseticidas em área com foco de mosquitos, escolas, praças e outros logradouros públicos, de acordo com orientação recebida, para evitar ou erradicar pragas e moléstias; auxiliar nos trabalhos de vacinação e captura de animais vivos e executar o recolhimento de animais mortos; limpar, lubrificar e guardar ferramentas, equipamentos e materiais de trabalho que não exijam conhecimentos especiais; carregar e descarregar materiais diversos; desentupimento e limpeza de peças e equipamentos; executar serviços de manutenção e conservação de bens em todos e quaisquer setores e secretarias, e a locais bens atribuídos ao Município; dirigir veículos orifiais para executar atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior; atender as normas de saúde e segurança do trabalho; utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI); executar outras atividades correlatas ao cargo, conforme necessidade e orientação superior.

EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.

AUXILIAR DE EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL

Apoio às funções do cuidador; Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros).

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:23683535

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO N°003/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO 003/2026

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ ESCOLAR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MATINHOS**, inscrito no CNPJ sob número 76.017.466/0001-61, com sede na Rua Pastor Elias Abraão, nº 22, Centro, Matinhos, Paraná, CEP. 83.260-000, doravante denominado Administração Pública, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, sr. **Eduardo Antonio Dalmora**, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 1.326.821-5 SESP/PR e CPF sob n° 337.613.459-68 e a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE XADREZ**, com sede na Rua Ribeira,, nº 313, Bairro Sertãozinho, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.890.639/0001-00, doravante denominada Organização da Sociedade Civil ou OSC, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor **Marcus Vinicius Lobo**, inscrito no CPF/MF nº 500.364.089-72, resolvem celebrar este **TERMO DE COLABORAÇÃO**, e que será regido pelas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 3.513/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Trata-se de parceria a ser realizada entre o município de Matinhos, pessoa jurídica de Direito Público Interno e a Confederação Brasileira de Xadrez, pessoa jurídica de direito privado, visando a realização do Programa Saberes – Contraturno Escolar na modalidade de Xadrez, conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de colaboração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - FUNDAMENTO

Esta parceria decorre de inexigibilidade, objeto do processo digital nº 4392/2026.

PARÁGRAFO SEGUNDO - DOS BENEFICIADOS

Serão beneficiados com esta parceria os discentes da rede pública municipal de ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Compete à administração pública:

Realizar o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, observando o prescrito na cláusula 10;

Liberar os recursos financeiros em obediência ao cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto da parceria;

Exigir da Organização da Sociedade Civil a apresentação de toda a documentação necessária, com prazo de validade vigente, para a transferência de recursos;

Designar, mediante ato público específico, os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

Designar, mediante ato público específico, o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão de parceria celebrada, com poderes de controle e fiscalização;

Fornecer à Organização da Sociedade Civil as normas e instruções para prestação de contas dos recursos da parceria;

Prorrogar de ofício a vigência da parceria quando a administração pública der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período de atraso verificado;

Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos elencados no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referentes a esta parceria;

Verificar se a Organização da Sociedade Civil mantém, durante a execução do objeto da parceria, todos os requisitos exigidos para sua celebração.

Compete à Organização da Sociedade Civil:

Cumprir rigorosamente os prazos e as metas em conformidade com o plano de trabalho, com as exigências legais aplicáveis, bem como com as disposições desta parceria;

Apresentar relatórios e outros documentos que sejam solicitados pela administração pública;

Abrir conta-corrente específica, que será isenta de tarifa bancária, na instituição financeira pública determinada pela administração pública para receber os recursos provenientes desta parceria, em conformidade com o Decreto Estadual nº 4.505/2016 e a Resolução SEFA nº 1.212/2016;

Previamente ao repasse da(s) parcela(s) prevista(s) no plano de trabalho, apresentar à administração pública as certidões negativas de regularidade fiscal das esferas federal, estadual e municipal, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), certidão liberatória junto ao Tribunal de Contas do Estado e consulta ao CADIN Estadual;

Adquirir os materiais e/ou serviços somente após a assinatura da parceria, não sendo permitido o pagamento retroativo àquela data;

Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social, bem como dos estabelecimentos em que exerça suas ações, a parceria celebrada com a administração pública, cujas informações deverão conter, no mínimo, os requisitos previstos no parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 13.019/2014;

Restituir à administração pública o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros na forma da legislação aplicável aos débitos junto à Fazenda Estadual:

quando não for executado o objeto deste instrumento;

quando não for apresentada a prestação de contas no prazo estabelecido;

quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida.

Restituir à administração pública, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão do objeto, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução desta parceria para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;

Utilizar os recursos financeiros de acordo com o plano de trabalho e em conformidade com os procedimentos legais;

Prestar à administração pública, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos financeiros recebidos por força desta parceria;

Apresentar a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, diretamente no Sistema Integrado de Transferências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo previsto em lei, sem prejuízo da prestação de contas à administração pública;

Informar e atualizar bimestralmente os dados exigidos pelo Sistema Integrado de Transferências - SIT, conforme a Resolução nº 028/2011 e Instrução Normativa nº 61/2011, todas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;

Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto da parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Organização da Sociedade Civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

Manter durante a execução do objeto da parceria todos os requisitos exigidos para sua celebração;

Franquear aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas livre acesso aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

Como condicionante de pagamento, serão exigidos relatórios com fotos e atividades exercidas em cada instituição de ensino, em conformidade com o Plano de Trabalho proposto e aprovado;

Apresentar relação de palestrantes participantes do evento, de acordo com o conteúdo estruturante, elencados no Plano de Trabalho;

Cumprir a metodologia proposta elencada no Plano de Trabalho, levando em consideração as especificidades e potencialidades relacionadas à faixa etária de acordo com a idade de cada aluno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a realização do objeto da parceria serão repassados à Organização da Sociedade Civil o montante de R$ 112.463,16 a serem transferidos conforme tabela de aplicação de recursos (Tabela 1) e o cronograma de desembolso (Tabela 2) e de acordo com o número de dotação informada pela Secretaria Municipal de Planejamento.

TABELA 1.

PLANO DE APLICAÇÃO

DESCRIÇÃO		VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Despesas salarios e contr		Mensal	Período total
3.1.90.11.01	SALARIOS	R$ 6.519,38	58.674,42
3.1.90.11.42	FÉRIAS	R$ 712,22	6.410,00
3.1.90.11.43	13* SALARIO	R$ 487,05	4.383,48
3.1.90.13.18	CONTR. P/ O PIS/PASEP S/ A FOLHA DE PGTO.	R$ 83,31	749,80
3.1.90.13.02	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS - INSS	R$ 2.817,51	25.357,62
3.1.90.13.01	FGTS	R$ 933,09	8.397,78
3.3.90.39.99	CONTADOR	R$ 930,00	8.370,00
3.3.90.39.99	EXAMES MEDICOS	R$ 13,34	120,06
	TOTAL	**R$ 12.495,91**	**R$ 112.463,16**

TABELA 2.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS	VALOR	MÊS	VALOR	
MARÇO	R$ 6.247,96	AGOSTO	R$ 12.495,91	
ABRIL	R$ 12.495,91	SETEMBRO	R$ 12.495,91	TOTAL
MAIO	R$ 12.495,91	OUTUBRO	R$ 12.495,91	
JUNHO	R$ 12.495,91	NOVEMBRO	R$ 12.495,91	
JULHO	R$ 12.495,91	DEZEMBRO	R$ 6.247,92	R$112.463,16

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS

As despesas previstas neste instrumento correrão à conta da dotação orçamentária:

Dotação	Orgão	Unid	Ação	Elemento	Vinculo
240	08	001	2051	333504300000000000000	00104

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O cronograma de desembolso dos recursos desta parceria constará como item específico do plano de trabalho anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da administração pública, destinados à execução do objeto deste instrumento, serão transferidos para Conta Corrente n° 000578884783-0, Agência 3164, Banco Caixa Econômica Federal, de titularidade da Organização da Sociedade Civil e vinculada a esta parceria.

Os recursos serão liberados de acordo com o cronograma de desembolso, item constante do plano de trabalho.

A liberação dos recursos financeiros e os procedimentos para a realização das despesas somente poderão ter início após prévia aprovação do plano de trabalho, assinatura da parceria e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

Os recursos transferidos em decorrência desta parceria, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança vinculada à conta corrente de que trata a cláusula 4.

Mediante expressa autorização da administração pública os rendimentos das aplicações financeiras serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

As alterações decorrentes do uso dos rendimentos serão formalizadas por apostilamento, desde que não impliquem modificação do plano de trabalho.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

4.7 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

- Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Organização da Sociedade Civil em relação a obrigações estabelecidas na parceria;

- quando a Organização da Sociedade Civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Esta parceria deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um dos parceiros pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

É expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da Organização da Sociedade Civil, para:

- Finalidade alheia ao objeto da parceria ou atividade não prevista no plano de trabalho;

- Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica.

A prestação de contas relativa à execução da parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

- Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

- Relatório de execução financeira da parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

- Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

- Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da parceria.

O gestor da parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

No caso de prestação de contas única, o gestor emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

Se a duração da parceria exceder 01 (um) ano, a Organização da Sociedade Civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o(s) parecer(es) técnico(s) do gestor da parceria deverá(ão), obrigatoriamente, mencionar:

- Os resultados já alcançados e seus benefícios;

- Os impactos econômicos ou sociais;

- O grau de satisfação do público-alvo;

- A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

6.8. Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas.

A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

O prazo referido acima poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

O prazo para a prestação final de contas será de 120 (cento e vinte) dias.

O disposto na cláusula 6.9 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

Na hipótese da cláusula 6.11, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos neste instrumento, devendo concluir, alternativamente, pela:

- Aprovação da prestação de contas;

- Aprovação da prestação de contas com ressalvas;

- Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

A autoridade competente para emitir a manifestação conclusiva será a autoridade competente para assinar o instrumento da parceria.

As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública.

Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

O prazo referido na cláusula 6.15 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

O transcurso do prazo definido na cláusula 6.16 sem que as contas tenham sido apreciadas:

- Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

- Nos casos em que não for constatado dolo da Organização da Sociedade Civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

6.17. As prestações de contas serão avaliadas:

- Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

- Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em danos ao erário;

- irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

omissão no dever de prestar contas;

descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

6.18 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito na parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

6.19 A prestação de contas à administração pública, tratada na cláusula sétima desta parceria, não prejudica o dever da Organização da Sociedade Civil prestar contas aos órgãos de controle externo, em especial ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Esta parceria terá vigência de 23 de março de 2026 até 22 de dezembro de 2026, a contar da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Matinhos.

O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta dias) antes do termo inicialmente previsto.

Para a prorrogação de vigência da parceria, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

A prorrogação do prazo de vigência, prevista na cláusula 7.1, será formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos parceiros antes do término da vigência da parceria, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

. A administração pública promoverá de ofício a prorrogação do prazo de vigência deste instrumento quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, independentemente de proposta da Organização da Sociedade Civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações das cláusulas desta parceria não podem modificar o seu objeto, ainda que parcialmente, bem como não poderão modificar a finalidade definida no plano de trabalho.

Serão formalizados por apostilamento:

- Utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

– Ajustes materiais da execução do objeto da parceria, desde que não implique alteração no plano de trabalho;

- Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;

- Prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

– Alteração da indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

As demais alterações serão formalizadas por termo aditivo.

A ampliação do objeto da parceria não pode exceder a 25% (vente e cinco cento) do seu valor inicial.

Para ampliação do objeto da parceria, é necessário parecer da área técnica competente justificando a necessidade e a possibilidade da alteração pretendida.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Para a implementação do monitoramento e avaliação, a administração pública poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Se a parceria possuir vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologa, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil.

O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

- Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

- Valores efetivamente transferidos pela administração pública;

- Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no termo de parceria;

- Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Se a parceria for financiada com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelos respectivos conselhos gestores.

Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de políticas públicas da área correspondente.

Esta parceria também sujeita-se aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo reverter à administração pública na hipótese de sua extinção.

No caso de reversão, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante.

Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto nesta parceria, sob pena de nova reversão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014 e da legislação de regência, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

Advertência;

Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o órgão ou entidade pública, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública.

É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste instrumento caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de ciência da decisão.

Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita como inadimplente no Cadastro do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços - GMS, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas neste instrumento, contados da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas.

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO

Esta parceria poderá ser:

- Extinta por decurso de prazo;

- Extinta, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante termo de distrato;

- Denunciada, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;

- Rescindida, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 70 da Lei nº 13.019/2014;

violação da legislação aplicável;

cometimento de falhas reiteradas na execução;

malversação de recursos públicos;

constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC;

paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à administração pública;

quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública;

outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram da avença.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da administração pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, esta não terá direito a qualquer indenização.

Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis, da abertura de vista do processo.

Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada tomada de contas especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

É prerrogativa da administração pública assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração pública assumiu essas responsabilidades.

Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em termo de encerramento da parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no termo de distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste instrumento será efetivada por extrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

A parceria será gerida pela Secretária Municipal de Educação, Sra. **Célia Amaral**, portadora do RG. n° 5.886.869-8 e inscrita no CFF sob nº 885.733.389-20 e fiscalizada pela e fiscalizada pela Comissão de Monitoramento das Parcerias Firmadas .

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro da Comarca de Matinhos, Paraná, para dirimir as controvérsias decorrentes da execução da parceria, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os parceiros firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Matinhos, 20 de março de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA	***CÉLIA AMARAL***
Prefeito do Município De Matinhos	Secretária Municipal
CPF 337.613.459-68	CPF 885.733.389-20
Concedente	Gestora

MARCUS VINICIUS LOBO

Confederação Brasileira de Xadrez

CPF 500.364.089-72

Testemunha	**Testemunha**
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Publicado por:
Elisiane Dos Santos
Código Identificador:B87F5BE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE CONTRATOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026

EXTRATO DE CONTRATOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026

Contratante: FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sede no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000, neste ato representado pela DIRETORA GERAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto: Contratação temporária de profissionais para o exercício das funções especificadas na tabela abaixo, conforme as condições estabelecidas no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026.

Contratado(a):

MÉDICO (A) GENERALISTA						
NOME	**CPF**	**N° CONTRATO**	**CARGA HORÁRIA SEMANAL**	**REMUNERAÇÃO MENSAL**	**DATA ASSINATURA**	**VIGÊNCIA**
LUCIANO MARCOS DE OLIVEIRA	872.732.509-10	10/2026	20HRS	R$ 2.400,00	04/03/2026	06 (seis) meses.

Vigência: Os contratos terão vigência por prazo determinado de 06 (seis) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme Legislação Vigente.

Fundamento Legal: Contratação realizada com fundamento na legislação municipal vigente que autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público, bem como nas disposições e no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026.

EVERLLIN D C GUIGUER

Diretora Geral

FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:2056242F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 006/2026 CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES PARA A 40ª FESTA FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL DE MORRETES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E INOVAÇÃO

EDITAL N° 006/2026

CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES PARA A 40ª FESTA FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL DE MORRETES

O MUNICÍPIO DE MORRETES, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 76.022.490/0001-99, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro Histórico, Morretes/PR, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, que rege o procedimento que realizará **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA, PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE EXPOSIÇÃO E VENDA DE PRODUTOS ARTESANAIS, AGROINDUSTRIAIS, PRODUTOS IN NATURA LOCAIS, E ALIMENTOS E BEBIDAS DURANTE AS FESTIVIDADES DA 40ª FESTA FEIRA AGRÍCOLA E ARTESANAL DE MORRETES, mediante concessão de AUTORIZAÇÃO DE USO TEMPORÁRIO**, para uso de espaço físico público, tendo em vista o interesse da coletividade;

CONSIDERANDO o disposto pelo Edital nº 002/2026 que rege o presente Credenciamento de Feirantes para a 40ª Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes;

CONSIDERANDO o sorteio da ordem das barracas, realizado em 19 de março de 2026, na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação, sito a Rod. Mário Marcondes Lobo, 1003, Reta do Porto, nesta cidade de Morretes;

RESOLVE:

1. TORNAR PÚBLICA a lista do sorteio, referente à ordem de localização dos Credenciados para a 40ª Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes, na forma do Anexo único.

Morretes, 19 de março de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER

Presidente da Comissão Organizadora da 40ª Festa Feira

ANEXO ÚNICO

Orla do Nhundiaquara – Produtor, Artesanato e Agroindústria			
Barraca nº	**Feirante Participante**	**Atividade**	**Tamanho da barraca (m²)**
1	Agricultores	Exposição da Agricultores Municipais	6x3
2	Conselho Municipal de Cultura	Artesanato e esculturas em madeiras, pinturas e cerâmicas	6x3
3	COLIPA	Produtos in natura e transformados	6x3
4	Tsai Ming Kun	Plantas ornamentais	6x3
5	Adrielen Cristine da Cunha	Artesanatos de lembranças e souvenirs	3x3
6	Maria Aparecida Ratti	Bala de banana, gengibre, coco e doces	3x3
7	Sadi Poletto	Cachaças e licores	3x3
8	Mata Nativa LTDA	Artesanato em camisetas, canecas e produtos têxteis	3x3
9	Rosana Robassa Cagni	Conservas, geleias e molhos	3x3
10	Lea Cristina de Souza	Artesanato de fibra, resina e madeira	3x3
11	Luciana Machado Padilha da Cruz	Artesanato em resina, laços e tiaras	3x3
12	APMI – Assoc. de Proteção à Maternidade e à Infância	Artesanato	3x3
13	Solange Pinheiro de Jesus	Chips de aipim e banana, cocadas, pé de moleque, e bala de banana	3x3
14	José Luciano dos Santos	Artesanato em cipó	3x3
15	Neusa Alves	Chips de aipim e banana, bala de banana, pão, tortas e berereca	3x3
16	Willian Sellmer Lopes	Cachaças e licores	3x3
17	Rubiana Aparecida de Andrade	Artesanato em macramê	3x3
18	Angela Regina Schimure Pereira	Artesanato em panos de pratos, camisetas e canecas	3x3
19	Ivanil Venize	Artesanato	3x3
20	Idalia da Paixão Silva	Artesanato em pulseiras, colares e acessórios	3x3
21	Paulo Sergio Cassilha	Artefatos em madeira e doces de banana	3x3

Orla do Nhundiaquara – Espaço Gastronômico - "Sabor e Tradição de Morretes"			
Barraca nº	**Feirante Participante**	**Atividade**	**Tamanho da barraca (m²)**
1	Janete Marcelino Inácio	Pastel, salgados de aipim, caldos e bebidas	6x3
2	Diego Caimã Cohenla - Cozinha Comunitária do Candonga	Sanduiches, porções, barreado, drinks, e outros	6x3
3	Alisson Menegol	Mousse de maracujá, biscoitos, tortinhas, bolos, chás, cafés e sucos naturais	6x3
4	Maria Lucia Bonsenhor	Pães, cueca virada, empadão, e tortas em geral	6x3
5	Josemari Cagni	Pão de batata, pastel de Belém, empadão e bolinho de camarão	6x3
6	Gustavo Najar Urbano Silva	Derivados da juçara, como tortas, bolos e sucos, e sorvete	3x3

Praça Rocha Pombo – Chope			
Barraca nº	**Feirante Participante**	**Atividade**	**Tamanho da barraca (m²)**
1	Daiane Luiza de Morais	Chope	3x3
2	Fabio Umbelino	Chope	3x3
3	R Obsuth	Chope	3x3
4	Monteiro Harden LTDA	Chope	3x3
5	Lucas Gabriel Machado	Chope	3x3
6	Daniela Polowei Soares	Chope	3x3

Praça Rocha Pombo – Praça de Alimentação			
Barraca nº	**Feirante Participante**	**Atividade**	**Tamanho e tipo da barraca (m²)**
1	Bruno Bilenki	Salgados fritos e assados, espetinhos e bebidas	3x6
2	Jackson Antonio Cagni	Coxinhas e salgados de aipim, porções e bebidas	3x6
3	Marcia Araujo	Coxinhas e salgados de aipim, porções e bebidas	3x6
4	Ricardo Martins	Derivados do milho, pamonha, bolo de milho e caldos	3x6
5	Rozana Brinhosa	Pastel, coxinhas, e bebidas	3x6
6	Lizandra Guber	Pastel, sanduiche de costela, salgados, doces, tortas e bebidas	3x6
7	Instituto Shalom	Alimentação	3x6
8	Thiago Porcides	Coxinhas e salgados e bebidas	3x6
9	Marta Fetisch Vidal Pinto	Coxinhas e salgados de aipim, porções e bebidas	3x6
10	Gislaine Cagni Santiago	Produtos transformados, espetinhos, e bebidas	3x6
11	Aurea Liz Araujo dos Santos	Porções, barreado e sorvetes	3x6
12	Tarciso da Silva	Coxinhas e salgados de aipim, porções e bebidas	3x6

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:110DD253

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo n.º 133/2025

Pregão Eletrônico n.º 49/2025

OBJETO: Aquisição de materiais e insumos médico hospitalares.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) MANOEL MACHADO MEDEIROS, Secretário(a) Municipal de Saúde; MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO, Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2026 ID 29/2026

MEDSANTA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA.

CNPJ n.º36.757.380/0001.50.

Item(ns) 6, 7, 8, 9, 10, 57, 58, 59, 90, 61, 115, 138, 139, 140, 155, 165, 166, 167, 168, 169, 209, 210, 211, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241 e 242

Valor total de R$ 56.546,40 (Cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

Assinatura: Rafael Viana, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação deste extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Lote	Descrição	Marca/ Modelo.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
6	AGULHA HIPODÉRMICA 20 X 0,55 MM (24G X 3/4), DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, USO ÚNICO, CÂNULA DE AÇO INOXÍDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, COM CANHÃO E PROTETOR PLÁSTICO CONFORME DESCRIÇÃO DA ABNT. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INFORMANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, E ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES NAS QUAIS DEVERÃO ESTAR IMPRESSO: NOME COMERCIAL, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	1100	R$ 6,30	R$ 6.930,00
7	AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 7,0 MM (22G X 1), DESCATÁVEL ESTÉRIL, USO ÚNICO, CÂNULA DE AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, COM CANHÃO E PROTETOR PLÁSTICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INFORMANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES NAS QUAIS DEVERÃO ESTAR IMPRESSO: NOME COMERCIAL, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	300	R$ 6,30	R$ 1.890,00
8	AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 8,0 MM (21G X 1), DESCARTÁVEL ESTÉRIL, USO ÚNICO, CÂNULA DE AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, COM CANHÃO E PROTETOR PLÁSTICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INFORMANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES NAS QUAIS DEVERÃO ESTAR IMPRESSO: NOME COMERCIAL, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	300	R$ 6,20	R$ 1.860,00
9	AGULHA HIPODÉRMICA 30 X 0,7 MM (22G X 1 1/4) DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, USO ÚNICO, CONSTITUÍDO EM TUBO DE AÇO INOXIDÁVEL, COM CANHÃO E PROTETOR PLÁSTICO CONFORME DESCRIÇÃO DA ABNT. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INFORMANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, E ACONDICIONADAS EM CAIXAS COM 100 UNIDADES NAS QUAIS DEVERÃO ESTAR IMPRESSO: NOME COMERCIAL, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ SER DE NO MÍNIMO 2 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	200	R$ 6,30	R$ 1.260,00
10	AGULHA HIPODÉRMICA Nº 40 X 1,2 MM (18G X 1½), DESCATÁVEL ESTÉRIL, USO ÚNICO, CÂNULA DE AÇO INOXIDÁVEL, BISEL TRIFACETADO, COM CANHÃO E PROTETOR PLÁSTICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, INFORMANDO NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 100 UNIDADES NAS QUAIS DEVERÃO ESTAR IMPRESSO: NOME COMERCIAL, FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO.	CAIXA COM 100 UNIDADES	600	R$ 6,50	R$ 3.900,00
57	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, CALIBRE 14G, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, FLEXÍVEL, ATÓXICO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, COM ADEQUADA ANGULAÇÃO E PERFEITA AFIAÇÃO, SEM REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DE AÇO. COM CONECTOR LUER-LOCK TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, UM LADO GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE GARANTA COMPROVADAMENTE AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	1.000	R$ 0,73	R$ 730,00
58	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, CALIBRE 16G, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, FLEXÍVEL, ATÓXICO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, COM ADEQUADA ANGULAÇÃO E PERFEITA AFIAÇÃO, SEM REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DE AÇO. COM CONECTOR LUER-LOCK TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, UM LADO GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE GARANTA COMPROVADAMENTE AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	500	R$ 0,73	R$ 365,00
59	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, CALIBRE 18G, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, FLEXÍVEL, ATÓXICO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, COM ADEQUADA ANGULAÇÃO E PERFEITA AFIAÇÃO, SEM REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DE AÇO. COM CONECTOR LUER-LOCK TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, UM LADO GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE GARANTA COMPROVADAMENTE AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	500	R$ 0,66	R$ 330,00
60	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, CALIBRE 20G, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, FLEXÍVEL, ATÓXICO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, COM ADEQUADA ANGULAÇÃO E PERFEITA AFIAÇÃO, SEM REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DE AÇO. COM CONECTOR LUER-LOCK TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, UM LADO GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE GARANTA COMPROVADAMENTE AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	UNIDADE	11.000	R$ 0,66	R$ 7.260,00
61	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO, CALIBRE 22G, DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM TEFLON OU POLIURETANO, FLEXÍVEL, ATÓXICO. AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BIANGULADO E TRIFACETADO, COM ADEQUADA ANGULAÇÃO E PERFEITA AFIAÇÃO, SEM REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DE AÇO. COM CONECTOR LUER-LOCK TRANSLÚCIDO, CODIFICADO EM CORES COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, UM LADO GRAU CIRÚRGICO E OUTRO POLIAMIDA, ABERTURA EM PÉTALA, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE	UNIDADE	10.000	R$ 0,66	R$ 6.600,00

	GARANTA COMPROVADAMENTE AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.				
115	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ESTÉRIL, EXTENSÃO EM PVC AZUL, ATÓXICO, COM ENTRADA DE AR ATRAVÉS DE FILTRO HIDRÓFOBO BACTERIOLÓGICO DE APROXIMADAMENTE 0,22M, PARA ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO ENTERAL, MACROGOTAS, SEM INJETOR LATERAL, CONTÍNUO DE: PONTA PERFURANTE PARA AMPOLA PLÁSTICA COM PROTETOR, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL, TUBO CONECTOR COM APROXIMADAMENTE 1.30 M DE COMPRIMENTO, E ADAPTAÇÃO LUER E REGULADOR DE FLUXO EM FORMA DE PINÇA ROLETE, DE ALTA PRECISÃO, COM REGULAGEM PERFEITA E DE FÁCIL MANUSEIO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL EM PROCESSO QUE COMPROVADAMENTE GARANTA AUSÊNCIA DE RESÍDUOS TÓXICOS, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E TEMPO DE VALIDADE.	UNIDADE	4.000	R$ 0,83	R$ 3.320,00
138	FIO SUTURA NYLON 2-0, NÃO ABSORVÍVEL, SINTÉTICO, PRODUZIDO A PARTIR DA POLIAMIDA, MONOFILAMENTAR, PRETO, CUTICULAR COM AGULHA 3 CM, 3/8 CÍRCULO, TRIANGULAR, COMPRIMENTO 45CM. CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CAIXA COM 24 ENVELOPES	15	R$ 27,00	R$ 405,00
139	FIO SUTURA NYLON 3-0, NÃO ABSORVÍVEL, SINTÉTICO, PRODUZIDO A PARTIR DA POLIAMIDA, MONOFILAMENTAR, PRETO, CUTICULAR COM AGULHA 3 CM, 3/8 CÍRCULO, TRIANGULAR, COMPRIMENTO 45CM. CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CAIXA COM 24 ENVELOPES	30	R$ 27,00	R$ 810,00
140	FIO SUTURA NYLON 4-0, NÃO ABSORVÍVEL, SINTÉTICO, PRODUZIDO A PARTIR DA POLIAMIDA, MONOFILAMENTAR, PRETO, CUTICULAR COM AGULHA 3 CM, 3/8 CÍRCULO, TRIANGULAR, COMPRIMENTO 45CM. CAIXA COM 24 ENVELOPES.	CAIXA COM 24 ENVELOPES	20	R$ 28,90	R$ 578,00
155	INDICADOR QUÍMICO, CLASSE I, EXTERNO, FITA ADESIVA, PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR. FITA INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO PARA AUTOCLAVE, 19MM X 30M, COM ALTA ADESIVIDADE. FITA UTILIZADA COMO INDICADOR DE PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR EM AUTOCLAVES. A VIRAGEM OCORRE EM LISTAS NEGRAS BEM IDENTIFICÁVEIS, APÓS SER UTILIZADA NAS ETAPAS DE ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVAGEM. CLASSE 1 (ISO 11140-1). PARA IDENTIFICAÇÃO DOS PACOTES EMBALADOS COM TECIDO REUTILIZÁVEL E PAPEL. GARANTIA CONTRA DEFEITOS E FABRICAÇÃO OU MATERIAIS. EMBALADO INDIVIDUALMENTE	ROLO 30 M	180	R$ 4,00	R$ 720,00
165	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE. LUBRIFICADA EM PÓ ABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS CONFORME PADRÃO HOSPITALAR, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA/DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR.	PAR	500	R$ 1,16	R$ 580,00
166	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE. LUBRIFICADA EM PÓ ABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS CONFORME PADRÃO HOSPITALAR, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA/DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR.	PAR	500	R$ 1,16	R$ 580,00
167	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE. LUBRIFICADA EM PÓ ABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS CONFORME PADRÃO HOSPITALAR, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA/DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR.	PAR	500	R$ 1,18	R$ 590,00
168	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE. LUBRIFICADA EM PÓ ABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS CONFORME PADRÃO HOSPITALAR, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA/DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR.	PAR	300	R$ 1,18	R$ 354,00
169	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5, DESCARTÁVEL, EM LÁTEX NATURAL, ANATÔMICA, ALTA SENSIBILIDADE AO TATO, BOA ELASTICIDADE. LUBRIFICADA EM PÓ ABSORVÍVEL E ANTIDERRAPANTE. ACONDICIONADA EM INVÓLUCRO INTERNO COM DOBRAS PARA ABERTURA ASSÉPTICA, DOBRADAS CONFORME PADRÃO HOSPITALAR, IDENTIFICANDO COM FÁCIL VISUALIZAÇÃO A MÃO ESQUERDA/DIREITA E A POSIÇÃO DO POLEGAR.	PAR	200	R$ 1,16	R$ 232,00
209	REANIMADOR MANUAL TIPO AMBU ADULTO. O RESSUSCITADOR RESPIRATÓRIO MANUAL É COMPOSTO DE MÁSCARA, VÁLVULA PARA PACIENTE, RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO E TUBO DE OXIGÊNIO; MATÉRIA PRIMA: MASCARA PVC; VÁLVULA PACIENTE- POLICARBONATO; VÁLVULA LIMITADORA DE PRESSÃO (POP OFF)- POLICARBONATO E SILICONE; VÁLVULA INTERNA- POLICARBONATO; BOLSA PVC; RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO- EVA, POLIPROPILENO; TUBO DE OXIGÊNIO- PVC; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: VOLUME RESSUSCITADOR 1500ML-2000ML	UNIDADE	2	R$ 99,90	R$ 199,80
210	REANIMADOR MANUAL TIPO AMBU INFANTIL. O RESSUSCITADOR RESPIRATÓRIO MANUAL É COMPOSTO DE MÁSCARA, VÁLVULA PARA PACIENTE, RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO E TUBO DE OXIGÊNIO; MATÉRIA PRIMA: MASCARA PVC; VÁLVULA PACIENTE- POLICARBONATO; VÁLVULA LIMITADORA DE PRESSÃO (POP OFF) - POLICARBONATO E SILICONE; VÁLVULA INTERNA- POLICARBONATO; BOLSA PVC; RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO- EVA, POLIPROPILENO; TUBO DE OXIGÊNIO- PVC; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: VOLUME RESSUSCITADOR 500ML - 700ML	UNIDADE	2	R$ 109,80	R$ 219,60
211	REANIMADOR MANUAL TIPO AMBU NEONATO - O RESSUSCITADOR RESPIRATÓRIO MANUAL É COMPOSTO DE MÁSCARA, VÁLVULA PARA PACIENTE, RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO E TUBO DE OXIGÊNIO; MATÉRIA PRIMA: MASCARA PVC VÁLVULA PACIENTE- POLICARBONATO; VÁLVULA LIMITADORA DE PRESSÃO (POP OFF) - POLICARBONATO E SILICONE; VÁLVULA INTERNA- POLICARBONATO; BOLSA PVC; RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO- EVA, POLIPROPILENO; TUBO DE OXIGÊNIO- PVC; ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: VOLUME RESSUSCITADOR 250ML-500ML	UNIDADE	2	R$ 94,50	R$ 189,00
232	SONDA URETRAL Nº 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM SALIÊNCIAS EM TODA SUA EXTENSÃO, COM TAMPA FIXA, ATÓXICA, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM PVC	PACOTE COM 10 UNIDADES	500	R$ 4,90	R$ 2.450,00
233	SONDA URETRAL Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM SALIÊNCIAS EM TODA SUA EXTENSÃO, COM TAMPA FIXA, ATÓXICA, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM PVC	PACOTE COM 10 UNIDADES	1.500	R$ 4,90	R$ 7.350,00
234	SONDA URETRAL, Nº 14, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM SUPERFÍCIE LISA, SEM SALIÊNCIAS EM TODA SUA EXTENSÃO, COM TAMPA FIXA, ATÓXICA, SILICONIZADA, CONFECCIONADA EM PVC. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PACOTE COM 10 UNIDADES	500	R$ 5,10	R$ 2.550,00
236	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 10, COM BALÃO 05CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	30	R$22,80	R$684,00
237	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 12, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	30	R$19,00	R$570,00

238	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 14, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	30	R$19,00	R$570,00
239	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 16, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	30	R$19,00	R$570,00
240	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 18, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO 1EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES	CAIXA COM 10 UNIDADES	20	R$19,00	R$380,00
241	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 20, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	50	R$19,00	R$950,00
242	SONDA VESICAL TIPO FOLEY, ESTÉRIL, Nº 22, COM BALÃO 30CC, QUE SE PREENCHE DE FORMA UNIFORME, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL, SILICONIZADA, COM 02 VIAS NA EXTREMIDADE DISTAL E A PROXIMAL DEVERÁ SER ARREDONDADA COM DOIS ORIFÍCIOS CONTRA LATERAIS, EM LADOS OPOSTOS E NA MESMA ALTURA. APRESENTAR NÚMERO DO CALIBRE E CAPACIDADE DE ENCHIMENTO DO BALÃO VISÍVEL E PERMANENTE. POSSUIR INVÓLUCRO INTERNO EM FILME PLÁSTICO TRANSPARENTE. CAIXA COM 10 UNIDADES.	CAIXA COM 10 UNIDADES	30	R$19,00	R$570,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:6A48DE71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 035/2026

(Lei nº 14.133/2021)

O MUNICIPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal Elizete Cavazin, **RATIFICA A PRESENTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,** tendo em vista o Documento de Formalização de Demanda e demais documentos que compõem o processo de contratação direta via INEXIGIBILIDADE, incidindo-se no caso epígrafe o disposto na Lei 14.133 de 2021, **art. 74, V:** **"***aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha".*

OBJETO

1.1 O objeto desta contratação é a **Locação de espaço físico adequado e com estrutura compatível às necessidades, para a realização do evento municipal em comemoração do 43º aniversário de emancipação política e administrativa de Nova Prata do Iguaçu-PR.**

Item	**Descrição do Produto**	**QTDE**	**Valor Máximo Unitário**	**Valor Máximo Total**
01	**Locação de espaço físico adequado e** com estrutura compatível às necessidades, **para a realização do evento municipal em comemoração** do 43º aniversário de emancipação política e administrativa de Nova Prata do Iguaçu. Realizada nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2026	12 (doze) salários mínimos vigentes	R$ 19.452,00	R$ 19.452,00
Total: **R$ 19.452,00 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta dois reais)**				

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

Nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2026, o município realizou vários eventos culturais em comemoração ao 43º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Nova Prata do Iguaçu para população, entre atividades locais contamos com apresentação de vários shows nacionais e regionais;

Artistas	Data do Show	Horário	Duração show	Local
Semifinal do Festibar	29/01/2026	20:00	2h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Final do festibar nas categorias adulto regional	30/01/2026	20:00	2h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Cácio & Marcos	30/01/2026	22:00	2h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Antony & Gabriel	30/01/2026	00:00	1h40	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Final da categoria adulto municipal festibar	31/01/2026	20:00	3h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Barreto & Campo Grande	31/01/2026	23:00	2h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Cris No Beat	31/01/2026	00:50	1h20	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana
Eduarda Constantino	01/02/2026	15:00	2h00	Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana

Dessa forma, as apresentações artísticas ocorreram **com entrada franca**, possibilitando a participação ampla da população e visitantes, fortalecendo a valorização cultural, o entretenimento e o espírito comemorativo do município.

Fundamentação

A realização de eventos dessa natureza teve por finalidade promover a integração social, incentivar a participação da população nas atividades públicas, fortalecer a identidade local e proporcionar momentos de lazer e cultura à comunidade, além de ter contribuído para a movimentação do comércio e dos serviços do município.

Para a realização das festividades, tornou-se necessária a utilização de espaço adequado para recepção do público e instalação da estrutura técnica necessária às atividades programadas.

Considerando a singularidade do imóvel e a inexistência de outro espaço no município com características equivalentes de capacidade, estrutura física e adequação para eventos dessa natureza, verificou-se que o Centro Comunitário Paroquial Padre Davide E. Fontana, pertencente à Igreja Nossa Senhora do Bom Parto, apresentou-se como o espaço com estrutura e capacidade adequadas para a realização do evento.

O local possui características compatíveis com a necessidade do evento, sendo ambiente coberto, fechado, bem ventilado, com instalações sanitárias adequadas, acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida e espaço apropriado para instalação de equipamentos de sonorização, iluminação e demais estruturas técnicas, além de comportar grande número de pessoas de forma organizada e segura.

Destaca-se ainda que o referido espaço é amplamente conhecido pela população do município, sendo frequentemente utilizado para eventos de maior porte, fator que contribui para facilitar o planejamento logístico, a organização das atividades e a participação do público.

Importante registrar que o evento foi efetivamente realizado nas datas programadas, contando com significativa participação da população local e regional, atingindo os objetivos sociais e comunitários propostos pela Administração Municipal.

VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor total da contratação é de **R$ 19.452,00 (dezenove mil quatrocentos cinquenta dois reais).**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

08	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
002	Departamento e Cultura
13.392.0010.2-020	Manutenção do Departamento de Cultura
3.3.90.39.00.00	Outros serviços de terceiros- pessoa jurídica

EMPRESA CONTRATADA: Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto – CNPJ n° 75.661.264/0030-20.

FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será em parcela única, em até 30 (trinta) dias úteis após a emissão do documento de liquidação.

VIGÊNCIA DO CONTRATO

Não haverá o Contrato, será substituído pelo empenho.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 20 de março de 2026.

ELIZETE CAVAZIN

Prefeita Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:3DDFDF7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2026 - PLENA MEDICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 21/2026

PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 02/2026

CONTRATANTE: **FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU,** inscrito no CNPJ sob nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADO: PLENA MEDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 29.032.903/0001-36.

OBJETO: O presente instrumento visa a contratação de empresa especializada para REGISTRO DE PREÇOS, com validade de no mínimo 12 (doze) meses, para aquisição de **MEDICAMENTOS**, para atender as necessidades do **Hospital Municipal São José**.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	V.UNIT. PROPOSTO	V.TOTAL PROPOSTO
113	678	AMP	FENOBARBITAL SÓDICO, DOSAGEM:200 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL – 1,00 ML	CRISTALIA	R$ 2,50	R$ 1.695,00
Total:						**R$ 1.695,00**

VALOR: R$ **1.695,00 (mil e seiscentos e noventa e cinco reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Paiçandu, 20 de março de 2026.

THIAGO ALVES CÉFALO

Presidente Da Fundação De Saúde

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:8CF4B1BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE HOMOLOGAÇÃO - C.E 01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	7 /2026
b) Modalidade :	Concorrência
c) Data Homologação :	18/03/2026
d) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA PASSARELA AS MARGENS DA ROD PR 323, JARDIM LARANJEIRAS NA CIDADE DE PAIÇANDU /PR.
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	
Fornecedor	
CONTERSOLO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.	

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CONSTRUÇÃO DE PASSARELA PARA PEDESTRES - PR-323, KM	obra	Serv	1,000	3.200.000,00	3.200.000,00
				Total:		3.200.000,00
				0,000	0,0000	0,00

Paiçandu, 18/03/2026

ISMAEL BATISTA

Prefeito

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:018D5E14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.150 DE 20/03/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AVANÇO DIAGONAL ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS LOTADAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base em decisão judicial proferida nos autos 0000355-49.2016.8.16.0124, e conforme processo nº 31598/2025,

Decreta:

Art. 1º Conceder a partir de 01/02/2026, o Avanço Diagonal, as servidoras públicas municipais lotadas na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** abaixo relacionadas:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERCENTUAL
203437	ADRIANA MARTINS COELHO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203196	ALDECI MARTINS DELFRATE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203631	ALINE DELFRATE DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203506	AMALHA MEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203187	ANA MARIA DA COSTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203723	ANA PAULA SCOLIMOSKI DE GOES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203515	CIBELI TERESINHA DELFRATE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203507	ELAINE APARECIDA DE ANDRADE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203629	ELAINE DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203509	ELIZANGELA GELINSKI GADENS MARQUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203734	EMANUELE MARIA STIVAL PAWLAK	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203522	GLACILENA DINIZ GRACZYK SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203526	INEZ KUHN ALVES DE PAULA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203413	JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203380	JOSIANE APARECIDA KAUKA GULHINSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203223	JOSIANE PAWLAK VENC	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203405	JULIANA APARECIDA SANTOS VERBINSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203700	JULIANA BREDA DELFRATE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203901	LEONETE DUPS STELLE	PROFESSOR 20H	8%
203704	LILIANE FREITAS DE JESUS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203724	LUCIMARA SCHUHLI RUTCOSKI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203490	MARCIA APARECIDA ROBES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203419	MARISA DE SANTA CLARA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203718	ROBERTA VANTROBA BREDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203216	ROSANE FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203411	ROSENILDA SCHWEIGERT EURICH	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203368	SIRLENE APARECIDA DO VALE KAUKA DE LIMA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%

203695	TABITA VANUSA RUPPEL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203365	TATIANA DE FATIMA PADILHA DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203394	VANESSA FERREIRA DE JESUS SCHAMNE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	8%
203663	VANESSA LEVANDOSKI DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%
203635	VANIA DARC DOS SANTOS JAMPIER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40H	4%

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação,

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON

Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:BAD5730C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 23/2023 - P.I. 06/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Processo inexigibilidade Nº 06/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº43/2023

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 23/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES DE TABELAMENTO DE PREÇOS ORIUNDOS DAS PRÓPRIAS REVENDEDORAS E CONCESSIONÁRIAS DE PEÇAS E INSUMOS COM O FIM DE SERVIR COMO REFERÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE PALMITAL - PR .

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.***.***-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **EMPRESAS FL LTDA**, com endereço à Rua Alemanha Lote Cerrados, SN - CEP: 78115853 - Bairro: Ponte Nova, Várzea Grande/MT inscrita no sob nº17.922.286/0001-65, neste ato por seu representante legal, Sr. **LUIZ RICARDO DE MAGALHÃES**, a denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 23/2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 20/03/2026 ate 19/03/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor 3,81% do Lote 1, e acordo com § 8º do Contrato Administrativo n. 23/2023, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 19.806,96 (dezenove mil oitocentos e seis reais e noventa e seis centavos).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANTIDADE	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	36043	SISTEMA DE INFORMAÇÃO PLATAFORMA DE TABELA DE PREÇOS PEÇAS E INSUMOS	UN	12,00	1.650,58	19.806,96
TOTAL							19.806,96

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 20/03/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI

Prefeito Municipal

Contratante

Empresas FL LTDA

LUIZ RICARDO DE MAGALHÃES

Contratado

DIEGO PADILHA DE JESUS

Gestor

EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ

Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:22E3CC8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LEI Nº 4.666

LEI Nº 4.666, DE 20 DE MARÇO DE 2026.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação parcial ou total de dotação orçamentária, no valor de R$ 5.400.000,00 (cinco milhões, quatrocentos mil reais), na forma em que especifica abaixo."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional especial, com base em anulação parcial ou total, no valor de R$ 5.400.000,00 (cinco milhões, quatrocentos mil reais), para criação no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.002.0006.0181.0023.2344	Esta ação consiste no planejamento, implementação e manutenção contínua de uma infraestrutura tecnológica avançada de vigilância e análise de dados em todo o território municipal. Visa otimizar a segurança pública, a fluidez do trânsito e a proteção do patrimônio municipal, permitindo uma resposta rápida das autoridades competentes	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 1.000,00
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.002.0006.0181.0023.2344	Esta ação consiste no planejamento, implementação e manutenção contínua de uma infraestrutura tecnológica avançada de vigilância e análise de dados em todo o território municipal. Visa otimizar a segurança pública, a fluidez do trânsito e a proteção do patrimônio municipal, permitindo uma resposta rápida das autoridades competentes	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 5.398.000,00
Secretaria Municipal de Segurança		
Unidade Orçamentária:	Departamento da Guarda Civil Municipal - Gcm	
20.002		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
20.002.0006.0181.0023.2344	Esta ação consiste no planejamento, implementação e manutenção contínua de uma infraestrutura tecnológica avançada de vigilância e análise de dados em todo o território municipal. Visa otimizar a segurança pública, a fluidez do trânsito e a proteção do patrimônio municipal, permitindo uma resposta rápida das autoridades competentes	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 1.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 5.400.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente ou totalmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Iluminação Pública	
16.003		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
16.003.0015.0452.0043.2146	Novos pontos de iluminação pública instalados; Pontos de iluminação LED instalados/substituídos; Relatórios de tempo médio de reparo da iluminação pública; Circuitos de iluminação pública com manutenção preventiva realizada; Relatórios de consumo de energia da iluminação pública; Pesquisas de percepção de segurança noturna realizadas; Inventário atualizado da rede de iluminação pública; Planos de expansão e modernização da iluminação pública. Manutenção do Auxílio Alimentação.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 3.000.000,00
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos		
Unidade Orçamentária:	Departamento de Iluminação Pública	
16.003		
Funcional Programática:	**Projeto:**	
16.003.0015.0451.0043.1068	Obras, ampliação, manutenção, modernização, eficientização e operação do parque de iluminação Pública das vias Públicas área urbana, rural e insulana.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 2.400.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 5.400.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante Decreto, transposições, remanejamentos e transferências de recursos orçamentários dentro da Ação e dotações orçamentárias criadas ou suplementadas por esta Lei, bem como alterar as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa, visando à adequada execução do objeto, respeitado o valor total autorizado e a vinculação à fonte de recursos COSIP.

Art. 4º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 4570 de 09 de julho de 2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, o seguinte:

Programa:						
0023 - Paranaguá mais Segurança						
Nº	**Ação**	**Produto**	**Unidade Medida**	**Meta**	**Valor**	**Recurso**
2344	Gestão e Modernização do Sistema de Monitoramento	Aquisição de Equipamentos Aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atribuições da Secretaria	Outras Unidades e Medidas Outras Unidades e Medidas	200	R$ 5.400.000,00	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF

Art. 5º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 4633 de 27 de novembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, o seguinte:

Órgão:	20 - Secretaria Municipal de Segurança		
Programa:	0023 - Paranaguá mais Segurança		
Indicadores:	Percentual de áreas públicas monitoradas por tecnologia.	**Unidade de Medida:**	Percentual
Medida Recente:	60,0000		
Meta:	75,0000		
Indicadores:	Tempo Médio de Resposta para as ocorrências.	**Unidade de Medida:**	Outras Unidades e Medidas - Minutos
Medida Recente:	15,0000		
Meta:	14,0000		
Indicadores:	Registos de boletins (furtos, tráfico de entorpecentes, veículos recuperados, veículos recolhidos, apreensão bicicletas motorizados)	**Unidade de Medida:**	Unidade
Medida Recente:	1800,0000		
Meta:	2200,0000		
Indicadores:	Efetivo disponível para rondas.	**Unidade de Medida:**	Pessoas
Medida Recente:	349,0000		
Meta:	400,0000		
Indicadores:	Veículos e equipamentos em operação patrimoniados.	**Unidade de Medida:**	Unidade
Medida Recente:	29,0000		
Meta:	32,0000		
Indicadores:	Veículos e equipamentos em operação locados.	**Unidade de Medida:**	Unidade
Medida Recente:	19,0000		
Meta:	35,0000		
Indicadores:	Ações da Patrulha Maria da Penha.	**Unidade de Medida:**	Unidade
Medida Recente:	1000,0000		
Meta:	1500,0000		
Indicadores:	Implantação de cruzamentos semafóricos	**Unidade de Medida:**	Unidade
Medida Recente:	42,0000		
Meta:	45,0000		
Ação:	2344 - Gestão e Modernização do Sistema de Monitoramento		
Produto:	Aquisição de Equipamentos	**Unidade de Medida:**	Outras Unidades e Medidas
	Aquisição de bens e serviços necessários ao desenvolvimento das atribuições da Secretaria		Outras Unidades e Medidas
Vínculo:	01507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF		

Ano	**Meta Física**	**Meta Financeira**
2026	200	5.400.000,00

Art. 6º Ficam compatibilizados a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nº 4.570 de 09 de julho de 2025 e o Plano Plurianual (PPA) Lei nº 4.633 de 27 novembro de 2025.

Art. 7º O crédito adicional especial, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de março de 2026.

ADRIANO RAMOS

Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS

Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

TIAGO FONTES CESAR LEAL

Procurador Geral do Município

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2D12ED28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 08/05/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAX0910	277490F000201710	07/03/2026	60503
AAX0910	277490F000202095	11/03/2026	60503
AAX0910	277490F000201845	08/03/2026	60503
ABJ0J07	277490F000202001	10/03/2026	60503
ABQ5F65	277490F000202140	12/03/2026	60503
ACN1D39	277490F000202068	11/03/2026	60503
ACR8J17	277490F000201722	07/03/2026	60503
ADC2J38	277490F000201888	09/03/2026	60503
ADG6128	277490F000201779	07/03/2026	60503
AEY9J35	277490F000201890	09/03/2026	60503
AFD7178	277490F000201909	09/03/2026	60503
AFV9J51	277490F000201786	08/03/2026	60503
AGO7422	277490F000201813	08/03/2026	60503
AGO7422	277490F000202164	12/03/2026	56732
AHD7052	277490F000201997	10/03/2026	60503
AHF5898	277490F000201771	07/03/2026	60503
AHG0952	277490F000201742	07/03/2026	60503

AHK3D72	277490F000201851	09/03/2026	60503
AHN6601	277490F000201815	08/03/2026	60503
AHU8B16	277490F000202010	10/03/2026	60503
AHV1338	277490F000202044	11/03/2026	60503
AIA9I25	277490F000202180	12/03/2026	60503
AIO8E84	277490F000201921	10/03/2026	60503
AIP1G08	277490F000201706	07/03/2026	60503
AIT2416	277490F000201701	07/03/2026	60503
AIZ7491	277490F000201882	09/03/2026	60503
AIZ8842	277490F000201713	07/03/2026	60503
AJJ0G37	277490F000202005	10/03/2026	60503
AJS2B85	277490F000201832	08/03/2026	60503
AJZ3848	277490F000201957	10/03/2026	60503
AKD8D60	277490F000202023	11/03/2026	60503
AKE9295	277490F000201863	09/03/2026	60503
AKO0A81	277490F000202027	11/03/2026	60503
AKP4E43	277490F000202071	11/03/2026	60503
AKR3570	277490F000201850	08/03/2026	60503
AKS1G38	277490F000201848	08/03/2026	60503
AKS1G38	277490F000201945	10/03/2026	60503
ALC9B53	277490F000201991	10/03/2026	60503
ALC9B53	277490F000201746	07/03/2026	60503
ALE5H32	277490F000201697	07/03/2026	60503
ALG9729	277490F000201880	09/03/2026	60503
ALH5595	277490F000201831	08/03/2026	60503
ALI8546	277490F000202066	11/03/2026	60503
ALM2B49	277490F000201740	07/03/2026	60503
ALV1C88	277490F000201916	10/03/2026	60503
ALW4964	277490F000201857	09/03/2026	60503
AMC0H98	277490F000201987	10/03/2026	60503
AMC0H98	277490F000201785	08/03/2026	60503
AME3279	277490F000201748	07/03/2026	60503
AMH7895	277490F000201749	07/03/2026	60503
AML4B56	277490F000201777	07/03/2026	60503
AMQ4E48	277490F000201801	08/03/2026	60503
AMS4899	277490F000202168	12/03/2026	60503
ANN4A09	277490F000201747	07/03/2026	60503
ANS7972	277490F000201889	09/03/2026	60503
ANT2983	277490F000201961	10/03/2026	60503
ANW5D81	277490F000201803	08/03/2026	60503
ANX3F75	277490F000202124	12/03/2026	60503
AOD5A74	277490F000202088	11/03/2026	60503
AOT9J81	277490F000201792	08/03/2026	60503
AOU3C59	277490F000201772	07/03/2026	60503
AOU5H62	277490F000201769	07/03/2026	60503
AOY5F86	277490F000202151	12/03/2026	60503
AOY5F86	277490F000201965	10/03/2026	60503
APB5091	277490F000202170	12/03/2026	60503
APB5091	277490F000201897	09/03/2026	60503
APB5091	277490F000202093	11/03/2026	60503
APR7228	277490F000202082	11/03/2026	60503
APV4827	277490F000201970	10/03/2026	60503
APY1E12	277490F000201807	08/03/2026	60503
AQG7315	277490F000201900	09/03/2026	60503
AQK8J16	277490F000202075	11/03/2026	60503
AQM6603	277490F000201737	07/03/2026	60503
AQM7E27	277490F000202122	12/03/2026	60503
AQO3005	277490F000201809	08/03/2026	60503
AQR0168	277490F000202103	11/03/2026	60503
ARB6491	277490F000201947	10/03/2026	60503
ARB9733	277490F000202162	12/03/2026	60503
ARG5263	277490F000201712	07/03/2026	60503
ARP6D52	277490F000202014	10/03/2026	60503
ARP6D52	277490F000201925	10/03/2026	60503
ARU6H68	277490F000202176	12/03/2026	60503
ARU6H68	277490F000201901	09/03/2026	60503
ARZ2545	277490F000201700	07/03/2026	60503
ASH9714	277490F000201691	07/03/2026	60503
ASI8A97	277490F000201934	10/03/2026	60503
ASJ3958	277490F000202033	11/03/2026	60503
ASM6H40	277490F000202116	11/03/2026	60503
ASP8186	277490F000201929	10/03/2026	60503
ASS5B61	277490F000201899	09/03/2026	60503
ATC1043	277490F000201847	08/03/2026	60503
ATE3866	277490F000201824	08/03/2026	60503
ATG2F16	277490F000202072	11/03/2026	60503
ATJ4F67	277490F000201696	07/03/2026	60503
ATK8843	277490F000202052	11/03/2026	60503
ATK8843	277490F000201959	10/03/2026	60503
ATK8843	277490F000201808	08/03/2026	60503
ATM4421	277490F000201887	09/03/2026	60503
ATW0C14	277490F000201885	09/03/2026	60503
ATY5928	277490F000201741	07/03/2026	60503
ATZ2503	277490F000202113	11/03/2026	60503
ATZ8C21	277490F000201878	09/03/2026	60503
AUA3D31	277490F000201839	08/03/2026	60503
AUA3D31	277490F000201952	10/03/2026	60503
AUT3G95	277490F000202031	11/03/2026	60503
AUZ6394	277490F000201817	08/03/2026	60503

AVB4774	277490F000202051	11/03/2026	60503
AVG5E43	277490F000201944	10/03/2026	60503
AVI6011	277490F000201893	09/03/2026	60503
AVN3F15	277490F000201877	09/03/2026	60503
AVO8423	277490F000202156	12/03/2026	60503
AVP9I87	277490F000201704	07/03/2026	60503
AVS6C09	277490F000202063	11/03/2026	60503
AVX4707	277490F000201922	10/03/2026	60503
AVY5B18	277490F000202160	12/03/2026	60503
AWB5D69	277490F000201695	07/03/2026	56732
AWF6J62	277490F000202048	11/03/2026	60503
AWG0103	277490F000202008	10/03/2026	60503
AWJ9341	277490F000202002	10/03/2026	60503
AWP4988	277490F000201789	08/03/2026	60503
AWP9F10	277490F000202192	12/03/2026	60503
AWS9642	277490F000202165	12/03/2026	60503
AWU6496	277490F000202123	12/03/2026	60503
AWX6845	277490F000201884	09/03/2026	60503
AWY9H51	277490F000202126	12/03/2026	60503
AXB6B74	277490F000202150	12/03/2026	60503
AXG8B61	277490F000202128	12/03/2026	60503
AXK1G39	277490F000201872	09/03/2026	60503
AXK9181	277490F000202045	11/03/2026	60503
AXL4A55	277490F000201928	10/03/2026	60503
AXL5F33	277490NIC0042917	28/02/2026	50020
AXN5060	277490F000201836	08/03/2026	60503
AXQ7207	277490F000201736	07/03/2026	60503
AXU5571	277490F000202157	12/03/2026	60503
AXV6J93	277490F000201775	07/03/2026	60503
AXX6G40	277490F000201833	08/03/2026	60503
AYB0A96	277490F000201751	07/03/2026	60503
AYB6J28	277490F000201841	08/03/2026	60503
AYI5454	277490F000202077	11/03/2026	60503
AYI7D67	277490F000201763	07/03/2026	60503
AYJ6813	277490F000202179	12/03/2026	60503
AYJ9C38	277490F000202153	12/03/2026	60503
AYP4E69	277490NIC0042919	28/02/2026	50020
AYQ8655	277490F000202137	12/03/2026	60503
AYS5084	277490F000201971	10/03/2026	60503
AYU1D15	277490F000201716	07/03/2026	60503
AYX2679	277490F000201968	10/03/2026	60503
AYX6I81	277490F000201711	07/03/2026	60503
AYY4827	277490F000201985	10/03/2026	60503
AYY4827	277490F000202022	11/03/2026	60503
AYY7F12	277490F000202053	11/03/2026	56732
AYZ1362	277490F000201918	10/03/2026	60503
AYZ4510	277490F000201905	09/03/2026	60503
AZE9D68	277490F000202114	11/03/2026	60503
AZF6906	277490F000201820	08/03/2026	60503
AZF6908	277490F000202177	12/03/2026	60503
AZK5325	277490F000201784	08/03/2026	60503
AZP5781	277490F000201806	08/03/2026	60503
AZU2H30	277490F000201790	08/03/2026	60503
AZU4B80	277490F000201812	08/03/2026	60503
AZU7J47	277490F000201983	10/03/2026	60503
BAB7C94	277490F000201933	10/03/2026	60503
BAC5I76	277490F000202037	11/03/2026	60503
BAD4J13	277490F000201912	10/03/2026	60503
BAI1C16	277490F000201732	07/03/2026	60503
BAI1H91	277490F000202064	11/03/2026	60503
BAK5614	277490F000201962	10/03/2026	60503
BAO6B98	277490F000202017	11/03/2026	60503
BAS4G36	277490F000201856	09/03/2026	60503
BAU3968	277490F000202101	11/03/2026	60503
BAV6787	277490F000202097	11/03/2026	60503
BAZ0J67	277490F000202198	13/03/2026	60503
BBE3739	277490F000201724	07/03/2026	60503
BBI3961	277490F000202196	12/03/2026	60503
BBJ0D35	277490F000201829	08/03/2026	60503
BBJ3A82	277490F000202107	11/03/2026	60503
BBK1D90	277490F000201778	07/03/2026	60503
BBM4F40	277490F000201745	07/03/2026	60503
BBT7683	277490F000202111	11/03/2026	60503
BBW2969	277490F000201986	10/03/2026	60503
BCF9459	277490F000201802	08/03/2026	60503
BCR1A49	277490F000202133	12/03/2026	60503
BCT4E40	277490F000201955	10/03/2026	60503
BCT7F79	277490F000201774	07/03/2026	60503
BCT7I91	277490F000202147	12/03/2026	60503
BDB0H84	277490F000201721	07/03/2026	60503
BDC9B60	277490F000202004	10/03/2026	60503
BDH3G34	277490F000201734	07/03/2026	60503
BDJ9A78	277490F000202115	11/03/2026	60503
BDL2B55	277490F000201795	08/03/2026	60503
BDL8E66	277490F000201904	09/03/2026	60503
BDM7H20	277490F000202199	13/03/2026	60503
BDU5C58	277490F000201709	07/03/2026	60503
BEB1E70	277490F000202134	12/03/2026	60503
BED4A82	277490F000202145	10/03/2026	60503

BED7D58	277490F000201859	09/03/2026	56732
BEF1B58	277490F000201911	09/03/2026	60503
BEF7G80	277490F000201782	08/03/2026	60503
BEG8A57	277490F000201956	10/03/2026	60503
BEJ5H53	277490F000201908	09/03/2026	60503
BEJ6F68	277490F000202046	11/03/2026	60503
BET2230	277490F000202118	12/03/2026	60503
BPB2048	277490F000201941	10/03/2026	60503
BUN9261	277490F000201811	08/03/2026	60503
BXP8515	277490F000201828	08/03/2026	60503
BXP8515	277490F000201760	07/03/2026	60503
BXP8515	277490F000201758	07/03/2026	60503
BZM5D22	277490F000201835	08/03/2026	60503
CBJ3I95	277490F000202154	12/03/2026	60503
CDB9D51	277490F000202018	11/03/2026	60503
CHX0814	277490F000201738	07/03/2026	56732
CLT6672	277490F000201715	07/03/2026	60503
CPL2I71	277490F000202193	12/03/2026	60503
CPZ7451	277490F000201759	07/03/2026	60503
CQJ7F74	277490F000202121	12/03/2026	60503
CVS2G19	277490F000201754	07/03/2026	60503
CZL2827	277490F000201999	10/03/2026	60503
CZL5I07	277490F000201735	07/03/2026	60503
DAN6510	277490F000201764	07/03/2026	60503
DDJ8C85	277490F000201931	10/03/2026	60503
DEE5H94	277490F000201855	09/03/2026	60503
DHP5I36	277490F000202194	12/03/2026	60503
DKP4340	277490F000201804	08/03/2026	60503
DKP4340	277490F000201791	08/03/2026	60503
DPL3536	277490F000201781	08/03/2026	60503
DQI8083	277490F000202084	11/03/2026	60503
DTA2C07	277490F000202092	11/03/2026	60503
DTE8957	277490F000201773	07/03/2026	60503
DUF6I01	277490F000201799	08/03/2026	60503
DUR5506	277490F000202057	11/03/2026	60503
DWO3399	277490F000202099	11/03/2026	60503
DXH9334	277490F000201766	07/03/2026	60503
DZQ9H53	277490F000201728	07/03/2026	60503
EBM0166	277490F000202000	10/03/2026	60503
ELM0I26	277490F000201699	07/03/2026	60503
ENC7C52	277490F000202070	11/03/2026	60503
ENC7C52	277490F000201966	10/03/2026	60503
ENH4F07	277490F000201980	10/03/2026	56732
EOW0429	277490F000202100	11/03/2026	60503
EPI0J84	277490F000202090	11/03/2026	60503
ERW3I78	277490F000202030	11/03/2026	60503
ETN6G90	277490F000201943	10/03/2026	60503
ETX7145	277490F000201798	08/03/2026	60503
EZF6F09	277490F000201733	07/03/2026	60503
FCK8C97	277490F000201891	09/03/2026	60503
FFP2796	277490F000202025	11/03/2026	60503
FHQ5043	277490F000202138	12/03/2026	60503
FIK9G24	277490F000202183	12/03/2026	60503
FSP3688	277490F000202181	12/03/2026	60503
FSP3688	277490F000202195	12/03/2026	60503
GEZ2E77	277490F000202173	12/03/2026	60503
GHZ7E91	277490F000201690	07/03/2026	60503
GII0A90	277490F000201992	10/03/2026	60503
GRN7B61	277490F000202028	11/03/2026	60503
GWV0545	277490F000201720	07/03/2026	60503
HHR6B63	277490F000201830	08/03/2026	60503
HJL8284	277490F000201825	08/03/2026	60503
HMI6J43	277490F000201770	07/03/2026	60503
HRE9B54	277490F000202167	12/03/2026	60503
HRX9F18	277490F000201935	10/03/2026	60503
HSD0C68	277490F000201783	08/03/2026	60503
HSE8B43	277490F000201702	07/03/2026	60503
HVH7D02	277490F000201981	10/03/2026	60503
IEB7489	277490F000202074	11/03/2026	56732
IUY8H39	277490F000201844	08/03/2026	60503
JQK0B62	277490F000202015	10/03/2026	60503
JYI5B90	277490F000201860	09/03/2026	60503
KOQ9C21	277490F000201881	09/03/2026	60503
LMK1J04	277490NIC0042916	28/02/2026	50020
LXK7C87	277490NIC0042921	28/02/2026	50020
LXK7C87	277490NIC0042922	28/02/2026	50020
LXK7C87	277490NIC0042923	28/02/2026	50020
LYT9I29	277490F000202197	13/03/2026	60503
LYU0175	277490F000201821	08/03/2026	60503
LZF6J18	277490F000201977	10/03/2026	60503
MCZ1F47	277490F000201879	09/03/2026	60503
MHU9592	277490F000202171	12/03/2026	60503
MJM2I79	277490F000202104	11/03/2026	60503
MJY0656	277490F000201869	09/03/2026	60503
MKR7I38	277490F000202020	11/03/2026	60503
MKR7I38	277490F000202073	11/03/2026	60503
NDX3I60	277490F000201718	07/03/2026	60503
NPS1B25	277490F000202094	11/03/2026	60503
NSK1C89	277490F000202108	11/03/2026	60503

NSW2I90	277490F000201796	08/03/2026	60503
NZA1B46	277490F000201707	07/03/2026	60503
NZT7H78	277490F000201942	10/03/2026	60503
OOS7A95	277490F000201757	07/03/2026	60503
OVP4G46	277490F000201871	09/03/2026	60503
OWT7A78	277490F000202098	11/03/2026	60503
PKK7I02	277490F000201719	07/03/2026	60503
PUS2J77	277490F000201692	07/03/2026	60503
PXW4B86	277490F000201866	09/03/2026	60503
PYD9C53	277490F000201926	10/03/2026	60503
PYK2D08	277490F000201793	08/03/2026	60503
QAG6790	277490F000201819	08/03/2026	60503
QAI7H81	277490F000201744	07/03/2026	60503
QAK9G70	277490F000201761	07/03/2026	60503
QCW2D84	277490F000201788	08/03/2026	60503
QKX9A58	277490F000201840	08/03/2026	60503
QPR5G70	277490F000202043	11/03/2026	60503
QPT8E32	277490F000201896	09/03/2026	60503
QRR3B94	277490F000201838	08/03/2026	60503
QUH4J37	277490F000202105	11/03/2026	60503
QUR1B84	277490F000201995	10/03/2026	60503
QUW6A58	277490F000202161	12/03/2026	60503
RHA6E22	277490F000202185	12/03/2026	60503
RHB0G61	277490F000202085	11/03/2026	60503
RHB1C41	277490F000202119	12/03/2026	60503
RHB3E99	277490F000201940	10/03/2026	60503
RHC9D57	277490F000202110	11/03/2026	60503
RHF1G31	277490F000201731	07/03/2026	60503
RHS5D75	277490F000202055	11/03/2026	60503
RHU7A62	277490F000201694	07/03/2026	60503
RHV9E24	277490F000202186	12/03/2026	60503
RHW3E46	277490F000201714	07/03/2026	60503
RHZ6B85	277490F000201823	08/03/2026	60503
RLA8J19	277490F000201973	10/03/2026	60503
RNH9F17	277490F000201864	09/03/2026	60503
RUK2A87	277490F000201797	08/03/2026	60503
SDX7C55	277490F000201994	10/03/2026	60503
SDY9F35	277490F000201917	10/03/2026	60503
SEE5G25	277490F000201936	10/03/2026	60503
SEF3C95	277490F000201780	08/03/2026	60503
SEI8B25	277490F000201906	09/03/2026	60503
SEJ9J06	277490F000201972	10/03/2026	60503
SEK2D17	277490F000202067	11/03/2026	60503
SEM0D17	277490NIC0042914	28/02/2026	50020
SEM5C46	277490F000201919	10/03/2026	56732
SEU4A42	277490F000202050	11/03/2026	60503
SEY1A72	277490F000201717	07/03/2026	60503
SEY7F46	277490F000202047	11/03/2026	60503
SEZ7C97	277490F000201739	07/03/2026	60503
SFA2I22	277490NIC0042920	28/02/2026	50020
SFE4B41	277490F000201693	07/03/2026	60503
SFE8B59	277490F000202011	10/03/2026	60503
SFH7B13	277490F000201834	08/03/2026	60503
SFI4H91	277490NIC0042918	28/02/2026	50020
SFK0H83	277490F000202174	12/03/2026	60503
SHF2H03	277490F000201978	10/03/2026	60503
SVD3E67	277490F000202148	12/03/2026	60503
SVF4I11	277490F000202003	10/03/2026	60503
SWH1A76	277490F000202041	11/03/2026	60503
SXF2G45	277490F000201729	07/03/2026	60503
TAI1A68	277490F000202158	12/03/2026	60503
TAI1G26	277490NIC0042924	28/02/2026	50020
TAK8D87	277490F000202131	12/03/2026	60503
TAM1F62	277490F000202089	11/03/2026	60503
TAM3I35	277490F000201843	08/03/2026	60503
TAP0D19	277490F000201960	10/03/2026	60503
TAQ4G16	277490F000201883	09/03/2026	60503
TAV6D48	277490F000201703	07/03/2026	60503
TAW8G06	277490F000202172	12/03/2026	60503
TAX1G74	277490F000202016	10/03/2026	60503
TAY4A56	277490F000202130	12/03/2026	60503
TBA2G84	277490F000202049	11/03/2026	60503
TBA7C20	277490F000201827	08/03/2026	60503
TBA7C20	277490F000201990	10/03/2026	60503
TBF6H63	277490F000202106	11/03/2026	60503
TBJ4I67	277490F000201913	10/03/2026	60503
TBN3G89	277490F000202040	11/03/2026	60503
TBN9H48	277490NIC0042913	28/02/2026	50020
TBO3J83	277490F000202144	12/03/2026	60503
TBO3J83	277490F000201805	08/03/2026	60503
TBR4I37	277490F000201726	07/03/2026	60503
TBR9J32	277490F000202142	12/03/2026	60503
TBS2H20	277490F000202012	10/03/2026	60503
TBT8E05	277490F000201914	10/03/2026	60503
TBU5C14	277490F000201927	10/03/2026	60503
TBU6H03	277490F000202059	11/03/2026	60503
TDA7E91	277490F000201898	09/03/2026	60503
TPO8C65	277490F000201842	08/03/2026	60503
UAV3E48	277490F000201948	10/03/2026	60503

UAV4B97	277490F000201814	08/03/2026	60503
UAW3J33	277490F000202036	11/03/2026	56732
UBB4I25	277490F000202149	12/03/2026	60503
UBC3I11	277490F000201837	08/03/2026	60503
UBC6E21	277490F000201950	10/03/2026	60503
UBH3I86	277490F000201826	08/03/2026	60503
UBK3C73	277490F000201969	10/03/2026	60503
UBK5B76	277490F000202087	11/03/2026	60503
UBK6H80	277490F000202078	11/03/2026	60503
UCZ4C00	277490F000202021	11/03/2026	56732
UDX5F08	277490F000201810	08/03/2026	60503

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:C41FD2F2

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 07/05/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AES0212	116100T001661925	11/03/2026	55411
AVV4F23	277490A000165394	09/03/2026	57380
LAH4748	277490A000166399	17/03/2026	76331
PAY6I44	116100T002950338	11/03/2026	55411
SEG2I47	277490A000165389	09/03/2026	76332
SEG2I47	277490A000165395	09/03/2026	70301
SEK3B79	277490A000166400	17/03/2026	76251
SJF9A10	277490A000166397	17/03/2026	76331
TAR1I36	277490A000164352	11/03/2026	73400
TAR1I36	277490A000164351	11/03/2026	50100

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:9A6C1AB6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 08/05/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
SFO6F94	277490F000195937	30/12/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:6197F01D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025

1° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2025

(Prorrogação de Prazo) (Processo Digital nº 3504/2026)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702- 000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019- 53, Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR e pelo Sr. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87,registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA

O objeto da Ata de Registro de Preços é é a aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO

2.1 Fica prorrogado o prazo da Ata de Registro de Preços nº 232025 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento para **28 de fevereiro de 2027,** nos termos da Cláusula Segunda, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação da respectiva ata, apresentadas no processo digital 3504/2026 pelo órgão gerenciador dos Memorandos nº 312/2026/SEDUC, e 73/2026/SEMEL e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado em 28 de dezembro 2023, edição 2928.

Fornecedor: 3174131 - PARANA INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES E CORDAS LTDA						
Item	**Especificação**	**Unid.**	**Marca**	**Quant.**	**Preço Únit.**	**Preço Total**
5	Rede Esporte Material: Polietileno, Aplicação: Voleibol Cor: Preta Características Adicionais: Oficial, 4 Lonas Sintéticas 5cm, Argolas, Fio 2mm Código CATMAT 399289. Observações Complementares: REDE PARA PRATICA DE VOLEI: REDE DE VOLEI INDOOR, PROFISSIONAL, FIO EM POLIETILENO 2 MM, COR PRETA, FAIXA SUPERIOR 7CM E INFERIOR EM COURO SINTÉTICO NA COR BRANCA, COM COSTURA EM POLIAMIDA DE ALTA RESISTENCIA, SEGUINDO AS NORMAS DA FEDERAÇÃO NACIONAL.	UND	MAGNUM REDE ESPORTE VOLEIBOL	31	R$ 166,10	R$ 5.149,10
	Poste Rede Voleibol, Material: Ferro Galvanizado, Tamanho: Oficial,					
64	Rede Esporte, Material: Polietileno, Aplicação: Proteção Quadra Poliesportiva, Características Adicionais: Tratamento Em Uv, Malha 10 X 10cm, Fio 30.36 (4mm). Código CATMAT 297970. Observações Complementares: REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON OU SEDA) NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO, CONTENDO 156 METROS DE CABO DE AÇO DE MEIA POLEGADA, 8 CATRACAS, ARGOLA CADA 30CM, COM PASSANTE A CADA 15 CM. TOTAL DE REDES M²: 700 M². MALHA DE 10CM COM FIO 4MN (AMBIENTES INTERNOS FIO SEDA, AMBIENTES EXTERNOS FIO DE NYLON.	UND	MAGNUM REDE DE PROTEÇÃ O	32	R$ 7.022,55	R$ 224.721,60
75	TRAVES PARA FUTEBOL 7,32MX2,44 VÃO INTERNO COM TUBO DE 3 POLEGADAS/ 3MM, COM RECUO INFERIOR DE 3,5M E SUPERIOR 2M, COM TUBO 1/5 - 2MM, SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE REDE COM FERRO REDONDO 5/16 MM. COM PINTURA DE FUNDO ANTICORROSIVA E ACABAMENTO FINAL EM TINTA BRANCA/ESMALTE SINTETICO.	PAR	MAGNUM TRAVES PARA FUTEBOL	10	R$ 3.994,86	R$ 39.948,60
86	Rede Esporte, Material: Polietileno, Aplicação: Proteção Quadra Poliesportiva, Características Adicionais: Tratamento Em Uv, Malha 10 X 10cm, Fio 30.36 (4mm). Código CATMAT 297970. Observações Complementares: REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA, CONFECCIONADA EM POLIETILENO (NYLON OU SEDA) NA COR BRANCA, COM INSTALAÇÃO, CONTENDO 156 METROS DE CABO DE AÇO DE MEIA POLEGADA, 8 CATRACAS, ARGOLA CADA 30CM, COM PASSANTE A CADA 15 CM. TOTAL DE REDES M²: 700 M². MALHA DE 10CM COM FIO 4MN (AMBIENTES INTERNOS FIO SEDA, AMBIENTES EXTERNOS FIO DE NYLON.	UND	MAGNUM REDE DE PROTEÇÃ O	10	R$ 7.022,55	R$ 70.225,50
R$ 356.886,32						

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO

5.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preço Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2025), datada de 27 de Fevereiro de 2025.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, data da assinatura eletrônica

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS

Secretária Municipal de Assistência Social

JANE NUNES DE LIMA

Secretária Municipal de Esporte e Lazer

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

WANESSA DURANTE

Secretária Municipal de Educação

Fornecedor:

Empresa:

Paraná Industria E Comercio De Redes E Cordas LTDA

CNPJ: 05.700.700/0001-02

Endereço: Avenida: Industrias, S/N, KM16, Parque Industrial Primavera CEP 87185- 000 ,Floraí- PR

Nome do Representante:

JOSE CRISTIANO RUIZ

CPF: 865.217.219-68

paranalicita@gmail.com Telefone: (44) 3424 1536

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:993E01E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: CIRURGICA NOSSA SENHORA LTDA CNPJ: 24.586.988/0001-80

Endereço: RUA PAVAO, 540 - Jardim Bandeirantes, CEP 86.703-250 - Arapongas - PR, E-mail: cirnossasenhora2@hotmail.com / igor_cirnossasenhora@hotmail.com

Telefone: (43) 3252-9947

Nome do Representante: LARA CARDOSO MACHADO CPF: 131.466.189-23

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 161/2025, Pregão Eletrônico nº 3 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para prover os estoques da Secretaria Municipal de Saúde.**

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
37 - Fentanila, citrato 0,05 mg/ml solução injetável IM/IV ampola com 10ml. Cod BR 0271950	AMPOLA	teuto	300	R$ 3,29	R$ 987,60
112 - hidroxido de ferro III 20 mg/ml solução injetável endovenosa ampolas de 5 ml (sacarato de hidróxido férrico) cod. BR 448616	AMPOLA	CITOPHARMA VMG	120	R$ 10,73	R$ 1.287,86
Total do Lote:					R$ 2.275,46
Total do Fornecedor:					R$ 2.275,46

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa	Declaração de Inidoneidade para licitar ou	4 anos e 6 meses

exigida para a contratação	contratar com todos os entes federativos	
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 9 de março de 2026

LARA CARDOSO MACHADO

ANDREIA MARTINS DE SOUZA

CPF: 042.081.609-77

Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:A115B547

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos(as) Secretários(as) RENATO DULTRA, RAFAEL LUCAS TORRENTE, ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR, CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, ANDREIA MARTINS DE SOUZA, JANE NUNES DE LIMA, WANESSA DURANTE, GUILHERME DE ARAUJO RUIZ, LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS, residentes e domiciliados(as)

nesta cidade, registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: ATLANTICO ARMARINHOS LTDA CNPJ: 13.674.420/0001-03

Endereço: AVENIDA TIRADENTES, 3173 - Jardim Rosicler, Londrina - PR, E-mail: atlantico.solicita@gmail.com

Telefone: (43) 3324-4356

Nome do Representante: TATIANA PAVANELI SILVA OLIVEIRA CPF: 831.460.249-34

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 23/2026, Pregão Eletrônico nº 11 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de preço para aquisição de utensílios de cozinha;**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
31 - Pote para alimentos em plástico. Transparente. Formato redondo. Atóxico. Com tampa. Capacidade: 2 litros. Indicado para armazenamento e transporte de alimentos. Resistente ao uso diário em serviços de copa e cozinha e de fácil higienização (Lavável).	UNID	PLASVALE	188	R$ 8,74	R$ 1.643,12
32 - Pote para alimentos em plástico. Formato retangular. Atóxico. Com tampa. Aproximadamente 21 cm de altura e 20 cm de largura. Capacidade: 5 litros. Indicado para armazenamento e transporte de alimentos. Resistente ao uso diário em serviços de copa e cozinha e de fácil higienização (Lavável). Cor: a definir pela secretaria demandante.	UNID	PLASVALE	223	R$ 28,47	R$ 6.348,81
51 - Caixa organizadora com tampa para mantimentos fabricada em polipropileno atóxico, incolor, transparente e translúcida, empilhável, formato retangular, com tampa hermética do mesmo material, com trava na tampa para vedação total, robusta e resistente, medidas aproximadamente 13 cm x 23 cm x 31 cm (podendo variar até 2 cm para mais ou para menos), com capacidade de 10 litros.	UNID	UNINJET	267	R$ 22,73	R$ 6.068,91
52 - Caixa organizadora. Com tampa para mantimentos fabricada em polipropileno atóxico, incolor, transparente e translúcida, empilhável, formato retangular, com tampa hermética do mesmo material, com trava na tampa para vedação total, robusta e resistente. Medidas aproximadamente 20 cm x 33 cm x 48 cm (podendo variar até 2 cm para mais ou para menos). Capacidade entre 19 à 21 litros.	UNID	UNINJET	257	R$ 36,76	R$ 9.447,32

53 - Caixa organizadora. Com tampa para mantimentos fabricada em polipropileno atóxico, incolor, transparente e translúcida, empilhável, formato retangular, com tampa hermética do mesmo material, com trava na tampa para vedação total, robusta e resistente. Medidas aproximadamente 27 cm x 48 cm x 33 cm (podendo variar até 2 cm para mais ou para menos). Capacidade entre 28 à 31 litros.	UNID	UNINJET	340	R$ 44,83	R$ 15.242,20
Total do Lote:					R$ 38.750,36
Total do Fornecedor:					R$ 38.750,36

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 13 de março de 2026

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI	***ANDREIA MARTINS DE SOUZA***	***RENATO DULTRA***	***WANESSA DURANTE***
CPF: 048.306.029-10	CPF: 042.081.609-77	Secretário Municipal de Infraestrutura	Secretária Municipal de Educação
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo	SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE	CPF: 467.626.809-25	CPF: 025.577.729-92
LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS	***GUILHERME DE ARAUJO RUIZ***	***ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR***	***JANE NUNES DE LIMA***
Secretária Municipal de Assistência Social	Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano	CPF: 020.387.629-61	Secretária Municipal de Esporte
CPF: 005.538.459-50	CPF: 101.727.179-81	Secretário Municipal de Prot. à vida, Patrimônio e Trânsito	CPF: 852.920.019-53
RAFAEL LUCAS TORRENTE			
CPF: 049.598.719-03			
DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ			

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:0FE09A27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: MEDINGÁ COMERCIAL LTDA

CNPJ: 57.742.953/0001-42

Endereço: AVENIDA Herval, 3326 - JARDIM IMPERIAL II, Maringá - PR,

E-mail: licitacao3@marymed.com.br

Telefone: (44) 3200-2151

Nome do Representante: MARIANA PERON BUOSI

CPF: 082.406.819-05

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 2/2026, Pregão Eletrônico nº 5 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
17 - Coletor de Urina Sistema Aberto. Reservatório para Coleta de Amostra Biológica, Modelo: Saco, Aplicação: Universal, Material: Polímero Maleável Transparente, Volume: Cerca de 2000 Ml, Fechamento: Com Fecho de Vedação, Esterilidade: Estéril, Uso Único.	UNID	LETOMED	5.600	R$ 0,47	R$ 2.632,00
41 - Frasco tipo Almotolia Material: Em Polietileno (Plástico) , Capacidade: 250 ML, Tipo Bico: Bico Reto, Longo, Estreito, Com Protetor, Transparente , Graduado em ml , Tampa em Rosca.	UNID	J,PROLAB	420	R$ 3,31	R$ 1.390,20
45 - Hipoclorito de Sódio Aspecto Físico: Solução Aquosa ,	UNID	PROLINK	400	R$ 10,46	R$ 4.184,00

Concentração: Teor 1% de Cloro Ativo. Galão com 5 litros.					
Total do Lote:					R$ 8.206,20
Total do Fornecedor:					R$ 8.206,20

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a	Impedimento de licitar ou contratar com o	

documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 16 de março de 2026

_____

MARIANA PERON BUOSI

ANDREIA MARTINS DE SOUZA

CPF: 042.081.609-77

Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:A8339586

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: TORRE FORTE ATACADO E VAREJO LTDA CNPJ: 05.247.406/0001-97

Endereço: RUA JACOB MACANHAN, 4316 - JARDIM CLAUDIA, Pinhais - PR

E-mail: vendas1@grupotorreforte.com.br, licitacao@grupotorreforte.com.br, LICITACAO@GRUPOTORREFORTE.COM.BR Telefone: (41) 33538-2440, (41) 3598-2440

Nome do Representante: WILSON RODRIGO DA SILVA CPF: 014.543.929-16

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 2/2026, Pregão Eletrônico nº 5 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta **Registro de Preços para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração.**.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
10 - Cateter Central Aplicação: Venoso , Conector: Conectores Padrão, Clamp em Todas Vias e Tampas , Componente: Kit Introdutor Completo , Matéria Prima: Poliuretano Radiopaco , Lúmen: 14 A 18 GAU, Comprimento: Cerca 20 CM, Vias: Duplo Lúmen , Diâmetro: Cerca 7 Fr , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual , Fixação Subcutânea. Kit Completo.	UNID	MEDIKA	100	R$ 43,75	R$ 4.375,00
27 - Dispositivo Externo para Incontinência Urinária Modelo: Masculino Nº 06 com extensor cerca de 120cm, Tipo: Preservativo com Abertura para Drenagem ,					

Material: Látex Natural , Diâmetro: Cerca de 30mm, Estéril, Uso Único, Embalagem Individual.	UNID	biosani	5.100	R$ 2,00	R$ 10.200,00
56 - Papel de impressão para ultrassom. Material: termosensível. Aplicação: destinado a ultrassonógrafo. Apresentação: bobina thermal Printmedia, Type I, UPP - 110 mm x 20 m, preto e branco, compatível com vídeo printer Sony	UNID	ULSTAR	200	R$ 61,34	R$ 12.268,00
Total do Lote:					R$ 26.843,00
Total do Fornecedor:					R$ 26.843,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 16 de março de 2026

_____

WILSON RODRIGO DA SILVA

ANDREIA MARTINS DE SOUZA

CPF: 042.081.609-77

Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:1D8CE07C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: CASARÃO FS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA

CNPJ: 49.017.735/0001-17

Endereço: RUA RUA GOLÇALVES JUNIOR, 0 - CENTRO, Anitápolis - SC, 88.475-000

E-mail: documentacao@casaraofs.com.br

Telefone: (48) 9980-8796, (48) 99808-7969

Nome do Representante: FELIPE SEBOLD

CPF: 069.246.659-26

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 2/2026, Pregão Eletrônico nº 5 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Registro de Preços para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração..

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
26 - Detergente enzimático, composição: A base de amilase, protease e lípase. Frasco de 1 litro.	UNID	Zymebold	500	R$ 14,66	R$ 7.330,00
Total do Lote:					R$ 7.330,00
Total do Fornecedor:					R$ 7.330,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital. CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta

ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 16 de março de 2026

_____

FELIPE SEBOLD

ANDREIA MARTINS DE SOUZA

CPF: 042.081.609-77

Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:A185CBAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73 / 2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) ANDREIA MARTINS DE SOUZA, residente e domiciliado(a) nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

Fornecedor:

Empresa: CIRURGICA PRIME LTDA

CNPJ: 46.116.717/0001-02

Endereço: RUA Parque do Horto, 17 - JARDIM PARQUE DO HORTO, Maringá - PR,

E-mail: cirurgicaprimeadm@gmail.com, contato.cirurgicaprime@hotmail.com, cirurgicaprime.licitacao01@hotmail.com

Telefone: (44) 98811-4811, (44) 3047-2170

Nome do Representante: SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR

CPF: 048.260.599-57

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 2/2026, Pregão Eletrônico nº 5 - 2026, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Registro de Preços para aquisição de Materiais Médico-Hospitalares, Correlatos e Curativos Especiais para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde (incluindo UPA II, Programa Melhor em Casa, Atenção Básica, Imunização, SINAS, Saúde da Mulher e demais programas), bem como da Divisão de Medicina do Trabalho, através da Secretaria Municipal de Administração..

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O(s) fornecedor(es) e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão nos termos abaixo:

Sem Lote.					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5 - Avental Procedimento - Paramentação Esterilidade: Não Estéril, Descartável , Material: Não Tecido 100% Polipropileno - Tipo TNT, Propriedade: Hidrorepelente , Gramatura: Cerca de 30 G/M2 à 50 g/m², Modelo Manga: Longa Com Punho de Elástico , Tamanho: Médio (M), Cor: Branca, Tipo Fechamento: Posterior Para Pescoço e Cintura. Para uso médico-hospitalar (TNT), Atóxico. O tamanho do avental deve ser no mínimo de 140 cm largura , 120 cm comprimento e 50 cm circunferencia na cava. Pacote com 10 unidades.	PACOTE	PREVEMAX	3.500	R$ 18,98	R$ 66.430,00
15 - Clorexidina Digluconato Dosagem: 2%, Aplicação: Degermante. Frasco com 1 Litro.	UNID	RIOQUIMICA RIOQUIMI	200	R$ 15,00	R$ 3.000,00
39 - Fio de Sutura Agulhado Material Fio: Nylon / Poliamida Preto , Modelo Fio: Monofilamentar , Diâmetro Fio: 5-0 , Comprimento Fio: Cerca de 45cm, Tipo Agulha: Agulha 3/8 Círculo , Modelo Agulha: Cortante Reversa / Invertida Comprimento Agulha: Cerca de 30mm, Estéril , Apresentação: Embalagem Individual.Caixa com 24 unidades.	CAIXA	Medix	170	R$ 29,90	R$ 5.083,00
50 - Luva de Proteção Não Cirúrgica - Material: Latéx natural, Tamanho: Extra Pequeno, formato anatômico, não esterilizada, antialérgico, atóxica, superfície lisa.Tipo: Ambidestra, Tipo Uso: Descartável. Lubrificada com Pó Bioabsorvível. Uso Hospitalar. Indicado para uso em hospitais, veterinários, laboratórios, clínicas odontológicas dentre outros locais onde há necessidade de proteção contra riscos como, fluidos sanguíneos, contato com microorganismos, manipulação de materiais contaminados. Caixa com 100 unidades.	CAIXA	descarpack	2.000	R$ 15,63	R$ 31.260,00
				Total do Lote:	R$ 105.773,00
			:	Total do Fornecedor	R$ 105.773,00

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

6.3. A quantidade e a periodicidade estimada para cada secretaria consta no Anexo I do edital.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;

9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou

9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.

10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.

10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.

11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, 16 de março de 2026

SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR

ANDREIA MARTINS DE SOUZA

CPF: 042.081.609-77

Secretária Municipal Da Saúde

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:128837B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica

Para Compras e serviços 2/2026

Processo Administrativo: 31/2026

Eu, THAÍS SOARES DA SILVA, Diretora Especial de Compras do Município de Paranavaí no uso das atribuições que me são conferidas por delegação,

por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Agente de contratação:

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Eletrônica nº. 2/2026, o(s) participante(s):

Vencedores dos Itens						
689991 - LOBO BRAVO LICITAÇÕES LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Vacina antirrábica para cães e gatos. Tipo: Inativada. Composição: Vírus Rábico, Cepa Pv. Forma Farmacêutica: Suspensão Injetável. Registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Aplicação: Uso Veterinário. Frasco contendo 1ml. Observação: validade mínima para dezembro/2026.	UNID	LEMA	650	R$11,74	R$7.631,00
Total do Fornecedor:						R$7.631,00

Paranavaí, 20 de março de 2026

THAIS SOARES DA SILVA

Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:A694DC29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 30/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração	
ABE4433	277510Z000029596	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
ANU7610	277510Z000029589	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
AVF3D55	277510Z000029587	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
AVT1195	277510Z000029599	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
AXY0F10	277510Z000029581	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
BBI1896	277510Z000029575	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
CMN1J58	277510Z000029572	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
ELT7542	277510Z000029570	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
ESO1F63	277510Z000029584	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
GWC9973	277510Z000029571	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
IJT5E91	277510Z000029585	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
LYX3579	277510Z000029579	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
LYZ8078	277510Z000029568	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
MCJ1152	277510Z000029567	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
MET5E36	277510Z000029591	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
MHK6G76	277510Z000029597	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
MIL4I83	277510Z000029593	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
MLJ4I09	277510Z000029594	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
MYT7B30	277510Z000029569	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
NKA4J30	277510Z000029586	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
NKA4J30	277510Z000029578	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
PHC3F74	277510Z000029564	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
PWL0F27	277510Z000029598	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
QAF7A07	277510Z000029583	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
QKQ6J19	277510Z000029574	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
QQW9H06	277510Z000029592	14/11/2025	55412	R$ 195.23	
SFL0B37	277510Z000029582	13/11/2025	55412	R$ 195.23	
UAX0E38	277510Z000029563	13/11/2025	55412	R$ 195.23	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:24B1B1DF

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 30/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	
AFT0B17	277510Z000030264	20/01/2026	55412	
AGJ9J19	277510Z000030232	19/01/2026	55412	
AKQ4023	277510Z000030240	19/01/2026	55412	
AMU9659	277510Z000030259	20/01/2026	55412	
ANW2E90	277510Z000030245	19/01/2026	55412	
AQU2953	277510Z000030254	20/01/2026	55412	
ATE8A73	277510Z000030263	20/01/2026	55412	
ATS9309	277510Z000030274	21/01/2026	55412	
AVH6D10	277510Z000030244	19/01/2026	55412	
AXR4688	277510Z000030253	20/01/2026	55412	
BCU3I40	277510Z000030235	19/01/2026	55412	
BEM7C51	116100T001170220	30/01/2026	54284	
CKN6A60	277510Z000030255	20/01/2026	55412	
CKN6A60	277510Z000030261	20/01/2026	55412	
FGI6E63	277510Z000030236	19/01/2026	55412	
FGI6E63	277510Z000030260	20/01/2026	55412	
IJT2H65	277510Z000030256	20/01/2026	55412	
JLJ9081	277510Z000030270	21/01/2026	55412	
LZC3878	277510Z000030234	19/01/2026	55412	
MIP9B48	277510Z000030233	19/01/2026	55412	
MIP9B48	277510Z000030265	20/01/2026	55412	
MIP9B48	277510Z000030248	19/01/2026	55412	
MIT0938	277510Z000030268	21/01/2026	55412	
MKD9J42	277510Z000030267	21/01/2026	55412	
MKD9J42	277510Z000030258	20/01/2026	55412	
MLU6536	116100T001170221	30/01/2026	53980	
QIP8871	277510Z000030242	19/01/2026	55412	
QIQ2D10	277510Z000030266	21/01/2026	55412	
QOK8G08	277510Z000030250	20/01/2026	55412	
QXJ3G31	277510Z000030257	20/01/2026	55412	
REB7J56	277510Z000030269	21/01/2026	55412	
RHD9D61	277510Z000030239	19/01/2026	55412	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:FD8AED94

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 30/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACS5286	277510NIC0028565	14/11/2025	50020	R$ 390.46
AJW0A97	277510NIC0028558	14/11/2025	50020	R$ 390.46
ALF9E79	277510NIC0028582	14/11/2025	50020	R$ 390.46
AOD8A05	277510T000139173	14/11/2025	76252	R$ 293.47
APZ1E30	277510NIC0028551	14/11/2025	50020	R$ 390.46
APZ1E30	277510NIC0028552	14/11/2025	50020	R$ 390.46
ATT7948	277510NIC0028581	14/11/2025	50020	R$ 586.94
AVL4195	277510NIC0028574	14/11/2025	50020	R$ 586.94
AVS5D05	277510NIC0028590	14/11/2025	50020	R$ 586.94
AXD4A55	277510NIC0028553	14/11/2025	50020	R$ 390.46
AXG4H06	277510NIC0028562	14/11/2025	50020	R$ 586.94
AZA6A79	277510NIC0028571	14/11/2025	50020	R$ 586.94
AZP4A08	277510NIC0028564	14/11/2025	50020	R$ 586.94
BBB9J12	277510NIC0028591	14/11/2025	50020	R$ 390.46
BDB8C97	277510NIC0028554	14/11/2025	50020	R$ 586.94
BDK3C58	277510NIC0028584	14/11/2025	50020	R$ 390.46
ENI9H39	277510NIC0028589	14/11/2025	50020	R$ 586.94
IZD8D68	277510NIC0028569	14/11/2025	50020	R$ 390.46
JCY6G32	277510NIC0028556	14/11/2025	50020	R$ 586.94
KAH5227	277510NIC0028578	14/11/2025	50020	R$ 586.94
MGQ8D36	277510NIC0028570	14/11/2025	50020	R$ 390.46
PCX4J62	277510NIC0028592	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QCA8B82	277510NIC0028575	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QHS4452	277510NIC0028568	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QQK2F56	277510NIC0028561	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QUD1A45	277510NIC0028559	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QUD1A45	277510NIC0028588	14/11/2025	50020	R$ 390.46
QUD1A45	277510NIC0028586	14/11/2025	50020	R$ 586.94
QWU8A59	277510NIC0028560	14/11/2025	50020	R$ 390.46
RHH1B64	277510NIC0028587	14/11/2025	50020	R$ 586.94
RHT6J53	277510NIC0028579	14/11/2025	50020	R$ 586.94
RUE0A74	277510NIC0028573	14/11/2025	50020	R$ 586.94
RVJ7C24	277510NIC0028566	14/11/2025	50020	R$ 586.94
RVJ7C24	277510NIC0028567	14/11/2025	50020	R$ 260.32
RYD3B09	277510NIC0028580	14/11/2025	50020	R$ 586.94
SCD5A28	277510NIC0028557	14/11/2025	50020	R$ 586.94
SEG1F21	277510NIC0028576	14/11/2025	50020	R$ 586.94
SEK7J34	277510NIC0028583	14/11/2025	50020	R$ 390.46
SFJ8C27	277510NIC0028555	14/11/2025	50020	R$ 586.94
SFN5H84	277510NIC0028585	14/11/2025	50020	R$ 390.46
TAI0F99	277510NIC0028577	14/11/2025	50020	R$ 586.94
TBA2E65	277510NIC0028563	14/11/2025	50020	R$ 390.46
TBP4J91	277510NIC0028572	14/11/2025	50020	R$ 390.46

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:FE894308

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 090/2026 – DE 20 DE MARÇO DE 2026.

PORTARIA N.º 090/2026 – de 20 de março de 2026.

SÚMULA: Autoriza o pagamento de diárias

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de diária conforme especificação:

Servidor	**Saída**	**Retorno**	**N.º de Diárias**	**Vl. Unit.**	**Total**	**Destino**	**Meio Transp.**	**Motivo**
Felipe Joly da Cruz	24/03/2026	27/03/2026	3	342,45	1.027,35	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria de Administração
Sandro Zbitkowski	24/03/2026	27/03/2026	3	342,45	1.027,35	Guarapuava/PR	----------	Serviços Atinentes da Secretaria

								de Administração

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal, 20 de março de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:333B6F56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2025

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2025

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM - EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, e em conjunto com o Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Cleiton das Neves, inscrito no CPF sob nº 060.xxx.xxx-02 e o DETENTOR DA ATA **BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM - EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.859.451/0001-28 com endereço na Rua Dias de Morais, 117, Centro – Quitandinha-PR, CEP 83.840-000, Fone (41) 3623-1360, e-mail: brastubos@hotmail.com; neste ato representado por Mauricio Bhras Lechinoski inscrito(a) no CPF sob nº 075.xxx.xxx-20**,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2025, nos termos do Art. 84 Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 2587/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado por mais 12 meses a ata a partir de 26/03/2026

Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, fica aditivado o valor de R$ 59.839,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos e trinta e nove reais) já considerando o índice INPC conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UN	INPC (março/25 a fev/26)	NOVO VALOR PARTIR DE 26/03/2026
1	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 20 CM	UN	100	R$ 27,50	3,35 %	R$ 28,42
2	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 40 CM	UN	900	R$ 46,00	3,35 %	R$ 47,54
3	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA COM ARMADURA CA-1 DIÂMETRO DE 1M	UN	100	R$ 349,00	3,35 %	R$ 360,69
4	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA COM ARMADURA CA-1 DIÂMETRO DE 1,5 M	UN	75	R$ 750,00	3,35 %	R$ 775,12
5	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 40 CM	UN	300	R$ 45,00	3,35 %	R$ 46,50
6	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA COM ARMADURA CA-1 DIÂMETRO DE 1,5 M	UN	25	R$ 750,00	3,35 %	R$ 775,12

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 16 de março de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:C7838876

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 012/2025

1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor **MAICON GROSSKPF**, brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.xxx.589-xx, e em conjunto com o Secretário de Viação e Serviços Rodoviários Sr. Cleiton das Neves, inscrito no CPF sob nº 060.xxx.xxx-02 e o DETENTOR DA ATA **FABRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO BEIRA RIO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.483.990/0001-93, com endereço na Rua Tereza Conrad, 900- Oxford - São Bento do Sul-SC CEP 89.285-155, Fone: (47) 3635-0846, e-mail: joni@beirarionet.com.br neste ato representado por Marcio José Drevek inscrito(a) no CPF sob nº 698.xxx.809-xx**,** e perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem FIRMAR TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2025, nos termos do Art. 84 Lei nº 14.133/21, dos documentos constantes no processo 2588/2026 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado por mais 12 meses a ata a partir de 26/03/2026

Cláusula Segunda: Em razão da prorrogação, fica aditivado o valor de R$ 79,875,00 (setenta e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais) já considerando o índice INPC conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR UN	INPC (março/25 a fev/26)	NOVO VALOR PARTIR DE 26/03/2026
1	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 30 CM	UN	600	R$ 32,40	3,35 %	R$ 33,48
2	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 60 CM	UN	488	R$ 89,00	3,35 %	R$ 91,98
3	TUBO DE COMCRETO FCK 25MPA SIMPLES DIÂMETRO DE 60 CM	UN	162	R$ 89,00	3,35 %	R$ 91,98

Cláusula Terceira: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên/PR, 16 de março de 2026

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:6387D31F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	47.290.981,37
Previsão Atualizada da Receita	48.971.384,17
Receitas Realizadas	6.730.724,38
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	3.813.592,07
Dotação Inicial	45.890.981,37
Dotação Atualizada	57.372.412,91
Despesas Empenhadas	5.776.942,80
Despesas Liquidadas	5.776.942,80
Despesas Pagas	5.595.550,17
Superávit Orçamentário	953.781,58
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	5.776.942,80
Despesas Liquidadas	5.776.942,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	5.323.389,06
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	5.323.389,06
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	5.278.001,06
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado até o bimestre (b)	% em relação a meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	736.386,89	0,00 %
Resultado Primário	0,00	1.029.190,74	0,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado até o bimestre	Limites constitucionais anuais	
		% Mínimo a aplicar no exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do	1.155.034,19	25%	22,98
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	657.154,80	70%	94,43
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	23.818,37	50%	46,88
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo a realizar	
Receita de Operações de Crédito	0,00		5.000,00	
Despesa de Capital Líquida	369.541,25		23.909.711,24	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	8.135,35		292.864,65	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	145.602,49		425.950,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	744.081,72	15%	14,80	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas/RCL (%)	0,00			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 19/03/2026 20:40				

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:0E0DDE2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)			Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 14/06/2023				
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.290.981,37	48.971.384,17	6.730.724,38	13,74	6.730.724,38	13,74	42.240.659,79
RECEITAS CORRENTES	46.934.981,37	46.985.183,42	5.323.389,06	11,33	5.323.389,06	11,33	41.661.794,36
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.583.450,00	1.583.450,00	158.013,91	9,98	158.013,91	9,98	1.425.436,09
IMPOSTOS	1.394.600,00	1.394.600,00	152.366,00	10,93	152.366,00	10,93	1.242.234,00
TAXAS	188.850,00	188.850,00	5.647,91	2,99	5.647,91	2,99	183.202,09
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	156.000,00	156.000,00	22.892,40	14,67	22.892,40	14,67	133.107,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	156.000,00	156.000,00	22.892,40	14,67	22.892,40	14,67	133.107,60
RECEITA PATRIMONIAL	592.500,00	642.702,05	147.981,52	23,02	147.981,52	23,02	494.720,53
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	592.500,00	642.702,05	147.981,52	23,02	147.981,52	23,02	494.720,53
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	146.500,00	146.500,00	3.188,00	2,18	3.188,00	2,18	143.312,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	146.500,00	146.500,00	3.188,00	2,18	3.188,00	2,18	143.312,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.456.531,37	44.456.531,37	4.958.176,21	11,15	4.958.176,21	11,15	39.498.355,16
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	23.979.345,00	23.979.345,00	3.605.888,44	15,04	3.605.888,44	15,04	20.373.456,56
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	16.947.186,37	16.947.186,37	712.814,14	4,21	712.814,14	4,21	16.234.372,23
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.530.000,00	3.530.000,00	639.473,63	18,12	639.473,63	18,12	2.890.526,37
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	33.137,02	3.313.702,00	33.137,02	3.313.702,00	(33.137,02)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	33.137,02	3.313.702,00	33.137,02	3.313.702,00	(33.137,02)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	356.000,00	1.986.200,75	1.407.335,32	70,86	1.407.335,32	70,86	578.865,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	301.000,00	301.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	50.000,00	1.680.200,75	1.407.335,32	83,76	1.407.335,32	83,76	272.865,43
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	50.000,00	1.536.721,31	1.317.335,32	85,72	1.317.335,32	85,72	219.385,99
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	143.479,44	60.000,00	41,82	60.000,00	41,82	83.479,44
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	30.000,00	3.000.000,00	30.000,00	3.000.000,00	(30.000,00)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.290.981,37	48.971.384,17	6.730.724,38	13,74	6.730.724,38	13,74	42.240.659,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	47.290.981,37	48.971.384,17	6.730.724,38	13,74	6.730.724,38	13,74	42.240.659,79
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	47.290.981,37	48.971.384,17	6.730.724,38	13,74	6.730.724,38	13,74	42.240.659,79
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.813.592,07	0,00	0,00	3.813.592,07	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	3.813.592,07	0,00	0,00	3.813.592,07	100,00	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.595.550,17
DESPESAS CORRENTES	30.906.156,78	32.793.160,42	5.407.401,55	5.407.401,55	27.385.758,87	5.407.401,55	5.407.401,55	27.385.758,87	5.226.008,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.242.684,65	10.279.791,34	1.902.517,52	1.902.517,52	8.377.273,82	1.902.517,52	1.902.517,52	8.377.273,82	1.761.867,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	168.500,00	168.500,00	21.998,05	21.998,05	146.501,95	21.998,05	21.998,05	146.501,95	21.998,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.494.972,13	22.344.869,08	3.482.885,98	3.482.885,98	18.861.983,10	3.482.885,98	3.482.885,98	18.861.983,10	3.442.143,67
DESPESAS DE CAPITAL	14.684.824,59	24.279.252,49	369.541,25	369.541,25	23.909.711,24	369.541,25	369.541,25	23.909.711,24	369.541,25
INVESTIMENTOS	14.434.824,59	24.029.252,49	349.541,25	349.541,25	23.679.711,24	349.541,25	349.541,25	23.679.711,24	349.541,25
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	250.000,00	250.000,00	20.000,00	20.000,00	230.000,00	20.000,00	20.000,00	230.000,00	20.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.595.550,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.776.942,80	5.776.942,80	51.595.470,11	5.595.550,17
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	953.781,58	0,00	0,00	953.781,58	0,00	1.135.174,21
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	6.730.724,38	0,00	5.776.942,80	6.730.724,38	0,00	6.730.724,38
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4F3D486B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	Memória de cálculo TCE: 2024-Versão 1.0 - publicada 09/08/2024	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.985.183,42	5.323.389,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.583.450,00	158.013,91
IPTU	257.500,00	1.598,34
ISS	335.000,00	25.527,32
ITBI	226.000,00	2.990,00
IRRF	576.100,00	122.250,34
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	188.850,00	5.647,91

Contribuições	156.000,00	22.892,40
Receita patrimonial	642.702,05	147.981,52
Aplicações Financeiras (II)	642.702,05	147.981,52
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	44.456.531,37	4.958.176,21
Cota-Parte do FPM	18.057.300,00	3.199.831,20
Cota-Parte do ICMS	3.126.500,00	558.234,79
Cota-Parte do IPVA	357.500,00	132.231,53
Cota-Parte do ITR	9.080,00	81,25
Cota-Parte do IPI - Municípios	38.800,00	8.445,41
Transferências do FUNDEB	3.815.000,00	708.311,75
Outras transferências correntes	19.052.351,37	351.040,28
Demais receitas correntes	146.500,00	36.325,02
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	146.500,00	36.325,02
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	46.342.481,37	5.175.407,54
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.986.200,75	1.407.335,32
Operações de Crédito (VIII)	5.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	301.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	301.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.680.200,75	1.407.335,32
Convênios	1.660.200,75	1.317.335,32
Outras Transferências de Capital	20.000,00	90.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	1.981.200,75	1.407.335,32
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	48.323.682,12	6.582.742,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	48.323.682,12	6.582.742,86

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	32.793.160,42	5.407.401,55	5.407.401,55	5.226.008,92	0,00	0,00	0,00
Pessoal e encargos sociais	10.279.791,34	1.902.517,52	1.902.517,52	1.761.867,20	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX))	168.500,00	21.998,05	21.998,05	21.998,05	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	22.344.869,08	3.482.885,98	3.482.885,98	3.442.143,67	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	32.624.660,42	5.385.403,50	5.385.403,50	5.204.010,87	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	24.279.252,49	369.541,25	369.541,25	369.541,25	0,00	0,00	0,00
Investimentos	24.029.252,49	349.541,25	349.541,25	349.541,25	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	250.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	24.029.252,49	349.541,25	349.541,25	349.541,25	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	56.953.912,91	5.734.944,75	5.734.944,75	5.553.552,12	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	56.953.912,91	5.734.944,75	5.734.944,75	5.553.552,12	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	1.029.190,74
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	1.029.190,74
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.507.725,44
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	21.998,05
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	2.514.918,13

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até o Bimestre / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	710.000,00	690.000,00
DEDUÇÕES (XL)	8.040.164,68	8.756.551,57
Disponibilidade de Caixa	8.040.164,68	8.756.551,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.040.164,68	9.011.112,81
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	181.392,63
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	73.168,61
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(7.330.164,68)	(8.066.551,57)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		736.386,89

AJUSTE METODOLÓGICO	**Até o Bimestre / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	181.392,63
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	917.779,52
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(567.947,87)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.813.592,07
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.813.592,07
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E9DEDB58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 8 - RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0a - Publicada em 22/10/2024	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO** **ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS** **Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.394.600,00	152.366,00
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	257.500,00	1.598,34
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	226.000,00	2.990,00
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	335.000,00	25.527,32
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	576.100,00	122.250,34
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	26.496.150,00	4.873.529,81
2.1 - Cota-parte FPM	22.081.300,00	3.999.788,91
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.118.500,00	3.999.788,91
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.962.800,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	3.908.000,00	697.793,45
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	48.500,00	10.556,76
2.4 - Cota-parte ITR	11.350,00	101,55
2.5 - Cota-parte IPVA	447.000,00	165.289,14
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	27.890.750,00	5.025.895,81
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	4.906.670,00	974.705,96

5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	2.066.017,50	281.767,99

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.817.000,00	695.926,34
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.532.000,00	645.120,35
6.1.1 - Principal	3.530.000,00	639.473,63
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	2.000,00	5.646,72
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	285.000,00	50.805,99
6.3.1 - Principal	285.000,00	50.805,99
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	(1.376.670,00)	(335.232,33)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	159.893,52	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	71.245,55	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	88.647,97	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	855.819,86	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	3.871.554,55	657.154,80	657.154,80	608.282,43	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.494.500,00	657.154,80	657.154,80	608.282,43	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.254.500,00	236.038,79	236.038,79	218.852,42	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	2.240.000,00	421.116,01	421.116,01	389.430,01	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	377.054,55	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	142.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	54.554,55	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	657.154,80	657.154,80	608.282,43	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	633.336,43	633.336,43	587.924,84	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com	23.818,37	23.818,37	20.357,59	0,00	0,00	0,00

FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	657.154,80	657.154,80	608.282,43	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	23.818,37	23.818,37	20.357,59	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	487.148,44	657.154,80	657.154,80	94,43
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	25.403,00	23.818,37	23.818,37	46,88
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	7.620,90	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	69.592,63	38.771,54	38.771,54	0,00	5,57

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	376.012,09	71.245,55	0,00	0,00	0,00	34.529,81
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	343.068,79	1.586,51	0,00	0,00	0,00	1.586,51

19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	32.943,30	69.659,04	0,00	0,00	0,00	32.943,30

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	2.562.955,01	180.328,23	180.328,23	175.324,46	0,00
20.1 - Educação Infantil	74.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	2.294.577,25	173.328,23	173.328,23	168.324,46	0,00
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	14.397,51	7.000,00	7.000,00	7.000,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	179.980,25	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	6.060.131,80	830.483,03	830.483,03	776.606,89	0,00
21.1 - Educação Infantil	1.471.000,00	236.038,79	236.038,79	218.852,42	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.589.131,80	594.444,24	594.444,24	557.754,47	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	180.328,23
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	974.705,96
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.586,51
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	1.153.447,68

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.256.473,95	1.153.447,68	22,95

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**

30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.472.500,00	89.160,50
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	461.500,00	65.657,88
31.1.1 - Pessoal Ativo	186.000,00	42.481,02
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	114.000,00	12.852,44
31.1.4 - PNATE	53.500,00	0,01
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	108.000,00	10.324,41
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.900.000,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	111.000,00	23.502,62

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.508.110,78	221.004,68	221.004,68	220.115,98	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	274.480,08	12.922,94	12.922,94	12.922,94	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	332.630,70	208.081,74	208.081,74	207.193,04	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	8.942.620,34	987.483,03	987.483,03	933.606,89	0,00
33.1 - Despesas Correntes	6.190.621,47	830.483,03	830.483,03	776.606,89	0,00
33.1.1 - Pessoal Ativo	4.356.554,55	680.423,89	680.423,89	628.844,05	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	1.654.066,92	150.059,14	150.059,14	147.762,84	0,00
33.2 - Despesas de Capital	2.751.998,87	157.000,00	157.000,00	157.000,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	2.751.998,87	157.000,00	157.000,00	157.000,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	159.893,52	91.235,52
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	713.958,47	42.481,02
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	608.282,43	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	265.569,56	133.716,54
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	265.569,56	133.716,54
Código de controle: 6475f499-5ee9-48b5-80dc-8f3472390b66 Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 19/03/2026 17:38		

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A57D198C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 47/2026

Município de Pinhal de São Bento - 2026			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2026 até 31/12/2026			
Lei/Ato n° 5531 - Decreto n° 47/2026 de 19/03/2026	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 5201 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA 1104		2025
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		30.000,00
Despesa			
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Anulação	30.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.306.1203.2023	Manter o Programa de Alimentação Escolar - Pré Escolar		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1070 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
05	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
05.002	Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Turismo	**Tipo de operação:** Abertura	
12.361.1201.2027	Manter e Implementar Ações da Secretária de Educação		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
1310 103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	30.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	30.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:23AC5912

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO - CORREÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO,

ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS NO ÂMBITO REGIONAL

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

OBJETO: "Aquisição de Equipamentos e Componentes de Informática, com Prestação de Serviços de Manutenção de Computadores, Impressoras, Infraestrutura de Rede e Suporte Técnico para o Município de Pinhal de São Bento".

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n° 95.590.832/0001-11, informa que houve divergência entre as quantidades dos itens cadastrados no sistema Compras.gov.br e aquelas constantes no edital do pregão eletrônico 09/2026, processo administrativo 15/2026.

Esclarece-se que o edital sempre previu as quantidades corretas conforme segue a seguir:

Lote 01						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
32	10412	Notebook novo, com processador mínimo 6 MB de cache, frequência base mínima de 1,7 GHz e turbo mínimo de 3,9 GHz. Memória RAM mínima de 8 GB DDR4 2666 MHz ou superior, expansível. Armazenamento em SSD NVMe M.2 com capacidade mínima de 256 GB. Tela LED de 15,6", resolução	23,00	UNIDADE	3.375,24	77.630,52

		mínima HD (1366x768), formato widescreen. Placa de vídeo integrada. Conectividade Wi-Fi e Bluetooth. Webcam mínima de 720p. Portas mínimas: 2 USB 3.0 ou superior, 1 USB 2.0, 1 HDMI, RJ45. Sistema operacional Windows 10 Pro ou superior, devidamente licenciado em português (Brasil). Acompanhar Microsoft Office Professional, licenciado. Teclado padrão ABNT2 com teclado numérico. Produto novo. Garantia mínima de 12 meses.				
39	13742	Horas de serviço de manutenção de computadores e impressoras, compreendendo formatação de sistemas, limpeza preventiva e corretiva, reparos, remoção de vírus, instalação e configuração de softwares em geral, bem como manutenção, substituição e instalação de componentes de hardware (tais como fontes, memórias, discos, placas, periféricos e demais componentes necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos). Os serviços deverão ser executados por profissional com formação na área de informática, sendo que a empresa contratada deverá se apresentar para prestar assistência técnica no prazo máximo de 24 horas, com atendimento realizado exclusivamente no município.	500,00	HORAS	109,75	54.875,00
40	13743	Horas de serviço de manutenção de rede lógica e comunicação de dados, compreendendo configuração, monitoramento e manutenção da rede lógica cabeada e wireless, endereçamento IP, DHCP, DNS, compartilhamento de arquivos e impressoras, controle de acessos, configuração de equipamentos de rede (roteadores, switches e pontos de acesso), diagnóstico e correção de falhas de comunicação, bem como serviços de organização, backup, restauração e migração de dados, assegurando a integridade, disponibilidade e segurança das informações.	450,00	HORAS	126,33	56.848,50

Os respectivos itens serão corrigidos no sistema compras.gov.br. Para garantir a ampla competitividade e isonomia entre os licitantes, fica **ALTERADA** a sessão para o dia 09/04/2026, horário: 09:00.

Permanecem inalteradas demais condições do edital.

Pinhal de São Bento/PR, 19/03/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA

Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA

Prefeito

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:A86994BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO IX DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA					
PODER EXECUTIVO					
ESTADO DO PARANÁ					
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO					
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)					R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS (b)**		**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	54.658.951,91		0,00		54.658.951,91
DESPESAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	167.281.210,75	9.617.582,98	5.528.583,17	0,00	157.663.627,77
Investimentos	148.081.210,75	6.897.212,35	2.808.212,54	0,00	141.183.998,40
Amortização da Dívida	19.200.000,00	2.720.370,63	2.720.370,63	0,00	16.479.629,37
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	167.281.210,75	9.617.582,98	5.528.583,17	0,00	157.663.627,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	**112.622.258,84**	**9.617.582,98**	**0,00**	**0,00**	**103.004.675,86**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 as 16:22:03					
MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI					

Prefeito
GILBERTO MAZON
Controle Interno
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças
GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:1C674BD3

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO XIV DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA				
PODER EXECUTIVO				
ESTADO DO PARANÁ				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO				
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			**Até Período**	
Previsão Inicial			699.669.951,91	
Previsão Atualizada			769.111.777,41	
Receitas Realizadas			106.089.810,94	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			476.200,00	
Dotação Inicial			699.669.951,91	
Dotação Atualizada			769.587.977,41	
Despesas Empenhadas			96.997.695,53	
Despesas Liquidadas			69.007.649,54	
Despesas Pagas			64.557.262,04	
Superávit Orçamentário			37.082.161,40	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			**Até Período**	
Despesas Empenhadas			96.978.794,67	
Despesas Liquidadas			68.988.748,68	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			**Até Período**	
Receita Corrente Líquida			451.659.924,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			446.609.924,01	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			442.788.357,36	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			**Até Período**	
Receitas Previdenciárias Realizadas			22.297.838,78	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			5.286.416,96	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			5.286.416,96	
Resultado Previdenciário			17.011.421,82	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			4.772.124,20	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			4.757.183,12	
Resultado Previdenciário			-4.757.183,12	
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Primário - Acima da Linha		-	13.259.546,89	-
Resultado Nominal - Acima da Linha		-	14.523.431,58	-
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrito**	**Cancelado Até o Período**	**Pagamento Até o Período**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.783.359,46	0,00	1.764.442,60	18.916,86
Poder Executivo	1.783.359,46	0,00	1.764.442,60	18.916,86
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	22.409.616,40	0,00	9.589.103,54	12.820.512,86
Poder Executivo	22.223.998,98	0,00	9.403.967,42	12.820.031,56
Poder Legislativo	185.617,42	0,00	185.136,12	481,30
TOTAL	24.192.975,86	0,00	11.353.546,14	12.839.429,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado Até o Período**	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	13.512.761,35	25,00	25,27	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	14.839.701,60	70,00	76,95	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo Não Realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		54.658.951,91	
Despesa de Capital Líquida	9.617.582,98		157.663.627,77	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**2026**	**2036**	**2046**	**2061**
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	**Valor Apurado Até Período**		**Saldo a Realizar**	
Despesa de Capital Líquida	1.000,90		- 1.000,90	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Período**	**Limites Constitucionais Anuais**		
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	**% Aplicado até o Período**	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.865.537,86	15,00	7,23	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE**			
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 - 16:52:58				
MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI				
Prefeito				

GILBERTO MAZON
Controle Interno
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças
GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:0340F4C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNICA N.°06/2026.

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência n.°6 / 2026, nestes termos:

Data Concorrência**:**12/03/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de edificação em alvenaria destinada à implantação de duas salas de aula na Escola Municipal Vice-Prefeito Euclides Gomes da Silva, no Município de Pitanga/PR, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP	04.465.784/0001-84	R$ 141.950,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 141.950,00 (cento e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta reais)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DE DUAS SALAS DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL VICE-PREFEITO EUCLIDES GOMES DA SILVA, localizada no município de Pitanga/PR.	UND	1	R$ 141.950,00	R$ 141.950,00	CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 19 de março 2026.

DIRCEU MORAES

Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:029D561A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 095/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 012/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E J A DISTRIBUIDORA LTDA.

Aos dezessete dias mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **J A DISTRIBUIDORA LTDA**, neste ato representada pela Administradora a Sra. **Tatiana Almeida França**, resolvem em comum acordo reajustar os valores do contrato administrativo nº095/2025, firmado entre as partes em data de 09 de abril de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso de todas as Secretarias do município de Planalto-PR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude de mútuo acordo entre as partes, fica alterado através de reequilíbrio de preços, os valores dos itens constante na cláusula primeira (do objeto do contrato), totalizando a importância de R$ 1.329,40 (um mil, trezentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), conforme planilha demonstrativa abaixo, pertinente ao Contrato Administrativo nº 095/2025, celebrado entre as partes em 09 de abril de 2025, tendo como importe o valor originário no valor de R$ 16.121,00 (dezesseis mil e cento e vinte reais), passando a partir desta para o valor total contrato na importância R$ 17.450,40 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

ITEM	OBJETO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR REAJUSTE	VALOR DA DIFERENÇA	VALOR TOTAL
15	AROMATIZADOR/NEUTRALIZADOR DE ODORES PARA AMBIENTE, em forma de aerossol, fragrância agradável, não contendo clorofluorcarbono-cfc (inofensivo à camada de ozônio). Registro no ministério da saúde. Embalagem contendo o nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem: frasco com 400ml.	250	UN	6,96	7,42	0,50	125,00
51	ESPONJA DE AÇO inoxidável de longa duração. 10 gramas.	300	UN	1,49	1,64	0,15	45,00
78	PÁ PARA LIXO, em chapa de aço ou alumínio com cabo grande. Material cabo: madeira. Comprimento cabo: de até 80 cm. Características adicionais: com cabo perfeitamente reto e lixado ou plastificado.	80	UN	6,94	9,23	2,29	183,20
91	RODO COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. Comprimento de 55 cm e acompanha cabo com 120 cm. Com cantos arredondados.	50	UN	9,99	10,95	0,96	48,00
94	RODO PARA PISO, com borracha de e.v.a, base em madeira com 55 cm de comprimento, cabo em madeira revestido em plástico, rosqueável, com 120 cm de comprimento, podendo ter variação dimensional de +/- 5 %, as borrachas deverão ultrapassar a base em no mínimo 1 cm.	130	UN	6,84	7,34	0,50	65,00
97	SABONETE LÍQUIDO PARA MÃO - sabonete antisséptico para higiene das mãos. Limpeza e assepsia das mãos com eficácia contra um amplo espectro de micro-organismos (staphylococcusaureaus, escherichia coli, pseudomonasaeruginosa, e salmonela choleraesuis). Faixa de concentração para o uso: puro. Aspecto: líquido viscoso; ph 6,0 – 8,0; composição química: tensoativoaniônico, tensoativo não iônico, tensoativoanfótero e agente bactericida; princípio ativo: triclosan (nº cas 3380-34-5) 0,3 – 0,5%. Embalagem com 5 litros.	250	UN	12,60	15,31	2,71	677,50
136	REFIL LIQUIDO 500ml para dispenser, fragrância erva doce.	190	UN	4,18	4,81	0,63	119,70
147	Capsula de café expresso, compatível com máquina dolce gusto. Caixa com sabores variados contendo 10 capsulas.	50	CX	19,84	21,16	1,32	66,00
TOTAL							**1.329,40**

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ R$ 17.450,40 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

TATIANA ALMEIDA FRANÇA

J A Distribuidora LTDA

Testemunhas:

_____

DIEGO VINICIUS RUCKHABER

RG nº 12.685.090-5 /PR

_____

CARLA FATIMA MOMBACH STURM

RG nº 6.772.151-9/ PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:CFEF8293

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 279/2025

QUARTO TERMO ADITIVO (REEQUILIBRIO DE PREÇOS) AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 279/2025, EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 034/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E SUPERMERCADO LINK LTDA.

Aos dezessete dias mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **SUPERMERCADO LINK LTDA**, neste ato representada pela Administradora a Sra. **Joslei Maristela Hartmann**, resolvem em comum acordo reajustar os valores do contrato administrativo nº 279/2025, firmado entre as partes em data de 30 de julho de 2025, cujo objeto é a contratação de empresa visando a aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar atendendo a rede de educação infantil, ensino fundamental e educação especial, deste Município de Planalto-PR., nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Em virtude de mútuo acordo entre as partes, fica alterado através de reequilíbrio de preços, os valores dos itens constante na cláusula primeira (do objeto do contrato), totalizando a importância de R$ 58.824,74 (cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos), conforme planilha demonstrativa abaixo, pertinente ao Contrato Administrativo nº 279/2025, celebrado entre as partes em 30 de julho de 2025, tendo como importe o valor originário acrescido de temos aditivos que perfazem o valor de R$ 746.034,40 (setecentos e quarenta e seis mil, trinta e quatro reais e quarenta centavos), passando a partir desta para o valor total contrato na importância R$ 804.859,14 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos).

ITEM	OBJETO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR REAJUSTE	VALOR DA DIFERENÇA	VALOR TOTAL
13	CARNE BOVINA PICADA – de 1ª QUALIDADE	3.138	KG	24,50	28,95	4,45	13.964,10
31	OVOS DE GALINHA VERMELHO médio, devem ser provenientes de estabelecimento avícola cadastrado junto ao serviço oficial competente (SIM, SISBI, SIP ou SIF). Devem ser tamanho médio, uniforme, íntegros, estar limpos e terem casca lisa. Virem armazenados em embalagem próprio e limpa para garantir sua integridade. Prazo de validade mínima de 15 dias, a contar da data de entrega. O transporte deve ser feito em veículo fechado, refrigerado. Capaz de manter a temperatura sempre constante.	2.588	DZ	7,00	9,50	2,50	6.470,00
34	REPOLHO vegetal firme integro e limpo textura e consistência de vegetal fresco, livre de podridão, Acondicionado em saco plástico atóxico, transparente e resistente. Cultivo convencional, não hidropônicos.	2.850	KG	1,00	4,90	3,90	11.115,00
16	CENOURA MÉDIA in natura tamanho e coloração uniformes, isentam de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Características: Produto selecionado, consistente ao toque e isento de partes amassadas ou batidas. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à	2.068	KG	3,06	4,85	1,79	3.701,72

	superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica; livre de resíduos de fertilizantes.						
15	CEBOLA DE CABEÇA IN NATURA de primeira qualidade, branca a granel, bulbo de tamanho médio; firmes, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, com casca lisa, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca; livre da maior parte possível de terra aderente à casca e de resíduo de fertilizante, isenta de umidade externa anormal; com características íntegras e de primeira qualidade. Demais condições de acordo com as normas de saúde/sanitárias vigentes (ANVISA, SIF, INMETRO e outras).	2.130,50	KG	3,01	1,94	4,95	10.545,97
22	LARANJA com grau de maturação tal que lhes permita transporte, manipulação e a conservação em condições adequadas para o consumo, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica; livre de resíduos de fertilizantes. Isento de pontos escuros ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas.	2.227	KG	4,01	1,84	5,85	13.027,95
TOTAL							**58.824,74**

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a Cláusula Terceira (DO PREÇO E DO REAJUSTE), em virtude do acréscimo ao item constante na Cláusula Primeira (do objeto), passando o valor total contratado na importância R$ 804.859,14 (oitocentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quatorze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI

Prefeito Municipal

JOSLEI MARISTELA HARTMANN

Supermercado Link LTDA

Testemunhas:

_____ _____

DIEGO VINICIUS RUCKHABER

RG nº 12.685.090-5 /PR

_____

CARLA FATIMA MOMBACH STURM

RG nº 6.772.151-9/ PR

Publicado por:
Carla Fátima Mombach Sturm
Código Identificador:AF1834FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2026 EDITAL Nº 014/2026 HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO N° 002/2026

EDITAL Nº 014/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORECATU, ESTADO DO PARANÁ, **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Edital de Abertura nº 002/2026, publicado em 30 de janeiro de 2026;

Considerando o Edital nº 012/2026 com a homologação preliminar das inscrições, publicado em 11 de março de 2026;

TORNA PÚBLICA

Art. 1º - A homologação das inscrições, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso para Emprego Público de Porecatu - PR, para os candidatos de acordo com anexos I e II deste Edital.

Art. 2º - O Anexo I contém a homologação das inscrições após prazo para recursos e o Anexo II contém o status dos recursos contra a homologação preliminar das inscrições cadastrados do site da UNIOESTE/COGEPS durante o prazo estabelecido em cronograma.

Art. 3º - Os candidatos que interpuseram recurso contra a homologação preliminar das inscrições poderão consultar a resposta individualmente na "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico https://concursos.unioeste.br/.

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, Estado do Paraná, 18 de março de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN

Prefeito do Município de Porecatu - PR

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

AGENTE ENDÊMICO				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000027	ABIGAIL MARINHO DA SILVA	782.XXX.XXX-00	X	
000373	ADRIANA DE MORAES ZOCCANTE	063.XXX.XXX-05		
000003	ADRIENE ALVES CARDOSO	105.XXX.XXX-80		
000057	AILTON DE JESUS	004.XXX.XXX-35		
000336	ALINE DA SILVA SÁ	087.XXX.XXX-47		
000347	ANA ANGÉLICA DE ANDRADE E SOUZA	119.XXX.XXX-74		
000005	ANA CAROLINA SILVA GOMIDE	098.XXX.XXX-00	X	
000243	ANA CLAUDIA ALVES DA SILVA	073.XXX.XXX-40		
000218	ANA LUCIA FERREIRA RODRIGUES	008.XXX.XXX-07	X	
000284	ANA PAULA LEITE DA SILVA	007.XXX.XXX-70	X	
000140	ANDRE APARECIDO FERREIRA	090.XXX.XXX-02		
000109	ANDREIA AQUINO FERREIRA	007.XXX.XXX-84	X	
000084	ANGELO GABRIEL CORDEIRO DE CARVALHO	119.XXX.XXX-14		
000145	ARIANE BÁRBARA BATISTA	090.XXX.XXX-48		
000018	BRUNO HIDEO DE GASPERI COUCEIRO	081.XXX.XXX-98		
000065	CAMILA CARVALHO SANTOS	105.XXX.XXX-42	X	
000008	CAMILA ROMUALDO CASTRO	106.XXX.XXX-62	X	

000026	CLAYTON DA SILVA ROCHA	074.XXX.XXX-38	X	
000252	CLEBER MAZETTO BORGES	033.XXX.XXX-40	X	
000301	CLEITON PEREIRA LADEIRA	129.XXX.XXX-94		
000055	CRISTIANE FREIRES DA SILVA	066.XXX.XXX-63	X	
000142	CRISTINA BATISTA FREIRES DA SILVA	042.XXX.XXX-00	X	
000271	DANIEL TEIXEIRA DA SILVA	452.XXX.XXX-71		
000371	DIEGO FERNANDO PEREIRA LIMA	076.XXX.XXX-96		
000006	DIEGO SOARES PEREIRA	047.XXX.XXX-18		
000207	EDILSON PEREIRA VARGAS	000.XXX.XXX-17	X	
000219	EDSON DE ALCÂNTARA DIAS	771.XXX.XXX-53	X	
000230	ELAINE ESTEVES	075.XXX.XXX-80		
000122	ELEN ADRIANA RODRIGUES DE LIMA	051.XXX.XXX-20	X	
000199	EMANOELA SANTANA PELEGRINO	051.XXX.XXX-04		
000333	ERIC VINICIUS SILVA JACOMELLI	091.XXX.XXX-19		
000100	ERIK MACEDO DOS SANTOS	498.XXX.XXX-12		
000072	EVERTON GOMES	345.XXX.XXX-20	X	
000187	EVERTON VIEIRA	043.XXX.XXX-81		
000129	FABIANA DA SILVA NEVES	100.XXX.XXX-71	X	
000340	FABIANA DE LIMA DINIS OLIVEIRA	071.XXX.XXX-46		
000112	FABIANE NUNES DOS SANTOS CUENCA	081.XXX.XXX-39		
000314	FÁBIO HENRIQUE DA	053.XXX.XXX-94	X	
000294	FABRICIO ANDRE DA SILVA	076.XXX.XXX-45	X	
000091	FELIPE FERREIRA DOS SANTOS	068.XXX.XXX-28		
000353	FERNANDA DE AZEVEDO FURLANETTO	109.XXX.XXX-93		
000193	FRANCIELLI CRISTINA CHIQUETTI	088.XXX.XXX-32		
000085	FRANCISLAINE ALVES KAUFMANN	110.XXX.XXX-62	X	
000330	GABRIEL DA SILVA VASCONCELOS	094.XXX.XXX-80	X	
000244	GABRIEL MOURA CORRÊA ORCHANHESKI	095.XXX.XXX-38		
000017	GABRIELA CONFORTINI	105.XXX.XXX-01	X	
000037	GIOVANA MIGNACA ZANON	083.XXX.XXX-61		
000247	GIOVANA RAMOS ALONSO	107.XXX.XXX-36		
000162	GRAZIELE APARECIDA GONCALVES	402.XXX.XXX-97		
000227	GUSTAVO HENRIQUE DE SOUZA AMARAL	120.XXX.XXX-00	X	
000181	GUSTAVO RIBEIRO SEVERINO	102.XXX.XXX-45		
000276	HERIK PASQUINI MUNIZ SILVA	088.XXX.XXX-30		
000146	INGRID SCHNEIDER FERREIRA SOARES	397.XXX.XXX-50		
000202	IVAN LAUREANO DA SILVA	954.XXX.XXX-72	X	
000125	IZADORA KAMILE BANHO RODOLFO	148.XXX.XXX-35		
000292	JAILICE ROSA SIQUEIRA	685.XXX.XXX-72		
000097	JAQUELINE LOPES OLIVEIRA DE ALMEIDA	080.XXX.XXX-81	X	
000310	JHENIFFER SANTOS AMARAL	068.XXX.XXX-09	X	
000384	JHONATA LEONARDO DOS SANTOS	120.XXX.XXX-30		
000302	JOÃO ANTONIO DA SILVA RAMALHO	112.XXX.XXX-04		
000346	JOÃO PEDRO MARQUES	112.XXX.XXX-75	X	
000369	JOCELIA DOS SANTOS LIMA	314.XXX.XXX-93		
000131	JOSIANE PEREIRA DA SILVA	073.XXX.XXX-36	X	
000223	KATIA CRISTINA FRANCA RAMOS	373.XXX.XXX-89		
000058	KELLY MORANDI PERRE	058.XXX.XXX-82		
000060	LARISSA DE MORAES BUENO FRASSATE	064.XXX.XXX-73		
000110	LEONARDO TOLEDO BANHO	141.XXX.XXX-67		
000028	LISSANDRA APARECIDA RODRIGUES COSTA	095.XXX.XXX-26	X	
000337	LORENA DE OLIVEIRA MELO	120.XXX.XXX-09		
000054	LUAN GOMES DOS SANTOS	118.XXX.XXX-61		
000209	LUANA CRISTINA DA SILVA	117.XXX.XXX-82		
000267	LUCAS FRANCISCO MATURANO	112.XXX.XXX-90		
000216	LUCIANE ANDRÉIA PERES MOURA	008.XXX.XXX-10		
000233	LUCIANO JOSÉ DE ALMEIDA	028.XXX.XXX-96	X	
000351	LUDIMILA MARTINS GALLEGO	345.XXX.XXX-71		
000069	LUIS ANTONIO ZANINELO	020.XXX.XXX-62		
000127	LUIS FERNANDO DE ALMEIDA	104.XXX.XXX-98		
000350	LUIS HENRIQUE MARTINS MACHADO	518.XXX.XXX-11		
000150	LUIS HENRIQUE SANTOS FONTANES	123.XXX.XXX-66		
000175	LUNIELA LETÍCIA GONÇALVES DE LIMA	091.XXX.XXX-35	X	
000166	MARCELO ALVES DA SILVA	061.XXX.XXX-75		
000189	MÁRCIA DA SILVA	140.XXX.XXX-00	X	
000009	MÁRCIA ROBERTA DA SILVA MACEDO	019.XXX.XXX-96		
000164	MARGARETE SCHINEIDER	010.XXX.XXX-75		
000094	MARIA APARECIDA PEDROSA MACIEL	089.XXX.XXX-70	X	
000034	MARIA ESTELA COELHO DOS SANTOS	127.XXX.XXX-75		
000020	MARIA GABRIELA RODRIGUES	151.XXX.XXX-93		X
000013	MARIANA OLIVEIRA GABRIELI	123.XXX.XXX-11		
000339	MARINUCI RODRIGUES DA SILVA	167.XXX.XXX-51		
000275	MICHELI DA SILVA SÁ RODRIGUES	072.XXX.XXX-69	X	
000059	MIGUEL NATAL DOS SANTOS	509.XXX.XXX-49		
000130	NATAL TAVIAN	458.XXX.XXX-00		
000144	NATALIA DA SILVA	083.XXX.XXX-02	X	
000332	OTÁVIO AUGUSTO QUEIROGA SILVA SOUZA	115.XXX.XXX-66		
000262	PABLO GABRIEL CAVALCANTI FARIAS	108.XXX.XXX-01		
000064	PALOMA MOREIRA DA SILVA	091.XXX.XXX-21	X	
000011	PAULO HENRIQUE ASSOLARI DO PRADO	069.XXX.XXX-46		
000348	PIO SOUZA	362.XXX.XXX-00		
000098	PRISCILA DE SOUZA	350.XXX.XXX-22		
000297	RAIANE DIAS CORREIA	111.XXX.XXX-58	X	
000174	ROGERIO FREIRES DA	067.XXX.XXX-99	X	
000374	ROSÂNGELA RAMOS VIEIRA	029.XXX.XXX-47		
000071	RUBERVAL GOMES DE OLIVEIRA	006.XXX.XXX-01	X	
000042	SAMUEL TAMANINI CAMARGO	053.XXX.XXX-88		X
000070	SANDRA ALICE DO NASCIMENTO	061.XXX.XXX-00		
000045	SANDRA MARIA DA CRUZ LINARES	879.XXX.XXX-91		

000074	SANDRA REGINA DE OLIVEIRA	054.XXX.XXX-65		
000256	SANTHIAGO FREGNE ORTEGA	074.XXX.XXX-59		
000173	SEBASTIANA ALMEIDA DIAS	699.XXX.XXX-91		
000270	SIMONE DE JESUS BEZERRA	007.XXX.XXX-00	X	
000032	TATIANE CRISTINE DE PAULA ALMUDI	058.XXX.XXX-38		
000213	TAYNARA ASSUNÇÃO DE SOUSA	010.XXX.XXX-25		
000381	THALES FELIPE TOME	093.XXX.XXX-35		
000370	TIAGO AUGUSTO AZEVEDO	083.XXX.XXX-04		
000007	TIAGO RODRIGUES DOS SANTOS	056.XXX.XXX-92	X	
000066	VALDIR GONÇALVES PEREIRA	247.XXX.XXX-47	X	
000093	VICTOR HUGO DA COSTA	089.XXX.XXX-83		
000329	VÍTOR BISPO GOES	084.XXX.XXX-26		X
000248	WAGNER APARECIDO DA SILVA	043.XXX.XXX-48		
000155	WILLIAN LOUSHI NAGASE	005.XXX.XXX-56		
Total de Inscritos no Cargo: 120				

ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000101	ANA PAULA DOS SANTOS RODRIGUES	071.XXX.XXX-03	X	
000214	CARMEM LUCIA LOPES	363.XXX.XXX-49	X	
000375	GABRIELA RODRIGUES ASSENCIO	066.XXX.XXX-48		
000308	KELLYN ROBERTA DE OLIVEIRA	918.XXX.XXX-72		
000260	SANDRA GUIMARÃES CAMACHO SHIMASAKI	023.XXX.XXX-01	X	
000153	VITÓRIA MARIA PAULINO FERNANDES	111.XXX.XXX-44		
Total de Inscritos no Cargo: 6				

DENTISTA PSF				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000328	ALINE DE OLIVEIRA MOREIRA	037.XXX.XXX-32	X	
000197	AMANDA SEEHAGEN BERNARDINO SOARES	084.XXX.XXX-29		
000304	ANDRESSA LAIANI VASCONCELOS	117.XXX.XXX-02		
000343	CRIS LUANA PADILHA	077.XXX.XXX-46		
000278	ESTHER VENANCIO CRUVINEL DINIZ RIBEIRO	434.XXX.XXX-43		
000365	GEAN CARLOS GALDINO CARBONI	459.XXX.XXX-94		
000102	HEITOR TONIN LOPES	119.XXX.XXX-59		
000217	ILSO ROBERTO DA SILVA	960.XXX.XXX-34		
000363	MARIA EDUARDA RIBEIRO BATISTA	500.XXX.XXX-70		
000288	RAGNA CRISTINA PICOLO	027.XXX.XXX-21		
000126	VITORIA CAETANO CERVANTES	113.XXX.XXX-99		
Total de Inscritos no Cargo: 11				

ENFERMEIRO PSF				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000225	ALINE LOPES HONORATO DE LIMA	084.XXX.XXX-67		
000272	AMANDA CÉLIA VIEIRA MILAGRES	093.XXX.XXX-42		
000043	AMANDA FERREIRA OLIVEIRA	069.XXX.XXX-73		
000165	ANDREIA THAMIRES DA SILVA NAVARRO	453.XXX.XXX-20	X	
000039	CAMILA DOS SANTOS PALMEIRA	075.XXX.XXX-25	X	
000259	DANILLE FERREIRA	049.XXX.XXX-73		
000277	DIEGO PAULINO	062.XXX.XXX-64	X	
000235	ELISANGELA RAMOS VIEIRA	034.XXX.XXX-00		
000123	ELIZANGELA SANTANA DOS SANTOS	092.XXX.XXX-76		
000198	EUSEBIO RODRIGUES ALVES	571.XXX.XXX-87		
000184	GUILHERME HENRIQUE DA SILVA SOARES RIBEIRO	088.XXX.XXX-36		
000148	JOICE MARIANA DA SILVA	070.XXX.XXX-31	X	
000280	KEMILY CRISTINA DE CASTRO FELTRIM	123.XXX.XXX-10		
000215	LAILA MARIA ALVES GIOTA	053.XXX.XXX-08	X	
000073	LORENA MORESCA LINHARES	473.XXX.XXX-85		
000290	LUCAS DE OLIVEIRA BERNARDES	368.XXX.XXX-03	X	
000240	LUZIA DA SILVA DIAS	831.XXX.XXX-00	X	
000368	MARINES FARIA TRUSCZYNSKI PADILHA	022.XXX.XXX-44		
000047	NAIARA CRISTINA MICENA MACHADO	066.XXX.XXX-85	X	
000376	NAYARA TALITA DA SILVA GALDINO	080.XXX.XXX-32		
000190	PAMELA ARIANE DE OLIVEIRA	098.XXX.XXX-38	X	
000261	RUBIA MARIELEN DA SILVA BONI	063.XXX.XXX-30	X	
000231	SAIONARA APARECIDA KREINER DE MIRANDA	093.XXX.XXX-57		
000289	SANDRA CRISTINA RAMOS	879.XXX.XXX-53		
000383	SILVANA NERI DA SILVA	017.XXX.XXX-28		
000326	SUELI DA SILVA PAULINO	018.XXX.XXX-71		
000377	THAMIRIS PEREIRA MARQUES	084.XXX.XXX-74		
000134	WEBER MIRANDA COELHO	166.XXX.XXX-10	X	
Total de Inscritos no Cargo: 28				

MÉDICO PSF				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000366	BEATRIZ DE LIMA ROMAO DA SILVA	093.XXX.XXX-94		
000196	EDILSON SOARES DA SILVA	433.XXX.XXX-66		
000291	EDUARDO VINICIUS GREGO UEMURA	073.XXX.XXX-39		
000014	ENZO RICARDO PEDRÃO DE ALMEIDA PRADO	485.XXX.XXX-70		
000116	HUGO GONÇALVES DE OLIVEIRA	010.XXX.XXX-70		
000092	KEMILLY DOS SANTOS VAN DAL	035.XXX.XXX-66		

000067	NATHÁLIA OTAVIANO GUIMARÃES	088.XXX.XXX-35		
Total de Inscritos no Cargo: 7				

MÉDICO VETERINÁRIO PACS				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000160	ALICE PAIVA MAUSSON	107.XXX.XXX-03		
000281	ALINE NOCHI BERTO	405.XXX.XXX-08		
000182	AMANDA MAISA SILVA	076.XXX.XXX-39		
000138	ANA FLAVIA DOS SANTOS	393.XXX.XXX-74	X	
000210	ANDERSON GUSTAVO COLNAGO	424.XXX.XXX-06		
000258	ANTÔNIO CARLOS PIRES RODRIGUES	499.XXX.XXX-94		
000177	ARIANE AGOSTINI GIANETTI	067.XXX.XXX-46		
000263	ARTHUR CENCIARELI SILVA	131.XXX.XXX-60		
000118	BRUNA MORETTO LOURENÇO	093.XXX.XXX-90		
000344	CAIO SOUZA CRUZ	444.XXX.XXX-30		
000269	CAMILA ANDRADE FURUKAWA	478.XXX.XXX-66		
000133	CAMILI VITORIA DOMINGOS NORONHA	133.XXX.XXX-80	X	
000255	CAMILLA ELIAS BRUNO	065.XXX.XXX-71		
000076	CLAUDIA ARAUJO PADUAN BENATTI	749.XXX.XXX-15		
000354	DENISE GLÓRIA GAIOTTE	124.XXX.XXX-06		
000250	FERNANDA MONTANHOLI DE LIRA	094.XXX.XXX-27		
000208	GABRIEL DE JESUS OLIVEIRA LIMA	105.XXX.XXX-54		
000266	GABRIEL PEDRO TUYAMA	497.XXX.XXX-88		
000220	GIANLUCA MACHADO PINHEIRO GIRALDELI	053.XXX.XXX-03	X	
000285	GIOVANA GUIMARÃES MACHADO	471.XXX.XXX-50		
000183	GUSTAVO JULIANI VICENTE ANTIVERI	066.XXX.XXX-46		
000274	HEITOR FUMIKI IHA IKEDA	404.XXX.XXX-09		
000180	ISADORA GOMES POLIZELLI	089.XXX.XXX-96		
000083	JÉSSICA NATALIA DIAS BATISTA	118.XXX.XXX-89	X	
000078	JOANA CRISTINA SMAHA DE JESUS LIMA	102.XXX.XXX-36		
000211	JOÃO VICTOR FERNANDES PERES GUTIERREZ	076.XXX.XXX-88		
000352	JULIANA SAITO SCOMPARIN	101.XXX.XXX-01		
000306	JULIANE RIBEIRO	053.XXX.XXX-41		
000315	JULIO ADRIANO KIOQUETTA	089.XXX.XXX-88		
000295	KAIQUE VINICIUS BUENO COSTA	432.XXX.XXX-51		
000257	KAMILLE JORGE ESTEVAM	099.XXX.XXX-52		
000378	KAUANE MILEIDE SOUZA DO ESPÍRITO SANTO	116.XXX.XXX-19	X	
000157	LAYANA DA SILVA SOUZA	060.XXX.XXX-14		
000307	LETICIA GABRIELA DOS SANTOS POLO	106.XXX.XXX-01		
000106	LILIANE VOLTARELLI FURINI	106.XXX.XXX-54		
000359	LIVIA SOARES CASARI	492.XXX.XXX-06		
000349	LUANA JÚLIO MARCIANO	424.XXX.XXX-00		
000203	LUCAS LIMA LUIZ	059.XXX.XXX-93		
000324	LUCAS THYAGO CARUSO DORAZIO	417.XXX.XXX-20		
000108	LUCIANE APARECIDA ROMÃO	037.XXX.XXX-66		
000372	MARCOS VINICIUS STONIS DA COSTA	471.XXX.XXX-00	X	
000206	MARIA ISABELLA DO NASCIMENTO SOUZA	095.XXX.XXX-02		
000082	MARIA LUISA MINEO	113.XXX.XXX-43		
000080	MARIANA CAVALHEIRO NASCIMENTO	031.XXX.XXX-70		
000325	MARIANA SOUSA ZILLIANI	401.XXX.XXX-47		
000147	MARTA CRISTINA DE JESUS GABRIEL	063.XXX.XXX-30		
000167	MEG GRANUCCI MELO	459.XXX.XXX-01		
000171	MICHELLE DE SOUZA MELO	350.XXX.XXX-21	X	
000345	MIRELA DOS SANTOS DIZERO LOPES	329.XXX.XXX-12		
000132	MIRIAM MARIANE DE LIMA	077.XXX.XXX-79		
000356	NAIARA WEDY ONO	226.XXX.XXX-17		
000382	PAULO HENRIQUE SILVA ORISIO	099.XXX.XXX-30		
000361	PAULO HENRIQUE TREVISAN DE OLIVEIRA	096.XXX.XXX-02		
000237	REBECA MORENO CIANCA	104.XXX.XXX-35		
000168	ROVILSON NOGUEIRA DA SILVA	057.XXX.XXX-78	X	
000077	SULIVAN LUIZ ZAGANIN	038.XXX.XXX-38		
000195	TAINARA IGNACIO DA SILVA	102.XXX.XXX-13	X	
000172	TAISE PISSINATTO DA SILVA	087.XXX.XXX-03		
000287	TATIANE CALEFFO	355.XXX.XXX-26		
000312	THALITA LOUREIRO SETTI DA SILVA	399.XXX.XXX-39		
000338	THAMIRIZ YURIKO SHIMAZAKI TAKACHI	073.XXX.XXX-26		
000228	TUANY DE SOUZA FERREIRA	501.XXX.XXX-13	X	
000176	VALDEMAR ANTÔNIO VALENTINI JUNIOR	069.XXX.XXX-85		
000194	VITOR CASTELUZZI VECHIATTO	101.XXX.XXX-38		
000279	YURI YUKIO FUJITA	061.XXX.XXX-32		
Total de Inscritos no Cargo: 65				

PSICÓLOGO PAIF				
Inscrição	**Candidato**	**CPF**	**AFRO**	**PCD**
000303	ANA CAROLINA DA SILVA CRUZ ISPER	007.XXX.XXX-39		
000051	CLAUDIA SANTIAGO FERREIRA	954.XXX.XXX-00		
000317	MARIA EDUARDA DOS ANJOS TONET GONZAGA	112.XXX.XXX-51		
000322	PATRÍCIA DOS SANTOS CICONATTO	089.XXX.XXX-10		
000296	SERGIO FABRICIO DO NASCIMENTO AZEVEDO	102.XXX.XXX-70	X	
000305	THAIS VITORIA SCHIAVON	104.XXX.XXX-11		
Total de Inscritos no Cargo: 6				

ANEXO II – STATUS DOS RECURSOS CONTRA A HOMOLOGAÇÃO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES

Inscrição	Status
000325	DEFERIDO
000325	DEFERIDO
000217	DEFERIDO
000217	DEFERIDO

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:654DD9FC

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 035/2026

DECRETO Nº 035/2026 DE 20 DE MARÇO DE 2026

Súmula: Nomeia o Grupo Técnico Permanente – GTP de acompanhamento do Plano Diretor Municipal e Determina suas atribuições.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º

Ficam nomeados para a função de representantes do Grupo Técnico Permanente – GPT para acompanhamento do Plano Diretor Municipal, conforme determinação da Lei Complementar n° 020 de 04 de dezembro de 2025, os servidores públicos a seguir nominados:

I	**Representante da Assessoria de Planejamento** Titular: Nauany Fernanda Antonio Suplente: Benedito Reis de Oliveira Caires
II	**Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação** Titular: Ailton Pícolo Suplente: Gabriella Maria Prado Bacca Santos
III	**Representante da Secretaria Municipal de Administração** Titular: Mario José Pizoni Suplente: Franciele Regina de Oliveira
IV	**Representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos** Titular: José Eraldo Lotti Suplente: Ildefonso do Amaral
V	**Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo** Titular: Ana Maria Camargo Costa Vanzella Suplente: Lucas Gabriel Azevedo da Silva

Art. 2º	Cabe ao Grupo Técnico Permanente – GPT as seguintes atribuições principais: I. Assessorar e implementar as decisões do Conselho Municipal da Cidade de Porecatu; II. Emitir pareceres sobre alterações desta lei e das leis específicas constitutivas do Plano Diretor municipal; III. Emitir pareceres sobre usos tolerados, em quaisquer das zonas estabelecidas na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo Urbano; IV. Emitir pareceres relativos ao enquadramento de atividades como de baixo, médio e alto risco; V. Emitir pareceres relativos ao enquadramento como loteamentos, desmembramentos, condomínios e/ou conjuntos habitacionais de interesse social; VI. Emitir pareceres sobre dúvidas e omissões desta lei e das leis específicas; VII. Analisar e emitir pareceres sobre projetos de lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, e suas compatibilidades com o Plano Diretor Municipal; VIII. Emitir pareceres para a expedição de alvarás de instalação e funcionamento de atividades comerciais, industriais, prestadoras de serviço ou agrícolas; IX. Emitir pareceres relativos a Estudos de Impactos de Vizinhança – EIV, nos termos desta lei; X. Acompanhar a execução do Plano Plurianual; XI. Acompanhar a execução do Plano de Ação e investimentos; XII. Acompanhar a execução dos planos setoriais; e XIII. Outras atribuições previstas em lei.

Art. 3º	A coordenação do Grupo Técnico Permanente - GPT será exercida pelo representante da Assessoria de Planejamento.
Art. 4º	Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo publicado no quadro de editais do Paço Municipal e posteriormente no órgão de imprensa do Município. Art. 4 Art. 4°

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis. 20/03/2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN

Prefeito Municipal

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:0CF8D43A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
BALANÇO FINANCEIRO 2025

PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS					
Estado do Paraná					
BALANÇO FINANCEIRO					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIII, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 13/03/2026	
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	32.499.955,70	20.609.438,66	Despesa Orçamentária (VI)	12.036.235,72	12.618.695,14
Ordinária	0,00	0,00	Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	32.499.955,70	20.609.438,66	Vinculada	12.036.235,72	12.618.695,14
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00

Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	32.499.955,70	20.609.438,66	Regime Próprio de Previdência	12.036.235,72	12.618.695,14
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
			Outras Origens	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	998.560,48	921.652,74	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Para a Execução Orçamentária	998.560,48	921.652,74	Para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00	Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00	Para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	1.688.839,12	1.810.496,11	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.687.903,50	1.792.506,62
Inscrição de Restos a Pagar Processados	14.661,79	45.525,80	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	45.525,80	24.721,99
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	35.324,42	10.443,37	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	10.037,68	12.043,31
RealizávelInscrição Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00	Realizável-Cancelam. Cisão, Fusão ou Ext.	0,00	0,00
Valores Restituíveis	1.638.852,91	1.754.526,94	Valores Restituíveis	1.632.340,02	1.755.741,32
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	0,00	Outras Operações	0,00	0,00
Saldoem Espécie do Exercício Anterior (IV)	104.026.481,38	95.172.089,70	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	125.489.697,46	104.026.481,38
Caixa e Equivalentes de Caixa	104.026.481,38	95.172.089,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	125.489.697,46	104.026.481,38
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	139.213.836,68	118.513.677,21	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	139.213.836,68	118.513.677,21

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO	***GRASIELENCORDEIRO PENSAK DUARTE***
Presidente	Contadora - CRC

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:1CF1C691

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025

PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	21.604.986,45	21.604.986,45	32.499.955,70	10.894.969,25
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.814.213,33	11.814.213,33	12.118.777,59	304.564,26
Contribuições Sociais	11.814.213,33	11.814.213,33	12.118.777,59	304.564,26
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.486.554,28	5.486.554,28	15.092.428,56	9.605.874,28
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.486.554,28	5.486.554,28	15.092.428,56	9.605.874,28
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Bruta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.304.218,84	4.304.218,84	5.286.749,55	982.530,71
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	2.500,00	2.500,00	0,00	-2.500,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00

Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	4.301.718,84	4.301.718,84	5.286.749,55	985.030,71
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	21.604.986,45	21.604.986,45	32.499.955,70	10.894.969,25

REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	21.604.986,45	21.604.986,45	32.499.955,70	10.894.969,25
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	21.604.986,45	21.604.986,45	32.499.955,70	10.894.969,25
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.600.000,00	1.600.000,00	-
Superávit Financeiro	-	1.600.000,00	1.600.000,00	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	17.450.950,64	19.050.950,64	12.025.870,72	11.990.546,30	11.975.884,51	7.025.079,92
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.106.000,00	16.406.000,00	11.170.331,88	11.170.331,88	11.170.331,88	5.235.668,12
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.344.950,64	2.644.950,64	855.538,84	820.214,42	805.552,63	1.789.411,80
DESPESAS DE CAPITAL	117.000,00	117.000,00	10.365,00	10.365,00	10.365,00	106.635,00
INVESTIMENTOS	117.000,00	117.000,00	10.365,00	10.365,00	10.365,00	106.635,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVADE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	17.567.950,64	19.167.950,64	12.036.235,72	12.000.911,30	11.986.249,51	7.131.714,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	17.567.950,64	19.167.950,64	12.036.235,72	12.000.911,30	11.986.249,51	7.131.714,92
SUPERÁVIT (VIII)	4.037.035,81	2.437.035,81	20.463.719,98	20.499.044,40	20.513.706,19	-18.026.684,17
TOTAL(IX) = (VII+ VIII)	21.604.986,45	21.604.986,45	32.499.955,70	32.499.955,70	32.499.955,70	-10.894.969,25
RESERVA DO RPPS	5.032.035,81	5.032.035,81	0,00	0,00	0,00	5.032.035,81

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADOS:						
RESTOSAPAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	10.443,37	10.037,68	10.037,68	405,69	0,00

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	10.443,37	10.037,68	10.037,68	405,69	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	10.443,37	10.037,68	10.037,68	405,69	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSAPAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (A PAGAR) (f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	45.525,80	45.525,80	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	45.525,80	45.525,80	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	45.525,80	45.525,80	0,00	0,00

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO	*GRASIELENCORDEIRO PENSAK DUARTE*
Presidente	Contadora - CRC

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:BDE9A72C

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
BALANÇO PATRIMONIAL 2025

PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 13/03/2026		
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**127.188.393,63**	**104.180.806,52**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**65.072,92**	**89.424,04**
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.939.756,85	3.136.536,12	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	0,00	0,00
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Curto Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14.661,79	45.525,80
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	0,00	0,00	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	50.411,13	43.898,24
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.281.250,80	788.027,70			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	113.967.385,98	100.255.098,56			
Estoques	0,00	1.144,14			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**90.908.144,41**	**88.841.790,71**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**189.138.712,97**	**181.477.704,43**
Ativo Realizável a Longo Prazo	84.368.021,47	82.305.885,13	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Longo Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	189.138.712,97	181.477.704,43
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	84.368.021,47	82.305.885,13			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**189.203.785,89**	**181.567.128,47**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00		Atual	Anterior
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00

Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	6.540.122,94	6.535.905,58	Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	62.202,50	51.837,50			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Móveis	-44.904,99	-38.757,35			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	6.522.825,43	6.522.825,43	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	28.892.752,15	11.455.468,76
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultado do Exercício	17.437.283,39	-3.147.945,60
Intangível	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	11.455.468,76	14.603.414,36
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**28.892.752,15**	**11.455.468,76**
TOTAL	**218.096.538,04**	**193.022.597,23**	**TOTAL**	**218.096.538,04**	**193.022.597,23**
ATIVO FINANCEIRO	125.489.697,46	104.026.481,38	PASSIVO FINANCEIRO	100.397,34	99.867,41
ATIVO PERMANENTE	92.606.840,58	88.996.115,85	PASSIVO PERMANENTE	189.138.712,97	181.477.704,43
SALDO PATRIMONIAL				**28.857.427,73**	**11.445.025,39**
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**	Atual	Anterior
Direitos Contratuais	0,00	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres 0,00		0,00	Obrigações Contratuais	0,00	252.492,76
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên. 0,00		0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**TOTAL**	**0,00**	**252.492,76**
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			**SUPERÁVIT/DÉFICIT**	**SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR**	
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)			121.276.577,93	100.845.374,09	
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração			4.112.722,19	3.081.239,88	
TOTAL			125.389.300,12	103.926.613,97	
ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO			***GRASIELEN CORDEIRO PENSAK DUARTE***		
Presidente			Contadora - CRC		

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:FF820AD0

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
DEMONSTRAÇÕES

PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE QUATRO BARRAS			
Estado do Paraná			
Exercício: 2025			
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985			
Anexo XV, da Lei nº 4.320/64 no Período de Janeiro a Dezembro			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		**47.932.499,01**	**48.928.334,00**
CONTRIBUIÇÕES		18.151.058,00	14.376.443,79
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		18.151.058,00	14.376.443,79
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		15.154.117,63	4.581.106,78
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		61.689,07	113.287,94
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		15.092.428,56	4.467.818,84
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		1.000.560,48	921.652,74
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		998.560,48	921.652,74
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS		2.000,00	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		7.296,00	1.531.123,29
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS		0,00	1.531.123,29
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		7.296,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		13.619.466,90	27.518.007,40
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		12.933.463,73	25.899.775,93
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		686.003,17	1.618.231,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
	NOTA	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		**30.495.215,62**	**52.076.279,60**
PESSOAL E ENCARGOS		8.748.532,65	8.826.398,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		8.588.171,74	8.111.254,39
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		160.360,91	715.143,61
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		2.421.799,23	2.135.910,57
APOSENTADORIAS E REFORMAS		10.902,82	12.864,90
PENSÕES		1.795.281,26	1.575.840,72
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		615.615,15	547.204,95
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		366.215,47	345.702,30
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		13.436,57	3.790,19
SERVIÇOS		346.631,26	335.532,96
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		6.147,64	6.379,15
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		46.070,88	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		46.070,88	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		425.257,53	116.926,53
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		425.257,53	116.926,53
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		7.296,00	366.242,18
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDA		0,00	366.242,18
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		7.296,00	0,00

TRIBUTÁRIAS		0,00	1.800,00
CONTRIBUIÇÕES		0,00	1.800,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		18.480.043,86	40.283.300,02
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES		18.480.043,86	40.283.300,02
Resultado Patrimonial Do Período		**17.437.283,39**	**-3.147.945,60**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)			
		EXERCÍCIO ATUAL	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		10.365,00	1.200.000,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		0,00	0,00

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO	***GRASIELEN CORDEIRO PENSAK DUARTE***
Presidente	Contadora - CRC

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:764F0F7F

PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS
NOTAS

PREVIBARRAS

Previdência Social do Município de Quatro Barras

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2025

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Previdência Social do Município de Quatro Barras – Previbarras é um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), regulamentada pela Lei Municipal nº 13/99 de

30 de junho de 1999, com a finalidade de prover os direitos previdenciários dos servidores públicos titulares de cargos efetivos do Município de Quatro Barras, devendo assegurar o caráter contributivo e solidário e o equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância a Constituição Federal.

A Previbarras é uma entidade descentralizada da Administração Pública Municipal, com personalidade jurídica de direito público, detentora de autonomia patrimonial, administrativa, financeira e contábil.

A previdência municipal é dirigida pelo Conselho de Administração, administrada pelo Secretário Executivo e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Controlador Interno do Município, Câmara Municipal, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público, Secretaria da Previdência Social (SPREV), além dos segurados e a população, por meio do controle social. A Previbarras conta ainda com um Comitê de Investimentos, um órgão consultivo responsável por participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos.

A estrutura administrativa da Previbarras é composta pelo Presidente do Conselho de Administração, Secretário Executivo, um procurador e um contador, para a realização das tarefas administrativas, previdenciárias, contábeis e jurídicas inerentes a manutenção do instituto e concessão de benefícios aos segurados, além de um gestor de recursos, para administração dos recursos de investimentos.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os registros Contábeis das operações envolvendo recursos da PREVIBARRAS, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância especial:

· Lei 4320/64, que normatiza a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos órgãos públicos;

· Lei 9717/98, que normatiza a organização e funcionamento dos RPPS;

· Lei 101/00 normatiza as finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal;

· Portaria MPS 1467/2022 que disciplina os parâmetros e diretrizes gerais para organização e funcionamento do RPPS;

· Resolução 4963/2021 que dispõe sobre os recursos financeiros do RPPS, e os Princípios Fundamentais;

· NBC TSP -Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e suas alterações posteriores seguindo princípios, métodos e critérios uniformes entre os exercícios.

A PREVIBARRAS durante o exercício de 2025 utilizou-se do Plano de Contas Aplicado aos Municípios do Estado do Paraná - PCASP-PR – 2025 plano de contas padrão do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que atende à estrutura e especificações conceituais do plano de contas (PCASP) instituído pelo STN – Secretaria do Tesouro Nacional, sendo acrescido apenas de detalhamentos necessários ao atendimento de peculiaridades de controle identificadas pelo TCE/PR.

A elaboração das demonstrações contábeis requer a inclusão de estimativas e premissas técnicas relacionadas ao ativo e passivo e sua divulgação na data do balanço com os montantes de receitas e despesas registrados no respectivo período. Podem apresentar resultados deficitários ou superavitários, diferindo dessas mesmas estimativas.

3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

As demonstrações apresentadas compreendem:

· Balanço Patrimonial;

· Balanço Orçamentário;

· Balanço Financeiro;

· Demonstração das Variações Patrimoniais.

Esses demonstrativos permitem avaliar a situação patrimonial, financeira e orçamentária da entidade.

3.1 – Balanço Patrimonial

O resultado patrimonial, apresenta um saldo patrimonial em Ativo Circulante + Ativo Não Circulante na ordem de R$218.096.538,04 (duzentos e dezoito milhões e noventa e seis mil e quinhentos e trinta e oito reais e quatro centavos) e um Passivo Circulante+ Passivo Não Circulante de R$189.203.785,89 (cento e oitenta e nove milhões e duzentos e três mil e setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) situação essa em que o resultado do acumulado do exercício de 2025 apresentou **SUPERAVIT** de R$28.892.752,15 (vinte oito milhões e oitocentos e noventa e dois mil e setecentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos).

3.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa:

O Caixa e Equivalentes de Caixa é o grupo demonstrativo que compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Sendo assim demonstrados em 31/12/2025:

Bancos Conta Movimento - R$ 10.939.756,85 (dez milhões e novecentos e trinta e nove mil e setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

Em 2025 houve nova classificação das contas de recursos previdenciários de resgate e aplicação automática, utilizadas para pagamento dos benefícios como equivalente de caixa, que até 2024 era classificada como investimentos de curto prazo.

3.1.2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O saldo da conta contempla o valor a receber referente aos restos a receber das contribuições Patronais, Contribuições do Servidor e Amortização do Déficit Atuarial de

Dezembro de 2025 com vencimento em 15/01/2026 ficou em R$2.281.250,80 (dois milhões e duzentos e oitenta a um mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

3.1.3 - Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo:

Os investimentos da PREVIBARRAS representam os valores aplicados para cobertura às obrigações previdenciárias e administrativas do RPPS. As disponibilidades de caixa encontram-se aplicadas em conformidade a Resolução 4963/2021 CMN. Os Investimentos e Aplicações Financeiras encontram-se registrados no Ativo Circulante.

O valor total de investimentos demonstrados em 31/12/2025: Aplicações do RPPS R$ 113.967.385,98 (cento e treze milhões e novecentos e sessenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

As variações mensais de cotas dos fundos de investimentos foram registradas como receita orçamentária, devido ao SIAFIC (Elotech – sistema terceirizado de gestão contábil) não estava adaptado para atender a Nota Técnica 35/2025 do TCE PR, não permitindo a devida geração dos arquivos para o SIM AM. A solicitação para adequação do sistema foi realizada por meio do ticket 451072 em 09/10/2025 com diversas cobranças posteriores e até o fechamento do exercício não havia solucionado.

O saldo provisionado para ajuste de perdas com investimentos foi de R$ 582.554,63 (quinhentos e oitenta e dois mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos), referente a soma dos fundos em considerados estressados ou/em recuperação ou/em liquidação que a Previbarras possui em sua carteira de investimentos, apurado nas atas de reuniões do comitê de investimentos no exercício de 2025.

FUNDO	**VALOR EM 31/12/2025**
BRAZILIAN GRAVEYARD E DEATH CARE SERVICES FII	R$ 172.800,00
FIP AUSTRO MULTISETORIAL	R$ 307.982,08
FIP LSH MULTIESTRATÉGIA	R$ 74.643,89
FIC FIM EM RENDA FIXA IMAB 1000	R$ 27.128,66
TOTAL	**R$ 582.554,63**

A PREVIBARRAS disponibiliza em seu endereço eletrônico e através do site da Secretaria da Previdência Social a Política Anual de Investimentos, descrevendo os respectivos segmentos de aplicação, limites por tipo de investimentos, limite de alocação por instituições financeiras e demais informações técnicas pertinentes conforme exigência normas técnicas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Ministério da Previdência Social (MPS) e demais órgãos de fiscalização, como Tribunal de Contas do Estado e Receita Federal do Brasil.

3.1.4 - Estoque:

Os saldos de estoque da Previbarras são registrados pelo valor de aquisição de materiais de almoxarifado, expediente, copa e cantina entre outros, utilizados nas despesas diárias da administrativas. Uma vez que os materiais estão sendo adquiridos através de pronto pagamento e conforme a demanda, não há valor em estoque avaliado.

3.1.5 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

O saldo da conta contempla o valor do plano de amortização previdenciário e para o exercício de 2025 contemplado no Relatório de Avaliação Atuarial anual que foi de R$84.368.021,47 (oitenta e quatro milhões e trezentos e sessenta e oito mil e vinte e um reais e quarenta e sete centavos).

3.1.6 - Imobilizado:

Os bens móveis são registrados pelo valor de aquisição, em 31 de dezembro de 2025 o registro contábil de bens móveis e imóveis contempla:

Valor de Bens Móveis – R$17.297,51 (dezessete mil e duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos). Durante o exercício foram realizadas as

depreciações dos bens móveis no valor de R$ 6.147,64 (seis mil e cento e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Valor dos Bens Imóveis – R$6.522.825,43 (seis milhões e quinhentos e vinte e dois mil e oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos).

No exercício de 2024 foram realizadas avaliações imobiliárias dos terrenos pertencente a Previbarras e adquirido um novo imóvel para implantar a sede da Previbarras com os recursos da reserva de taxa administrativa, em 2025 não houve avaliação dos imóveis, mantendo os valores de 2024.

Descrição do Imóvel	**Avaliação Mercadológica** **2024**	**2025**
Terreno Área "C", com área de 19.353,61 m2 situado no lugar denominado Campo do Fundo, no municípo de Quatro Barras/Pr. Matrícula n.º 04.854	1.951.618,03	1.951.618,03
Lote AB-2BA3-12, com área total 4.340,00 m2 sem benfeitorias situado na Rua Nilo Favaro no Município de Quatro Barras/Pr. Matrícula n.º 04.496	442.593,20	442.593,20
Lote AB-2BA3-13, com área total 11.957,92 m2 sem benfeitorias situado na Rua Nilo Favaro no Município de Quatro Barras/Pr. Matrícula n.º 04.497	1.006.019,81	1.006.019,81
Lote AB-2BA1-A, com área total de13.403,00 m2 sem benfeitorias situado na Av. Dom Pedro II no Municipio de Quatro Barras/Pr. Matricula n.º 04.413	1.127.594,39	1.127.594,39
Terreno Área "04-A1", com área de 1893,00 m2 situado Planta Arlinda Ferreira Creplive, no municípo de Quatro Barras/Pr. Matrícula n.º 0670	795.000,00	795.000,00
Edifício -Imóvel na Avenida 25 de Janeiro nº 271, Centro, Quatro Barras, Paraná, sob matrícula nº 07.074 do Registro de Imóveis de Campina Grande Sul/PR, com área total de 450,00m² (15m x 30m), sendo 341,40m² de área construída: 301,40m² averbados em alvenaria.	1.200.000,00	1.200.000,00
Valor Total Bens Imóveis	**6.522.825,43**	**6.522.825,43**

3.1.7 - Créditos a Receber:

Modalidade de Demais Créditos em 31/12/2025: referente aos adiantamentos antecipados, não houve pendências de prestação e contas dos prontos pagamentos efetuados.

3.1.8 - Passivo Circulante:

O passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.

Valores em 31/12/2025:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS A PAGAR R$ 0,00

FORNECEDORES DE CONTAS A PAGAR R$14.661,79

DEMAIS OBRIGAÇÕES A PAGAR R$50.411,13

TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE R$65.072,92

3.1.9 - Passivo Não Circulante:

O passivo não circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante. Todos os valores descritos fazem parte do registro contábil das Provisões Matemáticas Previdenciárias.

3.1.9.1 -Provisões Matemáticas Previdenciárias:

A seguir apresentamos as Provisões Matemáticas Previdenciárias que correspondem ao valor necessário para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder, registradas nas demonstrações contábeis, conforme o § 3º do artigo 26 da

Portaria n.º 1467/2022, que determina para registro das provisões matemáticas previdenciárias deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.

Assim sendo, com base na NBCT Aplicada ao Setor Público, bem como na Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14), as provisões matemáticas que constarão em balanço patrimonial devem ser calculadas com base no método de financiamento denominado Crédito Unitário Projetado (CUP).

Os valores atualizados das Provisões Matemáticas Previdenciárias são contabilizados, com base no Relatório de Avaliação Atuarial do período e expressam o momento da projeção atuarial para o exercício de 2025.

ATIVO		
Código da conta	**Título**	**Valor (R$)**
(APP)	ATIVO - PLANO FINANCEIRO	R$ 0,00
1.2.1.1.2.06.09	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM REPARTIÇÃO	R$ 0,00
	(1) TOTAL DO ATIVO - PLANO FINANCEIRO	**R$ 0,00**
(APP)	**ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO**	**R$ 104.770.691,50**
1.2.1.1.2.06.04	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	R$ 0,00
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL	R$ 84.368.021,47
	(2) TOTAL DO ATIVO - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**R$ 189.138.712,97**
PASSIVO		
2.2.7.2.1.00.00 (3) + (4) + (5) + (6)	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDÊNCIÁRIAS	R$ 189.138.712,97
PLANO PREVIDENCIÁRIO		
2.2.7.2.1.03.00	**(5) RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS**	**R$ 124.891.273,06**
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 127.279.786,93
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 2.334.258,63
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 54.255,24
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 0,00
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00	**(6) RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER**	**R$ 64.247.439,91**
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 156.120.616,74
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 42.033.573,00

2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 42.033.573,00
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	R$ 7.806.030,84
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R$ 0,00

3.1.11 – Patrimônio Líquido

Refere-se a soma do resultado do exercício de 2025 e de exercícios anteriores totalizando um resultado superavitário de R$ 28.892.752,15 (vinte e oito milhões oitocentos e noventa e dois mil e setecentos e cinquenta e dois reais e quinze centavos).

Resultado Exercício: R$ 17.437.283,39

Resultado de Exercício anteriores: R$ 11.455.468,76

3.2 – Balanço Orçamentário:

Este balanço, Anexo XII da Lei 4.320/64, contém o resumo da previsão comparada com a execução orçamentária, estabelecendo as diferenças para mais ou para menos, de modo a se obter o resultado orçamentário do exercício.

É adotado o regime de caixa para as receitas efetivamente arrecadas e o de competência para as despesas legalmente empenhadas. O Instituto apresentou um resultado em 2025 superavitário na ordem de R$20.463.719,98 (vinte milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e setecentos e dezenove reais e noventa e oito centavos), quando comparado com as receitas realizadas menos as despesas empenhadas.

3.3 – Balanço Financeiro:

O Balanço Financeiro demonstra o resultado das operações financeira do exercício de 2025, que totalizou R$139.213.836,68(cento e trinta e nove milhões e duzentos e treze mil e oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos).

O valor de transferências financeiras refere-se ao repasse da Taxa de Administração no valor de R$998.560,48 (novecentos e noventa e oito mil e quinhentos e sessenta reais e quarenta e oito centavos), que serve para a manutenção administrativa da Previbarras.

A receita orçamentária do exercício foi de R$ 32.499.955,70 (trinta e dois milhões e quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta

centavos). A despesa somou R$12.036.235,72 (doze milhões e trinta e seis mil e duzentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos).

Os recebimentos extra orçamentários (restos a pagar e restituíveis) somaram R$1.688.839,12 (um milhão e seiscentos e oitenta e oito mil e oitocentos e trinta e nove reais e doze centavos) e os pagamentos extra orçamentários (restos a pagar e restituíveis) foram de R$1.687.903,50 (um milhão e seiscentos e oitenta e sete mil e novecentos e três reais e cinquenta centavos).

O saldo em espécie em 31/12/2025 totalizou R$ 125.489.697,46 (cento e vinte e cinco milhões e quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos) um **aumento no exercício de R$ 21.463.216,08** (vinte e um milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e duzentos e dezesseis reais e oito centavos).

3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais:

O resultado da Variação Patrimonial é de R$ 17.437.283,39 (dezessete milhões e quatrocentos e trinta e sete mil e duzentos e oitenta e três reais e trinta e nove centavos), apurado no exercício de 2025.

O resulta positivo é ocasionado principalmente pela contabilização das provisões matemáticas previdenciárias, conforme item 3.10, da contabilização dos rendimentos dos fundos de investimentos por receita orçamentária.

04 – DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas previdenciárias são subsidiadas com o pagamento de aposentadorias e pensões estão vinculadas à arrecadação do Instituto, oriundas de contribuições previdenciárias, aos rendimentos das aplicações financeiras e demais receitas correntes.

Os valores liquidados até 31/12/2025 com o pagamento deste tipo de despesa são de R$11.170.331,88 (onze milhões e cento e setenta mil e trezentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos) de um orçamento atualizado de R$21.438.035,81 (vinte

e um milhões e quatrocentos e trinta e oito mil e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos).

Os recursos destinados ao pagamento das compensações previdenciárias, são originados das próprias receitas de compensação previdenciária acumulado ao longo dos anos, que até 31/12/2025 foram liquidadas o valor de R$425.257,53, (quatrocentos e vinte e cinco mil e duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Já as despesas destinadas a manutenção Administrativa da PREVIBARRAS são cobertas pela taxa de administração, cujo limite anual é de 2% (dois por cento) e estão registradas nos programas de trabalho definidos no orçamento vigente, com as seguintes ações: Administração da Previdência Social e Educação Previdenciária, que cobrem os custos com contratos, taxas, telefone, luz, agua, assessorias, adiantamentos, capacitação, aquisição de equipamentos, manutenção predial, entre outras despesas.

Os valores liquidados até 31/12/2025 com o pagamento deste tipo de despesa são de R$405.321,89 (quatrocentos e cinco mil e trezentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), de um orçamento atualizado de R$ 1.470.741, 91(um milhão e quatrocentos e setenta mil e setecentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos).

Os recursos provenientes para a **taxa de administração** têm origem nas seguintes fontes:

1 - Folha bruta de remuneração dos servidores públicos efetivos em atividade no município de Quatro Barras (prefeitura e câmara), relativo ao exercício financeiro do ano anterior;

2 - Folha bruta de proventos de aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência do exercício financeiro do ano anterior.

3- Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos repassados das fontes

1 e 2.

O saldo não utilizado no exercício é constituído reserva financeira, para atender

futuras despesas administrativas.

05 – PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS.

No Exercício de 2023 o município aprovou a Lei 1632/2023 para realizar parcelamento de débitos oriundos das contribuições patronais no valor de R$448.159,92 (quatrocentos e quarenta e oito mil, cento e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos) e dos aportes de equacionamento do déficit no valor de R$332.554,60 (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos) que não foram quitados no exercício.

Os acordos de parcelamento firmados em 2024 e quitados no exercício 2025:

	RPPS nº 00122/2024	**RPPS nº 00123/2024**
Origem	Contribuição Patronal	Aporte do Défict
Dívida Atualizada	473.839,96	347.844,46
Total pago até 31/12/2024	R$ 84.738,35	R$ 62.206,21

Valor pago até 14/07/ 2025	R$ 492.212,73	R$ 350.516,96
Valor a pagar em 2026	0,00	0,00

No exercício de 2025 o município realizou a quitação dos acordos de parcelamento vigentes antecipando as parcelas pendentes de pagamento.

Os acompanhamentos dos acordos, pagamentos e a quitação podem ser visualizados no sistema do CADPREV do Ministério da Previdência Social, no link consulta pública.

06 – DO CONTROLE SOCIAL

Além da Controle Interno Geral do Município, o controle social da PREVIBARRAS em cumprimento ao que determina a legislação é realizado pelo Conselho Fiscal e o Conselho Administrativo, que se pronunciam sobre as contas mensais do Instituto e os relatórios de gestão com respectiva emissão de parecer e de aprovação dos mesmos. As atas das reuniões e pareceres do controle internos estão disponíveis no site da Previbarras.

A PREVIBARRAS informa mensalmente por meio eletrônico através do sistema SIM-AM ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná os dados da movimentação contábil e financeira, e também encaminha ao Ministério da Previdência Social (MPS) ao final de cada mês o demonstrativos obrigatórios como Demonstrativo Previdenciário,

DAIR (disponibilidades financeiras), demonstrativos contábeis (Matriz de Saldos Contábeis- SICONFI), demonstrativo da política de investimentos, DRRA (cálculo atuarial) e ainda o comprovante de repasses, para fins de obtenção do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária do município.

07 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de 2025 foi um ano satisfatório para os investimentos, com os juros altos a renda fixa teve um bom resultado, assim como a renda variável. Esses resultados equilibraram um pouco as perdas dos últimos anos (consequência da pandemia e pós pandemia do COVID) e os rendimentos negativos dos fundos estressados. Somando a isso a antecipação da quitação dos acordos de parcelamento do município, os repasses nos prazos, o Instituto Nacional de Assistência Social –INSS mais ativo ao analisar os requerimentos de compensação previdenciária, o que beneficia o instituto uma vez que temos mais recursos a receber do que a pagar, agregaram para um ano estável financeiramente.

A PREVIBARRAS sempre está comprometida em cumprir os prazos de obrigações estipulado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná sendo assim foram adotadas medidas para que o envio das remessas do SIM-AM 2025, ocorressem o mais próximo dos prazos estipulados na agenda de obrigações, assim como os prazos de envio das informações relativas ao encaminhamento da EFD-Reinf, Esocial e DCTFweb, junto a Receita Federal.

Informamos que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício em questão foram publicadas após a entrega dos arquivos de encerramento do SIM-AM 2025.

Quatro Barras, 28 de fevereiro de 2026.

ELLEN CORREA WANDEMBRUCK LAGO

Presidente

GRASIELEN C PENSAK DUARTE

CRC/PR 058485/O-0

Publicado por:
Ellen Correa Wandembruck Lago
Código Identificador:3674E8FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°044/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	044/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026			
FAVORECIDO:	PATRÍCIA RODRIGUES GOMES GHIOTTI			
CPF:	**040.***.***- 26**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
4° ENCONTRO ESTADUAL PLANIFICA SUS PARANÁ				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026			
RETORNO:	27/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:C155E398

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°046/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	046/2026
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026
FAVORECIDO:	HERBELY APARECIDO DAVIES PESSOA
CPF:	**045.***.***- 02**
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR

OBJETIVO DA VIAGEM				
4° ENCONTRO ESTADUAL PLANIFICA SUS PARANÁ				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026			
RETORNO:	27/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:7B5A9219

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°047/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	047/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026			
FAVORECIDO:	DANIELLI PAIM DE SANTIAGO			
CPF:	**048.***.***- 70**			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
4° ENCONTRO ESTADUAL PLANIFICA SUS PARANÁ				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026			
RETORNO:	27/03/2026			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		04	**R$573,94**	R$ 2.295,76
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:				
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$2.295,76**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:F7630011

ADMINISTRAÇÃO GERAL
ATO DE CONCESSÃO DIÁRIA N°048/2026

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	048/2026
DATA DA CONCESSÃO:	20/03/2026
FAVORECIDO:	GUTO RENATO BERTO
CPF:	**057.***.***- 00**
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA -PR
OBJETIVO DA VIAGEM	
REUNIÃO SEDEST /IAT PROTOCOLOS DAS RAMPAS DO PORTO BRASÍLIO E 18 ,AUDIÊNCIA NA SUPERINTENDENTE DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E PESCA ,SETU -SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO E BEM COMO ACOMPANHAR O PREFEITO EM EVENTO DE ENTREGA DE NOVOS VEÍCULOS PARA A AGÊNCIA DO TRABALHADOR.	
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO	
PARTIDA:	22/03/2026
RETORNO:	25/03/2026
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	Ce½

	Qtda	Valor Unit	Total
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	03 e½	**R$573,94**	R$ 2.008,79
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:			
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$2.008,79**

Autorizo a concessão.

Querência do Norte – PR, 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:FE4EE611

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.020/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Estado do Paraná

Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000

Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763

CNPJ Nº 73.242.687/0001-45

E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	020/2026
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026
FAVORECIDO:	ALEXANDRO GOMES DA SILVA
CPF:	067.579.939-29
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR
OBJETIVO DA VIAGEM	
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.	
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO	
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)

	Qtda	Valor Unit	Total
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:	**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:	**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:			**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:864A6A7C

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.023/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Estado do Paraná

Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000

Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763

CNPJ Nº 73.242.687/0001-45

E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	023/2026
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026
FAVORECIDO:	EVANDSON ALVES DE LIMA
CPF:	076.333.479-02
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR
OBJETIVO DA VIAGEM	

PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS			
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:D5DC624D

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
ATO DE DIÁRIA Nº.024/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

Estado do Paraná

Rua Waldemar dos Santos ,1213 - CEP. 87.930-000

Fone: (044) 462-1763 Fax: 462-1763

CNPJ Nº 73.242.687/0001-45

E-mail: camaraqne@gmail.com

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO Nº:	024/2026			
DATA DA CONCESSÃO:	24/03/2026			
FAVORECIDO:	JOSE CARLOS BETTIN			
CPF:	350.655.409-34			
DESTINO VIAGEM:	CURITIBA-PR			
OBJETIVO DA VIAGEM				
PARTICIPAR DO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NOS MUNICÍPIOS E A REFORMA DA ARRECADAÇÃO LOCAL (REGIME DE TRANSIÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DAS RECEITAS) REALIZADO PELA EMPRESA GPB – GESTÃO PUBLICA BRASIL NOS DIAS 24 A 27 DE MARÇO DE 2026 EM CURITIBA-PR.				
PARTIDA E PROVAVEL RETORNO				
PARTIDA:	24/03/2026 ÁS 08:00 HORAS			
RETORNO:	27/03/2026 ÁS 18:00 HORAS			
Nº. DE DIÁRIAS CONCEDIDAS:	04 (QUATRO)			
		Qtda	**Valor Unit**	**Total**
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA C/ PERNOITE:		**3**	**810,70**	2.432,10
VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA S/ PERNOITE:		**1**	**253,33**	253,33
VALOR TOTAL CONCEDIDO:				**R$. 2.685,43**

Autorizo a concessão.

Câmara Municipal de Querência do Norte – PR, aos 20 dias do mês de março de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:050212C8

LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 77/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

CONTRATO Nº 77/2026

VENCIMENTO 20/03/2027

O **Município de Querência do Norte, centro, nesta cidade, com sede administrativa na Rua Waldemar dos Santos, 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16**, neste ato representado pelo Prefeito, Alex Sandro Fernandes, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa NOROESTE TREINAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.756.617/0001-60, com sede na Avenida Brasil n.º 2483, sala 03, Bairro centro, na cidade de Rondon PR doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) SIDNEY MASSOTE, portador do CPF nº 908.***.869-**, RG 4.***.962-* SSP/PR, cargo sócio proprietário, tendo em vista o que consta no Processo nº 18/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa para** Prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, em caráter continuado e sem dedicação exclusiva de mão de obra, visando a completa regularização da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) para os servidores do Município de Querência do Norte, incluindo a elaboração de programas, laudos técnicos, perícias médicas, gestão de atestados e conformidade com o eSocial.)nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48393	PCMSO - Elaboração, atualização e coordenação anual, incluindo o Relatório Analítico Anual e calendário de exames	SVS	1	R$ 4.640,54	R$ 4.640,54	SERVIÇO
2	48394	PGR/GRO -Elaboração e gestão, incluindo o Inventário de Riscos e o Plano de Ação	SVS	1	R$ 4.640,54	R$ 4.640,54	SERVIÇO
3	48395	LTCAT -Elaboração e emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho, com a devida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) incluída no preço unitário.	SVS	1	R$ 3.527,84	R$ 3.527,84	SERVIÇO
4	48396	LTIP - Elaboração do Laudo de Insalubridade e Periculosidade, com a devida ART incluída no preço unitário.	SVS	1	R$ 5.091,51	R$ 5.091,51	SERVIÇO
5	48397	AET - Elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho, com foco em postos de risco (ex: Motoristas, Serviços Gerais).	SVS	1	R$ 5.503,19	R$ 5.503,19	SERVIÇO
6	48398	ASO_ADM, ASO_PER, ASO_DEM, ASO_RET, ASO_MDF - Atestados de Saúde Ocupacional (Admissional, Periódico, Demissional, Retorno ao Trabalho e Mudança de Função). A realização deve ocorrer no Município de Querência do Norte	atestado	473	R$ 49,10	R$ 23.224,30	SERVIÇO
7	48399	PPP - Emissão e/ou atualização do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) eletrônico, garantindo a regularização retroativa dos dados de SST no eSocial desde janeiro de 2023	UNID	473	R$ 71,28	R$ 33.715,44	SERVIÇO
8	48400	PERICIA - Avaliação Pericial Médica Individual (para auxílio-doença, readaptação funcional, Laudo Médico Pericial para aposentadoria).	SVS	60	R$ 296,76	R$ 17.805,60	SERVIÇO
9	48401	JUNTA - Realização de sessões de Junta Médica para casos complexos e readaptação funcional.	sessao	24	R$ 1.236,51	R$ 29.676,24	SERVIÇO
10	48402	VAL_ATEST - Análise técnica e parecer sobre a pertinência dos atestados médicos apresentados.	atestado	360	R$ 73,94	R$ 26.618,40	SERVIÇO
11	48403	GES_SOC - Gestão, assessoria, emissão e envio mensal dos arquivos de SST (S-2210, S-2220, S-2240, S-2230) para a plataforma eSocial.	MESES	12	R$ 1.349,25	R$ 16.191,00	SERVIÇO
12	48404	VISITA_TEC - Visita técnica de SST, com um mínimo de 12 visitas anuais (1/mês) por profissional de segurança do trabalho.	MESES	12	R$ 780,45	R$ 9.365,40	SERVIÇO
					TOTAL:	R$ 180.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura das partes, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Loanda, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Querência do Norte (PR), 20 de Março de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito Municipal

SIDNEY MASSOTE

Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:C9A72E7E

RECURSOS HUMANOS
ATESTADOS E DECLARAÇÕES

PORTARIA Nº. 041/2026

SÚMULA: Afastamento dos Servidores

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Tornar público o Afastamento dos Servidores abaixo relacionados, nos períodos indicados, de acordo com a Declaração, Certidão ou Atestado apresentado no Departamento de Recursos Humanos.

NOME	MOTIVO	PERÍODO	A PARTIR DE
NATÁLIA ROGÉRIO PEIXOTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	09/03/2026
NATÁLIA ROGÉRIO PEIXOTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	06/03/2026
LEANDRO LOPES DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	05/03/2026
LEANDRO LOPES DOS SANTOS	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	19/03/2026
ADRIANA APARECIDA COELHO	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	03/03/2026
ADRIANA APARECIDA COELHO	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	18/03/2026
ADRIANA APARECIDA COELHO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/03/2026
JOELSON ZIANI COITO	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	27/02/2026
JOELSON ZIANI COITO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	12/03/2026
JOELSON ZIANI COITO	DECLARAÇÃO	01 DIA	16/03/2026
EDER VIANA DA SILVA	DECLARAÇÃO	01 DIA	02/03/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	20/02/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	27/02/2026
CLAUDIA CIBELE PAULA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	23/02/2026
CLAUDIA CIBELE PAULA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	20/02/2026
CLAUDIA CIBELE PAULA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	06/03/2026
CLAUDIA CILEBE PAULA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	18/03/2026
VALÉRIA CRISTINA SANCHES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
CARLA SORAYA BORSATTO	DECLARAÇÃO	01 DIA	02/03/2026
CARLA SORAYA BORSATTO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	05/03/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	06/03/2026
MARCIO AMADO MANDELLI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/03/2026

PAULO VICTOR CAMARGO PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/03/2026
WEVERTON FERNANDO SEBASTIÃO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	11/03/2026
ROQUE APARECIDO SEBASTIÃO	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	16/03/2026
DAVI BORGES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	10 DIAS	17/03/2026
EDENILDA BORGES DA SILVA SANTOS	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	16/03/2026
EDENILDA BORGES DA SILVA SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/03/2026
LENON CANASSA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	09/03/2026
JOSIANE FORTUNA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
ROSELI APARECIDA MOÇO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/02/2026
JANETE GOMES FERREIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	03/02/2026
DJACIRA MARTINS GUIMARAES	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	21/02/2026
LENIRA FERNANDES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/02/2026
MARISA MARTINS DE SÁ	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/02/2026
FERNANDA REGINATO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/02/2026
MARIA SOLANGE DE MORAIS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/02/2026
MARIA SOLANGE MORAES SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/02/2026
MARCIA AUGUSTA PINTO DE SOUZA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	10/02/2026
ANA HELOISA AUGUSTO A. ROGERIO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/02/2026
ANA HELOISA AUGUSTO A. ROGERIO	DECLARAÇÃO	MATUTINO	27/02/2026
ANA HELOISA AUGUSTO A. ROGERIO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
DAYANE CRISTINA MARTINS MENEZES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	20/02/2026
MARIA DAS DORES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	20/02/2026
JOSE ANTONIO DE ALMEIDA RODRIGUES	DECLARAÇÃO	MATUTINO	27/02/2026
KELLY CRISTINA DA SILVA LIMA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	23/02/2026
KELLY CRISTINA DA SILVA LIMA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
RAFAELA DAVIES OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/02/2026
RAFAELA DAVIES OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/02/2026
RAFAELA DAVIES OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/02/2026
RAFAELA DAVIES OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/02/2026
LUCINETE ALVES DE CARVALHO OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	12/02/2026
LUCINETE ALVES DE CARVALHO OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
LUCINETE ALVES DE CARVALHO OLIVEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	02/02/2026
RODRIGO DOLAVAL ASSUNÇÃO	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	04/02/2026
RODRIGO DOLAVAL ASSUNÇÃO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	20/02/2026
DIONE MAICON MACHADO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
DIONE MAICON MACHADO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
EMERSON FERREIRA SANTA CRUZ	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	04/02/2026
GESSIMARA DAIANA WEISS DE OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	13/02/2026
JOÃO BASTOS BARBOSA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/02/2026
PAULO ROGÉRIO POLTRONIERE	DECLARAÇÃO	MATUTINO	10/02/2026
JOSE GABRIEL DE AMORIM	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	16/01/2026
JOSE GABRIEL DE AMORIM	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	26/02/2026
MARCOS JEFFERSON LOPES	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	25/02/2026
ALEKSANDRO SERAFIM ALVES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	03/02/2026
PAULA LOUYSE DIAS	ATESTADO MÉDICO	180 DIAS	05/03/2026
LOURDES FRANÇA DA SILVA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	25/02/2026
ANDREIA FATIMA DE LIMA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	26/02/2026
ANDREIA FATIMA DE LIMA	COMPROVANTE	MATUTINO	25/02/2026
MARIA EUNICE DE SOUZA RODRIGUES	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	23/02/2026
ANDREIA DE FATIMA LIMA	COMPROVANTE	MATUTINO	20/02/2026
LOURDES FRANÇA DA SILVA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	10/02/2026
LOURDES FRANÇA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	05/02/2026
LOURDES FRANÇA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
TAISA FLORES DA CUNHA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/02/2026
GISCELIA FERREIRA DE LIMA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	23/02/2026
ROSIMEIRE SALES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	23/02/2026
ANDREIA FATIMA DE LIMA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	09/02/2026
ANDREIA FATIMA DE LIMA	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	11/02/2026
ADRIANA MARIA PESSINI	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/02/2026
ADRIANA MARIA PESSINI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
ROSIMEIRE DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
DANIEL PEREIRA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	20/02/2026
EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	23/02/2026
EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	19/02/2026
EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/02/2026
MARIA DOS ANJOS DE PAULA SANTOS	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	09/02/2026
ANDREA CRISTIANE AUGUSTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
ADRIANA APARECIDA NOGUEIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	04/03/2026
MARIA DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	19/02/2026
MARIA DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	12/02/2026
CRISTIANO CARA	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	25/02/2026
CRISTIANO CARA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	20/02/2026
CRISTIANO CARA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	23/02/2026
ANA MARIA BETTIN	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/02/2026
ANA MARIA BETTIN	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	26/02/2026
CLEIDE BARBOSA DE OLIVEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/03/2026
CLEUSA FERNANDES CARA	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	25/02/2026
CLEUSA FERNANDES CARA	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	23/02/2026
EUZELINA DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
EDIANE MARCELINO RAMALHO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
JUCELIA CONSONI	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	25/02/2026
FERNANDA BARTH MATEUS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	26/02/2026
ROSELAINE ANGHINONI	DECLARAÇÃO	MATUTINO	25/02/2026
PRISCILA MARIANO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/02/2026
JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	25/02/2026
JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
JOSIANE CRISTINA GONÇALVES CARNIEL	ATESTADO MÉDICO	14 DIAS	02/03/2026
MARIA DOS ANJOS DE PAULA SANTOS	ATESTADO MÉDICO	60 DIAS	16/02/2026

VALDINEIA DE SOUZA SILVA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	27/02/2026
ADRIANA REGINO	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	11/02/2026
ROSANGELA DA SILVA CASALI	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	20/02/2026
ROSANA MARIA PERES	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/02/2026
ROSANA MARIA PERES	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	24/02/2026
REGINA LOPES BATISTA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
REGINA LOPES BATISTA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/02/2026
PAMELA DAVIES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/03/2026
MARINEIDE FREITAS DE JESUS NOGUEIRA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	02/03/2026
MARINEIDE FREITAS DE JESUS NOGUEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	10/02/2026
MARINEIDE FREITAS DE JESUS NOGUEIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
MARINEIDE FREITAS DE JESUS NOGUEIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	25/02/2026
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	04/02/2026
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	07 DIAS	08/02/2026
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	10 DIAS	18/02/2026
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	01/03/2026
LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	ATESTADO MÉDICO	10 DIAS	04/03/2026
DELAINE GOMES DE OLIVEIRA REGINI	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	19/02/2026
DELAINE GOMES DE OLIVEIRA REGINI	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	23/02/2026
DELAINE GOMES DE OLIVEIRA REGINI	ATESTADO MÉDICO	30 DIAS	24/02/2026
HILMA APARECIDA DAVIES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	02/03/2026
HILMA APARECIDA DAVIES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	7 DIAS	09/02/2026
HILMA APARECIDA DAVIES DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	25/02/2026
VILMA POE	DECLARAÇÃO	01 DIA	10/02/2026
VILMA POE	DECLARAÇÃO	01 DIA	25/02/2026
ANGELO MARCIO TOBIAS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	26/02/2026
MARIA APª DE ARAUJO	DECLARAÇÃO	01 DIA	25/02/2026
MARIA APª DE ARAUJO	DECLARAÇÃO	01 DIA	10/02/2026
JOSEFA MOREIRA SILVA	DECLARAÇÃO	01 DIA	10/02/2026
ANDRE ARAUJO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	12/02/2026
MARIA IVONETE AMORIM ROOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/02/2026
TATIANE VIEIRA MENEGASSI	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	25/02/2026
CICELIA PEREIRA MARTINS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	26/02/2026
VANDERLEIA DE SOUZA SILVA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	23/02/2026
CICELIA PEREIRA MARTINS	DECLARAÇÃO	MATUTINO	11/02/2026
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	27/02/2026
ROSELAINE ANGHINONI	DECLARAÇÃO	01 DIA	25/02/2026
CLEIA CRISTINA GUIMARÃES JACOMETTI	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	19/02/2026
ANITA KERBER	DECLARAÇÃO	MATUTINO	13/02/2026
ANITA KERBER	DECLARAÇÃO	MATUTINO	19/02/2026
MARIA LENIR NERY DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	09/02/2026
MARIA LENIR NERY DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	04 DIAS	10/02/2026
LUIZ CARLOS DE ARAUJO	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	10/02/2026
SILVIA REGINA P. DOS SANTOS PAULA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	12/02/2026
SILVIA REGINA P. DOS SANTOS PAULA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	11/02/2026
SILVIA REGINA P. DOS SANTOS PAULA	DECLARAÇÃO	VESPERTINO	19/02/2026
FLAVIA NICOLI GONÇALVES DE MORAES	DECLARAÇÃO	MATUTINO	12/02/2026
PRISCILA MARIANO	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	11/02/2026
SIMONE SANTIAGO DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	10/02/2026
CLENILZA LINO DE SOUZA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	22/02/2026
EDIANE MARCELINO RAMALHO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	13/02/2026
ELISANGELA DENISE ANDREOLI	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	19/02/2026
RAIMUNDA APª DE PAULA	DECLARAÇÃO	01 DIA	13/02/2026
ROSECLER DE MELO ROCHA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/02/2026
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	10/02/2026
MARCIO JOSE FORTUNA JUNIOR	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/02/2026
EDICARLOS DE SOUZA GRUGEL	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
MARCELA YARA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	05/03/2026
MARCELA YARA BORSATTO	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	09/03/2026
KAREN RHAIZA SCHMIDT TAVARES	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	09/03/2026
DULCINEIA DE BRITO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/03/2026
EDIPO FELIPE MORETTI	DECLARAÇÃO	MATUTINO	04/03/2026
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	DECLARAÇÃO	01 DIA	04/03/2026
DAIZA FERNANDA DE FREITAS	DECLARAÇÃO	01 DIA	11/02/2026
ANA PAULA PEREIRA DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	18 DIAS	23/02/2026
MARLEI ISOLETE SCHMITT	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	25/02/2026
MARLEI ISOLETE SCHMITT	ATESTADO MÉDICO	05 DIAS	02/03/2026
MARCIO JOSE FORTUNA JUNIOR	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	25/02/2026
SILMARA APª DA PENHA	ATESTADO MÉDICO	14 DIAS	24/02/2026
JOSÉ AUGUSTINHO FERRAZ FILHO	ATESTADO MÉDICO	03 DIAS	02/03/2026
BRUNA LORENA DOS SANTOS	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	05/03/2026
CRISTIANA DA SILVA FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	05 DIA	25/02/2026
CRISTIANA DA SILVA FERREIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	20/02/2026
CRISTIANA DA SILVA FERREIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	10/02/2026
CRISTIANA DA SILVA FERREIRA	DECLARAÇÃO	MATUTINO	03/03/2026
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	25/02/2026
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	04/02/2026
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	DECLARAÇÃO	01 DIA	03/02/2026
MAYARA POLINI	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	02/03/2026
MAYARA POLINI	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	25/06/2025
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	29/01/2026
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	27/02/2026
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	VESPERTINO	05/02/2026
RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	12/02/2026
MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	15 DIAS	26/01/2026
MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	20 DIAS	09/02/2026
MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	30 DIAS	03/03/2026
MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	02/03/2026
IRANI FERREIRA DE FIGUEIREDO	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	19/02/2026

CLAUDIA CRISTIANE REGINI	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	25/02/2026
DULCINEIA BRITO	ATESTADO MÉDICO	02 DIA	02/03/2026
CRISTIANA DA SILVA FERREIRA	ATESTADO MÉDICO	MATUTINO	12/02/2026
CLEUSA FERNANDES CARA	ATESTADO MÉDICO	02 DIAS	04/11/2025
CLEUSA FERNANDES CARA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	14/11/2025
CLEUSA FERNANDES CARA	ATESTADO MÉDICO	01 DIA	24/11/2025

Querência do Norte, PR, 20 de março de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES

Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:0427A16F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 8.397/2026

"Dispõe sobre a classificação do grau de risco das atividades econômicas no Município de Rio Branco do Sul, estabelece procedimentos para o enquadramento das atividades econômicas e regulamenta a dispensa de atos públicos de liberação para atividades classificadas como de baixo risco."

KARIME FAYAD, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, bem como o Decreto Federal nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para a classificação de risco de atividades econômicas e estabelece prazos para aprovação tácita;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 10.590, de 2025, que classifica atividades econômicas como de baixo risco no âmbito do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.455, de 2024, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no Município de Rio Branco do Sul;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 992, de 30 de janeiro de 2012, que institui do Código de Posturas do Município.

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 1.034, de 2020, que define o grau de risco sanitário das atividades econômicas e regulamenta os procedimentos para o licenciamento sanitário no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO o Anexo da Portaria nº 067, de 2019, do Comando do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, que estabelece a relação de atividades econômicas de alto risco sob o enfoque da prevenção e combate a incêndio e a desastres;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a classificação do grau de risco das atividades econômicas no Município de Rio Branco do Sul, estabelece critérios para o enquadramento das atividades econômicas e regulamenta a dispensa de atos públicos de liberação para atividades classificadas como de baixo risco.

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se:

I – Atividade Econômica: o ramo de atividade identificado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, exercido por pessoa física ou jurídica com finalidade econômica;

II – Atos Públicos de Liberação: quaisquer licenças, autorizações, concessões, alvarás, registros, inscrições, permissões ou demais atos exigidos por órgãos da administração pública para o exercício de atividade econômica;

III – Endereço Fiscal: endereço indicado exclusivamente para fins cadastrais e de recebimento de correspondências ou escritório virtual, podendo ser residencial ou comercial, sem atendimento ao público no local, sem realização de atividades operacionais, sem armazenamento de mercadorias ou produtos, devendo, para fins de consulta prévia de viabilidade, serem analisados o tipo de unidade, a forma de atuação e o exercício da atividade econômica no endereço informado.

IV – REDESIM: a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, implantada pela Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007;

V – Termo de Ciência e Responsabilidade: autodeclaração firmada pelo requerente, sob as penas da lei, por meio da qual declara conhecer e atender aos requisitos legais exigidos para o exercício da atividade econômica, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento da legislação aplicável, especialmente quanto aos aspectos sanitários, ambientais, tributários, urbanísticos, de segurança contra incêndio e pânico, uso e ocupação do solo, endereço fiscal e demais normas pertinentes;

VI – Grau de Risco: classificação atribuída às atividades econômicas conforme o potencial de risco envolvido em seu exercício, sendo:

a) Baixo risco: Atividades econômicas que, por sua natureza, não apresentam potencial significativo de impacto ambiental, sanitário, urbanístico ou à segurança pública, sendo dispensadas de atos públicos municipais de liberação para funcionamento e autorizadas a desenvolver atividade econômica em qualquer horário ou dia da semana;

b) Médio risco: Atividades econômicas cujo grau de risco não seja considerado alto e que não se enquadrem no conceito de baixo risco, estando sujeitas à emissão de Alvará de Localização e Funcionamento, podendo ocorrer de forma automática ou condicionada à apresentação de licenças ou autorizações de outros órgãos competentes;

c) Alto risco: Atividades econômicas que, em razão de seu potencial impacto ambiental, sanitário, urbanístico ou de segurança pública, dependem de análise prévia do poder público e do atendimento às exigências dos órgãos licenciadores competentes antes do início de suas atividades.

VII – Atividade Econômica Principal: aquela que representa a principal fonte de receita ou objeto social predominante do estabelecimento;

VIII – Atividade Econômica Secundária: as demais atividades econômicas exercidas pelo estabelecimento, complementares à atividade principal.

Art. 3º A classificação das atividades econômicas quanto ao grau de risco adotada pelo Município de Rio Branco do Sul tem como referência o Decreto Estadual nº 10.590/2025 e demais normativas aplicáveis, podendo sofrer adequações para atender às especificidades e à realidade local do Município.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA O ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 4º O enquadramento das atividades econômicas segundo o grau de risco será realizado com base nas informações prestadas pelo interessado no momento do registro, alteração ou regularização da empresa, por meio do sistema integrado da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM**,** utilizando o integrador estadual disponível no endereço eletrônico: http://www.empresafacil.pr.gov.br/

§1º O procedimento será realizado de forma eletrônica, mediante autodeclaração do interessado ou de seu representante legal quanto às atividades econômicas exercidas e às características do estabelecimento.

§2º O portal eletrônico do Município poderá disponibilizar acesso ou direcionamento ao integrador estadual.

§3º O procedimento compreenderá:

I – solicitação da Consulta Prévia de Viabilidade**;**

II – avaliação e enquadramento do grau de risco das atividades econômicas indicadas na solicitação, com base nas informações fornecidas pelo requerente ou por seu representante legal.

Parágrafo único. Para fins de apuração de infrações e aplicação de sanções administrativas, caso seja constatado que o requerente, preposto ou responsável técnico tenha prestado informações inverídicas nas declarações ou no procedimento de licenciamento, causando embaraço à fiscalização ou induzindo a Administração Pública a erro, os órgãos e entidades competentes aplicarão a legislação específica vigente, podendo haver corresponsabilização dos envolvidos, após apuração de culpa ou dolo, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo instaurado pelo órgão competente.

Art. 5º Quando o estabelecimento exercer mais de uma atividade econômica, o enquadramento do grau de risco será determinado pela atividade de maior grau de risco dentre aquelas declaradas como principal ou secundárias.

CAPÍTULO III

DOS ATOS PÚBLICOS QUE AUTORIZAM ATIVIDADES

Seção I - Dos Procedimentos Operacionais

Art. 6º As atividades classificadas como de baixo risco, constantes do **Anexo I** deste Decreto, ficam dispensadas da emissão prévia de Alvará de Localização e Funcionamento e demais atos públicos de liberação.

Art. 7º A dispensa de atos públicos para o exercício de atividades de baixo risco não implica anuência prévia do Município quanto à adequação do imóvel ou à viabilidade urbanística da atividade no local, sendo de responsabilidade exclusiva do requerente verificar previamente a conformidade com a legislação de uso e ocupação do solo, zoneamento, normas ambientais e demais normas aplicáveis.

§1º O requerente deverá declarar, por meio de autodeclaração no sistema da REDESIM ou Termo de Ciência e Responsabilidade, que cumpre os requisitos legais exigidos para o exercício da atividade.

§2º A autodeclaração implica responsabilidade do interessado quanto ao cumprimento das seguintes obrigações:

I – à realização da inscrição no cadastro mobiliário municipal e demais registros administrativos exigidos pela legislação municipal;

II – ao cumprimento das normas ambientais, sanitárias, de segurança contra incêndio e demais exigências de segurança e acessibilidade aplicáveis à atividade;

III – à observância das disposições da legislação urbanística municipal, especialmente quanto ao uso e ocupação do solo e à permissividade das atividades no local;

IV – à obtenção das licenças, autorizações ou registros eventualmente exigidos por órgãos ou entidades da administração pública municipal, estadual ou federal, conforme a natureza da atividade exercida.

Art. 8º. Quando o imóvel for utilizado exclusivamente como Endereço Fiscal, sem o exercício de atividades operacionais no local, o uso será classificado como comércio e serviço vicinal, nos termos do disposto na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 9º As atividades que não se enquadrarem como de baixo risco seguirão o trâmite regular de análise administrativa para fins da emissão do Alvará Localização e Funcionamento.

Parágrafo único. O procedimento para a análise regular compreenderá:

I – análise da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano quanto ao uso e ocupação do solo e à permissividade da atividade no local;

II – verificação das condições urbanísticas e ambientais aplicáveis;

III – encaminhamento à Secretaria Municipal de Finanças para fins de cadastro tributário, lançamento de taxas quando aplicáveis e emissão do Alvará de Localização e Funcionamento e demais licenças necessárias.

Art. 10º Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:

I – analisar e manter atualizada a classificação das atividades econômicas quanto ao grau de risco;

II – dirimir dúvidas quanto ao enquadramento das atividades;

III – encaminhar ao Comitê de Desenvolvimento Territorial – CODET os pedidos de reanálise de Consulta Prévia e demais solicitações passíveis de análise e deliberação.

IV – propor revisões periódicas da classificação do nível de risco das atividades econômicas.

Parágrafo único. O enquadramento das atividades poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante avaliação do Comitê de Desenvolvimento Territorial – CODET.

Art. 11. Para fins deste Decreto, os documentos digitais equiparam-se aos documentos físicos para comprovação de direitos relacionados ao exercício de atividade econômica, nos termos do inciso X do art. 3º da Lei Federal nº 13.874/2019.

Seção II

Dos Prazos e da Aprovação Tácita

Art. 12. As atividades econômicas classificadas como **de baixo risco**, terão seus atos públicos de liberação processados de forma automatizada por meio do sistema da REDESIM, mediante autodeclaração do requerente e emissão automática das autorizações ou registros necessários, quando aplicável.

§1º A automatização do procedimento dispensa análise prévia da administração pública municipal, sem prejuízo da fiscalização posterior pelos órgãos competentes.

§2º A liberação automática não exime o interessado do cumprimento da legislação urbanística, ambiental, sanitária, tributária e de segurança aplicável ao exercício da atividade econômica.

Art. 13. Para as atividades econômicas não classificadas como de baixo risco, os pedidos de atos públicos de liberação estarão sujeitos à análise dos órgãos municipais competentes.

§1º A Administração Pública Municipal deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do protocolo do requerimento, adotar providência destinada ao prosseguimento do processo, mediante manifestação formal, tais como despacho, solicitação de complementação, encaminhamento ou decisão, sendo vedada a paralisação sem qualquer movimentação nesse período, salvo previsão legal específica.

§2º Decorrido o prazo previsto no §1º sem manifestação da autoridade competente, considerar-se-á aprovado tacitamente o pedido de liberação da atividade econômica.

§3º A aprovação tácita:

I - não dispensa o cumprimento das normas urbanísticas, ambientais, sanitárias, de segurança e demais exigências legais aplicáveis ao exercício da atividade econômica;

II - não afasta a sujeição à realização das adequações identificadas pela Administração Pública do Poder Executivo Municipal em fiscalizações posteriores.

Art. 14. O requerente poderá solicitar documento comprobatório da liberação da atividade econômica a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. As atividades econômicas que não poderão ser consideradas de baixo risco encontram-se relacionadas no **Anexo II** deste Decreto.

Parágrafo único. Estas atividades não estão dispensadas da emissão de Alvará de Localização e Funcionamento, devendo observar os procedimentos administrativos e o cumprimento das licenças e autorizações exigidas pela legislação municipal, estadual e federal.

Art. 16. As atividades econômicas exercidas no Município, **inclusive aquelas já instaladas e em funcionamento**, ainda que classificadas como de baixo risco, estarão sujeitas à fiscalização a qualquer tempo, podendo o Município verificar o cumprimento das condições declaradas no processo de licenciamento e da legislação aplicável.

Art. 17. O descumprimento das condições declaradas pelo interessado ou da legislação aplicável ao exercício da atividade econômica poderá ensejar a adoção das seguintes medidas administrativas, observado o devido processo legal:

I – suspensão imediata do exercício da atividade;

II – cassação da licença municipal que autoriza o exercício da atividade ou do Alvará de Localização e Funcionamento;

III – aplicação das penalidades administrativas cabíveis, previstas na legislação municipal, estadual ou federal.

Parágrafo único. A aplicação das medidas previstas neste artigo não afasta a possibilidade de fiscalização e demais providências pelos órgãos competentes, conforme a natureza da irregularidade constatada.

Art. 18. As atividades classificadas como de baixo risco poderão ter seu enquadramento revisto caso seja constatado descumprimento da legislação urbanística, ambiental, sanitária ou de segurança.

Art. 19. A veracidade das informações prestadas para fins de enquadramento como atividade de baixo risco é de responsabilidade do interessado, sujeitando-se às penalidades administrativas, civis e penais cabíveis em caso de irregularidade.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 8.386, de 16 de março de 2026 e o Decreto nº 5813, de 26 de maio de 2021.

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 20 de março de 2026.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal

ANEXO I

Atividades de Baixo Risco

Considerado baixo impacto	CNAE	**Descrição**	**Condições para classificação de risco (De acordo com Decreto Estadual 10.590/2025)**	**Classificação de acordo com a Lei Municipal 1.455/2024**
SIM	0111-3/01	Cultivo de arroz	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0111-3/02	Cultivo de milho		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0111-3/03	Cultivo de trigo		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0112-1/02	Cultivo de juta		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0114-8/00	Cultivo de fumo		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0115-6/00	Cultivo de soja	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0116-4/01	Cultivo de amendoim		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0116-4/02	Cultivo de girassol		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0116-4/03	Cultivo de mamona		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/01	Cultivo de abacaxi		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/02	Cultivo de alho		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/04	Cultivo de cebola		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/05	Cultivo de feijão		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/06	Cultivo de mandioca	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/07	Cultivo de melão		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/08	Cultivo de melancia		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0121-1/01	Horticultura, exceto morango		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0121-1/02	Cultivo de morango		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0131-8/00	Cultivo de laranja		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0132-6/00	Cultivo de uva		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/01	Cultivo de açaí	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/02	Cultivo de banana		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/03	Cultivo de caju		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/04	Cultivo de cítricos, exceto laranja		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/05	Cultivo de coco-da-baía		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/06	Cultivo de guaraná		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/07	Cultivo de maçã		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/08	Cultivo de mamão		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/09	Cultivo de maracujá		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/10	Cultivo de manga		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/11	Cultivo de pêssego	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0133-4/99	Cultivo de frutas de lavoura permanente não especificadas anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0134-2/00	Cultivo de café		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0135-1/00	Cultivo de cacau		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/01	Cultivo de chá-da-índia		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/02	Cultivo de erva-mate		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/03	Cultivo de pimenta-do-reino		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/04	Cultivo de plantas para condimento, exceto pimenta-do-reino		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR

SIM	0139-3/05	Cultivo de dendê		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/06	Cultivo de seringueira		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0139-3/99	Cultivo de outras plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns). Desde que não haja produção de mudas cítricas.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0161-0/02	Serviço de poda de árvores para lavouras	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Desde que haja serviço de poda de árvores apenas exóticas em áreas consolidadas, e que não seja em área de preservação permanente ou área de reserva legal.** Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0161-0/03	Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0161-0/99	Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0162-8/01	Serviço de inseminação artificial em animais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0162-8/02	Serviço de tosquiamento de ovinos	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0162-8/03	Serviço de manejo de animais	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR

			Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	
SIM	0162-8/99	Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0170-9/00	Caça e serviços relacionados	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns). Desde que se trate de serviço de captura de animais mortos.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0210-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	AGROINDÚSTRIA 1 ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento	SEM CLASSIFICAÇÃO

			de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	
SIM	0220-9/06	Conservação de florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja a coleta de espécies ameaçadas de extinção. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0312-4/01	Pesca de peixes em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0312-4/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0312-4/03	Coleta de outros produtos aquáticos de água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0312-4/04	Atividades de apoio à pesca em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns). Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	0321-3/05	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR

			Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	
SIM	0322-1/07	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	Desde que a atividade econômica seja classificada como agrossilvipastoril (atividade de criação e cultivo ligados ao setor primário) enquadrada em agricultura familiar ou empreendimento familiar rural, nos termos da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Desde que não haja armazenamento e/ou beneficiamento de produtos agrícolas e insumos (silos e/ou armazéns).	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ou AGRICULTURA FAMILIAR
SIM	1099-6/04	Fabricação de gelo comum	Desde que o gelo fabricado não seja para consumo humano e não entre em contato com alimentos e bebidas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1111-9/01	Fabricação de aguardente de cana-de-açúcar	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que a capacidade instalada do empreendimento seja menor que 50 litros por dia (l/dia).	AGROINDÚSTRIA 1
SIM	1111-9/02	Fabricação de outras aguardentes e bebidas destiladas	Desde que a capacidade instalada do empreendimento seja menor que 50 litros por dia (l/dia).	AGROINDÚSTRIA 1
SIM	1112-7/00	Fabricação de vinho	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1321-9/00	Tecelagem de fios de algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1411-8/02	Facção de roupas íntimas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1413-4/03	Facção de roupas profissionais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

SIM	1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1421-5/00	Fabricação de meias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1521-1/00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1529-7/00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1531-9/01	Fabricação de calçados de couro	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1531-9/02	Acabamento de calçados de couro sob contrato	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1532-7/00	Fabricação de tênis de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1533-5/00	Fabricação de calçados de material sintético	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

SIM	1539-4/00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1540-8/00	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1622-6/01	Fabricação de casas de madeira pré-fabricadas		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1622-6/02	Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1622-6/99	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1623-4/00	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1629-3/01	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1629-3/02	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico da madeira. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1710-9/00	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1721-4/00	Fabricação de papel	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	1722-2/00	Fabricação de cartolina e papel-cartão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1731-1/00	Fabricação de embalagens de papel	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja contato com alimento e não seja usado para embalar produto a ser esterilizado. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1732-0/00	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja contato com alimento ou produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1733-8/00	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja contato com alimento ou produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico- sanitário não especificados anteriormente	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	
SIM	1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1811-3/01	Impressão de jornais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1812-1/00	Impressão de material de segurança	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1813-0/99	Impressão de material para outros usos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1821-1/00	Serviços de pré-impressão	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1822-9/01	Serviços de encadernação e plastificação		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1822-9/99	Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1830-0/01	Reprodução de som em qualquer suporte		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1830-0/02	Reprodução de vídeo em qualquer suporte		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	1830-0/03	Reprodução de software em qualquer suporte		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2012-6/00	Fabricação de intermediários para fertilizantes	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2013-4/01	Fabricação de adubos e fertilizantes organo-minerais	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que o empreendimento não gere efluentes líquidos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2013-4/02	Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não inclua fertilizantes minerais e nutrientes, como produtos nitrogenados sólidos, nitratos especiais, e aqueles das Classes IA (defensivos agrícolas/agrotóxicos combustíveis e/ou inflamáveis) e Classe IB (defensivos agrícolas/agrotóxicos não combustíveis). Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2093-2/00	Fabricação de aditivos de uso industrial	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que não trate de aditivo alimentar ou insumo farmacêutico.	
SIM	2122-0/00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja o tingimento ou utilização de produtos químicos. Desde que não inclua fertilizantes minerais e nutrientes, como produtos nitrogenados sólidos, nitratos especiais, e aqueles das Classes IA (defensivos agrícolas/agrotóxicos combustíveis e/ou inflamáveis) e Classe IB (defensivos agrícolas/agrotóxicos não combustíveis). Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2219-6/00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente.	Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que não se trate de embalagem que entra em contato com alimento. Desde que não se trate de fabricação de dispositivo médico.	
SIM	2221-8/00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2222-6/00	Fabricação de embalagens de material plástico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de embalagem que entra em contato com alimento. Desde que não se trate de fabricação de dispositivo médico. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2223-4/00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	Desde que se trate exclusivamente de serviços de solda (soldagem) em tubos plásticos.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2229-3/01	Fabricação de artefatos de material plástico para uso pessoal e doméstico	Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2229-3/02	Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2229-3/03	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	Desde que se trate exclusivamente de montagem de box para banheiro com estrutura em acrílico e/ou de box sanfonado para banheiro e/ou de divisórias sanfonadas (PVC rígido).	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2229-3/99	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	Desde que se trate exclusivamente de fabricação de artesanato em material plástico.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2311-7/00	Fabricação de vidro plano e de segurança	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2312-5/00	Fabricação de embalagens de vidro	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que não trate de embalagem que entra em contato com alimento.	
SIM	2319-2/00	Fabricação de artigos de vidro	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja produção industrial e/ou operações de espelhação e/ou produção de peças de fibra de vidro. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2341-9/00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não se trate de fabricação de embalagem que entra em contato com alimentos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2342-7/01	Fabricação de azulejos e pisos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes,	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			no processo. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2342-7/02	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2349-4/01	Fabricação de material sanitário de cerâmica	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2349-4/99	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não se trate de fabricação de embalagem que entra em contato com alimentos. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2399-1/01	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2399-1/02	Fabricação de abrasivos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2539-0/02	Serviços de tratamento e revestimento em metais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2541-1/00	Fabricação de artigos de cutelaria	Desde que a atividade econômica seja classificada como	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que se trate exclusivamente de montagem de circuitos eletrônicos para terceiros ou de componentes em placas de circuitos impressos.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2621-3/00	Fabricação de equipamentos de informática	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2622-1/00	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2631-1/00	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2632-9/00	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2640-0/00	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2651-5/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2652-3/00	Fabricação de cronômetros e relógios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2670-1/01	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2670-1/02	Fabricação de aparelhos fotográficos e cinematográficos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2680-9/00	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2710-4/01	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2710-4/02	Fabricação de transformadores, indutores, conversores, sincronizadores e semelhantes, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2710-4/03	Fabricação de motores elétricos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2731-7/00	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2732-5/00	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2733-3/00	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2740-6/01	Fabricação de lâmpadas	Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão até 1.000 litros por dia. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2740-6/02	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.. Desde que se trate exclusivamente de montagem de luminárias e outros equipamentos de iluminação.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2751-1/00	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2759-7/01	Fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que o empreendimento não gere efluentes líquidos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2790-2/01	Fabricação de eletrodos, contatos e outros artigos de carvão e grafita para uso elétrico, eletroímãs e isoladores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2790-2/02	Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	2811-9/00	Fabricação de motores e turbinas, peças e acessórios, exceto para aviões e veículos rodoviários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2812-7/00	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, peças e acessórios, exceto válvulas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2813-5/00	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2814-3/01	Fabricação de compressores para uso industrial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2814-3/02	Fabricação de compressores para uso não industrial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2815-1/01	Fabricação de rolamentos para fins industriais	Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2815-1/02	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais, exceto rolamentos	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2821-6/01	Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2821-6/02	Fabricação de estufas e fornos elétricos para fins industriais, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2822-4/02	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2823-2/00	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2824-1/01	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso industrial	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2824-1/02	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

SIM	2825-9/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2829-1/01	Fabricação de máquinas de escrever, calcular e outros equipamentos não eletrônicos para escritório, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja fabricação de produto para saúde. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2852-6/00	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

SIM	2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2864-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2865-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2866-6/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2869-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2910-7/03	Fabricação de motores para automóveis, camionetas e utilitários	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE IMPACTO
SIM	2941-7/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

SIM	2942-5/00	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não motorizados, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de fabricação de dispositivo médico. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos,	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja tratamento químico superficial. Desde que não utilize madeira de origem nativa. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que se trate exclusivamente de produção artesanal de móveis de vime e junco ou com predominância de vime ou junco.	
SIM	3104-7/00	Fabricação de colchões	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que não se trate de fabricação de dispositivo médico. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3211-6/01	Lapidação de gemas	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			funcionários.	
SIM	3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3220-5/00	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	Desde que não haja geração de efluentes líquidos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	3230-2/00	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3240-0/01	Fabricação de jogos eletrônicos	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3240-0/02	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios não associada à locação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3240-0/03	Fabricação de mesas de bilhar, de sinuca e acessórios associada à locação	Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	3240-0/99	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3250-7/07	Fabricação de artigos ópticos	Desde que não haja fabricação de produto para saúde.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja fabricação de escova dental. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO

			Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	
SIM	3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	Desde que não haja a fabricação de armas de fogo. Desde que não haja fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3291-4/00	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	Desde que a atividade econômica seja classificada como exclusivamente artesanal. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja fabricação de escova dental. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3292-2/01	Fabricação de roupas de proteção e segurança e resistentes a fogo	Desde que não haja a geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3292-2/02	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	Desde que não haja a fabricação de armas de fogo. Desde que não haja fabricação de artefatos de tecido não tecido para uso odonto-médico-hospitalar.	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3299-0/01	Fabricação de guarda-chuvas e similares		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	3314-7/11	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	3314-7/12	Manutenção e reparação de tratores agrícolas	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/13	Manutenção e reparação de máquinas-ferramenta	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/14	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/15	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

		na extração mineral, exceto na extração de petróleo	administrativo.	
SIM	3314-7/16	Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/17	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/18	Manutenção e reparação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas- ferramenta	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/19	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/20	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, do vestuário, do couro e calçados	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/21	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria de celulose, papel e papelão e artefatos	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3314-7/22	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos para a indústria do plástico	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	
SIM	3314-7/99	Manutenção e reparação de outras máquinas e equipamentos para usos industriais não especificados anteriormente	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3315-5/00	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que haja geração de efluentes líquidos industriais com vazão de até 1000 litros por dia. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo. Desde que o empreendimento não possua fontes de emissões fugitivas.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3316-3/02	Manutenção de aeronaves na pista	Desde que o empreendimento principal esteja devidamente licenciado.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3317-1/01	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3317-1/02	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3319-8/00	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3321-0/00	Instalação de máquinas e equipamentos industriais		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	3329-5/01	Serviços de montagem de móveis de qualquer material		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3329-5/99	Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3511-5/01	Geração de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3511-5/02	Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3514-0/00	Distribuição de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3530-1/00	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3701-1/00	Gestão de redes de esgoto		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	3702-9/00	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			administrativo.	
SIM	4110-7/00	Incorporação de empreendimentos imobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4120-4/00	Construção de edifícios	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4211-1/02	Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4212-0/00	Construção de obras de arte especiais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4213-8/00	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4221-9/02	Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4221-9/03	Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4221-9/04	Construção de estações e redes de telecomunicações		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4221-9/05	Manutenção de estações e redes de telecomunicações		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4222-7/02	Obras de irrigação	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4292-8/02	Obras de montagem industrial		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	Desde que não haja movimentação de solo acima de 100m³.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4312-6/00	Perfurações e sondagens	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4319-3/00	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4322-3/01	Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4322-3/02	Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4322-3/03	Instalações de sistema de prevenção contra incêndio		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/01	Instalação de painéis publicitários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/02	Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima, fluvial e lacustre		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/03	Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/04	Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/05	Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4329-1/99	Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/01	Impermeabilização em obras de engenharia civil		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/02	Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/03	Obras de acabamento em gesso e estuque		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/04	Serviços de pintura de edifícios em geral		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/05	Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4330-4/99	Outras obras de acabamento da construção		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4391-6/00	Obras de fundações		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/01	Administração de obras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/02	Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/03	Obras de alvenaria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/04	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/05	Perfuração e construção de poços de água	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4399-1/99	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4512-9/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4520-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	Desde que seja realizado apenas em veículo de passeio.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	Desde que seja realizado apenas em veículo de passeio.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/03	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/04	Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/05	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	Desde que seja realizado apenas em veículo de passeio.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/06	Serviços de borracharia para veículos automotores	Desde que não realize reforma de pneumáticos usados (CNAE 2212-9/00).	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/07	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4520-0/08	Serviços de capotaria		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4530-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4530-7/04	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	Desde que a área do empreendimento seja menor que 600m². Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de veículos no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4530-7/05	Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

SIM	4530-7/06	Representantes comerciais e agentes do comércio de peças e acessórios novos e usados para veículos automotores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/01	Comércio por atacado de motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/02	Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/03	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/04	Comércio a varejo de motocicletas e motonetas usadas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/06	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4541-2/07	Comércio a varejo de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4542-1/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4542-1/02	Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	Desde que não realize manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de motocicletas e/ou motonetas no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4611-7/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4612-5/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4613-3/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4614-1/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4615-0/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4616-8/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4617-6/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4618-4/01	Representantes comerciais e agentes do comércio de medicamentos, cosméticos e produtos de perfumaria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4618-4/02	Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	Desde que não haja depósito/pátio de estocagem para produtos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	Desde que não haja comercialização de animais vivos de interesse da Defesa Agropecuária, tais como: bovinos, búfalos, suínos, ovinos, caprinos, equídeos (equinos, asininos e muares), aves, peixes e outros animais aquáticos (moluscos bivalves), abelhas e bicho da seda. Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não comestíveis de origem animal	Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja geração de efluentes líquidos industriais. Desde que não realize processos de fundição e/ou tratamento de superfície de metais. Desde que esteja localizado em área dotada de sistema público de esgotamento sanitário ou que possua até 10 funcionários. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes, no processo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	Desde de que haja somente comércio sem beneficiamento.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			Desde que não haja comércio atacadista de ervas medicinais.	
SIM	4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	Desde que não haja o comércio de fauna silvestre e/ou exótica ou de produtos derivados de fauna silvestre.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4636-2/01	Comércio atacadista de fumo beneficiado		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4643-5/01	Comércio atacadista de calçados		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	Desde que não haja comercialização de produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária, tais como: comercialização de vacinas, antígenos e alérgenos para prevenção e diagnóstico de doenças sujeitas ao controle por programas oficiais; vacinas para prevenção de outras doenças infecciosas e contagiosas dos animais de produção; produtos com ação antiparasitária, antimicrobiana hormonal de uso em animais de produção; produtos vampiricidas e produtos que contenham substâncias sujeitas a controle especial, quando destinados ao uso em animais de produção.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4647-8/01	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/01	Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/02	Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/03	Comércio atacadista de bicicletas, triciclos e outros veículos recreativos		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/04	Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/05	Comércio atacadista de artigos de tapeçaria; persianas e cortinas		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/06	Comércio atacadista de lustres, luminárias e abajures		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/07	Comércio atacadista de filmes, CDs, DVDs, fitas e discos		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/10	Comércio atacadista de joias, relógios e bijuterias, inclusive pedras preciosas e semipreciosas lapidadas		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4649-4/99	Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4651-6/02	Comércio atacadista de suprimentos para informática		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4652-4/00	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4661-3/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4663-0/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4664-8/00	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto- médico-hospitalar; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos. Desde que o resultado do exercício da atividade não compreenda comercialização de dispositivos médicos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4665-6/00	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4669-9/01	Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4669-9/99	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4671-1/00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4672-9/00	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4673-7/00	Comércio atacadista de material elétrico		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4679-6/03	Comércio atacadista de vidros, espelhos e vitrais		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4679-6/04	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4679-6/99	Comércio atacadista de materiais de construção em geral		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4685-1/00	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	Desde que a área do empreendimento seja menor que 600m².	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4686-9/01	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4686-9/02	Comércio atacadista de embalagens		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4687-7/02	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4689-3/99	Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente	Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja armazenamento de óleos, baterias ou	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			produtos perigosos. Desde que não haja comércio de produtos derivados de fauna silvestre e/ou exótica e/ou de produtos perigosos. Desde que não haja fracionamento e beneficiamento de produtos.	
SIM	4693-1/00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	Desde que não haja comércio de produtos derivados de fauna silvestre e/ou exótica e/ou de produtos perigosos. Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja emissão de poluentes atmosféricos, exceto nas emissões provenientes de equipamentos destinados à geração de calor a partir de energia elétrica ou gás. Desde que não haja armazenamento de óleos, baterias ou produtos perigosos. Desde que não haja fracionamento e beneficiamento de produtos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4713-0/02	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4713-0/04	Lojas de departamentos ou magazines, exceto lojas francas (Duty Free)		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4713-0/05	Lojas francas (Duty Free) de aeroportos, portos e em fronteiras terrestres		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4743-1/00	Comércio varejista de vidros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4744-0/06	Comércio varejista de pedras para revestimento		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4751-2/02	Recarga de cartuchos para equipamentos de informática		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4752-1/00	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4753-9/00	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4754-7/01	Comércio varejista de móveis		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4754-7/02	Comércio varejista de artigos de colchoaria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4754-7/03	Comércio varejista de artigos de iluminação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4755-5/01	Comércio varejista de tecidos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4755-5/02	Comércio varejista de artigos de armarinho		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4755-5/03	Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4756-3/00	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4757-1/00	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4759-8/01	Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4759-8/99	Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4761-0/01	Comércio varejista de livros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4761-0/03	Comércio varejista de artigos de papelaria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4762-8/00	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4763-6/01	Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4763-6/02	Comércio varejista de artigos esportivos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4763-6/03	Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4763-6/04	Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4763-6/05	Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de embarcações no local.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	Desde que não haja comercialização de produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária, tais como: comercialização de vacinas, antígenos e alérgenos para prevenção e diagnóstico de doenças sujeitas ao controle por programas oficiais; vacinas para prevenção de outras doenças infecciosas e contagiosas dos animais de produção; produtos com ação antiparasitária, antimicrobiana hormonal de uso em animais de produção; produtos vampiricidas e produtos que contenham substâncias sujeitas a controle especial, quando destinados ao uso em animais de produção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4782-2/01	Comércio varejista de calçados		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

SIM	4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	Desde que não haja comercialização de animais vivos de interesse da Defesa Agropecuária, tais como: bovinos, búfalos, suínos, ovinos, caprinos, equídeos (equinos, asininos e muares), aves, peixes e outros animais aquáticos (moluscos bivalves), abelhas e bicho da seda. Desde que não haja a comercialização de fauna silvestre e/ou exótica.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	4911-6/00	Transporte ferroviário de carga	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4912-4/01	Transporte ferroviário de passageiros intermunicipal e interestadual	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4912-4/02	Transporte ferroviário de passageiros municipal e em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4912-4/03	Transporte metroviário	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4921-3/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4921-3/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4922-1/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto em região metropolitana	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4922-1/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, interestadual	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4922-1/03	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4923-0/01	Serviço de táxi		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

SIM	4923-0/02	Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4924-8/00	Transporte escolar	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4929-9/01	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4929-9/02	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4929-9/03	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, municipal		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4929-9/04	Organização de excursões em veículos rodoviários próprios, intermunicipal, interestadual e internacional		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4929-9/99	Outros transportes rodoviários de passageiros não especificados anteriormente	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4930-2/01	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que não necessitem de condições especiais de temperatura e umidade. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade (perecíveis), medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4930-2/02	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular. Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que não necessitem de condições especiais de temperatura e umidade Desde que não haja no exercício da atividade o transporte e/ou armazenamento de alimentos que necessitem de condições especiais de temperatura e umidade (perecíveis), medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, produto para saúde e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4930-2/04	Transporte rodoviário de mudanças	Desde que não haja manutenção mecânica, lavagem e abastecimento veicular Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4940-0/00	Transporte dutoviário	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	4950-7/00	Trens turísticos, teleféricos e similares	Desde que não haja instalação ou operação de ferrovia, e/ou manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5011-4/01	Transporte marítimo de cabotagem - Carga	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	
SIM	5011-4/02	Transporte marítimo de cabotagem - Passageiros	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5012-2/01	Transporte marítimo de longo curso - Carga	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5012-2/02	Transporte marítimo de longo curso - Passageiros	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5021-1/01	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5021-1/02	Transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5022-0/01	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, municipal, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5022-0/02	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5030-1/01	Navegação de apoio marítimo	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5030-1/02	Navegação de apoio portuário	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5030-1/03	Serviço de rebocadores e empurradores	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5091-2/01	Transporte por navegação de travessia, municipal	Desde que não haja transporte de cargas perigosas ou produtos perigosos e/ou realize manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5091-2/02	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal, interestadual e internacional	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5099-8/01	Transporte aquaviário para passeios turísticos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5099-8/99	Outros transportes aquaviários não especificados anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5111-1/00	Transporte aéreo de passageiros regular	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5112-9/01	Serviço de táxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de aeronaves.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5112-9/99	Outros serviços de transporte aéreo de passageiros não regular	Desde que não haja transporte de resíduos. Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de aeronaves.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5120-0/00	Transporte aéreo de carga	Desde que não trate de transporte de alimento, medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, dispositivo médico e/ou materiais biológicos.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	
SIM	5130-7/00	Transporte espacial		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5211-7/01	Armazéns gerais - emissão de warrant	Desde que não trate de armazenamento de alimento, medicamento, cosmético, perfume, produto de higiene, saneante, dispositivo médico e/ou materiais biológicos. Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5211-7/02	Guarda-móveis		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5212-5/00	Carga e descarga	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5221-4/00	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5222-2/00	Terminais rodoviários e ferroviários	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5223-1/00	Estacionamento de veículos	Desde que esteja localizado em área urbana consolidada e dotada de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos. Desde que se trate exclusivamente de estacionamento de veículos leves.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5229-0/01	Serviços de apoio ao transporte por táxi, inclusive centrais de chamada		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5229-0/02	Serviços de reboque de veículos		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5229-0/99	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5231-1/01	Administração da infraestrutura portuária	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5231-1/02	Atividades do Operador Portuário	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5231-1/03	Gestão de terminais aquaviários	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5232-0/00	Atividades de agenciamento marítimo	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5239-7/01	Serviços de praticagem	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5239-7/99	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5240-1/01	Operação dos aeroportos e campos de aterrissagem	Desde que se trate única e exclusivamente de escritório administrativo.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5240-1/99	Atividades auxiliares dos transportes aéreos, exceto operação dos aeroportos e campos de aterrissagem		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5250-8/01	Comissaria de despachos		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5250-8/02	Atividades de despachantes aduaneiros		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5250-8/03	Agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5250-8/04	Organização logística do transporte de carga		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5250-8/05	Operador de transporte multimodal - OTM		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5310-5/01	Atividades do Correio Nacional		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5320-2/01	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5320-2/02	Serviços de entrega rápida		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5811-5/00	Edição de livros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5812-3/01	Edição de jornais diários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5812-3/02	Edição de jornais não diários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5813-1/00	Edição de revistas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5819-1/00	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5821-2/00	Edição integrada à impressão de livros		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	5822-1/01	Edição integrada à impressão de jornais diários		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	5822-1/02	Edição integrada à impressão de jornais não diários		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	5823-9/00	Edição integrada à impressão de revistas		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	5829-8/00	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos		INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
SIM	5911-1/01	Estúdios cinematográficos	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5911-1/02	Produção de filmes para publicidade	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5911-1/99	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	
SIM	5912-0/01	Serviços de dublagem	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5912-0/02	Serviços de mixagem sonora em produção audiovisual	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5912-0/99	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5913-8/00	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	5914-6/00	Atividades de exibição cinematográfica	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	5920-1/00	Atividades de gravação de som e de edição de música	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6010-1/00	Atividades de rádio	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6021-7/00	Atividades de televisão aberta	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas,	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO

			óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	
SIM	6022-5/01	Programadoras		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6022-5/02	Atividades relacionadas à televisão por assinatura, exceto programadoras		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6110-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6110-8/99	Serviços de telecomúnicações por fio não especificados anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6120-5/01	Telefonia móvel celular		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6120-5/02	Serviço móvel especializado - SME		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6120-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6130-2/00	Telecomunicações por satélite		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6141-8/00	Operadoras de televisão por assinatura por cabo		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6142-6/00	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6143-4/00	Operadoras de televisão por assinatura por satélite		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6190-6/01	Provedores de acesso às redes de comunicações		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6190-6/02	Provedores de voz sobre protocolo Internet - VOIP		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6190-6/99	Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6201-5/01	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6201-5/02	Web design		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6202-3/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6203-1/00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	Desde que não haja desenvolvimento de softwares que realizam ou influenciam diretamente no diagnóstico, monitoramento, terapia (tratamento) para a saúde.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6204-0/00	Consultoria em tecnologia da informação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6391-7/00	Agências de notícias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6424-7/01	Bancos cooperativos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6424-7/04	Cooperativas de crédito rural		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6432-8/00	Bancos de investimento		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6433-6/00	Bancos de desenvolvimento		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6434-4/00	Agências de fomento		INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6435-2/03	Companhias hipotecárias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6438-7/99	Outras instituições de intermediação não monetária não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6440-9/00	Arrendamento mercantil		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6450-6/00	Sociedades de capitalização		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6461-1/00	Holdings de instituições financeiras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6462-0/00	Holdings de instituições não financeiras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6492-1/00	Securitização de créditos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6499-9/01	Clubes de investimento		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6499-9/02	Sociedades de investimento		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6499-9/03	Fundo garantidor de crédito		INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6511-1/01	Sociedade seguradora de seguros vida		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6511-1/02	Planos de auxílio-funeral		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6512-0/00	Sociedade seguradora de seguros não vida		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6520-1/00	Sociedade seguradora de seguros-saúde		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6530-8/00	Resseguros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6541-3/00	Previdência complementar fechada		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6542-1/00	Previdência complementar aberta		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6550-2/00	Planos de saúde		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6611-8/01	Bolsa de valores		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6611-8/02	Bolsa de mercadorias		COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
SIM	6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6612-6/03	Corretoras de câmbio		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6613-4/00	Administração de cartões de crédito		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

SIM	6619-3/05	Operadoras de cartões de débito		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios		SEM CLASSIFICAÇÃO
SIM	6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6911-7/01	Serviços advocatícios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6911-7/02	Atividades auxiliares da justiça		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6911-7/03	Agente de propriedade industrial		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6912-5/00	Cartórios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6920-6/01	Atividades de contabilidade		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	6920-6/02	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7020-4/00	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7111-1/00	Serviços de arquitetura		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7112-0/00	Serviços de engenharia		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7119-7/01	Serviços de cartografia, topografia e geodésia		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7119-7/02	Atividades de estudos geológicos	Desde que não haja atividade de mineração.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7119-7/03	Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7119-7/04	Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7119-7/99	Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7120-1/00	Testes e análises técnicas	Desde que não haja análise de produto sujeito à vigilância sanitária.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7210-0/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	Desde que as análises clínicas laboratoriais sejam executadas em laboratórios com licença ambiental válida e não haja coleta de indivíduos de fauna e flora nativas no ambiente natural.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7220-7/00	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	Desde que as análises clínicas laboratoriais sejam executadas em laboratórios com licença ambiental válida e não haja coleta de indivíduos de fauna e flora nativas no ambiente natural.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7311-4/00	Agências de publicidade		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7312-2/00	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7319-0/01	Criação de estandes para feiras e exposições		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7319-0/02	Promoção de vendas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7319-0/03	Marketing direto		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7319-0/04	Consultoria em publicidade		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7319-0/99	Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7320-3/00	Pesquisas de mercado e de opinião pública		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7410-2/02	Design de interiores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7410-2/03	Design de produto		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7410-2/99	Atividades de design não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7420-0/01	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7420-0/02	Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7420-0/03	Laboratórios fotográficos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7420-0/04	Filmagem de festas e eventos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7420-0/05	Serviços de microfilmagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/01	Serviços de tradução, interpretação e similares		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/02	Escafandria e mergulho		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/03	Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/05	Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7490-1/99	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7500-1/00	Atividades veterinárias	Desde que não haja clínica. Desde que não haja comercialização e/ou o uso de medicamentos controlados e/ou equipamentos de diagnósticos por imagem. Desde que não haja prestação de serviço como autorizado à execução de ações complementares relativas ao sanitarismo animal, conferindo-lhe a condição de cadastrado, habilitado, credenciado, responsável técnico, como, por exemplo, realizando a vacinação contra brucelose, exames diagnósticos contra brucelose, tuberculose e mormo, ou ainda, a emissão de Guias de Trânsito Animal GTA.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			Desde que não haja prestação de serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal para estabelecimentos de abate registrados na Adapar.	
SIM	7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7719-5/01	Locação de embarcações sem tripulação, exceto para fins recreativos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de embarcação.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7719-5/02	Locação de aeronaves sem tripulação	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de aeronaves.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7721-7/00	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular e embarcação.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7722-5/00	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7723-3/00	Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7729-2/01	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7729-2/02	Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7729-2/99	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7731-4/00	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7732-2/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento veicular.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7732-2/02	Aluguel de andaimes		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7739-0/01	Aluguel de máquinas e equipamentos para extração de minérios e petróleo, sem operador	Desde que não haja manutenção e/ou reparação e/ou lavagem de maquinários e equipamentos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7739-0/03	Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes	Desde que não haja o aluguel de banheiros químicos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7739-0/99	Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador	Desde que não haja manutenção mecânica e/ou lavagem e/ou abastecimento de veículos motorizados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7740-3/00	Gestão de ativos intangíveis não financeiros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7810-8/00	Seleção e agenciamento de mão de obra		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7820-5/00	Locação de mão de obra temporária		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7830-2/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7911-2/00	Agências de viagens		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7912-1/00	Operadores turísticos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	7990-2/00	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8011-1/01	Atividades de vigilância e segurança privada		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8011-1/02	Serviços de adestramento de cães de guarda	Desde que não haja alojamento e cuidado de animais de estimação CNAE 9609-2/08 e/ou CNAE 9609-2/07.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8012-9/00	Atividades de transporte de valores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8020-0/01	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8020-0/02	Outras atividades de serviços de segurança		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8030-7/00	Atividades de investigação particular		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8111-7/00	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8112-5/00	Condomínios prediais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8121-4/00	Limpeza em prédios e em domicílios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8129-0/00	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	Desde que não haja esterilização e/ou reprocessamento de produtos relacionados à saúde por: gás óxido de etileno ou suas misturas, radiação ionizante, ou outro meio de esterilização. Desde que não haja irradiação de alimentos por radiação ionizante.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8130-3/00	Atividades paisagísticas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8211-3/00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8219-9/01	Fotocópias		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8220-2/00	Atividades de teleatendimento		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8230-0/01	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8291-1/00	Atividades de cobrança e informações cadastrais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8292-0/00	Envasamento e empacotamento sob contrato	Desde que não haja envasamento, fracionamento e/ou empacotamento de produtos relacionados a saúde, tais como: engarrafamento de produtos líquidos, incluindo alimentos e bebidas, empacotamento de sólidos, envasamento em aerossóis ou empacotamento de preparados farmacêuticos.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/01	Medição de consumo de energia elétrica, gás e água		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/02	Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/03	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/04	Leiloeiros independentes		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/05	Serviços de levantamento de fundos sob contrato		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/06	Casas lotéricas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/07	Salas de acesso à Internet		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8299-7/99	Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8411-6/00	Administração pública em geral		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8412-4/00	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8413-2/00	Regulação das atividades econômicas		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8421-3/00	Relações exteriores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8422-1/00	Defesa		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8423-0/00	Justiça	Desde que a atividade se restrinja a mediação e	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			conciliação, sem restrição de liberdade de pessoas ou presença de celas ou espaços de confinamento e não se destine a pessoas com alta vulnerabilidade. Desde que não envolva atividades relacionados a administração de penitenciárias e o fornecimento de serviços correcionais, inclusive de reabilitação, e/ou a prestação de serviços de assistência à saúde.	
SIM	8424-8/00	Segurança e ordem pública	Desde que não haja realização de obras para instalação, operação de unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8425-6/00	Defesa Civil	Desde que não haja realização de obras para instalação, operação de unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8430-2/00	Seguridade social obrigatória		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8531-7/00	Educação superior - graduação	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	8532-5/00	Educação superior - graduação e pós-graduação	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	8533-3/00	Educação superior - pós-graduação e extensão	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	8541-4/00	Educação profissional de nível técnico	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	8542-2/00	Educação profissional de nível tecnológico	Desde que trate exclusivamente de ensino na modalidade à distância.	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	8550-3/01	Administração de caixas escolares	Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8550-3/02	Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares	Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8592-9/01	Ensino de dança	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8592-9/03	Ensino de música	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8593-7/00	Ensino de idiomas	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/01	Formação de condutores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/02	Cursos de pilotagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/03	Treinamento em informática		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	Desde que o empreendimento não gere Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos, conforme normas técnicas vigentes. Desde que não haja ensino de culinária e/ou estética. Desde que não se trate de ensino de atividades que envolvam procedimentos invasivos. Desde que não haja predominância de idosos, crianças ou pessoas com dificuldades de locomoção.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	Desde que não haja atividades hospitalares e locais cujos pacientes necessitem de cuidados especiais.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9001-9/01	Produção teatral	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9001-9/02	Produção musical	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	
SIM	9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados. Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9002-7/02	Restauração de obras de arte		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9003-5/00	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	Desde que não haja atividades de casas de shows, casas noturnas, boates e assemelhados. Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9101-5/00	Atividades de bibliotecas e arquivos		INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	9102-3/01	Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares		INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
SIM	9102-3/02	Restauração e conservação de lugares e prédios históricos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9200-3/01	Casas de bingo	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9200-3/02	Exploração de apostas em corridas de cavalos	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9200-3/99	Exploração de jogos de azar e apostas não especificados anteriormente	Desde que não haja atividades de clubes, restaurantes dançantes, bingo, bilhares, clubes de tiro, centro de eventos, boliches e assemelhados. Desde que não haja atividades de teatros, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9311-5/00	Gestão de instalações de esportes		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9319-1/01	Produção e promoção de eventos esportivos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9319-1/99	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

			esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro e que não haja atividades envolvendo caça e pesca de qualquer natureza.	
SIM	9329-8/04	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	Desde que as atividades de jogos eletrônicos sejam realizadas exclusivamente na modalidade online e cada jogo receba uma classificação etária indicativa de acordo com a avaliação do Estado, assegurando que o conteúdo seja apropriado para o público-alvo	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9411-1/00	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9412-0/01	Atividades de fiscalização profissional		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9412-0/99	Outras atividades associativas profissionais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9420-1/00	Atividades de organizações sindicais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9430-8/00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9491-0/00	Atividades de organizações religiosas ou filosóficas	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9492-8/00	Atividades de organizações políticas	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9493-6/00	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9499-5/00	Atividades associativas não especificadas anteriormente	Desde que não haja obras para instalação, operação de unidades recreativas, áreas de lazer, empreendimentos esportivos e/ou outras unidades físicas sujeitas a licenciamento ambiental ou cadastro.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9511-8/00	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9512-6/00	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9521-5/00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/01	Reparação de calçados, bolsas e artigos de viagem		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/02	Chaveiros		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/03	Reparação de relógios		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/04	Reparação de bicicletas, triciclos e outros veículos não motorizados	Desde que não haja tratamento químico superficial.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/05	Reparação de artigos do mobiliário		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/06	Reparação de joias	Desde que não haja tratamento químico superficial.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9529-1/99	Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	Desde que não haja tratamento químico superficial.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9601-7/01	Lavanderias	Desde que não haja processamento de roupa hospitalar e/ou atividades enquadradas como de apoio a serviço de saúde.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9601-7/03	Toalheiros	Desde que não haja processamento de roupa hospitalar e/ou atividades enquadradas como de apoio a serviço de saúde.	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9609-2/02	Atividades matrimoniais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9609-2/04	Exploração de máquinas de serviços pessoais acionadas por moeda		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9609-2/07	Alojamento de animais domésticos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9609-2/08	Higiene e embelezamento de animais domésticos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9609-2/99	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9700-5/00	Serviços domésticos		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
SIM	9900-8/00	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais		COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

ANEXO II

Atividades de Médio e Alto Risco

Pode ser considerado baixo impacto?	CNAE	**Descrição**	**Classificação de acordo com a Lei Municipal 1.455/2024**
NÃO	0159-8/02	Criação de animais de estimação	SEM CLASSIFICAÇÃO
NÃO	0210-1/01	Cultivo de eucalipto	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/03	Cultivo de pinus	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/04	Cultivo de teca	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/05	Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/06	Cultivo de mudas em viveiros florestais	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	SILVICULTURA
NÃO	0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	SILVICULTURA
NÃO	0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	SEM CLASSIFICAÇÃO
NÃO	0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	SEM CLASSIFICAÇÃO
NÃO	0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	SEM CLASSIFICAÇÃO
NÃO	0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	SEM CLASSIFICAÇÃO

NÃO	0500-3/01	Extração de carvão mineral	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0500-3/02	Beneficiamento de carvão mineral	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0600-0/02	Extração e beneficiamento de xisto	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0600-0/03	Extração e beneficiamento de areias betuminosas	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0710-3/01	Extração de minério de ferro	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0721-9/01	Extração de minério de alumínio	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0722-7/01	Extração de minério de estanho	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0722-7/02	Beneficiamento de minério de estanho	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0723-5/01	Extração de minério de manganês	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0729-4/01	Extração de minérios de nióbio e titânio	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0729-4/02	Extração de minério de tungstênio	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0729-4/03	Extração de minério de níquel	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0729-4/04	Extração de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0729-4/05	Beneficiamento de minérios de cobre, chumbo, zinco e outros minerais metálicos não ferrosos não especificados anteriormente	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL
NÃO	0810-0/01	Extração de ardósia e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/02	Extração de granito e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/03	Extração de mármore e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/04	Extração de calcário e dolomita e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/05	Extração de gesso e caulim	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/06	Extração de areia, cascalho ou pedregulho e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/07	Extração de argila e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/09	Extração de basalto e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/10	Beneficiamento de gesso e caulim associado à extração	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0810-0/99	Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0891-6/00	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0892-4/01	Extração de sal marinho	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0892-4/02	Extração de sal-gema	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0893-2/00	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0899-1/01	Extração de grafita	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0899-1/02	Extração de quartzo	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0899-1/03	Extração de amianto	EXTRATIVISTA MINERAL
NÃO	0899-1/99	Extração de outros minerais não metálicos não especificados anteriormente	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL
NÃO	0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL
NÃO	0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não ferrosos	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL
NÃO	0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não metálicos	COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL
NÃO	1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1020-1/01	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1033-3/01	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1033-3/02	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1041-4/00	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1043-1/00	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1065-1/02	Fabricação de óleo de milho em bruto	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1065-1/03	Fabricação de óleo de milho refinado	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1066-0/00	Fabricação de alimentos para animais	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1099-6/01	Fabricação de vinagres	AGROINDÚSTRIA 1
NÃO	1113-5/01	Fabricação de malte, inclusive malte uísque	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1113-5/02	Fabricação de cervejas e chopes	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1122-4/01	Fabricação de refrigerantes	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1122-4/02	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	SEM CLASSIFICAÇÃO
NÃO	1311-1/00	Preparação e fiação de fibras de algodão	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1312-0/00	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2211-1/00	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2212-9/00	Reforma de pneumáticos usados	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2320-6/00	Fabricação de cimento	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/02	Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/03	Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/04	Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/05	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2330-3/99	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2391-5/02	Aparelhamento de pedras para construção, exceto associado à extração	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2391-5/03	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2392-3/00	Fabricação de cal e gesso	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2411-3/00	Produção de ferro-gusa	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2412-1/00	Produção de ferroligas	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2421-1/00	Produção de semiacabados de aço	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2422-9/01	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2422-9/02	Produção de laminados planos de aços especiais	INDÚSTRIA DE IMPACTO

NÃO	2423-7/01	Produção de tubos de aço sem costura	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2423-7/02	Produção de laminados longos de aço, exceto tubos	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2424-5/01	Produção de arames de aço	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2424-5/02	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço, exceto arames	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2431-8/00	Produção de tubos de aço com costura	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2439-3/00	Produção de outros tubos de ferro e aço	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2441-5/01	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2441-5/02	Produção de laminados de alumínio	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2449-1/01	Produção de zinco em formas primárias	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2449-1/02	Produção de laminados de zinco	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2449-1/03	Fabricação de ânodos para galvanoplastia	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2511-0/00	Fabricação de estruturas metálicas	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2512-8/00	Fabricação de esquadrias de metal	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2513-6/00	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2521-7/00	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2522-5/00	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2531-4/01	Produção de forjados de aço	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2531-4/02	Produção de forjados de metais não ferrosos e suas ligas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2532-2/01	Produção de artefatos estampados de metal	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2532-2/02	Metalurgia do pó	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2539-0/01	Serviços de usinagem, torneiria e solda	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2542-0/00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2543-8/00	Fabricação de ferramentas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2599-3/02	Serviço de corte e dobra de metais	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2822-4/01	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de pessoas, peças e acessórios	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2831-3/00	Fabricação de tratores agrícolas, peças e acessórios	INDÚSTRIA DE BAIXO IMPACTO
NÃO	2910-7/01	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2910-7/02	Fabricação de chassis com motor para automóveis, camionetas e utilitários	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2920-4/01	Fabricação de caminhões e ônibus	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2920-4/02	Fabricação de motores para caminhões e ônibus	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2930-1/01	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2930-1/02	Fabricação de carrocerias para ônibus	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2930-1/03	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para outros veículos automotores, exceto caminhões e ônibus	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3091-1/01	Fabricação de motocicletas	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3091-1/02	Fabricação de peças e acessórios para motocicletas	INDÚSTRIA DE IMPACTO
NÃO	3313-9/01	Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3313-9/02	Manutenção e reparação de baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3313-9/99	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/01	Manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/02	Manutenção e reparação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/03	Manutenção e reparação de válvulas industriais	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/04	Manutenção e reparação de compressores	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/05	Manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/06	Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/07	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/08	Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/09	Manutenção e reparação de máquinas de escrever, calcular e de outros equipamentos não eletrônicos para escritório	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3314-7/10	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	3316-3/01	Manutenção e reparação de aeronaves, exceto a manutenção na pista	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/01	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/02	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/03	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/04	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/05	Comércio por atacado de reboques e semirreboques novos e usados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4511-1/06	Comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4512-9/02	Comércio sob consignação de veículos automotores	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4530-7/01	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4530-7/02	Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4543-9/00	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4662-1/00	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4674-5/00	Comércio atacadista de cimento	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4679-6/02	Comércio atacadista de mármores e granitos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4687-7/01	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4687-7/03	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4689-3/01	Comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4689-3/02	Comércio atacadista de fios e fibras beneficiados	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
NÃO	6110-8/01	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	6110-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	6410-7/00	Banco Central	INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO
NÃO	6421-2/00	Bancos comerciais	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL

NÃO	6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
NÃO	6423-9/00	Caixas econômicas	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
NÃO	6438-7/01	Bancos de câmbio	COMERCIAL E DE SERVIÇOS GERAL
NÃO	6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	6619-3/04	Caixas eletrônicos	COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO
NÃO	6810-2/03	Loteamento de imóveis próprios	SEM CLASSIFICAÇÃO

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2DF0FE2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA – SECRETARIA DE SAÚDE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

PREÂMBULO

O Município de Rolândia – PR, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público o presente **Chamamento Público para Manifestação de Interesse**, com a finalidade de **identificar Organizações Sociais de Saúde qualificadas no âmbito do Município de Rolândia interessadas em participar de processo futuro de seleção para eventual celebração de Contrato de Gestão**, visando o gerenciamento e operacionalização da **Unidade de Pronto Atendimento 24h adulto e infantil**, localizada na Vila Oliveira.

O presente procedimento possui **caráter preparatório e não constitui processo de seleção definitiva**, sendo destinado exclusivamente à identificação de entidades interessadas, nos termos da Lei Municipal nº 4.281/2025 e do Decreto Municipal nº 237/2025.

A eventual celebração de Contrato de Gestão dependerá da realização de **procedimento subsequente de seleção**, podendo incluir **concurso de projetos, apresentação de programa de trabalho e estimativa orçamentária**, conforme previsto na legislação municipal aplicável.

DO OBJETIVO

1.1. O presente Chamamento Público tem por objetivo **identificar Organizações Sociais de Saúde qualificadas no Município de Rolândia interessadas em participar de processo futuro de seleção para eventual celebração de Contrato de Gestão**, destinado ao gerenciamento e operacionalização da **Unidade de Pronto Atendimento 24h adulto e infantil do Município de Rolândia**.

1.2. A manifestação de interesse não gera direito à celebração do Contrato de Gestão, constituindo **etapa preliminar de prospecção de interessados**.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da **eventual celebração de Contrato de Gestão**, caso venha a ocorrer após os procedimentos de seleção previstos na legislação municipal, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 09

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01

FUNÇÃO: 10

SUBFUNÇÃO: 302

PROGRAMA: 0009

AÇÃO: 2127 – CONTRATO DE GESTÃO

DESPESA: 3.3.50.85.00.00

FONTE: 303

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Chamamento Público **exclusivamente as instituições devidamente qualificadas como Organização Social de Saúde no Município de Rolândia**, nos termos da Lei Municipal nº 4.281/2025 e do Decreto Municipal nº 237/2025.

3.2. É vedada a participação de organizações que se enquadrem nas hipóteses impeditivas previstas no art. 9º do Decreto Municipal nº 237/2025.

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

4.1. As Organizações Sociais interessadas deverão apresentar **Manifestação de Interesse**, conforme modelo constante do ANEXO II deste edital, disponível no link: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/198.

4.2. A manifestação deverá ser assinada digitalmente pelo representante legal da entidade e enviada **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema de protocolo digital da Prefeitura Municipal de Rolândia, EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO, no seguinte link: https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&service=01KKM1Z2P7ZPRGVEJWRF23YXHN, ou por meio de protocolo eletrônico no site oficial da prefeitura: https://www.rolandia.pr.gov.br/.

4.3. Período para envio da manifestação:

De 23 de março de 2026 – 00:00h até 13 de abril de 2026 – 23:59h.

4.4. Após o envio da manifestação será gerado número de protocolo eletrônico.

DOS PRAZOS

5.1. O prazo para apresentação das manifestações de interesse será de **23 de março de 2026 – 00:00h até 13 de abril de 2026 – 23:59h.**

5.2. Não serão aceitas manifestações apresentadas fora do prazo estabelecido.

DO RESULTADO

Após a análise das manifestações de interesse, a Secretaria Municipal de Saúde publicará **lista das Organizações Sociais que manifestaram interesse e atenderam aos requisitos formais deste edital**, por meio do link: https://www.rolandia.pr.gov.br/pagina-site-submenu/198.

6.2. Somente as entidades que manifestarem interesse poderão ser convocadas para **procedimento subsequente de seleção**, nos termos da legislação municipal.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. O presente Chamamento Público **não constitui processo seletivo definitivo** para celebração de Contrato de Gestão.

7.2. A manifestação de interesse tem por finalidade **identificar Organizações Sociais interessadas e aptas a participar de etapa posterior de seleção**, podendo esta ocorrer por meio de **concurso de projetos ou procedimento equivalente**, conforme previsto na legislação municipal.

7.3. A manifestação de interesse **não gera direito subjetivo à contratação**, nem qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

7.4. Caso duas ou mais Organizações Sociais manifestem interesse, o Município poderá realizar **Concurso de Projetos**, nos termos do Decreto Municipal nº 237/2025.

7.5. As entidades eventualmente convocadas em etapa posterior deverão apresentar **Programa de Trabalho detalhado, plano operacional e estimativa orçamentária**.

7.6. O eventual Contrato de Gestão terá prazo inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

7.7. A participação neste edital implica o reconhecimento de todas as condições nele estabelecidas.

7.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

DOS RECURSOS

8.1. Caberá recurso administrativo contra o **resultado da análise das manifestações de interesse** no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação do resultado.

8.2. Os recursos deverão ser apresentados por meio do sistema de protocolo eletrônico da Prefeitura Municipal de Rolândia.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o presente edital até **2 (dois) dias úteis antes do término do prazo para envio das manifestações de interesse**.

DOS ANEXOS

Integram o presente edital:

ANEXO I – Descritivo Referencial da Unidade de Pronto Atendimento 24h

ANEXO II – Modelo de Declaração de Manifestação de Interesse

Rolândia, 13 de março de 2026.

ÉRIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

DESCRITIVO REFERENCIAL

1. O município de Rolândia-PR localiza-se na região metropolitana de Londrina (RML), 17ª Região de Saúde do Paraná, com distância de 392 km da capital e seu código do IBGE é 4113700. Faz divisa com os municípios de Jaguapitã e Cambé (norte), Londrina (leste), Arapongas (sul) e Pitangueiras e Sabáudia (oeste). Segundo estimativas do IBGE de 2024, a população de Rolândia é de cerca de 74.935 pessoas. Entre os serviços implantados estão: 10 Unidades Básicas de Saúde com 17 Equipes de Saúde da Família, 15 equipes de saúde bucal, duas equipes e-MULTI na modalidade complementar, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo II, um CAPS infantil, um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), um Centro de Especialidades Municipal (CEM) – com médicos especialistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais e nutricionistas, Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (EMAESM), um posto de coleta de leite materno, um Centro de Especialidades Odontológicas tipo III, um Núcleo de Apoio à Gestante e ao Desenvolvimento da Criança (NAGDC), um Laboratório Municipal de Análises Clínicas, um Raio-X Municipal e Ultrassom, uma Farmácia Central, serviços de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador, Vigilância Ambiental e de Endemias e Vigilância Epidemiológica, uma Central de Agendamento, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU com duas ambulâncias (uma de suporte básico e outra de suporte avançado), um serviço de Transporte de Emergência Centralizado (TEC), um Hospital de Média Complexidade filantrópico (contratualizado como município), um Hospital Psiquiátrico (Casa de Saúde de Rolândia) – referência estadual – uma Unidade de Pronto Atendimento adulto e infantil 24h com previsão de ser inaugurada em 2027, localizada na Vila Oliveira, além de um Pronto Atendimento Médico 24h em construção com previsão de entrega para primeiro trimestre de 2027. A população estimada de referência a ser atendida possui cobertura assistencial em Atenção Primária de Saúde equivalente a 79% perfazendo um total de pessoas cadastradas 77.063 (no ano de 2024) no SUS do município com uma tendência de aumento conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 01 – Pessoas cadastradas pelas Unidades Básicas de Saúde de Rolândia, Paraná.

A Unidade de Pronto Atendimento adulto 24h, localizado na Rua Saguaragi, S/N - Vila Oliveira, Rolândia - PR, 86600-970, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Urgências, foi inaugurado em julho de 2011, com atendimento de 15h por dia e, posteriormente, em 11 de Junho do ano de 2021 passou a funcionar 24h por dia. A implementação deste serviço de saúde teve como foco o atendimento às urgências/emergências, a superação das limitações e fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências, garantindo atendimento oportuno e qualificado.

A "Unidade de Pronto Atendimento Pediátrico 24h", também localizada na Rua Saguaragi, S/N - Vila Oliveira, Rolândia - PR, 86600-970, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Atenção às Urgências, será inaugurada em 2027, com data a definir. A implementação deste serviço de saúde terá como foco o atendimento às urgências/emergências pediátricas, a superação das limitações e fortalecimento da Rede de Atenção às Urgências, garantindo atendimento oportuno e qualificado.

1.3 A Unidade de Pronto Atendimento 24h a futura "Unidade de Pronto Atendimento Pediátrico 24h", bem como o novo "Pronto Atendimento Médico - PAM", presentes no município de Rolândia, são unidades intermediárias de saúde, entre as Unidades Básicas de Saúde e a Rede Hospitalar, e constituem-se como uma das principais portas de entrada do usuário no sistema, garantindo retaguarda para os casos que extrapolam a capacidade de resolução desses serviços.

1.4 A Unidade de Pronto Atendimento 24h funciona nas 24 horas do dia prestando atendimento aos portadores de quadro clínico agudo de qualquer natureza, dentro dos limites estruturais da unidade, e dá respostas às demandas da população especialmente à noite e nos finais de semana, quando a rede de Atenção Primária da qual faz parte o Programa de Saúde da Família não está em atividade. Em relação aos casos de natureza cirúrgica e de trauma, pode prestar o primeiro atendimento, estabilização e investigação diagnóstica inicial, definindo a necessidade ou não de encaminhamento aos serviços hospitalares de maior complexidade.

1.5 A "Unidade de Pronto Atendimento infantil 24h", prevista para 2027, funcionará nas 24 horas do dia prestando atendimento pediátrico aos portadores de quadro clínico agudo de qualquer natureza, dentro dos limites estruturais da unidade, e dá respostas às demandas da população especialmente à noite e nos finais de semana, quando a rede de Atenção Primária da qual faz parte o Programa de Saúde da Família não está em atividade. Em relação aos casos de natureza cirúrgica e de trauma pediátrico, poderá prestar o primeiro atendimento, estabilização e investigação diagnóstica inicial, definindo a necessidade ou não de encaminhamento aos serviços hospitalares de maior complexidade.

1.5 Os serviços atualmente prestados na Unidade de Pronto Atendimento 24h são análogos aos serviços que serão realizados no "Pronto Atendimento Médico - PAM" tipo I, com previsão de funcionamento no primeiro trimestre de 2027 em Rolândia-PR.

2. Atualmente, as características Gerais da Prestação de Serviço na "Unidade de Pronto Atendimento 24h, apesar de não ter habilitação como Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h, os serviços prestados assemelham-se aos da referida UPA tipo II em número de população e de leitos de observação e da tipo III em número de atendimentos (em média 460 atendimentos/mês) e complexidade realizados diariamente, sendo 331 atendimentos em adultos e 130 atendimentos pediátricos, conforme especificado neste Projeto Básico, nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS – Sistema Único de Saúde - especialmente o disposto na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002, Portaria nº 1863, de 29 de setembro de 2003, Portaria nº 1864, de 29 de setembro de 2003, Portaria n° 1600, de 07 de julho de 2011, e Portaria n° 1601, de 07 de julho de 2011, Portaria de n° 10 de 03 de janeiro de 2017, Portaria n° 234, de 19 de julho de 2017, assim, projeta-se a esta unidade ser como a UPA, com serviço rediagnostico, laboratorial e fármaco 24h, com observância dos princípios veículados pela legislação, e em especial:

2.1 Universalidade de acesso aos serviços de saúde;

2.2 Integralidade de assistência, entendida como sendo o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde, existentes na cidade;

2.3 Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;

2.4 Fornecimento gratuito de medicamentos aos pacientes durante o atendimento, mediante prescrição do profissional médico responsável pelo atendimento em questão;

2.5 Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

2.6 Igualdade da assistência à saúde, sempre conceitos ou privilégios de qualquer espécie;

2.7 Direito de informação às pessoas assistidas, sobre sua saúde;

2.8 Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;

2.9 Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

3. Características Específicas da Prestação de Serviços no "Pronto Atendimento 24h " e "Pronto Atendimento Infantil 24h":

3.1 As Unidades de "Pronto Atendimento 24h adulto e infantil deverão contar com acolhimento e classificação de risco conforme protocolos do Ministério da Saúde;

3.2 Unidade de saúde de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família e a Rede Hospitalar, devendo compor uma rede organizada nas Áreas de Planejamento objeto do Projeto Básico;

3.3 Unidade de saúde fundamental à reorganização da rede de atendimento às Urgências e Emergências no Município, de acordo com as resoluções e portarias do Ministério da Saúde e da Política Nacional de Atenção às Urgências.

4. Relação Mínima de Serviços Assistenciais a Serem Prestados no Pronto Atendimento 24h:

4.1 Produção Mínima de Atendimentos do "Pronto Atendimento 24h:

Número mínimo de médicos das 07:00h às 19:00h Clinicos	**Número mínimo de médicos das 19:00h às 07:00h Clinicos**	**Número mínimo de atendimentos médicos em 24 horas**	**Número de leitos de observação**	**Número de leitos de emergência**
3 medicos clinicos	3 medicos clinicos	150	10	2
Número mínimo de médicos das 11:00 às 23:00h Clinicos	**Número mínimo de médicos das 19:00 as 01:00 Clinicos**	150	10	2
2 medicos clinicos	2 medicos clinicos	150	10	2
Obs: A ala pediátrica deverá contar obrigatoriamente com 01 (um) médico especialista em Pediatria em regime de plantão 24 horas, podendo os demais profissionais médicos atuar no setor desde que possuam familiaridade e experiência em atendimentos pediátricos.				
Número mínimo de médicos das 07:00h às 19:00h Pediatricos	**Número mínimo de médicos das 19:00h às 07:00h Pediatricos**	**Número mínimo de atendimentos médicos em 24 horas**	**Número de leitos de observação**	**Número de leitos de emergência**
2 pediatricos	2 pediatricos	150	10	2
Número mínimo de médicos das 11:00 às 23:00h Pediatricos	**Número mínimo de médicos das 19:00 as 01:00 Pediatrico/Adulto Vaga Movel**	150	10	2
1 pediatrico	1 pediatrico	150	10	2

4.2 Quanto ao número de leitos, Pronto Atendimento 24h possui dois leitos para atendimento de urgência/emergência e dois de observação, sete leitos e oito poltronas de observação, um espaço de sala de sutura/curativo (na sala de urgência), uma sala ampla (com 10 poltronas) para realização de medicamentos e inalação. Além de sala de classificação de risco em saúde.

4.3 A "Unidade de Pronto Atendimento Infantil 24h" possuirá dois leitos para atendimento de urgência/emergência e dois de observação, sete leitos e oito poltronas de observação, um espaço de sala de sutura/curativo (na sala de urgência), uma sala ampla (com 10 poltronas) para realização de medicamentos e inalação. Além de sala de classificação de risco em saúde

4.4 Os Atendimentos Assistenciais a serem realizados no "Pronto Atendimento adulto e Infantil 24h" aos quais se referem o item anterior estão distribuídos entre:

Consultas nas especialidades de medicina de emergência, clínica médica e traumatologia na saúde do adulto e pediátrica;

Procedimentos;

Exames (eletrocardiograma);

Observação clínica.

Sendo que:

a) Entende-se por "consultas nas especialidades medicina de emergência" os atendimentos ambulatoriais prestados sem que tenha necessidade de qualquer outro exame, procedimento ou internação temporária;

Entende-se por "procedimentos" aqueles que são realizados pós consulta, tais como: administração de medicamentos (via oral, sublingual, intradérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa, instilação nasal, aplicação ocular, aplicação otológica, retal, tópica e coleta para exames laboratoriais de emergência), atendimentos às necessidades de oxigenação através de instalação de oxigênio (por cateter nasal, máscara e aparelhos de fluxos), aspiração das vias aéreas superiores, aplicação de calor/frio seco/úmido, realização de teste de glicemia, lavagens gástricas e intestinais, sutura simples, inserção e remoção de sonda, inalação, imobilizações, curativos, retirada de pontos e outros correlatos;

Entende-se por "exames" os exames radiológicos e eletrocardiogramas realizados em pacientes atendidos no Pronto Atendimento 24h; bem como laboratoriais (HMG, Urina I, PCR, BHCG, entre outros);

Entende-se por “Observação Clínica” o encaminhamento de pacientes para leitos de observação por período não superior a 24 (vinte e quatro) horas.

5. Equipe de Profissionais do “Pronto Atendimento adulto e infantil 24h:

5.1. A Unidade de Pronto Atendimento 24h e Unidade de Pronto Atendimento Infantil 24h, objeto deste Projeto Básico, deve contar mínima e obrigatoriamente, salvo o disposto no item 2.4 deste projeto básico, com os seguintes profissionais:

Profissional	**Por Plantão***		**Total**	**Total equipe**
	Diurno	**Noturno**		
Técnico em Enfermagem – Ala Adulta	5	5	20	
Técnico em Enfermagem – Ala infantil	3	3	12	
Téc em Enf. – Rotativo – Infantil/Adulto	2	2	8	40
Enfermeiro – Ala Adulta	2	2	8	
Enfermeiro – Ala infantil	1	1	4	
Enfermeiro – Rotativo – Infantil/Adulto	1	1	4	16
Auxiliar de Serviços Gerais	3	2	10	10
Coordenador de Enfermagem	1 (8 horas)			1
Farmacêutico	1	1	4	4
Diretor Clínico	1			1
Diretor Técnico	1			1
Médico clínico geral	5	5	20	20
Médico pediatria	2	1	6	6
Médico – Rotativo – Infantil/Adulto	2	2	8	8
Técnico em Radiologia	2 (6h cada)	2 (6h cada)	8	8
Auxiliar Administrativo (Administração geral, Financeiro, Recursos Humanos, Ouvidoria / Serviço de atendimento ao usuário)	2	-	2	2
Coordenador Administrativo	1 (8 horas)			1
Recepcionista – Ala Adulto	2	2	08	
Recepcionista – Ala Infantil	2	2	08	16

*O plantão considerado é de 12 horas, as exceções estão especificadas entre parênteses.

CARGO	**ÁREA DE ATUAÇÃO**	**PRINCIPAIS ATIVIDADES / DIMENSIONAMENTO**	
Técnico de Enfermagem	Enfermagem	Prestar cuidado ao paciente, preparação e administração de medicamentos, punção venosa periférica, coleta de material orgânico para exames diversos, realização de curativos, coleta de exames laboratoriais, verificação de sinais vitais, realização de anotação em prontuário eletrônico dos pacientes atendidos, processamento/esterilização de materiais médico-hospitalares, participar de discussões de casos e cursos/atualizações, seguir os protocolos clínicos pactuados no contrato de gestão, bem como os definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e Ministério da Saúde, zelar pela conservação/organização dos equipamentos à disposição, demais atividades correlatas e do Equipamento de Proteção Individual (EPI).	
Enfermeiro	Enfermagem	Realização de classificação de risco no acolhimento e reavaliação do quadro se necessário, prestar cuidado integral ao paciente, preparação e administração de medicamentos, instalação e troca de sondas e dietas, punção venosa periférica, coleta de material orgânico para exames diversos, realização de curativos, coleta de exames laboratoriais, verificação de sinais vitais, consulta de enfermagem, prescrição de enfermagem, realização de evolução e anotação em prontuário eletrônico do paciente em observação, participar de discussões de casos e cursos/atualizações, seguir os protocolos clínicos pactuados no contrato de gestão, bem como os definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e Ministério da Saúde, zelar pela conservação/organização dos equipamentos à disposição, demais atividades correlatas e do EPI.	
Coordenador de Enfermagem	Enfermagem	Atuar como responsável técnico da equipe de enfermagem do Pronto Atendimento, substituir ausências da equipe de enfermagem, elaboração de escalas de trabalho da equipe de enfermagem, aplicação de critérios de classificação de risco no acolhimento e reavaliação do quadro se necessário, prestar cuidado integral ao paciente, preparação e administração de medicamentos, instalação e troca de sondas e dietas, punção venosa periférica, realização de curativos, coleta de exames laboratoriais, verificação de sinais vitais, consulta de enfermagem, prescrição de enfermagem, realização de evolução e anotação em prontuário eletrônico do paciente em observação, participar de discussões de casos e cursos/atualizações, seguir os protocolos clínicos pactuados no contrato de gestão, bem como os definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e Ministério da Saúde, zelar pela conservação/organização dos equipamentos à disposição, demais atividades correlatas e do EPI.	
Farmacêutico	Farmácia/ Dispensação	Efetuar a dispensação dos medicamentos para tratamento dos pacientes do Pronto Atendimento, conforme prescrição médica, atuar como responsável técnico do dispensatório do PA, atuar na elaboração e atualização dos protocolos terapêuticos, efetuar consulta farmacêutica, caso demandado, seguir os protocolos clínicos pactuados no contrato de gestão, bem como os definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e Ministério da Saúde, zelar pela conservação dos equipamentos à disposição, demais atividades correlatas e o EPI.	

Diretor Técnico	Direção Geral	ATRIBUIÇOES CONFORME RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA CFM Nº 2147/2016 O diretor técnico, nos termos da lei, é o responsável perante os Conselhos Regionais de Medicina, autoridades sanitárias, Ministério Público, Judiciário e demais autoridades pelos aspectos formais do funcionamento do estabelecimento assistencial que represente. §1º O provisionamento do cargo, ou função de diretor técnico, se dará por designação da administração pública ou, nas entidades privadas de qualquer natureza, por seu corpo societário ou mesa diretora. §2º Nos impedimentos do diretor técnico, a administração deverá designar substituto médico imediatamente enquanto durar o impedimento. §3º São deveres do diretor técnico:	

Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor;

Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando ao melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde, em benefício da população, sendo responsável por faltas éticas decorrentes de deficiências materiais, instrumentais e técnicas da instituição;

Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética Médica;

Certificar-se da regular habilitação dos médicos perante o Conselho de Medicina, bem como sua qualificação como especialista, exigindo a apresentação formal dos documentos, cujas cópias devem constar da pasta funcional do médico perante o setor responsável, aplicando-se essa mesma regra aos demais profissionais da área da saúde que atuem na instituição;

Organizar a escala de plantonistas, zelando para que não haja lacunas durante as 24 horas de funcionamento da instituição, de acordo com regramento da Resolução CFM nº 2.056, de 20 de setembro de 2013;

Tomar providências para solucionar a ausência de plantonistas;

Nas áreas de apoio ao trabalho médico, de caráter administrativo, envidar esforços para assegurar a correção do repasse dos honorários e do pagamento de salários, comprovando documentalmente as providências tomadas junto das instâncias superiores para solucionar eventuais problemas;

Assegurar que as condições de trabalho dos médicos sejam adequadas no que diz respeito aos serviços de manutenção predial;

Assegurar que o abastecimento de produtos e insumos de quaisquer natureza seja adequado ao suprimento do consumo do estabelecimento assistencial, inclusive alimentos e produtos farmacêuticos, conforme padronização da instituição;

Cumprir o que determina a Resolução CFM nº2056/2013, no que for atinente à organização dos demais setores assistenciais, coordenando as ações e pugnando pela harmonia intra e interprofissional;

Cumprir o que determina a norma quanto às demais comissões oficiais, garantindo seu pleno funcionamento;

Assegurar que as propagandas institucionais obedeçam ao disposto na Resolução CFM nº 1.974, de 14 de julho de 2011, ou aquela que a suceder;

Assegurar que os médicos que prestam serviço no estabelecimento assistencial médico, independente do seu vínculo, obedeçam ao disposto no Regimento Interno da instituição;

Assegurar que as pessoas jurídicas que atuam na instituição estejam regularmente inscritas no CRM;

Assegurar que os convênios na área de ensino sejam formulados dentro das normas vigentes, garantindo seus cumprimentos.

Não contratar médicos formados no exterior sem registro nos Conselhos de Medicina.

§4º Os diretores técnicos de planos de saúde, seguros saúde, cooperativas médicas e prestadoras de serviço em autogestão se obrigam a zelar:

Pelo que estiver pactuado nos contratos com prestadores de serviço, pessoas físicas e pessoas jurídicas por eles credenciados ou contratados, de acordo com previsões da Lei nº 13.003, de 24 de junho de 2014;

Para que, por meio DA SUPERVISÃO de seus auditores sejam garantidas as condições físicas e ambientais oferecidas por seus contratados a seus pacientes;

Para que, pela supervisão de suas auditorias, seja garantida a qualidade dos serviços prestados, notadamente a vigilância sobre o uso de materiais, insumos e equipamentos utilizados nos procedimentos médicos;

Para que sua relação ocorra sempre de modo formal com o médico, pessoa física e através do diretor técnico médico quando se tratar de pessoas jurídicas;

Para que, na OCORRÊNCIA de glosas das faturas apresentadas, seja descrito o que foi glosado e suas razões, SOLICITANDO ao médico, quando pessoa física, e ao diretor técnico, quando pessoas jurídicas, as devidas explicações, DEVENDO AS respostas ou justificativas ser formalizadas por escrito;

Para que as auditorias de procedimentos médicos sejam realizadas exclusivamente por auditores médicos;

Para que nenhuma troca de informações entre o contratante, o qual ele representa, e prestadores de serviços médicos sejam realizados por terceiros, obrigando-se a ser o responsável pelas tratativas com os contratados seja em que cenário for que envolva o ato médico;

Para que sejam garantidos anualmente os reajustes previstos em lei e acordados entre as partes;

Para que sejam asseguradas, quando houver prestação direta de assistência através de serviços médicos próprios, suas perfeitas condições de funcionamento, quer seja diretamente, se for também seu diretor técnico, ou por meio do diretor técnico designado, podendo se dirigir ao diretor clínico quando a instituição assistencial médica deste dispuser;

Pelo respeito aos protocolos e diretrizes clínicas baseados em evidências científicas;

Pela verificação da condição de regularidade de seus contratados, quer pessoa física, quer pessoa jurídica, perante os Conselhos Regionais de Medicina;

		Para que não sejam realizadas auditorias à distância.	
Diretor Clínico	Diretor Clínico	ATRIBUIÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) Nº 2147/2016 Art. 4º O diretor clínico é o representante do corpo clínico do estabelecimento assistencial perante o corpo diretivo da instituição, notificando ao diretor técnico sempre que fornecessário ao fiel cumprimento de suas atribuições. Parágrafo único. O diretor clínico é o responsável pela assistência médica, coordenação e supervisão dos serviços médicos na instituição, sendo obrigatoriamente eleito pelo corpo clínico. Art. 5º São competências do diretor clínico: Assegurar que todo paciente internado na instituição tenha ummédico assistente; Exigir dos médicos assistentes ao menos uma evolução e prescrição diária de seus pacientes, assentada no prontuário; Organizar os prontuários dos pacientes de acordo com o que determina as Resoluções CFM nº 1.638/2002 e nº 2.056/2013; Exigir dos médicos plantonistas hospitalares, quando chamados a atender pacientes na instituição, o assentamento no prontuário de suas intervenções médicas com as respectivas evoluções; Disponibilizar livro ou meio digital para registro de ocorrências aos médicos plantonistas; Determinar que, excepcionalmente nas necessidades imperiosas com risco de morte que possam caracterizar omissão de socorro, os médicos plantonistas de UTIs e dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência Médica não sejam deslocados para fazer atendimento fora de seus setores. Capítulo V – DOS DEVERES DA DIREÇÃO CLÍNICA Art.6º São deveres do diretor clínico: Dirigir e coordenar o corpo clínico da instituição; Supervisionar a execução das atividades de assistência médica da instituição, comunicando ao diretor técnico para que tome as providências cabíveis quanto às condições de funcionamento de aparelhagem e equipamentos, bem como o abastecimento de medicamentos e insumos necessário ao fiel cumprimento das prescrições clínicas, intervenções cirúrgicas, aplicação de técnicas de reabilitação e realização de atospericiais quando este estiver inserido em estabelecimento assistencial médico; Zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico da instituição; Supervisionar a efetiva realização do ato médico, da compatibilidade dos recursos disponíveis, da garantia das prerrogativas do profissional médico e da garantia de assistência disponível aos pacientes; Atestar a realização de atos médicos praticados pelo corpo clínico e pelo hospital sempre que necessário; Incentivar a criação e organização de centros de estudos, visando a melhor prática da medicina; Recepcionar e assegurar, aos estagiários (acadêmicos e médicos) e residentes médicos, condições de exercer suas atividades com os melhores meios de aprendizagem, com a responsabilidade de exigir a sua supervisão.	
Médico/Generalista	Atendimento Médico	Efetuar atendimento médico ao paciente (com aptidão para atendimento a criança) que procura a unidade respeitando a Política Nacional de Humanização e Política Nacional de Atenção à Saúde, o Acolhimento e Classificação de Risco no serviço de Urgência e Emergência e as leis que regem o Sistema Único de Saúde – SUS e a Urgência e Emergência, bem como todo e qualquer procedimento de urgência e emergência, tais como: sutura, intubação orotraqueal, drenagem de tórax, prestar socorro imediato, estabilização do paciente, prescrever tratamento, medicamento e/ou exame adequado à patologia, cadastrar e atualizar em tempo real os pacientes na central de leitos clínica/psiquiátrica do Estado, realizar visita médica, diariamente, em todos os pacientes em observação, zelar pela conservação dos equipamentos à disposição, seguir os protocolos clínicos estabelecidos, demais atividades correlatas e do EPI.	
Médico Pediatra	Atendimento médico	Efetuar atendimento médico à criança que procura a unidade respeitando a Política Nacional de Humanização e Política Nacional de Atenção à Saúde, o Acolhimento e Classificação de Risco no serviço de Urgência e Emergência e as leis que regem o Sistema Único de Saúde – SUS e a Urgência e Emergência, bem como todo e qualquer procedimento de urgência e emergência, tais como: sutura, intubação orotraqueal, drenagem de tórax, prestar socorro imediato, estabilização do paciente, prescrever tratamento, medicamento e/ou exame adequado à patologia, cadastrar e atualizar em tempo real os pacientes na central de leitos clínica/psiquiátrica do Estado, realizar visita médica, diariamente, em todos os pacientes em observação, zelar pela conservação dos equipamentos à disposição, seguir os protocolos clínicos estabelecidos, demais atividades correlatas e do EPI.	
Técnico em Radiologia	Raio X	Operacionalizar o equipamentos de Raio-X da unidade de pronto atendimento dentro das normas pré estabelecidas a fim da obtenção dos exames radiológicos, efetuar a revelação e processamento de tais exames, zelar pela conservação dos equipamentos e insumos de raio-x, efetuar o controle de consumo e reposição dos itens necessários para realização do exame de raio-x, seguir os protocolos clínicos estabelecidos, utilizar e zelar pelo EPI específico para a profissão e demais atividades correlatas	
Auxiliar Administrativo	Administração	Compras, serviços postais, trâmite de documentos, serviços administrativos gerais, emissão de relatórios, lançamentos no sistema de saúde, controle de estoque, pedidos de compras, planejamento de aquisições entre outras, parte na elaboração da prestação de contas e demais atividades correlatas. Constatamos a necessidade de apenas um profissional para atuar em horário comercial, por se tratar de serviços administrativos.	
	Financeiro	Elaboração de faturamentos, pagamento de contas, transações bancárias diversas, controle das contas específicas do contrato de gestão, parte na elaboração da prestação de contas da OSS, e demais atividades correlatas. Constatamos a necessidade de apenas um profissional para atuarem horário comercial, por se tratar de serviços administrativos.	
	Recursos Humanos	Contratação de pessoal, demissões, fechamento das folhas de pagamento, controle de benefícios por categoria de trabalho, aplicação do modo de contratação da OSS, prestar auxílio na elaboração de escalas de trabalho, parte na elaboração da prestação de contas da OSS e demais atividades correlatas. Constatamos a necessidadede apenas um profissional para atuar em horário comercial, por se tratar de serviços administrativos.	
	Ouvidoria/ Serviço de atendimento ao usuário	Atendimento e registro de reclamações, elogios, dúvidas, sugestões e afins, processamento de dados da ouvidoria/SAU para a prestação de contas, emissão de relatórios, atuação na tentativa de sanar os problemas e reclamações dos usuários que procuram os serviços do Pronto Atendimento, fornecer atendimento sempre visando dirimir as dúvidas do paciente, demais atividades correlatas. Constatamos a necessidade de apenas um profissional para atuar em horário comercial, por se tratar de serviços administrativos.	
Coordenador Administrativo	Coordenação	Controle e supervisão das atividades administrativas, financeiras e de pessoal, executando as atividades necessárias para o perfeito funcionamento dessas áreas e, caso necessário, suprindo a demanda de trabalho de ocasionais faltas por qualquer natureza, gerenciar os serviços necessários para funcionamento do Pronto Atendimento, como manutenção de	

		equipamentos, esterilização, lavagem de roupa hospitalar, etc., elaboração em conjunto com a equipe da OSS da prestação de contas e demais atividades correlatas. Constatamos a necessidade de apenas um profissional para atuar em horário comercial, por se tratar de serviços administrativos.	
Recepcionista	Recepção	Recepcionar os usuários do SUS que procuram a unidade, dirimir dúvidas, efetuar atendimento telefônico, cadastramento de usuários do Pronto Atendimento no software de gestão em saúde do município, atuar na organização da recepção, orientar os usuários, demais atividades correlatas.	
Copeira	Copa	Preparar bebidas quentes e, quando necessário, alimentação/outras bebidas para os funcionários; receber e realizar conferência da alimentação dos funcionários; limpar e organizar cozinha/copa e também móveis, utensílios e eletrodomésticos presentes na mesma; conferir os produtos da geladeira, verificar data de validade se estão dentro da ordem.	
Auxiliar de Serviços Gerais	Limpeza	Efetuar os serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação de toda a unidade de pronto atendimento, em uso de EPI condizente, preparo de café para os funcionários, troca de galões de água, controle de utilização e estoque de materiais de limpeza, limpeza externa das calçadas e demais atividades correlatas.	

Relação Mínima de Serviços a Serem Executados:

Atendimento Médico;

Assistência de Enfermagem, incluindo profissionais para atuar no acolhimento;

Materiais médico-hospitalares, insumos e instrumentais;

Medicamentos;

Realização de exames de imagem, incluindo insumos e mão de obra para operar no serviço de radiologia;

Recepção;

Apoio Administrativo; elaboração do pré-faturamento dos atendimentos, entre outros;

Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos;

Manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento;

Uniformes conforme o padrão;

EPI’s conforme normas técnicas cabíveis;

Gases Medicinais;

Vigilância Monitorada;

Lavagem de roupa/enxoval hospitalar;

Limpeza, asseio e conservação, incluindo controle de pragas (interna, externa e fornecimento de materiais necessários);

Manutenção Predial e conforto ambiental;

Alimentação, quando obrigatório por lei, dos profissionais que estão em horário de trabalho;

Fornecimento de vestimentas e enxoval hospitalar;

Gastos com serviços administrativos (impressões, material de expediente, equipamentos, etc.);

Sistema informatizado de atendimento;

Controladoria de acesso.

Sendo que se entende:

a) Do atendimento médico: O atendimento médico deverá ser prestado respeitando a Política Nacional de Humanização e Política Nacional de Atenção à Saúde, o Acolhimento e Classificação de Risco no serviço de Urgência e Emergência, as leis que regem o Sistema Único de Saúde - SUS e a Urgência e Emergência, respondendo a CONTRATADA por quaisquer erros, negligências, e demais danos que a falta de atenção a esses princípios possa vir a gerar no usuário do SUS. Devendo o profissional médico prestar atendimento de urgência e emergência, estabilizar o paciente, manter o paciente em observação por até 24 horas quando necessário; e encaminhar, se preciso, a serviços de maior complexidade, via Central de Regulação de Urgência de referência.

b) Da Assistência de Enfermagem, incluindo profissionais para atuar no acolhimento com classificação de risco: A assistência de enfermagem inclui, entre outras atividades, a aplicação de critérios de classificação de risco no acolhimento e reavaliação do quadro se necessário, prestar cuidado integral ao paciente, preparação e administração de medicamentos, instalação e troca de sondas e dietas, punção venosa periférica, realização curativo, coleta de exames laboratoriais, verificação de sinais vitais, consulta de enfermagem, prescrição de enfermagem, realização de evolução e anotação em prontuário eletrônico do paciente em observação, seguir protocolos institucionais e do Ministério da Saúde, cumprir normas e rotinas, participar das discussões de casos, entre outros.

c) Dos Materiais médico-hospitalares, insumos e instrumentais: Referem-se a todo o tipo de material, tanto de curta quanto de média e longa duração, que devem ser utilizados para o andamento e execução das atividades pertinentes ao Pronto Atendimento.

d) Dos Medicamentos: A CONTRATADA deverá fornecer os medicamentos necessários aos pacientes de acordo com a necessidade durante o período que este estiver em tratamento nas dependências do Pronto Atendimento (atendimento e observação), bem como o fornecimento de medicamentos prescritos após atendimento médico e laboratoriais.

e) Da Realização de exames de imagem, incluindo insumos e mão de obra para operar nos serviço de radiologia: A CONTRATADA realizará os exames de raios-X, laboratorial e eletrocardiograma fornecendo profissionais para a realização destes exames, bem como TODOS os materiais necessários para sua utilização, como filmes para raios-X, papel termossenssível, revelador radiográfico, eletrodos, entre outros.

Da Recepção: Atuar na recepção dos pacientes, registrando sua entrada e encaminhando para o enfermeiro; realizar o acolhimento, atendimento telefônico, auxílio aos profissionais do acolhimento, alimentação do sistema de TI, registro no sistema da notificação de doenças compulsórias, entre outras.

Do Apoio Administrativo; elaboração do pré-faturamento dos atendimentos: Trata-se dos serviços que a CONTRATADA deverá prestar ou contratar, para que os andamentos administrativos, apoio logístico, contábeis, financeiros e demais assessorias técnicas estejam em perfeito funcionamento, como o serviço de faturamento, para que este facilite a prestação de contas da CONTRATADA para a CONTRATANTE, o serviço de auditoria externa, entre outros.

Dos Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos: Trata-se do serviço de esterilização de materiais de uso da Unidade de Pronto Atendimento de Rolândia, efetuados a depender de cada caso, conforme preconizam normas específicas, tanto os efetuados no local, por intermédio de equipamentos, como autoclaves, por calor seco, etc. quanto aos serviços terceirizados para esse fim, como por óxido de etileno, radioesterilização, esterilização ionizante, entre outras.

Da Manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento do Pronto Atendimento: Trata-se do serviço de manutenção preventiva e corretiva de TODOS os equipamentos presentes no Pronto Atendimento, tanto os equipamentos presentes no momento da contratação quanto os equipamentos que vierem a ser adquiridos pela Administração Pública do Município, bem como os equipamentos que vierem a ser adquiridos pela CONTRATADA, necessário para o bom funcionamento de tais equipamentos, incluindo a calibração, adaptação, reparos e substituição de peças.

j) Dos Uniformes: A CONTRATADA deverá fornecer uniformes, visando à padronização, identificação, atendimento, apresentação do profissional, dentro das formas das legislações pertinentes, ou a critério desta, sendo, nesse caso, sem ônus para a CONTRATANTE.

Dos EPIs: Trata-se de TODOS os equipamentos de proteção individual necessários para a realização das atividades dos profissionais que atuarão no Pronto Atendimento, exigidos de acordo com cada normativa específica da segurança do trabalhador.

Dos Gases Medicinais: Trata-se do fornecimento de gases medicinais para tratamento dos usuários do SUS em tratamento ou observação no pronto atendimento médico, como por exemplo, o oxigênio medicinal.

Da Vigilância Monitorada e controlador de acesso: Implantação e manutenção do sistema de vigilância monitorada no Pronto Atendimento Médico de Rolândia, incluindo todos os custos com equipamentos, insumos e mão de obra necessária para a instalação deste serviço e serviços de segurança/vigilância presencial.

Da Lavagem de roupa/enxoval hospitalar: Trata-se da lavagem de TODO o enxoval e roupas hospitalares de utilização na Unidade de Pronto Atendimento de Rolândia, como por exemplo, a higienização e esterilização, quando cabível, de lençóis, fronhas, campos cirúrgicos e afins, não podendo ser realizada in loco, devido a falta estrutura preconizada na legislação;

Da Limpeza, asseio e conservação: Compreende a limpeza, desinfecção e conservação das superfícies fixas e equipamentos permanentes das diferentes áreas do Pronto Atendimento, visando preparar o ambiente para suas atividades, mantendo a ordem e conservando equipamentos e instalações, evitando principalmente a disseminação de microrganismos responsáveis pelas infecções relacionadas à assistência à saúde.Trata-se também da limpeza externa, do jardim, telhados e TODAS as demais áreas do Pronto Atendimento.

Da Manutenção Predial e conforto ambiental: Trata-se de TODOS os consertos, reparos, instalações, adaptações e manutenções no imóvel onde se localiza a Unidade de Pronto Atendimento, incluindo adaptações necessárias para adequação a quaisquer legislações que venham a exigir adaptações ou instalações para sua perfeita adequação, bem como os materiais necessários para a execução de tais serviços, plano de combate a incêndios, recarga de extintores, entre outros.

Da Alimentação dos funcionários: Trata-se da alimentação dos funcionários, quando exigido legalmente, que estejam exercendo suas atividades dentro do Pronto Atendimento médico, sendo necessária a tercerização deste serviço devido estrutura incompatível com o preparo de alimentos.

Do Fornecimento de vestimentas e enxoval hospitalar: Trata-se de TODOS os materiais para utilização nos leitos hospitalares, como lençóis, fronhas, mantas, cobertores, travesseiros, campos cirúrgicos. Bem como as roupas hospitalares que deverão ser utilizadas pelos pacientes, a depender de cada caso.

Dos Gastos com serviços administrativos: Trata-se dos demais serviços utilizados para o andamento dos serviços, sejam estes técnicos ou administrativos, da Unidade de Pronto Atendimento, sendo despesas financeiras, com cartório, correios, etc.

Deverá ofertar todo o sistema que proporcionará o serviço remoto à distância de telemedicina, assim como a transmissão e retransmissão de exame radiológicos, não podendo deixar em hipótese alguma de prestar assistência ao médico assistente referente aos laudos, seja por queda do sistema ou internet, ficando a contratada responsável por sanar e fornecer o profissional de forma presencial para fornecimento dos laudos em caso de pane.

Controladoria de acesso: fazer o controle de acesso de pacientes e acompanhantes ao estabelecimento para que o serviço decorra de forma normal.

6.1 Para a prestação dos serviços elencados a Organização Social de Saúde deverá

observar:

Respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;

Manutenção da qualidade na prestação dos serviços;

Respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;

Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;

Esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços oferecidos;

Responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;

Inserção obrigatória nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados efetuados pela CONTRATADA.

Qualidade dos Serviços Prestados

A futura Contratada deverá implantar um plano de qualidade dos serviços prestados impreterivelmente em até seis meses após assinatura do Contrato. Para tanto deverá atuar sobre dois aspectos:

7.1 Prontuários Clínicos:

Implantação da Comissão de Prontuários.

Implantação da Comissão de Óbito.

Realização de auditoria interna quanto ao uso e qualidade dos registros no prontuário clínico.

Implantação da Comissão de Segurança e Risco da assistência aos pacientes.

Elaborar os protocolos assistenciais, como protocolo de dor torácica, crise hipertensiva, febre, sepse, crise convulsiva.

Atenção ao Cliente/Usuário:

Implantar Serviços de Atendimento ao Cliente/Usuário;

Aprofundar o conhecimento das providências tomadas a partir das reclamações/sugestões dos usuários.

Obrigações Mínimas do Contrato de Gestão

A Organização Social de Saúde interessada em participar do concurso de projetos deverá estar ciente de que deverá, no mínimo, cumprir com as seguintes obrigações:

8.1. A Organização Social Contratada deverá dispor de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam o maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda;

8.2. Não poderá estar sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu titular para firmar o Contrato de Gestão;

8.3. Apoiar e integrar o complexo regulador da Secretaria Municipal de Saúde de Rolândia e todas as demais instâncias;

8.4. Utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;

8.5. Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;

8.6. Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados à Organização Social de Saúde contratada. E também responsabilizar-se por eventuais danos materiais e morais oriundos de ações por erros médicos além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores;

8.7. Manter controle de riscos da atividade e seguro de responsabilidade civil nos casos que entender pertinentes;

8.8. Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de pronto atendimento cujo uso lhe for permitido, devendo afixar aviso, em lugar visível, assim como da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

8.9. Administrar e manter os bens móveis e imóveis públicos, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos do contrato até sua restituição ao Poder Público;

8.10. A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público;

8.11. Os equipamentos e instrumentais necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela Organização Social de Saúde contratada em perfeitas condições;

8.12. Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, pertencentes ao contratante que venha a sofrer danos irreversíveis, deverão ser substituídos pela OSS contratada e serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município. Além disso, a contratada deverá entregar ao Município a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens; (excluindo-se aqui os relógios pontos eletrônicos, que conforme legislação pertinente será de responsabilidade da CONTRATADA a sua colocação, bem como depois a sua guarda para fins trabalhistas e previdenciários);

8.13. Faltando até 60 dias para o término do Contrato deverá ser realizada a atualização cadastral dos Equipamentos, Mobiliário e Materiais Permanentes, através de um inventário de todos os equipamentos existentes e em sistema eletrônico e específico para controle patrimonial, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio;

8.14. Deverá ser mantida na Unidade do Pronto Atendimento 24h uma ficha histórica com as intervenções sofridas nos equipamentos ao longo do tempo, especificando o serviço executado e as peças e acessórios substituídos sendo estes também controlados por sistema eletrônico específico;

8.15. Deverão ser solicitadas autorizações, a Diretoria de Urgência e Emergência do municipio, de todos e quaisquer deslocamentos dos Equipamentos, Mobiliário e Materiais Permanentes para outros setores, assim como deverá ser atualizada sua localização na ficha cadastral através do sistema eletrônico informatizado para esta finalidade;

8.16. Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada de saúde, no pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza de dirigentes e empregados da Organização Social de Saúde contratada;

8.17. Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação para auditoria do Poder Público mediante o recebimento de ofícios formais e respondendo-os também de modo formal;

8.18. Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da Organização Social de Saúde contratada, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando o município de quaisquer obrigações, presentes ou futuras;

8.19. Uma vez constatada a existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do Projeto Básico, que resulte no ajuizamento de demandas judiciais, com a inclusão do município de Rolândia no polo passivo como responsável subsidiário, o município poderá reter, das parcelas vencidas, o correspondente ao montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

8.20. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, para-fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor;

8.21. Visando garantir um padrão homogêneo de atendimento de excelência, a Organização Social de Saúde contratada deverá comprometer-se a atender as necessidades apontadas pela SMS, desde que, não reflita diretamente no aumento do custeio operacional. Caso ocorra este aumento de custeio, deverá ser realizado competente aditivo contratual especificando o fato;

8.22. Fornecimento de treinamento para os profissionais;

8.23. Fornecimento de alimentação ou vale refeição para os profissionais conforme estiver determinado pela convenção coletiva de trabalho da categoria;

8.24. Fornecimento de seguro de vida individual para os profissionais conforme estiver determinado pela convenção coletiva de trabalho da categoria;

8.25. A Organização Social de Saúde contratada terá obrigatoriamente de notificar todos os agravos por CID; bem como manter registro atualizado no CNES, tanto do serviço de saúde como dos profissionais por ela contratados;

8.26. Demais obrigações pertinentes estarão contidas no Contrato de Gestão;

8.27. A Manifestação de Interesse pelas Organizações Sociais de Saúde condiciona a aceitação de todos os termos do presente edital.

9. Instalações Físicas para a Assistência

A planta da “Unidade de Pronto Atendimento 24h” de Rolândia encontra-se disponível para as Organizações Sociais de Saúde interessadas em participar do Concurso de Projetos na Secretaria Municipal de Saúde e conta com a seguinte estrutura:

9.1. Recepção, área de espera e sanitários

a) 01 Área de Recepção;

b) 01 Sala de espera para o público;

c) 01 Sala de Classificação de Risco;

d) 02 Sanitários de pacientes adaptados para pessoas com deficiência, sendo um masculino e um feminino;

9.2 Consultórios

a) 07 Consultórios Médicos;

9.3. Atendimento de Urgência/Emergência

a) 01 Sala de Urgência e Emergência (dois leitos de urgência/emergência e dois leitos de observação)

b) 01 Posto de enfermagem

c) 01 Espaço para realizaçao de curativo/sutura

d) 01 Banheiro (para os funcionários)

9.4. Sala de medicamentos/inalação (Apoio Terapêutico)

a) 01 Sala de observação com dez poltronas

b) 01 Posto de enfermagem

c) 01 Espaço para realização de medicamentos intramuscular/intradérmica

9.5. Sala de observação

a) 01 Sala de observação com sete leitos e oito poltronas

b) 01 Banheiro

9.6. Apoio Técnico/ logístico

a) 01 área de dispensação de medicamentos (farmácia satélite);

b) 01 Área para almoxarifado e armazenagem e controle de medicamentos;

c) 01 Repouso para médicos de plantão;

d) 01 Repouso para equipe de enfermagem de plantão;

e) 01 Espaço para limpeza e empacotamento dos materiais médico-hospitalares;

f) Sala Esterilização de materiais médico-hospitalares compartilhado com outro serviço;

g) Armários para armazenagem de Roupa Limpa;

h) 01 DML (em conjunto com outro serviço);

i) 01 Área para central de gases (externa);

j) 01 copa para funcionários;

k) 01 Abrigo para lixo hospitalar;

l) 01 Abrigo para lixo comum;

m) 01 Sala de gerência

n) 01 Sala de apoio (administrativo, pacientes com necessidade de acompanhamento [Ex. Dengue])

e) 01 Sala de arquivos;

10. Serviços terceirizados

A Organização Social de Saúde poderá contar com serviços terceirizados com vistas na otimização de custos e ganho de escala, devendo tais informações ser dispostas em sua proposta, como por exemplo seguintes serviços:

a) Lavanderia;

b) Alimentação para funcionários;

c) Coleta/tratamento de resíduos;

d) Manutenção preventiva de equipamentos;

e) Esterilização de materiais especiais e gases medicinais.

11. Prazo de Vigência do Contrato de Gestão

O prazo inicial do futuro contrato de gestão será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma da Lei 14133/2021 em consonância com a Lei Municipal nº 4.281/2025, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 237/2025.

12. Recursos Patrimoniais a serem cedidos

Será cedido o imóvel ocupado pela Unidade de Pronto Atendimento e infantil 24h de Rolândia, localizado na Rua Saguaragi, S/N - Vila Oliveira, Rolândia - PR, 86600-970, bem como, os móveis, equipamentos e materiais permanentes patrimoniados, a serem alocados na unidade.

13. Recursos Humanos a serem cedidos

Não poderão ser cedidos os servidores públicos para manutenção do serviço do Pronto Atendimento Médico, com necessidade da OSS organizar a escala de trabalho para que não haja prejuízo do atendimento de urgência/emergência.

14. Critérios Gerais de Acompanhamento e Avaliação

Com fins na avaliação da eficiência e eficácia das ações de saúde, serão utilizados análises sistemática de indicadores estabelecidos, abrangendo diversas áreas, tais como, operacional, gestão de pessoas, aquisição de bens, tecnologia da informação, desempenho qualitativo e quantitativo, prestação de contas, e outras. Durante o processo de trabalho, será preservado o acesso irrestrito por equipe de supervisão da Secretaria Municipal de Saúde devidamente qualificada e designada pela mesma, com vistas no monitoramento permanente do cumprimento do objeto deste instrumento, bem como os outros órgãos de fiscalização previstos em lei.

15. Visita in loco para avaliação e informações complementares

Com fins a subsidiar a avaliação da Organização Social de Saúde interessada, poderá ser agendada, com a Secretaria Municipal de Saúde de Rolândia-PR, por meio do e-mail diretoria_ue@rolandia.pr.gov.br, visita in loco da Unidade de Pronto Atendimento 24h para vistoria das condições das instalações, mobiliário, equipamentos e materiais. A visita in loco na Unidade de Pronto Atendimento 24h poderá ser solicitada dentro do prazo de apresentação da manifestação de interesse.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

A Organização Social de Saúde, (Razão Social da OSS), registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob nº. . /000_-, neste ato representada pelo (a) Sr (a), (nome do representante), (Representante Legal da OSS), RG.. , CPF. . -, declara, para os devidos fins, que tem interesse em firmar Contrato de Gestão com a Administração Pública, tendo como objeto gestão e operacionalização da Unidade de Pronto Atendimento Adulto e Infantil 24h da Vila Oliveira de Rolândia e perfil assistencial conforme Anexo I do Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2026.

Rolândia, xx de xxxxxxx de 2026.

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:B53A5668

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	9ª REVISÃO (09-REV)	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	302,34	302,34
1	2	GEOMETRIA	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	250,00	250,00
1	3	KIT OXI SANITIZAÇÃO - of005255	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	46,77	46,77
1	4	TRATAMENTO AR CONDICIO - OF005030	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	33,07	33,07
1	5	ELEMENTO FILTRANTE - 97133D1000	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	40,16	40,16
1	6	JUNTA DO BUJÃO DE ÓLEO -2151323001	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	6,42	6,42
1	7	OLEO LUBRIFICANTE 5W30 (PDB3007)	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	3,60	70,20	252,72
1	8	FILTRO DO COMBUSTIVEL COMPL 319801S000	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	49,28	49,28
1	9	CONJUNTO DO FILTRO DO OLEO - 2630035505	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	63,35	63,35
1	10	COMPLETA AD RADIADOR - OF005052	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	45,98	45,98
1	11	LIMPEZA BICO VIA MAQUINA FLEX - OF005049	SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1,00	160,00	160,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
SANTA FE COMERCIO DE VEICULOS S/A	1.250,09

Salto do Lontra, 20 de março de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE

Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F2DB7164

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 028/2026

OBJETO: Contratação do SEBRAE/PR para prestação de serviços de LIDER PÚBLICO MUNICIPAL.

Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ-SEBRAE/PR	1	1	Contratação do SEBRAE/PR para prestação de serviços de LIDER PÚBLICO MUNICIPAL		1,00	3.000,00

Homologo a presente licitação,

Santo Antonio do Sudoeste, em 20/03/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B0E579C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Daianne Alves Martins
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03/2026 a 09/04/2026
Quantidade	10 diária de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 dias (Lei Municipal nº 251/2023)
Valor	R$ 450,00
Destino	Londrina, Curitiba ou outras localidades quando necessário
Motivação	Viagens para transporte de pacientes do SUS até a cidade de Londrina, Curitiba ou outras localidades quando necessário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Rodrigo Gabriel de Oliveira Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	10 diárias de R$ 75,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 750,00
Destino	Curitiba e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Rodrigo Gabriel de Oliveira Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Bruno Cesar Santos
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Gabriel Costa de Moraes
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00. Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Gabriel Costa de Moraes
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)

Quantidade	15 diárias de R$ 75,00. Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 1.125,00
Destino	Curitiba e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Gedielson da Silva Rocha
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 75,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 1.125,00
Destino	Curitiba e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Gedielson da Silva Rocha
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Edinaldo de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luis Sergio da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Valdinei de Souza Lima
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina – PR e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Nelson Francisco da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	26/03 a 16/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Wesley Branco Ribeiro
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Paulo Roberto de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	26/03 a 16/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	ODIVANE SANTO
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Valdemir Antunes Araujo
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio, Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Sérgio de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	26/03 a 16/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Cornélio Procópio e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Nelson José Martins
Cargo/Função	Motorista
Data	26/03 a 16/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Marinho Antonio de Oliveira
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 17/03/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Luiz Carlos Ferreira
Cargo/Função	Motorista
Data	18/03 a 09/04/2026 (o período pode sofrer alterações conforme a necessidade da secretaria)
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00, Diárias concedidas de forma antecipada de 15 (quinze) dias, de acordo com o Parágrafo Único, Artigo 16 da Lei Municipal nº 251/2023
Valor	R$ 675,00
Destino	Londrina e outras cidades desde que necessário.
Motivação	Viagem para o transporte dos usuários do SUS.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Emerson Marinho Prestes
Cargo/Função	Fiscal

Data	22/03 a 23/03/2026
Quantidade	2 de R$ 400,00
Valor	R$ 800,00
Destino	Curitiba – PR.
Motivação	Viajem para o evento institucional que será realizado nos dias 22 e 23 de março de 2026, destinado a devolução e a entrega dos novos veículos para as Agências do Trabalhador do Paraná que passarão a compor a frota da Rede SINE no Estado do Paraná

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Eduardo Fernandes da Silva
Cargo/Função	Motorista
Data	26/03/2026 a 11/04/2026
Quantidade	15 diárias de R$ 45,00 Diárias concedidas de forma antecipada de 15 dias (Lei Municipal nº 251/2023)
Valor	R$ 675,00
Destino	Ibiporã - PR
Motivação	Viagem para o transporte de pessoas para prestarem serviços no Frigorífico Rainha da Paz.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Igor Ruy dos Santos
Cargo/Função	Aux. Administrativo
Data	31/03/2026 a 02/04/2026
Quantidade	3 diárias de R$ 60,00
Valor	R$ 180,00
Destino	Londrina – PR
Motivação	Participação em capacitação de Agentes de Desenvolvimento O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/PR

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Murillo Guilherme Bezerra de Souza
Cargo/Função	Procurador Jurídico
Data	20/03/2026
Quantidade	1 de R$ 500,00
Valor	R$ 500,00
Destino	Curitiba – PR
Motivação	Viajem para a Cidade de Curitiba – PR, para tratar de assuntos de interesse do Município.

Nome	Bruno Aparecido Tixiliski
Cargo/Função	Motorista
Data	19/03/2026
Quantidade	1 diária de R$ 45,00
Valor	R$ 45,00
Destino	Londrina – PR.
Motivação	Transporte de alunos universitários.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS -	
Nome	Guilherme Kotaka Silvestre
Cargo/Função	Auxiliar Administrativo
Data	25/03/2026 a 27/03/2026
Quantidade	3 diárias de R$ 60,00
Valor	R$ 180,00
Destino	Londrina – PR.
Motivação	Participar de uma reciclagem do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR

Publicado por:
João Elizeu Bernardo
Código Identificador:5C61A709

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO PE Nº 04/2026

EXTRATO DAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2026– PMSPPR

IDEUSO Nº2026096

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº13/2026

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº4/2026**-PMSPPR**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DETENTORA:MARKAO COMERC.PECAS ACESSORIOS LTDA**,**

CNPJ:04.219.607/0001-18

01-Do objeto e valor:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA PARA VEÍCULOS LEVES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ,COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA, PARA UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES, DE FORMA PARCELADA, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, REGIONAL, CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.,conforme a seguir:

LOTE 1: VEÍCULOS ALCOOL, GASOLINA E ELÉTRICO

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.	Percentual
1	18344	Contratação de serviços de mecânica em geral, acessórios em geral, funilaria e pintura, para manutenção preventiva e corretiva, veículos medios e pesados da frota de veículos do município, relacionados a seguir.	UN	1	R$ 312.200,0000	R$ 312.200,0000		11,00%
2	21445	Peças originais, de primeira linha de reposição, necessárias a execução dos serviços do Item 01, constante na tabela DO SISTEMA AUDATEX, CILIA OU BARROS.	uni	1	R$ 90.600,0000	R$ 90.600,0000		11,00%
						TOTAL:	R$ 402.800,0000	

Prazo de vigência: 12 meses, contados da assinatura da ata de registro de preço.

São Pedro do Paraná-PR,18 de março 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2026– PMSPPR

IDEUSO Nº 2026097

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº13/2026

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº4/2026**-PMSPPR**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DETENTORA:MARCELO DE SOUZA BARROSO EPP**,**

CNPJ:04.073.826/0001-31

01-Do objeto e valor:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA PARA VEÍCULOS LEVES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ,COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E MÃO DE OBRA, PARA UM PERÍODO ESTIMADO DE 12 (DOZE) MESES, DE FORMA PARCELADA, EXCLUSIVO PARA

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, REGIONAL, CONFORME DESCRITOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.,conforme a seguir:

LOTE 2: VEÍCULOS DIESEL

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.	Percentual
1	18344	Contratação de serviços de mecânica em geral, acessórios em geral, funilaria e pintura, para manutenção preventiva e corretiva, veículos medios e pesados da frota de veículos do município, relacionados a seguir.	UN	1	R$ 378.000,0000	R$ 378.000,0000		13,10%
2	21445	Peças originais, de primeira linha de reposição, necessárias a execução dos serviços do Item 01, constante na tabela DO SISTEMA AUDATEX, CILIA OU BARROS.	uni	1	R$ 110.000,0000	R$ 110.000,0000		13,10%
						TOTAL:	R$ 488.000,0000	

Prazo de vigência: 12 meses, contados da assinatura da ata de registro de preço.

São Pedro do Paraná-PR,18 de março 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:FAEA3E7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO 07/2026

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente São Sebastião da Amoreira –

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 19 MARÇO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre o Relatório de Gestão dos Recursos vinculados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao Primeiro Bimestre de 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme Deliberação em Reunião Ordinária realizada em 19 de março de 2026; registrada - Ata de Nº 304/2026;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Instrução Normativa n.º 036/2009 e 196/2025 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar o Relatório de Gestão dos Recursos vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA, referente ao primeiro bimestre do exercício de 2026, conforme demonstrado no anexo I.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 19 de março de 2026.

ROMILDA DE FÁTIMA DA SILVA RAMALHO

Presidente do CMDCA

ANEXO I

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -FMDCA

MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR

RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PERÍODO: JANEIRO/ FEVEREIRO DE 2026.

DEMONSTRATIVO: RECEITA / DESPESA

RECURSOS VINCULADOS						
RECURSOS	**SALDO: 31.12.25**	**ENTRADA**		**SAIDA**		**SALDO: 28.02.26**
Apoio Fort.Acomp.Inters.Fam.Gest./ Ccs 0-6 anos-1ªInf.	3.060,74	51,70	Rend.Aplic.Fin.	0,00	Não houve	**3.112,44**
Inc. Apoio Prom. Dir. Cça Adol. Ac. Prod. Hig.Intima.	3.327,42	56,21	Rend.Aplic.Fin.	0,00	Não houve	**3.383,63**
Fort.Desenv.Ações voltadas à Primeira Infancia-Creche	638.545,72	10.787,62	Rend.Aplic.Fin.	0,00	Não houve	**649.333,34**
Inc.Atend.Adol. Cump.Med.Soc.Educ.LA-PSC	60.498,04	1.022,06	Rend.Aplic.Fin.	0,00	Não houve	**61.520,10**
Inic.Est.Volt.Gar. Dir.Crianças e Adolescentes	432.593,70	7.308,27	Rend.Aplic.Fin.	0,00	Não houve	**439.901,97**
RECURSOS LIVRE						
RECURSOS	**SALDO: 31.12.25**	**ENTRADA**		**SAIDA**		**SALDO: 28.02.26**

FUNDO MDDDCEDA-F	22.813,20	375,98	Rend.Aplic.Fin.	659,90	Hakour Distr.Alim	**22.529,28**
FMDCA	0,00	12.417,02	-	12.417,02	CISNOP- Casalar/Abrigo- Ref.01/2026	**0,00**

Publicado por:
Janaina Dos Santos Dias
Código Identificador:727021F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº180/2026 ID: 10812 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2025

Fornecedor: ***Tango Ltda***

CNPJ: 05.304.697/0001-08

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	76057	Ovo de Páscoa de chocolate ao leite com confeitos de chocolate coloridos, demais especificações conforme memorial descritivo.	Unid.	11.250	R$15,50	R$174.375,00
					TOTAL:	R$174.375,00

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	76057	Ovo de Páscoa de chocolate ao leite com confeitos de chocolate coloridos, demais especificações conforme memorial descritivo.	Unid.	3.750	R$15,50	R$58.125,00
					TOTAL:	R$58.125,00

Valor Total: R$232.500,00 (duzentos e trinta e dois mil e quinhentos reais).

Sarandi, 20 de março de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR

Prefeito

Publicado por:
Vinicius Matheus da Silva
Código Identificador:42DD074D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.47/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR

CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600

SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°47/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
JOAO BATISTA DA SILVA	209287	3	5	JD. BELEM
PATROCINIO BARBOZA NETO	164674	4	1	PQ. DOS PIONEIROS I PARTE
SILVANA FLORENTINO SANCHES	424750	2	2	CONDOMINIO RESIDENCIAL OURO VERDE
ELENICE DE FATIMA FARIAS PEDRO	12998	20	1REM	CENTRO
ESPOLIO DE DANIEL FERNANDES MOURA	13684	25	3	CENTRO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	114294	26	2	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	112690	14	3	JD. VERAO
CONSTRUTORA VICKY LTDA	289400	FR	28	JD. VERAO
FANNY DE FATIMA JORGE	112526	13	3/4/5	JD. VERAO
ANTONIO JOSE THOMAS	33570	30	3	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ELDES DE OLIVEIRA	71021	209	13	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ALCIRIO HARUMIO YAMAKAWA	71536	210	16	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
ELDES DE OLIVEIRA	71102	209	21	JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
EDSON ALVES DE OLIVEIRA	213799	8	11	JD. OURO PRETO
ESPOLIO DE EURIDES MANOEL DE OLIVEIRA	214230	9	19	JD. OURO PRETO
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	326887	10	17	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	327336	11	27	PQ.RES.NOVA ALIANÇA

Paço Municipal, 19 de Março de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS

Diretor de Departamento Administração de Receitas

Decreto 294/2025

ELISANGELA RUELA

Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas

Decreto 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:2F2CFC67

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ED.48/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR

CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600

SECRETARIA DE FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°48/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.

Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	327301	11	24	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	327395	12	2	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	330418	32	6	PQ.RES.NOVA ALIANÇA
MARIA JOSE BASSI FRESCHI	108235	9	23	JD. NOVA PAULISTA
PAULO ROBERTO DOS SANTOS	428330	153	C01-E	PQ. RES. BOM PASTOR
ELIANE FRANCO	210030	264E	264E	GLEBA PATRIMONIO SARANDI
IMOBILIARIA SOL LTDA	146080	3	11	JD. DOM BOSCO
IMOBILIARIA SOL LTDA	147400	9	6A	JD. DOM BOSCO
IMOBILIARIA SOL LTDA	110981	1	3	JD. SAN REMO
JOAO CARDOSO AZEVEDO	111040	1	5	JD. SAN REMO
WESLEY CORREA DOS SANTOS MACHADO	390661	19	4	JD. OURO VERDE
EDINEI DE FIGUEIREDO DUTRA	404630	11	14A	JD. OURO VERDE

Paço Municipal, 19 de Março de 2026.

IZAEL CARVALHO DOS SANTOS

Diretor de Departamento Administração de Receitas

Decreto 294/2025

ELISANGELA RUELA

Coordenador de Tributos Municipais e Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas

Decreto 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:E27E9363

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4987/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 225.000,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 225.000,00 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5465	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	20.000,00

10.005	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO VEICULAR	
10.301.0015.2058	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO VEICULAR SAUDE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
6032	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
6033	00495-Atenção Básica	10.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6041	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
6042	00495-Atenção Básica	20.000,00
6043	00497-Vigilância em Saúde	5.000,00
6044	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6051	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
6052	00495-Atenção Básica	10.000,00
	SUBTOTAL	225.000,00
	TOTAL	225.000,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.002	DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAUDE	
10.301.0015.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5450	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
5460	00495-Atenção Básica	20.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5480	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
5490	00495-Atenção Básica	10.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5540	00494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.000,00
5550	00495-Atenção Básica	10.000,00
10.004	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAUDE	
10.304.0015.2062	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5880	00497-Vigilância em Saúde	5.000,00
5890	00510-Taxas - Exercício Poder de Polícia	40.000,00
	SUBTOTAL	225.000,00
	TOTAL	225.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 20/03/2026

GERSON NUNES

Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:54BAC3EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

(Processo Licitatório n.º **0011/2026**)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Compra de 02 micro ônibus urbanos, um Caminhão Cabine Estendida com Carroceria (4x2), um Caminhão Limpa Fossa e um Caminhão SKY Isolado conforme requerido e justificado pelas Secretarias de Serviços Urbanos e de Transporte e Viaçãoconforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VENCEDORES:

FLORENÇA CAMINHÕES S/A							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	CAMINHÃO CAMINHÃO LIMPA FOSSA, A DESCRIÇÃO SEGUE CONFORME O PREVISTO NO EDITAL.	IVECO TECTOR 15-210	UNI	1,00	640.000,00	640.000,00
MASCARELLO CARROCERIA E ÔNIBUS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ÔNIBUS CIRCULAR 32 LUGARES A DESCRIÇÃO SEGUE CONFORME O PREVISTO NO EDITAL.	Agrale/Masca MA-10/Granmicro S3	UNI	1,00	780.000,00	780.000,00
2	1	ONIBUS ÔNIBUS CIRCULAR 22 LUGARES, A DESCRIÇÃO SEGUE CONFORME O PREVISTO NO EDITAL.	Agrale/Masca MA-9.2/Granmicro S3	UNI	1,00	655.000,00	655.000,00
TOTAL							1.435.000,00
PESO CAMINHOES E IMPLEMENTOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	CAMINHÃO 4X2 CABINE DUPLA OU CABINE SUPLEMENTAR A DESCRIÇÃO SEGUE CONFORME O PREVISTO NO EDITAL.	AGRALE A8700	UNI	1,00	379.800,00	379.800,00
5	1	CAMINHÃO 4X2 - EQUIPADO COM GUINDASTE + CESTO AÉREO SIMPLES A DESCRIÇÃO SEGUE CONFORME O PREVISTO NO EDITAL.	AGRALE A18000	UNI	1,00	804.000,00	804.000,00
TOTAL							1.183.800,00

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2026

Sengés, 20 de março de 2026.

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:7CC15782

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde, Giovana Zanin Martins Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	25/ 2026
b) Licitação Nº:	5/2026
c) Modalidade:	Pregão
d)Data Homologação:	19/03/2026
e)Objeto Homologado:	Registro de preço para eventual aquisição de Móveis e Equipamentos para a Unidade Básica de Saúde Maria Casagrande Favoreto do Serviço Municipal de Saúde de Sertanópolis-Pr. conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

f) Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
	20010103010007222044905200000	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING-EIRELI - CNPJ: 30.547.487/0001-98 - Valor total homologado: R$ 1.532,52								
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	6	BANQUETA GIRATÓRIA, TIPO MOCHO: BANQUETA GIRATÓRIA TIPO MOCHO TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, ALTURA REGULÁVEL COM APOIO PARA OS PÉS. ALTURA MÍNIMA DE 0,46 M X MÁXIMA DE 0,61 M. ESTOFAMENTO RESISTENTE E IMPERMEÁVEL E COM BASE RÍGIDA, REVESTIMENTO EM PVC E ESPUMA DE DENSIDADE CONTROLADA QUE PERMITE	ART MED	Unidade	2	R$ 397,56	R$ 795,12

		LIMPEZA E DESINFECÇÃO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
1	17	RÉGUA - EQUIPAMENTO PORTÁTIL, COMPACTO, PARA MEDIÇÃO DE COMPRIMENTO DE INDIVÍDUOS EM POSIÇÃO HORIZONTAL (DEITADA). CONFECCIONADO EM ACRÍLICO, E/OU ALUMÍNIO, E/OU PVC, E/OU LONA PLÁSTICA, RESISTENTE À ABRASÃO, QUE NÃO ABSORVA A UMIDADE E QUE POSSIBILITE A HIGIENIZAÇÃO SEM DETERIORAÇÃO DA ESCALA DE MEDIÇÃO. ESCALA NUMERADA A CADA CENTÍMETRO, COM FAIXA DE INDICAÇÃO DE 30 CM A 1,0 M. GARANTIA DE 1 (UM) ANO.	WELMY	Unidade	3	R$ 245,80	R$ 737,40

Fornecedor: E.L.A. DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 47.756.514/0001-35 - Valor total homologado: R$ 30.263,50

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MODELO SPLIT PISO TETO, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTU´S, QUENTE/FRIO 220 V, COM FLUIDO REFRIGERANTE R-410A (SISTEMA INVERTER)	PHILCO-PAC18Q	Unidade	7	R$ 3.123,50	R$ 21.864,50
1	3	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MODELO SPLIT PISO TETO, COM CAPACIDADE DE 36.000 BTU´S, QUENTE/FRIO 220 V, COM FLUIDO REFRIGERANTE R-410A (SISTEMA INVERTER)	PHILCO-PAC36Q	Unidade	1	R$ 8.399,00	R$ 8.399,00

Fornecedor: JHP AR CONDICIONADO LTDA - CNPJ: 61.941.298/0001-29 - Valor total homologado: R$ 7.864,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	APARELHO DE AR CONDICIONADO, MODELO SPLIT PISO TETO, COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU´S, QUENTE/FRIO 220 V, COM FLUIDO REFRIGERANTE R-410A (SISTEMA INVERTER) .	AGRATTO	Unidade	4	R$ 1.966,00	R$ 7.864,00

Fornecedor: KMÉDICA PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 10.675.016/0001-58 - Valor total homologado: R$ 3.290,37

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	7	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO: ESPECIFICAÇÕES: CADEIRA DE RODAS COM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO CARBONO; DOBRÁVEL EM DUPLO X; ENCOSTO ALMOFADADO COM BOLSO PARA PRONTUÁRIO; ASSENTO ALMOFADADO COM ALMOFADA SOBRESSALENTE DE 5 CM; APOIO DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEL; APOIO DE PÉS COM REGULAGEM DE ALTURA FAIXA DE PANTURRILHA; FREIOS BILATERAIS; ROLAMENTO BLINDADO NAS QUATRO RODAS; PNEUS TRASEIROS 24" INFLÁVEIS; PNEUS DIANTEIROS 06" MACIÇOS; PROTETOR LATERAL DE ROUPA; TRAVA DE SEGURANÇA NA PARTE TRASEIRA DO ENCOSTO. MEDIDAS: LARGURA DO ASSENTO E ENCOSTO: 66 CM PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 47 CM ALTURA DO ENCOSTO: 45 CM ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 50 CM COMPRIMENTO: 100 CM LARGURA TOTAL ABERTA: 84 CM LARGURA TOTAL FECHADA: 32 CM ALTURA TOTAL ABERTA: 95 CM ALTURA DO	DELLAMED	Unidade	3	R$ 1.096,79	R$ 3.290,37

Fornecedor: LAST MOON EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 55.913.536/0001-90 - Valor total homologado: R$ 3.765,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14	FRAGMENTADORA TRITURADORA E PICOTADEIRA DE PAPEL, CONTÍNUA, 16 FOLHAS, 110V, CORTE EM TIRAS FINAS	NAGANO	Unidade	3	R$ 1.255,00	R$ 3.765,00

Fornecedor: LEV INDUSTRIAL LTDA - CNPJ: 52.795.852/0001-16 - Valor total homologado: R$ 33.800,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	15	ELADEIRA - GELADEIRA PARA GUARDA DE VACINAS MODELO VERTICAL, DE FORMATO EXTERNO E INTERNO RETANGULAR, DESENVOLVIDO ESPECIFICAMENTE PARA A GUARDA CIENTÍFICA DE VACINAS, CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE 280 LITROS (ÚTEIS), REFRIGERAÇÃO COM CIRCULAÇÃO DE AR FORÇADO, REGISTRO NA ANVISA, CÂMARA INTERNA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM QUATRO GAVETAS FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL COM SISTEMAS DE CONTRA PORTAS, ISOLAMENTO TÉRMICO MÍNIMO DE CINCO CM NAS PAREDES EM POLIURETANO INJETADO LIVRE DE CFC, PORTA DE ACESSO VERTICAL COM VISOR DE VIDRO TRIPLO COM SISTEMA ANTI - EMBAÇAMENTO, EQUIPADO COM RODÍZIOS ESPECIAIS COM FREIO, DEGELO AUTOMÁTICO COM EVAPORAÇÃO DE CONDENSADO, PAINEL DE COMANDO E CONTROLE FRONTAL E SUPERIOR DE FÁCIL ACESSO, COM COMANDO ELETRÔNICO DIGITAL MICROPROCESSADO PROGRAMÁVEL DE 2°C A 8°C, TEMPERATURA CONTROLADA AUTOMATICAMENTE A 4° C POR SOLUÇÃO, SISTEMA DE ALARME SONORO DE MÁXIMA E MÍNIMA TEMPERATURA, COMANDO DIGITAL MICROPROCESSADO COM TEMPERATURA DE MOMENTO MÁXIMA E MÍNIMA NO PAINEL, SISTEMA SILENCIADOR DE ALARME SONORO, ALARME SONORO DE FALTA DE ENERGIA COM BATERIA RECARREGÁVEL. CHAVE GERAL DE ENERGIA, LUZ INTERNA TEMPORIZADA COM ACIONAMENTO EXTERNO MESMO COM PORTA FECHADA POR 50 SEGUNDOS E COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO NA ABERTURA DA PORTA, EQUIPAMENTO EM 110 V, 50/60 HZ, POTÊNCIA DE 400 WATTS, CONSUMO 148 KW/HM, MANUAL DO PROPRIETÁRIO EM PORTUGUÊS. DISCADOR TELEFÔNICO PARA ATÉ TRÊS NÚMEROS. SISTEMA DE EMERGÊNCIA INTEGRADO QUE MANTENHA A TEMPERATURA IDEAL DO EQUIPAMENTO POR 48 HORAS SEM ENERGIA ELÉTRICA. GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO POR 24 MESES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NO ESTADO DO PARANÁ, SE NÃO HOUVER, A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ COMPROMETER-SE A REALIZAR GRATUITAMENTE O TRANSLADO DOS EQUIPAMENTOS ATÉ O LOCAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	REVIMEDIC	Unidade	2	R$ 16.900,00	R$ 33.800,00

Fornecedor: NS SILVA LTDA - CNPJ: 58.445.371/0001-67 - Valor total homologado: R$ 6.600,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10	CADEIRAS LONGARINA: AEROPORTO CROMADA 3 LUGARES - CARACTERÍSTICAS FÍSICA: CADEIRA TIPO LONGARINA COM BASE FIXA BASE FIXA EM FORMATO DE "Y" EM AÇO CROMADO COM QUATRO SAPATAS REGULÁVEIS ENCOSTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO ASSENTO COM ESTRUTURA EM AÇO PERFURADO BRAÇO EM AÇO CROMADO COM FORMATO ANATÔMICO PESO MÁXIMO RECOMENDADO POR ASSENTO: 150 KG MEDIDAS LARGURA TOTAL DA LONGARINA: 185 CM ENCOSTO LARGURA: 53 CM ALTURA: 52 CM ASSENTO PROFUNDIDADE: 48 CM LARGURA: 53 CM ALTURA ATÉ O CHÃO: 44 CM	MAK DECOR	Unidade	12	R$ 550,00	R$ 6.600,00

Fornecedor: PAPERPLEX COMERCIAL LTDA - CNPJ: 07.299.558/0001-69 - Valor total homologado: R$ 6.175,00

LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	8	CADEIRA ESPAÇO SAÚDE E RECEPÇÃO(CADEIRA EMPILHÁVEL) CADEIRA EMPILHÁVEL: CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO OBLONGO, COM ENCAIXES LATERAIS PARA TRANSFORMAR EM LONGARINA. ASSENTO E ENCOSTO EM	PAPIROS MOVEIS	Unidade	20	R$ 80,00	R$ 1.600,00

		POLIPROPILENO NA COR PRETA. PESO SUPORTADO: 150 KG. GARANTIA 12 MESES.	I.S.O				
1	9	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA COM BRAÇOS: TAMANHO MÉDIO, ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 12 MM, COM ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM DENSIDADE MÉDIA (50 A 60 KG/M3), COM 45 A 50 MM DE ESPESSURA. REVESTIMENTO DO ASSENTO E ENCOSTO EM TECIDO DE ALTA RESISTÊNCIA. 100% POLIÉSTER NA COR AZUL-ESCURO E ESPESSURA MÍNIMO DE 1 MM. BORDAS EM PVC NO CONTORNO DO ESTOFADO. MECANISMO TIPO "BACK SYSTEM". INCLINAÇÃO DO ENCOSTO MEDIANTE ACIONAMENTO DE ALAVANCA. MOLAS P/RETORNO AUTOMÁTICO DO ENCOSTO E AJUSTE AUTOMÁTICO NA FRENAGEM DO RECLINADOR. REGULAGEM DA ALTURA DO ASSENTO A GÁS, COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL, FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO COM ROLAMENTO AXIAL DE GIRO, ESFERAS E ARRUELAS DE AÇO COM COLUNA E MOLA A GÁS PARA REGULAGEM DE ALTURA E AMORTECIMENTO DE IMPACTOS AO SENTAR, ACIONADA POR ALAVANCA. REGULAGEM DE ALTURA DO ENCOSTO PARA APOIO LOMBAR. BASE GIRATÓRIA COM CAPA DE NYLON NA COR PRETA, COM ARANHA DE 5 HASTES, APOIADO SOBRE RODÍZIOS DE DUPLO GIRO DE NYLON E COM ESFERAS DE AÇO. BRAÇOS EM POLIURETANO INJETADO, COM ALMA DE AÇO E REGULAGEM VERTICAL E HORIZONTAL. FABRICADA EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT. MEDINDO O ENCOSTO 35 CM DE ALTURA X 40 CM (MÍNIMO) E 55 CM(MÁXIMO) DE LARGURA, BASE GIRATÓRIA DE 67 CM DE ASSENTO X 46 CM DE LARGURA X 45 CM DE PROFUNDIDADE - PODENDO TER VARIAÇÃO DE +/- 10%.GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PAPIROS MOVEIS P20/BK	Unidade	10	R$ 395,00	R$ 3.950,00
1	13	ESCADA CLÍNICA 02 DEGRAUS: ESCADA CLÍNICA COM DOIS DEGRAUS TODO EM AÇO INOX OU AÇO COM REVESTIMENTO ANTICORROSIVO DE COR BRANCA, REFORÇADA, COM DEGRAUS REVESTIDOS EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, PÉS COM PONTEIRAS EM BORRACHA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	PAPIROS MOVEIS 2D	Unidade	5	R$ 125,00	R$ 625,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 93.290,39

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de SERTANÓPOLIS, 19 de março de 2026

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA

Diretora Superintendente do Serviço Municipal de Saúde

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:ADEBED6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 287/2024

O Município de Terra Rica, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ. Sob nº 76.978.881/0001-81, sito na Av. Euclides da Cunha, 1120, Terra Rica, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Nelson Maior, 79, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49, a seguir denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **AUTO POSTO VIAIS LTDA, CNPJ 40.601.330/0001-57** com endereço na AV SAO PAULO, 1747 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada por JOÃO PAULO DOS SANTOS VIAIS ocupando o cargo de Representante legal, CPF nº 030.565.319-93, com domicilio na RUA FRANCISCO VIEIRA 651, 651 - CEP: 87880000 - BAIRRO: CENTRO, a seguir denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CONTRATANTE** com apoio na Lei nº. 14.133/21, expediu Edital de Licitação na Modalidade Pregão 92/2024, objetivando a **Registro de preço para compra de combustível diesel, diesel S10, etanol e gasolina.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Através do presente termo aditivo, no contrato acima identificado, fica reajustado o item do Lote 002 e Lote 004, sofrendo uma alteração de preço conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Produto	Valor Atual	valor do reajuste	Valor reajustado
002	1	DIESEL COMUM	R$ 6,85	R$ 0,62	R$ 7,47
004	1	GASOLINA COMUM	R$ 5,97	R$ 0,09	R$ 6,06

CLAUSULA TERCEIRA: Considerando os valores ajustados dos lotes acima mencionados e a quantidade de saldo restante, será necessário **acrescer** ao contrato o valor de R$ 98.350,75 (Noventa e oito mil, trezentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato originário nº 287/2024 de 26/08/2024.

Terra Rica-Pr, 20/03/2026.

JOÃO PAULO DOS SANTOS VIAIS	***AGNALDO DE SOUZA COSTA***
Auto Posto Viais LTDA	Prefeito Municipal

Testemunhas:

_____

Nome:

_____

Nome:

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:51129B81

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 126/2026

SÚMULA: HOMOLOGA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão N° 16/2026 ADJUDICA O OBJETO DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:

Art. 1º. – Fica homologado o processo licitatório modalidade Pregão N° 16/2026 de 23/02/2026(vinte e três dias de fevereiro de 2026) que tem por objeto a **Registro de preço para compra de material de adesivagem, gráfico, carimbos e pastas.**

Art. 2º.– Fica adjudicado o objeto da licitação em epígrafe a seguintes Empresas:

IMPRESSOS BR LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	BANNER EM LONA COM IMPRESSÃO COLORIDA - ARTE INCLUSA Especificações mínimas: A criação da arte gráfica é por conta da contratada, conforme conjunto de informações fornecidas pelo Município e a arte deverá ser submetida à aprovação prévia do responsável antes da impressão. Confeccionado com gramatura mínima 440 g/m² e material	PROPRIA	NÃO INFORMADO	M²	200,00	77,00	15.400,00

		resistente a intempéries e adequado para uso interno e/ou externo, impressão digital colorida 4x0 (colorido em um lado), acabamento com bastão superior e inferior em material rígido, com ponteiras plásticas e cordão de nylon para fixação, ilhós metálicos distribuídos nas extremidades, em quantidade compatível com o tamanho do banner, acompanhados de abraçadeiras plásticas em quantidade suficiente para fixação adequada.						
15	1	FAIXA COLORIDA EM LONA - ARTE INCLUSA Especificações Mínimas: Confeccionada em lona para uso interno ou externo com impressão digital colorida (4x0 cores), com cantos reforçados, ilhós metálicos, corda de nylon e abraçadeiras para fixação. A criação da arte gráfica é por conta da contratada, conforme conjunto de informações fornecidas pelo Município e a arte deverá ser submetida à aprovação prévia do responsável antes da impressão.	PROPRIA	NÃO INFORMADO	M²	200,00	56,50	11.300,00
23	1	PAINEL EM PVC COLORIDO Especificações mínimas: Fornecimento e instalação de painel confeccionado em PVC com espessura mínimas de 2mm, com fixação por meio de parafusos, fita dupla face ou outro material compatível com o local de instalação. A criação da arte gráfica é por conta da contratada, conforme conjunto de informações fornecidas pelo Município e a arte deverá ser submetida à aprovação prévia do responsável antes da impressão.	PROPRIA	NÃO INFORMADO	M²	150,00	286,00	42.900,00
28	1	PLACA EM PVC COLORIDA Especificações mínimas: Fornecimento de placa colorida em PVC com espessura mínimas de 2mm, com fornecimento de itens de fixação sndo parafusos, fita dupla face ou outro material compatível com o local de instalação. A criação da arte gráfica é por conta da contratada, conforme conjunto de informações fornecidas pelo Município e a arte deverá ser submetida à aprovação prévia do responsável antes da impressão.	PROPRIA	NÃO INFORMADO	M²	200,00	176,00	35.200,00
TOTAL								104.800,00

LONQUINI GRAFICA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
3	1	BLOCO REQUISIÇÃO Especificações mínimas:	PROPRIA	2026/2027	UNID	100,00	5,49	549,00

		25X3 COM PAPEL COPIATIVO 19 X 16CM - 2X0 CORES PADRÃO PARA ESSE TIPO DE MATERIAL - NUMERADO						
7	1	CARTAZ Especificações mínimas: TAMANHO 44X64 COUCHE 170GR 33X48X 4X0. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	300,00	5,10	1.530,00
8	1	CARTEIRINHA BIBLIOTECA CIDADÃ Especificações mínimas: PAPEL CARTOLINA 150 G, TAMANHO: 16X11 CM, ARTE INCLUSA 4X4. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	500,00	0,67	335,00
9	1	CERTIFICADO Especificações mínimas: PAPEL OFFSET 240 G, PAPEL A4, CORES: 4 X 4, ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	500,00	0,95	475,00
10	1	CONVITE/CARTÃO (FRENTE E VERSO) Especificações mínimas: TAMANHO 20X14 COUCHE 250 GR 4X0. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	500,00	1,31	655,00
13	1	ENVELOPE PERSONALIZADO Especificações mínimas: Envelopes 34x24, 90g 4x4 com fotos do município na cor branca	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	1,24	1.240,00
14	1	ETIQUETAS ADESIVAS NA COR BRANCA, MEDINDO 10X15CM. COM CORTE CONTORNO 4X0	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,47	470,00
16	1	FOLDER Especificações mínimas: TAMANHO 21X31COUCHE 170 GR 4X4 COM DOIS VINCOS (DOBRADO) Arte Inclusa. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,54	540,00
17	1	FOLDER Especificações mínimas: TAMANHO 21X31 COUCHE 170 GR 4X0 ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,54	540,00
18	1	FOLDER (FRENTE E VERSO) Especificações mínimas: TAMANHO 21X31 COUCHE 170 GR 4X4 Arte Inclusa. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,55	550,00
19	1	FOLDER 2 DOBRAS Especificações mínimas:	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,54	540,00

		FRENTE E VERSO, FORMATO ABERTO: 20 X 30, FORMATO FECHADO: 10 X 20;CORES: 4 X 4; PAPEL COUCHÉ FOSCO 150 GARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.						
20	1	JORNAL INFORMATIVO Especificações mínimas: 4 PÁGINAS FRENTE E VERSO; COLORIDO; TAMANHO: A4; PAPEL COUCHÉ FOSCO 150 G; ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	1,85	1.850,00
24	1	PANFLETO Especificações mínimas: PAPEL COUCHÉ 80 G; COR: 4 X 1; ACABAMENTO: SEM VERNIZ; TAMANHO: 29,7 X 10 CM; TAMANHO COM SANGRA: 30 X 20,3 CM ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	0,50	500,00
25	1	PASTA AUTUAÇÃO 48X33 - TRIPLEX - 4X0 - COM VINCO Triplex 350grs 4x0 com orelha	PROPRIA	2026/2027	UNID	1.000,00	1,49	1.490,00
TOTAL								11.264,00

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
2	1	BLOCO BOLETIM RECOLHIMENTO BALSA Especificações mínimas: 50 X 3 COM PAPEL COPIATIVO 16 X 21CM 2X0 CORES PADRÃO PARA ESSE TIPO DE MATEIRAL, NUMERADO	PROPRIA	BLOCO	UNID	1.000,00	6,40	6.400,00
26	1	PASTA COM BOLSA Especificações mínimas: EM TRÊS CORES;TAMANHO: 31 X 45; PAPEL SUPREMO 300 G;ACABAMENTO: BRILHO;- ARTE DA PASTA INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	PASTA	UNID	500,00	3,50	1.750,00
27	1	PASTA EM PAPEL TRIPLEX - TIMBRE Especificações mínimas: 350GR, MEDIDA 34X48 - VINCADA AO MEIO 4X0, COM TIMBRE DO MUNICÍPIO, COLORIDA ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto.	PROPRIA	PASTA	UNID	2.000,00	3,30	6.600,00
TOTAL								14.750,00

ENCASS IMPRESSÃO DIGITAL LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	CARIMBO AUTOMATICO GRANDE Especificações mínimas:	NIKON	NÃO INFORMADO	UNID	40,00	79,50	3.180,00

		60MM X 40 MM, ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto. O formato do carimbo pode ser quadrado ou redondo e será definido no momento da emissão da requisição de empenho.						
5	1	CARIMBO AUTOMATICO MÉDIO Especificações mínimas: 47MM X 18MM, ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto. O formato do carimbo pode ser quadrado ou redondo e será definido no momento da emissão da requisição de empenho.	NIKON	NÃO INFORMADO	UNID	50,00	48,80	2.440,00
6	1	CARIMBO AUTOMATICO PEQUENO Especificações mínimas: 38MM X 14MM, ARTE INCLUSA. A arte é por conta da empresa e deve ser aprovada pelo município antes da confecção do produto. O formato do carimbo pode ser quadrado ou redondo e será definido no momento da emissão da requisição de empenho.	NIKON	NÃO INFORMADO	UNID	30,00	41,20	1.236,00
11	1	ENCADERNAÇÃO CANOA E GRAMPO Especificações mínimas: PRETO E BRANCO; TAMANHO: PAPEL A3. Encadernação com 20 páginas. Em um raio de 80km a prefeitura se responsabiliza em encaminhar o material a ser encadernado até a sede da empresa	PROPRIA	NÃO INFORMADO	UNID	100,00	31,40	3.140,00
12	1	ENCADERNAÇÃO EM CAPA DURA Especificações mínimas: Confecção em papelão, costurado e colorado, na cor preta, os tamanhos dos papéis a serem encadernados são a4, com aproximadamente de 100 a 300 folhas em cada encadernação (volume). Em um raio de 80km a prefeitura se responsabiliza em encaminhar o material a ser encadernado até a sede da empresa.	PROPRIA	NÃO INFORMADO	UNID	100,00	92,60	9.260,00
21	1	NÚMERADOR AUTOMÁTICO 6 DIGITOS EM METAL	NIKON	NÃO INFORMADO	UNID	2,00	260,60	521,20
22	1	PAINEL EM ACM COLORIDO - COM ESTRUTURA DE FERRO	PROPRIA	NÃO INFORMADO	M²	140,00	550,00	77.000,00

		Especificações Técnicas Mínimas: Fornecimento e instalação de painel confeccionado em ACM com estrutura de sustentação metálica, confeccionado em chapa de ACM com espessura mínima de 2mm, pintura com resistência a intempéries e raios UV, estrutura de sustentação em ferro metalon ou tubo de aço carbono com espessura compatível com o tamanho do painel. A criação da arte gráfica é por conta da contratada, conforme conjunto de informações fornecidas pelo Município e a arte deverá ser submetida à aprovação prévia do responsável antes da impressão.						
TOTAL								96.777,20

Art. 3º.– Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos vinte dias de março de 2026. (20/03/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:08EA1CA7

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			
Número do Termo de Análise de Credenciamento		002	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		2026	
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE TERRA RICA – PR	**CNPJ**	76.978.881/0001-81
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER	**CNPJ**	06.284.346/0001-45

II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA	**ADMINISTRADOR**		**GESTOR**	**X**
Razão Social			**CNPJ**	
CAIXA DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.			42.040.639/0001-40	
Endereço			**Data Constituição**	
AV PAULISTA, 2300 - ANDAR 11 CONJ 112 E 114 - BELA VISTA - SAO PAULO - SP - CEP: 01.310-300			30/08/2021	
E-mail (s)			**Telefone (s)**	
luan.costa@caixa.gov.br			(11) 3572-4600	
Data do registro na CVM	30/08/2021	**Categoria (s)**		
Data do registro no BACEN		**Categoria (s)**		

Principais contatos com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
LUAN AUGUSTO SILVEIRA DA COSTA		luan.costa@caixa.gov.br	(11) 3572-4600
GILMAR CHAPIEWSKY		gilmar.chapiewsky@caixa.gov.br	(11) 3572-4600

A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?	Sim	X	Não	

A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?	Sim	X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?	Sim	X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?	Sim	X	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?	Sim	X	Não	

Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?	Sim	X	Não	

III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, “c”		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10º, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10º, II
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10º, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11º
	Art. 8º, I		

IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	**Código ISIN**	**Data da Análise**
CAIXA FIF BRASIL IRF-M 1 TP RF - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA-B TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA B 5 TITUL PUB RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF M 1 MAIS TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF-M TITULOS PUBL RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA-B 5+ TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF-M 1 TP RF - RESP LTDA	undefined	18/03/2026

V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO	
Estrutura da Instituição	Vide QDD em anexo.
Segregação de Atividades	"A CAIXA DTVM presta atualmente somente os serviços de gestão de Fundos de Investimento, e toda a gestão é independente, inclusive com uma mesa de operações própria. Os serviços de administração fiduciária, distribuição de fundos de investimento e custódia e controladoria são exercidos dentro da estrutura da controladora, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme abaixo: A VIART (VP Fundos de Investimento) é responsável pelos serviços de administração fiduciária e de custódia e controladoria. Trata-se de uma Vice-presidência inserida na estrutura organizacional da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que é segregada das demais e que não integra o Conselho Diretor, conforme artigo 13, § 4º e artigo 28 do Estatuto da CAIXA. Dentro da Vice-presidência, as duas atividades são segregadas por Gerências Nacionais, sendo a atividade de Administração Fiduciária exercida pela GN Administração Fiduciária (GEAFI), e as atividades de custódia e controladoria exercidas pela GN Serviços Qualificados (GESEQ). A distribuição de fundos de investimento é realizada pela controladora, por meio da sua rede de agências e conta com áreas especializadas no relacionamento e atendimento para nichos específicos."
Qualificação do corpo técnico	"A estrutura é muito bem organizada e segmentada, com claras responsabilidades e controles. Em 2022 havia 189 funcionários. A estrutura conta com um vice-presidente (CEO), dois diretores (CIO e um executivo de administração fiduciária/distribuição) e executivos de risco (crédito, operacional mercado e liquidez) e de compliance. A equipe de investimentos é segmentada em renda fixa (crédito e juros/inflação), variável (ações e multimercados/câmbio) e fundos de fundos (FoFs). Embora a equipe de FoFs se reporte ao CIO da gestora, as decisões de investimento são tomadas em comitês segregados, com diferentes processos e quóruns. A empresa conta com executivos experientes, a maioria com mais de 15 anos na instituição e mais de vinte no grupo. O risco de pessoa-chave é baixo. A rotatividade tem aumentado desde 2019, com várias alterações nos altos níveis (CEO, CIO, executivo de risco e alguns superintendentes e gerentes), mas os novos executivos são oriundos da própria gestora ou de empresas do grupo. Além disso, essas alterações não afetaram a continuidade dos negócios. As áreas de auditoria interna e o departamento jurídico são do grupo e segregados da gestora. As áreas de risco e de compliance fazem parte da gestora, mas de forma completamente segregada, com reporte ao CEO. As áreas de suporte, como recursos humanos (RH), jurídico, contabilidade e tecnologia da informação (TI) são fornecidas pelo grupo, geralmente com profissionais dedicados à gestora. Não há área de trading, e as ordens são efetuadas pelos próprios gestores."
Histórico e experiência de atuação	A CAIXA DTVM foi constituída em 14/04/2021 na cidade de São Paulo, como subsidiária integral da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, empresa 100% pública controlada pelo Governo Federal, e se tornou operacional após aprovação do BCB em 27/09/2021. É responsável pela gestão de todos os fundos de investimento mantidos na instituição, e surgiu a partir da cisão das atividades de gestão e administração de fundos de investimentos visando melhorar a qualidade de seus serviços, além de aperfeiçoar os processos internos de governança, e a transparência junto aos clientes. Os serviços de administração de fundos continua sendo prestado pela CAIXA através da VIART - Vice Presidência de Fundos de Investimento. A CAIXA DTVM detém o direito de exclusividade na prestação de serviços de gestão de recursos em veículos de investimento em que a CAIXA seja Administradora Fiduciária e Distribuidora. O direito de exclusividade não abrange o FI-FGTS, os fundos de investimento dos quais o FI-FGTS seja o único cotista e as Carteiras Administradas do FGTS e do Fundo de Desenvolvimento Social. Sua criação tem por objetivo equiparar a estrutura da CAIXA às melhores práticas de mercado, e permitir a ampliação da oferta de soluções adequadas para cada tipo de investidor nos diversos segmentos do mercado. Por ser uma dissidência das atividades já prestadas por décadas, as informações históricas estão pautadas na época em que os serviços desses veículos de investimento eram geridos no âmbito da controladora (CAIXA/VIART). A CAIXA é o banco de todos os brasileiros.

	Está presente em mais de 99% dos municípios do país, com mais de 26 mil pontos de atendimento físicos, sendo 4,2 mil agências e postos de atendimento, 13 mil unidades lotéricas, 9 mil correspondentes bancários exclusivos, 10 agências caminhão e 2 agências barco. A atuação da CAIXA vai desde banco comercial, até a execução de políticas governamentais, passando por setores como habitação, saneamento, infraestrutura e prestação de serviços. Atualmente é o maior agente financiador do setor imobiliário e do setor de saneamento e, o segundo maior financiador de infraestrutura do país. Cabe destacar que a CAIXA DTVM assume um legado de gestão de recursos na ordem de mais R$ 447 bilhões conforme o ranking de gestores divulgado pela ANBIMA, e se torna a quarta maior gestora de recursos do país. No 3T22, a CAIXA registrou

	um Índice de Basileia de 18,4%, sendo superior em 6,9 pontos percentuais ao mínimo de 11,5% regulamentado pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.192 e nº 4.193, de 01 de março de 2013, que normatizam as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. No segmento de RPPS, a CAIXA DTVM é a líder na gestão de recursos, sendo responsável por aproximadamente 40% de todos os recursos investidos por meio de fundos de investimento. "O processo de investimentos é bem estabelecido e disciplinado, e passou por uma revisão em 2016 e 2017 para se alinhar às melhores práticas das gestoras locais, o que aumentou sua qualidade e incrementou os procedimentos de pesquisa, análise e tomada de decisão. O processo de investimento se baseia em comitês e abordagem de cima para baixo para as estratégias de renda fixa, que são complementadas por análises abrangentes de empresas para os fundos de crédito privado e de renda variável, apesar do relativamente baixo número de instituições. A gestora tem ampla experiência de gestão em diferentes objetivos e carteiras e possui um robusto conjunto de controles, mas concentra suas operações em fundos de mercado monetário e de renda fixa. Conta com relatório de desempenho e de risco." (Fitch - Relatório de Rating)
Principais Categorias e Fundos ofertados	"O portfólio de fundos de investimento geridos pela CAIXA DTVM conta com 404 produtos, entre fundos de investimento e carteiras administradas, buscando atender a investidores pessoas físicas e pessoas jurídicas dos segmentos corporativo, governos e institucional. O portfólio é composto por fundos de investimentos de renda fixa, de ações, multimercados, cambial, fundo de índice - ETF, fundos mútuos de privatização - FGTS, fundos de investimento no exterior, fundos imobiliários, de direitos creditórios. Os fundos de investimento e carteiras administradas sob gestão da CAIXA DTVM possuem em suas carteiras ativos financeiros tais como ações e outros ativos de renda variável, contratos de derivativos, debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras e não financeiras, direitos creditórios, e cotas de fundos de investimentos, além de títulos públicos federais e imóveis, no caso de fundos imobiliários. O serviço de gestão discricionária é estabelecido com base em diretrizes deliberadas em comitês e inclui abordagem top-down e setorial, com visão de longo prazo, suportados por análises da área de risco e jurídica."
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	A gestora tem uma abordagem muito conservadora em relação aos limites de risco e um robusto conjunto de controles. O histórico de gestão de uma vasta gama de carteiras é longo, com consistência comprovada e uma oferta de produtos muito boa, especialmente em estratégias de curto prazo e renda fixa. O desempenho e os riscos dos portfólios são discutidos em comitês periódicos, com participação de executivos seniores de várias áreas. A instituição dispõe de instrumentos adequados para avaliar suas atividades, processo que tem sido importante para a curva de aprendizado da equipe de investimento. A gestora produz relatórios mensais de atribuição de desempenho e de risco que permitem aos gestores avaliar se as carteiras estão em conformidade com as políticas de investimento, aprender com os erros e ajustar seu processo de investimento. A política de risco é compreendida pelos princípios gerais e diretrizes específicas de ações relativas ao gerenciamento dos riscos, procedimentos, responsabilidades e limites, em consonância com as regulamentações interna e externa e fundamentados nas práticas do mercado. A CAIXA DTVM controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, mercado e liquidez, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na performance e no cumprimento dos objetivos dos Fundos de Investimento, com monitoramento contínuo do atendimento às regulamentações internas e externas, bem como execução de ações preventivas e corretivas. A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco têm atuação efetiva por parte do gestor responsável e da cadeia de governança com alçadas de decisão estabelecidas previamente pela Alta Administração. Com o objetivo de garantir que os gestores e a alta administração possam responder e administrar tempestiva e apropriadamente, caso os níveis de exposição dos riscos extrapolem os limites estabelecidos, o monitoramento dos riscos é realizado diariamente e está estruturado com linhas de reporte efetivas, Alertas, que asseguram a avaliação e gerenciamento dos níveis de riscos assumidos pelos fundos conforme seu grau de comprometimento de limite. A definição dos Alertas estabelece as responsabilidades das unidades gestoras e das instâncias de governança envolvidas na avaliação e execução, bem como os procedimentos a serem seguidos em cada situação.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que **desaconselham um relacionamento seguro**	N/A;

Regularidade Fiscal e Previdenciária	Certidões em anexo
Volume de recursos sob administração/gestão	R$ 328.454.314.703,07.
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Vide QDD em anexo.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	QDD ANBIMA
Outros critérios de análise	N/A

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:			
A Instituição atende aos requisitos legais vigentes.			
Local:	**TERRA RICA - PR**	**Data:**	18/03/2026

VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

JOSÉ ROBERTO PÉRICO	DIRETOR PRESIDENTE		

CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1°, art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025, os responsáveis pela gestão do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP n°1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo

disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 5.272/2025 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem

realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais,

adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II , § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV , a SPREV e a CVM já orientaram os gestores

de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8° do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção

e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP n°1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de

ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 5.272/2025, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela

gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses

na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº

103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo

ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os

parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:00A15BC6

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO					
Número do Termo de Análise de Credenciamento	003				
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	2026				
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS					
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE TERRA RICA - PR		**CNPJ**	76.978.881/0001-81	
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER		**CNPJ**	06.284.346/0001-45	
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA	**ADMINISTRADOR**		**X**	**GESTOR**	
Razão Social				**CNPJ**	
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.				01.181.521/0001-55	
Endereço				**Data Constituição**	
AV. ASSIS BRASIL, 3.940 - 12º ANDAR - TORRE C - SAO SEBASTIAO - PORTO ALEGRE - RS - CEP: 91.060-900				20/03/1996	
E-mail (s)				**Telefone (s)**	
mirian_senson@sicredi.com.br				(44) 99817-6699	
Data do registro na CVM	24/03/1997	**Categoria (s)**			
Data do registro no BACEN		**Categoria (s)**			

Principais contatos com RPPS	**Cargo**	**E-mail**	**Telefone**
MIRIAN SENSON MARTINEZ		mirian_senson@sicredi.com.br	(44) 99817- 6699
JULIO CESAR SANTOS BORBA		julio_borba@sicredi.com.br	(18) 98186- 0058

A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?	Sim	X	Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?	Sim	X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?	Sim	X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na	Sim	X	Não	

atividade?				
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?	Sim	X	Não	

Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?	Sim	X	Não	

III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10º, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10º, II
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10º, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11º
	Art. 8º, I		

IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	**Código ISIN**	**Data da Análise**
SICREDI - RENDA FIXA LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI	undefined	18/03/2026
SICREDI INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	undefined	18/03/2026

V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO	
Estrutura da Instituição	O Banco Cooperativo Sicredi é administrado por um Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração do Banco Cooperativo Sicredi foi constituído na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 22 de fevereiro de 2018, e é composto por até 13 (treze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos. A Diretoria é composta por até 7 (sete) Diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, dos quais: 1 (um) Diretor Presidente; 1 (um) Diretor Vice- Presidente; 2 (dois) a 5 (cinco) serão designados Diretores Executivos e de 1 (um) a 2 (dois), designados Diretores. Os comitês estatutários do Banco são: Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração. Os Comitês não estatutários que possuem relação com a área de Administração Fiduciária são: Comitê Técnico de Riscos, Comitê de Compliance, Controles Internos e Riscos, Comitê de Marcação a Mercado e Comitê de Riscos e Capital.
Segregação de Atividades	O Banco Cooperativo Sicredi encontra-se devidamente registrado perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e autorizado para a prestação dos serviços de administração de carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº 4.497, de 24 de setembro de 1997. As atividades são segregadas com a separação total das diretorias e pessoas responsáveis. Além disso, as áreas são segregadas fisicamente, com controle de acesso às dependências das áreas de Administração Fiduciária e Tesouraria, respectivamente. Adicionalmente, possui estrutura de Controles Internos e de Compliance, que atuam diretamente na supervisão das atividades realizadas. O departamento de Auditoria Interna atua de forma independente, respondendo diretamente ao Conselho de Administração.
Qualificação do corpo técnico	O corpo técnico é composto por profissionais com vasta experiência em administração de carteiras de valores mobiliários, comprovado por Certificações Profissionais conferidas pela Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA)
Histórico e experiência de atuação	O Banco Cooperativo Sicredi foi constituído no ano de 1995, pela Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul -, iniciando suas operações no mercado em 1996, como o primeiro banco cooperativo brasileiro. Inicialmente, foi estruturado para realizar o serviço de compensação de cheques e proporcionar acesso às reservas bancárias para as cooperativas de crédito que integram o Sicredi. Além disso, ao longo dos anos, ampliou a carteira de produtos e serviços disponibilizados, incorporando operações de cobrança e pagamentos, crédito para empresas de maior porte, consórcios, cartões, seguros, trade finance, previdência privada, poupança e distribuição de fundos de investimento.
Principais Categorias e Fundos ofertados	O portfólio de investimentos do Banco Cooperativo Sicredi é composto por fundos de investimento de Renda Fixa, Multimercado, Cambial e Ações.
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	O Banco Cooperativo Sicredi, através da Diretoria Executiva de Riscos, monitora e mitiga as exposições nos riscos de mercado, liquidez, alocação de capital, risco de crédito, risco socioambiental, risco operacional e controles internos. Diariamente executa-se o procedimento de Compliance com o objetivo de verificar o enquadramento de todos os fundos e suas respectivas operações. Esse procedimento é centralizado pela área de Administração Fiduciária e conta com alguns índices de verificação que são gerados por áreas adjacentes. O Administrador efetiva seu acompanhamento supervisionando diligentemente a gestão de riscos de mercado e liquidez implementada pelo Gestor de Recursos contratado. Nesse sentido, o enquadramento aos limites estabelecidos é verificado pelo Diretor de Administração e pelas equipes responsáveis pela administração fiduciária, Compliance e Gestão de Riscos.
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	O Banco Cooperativo Sicredi disponibiliza em seu site as políticas de investimentos, procedimentos, controles internos e gerenciamento de risco de acordo com a Resolução CVM nº 21/2021 e Instrução CVM nº 555/2014, podendo ser acessado no link: https://www.sicredi.com.br/site/mercado-financeiro/administracao-fundos/;
Regularidade Fiscal e Previdenciária	A regularidade pode ser consultada através das certidões negativas encaminhadas pela cooperativa, na juntada de documentos.
Volume de recursos sob administração/gestão	Patrimônio sob gestão (Nacional); R$ 119.949,51 BI; Patrimônio sob gestão (global): R$ 119.949,51 BI; Patrimônio sob gestão (RPPS): R$ 3.490,92 BI Dados de fev/2025. https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A rentabilidade dos fundos podem ser consultados no arquivo Material de divulgação, disponível na página de Fundos de Investimentos: https://www.sicredi.com.br/site/investimentos/fundos- investimentos/
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	O Questionário Anbima de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros com as informações está disponível na página da Asset, e também consta em anexo.
Outros critérios de análise	Demais informações contam no Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros encaminhado pela cooperativa, na juntada de documentos.
VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:	
A Instituição atende aos requisitos da legislação vigente.	

Local:	**TERRA RICA - PR**	**Data:**	18/03/2026
VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JOSÉ ROBERTO PÉRICO	DIRETOR PRESIDENTE		

CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1°, art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025, os responsáveis pela gestão do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP n°1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 5.272/2025 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II , § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV , a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8° do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP n°1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 5.272/2025, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:945D08B5

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			
Número do Termo de Análise de Credenciamento	004		
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	2026		
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE TERRA RICA - PR	**CNPJ**	76.978.881/0001-81
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER	**CNPJ**	06.284.346/0001-45

II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA	**ADMINISTRADOR**		**GESTOR**	**X**
Razão Social			**CNPJ**	
CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO SICREDI			03.795.072/0001-60	
Endereço			**Data Constituição**	
AVENIDA ASSIS BRASIL , 3940 - TORRE C - JARDIM LINDOIA - PORTO ALEGRE - RS - CEP: 91.060-900			04/11/2016	
E-mail (s)			**Telefone (s)**	
mirian_senson@sicredi.com.br			(44) 99817-6699	
Data do registro na CVM	14/11/2016	**Categoria (s)**		
Data do registro no BACEN		**Categoria (s)**		

Principais contatos com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone
MIRIAN SENSON MARTINEZ		mirian_senson@sicredi.com.br	(44) 99817- 6699
JULIO CESAR SANTOS BORBA		julio_borba@sicredi.com.br	(18) 98186- 0058

A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?	Sim	X	Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?	Sim	X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?	Sim	X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?	Sim	X	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?	Sim	X	Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?	Sim	X	Não	

III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10º, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10º, II
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10º, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11º
	Art. 8º, I		

IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	**Código ISIN**	**Data da Análise**
SICREDI INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA LP	undefined	18/03/2026
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL DI FI RENDA FIXA	undefined	18/03/2026

V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO	
Estrutura da Instituição	A estrutura é formada pelo Conselho de Administração, Auditoria Interna, Presidente (Superintendência de Gestão de Pessoas, Diretoria Executiva de TI e Operações, Diretoria Executiva, Diretoria de Gestão de Recursos).
Segregação de Atividades	Os serviços de administração, controladoria e custódia são prestados pelo Banco Cooperativo Sicredi, banco múltiplo integrante do Sistema. Os serviços de gestão de recursos são realizados pela Confederação Sicredi, CNPJ 03.795.072/0001-60, empresa de terceiro grau do Sistema, em diretoria dedicada exclusivamente para exercer esta atividade. Potenciais conflitos de interesse entre as atividades de administração, controladoria e custódia com as atividades de gestão de recursos são mitigados por meio de total segregação das empresas, além das segregações lógica e de acessos.

Qualificação do corpo técnico	O corpo técnico é composto pelo Diretor de Gestão de Recursos, Gerente de Middle Office e Produtos, Portfólio Manager, Gerente de Economia. Analista PI, Analista Jr, Economista PL, Estagiário. Trader Sr., Trader PL. e Analista de Investimento. Para demais informações consultar anexo III do Questionário ANBIMA de due deligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros encaminhado pela cooperativa.
Histórico e experiência de atuação	A Sicredi Asset Managenent, responsável pela gestão de mais de R$ 80 bilhões, é uma das maiores gestoras de recursos do país. Classificada com rating "Forte" pela Fitch Rating, detentora de fundos com alta performance no mercado e com uma equipe altamente qualificada, demonstra robustez e qualidade nos processos de investimentos, o que nos permite oferecer produtos e serviços financeiros dos mais simples aos mais complexos de forma segura e rentável.
Principais Categorias e Fundos ofertados	Principais categorias: Renda Fixa LP, Multimercado LP, Cambial, Ações. Os fundos ofertados para os clientes RPPS, em conformidade com a Resolução CMN n° 4.963/2021, estão disponíveis no link: https://www.sicredi.com.br/site/asset/fundos-investimento/
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Os fatores de riscos que cada fundo está submetido podem ser consultados no regulamento dos mesmos. | O Sicredi disponibiliza em seu site as políticas de investimentos, procedimentos, controles internos e gerei de risco de acordo com a Resolução CVM 21/2021 e ICVM 555/14. Podem ser acessados pelo link: https://www.sicredi.com.br/site/mercado-financeiro/gestao- recursos/
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	O Sicredi disponibiliza em seu site as políticas de investimentos, procedimentos, controles internos e gerenciamento de risco de acordo com a Resolução CVM 21/2021 e ICVM 555/14. Podem ser acessados pelo link:https://www.sicredi.com.br/site/asset/fundos-investimento/;
Regularidade Fiscal e Previdenciária	A regularidade pode ser consultada através das certidões negativas encaminhadas pela cooperativa, na juntada de documentos.
Volume de recursos sob administração/gestão	Patrimônio sob gestão (Nacional); R$ 84.749,19 BI; Patrimônio sob gestão(global): R$ 84.749,19 BI; Patrimônio sob gestão (RPPS): R$ 1.528,38 MI (ABRIL 2023) Fonte : https://www.anbima.com.br/pt br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A rentabilidade dos fundos podem ser consultados no arquivo Material de divulgação, disponível na página de Fundos de Investimentos: https://www.sicredi.com.br/site/investimentos/fundos- investimentos/
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	O Questionário Anbima de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros com as informações está disponível na página da Asset > documentos legais, link: https://www.sicredi.com.br/site/asset/documentos-legais/

Outros critérios de análise	Demais informações contam no Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros encaminhado pela cooperativa, na juntada de documentos.
VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:	
A Instituição atende aos requisitos da legislação vigente	

Local:	**TERRA RICA - PR**	**Data:**	18/03/2026

VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JOSÉ ROBERTO PÉRICO	DIRETOR PRESIDENTE		

CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1°, art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025, os responsáveis pela gestão do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional,

padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP n°1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo

disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 5.272/2025 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem

realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro

de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II , § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV , a SPREV e a CVM já orientaram os gestores

de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8° do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas

pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção

e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP n°1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 5.272/2025, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela

gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses

na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº

103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os

parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:7A8D0991

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE TERRA RICA
CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	
Número do Termo de Análise de Credenciamento	001
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)	2026

I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	MUNICÍPIO DE TERRA RICA - PR	**CNPJ**	76.978.881/0001-81
Unidade Gestora do RPPS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER	**CNPJ**	06.284.346/0001-45

II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA			ADMINISTRADOR	X	GESTOR	
Razão Social					**CNPJ**	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL					00.360.305/0001-04	
Endereço					**Data Constituição**	
SETOR BANCARIO SUL QUADRA 04, 34 - BLOCO A - ASA SUL - BRASÍLIA - DF - CEP: 70.092-900					04/01/1995	
E-mail (s)					**Telefone (s)**	
luis.b.melo@caixa.gov.br					(11) 3572-4591	
Data do registro na CVM	04/01/1995	**Categoria (s)**				
Data do registro no BACEN		**Categoria (s)**				
Principais contatos com RPPS		**Cargo**	**E-mail**		**Telefone**	
LUIS FERNANDO BRUM DE MELO			luis.b.melo@caixa.gov.br		(11) 3572- 4591	
LUAN AUGUSTO SILVEIRA DA COSTA			luan.costa@caixa.gov.br		(11) 3572- 4614	

A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025?	Sim	X	Não	
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?	Sim	X	Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?	Sim	X	Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?	Sim	X	Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?	Sim	X	Não	
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?	Sim	X	Não	

III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I, “b”		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, “c”		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10º, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10º, II
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10º, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11º
	Art. 8º, I		

IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:	Código ISIN	Data da Análise
CAIXA FIF BRASIL IRF-M 1 TP RF - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA-B TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA B 5 TITUL PUB RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF M 1 MAIS TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF-M TITULOS PUBL RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IMA-B 5+ TP RF LP - RESP LTDA	undefined	18/03/2026
CAIXA FIF BRASIL IRF-M 1 TP RF - RESP LTDA	undefined	18/03/2026

V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO

Estrutura da Instituição	A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília - Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, operando por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. Seu capital social pertence integralmente à União.
Segregação de Atividades	A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília - Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, operando por meio de escritório de representação nos Estados Unidos. Seu capital social pertence integralmente à União. "A CAIXA encontra-se devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e autorizada para a prestação dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM nº. 3.241, de 04 de janeiro de 1995. Essa atividade é exercida na CAIXA por meio de sua Vice-Presidência Fundos de Investimento ("VIART"). A VIART é uma vice-presidência segregada das demais e não integra o Conselho Diretor, conforme artigo 45 e artigo 48, § 1º, do Estatuto da CAIXA. Dessa forma, eventuais situações de conflito de interesse relacionadas às demais atividades desempenhadas pela instituição são mitigadas por meio de estruturas de governança que contam com comitês segregados, assegurando que a tomada de decisão ocorra de forma colegiada e independente. "
Qualificação do corpo técnico	"Os empregados que atuam na prestação de serviço de Administração Fiduciária, possuem média acima de 10 anos de tempo de serviço efetivo na CAIXA. No processo de formação de carreiras, a CAIXA oferece Universidade Corporativa com diversos cursos de aperfeiçoamento pessoal e corporativo, incentivando as certificações bancárias, e disponibilizando verbas anuais para cursos de atualização e aperfeiçoamento (Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Cursos de

	Idiomas). Vinculada ao Plano Estratégico CAIXA, foi criada a Escola de Negócios VIART, que tem como proposta desenvolver ações ao seu corpo técnico. Dessa forma, a Vice-Presidência conta com uma equipe qualificada de excelência, expertise e experiência, com baixa rotatividade."
Histórico e experiência de atuação	A Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), instituição financeira sob a forma de empresa pública, foi criada em 12 de janeiro de 1861 quando Dom Pedro II assinou o Decreto nº 2.723, que fundou a Caixa Econômica da Corte. Diversas mudanças em sua estrutura foram efetuadas, dentre elas a unificação das Caixas Econômicas Estaduais. A atividade de administração fiduciária e gestão de recursos de terceiros iniciou-se em 1991. Desde 1998, a VIART, de acordo com o estatuto da CAIXA, atua de maneira segregada das atividades que envolvam recursos próprios da Instituição, garantindo transparência, independência, exclusividade de atuação e conduta ética na administração e gestão de recursos de terceiros.
Principais Categorias e Fundos ofertados	O portfólio de fundos de investimento que são distribuídos conta com 404 produtos, entre fundos de investimento e carteiras administradas, buscando atender a investidores pessoas físicas e pessoas jurídicas dos segmentos corporativo, governos e institucional. O portfólio é composto por fundos de investimentos de renda fixa, de ações, multimercados, cambial, fundo de índice - ETF, fundos mútuos de privatização - FGTS, fundos de investimento no exterior, fundos imobiliários, de direitos creditórios. Os fundos de investimento e carteiras administradas são distribuídos pela CAIXA e possuem em suas carteiras ativos financeiros tais como ações e outros ativos de renda variável, contratos de derivativos, debêntures e outros títulos de renda fixa emitidos por pessoas jurídicas financeiras e não financeiras, direitos creditórios, e cotas de fundos de investimentos, além de títulos públicos federais e imóveis, no caso de fundos imobiliários. O serviço de gestão discricionária é estabelecido com base em diretrizes deliberadas em comitês e inclui abordagem top-down e setorial, com visão de longo prazo, suportados por análises da área de risco e jurídica.
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	"A VIART controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, mercado e liquidez, imagem e reputação, socioambiental, contraparte, concentração, operacional e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na performance e no cumprimento dos objetivos dos Fundos de Investimento, com monitoramento contínuo do atendimento às regulamentações internas e externas, bem como execução de ações preventivas e corretivas. A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco têm atuação efetiva por parte do gestor responsável e da cadeia de governança, que possui alçadas de decisões estabelecidas previamente pela Alta Administração. "
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	As Diretrizes de Investimento Pessoal são parte integrante do Código de Conduta dos empregados da VP Fundos de Investimento. Trimestralmente a unidade de Compliance monitora a aderência de tais diretrizes. A identificação de descumprimentos às Diretrizes pode ensejar a aplicação de medidas disciplinares, sem prejuízo das sanções administrativas ou criminais que, no caso, também possam decorrer das atitudes de descumprimento.;;
Regularidade Fiscal e Previdenciária	Regular - Certidões em anexo
Volume de recursos sob administração/gestão	R$ 666 bilhões
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	Vide QDD em anexo.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	QDD ANBIMA
Outros critérios de análise	N/A

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

A instituição atende aos requisitos legais vigentes.

Local:	**TERRA RICA - PR**	**Data:**	18/03/2026

VII - DOS RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**
JOSÉ ROBERTO PÉRICO	DIRETOR PRESIDENTE		

CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1°, art. 1º da Resolução CMN nº 5.272/2025, os responsáveis pela gestão do FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TERRA RICA - PRESOMTER deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP n°1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo

disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 5.272/2025 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem

realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais,

adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II , § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV , a SPREV e a CVM já orientaram os gestores

de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I e II do § 2º e § 8° do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção

e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 5.272/2025, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP n°1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de

ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 5.272/2025, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela

gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses

na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº

103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo

ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os

parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Publicado por:
Elisangela Conegero
Código Identificador:17CB9B71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17215/2026

PORTARIA Nº 17215/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Servidores abaixo relacionados, férias regulamentares.

Matrícula	Descrição Funcionário	Cargo	Início Aquisitivo		Final Aquisitivo	Início férias		Final férias
11045-00	NORBERTO AMADO DE CAMARGO	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DO CONTROLE DE FROTAS	01/02/2024	A	31/01/2025	13/04/2026	A	02/05/2026
1282298-00	CHARLES HENRIQUE PORCINO DA CUNHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/04/2026	A	31/03/2027	06/04/2026	A	25/04/2026
134538-00	ARACELI CRISTINA DE LIMA	ENFERMEIRA	10/03/2025	A	09/03/2026	27/04/2025	A	16/05/2026
211788-00	CARLOS RICARDO COLMANN SCHIMMEL	AGENTE ADMINISTRATIVO	06/07/2024	A	05/07/2025	06/04/2026	A	25/04/2026
1262866-01	JOSIANE BOLONHEZI	CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	02/12/2024	A	01/12/2025	06/04/2026	A	25/04/2026
1220780-00	KLEBER ALBERTON	FARMACEUTICO	15/06/2024	A	14/06/2025	23/04/2026	A	12/05/2026
1275127-00	ATHOS DE AZEVEDO	CHEFE DO DEPARTAMENTO NUCLEO DE PLANEJAMENTO SETORIAIS	21/03/2025	A	20/03/2026	13/04/2026	A	02/05/2026
185612-00	EDI JUNIOR ZANOVELLO DINIZ	MOTORISTA	20/04/2024	A	19/04/2025	27/02/2026	A	28/03/2026
41025-00	MARCOLINO JOSE DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	06/08/2024	A	05/08/2025	18/03/2026	A	16/04/2026
135917-01	DAIANE DE OLIVEIRA	PROFESSORA	02/01/2025	A	01/01/2026	16/03/2026	A	14/04/2026
135917-02	DAIANE DE OLIVEIRA	PROFESSORA	02/01/2025	A	01/01/2026	16/03/2026	A	14/04/2026
1222821-00	ELZA ARAUJO GUIMARAES	PROFESSORA	02/01/2025	A	01/01/2026	16/03/2026	A	14/04/2026
142603-00	EDSON PIRES DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/02/2025	A	14/02/2026	16/03/2026	A	20/03/2026
1257161-00	DARIANE LEMOS DE SOUZA FRANÇA	TECNICO DE ENFERMAGEM	01/03/2025	A	28/02/2026	02/03/2026	A	06/03/2026
120618-03	ELISETE BARBOSA	TECNICO DE ENFERMAGEM	12/11/2024	A	11/11/2025	16/03/2026	A	20/03/2026
131768-02	ELISANGELA HOFFMANN	ACS	02/03/2025	A	01/03/2026	09/03/2026	A	28/03/2026
1308068-00	THAIS DA SILVA SOUZA	PSICOLOGO	03/07/2024	A	02/07/2025	23/03/2026	A	27/03/2026
1308696-00	WILSON DOS SANTOS JUNIOR	DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR	04/07/2024	A	03/07/2025	13/04/2026	A	17/04/2026
67237-01	GIOVANA LAURA ALVES	CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIVISÃO DE SUPRIMENTOS E PATRIMONIO	01/03/2025	A	28/02/2026	27/04/2026	A	01/05/2026
172251-00	ELICELSO SALES DE CAMPOS	ADVOGADO	18/11/2023	A	17/11/2024	27/04/2026	A	01/05/2026
172189-00	DULCILEIA APARECIDA DE SOUZA SILVA	ACS	11/11/2024	A	10/11/2025	06/04/2026	A	10/04/2026
1234196-01	TATIELE DE JESUS FERNANDES	AGENTE ADMINISTRATIVO	25/03/2024	A	24/03/2025	22/04/2026	A	06/05/2026
134651-01	SIMONE APARECIDA DA SILVA	ENFERMEIRA	03/03/2024	A	02/03/2025	02/03/2026	A	11/03/2026
179361-00	MARCIA REGINA DA CRUZ	ENFERMEIRA	11/07/2024	A	10/07/2025	02/03/2026	A	16/03/2026
4723-00	AILSON MARIANO	OP.MAQUINAS/OP.MAQ.PATROLA	05/08/2024	A	04/08/2025	04/03/2026	A	08/03/2026
175048-00	DALVA GONÇALVES SILVERIO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22/02/2023	A	21/02/2024	06/04/2026	A	20/04/2026
70610-00	JULIO SIMOES DE LIMA	OP.MAQUINAS/OP.MAQ.PATROLA	16/09/2023	A	15/09/2024	05/03/2026	A	13/03/2026
175943-00	BRUNA CARLA DA SILVA SANTOS	RECEPCIONISTA	01/03/2024	A	28/02/2025	09/03/2026	A	02/04/2026
135020-01	PATRICIA CORREIA RATIER	ACS	13/11/2024	A	12/11/2025	16/03/2026	A	30/03/2026
1238361-01	PAULO JUNIOR GRANDI	FISIOTERAPEUTA I	08/05/2023	A	07/05/2024	14/04/2026	A	23/04/2026
101915-02	ELAINE CRISTINA DE SOUZA BIASOTTO	ENFERMEIRA	06/11/2023	A	05/11/2024	17/03/2026	A	27/03/2026
101923-00	ELISANGELA BARBOSA	ACS	12/11/2024	A	11/11/2025	17/03/2026	A	10/04/2026
46248-00	LUIZ CARLOS DE MOURA	OP.MAQUINAS/OP.MAQ.PATROLA	08/03/2024	A	07/03/2025	16/03/2026	A	20/03/2026
1244353-01	NAYRA STELGER DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	24/05/2024	A	23/05/2025	18/03/2026	A	01/04/2026
172251-00	ELICELSO SALES DE CAMPOS	ADVOGADO	18/11/2022	A	17/11/2023	22/04/2026	A	26/04/2026
101400-02	ABNER DE AZEVEDO	AGENTE DE ENDEMIAS	02/02/2024	A	01/02/2025	08/04/2026	A	17/04/2026
178195-00	TAIS REGINA TAVARES	ACS	23/05/2023	A	22/05/2024	23/03/2026	A	27/03/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:03DB2B5A

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ERRATA DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

No Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2026, Edital N° 24 de 10 de março de 2026. publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11 de março de 2026, Edição 3486, corrige-se as informações, conforme segue:

ONDE SE LE:

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PSS n.º 001/2026

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
NOME COMPLETO:			
CPF:		**SEXO:**	
RG:		**UF:**	
DATA DE NASCIMENTO:			
ENDEREÇO:		**NÚMERO:**	
BAIRRO:		**CIDADE:**	
ESTADO:		**CEP:**	
TEL.FIXO:		**CELULAR:**	
TEL.RECADO:		**RAÇA/COR:**	
E-MAIL:			
PORTADOR DE DEFICIENCIA:	**( )SIM ( ) NÃO**	**SE SIM, QUAL?**	
FICHA DE PONTUAÇÃO			
FORMAÇÃO ACADÊMICA		**PONTUAÇÃO OBTIDA *(para uso exclusivo da comissão)**	
Diploma ou certificado de conclusão de Ensino Médio, conforme exigência mínima para o cargo, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma ou Certificado de conclusão de Curso de Graduação em QUALQUER ÁREA, emitidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso preparatório para o emprego de Agente Comunitário de Saúde, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso na AREA DA SAÚDE, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Experiência profissional comprovada (tempo de serviço) na área, igual ou superior a 06 meses.			
TOTAL GERAL*			

(marque com "x" a formação acadêmica cumprida) *(para uso exclusivo da Comissão) Terra Roxa, / ____/

ATENÇÃO Preencher somente os campos na cor branca

_____

Assinatura Candidato

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PSS n.º 001/2026

CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS			
NOME COMPLETO:			
CPF:		**SEXO:**	
RG:		**UF:**	
DATA DE NASCIMENTO:			
ENDEREÇO:		**NÚMERO:**	
BAIRRO:		**CIDADE:**	
ESTADO:		**CEP:**	
TEL.FIXO:		**CELULAR:**	
TEL.RECADO:		**RAÇA/COR:**	
E-MAIL:			
PORTADOR DE DEFICIENCIA:	**( )SIM ( ) NÃO**	**SE SIM, QUAL?**	
FICHA DE PONTUAÇÃO			
FORMAÇÃO ACADÊMICA		**PONTUAÇÃO OBTIDA *(para uso exclusivo da comissão)**	
Diploma ou Certificado de conclusão de Ensino Médio, conforme exigência mínima para o cargo, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma ou Certificado de conclusão de Curso de Graduação em QUALQUER ÁREA, emitidos por instituições de ensino credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso preparatório para o emprego de Agente Comunitário de Saúde, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso na AREA DA SAÚDE, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Experiência profissional comprovada (tempo de serviço) na área, igual ou superior a 06 meses.			
TOTAL GERAL*			

(marque com "x" a formação acadêmica cumprida) *(para uso exclusivo da Comissão) Terra Roxa, / ____/

ATENÇÃO Preencher somente os campos na cor branca

_____

Assinatura Candidato

LEIA -SE:

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PSS n.º 001/2026

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
NOME COMPLETO:			
CPF:		**SEXO:**	
RG:		**UF:**	
DATA DE NASCIMENTO:			
ENDEREÇO:		**NÚMERO:**	
BAIRRO:		**CIDADE:**	
ESTADO:		**CEP:**	
TEL.FIXO:		**CELULAR:**	
TEL.RECADO:		**RAÇA/COR:**	
E-MAIL:			
PORTADOR DE DEFICIENCIA:	**( )SIM ( ) NÃO**	**SE SIM, QUAL?**	
FICHA DE PONTUAÇÃO			
FORMAÇÃO ACADÊMICA		**PONTUAÇÃO OBTIDA *(para uso exclusivo da comissão)**	
Diploma ou certificado de conclusão de Ensino Médio, conforme exigência mínima para o cargo, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso preparatório para o emprego de Agente Comunitário de Saúde, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso na AREA DA SAÚDE, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Experiência profissional comprovada (tempo de serviço) na área, igual ou superior a 06 meses.			
TOTAL GERAL*			

(marque com "x" a formação acadêmica cumprida) *(para uso exclusivo da Comissão) Terra Roxa, / ____/

ATENÇÃO Preencher somente os campos na cor branca

_____

Assinatura Candidato

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PSS n.º 001/2026

CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS			
NOME COMPLETO:			
CPF:		**SEXO:**	
RG:		**UF:**	
DATA DE NASCIMENTO:			
ENDEREÇO:		**NÚMERO:**	
BAIRRO:		**CIDADE:**	
ESTADO:		**CEP:**	
TEL.FIXO:		**CELULAR:**	
TEL.RECADO:		**RAÇA/COR:**	

E-MAIL:			
PORTADOR DE DEFICIENCIA:	**( )SIM ( ) NÃO**	**SE SIM, QUAL?**	
FICHA DE PONTUAÇÃO			
FORMAÇÃO ACADÊMICA		**PONTUAÇÃO OBTIDA *(para uso exclusivo da comissão)**	
Diploma ou Certificado de conclusão de Ensino Médio, conforme exigência mínima para o cargo, emitido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso preparatório para o emprego de Agente Comunitário de Saúde, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.			
Diploma/Certificado/Declaração de conclusão de curso na AREA DA SAÚDE, na modalidade presencial ou online, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.			
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
Experiência profissional comprovada (tempo de serviço) na área, igual ou superior a 06 meses.			
TOTAL GERAL*			

(marque com "x" a formação acadêmica cumprida) *(para uso exclusivo da Comissão) Terra Roxa, / ____/

ATENÇÃO Preencher somente os campos na cor branca

_____

Assinatura Candidato

Terra Roxa PR, 20 de março de 2026.

IVAN REIS DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:528765A0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026 - EDITAL Nº 04 - EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Município de Tijucas do Sul, representado pelo Sr. Prefeito José Altair Moreira, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com os termos do art. 37, IX da Constituição Federal e Lei Municipal n° 660/2019, e demais disposições atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** a **RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO** do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica **DIVULGADO** o resultado preliminar da avaliação de títulos – no Anexo I – dos inscritos no PSS nº 01/2026, de acordo com o **Item 7** do Edital nº 01/2026.

Art. 2º Os candidatos poderão interpor recurso quanto a resultado preliminar da avaliação de títulos e tempo de serviço, conforme previsto no **Item 8,** do Edital de Abertura nº 01/2026, utilizando o modelo estabelecido no Anexo III, nos dias **24/03/2026 e 25/03/2026, enviados EXCLUSIVAMENTE através do e-mail: concursos@tijucasdosul.pr.gov.br**, devidamente assinado.

Art. 3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Tijucas do Sul, 23 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA

Prefeito

ANEXO I

AMPLA CONCORRÊNCIA

NOME	INSC	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	APERFEIÇ.	TEMPO DE SERVIÇO	PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	1	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	12/03/1976	15	2		17
SUELEN RIBEIRO DE MELLO	2	NUTRICIONISTA	18/08/1994	20	0	0	20
VALMIR FERNANDES DA MAIA	3	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	21/10/1975	10	44		54
IVANILDO MARTIM CARDOSO	4	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	24/04/1986	10	48		58
CLAUDINE JANDIRA RAMOS DA SILVA	7	FISIOTERAPEUTA	31/08/1989	20	0	0	20
LARISSA WELKER COSTA	8	FARMACÊUTICO	21/04/1993	10	0	0	10
JOSÉ AMÂNCIO	9	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	21/12/1986	10	6		16
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	10	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	12/03/1976	15	2		17
EMA CRISTIANE FERREIRA DA MAIA	11	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	12/03/1976	15	2		17
ALINE MEIRELLE LIMA FEREIRA BORGES	12	FARMACÊUTICO	12/09/1987	10	4	0	14
JAIR DOS SANTOS MARTINS	13	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	12/05/1974	10	6		16
REBECA SANTOS ALVES ROCHA	14	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	31/10/1999	60	4	0	64
LUIZA BUCZKO QUADROS	16	NUTRICIONISTA	29/05/1996	0	2	0	2
DIONE JOSÉ FARIAS	17	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	21/04/1992	10	14		24
PAULO CESAR SILVA BORGES	22	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	17/09/1983	15	0		15
PAULO CESAR SILVA BORGES	23	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	17/09/1983	15	0		15
PAULO CESAR SILVA BORGES	24	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	17/09/1983	15	0		15
VILSON ALCEDINO DE OLIVEIRA	25	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	04/05/1960	10	0		10
JAIR DOS SANTOS MARTINS	26	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	12/05/1974	10	6		16
THALITA FERREIRA CELARIUS	27	FARMACÊUTICA	09/01/1998	10	4	0	14
PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	30	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	14/11/1966	10	45		55
MAYARA BATISTA TEIXEIRA	31	FARMACÊUTICA	03/08/1990	20	24	0	44
DANIELA GALLON CORREA	32	FISIOTERAPEUTA	13/09/1980	40	20	0	60
ELOIR CEZAR CARBORNAL	33	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	01/04/1975	10	12		22
LUNNY CECERE DE SOUZA	34	FISIOTERAPEUTA	10/06/1997	10	8	0	18
ALCEU ALVES CARDOSO	35	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	28/12/1975	0	0		0
ALCEU ALVES CARDOSO	36	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	28/12/1975	0	0		0
ALCEU ALVES CARDOSO	37	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	28/12/1975	0	0		0
GERSON MARQUES	38	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	31/12/1975	15	22		37
GERSON MARQUES	39	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	31/121975	15	22		37
RODRIGO CARDOSO GAPSKI	40	NUTRICIONISTA	25/04/1993	10	8	0	18
MARCO FRANCESCHI	42	FARMACÊUTICO	26/04/1961	0	0	0	0
CAMILA CIPRANDI PIRES	43	FISIOTERAPEUTA	06/01/1985	20	28	0	48
ALLAN HENRIQUE ANDRADE DE LIMA	45	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	13/11/1992	10	0		10

ALLAN HENRIQUE ANDRADE DE LIMA	46	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	13/11/1992	10	0		10
FERNANDA FABRICIO DE MELO HALAMA	47	NUTRICIONISTA	16/09/1982	10	38	0	48
DYANE CALDEIRA DOS SANTOS	48	FONOAUDIÓLOGO	10/01/1995	0	16	0	16
MARIANO ALVES	49	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	02/05/1991	10	6		16
ZEQUIAS OLIVEIRA DE LACERDA	50	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	26/05/1986	10	4		14
ZEQUIAS OLIVEIRA DE LACERDA	51	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	26/05/1986	10	4		14
DANIELE APARECIDA GIOLLO	52	FISIOTERAPEUTA	12/02/1997	10	8	0	18
PALLOMA LOISE MOREIRA	53	FARMACÊUTICO	22/11/1993	0	16	0	16
FABIOLA HIRT BITENCOURT	54	FISIOTERAPEUTA	03/11/1986	20	16	0	36
MAURO CEZAR GROCHEVISKI	56	FARMACÊUTICO	24/10/1985	0	0	0	0
CATIA ISABEL CLAUDINO	57	FARMACÊUTICO	14/09/1968	10	8	0	18
MEIRE CRISTIANE DE OLIVEIRA	58	NUTRICIONISTA	05/05/1972	20	46	0	66
MARCOS CARDOSO BUENO	59	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	26/06/1980	10	4	0	14
THAIS EDELINGUE RAMOS LEANDRO	60	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	17/10/1985	10	0	0	10
THAIS EDELINGUE RAMOS LEANDRO	61	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	17/10/1985	10	0	0	10
JOHN ELVES MACHADO	62	FISIOTERAPEUTA	03/05/1994	0	0	0	0
LUCAS ADRIANO PEREIRA DA SILVA	63	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	12/03/1996	10	2		12
MARYA ELOYSA CRUZ	64	FISIOTERAPEUTA	27/05/2000	20	0	0	20
JOSE JOAO DE CARVALHO	67	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	27/06/1973	0	0	0	0
LOIR FERREIRA DE LIMA	71	MOTORISTA D – LINHA: MATULÃO	28/02/1967	5	26		31
LOIR FERREIRA DE LIMA	72	MOTORISTA D – LINHA: POSTINHO	28/02/1967	5	26		31
LOIR FERREIRA DE LIMA	73	MOTORISTA D – LINHA: UNIVERSITÁRIA	28/02/1967	5	26		31
REGINA FERREIRA DE LIMA	75	FONOAUDIÓLOGO	14/06/1982	10	22		32

COTA RACIAL

NOME	INSC	CARGO	DATA DE NASCIMENTO	APERFEIÇ.	TEMPO DE SERVIÇO	PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL
LUNNY CECERE DE SOUZA	34	FISIOTERAPEUTA	10/06/1997	10	8	0	18
REBECA SANTOS ALVES ROCHA	14	TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL	31/10/1999	60	4	0	64

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:E38FEF66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 52/2026	ALUGUEL ANUAL PARA PESSOA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES DE TIJUCAS DO SUL/PR.	RONALDO MAOSKI CPF: 780.465.219-49	20/03/2026	23/03/2026	22/03/2027	R$ 15.000,00

Tijucas do Sul, 20 de março de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:78FC8B6B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 17/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 75.697.094/0001-07

Site: www.tomazina.pr.gov.br

Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, Tomazina – PR - CEP: 84935-000

DECRETO Nº 17/2026

SÚMULA: Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento de 2026 do Município de Tomazina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TOMAZINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e autorização contida na Lei Municipal nº 676/2025, de 10 de Dezembro de 2025, e o art. 43, parágrafo 1º, da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício um crédito no valor de R$ 878.885,37 (oitocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA		
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - 96 - MATERIAL DE CONSUMO		R$355.900,00
00897/00494.	(SF) - Custeio - Inc. Prog. Qualificação da Atenção Primária em Saúde - SESA	50.000,00
00925/00494.	(SF) - Incentivo Financeiro de Custeio - PROAPS PARANÁ - Res. 709 e 905/2025	50.000,00
00935/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 25000165222202564	50.000,00
00937/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 202538090001	200.000,00
00945/00494.	(SF) - Operação Verão Maior PR - Resolução 1729/2025	5.900,00
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.39.00.00.00.00 - 100 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$380.000,00
00494/00494.	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
00897/00494.	(SF) - Custeio - Inc. Prog. Qualificação da Atenção Primária em Saúde - SESA	50.000,00
00925/00494.	(SF) - Incentivo Financeiro de Custeio - PROAPS PARANÁ - Res. 709 e 905/2025	50.000,00
00935/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 25000165222202564	50.000,00
00937/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 202538090001	200.000,00
05.001.10.301.6.2023-4.4.90.52.00.00.00.00 - 109 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		R$102.558,00
00304/00304.	(SF) - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	2.600,00
00953/00518.	(SF) - Bl. Estruturação Serv. Saúde - Emenda 50410007	99.958,00
05.001.10.303.25.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - 149 - MATERIAL DE CONSUMO		R$6.000,00
00910/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1712/2024	1.000,00
00934/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1450/2025	5.000,00
05.001.10.303.25.2026-3.3.90.39.00.00.00.00 - 152 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$5.000,00
00934/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1450/2025	5.000,00
05.001.10.305.7.2025-4.4.90.52.00.00.00.00 - 131 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		R$10.000,00
00904/00494.	(SF) - Bloco de Investimento - Sesa - Provigia - Resolução 374-2024	10.000,00
05.001.10.303.25.2026-4.4.90.52.00.00.00.00 - 158 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		R$10.000,00
00934/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1450/2025	10.000,00
05.001.10.302.26.2028-3.3.93.39.00.00.00.00 - 171 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$5.550,00
00000/00000.	Recursos Ordinários (Livres)	5.550,00
07.000 - SECRETARIA	MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
07.001 - GESTÃO DA SECRETARIA DE E. C. TURISMO		
07.001.27.122.3.2064-3.3.90.93.00.00.00.00 - 252 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		R$3.000,00
00000/00000.	Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
09.000 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA		
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
09.001.8.122.4.2071-3.3.90.14.00.00.00.00 - 395 - DIÁRIAS-CIVIL		R$594,37
00901/01011.	Programa FMS - BLPSB	594,37
09.001.8.245.4.1074-3.3.90.40.00.00.00.00 - 354 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E		R$283,00
00892/01011.	(SF) - Transferências de Outros Programas - Emenda 202437020014	283,00

Art. 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
05.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA		
05.001.10.301.6.2023-3.3.90.30.00.00.00.00 - 96 - MATERIAL DE CONSUMO		R$30.000,00
00494/00494.	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	30.000,00
05.001.10.302.26.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - 167 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$5.550,00
00000/00000.	Recursos Ordinários (Livres)	5.550,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
07.002 - ESPORTE		
07.002.27.812.17.2065-3.3.90.39.00.00.00.00 - 267 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$3.000,00
00000/00000.	Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
09.000 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA		
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL		
09.001.8.245.4.1075-3.3.90.39.00.00.00.00 - 361 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$594,37
00901/01011.	Programa FMS - BLPSB	594,37
09.001.8.245.4.1074-3.3.90.39.00.00.00.00 - 353 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA		R$283,00
00892/01011.	(SF) - Transferências de Outros Programas - Emenda 202437020014	283,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -		
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)		R$839.458,00
00304/00304.	(SF) - Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	2.600,00
00897/00494.	(SF) - Custeio - Inc. Prog. Qualificação da Atenção Primária em Saúde - SESA	100.000,00
00904/00494.	(SF) - Bloco de Investimento - Sesa - Provigia - Resolução 374-2024	10.000,00
00910/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1712/2024	1.000,00
00925/00494.	(SF) - Incentivo Financeiro de Custeio - PROAPS PARANÁ - Res. 709 e 905/2025	100.000,00
00934/00494.	(SF) - Bloco Assistência Farmacêutica - Resolução 1450/2025	20.000,00
00935/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 25000165222202564	100.000,00
00937/00494.	(SF) - Bl. Custeio das Ações e Serv. Saúde - Emenda Ind. 202538090001	400.000,00
00945/00494.	(SF) - Operação Verão Maior PR - Resolução 1729/2025	5.900,00
00953/00518.	(SF) - Bl. Estruturação Serv. Saúde - Emenda 50410007	99.958,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor nessa data, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 16 de Março de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO

Prefeito

Publicado por:
Sidnei Cruz de Souza
Código Identificador:450003E2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
REPUBLICADO DECRETO Nº 7033/2026

DATA 18/03/2026

Súmula. Abre um crédito especial no Orçamento Geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NAS LEIS Nº 2910/2025 de 07/08/2025 E 3023/2025 de 16/12/2025.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 1.601.586,20 (um milhão, seiscentos e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.3.90.30 (5389) (2376)	Material de consumo	500,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.30 (5391) (2377)	Material de consumo	15,65

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5392) (2378)	Equipamentos e material permanente	72.009,84

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.1.90.11 (5393) (2494)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	151.999,31

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr.de Atenç.Bás./Primária em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.14 (5394) (2495)	Diárias – pessoal civil	50.000,00
3.3.90.30 (5395) (2495)	Material de consumo	61.808,86
3.3.90.39 (5396) (2495)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	100.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.046000	Manutenção Progr.de M.e Alta Complex.em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.39 (5397) (2496)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	28.874,59

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103040022.2.016000	Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.14 (5398) (2497)	Diárias – pessoal civil	10.000,00
3.3.90.30 (5399) (2497)	Material de consumo	15.000,00
3.3.90.39 (5400) (2497)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	16.622,24

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.011000	Manutenção Progr.de Atenç.Bás./Primária em Saúde Rec.Gov.Estadual	
3.3.90.30 (5401) (2498)	Material de consumo	10.000,00
3.3.90.39 (5402) (2498)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	11.139,90
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5403) (2498)	Equipamentos e material permanente	39.982,10

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5404) (2500)	Equipamentos e material permanente	491.212,23

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103040022.2.016000	Manutenção da Vigilância em Saúde	
4.4.90.52 (5405) (2500)	Equipamentos e material permanente	120.505,76

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.1.029000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Média Complex. Em Saúde	
4.4.90.52 (5406) (2518)	Equipamentos e material permanente	4.692,18

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103030008.2.009000	Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde	
3.3.90.32 (5407) (2878)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	4.798,33

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.1.004000	Aquisição de Veíc. e Equip. p/ Progr. de Atenção Básica em Saúde	
4.4.90.52 (5408) (2891)	Equipamentos e material permanente	397.186,05

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.1.90.11 (5409) (21051)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.200,04

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103010008.2.054000	Manutenção do Bloco de Custeio das Ações e Serv. Públ. de Saúde/Atenção Básica	
3.1.90.11 (5410) (21064)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	955,59
103020021.2.045000	Manutenção do Consórcio Intermunicipal SAMU OESTE - CONSAMU	
3.1.71.70 (5424) (21064)	Rateio pela participação em consórcio público	9.000,00

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103020021.2.012000	Manutenção do Hospital Municipal	
3.1.90.11 (5413) (21067)	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	2.855,07

07	Secretaria Munic. de Saúde	
07.01	Fundo Municipal de Saúde	
103050022.2.093000	Desenvolvimento de ações de Vigilância Epidemiológica	
3.3.90.30 (5412) (21075)	Material de consumo	228,46

Total.....R$ 1.601.586,20

Art. 2º. Para a cobertura do presente Crédito Especial, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2025, das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
2376	Incremento Temporário Assist. Hospitalar	500,00
2377	INCREM.TEMPOR.AO CUSTEIO DOS SERV.ATEN.PRIM.EM SAÚDE	15,65
2378	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERV.PÚBL.DE SAÚDE	72.009,84
2494	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	151.999,31
2495	ATENÇÃO BÁSICA	211.808,86
2496	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	28.874,59
2497	Vigilância em Saúde	41.622,24
2498	Assistência Farmacêutica	61.122,00
2500	Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria nº 204-GM, de 2007	611.717,99
2518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	4.692,18
2878	INCREMENTO AO PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004	4.798,33
2891	INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA - EMENDA PARLAMENTAR N 202543130002	397.186,05
21051	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	2.200,04
21064	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	9.955,59
21067	Complementação Estadual ao Pagamento dos Pisos Salariais para Profissionais da Enfermagem	2.855,07
21075	Apoio Financeiro para ações emergenciais com ênfase em Dengue no Estado do Paraná – Resolução SESA nº 285/2024 e similares.	228,46

Total.....R$ 1.601.586,20

Art. 3º. Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 18 de março de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:F8D59A7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ** CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado a empresa ***PROVERADIO TELECOMUNICAÇOES LTDA*****,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nº. **07.811.442.0001-67.**

OBJETO: A presente Contratação de Empresa para PROVERADIO TELECOMUNICAÇOES LTDA, de acordo com a legislação em vigor e especificações constantes no Edital de Pregão n.º 09 / 2026 e seus anexos.

	LOTE 1: R$: 19.500,00 **(dezenove mil e quinhentos reais)** **BAIRRO: CENTRO**						
ITEM	**Qn QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO e LOCAL**	**ENDEREÇO**	**SECRETARIA**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL**
1	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Paço Municipal	Rua Eros Ruppel Abdala, 129- Centro	Administração	R$ 101,56	1.218,75
2	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Unidade Mista de Saúde - Caio Murilo da Cruz	Rua Eros Ruppel Abdala 557- Centro	Saúde	R$ 101,56	1.218,75
3	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Secretaria Municipal de Saude	Rua Eros Ruppel Abdala 419- Centro	Saúde	R$ 101,56	1.218,75
4	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Unidade PSF 3- Prof Emerson	Rua Eros Ruppel Abdala Centro	Saúde	R$ 101,56	1.218,75
5	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Unidade PSF1- Sérgio Cordeiro	Rua Eros Ruppel Abdala, 61- Centro	Saúde	R$ 101,56	1.218,75
6	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Secretaria de Educação	Rua Sérvulo Cesar, 79 – Centro	Educação	R$ 101,56	1.218,56
7	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE	Rua Sérvulo Cesar, 79 – Centro	Educação	R$ 101,56	1.218,75

			500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Escola Municipal Abgail Cândido Krasota				
8	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Escola Municipal Abgail Cândido Krasota- SECRETARIA	Rua Sérvulo Cesar, 79 – Centro	Educação	R$ 101,56	1.218,56
9	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato CMEI Maria Joana Prestes	Rua Eros Ruppel Abdala 120- Centro	Educação	R$ 101,56	1.218,56
10	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Casa da Cultura	Rua Simão Cordeiro s/n, centro	Esporte	R$ 101,56	1.218,75
11	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Armazém da Família	Rua Antônio F de Lima – Centro	Social	R$ 101,56	1.218,75
12	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Secretaria de Meio Ambiente	Rua Eros Ruppel Abdala 341- Centro	Meio Ambiente	R$ 101,56	1.218,75
13	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Conselho Tutelar	Rua Eros Ruppel Abdala 283- Centro	Social	R$ 101,56	1.218,75
14	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato CRÁS	Rua Eros Ruppel Abdala 67- Centro	Social	R$ 101,56	1.218,75
15	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Prédio Restaurante Popular, Associação e Armazém.	Rua Antônio F de Lima – Centro	Social	R$ 101,56	1.218,75
16	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Biblioteca Municipal/Ginásio de Esportes	Rua Antônio F de Lima – Centro	Social	R$ 101,56	1.218,75

	LOTE 2: R$: 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) **BAIRRO: COLÔNIA MARQUÊS DE ABRANTES**						
ITEM	**Qn QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO e LOCAL**	**ENDEREÇO**	**SECRETARIA**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL**
1	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA	Rua João Trota Telles s/n- Colônia Marquês de Abrantes	Saúde	R$ 75,00	900,00

			ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Unidade PSF2- Osório Teixeira Santos				
2	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Escola Municipal Rural Marques de Abrantes	Rua João Trota Telles, 32- Colônia Marques de Abrantes.	Educação	R$ 75,00	900,00
3	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato CMEI Araci dos Santos Cordeiro	Rua Davi Souza Pinto, 1420, Colônia Marques de Abrantes.	Educação	R$ 75,00	900,00

	LOTE 3: R$: 3.990,00 (Três mil novecentos e noventa reais) BAIRRO: TUNEIRAS						
ITEM	Qn QTD	UNID	DESCRIÇÃO e LOCAL	ENDEREÇO	SECRETARIA	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato CMEI Gelta dos Santos Taborda Faria	Rua Marcelino Geremias, 2785, Tuneiras	Educação	R$ 332,50	3.990,00

	LOTE 7: R$: 3.500,00 **(Três mil e quinhentos reais)** **BAIRRO: TIGRE**						
ITEM	**Qn QTD**	**UNID**	**DESCRIÇÃO e LOCAL**	**ENDEREÇO**	**SECRETARIA**	**VALOR MENSAL**	**VALOR TOTAL**
1	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato (2 PONTOS)	Rua Principal do Tigre	Saúde	R$ 145,83	1.749,96
2	12	MÊS	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET POR FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 500MBPS/500MBPS LINK DEDICADO- Com instalação de ponto de acesso e fornecimento de equipamentos em comodato Escola Municipal do campo Elza Maria de Castro Bahr (2 PONTOS)	Rua Principal do Tigre.	Educação	R$ 145,83	1749,96

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.001.04.122.0004.2006 Gestão Municipal dos Serviços de Administração e Finanças		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
46	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
06.001.10.122.0011.2040 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
169	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1303**
06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
188	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**11494**
05.001.12.122.0016.2014 Manutenção da Secretaria Municipal de Educação		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
75	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
05.002.12.361.0017.2022 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
103	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1103**
05.002.12.365.0018.2017 Manutenção das Atividades da Educação Infantil		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
127	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1103**

07.001.08.122.0006.2027 Manutenção das Atividades da Sec. De Desen. Social e Família		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
270	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
10.001.27.812.0030.2054 Apoio e Promoção das Atividades Desportivas		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
397	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
11.001.20.606.0026.2052 Ações de Fomento ao Desenvolvimento Agropecuário		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
443	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
09.001.15.452.0021.2064 Manutenção e Conservação de Espaços Públicos		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
360	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**
13.001.13.392.0019.2055 Ações de Promoção e Difusão Cultural		
Cód. Reduzido	**Elemento de Despesa**	**Fonte**
467	**3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**	**1001**

DATA: Tunas do Paraná, 18 de março de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - PREFEITO MUNICIPAL e

JAIMIR ROSSI Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:1BF53738

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES (I)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	423.959,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.371.480,40	3.371.480,40	548.572,56	548.572,56	2.822.907,84	548.572,56	548.572,56	2.822.907,84	268.773,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.260.000,00	1.260.000,00	325.883,89	325.883,89	934.116,11	325.883,89	325.883,89	934.116,11	155.185,17
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	423.959,01
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	423.959,01

Entidades:
Câmara Municipal de Turvo
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo
Município de Turvo

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:06E1311E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

MUNICÍPIO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	104.623.583,05	130.856.096,11	18.798.291,59	14,37	18.798.291,59	14,37	112.057.804,52
RECEITAS CORRENTES	91.178.850,35	91.178.917,63	17.280.191,24	18,95	17.280.191,24	18,95	73.898.726,39
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.741.299,54	7.741.299,54	1.985.136,79	25,64	1.985.136,79	25,64	5.756.162,75
IMPOSTOS	6.615.220,00	6.615.220,00	1.914.106,95	28,93	1.914.106,95	28,93	4.701.113,05
TAXAS	1.126.079,54	1.126.079,54	71.029,84	6,31	71.029,84	6,31	1.055.049,70
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	395.000,00	395.000,00	115.290,30	29,19	115.290,30	29,19	279.709,70

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO	395.000,00	395.000,00	115.290,30	29,19	115.290,30	29,19	279.709,70
RECEITA PATRIMONIAL	1.886.170,00	1.886.237,28	581.819,76	30,85	581.819,76	30,85	1.304.417,52
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	703.980,00	703.980,00	16.253,13	2,31	16.253,13	2,31	687.726,87
VALORES MOBILIÁRIOS	1.182.190,00	1.182.257,28	565.566,63	47,84	565.566,63	47,84	616.690,65
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	104.410,54	104.410,54	7.789,94	7,46	7.789,94	7,46	96.620,60
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	650,54	650,54	346,32	53,24	346,32	53,24	304,22
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	54.040,00	54.040,00	7.443,62	13,77	7.443,62	13,77	46.596,38
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	49.720,00	49.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.720,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	80.937.790,27	80.937.790,27	14.576.960,52	18,01	14.576.960,52	18,01	66.360.829,75
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	35.109.546,69	35.109.546,69	7.085.149,29	20,18	7.085.149,29	20,18	28.024.397,40
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	30.442.785,64	30.442.785,64	4.788.103,81	15,73	4.788.103,81	15,73	25.654.681,83
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	15.367.227,94	15.367.227,94	2.700.207,42	17,57	2.700.207,42	17,57	12.667.020,52
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.230,00	18.230,00	3.500,00	19,20	3.500,00	19,20	14.730,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	114.180,00	114.180,00	13.193,93	11,56	13.193,93	11,56	100.986,07
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	114.180,00	114.180,00	13.193,93	11,56	13.193,93	11,56	100.986,07
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	13.444.732,70	39.677.178,48	1.518.100,35	3,83	1.518.100,35	3,83	38.159.078,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.400.000,00	13.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	13.400.000,00	13.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.400.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	44.732,70	26.277.178,48	1.518.100,35	5,78	1.518.100,35	5,78	24.759.078,13
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	6.129.400,00	22.429,09	0,37	22.429,09	0,37	6.106.970,91
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	44.732,70	20.147.778,48	1.495.671,26	7,42	1.495.671,26	7,42	18.652.107,22
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	104.623.583,05	130.856.096,11	18.798.291,59	14,37	18.798.291,59	14,37	112.057.804,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	104.623.583,05	130.856.096,11	18.798.291,59	14,37	18.798.291,59	14,37	112.057.804,52
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	104.623.583,05	130.856.096,11	18.798.291,59	14,37	18.798.291,59	14,37	112.057.804,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.863.466,23	0,00	0,00	2.863.466,23	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	2.863.466,23	0,00	0,00	2.863.466,23	100,00	0,00

Entidades:

Município de Turvo

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 19/03/2026 11:39

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:138B1B0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TURVO

RELATÓRIO RESUMIDO DA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA - CONTRIBUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA - CONTRIBUIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45		874.456,45		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	18,88	874.456,45	18,88	0,00

Entidades:

Câmara Municipal de Turvo

Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo

Município de Turvo

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:4CC431F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 025/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do superávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 829.956,64**(oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0601.1046	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1880	00107-Salário-Educação	366.491,26
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0701.2025	MANUTENÇÃO E AÇÕES DO TRANSPORTE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4413	00497-Vigilância em Saúde	165.776,55
08	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.008	FUNDO DA MULHER	
08.245.0801.2058	DIVISÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5411	00919-APOIO E FORTALECIMENTO DA POLITICA PÚBLICA DA MULHER	37.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5431	00959-FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DEL. 04/2024	40.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5441	00959-FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DEL. 04/2024	25.000,00
5442	00972-ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CAPITAL - DEL. 15-2025	70.000,00
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	
11.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	
13.392.1102.2075	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CERIMONIAIS	

3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
6481	00957-RECURSOS DA LEI N° 14.399 DE 08/07/2022 ALDIR BLANC FOMENTO À CULTURA	125.688,83
	TOTAL	**829.956,64**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso I, os provenientes do superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 687.315,65** (seiscentos e oitenta e sete mil, trezentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00107	Salário-Educação	366.491,26
00497	Vigilância em Saúde	165.776,55
00919	APOIO E FORTALECIMENTO DA POLITICA PÚBLICA DA MULHER	35.162,94
00959	FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DEL. 04/2024	59.420,68
00972	ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CAPITAL - DEL. 15-2025	60.464,22
	TOTAL	**687.315,65**

§2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964,§ 1º,Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 142.640,99** (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais e noventa e nove centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00919	APOIO E FORTALECIMENTO DA POLITICA PÚBLICA DA MULHER	1.837,06
00959	FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES DEL. 04/2024	5.579,32
00957	RECURSOS DA LEI N° 14.399 DE 08/07/2022 ALDIR BLANC FOMENTO À CULTURA	125.688,83
00972	ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CAPITAL - DEL. 15-2025	9.535,78
	TOTAL	**142.640,99**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 19 de março de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:AD3C8213

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MUNICÍPIO DE TURVO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	6.615.220,00	1.914.106,95
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.049.410,00	50.330,30

1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	882.300,00	134.182,92
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.759.060,00	1.113.722,54
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.924.450,00	615.871,19
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	71.271.490,41	12.362.083,72
2.1 - Cota-parte FPM	35.595.000,00	6.666.314,89
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	33.000.000,00	6.666.314,89
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.595.000,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	32.020.338,00	4.499.517,10
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	263.144,23	67.747,75
2.4 - Cota-parte ITR	86.608,36	43.167,89
2.5 - Cota-parte IPVA	3.306.399,82	1.085.336,09
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	77.886.710,41	14.276.190,67
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	13.735.298,08	2.472.416,74
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.736.379,52	1.096.630,92

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	15.374.747,94	2.935.376,59
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	15.374.747,94	2.718.939,75
6.1.1 - Principal	15.367.227,94	2.700.207,42
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	7.520,00	13.371,99
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	5.360,34
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	216.436,84
6.4.1 - Principal	0,00	216.436,84
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	1.631.929,86	227.790,68
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**Valor**	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	201.846,19	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	201.846,19	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	3.137.222,78	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	15.374.747,94	3.191.310,88	3.191.310,88	2.993.392,59	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.065.903,75	2.527.604,63	2.527.604,63	2.377.904,64	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	5.506.277,67	1.119.392,19	1.119.392,19	1.053.354,80	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	7.559.626,08	1.408.212,44	1.408.212,44	1.324.549,84	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.308.844,19	663.706,25	663.706,25	615.487,95	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	654.458,42	260.646,99	260.646,99	242.310,17	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.519.835,77	403.059,26	403.059,26	373.177,78	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	134.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.191.310,88	3.191.310,88	2.993.392,59	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.191.310,88	3.191.310,88	2.993.392,59	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	2.527.604,63	2.527.604,63	2.377.904,64	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.903.257,82	2.527.604,63	2.527.604,63	92,96
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	293.537,66	(255.934,29)	(255.934,29)	0,00	(8,72)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.462.305,05	201.846,19	0,00	0,00	0,00	188.504,13
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.376.475,58	102.674,66	0,00	0,00	0,00	102.674,66
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	85.829,47	99.171,53	0,00	0,00	0,00	85.829,47

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	12.225.424,34	1.219.295,17	1.057.046,18	1.023.934,31	162.248,99
20.1 - Educação Infantil	3.373.636,98	255.755,48	140.871,70	140.871,70	114.883,78
20.2 - Ensino Fundamental	7.553.940,66	898.434,18	860.536,00	830.199,47	37.898,18
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	118.825,87	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	166.606,10	65.105,51	55.638,48	52.863,14	9.467,03
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	1.012.414,73	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	26.167.775,58	4.345.500,54	4.192.718,58	3.964.463,76	152.781,96
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	9.534.373,07	1.635.794,66	1.520.910,88	1.436.536,67	114.883,78
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	16.633.402,51	2.709.705,88	2.671.807,70	2.527.927,09	37.898,18

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	1.057.046,18
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	2.472.416,74
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	102.674,66
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	4.090,52
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	3.422.697,74

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)			VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.569.047,67			3.422.697,74	23,97
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	67.719,37	10.785,00	36.982,61	4.090,52	26.646,24
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	50.346,20	10.785,00	20.163,94	3.539,02	26.643,24
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	17.373,17	0,00	16.818,67	551,50	3,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.311.390,00	396.927,90
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.337.420,00	287.470,95
31.1.1 - Salário-Educação	860.250,00	249.504,75
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	211.100,00	37.396,04
31.1.4 - PNATE	266.070,00	34,40
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	535,76
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	44,11
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	973.970,00	109.412,84

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.592.677,63	189.681,10	145.911,92	131.300,84	43.769,18
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	989.882,22	660,40	0,00	0,00	660,40
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.122.945,41	63.915,36	63.117,56	57.761,56	797,80
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	268.750,00	4.406,40	4.406,40	4.406,40	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	211.100,00	120.698,94	78.387,96	69.132,88	42.310,98
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	30.192.849,91	4.600.287,15	4.394.268,98	4.148.627,74	206.018,17
33.1 - Despesas Correntes	29.363.142,10	4.600.287,15	4.394.268,98	4.148.627,74	206.018,17
33.1.1 - Pessoal Ativo	17.343.031,28	3.373.376,64	3.373.376,64	3.171.262,36	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	179.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	11.840.560,82	1.226.910,51	1.020.892,34	977.365,38	206.018,17
33.2 - Despesas de Capital	829.707,81	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	829.707,81	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	411.775,82	498.061,86
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	2.944.101,80	249.504,75
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	3.010.211,26	56.765,06
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	345.666,36	690.801,55
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	345.666,36	690.801,55
Entidades:		
Município de Turvo		

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:EBB6C246

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSOLIDADO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL **E DA SEGURIDADE SOCIAL**

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**			
Previsão Inicial da Receita	122.306.583,05			
Previsão Atualizada da Receita	148.539.096,11			
Receitas Realizadas	22.747.741,64			
Déficit Orçamentário	0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores	2.863.466,23			
Dotação Inicial	112.753.583,05			
Créditos Adicionais	26.295.979,29			
Dotação Atualizada	139.049.562,34			
Despesas Empenhadas	17.765.174,96			
Despesas Liquidadas	14.647.816,70			
Despesas Pagas	13.737.939,84			
Superávit Orçamentário	8.099.924,94			
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**			
Despesas Empenhadas	17.765.174,96			
Despesas Liquidadas	14.647.816,70			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**			
Receita Corrente Líquida	100.055.401,32			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	98.966.859,06			
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	97.591.899,06			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**			
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.121.788,88			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.121.788,88			
Despesas Previdenciárias Pagas	1.121.788,88			
Resultado Previdenciário	0,00			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**	**Resultado apurado até o)**	**% em relação a meta (b/a**
Resultado Nominal	0,00	4.342.101,48	0,00 %
Resultado Primário	5.117.226,75	3.863.519,77	76,00 %

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	735.570,83	65.365,78	630.945,51	39.259,54
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	11.839.763,11	1.884.626,74	1.923.592,46	8.031.543,91
Poder Legislativo	60.530,00	0,00	530,00	60.000,00
TOTAL	12.635.863,94	1.949.992,52	2.555.067,97	8.130.803,45

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	3.422.697,74	25% / 18%	23,97
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	2.527.604,63	70%	92,96

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Operações de Crédito	0,00	13.400.000,00
Despesa de Capital Líquida	1.855.436,24	43.819.869,61

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**	**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	833.601,30

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.826.922,31	15%	19,80

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas/RCL (%)	

Entidades:
Câmara Municipal de Turvo
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo
Município de Turvo

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:45593AFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA

Município de Turvo - 2026					
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA					
Período: 01/01/2026 até 28/02/2026					
Categoria	Autorizada	Atualizada	Empenhada	Liquidada	Paga
3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	222.730,00	257.000,00	26.636,45	26.636,45	26.636,45
3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	222.730,00	257.000,00	26.636,45	26.636,45	26.636,45
3.3.50.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	5.730,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.730,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	217.000,00	217.000,00	26.636,45	26.636,45	26.636,45
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.31.00.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.31.99.00 OUTRAS PREMIAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.99.00 OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.99.05 MATERIAIS/BENS/SERVIÇOS DESTINADOS ATRAVÉS DE TERMO DE PARCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150.000,00	150.000,00	26.636,45	26.636,45	26.636,45
3.3.90.36.32.00 SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	26.636,45	26.636,45	26.636,45
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
4.0.00.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	**225.730,00**	**260.000,00**	**26.636,45**	**26.636,45**	**26.636,45**

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:0A4C996A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ SUBSCRITORES DO PRESENTE, NESTE ATO REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS REPRESENTANTES LEGA

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE foi fundado em

08 de junho de 1999, previamente à vigência da Lei Federal n. 11.107/2005, a qual disciplinou regras nacionais para a criação e funcionamento de consórcios públicos;

CONSIDERANDO que o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE funciona, desde

sua constituição e até o presente, ininterruptamente, de acordo com as regras dispostas em seu Estatuto, regulamentos internos e documentos firmados com os entes consorciados;

CONSIDERANDO o exposto no artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal n. 11.107/05 e no Decreto Federal n. 6.017/07;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos Consórcios Públicos preexistentes às regras da legislação federal supracitada, nos termos do art. 41 do Decreto Federal 6.017/07;

CONSIDERANDO a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta entre o CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE e o Ministério Público do Estado do Paraná (Inquérito Civil MPPR-0046.23.168300-7);

CONSIDERANDO a importância e essencialidade das ações desenvolvidas pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE em prol dos entes consorciados;

O ESTADO DO PARANÁ E OS MUNICÍPIOS ABAIXO SUBSCRITOS RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES, FORMALIZANDO A CONSTITUÇÃO E ADEQUAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE - CIPS NOS TERMOS DO REGIME PREVISTO NA

LEI FEDERAL Nº. 11.107/2005 E SUA REGULAMENTAÇÃO, mediante as seguintes cláusulas e disposições:

TÍTULO I – REGRAS GERAIS DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, REGIME E SEDE

CLÁUSULA 1ª: O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE – CIPS,** doravante

simplesmente CONSÓRCIO, será constituído sob a forma de Associação Pública, detendo personalidade jurídica de direito público, e se submeterá ao regime da Lei Federal n. 11.107/05 e de sua regulamentação, devendo ainda, em razão de sua área de atuação, observar os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo primeiro. O CONSÓRCIO observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração e execução de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, sendo regido supletivamente pela legislação que rege as associações civis.

Parágrafo segundo. A execução das receitas e despesas do CONSÓRCIO obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas, em especial a Lei Federal 4.320/1964, Lei Complementar Federal 101/2000, Portaria 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional e atos que porventura os substituírem, normas essas que também deverão ser respeitadas pelos entes consorciados relativamente à sua relação com o CONSÓRCIO, no que couber.

Parágrafo Terceiro. A partir da celebração do Contrato de Consórcio Público, o CONSÓRCIO passará a integrar a Administração Indireta de cada ente consorciado, nos termos da lei, e fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos Entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma que possam ser contabilizadas em conformidade com os elementos econômicos e atividades e projetos atendidos.

CLÁUSULA 2ª: O CONSÓRCIO será sediado na Rua Emiliano Perneta, 822, 4º andar – conjunto 402, Centro, Município de Curitiba/PR, CEP 80.420-080, podendo a sede ser alterada a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA 3ª: O CONSÓRCIO atuará na região correspondente ao território do Estado do Paraná, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

CAPÍTULO II – FINALIDADES E AÇÕES

CLÁUSULA 4ª: São finalidades do CONSÓRCIO:

Buscar maior economicidade e vantajosidade aos Municípios na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, considerando as esferas de competência comuns dos Consorciados no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover e proteger a saúde dos habitantes dos entes consorciados, em apoio aos serviços e campanhas do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná e das Secretarias Municipais de Saúde dos entes consorciados;

Contribuir com o planejamento e formulação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica, e auxiliar os entes consorciados a organizarem sua implementação em nível local, com vistas a potencializar o uso racional de medicamentos e produtos para saúde e evitar seu desperdício;

Buscar maior economicidade e vantajosidade ao Estado do Paraná na aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades

na área da saúde, em apoio aos Municípios consorciados, considerando-se para tanto os insumos e medicamentos inseridos na esfera de competência estadual no âmbito do Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA 5ª: Para o cumprimento de sua finalidade o CONSÓRCIO poderá desenvolver as seguintes ações:

Planejar e realizar, segundo a legislação vigente, a aquisição de medicamentos, produtos para saúde e equipamentos necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras, nas esferas de competência comuns dos consorciados;

Acompanhar a rede de logística de transporte, recebimento, armazenamento e distribuição dos medicamentos e demais insumos adquiridos aos entes consorciados;

Adquirir os bens e contratar os serviços que entender necessários para desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;

IV – Adquirir e/ou receber em doação ou cessão de uso os bens que entender necessários ao desenvolvimento de suas atividades, os quais integrarão o seu patrimônio;

Otimizar o uso dos recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição;

Propiciar a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

VII - Orientar a viabilização de infraestrutura de assistência farmacêutica aos municípios consorciados;

VIII - Firmar convênios, contratos, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos de governo;

IX– Contratar assessoria ou consultoria técnica especializada para o desenvolvimento de planos, projetos, estudos e demais atividades relacionadas com as finalidades do Consórcio; X - Prestar assistência técnica aos entes consorciados na área de assistência farmacêutica,

emitindo orientações relacionadas ao tema;

XI- Ser contratado pela Administração Direta ou Indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação.

CAPÍTULO III – VIGÊNCIA, PRAZO DE DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

CLÁUSULA 6ª: O CONSÓRCIO passará a atuar, em seu novo regime, a partir da vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, e terá duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA 7ª: O Contrato de Consórcio Público poderá ser alterado mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria simples do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente, no mínimo, pelos consorciados que aprovaram a alteração.

Parágrafo único. A alteração do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa por, no mínimo, maioria simples dos entes consorciados.

CLÁUSULA 8ª: O CONSÓRCIO poderá ser extinto, a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembleia Geral especificamente convocada para essa finalidade, em que haja aprovação da proposta por maioria absoluta do número total de votos dos entes consorciados, a ser registrada em ata e ratificada legislativamente por todos os entes consorciados.

Parágrafo único. A extinção do Contrato de Consórcio Público não produzirá seus efeitos, ainda que aprovada em Assembleia Geral, enquanto não houver sua ratificação legislativa pela totalidade dos entes consorciados, cabendo indenização em face do ente consorciado que, deliberadamente, omitir-se ou atrasar a ratificação legislativa da extinção aprovada em Assembleia.

CLÁUSULA 9ª: Por ocasião da extinção do CONSÓRCIO:

Será realizada apuração de haveres relativamente ao montante repassado por cada um dos entes consorciados no bojo dos Contratos de Rateio, e será procedida a devolução de eventual saldo remanescente não utilizado pelo CONSÓRCIO, na proporção do que não foi utilizado para cada consorciado;

O patrimônio remanescente do CONSÓRCIO, notadamente aquele resultante de suas fontes de custeio e renda próprias, será rateado equitativamente entre todos os entes consorciados na data de extinção.

CAPÍTULO IV – ENTES CONSORCIADOS

CLÁUSULA 10ª: Comporão o CONSÓRCIO:

O Estado do Paraná e os Municípios ora signatários, desde que ratifiquem o presente Protocolo de Intenções em suas respectivas Casas Legislativas;

Os demais municípios do Estado do Paraná, legalmente reconhecidos, que aderirem ao presente protocolo de intenções e o ratificarem mediante lei municipal, a qualquer tempo.

Parágrafo Primeiro. O contrato de consórcio público poderá ser celebrado por apenas uma parcela dos signatários, sem prejuízo de que os demais venham a integrá-lo posteriormente, mediante ratificação do presente Protocolo de Intenções.

Parágrafo Segundo. Para fins do disposto no parágrafo anterior, a formalização do Contrato de Consórcio Público dependerá de subscrição e ratificação do presente Protocolo de Intenções por um quantitativo mínimo de signatários, considerando-se, para tanto, aqueles cujo somatório de suas respectivas populações totalize ao menos 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes, de acordo com o censo IBGE previsto na Portaria GM/MS que define o financiamento do componente básico da assistência farmacêutica vigente.

Parágrafo Terceiro. Considerar-se-á celebrado o Contrato de Consórcio Público com a vigência das leis de ratificação do presente Protocolo de Intenções, respeitado o limite mínimo de ratificações previsto no parágrafo anterior, tornando-se suas regras vinculantes para cada ente consorciado, respectivamente, a partir da data de ratificação em âmbito local.

Parágrafo Quarto. Caso a condição prevista no parágrafo anterior seja satisfeita na pendência de ratificação do Protocolo de Intenções pelo Estado do Paraná, o Contrato de Consórcio vigorará com as seguintes adaptações provisórias ao presente instrumento, aplicáveis apenas enquanto o Protocolo de Intenções não for ratificado pelo ente em questão:

Ficam suspensas todas as menções ao Estado do Paraná como ente consorciado;

Fica suspensa a eficácia da Cláusula 4ª, inciso IV; Cláusula 13ª, parágrafo único; e Cláusula 49ª, inciso V;

Fica alterada a composição do Conselho de Administração, prevista na Cláusula 20ª, parágrafo primeiro, de modo que este será composto por 12 (doze) Chefes do Poder Executivo Municipal dos entes consorciados;

Fica alterada a composição do Conselho Fiscal, prevista na Cláusula 33ª, de modo que este será composto por: I- 3 (três) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados; e II- 2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados**,** representados por seus Secretários Municipais de Saúde**.**

Parágrafo Quinto. A adesão de Municípios não signatários aos termos do presente instrumento depende de aprovação por parte da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V – PODERES DE REPRESENTAÇÃO

CLÁUSULA 11ª: Nos assuntos de interesse comum, assim compreendidos aqueles constantes da Cláusula 4ª deste Protocolo de Intenções e observadas as competências legais dos gestores locais, terá o CONSÓRCIO poderes para representar os entes consorciados, inclusive firmar contratos, convênios e instrumentos congêneres com o Poder Público e a iniciativa privada.

CLÁUSULA 12ª: Os entes consorciados deverão se fazer representar, perante o CONSÓRCIO, por seu representante legal, ou procurador por ele constituído com poderes específicos de representação perante o CONSÓRCIO, mediante instrumento público com firma reconhecida.

CAPÍTULO VI – PATRIMÔNIO E FONTES DE CUSTEIO

CLÁUSULA 13ª: O patrimônio do CONSÓRCIO é composto:

Pelos bens e direitos que vier a adquirir, a qualquer título;

Pelos bens e direitos que lhe forem doados ou transferidos, por entidades públicas ou privadas, inclusive os entes consorciados;

Pelo resultado das rendas de seus bens;

Por outras rendas eventuais;

Pelos bens móveis e imóveis que já forem de sua propriedade, adquiridos no período anterior à conversão do CONSÓRCIO em associação pública, nos termos do presente instrumento.

Parágrafo único. O Estado do Paraná apoiará o recebimento, armazenamento, separação e distribuição dos medicamentos e insumos aos Municípios consorciados que não sejam contemplados com a entrega de forma descentralizada, por meio da estrutura física e de recursos humanos das centrais de abastecimento farmacêutico das 22 Regionais de Saúde.

CLÁUSULA 14ª: As fontes de custeio do CONSÓRCIO são compostas por:

Recursos repassados pelos entes consorciados, conforme estabelecido nos respectivos Contratos de Rateio, no início de cada exercício financeiro;

O pagamento pelos serviços prestados pelo Consórcio aos Entes consorciados;

Auxílios, contribuições, subvenções e demais recursos recebidos de pessoas jurídicas de direito público ou privado por ocasião de convênios, contratos, termos de colaboração e demais ajustes celebrados;

Remuneração de serviços eventualmente prestados, a qualquer título, desde que compatíveis com as finalidades do CONSÓRCIO;

Rendas decorrentes da gestão de seu patrimônio e produto de operações de crédito, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações financeiras e de capitais;

Doações e legados;

Produto da alienação de seus bens livres, bem como rendas eventuais;

Saldo financeiro de multas administrativas aplicadas em decorrência do inadimplemento contratual por parte de fornecedores contratados;

Outros recursos que lhe forem destinados por liberalidade, por força de lei ou decisão judicial, ou resultarem de suas atividades.

Parágrafo primeiro. Os entes consorciados não entregarão recursos de custeio ao CONSÓRCIO por fontes diversas do Contrato de Rateio.

Parágrafo segundo. Rendas excedentes deverão ser aplicadas na consecução das finalidades do CONSÓRCIO, não podendo ser apropriadas individualmente pelos membros de Conselho, da Diretoria ou pelos entes consorciados.

Parágrafo terceiro. O disposto no parágrafo anterior não impede a distribuição de recursos disponíveis e rendas excedentes do CONSÓRCIO, a critério do Conselho Deliberativo, desde que efetuada de maneira equitativa entre todos os entes consorciados, na proporção de suas respectivas participações para o custeio do CONSÓRCIO, conforme disposto nos contratos de rateio.

TÍTULO II – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO CAPÍTULO I – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

CLÁUSULA 15ª: O CONSÓRCIO será dotado da seguinte estrutura administrativa:

Assembleia Geral dos consorciados;

Conselho Deliberativo;

Diretoria Executiva;

Conselho Fiscal.

Parágrafo primeiro: o CONSÓRCIO editará normas e regimentos internos contendo regras sobre a organização, composição, atribuições e funcionamento de cada um dos órgãos de sua estrutura administrativa, respeitados os parâmetros dispostos no presente Contrato.

Parágrafo segundo. A participação na Assembleia Geral, bem como a ocupação de cargos no Conselho Deliberativo e no Conselho Fiscal, não será remunerada a qualquer título.

Parágrafo terceiro: Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal serão destituídos de seus cargos quando, por qualquer razão, não mais exercerem mandato ou cargo nos seus respectivos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Na hipótese do parágrafo anterior, o cargo vago no CONSÓRCIO será assumido temporariamente pelo agente público que suceder o seu antigo ocupante no respectivo

ente consorciado, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias será convocada reunião extraordinária da Assembleia Geral para nova eleição ao cargo, pelo período remanescente.

Parágrafo quinto. O disposto no parágrafo quarto, parte final, será dispensado nos casos em que a vacância do cargo se der por prazo inferior a 60 (sessenta) dias, hipótese em que não será realizada nova eleição para o cargo vago.

CAPÍTULO II – ASSEMBLEIA GERAL

CLÁUSULA 16ª. A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída pelos representantes legais de todos os entes consorciados que estiverem no pleno gozo de seus direitos.

CLÁUSULA 17ª. Compete privativamente à Assembleia Geral:

Indicar, eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

Deliberar sobre a alteração do Contrato de Consórcio ou a extinção do presente CONSÓRCIO;

Deliberar sobre admissão de novos membros, bem como a retirada ou exclusão de entes consorciados;

Aprovar a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão, bem como demais alterações do quadro de pessoal e sua remuneração;

Ratificar a proposta orçamentária aprovada pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 18ª: A Assembleia Geral será convocada:

Ordinariamente, com periodicidade anual, para ratificação da proposta de orçamento, e bienal, para eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

Extraordinariamente, mediante convocação feita pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Conselho Fiscal, com indicação da respectiva pauta e justificativa hábil a motivar a sua necessidade;

Extraordinariamente, mediante requerimento formulado por pelo menos 1/5 (um quinto) dos representantes dos entes consorciados, com indicação da respectiva pauta específica.

Parágrafo primeiro. A convocação para Assembleia Geral se dará por correio eletrônico e por edital, este último afixado na sede e no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, com ao menos 10 (dez) dias de antecedência da data designada para a Assembleia.

Parágrafo segundo. A Assembleia Geral se reunirá, em primeira convocação, com o quórum da maioria simples dos entes consorciados em pleno gozo de seus direitos, ou em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de presentes.

CLÁUSULA 19ª: As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por no mínimo 2/3 (dois terços) de votos favoráveis.

Parágrafo primeiro. Na Assembleia Geral, cada um dos entes consorciados presentes terá direito a 01 (um) voto, independentemente de seu porte ou população.

Parágrafo segundo. O voto será público, nominal e aberto.

CAPÍTULO III – CONSELHO DELIBERATIVO

CLÁUSULA 20ª: O Conselho Deliberativo será constituído por 12 (doze) membros eleitos dentre os entes consorciados, para mandatos de 2 (dois) anos, cabendo recondução de seus ocupantes, total ou parcial, inclusive por mais de uma vez, sem limitação.

Parágrafo primeiro. Os membros do Conselho Deliberativo serão compostos por 6 (seis) Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados e 6 (seis) membros indicados pelo Estado do Paraná dentre membros da Secretaria de Estado da Saúde, podendo ser substituídos por procuradores devidamente constituídos por instrumento público.

Parágrafo segundo. A eleição do Conselho Deliberativo ocorrerá no mês de janeiro dos anos ímpares, e a posse se dará até 31 de janeiro.

Parágrafo terceiro. Não poderão se candidatar para os cargos mencionados na presente Cláusula membros dos entes consorciados que não estejam no exercício de seus respectivos mandatos ou cargos, conforme Cláusula 15ª, parágrafo terceiro do presente Contrato.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância provisória de um ou mais cargos do Conselho Deliberativo por ocasião do resultado das Eleições Municipais, aplica-se o disposto na Cláusula 15º, parágrafo quarto e quinto do presente Contrato, sendo que, em casos urgentes, poderá a Diretoria Executiva desempenhar as funções necessárias à manutenção das atividades do CONSÓRCIO, com posterior ratificação pelo Presidente.

CLÁUSULA 21ª: Compete ao Conselho Deliberativo:

Deliberar sobre os assuntos gerais de gestão do Consórcio, determinando a sua efetiva administração, visando atingir os seus objetivos;

Resolver e dispor sobre os casos omissos ou dúbios na interpretação das regras do presente Contrato;

Aprovar propostas de alteração do presente instrumento, bem como do quadro de pessoal e remuneração do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;

Aprovar as minutas de regimentos internos, estatutos e demais normas internas enviadas pela Diretoria Executiva;

Deliberar sobre a admissão, promoção, punição e demissão de funcionários, bem como requisição de servidores, propostas pelo Diretor Executivo;

Aprovar a proposta orçamentária anual, bem como o balanço e relatório anual das atividades do consórcio, elaborados pelo Diretor Executivo, para encaminhamento à Assembleia Geral;

Aprovar as planilhas de custos dos contratos de rateio;

Definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimentos do Consórcio;

Deliberar sobre a criação, alteração ou extinção de empregos públicos efetivos e em comissão dos quadros do CONSÓRCIO, para encaminhamento à Assembleia Geral;

Indicar o Diretor Executivo e aprovar a indicação dos demais integrantes da Diretoria Executiva, bem como determinar suas exonerações ou substituições;

Prestar contas aos órgãos públicos concessores dos auxílios e subvenções que o Consórcio venha a receber;

Autorizar a alienação dos bens livres do Consórcio bem como seu oferecimento como garantia de operações de créditos;

Deliberar sobre a admissão ou exclusão de associados, nos casos previstos neste Contrato;

Autorizar a contratação de serviços de auditoria externa;

Prestar, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos.

CLÁUSULA 22ª: O Conselho Deliberativo elegerá 01 (um) membro na condição de Presidente, 01 (um) membro na condição de Vice-Presidente, e 01 (um) membro na condição de 2º Vice- Presidente, que terão mandato de 2 (dois) anos, admitidas sucessivas reconduções.

Parágrafo primeiro. A indicação e eleição dos cargos acima ocorrerá na mesma data da realização da Assembleia Geral em que os membros do Conselho Deliberativo forem eleitos, em sessão posterior, por escrutínio secreto, sendo considerados eleitos aqueles que obtiverem maioria simples dos votos dos presentes.

Parágrafo segundo. Ocorrendo empate na votação e não havendo consenso, será eleito o candidato de maior idade.

Parágrafo terceiro. O Presidente do Conselho Deliberativo, na condição de representante legal do consórcio público, deverá obrigatoriamente ser Chefe do Poder Executivo de algum dos entes consorciados.

Parágrafo quarto. Em caso de vacância do cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente e, sucessivamente, o 2º Vice-Presidente, contanto que respeitada a condição prevista no parágrafo anterior.

CLÁUSULA 23ª: Compete ao Presidente:

Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;

Representar o CONSÓRCIO, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente podendo firmar contratos ou convênios, bem como constituir procuradores “ad negocia” e “ad judicia”, podendo tal competência ser delegada ao Diretor Executivo mediante decisão do Conselho Deliberativo;

Abrir e movimentar, juntamente com o Diretor Executivo, contas bancárias e recursos do CONSÓRCIO, podendo tal competência ser delegada total ou parcialmente;

Autorizar a abertura de concursos públicos para contratação de pessoal, após aprovação do Conselho Deliberativo;

Celebrar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, outorgar concessões e todos os demais ajustes mantidos entre o CONSÓRCIO e terceiros;

Nomear e exonerar os ocupantes de empregos públicos efetivos e em comissão no CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 24ª: Compete ao 1º e 2º Vice-Presidentes:

Substituir o Presidente nas hipóteses de sua ausência ou licença;

Representar o CONSÓRCIO, sempre que solicitado pelo Presidente, bem como praticar os demais atos institucionais que lhe forem por ele delegados;

Assumir a Presidência do Conselho Deliberativo, em caso de vacância.

Parágrafo único. O 2º Vice-Presidente exercerá as atribuições descritas acima em substituição ao 1º Vice-Presidente, nos casos de impedimento ou impossibilidade de atuação deste.

CLÁUSULA 25ª: O Conselho Deliberativo se reunirá ordinariamente por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação, e extraordinariamente, quando convocado por ao menos 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo primeiro. A convocação para reunião se dará por correio eletrônico, bem como edital afixado na sede do CONSÓRCIO e em seu sítio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo segundo. O quórum mínimo para deliberação é da maioria simples dos membros do Conselho, e as suas decisões serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes.

CAPÍTULO IV – DIRETORIA EXECUTIVA

CLÁUSULA 26ª: A Diretoria Executiva é o órgão destinado a promover a realização dos fins a que se destina o CONSÓRCIO, e será integrada por:

01 (um) Diretor Executivo, indicado pelo Conselho Deliberativo dentre os profissionais do mercado que detenham formação superior e experiência comprovada na área administrativa de Saúde Pública;

01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor Técnico e

(01) um Assessor Jurídico, indicados pelo Diretor Executivo e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com formação superior na área correspondente (Administração, Contabilidade Economia, Farmácia e Direito);

01 (um) Controlador, indicado pelo Diretor Executivo dentre os empregados efetivos do CONSÓRCIO e aprovado pelo Conselho Deliberativo, com formação superior compatível com a área de atuação, preferencialmente em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva serão remunerados pelo exercício de suas funções, conforme Anexo I do presente instrumento, e poderão ser exonerados a qualquer momento, por indicação do Diretor Executivo e aprovação do Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 27ª: Compete ao Diretor Executivo:

Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio;

Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO;

Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral;

Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo;

Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO;

Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo;

Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo;

Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal;

Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio, a cada ciclo orçamentário;

Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente;

Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente;

Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal;

– Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo;

– Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA 28ª: Compete ao Diretor Administrativo:

- Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio;

- Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO;

- Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios;

- Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas;

Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO;

Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral;

VII - Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 29ª: Compete ao Diretor Financeiro:

- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;

- Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos;

- Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio;

- Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente;

- Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.

CLÁUSULA 30ª: Compete ao Diretor Técnico:

- Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área técnica, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio.

- Monitorar a execução das atividades técnicas operacionais e administrativas, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.

- Manter interlocução ativa com fornecedores, assegurando o cumprimento integral das exigências contratuais relativas ao fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde.

- Acompanhar continuamente a situação do mercado, com vistas a garantir a regularidade e a qualidade no fornecimento dos itens adquiridos pelo consórcio.

- Estabelecer e manter articulação com os locais de recebimento e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde — incluindo Regionais de Saúde da SESA, municípios descentralizados e consórcios intermunicipais — acompanhando as etapas de recebimento, armazenamento e distribuição, com foco na eficiência e rastreabilidade.

- Manter interlocução institucional com gestores do SUS nas esferas federal, estadual e municipal, bem como com órgãos de classe, de controle, auditoria e instituições acadêmicas, promovendo o fortalecimento da Política Nacional de Medicamentos, especialmente no tocante ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

CLÁUSULA 31ª: Compete ao Assessor Jurídico:

- Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos;

- Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva;

- Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio;

- Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio;

- Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico;

VI-Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio;

- Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público;

- Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras;

- Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.

CLÁUSULA 32ª: Compete ao Controlador:

- Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatutos e demais atos emanados pelo Poder Público;

- Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas “in loco” aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos;

- Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio;

- Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral;

- Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado;

- Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle;

- Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais.

Parágrafo primeiro. O Controlador terá o contrato de trabalho com o CONSÓRCIO suspenso durante o período em que exercer o cargo em questão, passando a exercer apenas as funções e perceber a remuneração atrelada às suas atribuições na Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo. É facultado ao Controlador optar pela manutenção da remuneração correspondente ao seu emprego efetivo no CONSÓRCIO, sem qualquer acréscimo, nos casos em que esta for superior à remuneração fixada no presente Contrato para o emprego em comissão.

CAPÍTULO V – CONSELHO FISCAL

CLÁUSULA 33ª: O Conselho Fiscal será constituído por 6 (seis) membros, sendo:

2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados;

2 (dois) membros eleitos em Assembleia Geral, indicados dentre os representantes legais dos Municípios consorciados, representados por seus Secretários Municipais de Saúde;

2 (dois) membros indicados pelo Estado do Paraná.

Parágrafo primeiro. Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, permitidas sucessivas reconduções, contanto que haja renovação de ao menos 1/3 (um terço) de seus membros a cada eleição.

Parágrafo segundo. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente anualmente, ou extraordinariamente sempre que qualquer dos membros o reputar necessário.

CLÁUSULA 34ª: Compete ao Conselho Fiscal:

Fiscalizar permanentemente a contabilidade do CONSÓRCIO;

Acompanhar e fiscalizar quaisquer operações econômicas e financeiras da entidade, sempre que se julgar oportuno e conveniente;

Exercer o controle de gestão e de finalidades do CONSÓRCIO;

Emitir parecer sobre os relatórios submetidos pelo Diretor Executivo, após parecer do Conselho Deliberativo;

Emitir parecer sobre proposta de alterações do presente Contrato, quando solicitado;

Aprovar as contas anuais do CONSÓRCIO;

Convocar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva para prestar contas, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou, ainda quando detectada inobservância de normas legais, estatutárias, contratuais ou regimentais.

TÍTULO III – RECURSOS HUMANOS CAPÍTULO I – REGIME DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA 35ª: O CONSÓRCIO disporá de quadro de pessoal próprio, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com identificação da nomenclatura, descrição das funções, remuneração e carga horária no Anexo I do presente Contrato.

Parágrafo primeiro. À exceção dos empregos em comissão e dos casos de contratação temporária, os empregos públicos efetivos serão providos mediante concurso público de provas e título, conforme dispuser o respectivo Edital, que definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, tipo de prova (escrita, prática e/ ou prático-orais), bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do emprego público.

Parágrafo segundo. O CONSÓRCIO editará norma interna para regulamentar o Plano de Carreira, Cargos e Salários de seus colaboradores, respeitando os parâmetros definidos no presente Contrato e no Anexo I.

CLÁUSULA 36ª: O CONSÓRCIO disporá de empregos de provimento em comissão, de natureza precária, destinados a atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento/consultoria.

Parágrafo único. O número de empregos comissionados não poderá superar o quantitativo do quadro de empregos efetivos, vedando-se ainda que a massa salarial paga aos empregados comissionados supere o valor da massa salarial paga aos empregados efetivos, considerando-se para tanto o somatório das verbas remuneratórias e indenizatórias.

CLÁUSULA 37ª: O CONSÓRCIO poderá efetuar contratações temporárias para atender a necessidades transitórias e excepcionais, sujeitas aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, nos seguintes casos:

Calamidade ou situação de emergência, devidamente decretados pelas autoridades competentes, que impliquem abrupto aumento nas atividades do CONSÓRCIO;

Alteração de perfis assistenciais do sistema de saúde dos entes consorciados, decorrente de sazonalidade;

Para a execução de projetos de cooperação implementados mediante acordos ou parcerias internacionais ou nacionais, cuja execução dar-se-á pelo CONSÓRCIO de forma total ou associada e que não tenham caráter permanente;

Para substituição do empregado indicado para ocupar o cargo de Controlador ou demais cargos na Diretoria, no período de suspensão de seu contrato de trabalho.

CLÁUSULA 38ª: O provimento dos empregos será de iniciativa da Diretoria Executiva, e a vacância decorrerá de pedido do empregado ou por demissão, a juízo da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A aplicação de sanções e a demissão de empregados efetivos se dará mediante devida motivação, apurada em processo interno que respeite a garantia de contraditório.

CAPÍTULO II – CESSÃO DE SERVIDORES

CLÁUSULA 39ª: Os entes consorciados poderão ceder servidores ao CONSÓRCIO, com ou sem ônus para a origem, em razão de necessidade justificada, inclusive para assumir funções gratificadas no CONSÓRCIO, desde que o ato não caracterize acumulação ilícita de cargos públicos.

Parágrafo primeiro. Os servidores cedidos permanecerão no seu regime originário, somente lhes sendo concedidos adicionais ou gratificações nos termos e valores previstos no Anexo I.

Parágrafo segundo. O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no parágrafo anterior não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

Parágrafo terceiro. Na hipótese de cessão com ônus para a origem, os pagamentos não serão contabilizados como créditos compensáveis em relação às obrigações previstas no contrato de rateio.

TÍTULO IV – DIREITOS, DEVERES, RETIRADA E EXCLUSÃO DOS CONSORCIADOS

CAPÍTULO I – DIREITOS DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 40ª. São direitos dos consorciados adimplentes com suas obrigações perante o CONSÓRCIO:

Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir, votar e ser votado;

Propor ao CONSÓRCIO medidas que entenda úteis e necessárias ao desenvolvimento de suas finalidades;

Usufruir dos serviços, ações, programas e demais benefícios prestados pelo CONSÓRCIO;

Solicitar apoio e orientações nos temas relativos à atuação do CONSÓRCIO;

Solicitar ao CONSÓRCIO as informações e documentos necessários para prestação de contas e previsão orçamentária dos recursos destinados via contrato de rateio;

Exigir dos demais o cumprimento das cláusulas do Contrato de Consórcio Público;

CAPÍTULO II – DEVERES DOS CONSORCIADOS

CLÁUSULA 41ª. São deveres dos consorciados:

Colaborar eficazmente para a consecução das finalidades e objetivos do Consórcio;

Designar seu representante legal ou procurador para atender às reuniões da Assembleia Geral, ou justificar tempestivamente sua ausência;

Acatar as decisões e deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, bem como as determinações técnicas e administrativas da Diretoria Executiva;

Aceitar e desempenhar com diligência os encargos que lhe competirem por eleição ou designação estatutária;

Ratificar legislativamente as deliberações da Assembleia Geral que o demandarem, no tempo e modo adequados, conforme orientação do CONSÓRCIO;

Dar a devida publicidade, em diário oficial e em seus respectivos Portais da Transparência, aos documentos e informações legalmente exigidos e àqueles exigidos pela Cláusula 54ª abaixo, relativos à sua participação no CONSÓRCIO;

Atender a todas as exigências e consectários legais decorrentes da inserção do CONSÓRCIO na Administração Indireta do respectivo ente, ante a natureza de associação pública por ele assumida;

Comunicar ao Conselho Deliberativo e/ou ao Conselho Fiscal qualquer irregularidade de que tiver conhecimento;

Fornecer, quando solicitado, informações sobre assuntos de interesse à organização e ao aperfeiçoamento dos serviços associativos;

Repassar integralmente ao CONSÓRCIO os recursos previstos no Contrato de Rateio, a cada orçamento, bem como consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio e demais ajustes eventualmente firmados com o CONSÓRCIO;

Submeter-se às obrigações e prazos pactuados nos contratos de rateio e demais pactuações com o CONSÓRCIO;

Acatar aos critérios técnicos determinados pelo CONSÓRCIO para cálculo do valor anual dos custos e rateio, após aprovação do Conselho Deliberativo;

Observar a todas as disposições do presente Contrato e demais normas e regulamentos editados pelo CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 42ª. O ente consorciado que atrasar em mais de 30 (trinta) dias sua obrigação de repasse de recursos ao CONSÓRCIO, conforme contrato de rateio, poderá ter os respectivos serviços prestados pelo CONSÓRCIOS suspensos até regularização das pendências.

CAPÍTULO III – RESPONSABILIDADES

CLÁUSULA 43ª. Os entes consorciados respondem solidariamente pelas obrigações que os representantes legais do CONSÓRCIO, expressa ou tacitamente, assumirem em nome deste.

CLÁUSULA 44ª. Os membros do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não responderão pessoalmente pelos atos praticados e obrigações contraídas em nome do CONSÓRCIO, exceto se houverem atuado de forma contrária à lei ou às regras do presente Contrato.

CAPÍTULO IV – RETIRADA E EXCLUSÃO

CLÁUSULA 45ª: O ente consorciado poderá requerer sua retirada do presente CONSÓRCIO a qualquer tempo, mediante requerimento formal de seu representante apresentado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro. A retirada produzirá efeitos apenas após decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da realização da Assembleia.

Parágrafo segundo. A retirada do ente consorciado não prejudicará obrigações já constituídas pelo CONSÓRCIO em seu benefício, inclusive contratos ou convênios celebrados e em vigência, exceto em caso de pagamento, pelo retirante, dos custos e eventuais indenizações devidas.

CLÁUSULA 46ª. O ente consorciado poderá ser excluído do CONSÓRCIO por decisão irrecorrível de Assembleia Geral convocada especificamente para tal finalidade, mediante justa causa devidamente caracterizada em procedimento administrativo conduzido pela Diretoria Executiva, em que se resguarde o exercício do contraditório e no qual haja parecer favorável do Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. Considera-se justa causa, para fins do disposto na presente Cláusula, o descumprimento pelo ente consorciado de qualquer das Cláusulas do presente Contrato, especialmente as obrigações descritas na CLÁUSULA 41ª, quando não sanado ou justificado pelo ente em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento de notificação formal da infração, expedida pela Direção Executiva do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 47ª. Aplica-se aos casos de retirada e exclusão de consorciados, no que couber, o procedimento e os critérios de apuração de haveres definidos na CLÁUSULA 9ª do presente Contrato.

TÍTULO V – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES CAPÍTULO I – CONTRATO DE RATEIO

CLÁUSULA 48ª. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao CONSÓRCIO, para realização de suas finalidades, mediante contrato de rateio.

Parágrafo primeiro. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro, e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

Parágrafo segundo. O contrato de rateio deverá observar a legislação orçamentária e financeira do ente consorciado e dependerá da previsão de recursos orçamentários que suportem o pagamento das obrigações contratadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio, inclusive os oriundos de transferências ou operações de crédito, para o atendimento de despesas classificadas como genéricas.

Parágrafo quarto. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o CONSÓRCIO fornecerá as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA 49ª. O cálculo dos recursos a serem repassados por cada ente consorciado ao CONSÓRCIO por intermédio dos respectivos Contratos de Rateio será realizado proporcionalmente, de acordo com o volume da demanda de cada ente por produtos e serviços fornecidos pelo CONSÓRCIO, e considerará:

Os recursos previstos de acordo com as Portarias GM/MS do Ministério da Saúde que dispõem sobre o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

As Deliberações da Comissão Intergestores Biparite do Paraná – CIB/PR, que aprovam os repasses de recursos, pela SESA/PR, das contrapartidas federal e estadual para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Os recursos próprios dos entes consorciados, disponíveis para a aquisição de produtos para saúde;

Os recursos referentes ao elenco complementar de medicamentos, financiados pelo Estado e pactuados na Comissão Intergestores Bipartite do Paraná.

Parágrafo único. O repasse dos valores descritos nos respectivos Contratos de Rateio deverá ser realizado pelos entes consorciados em parcela única, no mês de março.

CAPÍTULO II – CONTRATO DE PROGRAMA

CLÁUSULA 50ª. O CONSÓRCIO poderá vir a ser autorizado a realizar a gestão associada de serviços públicos de competência dos entes associados, mediante celebração do respectivo contrato de programa, nos termos da lei.

Parágrafo primeiro. Considerando as finalidades atuais do CONSÓRCIO e a ausência de competências relacionadas à prestação de serviços públicos de titularidade dos entes consorciados, mas apenas a aquisição de medicamentos e produtos para saúde, a celebração de Contrato de Programa dependerá de prévia alteração do presente Contrato, com inclusão das cláusulas necessárias a viabilizar tal competência.

Parágrafo segundo. No exercício das competências descritas no *caput*, ao CONSÓRCIO será conferida autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços.

CAPÍTULO III – CONVÊNIOS E CONTRATOS COM TERCEIROS

CLÁUSULA 51ª. O CONSÓRCIO poderá celebrar convênios com os gestores do Sistema Único de Saúde, sempre que necessário para viabilizar o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio da aquisição de medicamentos e demais produtos para saúde relacionados à esfera de atuação do CONSÓRCIO.

Parágrafo único. O Convênio a que se refere o *caput* não se confundirá com o objeto e conteúdo dos Contratos de Rateio, relativos às despesas de custeio do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA 52ª. Para além do disposto na Cláusula anterior, o CONSÓRCIO poderá celebrar convênios e contratos, com entidades públicas ou empresas privadas, sempre que útil e/ou necessário para o desenvolvimento de suas ações e o atingimento de suas finalidades, pautando-se sempre nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na celebração e execução de contratos e parcerias.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva dará ciência ao Conselho Deliberativo de todos os instrumentos celebrados pelo CONSÓRCIO na forma do *caput*.

CLÁUSULA 53ª. O CONSÓRCIO poderá, mediante prévia aprovação do Conselho Deliberativo, celebrar Contratos de Gestão (Lei Federal n. 9.637/1998), Termos de Parceria (Lei Federal n. 9.790/1999), Termos de Fomento e de Colaborações (Lei Federal n. 13.019/14) e demais parcerias com entidades sem fins lucrativos, para desenvolvimento de projetos e execução de ações relativas às suas áreas de atuação, sempre que tais parcerias se revelarem úteis, necessárias e eficientes para consecução de suas finalidades.

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I – PUBLICIDADE

CLÁUSULA 54ª: Extrato do presente Protocolo de Intenções será publicado na imprensa oficial de cada parte signatária, em até 30 (trinta) dias contados da respectiva subscrição.

Parágrafo único. O extrato publicado indicará o local no sítio eletrônico do CONSÓRCIO em que se poderá obter seu texto integral.

CLÁUSULA 55ª: Os atos e decisões do CONSÓRCIO que digam respeito ou afetem terceiros, bem como aqueles de natureza orçamentária, financeira, contratual, de admissão de pessoal e seleção de fornecedores, deverão ser publicados em área específica de fácil localização no sítio eletrônico do CONSÓRCIO, bem como em Diário Oficial próprio, quando exigido por lei, excetuando-se da exigência as informações e documentos considerados sigilosos, por prévia e motivada decisão.

Parágrafo único. Os entes consorciados deverão publicar, em seus respectivos diários oficiais eletrônicos, minutas ou extratos dos contratos de rateio, contratos de programa e demais documentos relativos aos repasses financeiros realizados ao CONSÓRCIO, bem como todas as informações e documentos que lhes forem repassados pelo CONSÓRCIO para tal finalidade.

CAPÍTULO II – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 56ª: O presente instrumento será registrado no Cartório de Registro de Títulos em que está atualmente averbado o Estatuto do CONSÓRCIO, dispensando-se quaisquer atos registrais posteriores, ante a personalidade pública que passará a ser assumida pelo ente.

CLÁUSULA 57ª: O exercício social do CONSÓRCIO encerrar-se-á, anualmente, em 31 de dezembro.

CLÁUSULA 58ª: Os entes signatários se comprometem a submeter o presente Protocolo de Intenções às respectivas Casas Legislativas com a maior brevidade possível, para obtenção de ratificação legislativa.

CLÁUSULA 59ª: A partir da publicação do presente Contrato, todos os atos do CONSÓRCIO deverão ser praticados de acordo com o presente instrumento e o regime legal aplicável, ratificando- se e convalidando-se todos os atos praticados pelo CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE sob o regime anterior.

Parágrafo primeiro. Os contratos, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres, celebrados pelo CONSÓRCIO com terceiros previamente à publicação do presente instrumento vigerão até seus respectivos termos, não podendo ser aditivados nem prorrogados caso conflitarem com as disposições deste Contrato e da legislação aplicável e não puderem ser a eles adequados.

Parágrafo segundo. Os empregados do CONSÓRCIO terão seus respectivos vínculos mantidos, e serão reenquadrados nos termos do Plano de Cargos e Salários a ser aprovado após a publicação do presente Contrato.

Parágrafo terceiro. O patrimônio atual do CONSÓRCIO, composto pelos bens móveis, imóveis e direitos adquiridos e titularizados desde sua criação, será integralmente mantido e revertido à propriedade da associação pública ora constituída.

CLÁUSULA 60ª. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral e pela legislação aplicável aos consórcios públicos.

CAPÍTULO III – FORO

CLÁUSULA 61ª: Os entes consorciados elegem o Foro da Comarca de Curitiba-PR para dirimir eventuais dúvidas ou litígios que porventura surjam em razão de sua participação no CONSÓRCIO.

E assim, por estarem devidamente ajustados, os entes abaixo nominados firmam o presente Protocolo de Intenções.

Curitiba/PR, 24 de junho de 2025

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – Governador Sr. Carlos Massa Júnior PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ – Prefeita Sra. Sonia Aparecida De Souza Chaves PREFEITURA DO MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Vandir de Oliveira Rosa PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL –Prefeito Sr. Genezio Gonçalves da Luz

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – Prefeito Sr. Camilo Daniel

Lovato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ – Prefeita Sra. Elza Aparecida da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO – Prefeito Sr. Luiz Eliseu dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARANÁ – Prefeito Sr. Claudemir Joia Pereira PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI – Prefeito Sr. Giovane Mendes de Carvalho PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA – Prefeito Sr. Diego Jardim Pergo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Antonio Gasparelli PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ – Prefeito Sr. Marcos Marin

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPERÉ – Prefeito Sr. Douglas Diems Morockoski Potrich PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY – Prefeito Sr. Arilson Batista de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ – Prefeita Sra. Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÂNGULO – Prefeito Sr. Alexandre de Sousa Profeta

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA – Prefeita Sra. Rozane Maristela Benedetti Osaki

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO OLINTO – Prefeito Sr. Fabio Staniszewski Machiavelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA – Prefeito Sr. Rodolfo Mota da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS – Prefeito Sr. Rafael Felipe Cita PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOTI – Prefeito Sr. Irani Jose Barros

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÃ – Prefeito Sr. Manoel Salvador PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA – Prefeito Sr. Gustavo França Dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Botogoski

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIRANHA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Thiago Epifanio Da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSAÍ – Prefeito Sr. Michel Angelo Bomtempo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND – Prefeito Sr. Marcel Henrique Micheletto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA – Prefeita Sra. Suzie Aparecida Pucillo Zanatta PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA – Prefeito Sr. Carlos Eduardo Armelin Mariani PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA – Prefeito Sr. Clever Aparecido Iavolski Poletto PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES – Prefeito Sr. Jaelson Ramalho Matta PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ – Prefeito Sr. Carlos Rosa Alves PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ – Prefeito Sr. Luiz Fabiano Zanatta PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRACÃO – Prefeito Sr. Jorge Luiz Santin

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA – Prefeito Sr. Gelson Maffi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Fabricio Pastore PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA – Prefeito Sr. Rodrigo Rossoni

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joel Celso Buscariol

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Givanildo

Trumi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – Prefeito Sr. Nestor Kenear PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – Prefeito Sr. Eduardo José

Henrichs

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL – Prefeito Sr. João de Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – Prefeito Sr. Helio Jose Surdi PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO – Prefeita Sra. Rosana Ferreira Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – Prefeito Sr. Maico Diogo Faversani PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS – Prefeito Sr. Adilson Lucchetti PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY – Prefeito Sr. Valdir Zielinski

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Alex Antonio

Cavalcante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA – Prefeito Sr. Elton Fábio Lazaretti PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA – Prefeito Sr. Junior Motter PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL – Prefeito Sr. Pedro Minoru Inoue PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA – Prefeito Sr. Paulo Sérgio Chileide PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ – Prefeito Sr. Walcir Joaquim PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ – Prefeito Sr. Conrado Angelo Scheller PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBIRA – Prefeita Sra. Ana Lúcia de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA – Prefeito Sr. Gianny José Gracioso Bento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO – Prefeito Sr. André Junior De Paula

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – Prefeito Sr. Luiz Carlos

Assunção

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BONITO – Prefeito Sr. Mario Weber

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE – Prefeito Sr. Weverton Willian Vizentin

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO – Prefeito Sr. Mauricio Roberto Rivabem PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO – Prefeito Sr. Rilton Boza PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO – Prefeito Sr. João Douglas Fabrício

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÂNDIDO DE ABREU – Prefeito Sr. Renan Menck Romanichen PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI – Prefeito Sr. Aldoino Goldoni Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO – Prefeito Sr. João Konjunski

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA – Prefeito Sr. Neivor Kessler

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – Prefeito Sr. Maxwell

Scapini

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ – Prefeita Sra. Elisangela Pedroso De Oliveira Nunes

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – Prefeito Sr. Nilton Douglas de Meira PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL – Prefeito Sr. Renato da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO – Prefeito Sr. Reinaldo Cardoso PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS – Prefeito Sr. Ademar Luiz Burckhardt

PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL – Prefeito Sr. Melquiades Tavian Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL – Prefeito Sr. Edson Cordeiro do Nascimento PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL – Prefeito Sr. Laurindo Sperotto

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO – Prefeito Sr. Álvaro Dênis Ceni Scolaro PREFEITURA MUNICIPAL DE CIANORTE – Prefeito Sr. Marco Antonio Franzato PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – Prefeito Sr. Alexandre Lucena PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA – Prefeita Sra. Rafaela Martins Losi PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO – Prefeito Sr. Helder Luiz Lazarotto PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO – Prefeita Sra. Rosimeire Chiquim PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS – Prefeito Sr. José Olegário Ribeiro Lopes

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – Prefeito Sr. Joselei Aparecido De Carvalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA – Prefeito Sr. Antonio Adamir Digner PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA – Prefeito Sr. Thiago Daross Stefanello PREFEITURA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO – Prefeito Sr. Raphael Dias Sampaio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES – Prefeita Sra. Maria

Antonieta de Araujo Almeida

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA – Prefeito Sr. Anderson Manique Barreto PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Alexandre Donato PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO – Prefeito Sr. Carlos Nowak PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUACU – Prefeito Sr. Reni Kovalski

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE – Prefeito Sr. Armando Cerci Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL – Prefeito Sr. Marcos Cesar Sugigan PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA – Prefeito Sr. Maurício Bueno De Camargo PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA – Prefeito Sr. Christiano Giunta Borges PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO NORTE – Prefeito Sr. Eliel Dos Santos Correa PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL – Prefeito Sr. Darci Tirelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Aparecido da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS – Prefeito Sr. Luis Carlos Turatto PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA – Prefeito Sr. Oberdam José De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO – Prefeito Sr. Douglas Ribeiro Do Prado PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES – Prefeito Sr. Esequiel Bestel Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES – Prefeito Sr. Edson Lupatini

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO – Prefeito Sr. Adalmir José Garbim Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE – Prefeito Sr. Jair Bokorni

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANCA NOVA – Prefeito Sr. Everton Barbieri PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU – Prefeito Sr. Agenor Bertoncelo PREFEITURA MUNICIPAL DE FAROL – Prefeito Sr. Oclecio de Freitas Meneses PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL – Prefeito Sr. Hermes Antonio Santa Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE – Prefeito Sr. Marco Antonio

Marcondes Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX – Prefeito Sr. Euripedes Molina Tasca Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO – Prefeito Sr. Oziel Neivert

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA – Prefeito Sr. Valdecir Garcia

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL – Prefeito Sr. Valmor Felipe Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ – Prefeita Sra. Edna de Lourdes Carpine Contin PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA – Prefeito Sr. Rogerio Pereira Mendes PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTÓPOLIS – Prefeito Sr. Onicio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA – Prefeito Sr. Antonio Emerson Sette

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE – Prefeito Sr. Orivaldo Municelli PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUACU – Prefeito Sr. Joaquim Silva E Luna PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO – Prefeito Sr. Francisco Clei da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES – Prefeito Sr. Alirio José Mistura PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO – Prefeito Sr. Antonio Pedron

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – Prefeito Sr. Joel Ricardo Martins Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GODOY MOREIRA – Prefeito Sr. Primis de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOÊRE – Prefeito Sr. Pedro Antônio de Oliveira Coelho PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM – Prefeito Sr. Eder dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANDES RIOS – Prefeito Sr. William José Gonçalves PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA – Prefeito Sr. Gileade Gabriel Osti PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRAÇÁ – Prefeito Sr. Marcelo Alves De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA – Prefeito Sr. Marcelo Leite PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIRAMA – Prefeito Sr. Pedro De Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA – Prefeito Sr. Gilberto Castiglioni PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI – Prefeito Sr. Marcos Antônio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANIAÇÚ – Prefeito Sr. Juraci Ronaldo Cazella

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – Prefeito Sr. Denilson Baitala

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUECABA – Prefeito Sr. Alessandro Carneiro Soares Truchinski

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATUBA – Prefeito Sr. Mauricio Lense PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA – Prefeito Sr. João Carlos Garbin PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI – Prefeito Sr. Roberto Regazzo PREFEITURA MUNICIPAL DE IBEMA – Prefeita Sra. Viviane Comiran PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPORÃ – Prefeito Sr. José Maria Ferreira PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA – Prefeito Sr. Devair Fabris PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇÚ – Prefeito Sr. Claudio Aparecido Bernin PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU – Prefeito Sr. Martinho Lucas De Godoy PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ – Prefeita Sra. Dayane Sovinski Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA – Prefeito Sr. Bertoldo Rover PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS – Prefeito Sr. Edmundo Vier

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ – Prefeito Sr. João Eder Aguilar

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Paulo Cezar Rizzato Martins PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA – Prefeito Sr. Douglas Davi Cruz PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ – Prefeito Sr. Roberto da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMA DO OESTE – Prefeita Sra. Elza Haase Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI – Prefeito Sr. Emiliano Augusto Rocha Gomes PREFEITURA MUNICIPAL DE IRETAMA – Prefeito Sr. Same Saab

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ – Prefeito Sr. Renato Felix de Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA – Prefeito Sr. Lindolfo Martins Rui PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ – Prefeito Sr. Amarildo Tostes PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ – Prefeito Sr. Ananias Soares Vieira PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – Prefeito Sr. Vilmar Schmoller

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – Prefeito Sr. Edilson Ruiz de Freitas PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL – Prefeito Sr. Gilson José de Gois PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ – Prefeito Sr. Orli Antonio Camargo de Cristo PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Gil PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ – Prefeito Sr. Denilson Vaglieri Prevital PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA – Prefeito Sr. Varlei Vercezi

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI – Prefeito Sr. Regis William Siqueira Rodrigues PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO – Prefeito Sr. Marcelo José Bernardeli Palhares PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – Prefeito Sr. Edison Rodrigues De Almeida PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA – Prefeito Sr. José Sloboda

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL – Prefeito Sr. Benedito Jose Pupio PREFEITURA MUNICIPAL DE JANIÓPOLIS – Prefeito Sr. Eides Guedes PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPIRA – Prefeito Sr. Hariel Vieira Fogaça PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURÁ – Prefeita Sra. Adriana Cristina Polizer

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE – Prefeito Sr. Moises Lnortovz Dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA – Prefeito Sr. Weverton José Dos Santos Lima

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAIZINHO – Prefeito Sr. Wilson Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE JESUÍTAS – Prefeito Sr. Edicarlos Grizotto de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM TAVORA – Prefeito Sr. Gelson Mansur Nassar PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Paulo Roberto Pedro PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA – Prefeita Sra. Joelma Damasceno Demeneck PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA – Prefeito Sr. Moacir Luiz Pereira Valentini PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ – Prefeito Sr. Washington Luiz da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA – Prefeito Sr. Diego Timbirussu Ribas PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL – Prefeito Sr. Maycon Lopes Simioni

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL – Prefeito Sr. Jaison Rodrigo Mendes PREFEITURA MUNICIPAL DE LEÓPOLIS – Prefeito Sr. Leomar Monteiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIDIANÓPOLIS – Prefeito Sr. Aparecido Buzato PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE – Prefeito Sr. Silvio De Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA – Prefeito Sr. José Maria Pereira Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO – Prefeito Sr. Fabio Chicaroli PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA – Prefeito Sr. Tiago Amaral PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANA – Prefeito Sr. Edson Liss

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUNARDELLI – Prefeito Sr. Luiz Wanderlei Marson Sardi PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS – Prefeito Sr. José Carlos Tibério PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET – Prefeito Sr. Pedro Kowalczyk

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMBORÊ – Prefeito Sr. Sebastião Antonio Martinez PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUACU – Prefeito Sr. Jose Roberto Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI – Prefeita Sra. Ivoneia de Andrade Aparecido Furtado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA – Prefeito Sr. Felipe Claudino Machado PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS – Prefeito Sr. Amarildo Alves Carneiro PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA – Prefeito Sr. Leandro Dorini PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS – Prefeito Sr. José Carlos da Silva Corona

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – Prefeito Sr. Adriano

Backes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA – Prefeito Sr. Marlon Rancer Marques PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA – Prefeita Sra. Flavia Cheroni da Silva Brita PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL – Prefeito Sr. Walmir Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA – Prefeito Sr. Celio Lelis da Mata PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ – Prefeito Sr. Paulo Armando da Silva Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ – Prefeito Sr. Silvio Magalhaes Barros II PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS – Prefeito Sr. Mario Eduardo Lopes Paulek PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPA – Prefeito Sr. Rodrigo André Schanoski PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELEIRO – Prefeito Sr. Jander Luiz Loss PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO – Prefeito Sr. Elio Bolzon Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUMBI – Prefeita Sra. Elaine Maria Ferreira Costa PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA – Prefeito Sr. Gabriel da Silva Cadini PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS – Prefeito Sr. Eduardo Antonio Dalmora PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO – Prefeito Sr. Edelir De Jesus Ribeiro da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ DA SERRA – Prefeito Sr. Givanildo Lopes PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDIANEIRA – Prefeito Sr. Antonio França Benjamim PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES – Prefeito Sr. Laerton Weber

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR – Prefeito Sr. Fabiano Marcos Da Silva Travain PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA – Prefeito Sr. Joao Marcos Ferrer PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL – Prefeito Sr. Adilto Luis Ferrari

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOREIRA SALES – Prefeito Sr. Luiz Antonio Volpato PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES – Prefeito Sr. Sebastião Brindarolli Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELO – Prefeito Sr. Áureo Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRACAS – Prefeito Sr. Clodoaldo

Aparecido Rigieri

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ALIANCA DO IVAÍ – Prefeito Sr. Ulisses De Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA – Prefeita Sra. Tania Cristina da Silva Basso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA – Prefeito Sr. José Aparecido de Paula e Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANTU – Prefeito Sr. Airton Antonio Agnolin PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA – Prefeito Sr. Joao Eduardo Pasquini

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Jaime Da

Silva Stang

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FÁTIMA – Prefeita Sra. Renata Montenegro Balan Xavier

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS – Prefeito Sr. Fabio Roberto dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LONDRINA – Prefeito Sr. Luiz Gustavo Maior Bono PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA – Prefeito Sr. Luiz Lazaro Sorvos PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU – Prefeita Sra. Elizete Cavazin PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA – Prefeito Sr. Claudemir Valerio PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA ROSA – Prefeito Sr. Lari Hitz

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – Prefeito Sr. Pedro Lourenço PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO ITACOLOMI – Prefeito Sr. Joao Pedro Magon PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA – Prefeito Sr. Ary De Oliveira Mattos PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA – Prefeito Sr. Janilson Marcos Donasan

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE – Prefeito Sr. Lucian Aluisio Dierings

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU – Prefeito Sr. Ismael Batista PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS – Prefeito Sr. Daniel Ricardo Langaro PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA – Prefeito Sr. Altamir Sanson PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL – Prefeito Sr. Roberto Carlos Rossi PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA – Prefeito Sr. Rodrigo Ribeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE – Prefeito Sr. Carlos Alberto Vizzotto PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANACITY – Prefeito Sr. José Claudio Batista PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ – Prefeito Sr. Adriano Ramos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA – Prefeito Sr. Sidnei Frazatto PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ – Prefeito Sr. Maurício Gehlen

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRAGADO – Prefeito Sr. John Jeferson Weber Nodari PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO – Prefeito Sr. Geri Natalino Dutra PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS – Prefeito Sr. Sebastião Algacir Dalpra PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN – Prefeito Sr. Ireneu Inacio Zacharias PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU – Prefeito Sr. José Marcos Gonçalves Lopes PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL – Prefeito Sr. Cristiano Cezar Merlini de Albuquerque

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA – Prefeita Sra. Valdete Carlos Oliveira Gonçalves Da Cunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE – Prefeito Sr. Edsom Luiz Bagetti PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEN – Prefeito Sr. Maicon Grosskopf

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS – Prefeita Sra. Rosa Maria de Jesus Colombo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO – Prefeito Sr. Paulo Falcade de Oliveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO – Prefeito Sr. Luiz Eduardo de Castro Vanzeli PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO – Prefeito Sr. Valdecir Biasebetti

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAÍ DO SUL – Prefeito Sr. Henrique de Oliveira Carneiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA – Prefeito Sr. Marcus Mauricio de Souza Tesserolli

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA – Prefeito Sr. Dirceu Moraes PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS – Prefeito Sr. Samuel Teixeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTINA DO PARANÁ – Prefeito Sr. Celso Maggioni

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO – Prefeito Sr. Luiz Carlos Boni PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA – Prefeita Sra. Elizabeth Schmidt

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Rudisney Gimenes Filho PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU – Prefeito Sr. Agamemnon Augusto Araujo Paduan PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS – Prefeito Sr. Elias Jocid Gomes Da Costa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BARREIRO – Prefeito Sr. Emanoel Vanderlei Volff PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO – Prefeito Sr. Valter Batista Dos Santos PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VITÓRIA – Prefeito Sr. Fabiano José Glaab PREFEITURA

MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA – Prefeito Sr. Silvio Antonio Damaceno PREFEITURA MUNICIPAL DE PRANCHITA – Prefeito Sr. Ronimar Eleandro Sartor

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO – Prefeito Sr. João Pericles

Martinati

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMEIRO DE MAIO – Prefeito Sr. Bruno Eduardo Santa Rosa Bauermamm Estevam

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS – Prefeito Sr. Adelmo Luiz Klosowski PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTO CENTENÁRIO – Prefeito Sr. Wilson Akio Abe

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATIGUÁ – Prefeita Sra. Izilda Gleiciany Rodrigues Carro PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS – Prefeito Sr. Loreno Bernardo Tolardo PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO PONTES – Prefeito Sr. Cesar Alexandre Seidel

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUACU – Prefeito Sr. Rafael Ciryllo Chiapetti Alves De Moura

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE – Prefeito Sr. Alex Sandro Fernandes PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINTA DO SOL – Prefeito Sr. Leonardo Lazzaretti Romero PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – Prefeito Sr. José Ribeiro de Moura PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA – Prefeito Sr. Edson dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE – Prefeito Sr. Flávio Henrique Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – Prefeito Sr. Everton Cassio

Zanuto

PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA – Prefeito Sr. Paulo Cezar Casaril PREFEITURA MUNICIPAL DE REBOUÇAS – Prefeito Sr. Laercio Antonio Cipriano PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA – Prefeita Sra. Fabieli Manfredi

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA – Prefeito Sr. Lucas Machado Ribeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Vitorio Antunes de Paula PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO – Prefeito Sr. Lisandro José Néia Baggio PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DO PINHAL – Prefeito Sr. Dartagnan Calixto Fraiz PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL – Prefeito Sr. Leandro Jasinski

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM – Prefeito Sr. Moisés José de Andrade PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BONITO DO IGUACU – Prefeito Sr. Sezar Augusto Bovino

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Pedro Taborda Desplanches

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL – Prefeita Sra. Karime Fayad PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO – Prefeito Sr. Alessandro Cristian Von Linsingen PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA – Prefeito Sr. Ailton Aparecido Maistro PREFEITURA MUNICIPAL DE RONCADOR – Prefeita Sra. Marilia Perotta Bento Gonçalves PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON – Prefeito Sr. Roberto Aparecido Corredato PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Anizio Cesar Lino Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE SABÁUDIA – Prefeito Sr. Edson Hugo Manueira PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – Prefeito Sr. Volmar Duarte PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Claudeci José de Oliveira PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA – Prefeito Sr. Fernando Alberto Cadore PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA – Prefeito Sr. Antonio Carlos Tamais PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO – Prefeito Sr. Claudio Covre

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO – Prefeito Sr. Willian

Cezar Viega

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – Prefeito Sr. Edson Palotta Netto PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA – Prefeito Sr. Clademar Joao Maraskin PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS – Prefeito Sr. Adenilson Pacheco

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAÍ – Prefeito Sr. João Carlos da Silva Mendes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE – Prefeito Sr. Jean Pierr Catto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – Prefeito Sr. Silvano Tortelli PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – Prefeito Sr. Oscar Delgado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA – Prefeito Sr. José Marcelo Piovan Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA – Prefeito Sr. Luan Gustavo Frazatto PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE – Prefeito Sr. Amarildo Rigolin

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – Prefeito Sr. Antonio Luiz

Bendo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ – Prefeito Sr. Elcio José Vidal PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA – Prefeito Sr. Gilson de Jesus

Esteves

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. José Gabriel

Gonçalves Fachiano

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO – Prefeito Sr. Devanir

Martinelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE – Prefeito Sr. Ricardo

Antonio Ortiña

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO – Prefeita Sra. Geny Violatto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS DO IVAÍ – Prefeito Sr. Paulo Francisco Marinho Dutra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – Prefeito Sr. Venicius Djalma Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – Prefeito Sr. Clóvis Mateus Cuccolotto PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ – Prefeito Sr. Stefan Tomé Pauka

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Fábio Hidek Miura PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO – Prefeito Sr. Mário Cezar da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ – Prefeito Sr. Agnaldo Carvalho Guimaraes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – Prefeito Sr. Ronaldo Tinti

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – Prefeito Sr. Gelson Coelho Do Rosário PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA BOA VISTA – Prefeito Sr. José Lazaro Ferraz

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DAS PALMEIRAS – Prefeito Sr. Franco Maria Alves Cabral

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS PINHAIS – Prefeita Sra. Margarida Maria Singer

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANOEL DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vitor Hugo

Rodrigues

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL – Prefeita Sra. Fernanda Garcia Sardanha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Boaventura Manoel Joao Motta

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Jacir Danelli

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO IVAÍ – Prefeito Sr. Rildo Bernardes De Camargo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ – Prefeito Sr. Vanderlei Caetano de Castro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIAO DA AMOREIRA – Prefeita Sra. Exilaine

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ – Prefeito Sr. Sub Judice

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA – Prefeito Sr. Paulo Maximiano De Souza Junior PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI – Prefeito Sr. Carlos Alberto De Paula Júnior

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Rogério Gallina PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS – Prefeito Sr. Gerson Nunes da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU – Prefeito Sr. Gilberto Marsaro PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANEJA – Prefeito Sr. Samuel Carlos do Prado PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS – Prefeita Sra. Ana Ruth Secco Mattesco PREFEITURA MUNICIPAL DE SIQUEIRA CAMPOS – Prefeito Sr. Luiz Henrique Germano PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA – Prefeito Sr. Gilberto João Rossi

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMARANA – Prefeita Sra. Luzia Harue Suzukawa PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBOARA – Prefeito Sr. Giovane Monteiro da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA – Prefeito Sr. Ronaldo Adriano Vilas Boas PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA – Prefeito Sr. Ronald Rogério Lopes Smarzaro PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES – Prefeito Sr. Ivanor Luiz Muller PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – Prefeita Sra. Rita Mara de Paula Araújo PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA – Prefeito Sr. Valter Peres

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA – Prefeito Sr. Agnaldo De Souza Costa PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA – Prefeito Sr. Ivan Reis da Silva PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAGI – Prefeito Sr. Rildo Emanoel Leonardi PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL – Prefeito Sr. José Altair Moreira PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO – Prefeito Sr. Mario Cesar Costenaro PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA – Prefeito Sr. Cezar Bueno de Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Gerso Francisco Gusso

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ – Prefeito Sr. Marco Antonio Baldão

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE – Prefeito Sr. Guerino Mendonça Dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPÃSSI – Prefeito Sr. José Carlos Mariussi

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO – Prefeito Sr. Antônio Marcos Seguro PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ – Prefeito Sr. Fábio de Oliveira Dalécio PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA – Prefeito Sr. Antonio Fernando Scanavaca PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – Prefeito Sr. Ary Carneiro Junior

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIFLOR – Prefeito Sr. Maycon Rodrigo Rodrigues de Souza PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ – Prefeito Sr. Ângelo Tarantini Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENTANIA – Prefeito Sr. José Luiz Bittencourt PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE – Prefeito Sr. Ednei Sgobi

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERÊ – Prefeito Sr. Paulo Roberto Weissheimer PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND – Prefeito Sr. Fernando Mierzva PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO – Prefeito Sr. Marciano Vottri PREFEITURA MUNICIPAL DE WENCESLAU BRAZ – Prefeito Sr. Luiz Carlos Vidal PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ – Prefeito Sr. Decio Jardim

ANEXO I

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

Empregos Efetivos

Nomenclatura	Assistente Administrativo
Quantidade de vagas	15
Descritivo de Funções	Executar serviços bancários, entregas internas e externas, apoio administrativo, atendimento ao público e orientação de visitantes; Auxílio em tarefas de controle de estoque, organização documental, abertura de processos e uso de sistemas internos; Executar funções diversas de apoio logístico e administrativo; Executar outras atividades correlatas.
Escolaridade	Ensino Médio Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 3.439,89

Nomenclatura	Farmacêutico
Quantidade de vagas	5
Descritivo de Funções	Participar na elaboração de Políticas de Assistência Farmacêutica; Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de medicamentos e produtos para a saúde; Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos a medicamentos; Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a medicamentos e outros assuntos pertinentes a Assistência Farmacêutica; Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, regionais de saúde e municípios consorciados; Participar na promoção de atividades de informação e de debates com a população, profissionais e entidades representativas sobre os temas relacionados com sua atividade e o Consórcio, organização de eventos, simpósios, cursos, treinamentos, congressos relacionados à sua área de atuação; Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados;
	Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização de medicamentos, gestão de estoque, estruturação e organização da farmácia e/ou unidades de dispensação; Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos medicamentos e produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Farmácia
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Enfermeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Assessorar, gerenciar e responder tecnicamente pela seleção, aquisição e distribuição de produtos para a saúde; Efetuar análise, avaliação, revisão e supervisão técnico-administrativa de custos relativos aos produtos para a saúde; Prestar atendimentos, orientações, informações aos usuários e profissionais dos municípios, com relação a produtos para a saúde; Elaborar documentos para suporte e orientação das atividades desenvolvidas pela equipe do Consórcio, locais de entrega e municípios consorciados; Supervisionar, capacitar e treinar os recursos humanos envolvidos nas atividades do Consórcio, visando o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos serviços prestados; Assessorar os municípios do estado no planejamento e elaboração da seleção e padronização dos produtos para a saúde, gestão de estoque, estruturação e organização dos serviços; Acompanhar a entrega pelos fornecedores e a distribuição aos municípios consorciados dos produtos para a saúde adquiridos, intermediando problemas com atrasos, pendências, extravios, etc.;
	Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou

	aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Realizar atividades administrativas correlacionadas com as atividades descritas anteriormente.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Enfermagem
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Contador
Quantidade de vagas	3
Descritivo de Funções	Planejar, coordenar e executar análises, registros e perícias contábeis, organizando a contabilidade do Consórcio e garantindo o controle contábil e orçamentário; Elaborar balanços, demonstrativos e relatórios financeiros para publicação conforme normas legais; Controlar receitas, pagamentos, saldos e execução orçamentária, além de analisar contratos, convênios e atos financeiros; Preparar folha de pagamento e cuidar das obrigações trabalhistas; Participar de grupos de trabalho, emitir pareceres técnicos e orientar prestações de contas; Atualizar sistemas contábeis e elaborar resoluções orçamentárias; Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Contabilidade
Jornada de trabalho	30 horas semanais
Referência salarial	R$ 8.897,84

Nomenclatura	Advogado
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Acompanhar e elaborar relatórios de processos judiciais e administrativos, monitorando decisões e movimentações; Auxiliar na redação de notificações a fornecedores, instrução de processos administrativos e elaboração de pareceres jurídicos; Dar suporte ao controle interno, conferindo documentos e analisando normas; Auxiliar na fiscalização de processos licitatórios, portal de transparência e implementação de legislações; Colaborar na elaboração de relatórios de controle interno e apoiar procedimentos externos junto a órgãos como TCE, TCU e Ministério Público. Executar outras atividades compatíveis com sua especialização.
Escolaridade	Ensino Superior Completo - Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 9.763,40

Empregos em Comissão

Nomenclatura	Diretor Executivo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Promover e coordenar a execução das atividades do consórcio;

	Gerir a estrutura administrativa de bens, serviços e pessoal do CONSÓRCIO; Propor e justificar necessidade de reformulação de estatutos, quadro de pessoal e Plano de Cargos e Salários, a serem submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo e, quando necessária alteração do presente instrumento, à Assembleia Geral; Instruir os processos de admissão, promoção, sanção e demissão dos empregados do CONSÓRCIO, para aprovação pelo Conselho Deliberativo; Propor ao Conselho Deliberativo a requisição de servidores públicos dos entes consorciados para servirem ao CONSÓRCIO; Elaborar a proposta orçamentária anual do CONSÓRCIO, a ser submetida ao Conselho Deliberativo; Autorizar compras e contratações de serviços, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo; Elaborar os relatórios de atividade anual, a serem submetidos para aprovação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, do Conselho Fiscal; Encaminhar ao Conselho Deliberativo a planilha de custos estabelecida para subsidiar a celebração dos contratos de rateio, a cada ciclo orçamentário;

	Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada ao Conselho Deliberativo e ao Órgão Concedente; Movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho Deliberativo ou com quem este indicar, as contas bancárias e os recursos do Consórcio; Designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência, para responder pelo expediente; Providenciar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal; Elaborar minutas de regimentos internos, estatutos, resoluções e demais normas internas, e enviá-las para aprovação pelo Conselho Deliberativo; Elaborar e expedir ordens executivas, diretivas e demais normas de direção e organização interna dos serviços, independentemente de aprovação pelo Conselho Deliberativo.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 24.913,46

Nomenclatura	Diretor Administrativo
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades administrativas e operacionais do consórcio; Gerenciar e controlar o patrimônio do CONSÓRCIO; Elaborar e acompanhar contratos, convênios e processos licitatórios; Gerenciar recursos humanos, incluindo convocação, contratação e aplicação de penalidades administrativas; Autenticar livros de atas e de registros do CONSÓRCIO; Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões do Conselho Deliberativo e Fiscal e Assembleia Geral; Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Diretor Financeiro
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	1. Planejar, coordenar e acompanhar as atividades da área financeira, garantindo sua integração com os setores administrativos do consórcio;

	Participar da elaboração e execução orçamentária, acompanhando receitas, despesas, contratos de rateio e convênios, inclusive a execução financeira desses instrumentos; Gerenciar e controlar o orçamento, registros contábeis e recursos financeiros do consórcio; Representar o consórcio, em conjunto com a direção executiva, perante estabelecimentos bancários, autorizando a abertura e encerramento de contas, aplicações financeiras, pagamentos, emissão de boletos, cobrança de consorciados inadimplentes, dentre outras operações correlatas, mediante devida autorização do Presidente; Executar outras atividades compatíveis com o cargo, a formação e as atribuições regimentais.
Escolaridade	Ensino Superior Completo

Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Diretor Técnico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Planejar as atividades da área técnica; Acompanhar das atividades executadas pela área técnica e administrativa; Manter interlocução junto aos fornecedores na busca da garantia da execução das exigências estabelecidas nos contratos de fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde; Acompanhar a situação do mercado para a garantia do fornecimento dos itens adquiridos; Manter interlocução junto aos locais de recebimento de medicamentos e produtos para a saúde (Regionais de Saúde da SESA, municípios de entrega descentralizada e Consórcios Intermunicipais), acompanhando a execução das atividades visando garantir o adequado desempenho, nas atividades de recebimento, armazenamento e distribuição aos municípios; Manter interlocução junto aos gestores do SUS no âmbito federal, estadual e municipais, órgãos de classe, órgãos de controle e auditoria e academia, buscando a garantia da implementação da Política Nacional de Medicamentos, no que se relaciona com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica.
Escolaridade	Ensino Superior Completo
Jornada de trabalho	40 horas semanais

Referência salarial	R$ 16.707,01

Nomenclatura	Assessor Jurídico
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Prestar assessoria jurídica ao Conselho Deliberativo e à Diretoria Executiva do consórcio, para plena eficácia e adequação jurídica dos atos administrativos, por meio de emissão de orientações específicas e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Apoiar o Conselho Deliberativo na elaboração dos anteprojetos de normas a serem apresentado para aprovação no âmbito de sua competência, bem como nos atos normativos de competência da Diretoria Executiva; Elaborar minutas de documentos institucionais do consórcio; Exercer a coordenação, gestão e supervisão de equipes, bem como de toda a atividade jurídica, consultiva e contenciosa do Consórcio; Prestar assessoria jurídica e orientações quando requisitado pelo Conselho Deliberativo e Diretoria e suas equipes de trabalho nos assuntos que demandam esclarecimento jurídico; Prestar assessoria jurídica acerca de notificações, recomendações e processos administrativos, bem como documentos públicos produzidos e recebidos pelo consórcio; Prestar orientação e assistência jurídica nos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCEPR e Ministério Público; Responder à Diretoria Executiva acerca de suas atividades rotineiras; Executar atividades técnicas-jurídicas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva.
Escolaridade	Ensino Superior Completo – Direito
Jornada de trabalho	40 horas semanais
Referência salarial	R$ 12.561,64

Nomenclatura	**Controlador**
Quantidade de vagas	1
Descritivo de Funções	Estimular a obediência das normas legais, diretrizes administrativas, instruções normativas, regulamentos, o estatuto, e demais atos emanados pelo Poder Público; Desenvolver e promover ações que consolidem uma cultura de ética, probidade e transparência, estimulando o cumprimento das normas legais, diretrizes administrativas, regulamentos, estatuto e demais atos emanados pelo Poder Público;

	Acompanhar os limites legais e constitucionais relativos à aplicação dos recursos sob responsabilidade do consórcio, realizando inspeções, auditorias e visitas “in loco” aos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e demais áreas da gestão, assegurando a conformidade e a eficiência dos procedimentos;

	Promover estudos, pesquisas e a sistematização, normatização e padronização de procedimentos operacionais e administrativos, além de participar da elaboração de normas e padronização de rotinas no âmbito do consórcio; Monitorar, avaliar e garantir o cumprimento dos princípios e normas que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e moralidade administrativa, acompanhando fatos irregulares, reclamações, denúncias e eventuais lesões ao patrimônio, zelando por sua resolução integral; Expedir recomendações no âmbito do controle interno, acompanhar a divulgação das informações no portal da transparência, apoiar o controle externo em sua missão institucional e monitorar a implementação das recomendações, ressalvas e determinações do Tribunal de Contas do Estado. Elaborar relatórios gerenciais e pareceres técnicos para a direção do consórcio, apresentando avaliações dos controles internos, com foco na prevenção de práticas ineficientes, antieconômicas, corrupção e outras inadequações, além de elaborar o plano anual de controle interno (PACI) para organização das atividades de controle; Executar outras atividades correlatas às atribuições do controle interno, conforme o regimento e necessidades institucionais;
Escolaridade	**Ensino Superior Completo**
Jornada de trabalho	**40 horas semanais**
Referência salarial	R$ 12.561,64

Reajustes salariais e demais benefícios previstos em Convenção Coletiva

As referências salariais descritas no presente Anexo correspondem aos valores iniciais da remuneração base dos empregados do Consórcio, sem contemplar eventuais adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais.

Os empregados efetivos do Consórcio perceberão os reajustes salariais e demais benefícios implementados periodicamente nas negociações coletivas (Convenções Coletivas de Trabalho - CCT ou Acordos Coletivos de Trabalho - ACT), respectivamente em relação às categorias

profissionais e entidades de representação aos quais estiverem vinculados. Em se tratando de direitos dos empregados que decorrem de injunção legal, tais reajustes e benefícios serão implementados diretamente por ato da Diretoria Executiva, independentemente de deliberação ou aprovação em Assembleia Geral.

Demais benefícios e reajustes salariais anuais não relacionados a CCTs e ACTs serão objeto de deliberação pelo Conselho Deliberativo e implementação pela Diretoria Executiva, nos termos do Plano de Cargos e Salários vigente, que também definirá as regras para concessão de adicionais, gratificações, reajustes, promoções e progressões funcionais, bem como para reenquadramento dos atuais empregados do Consórcio.

PROJETO DE LEI Nº [...]/2025

EMENTA: Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 1º Fica ratificado, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e seu Decreto Federal regulamentador nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Após ratificação do Protocolo de Intenções, que consta do Anexo Único desta Lei, este se converterá em contrato de consórcio público, nos termos da lei.

Art. 3º O consórcio que ora se ratifica terá a personalidade jurídica de direito público, com natureza autárquica, integrando a Administração Indireta do Município para todos os efeitos legais.

Art. 4º Fica autorizada a abertura de dotação orçamentária própria para fins de cumprimento do art. 8º da Lei Federal nº 11.107/2005, que pode ser suplementada em caso de necessidade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº [...].

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de [...],

Por intermédio do presente, dirigimo-nos a Vossas Excelências para encaminhar o presente Projeto de Lei que "Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Estado do Paraná e os Municípios do Estado do Paraná subscritores, com a finalidade de formalizar a constituição e adequação do Consórcio Intergestores Paraná Saúde - CIPS aos termos do regime previsto na Lei Federal nº. 11.107/2005 e sua regulamentação, voltado ao desenvolvimento de ações na área da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)".

O Consórcio Intergestores Paraná Saúde – CIPS foi constituído em junho de 1999, com o apoio do Estado do Paraná, e possui atualmente como consorciados 398 (trezentos e noventa e oito) dos 399 (trezentos e noventa e nove) Municípios do Estado do Paraná, incluindo este Município.

Desde sua constituição e até o presente, o CIPS desempenha ações de fundamental relevância em apoio aos sistemas de saúde dos entes consorciados, mediante aquisição, armazenagem, organização e distribuição de uma série de medicamentos e insumos de saúde na esfera da atenção básica. A atuação do CIPS é reconhecida por todos os municípios consorciados e pelo Estado do Paraná, sendo o Consórcio um agente fundamental para a saúde municipal no Estado, há mais de 25 anos.

Em 2024, após deliberação e aprovação em Assembleia, o CIPS celebrou com o Ministério Público Estadual um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com o objetivo de ajustar a estrutura e o funcionamento do Consórcio às regras da legislação vigente – Lei Federal n. 11.107/2005. Dentre as principais alterações previstas, encontra-se a transformação do CIPS em consórcio público com personalidade jurídica de direito público.

Assim, diante da necessidade de adequação do CIPS à legislação mencionada e aos termos do TAC celebrado, elaborou-se novo Protocolo de Intenções que, após aprovação e ratificação nos legislativos municipais, substituirá o anterior e regrará o funcionamento do Consórcio doravante.

Nesse contexto, na data de 24/06/2025 o Protocolo de Intenções foi aprovado em Assembleia, pela unanimidade dos representantes dos Municípios atualmente consorciados.

Em razão disso, como último passo, é necessária a ratificação legislativa do Protocolo de Intenções em questão, como requisito para que o Município formalize a continuidade de sua vinculação e participação no Consórcio. É importante consignar que, nos termos da Lei, caso não haja ratificação

legislativa do Protocolo de Intenções, o Município não poderá se manter vinculado ao CIPS, deixando de figurar como ente consorciado.

Considerando a alta relevância das ações desempenhadas pelo CIPS em favor do Município, acima citadas, isso traria enorme impacto e prejuízo para a saúde municipal. Isso porque o CIPS é responsável pela compra, armazenamento e dispensação de diversos medicamentos de atenção básica,

e sua expertise nas compras e na gestão dos insumos, aliada ao ganho da compra feita em larga escala, acarretam uma compra feita a preço mais baixo e um fornecimento mais eficiente do que o Município poderia efetuar, atuando isoladamente.

É essencial ao Município, portanto, permanecer vinculado ao CIPS, consórcio de que participa desde 1999.

Diante do exposto, submetemos à avaliação e análise de Vossas Senhorias o presente Protocolo de Intenções. Contando com o apoio desta Ilustre Casa Legislativa à referida iniciativa, aproveitamos o ensejo para **solicitar sua apreciação em regime de urgência**, nos termos da legislação municipal e do Regimento Interno desta Casa.

Renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:C3086864



ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
1 BIMESTRE - BALANÇO ORÇAMENTARIO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Ate o Bimestre (c)**	**% c/a**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.162.142,00	4.162.142,00	266.059,68	6,39	266.059,68	6,39	3.896.082,32
RECEITAS CORRENTES	4.162.142,00	4.162.142,00	266.059,68	6,39	266.059,68	6,39	3.896.082,32
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	58.800,10	58.800,10	11.213,18	19,07	11.213,18	19,07	47.586,92
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	58.800,10	58.800,10	11.213,18	19,07	11.213,18	19,07	47.586,92
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.103.341,90	4.103.341,90	254.846,50	6,21	254.846,50	6,21	3.848.495,40
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	4.103.341,90	4.103.341,90	224.846,50	5,48	224.846,50	5,48	3.878.495,40
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	-30.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	4.162.142,00	4.162.142,00	266.059,68	6,39	266.059,68	6,39	3.896.082,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	4.162.142,00	4.162.142,00	266.059,68	6,39	266.059,68	6,39	3.896.082,32
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	195.202,05	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	4.162.142,00	4.162.142,00	266.059,68	6,39	461.261,73	11,08	3.896.082,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	3.700.880,27	461.261,57	193.330,43
DESPESAS CORRENTES	4.137.808,71	4.137.808,71	654.592,16	654.592,16	3.483.216,55	461.261,73	461.261,73	3.676.546,98	461.261,57	193.330,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.691.664,95	2.691.664,95	339.278,47	339.278,47	2.352.386,48	337.815,39	337.815,39	2.353.849,56	337.815,23	1.463,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.446.143,76	1.446.143,76	315.313,69	315.313,69	1.130.830,07	123.446,34	123.446,34	1.322.697,42	123.446,34	191.867,35
DESPESAS DE CAPITAL	24.333,29	24.333,29	0,00	0,00	24.333,29	0,00	0,00	24.333,29	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	24.333,29	24.333,29	0,00	0,00	24.333,29	0,00	0,00	24.333,29	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	3.700.880,27	461.261,57	193.330,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	3.700.880,27	461.261,57	193.330,43
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	0,00	461.261,57	193.330,43
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JACIR BOMBONATO MACHADO	***JEAN EVANDRO ROCHA***
Superintendente Executivo	Controlador Interno
ADENIL SIQUEIRA SANTOS	***AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN***
Contador(A)	Presidente

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:9C759444

GABINETE DO PRESIDENTE
1 BIMESTRE - DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	100,00	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	100,00	3.700.880,27	193.330,43
LEGISLATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	100,00	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	100,00	3.700.880,27	193.330,43
Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	100,00	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	100,00	3.700.880,27	193.330,43
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea — R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Serviços Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPORTO E LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do Regime Próprio de Previdência do Servidor – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	4.162.142,00	4.162.142,00	654.592,16	654.592,16	100,00	3.507.549,84	461.261,73	461.261,73	100,00	3.700.880,27	193.330,43
Notas Explicativas											
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO											
JACIR BOMBONATO MACHADO							***JEAN EVANDRO ROCHA***				
Superintendente Executivo							Controlador Interno				
ADENIL SIQUEIRA SANTOS							***AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN***				
Contador(A)							Presidente				

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:8C487BA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026

PROCESSO Nº 330/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: HOMETECH SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 48.099.152/0001-10

OBJETO: Aquisição parcelada de equipamentos de processamento de dados para as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Abatiá

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bateria Selada para Nobreak – 12 V Capacidade de 7AH Ideal para g garantir energia contínua e confiável em aplicações críticas. Tecnologia VRLA/AGM: Bateria selada de alta eficiência, que oferece maior durabilidade e segurança. Dimensões Compactas: 6,5 x 15 x 10 cm, perfeita para espaços limitados. Aplicações Versáteis: Compatível com nobreaks, elevadores, centrais de alarme, e sistemas de portões.	UNID	5,00	R$ 99,00	R$ 495,00
9	FILTRO DE LINHA PARA COMPUTADOR, 10 TOMADAS BIVOLT FABRICADO EM MATERIAL METÁLICO. POSSUI 10 TOMADAS HORIZONTAIS, COMPRIMENTO DO CABO 1,5M. FREQUÊNCIA DE 50HZ/60HZ. POSSUI POTÊNCIA DE 1.27 KW. TOMADA TIPO BIPOLAR. INCLUI AS SEGUINTES PORTAS E CONECTORES: NBR 14136.	UNID	12,00	R$ 79,00	R$ 948,00
19	NOBREAK POTÊNCIA:700VA,TENSÃO ENTRADA:115V,TENSÃO SAÍDA:110/115V 3 T QUANTIDADE DE TOMADAS: 3 TOMADAS COM ENERGIA PROTEGIDA E ININTERRUPTA + 3 TOMADAS COM ENERGIA PROTEGIDA. - FORMA DA ONDA NO INVERSOR: SEMISSENOIDAL (SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO - TRAPEZOIDAL - PWM). - TENSÃO DE OPERAÇÃO DA BATERIA: 12V. - BATERIA(S): 1 BATERIA INTERNA SELADA REGULADA POR VÁLVULA 12V/5AH AGM-VRLA. - AUTONOMIA MÉDIA: 30 MINUTOS COM REFERÊNCIA AO USO DE UMA CARGA DE 50W. - FREQUÊNCIA DE REDE: 50HZ OU 60HZ (+/-5%) COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA. - FREQUÊNCIA DE INVERSOR: +/-1%. - FATOR DE POTÊNCIA SAÍDA: 0,65. - TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: 1 MS. - RENDIMENTO EM REDE (COM MEIA CARGA): >96%. - RENDIMENTO EM INVERSOR (COM MEIA CARGA): >85%. - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 A 40ºC. - FAIXA DE ENTRADA 115V: 99V-138V (CA). - TOLERÂNCIA PARA TENSÃO DE SAÍDA EM INVERSOR: TENSÃO NOMINAL DE SAÍDA +/-5%. - SUPRESSOR DE TRANSIENTES PARA REDE ELÉTRICA: VARISTOR DE ÓXIDO METÁLICO. - CONEXÃO DE ENTRADA AC: 1 CABO DE ALIMENTAÇÃO. - COMPRIMENTO DO CABO DE ALIMENTAÇÃO: 1,25M (+/- 50MM). RECURSOS: - ESTABILIZADOR INTEGRADO; - FILTRO DE LINHA INTEGRADO; -TECLA LIGA-DESLIGA MEMORIZADA E TEMPORIZADA PARA EVITAR DESLIGAMENTO ACIDENTAL. - LED'S INDICATIVOS PARA O STATUS DO NOBREAK (REDE E BATERIA).- ALARME SONORO.- FUNÇÃO MUTE INTELIGENTE (AVISA SÓ QUANDO NECESSÁRIO, TRABALHANDO EM SILÊNCIO A MAIOR PARTE DO TEMPO). - FUSÍVEL DE PROTEÇÃO EXTERNO (COM UNIDADE RESERVA E TROCA FÁCIL). - FUNÇÃO BLECAUTE - DC START - COLD START - PERMITE LIGAR O NOBREAK NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA (COM BATERIA PREVIAMENTE CARREGADA). - DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO FINAL DO TEMPO DE AUTONOMIA PROTEGENDO A VIDA ÚTIL DAS BATERIAS. - RECARGA AUTOMÁTICA DAS BATERIAS MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO (GARANTE MAIOR VIDA ÚTIL DAS BATERIAS). - TECNOLOGIA LINE INTERACTIVE (INTERATIVO). - TECNOLOGIA SMD (MAIOR CONFIABILIDADE E MAIS COMPACTO). - MICROPROCESSADOR DE ALTO DESEMPENHO FLASH (CISC/ RISC IMPLEMENTADO). - INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE (SISTEMA DE MALHA DE CAPTURA DE FASE - PHASE-LOCKED LOOP	UNID	16,00	R$ 452,99	R$ 7.247,84

	- PLL). - ACIONAMENTO DO INVERSOR EM SUBTENSÃO E SOBRETENSÃO COM RETORNO AUTOMÁTICO. - RELIGAMENTO AUTOMÁTICO QUANDO RETORNA A ENERGIA ELÉTRICA SE DESLIGADO POR BATERIA BAIXA. - FUNÇÃO TRUE-RMS (MELHOR QUALIDADE E PRECISÃO NA REGULAÇÃO DA SAÍDA E MEDIÇÃO). - MEDIÇÃO DA TENSÃO DE ENTRADA EM TRUE-RMS. - CORREÇÃO DA TENSÃO DE SAÍDA EM TRUE-RMS. - MEDIÇÃO DA CORRENTE DE BATERIA E CORRENTE DE CARGA EM TRUE-RMS. - CIRCUITO DESMAGNETIZADOR. - GABINETE EM ABS DE ALTO IMPACTO. - XPRO DESIGN				
21	Notebook - Modelo, LPDDR5, Windows home, processador intel core ultra Notebook - Modelo, LPDDR5, cor, cinza, sistema operacional, Windows home, processador intel core ultra 7, 155H, (até 4,8 GHz com 24 MB L3 de cache), placa de vídeo, gráficos intel arc., tela display amoled WQXGA + 14, (2880x1800), antireflexo, painel com tela sensível ao toque, memória de 16 GB LPDDR5X (onboard de 16 GB), capacidade, SSD NVMe de 512 GB número de slots para SSD: 2, multimídia, alto-falante AKG Quad (Woofer Máx 5 W x 2, Tweeter 2 W x 2), Smart Amp, dolby Atmos, microfone digital interno Dual Array, microfone interno dual array, câmera de 2 M, rede, bluetooth v 5.3, wi-fi 6E, 802.11ax 2x2, portas de comunicação 1 HDMI 2.1 (Suporte a 8K em 60 Hz, 5K em 120 Hz), 2 Thunderbolt 4, 1 USB3.2, leitor de cartão multimídia microSD, 1 combo com saída para fone de ouvido/entrada para microfone, características para digitação, teclado profissional, (teclado retroiluminado), touchs screen, clicpad, segurança TPM, leitor de impressão digital, alimentação, 63 Wh (padrão), adaptador USB-C de 65 ,dimensão (L x P x A) 312,3 x 223,8 x 11,6 mm, peso 1,23 kg,	UNID	1,00	R$ 4.205,00	R$ 4.205,00

VALOR TOTAL: R$ 12.895,84 (doze mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 19/03/2026 a 18/03/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:A7BFA492

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DA FAZENDA
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o bimestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00

Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
235/2024 - Concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	380.970.904,27	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00	414.799.050,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARE. Emissão: 11/03/2026, às 11:38:32.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Rafael Henrique Agner
Código Identificador:468CB369

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	61.900.659,41	7.625.346,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.426.000,00	0,00
IPTU	1.201.800,00	0,00
ISS	2.160.400,00	0,00
ITBI	740.900,00	0,00
IRRF	690.900,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	632.000,00	0,00
Contribuições	427.000,00	0,00
Receita patrimonial	403.569,80	78.777,45
Aplicações Financeiras (II)	403.569,80	78.777,45
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	54.728.089,61	7.546.569,11
Cota-Parte do FPM	21.280.000,00	2.909.752,97
Cota-Parte do ICMS	12.800.000,00	1.187.689,34
Cota-Parte do IPVA	3.040.000,00	276.039,08
Cota-Parte do ITR	560.000,00	290.712,12
Transferências da LC 61/1989	416.000,00	17.845,97
Transferências do FUNDEB	8.833.000,00	1.491.536,13
Outras transferências correntes	7.799.089,61	1.372.993,50
Demais receitas correntes	916.000,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	916.000,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	61.497.089,61	7.546.569,11
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	105.000,00	403.371,67
Operações de Crédito (VIII)	0,00	403.371,67
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	105.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	105.000,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	105.000,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	61.602.089,61	7.546.569,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	61.602.089,61	7.546.569,11

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	57.462.643,18	7.480.609,40	6.523.007,00	4.733.089,08	828.940,98	338.948,80	285.320,32
Pessoal e encargos sociais	25.864.665,50	3.823.001,55	3.823.001,55	3.439.618,70	335.786,97	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.100.000,00	126.306,93	126.306,93	66.673,42	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	30.497.977,68	3.531.300,92	2.573.698,52	1.226.796,96	493.154,01	338.948,80	285.320,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	56.362.643,18	7.354.302,47	6.396.700,07	4.666.415,66	828.940,98	338.948,80	285.320,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	5.362.196,52	218.599,44	218.599,44	132.074,32	1.119.084,89	779.844,72	166.013,86
Investimentos	3.762.196,52	21.647,87	21.647,87	21.647,87	1.119.084,89	779.844,72	166.013,86
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	1.600.000,00	196.951,57	196.951,57	110.426,45	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	3.762.196,52	21.647,87	21.647,87	21.647,87	1.119.084,89	779.844,72	166.013,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Fevereiro / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	60.474.839,70	7.375.950,34	6.418.347,94	4.688.063,53	1.948.025,87	1.118.793,52	451.334,18
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	60.474.839,70	7.375.950,34	6.418.347,94	4.688.063,53	1.948.025,87	1.118.793,52	451.334,18

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	459.145,53
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	459.145,53

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	7.000,00

JUROS NOMINAIS	Até Fevereiro / 2026
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	78.777,45
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	537.922,98

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2025 (a)	**Até Fevereiro / 2026 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.080.220,90	4.412.947,93
DEDUÇÕES (XL)	2.660.580,09	2.429.042,27
Disponibilidade de Caixa	2.660.580,09	2.429.042,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.118.927,03	7.653.630,82
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.094.410,21	4.544.128,09
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	363.936,73	680.460,46

Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.419.640,81	1.983.905,66

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(564.264,85)

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	400.000,00

AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Fevereiro / 2026**
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	449.717,88
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	(114.546,97)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(193.324,42)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.169.180,29
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.169.180,29
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:F6E64122

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Municipal de Catanduvas-PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	5.724.457,00	5.724.457,00	706.183,41	12,34
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	391.200,00	391.200,00	24.698,09	6,31
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	746.600,00	746.600,00	32.700,00	4,38
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.869.590,00	1.869.590,00	445.536,06	23,83
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.717.067,00	2.717.067,00	203.249,26	7,48
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	56.173.300,00	56.173.300,00	8.911.575,75	15,86
Cota-Parte FPM	32.634.000,00	32.634.000,00	5.333.051,89	16,34
Cota-Parte ITR	590.000,00	590.000,00	23.204,63	3,93
Cota-Parte IPVA	2.190.000,00	2.190.000,00	788.142,57	35,99
Cota-Parte ICMS	20.484.300,00	20.484.300,00	2.726.097,37	13,31
Cota-Parte IPI-Exportação	275.000,00	275.000,00	41.079,29	14,94
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	61.897.757,00	61.897.757,00	9.617.759,16	15,54

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	10.456.920,00	10.456.920,00	1.699.287,75	16,25	1.490.872,02	14,26	1.461.757,20	13,98
Despesas Correntes	10.306.920,00	10.306.920,00	1.699.287,75	16,49	1.490.872,02	14,46	1.461.757,20	14,18
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	600.000,00	600.000,00	43.414,69	7,24	35.612,97	5,94	29.345,11	4,89
Despesas Correntes	600.000,00	600.000,00	43.414,69	7,24	35.612,97	5,94	29.345,11	4,89
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	249.500,00	249.500,00	49.159,71	19,70	49.159,71	19,70	49.159,71	19,70
Despesas Correntes	244.500,00	244.500,00	49.159,71	20,11	49.159,71	20,11	49.159,71	20,11
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	217.800,00	217.800,00	35.915,49	16,49	35.915,49	16,49	35.915,49	16,49
Despesas Correntes	216.800,00	216.800,00	35.915,49	16,57	35.915,49	16,57	35.915,49	16,57
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	11.525.220,00	11.525.220,00	1.827.777,64	15,86	1.611.560,19	13,98	1.576.177,51	13,68

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	1.827.777,64	1.611.560,19	1.576.177,51
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	1.827.777,64	1.611.560,19	1.576.177,51
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.442.663,87
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			1.442.663,87
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	168.896,32	133.513,64
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-	-	-

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	16,76	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	1.442.663,87	1.611.560,19	168.896,32	-	-	-	-	-	-	168.896,32
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.024.000,00	4.024.000,00	578.604,99	14,38
Proveniente da União	3.394.000,00	3.394.000,00	569.301,23	16,77
Proveniente dos Estados	430.000,00	430.000,00	9.303,76	2,16
Proveniente de outros Municípios	200.000,00	200.000,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	18.000,00	18.000,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.042.000,00	4.042.000,00	578.604,99	14,31

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.195.500,00	3.391.620,00	567.920,33	16,74	462.457,12	13,64	426.787,51	12,58
Despesas Correntes	2.995.500,00	3.191.620,00	567.920,33	17,79	462.457,12	14,49	426.787,51	13,37
Despesas de Capital	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	61.000,00	61.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	61.000,00	61.000,00	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	176.000,00	176.000,00	25.697,76	14,60	25.697,76	14,60	25.697,76	14,60
Despesas Correntes	176.000,00	176.000,00	25.697,76	14,60	25.697,76	14,60	25.697,76	14,60
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	3.432.500,00	3.628.620,00	593.618,09	16,36	488.154,88	13,45	452.485,27	12,47
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**	
			Até o bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	13.652.420,00	13.848.540,00	2.267.208,08	16,37	1.953.329,14	14,10	1.888.544,71	13,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-	-

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	600.000,00	600.000,00	43.414,69	7,24	35.612,97	5,94	29.345,11	4,89
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	310.500,00	310.500,00	49.159,71	15,83	49.159,71	15,83	49.159,71	15,83
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	393.800,00	393.800,00	61.613,25	15,65	61.613,25	15,65	61.613,25	15,65
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	14.957.720,00	15.153.840,00	2.421.395,73	15,98	2.099.715,07	13,86	2.028.662,78	13,39

Notas:

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT	***JULIANO APARECIDO DO AMARAL GUEDES***	***EDILSON MALAVSKI***
Prefeito	Secretário De Finanças	Controle Interno

GEFFERSON PAVAN

Contador

CRC PR-058882/O-0

Publicado por:
Gefferson Pavan
Código Identificador:71E88398

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Municipal de Catanduvas-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	106.175.978,00	108.871.851,71	13.168.731,49	12,10	13.168.731,49	12,10	95.703.120,22
RECEITAS CORRENTES	78.540.878,00	78.540.878,00	11.919.502,78	15,18	11.919.502,78	15,18	66.621.375,22
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.691.457,00	6.691.457,00	801.952,82	11,98	801.952,82	11,98	5.889.504,18
Impostos	5.724.457,00	5.724.457,00	706.183,41	12,34	706.183,41	12,34	5.018.273,59
Taxas	967.000,00	967.000,00	95.769,41	9,90	95.769,41	9,90	871.230,59
CONTRIBUIÇÕES	3.382.665,00	3.382.665,00	523.591,30	15,48	523.591,30	15,48	2.859.073,70
Contribuições Sociais	2.310.000,00	2.310.000,00	372.244,78	16,11	372.244,78	16,11	1.937.755,22
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.072.665,00	1.072.665,00	151.346,52	14,11	151.346,52	14,11	921.318,48
RECEITA PATRIMONIAL	3.822.138,00	3.822.138,00	869.788,63	22,76	869.788,63	22,76	2.952.349,37
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.300,00	5.300,00	-	-	-	-	5.300,00
Valores Mobiliários	3.816.838,00	3.816.838,00	869.788,63	22,79	869.788,63	22,79	2.947.049,37
RECEITA DE SERVIÇOS	16.000,00	16.000,00	-	-	-	-	16.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	16.000,00	16.000,00	-	-	-	-	16.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.442.618,00	64.442.618,00	9.644.327,73	14,97	9.644.327,73	14,97	54.798.290,27
Transferências da União e de suas Entidades	35.388.678,00	35.388.678,00	5.155.617,94	14,57	5.155.617,94	14,57	30.233.060,06
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.111.440,00	19.111.440,00	2.887.655,92	15,11	2.887.655,92	15,11	16.223.784,08
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	200.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.727.000,00	9.727.000,00	1.601.053,87	16,46	1.601.053,87	16,46	8.125.946,13
Outras Transferências	15.500,00	15.500,00	-	-	-	-	15.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.000,00	186.000,00	79.842,30	42,93	79.842,30	42,93	106.157,70
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	2.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	16.000,00	16.000,00	44.923,31	280,77	44.923,31	280,77	(28.923,31)
Demais Receitas Correntes	168.000,00	168.000,00	34.918,99	20,79	34.918,99	20,79	133.081,01
RECEITAS DE CAPITAL	27.635.100,00	30.330.973,71	1.249.228,71	4,12	1.249.228,71	4,12	29.081.745,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	100.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.535.100,00	30.230.973,71	1.249.228,71	4,13	1.249.228,71	4,13	28.981.745,00
Transferências da União e de suas Entidades	1.037.100,00	3.607.973,71	50.873,71	1,41	50.873,71	1,41	3.557.100,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	26.498.000,00	26.623.000,00	1.198.355,00	4,50	1.198.355,00	4,50	25.424.645,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.637.900,00	6.637.900,00	750.356,33	11,30	750.356,33	11,30	5.887.543,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	112.813.878,00	115.509.751,71	13.919.087,82	12,05	13.919.087,82	12,05	101.590.663,89
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	112.813.878,00	115.509.751,71	13.919.087,82	12,05	13.919.087,82	12,05	101.590.663,89
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	112.813.878,00	115.509.751,71	13.919.087,82	12,05	13.919.087,82	12,05	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	916.415,30	-	-	916.415,30	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	916.415,30	-	-	916.415,30	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	105.493.338,00	109.085.990,85	9.993.201,15	9.993.201,15	99.092.789,70	8.618.035,21	8.618.035,21	100.467.955,64	8.510.745,23	-
DESPESAS CORRENTES	73.479.073,00	73.982.034,83	9.827.490,53	9.827.490,53	64.154.544,30	8.594.324,59	8.594.324,59	65.387.710,24	8.487.034,61	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.553.400,00	39.667.803,33	5.497.560,39	5.497.560,39	34.170.242,94	5.497.560,39	5.497.560,39	34.170.242,94	5.497.560,39	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	70.000,00	70.000,00	14.229,44	14.229,44	55.770,56	14.229,44	14.229,44	55.770,56	14.229,44	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.855.673,00	34.244.231,50	4.315.700,70	4.315.700,70	29.928.530,80	3.082.534,76	3.082.534,76	31.161.696,74	2.975.244,78	-
DESPESAS DE CAPITAL	29.596.365,00	32.686.056,02	165.710,62	165.710,62	32.520.345,40	23.710,62	23.710,62	32.662.345,40	23.710,62	-
INVESTIMENTOS	29.546.365,00	32.636.056,02	142.000,00	142.000,00	32.494.056,02	-	-	32.636.056,02	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	23.710,62	23.710,62	26.289,38	23.710,62	23.710,62	26.289,38	23.710,62	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.417.900,00	2.417.900,00	-	-	2.417.900,00	-	-	2.417.900,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	750.356,33	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	112.813.878,00	116.426.167,01	11.113.378,16	11.113.378,16	105.312.788,85	9.738.212,22	9.738.212,22	106.687.954,79	9.261.101,56	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	112.813.878,00	116.426.167,01	11.113.378,16	11.113.378,16	105.312.788,85	9.738.212,22	9.738.212,22	106.687.954,79	9.261.101,56	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	2.805.709,66	-	-	4.180.875,60	-	4.657.986,26	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	112.813.878,00	116.426.167,01	11.113.378,16	13.919.087,82	-	9.738.212,22	13.919.087,82	106.687.954,79	13.919.087,82	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.637.900,00	6.637.900,00	750.356,33	11,30	750.356,33	11,30	5.887.543,67
RECEITAS CORRENTES	6.637.900,00	6.637.900,00	750.356,33	11,30	750.356,33	11,30	5.887.543,67
CONTRIBUIÇÕES	2.200.000,00	2.200.000,00	380.535,65	17,30	380.535,65	17,30	1.819.464,35
Contribuições Sociais	2.200.000,00	2.200.000,00	380.535,65	17,30	380.535,65	17,30	1.819.464,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.437.900,00	4.437.900,00	369.820,68	8,33	369.820,68	8,33	4.068.079,32
Demais Receitas Correntes	4.437.900,00	4.437.900,00	369.820,68	8,33	369.820,68	8,33	4.068.079,32

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	750.356,33	-

DESPESAS CORRENTES	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	6.219.999,15	750.356,33	-

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.882.640,00	2.902.276,16	380.535,65	380.535,65	2.521.740,51	380.535,65	380.535,65	2.521.740,51	380.535,65	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.437.900,00	4.437.900,00	739.641,36	739.641,36	3.698.258,64	739.641,36	739.641,36	3.698.258,64	369.820,68	-
1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT	***JULIANO APARECIDO DO AMARAL GUEDES***	***EDILSON MALAVSKI***
Prefeito	Secretário De Finanças	Controle Interno
GEFFERSON PAVAN		
Contador		
CRC PR-058882/O-0		
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Mar/2026, 15h e 41m.		

Publicado por:
Gefferson Pavan
Código Identificador:E0805B11

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	**105.493.338,00**	**109.085.990,85**	**9.993.201,15**	**9.993.201,15**	**89,92**	**99.092.789,70**	**8.618.035,21**	**8.618.035,21**	**88,50**	**100.467.955,64**
Legislativa	1.641.500,00	1.641.500,00	171.736,62	171.736,62	1,55	1.469.763,38	171.736,62	171.736,62	1,76	1.469.763,38
Ação Legislativa	1.641.500,00	1.641.500,00	171.736,62	171.736,62	1,55	1.469.763,38	171.736,62	171.736,62	1,76	1.469.763,38
Administração	7.888.500,00	7.868.863,84	1.192.276,81	1.192.276,81	10,73	6.676.587,03	923.062,02	923.062,02	9,48	6.945.801,82
Planejamento e Orçamento	369.700,00	386.714,67	50.679,01	50.679,01	0,46	336.035,66	50.679,01	50.679,01	0,52	336.035,66
Administração Geral	5.951.600,00	5.914.949,17	880.436,44	880.436,44	7,92	5.034.512,73	661.667,91	661.667,91	6,79	5.253.281,26
Administração Financeira	1.456.200,00	1.456.200,00	246.900,58	246.900,58	2,22	1.209.299,42	196.454,32	196.454,32	2,02	1.259.745,68
Controle Interno	111.000,00	111.000,00	14.260,78	14.260,78	0,13	96.739,22	14.260,78	14.260,78	0,15	96.739,22
Assistência Social	3.788.000,00	3.882.457,19	491.055,36	491.055,36	4,42	3.391.401,83	450.903,63	450.903,63	4,63	3.431.553,56
Administração Geral	803.200,00	803.200,00	173.613,63	173.613,63	1,56	629.586,37	156.329,70	156.329,70	1,61	646.870,30
Assistência à Pessoa Idosa	513.700,00	513.700,00	67.715,33	67.715,33	0,61	445.984,67	63.924,58	63.924,58	0,66	449.775,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	842.100,00	919.567,19	95.621,97	95.621,97	0,86	823.945,22	86.228,82	86.228,82	0,89	833.338,37
Assistência Comunitária	1.320.600,00	1.327.590,00	145.400,85	145.400,85	1,31	1.182.189,15	136.910,85	136.910,85	1,41	1.190.679,15
Serviços Socioassistenciais	308.400,00	318.400,00	8.703,58	8.703,58	0,08	309.696,42	7.509,68	7.509,68	0,08	310.890,32
Previdência Social	10.100.000,00	10.100.000,00	1.150.520,64	1.150.520,64	10,35	8.949.479,36	1.150.520,64	1.150.520,64	11,81	8.949.479,36
Previdência do Regime Estatutário	10.100.000,00	10.100.000,00	1.150.520,64	1.150.520,64	10,35	8.949.479,36	1.150.520,64	1.150.520,64	11,81	8.949.479,36
Saúde	17.431.500,00	17.627.620,00	2.359.460,35	2.359.460,35	21,23	15.268.159,65	2.037.779,69	2.037.779,69	20,93	15.589.840,31
Atenção Básica	12.984.500,00	13.180.620,00	2.159.067,90	2.159.067,90	19,43	11.021.552,10	1.845.188,96	1.845.188,96	18,95	11.335.431,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.820.500,00	2.820.500,00	56.989,40	56.989,40	0,51	2.763.510,60	56.989,40	56.989,40	0,59	2.763.510,60
Suporte Profilático e Terapêutico	1.000.000,00	1.000.000,00	43.414,69	43.414,69	0,39	956.585,31	35.612,97	35.612,97	0,37	964.387,03
Vigilância Sanitária	277.500,00	277.500,00	44.945,71	44.945,71	0,40	232.554,29	44.945,71	44.945,71	0,46	232.554,29
Vigilância Epidemiológica	349.000,00	349.000,00	55.042,65	55.042,65	0,50	293.957,35	55.042,65	55.042,65	0,57	293.957,35
Trabalho	915.200,00	915.200,00	73.170,80	73.170,80	0,66	842.029,20	64.392,27	64.392,27	0,66	850.807,73

Fomento ao Trabalho	915.200,00	915.200,00	73.170,80	73.170,80	0,66	842.029,20	64.392,27	64.392,27	0,66	850.807,73
Educação	20.247.200,00	20.492.259,61	2.393.716,36	2.393.716,36	21,54	18.098.543,25	2.108.804,82	2.108.804,82	21,65	18.383.454,79
Alimentação e Nutrição	1.329.000,00	1.333.854,47	189.395,09	189.395,09	1,70	1.144.459,38	141.760,90	141.760,90	1,46	1.192.093,57
Ensino Fundamental	14.764.200,00	14.998.450,97	1.340.930,29	1.340.930,29	12,07	13.657.520,68	1.169.957,96	1.169.957,96	12,01	13.828.493,01
Ensino Superior	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Educação Infantil	3.817.000,00	3.817.000,00	837.739,51	837.739,51	7,54	2.979.260,49	779.188,66	779.188,66	8,00	3.037.811,34
Educação de Jovens e Adultos	59.000,00	59.000,00	8.452,14	8.452,14	0,08	50.547,86	8.452,14	8.452,14	0,09	50.547,86
Educação Especial	78.000,00	83.954,17	17.199,33	17.199,33	0,15	66.754,84	9.445,16	9.445,16	0,10	74.509,01
Cultura	2.378.500,00	2.429.107,01	129.596,24	129.596,24	1,17	2.299.510,77	127.596,24	127.596,24	1,31	2.301.510,77
Difusão Cultural	2.378.500,00	2.429.107,01	129.596,24	129.596,24	1,17	2.299.510,77	127.596,24	127.596,24	1,31	2.301.510,77
Urbanismo	26.809.145,00	26.809.145,00	469.674,30	469.674,30	4,23	26.339.470,70	452.735,34	452.735,34	4,65	26.356.409,66
Infra-estrutura Urbana	22.173.665,00	22.173.665,00	0,00	0,00	0,00	22.173.665,00	0,00	0,00	0,00	22.173.665,00
Serviços Urbanos	4.635.480,00	4.635.480,00	469.674,30	469.674,30	4,23	4.165.805,70	452.735,34	452.735,34	4,65	4.182.744,66
Habitação	11.000,00	2.833.002,00	410,00	410,00	0,00	2.832.592,00	410,00	410,00	0,00	2.832.592,00
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Mar/2026, 15h e 43m.										
Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
Habitação Urbana	11.000,00	2.833.002,00	410,00	410,00	0,00	2.832.592,00	410,00	410,00	0,00	2.832.592,00
Saneamento	252.300,00	252.300,00	0,00	0,00	0,00	252.300,00	0,00	0,00	0,00	252.300,00
Saneamento Básico Urbano	252.300,00	252.300,00	0,00	0,00	0,00	252.300,00	0,00	0,00	0,00	252.300,00
Gestão Ambiental	2.596.470,00	2.636.513,20	164.172,98	164.172,98	1,48	2.472.340,22	147.328,61	147.328,61	1,51	2.489.184,59
Preservação e Conservação Ambiental	2.596.470,00	2.636.513,20	164.172,98	164.172,98	1,48	2.472.340,22	147.328,61	147.328,61	1,51	2.489.184,59
Agricultura	1.398.400,00	1.437.400,00	158.383,99	158.383,99	1,43	1.279.016,01	110.171,64	110.171,64	1,13	1.327.228,36
Extensão Rural	1.398.400,00	1.437.400,00	158.383,99	158.383,99	1,43	1.279.016,01	110.171,64	110.171,64	1,13	1.327.228,36
Indústria	318.200,00	318.200,00	5.637,99	5.637,99	0,05	312.562,01	2.637,99	2.637,99	0,03	315.562,01
Promoção Industrial	318.200,00	318.200,00	5.637,99	5.637,99	0,05	312.562,01	2.637,99	2.637,99	0,03	315.562,01
Transporte	5.391.253,00	5.516.253,00	968.517,08	968.517,08	8,71	4.547.735,92	656.611,51	656.611,51	6,74	4.859.641,49
Transporte Rodoviário	5.391.253,00	5.516.253,00	968.517,08	968.517,08	8,71	4.547.735,92	656.611,51	656.611,51	6,74	4.859.641,49
Desporto e Lazer	582.500,00	582.500,00	62.823,83	62.823,83	0,57	519.676,17	46.296,39	46.296,39	0,48	536.203,61
Desporto Comunitário	582.500,00	582.500,00	62.823,83	62.823,83	0,57	519.676,17	46.296,39	46.296,39	0,48	536.203,61
Encargos Especiais	1.325.770,00	1.325.770,00	202.047,80	202.047,80	1,82	1.123.722,20	167.047,80	167.047,80	1,72	1.158.722,20
Serviço da Dívida Interna	120.000,00	120.000,00	37.940,06	37.940,06	0,34	82.059,94	37.940,06	37.940,06	0,39	82.059,94
Outros Encargos Especiais	1.205.770,00	1.205.770,00	164.107,74	164.107,74	1,48	1.041.662,26	129.107,74	129.107,74	1,33	1.076.662,26
Reservas	2.417.900,00	2.417.900,00	0,00	0,00	0,00	2.417.900,00	0,00	0,00	0,00	2.417.900,00
Reserva de Contingência	2.417.900,00	2.417.900,00	0,00	0,00	0,00	2.417.900,00	0,00	0,00	0,00	2.417.900,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	10,08	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	11,50	6.219.999,15
TOTAL (III)=(I+II)	**112.813.878,00**	**116.426.167,01**	**11.113.378,16**	**11.113.378,16**	**100**	**105.312.788,85**	**9.738.212,22**	**9.738.212,22**	**100**	**106.687.954,79**
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Mar/2026, 15h e 43m.										
Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	10,08	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	11,50	6.219.999,15
Legislativa	45.000,00	45.000,00	5.909,23	5.909,23	0,05	39.090,77	5.909,23	5.909,23	0,06	39.090,77
Ação Legislativa	45.000,00	45.000,00	5.909,23	5.909,23	0,05	39.090,77	5.909,23	5.909,23	0,06	39.090,77
Administração	335.040,00	354.676,16	33.213,61	33.213,61	0,30	321.462,55	33.213,61	33.213,61	0,34	321.462,55
Planejamento e Orçamento	27.600,00	27.600,00	3.593,32	3.593,32	0,03	24.006,68	3.593,32	3.593,32	0,04	24.006,68
Administração Geral	160.420,00	180.056,16	15.987,97	15.987,97	0,14	164.068,19	15.987,97	15.987,97	0,16	164.068,19
Administração Financeira	134.000,00	134.000,00	12.567,22	12.567,22	0,11	121.432,78	12.567,22	12.567,22	0,13	121.432,78
Controle Interno	13.020,00	13.020,00	1.065,10	1.065,10	0,01	11.954,90	1.065,10	1.065,10	0,01	11.954,90
Assistência Social	164.940,00	164.940,00	20.067,40	20.067,40	0,18	144.872,60	20.067,40	20.067,40	0,21	144.872,60

Administração Geral	57.780,00	57.780,00	12.952,26	12.952,26	0,12	44.827,74	12.952,26	12.952,26	0,13	44.827,74
Assistência à Pessoa Idosa	19.660,00	19.660,00	1.751,78	1.751,78	0,02	17.908,22	1.751,78	1.751,78	0,02	17.908,22
Assistência à Criança e ao Adolescente	4.500,00	4.500,00	487,72	487,72	0,00	4.012,28	487,72	487,72	0,01	4.012,28
Assistência Comunitária	77.600,00	77.600,00	4.875,64	4.875,64	0,04	72.724,36	4.875,64	4.875,64	0,05	72.724,36
Serviços Socioassistenciais	5.400,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00
Saúde	745.720,00	745.720,00	118.924,78	118.924,78	1,07	626.795,22	118.924,78	118.924,78	1,22	626.795,22
Atenção Básica	667.920,00	667.920,00	108.140,18	108.140,18	0,97	559.779,82	108.140,18	108.140,18	1,11	559.779,82
Vigilância Sanitária	33.000,00	33.000,00	4.214,00	4.214,00	0,04	28.786,00	4.214,00	4.214,00	0,04	28.786,00
Vigilância Epidemiológica	44.800,00	44.800,00	6.570,60	6.570,60	0,06	38.229,40	6.570,60	6.570,60	0,07	38.229,40
Trabalho	14.160,00	14.160,00	2.076,66	2.076,66	0,02	12.083,34	2.076,66	2.076,66	0,02	12.083,34
Fomento ao Trabalho	14.160,00	14.160,00	2.076,66	2.076,66	0,02	12.083,34	2.076,66	2.076,66	0,02	12.083,34
Educação	1.247.580,00	1.247.580,00	162.667,07	162.667,07	1,46	1.084.912,93	162.667,07	162.667,07	1,67	1.084.912,93
Ensino Fundamental	960.556,00	960.556,00	96.409,05	96.409,05	0,87	864.146,95	96.409,05	96.409,05	0,99	864.146,95
Educação Infantil	271.344,00	271.344,00	63.822,42	63.822,42	0,57	207.521,58	63.822,42	63.822,42	0,66	207.521,58
Educação de Jovens e Adultos	7.140,00	7.140,00	1.113,28	1.113,28	0,01	6.026,72	1.113,28	1.113,28	0,01	6.026,72
Educação Especial	8.540,00	8.540,00	1.322,32	1.322,32	0,01	7.217,68	1.322,32	1.322,32	0,01	7.217,68
Cultura	34.180,00	34.180,00	3.017,75	3.017,75	0,03	31.162,25	3.017,75	3.017,75	0,03	31.162,25
Difusão Cultural	34.180,00	34.180,00	3.017,75	3.017,75	0,03	31.162,25	3.017,75	3.017,75	0,03	31.162,25
Urbanismo	112.000,00	112.000,00	12.736,54	12.736,54	0,11	99.263,46	12.736,54	12.736,54	0,13	99.263,46
Serviços Urbanos	112.000,00	112.000,00	12.736,54	12.736,54	0,11	99.263,46	12.736,54	12.736,54	0,13	99.263,46
Agricultura	36.800,00	36.800,00	5.506,88	5.506,88	0,05	31.293,12	5.506,88	5.506,88	0,06	31.293,12
Extensão Rural	36.800,00	36.800,00	5.506,88	5.506,88	0,05	31.293,12	5.506,88	5.506,88	0,06	31.293,12
Transporte	121.000,00	121.000,00	14.130,31	14.130,31	0,13	106.869,69	14.130,31	14.130,31	0,15	106.869,69
Transporte Rodoviário	121.000,00	121.000,00	14.130,31	14.130,31	0,13	106.869,69	14.130,31	14.130,31	0,15	106.869,69
Desporto e Lazer	10.000,00	10.000,00	689,82	689,82	0,01	9.310,18	689,82	689,82	0,01	9.310,18
Desporto Comunitário	10.000,00	10.000,00	689,82	689,82	0,01	9.310,18	689,82	689,82	0,01	9.310,18
Encargos Especiais	4.454.120,00	4.454.120,00	741.236,96	741.236,96	6,67	3.712.883,04	741.236,96	741.236,96	7,61	3.712.883,04
Outros Encargos Especiais	4.454.120,00	4.454.120,00	741.236,96	741.236,96	6,67	3.712.883,04	741.236,96	741.236,96	7,61	3.712.883,04
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Mar/2026, 15h e 43m.										
Prefeitura Municipal de Catanduvas - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção										
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Fevereiro 2026/Bimestre Janeiro-Fevereiro										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
TOTAL	7.320.540,00	7.340.176,16	1.120.177,01	1.120.177,01	10,08	6.219.999,15	1.120.177,01	1.120.177,01	11,50	6.219.999,15
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT		***JULIANO APARECIDO DO AMARAL GUEDES***				***EDILSON MALAVSKI***				
Prefeito		Secretário De Finanças				Controle Interno				
GEFFERSON PAVAN										
Contador										
CRC PR-058882/O-0										
FONTE: Governança Brasil - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 19/Mar/2026, 15h e 43m.										

Publicado por:
Gefferson Pavan
Código Identificador:0B795F21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
8/2026 - PE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO

R. Herminio Perondi, 176 - Centro - Flor da Serra do Sul
CEP: 85618-000 CNPJ: 95.589.271/0001-30 Telefone: (46) 3565-1132
E-mail: compras@fssul.pr.gov.br Site: http://www.fssul.pr.gov.br

Nr.: 8/2026

Processo Adm.: 13/2026
Data do Processo: 27/01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, I e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 13/2026
b) Nr. Licitação: 8/2026 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 20/03/2026
e) Objeto da Licitação: Registro de Preços visando à contratação futura e eventual de empresa especializada na prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, com fornecimento de materiais e garantia, para atender às necessidades da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Flor da Serra do Sul/PR.

Lote: 1

Participante: IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA (36.445.798/0001-22)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
1	RECAPAGEM DE PNEU 7,50 X 16 R, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	10,000	UN	350,00	3.500,00
2	RECAPAGEM DE PNEU 7,50 X 16 BORRACHUDO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	15,000	UN	350,00	5.250,00
3	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 7,50 X 16, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	15,000	UN	40,00	600,00
			Total do Participante:		9.350,00

Lote: 2

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
4	RECAPAGEM DE PNEU 12,4 X 24, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	950,00	19.000,00
5	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,4 X 24, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	20,000	UN	400,00	8.000,00
			Total do Participante:		27.000,00

Lote: 3

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
6	RECAPAGEM DE PNEU 12,5/ 80 -18, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	20,000	UN	500,00	10.000,00
7	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 12,5/80 -18, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	10,000	UN	300,00	3.000,00
			Total do Participante:		13.000,00

Lote: 4

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
8	RECAPAGEM DE PNEU 14,9 X 24, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	10,000	UN	1.500,00	15.000,00
9	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 X 24, CONFORME ESPECIFICAÇÕES	10,000	UN	350,00	3.500,00

DO INMETRO.

Total do Participante: 18.500,00

Lote: 5

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
10	RECAPAGEM DE PNEU 14,9 X 28, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	27,000	UN	1.200,00	32.400,00
11	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14,9 X 28, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	20,000	UN	250,00	5.000,00

Total do Participante: 37.400,00

Lote: 6

Participante: RECAPADORA MARRECAS LTDA (05.689.415/0001-38)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
12	RECAPAGEM DE PNEU 14.17 X 5 , CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	1.200,00	24.000,00
13	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.17 X 5, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	500,00	5.000,00

Total do Participante: 29.000,00

Lote: 7

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
14	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25 L2 , CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	25,000	UN	1.350,00	33.750,00
15	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 X 25 L2, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO.	20,000	UND	350,00	7.000,00

Total do Participante: 40.750,00

Lote: 8

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
16	RECAPAGEM DE PNEU 17.5 X 25 L3 , CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES INMETRO	40,000	UN	1.500,00	60.000,00
17	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 17,5 X 25 L3, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	400,00	8.000,00

Total do Participante: 68.000,00

Lote: 9

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
18	RECAPAGEM DE PNEU 18,4 X 30, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	30,000	UN	1.800,00	54.000,00
19	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 X 30, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	499,00	4.990,00

Total do Participante: 58.990,00

Lote: 10

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total

20	RECAPAGEM DE PNEU 18,4 X 34, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	12,000	UN	2.350,00	28.200,00
21	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 18,4 X 34, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	12,000	UN	499,00	5.988,00

Total do Participante: 34.188,00

Lote: 11

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total

22	RECAPAGEM DE PNEU 19,5 X 24, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	40,000	UN	1.400,00	56.000,00
23	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 19,5 X 24, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	350,00	7.000,00

Total do Participante: 63.000,00

Lote: 12

Participante: F. VACHILESKI & CIA LTDA (93.388.031/0009-08)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
24	RECAPAGEM DE PNEU 23,1 X 26, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	3.000,00	30.000,00
25	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23,1 X 26 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	200,00	2.000,00

Total do Participante: 32.000,00

Lote: 13

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
26	RECAPAGEM DE PNEU 23,1 X 30, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	3.100,00	31.000,00
27	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23,1X 30 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	400,00	4.000,00

Total do Participante: 35.000,00

Lote: 14

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
28	RECAPAGEM DE PNEU 23,5X 25 L-3, CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	3.299,00	32.990,00
29	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23,5 X 25 L-3 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	699,00	6.990,00

Total do Participante: 39.980,00

Lote: 15

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
30	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20, CONVENCIONAL MISTO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	30,000	UN	350,00	10.500,00
31	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 CONVENCIONAL BORRACHUDO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	30,000	UN	350,00	10.500,00

32	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 RADIAL BORRACHUDO , CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	450,00	9.000,00
33	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 RADIAL MISTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	350,00	7.000,00
34	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1000X 20 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	40,000	UN	200,00	8.000,00

Total do Participante: 45.000,00

Lote: 16

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
35	RECAPAGEM DE PNEU 20.5X 25 L3 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	2.999,00	59.980,00
36	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 20.5X 25 L3CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	799,00	7.990,00

Total do Participante: 67.970,00

Lote: 17

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
37	RECAPAGEM DE PNEU 1400 R 24 RADIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	50,000	UN	1.199,00	59.950,00

38	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 L- 2 ,CONVENCIONAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	999,00	19.980,00
39	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 L- 3 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	40,000	UN	1.199,00	47.960,00
40	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1400 X 24 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	699,00	13.980,00

Total do Participante: 141.870,00

Lote: 18

Participante: RECAPADORA MARRECAS LTDA (05.689.415/0001-38)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
41	RECAPAGEM DE PNEU 225/75 R 16 RADIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	30,000	UN	420,00	12.600,00
42	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 225/75 R 16 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	SV	180,00	1.800,00

Total do Participante: 14.400,00

Lote: 19

Participante: IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA (36.445.798/0001-22)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
43	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 17,5 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	80,000	UN	350,00	28.000,00
44	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215 /75 R 17,5 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	50,000	UN	50,00	2.500,00

Total do Participante: 30.500,00

Lote: 20

Participante: IMPERIO PNEUS E RECAPAGENS LTDA (36.445.798/0001-22)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
45	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R 16 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	30,000	UN	350,00	10.500,00
46	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215 /75 R 16 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	10,000	UN	50,00	500,00

Total do Participante: 11.000,00

Lote: 21

Participante: F. VACHILESKI & CIA LTDA (93.388.031/0009-08)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
47	RECAPAGEM DE PNEU 235/75 x 17,5 RADIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	80,000	UN	350,00	28.000,00
48	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 235/75x 17,5 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	20,000	UN	80,00	1.600,00

Total do Participante: 29.600,00

Lote: 22

Participante: DR PNEUS LTDA (44.216.474/0001-40)

Item	Especificação	Qtd.		Valor Unitário	Valor Total
49	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22,5, BORRACHUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	110,000	UN	400,00	44.000,00
50	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R 22,5, MISTO CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	80,000	UN	400,00	32.000,00
51	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 275/80 R 22,5 CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO INMETRO	100,000	UN	250,00	25.000,00

Total do Participante: 101.000,00

Total Geral: 947.498,00

Sistema: Compras - Usuário: valmorfelipe. Emissão: 20/03/2026, às 14:34:15. Protocolo: 9bd9f5a3-0af2-4ca4-af8d-0f7d767f63a6

Página: 5 / 5

Flor da Serra do Sul, 20 de Março de 2026

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C4779AE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS							
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	2.500.000,00	2.500.000,00	89.415,88	3,58	89.415,88	3,58	2.410.584,12
RECEITAS CORRENTES	2.500.000,00	2.500.000,00	89.415,88	3,58	89.415,88	3,58	2.410.584,12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	36.000,00	36.000,00	6.418,30	17,83	6.418,30	17,83	29.581,70
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	36.000,00	36.000,00	6.418,30	17,83	6.418,30	17,83	29.581,70
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.464.000,00	2.464.000,00	82.997,58	3,37	82.997,58	3,37	2.381.002,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	2.464.000,00	2.464.000,00	82.997,58	3,37	82.997,58	3,37	2.381.002,42
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	2.500.000,00	2.500.000,00	89.415,88	3,58	89.415,88	3,58	2.410.584,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	2.500.000,00	2.500.000,00	89.415,88	3,58	89.415,88	3,58	2.410.584,12
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	116.610,14	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	2.500.000,00	2.500.000,00	89.415,88	3,58	89.415,88	3,58	2.410.584,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:							
Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS							
PAULO ROBERTO PEDRO			***IVONETE LOPES DA SILVA***				
Presidente			Contabilista				

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	2.293.973,98	200.860,17
DESPESAS CORRENTES	1.950.000,00	1.950.000,00	206.257,70	206.257,70	1.743.742,30	206.026,02	206.026,02	1.743.973,98	200.860,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	267.000,00	267.000,00	31.052,05	31.052,05	235.947,95	31.052,05	31.052,05	235.947,95	26.186,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.683.000,00	1.683.000,00	175.205,65	175.205,65	1.507.794,35	174.973,97	174.973,97	1.508.026,03	174.673,97
DESPESAS DE CAPITAL	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
INVESTIMENTOS	525.000,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00	0,00	525.000,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	2.293.973,98	200.860,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	2.293.973,98	200.860,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	2.293.973,98	200.860,17
Entidades:									
Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS									

PAULO ROBERTO PEDRO	***IVONETE LOPES DA SILVA***
Presidente	Contabilista

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO - CIAS										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	100,00	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	100,00	2.293.973,98
ADMINISTRAÇÃO	2.475.000,00	2.475.000,00	206.257,70	206.257,70	100,00	2.268.742,30	206.026,02	206.026,02	100,00	2.268.973,98
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.475.000,00	2.475.000,00	206.257,70	206.257,70	100,00	2.268.742,30	206.026,02	206.026,02	100,00	2.268.973,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	2.500.000,00	2.500.000,00	206.257,70	206.257,70	100,00	2.293.742,30	206.026,02	206.026,02	100,00	2.293.973,98
Entidades:										
Consórcio Intermunicipal para Aterro Sanitário - CIAS	***PAULO ROBERTO PEDRO***			***IVONETE LOPES DA SILVA***						
	Presidente			Contabilista						

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:354CFD25

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 130/2026

DECRETO N.º 130/2026

Súmula: Atualiza vencimentos dos profissionais do Magistério Público do Município de Mallet e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, , PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

D E C R E T A

Art. 1 º - Fica acrescido sobre os vencimentos básicos dos profissionais do quadro efetivo do magistério o percentual de 5,4% (cinco vírgula quatro por cento), conforme autorizado pela Lei Municipal nº 1690 de 10 de março de 2026;

§ 1º. O cálculo dos novos valores dos vencimentos é feito por meio da aplicação do percentual sobre os vencimentos constantes em folha de pagamento do mês anterior ao da concessão do novo percentual.

§ 2º. A aplicação dos índices previstos surtirá seus efeitos financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º - Em decorrência dessas atualizações, os Anexos III da tabela de Vencimentos e Estrutura da Lei 1236/2015 de 01 de julho de 2015 e suas alterações, passam a ser os seguintes:

ANEXO III - TABELA DE VENCIMENTOS E ESTRUTURA

TABELA DE VENCIMENTOS PROFESSOR - 20 HORAS

Níveis/ Classes	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível I Magistério	2.192,15	2.268,87	2.348,28	2.430,46	2.515,52	2.603,56	2.694,73	2.789,03	2.886,66	2.987,69
Nível II Licenciatura Plena	2.630,57	2.735,80	2.845,25	2.959,07	3.077,42	3.200,52	3.328,55	3.461,68	3.600,15	3.744,16
Nível III “Lato Sensu”	3.156,75	3.282,99	2.414,28	3.550,87	3.692,91	3.840,60	3.994,30	4.154,13	4.320,17	4.492,99
Nível IV “Stricto Sensu”	3.945,90	4.103,74	2.467,88	4.438,55	4.616,13	4.800,78	4.992,82	5.192,53	5.400,22	5.616,23

TABELA DE VENCIMENTOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 HORAS

Níveis/ Classes	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível I Magistério	4.384,34	4.537,78	4.696,60	4.860,99	5.031,11	5.207,24	5.389,45	5.578,11	5.773,30	5.975,39
Nível II Licenciatura Plena	5.261,21	5.471,65	5.690,52	5.918,12	6.154,85	6.401,05	6.657,08	6.923,40	7.200,32	7.488,34
Nível III “Lato Sensu”	6.313,42	6.565,95	6.828,61	7.101,74	7.385,79	7.607,39	7.911,71	8.228,16	8.557,28	8.755,56
Nível IV “Stricto Sensu”	7.086,93	7.370,42	7.665,23	7.665,23	7.971,81	8.290,67	8.622,30	8.967,15	9.332,00	9.698,87

TABELA DE VENCIMENTOS

PSICOPEDAGOGO E PEDAGOGO - 40 HORAS

Níveis/ Classes	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível II Licenciatura Plena	4.735,75	4.991,55	5.166,25	5.347,06	5.534,21	5.727,90	5.928,38	6.135,88	6.350,62	6.572,91
Nível III “Lato Sensu”	5.787,28	5.989,85	6.199,49	6.416,48	6.641,05	6.873,49	7.114,06	7.363,06	7.620,75	7.887,49
Nível IV “Stricto Sensu”	7.232,12	7.523,48	7.824,41	8.137,40	8.462,89	8.801,41	9.153,47	9.519,61	9.900,40	10.296,40

TABELA DE VENCIMENTOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 40 HORAS

Níveis/ Classes	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
Nível II Licenciatura Plena	5.261,21	5.471,65	5.690,52	5.918,12	6.154,85	6.401,05	6.657,08	6.923,40	7.200,32	7.488,34
Nível III “Lato Sensu”	6.313,42	6.565,95	6.828,61	7.101,74	7.385,79	7.607,39	7.911,71	8.228,16	8.557,28	8.755,56
Nível IV “Stricto Sensu”	7.086,93	7.370,42	7.665,23	7.665,23	7.971,81	8.290,67	8.622,30	8.967,15	9.332,00	9.698,87

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos jurídicos de disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 20 de março de 2026.

PEDRO KOWALCZYK

Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:C65B281A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.309, DE 19 DE MARÇO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES EFETIVOS, ATIVOS E INATIVOS, E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA NO ANO DE 2026. (REPUBLICADA)

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Conforme lei municipal que trata da revisão geral anual para 2026 aos servidores públicos municipais, fica concedida, a partir de 1º de janeiro de 2026, a revisão geral anual de 3,9%, com base no INPC de 2025, a título de reposição inflacionária aos servidores públicos efetivos, ativos e inativos e comissionados deste Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atualizada a tabela constante no Anexo I da Lei municipal nº 4.452, de 03/08/2017 e a tabela constante no art. 11 da Lei municipal nº 5.478, de 30/03/2022, conforme seguem em anexo.

Art. 3º O estudo de impacto financeiro faz parte da presente lei, sendo que as despesas dela decorrentes serão pagas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de março de 2026.

ALTAMIR SANSON

Prefeito do Município de Palmeira

ANEXO I - TABELAS DE PROGRESSÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Ensino Médio		2.549,43	2.625,91	2.702,40	2.778,88	2.855,36	2.931,84	3.008,33	3.084,81	3.161,29	3.237,78	3.314,26	3.390,74	3.467,22	3.543,71	3.620,19	3.696,67	3.773,16
II - Graduação	10%	2.804,37	2.888,50	2.972,64	3.056,77	3.140,90	3.225,03	3.309,16	3.393,29	3.477,42	3.561,55	3.645,68	3.729,82	3.813,95	3.898,08	3.982,21	4.066,34	4.150,47
III - Pós-graduação	10%	3.084,81	3.177,35	3.269,90	3.362,44	3.454,99	3.547,53	3.640,08	3.732,62	3.825,16	3.917,71	4.010,25	4.102,80	4.195,34	4.287,89	4.380,43	4.472,97	4.565,52
IV - Mestrado	15%	3.547,53	3.653,96	3.760,38	3.866,81	3.973,24	4.079,66	4.186,09	4.292,51	4.398,94	4.505,37	4.611,79	4.718,22	4.824,64	4.931,07	5.037,50	5.143,92	5.250,35
V - Doutorado	20%	4.257,04	4.384,75	4.512,46	4.640,17	4.767,88	4.895,59	5.023,31	5.151,02	5.278,73	5.406,44	5.534,15	5.661,86	5.789,57	5.917,28	6.044,99	6.172,71	6.300,42
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
I - Ensino Médio		3.849,64	3.926,12	4.002,61	4.079,09	4.155,57	4.232,05	4.308,54	4.385,02	4.461,50	4.537,99	4.614,47	4.690,95	4.767,43	4.843,92	4.920,40	4.996,88	5.073,37
II - Graduação	10%	4.234,60	4.318,73	4.402,87	4.487,00	4.571,13	4.655,26	4.739,39	4.823,52	4.907,65	4.991,78	5.075,92	5.160,05	5.244,18	5.328,31	5.412,44	5.496,57	5.580,70
III - Pós-graduação	10%	4.658,06	4.750,61	4.843,15	4.935,70	5.028,24	5.120,79	5.213,33	5.305,87	5.398,42	5.490,96	5.583,51	5.676,05	5.768,60	5.861,14	5.953,68	6.046,23	6.138,77
IV - Mestrado	15%	5.356,77	5.463,20	5.569,62	5.676,05	5.782,48	5.888,90	5.995,33	6.101,75	6.208,18	6.314,61	6.421,03	6.527,46	6.633,88	6.740,31	6.846,74	6.953,16	7.059,59
V - Doutorado	20%	6.428,13	6.555,84	6.683,55	6.811,26	6.938,97	7.066,68	7.194,39	7.322,11	7.449,82	7.577,53	7.705,24	7.832,95	7.960,66	8.088,37	8.216,08	8.343,79	8.471,51
AUXILIAR DE ARQUIVO																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Ensino Médio		3.304,87	3.404,02	3.503,16	3.602,31	3.701,45	3.800,60	3.899,75	3.998,89	4.098,04	4.197,18	4.296,33	4.395,48	4.494,62	4.593,77	4.692,92	4.792,06	4.891,21
II - Graduação	10%	3.635,36	3.744,42	3.853,48	3.962,54	4.071,60	4.180,66	4.289,72	4.398,78	4.507,84	4.616,90	4.725,96	4.835,02	4.944,09	5.053,15	5.162,21	5.271,27	5.380,33
III - Pós-graduação	10%	3.998,89	4.118,86	4.238,83	4.358,79	4.478,76	4.598,73	4.718,69	4.838,66	4.958,63	5.078,59	5.198,56	5.318,53	5.438,49	5.558,46	5.678,43	5.798,39	5.918,36
IV - Mestrado	15%	4.598,73	4.736,69	4.874,65	5.012,61	5.150,57	5.288,54	5.426,50	5.564,46	5.702,42	5.840,38	5.978,34	6.116,31	6.254,27	6.392,23	6.530,19	6.668,15	6.806,12
V - Doutorado	20%	5.518,47	5.684,03	5.849,58	6.015,13	6.180,69	6.346,24	6.511,80	6.677,35	6.842,91	7.008,46	7.174,01	7.339,57	7.505,12	7.670,68	7.836,23	8.001,78	8.167,34
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
I - Ensino Médio		4.990,35	5.089,50	5.188,65	5.287,79	5.386,94	5.486,08	5.585,23	5.684,38	5.783,52	5.882,67	5.981,81	6.080,96	6.180,11	6.279,25	6.378,40	6.477,55	6.576,69
II - Graduação	10%	5.489,39	5.598,45	5.707,51	5.816,57	5.925,63	6.034,69	6.143,75	6.252,81	6.361,87	6.470,94	6.580,00	6.689,06	6.798,12	6.907,18	7.016,24	7.125,30	7.234,36
III - Pós-graduação	10%	6.038,33	6.158,29	6.278,26	6.398,23	6.518,20	6.638,16	6.758,13	6.878,10	6.998,06	7.118,03	7.238,00	7.357,96	7.477,93	7.597,90	7.717,86	7.837,83	7.957,80
IV - Mestrado	15%	6.944,08	7.082,04	7.220,00	7.357,96	7.495,92	7.633,89	7.771,85	7.909,81	8.047,77	8.185,73	8.323,70	8.461,66	8.599,62	8.737,58	8.875,54	9.013,50	9.151,47
V - Doutorado	20%	8.332,89	8.498,45	8.664,00	8.829,56	8.995,11	9.160,66	9.326,22	9.491,77	9.657,33	9.822,88	9.988,43	10.153,99	10.319,54	10.485,10	10.650,65	10.816,20	10.981,76
AUXILIAR DE LICITAÇÃO E COMPRAS																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		4.273,47	4.401,67	4.529,88	4.658,08	4.786,29	4.914,49	5.042,69	5.170,90	5.299,10	5.427,31	5.555,51	5.683,72	5.811,92	5.940,12	6.068,33	6.196,53	6.324,74
II - Pós-graduação	10%	4.700,82	4.841,84	4.982,87	5.123,89	5.264,92	5.405,94	5.546,96	5.687,99	5.829,01	5.970,04	6.111,06	6.252,09	6.393,11	6.534,14	6.675,16	6.816,18	6.957,21
III - Pós-Graduação	10%	5.170,90	5.326,03	5.481,15	5.636,28	5.791,41	5.946,53	6.101,66	6.256,79	6.411,91	6.567,04	6.722,17	6.877,30	7.032,42	7.187,55	7.342,68	7.497,80	7.652,93
IV - Mestrado	15%	5.946,53	6.124,93	6.303,33	6.481,72	6.660,12	6.838,51	7.016,91	7.195,31	7.373,70	7.552,10	7.730,49	7.908,89	8.087,29	8.265,68	8.444,08	8.622,47	8.800,87
V - Doutorado	20%	7.135,84	7.349,92	7.563,99	7.778,07	7.992,14	8.206,22	8.420,29	8.634,37	8.848,44	9.062,52	9.276,59	9.490,67	9.704,74	9.918,82	10.132,89	10.346,97	10.561,04
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
I - Graduação		6.452,94	6.581,14	6.709,35	6.837,55	6.965,76	7.093,96	7.222,16	7.350,37	7.478,57	7.606,78	7.734,98	7.863,18	7.991,39	8.119,59	8.247,80	8.376,00	8.504,21
II - Pós-graduação	10%	7.098,23	7.239,26	7.380,28	7.521,31	7.662,33	7.803,36	7.944,38	8.085,41	8.226,43	8.367,45	8.508,48	8.649,50	8.790,53	8.931,55	9.072,58	9.213,60	9.354,63
III - Pós-Graduação	10%	7.808,06	7.963,18	8.118,31	8.273,44	8.428,56	8.583,69	8.738,82	8.893,95	9.049,07	9.204,20	9.359,33	9.514,45	9.669,58	9.824,71	9.979,83	10.134,96	10.290,09
IV - Mestrado	15%	8.979,27	9.157,66	9.336,06	9.514,45	9.692,85	9.871,25	10.049,64	10.228,04	10.406,43	10.584,83	10.763,23	10.941,62	11.120,02	11.298,41	11.476,81	11.655,21	11.833,60
V - Doutorado	20%	10.775,12	10.989,19	11.203,27	11.417,34	11.631,42	11.845,49	12.059,57	12.273,65	12.487,72	12.701,80	12.915,87	13.129,95	13.344,02	13.558,10	13.772,17	13.986,25	14.200,32
CONTADOR																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		7.122,52	7.336,20	7.549,87	7.763,55	7.977,22	8.190,90	8.404,57	8.618,25	8.831,92	9.045,60	9.259,28	9.472,95	9.686,63	9.900,30	10.113,98	10.327,65	10.541,33
II - Pós-graduação	10%	7.834,77	8.069,82	8.304,86	8.539,90	8.774,94	9.009,99	9.245,03	9.480,07	9.715,12	9.950,16	10.185,20	10.420,25	10.655,29	10.890,33	11.125,38	11.360,42	11.595,46
III - Pós-Graduação	10%	8.618,25	8.876,80	9.135,34	9.393,89	9.652,44	9.910,99	10.169,53	10.428,08	10.686,63	10.945,18	11.203,72	11.462,27	11.720,82	11.979,37	12.237,91	12.496,46	12.755,01
IV - Mestrado	15%	9.910,99	10.208,32	10.505,65	10.802,98	11.100,30	11.397,63	11.694,96	11.992,29	12.289,62	12.586,95	12.884,28	13.181,61	13.478,94	13.776,27	14.073,60	14.370,93	14.668,26
V - Doutorado	20%	11.893,18	12.249,98	12.606,77	12.963,57	13.320,37	13.677,16	14.033,96	14.390,75	14.747,55	15.104,34	15.461,14	15.817,93	16.174,73	16.531,53	16.888,32	17.245,12	17.601,91
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99

I - Graduação		10.755,01	10.968,68	11.182,36	11.396,03	11.609,71	11.823,38	12.037,06	12.250,73	12.464,41	12.678,09	12.891,76	13.105,44	13.319,11	13.532,79	13.746,46	13.960,14	14.173,81
II - Pós-graduação	10%	11.830,51	12.065,55	12.300,59	12.535,64	12.770,68	13.005,72	13.240,76	13.475,81	13.710,85	13.945,89	14.180,94	14.415,98	14.651,02	14.886,07	15.121,11	15.356,15	15.591,20
III - Pós-Graduação	10%	13.013,56	13.272,10	13.530,65	13.789,20	14.047,75	14.306,29	14.564,84	14.823,39	15.081,94	15.340,48	15.599,03	15.857,58	16.116,13	16.374,67	16.633,22	16.891,77	17.150,32
IV - Mestrado	15%	14.965,59	15.262,92	15.560,25	15.857,58	16.154,91	16.452,24	16.749,57	17.046,90	17.344,23	17.641,56	17.938,89	18.236,22	18.533,54	18.830,87	19.128,20	19.425,53	19.722,86
V - Doutorado	20%	17.958,71	18.315,50	18.672,30	19.029,09	19.385,89	19.742,69	20.099,48	20.456,28	20.813,07	21.169,87	21.526,66	21.883,46	22.240,25	22.597,05	22.953,84	23.310,64	23.667,44
PROCURADOR																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		14.245,05	14.672,40	15.099,75	15.527,10	15.954,46	16.381,81	16.809,16	17.236,51	17.663,86	18.091,21	18.518,57	18.945,92	19.373,27	19.800,62	20.227,97	20.655,32	21.082,67
II - Pós-graduação	10%	15.669,56	16.139,64	16.609,73	17.079,81	17.549,90	18.019,99	18.490,07	18.960,16	19.430,25	19.900,33	20.370,42	20.840,51	21.310,59	21.780,68	22.250,77	22.720,85	23.190,94
III - Pós-Graduação	10%	17.236,51	17.753,61	18.270,70	18.787,80	19.304,89	19.821,99	20.339,08	20.856,18	21.373,27	21.890,37	22.407,46	22.924,56	23.441,65	23.958,75	24.475,84	24.992,94	25.510,04
IV - Mestrado	15%	19.821,99	20.416,65	21.011,31	21.605,97	22.200,63	22.795,29	23.389,94	23.984,60	24.579,26	25.173,92	25.768,58	26.363,24	26.957,90	27.552,56	28.147,22	28.741,88	29.336,54
V - Doutorado	20%	23.786,38	24.499,98	25.213,57	25.927,16	26.640,75	27.354,34	28.067,93	28.781,53	29.495,12	30.208,71	30.922,30	31.635,89	32.349,48	33.063,07	33.776,67	34.490,26	35.203,85
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
I - Graduação		21.510,03	21.937,38	22.364,73	22.792,08	23.219,43	23.646,78	24.074,13	24.501,49	24.928,84	25.356,19	25.783,54	26.210,89	26.638,24	27.065,60	27.492,95	27.920,30	28.347,65
II - Pós-graduação	10%	23.661,03	24.131,11	24.601,20	25.071,29	25.541,37	26.011,46	26.481,55	26.951,63	27.421,72	27.891,81	28.361,89	28.831,98	29.302,07	29.772,15	30.242,24	30.712,33	31.182,41
III - Pós-Graduação	10%	26.027,13	26.544,23	27.061,32	27.578,42	28.095,51	28.612,61	29.129,70	29.646,80	30.163,89	30.680,99	31.198,08	31.715,18	32.232,27	32.749,37	33.266,47	33.783,56	34.300,66
IV - Mestrado	15%	29.931,20	30.525,86	31.120,52	31.715,18	32.309,84	32.904,50	33.499,16	34.093,82	34.688,48	35.283,14	35.877,80	36.472,46	37.067,12	37.661,78	38.256,44	38.851,09	39.445,75
V - Doutorado	20%	35.917,44	36.631,03	37.344,62	38.058,22	38.771,81	39.485,40	40.198,99	40.912,58	41.626,17	42.339,76	43.053,36	43.766,95	44.480,54	45.194,13	45.907,72	46.621,31	47.334,91
RECEPCIONISTA																		
Nível	Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Ensino Médio		2.549,43	2.625,91	2.702,40	2.778,88	2.855,36	2.931,84	3.008,33	3.084,81	3.161,29	3.237,78	3.314,26	3.390,74	3.467,22	3.543,71	3.620,19	3.696,67	3.773,16
II - Graduação	10%	2.804,37	2.888,50	2.972,64	3.056,77	3.140,90	3.225,03	3.309,16	3.393,29	3.477,42	3.561,55	3.645,68	3.729,82	3.813,95	3.898,08	3.982,21	4.066,34	4.150,47
III - Pós-graduação	10%	3.084,81	3.177,35	3.269,90	3.362,44	3.454,99	3.547,53	3.640,08	3.732,62	3.825,16	3.917,71	4.010,25	4.102,80	4.195,34	4.287,89	4.380,43	4.472,97	4.565,52
IV - Mestrado	15%	3.547,53	3.653,96	3.760,38	3.866,81	3.973,24	4.079,66	4.186,09	4.292,51	4.398,94	4.505,37	4.611,79	4.718,22	4.824,64	4.931,07	5.037,50	5.143,92	5.250,35
V - Doutorado	20%	4.257,04	4.384,75	4.512,46	4.640,17	4.767,88	4.895,59	5.023,31	5.151,02	5.278,73	5.406,44	5.534,15	5.661,86	5.789,57	5.917,28	6.044,99	6.172,71	6.300,42
Nível	Referência	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
I - Ensino Médio		3.849,64	3.926,12	4.002,61	4.079,09	4.155,57	4.232,05	4.308,54	4.385,02	4.461,50	4.537,99	4.614,47	4.690,95	4.767,43	4.843,92	4.920,40	4.996,88	5.073,37
II - Graduação	10%	4.234,60	4.318,73	4.402,87	4.487,00	4.571,13	4.655,26	4.739,39	4.823,52	4.907,65	4.991,78	5.075,92	5.160,05	5.244,18	5.328,31	5.412,44	5.496,57	5.580,70
III - Pós-graduação	10%	4.658,06	4.750,61	4.843,15	4.935,70	5.028,24	5.120,79	5.213,33	5.305,87	5.398,42	5.490,96	5.583,51	5.676,05	5.768,60	5.861,14	5.953,68	6.046,23	6.138,77
IV - Mestrado	15%	5.356,77	5.463,20	5.569,62	5.676,05	5.782,48	5.888,90	5.995,33	6.101,75	6.208,18	6.314,61	6.421,03	6.527,46	6.633,88	6.740,31	6.846,74	6.953,16	7.059,59
V - Doutorado	20%	6.428,13	6.555,84	6.683,55	6.811,26	6.938,97	7.066,68	7.194,39	7.322,11	7.449,82	7.577,53	7.705,24	7.832,95	7.960,66	8.088,37	8.216,08	8.343,79	8.471,51

TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS COMISSIONADOS LEI Nº 4.520/2017 ALTERADA 5478			
GRUPO		**CARGO**	**Valor Atualizado 2026**
CARGOS EM COMISSÃO	E-1	DIRETOR ADMINISTRATIVO e LEGISLATIVO	9.241,73
	E-1	DIRETOR FINANCEIRO	9.241,73
	E-2	ASSESSOR JURÍDICO	7.823,48
	E-3	CHEFE PARLAMENTAR	6.217,85
	E-4	ASSESSOR PARLAMENTAR	4.441,33
	E-4	ASSESSOR DE PROGRAMAS/PROJETOS	4.441,33
	E-4	ASSESSOR DE GESTÃO E PATRIMONIO	4.441,33
	E-4	ASSESSOR DA PROCURADORIA DA MULHER	4.441,33
FUNÇÃO GRATIFICADA	F-1	CONTROLADOR INTERNO	2.803,60
	F-3	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO	1.869,25
	F-4	AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO	2.037,78
	F-5	GESTOR E FISCAL DE CONTRATO	1.528,34
	F-6	MEMBRO DE EQUIPE DE APOIO	1.018,90
	F-7	MEMBRO DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO	1.018,90

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:D1F93191

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre	% (d/total d)		
		(a)		(b)		(c) = (a-b)		(d)		(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	100,00	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	100,00	4.321.815,63	27.240,00
ADMINISTRAÇÃO	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	100,00	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	100,00	4.321.815,63	27.240,00
Administração Geral	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	100,00	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	100,00	4.321.815,63	27.240,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	100,00	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	100,00	4.321.815,63	27.240,00

Notas Explicativas

HUGO LEONARDO VIEIRA

Contador

CARLOS HENRIQUE DA SILVA

Controle Interno

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO

Presidente

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:F0733FC6

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.445.499,32	6.811.288,95	4.653.006,41	68,31	4.653.006,41	68,31	2.158.282,54
RECEITAS CORRENTES	3.445.499,32	5.308.803,43	4.653.006,41	87,65	4.653.006,41	87,65	655.797,02
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	170.700,00	170.700,00	74.358,24	43,56	74.358,24	43,56	96.341,76
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	170.700,00	170.700,00	74.358,24	43,56	74.358,24	43,56	96.341,76
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.274.799,32	5.138.103,43	4.578.648,17	89,11	4.578.648,17	89,11	559.455,26
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	3.274.799,32	3.946.896,63	1.884.955,85	47,76	1.884.955,85	47,76	2.061.940,78

Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	1.191.206,80	2.693.692,32	226,13	2.693.692,32	226,13	-1.502.485,52
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.502.485,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.502.485,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(%) (b/a)	Ate o Bimestre (c)	% c/a	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1.502.485,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.502.485,52
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	1.502.485,52	0,00	0,00	0,00	0,00	1.502.485,52
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.445.499,32	6.811.288,95	4.653.006,41	68,31	4.653.006,41	68,31	2.158.282,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	3.445.499,32	6.811.288,95	4.653.006,41	68,31	4.653.006,41	68,31	2.158.282,54
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	3.445.499,32	6.811.288,95	4.653.006,41	68,31	4.653.006,41	68,31	2.158.282,54
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	87.288,06	0,00	0,00	87.288,06	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	87.288,06	0,00	0,00	87.288,06	100,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (I) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	4.321.815,63	2.576.761,38	27.240,00
DESPESAS CORRENTES	3.425.499,32	5.376.091,49	2.604.001,38	2.604.001,38	2.772.090,11	2.576.761,38	2.576.761,38	2.799.330,11	2.576.761,38	27.240,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.607.400,00	1.640.400,00	277.194,26	277.194,26	1.363.205,74	277.194,26	277.194,26	1.363.205,74	277.194,26	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.818.099,32	3.735.691,49	2.326.807,12	2.326.807,12	1.408.884,37	2.299.567,12	2.299.567,12	1.436.124,37	2.299.567,12	27.240,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	1.522.485,52	0,00	0,00	1.522.485,52	0,00	0,00	1.522.485,52	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	1.522.485,52	0,00	0,00	1.522.485,52	0,00	0,00	1.522.485,52	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	4.321.815,63	2.576.761,38	27.240,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	2.604.001,38	4.294.575,63	2.576.761,38	2.576.761,38	4.321.815,63	2.576.761,38	27.240,00
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	2.049.005,03	-2.049.005,03	0,00	2.076.245,03	0,00	2.076.245,03	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	3.445.499,32	6.898.577,01	2.604.001,38	4.653.006,41	2.245.570,60	2.576.761,38	4.653.006,41	0,00	4.653.006,41	27.240,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

HUGO LEONARDO VIEIRA

Contador

CARLOS HENRIQUE DA SILVA

Controle Interno

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO

Presidente

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública Unidade Responsável CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)

19/03/2026 - 10:38:01

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:0938FFEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	31.628.022,35	46.985.183,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:476C7CAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÂO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") | Memória de cálculo STN: 13ª edição - versão 2 - Atualizada em 09/2023

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	5.776.942,80	100,00	51.595.470,11	5.776.942,80	5.776.942,80	100,00	51.595.470,11
ADMINISTRAÇÃO	4.702.218,89	4.642.359,38	635.555,69	635.555,69	11,00	4.006.803,69	635.555,69	635.555,69	11,00	4.006.803,69
Planejamento e Orçamento	51.800,00	21.800,00	0,00	0,00	0,00	21.800,00	0,00	0,00	0,00	21.800,00
Administração Geral	3.510.850,00	3.480.990,49	443.445,44	443.445,44	7,68	3.037.545,05	443.445,44	443.445,44	7,68	3.037.545,05
Administração Financeira	739.868,89	739.868,89	138.157,86	138.157,86	2,39	601.711,03	138.157,86	138.157,86	2,39	601.711,03
Controle Interno	93.500,00	93.500,00	23.228,16	23.228,16	0,40	70.271,84	23.228,16	23.228,16	0,40	70.271,84
Tecnologia da Informação	67.200,00	67.200,00	1.954,41	1.954,41	0,03	65.245,59	1.954,41	1.954,41	0,03	65.245,59
Demais Subfunções	239.000,00	239.000,00	28.769,82	28.769,82	0,50	210.230,18	28.769,82	28.769,82	0,50	210.230,18
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.914.736,78	3.241.050,82	399.765,82	399.765,82	6,92	2.841.285,00	399.765,82	399.765,82	6,92	2.841.285,00
Assistência ao Idoso	236.000,00	306.000,00	61.364,96	61.364,96	1,06	244.635,04	61.364,96	61.364,96	1,06	244.635,04
Assistência ao Portador de Deficiência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	872.219,87	872.585,97	40.663,94	40.663,94	0,70	831.922,03	40.663,94	40.663,94	0,70	831.922,03
Assistência Comunitária	1.746.516,91	2.002.464,85	291.085,32	291.085,32	5,04	1.711.379,53	291.085,32	291.085,32	5,04	1.711.379,53
Demais Subfunções	40.000,00	40.000,00	6.651,60	6.651,60	0,12	33.348,40	6.651,60	6.651,60	0,12	33.348,40
SAÚDE	6.117.812,50	7.673.492,75	1.062.122,82	1.062.122,82	18,39	6.611.369,93	1.062.122,82	1.062.122,82	18,39	6.611.369,93
Atenção Básica	3.815.715,35	5.291.192,04	860.682,74	860.682,74	14,90	4.430.509,30	860.682,74	860.682,74	14,90	4.430.509,30
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.888.197,15	1.956.853,39	158.995,15	158.995,15	2,75	1.797.858,24	158.995,15	158.995,15	2,75	1.797.858,24
Suporte Profilático e Terapêutico	73.000,00	73.000,00	9.219,29	9.219,29	0,16	63.780,71	9.219,29	9.219,29	0,16	63.780,71
Vigilância Sanitária	240.900,00	252.447,32	26.792,31	26.792,31	0,46	225.655,01	26.792,31	26.792,31	0,46	225.655,01
Demais Subfunções	100.000,00	100.000,00	6.433,33	6.433,33	0,11	93.566,67	6.433,33	6.433,33	0,11	93.566,67
EDUCAÇÃO	8.547.217,50	8.942.620,34	1.151.761,67	1.151.761,67	19,94	7.790.858,67	1.151.761,67	1.151.761,67	19,94	7.790.858,67
Ensino Fundamental	4.618.209,04	4.863.611,88	700.641,14	700.641,14	12,13	4.162.970,74	700.641,14	700.641,14	12,13	4.162.970,74
Educação Infantil	3.372.000,00	3.372.000,00	236.038,79	236.038,79	4,09	3.135.961,21	236.038,79	236.038,79	4,09	3.135.961,21
Educação Especial	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
Administração Geral	10.000,00	160.000,00	157.000,00	157.000,00	2,72	3.000,00	157.000,00	157.000,00	2,72	3.000,00
Demais Subfunções	367.008,46	367.008,46	58.081,74	58.081,74	1,01	308.926,72	58.081,74	58.081,74	1,01	308.926,72
CULTURA	198.800,00	228.800,00	37.722,76	37.722,76	0,65	191.077,24	37.722,76	37.722,76	0,65	191.077,24
Difusão Cultural	198.800,00	228.800,00	37.722,76	37.722,76	0,65	191.077,24	37.722,76	37.722,76	0,65	191.077,24
URBANISMO	14.861.039,43	21.998.931,40	2.309.031,52	2.309.031,52	39,97	19.689.899,88	2.309.031,52	2.309.031,52	39,97	19.689.899,88
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
Infra-Estrutura Urbana	12.593.039,43	18.370.476,10	792.949,33	792.949,33	13,73	17.577.526,77	792.949,33	792.949,33	13,73	17.577.526,77
Serviços Urbanos	2.067.000,00	3.427.455,30	1.497.236,88	1.497.236,88	25,92	1.930.218,42	1.497.236,88	1.497.236,88	25,92	1.930.218,42
Demais Subfunções	201.000,00	201.000,00	18.845,31	18.845,31	0,33	182.154,69	18.845,31	18.845,31	0,33	182.154,69
HABITAÇÃO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
SANEAMENTO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saneamento Básico Rural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	165.500,00	165.500,00	0,00	0,00	0,00	165.500,00	0,00	0,00	0,00	165.500,00

Preservação e Conservação Ambiental	165.500,00	165.500,00	0,00	0,00	0,00	165.500,00	0,00	0,00	0,00	165.500,00
AGRICULTURA	6.389.656,27	8.022.357,02	102.725,57	102.725,57	1,78	7.919.631,45	102.725,57	102.725,57	1,78	7.919.631,45
Extensão Rural	5.574.156,27	7.060.877,58	77.495,01	77.495,01	1,34	6.983.382,57	77.495,01	77.495,01	1,34	6.983.382,57
Promoção da Produção Agropecuária	603.500,00	749.479,44	25.230,56	25.230,56	0,44	724.248,88	25.230,56	25.230,56	0,44	724.248,88
Demais Subfunções	212.000,00	212.000,00	0,00	0,00	0,00	212.000,00	0,00	0,00	0,00	212.000,00
INDÚSTRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Promoção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSPORTE	980.000,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00
DESPORTO E LAZER	291.500,00	634.801,20	36.258,90	36.258,90	0,63	598.542,30	36.258,90	36.258,90	0,63	598.542,30
Desporto Comunitário	285.500,00	628.801,20	36.258,90	36.258,90	0,63	592.542,30	36.258,90	36.258,90	0,63	592.542,30
Demais Subfunções	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	418.500,00	418.500,00	41.998,05	41.998,05	0,73	376.501,95	41.998,05	41.998,05	0,73	376.501,95
Serviço da Dívida Interna	418.500,00	418.500,00	41.998,05	41.998,05	0,73	376.501,95	41.998,05	41.998,05	0,73	376.501,95
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	45.890.981,37	57.372.412,91	5.776.942,80	5.776.942,80	100,00	51.595.470,11	5.776.942,80	5.776.942,80	100,00	51.595.470,11
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8B6070AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2025 A FEVEREIRO/2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III

Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada 2026
	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.478.859,11	2.666.244,31	2.805.665,34	3.202.609,35	3.359.616,35	2.581.773,30	3.061.105,11	2.995.114,67	3.015.399,26	4.220.787,08	3.077.620,54	3.220.474,15	36.685.268,57	51.892.153,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	138.809,00	211.644,92	138.200,28	120.366,86	133.685,87	146.089,83	162.068,64	210.107,23	155.167,23	196.702,95	74.853,88	83.160,03	1.770.856,72	1.583.450,00
IPTU	15.697,46	67.651,69	10.426,49	11.885,15	9.873,57	4.161,43	2.904,18	1.810,91	1.179,06	8.587,47	765,75	832,59	135.775,75	257.500,00
ISS	30.257,33	38.680,92	42.765,90	34.051,61	47.288,87	69.077,65	51.706,33	101.573,85	68.843,46	57.051,76	11.998,47	13.528,85	566.825,00	335.000,00
ITBI	8.010,80	5.000,00	11.571,77	1.000,00	2.867,39	0,00	24.106,75	18.896,61	5.071,10	1.086,00	2.040,00	950,00	80.600,42	226.000,00
IRRF	59.594,41	64.944,10	65.196,84	60.987,84	64.123,38	70.358,93	82.125,69	86.260,66	79.742,57	124.671,50	59.731,16	62.519,18	880.256,26	576.100,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.249,00	35.368,21	8.239,28	12.442,26	9.532,66	2.491,82	1.225,69	1.565,20	331,04	5.306,22	318,50	5.329,41	107.399,29	188.850,00
Contribuições	13.573,84	23.099,90	12.842,80	12.313,36	10.885,74	10.031,54	9.857,32	10.600,14	10.527,23	11.435,59	11.682,41	11.209,99	148.059,86	156.000,00
Receita patrimonial	54.423,59	58.420,93	70.036,42	65.315,46	80.313,45	72.053,67	71.938,93	84.015,80	73.695,82	98.273,81	77.780,56	70.200,96	876.469,40	642.702,05
Rendimentos de Aplicação Financeira	54.423,59	58.420,93	70.036,42	65.315,46	80.313,45	72.053,67	71.938,93	84.015,80	73.695,82	98.273,81	77.780,56	70.200,96	876.469,40	642.702,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	6.523,58	4.397,00	6.082,72	1.761,55	3.343,15	14.790,00	14.411,77	3.675,46	6.071,00	4.390,00	1.950,00	1.238,00	68.634,23	146.500,00
Transferências correntes	2.265.529,09	2.368.472,02	2.575.339,67	2.983.836,57	3.131.388,11	2.338.808,23	2.784.100,37	2.652.034,31	2.769.937,94	3.840.434,50	2.878.216,67	3.054.665,17	33.642.762,65	49.363.501,37
Cota parte do FPM	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	1.771.935,36	2.227.853,55	21.596.910,45	22.081.300,00
Cota parte do ICMS	300.322,27	352.921,98	264.085,80	314.590,90	364.586,42	294.960,57	362.695,68	328.604,06	306.198,06	388.345,15	386.636,58	311.156,87	3.975.104,34	3.908.000,00
Cota parte do IPVA	56.006,99	41.190,88	44.844,96	20.566,55	10.213,07	4.991,84	11.688,24	8.185,57	4.947,46	10.933,81	140.995,09	24.294,05	378.858,51	447.000,00
Cota parte do ITR	20,46	62,93	152,12	174,63	29,34	195,94	2.598,54	6.890,21	277,60	114,23	55,86	45,69	10.617,55	11.350,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	4.889,15	4.590,33	4.459,60	5.076,91	4.355,89	4.811,56	5.102,56	4.893,38	4.836,43	5.858,37	5.151,15	5.405,61	59.430,94	48.500,00
Transferências do FUNDEB	295.377,07	326.502,52	291.914,70	310.684,75	298.240,27	280.749,59	271.778,12	364.656,75	318.069,40	372.898,05	431.076,98	277.234,77	3.839.182,97	3.815.000,00
Outras transferências correntes	219.431,27	231.252,71	168.739,18	482.721,20	509.474,70	254.762,71	228.789,99	663.570,47	402.132,91	270.742,47	142.365,65	208.674,63	3.782.657,89	19.052.351,37
Outras receitas correntes	0,01	209,54	3.163,45	19.015,55	0,03	0,03	18.728,08	34.681,73	0,04	69.550,23	33.137,02	0,00	178.485,71	0,00
DEDUÇÕES (II)	353.258,07	362.143,21	423.989,46	439.144,56	303.521,35	360.659,09	318.367,96	324.761,29	409.947,03	472.372,65	460.954,61	513.751,02	4.742.870,30	4.906.970,00

Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	353.258,07	362.143,21	423.989,46	439.144,56	303.521,35	360.659,09	318.367,96	324.761,29	409.947,03	472.372,65	460.954,61	513.751,02	4.742.870,30	4.906.970,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.125.601,04	2.304.101,10	2.381.675,88	2.763.464,79	3.056.095,00	2.221.114,21	2.742.737,15	2.670.353,38	2.605.452,23	3.748.414,43	2.616.665,93	2.706.723,13	31.942.398,27	46.985.183,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	325.000,00	0,00	0,00	250.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	775.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.125.601,04	2.304.101,10	2.381.675,88	2.763.464,79	2.731.095,00	2.221.114,21	2.742.737,15	2.420.353,38	2.405.452,23	3.748.414,43	2.616.665,93	2.706.723,13	31.167.398,27	46.985.183,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	21.252,00	42.504,00	22.694,00	22.694,00	279.160,00	230.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.104.349,04	2.282.849,10	2.360.423,88	2.742.212,79	2.709.843,00	2.199.862,21	2.721.485,15	2.399.101,38	2.384.200,23	3.705.910,43	2.593.971,93	2.684.029,13	30.888.238,27	46.755.183,42

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A727EC1F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/01/2026 A 28/02/2026

LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III | Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 29/05/2023

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (Últimos 12 meses)	Previsão atualizada 2026
	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026	09/2026	10/2026	11/2026	12/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.077.620,54	3.220.474,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.298.094,69	51.892.153,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.853,88	83.160,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.013,91	1.583.450,00
IPTU	765,75	832,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.598,34	257.500,00
ISS	11.998,47	13.528,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.527,32	335.000,00
ITBI	2.040,00	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.990,00	226.000,00
IRRF	59.731,16	62.519,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.250,34	576.100,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	318,50	5.329,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.647,91	188.850,00
Contribuições	11.682,41	11.209,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.892,40	156.000,00
Receita patrimonial	77.780,56	70.200,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.981,52	642.702,05
Rendimentos de Aplicação Financeira	77.780,56	70.200,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.981,52	642.702,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	1.950,00	1.238,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.188,00	146.500,00
Transferências correntes	2.878.216,67	3.054.665,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.932.881,84	49.363.501,37
Cota parte do FPM	1.771.935,36	2.227.853,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.999.788,91	22.081.300,00
Cota parte do ICMS	386.636,58	311.156,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697.793,45	3.908.000,00
Cota parte do IPVA	140.995,09	24.294,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.289,14	447.000,00
Cota parte do ITR	55,86	45,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101,55	11.350,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	5.151,15	5.405,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.556,76	48.500,00
Transferências do FUNDEB	431.076,98	277.234,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	708.311,75	3.815.000,00
Outras transferências correntes	142.365,65	208.674,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351.040,28	19.052.351,37
Outras receitas correntes	33.137,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.137,02	0,00
DEDUÇÕES (II)	460.954,61	513.751,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	974.705,63	4.906.970,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	460.954,61	513.751,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	974.705,63	4.906.970,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.616.665,93	2.706.723,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.323.389,06	46.985.183,42

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DO LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.616.665,93	2.706.723,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.323.389,06	46.985.183,42
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	22.694,00	22.694,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.388,00	230.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.593.971,93	2.684.029,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.278.001,06	46.755.183,42
Conjunto de informações em tempo real, atualizado até 19/03/2026 17:36														

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:CAAC53BB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃOANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO													
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA													
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO													
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026													
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)						Memória de cálculo STN: 14ª edição - Atualizada em 03/2023.							
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**							**Saldo Total L = (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a+b)-(c+d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+j)**		
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de 2025 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de 2025 (g)**						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:76F3CB31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO_I_BALANCO_ORCAMENTARIO

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) 1,00

RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			no Período (b)	**% (b/a)**	**Até o Período (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	657.969.951,91	727.411.777,41	100.804.450,34	13,86	100.804.450,34	13,86	626.607.327,07
RECEITAS CORRENTES	597.168.500,00	597.476.632,64	94.909.169,49	15,89	94.909.169,49	15,89	502.567.463,15
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	107.824.000,00	107.824.000,00	14.721.296,63	13,65	14.721.296,63	13,65	93.102.703,37
Impostos	86.050.000,00	86.050.000,00	11.661.531,56	13,55	11.661.531,56	13,55	74.388.468,44
Taxas	21.774.000,00	21.774.000,00	3.059.765,07	14,05	3.059.765,07	14,05	18.714.234,93
CONTRIBUIÇÕES	41.570.000,00	41.570.000,00	5.223.456,11	12,57	5.223.456,11	12,57	36.346.543,89
Contribuições Sociais	30.570.000,00	30.570.000,00	3.577.352,43	11,70	3.577.352,43	11,70	26.992.647,57
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.000.000,00	11.000.000,00	1.646.103,68	14,96	1.646.103,68	14,96	9.353.896,32
RECEITA PATRIMONIAL	58.293.100,00	58.293.100,00	12.854.524,70	22,05	12.854.524,70	22,05	45.438.575,30
Valores Mobiliários	56.291.000,00	56.291.000,00	12.670.397,40	22,51	12.670.397,40	22,51	43.620.602,60
Exploração de Recursos Naturais	2.002.100,00	2.002.100,00	184.127,30	9,20	184.127,30	9,20	1.817.972,70

RECEITA DE SERVIÇOS	400,00	400,00	56.667,25	14.166,81	56.667,25	14.166,81	-56.267,25
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	56.667,25	0,00	56.667,25	0,00	-56.667,25
Outros Serviços	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	386.061.000,00	386.369.132,64	59.855.654,79	15,49	59.855.654,79	15,49	326.513.477,85
Transferências da União e de suas Entidades	144.896.500,00	145.204.632,64	25.609.344,48	17,64	25.609.344,48	17,64	119.595.288,16
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	131.164.500,00	131.164.500,00	16.073.550,33	12,25	16.073.550,33	12,25	115.090.949,67
Transferências de Outras Instituições Públicas	110.000.000,00	110.000.000,00	18.172.759,98	16,52	18.172.759,98	16,52	91.827.240,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.420.000,00	3.420.000,00	2.197.570,01	64,26	2.197.570,01	64,26	1.222.429,99
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	420.000,00	420.000,00	47.647,99	11,34	47.647,99	11,34	372.352,01
Demais Receitas Correntes	3.000.000,00	3.000.000,00	2.149.922,02	71,66	2.149.922,02	71,66	850.077,98
RECEITAS DE CAPITAL	60.801.451,91	129.935.144,77	5.895.280,85	4,54	5.895.280,85	4,54	124.039.863,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	54.658.951,91	54.658.951,91	0,00	0,00	0,00	0,00	54.658.951,91
Operações de Crédito - Mercado Interno	54.658.951,91	54.658.951,91	0,00	0,00	0,00	0,00	54.658.951,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.142.500,00	75.276.192,86	5.895.280,85	7,83	5.895.280,85	7,83	69.380.912,01
Transferências da União e de suas Entidades	11.000,00	5.337.268,00	5.320.210,95	99,68	5.320.210,95	99,68	17.057,05
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.131.500,00	69.938.924,86	575.069,90	0,82	575.069,90	0,82	69.363.854,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	41.700.000,00	41.700.000,00	5.285.360,60	12,67	5.285.360,60	12,67	36.414.639,40
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	699.669.951,91	769.111.777,41	106.089.810,94	13,79	106.089.810,94	13,79	663.021.966,47
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	699.669.951,91	769.111.777,41	106.089.810,94	13,79	106.089.810,94	13,79	663.021.966,47
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	699.669.951,91	769.111.777,41	106.089.810,94	13,79	106.089.810,94	13,79	663.021.966,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	476.200,00	0,00	0,00	476.200,00	100,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	476.200,00	0,00	0,00	476.200,00	100,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g)=(e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i)=(e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			No Período	**Até o Período (f)**		**No Período**	**Até o Período (h)**			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	662.531.460,63	732.449.486,13	93.451.914,35	93.451.914,35	638.997.571,78	65.461.868,36	65.461.868,36	666.987.617,77	62.768.956,78	27.990.045,99
DESPESAS CORRENTES	485.815.908,72	485.008.275,38	83.834.331,37	83.834.331,37	401.173.944,01	59.933.285,19	59.933.285,19	425.074.990,19	57.765.678,68	23.901.046,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	267.873.004,33	267.623.004,33	39.879.974,70	39.879.974,70	227.743.029,63	39.879.974,70	39.879.974,70	227.743.029,63	39.592.409,56	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.320.000,00	14.320.000,00	2.163.677,46	2.163.677,46	12.156.322,54	2.163.677,46	2.163.677,46	12.156.322,54	2.163.677,46	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	203.622.904,39	203.065.271,05	41.790.679,21	41.790.679,21	161.274.591,84	17.889.633,03	17.889.633,03	185.175.638,02	16.009.591,66	23.901.046,18
DESPESAS DE CAPITAL	96.555.551,91	167.281.210,75	9.617.582,98	9.617.582,98	157.663.627,77	5.528.583,17	5.528.583,17	161.752.627,58	5.003.278,10	4.088.999,81
INVESTIMENTOS	77.355.551,91	148.081.210,75	6.897.212,35	6.897.212,35	141.183.998,40	2.808.212,54	2.808.212,54	145.272.998,21	2.282.907,47	4.088.999,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	19.200.000,00	19.200.000,00	2.720.370,63	2.720.370,63	16.479.629,37	2.720.370,63	2.720.370,63	16.479.629,37	2.720.370,63	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.160.000,00	80.160.000,00	0,00	0,00	80.160.000,00	0,00	0,00	80.160.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	37.138.491,28	37.138.491,28	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	1.788.305,26	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	699.669.951,91	769.587.977,41	96.997.695,53	96.997.695,53	672.590.281,88	69.007.649,54	69.007.649,54	700.580.327,87	64.557.262,04	27.990.045,99
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	699.669.951,91	769.587.977,41	96.997.695,53	96.997.695,53	672.590.281,88	69.007.649,54	69.007.649,54	700.580.327,87	64.557.262,04	27.990.045,99
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	9.092.115,41	-9.092.115,41	0,00	37.082.161,40	0,00	41.532.548,90	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	699.669.951,91	769.587.977,41	96.997.695,53	106.089.810,94	663.498.166,47	69.007.649,54	106.089.810,94	0,00	106.089.810,94	27.990.045,99
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	16.918.081,70	16.918.081,70	-16.918.081,70	0,00	0,00	-16.947.438,40	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**Saldo (a-c)**
			No Bimestre (b)	**(%) (b/a)**	**Até o Bimestre (c)**	**(%) (c/a)**	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	41.700.000,00	41.700.000,00	5.285.360,60	0,13	5.285.360,60	0,13	36.414.639,40
RECEITAS CORRENTES	41.700.000,00	41.700.000,00	5.285.360,60	0,13	5.285.360,60	0,13	36.414.639,40
CONTRIBUIÇÕES	30.100.000,00	30.100.000,00	5.285.360,60	0,18	5.285.360,60	0,18	24.814.639,40
Contribuições Sociais	30.100.000,00	30.100.000,00	5.285.360,60	0,18	5.285.360,60	0,18	24.814.639,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.600.000,00	11.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.600.000,00
Demais Receitas Correntes	11.600.000,00	11.600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.600.000,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (J)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (J)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	(I) = (e-h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	37.138.491,28	37.138.491,28	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	1.788.305,26	0,00
DESPESAS CORRENTES	37.138.491,28	37.138.491,28	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	3.545.781,18	3.545.781,18	33.592.710,10	1.788.305,26	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.557.491,28	25.557.491,28	3.545.781,18	3.545.781,18	22.011.710,10	3.545.781,18	3.545.781,18	22.011.710,10	1.788.305,26	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.581.000,00	11.581.000,00	0,00	0,00	11.581.000,00	0,00	0,00	11.581.000,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 11:32: 06

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito
GILBERTO MAZON
Controle Interno
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças
GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:08E7D003

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO_II_DESPESAS_POR_FUNCAO

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO A FEVEREIRO
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Período	Até o Período (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	589.271.460,63	659.189.486,13	93.451.914,35	93.451.914,35	96,36	565.737.571,78	65.461.868,36	65.461.868,36	94,89	593.727.617,77	27.990.045,99
LEGISLATIVA	17.579.000,00	17.579.000,00	1.817.195,93	1.817.195,93	1,87	15.761.804,07	1.755.146,65	1.755.146,65	2,54	15.823.853,35	62.049,28
Ação Legislativa	17.579.000,00	17.579.000,00	1.817.195,93	1.817.195,93	1,87	15.761.804,07	1.755.146,65	1.755.146,65	2,54	15.823.853,35	62.049,28
ADMINISTRAÇÃO	32.823.850,00	32.823.850,00	5.869.714,08	5.869.714,08	6,05	26.954.135,92	3.940.275,21	3.940.275,21	5,71	28.883.574,79	1.929.438,87
Administração Geral	19.716.100,00	19.716.100,00	3.061.442,33	3.061.442,33	3,16	16.654.657,67	2.448.186,05	2.448.186,05	3,55	17.267.913,95	613.256,28
Administração Financeira	8.025.000,00	8.025.000,00	2.087.562,15	2.087.562,15	2,15	5.937.437,85	1.064.501,66	1.064.501,66	1,54	6.960.498,34	1.023.060,49
Controle Interno	615.750,00	615.750,00	75.511,84	75.511,84	0,08	540.238,16	75.511,84	75.511,84	0,11	540.238,16	0,00
Tecnologia da Informação	2.589.000,00	2.589.000,00	301.116,14	301.116,14	0,31	2.287.883,86	81.692,28	81.692,28	0,12	2.507.307,72	219.423,86
Comunicação Social	1.878.000,00	1.878.000,00	344.081,62	344.081,62	0,35	1.533.918,38	270.383,38	270.383,38	0,39	1.607.616,62	73.698,24
SEGURANÇA PÚBLICA	7.107.000,00	7.107.000,00	956.442,82	956.442,82	0,99	6.150.557,18	956.442,82	956.442,82	1,39	6.150.557,18	0,00
Administração Geral	7.107.000,00	7.107.000,00	956.442,82	956.442,82	0,99	6.150.557,18	956.442,82	956.442,82	1,39	6.150.557,18	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	21.147.589,65	20.547.589,65	3.429.044,05	3.429.044,05	3,54	17.118.545,60	2.311.681,24	2.311.681,24	3,35	18.235.908,41	1.117.362,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.596.000,00	1.596.000,00	375.037,54	375.037,54	0,39	1.220.962,46	245.187,55	245.187,55	0,36	1.350.812,45	129.849,99
Assistência Comunitária	19.551.589,65	18.951.589,65	3.054.006,51	3.054.006,51	3,15	15.897.583,14	2.066.493,69	2.066.493,69	3,00	16.885.095,96	987.512,82
PREVIDÊNCIA SOCIAL	45.450.000,00	45.450.000,00	5.379.757,08	5.379.757,08	5,55	40.070.242,92	5.350.400,38	5.350.400,38	7,76	40.099.599,62	29.356,70
Previdência do Regime Estatutário	45.450.000,00	45.450.000,00	5.379.757,08	5.379.757,08	5,55	40.070.242,92	5.350.400,38	5.350.400,38	7,76	40.099.599,62	29.356,70
SAÚDE	98.503.829,74	104.306.297,74	21.499.857,00	21.499.857,00	22,17	82.806.440,74	11.914.856,53	11.914.856,53	17,27	92.391.441,21	9.585.000,47

Atenção Básica	34.204.000,00	39.280.268,00	9.471.565,44	9.471.565,44	9,77	29.808.702,56	5.444.851,18	5.444.851,18	7,89	33.835.416,82	4.026.714,26
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	45.909.329,74	46.009.329,74	8.125.959,03	8.125.959,03	8,38	37.883.370,71	4.197.487,60	4.197.487,60	6,08	41.811.842,14	3.928.471,43
Suporte Profilático e Terapêutico	3.843.000,00	3.843.000,00	1.368.380,87	1.368.380,87	1,41	2.474.619,13	374.166,17	374.166,17	0,54	3.468.833,83	994.214,70
Vigilância Sanitária	2.237.000,00	2.600.000,00	458.615,33	458.615,33	0,47	2.141.384,67	348.291,41	348.291,41	0,50	2.251.708,59	110.323,92
Vigilância Epidemiológica	1.317.000,00	1.317.000,00	85.968,70	85.968,70	0,09	1.231.031,30	85.968,70	85.968,70	0,12	1.231.031,30	0,00
Alimentação e Nutrição	683.000,00	796.200,00	293.855,70	293.855,70	0,30	502.344,30	255.286,90	255.286,90	0,37	540.913,10	38.568,80
Administração Geral	10.310.500,00	10.460.500,00	1.695.511,93	1.695.511,93	1,75	8.764.988,07	1.208.804,57	1.208.804,57	1,75	9.251.695,43	486.707,36
EDUCAÇÃO	163.103.150,00	163.411.282,64	26.259.410,34	26.259.410,34	27,08	137.151.872,30	21.847.683,55	21.847.683,55	31,67	141.563.599,09	4.411.726,79
Ensino Fundamental	109.760.750,00	110.068.882,64	16.923.648,23	16.923.648,23	17,45	93.145.234,41	13.619.367,14	13.619.367,14	19,74	96.449.515,50	3.304.281,09
Educação Infantil	46.922.000,00	46.922.000,00	8.699.459,28	8.699.459,28	8,97	38.222.540,72	7.658.153,50	7.658.153,50	11,10	39.263.846,50	1.041.305,78
Educação de Jovens e Adultos	808.400,00	808.400,00	127.257,52	127.257,52	0,13	681.142,48	127.257,52	127.257,52	0,18	681.142,48	0,00
Educação Especial	5.612.000,00	5.612.000,00	509.045,31	509.045,31	0,52	5.102.954,69	442.905,39	442.905,39	0,64	5.169.094,61	66.139,92
CULTURA	3.050.585,00	3.050.585,00	379.942,35	379.942,35	0,39	2.670.642,65	342.589,97	342.589,97	0,50	2.707.995,03	37.352,38
Difusão Cultural	3.050.585,00	3.050.585,00	379.942,35	379.942,35	0,39	2.670.642,65	342.589,97	342.589,97	0,50	2.707.995,03	37.352,38
DIREITOS DA CIDADANIA	900.000,00	3.050.000,00	111.742,80	111.742,80	0,12	2.938.257,20	111.742,80	111.742,80	0,16	2.938.257,20	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	900.000,00	3.050.000,00	111.742,80	111.742,80	0,12	2.938.257,20	111.742,80	111.742,80	0,16	2.938.257,20	0,00
URBANISMO	125.872.056,24	188.129.481,10	18.346.997,54	18.346.997,54	18,92	169.782.483,56	8.398.066,24	8.398.066,24	12,17	179.731.414,86	9.948.931,30
Serviços Urbanos	114.227.451,91	176.484.876,77	16.458.342,37	16.458.342,37	16,97	160.026.534,40	6.661.656,47	6.661.656,47	9,66	169.823.220,30	9.796.685,90
Administração Geral	11.644.604,33	11.644.604,33	1.888.655,17	1.888.655,17	1,95	9.755.949,16	1.736.409,77	1.736.409,77	2,52	9.908.194,56	152.245,40
GESTÃO AMBIENTAL	12.073.000,00	12.073.000,00	937.604,87	937.604,87	0,97	11.135.395,13	705.291,64	705.291,64	1,02	11.367.708,36	232.313,23
Preservação e Conservação Ambiental	12.073.000,00	12.073.000,00	937.604,87	937.604,87	0,97	11.135.395,13	705.291,64	705.291,64	1,02	11.367.708,36	232.313,23
AGRICULTURA	1.655.900,00	1.655.900,00	469.694,19	469.694,19	0,48	1.186.205,81	102.801,44	102.801,44	0,15	1.553.098,56	366.892,75
Abastecimento	1.655.900,00	1.655.900,00	469.694,19	469.694,19	0,48	1.186.205,81	102.801,44	102.801,44	0,15	1.553.098,56	366.892,75
COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.427.500,00	5.427.500,00	705.077,22	705.077,22	0,73	4.722.422,78	607.678,77	607.678,77	0,88	4.819.821,23	97.398,45
Promoção Comercial	4.285.500,00	4.334.500,00	667.564,02	667.564,02	0,69	3.666.935,98	607.678,77	607.678,77	0,88	3.726.821,23	59.885,25
Turismo	1.142.000,00	1.093.000,00	37.513,20	37.513,20	0,04	1.055.486,80	0,00	0,00	0,00	1.093.000,00	37.513,20
DESPORTO E LAZER	3.702.000,00	3.702.000,00	468.693,66	468.693,66	0,48	3.233.306,34	443.212,52	443.212,52	0,64	3.258.787,48	25.481,14
Desporto Comunitário	3.702.000,00	3.702.000,00	468.693,66	468.693,66	0,48	3.233.306,34	443.212,52	443.212,52	0,64	3.258.787,48	25.481,14
ENCARGOS ESPECIAIS	43.976.000,00	43.976.000,00	6.820.740,42	6.820.740,42	7,03	37.155.259,58	6.673.998,60	6.673.998,60	9,67	37.302.001,40	146.741,82
Serviço da Dívida Interna	33.520.000,00	33.520.000,00	4.884.048,09	4.884.048,09	5,04	28.635.951,91	4.884.048,09	4.884.048,09	7,08	28.635.951,91	0,00
Outros Encargos Especiais	10.456.000,00	10.456.000,00	1.936.692,33	1.936.692,33	2,00	8.519.307,67	1.789.950,51	1.789.950,51	2,59	8.666.049,49	146.741,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.900.000,00	6.900.000,00	0,00	0,00	0,00	6.900.000,00	0,00	0,00	0,00	6.900.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	37.063.491,28	37.063.491,28	3.526.880,32	3.526.880,32	3,64	33.536.610,96	3.526.880,32	3.526.880,32	5,11	33.536.610,96	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	626.334.951,91	696.252.977,41	96.978.794,67	96.978.794,67	100,00	599.274.182,74	68.988.748,68	68.988.748,68	100,00	627.264.228,73	27.990.045,99

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)		No Período	Até o Período (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	37.063.491,28	37.063.491,28	3.526.880,32	3.526.880,32	2,70	33.536.610,96	3.526.880,32	3.526.880,32	3,44	33.536.610,96	0,00
LEGISLATIVA	301.000,00	301.000,00	26.088,72	26.088,72	0,02	274.911,28	26.088,72	26.088,72	0,03	274.911,28	0,00
Ação Legislativa	301.000,00	301.000,00	26.088,72	26.088,72	0,02	274.911,28	26.088,72	26.088,72	0,03	274.911,28	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.378.167,97	1.378.167,97	171.546,03	171.546,03	0,13	1.206.621,94	171.546,03	171.546,03	0,17	1.206.621,94	0,00
Administração Geral	997.167,97	997.167,97	123.170,85	123.170,85	0,09	873.997,12	123.170,85	123.170,85	0,12	873.997,12	0,00
Administração Financeira	290.000,00	290.000,00	38.303,26	38.303,26	0,03	251.696,74	38.303,26	38.303,26	0,04	251.696,74	0,00
Controle Interno	70.000,00	70.000,00	8.761,26	8.761,26	0,01	61.238,74	8.761,26	8.761,26	0,01	61.238,74	0,00
Comunicação Social	21.000,00	21.000,00	1.310,66	1.310,66	0,00	19.689,34	1.310,66	1.310,66	0,00	19.689,34	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	550.000,00	550.000,00	71.677,96	71.677,96	0,05	478.322,04	71.677,96	71.677,96	0,07	478.322,04	0,00
Administração Geral	550.000,00	550.000,00	71.677,96	71.677,96	0,05	478.322,04	71.677,96	71.677,96	0,07	478.322,04	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.384.000,00	1.384.000,00	155.859,37	155.859,37	0,12	1.228.140,63	155.859,37	155.859,37	0,15	1.228.140,63	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	75.000,00	75.000,00	8.411,42	8.411,42	0,01	66.588,58	8.411,42	8.411,42	0,01	66.588,58	0,00
Assistência Comunitária	1.309.000,00	1.309.000,00	147.447,95	147.447,95	0,11	1.161.552,05	147.447,95	147.447,95	0,14	1.161.552,05	0,00
SAÚDE	4.115.000,00	4.115.000,00	627.423,79	627.423,79	0,48	3.487.576,21	627.423,79	627.423,79	0,61	3.487.576,21	0,00

Atenção Básica	2.260.000,00	2.260.000,00	403.198,53	403.198,53	0,31	1.856.801,47	403.198,53	403.198,53	0,39	1.856.801,47	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	960.000,00	960.000,00	135.505,19	135.505,19	0,10	824.494,81	135.505,19	135.505,19	0,13	824.494,81	0,00
Vigilância Sanitária	185.000,00	185.000,00	35.560,32	35.560,32	0,03	149.439,68	35.560,32	35.560,32	0,03	149.439,68	0,00
Vigilância Epidemiológica	160.000,00	160.000,00	8.878,78	8.878,78	0,01	151.121,22	8.878,78	8.878,78	0,01	151.121,22	0,00
Administração Geral	550.000,00	550.000,00	44.280,97	44.280,97	0,03	505.719,03	44.280,97	44.280,97	0,04	505.719,03	0,00
EDUCAÇÃO	16.127.323,31	16.127.323,31	2.229.336,16	2.229.336,16	1,71	13.897.987,15	2.229.336,16	2.229.336,16	2,17	13.897.987,15	0,00
Ensino Fundamental	9.696.498,31	9.696.498,31	1.200.274,71	1.200.274,71	0,92	8.496.223,60	1.200.274,71	1.200.274,71	1,17	8.496.223,60	0,00
Educação Infantil	5.904.175,00	5.904.175,00	969.975,83	969.975,83	0,74	4.934.199,17	969.975,83	969.975,83	0,95	4.934.199,17	0,00
Educação de Jovens e Adultos	131.600,00	131.600,00	16.454,98	16.454,98	0,01	115.145,02	16.454,98	16.454,98	0,02	115.145,02	0,00
Educação Especial	395.050,00	395.050,00	42.630,64	42.630,64	0,03	352.419,36	42.630,64	42.630,64	0,04	352.419,36	0,00
CULTURA	100.000,00	100.000,00	21.648,39	21.648,39	0,02	78.351,61	21.648,39	21.648,39	0,02	78.351,61	0,00
Difusão Cultural	100.000,00	100.000,00	21.648,39	21.648,39	0,02	78.351,61	21.648,39	21.648,39	0,02	78.351,61	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	20.000,00	20.000,00	2.485,74	2.485,74	0,00	17.514,26	2.485,74	2.485,74	0,00	17.514,26	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	20.000,00	20.000,00	2.485,74	2.485,74	0,00	17.514,26	2.485,74	2.485,74	0,00	17.514,26	0,00
URBANISMO	910.000,00	910.000,00	129.646,22	129.646,22	0,10	780.353,78	129.646,22	129.646,22	0,13	780.353,78	0,00
Administração Geral	210.000,00	210.000,00	29.303,84	29.303,84	0,02	180.696,16	29.303,84	29.303,84	0,03	180.696,16	0,00
Serviços Urbanos	700.000,00	700.000,00	100.342,38	100.342,38	0,08	599.657,62	100.342,38	100.342,38	0,10	599.657,62	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	305.000,00	305.000,00	35.983,03	35.983,03	0,03	269.016,97	35.983,03	35.983,03	0,04	269.016,97	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	305.000,00	305.000,00	35.983,03	35.983,03	0,03	269.016,97	35.983,03	35.983,03	0,04	269.016,97	0,00
AGRICULTURA	11.000,00	11.000,00	1.475,28	1.475,28	0,00	9.524,72	1.475,28	1.475,28	0,00	9.524,72	0,00
Abastecimento	11.000,00	11.000,00	1.475,28	1.475,28	0,00	9.524,72	1.475,28	1.475,28	0,00	9.524,72	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	152.000,00	152.000,00	27.735,19	27.735,19	0,02	124.264,81	27.735,19	27.735,19	0,03	124.264,81	0,00
Promoção Comercial	140.000,00	140.000,00	27.735,19	27.735,19	0,02	112.264,81	27.735,19	27.735,19	0,03	112.264,81	0,00
Turismo	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00
DESPORTO E LAZER	130.000,00	130.000,00	25.974,44	25.974,44	0,02	104.025,56	25.974,44	25.974,44	0,03	104.025,56	0,00
Desporto Comunitário	130.000,00	130.000,00	25.974,44	25.974,44	0,02	104.025,56	25.974,44	25.974,44	0,03	104.025,56	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	11.580.000,00	11.580.000,00	0,00	0,00	0,00	11.580.000,00	0,00	0,00	0,00	11.580.000,00	0,00
Outros Encargos Especiais	11.580.000,00	11.580.000,00	0,00	0,00	0,00	11.580.000,00	0,00	0,00	0,00	11.580.000,00	0,00

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 - 13:41:33

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito

GILBERTO MAZON
Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:AB009D3C

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO_III_RECEITA_CORRENTE_LIQUIDA

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA

PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
	MARÇO 2025	Abril 2025	Maio 2025	Junho 2025	Julho 2025	Agosto 2025	Setembro 2025	Outubro 2025	Novembro 2025	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	**47.975.933,31**	**51.520.123,70**	**44.712.087,83**	**46.886.217,42**	**46.627.559,40**	**43.423.552,57**	**49.461.632,10**	**44.025.712,43**	**44.570.683,89**	**59.737.752,86**	**54.779.576,08**	**48.493.839,14**	**582.214.670,73**	**654.066.632,64**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.418.902,75	7.043.998,43	7.205.482,44	7.747.167,75	7.062.564,00	8.201.248,00	7.087.182,41	7.149.467,95	7.272.527,17	9.908.548,61	6.900.093,32	7.821.203,31	95.818.386,14	107.824.000,00
IPTU	6.879.656,51	1.374.417,60	1.250.255,32	1.059.227,36	1.037.194,67	1.121.523,45	925.837,87	787.445,69	917.164,30	1.209.501,00	792.042,91	1.674.500,49	19.028.767,17	28.600.000,00
ISS	1.474.953,61	1.404.170,10	1.615.864,05	1.746.676,73	1.449.099,94	2.605.263,57	1.574.993,71	2.013.867,49	1.723.342,27	1.993.417,16	1.866.972,23	2.284.594,97	21.753.215,83	22.350.000,00
ITBI	464.255,68	914.373,59	522.266,60	566.400,99	718.429,43	651.734,41	517.769,10	863.361,51	776.879,72	503.677,06	713.987,10	597.440,48	7.810.575,67	7.600.000,00
IRRF	2.143.295,22	1.766.371,21	2.260.262,61	2.685.011,83	2.372.285,90	2.280.719,67	2.586.086,11	2.049.704,08	2.350.542,09	4.763.151,29	1.948.049,51	1.783.943,87	28.989.423,39	27.500.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.456.741,73	1.584.665,93	1.556.833,86	1.689.850,84	1.485.554,06	1.542.006,90	1.482.495,62	1.435.089,18	1.504.598,79	1.438.802,10	1.579.041,57	1.480.723,50	18.236.404,08	21.774.000,00
Receita de Contribuições	2.335.034,14	2.489.156,87	2.514.462,46	2.613.188,67	2.735.226,51	2.567.290,68	2.568.566,18	2.540.837,44	2.554.588,21	4.349.768,91	2.636.610,94	2.586.845,17	32.491.576,18	41.570.000,00
Receita Patrimonial	4.292.257,04	7.178.086,11	5.501.186,84	4.627.828,98	5.062.682,65	6.026.700,49	5.797.026,17	6.463.587,94	5.926.322,61	5.230.960,19	6.740.210,30	6.114.314,40	68.961.163,72	58.293.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	4.192.929,45	7.087.179,52	5.409.321,93	4.532.614,45	4.960.353,38	5.960.317,89	5.698.798,76	6.359.378,02	5.828.976,77	5.128.189,58	6.636.472,76	6.033.924,64	67.828.457,15	56.291.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	99.327,59	90.906,59	91.864,91	95.214,53	102.329,27	66.382,60	98.227,41	104.209,92	97.345,84	102.770,61	103.737,54	80.389,76	1.132.706,57	2.002.100,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.960,00	125.240,00	97.748,19	61.354,96	0,00	56.667,25	372.970,40	400,00
Transferências Correntes	28.696.580,67	32.949.857,77	29.114.444,92	30.026.942,92	31.594.310,43	26.337.335,67	33.790.817,95	27.606.826,16	28.502.802,21	39.668.158,04	36.478.485,90	31.741.414,62	376.507.977,26	442.959.132,64
Cota-Parte do FPM	7.873.730,66	8.001.053,89	10.206.478,71	10.483.455,96	11.018.767,78	8.490.570,65	10.774.867,76	7.226.325,32	9.823.031,11	15.818.740,38	10.040.966,99	12.624.503,56	122.382.492,77	142.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	8.086.013,72	9.033.863,78	6.894.598,63	8.188.173,68	8.597.714,53	7.479.564,02	9.284.044,57	8.411.389,70	7.837.855,94	9.940.602,93	7.428.544,71	5.874.578,13	97.056.944,34	127.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	2.153.197,41	2.033.990,19	1.974.021,10	1.008.377,09	845.529,13	712.542,65	644.329,14	663.179,10	550.195,50	840.348,31	4.161.598,07	1.488.519,03	17.075.826,72	20.000.000,00
Cota-Parte do ITR	5.098,64	12.202,06	531,05	277,01	3.174,78	1.220,00	56.203,77	45.806,25	2.438,50	690,91	359,11	328,23	128.330,31	250.000,00
Transferências da LC 61/1989	126.733,28	118.987,86	115.599,06	131.600,33	112.910,16	124.722,11	132.265,21	126.843,20	125.366,96	151.857,38	98.483,78	103.348,47	1.468.717,80	1.700.000,00
Transferências do FUNDEB	7.054.391,76	7.810.448,49	6.761.407,01	7.190.936,69	6.869.457,34	6.396.710,04	6.271.402,77	7.351.484,69	6.808.031,09	9.980.862,87	11.076.643,64	8.426.170,37	91.997.946,76	110.308.132,64
Outras Transferências Correntes	3.397.415,20	5.939.311,50	3.161.809,36	3.024.122,16	4.146.756,71	3.132.006,20	6.627.704,73	3.781.797,90	3.355.883,11	2.935.055,26	3.671.889,60	3.223.966,83	46.397.718,56	41.701.000,00
Outras Receitas Correntes	233.158,71	1.859.024,52	376.511,17	1.871.089,10	172.775,81	290.977,73	186.079,39	139.752,94	216.695,50	518.962,15	2.024.175,62	173.394,39	8.062.597,03	3.420.000,00
DEDUÇÕES (II)	**8.689.554,02**	**13.386.692,33**	**10.121.765,27**	**9.424.474,46**	**9.242.953,83**	**10.256.538,56**	**10.008.284,85**	**10.492.550,24**	**10.754.473,16**	**12.800.736,09**	**14.063.572,12**	**11.313.151,79**	**130.554.746,72**	**131.060.000,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.637.327,94	1.686.624,55	1.779.647,38	1.827.400,42	1.998.375,61	1.808.420,30	1.799.349,52	1.797.968,82	1.797.961,17	3.560.223,86	1.790.212,44	1.787.139,99	23.270.652,00	30.570.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	118.731,58	1.849.130,03	228.614,76	140.962,00	139.857,63	140.690,88	140.690,88	67.240,02	194.548,39	475.607,45	1.972.735,15	152.616,14	5.621.424,91	3.000.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	3.284.539,89	6.010.918,35	4.275.257,53	3.493.735,40	3.744.696,39	4.931.575,21	4.673.820,11	5.332.632,86	5.094.186,16	4.360.711,21	5.954.634,14	5.355.140,32	56.511.847,57	40.900.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.648.954,61	3.840.019,40	3.838.245,60	3.962.376,64	3.360.024,20	3.375.852,17	3.394.424,34	3.294.708,54	3.667.777,44	4.404.193,57	4.345.990,39	4.018.255,34	45.150.822,24	56.590.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**39.286.379,29**	**38.133.431,37**	**34.590.322,56**	**37.461.742,96**	**37.384.605,57**	**33.167.014,01**	**39.453.347,25**	**33.533.162,19**	**33.816.210,73**	**46.937.016,77**	**40.716.003,96**	**37.180.687,35**	**451.659.924,01**	**523.006.632,64**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	200.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	200.000,00	450.000,00	0,00	200.000,00	5.050.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	39.086.379,29	36.633.431,37	34.590.322,56	37.461.742,96	37.384.605,57	33.167.014,01	36.953.347,25	33.533.162,19	33.616.210,73	46.487.016,77	40.716.003,96	36.980.687,35	446.609.924,01	523.006.632,64
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e	283.569,72	312.828,43	294.678,19	292.672,42	296.748,31	294.738,20	294.829,16	294.639,22	292.229,59	576.961,74	276.386,16	311.285,51	3.821.566,65	3.670.000,00

dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII)	38.802.809,57	36.320.602,94	34.295.644,37	37.169.070,54	37.087.857,26	32.872.275,81	36.658.518,09	33.238.522,97	33.323.981,14	45.910.055,03	40.439.617,80	36.669.401,84	442.788.357,36	519.336.632,64

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 19/03/2026 - 14:11:02

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito

GILBERTO MAZON
Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7D8A8AE1

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO VIII DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
1- RECEITA DE IMPOSTOS	86.050.000,00	11.661.531,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	28.600.000,00	2.466.543,40
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	7.600.000,00	1.311.427,58
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	22.350.000,00	4.151.567,20
1.4- Receita Resultante do Imposto de	27.500.000,00	3.731.993,38

Renda Retido na Fonte – IRRF		
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	290.950.000,00	41.821.230,08
2.1- Cota-Parte FPM	142.000.000,00	22.665.470,55
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	130.000.000,00	22.665.470,55
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	12.000.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	127.000.000,00	13.303.122,84
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	1.700.000,00	201.832,25
2.4- Cota-Parte ITR	250.000,00	687,34
2.5- Cota-Parte IPVA	20.000.000,00	5.650.117,10
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**377.000.000,00**	**53.482.761,64**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**55.790.000,00**	**8.364.246,02**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))	**38.460.000,00**	**5.006.444,39**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	110.000.000,00	19.285.918,97
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	110.000.000,00	18.258.613,24
6.1.1- Principal	110.000.000,00	18.172.759,98
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	85.853,26
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	1.027.305,73
6.3.1- Principal	0,00	1.021.921,40
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	5.384,33
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**54.210.000,00**	**9.808.513,96**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	**VALOR**
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	3.781,41
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	11.543.276,66
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-11.539.495,25
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**19.289.700,38**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	110.308.132,64	18.578.384,89	17.004.412,55	15.233.203,63	1.573.972,34
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	85.780.000,00	14.839.701,60	14.839.701,60	13.940.434,65	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	45.304.175,00	8.276.184,47	8.276.184,47	7.793.385,59	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	37.660.775,00	6.204.273,62	6.204.273,62	5.809.120,87	0,00
10.1.4- Educação Especial	2.815.050,00	359.243,51	359.243,51	337.928,19	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	24.528.132,64	3.738.683,29	2.164.710,95	1.292.768,98	1.573.972,34
10.2.1- Educação Infantil	703.000,00	196.263,00	711,76	711,76	195.551,24
10.2.2- Ensino Fundamental	20.825.132,64	3.362.787,85	2.042.506,67	1.170.564,70	1.320.281,18
10.2.4- Educação Especial	3.000.000,00	179.632,44	121.492,52	121.492,52	58.139,92

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCICIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	18.578.384,89	17.004.412,55	15.233.203,63	1.573.972,34	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	18.578.384,89	17.004.412,55	15.233.203,63	1.573.972,34	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.839.701,60	14.839.701,60	13.940.434,65	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)		VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.500.143,28	14.839.701,60	14.839.701,60	14.839.701,60	76,95
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	513.652,87	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	154.095,86	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	1.928.591,90	2.281.506,42	2.281.506,42	352.914,52	11,83

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	8.850.568,48	540.403,07	0,00	0,00	0,00	540.403,07
19.1- Total das Despesas custeadadsa com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.847.710,36	540.403,07	0,00	0,00	0,00	540.403,07
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	2.858,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	58.420.473,31	5.898.313,97	5.501.429,85	5.244.543,33	396.884,12
20.1- Educação Infantil	4.260.000,00	192.705,30	49.730,02	49.730,02	142.975,28
20.2- Ensino Fundamental	53.029.473,31	5.549.096,17	5.303.187,33	5.054.528,30	245.908,84
20.3- Educação de Jovens e Adultos	940.000,00	143.712,50	143.712,50	135.485,01	0,00
20.4- Educação Especial	191.000,00	12.800,00	4.800,00	4.800,00	8.000,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS DO RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	161.782.555,95	23.781.310,41	21.876.593,87	19.878.041,24	1.904.716,54
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	50.267.175,00	8.665.152,77	8.326.626,25	7.843.827,37	338.526,52
21.1.1- Creche	50.267.175,00	8.665.152,77	8.326.626,25	7.843.827,37	338.526,52

21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	111.515.380,95	15.116.157,64	13.549.967,62	12.034.213,87	1.566.190,02

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e))	5.501.429,85
23 - (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	8.364.246,02
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	352.914,52
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23 – (24 + 25 + 26 + 27))	**13.512.761,35**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.370.690,41	13.512.761,35	25,27

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	3.246.826,06	0,00	0,00	0,00	3.246.826,06
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	2.585.402,65	0,00	0,00	0,00	2.585.402,65
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	638.693,41	0,00	0,00	0,00	638.693,41
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	22.730,00	0,00	0,00	0,00	22.730,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	11.118.132,64	3.350.274,65
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	6.900.000,00	1.529.732,74
31.1 - Salário-Educação	6.900.000,00	1.527.421,95
31.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	2.310,79
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	1.069,42
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.218.132,64	1.819.472,49

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	10.810.000,00	3.588.674,89	1.277.489,12	1.064.158,08	2.311.185,77
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.559.000,00	908.944,29	214.000,00	214.000,00	694.944,29

32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	8.250.000,00	2.679.730,60	1.063.489,12	850.158,08	1.616.241,48
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Período (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	179.538.605,95	28.065.373,75	23.783.331,52	21.541.905,04	4.282.042,23
33.1 - Despesas Correntes	177.157.473,31	27.029.278,25	23.601.966,09	21.533.924,96	3.427.312,16
33.1.1 - Pessoal Ativo	131.111.723,31	19.726.152,90	19.726.152,90	18.569.999,43	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	790.000,00	608.033,64	96.764,15	96.764,15	511.269,49
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	45.255.750,00	6.695.091,71	3.779.049,04	2.867.161,38	2.916.042,67
33.2 - Despesas de Capital	2.381.132,64	1.036.095,50	181.365,43	7.980,08	854.730,07
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	2.381.132,64	1.036.095,50	181.365,43	7.980,08	854.730,07

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	922.554,59	619.460,83
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	19.598.785,15	1.527.421,95
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	16.000.032,13	1.309.268,79
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.521.307,61	837.613,99
40, - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	4.521.307,61	837.613,99

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 - 14:06:35

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito

GILBERTO MAZON
Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:0ADC206F

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO_VII_RESTOS_A_PAGAR_POR_PODER_E_ORGAO

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO
RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos					Inscritos						
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	**14.697,33**	**1.768.662,13**	**1.764.442,60**	**0,00**	**18.916,86**	**378.258,36**	**22.031.358,04**	**9.933.575,50**	**9.589.103,54**		**12.820.512,86**	**12.839.429,72**
PODER EXECUTIVO	**14.697,33**	**1.768.662,13**	**1.764.442,60**	**0,00**	**18.916,86**	**378.258,36**	**21.845.740,62**	**9.748.439,38**	**9.403.967,42**		**12.820.512,86**	**12.838.948,42**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**185.617,42**	**185.136,12**	**185.136,12**		**481,30**	**481,30**
Câmera	**0,00**	0	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**185.136,12**	**185.136,12**		**481,30**	**481,30**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**3.495.442,62**	**3.495.442,62**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	-	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**14.697,33**	**5.264.104,75**	**5.259.885,22**	**0,00**	**18.916,86**	**378.258,36**	**22.031.358,04**	**9.933.575,50**	**9.589.103,54**		**12.820.512,86**	**12.839.429,72**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/032026 - 15:06:30
MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito
GILBERTO MAZON
Controle Interno
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças
GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:A252B971

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO_VI_RESULTADOS_PRIMARIO_E_NOMINAL

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre / 2026 RECEITAS REALIZADAS (a)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	523.006.632,64	77.896.691,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	107.824.000,00	14.721.296,63
IPTU	28.600.000,00	2.466.543,40
ISS	22.350.000,00	4.151.567,20
ITBI	7.600.000,00	1.311.427,58
IRRF	27.500.000,00	3.731.993,38
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.774.000,00	3.059.765,07

Contribuições	11.000.000,00	1.646.103,68
Receita Patrimonial	17.393.100,00	1.544.750,24
Aplicações Financeiras (II)	15.391.000,00	1.360.622,94
Outras Receitas Patrimoniais	2.002.100,00	184.127,30
Transferências Correntes	386.369.132,64	59.855.654,79
Cota-Parte do FPM	115.200.000,00	18.132.376,50
Cota-Parte do ICMS	101.600.000,00	10.642.498,31
Cota-Parte do IPVA	16.000.000,00	4.520.093,82
Cota-Parte do ITR	200.000,00	549,90
Transferências da LC 61/1989	1.360.000,00	161.465,82
Transferências do FUNDEB	110.308.132,64	19.502.814,01
Outras Transferências Correntes	41.701.000,00	6.895.856,43
Demais Receitas Correntes	420.400,00	128.885,97
Receitas Correntes Restantes	420.400,00	128.885,97
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	507.615.632,64	76.536.068,37
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	75.270.000,00	10.988.064,32
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	40.900.000,00	11.309.774,46
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	129.935.144,77	5.895.280,85
Operações de Crédito (VI)	54.658.951,91	0,00
Transferências de Capital	75.276.192,86	5.895.280,85
Outras Transferências de Capital	75.276.192,86	5.895.280,85
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	75.276.192,86	5.895.280,85
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	658.161.825,50	93.419.413,54
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	582.891.825,50	82.431.349,22

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2026					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	476.862.766,66	82.000.355,47	58.128.665,99	54.203.583,56	4.980.325,59	7.431.393,76	7.182.373,96
Pessoal e Encargos Sociais	253.147.495,61	38.139.338,92	38.139.338,92	36.094.297,86	3.813.973,73	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	14.320.000,00	2.163.677,46	2.163.677,46	2.163.677,46	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	209.395.271,05	41.697.339,09	17.825.649,61	15.945.608,24	1.166.351,86	7.431.393,76	7.182.373,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	462.542.766,66	79.836.678,01	55.964.988,53	52.039.906,10	4.980.325,59	7.431.393,76	7.182.373,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	45.284.000,00	5.379.757,08	5.350.400,38	5.350.400,38	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	167.115.210,75	9.617.582,98	5.528.583,17	5.003.278,10	279.559,63	2.502.181,74	2.406.729,58
Investimentos	147.915.210,75	6.897.212,35	2.808.212,54	2.282.907,47	279.559,63	2.502.181,74	2.406.729,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	19.200.000,00	2.720.370,63	2.720.370,63	2.720.370,63	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	147.915.210,75	6.897.212,35	2.808.212,54	2.282.907,47	279.559,63	2.502.181,74	2.406.729,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	80.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	166.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	736.067.977,41	92.113.647,44	64.123.601,45	59.673.213,95	5.259.885,22	9.933.575,50	9.589.103,54
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	690.617.977,41	86.733.890,36	58.773.201,07	54.322.813,57	5.259.885,22	9.933.575,50	9.589.103,54

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**18.897.210,83**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**13.259.546,89**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2025 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	1.355.205,48
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	91.320,79

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**14.523.431,58**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	100.115.429,67	97.395.059,04
DEDUÇÕES (XXIX)	63.473.335,02	73.403.153,02
Disponibilidade de Caixa	63.473.335,02	73.403.153,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	69.253.414,23	78.841.949,45
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	5.278.802,08	4.813.776,32
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	501.277,13	625.020,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	36.642.094,65	23.991.906,02
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		**12.650.188,63**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre / 2026
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa	-465.025,76
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	12.185.162,87
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**10.921.278,18**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	476.200,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	476.200,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026- 15:27:03

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito

GILBERTO MAZON
Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:537C050F

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO XI DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE PIRAQUARA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO RELIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	1.000,90 1.000,90 1000,9	-1.000,90
Rendimento de Aplicações Financeiras	0,00	1.000,90 1.000,90 1000,9	-1.000,90

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	SALDO (h) = (d-e)

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2025	2026	SALDO ATUAL (j) = (IIIh) + (IIIi)
VALOR (III)	58.702,74	1.000,90	59.703,64

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 - 16:31:26

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito

GILBERTO MAZON
Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS
Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA
Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:4902C362

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO XII DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	23.493.000,00	23.243.000,00	3.916.645,13	16,85	3.297.420,21	14,19	3.123.832,57	13,44	619.224,92
Despesas Correntes	23.492.000,00	23.242.000,00	3.916.645,13	16,85	3.297.420,21	14,19	3.123.832,57	13,44	619.224,92
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	43.946.829,74	44.046.829,74	7.862.184,42	17,85	4.132.515,56	9,38	3.825.742,15	8,69	3.729.668,86
Despesas Correntes	43.926.829,74	44.026.829,74	7.862.184,42	17,86	4.132.515,56	9,39	3.825.742,15	8,69	3.729.668,86
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	3.627.000,00	3.627.000,00	1.387.281,73	38,25	393.067,03	10,84	346.045,17	9,54	994.214,70
Despesas Correntes	3.627.000,00	3.627.000,00	1.387.281,73	38,25	393.067,03	10,84	346.045,17	9,54	994.214,70
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	1.790.000,00	1.790.000,00	327.774,86	18,31	327.774,86	18,31	309.764,68	17,31	0,00
Despesas Correntes	1.720.000,00	1.720.000,00	327.774,86	19,06	327.774,86	19,06	309.764,68	18,01	0,00
Despesas de Capital	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	902.000,00	902.000,00	74.572,19	8,27	74.572,19	8,27	70.708,31	7,84	0,00
Despesas Correntes	902.000,00	902.000,00	74.572,19	8,27	74.572,19	8,27	70.708,31	7,84	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	660.000,00	660.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	10.859.000,00	11.009.000,00	1.739.792,90	15,80	1.253.085,54	11,38	1.195.221,33	10,86	486.707,36
Despesas Correntes	8.977.500,00	9.236.000,00	1.719.708,92	18,62	1.253.085,54	13,57	1.195.221,33	12,94	466.623,38
Despesas de Capital	1.881.500,00	1.773.000,00	20.083,98	1,13	0,00	0,00	0,00	0,00	20.083,98
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**85.277.829,74**	**85.277.829,74**	**15.308.251,23**	**17,95**	**9.478.435,39**	**11,11**	**8.871.314,21**	**10,40**	**5.829.815,84**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII)-(XI)	15.308.251,23	9.478.435,39	8.871.314,21
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	5.612.897,53	5.612.897,53	5.612.897,53
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**9.695.353,70**	**3.865.537,86**	**3.258.416,68**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) - (III) X 15% (LC 141/2012)	8.022.414,25		
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) - (XVI (D OU E) - XVII)1	1.672.939,45	-4.156.876,39	-4.763.997,57
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC N° 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**18,13**	**7,23**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS COMFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2024	8.022.414,25	9.695.353,70	1.672.939,45	-	5.612.897,53	-	-	-	-	7.285.836,98
Empenhos de 2023	35.212.558,10	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	0,00
Empenhos de 2022	32.401.178,32	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	0,00
Empenhos de 2021	26.540.200,67	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-	-	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	**0,00**

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência		Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhos (x)	Liquidada (y)	Pagas (z)

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	18.966.000,00	24.292.268,00	8.244.984,93	33,94
Proveniente da União	16.299.000,00	21.625.268,00	8.104.847,61	37,48
Proveniente dos Estados	2.667.000,00	2.667.000,00	140.137,32	5,25

OUTRAS RECEITAS (XXX)						0,00	0,00	292.769,38	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)						**18.966.000,00**	**24.292.268,00**	**8.537.754,31**	**35,15**
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	12.971.000,00	18.297.268,00	5.894.971,24	32,22	2.487.481,90	13,59	2.063.528,47	11,28	3.407.489,34
Despesas Correntes	12.969.000,00	12.969.000,00	2.379.057,28	18,34	1.832.457,43	14,13	1.756.229,63	13,54	546.599,85
Despesas de Capital	2.000,00	5.328.268,00	3.515.913,96	65,99	655.024,47	12,29	307.298,84	5,77	2.860.889,49
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	2.922.500,00	2.922.500,00	399.279,80	13,66	200.477,23	6,86	192.436,63	6,58	198.802,57
Despesas Correntes	2.921.500,00	2.921.500,00	399.279,80	13,67	200.477,23	6,86	192.436,63	6,59	198.802,57
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	291.000,00	291.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	226.000,00	226.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	632.000,00	995.000,00	166.400,79	16,72	56.076,87	5,64	55.928,27	5,62	110.323,92
Despesas Correntes	567.000,00	567.000,00	56.076,87	9,89	56.076,87	9,89	55.928,27	9,86	0,00
Despesas de Capital	65.000,00	428.000,00	110.323,92	25,78	0,00	0,00	0,00	0,00	110.323,92
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	575.000,00	575.000,00	20.275,29	3,53	20.275,29	3,53	20.275,29	3,53	0,00
Despesas Correntes	575.000,00	575.000,00	20.275,29	3,53	20.275,29	3,53	20.275,29	3,53	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	23.000,00	136.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	15.000,00	128.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**17.416.000,00**	**23.218.468,00**	**6.480.927,12**	**27,91**	**2.764.311,29**	**11,91**	**2.332.168,66**	**10,04**	**3.716.615,83**
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) *100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) *100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) *100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	36.464.000,00	41.540.268,00	9.811.616,37	23,62	5.784.902,11	13,93	5.187.361,04	12,49	4.026.714,26
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	46.869.329,74	46.969.329,74	8.261.464,22	17,59	4.332.992,79	9,23	4.018.178,78	8,55	3.928.471,43
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	3.918.000,00	3.918.000,00	1.387.281,73	35,41	393.067,03	10,03	346.045,17	8,83	994.214,70
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	2.422.000,00	2.785.000,00	494.175,65	17,74	383.851,73	13,78	365.692,95	13,13	110.323,92
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.477.000,00	1.477.000,00	94.847,48	6,42	94.847,48	6,42	90.983,60	6,16	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	683.000,00	796.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	10.860.500,00	11.010.500,00	1.739.792,90	15,80	1.253.085,54	11,38	1.195.221,33	10,86	486.707,36
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**102.693.829,74**	**108.496.297,74**	**21.789.178,35**	**20,08**	**12.242.746,68**	**11,28**	**11.203.482,87**	**10,33**	**9.546.431,67**
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes[3]	17.416.000,00	23.218.468,00	6.480.927,12	27,91	2.764.311,29	11,91	2.332.168,66	10,04	3.716.615,83
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	**85.277.829,74**	**85.277.829,74**	**15.308.251,23**	**17,95**	**9.478.435,39**	**11,11**	**8.871.314,21**	**10,40**	**5.829.815,84**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026- 15:32:27

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI

Prefeito

GILBERTO MAZON

Controle Interno

DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS

Secretária Municipal de Finanças

GUILHERME LEONARDO DA SILVA

Contador

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2FA119E9

SECRETARIA DE FINANÇAS
ANEXO XIII DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

TMUNICÍPIO DE PIRAQUARA												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A FEVEREIRO 2026/BIMESTRAL JANEIRO-FEVEREIRO												
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25												R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**		**REGISTROS EFETUADOS EM 2026**									
			No bimestre				**Até o Bimestre**					
DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**	**2035**	
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável MUNICIPIO DE PIRAQUARA, emitido em 19/03/2026 16:57:44												
MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI												
Prefeito												
GILBERTO MAZON												
Controle Interno												
DAISY CRISTINE BATISTA BRUDECK ARTIGAS												
Secretária Municipal de Finanças												
GUILHERME LEONARDO DA SILVA												
Contador												

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:5DC8E695

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

CONSOLIDADO DE TURVO									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA									
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA									
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e									
DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)
			No bimestre	Até bimestre (f)		No bimestre	Até bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	108.122.102,65	134.418.081,94	16.890.718,51	16.890.718,51	117.527.363,43	13.773.360,25	13.773.360,25	120.644.721,69	13.313.980,83
DESPESAS CORRENTES	88.038.799,44	88.557.776,09	15.035.282,27	15.035.282,27	73.522.493,82	13.407.868,19	13.407.868,19	75.149.907,90	12.948.488,77
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.429.030,56	46.429.030,56	8.913.728,41	8.913.728,41	37.515.302,15	8.913.728,41	8.913.728,41	37.515.302,15	8.712.545,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.107.989,04	2.107.989,04	453.160,00	453.160,00	1.654.829,04	86.984,92	86.984,92	2.021.004,12	86.984,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.501.779,84	40.020.756,49	5.668.393,86	5.668.393,86	34.352.362,63	4.407.154,86	4.407.154,86	35.613.601,63	4.148.958,12
DESPESAS DE CAPITAL	19.898.303,21	45.675.305,85	1.855.436,24	1.855.436,24	43.819.869,61	365.492,06	365.492,06	45.309.813,79	365.492,06
INVESTIMENTOS	17.365.389,11	43.142.391,75	524.679,81	524.679,81	42.617.711,94	27.905,97	27.905,97	43.114.485,78	27.905,97
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.532.914,10	2.532.914,10	1.330.756,43	1.330.756,43	1.202.157,67	337.586,09	337.586,09	2.195.328,01	337.586,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	3.757.023,95	423.959,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	112.753.583,05	139.049.562,34	17.765.174,96	17.765.174,96	121.284.387,38	14.647.816,70	14.647.816,70	124.401.745,64	13.737.939,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	112.753.583,05	139.049.562,34	17.765.174,96	17.765.174,96	121.284.387,38	14.647.816,70	14.647.816,70	124.401.745,64	13.737.939,84
RESERVA DO RPPS	9.553.000,00	9.553.000,00	0,00	0,00	9.553.000,00	0,00	0,00	9.553.000,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	9.553.000,00	9.489.533,77	4.982.566,68	4.982.566,68	4.506.967,09	8.099.924,94	8.099.924,94	1.389.608,83	9.009.801,80
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	122.306.583,05	148.539.096,11	22.747.741,64	22.747.741,64	125.791.354,47	22.747.741,64	22.747.741,64	125.791.354,47	22.747.741,64
Entidades:									
Câmara Municipal de Turvo									
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo									
Município de Turvo									
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 19/03/2026 11:27									

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:B827E971

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

CONSOLIDADO DE TURVO										
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA										
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026										
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	117.675.102,65	143.971.081,94	16.890.718,51	16.890.718,51	95,08	127.080.363,43	13.773.360,25	13.773.360,25	94,03	130.197.721,69
LEGISLATIVA	3.671.814,40	3.671.814,40	466.559,31	466.559,31	2,63	3.205.255,09	465.016,26	465.016,26	3,17	3.206.798,14
JUDICIÁRIA	362.800,00	362.800,00	58.808,35	58.808,35	0,33	303.991,65	58.808,35	58.808,35	0,40	303.991,65
ADMINISTRAÇÃO	7.762.065,71	7.762.065,71	1.522.484,31	1.522.484,31	8,57	6.239.581,40	1.058.573,85	1.058.573,85	7,23	6.703.491,86
ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.605.710,00	15.261.980,00	644.260,92	644.260,92	3,63	14.617.719,08	601.097,32	601.097,32	4,10	14.660.882,68
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.050.000,00	8.050.000,00	1.093.355,25	1.093.355,25	6,15	6.956.644,75	1.093.355,25	1.093.355,25	7,46	6.956.644,75
SAÚDE	20.391.404,11	21.372.001,82	4.479.931,53	4.479.931,53	25,22	16.892.070,29	3.874.348,87	3.874.348,87	26,45	17.497.652,95
EDUCAÇÃO	28.259.011,88	28.321.489,51	4.306.094,79	4.306.094,79	24,24	24.015.394,72	4.098.818,92	4.098.818,92	27,98	24.222.670,59
CULTURA	528.319,19	528.319,19	36.831,98	36.831,98	0,21	491.487,21	36.491,58	36.491,58	0,25	491.827,61
URBANISMO	8.808.096,77	29.471.142,55	1.624.722,43	1.624.722,43	9,15	27.846.420,12	1.271.762,39	1.271.762,39	8,68	28.199.380,16
SANEAMENTO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.727.000,00	2.727.000,00	350.307,15	350.307,15	1,97	2.376.692,85	339.197,66	339.197,66	2,32	2.387.802,34
AGRICULTURA	2.392.917,84	3.188.220,91	202.675,35	202.675,35	1,14	2.985.545,56	180.782,66	180.782,66	1,23	3.007.438,25
INDÚSTRIA	891.000,00	1.021.000,00	159.378,30	159.378,30	0,90	861.621,70	118.977,42	118.977,42	0,81	902.022,58
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.076.800,00	6.076.800,00	3.456,01	3.456,01	0,02	6.073.343,99	897,53	897,53	0,01	6.075.902,47
COMUNICAÇÕES	392.496,00	392.496,00	51.959,57	51.959,57	0,29	340.536,43	51.959,57	51.959,57	0,35	340.536,43
DESPORTO E LAZER	714.500,00	714.500,00	92.280,77	92.280,77	0,52	622.219,23	85.005,80	85.005,80	0,58	629.494,20
ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75	5.261.451,85	1.797.612,49	1.797.612,49	10,12	3.463.839,36	438.266,82	438.266,82	2,99	4.823.185,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.738.000,00	9.738.000,00	0,00	0,00	0,00	9.738.000,00	0,00	0,00	0,00	9.738.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	4,92	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	5,97	3.757.023,95
TOTAL III = (I + II)	122.306.583,05	148.602.562,34	17.765.174,96	17.765.174,96	100,00	130.837.387,38	14.647.816,70	14.647.816,70	100,00	133.954.745,64

Entidades:
Câmara Municipal de Turvo
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo
Município de Turvo

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:FA7F4FD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

CONSOLIDADO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	117.675.102,65	143.971.081,94	16.890.718,51	16.890.718,51	95,08	127.080.363,43	13.773.360,25	13.773.360,25	94,03	130.197.721,69
LEGISLATIVA	3.671.814,40	3.671.814,40	466.559,31	466.559,31	2,63	3.205.255,09	465.016,26	465.016,26	3,17	3.206.798,14
AÇÃO LEGISLATIVA	3.671.814,40	3.671.814,40	466.559,31	466.559,31	2,63	3.205.255,09	465.016,26	465.016,26	3,17	3.206.798,14
JUDICIÁRIA	362.800,00	362.800,00	58.808,35	58.808,35	0,33	303.991,65	58.808,35	58.808,35	0,40	303.991,65
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO	362.800,00	362.800,00	58.808,35	58.808,35	0,33	303.991,65	58.808,35	58.808,35	0,40	303.991,65
ADMINISTRAÇÃO	7.762.065,71	7.762.065,71	1.522.484,31	1.522.484,31	8,57	6.239.581,40	1.058.573,85	1.058.573,85	7,23	6.703.491,86
ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.041.315,71	5.041.315,71	805.053,85	805.053,85	4,53	4.236.261,86	693.629,36	693.629,36	4,74	4.347.686,35
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.562.560,00	1.562.560,00	217.408,12	217.408,12	1,22	1.345.151,88	195.177,98	195.177,98	1,33	1.367.382,02
CONTROLE INTERNO	136.190,00	136.190,00	25.529,19	25.529,19	0,14	110.660,81	25.529,19	25.529,19	0,17	110.660,81
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.022.000,00	1.022.000,00	474.493,15	474.493,15	2,67	547.506,85	144.237,32	144.237,32	0,98	877.762,68
ASSISTÊNCIA SOCIAL	11.605.710,00	15.261.980,00	644.260,92	644.260,92	3,63	14.617.719,08	601.097,32	601.097,32	4,10	14.660.882,68
ADMINISTRAÇÃO GERAL	176.500,00	176.500,00	2.484,22	2.484,22	0,01	174.015,78	2.484,22	2.484,22	0,02	174.015,78
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	100.000,00	100.000,00	22.765,94	22.765,94	0,13	77.234,06	22.765,94	22.765,94	0,16	77.234,06
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	64.000,00	64.000,00	6.329,50	6.329,50	0,04	57.670,50	6.329,50	6.329,50	0,04	57.670,50
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	860.630,00	894.900,00	148.392,32	148.392,32	0,84	746.507,68	138.242,84	138.242,84	0,94	756.657,16
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	2.215.080,00	2.215.080,00	434.668,94	434.668,94	2,45	1.780.411,06	431.274,82	431.274,82	2,94	1.783.805,18
HABITAÇÃO URBANA	8.189.500,00	11.811.500,00	29.620,00	29.620,00	0,17	11.781.880,00	0,00	0,00	0,00	11.811.500,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	8.050.000,00	8.050.000,00	1.093.355,25	1.093.355,25	6,15	6.956.644,75	1.093.355,25	1.093.355,25	7,46	6.956.644,75
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	8.050.000,00	8.050.000,00	1.093.355,25	1.093.355,25	6,15	6.956.644,75	1.093.355,25	1.093.355,25	7,46	6.956.644,75
SAÚDE	20.391.404,11	21.372.001,82	4.479.931,53	4.479.931,53	25,22	16.892.070,29	3.874.348,87	3.874.348,87	26,45	17.497.652,95
ADMINISTRAÇÃO GERAL	156.060,00	156.060,00	17.732,28	17.732,28	0,10	138.327,72	17.732,28	17.732,28	0,12	138.327,72
ATENÇÃO BÁSICA	16.028.527,22	16.519.335,18	3.506.466,91	3.506.466,91	19,74	13.012.868,27	2.927.087,98	2.927.087,98	19,98	13.592.247,20
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	3.617.091,93	4.077.091,93	900.525,57	900.525,57	5,07	3.176.566,36	885.885,57	885.885,57	6,05	3.191.206,36
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	104.845,50	104.845,50	239,45	239,45	0,00	104.606,05	239,45	239,45	0,00	104.606,05
IRRIGAÇÃO	484.879,46	514.669,21	54.967,32	54.967,32	0,31	459.701,89	43.403,59	43.403,59	0,30	471.265,62
EDUCAÇÃO	28.259.011,88	28.321.489,51	4.306.094,79	4.306.094,79	24,24	24.015.394,72	4.098.818,92	4.098.818,92	27,98	24.222.670,59
ADMINISTRAÇÃO GERAL	127.612,50	166.606,10	68.878,61	68.878,61	0,39	97.727,49	58.153,88	58.153,88	0,40	108.452,22
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	903.514,73	903.514,73	120.698,94	120.698,94	0,68	782.815,79	78.387,96	78.387,96	0,54	825.126,77
ENSINO FUNDAMENTAL	16.667.291,60	16.729.769,23	2.613.008,36	2.613.008,36	14,71	14.116.760,87	2.574.312,38	2.574.312,38	17,57	14.155.456,85
ENSINO SUPERIOR	268.750,00	268.750,00	4.406,40	4.406,40	0,02	264.343,60	4.406,40	4.406,40	0,03	264.343,60
EDUCAÇÃO INFANTIL	10.038.467,18	9.999.473,58	1.499.102,48	1.499.102,48	8,44	8.500.371,10	1.383.558,30	1.383.558,30	9,45	8.615.915,28
EDUCAÇÃO ESPECIAL	253.375,87	253.375,87	0,00	0,00	0,00	253.375,87	0,00	0,00	0,00	253.375,87
CULTURA	528.319,19	528.319,19	36.831,98	36.831,98	0,21	491.487,21	36.491,58	36.491,58	0,25	491.827,61
DIFUSÃO CULTURAL	528.319,19	528.319,19	36.831,98	36.831,98	0,21	491.487,21	36.491,58	36.491,58	0,25	491.827,61
URBANISMO	8.808.096,77	29.471.142,55	1.624.722,43	1.624.722,43	9,15	27.846.420,12	1.271.762,39	1.271.762,39	8,68	28.199.380,16
ADMINISTRAÇÃO GERAL	800.000,00	800.000,00	132.487,84	132.487,84	0,75	667.512,16	125.328,70	125.328,70	0,86	674.671,30
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)

INFRA-ESTRUTURA URBANA	8.008.096,77	28.671.142,55	1.492.234,59	1.492.234,59	8,40	27.178.907,96	1.146.433,69	1.146.433,69	7,83	27.524.708,86
SANEAMENTO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	2.727.000,00	2.727.000,00	350.307,15	350.307,15	1,97	2.376.692,85	339.197,66	339.197,66	2,32	2.387.802,34
ADMINISTRAÇÃO GERAL	157.000,00	157.000,00	30.463,37	30.463,37	0,17	126.536,63	30.463,37	30.463,37	0,21	126.536,63
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	200.000,00	200.000,00	1.556,96	1.556,96	0,01	198.443,04	1.556,96	1.556,96	0,01	198.443,04
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.434.000,00	1.434.000,00	223.476,18	223.476,18	1,26	1.210.523,82	212.366,69	212.366,69	1,45	1.221.633,31
CONTROLE AMBIENTAL	936.000,00	936.000,00	94.810,64	94.810,64	0,53	841.189,36	94.810,64	94.810,64	0,65	841.189,36
AGRICULTURA	2.392.917,84	3.188.220,91	202.675,35	202.675,35	1,14	2.985.545,56	180.782,66	180.782,66	1,23	3.007.438,25
ADMINISTRAÇÃO GERAL	239.100,00	239.100,00	19.752,28	19.752,28	0,11	219.347,72	19.752,28	19.752,28	0,13	219.347,72
EXTENSÃO RURAL	2.008.817,84	2.804.120,91	182.923,07	182.923,07	1,03	2.621.197,84	161.030,38	161.030,38	1,10	2.643.090,53
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
DEFESA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
INDÚSTRIA	891.000,00	1.021.000,00	159.378,30	159.378,30	0,90	861.621,70	118.977,42	118.977,42	0,81	902.022,58
ADMINISTRAÇÃO GERAL	200.000,00	200.000,00	22.566,43	22.566,43	0,13	177.433,57	22.566,43	22.566,43	0,15	177.433,57
EMPREGABILIDADE	65.000,00	65.000,00	11.297,50	11.297,50	0,06	53.702,50	9.276,24	9.276,24	0,06	55.723,76
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	626.000,00	756.000,00	125.514,37	125.514,37	0,71	630.485,63	87.134,75	87.134,75	0,59	668.865,25
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.076.800,00	6.076.800,00	3.456,01	3.456,01	0,02	6.073.343,99	897,53	897,53	0,01	6.075.902,47
PROMOÇÃO COMERCIAL	5.692.000,00	5.692.000,00	897,53	897,53	0,01	5.691.102,47	897,53	897,53	0,01	5.691.102,47
TURISMO	384.800,00	384.800,00	2.558,48	2.558,48	0,01	382.241,52	0,00	0,00	0,00	384.800,00
COMUNICAÇÕES	392.496,00	392.496,00	51.959,57	51.959,57	0,29	340.536,43	51.959,57	51.959,57	0,35	340.536,43
COMUNICAÇÃO SOCIAL	392.496,00	392.496,00	51.959,57	51.959,57	0,29	340.536,43	51.959,57	51.959,57	0,35	340.536,43
DESPORTO E LAZER	714.500,00	714.500,00	92.280,77	92.280,77	0,52	622.219,23	85.005,80	85.005,80	0,58	629.494,20
ADMINISTRAÇÃO GERAL	126.500,00	126.500,00	23.044,32	23.044,32	0,13	103.455,68	23.044,32	23.044,32	0,16	103.455,68
DESPORTO COMUNITÁRIO	588.000,00	588.000,00	69.236,45	69.236,45	0,39	518.763,55	61.961,48	61.961,48	0,42	526.038,52
ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75	5.261.451,85	1.797.612,49	1.797.612,49	10,12	3.463.839,36	438.266,82	438.266,82	2,99	4.823.185,03
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	5.253.166,75	5.261.451,85	1.797.612,49	1.797.612,49	10,12	3.463.839,36	438.266,82	438.266,82	2,99	4.823.185,03
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.738.000,00	9.738.000,00	0,00	0,00	0,00	9.738.000,00	0,00	0,00	0,00	9.738.000,00
RESERVA DO RPPS	9.553.000,00	9.553.000,00	0,00	0,00	0,00	9.553.000,00	0,00	0,00	0,00	9.553.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	185.000,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00	0,00	0,00	0,00	185.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	4,92	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	5,97	3.757.023,95
TOTAL III = (I + II)	122.306.583,05	148.602.562,34	17.765.174,96	17.765.174,96	100,00	130.837.387,38	14.647.816,70	14.647.816,70	100,00	133.954.745,64
Entidades:										
Câmara Municipal de Turvo										
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo										
Município de Turvo										

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:C86FC9DE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

CONSOLIDADO DE TURVO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	4,92	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	5,97	3.757.023,95
LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	13.739,50	13.739,50	0,08	96.260,50	13.739,50	13.739,50	0,09	96.260,50
AÇÃO LEGISLATIVA	110.000,00	110.000,00	13.739,50	13.739,50	0,08	96.260,50	13.739,50	13.739,50	0,09	96.260,50
JUDICIÁRIA	23.000,00	23.000,00	4.816,80	4.816,80	0,03	18.183,20	4.816,80	4.816,80	0,03	18.183,20
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO	23.000,00	23.000,00	4.816,80	4.816,80	0,03	18.183,20	4.816,80	4.816,80	0,03	18.183,20
ADMINISTRAÇÃO	1.407.730,00	1.407.730,00	345.619,53	345.619,53	1,95	1.062.110,47	345.619,53	345.619,53	2,36	1.062.110,47
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.327.330,00	1.327.330,00	333.115,02	333.115,02	1,88	994.214,98	333.115,02	333.115,02	2,27	994.214,98

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	70.400,00	70.400,00	11.149,85	11.149,85	0,06	59.250,15	11.149,85	11.149,85	0,08	59.250,15
CONTROLE INTERNO	10.000,00	10.000,00	1.354,66	1.354,66	0,01	8.645,34	1.354,66	1.354,66	0,01	8.645,34
ASSISTÊNCIA SOCIAL	105.200,00	105.200,00	18.569,21	18.569,21	0,10	86.630,79	18.569,21	18.569,21	0,13	86.630,79
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	105.200,00	105.200,00	18.569,21	18.569,21	0,10	86.630,79	18.569,21	18.569,21	0,13	86.630,79
SAÚDE	828.490,00	828.490,00	154.754,57	154.754,57	0,87	673.735,43	154.754,57	154.754,57	1,06	673.735,43
ATENÇÃO BÁSICA	828.490,00	828.490,00	154.754,57	154.754,57	0,87	673.735,43	154.754,57	154.754,57	1,06	673.735,43
EDUCAÇÃO	1.871.360,40	1.871.360,40	297.965,46	297.965,46	1,68	1.573.394,94	297.965,46	297.965,46	2,03	1.573.394,94
ENSINO FUNDAMENTAL	1.266.578,69	1.266.578,69	160.612,88	160.612,88	0,90	1.105.965,81	160.612,88	160.612,88	1,10	1.105.965,81
EDUCAÇÃO INFANTIL	604.781,71	604.781,71	137.352,58	137.352,58	0,77	467.429,13	137.352,58	137.352,58	0,94	467.429,13
CULTURA	3.700,00	3.700,00	2.183,68	2.183,68	0,01	1.516,32	2.183,68	2.183,68	0,01	1.516,32
DIFUSÃO CULTURAL	3.700,00	3.700,00	2.183,68	2.183,68	0,01	1.516,32	2.183,68	2.183,68	0,01	1.516,32
URBANISMO	183.000,00	183.000,00	25.889,61	25.889,61	0,15	157.110,39	25.889,61	25.889,61	0,18	157.110,39
ADMINISTRAÇÃO GERAL	50.000,00	50.000,00	7.138,68	7.138,68	0,04	42.861,32	7.138,68	7.138,68	0,05	42.861,32
INFRA-ESTRUTURA URBANA	133.000,00	133.000,00	18.750,93	18.750,93	0,11	114.249,07	18.750,93	18.750,93	0,13	114.249,07
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	2.759,15	2.759,15	0,02	12.240,85	2.759,15	2.759,15	0,02	12.240,85
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	2.759,15	2.759,15	0,02	12.240,85	2.759,15	2.759,15	0,02	12.240,85
AGRICULTURA	53.000,00	53.000,00	4.923,37	4.923,37	0,03	48.076,63	4.923,37	4.923,37	0,03	48.076,63
EXTENSÃO RURAL	53.000,00	53.000,00	4.923,37	4.923,37	0,03	48.076,63	4.923,37	4.923,37	0,03	48.076,63
INDÚSTRIA	16.000,00	16.000,00	2.515,56	2.515,56	0,01	13.484,44	2.515,56	2.515,56	0,02	13.484,44
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	16.000,00	16.000,00	2.515,56	2.515,56	0,01	13.484,44	2.515,56	2.515,56	0,02	13.484,44
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TURISMO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
DESPORTO E LAZER	14.000,00	14.000,00	720,01	720,01	0,00	13.279,99	720,01	720,01	0,00	13.279,99
DESPORTO COMUNITÁRIO	14.000,00	14.000,00	720,01	720,01	0,00	13.279,99	720,01	720,01	0,00	13.279,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I) =	4.631.480,40	4.631.480,40	874.456,45	874.456,45	100,00	3.757.023,95	874.456,45	874.456,45	100,00	3.757.023,95
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
Entidades:										
Câmara Municipal de Turvo										
Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Turvo										
Município de Turvo										

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:E9E4960B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE TURVO				
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE				
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2026				
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.615.220,00	6.615.220,00	1.914.106,95	28,93
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.049.410,00	1.049.410,00	50.330,30	4,80
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	882.300,00	882.300,00	134.182,92	15,21
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.759.060,00	2.759.060,00	1.113.722,54	40,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.924.450,00	1.924.450,00	615.871,19	32,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	68.676.490,41	68.676.490,41	12.362.083,72	18,00
Cota-Parte FPM	33.000.000,00	33.000.000,00	6.666.314,89	20,20
Cota-Parte ITR	86.608,36	86.608,36	43.167,89	49,84
Cota-Parte IPVA	3.306.399,82	3.306.399,82	1.085.336,09	32,83
Cota-Parte ICMS	32.020.338,00	32.020.338,00	4.499.517,10	14,05
Cota-Parte IPI-Exportação	263.144,23	263.144,23	67.747,75	25,75

Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	75.291.710,41	75.291.710,41	14.276.190,67	18,96

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	11.105.396,	11.105.396,	2.159.096,31	19,44	1.891.696,38	17,03	1.699.850,77	15,31
Despesas Correntes	10.236.902,	10.236.902,	2.070.955,20	20,23	1.891.696,38	18,48	1.699.850,77	16,61
Despesas de Capital	868.494,46	868.494,46	88.141,11	10,15	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.992.083,0	2.992.083,0	888.490,61	29,69	873.850,61	29,21	862.276,89	28,82
Despesas Correntes	2.992.083,0	2.992.083,0	888.490,61	29,69	873.850,61	29,21	862.276,89	28,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	75.762,00	75.762,00	239,45	0,32	239,45	0,32	0,00	0,00
Despesas Correntes	39.537,00	39.537,00	239,45	0,61	239,45	0,61	0,00	0,00
Despesas de Capital	36.225,00	36.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	640.939,46	670.729,21	72.699,60	10,84	61.135,87	9,11	60.944,53	9,09
Despesas Correntes	507.439,46	537.229,21	53.528,63	9,96	41.964,90	7,81	41.773,56	7,78
Despesas de Capital	133.500,00	133.500,00	19.170,97	14,36	19.170,97	14,36	19.170,97	14,36
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	14.814.181,	14.843.971,	3.120.525,97	21,02	2.826.922,31	19,04	2.623.072,19	17,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.120.525,97	2.826.922,31	2.623.072,19
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.120.525,97	2.826.922,31	2.623.072,19
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			2.141.428,60
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	979.097,37	685.493,71	481.643,59
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	21,86	19,80	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial (no exercicio	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo final (não aplicado)

	atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	(l) = (h - (i ou j))
Diferença de limite não cumprido em 2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) -
Empenhos de 2026	2.141.428,60	3.120.525,97	979.097,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.183,04	979.097,37
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2026 a compensar (XXIV)	0,00	4.183,04	4.183,04	4.183,04	-4.183,04
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.782.032,70	4.782.032,70	1.047.330,06	21,90
Proveniente da União	4.305.800,00	4.305.800,00	1.047.330,06	24,32
Proveniente dos Estados	476.232,70	476.232,70	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	518.850,00	518.850,00	85.612,27	16,50
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	5.300.882,70	5.300.882,70	1.132.942,33	21,37

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.886.319,2	5.377.127,1	1.428.493,22	26,57	1.179.709,01	21,94	1.104.917,07	20,55
Despesas Correntes	4.779.126,5	4.779.126,5	1.213.829,50	25,40	1.176.409,01	24,62	1.101.617,07	23,05
Despesas de Capital	107.192,70	598.000,66	214.663,72	35,90	3.300,00	0,55	3.300,00	0,55

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	155.250,00	155.250,00	12.034,96	7,75	12.034,96	7,75	12.034,96	7,75
Despesas Correntes	155.250,00	155.250,00	12.034,96	7,75	12.034,96	7,75	12.034,96	7,75
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	29.083,50	29.083,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	29.083,50	29.083,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	5.070.652,7	5.561.460,6	1.440.528,18	25,90	1.191.743,97	21,43	1.116.952,03	20,08

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	15.991.716,	16.482.524,	3.587.589,53	21,77	3.071.405,39	18,63	2.804.767,84	17,02
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	3.147.333,0	3.147.333,0	900.525,57	28,61	885.885,57	28,15	874.311,85	27,78
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	104.845,50	104.845,50	239,45	0,23	239,45	0,23	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	640.939,46	670.729,21	72.699,60	10,84	61.135,87	9,11	60.944,53	9,09
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.884.834,	20.405.431,	4.561.054,15	22,35	4.018.666,28	19,69	3.740.024,22	18,33
Entidades:								
Município de Turvo								

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:73F31A6A

